

LEGISLAÇÃO BRAZILEIRA,

OU

COLLEÇÃO CHRONOLOGICA

das Leis, Decretos, Resoluções de Consulta,
Provisões, etc., etc.,

do Imperio do Brazil,

DESDE O ANNO DE 1808 ATÉ 1831 INCLUSIVE,

CONTENDO:

ALÉM DO QUE SE ACHA PUBLICADO NAS MELHORES COLLECÇÕES,

PARA MAIS DE DUAS MIL PEÇAS INEDITAS,

COLLIGIDAS PELO CONSELHEIRO

José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo.

TOMO VII.



BIBLIOTHECA
do
SENADO
DO I. DO BRAZIL

RIO DE JANEIRO, 1844.

TYP. IMP. E CONST. DE J. VILLENEUVE E COMP.

RUA D'OUVIDOR, N° 65.

1844.

A 340 0981
B823
1808-1831

BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL

Este volume acha-se registrado
sob número.....6.248.....
do ano de.....1946.....

LEGISLAÇÃO BRAZILEIRA.

TOMO VII.

LEGISLAÇÃO BRAZILEIRA.

ANNO DE 1829.

RESOLUÇÃO DE 2 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

Foi ao Conselho da Fazenda, a consultar, o requerimento de D. Francisca Maria Ribeiro de Campos Lumachi, em que pede a verificação da sobrevivencia do officio de Escrivão da Mesa Grande da Alfandega de Pernambuco, de que tem mercê seu filho primogenito Jacome Gerardo Maria Lumachi de Mello. A este requerimento, e a outro de Manoel do Nascimento Castro e Silva, se ajuntarão as consultas e mais papeis respectivos que existião no Archivo da Secretaria do mesmo Conselho que dizião respeito á dita mercê; assim como o decreto pelo qual S. M. I. se dignára conceder o dito lugar ao referido Manoel do Nascimento Castro e Silva.

Ouvindo o Procurador da Fazenda, respondeu que, havendo a mercê da sobrevivencia do officio indicado sido concedida ao dito Lumachi em 1821, seria necessario que a lei nova de 1827 tivesse effeito retroactivo para ser esbulhado da sua propriedade adquirida desde aquelle tempo, não podendo a falta de idade fazer outro mal que não seja o de ser obrigado a nomear serventuario na conformidade da lei dita.

Pareceu ao Conselho que, havendo S. M. I. feito mercê ao dito Lumachi da sobrevivencia do mencionado officio, pela resolução de 7 de Maio de 1821, tomada em consulta de 21 de Abril do referido anno, com as condições do decreto de 22 de Setembro de 1818; e havendo o mesmo A. S. determinado em alvará de 27 de Junho de 1821 que o Conselho da Fazenda, logo que lhe constasse o obito do pai do supplicante, lhe passasse carta de propriedade do mencionado officio; e mostrando o supradito supplicante por certidão ter fallecido o dito seu pai em 15 de Setembro de 1827, e tendo satisfeito a todas as diligencias do estylo, estava nos termos de merecer a graça de se lhe passar a competente carta de propriedade vitalicia, ficando de nenhum effeito o decreto de 10 de Novembro de 1827, pelo qual concedêra o referido lugar ao dito Nascimento, visto ter este calado a verdade. Rio, 17 de Dezembro de 1828.

Resolução. — Como parece. Paço da Boa Vista, 2 de Janeiro de 1829. — Com a rubrica de S. M. o I. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. —

Extrahida do original enviado ao Conselho aos 23 de Junho.

DECRETO DE 2 DE JANEIRO.

Imp. avulso.

Hei por bem que o Supremo Tribunal de Justiça, creado pela carta de lei de 18 de Setembro do anno proximo passado, se installe no dia 9 do corrente mez; que as conferencias ordinarias do mesmo Tribunal sejam ás Terças e Sextas feiras; que comecem ás 9 horas da manhã e durem ao menos quatro horas, devendo taes conferencias ter lugar nos dias antecedentes quando aquelles sejam impedidos. Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 2 de Janeiro de 1829, 8º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. — *Acha-se no Diario Fluminense de 5 de Janeiro de 1829.*

PORTARIA DE 2 DE JANEIRO.

App. ao Dialogo Const.

Foi presente a S. M. o I. o officio da Camara da Villa de S. Salvador dos Campos, de 20 do passado, em que representa que, tendo recebido a lei que regula a forma das eleições dos membros das Camaras Municipaes, precisa de esclarecimentos sobre os quatro artigos seguintes: 1º, quem ha de servir a vara de Juiz de Fóra da dita Villa na vacancia do Ministro; 2º, se a eleição dos almotaceis se faz ainda pela forma antiga; 3º, se continuão as festas do estylo; 4º, a quem passão os processos escriptos pelo actual Escrivão; e manda o mesmo A. S., pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, responder á referida Camara: quanto ao 1º, que ha de receber, pela Repartição da Justiça; a pedida declaração; quanto aos 2º e 3º, que não tendo a lei do 1º de Outubro proximo passado alterado a legislação relativa aos Almotaceis e seu regimento, nem abolido as festas, deve continuar a eleição delles, e igualmente as festas, na forma até agora praticada; e pelo que respeita ao 4º, que passão para os Secretarios das novas Camaras os processos relativos aos negocios que são confiados pela lei ás ditas Camaras, e que

quaesquer outros que versem sobre objectos que Leão fôra da sua administração devem ser conservados no Cartorio do actual Escrivão, até que a Assembléa Legislativa dê, acerca delles, as providencias que julgar convenientes. Palacio do Rio de Janeiro, em 2 de Janeiro de 1829. — José Clemente Pereira.

PORTARIA DE 5 DE JANEIRO.

App. ao Dialogo Const.

Sendo presente a S. M. o I. o officio do Juiz Presidente da Camara da Villa de Itaguahy, Francisco de Oliveira Coutinho, na data de 31 do mez passado, em que expõe as duvidas que se lhe offerecem para se proceder ás eleições das Camaras Municipaes, Juizes de Paz e seus Supplentes, visto que, residindo no termo da dita Villa grande numero de pessoas pertencentes á Freguezia de Marapicú, aquém do Rio Guandú, que, por sua localidade, faz parte do termo desta Côte, ignora se os votantes comprehendidos no dito termo devem ir votar nesta ou naquella Freguezia: manda o mesmo Senhor, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, declarar ao referido Juiz Presidente, para sua intelligencia e execução, que os cidadãos de que trata o seu officio, apesar de serem moradores no districto da sobredita Villa e se achar a Parochia do lugar de Marapicú no districto do termo desta Côte, são obrigados a ir entregar as suas cedulas na mesma Freguezia, com declaração porém que devem votar para Vereadores em sete pessoas que sejam domiciliadas no termo da Villa de Itaguahy; devendo a Mesa da Assembléa Parochial separar as cedulas de todos os votantes que pertencem, por sua residencia, a cada hum dos dous districtos, e remetter fechadas a essa Camara as que lhe forem respectivas, e as outras á Illustrissima Camara desta Côte. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Janeiro de 1829. — José Clemente Pereira.

AVISO DE 5 DE JANEIRO.

Imp. avulso.

Tendo os negociantes de molhados desta Côte dirigido á augusta presença de S. M. o I. hum representação, em que se queixão de os obrigar o Escrivão do Ilm. Senado da Camara desta Cidade, Francisco Pereira de Mattos, a tirar duas licenças, hum para secco e outra para molhados, não obstante a posse immemorial que allegavão de servir hum só para os dous generos, accrescentando que igual abuso o dito Escrivão praticava enquanto extorquia dos que tinham armazens de correeiros, que encapão sal para a Provincia de Minas, a quantia de 6,5480 rs.; a titulo de foro grande; quando nunca se pagara mais de 400 rs.; nem tal imposto constava das posturas da Camara, nem os mesmos rendeiros do ver o tinham em tempo algum arrecadado; e consultando a Mesa do De-

sembargo do Paço sobre a referida representação, como lhe foi ordenado, e tambem sobre a exigencia do registo dos bilhetes de afecção, que igualmente fôra objecto de outra queixa, houve por bem resolver S. M., conformando-se com o parecer do Tribunal: 1º, que continue o Escrivão da Camara a dar duas licenças, hum para secos e outra para molhados, aos que promiscuamente commerciareem nos dous generos, e a dallas, na forma ordinaria, ás casas dos correeiros que encapão sal, sem levar, em qualquer dos casos, nada mais do que taxa o regimento; 2º, que se abstenha de exigir tanto o registo das afecções, porque nenhuma lei para isso o autorisa, como os 6,5480 rs. a titulo de foro grande, porque este imposto, privativo das casas de mantimentos, só por arbitraría innovação se pôde estender ás dos referidos correeiros, não competindo por isso ao Senado, quando se julgue com direito a cobra-lo; mais do que have-lo por meios ordinarios, para que possão, os que se presumirem lesados, usar, em sua defesa, dos recursos que permitem as leis. O que assim se participa, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, ao mesmo Ilm. Senado, para sua intelligencia e execução. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Janeiro de 1829. — José Clemente Pereira. — *Acha-se no Diário Fluminense n.º 63, de 9 de Janeiro de 1829.*

AVISO DE 5 DE JANEIRO.

Imp. avulso.

Sendo conveniente que a estrada que vai desta Côte para a Provincia de Minas, else chama da — Policia —, se encaminhe pela fazenda de Belém, afim de evitar que se dirija pelas Serras de Santa Anna e Botões, por onde a levava o primeiro plano: ha por bem S. M. o I. que o Major de Engenheiros, João Reinardo de Werna e Bilstein, passe immediatamente a observar todo o caminho que, deixando a referida estrada da Policia no lugar que chamão — Calhamação —, loge adiante da ponte do Bregio, segue pela Freguezia de Santo Antonio de Jacutinga, Machambomba e Madureira, á Fazenda de Belém, e desta pelo sitio do Macaco, do Guarda-Mór José da Rosa, até á Fazenda das Palmeas e lugar da ponte de Simão Antonio, donde entra este caminho novo na sobredita estrada da Policia, devendo guiar-se, para maior facilidade e acerto de seus exames, pela picada que da Fazenda de Belém á ponte de Simão Antonio abriu em outro tempo o Tenente-Coronel Filipe Ferreira Gularde. Ordena igualmente S. M. que, logo que tiver achado a melhor direcção da nova estrada, lhe levante a planta, dando-lhe 50 palmos, pelo menos, nos lugares mais difficultosos, e 60 onde o terreno o permittir, e tendo em vista fugir de morros, e aproveitar quanto poder o caminho actual. O que assim se lhe participa, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, para que o execute, ficando na intelligencia: 1º, que deve remetter, além da planta e plano da estrada, não

só huma exposição circumstanciada de todos os trabalhos que forem necessários para se fazer e concluir na fôrma indicada, mas também os orçamentos, tanto da despesa total da obra, como da precisa para a sua conservação; 2º, que todos os gastos que fizer em picadas ou qualquer outro serviço para bom desempenho da commissão lhe serão pagos pela mesma Secretaria de Estado, segundo as contas que delles der, vindo competentemente legalizadas. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Janeiro de 1829. — José Clemente Pereira. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 6, de 9 de Janeiro de 1829.*

AVISO DE 5 DE JANEIRO.

Imp. avulso.

Manda S. M. o I., pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, que o Capitão do Corpo de Engenheiros Frederico Carneiro de Campos, passando a examinar a estrada que vai da Villa Real da Praia Grande para a de S. Salvador dos Campos, e propondo os melhoramentos de que fôr susceptível, levante a sua respectiva planta, tendo em vista conservar a direcção do caminho actual todas as vezes que não fôr mais conveniente muda-la para a encurtar, ou dar commoda passagem aos carros; e procurando que se avizinhe o mais que fôr possível a Maricá, Cabo Frio e Macahé, e muito particularmente que siga logo adiante da Villa Real da Praia Grande pelo engenho do Barreto e Matto da Paciencia até ao engenho de Noama, passando pelo que foi do Sargento-Mór José Fernandes, ficando o mesmo Capitão na intelligencia: 1º, que deve remetter, além da planta e plano da estrada, não só huma exposição circumstanciada de todos os trabalhos que forem necessários para se fazer e concluir na fôrma indicada, mas também os orçamentos, tanto da despesa total da obra, como da precisa para a sua conservação; 2º, que todos os gastos que fizer em picadas ou qualquer outro serviço para bom desempenho da commissão lhe serão pagos pela mesma Secretaria de Estado, segundo as contas que delles der, vindo competentemente legalizadas. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Janeiro de 1829. — José Clemente Pereira. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 6, de 9 de Janeiro de 1829.*

AVISO DE 5 DE JANEIRO.

Imp. avulso.

Manda S. M. o I., pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, que o Capitão de Engenheiros Maximiliano Barão de Schueburg levante a planta e plano das pontes e aterrados que fôr necessario fazer no rio do Bregio para facilitar a sua passagem, e do alagadiço que lhe está contiguo, desde o engenho do mesmo nome, que he do Dr. Manoel Bernardes, até ao lugar enxuto da estrada da parte d'além do mesmo rio, ficando na intelligencia que deve proceder logo ao competente orçamento da despesa

total da obra, e da que será necessario fazer annualmente, depois de concluida, para a sua conservação, e remetter tudo á mesma Secretaria, onde lhe serão pagos quaesquer gastos que fizer, segundo as contas que delles der, vindo competentemente legalizadas. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Janeiro de 1829. — José Clemente Pereira. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 6, de 9 de Janeiro de 1829.*

DECRETO DE 7 DE JANEIRO.

Coll. Braz.

Constando na minha imperial presença que alguns cidadãos brasileiros estabelecidos em Montevideo tem continuado a exercer empregos que occupavão nesta praça ao tempo da declaração da Independencia da Cisplatina, e accitado outros de novo por nomeação do seu Governo provisório, na persuasão de que para isso os autorisa o art. 8º da convenção preliminar de paz: hei por bem declarar que a nenhum cidadão brasileiro he lícito continuar a exercer emprego do governo de Montevideo, ou aceitar outros, sem incorrer no perdimento dos direitos de cidadão brasileiro. José Clemente Pereira, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Janeiro de 1829, 8º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — José Clemente Pereira.

AVISO DE 7 DE JANEIRO.

Imp. avulso.

Tendo S. M. o I., pela sua imperial resolução de 5 de Dezembro passado, sobre consulta da Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação, de 2 de Novembro antecedente, julgado muito conveniente a obra projectada do canal entre a ponte do rio Miriti e a da Pavuna, e determinando que se siga a este respeito o methodo proposto por V. S. em seus officios de 14 de Agosto e 29 de Outubro dito, por não haverem dados sobre que recaião os orçamentos de semelhantes obras, ou seja ella feita por emprehedores, ou por conta da Fazenda Publica, na fôrma dos §§ 3º, 4º e 5º da lei de 29 de Agosto do anno passado; podendo depois desta providencia calcular-se com probabilidade a despesa approximada, e propôr-se então a empresa na fôrma da citada lei: ha por bem o mesmo Senhor que se proceda á abertura do dito canal no espaço de 200 até 300 braças, por meio de administração, detalhado o trabalho pelos Officiaes Engenheiros empregados neste serviço, assignadas as ferias por elles, e pagas pelos dons Thesoureiros das subscrições offerecidas, Antonio Tavares Guerra e Antonio da Silva Caldeira, os quaes pelas folhas se mostrarão quites das sommas despendidas, e deduzindo-se das quantias já recebidas a importancia deste ensaio. Como porém os Officiaes que V. S. propõe para a perfeição e adiantamento destes trabalhos, debaixo da sua direcção, e que são o Major João Bilstein

e o Capitão Frederico Carneiro de Campos, se achão occupados nas commissões de duas differentes estradas: ordena S. M. o I. que, no caso de serem estas commissões incompatíveis com a obra do dito canal, V. S. proponha outros Officiaes para esta obra, ou para substituir aquelles na commissão das estradas, segundo fôr mais conveniente ao melhor serviço, attento o trabalho para que forem mais idoneos. O que participo a V. S. para sua intelligencia e execução. Deos guarde a V. S. Paço, em 7 de Janeiro de 1829. — José Clemente Pereira. — Sr. Francisco Cordeiro da Silva Torres. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 7, de 10 de Janeiro de 1829.*

DECRETO DE 8 DE JANEIRO.

Imp. avulso.

Tendo o Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, José Albano Fragoso, prestado juramento nas minhas imperiaes mãos pelo cargo de Presidente do mesmo Tribunal, na conformidade do art. 5.º da carta de lei de 18 de Setembro de 1828: hei por bem da-lo por impossado na referida Presidencia, afim de receber dos mais Ministros o juramento marcado no citado artigo, e exercer em tudo o mais as funcções inherentes ao sobre-dito cargo. O mesmo José Albano Fragoso o tenha assim entendido e o execute. Palacio do Rio de Janeiro, em 8 de Janeiro de 1829. 8.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 9, de 15 de Janeiro de 1829.*

RESOLUÇÃO DE 12 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

Faltando o Porteiro deste Tribunal, Manoel Joaquim Soares, a vir cumprir com as obrigações deste officio e do outro annexo de Thesoureiro das suas despesas, onerado do encargo de manter hum moço de limpeza pelo seu ordenado, como por huma resolução de consulta de 24 de Abril de 1809 se acha determinado, deixando por muitos dias em perfeito abandono o serviço, com quebra mesmo das regras até de hum civil comportamento, segundo o qual cumpria que se escusasse com o Tribunal em qualquer falta do seu comparecimento pessoal, se lhe expedio a notificação contida na portaria junta n. 1, e então enviou elle ao Conselho huma certidão de Professor, também junta, pretextando com ella a sua falta, em razão do soffrimento de huma hepatite chronica; e como se não julgasse que isso era impedimento legitimo, determinou o Conselho novamente, pela portaria junta n. 2, que comparecesse a exercer o seu officio, sob pena de se proceder na conformidade da lei. Reiterou o mesmo Porteiro a sua escusa, e o Conselho foi de accordo declarar ao Official-Maior da Casa do Assentamento, Antonio Bernardino dos Santos-Pereira, chamado pela lei para substituir o lugar, as 2 terças partes do ordenado do sobre-dito Porteiro,

conforme o seu despacho de 21 de Novembro do corrente anno, que com esta também sobe a imperial presença de V. M. I. Ficou todavia suspenso o expediente do mesmo despacho até se haver resolução de V. M. I., por pedir consulta a tal respeito o Conselheiro João José da Veiga, o qual, supposto concordára na providencia de se substituir o mesmo lugar, divergio contudo sobre a nomeação da pessoa para o substituir, dizendo não se dever accumular a substituição na posse do dito Official-Maior que actualmente se acha servindo.

O Conselho tomou por fundamento da sua deliberação a tal respeito que, tendo por fim a citada lei novissima de 11 de Outubro de 1827 obrigar aos empregados publicos de justiça e fazenda a servirem por si os seus officios, como por outras muitas leis anteriores se achava recomendado, com comminações penaes sempre illudidas, facilitando ora a prompta substituição dos mesmos officios, com reserva de terça parte do seu rendimento a favor dos Serventuarios vitalícios, quando estes se impossibilitão de continuar a exercê-los por doença, proveydo a impossibilidade, seu bom serviço, e a falta de outro meio de subsistencia perante o Governo, como moi expressamente o declara o § 5.º da mesma lei, seria contraria a providente determinação desta, se neste caso desse hum Serventuario ao Porteiro do Conselho, que o mesmo Tribunal já reconhece não ter doença que o impossibilitasse de comparecer nos dias das suas sessões, que não tem a seu favor bom serviço que allegar por ser moderno no officio e omisso no cumprimento dos seus deveres, e não havendo prova de que seja o seu ordenado o unico meio de sua subsistencia, para se lhe conceder a reserva da terça parte do ordenado, sendo, como he, certo que, ainda na hypothese de se darem todos esses requisitos legais, devêra elle ter recorrido a V. M. I. immediatamente para lhe deferir a essa substituição, não competindo ao Conselho fazer uso desse direito exorbitante de suas attribuições, que no caso se limitão meramente a fazer substituir o lugar por outro empregado a quem a lei chame, como he o Official-Maior, segundo huma resolução de 26 de Fevereiro de 1812, tomada em consulta deste Conselho, declarando-lhe todavia o direito á percepção das duas terças partes do ordenado do Official impedido, segundo a citada lei de 11 de Outubro de 1827, em lugar da quinta parte que aliás somente lhe era permittido antes receber em taes substituições pelo alvará de 29 de Dezembro de 1753, cap. 46, § 6, e isso passados quarenta dias do impedimento do substituido por desconto do ordenado deste. Mas não he só esta razão que milita no caso a favor da deliberação do Conselho; este entende que se deve esperar mais algum tempo, e que, não comparecendo o dito Porteiro, cumpre consultar-se o negocio a V. M. I. para o destituir, independente de mais nenhuma diligencia, audiencia ou processo; provendo-se o lugar em quem condignamente o sirva, pois que isto he conforme com o direito declarado na Grd. de liv. 1.º, tit. 99,

cuja letra he: « Porquanto, por confiarmos de algumas pessoas que nos servirão bem e fielmente, e como cumpre a nosso serviço e bem da justiça, descargo da nossa consciencia e proveito da nossa Fazenda, os encarregamos de alguns officios de justiça ou da nossa Fazenda, e assim por lhes fazermos mercê (a qual porém lhes não fariamos, posto que boa vontade lhes tenhamos, se não fosse a confiança que nelles temos), e depois de os assim termos encarregados nos taes officios, vem ás vezes a nossa noticia que os não servem como são obrigados, e conforme a confiança que delles tínhamos quando dos taes officios os provemos. E posto que nas cousas que assim dos sobreditos sabemos, e que a nossa noticia vem ás vezes, não ha provas tão claras, porém ha quanto basta para sermos certos que somos delles mal servidos, e elles errarem nos sobreditos officios de maneira que será mais serviço de Deos e nosso serem-lhes tirados que deixa-los estar nelles. Pelo que, e por outros respeitoes que nos movem de muito serviço de Deos, e nosso bem, de justiça e governo de nossos Reinos e Senhorios, determinamos que quaesquer officios que dermos, assim de justiça como de nossa fazenda, ou de qualquer outra sorte e qualidade que seja, quando quer que nós soubermos e nos certificarmos em nossa consciencia que alguns dos ditos Officiaes nos servem nelles mal, e fazem o que não devem, ou damnificão e roubão nossa fazenda, lh'os possamos tirar e dar a quem nossa mercê fôr, sem por isso lhe sermos em obrigação alguma, assim no fóro da consciencia como no fóro judiciario, para por isso haverem de demandar nosso Procurador, nem requerer a nós satisfação, porque de todos os excluimos. »

Ordenação que se acha em vigor com as limitações assignadas na Constituição do Imperio a respeito dos Magistrados, e que muito cumpre á boa economia do serviço nacional ser litteralmente observada, afim de cortar a relaxação e indifferença com que muitos empregados nos officios de justiça e fazenda se conduzem no exercicio delles.

Parece aos Conselheiros Luiz Joaquim Duquestrada e João José da Veiga que, ou se considere no Porteiro deste Tribunal culpa, ou impedimento de molestia declarada nas attestações por elle feitas, nunca poderia caber a providencia dada pelo Conselho; porquanto, suppondo-se crime, dever-se-hião mandar realisar os competentes processos, e na consideração de impedimento, cumpria verificar-se quanto está ordenado na lei de 11 de Outubro de 1827, que nos §§ 5º e 5º expressamente legislou que, impedindo-se o serventuario vitalicio por doença, e não tendo nomeado pessoa idonea para servir o officio, nomeem as autoridades perante quem elle ha de servir.

Nomear-se porém o Official-Maior do Assentamento para em tal caso substituir o Porteiro, não he congruente com a legislação, porquanto prohibindo a carta régia de 6 de Agosto de 1681, decretos de 18 de Julho desse anno, de 30 de Se-

tembro de 1682, 30 de Março de 1686, 29 de Fevereiro de 1688, 12 de Novembro de 1701, e outros, que se tenham dos officios de propriedade ou serventia, viria aquella providencia, contra o disposto nessas leis, a reunir na pessoa do Official-Maior dous officios que nem são tenues nem compatíveis, quando o Official-Maior, para servir de Porteiro, larga a Secretaria, contra o dever do seu officio, boa ordem do serviço e interesse das partes. Não autorisa semelhante providencia a resolução de 26 de Fevereiro de 1812, porquanto teve em vista providenciar hum falta inopinada, contingente e momentanea, e não o caso em que, bem como no presente, se realisa hum impedimento longo e duradouro, e que por isso entendeu o Conselho carecer de providencia, a qual deve conformar-se com as já citadas leis, e com a de 29 de Outubro, que não as derogou. Se, apesar do impedimento porém não ser momentaneo, procede a mencionada resolução para servir o Official-Maior, desnecessaria he a sua nomeação, porquanto, estando elle a servir por virtude dessa resolução, não carece de ser nomeado para continuar na serventia, e não sendo até praticavel a declaração de vencer duas terças partes do ordenado do Porteiro, pois que semelhante vencimento, sobre não estar declarado naquella resolução, infringiria realmente as leis que prohibem receber-se dous ordenados, concludindo-se de todo o exposto que, a julgar-se criminosa a falta do Porteiro, se deve mandar suspende-lo e processa-lo; e reputando-se veridica a molestia, sómente ha lugar nomear-se pessoa que sirva na forma dos já citados §§ da referida lei de 20 de Outubro, e não perpetuar o Official-Maior na serventia deste officio, por não ser o caso inopinado, nem o impedimento passageiro, e muito menos ainda dar-lhe as duas terças partes do ordenado, contra leis expressas, e sem assim o ordenar a referida lei de 20 de Outubro, que não cogitou de semelhantes serventias por Officiaes companheiros seuão no caso de faltarem os nomeados para servir pelos Serventuarios vitalicios, sendo só a respeito desses nomeados para o impedimento destes que a mesma lei dá as duas terças partes do ordenado, não devendo por isso a sua disposição estender-se a caso differente, muito mais quando esta extensão envolve infracção de leis que não forão derogadas. V. M. I., porém, dignando-se tomar o exposto na sua imperial consideração, resolveo mais justo. Rio de Janeiro, em 12 de Dezembro de 1828, 7º da Independencia e do Imperio. — Luiz Joaquim Duquestrada Furtado de Mendonça. — José Caetano de Andrade Pinto. — Francisco Baptista Rodrigues. — João Sabino de Mello Bulhões Lacerda Castello Branco. — Agostinho Petra Bitancourt. — Manoel José de Souza França.

Resolução. — Como parece. Paço, 12 de Janeiro de 1829. — Com a rubrica de S. M. I. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — *Extrahida no Thesouro Nacional do original enviado ao Conselho aos 13 de Fevereiro.*

AVISO DE 15 DE JANEIRO.

App. ao Dialogo Const.

Illm. e Exm. Sr. — Sendo presente a S. M. o I. o officio de V. Ex. n. 80, de 26 de Dezembro do anno passado, acompanhando ontro do Ouvidor interino da Comarca do Rio das Mortes, sobre duvidas enunciadas em tres quesitos que embarçao a execucao da lei do 1.º de Outubro de 1828, e pertencendo a resolucao dos dous primeiros quesitos a Reparticao dos Negocios da Justica, pela qual serao communicadas a V. Ex. as competentes ordens: o mesmo Senhor ha por bem, quanto ao 3.º, que trata das eleicoes das Camaras Municipaes e Juizes de Paz, mandar declarar a V. Ex., em observancia da dita lei, que, quando em hum termo houverem Freguezias ou Capellas Filiaes que tiverem ao mesmo tempo habitantes no districto d'outra Villa, devem os votantes fazer recahir os votos em cidades que sejam moradores no districto da Camara em que estiverem domiciliados, devendo as Mesas das Assembléas Parochiaes das mesmas Freguezias separar as cedulas que pertencem a cada hum dos diversos districtos, para remetter fechadas ás Camaras respectivas aquellas que directamente lhes competirem. E quanto aos Juizes de Paz, cumpre á Camara que se achar na posse de nomear o Presidente das Assembléas Parochiaes das Freguezias na eleicao presente e transactas passar-lhes o seu competente titulo e dar-lhes o juramento. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 15 de Janeiro de 1829. — José Clemente Pereira. — Sr. João José Lopes Mendes Ribeiro.

PORTARIA DE 17 DE JANEIRO.

Imp. avulso.

S. M. o I. ha por bem que o Medico da sua Imperial Camara, Manoel da Silveira Rodrigues, dirigindo-se á Villa de Macacu juntamente com o Dr. Francisco José de Sá, procedão ali ás observações necessarias para qualificarem a natureza da epidemia reinante (*), e depois de delib-

(*) Em época mais remota se proveu a huma calamidade publica na Bahia com o seguinte:

Aviso de 6 de Agosto de 1813.

Imp. avulso.

Levei á augusta presença do Principe-Regente Nosso Senhor o officio de V. Ex. n. 4, em data de 30 de Junho passado, com os documentos que o acompanhão, e bem poderá V. Ex. presumir quanto ficaria consternado e magoado o seu real e benéfico coração ouvindo ler os grandes estragos que experimentou essa cidade, com perda de algumas vidas, causada pelas copiosissimas chuvas que cahiram por espaço de 45 dias successivos, e que ainda não tinham cessado, do que resultou que no dia 14 do referido mez, desabasse huma muralha do cume da montanha que sustentava humas casas de Thomaz Alvares Braga, sitas na Cruz do Paschoal, que arrazou as casas de Miguel José Bernardino, morrendo nessa occasião as pessoas que constão do mappa que V. Ex. enviou; desabando tambem no dia 2 de Junho huma grande parte da montanha do Forte de Santo Antonio além do Carmo, ficando tambem arruinadas muitas casas, tanto na cidade alta, como na cidade baixa, segundo se verifica de hum daquel-

berarem sobre o seu mais adequado tratamento, deixem por escripto ao Cirurgião da Camara da sobredita Villa a norma geral das applicações mais convenientes ao typo da enfermidade, sal-

les documentos. Vio S. A. a judiciosa reflexão que V. Ex. faz sobre a origem principal destas calamidades, que por diversas vezes tem infelizmente experimentado essa cidade, sendo eu até testemunha de humas dellas, posto que em ponto muito menor, quando governei essa Capitania, qual he a má construcção dos seus edificios, não só pelo local que se escolhem, mas tambem por serem construidas, pela maior parte, e as casas sem segurança alguma, concorrendo tambem para a sua ruina a inconsideração de se abrirem cisternas, de se levantarem socolcos, e de se fazerem plantações e outras obras desta natureza, como V. Ex. pondera. Ao mesmo Senhor forão tambem presentes as promptas e efficazes providencias que V. Ex. deu, bem proprias e bem de esperar do zelo e actividade com que V. Ex. se emprega no seu real serviço, já procurando salvar as vidas de algumas pessoas que ficaram debaixo das ruinas, já expedindo as ordens mais terminantes para que os moradores da praia se mudassem para cima, já mandando aprear todas as propriedades que, pelas vistorias e exames a que procederão os peritos, ameaçarão imminente ruina, já finalmente fazendo accommodar todos aquellos habitantes que, ou havião perdido suas casas, ou as não podião habitar pelas ruinas que soffrião. Passando V. Ex. a proferir o seu parecer sobre o que se deveria praticar para segurança das vidas e fazendas dos habitantes dessa cidade, e para se evitar para o futuro semelhante calamidade, por não julgar sufficientes as providencias que se derão, e que dependião meramente de V. Ex., lembra que, sendo impossivel segurar a montanha, e muito prejudicial transferir o corpo do commercio, que habita na cidade baixa, para a cidade alta, pelos motivos que expoz, não havia outro recurso senão mudar a cidade para a praça e planicies que se seguem do Noviciado até Itapagipe, onde não ha montanha superior, levantando-se ali hum nova cidade, sem os erros e defeitos da antiga, lembrando igualmente que a despeza da fazenda sera modica se S. A. R. approvar que a casa da residencia desse governo seja construida no Noviciado, aproveitando-se o que for possivel, destinando-se ali salas para as sessões da Camara, Relação e Junta da Fazenda, restando somente hum objecto de grande despeza quanto á construcção de armazens para huma Alfandega, obra que V. Ex. reputa indispensavel, porque a actual corre igual risco com toda a praça, e se vai entulhando com as ruinas. Este plano e projecto he de muita importancia, como V. Ex. reconhece, e antes de S. A. R. o resolver, julgo muito conveniente ao seu serviço mandar para essa Cidade, no bergantim *Falcao*, como já annunciei a V. Ex. em aviso de 26 do mez passado, a José da Costa Silva, Architecto Geral de todas as obras reaes, por ser muito, capaz pelos muitos conhecimentos que tem de sua profissão, de formar o plano que se devera seguir a este respeito, ao qual encarregará V. Ex. de examinar as ruinas da montanha, e todas as mais que experimentarão os edificios dessa Cidade causadas pelas chuvas, fazendo-lhes as observações que entender necessarias, para, á vista de tudo, poder elle formar o seu plano, que communicará a V. Ex., e ha de subir á real presença de S. A. R., para resolver o que for do seu real agrado; e posto que leva em sua companhia, para o ajudar, a João da Silva Moniz, Architecto das obras do Pazo, comtudo V. Ex. lhe dará o auxilio de que elle carecer, ou seja de Engenheiros, ou de Mestres de obras, ou de qualquer outra necessaria para esta importante diligencia, devendo prevenir a V. Ex. que os ordenados que elles vencem se mandarão aqui continuar pelo Erario Regio: a suas familias emquanto estiverem nessa Cidade, e que receberão de ajuda de custo o primeiro 100 moedas e o segundo 60, fazendo-se necessario que V. Ex. mande apromptar humas casas para ambos habitarem, e hum criado que levão consigo emquanto ali se demorarem, pagas á custa da Real Fazenda. Não se podendo aqui calcular o tempo que sera preciso demorarem-se nessa Cidade os dous Architectos, he S. A. R. servido que, no caso que a demora não exceda de 30 a 40 dias, elles hajão de voltar

vas quaesquer occurrencias; dando depois conta de resultado desta diligencia pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, com a declaracão indispensavel de ser, ou não, contagiosa a mencionada epidemia. O que se lhe participa, pela mesma Secretaria, para que assim a execute, ficando na intelligencia de que se manda apromptar pela Repartição da Marinha hum escale para o seu transporte. Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de Janeiro de 1829. — José Clemente Pereira.

Nesta mesma data foi nomeado o Cirurgião Antonio Joaquim da Costa e Sampaio, e o Boticario João Antonio Duarte na de 19 do mesmo mez. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 24, de 31 de Janeiro de 1829.*

PORTARIA DE 17 DE JANEIRO.

Imp. avulsó.

S. M. o I., sendo-lhe presente o officio do Juiz de Fora da Villa de Santo Antonio de Sá, de 14 do corrente, em que expõe a necessidade de algumas promptas providencias que atalhem o progresso da epidemia que ali se tem manifestado, ha por bem que, sem demora, passem á dita Villa o Dr. Manoel da Silveira Rodrigues com outro Professor de reconhecida aptidão, para qualificarem ambos por observações a natureza da enfermidade, devendo, depois de deliberarem sobre o seu adequado tratamento, deixar por escripto ao respectivo Cirurgião da Camara a norma geral das applicações que mais convierem no curativo, para o qual se remetem tambem todos os medicamentos pedidos na relação que acompanhou o citado officio. E assim o manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar ao mesmo Juiz de Fora, para sua intelligencia e execução. Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de Janeiro de 1829. — José Clemente Pereira. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 24, de 31 de Janeiro de 1829.*

para esta Cidade no mesmo bergantim *Falcão*, que vai tambem com o destino de carregar ali madeiras; e quando exceda, serão transportados, depois de feita a diligencia, em outra qualquer embarcação, sendo sustentados na viagem á custa da Real Fazenda, segundo se ajustar com o Commandante. Devo tambem dizer a V. Ex. que he da intenção de S. A. R. que aquellas providencias que parecerem indispensaveis, e que não permittirem demora, V. Ex. as faça executar, sendo o referido Architecto igualmente incumbido de orçar a despeza das obras que se houverem de fazer no Noviciado á custa da Real Fazenda, e de formar o plano se a necessidade instar, pois que será muito sensivel ao mesmo Senhor que os habitantes se vejam obrigados a desamparar de todo ou em parte essa cidade pelas razoes que são patentes. S. A. R. deseja que chegue com brevidade embarcação dessa Cidade, e fica ao mesmo tempo muito cuidadoso por recer que continuem as chuvas, e se precipite huma parte da Cidade alta sobre a Cidade baixa. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, aos 6 de Agosto de 1813. — Conde de Aguiar. — Sr. Cond. dos Arcos. — *Acha-se a pag. 318 e 315 do tom. 1.º das Mem. Hist. e Polit. da Província da Bahia, por Accioli.*

DECRETO DE 17 DE JANEIRO. *Coll. Braz.*

Hei por bem ordenar que o Ilm. Senado da Camara desta Cidade, e as mais Camaras das Cidades e Villas Maritimas, na parte que lhes for applicavel, se governem na Inspeccão da Saude Publica dos portos pelo regulamento que com este baixa, assignado por José Clemente Pereira, do meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido, e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de Janeiro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — José Clemente Pereira.

REGULAMENTO da Inspeccão da Saude Publica do porto do Rio de Janeiro.

Dos empregados nesta Inspeccão.

Art. 1.º A Inspeccão da Saude Publica do porto desta Córte, encarregada ao Ilm. Senado da Camara desta Cidade, pelo art. 1.º da lei de 30 de Agosto de 1828, será desempenhada por huma commissão composta do Provedor da Saude, de hum Professor de Saude, hum Interprete que servirá ao mesmo tempo de Secretario, hum Guarda-Bandeira, e os Guardas que forem necessarios.

Art. 2.º O Provedor da Saude será nomeado pelo Ilm. Senado dentre os seus Vereadores, na conformidade da carta regia de 30 de Agosto de 1792. He o Chefe desta commissão, ao qual todos os membros de que ella se compõe ficam subordinados: a elle compete expedir todas as ordens, providencias e communicações que a economia administrativa da mesma commissão exigir.

Art. 3.º O Professor de Saude he o Director das visitas que se fizerem a bordo das embarcações que estiverem no caso de serem visitadas. Será Medico ou Cirurgião approved em medicina, nomeado pelo Ilm. Senado, e vencerá a gratificação de 150 rs. por cada visita que fizer. A elle compete decidir se as embarcações estão em estado de serem declaradas desimpedidas ou em quarentena.

Art. 4.º Ao Interprete incumbe, além das obrigações privativas deste officio, lavrar os termos das visitas que se fizerem aos navios, e escrever os interrogatorios e quaesquer outras diligencias a que por occasião das mesmas visitas for necessario proceder.

Art. 5.º O Interprete das visitas da policia servirá ao mesmo tempo de Interprete das visitas da saude, procedendo-se primeiro a estas, e logo, acto successivo, áquellas, sempre que os navios forem julgados desimpedidos; e nos casos de quarentena, no acto em que, finda esta, se der pratica aos mesmos navios.

Art. 6.º O mesmo Interprete terá por este acrescimo de trabalho huma gratificação de 240 rs. mensaes.

Art. 7.º O Guarda-Bandeira he obrigado a fazer aviso ao Provedor da Saude de todos os

navios que entrarem, e aos Officiaes da Inspecção da Saude da hora em que por ordem do Professor de Saude se devem reunir para irem fazer as visitas. He tambem das suas obrigações fornecer aos navios impedidos os soccorros de agua e viveres que solicitarem. Perceberá por este trabalho huma gratificação de 17280 rs. diários.

Art. 8.º Haverá effectivamente seis guardas promptos, vencendo cada hum a gratificação diaria de 640 rs. nos dias em que estiverem de serviço, e 400 rs. nos outros.

Art. 9.º O escalor das visitas da policia poderá servir ao mesmo tempo para as visitas da saude, continuando a ser pago, como até o presente, por aquella Repartição, e ajustando-se com o proprietario delle a competentegratificação que fôr devida por este accrescimo de trabalho.

Dos navios que devem ser visitados, e da fôrma de fazer as visitas.

Art. 10.º Emquanto constar da duração da peste no Mediterraneo, e se não ordenar o contrario, se procederá a visitas de saude em toda e qualquer embarcação mercantil ou de guerra, nacional ou estrangeira, que entrar no porto desta Capital, para se conhecer se vem infectadas de molestias contagiosas.

Art. 11.º São exceptuadas destas visitas as embarcações nacionaes de menor porte, entretidas no commercio interno e da costa, assim sumacas como bergantins.

Art. 12.º Todos os navios que entrarem nos termos de serem visitados serão obrigados pela Fortaleza do Registo a fundear no ancoradouro da Jurujuba, entre Santa Cruz e a Boa Viagem.

Art. 13.º As embarcações que vierem em direitura ou por escala dos portos do Mediterraneo ou do Levante, incluso Gibraltar, se ordenará huma quarentena de seis dias: igual quarentena soffrerão os navios vindos d'outros portos que tiverem tido communicação no mar com as sobreditas embarcações, e qualquer navio de corso.

Art. 14.º As quarentenas que se mandão impôr ás embarcações pelo simples facto de communicação com outras de suspeita, não terão effeito quando se provar que esta consistio somente em se fallarem de parte a parte, sem que houvesse ingresso de pessoas, nem introdução de fazendas ou mantimentos.

Art. 15.º Quando se offerecer suspeita sobre alguma embarcação que esteja fôra dos casos sobreditos, passará esta por huma quarentena de tres dias, para dentro deste tempo se poderem fazer as averiguações necessarias.

Art. 16.º As embarcações que entrarem carregadas de escravatura passarão como as outras por huma só visita, e serão sem demora declaradas desimpedidas, afim de poderem desembarcar no Lazareto todos os negros da sua carga, sempre que pela mesma visita se não conhecer que os mesmos negros em todo ou em parte vem infectados com doenças contagiosas, porque neste caso devem passar por quarentena, e desem-

barcar a escravatura em lugar distante, fôra da Cidade. Deve cessar igualmente a pratica de se declarar parte dos escravos nas circumstancias de poder desembarcar, deixando ficar outra parte a bordo, dependente de novas visitas; porquanto, se ha contagio, a ninguem se deve permittir o desembarque; e se ha molestias que não são contagiosas, o Lazareto he lugar competente para receber os negros que as padecem.

Art. 17.º As embarcações que estiverem nas circumstancias de passarem por quarentena receberão Guardas da Saude a bordo, que não serão nunca menos de dous, em razão da grande vigilancia que deve haver, para que, quando hum dormir, esteja o outro alerta e de vigia.

Art. 18.º Os Guardas que entrarem em tal serviço levarão consigo a roupa que lhes fôr necessaria para todo o tempo que se houverem de conservar a bordo. Terão cuidado de que não saia da embarcação pessoa alguma, nem fazendas, roupas, vestidos, animaes, papeis ou outra qualquer cousa, nem deixarão entrar pessoas ou cousas que tenham de tornar a sahir; e no caso de entrarem, lhes obstarão a sahida até que o navio seja desimpedido. A nomeação dos Guardas para este serviço será feita pelo Commandante do destacamento, que para este fim estará na Fortaleza de Villegagnon.

Art. 19.º Logo que alguma embarcação ficar impedida pelos Officiaes de Saude, o Professor de Saude lhe ordenará que levante no mastro de prôa huma bandeira amarella, que servirá de signal para que o navio de guerra destinado a manter a policia de saude deste porto e a Fortaleza que serve de registo tenham perfeito conhecimento do estado do navio, e embarquem que outras embarcações comuniquem com elle.

Art. 20.º Immediatamente que o navio fôr declarado desimpedido, e tiver livre pratica, o Professor de Saude lhe mandará arriar a bandeira amarella da prôa, e que ice a sua bandeira na pópa.

Art. 21.º Quando qualquer embarcação tiver logo livre pratica, o Professor de Saude lhe ordenará que ice a sua bandeira no mastro de prôa, como signal de que não está impedida.

Art. 22.º O Professor de Saude tomará todas as medidas que julgar necessarias nos casos extraordinarios e imprevistos, communicando logo tudo por escripto ao Provedor da Saude, que proporá o negocio em Camara, e esta decidirá o que julgar conveniente, ou representará pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio.

Art. 23.º Todas as visitas principiarão por se fazerem aos Officiaes dos navios as perguntas seguintes: — O nome do navio e do Commandante, Capitão ou Mestre, e a nação a que pertence; de que porto vem; se fez alguma escala; se communicou com alguns navios, fazendo ou recebendo visitas; se baldeou da sua embarcação, ou recolheu de outras, fazendas, papeis, pessoas, animaes ou outra qualquer cousa; com quantas pessoas partio, quantas traz de tripulação e quantas como passageiros; se lhe morreu alguém e de que molestia. Estes interrogatorios só se re-

duzirão a escripto quando delles resultar fundamento sufficiente para o navio ser declarado impedido.

Art. 24.º A' vista do resultado dos interrogatorios, e dos mais exames que se julgarem necessários, o navio será declarado immediatamente desimpedido ou em quarentena, e de tudo se lavrarão os competentes termos em substancia pelas formulas seguintes:

Termo de visita feita o bordo do navio.... Capitão
F.... de nação....

Aos.... dias do mez de.... do anno de.... tantos da Independencia e do Imperio, no porto desta Côrte e muito leal e heroica Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, pelo Medico ou Cirurgião F.... foi visitado o navio.... Capitão F.... de nação.... vindo do porto de...., e por se achar a sua gente, carga e mantimentos em estado de saude, foi o mesmo navio declarado desimpedido. E para constar, se mandou lavar este termo, em que assignou o sobredito Professor de Saude, e o Commandante, Mestre ou Capitão do navio, comigo Interprete e Secretario, que o escrevi e assignei.

Art. 25.º Quando o navio dever ficar em quarentena, se expressará o motivo desta providencia, dizendo-se:—.... e por se achar, á vista dos interrogatorios e mais exames a que se procedeu, que o sobredito navio está infectado de molestias contagiosas (ou que podem ser contagiosas, quando não fôr decidido que o são), foi o mesmo navio declarado incommunicavel e em quarentena por.... dias.

Art. 26.º Se não houver molestias a bordo, e todavia se julgar prudente pôr o navio em quarentena, nos termos dos arts. 13 e 15, assim se fará a declaração, dizendo-se:—.... e supposto se achasse a sua gente, carga e mantimentos em boa disposição, se julgou necessario que o sobredito navio fique em quarentena por.... dias, em consequencia de resultar dos interrogatorios que teve communicação no mar com navios de suspeita.... etc.

Art. 27.º Estes processos serão remettidos immediatamente pelo Secretario ao Provedor da Saude, que os fará guardar no archivo do Illm. Senado, e delles se darão ás partes interessadas as copias authenticas que se pedirem, passadas pelo Escrivão do mesmo Illm. Senado.

Art. 28.º As gratificações que ficão arbitradas nos arts. 3.º, 6.º, 7.º e 9.º, e mais algumas despesas extraordinarias que seja necessario fazer por occasião desta Inspecção de Saude, serão pagas mensalmente pela Intendencia Geral da Policia em folha separada.

Art. 29.º A quantia de \$200 que até aqui se tem percebido dos navios visitados continuará a ser recebida a cargo do Provedor-Mór, que arrecadará todas em hum cofre, e entrará no fim de cada mez com o seu producto no Thesouro Publico, aonde ficará em deposito até que a As-

sembléa Geral resolva sobre este objecto como julgar mais conveniente.

Palácio do Rio de Janeiro, em 17 de Janeiro de 1829.—José Clemente Pereira.

PORTARIA DE 19 DE JANEIRO.

Imp. avulso.

S. M. I. ha por bem autorisar o Dr. Manoel da Silveira Rodrigues para dar todas as providencias economicas e administrativas que julgar convenientes ao bom resultado da commissão de que vai encarregado á Villa de Macacú, podendo, se o entender necessario, mandar assistir com alimentos ás pessoas pobres á custa da Fazenda Nacional, e reunir em hum hospital todos os doentes, se assim fôr mais conveniente, dirigindo as suas requisições ao Juiz de Fôra da dita Villa, e as que não couberem na sua alçada á Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, ficando na certeza de que na data desta se ordena ao mesmo Juiz de Fôra que lhe preste todos os auxilios de que precisar, applicando até das rendas da Camara a parte que fôr possível para socorrer as familias miseraveis que precisarem. O que assim se lhe participa, pela referida Secretaria de Estado, para sua intelligencia. Palácio do Rio de Janeiro, em 19 de Janeiro de 1829. — José Clemente Pereira — *Acha-se no Diario Fluminense n. 24, de 31 de Janeiro de 1829.*

AVISO DE 19 DE JANEIRO.

App. ao Dialogo Const.

Illm. e Exm. Sr. — Foi presente a S. M. I. o officio de V. Ex., de 12 de Dezembro proximo passado, com dons que lhe dirigira a Camara dessa Capital, em 23 e 29 de Novembro, communicando-lhe no primeiro que o Collegio Eleitoral da Villa de S. Matheus só enviára á Camara da Villa a acta da eleição do Deputado dessa Provincia para a segunda legislatura, faltando as das eleições do Conselho Geral, Conselho do Governo, Juizes de Facto; e no segundo que a mesma Camara de S. Matheus lhe remettera depois as listas apresentadas pelos Eleitores para as referidas eleições, sem as respectivas apurações. E como V. Ex. pede providencias para remediar aquellas faltas, declarando que em Conselho multára a Mesa do mencionado Collegio em 300\$ rs., assim como as Camaras de Guarapirim e Benevente, por não terem mandado á da Capital as actas das suas eleições: ha por bem S. M. I. que eu responda a V. Ex. que deve expedir as convenientes ordens para que se remetão á Camara da Capital as actas que faltarem, procedendo-se ás eleições onde não estiverem feitas, e que em Conselho sejam alliviados das multas os membros das Camaras que forão multados, porque o decreto de 29 de Julho de 1828 sómente as estabelece para as faltas que se commetterem nas eleições dos Deputados, ficando V. Ex. igualmente na intelligencia de mandar restituir o di-

neiro, no caso de se ter recebido. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 19 de Janeiro de 1829. — José Clemente Pereira. — Sr. Ignacio Accioli de Vasconcellos.

PORTARIA DE 19 DE JANEIRO.

App. ao Dialogo Const.

Foi presente a S. M. I. o officio da Camara da Villa Nova de S. José, de 17 de Dezembro proximo passado, em que expõe os embarços que tem encontrado na execução da lei de 1 de Outubro deste anno: e houve por bem o mesmo Senhor declarar que, supposto não lhe competisse a expedição das ordens para se proceder ás eleições, por isso que as quatro Freguezias que compoem o seu termo estão sitas nos de outras Villas, deve comtudo proceder á apuração das cedulas que para Vereadores apresentarão os moradores do seu districto nas Mesas Parochiaes das Freguezias de S. Gonçalo, S. João de Itaborahy e Nossa Senhora do Desterro de Tamby, e que as ditas Mesas são obrigadas a remetter-lhe; e que quanto aos Juizes de Paz, compete ás Camaras das Villas em cujos termos se achão as Igrejas Parochiaes passar-lhes os competentes titulos. O que assim se participa, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, á referida Camara, para sua intelligencia e execução. Palacio do Rio de Janeiro, em 19 de Janeiro de 1829. — José Clemente Pereira.

PORTARIA DE 19 DE JANEIRO.

Coll. Plancher.

S. M. I. desejando, com a solicitude com que vela sobre o bem geral de todos os seus fidei subditos, facilitar aos moradores das Provincias commodos meios de recursos á sua imperial pessoa, para que, independante de extraordinarias despesas com que são gravados com procuradores na Córte, possam ser deferidos com brevidade, mediante só as indispensaveis informações das autoridades competentes: ha por bem ordenar que os requerimentos das pessoas que pretendem officios de justiça venhão instruidos da competente habilitação, e tração certidão do Juiz perante quem houverem de servir, passada na forma da Ord., liv. 1.º, tit. 97, § 2.º, a qual deverá subir pelo intermedio de V. Ex., e com informação sua, á augusta presença do mesmo Senhor, afim de poder, com conhecimento de causa, deferir aos referidos requerimentos, e as partes obterem logo a expedição dos seus respectivos titulos. O que communico a V. Ex. para que, fazendo-o publicar pelo meio que lhe parecer mais conveniente para conhecimento dos habitantes dessa Provincia, haja de expedir aos Juizes respectivos as ordens necessarias para a fiel e restricta execução desta imperial determinação. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em

19 de Janeiro de 1829. — Visconde de Alcantara.

— Sr. Visconde de Camamu.

Na mesma conformidade se expedirão avisos a todos os Presidentes das Provincias do Imperio.

DECRETO DE 23 DE JANEIRO.

Coll. Braz.

Sendo indispensavel supprir as faltas que existem hoje nas instruções do Erário de Lisboa, de 5 de Agosto de 1789, postas em vigor no Theouro Publico pelo aviso de 27 de Junho de 1808, e nas posteriores instruções de 18 de Abril de 1790 e de 25 de Julho de 1802, que mal podião occorrer ás necessidades ou dar as providencias que actualmente exige a forma do Governo Monarchico Constitucional Representativo; e cumprido em taes circumstancias aplanar as difficuldades que possam ser encontradas na execução dos arts. 8.º até 13.º inclusive da carta de lei de 8 de Outubro de 1828: hei por bem que nas diversas Repartições do Thesouro Nacional, e em todas as Juntas de Fazenda do Imperio, sejam provisoriamente guardadas e observadas as instruções que com este baixão, assignadas por Miguel Calmon du Pin e Almeida, do meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Thesouro Nacional. O mesmo Ministro e Secretario de Estado assim o tenha entendido, e faça executar com as ordens necessarias. Palacio do Rio de Janeiro, em 23 de Janeiro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Miguel Calmon du Pin e Almeida.

INSTRUÇÕES para as diversas Repartições do Thesouro Nacional e Juntas da Fazenda Publica, dadas pelo imperial decreto da data de hoje.

CAPITULO PRIMEIRO. — Para a Thesouraria-Mór do Thesouro Nacional.

Art. 1.º Nesta Repartição, além dos trabalhos que por lei e instruções se achão a seu cargo, far-se-ha a escripturação do emprestimo de 1822, que até hoje competia á Repartição das Colonias, e a do catalogo numerico das apolices da divida fundada pela lei de 15 de Novembro de 1827, que tinha lugar na segunda Repartição. E igualmente formar-se-ha della:

I. O balanço geral do anno findo e o orçamento geral para o anno futuro.

II. A conta da divida publica fundada, interna e externa.

III. A conta do Ministerio dos Negocios Estrangeiros.

Art. 2.º O balanço e orçamento de que trata o n. 1 do artigo precedente serão organizados pelo Escrivão da Mesa do Thesouro e seu Ajudante, á vista dos balanços e orçamentos particulares dos diversos Ministerios, e das Juntas e mais Repartições de Fazenda. Para o que deverão ser taes balanços e orçamentos remettidos á Mesa do Thesouro pelas Secretarias de Estado respectivas, e pelas Contadorias Geraes das tres

Repartições do mesmo Thesouro, até o dia 20 de Fevereiro impreritavelmente.

Art. 5.º A conta ordenada pelo n. 2 será feita em livro separado, e de maneira que se possa mostrar exactamente no fim de cada anno qual a somma da divida existente, qual a despeza dos seus juros, e qual a parte do capital que foi amortizada. E ao Official encarregado da escripturação deste livro entregar-se-hão: 1.º, todas as contas prestadas pela Legação de Londres relativas ao pagamento dos juros e amortisação dos empréstimos brasileiro e portuguez, depois de examinadas pela Contadoria incumbida da revisão das contas publicas; 2.º, as contas que forem publicadas e communicadas ao Thesouro pela Caixa da Amortisação; e 3.º, as contas relativas ao empréstimo antigo, ao empréstimo nacional, ao empréstimo suíço, e a divida antiga reduzida a cedulas.

Art. 4.º A conta indicada em o n. 3 será escripturada em livro separado, lançando-se na primeira folha o credito que fôr dado ao referido Ministerio pela lei que fixar a despeza publica do anno, e assentando-se nas seguintes todas as quantias que forem despendidas por conta do mesmo Ministerio, de sorte que se possa extrahir no fim de cada trimestre hum exacto balanço do seu credito e debito. E ao Official que fôr encarregado desta escripturação entregar-se-hão todas as contas pertencentes á despeza diplomatica e consular, depois de examinadas, como dito fica no artigo precedente, devendo, além disso, apresentar-se ao mesmo Official toda e qualquer ordem de pagamento por conta do referido Ministerio, para que (antes de se realizar o pagamento ordenado) tome o necessario assento e escreva o seu Visto, — que assignará no verso da dita ordem.

Art. 5.º Os livros de que tratão os dous artigos precedentes serão abertos, rubricados e encerrados pelo Contador Geral da primeira Repartição, e os Officiaes que os escripturarem terão quadernos em que tomem as lembranças e fação os assentos necessários.

CAPITULO II. — Para a Contadoria Geral da primeira Repartição.

Art. 6.º A escripturação pertencente ao Arsenal do Exercito passará da segunda para esta Repartição, e ficará também a seu cargo a escripturação relativa ao Hospital Militar, que tinha lugar na Contadoria das Colonias, e a organização da folha dos empregados do mesmo Arsenal, que se fazia na terceira Repartição, e além destes e dos demais trabalhos que lhe competião, formar-se-ha nella:

- I. A conta do Ministerio da Fazenda,
- II. A conta do Ministerio da Guerra.

Art. 7.º A conta de que trata o n. 1 do artigo precedente será formada em livro separado, no qual se lançará, como dito fica no art. 4.º, o credito concedido ao Ministerio em questão, e as quantias que por sua conta forem despendidas, entregando-se ao Official que fôr incumbido desta escripturação as contas de despeza do mesmo

Ministerio, depois de examinadas; e apresentando-se-lhe toda e qualquer ordem de pagamento que deva pertencer á sua conta, para que proceda nos termos do citado art. 4.º

Art. 8.º Será igualmente feita em livro separado, e pela forma prescripta no art. 4.º, a conta ordenada pelo n. 2 do art. 6.º; devendo ser entregues, para esse fim, ao Official que fôr della encarregado, todas as contas examinadas pertencentes ás Estações Militares, isto he, á Thesouraria Geral das Tropas, ao Commissariado do Exercito, á Junta dos Arsenaes e Fabricas, ao Hospital e á Academia Militar. E ao mesmo Official será apresentada, para o fim indicado no referido art. 4.º, qualquer ordem de pagamento por conta do respectivo Ministerio.

Art. 9.º Os livros destinados para as contas dos Ministerios, que ficão a cargo desta primeira Repartição, serão abertos, rubricados e encerrados pelo Contador Geral da segunda, provendo-se os Officiaes que os escripturarem dos quadernos de que trata o art. 5.º

CAPITULO III. — Para a Contadoria Geral da segunda Repartição.

Art. 10.º Nesta Repartição, demais dos encargos que ora tem, formar-se-hão:

- I. A conta do Ministerio da Justiça.
- II. A conta do Ministerio da Marinha.

Art. 11.º Ao Official encarregado da conta da Justiça, que também será feita segundo o methodo prescripto, deverá entregar-se qualquer conta examinada, e apresentar-se qualquer ordem de pagamento relativa ao dito Ministerio, para o fim que se tem indicado. O mesmo far-se-ha a respeito da conta da Marinha e do Official que a tiver a seu cargo, sendo os livros destas contas abertos, rubricados e encerrados pelo Contador Geral da terceira Repartição, e havendo os quadernos lembrados no art. 5.º

CAPITULO IV. — Para a Contadoria Geral da terceira Repartição.

Art. 12.º Passará da Contadoria Geral das Colonias para esta Repartição a escripturação relativa ás Colonias ou Colonos, e além disso, e das incumbencias que dantes tinha, formar-se-ha nella a conta do Ministerio dos Negocios do Imperio.

Art. 13.º Esta conta será formada como a dos outros Ministerios, e praticar-se-ha com o Official della encarregado tudo quanto se acha disposto a respeito dos outros, sendo o livro da mesma conta aberto, rubricado e encerrado pelo Contador Geral da Contadoria das Colonias, e munindo-se o Official que a escripturar do necessario quaderno para assentos e lembranças.

CAPITULO V. — Para a Contadoria Geral das Colonias.

Art. 14.º Esta Repartição fica provisoriamente encarregada do exame e revisão das contas publicas que forem prestadas ao Thesouro Nacional, sendo por isso exonerada de qualquer outro trabalho.

Art. 15.º O exame e revisão das contas ver-

sará: 1.º, sobre a sua legalidade, isto he, se a arrecadação e distribuição das rendas e dinheiros publicos forão conformes ás leis e ordens existentes; e 2.º, sobre a sua exactidão arithmetica, isto he, se as sommas ou calculos se achão certos e devidamente feitos.

Art. 16.º Os balanços explicados, balancetes, e quaesquer contas remetidas ao Thesouro Publico pelas Juntas e mais Repartições de Fazenda, e pelos Recebedores e Distribuidores das rendas e dinheiros publicos, qualquer que seja a denominação dos mesmos Recebedores ou Distribuidores, serão dirigidas a esta Contadoria Geral pelo Thesoureiro-Mór no dia seguinte áquelle em que as receber, escrevendo na margem da primeira pagina das mesmas contas o seguinte: — A' revisão. Rio... (dia, mez e anno;) — e firmar-se-ha. E logo que as referidas contas chegarem á Contadoria, o Contador Geral escreverá na mesma margem: — Recbida. Rio... (dia, mez e anno,) — e assignar-se-ha. Estas duas notas postas á margem serão lançadas em quadernos, que haverá, hum na Thesouraria-Mór, e outro na Contadoria Geral, declarando-se resumidamente o objecto da conta e a Repartição ou empregado que a tiver dado, e deixando-se em branco na pagina do quaderno o espaço sufficiente para o lançamento das notas subsequentes.

Art. 17.º O Contador Geral irá distribuindo as contas que fôr assim recebendo pelos Escripturarios e Amanuenses habeis de sua Contadoria, indicando-lhes ao mesmo tempo as leis e ordens que devão ser consultadas para se poder julgar da legalidade da receita e despesa que fizer o objecto das mesmas contas. E para que fique habilitado á haver e poder dar aos seus Officiaes os precisos esclarecimentos, o Contador Geral poderá exigir das Repartições do Thesouro copias das ordens expedidas ás Juntas e empregados de Fazenda, relativas ás contas submettidas a exame, ou (por causa de maior brevidade) poderá consultar os respectivos livros de registro. E quando o Contador Geral não possa obter das Repartições do Thesouro os esclarecimentos necessarios, ou encontre grave difficuldade para começar ou proseguir no exame e revisão de alguma conta, consultará ao Presidente, por intermedio do Thesoureiro-Mór, sobre o meio que lhe occorrer para haver taes esclarecimentos ou remover a difficuldade occorrente.

Art. 18.º Tendo o Official concluido o exame legal e arithmetico da conta que lhe tiver sido distribuida, deverá apresenta-la ao Contador Geral, que, ajudado pelo seu Official-Maior, procederá á revisão do exame feito, e corrigi-lo-ha se o achar menos exacto. Acabada a revisão, será a conta remetida á Mesa do Thesouro, com a devida informação do Contador Geral, que a de-verá principiar pela formula seguinte: — A' Mesa do Thesouro. Balanço... (ou conta) da Junta de... (ou Repartição de... ou do empregado F. ...) examinada pelo... (Escriptuario ou Amanuense F....) e revista por mim e pelo Official-Maior F.... — E logo fará assentar o dia em que fizer a remessa no espaço em branco do quaderno

no de que trata o art. 16.º, junto á nota do recebimento da mesma conta. Igual assento far-se-ha no quaderno da Thesouraria-Mór, logo que chegue á referida Mesa a conta examinada.

Art. 19.º O Contador Geral dirá na sua informação com a possível brevidade e clareza: 1.º, se os artigos da receita ou as sommas arrecadadas o forão segundo as leis e ordens que regulão a cobrança e administração das rendas; 2.º, se os artigos da despesa ou as sommas distribuidas o forão segundo as leis e ordens que regulão a applicação e emprego dos dinheiros publicos; e 3.º, se o methodo seguido na escripturação e arranjo das contas he o recommendado pelas leis e estylos fiscaes, e se ha' ou não erro nas sommas e calculos. E notará ao mesmo tempo qualquer negligencia ou abuso que encontrar, exigindo sobretudo a immediata reparação de toda a despesa que achar evidentemente illegal.

Art. 20.º O Thesoureiro-Mór, assim que a conta examinada fôr entregue á Mesa, cuidará em remette-la á Contadoria Geral, a cujo cargo estiver a escripturação da mesma conta, escrevendo á margem da primeira pagina da informação o seguinte: — A' Contadoria Geral da... (primeira, segunda ou terceira) Repartição. Rio... (dia, mez e anno,) — e firmar-se-ha. Esta nota será lançada no espaço em branco immediato ao respectivo assento do quaderno da Thesouraria-Mór, como dito fica. O Contador Geral competente passará recibo na mesma margem, segundo o que se acha disposto no art. 16, e tratará de rever a conta recbida, e de interpôr o seu parecer, que sendo remetido á Mesa do Thesouro, proseguir-se-ha ali nos termos do estylo. E quando a conta examinada obtenha por fim a approvação do Presidente, será entregue ao Official ou Officiaes (se contiver despesas pertencentes a mais de hum Ministerio) que se acharem encarregados da escripturação dos livros de conta estabelecidos nos arts. 3.º, 4.º, 7.º, 8.º, 11.º e 13.º. As quitações que devão ser dadas aos responsaveis pelas contas examinadas serão expedidas pela Contadoria Geral a que pertencer a escripturação das mesmas contas.

CAPITULO VI. — Para a Thesouraria Geral dos Ordenados, Pensões e Juros, e Pagadoria Geral do Thesouro.

Art. 21.º Nestas duas Repartições não se realisará pagamento algum sem que a ordem do Presidente do Thesouro que autorisar o mesmo pagamento tenha sido previamente apresentada, e contenha no seu verso o — Visto — do Official encarregado da conta a que deva pertencer o pagamento em questão, na conformidade dos arts. 3.º, 4.º, 7.º, 8.º, 11.º e 13.º, ou seja a referida ordem de pagamento expedida á vista de folhas processadas dentro ou fóra do Thesouro, ou em virtude de decretos, ou em consequencia de avisos dos diversos Ministerios, ou finalmente por pedidos das Repartições publicas que as devão fazer.

CAPITULO VII. — Para as Juntas de Fazenda das Províncias.

Art. 22.º O balanço explicado annual, e o

balancete mensal que cada huma destas Repartições remetter ao Thesouro Publico, serão organisados da maneira seguinte:

§ I. A parte relativa á receita publica será dividida em receita ordinaria e receita extraordinaria. A primeira comprehenderá todos os rendimentos publicos provenientes: 1.º, de cada huma das contribuições e rendas que forem arrecadadas na Provincia por administração ou por contracto; e 2.º, da cobrança das dividas activas da Fazenda. E a segunda comprehenderá todas as entradas adventicias provenientes de emprestimos autorisados por lei, de depositos, restituições, donativos, etc. E toda a receita, assim ordinaria como extraordinaria, será finalmente demonstrada em tabellas (huma para cada ramo das contribuições e rendas publicas, e para as entradas adventicias que poderem ser calculadas), nas quaes se declare: 1.º, a lei em que se funda a contribuição ou renda, empréstimo ou deposito, etc.; 2.º, o seu producto annual; e 3.º, a despesa da sua arrecadação, se for administrada.

§ II. A parte relativa á despesa publica será dividida pelos Ministerios do Imperio, da Justiça, da Marinha, da Guerra e da Fazenda; e a despesa de cada hum Ministerio será subdividida em ordinaria e extraordinaria, devendo aquella comprehender todos os arts. de despesa fixa que se achar marcada por lei, ou ordens anteriores ao 1.º de Janeiro de 1828; e esta todos os artigos de despesa incerta e eventual que por ordens posteriores se fizer. E toda a despesa, assim ordinaria como extraordinaria, será finalmente explicada por tabellas (huma para cada Ministerio), nas quaes se declare: 1.º, a lei ou ordem que autorisou a mesma despesa; e 2.º, o fim a que fôr destinada, ou a razão da sua applicação.

Art. 23.º O balanço explicado começará a ser organizado no dia do encerramento das contas do anno financeiro estabelecido pela lei de 8 de Outubro de 1828, isto he, no dia 30 do mez de Junho; e o orçamento da receita e despesa será ao mesmo tempo começado, seguindo-se na sua organização o methodo prescripto para o balanço explicado, e sendo como este demonstrado pelas tabellas indicadas no artigo precedente. E assim o balanço como o orçamento referidos serão remittidos ao Thesouro Publico pela Junta respectiva no dia 15 de Agosto seguinte impreterivelmente; fazendo-se menção de tal remessa no termo da sessão da mesma Junta, para que conste a todo o tempo.

Art. 24.º E para que se evite qualquer equivoco, nem se possa allegar difficuldade na classificação das despesas pelos diversos Ministerios, seguir-se-hão a este respeito, em todas as Juntas de Fazenda, as seguintes disposições:

§ 1.º Ao Ministerio do Imperio pertencem as despesas seguintes:

I. *Com a Administração Politica e Civil.* — A saber: com os ordenados e ajuda de custo do Presidente da Provincia e Officiaes de sua Secretaria; com as diarias dos membros do Conselho do Governo, e com o expediente do Conselho Geral, assim como com as gratificações ou ordenados

dos Administradores e empregados das fabricas civis a cargo do Estado, quando as haja, e dos aposentados em taes empregos.

II. *Com a Instrução Publica.* — Isto he: com os ordenados e gratificações concedidas aos Mestres das escolas primarias, aos Professores das cadeiras publicas, aos Lentes e empregados dos Cursos Juridicos, Academias, Collegios e Seminarios, aos Directores e empregados dos Gabinetes scientificos, Bibliothecas publicas e Jardins Botanicos, inclusive as despesas do expediente e costeo de taes estabelecimentos; e finalmente com os ordenados dos Jubilados e aposentados nas classes dos empregados aqui mencionados.

III. *Com a Saude Publica.* — A saber: com os ordenados e gratificações dos Officiaes (inclusive os aposentados) encarregados da policia sanitaria e instituição vaccinica, e dos Hospitales civis protegidos pelo Estado; e bem assim quaesquer despesas que se fizerem a beneficio da mesma saude publica.

IV. *Com as obras publicas civis.* — Isto he: com os ordenados ou gratificações dos Architectos, Apontadores e Mestres (sejão effectivos ou aposentados) encarregados de taes obras, ou com o reparo ou construcção dos edificios publicos não pertencentes á privativa administração de outro Ministerio; e com a conservação e melhoramento das estradas, pontes, calçadas, fontes e passagens que, não podendo ainda fazer-se por conta das Camaras Municipaes, estejam a cargo da Fazenda Publica.

V. *Com a colonização.* — Isto he: com as gratificações concedidas aos Directores das Colonias e aos Colonos durante o primeiro anno do seu estabelecimento, e aos encarregados da catechese dos Indios, e Directores das Aldêas que forem soccorridos pelo Estado, assim como qualquer outra despesa feita a beneficio dos mesmos Colonos e da civilização dos Indigenas.

§ 2.º Ao Ministerio da Justiça pertencem as despesas seguintes:

I. *Com a Administração Ecclesiastica.* — A saber: com as congruas dos Reverendos Bispos e membros dos Cabidos, e dos Parochos e Coadjuutores das Igrejas Matrices; e com os soccorros dados pelo Estado ás Fabricas das mesmas Igrejas, e com os reparos ou construcções e paramentos que lhes sejam precisos.

II. *Com a Administração da Justiça.* — Isto he: com os ordenados dos Desembargadores das Relações e Tribunaes e seus empregados, assim effectivos como aposentados; e dos Ouvidores e Juizes de Fôra; e com as esmolos aos presos civis, e reparo ou construcção das cadeas publicas.

§ 3.º Ao Ministerio da Marinha pertencem as despesas seguintes:

I. *Com o pessoal da Armada.* — A saber: com os soldos e comedorias dos Officiaes, soldados e marinheiros a bordo dos navios de guerra em serviço na Provincia ou de passagem, e dos Intendentes e Officiaes empregados no Arsenal da Marinha; com os ordenados dos Officiaes de Fazenda da Intendencia da Marinha, e os vencimentos

dos Patrões-Móres e Pilotos, ou Práticos-Móres (onde os houver); e bem assim com os soldos dos Officiaes e empregados da Armada, effectivos ou aposentados, que residirem na Provincia e por ella vencerem; com as pensões do Montepio da Marinha; com as gratificações ou ordenados aos conservadores das mattas e Administradores dos côrtes de madeiras de construcção, e com os jornaes dos marinheiros e trabalhadores do mesmo Arsenal e côrtes de madeiras.

II. *Com o material da Armada.*—Isto he: com a compra de madeiras, ferragens e de todos os generos necessarios para a construcção, fabrico, apparelho e armamento dos navios e das munições de boca para o seu regular fornecimento; com o afretamento de transportes em caso de necessidade, e com a acquisição ou compra de navios já construidos e apparelhados, e tambem com a compra dos materiais precisos para os edificios e obras (trabalhos architectonicos) dos Arsenaes da Marinha.

III. *Com a instrucção naval.*—A saber: com os ordenados ou gratificações dos Mestres das escolas de pilotagem e construcção naval, onde as houver.

§ 4.º Ao Ministro da Guerra pertencem as despesas seguintes:

I. *Com o pessoal do Exercito.*—A saber: com soldos, gratificações, ajudas de custo e etapas do Commandante Militar e dos Officiaes, inferiores e soldados dos corpos aquartelados na Provincia com os soldos dos reformados e pensionarios militares residentes, e que devam ser pagos na mesma Provincia, e dos Officiaes empregados na Secretaria Militar, na Thesouraria das Tropas, se a houver, no commando das Fortalezas, no Arsenal e trem de guerra, e no Hospital Militar.

II. *Com o material do Exercito.*—Isto he: com a compra de munições e armamento de guerra; com o reparo e construcções dos quartéis e das casas do trem e officinas militares; com a conservação ou construcção de fortalezas e outras obras de fortificação, e com o fornecimento do que for mister para os doentes militares.

III. *Com a instrucção militar.*—A saber: com os ordenados ou gratificações dos Mestres das escolas regimentaes onde as houver.

§ 5.º Ao Ministro da Fazenda pertencem as despesas seguintes:

I. *Com a divida publica.*—Isto he: com o pagamento dos juros e amortisação de qualquer emprestimo legalmente contrahido na Provincia, e com o pagamento da divida fluctuante reconhecida pelo art. 1.º da lei de 15 de Novembro de 1827, depois de liquidada, legalizada ou inscripta no grande livro, conforme a disposição dos arts. 6, 11, 38 e 39 da mesma lei.

II. *Com a administração e arrecadação das rendas publicas.*—A saber: com os ordenados, ajudas e custo e gratificações de Officiaes e empregados de todas as Estações Fiscaes, como as Juntas de Fazenda, Alfandegas, Mesas de Consulado, e de outras arrecadações, Casas de Moeda, Administrações do Correio marítimo e terrestre, e de passagens e registos, Officinas Typographicas a

cargo do Estado; Intendencia dos diamantes e casas de fundição do ouro, Administração do monopolio nacional do pão-brasil; e Caixas filiaes de amortisação, assim como dos aposentados nas mesmas Estações.

III. *Com o expediente das Repartições e Officinas de Fazenda.*—Isto he: com a compra de livros e mais objectos precisos para a escripturação e despacho dos negocios fiscaes; com a compra dos artigos necessarios para o lavor das moedas, e com o reparo ou construcção das casas de arrecadação e das machinas proprias das officinas fiscaes.

IV. *Com o subsidio dos Senadores e Deputados da Assembléa Legislativa a cargo da respectiva Provincia.*

Art. 25.º Os Escrivães Deputados das Juntas de Fazenda procurarão estabelecer, desde logo, e fazer escripturar os livros de conta de cada hum Ministro, pondo em pratica nas suas respectivas Contadorias o que a este respeito fica determinado para a Thesouraria-Mór e Contadarias Geraes do Thesouro, guardados os termos devidos.

Pago, em 23 de Janeiro de 1829. — Miguel Calmon du Pin e Almeida.

PORTARIA DE 24 DE JANEIRO.

Imp. avulso.

S. M. o I., a quem fiz presente com o officio de V. S. de 15 do corrente o plano que V. S. propõe sobre as embarcações de frete e serviço particular empregadas nesta bahia e rios confluentes, como medida necessaria para evitar os rouboes que ultimamente se tem feito em alguns portos do mar, aonde as quadrilhas tem sido conduzidas em faluas: houve por bem approvar o mesmo plano que a este accompanha, assignado por João Carneiro de Campos, Official Maior desta Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, afim de ter já execução, para o que se tem igualmente expedido as necessarias participações á Repartição da Marinha para a numeração das faluas, e mais declarações exigidas. Deos guarde a V. S. Pago, em 24 de Janeiro de 1829. — Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. — Sr. Luiz Paulo de Araujo Bastos.

Medidas propostas sobre as embarcações de frete e serviço particular empregadas nesta bahia e rios confluentes, e a que se refere o aviso da data desta.

1.º Todos os Juizes de Paz apresentarão hum lista das embarcações pertencentes a pessoas do districto de sua jurisdicção, designando o nome do dono, tripulação, nome do Arraes, serviço em que se emprega, e se he de frete ou particular.

2.º Todos serão obrigados, no prazo de hum mez destas publicadas, a receberem do Juiz de Paz hum bilhete com as declarações acima referidas, e com elle apresentarem-se no Arsenal da Marinha para ali serem numerados, fazendo-se hum lançamento com as sobreditas declarações

e signaes do Arraes, donde extrahir-se ha huma resalva que lhe será entregue. O barco terá em letras grandes o nome do districto, o numero, e se he de frete ou particular.

3.^a Que nas Repartições por onde se pagão contribuições e licenças se não expeção seus titulos sem que sejam munidos de taes resalvas da Inspekção do Arsenal da Marinha.

4.^a Que todas as embarcações que forem encontradas sem esta numeração, se considerem suspeitas e em estado de averiguação.

5.^a Que havendo mudança de serviço, districto, patrão e numero de tripulação, deverá immediatamente ser sciencia a Intendencia Geral da Policia, para na respectiva licença se fazerem as notações precisas, e exigirem-se as competentes abonações á conducta do Arraes. Todo aquelle que se encontrar sem estes quesitos se tornará suspeito.

6.^a Todos os botes e mais embarcações empregadas no serviço de quitandar pelo mar serão obrigadas ás mesmas legitimações a que são obrigados os mascates e quitandeiros que sahem para os districtos.

Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, em 24 de Janeiro de 1828. — João Carneiro de Campos. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 25, de 3 de Abril de 1829.*

RESOLUÇÃO DE 26 DE JANEIRO.

Manuscripto authenticó.

Senhor. — Por portaria da Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, de 8 de Novembro do corrente anno, mandou V. M. I. remetter a este Conselho, para consultar, o requerimento de José Paulo Dias Jorge, do theor seguinte: — Diz José Paulo Dias Jorge, por mercê de V. M. I. Professor Publico de Grammatica Latina da Freguezia de S. Gonzalo do Rio Preto, no Serro do Frio, como mostra o documento n. 1, que, em virtude desta honorrissima provisão, deixou o supplicante o emprego de Official da Contadoria dos diamantes, em cujo serviço estava havia já 15 annos e 8 mezes, como mostra o documento n. 2, vindo exercitar nesta Freguezia o seu novo emprego, o que tem feito já por 4 annos e 7 mezes; tendo tambem servido ao publico em crear e estabelecer a Administração Geral do Correio do Arraial do Tejuco por espaço de 6 annos, como mostra o documento n. 3; sommando a totalidade do tempo que o supplicante tem servido á nação, sem nota ou erro de officio, 26 annos; que tendo sido sempre o supplicante hum homem de compleição debil por nascimento, e valetudinario depois que veio para o Rio Preto, e está empregado na funcção de Mestre, ou pela vida mais sedentaria, ou pela mudança de clima, ou finalmente porque lhe vai crescendo a idade, está continuamente soffrendo dolorissimas colicas nephriticas, lançando arêas algumas vezes ensanguentadas, com padecimento cruel de estomago e ventre, como provão as attestações ns. 4 e 5. Neste lamentavel estado,

com hum familia inteiramente pesada, como se vê do documento n. 6, accrescendo a estes damnos que o Conselho da Provincia julgou dever extinguir-se a Cadeira do supplicante, frustrando assim a graça que V. M. I. lhe fez sem limitação de tempo nem de circumstancias, e vindo desta sorte o supplicante a perder dous empregos, sem crime ou desmerecimento algum da sua parte; por isso, prostrado o supplicante ante o solio augusto de V. M. I., pede a V. M. I. se digne, em attenção aos 28 annos de bom serviço do supplicante, e ao mais expellido, fazer a graça de o jubilar com o seu ordenado para se sustentar e á sua familia, ou a graça de hum pensão em remuneração dos serviços do supplicante. — E. R. M. — Como Procurador, Francisco Gonçalves dos Santos.

Deu-se vista ao Desembargador Procurador da Fazenda, que respondeu pela forma seguinte: — Como pedir o supplicante mercê de ser jubulado allegando o exercicio na Cadeira havia menos de cinco annos? He na verdade extraordinaria pretensão. Rio, 3 de Novembro de 1828. — Barão de Itapoã.

E sendo ouvido o Conselheiro Fiscal das Mercês, respondeu: — Conforme-me. Rio, 19 de Novembro de 1828. — Souza.

O que tudo visto, parece ao Conselho que o tempo por que tem o supplicante exercido o Magisterio não he sufficiente para se lhe conferir a aposentação que requer no mesmo magisterio, não devendo ajudar-se para esse effeito do serviço feito em outras repartições, nem lhe podendo servir tambem de razão a gratuita allegação que faz de que o Conselho do Governo da Provincia tem incluído a sua cadeira no numero das que se devem extinguir; porque nessa hypothese provada se lhe terá em tempo a attenção á continuação do seu ordenado, quando seja o supplicante insufficiente para ser novamente empregado, pelo que vem a ser prematuro o requerimento a este respeito. Rio, 7 de Janeiro de 1829, 8.^o da Independencia e do Imperio. — Francisco Lopes de Souza Faria Lemos. — João da Rocha Pinto. — Manoel José de Souza Franca.

Resolução. — Como parece. Paço, 26 de Janeiro de 1829. — Com a imperial rubrica. — José Clemente Pereira.

RESOLUÇÃO DE 26 DE JANEIRO.

Manuscripto authenticó.

Ao Conselho da Fazenda se remetten, para consultar, a representação de Antonio de Souza Netto, Feitor da Mesa do Consulado desta Corte, na qual expõe que tendo proposto ao actual Administrador do Consulado, a quem he subordinado, certos artigos acerca dos quaes lhe parecia necessario haver esclarecimentos emquanto ao pagamento do dizimo de diversos generos que se despachão por exportação, como sejam anil, gomma e tapioça, cuja deducção para o dizimo se tem feito a 5 por cento, não vindo mencionada no decreto de 16 de Abril de 1821; assim tambem a respeito dos generos algodão em ra-

ma ou caroço, e fumo, e outras exposições sobre diferentes generos, o que tudo se acha expendido na proposta ou representação que sobe com esta, na qual tambem aponta a necessidade de se sancionarem competentemente certas praticas emanadas de simplicies deliberações de autoridades subalternas; e como a declaração do dito Administrador do Consulado pareceu ao representante não lhe resalvar a sua responsabilidade, por isso fez subir a S. M. I. esta mesma representação; e tendo o Conselho ouvido as diversas respostas dadas pela Repartição do Thesouro e pelo Procurador da Fazenda, foi de parecer que sendo muito bem fundadas, e dignas por isso de attenção, as ponderações feitas ao Administrador do Consulado pelo dito Feitor, e merecendo por isso e pelo seu zelo louver pelo modo e maneira por que o fez, pelo contrario não tem a mesma natureza o procedimento daquelle Administrador na resposta que deu por despacho aquella representação, pois que lhe não competia senão observar a pratica, e estylo até a lei observada naquella Mesa, naquelles objectos que são de mera ordem, e cuja alteração foi emendada pela posterior portaria de 22 de Dezembro de 1826, cumprir exactamente com as instrucções que tem, pelo que pertence aos despachos e direitos estabelecidos por elles, quando a sua intelligencia lhe clara e obvia, e levar á presença do Poder Legislativo todos e quaesquer motivos, argumentos e razões que as fizerem dvidosas, maiormente sendo para isso instado por virtude daquelle representação do Feitor. Rio, 14 de Janeiro de 1829.

Resolução. — Como parece, quanto á exigencia das guias; quanto ao mais, estão dadas as providencias. Paço, em 26 de Janeiro de 1829.

— Com a rubrica de S. M. I. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — *Extrahida do original enviado aos 28 á segunda Repartição.*

PORTARIA DE 26 DE JANEIRO.

Original.

S. M. o I. ha por bem que se reforme a escriptura junta remettida pelo Barão de Itapoã, em officio de 22 do corrente, por não estar conforme ao que se lhe ordenou na carta imperial de 6 de Dezembro do anno passado; pois tendo Guilherme Young comprado para a nação e não para si, como declarou em seu requerimento, a chacara que he objecto da escriptura, não pôde ser esta de compra e venda, mas de renuncia e cessão de direito nos termos da citada carta. E assim o manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar ao mesmo Barão, Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, para sua intelligencia e execução. Palacio do Rio de Janeiro, em 26 de Janeiro de 1829. — José Clemente Pereira.

DECRETO DE 27 DE JANEIRO.

Imp. avulso.

Tendo-me representado o Marquez de Macejó que, em virtude de contracto celebrado com seu

irmão o Conde de Linhares, se achia na posse do dominio util das fazendas denominadas de S. João do Crasto e S. José da Barra, com outras datas de terras sobre as margens do Rio Piranga na Provincia de Minas Geraes, e que, por serem auríferas, pretende emprender nellas a extracção de ouro, formando huma companhia de socios nacionaes e estrangeiros, por não ter proprios os fundos necessarios, pedindo-me, para a poder estabelecer, a autorisação necessaria; e tendo subido á minha imperial presença outros requerimentos semelhantes de cidadãos brasileiros: hei por bem declarar que os subditos deste Imperio não precisam de autorisação para poderem emprender a mineração nas terras de sua propriedade por meio de companhias de socios nacionaes e estrangeiros, que podem livremente formar, ficando elles e seus socios sujeitos ás leis do Imperio, e obrigados a pagar sómente os impostos nestas declarados, ou que para o futuro se determinarem. José Clemente Pereira, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 27 de Janeiro de 1829, 7º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — José Clemente Pereira. — *Acha-se no Diario Fluminense n.º 44, de 25 de Fevereiro de 1829.*

PORTARIA DE 28 DE JANEIRO.

App. ao Dialogo Const.

Sendo presente a S. M. I. o officio da Camara da Villa de Maricá, na data de 21 do corrente, na qual participa a dvida em que se acha, de dar posse ao Juiz de Paz pertencente á Freguezia de Saquarema, visto terem elle e o seu Supplente sido eleitos em huma só apuração: manda o mesmo Senhor, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, declarar á dita Camara que deve dar posse ao Juiz de paz, porque a circumstancia de não se ter feito a apuração por via de duas listas não he falta essencial, por admittir a lei duas intelligencias, e por isso hum tal defeito na apuração não pôde tornar nulla a eleição. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Janeiro de 1829. — José Clemente Pereira.

PORTARIA DE 28 DE JANEIRO.

App. ao Dialogo Const.

Manda S. M. o I., pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, remetter ao Juiz de Fôra da Villa de Angra dos Reis da Ilha Grande o officio incluso da Camara da Villa de Itagua-hy, na data de 18 do corrente, com os papeis que o acompanhão; e ha por bem que procedendo a summario sobre o conteúdo na representação junta, pela qual se mostra que o Presidente da Assembléa Parochial da Freguezia de Mangaratiba e alguns outros cidadãos requerêrão que se tomasse conhecimento do suborno que se observou ter havido naquella occasião, e que a mesma Mesa se oppôz a esta pretensão, declare a eleição nulla, tanto de Juiz de Paz e Supplente como de Vereadores; ordenando, em consequen-

cia disso, que se proceda a outra de novo, na forma da lei e suas instrucções. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Janeiro de 1829.—José Clemente Pereira.

PORTARIA DE 29 DE JANEIRO.

Coll. Plancher.

Manda S. M. I., pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, remetter á Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação, a representação da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, em que propõe o meio que julga conveniente para haver as machinas e modelos que por falta de fundos não pôde comprar: e ha por bem que a Junta, providenciando como entender mais util em beneficio da industria, prefira a compra de machinas que contribuirão a melhorar o systema de agricultura, e as confie á Sociedade para que as exponha ao publico. Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Janeiro de 1829.—José Clemente Pereira.

PORTARIA DE 29 DE JANEIRO.

App. ao Dialogo Const.

Sendo presente a S. M. o I. o officio de 15 do corrente, da Camara da Villa de Macabé, acompanhando o requerimento do Vigário Fr. Luiz Eduardo de Serqueira, e dos cidadãos José Carneiro da Silva e Antonio José de Souza, os quaes, como membros da Mesa da eleição do Juiz de Paz e Supplente da Freguezia de Nossa Senhora do Desterro de Quisaman, fazem ver a nullidade de semelhante eleição, por isso que com manifesta infracção da lei de 15 de Outubro de 1827, e, apesar das reclamações dos Supplentes, se nomeou Juiz de Paz para a Capella de Carapebus, que não está nas circumstancias da lei por não ser Capella filial curada: manda o mesmo Senhor, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar á sobredita Camara para sua intelligencia que, verificando-se não ser curada aquella capella, fica de direito nulla a eleição, porque a citada lei de 15 de Outubro só manda eleger Juizes de Paz para as Capellas filiaes curadas, não se devendo portanto neste caso dar posse ao Juiz de Paz que, para a de Carapebus, elegeu indevidamente a mencionada Freguezia do Desterro. Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Janeiro de 1829.—José Clemente Pereira.

PORTARIA DE 29 DE JANEIRO.

App. ao Dialogo Const.

Manda S. M. o I., pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar á Camara da Villa Real da Praia Grande que lhe foi presente o seu officio de 24 do corrente, no qual expõe a duvida em que se acha sobre aquelle que na apuração dos eleitos para Juiz de Paz e Supplente da Freguezia de S. Sebastião de Itaipú deve ser preferido para Supplente, visto appare-

cerem dous com igual numero de votos: e ha por bem que a Camara se regule neste caso pelo que decidir a sorte. Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Janeiro de 1829.—José Clemente Pereira.

AVISO DE 29 DE JANEIRO.

App. ao Dialogo Const.

Levei á presença de S. M. I. o seu officio de 1 do corrente, com o qual remetteu o cap. 5º e parte do 4º do Compendio de Direito Natural; e ordena o mesmo Senhor que eu participe a Vm., pelo que respeita ao methodo que seguio na analyse da constituição, que acertadamente procedeu em não consentir questões sobre a bondade relativa della em sua applicação, entendendo a lei pelo sentido litteral, que he sempre o preferivel, e que, quanto á questão de precedencia com o Dr. Balthazar da Silva Lisboa, como ambos foram nomeados em 12 de Outubro de 1827, e são por isso iguaes em antiguidade nos termos do § 2º do cap. 18 dos estatutos, deve regular-se a dita precedencia pelo grão de Bacharel na falta da de Doutor, por argumento de analogia tirado da carta regia de 24 de Janeiro de 1791, que assim o declarou a respeito dos Lentes de Theologia e Medicina da Universidade de Coimbra. Deos guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 19 de Janeiro de 1829.—José Clemente Pereira.—Sr. José Maria Avellar Brotéro.

PORTARIA DE 29 DE JANEIRO.

Imp. avulso.

Havendo mostrado a experiencia que a formallidade do laeramento e sello das escotilhas dos navios mercantes, em lugar de ser proveitosa á fiscalisação dos direitos nacionaes, tem-se tornado sobre inutil, nociva ao commercio, e gravosa á Fazenda, encontrando aquelle hum obstaculo de mais ao seu expediente, e despendendo esta mais de 900\$ rs. por mez, manda S. M. o I. que, enquanto pelo novo foral não forem dadas a este respeito outras e mais efficazes providencias, se observe na Alfandega desta Corte o seguinte:

1.º Fica de nenhum effeito a portaria da Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, de 10 de Dezembro de 1824, na parte em que determina que sejam laeradas e selladas as escotilhas dos navios que entrarem com mercadorias neste porto: cessando, em consequencia, todas as gratificações, emolumentos e despesas que se fazião ou tinham lugar por causa desta operação.

2.º Cada hum navio de commercio receberá, como d'antes, dous guardas, que permanecerão a seu bordo constantemente, ou ainda mesmo nos Domingos e dias santos, sendo hum pago pela Fazenda e outro pela praça, segundo a lei.

3.º Os Guardas porém que forem empregados a bordo dos navios serão de hoje em diante cuidadosamente nomeados pelo Juiz da Alfandega, que escolherá, como convém, homens probos e activos, prestando cada hum delles

fiança idonea, a aprazimento do mesmo Juiz, para segurança da Fazenda quando seja lesada. E nestes termos vencerá cada hum dos referidos Guardas, além da gratificação que ora percebem, mais outra de 360 rs. diários.

4.º O Juiz da Alfandega procurará vigiar escrupulosamente o comportamento dos Guardas, dimittindo ou despedindo aquelles que lhe forem suspeitos; e fazendo processar, segundo a lei, os que forem convencidos de abuso ou fraude, havendo neste caso dos fiadores respectivos a indemnisação correspondente. Igualmente porá o Juiz o maior cuidado em que o Guarda-Mór cumpra exactamente as obrigações do seu cargo, não sómente rondando sobre o mar, mas também guarnecendo os navios no momento em que chegarem; e de qualquer omissão que nelle haja, depois de o haver advertido, dará parte ao Governo para occorrer de prompto com remédio efficaz. O que se cumprirá. Rio de Janeiro, em 29 de Janeiro de 1829. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 25, de 3 de Fevereiro de 1829.*

PROVISÃO DE 31 DE JANEIRO.

Imp. avulso.

Miguel Calmon du Pin e Almeida, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de Pernambuco que, sendo presente a S. M. o I., em consulta do Conselho da Fazenda a que mandou proceder, o officio da mesma Junta n. 50, datado em Novembro do anno proximo passado, em que, além de outros objectos, dá conta das despesas que os ex-arrematantes do contracto nullo dos meios direitos da Alfandega dessa Provincia, Gervasio Pires Ferreira e C., pretendem lhe sejam abonadas; e conformando-se inteiramente com o parecer do Conselho a tal respeito: houve por bem, por sua immediata e imperial resolução de 25 do corrente mez, determinar que no seu imperial nome se estranhasse a essa Junta a frouxidão e illegalidade com que se houve acerca deste assumpto, não só por submittello de envolta com o da approvação do contracto ultimo feito com Antonio Marques da Costa Soares e socios, sendo objecto diverso e de mui diverso expediente, como pela maneira com que o fez, vindo, como veio, o seu officio desacompanhado das informações a que se devia ter procedido, e sem hum só officio do Procurador da Fazenda nos requerimentos dos referidos ex-contractadores; ordenando outrossim que a Junta immediatamente faça debitar nos mesmos ex-contractadores Gervasio Pires Ferreira e C. pelas quantias liquidas por elles recebidas á boca do cofre da Alfandega, em dinheiro ou em bilhetes, durante o tempo da correnteza do contracto extincto, e por virtude delle, precedendo para isso a competente informação do Juiz da Alfandega; e pelas quantias assim debitadas se proceda a sequestro nos bens dos ditos ex-contractadores, nos termos da lei de 22 de Dezembro de 1761, encontrando-se-lhes na execução aquel-

las quantias sómente que, por informação do Juiz da Alfandega, e com audiência do Procurador da Fazenda, se reputarem de utilidade conhecida para a administração do contracto com que elles corrêrão, excluidas em todo o caso: 1.º, a da propina de 1:600,00 rs., que se diz paga ao Escrivão Deputado da Junta Angelo José Saldanha, por ser não só pela lei de 25 de Outubro de 1827, mas também pela segunda condição do mesmo extincto contracto, defeso o pagamento de qualquer propina pela sua arrematação; e 2.º, as dos salarios que os referidos ex-contractadores abonarão a si mesmos, por não serem abonaveis de sua natureza. O que a Junta assim cumprirá, dando de tudo conta antes do seu despacho definitivo, assim de receber pelo Thesouro a approvação das mesmas despesas como parecer mais justo. João Rodrigues da Silva a fez no Rio de Janeiro, em 31 de Janeiro de 1829. — João Carlos Corrêa Lemos a fez escrever. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 33, de 12 de Fevereiro de 1829.*

PROVISÃO DE 31 DE JANEIRO.

Imp. avulso.

Miguel Calmon du Pin e Almeida, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de Pernambuco que, sendo presente a S. M. o I., em consulta do Conselho da Fazenda, a defeituosa pratica introduzida nas Alfandegas do Imperio acerca da expedição das guias para os generos e fazendas que, depois de despachados, são remettidos de huma para outras Provincias; e cumprindo remover o grave damno que da mesma pratica resulta a boa fiscalisação e arrecadação dos direitos nacionaes, emquanto não forem adoptadas, em o novo foral, mais amplas e seguras medidas sobre tão importante objecto: houve o mesmo A. S. por bem, por sua immediata e imperial resolução de 25 do corrente mez de Janeiro, que essa Junta faça observar e guardar inteiramente nos despachos, e guias que se fizerem ou expedirem pela Alfandega dessa Provincia as determinações seguintes: 1.º, que a pessoa que quizer despachar quaesquer mercadorias pela Alfandega deverá apresentar huma nota escripta no alto de huma folha de papel, na qual declare com exactidão o numero dos volumes que quizer despachar, suas marcas, a quantidade e qualidades das peças e objectos que cada hum contém, indicando o numero das varas ou covados de cada peça, se fôr de medida linear, ou o numero dos quintaes, arrobas e libras, se forem de haver peso, ou o numero das canadas e quartilhos, se forem generos liquidos; e bem assim o nome da embarcação que tiver importado taes mercadorias, o dia de sua entrada no porto, o nome do despachante, e o dia em que fizer a nota para despacho; 2.º, que nesta mesma nota, e ao pé della para maior brevidade, lancem os Officiaes competentes os despachos dos direitos que se devão pagar, declarando o dia em que taes despachos fizerem, tudo conforme

o modelo junto, que comprehende assim a nota de que trata o artigo precedente, como o despacho em questão; 3.^a, que este bilhete, que contém a nota e despacho como dito fica, seja registado em livro proprio por hum ou dous Officiaes intelligentes e probos, á escolha do Juiz ou Provedor, conservando-se no registo a mesma fôrma e methodo guardado no referido bilhete, e deixando-se á margem do mesmo livro o necessario espaço para nelle se lançar qualquer assento ulterior; 4.^a, que as guias que forem dadas para a exportação de mercadorias já despachadas, e que devam ser exportadas para outras Províncias, deverão conter necessariamente as declarações que ficão exigidas para a nota e despacho das mesmas mercadorias, de sorte que se declare expressamente nas ditas guias o numero dos volumes, suas marcas, quantidade e qualidade do seu conteúdo, nome do navio que os importou, dia da sua entrada na Alfandega, e nome de quem os despachou; e além disso, o preço sobre o qual forão pagos os direitos das fazendas contidas em taes volumes, nome de quem requer a guia para as reexportar, lugar ou Alfandega para onde as quer mandar, e nome do navio que as deva transportar; 5.^a, que das guias expedidas, nos termos do artigo precedente, tomar-se-ha nota no livro do registo, e na margem da pagina onde se achar registado o bilhete da nota e despacho das mesmas identicas mercadorias, para que conste a todo o tempo quaes das então despachadas tiverão guia para serem remetidas a outra Provincia ou Alfandega. E nenhuma guia será assignada pelo Juiz ou Provedor sem que tenha no seu verso hum assento do Official encarregado de escripturar o dito livro do registo, declarando ter notado á margem da pagina numero... do mencionado livro a guia em questão; 6.^a, que sempre se expedirão as guias, assim

feitas, por duas vias, devendo ser a primeira entregue á parte que a requereu, e a segunda remetida pelo Correio, dentro do officio do Juiz ou Provedor da Alfandega a que a expedio, ao Juiz ou Provedor daquella a que se destinar a fazenda guiada. E em nenhum caso dar-se-ha huma terceira via de guia para o mesmo genero ou mercadoria que tiver obtido a primeira, seja qual for a causa ou pretexto que possa ser allegado; 7.^a, que nenhum Juiz ou Provedor faça cumprir ou dê fe e valor a guia alguma que lhe seja apresentada (depois de passado o tempo que julgar razoado para que esta provisão esteja publicada e em vigor na Alfandega que a tiver expedido), se ella não contiver as declarações, e não for feita com as formalidades exigidas pelos artigos antecedentes; 8.^a, que, finalmente, pelo que respeita ás guias para as chamadas *miudezas* que se remettão de humas para outras Provincias, além do juramento que por lei deve prestar a parte que as requerer, deverá a mesma parte apresentar certificado jurado do mercador em cujo armazem ou loja tiver comprado taes *miudezas*, e assignar termo de responder por qualquer fraude que possa ser descoberta sobre o mesmo objecto. O que a referida Junta fará observar e cumprir, empregando todo o esmero e vigilancia para evitar qualquer abuso ou desleixo que possa haver da parte dos Officiaes da Alfandega respectiva, e ficando responsavel pela menor falta. João Rodrigues da Silva a fez no Rio de Janeiro, em 31 de Janeiro de 1829. — João Carlos Corrêa Lemos a fez escrever. — Miguel Calmon du Pin e Almeida.

N. B. Na mesma conformidade e data se expedirão ás mais Provincias do Imperio onde ha Alfandegas. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 55, de 12 de Fevereiro de 1829.*

MODELO.

Bilhete de despacho.

Nota.

Rio de Janeiro, 7 de Junho de 1828.

Despacha (Fuão) as fazendas seguintes vindas do Malabar no navio (tal), entrado neste porto no dia do mez de

D. Fardos n.º	19,100	300	Pecas de zuartes ordinarios de 20 covados.
	10,100		
	13,100		
	14,080	160	Naguenas
	16,080		
	7,100	200	Chilas e coromandéis ordinarios
	17,100		
	1,100		Cadiás inglezes
	44,400		Panos de gentio
	45,500		Longuens azues
	46,240		Cafres
	43,300		Cobertas de paly
(Marca) Fardon.	2,100		Cadiás ordinarios de.

(Assignado o despachante.)

Despacho.

Rio, 7 de Junho de 1828.

Despacho de (Fuão) Malabar (navio tal)			
D. Fardos n.	910	180 peças de zuartes ordinarios de 20 lb.	2,000 360,000
13, 14, 16, 17, 7, 1,		160 nagenas 20 "	1,600 256,000
44, 45, 46, 43,		200 coromandéis de 21 "	1,680 336,000
(Marca) Fardo n. 2.		100 cadiás de 14 "	1,220 112,000
		400 panos de gentio	600 240,000
		500 longuens de 5	400 200,000
		240 cafres	600 114,000
		500 cobertas de paly.	640 192,000
		100 p. cadiás ordinarios.	1,120 112,000

(Assignado Fuão, Feitor.)

1:952,000
15976000
1952

292,800 (oo)

Deve pagar 292,800 rs. (Fuão, Escrivão da Mesa Grande.)—João Carlos Corrêa Lemos.

PROVISÃO DE 31 DE JANEIRO.

Imp. avulso.

Miguel Calmon du Pin e Almeida, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de Pernambuco que, sendo presentes a S. M. o I., em consulta do Conselho da Fazenda a que mandou proceder, os seus officios n. 30 e 32, datados em Novembro do anno findo, dando conta de haver arrematado o contracto da metade dos direitos da Alfandega grande da Cidade do Recife, pelo triennio de 1 do corrente mez de Janeiro a 31 de Dezembro de 1831, a Antonio Marques da Costa Soares e socios, pela quantia de 855:110\$433 rs., conforme a lei de 25 de Outubro de 1827, por ter ficado nulla em virtude da provisão do Thesouro Nacional, de 6 de Agosto do dito anno, a anterior arrematação que se fizera a Gervasio Pires Ferreira e C.; e conformando-se o mesmo A. S. inteiramente com o parecer do referido Conselho: houve por bem, por sua immediata e imperial resolução de 23 do presente mez, approvar a referida arrematação feita ao mencionado Antonio Marques da Costa Soares e seus socios, huma vez que elles se submettão ás condições que com esta se lhes remettem, assignadas pelo Contador Geral João Carlos Corrêa Lemos, as quaes, não alterando a substancia das que fôrão ali estipuladas, são mais claras que estas, e menos sujeitas a duvidas e interpretações abusivas, devendo ser taes condições, quando aceitas pelos arrematantes, escrupulosamente observadas e guardadas pela mesma Junta, que assim o cumprirá. Alexandre José Ferreira Braga a fez no Rio de Janeiro, em 31 de Janeiro de 1829. — João Carlos Corrêa Lemos a fez escrever. — Miguel Calmon du Pin e Almeida.

CONDIÇÕES com que S. M. o I. ha por bem approvar a arrematação dos meios direitos da Alfandega de Pernambuco feita pela Junta da Fazenda daquella Provincia a Antonio Marques da Costa Soares e socios, na conformidade da lei de 25 de Outubro de 1827, e immediata e imperial resolução de 23 de Janeiro de 1829, tomada em consulta do Conselho da Fazenda.

1.º Que a elles contractadores se arremata metade do rendimento dos direitos actuaes chamados de entrada, baldeação, reexportação e Consulado, que se arrecadarem na Alfandega de Pernambuco desde 1 de Janeiro de 1829 até o ultimo de Dezembro de 1831, pela quantia certa de 855:110\$433 rs., que vem a ser 781:052\$496 rs., em que se computou a metade do rendimento desses mesmos direitos nos tres annos antecedentes de 1826, 1827 e 1828, augmentados de 10 por cento mais, na forma da lei de 25 de Outubro de 1827, e 74:057\$957 rs. de lanço offerecido pelos mesmos contractadores sobre essa somma, ficando excluidos deste contracto os direitos impostos sobre os escravos importados, seja qual fôr a sua denominação.

2.º Que elles contractadores receberão á boca do cofre da Alfandega, no fim de cada mez, a metade do rendimento dos mencionados direitos, descontando-se logo a quota parte do pagamento do prego do contracto pertencente á Fazenda Publica nesse mesmo mez, e repondo elles contractadores o que faltar para satisfazer essa parte do prego em dinheiro de contado ou em letras pagaveis no fim do subsequente mez, as quaes terão a natureza de bilhetes da Alfandega.

3.º Que elles contractadores e seus socios não serão obrigados a pagar propina alguma além do

preço principal deste contracto, nem mesmo a da obra pia.

4.^a Que elles contractadores e seus socios presentes e futuros, os que tiverem ou houverem de ter com elles interesses na arrematação do contracto, ficarão obrigados *in solidum* á Fazenda Publica pelo preço do mesmo contracto, na fórma da lei.

5.^a Que a elles contractadores pertencerá, em commun com os Officiaes da Alfandega, o direito de comprarem a dinheiro de contado as mercadorias estrangeiras que, em razão de se não acharem marcadas nas pautas da Alfandega, são despachadas pelas facturas na fórma dos tratados com as respectivas nações, quando taes facturas sejam reputadas fraudulentas, sendo porém vendidas as ditas mercadorias em leilão á porta da Alfandega, e pagos os direitos sobre o preço da venda.

6.^a Que elles contractadores, seus socios e interessados renuncião todos os casos fortuitos, ordinarios e extraordinarios, solitos ou insolitos, cogitados ou não cogitados, de maneira que em todos e cada hum delles ficarão sempre obrigados sem delles se poderem valer, nem os poderem allegar em tempo algum, e para algum effeito, qualquer elle seja, reservando-se-lhes o direito de requererem ao Governo ou ao Corpo Legislativo qualquer indemnisação que seja aconselhada pela justiça ou equidade, sem suspensão do procedimento ordinario, na conformidade da lei de 22 de Dezembro de 1761, tit. 2.^o, § 55.

7.^a Que elles contractadores igualmente renuncião qualquer privilegio de fóro, por mais espcioso que elle seja, e ainda fundado em tratados, obrigando-se a responder pela via executiva, na fórma declarada nas leis de fazenda em vigor neste Imperio, perante todo e qualquer Juizo em que a fazenda os demandar.

8.^a Que elles contractadores apresentarão todos os mezes, na Junta da Fazenda desta Provincia, documento authenticico que mostre estar verificado o pagamento, a que forem obrigados, no mez antecedente, pena de remoção do contracto, e de se proceder contra elles ditos contractadores nos termos da lei, para completarem por seus bens toda a falta que heuer para o pleno pagamento do preço por que tem rematado este contracto.

9.^a Que elles contractadores gozarão de todos os privilegios e isenções concedidas pelas ordenações do Imperio e regimento da fazenda aos rendeiros das rendas publicas que não estiverem derogadas em parte ou em todo, e se não oppozerem á Constituição do Imperio.

10.^a Que será permitido a elles contractadores terem hum assento em cada hum das Mesas e Estações por onde corre o despacho das mercadorias da Alfandega, a par dos Officiaes da mesma Alfandega encarregados de fazer o expediente dos ditos despachos, além de ahí, com comodidade, fiscalisarem a exacção com que elles devem ser feitos, não se podendo expedir os bilhetes respectivos em cada hum das sobreditas Mesas ou Estações pelos Officiaes da arrematação,

sem que os mesmos contractadores por si ou seus agentes lhe ponhão o seu — visto — depois de concluido cada hum dos despachos, os quaes todavia se não poderão demorar de modo algum ás partes quando os mesmos contractadores ou seus agentes não forem a elles presentes, como se lhes permite ser.

11.^a Que elles contractadores poderão requerer ao Juiz da Alfandega a effectividade das rondas de mar pelos Officiaes a ellas destinados, e lhes será permitido metterem nos escaleres das mesmas rondas os seus agentes e feitores, para se evitarem com maior fiscalisação os extravios que a malversação dos guardas ou o seu descuido occasionarem.

Rio de Janeiro, em 31 de Janeiro de 1829. — João Carlos Corrêa Lemos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 52, de 11 de Fevereiro de 1829.*

RESOLUÇÃO DE 5 DE FEVEREIRO.

Manuscripto authenticico.

Por immediata resolução de S. M. I., de 22 de Fevereiro do anno proximo passado, tomada em consulta do Conselho da Fazenda, que subio com esta de 6 do dito mez e anno, mandou o mesmo A. S. que o Conselho interpozesse o seu parecer sobre o requerimento do Senador Conego Antonio Vieira da Soledade, em que pede os vencimentos por inteiro como Vigario da Freguezia da Madre de Deos da Cidade de Porto Alegre, e Vigario Geral da Provincia respectiva, e tendo o Conselho recebido as respostas do Escrivão e Procurador da Fazenda, aos quaes mandou ouvir, depois de se ajuntarem os papeis sobre este assumpto que existião na Secretaria, foi de parecer que, sendo as circunstancias em que se acha o Senador Conego Soledade identicamente as mesmas em que se achava o Arcediago Monteiro de Barros, e identicas as suas pretensões, não podia ser outro o parecer do Conselho respeito a Soledade que o que expendeu na consulta, á que sobre os requerimentos dos dous pretendentes levou á presença de S. M. I., por lhe ter sido assim ordenado respeito ao Arcediago Monteiro de Barros, tendo no principio da exposição do seu parecer estabelecido as regras geraes de direito e justiça que motivarão a sua persuasão, e que abrangião todos os casos identicos e identicas circunstancias, como era a do Conego Soledade. Que havia hum unico caso ou circumstancia que das regras e ordens geraes se podia estabelecer huma excepção em favor de Soledade, qual a delle pagar aquella congrua que tem como Vigario da Freguezia da Madre de Deos, e o ordenado de 1000 rs. como Vigario Geral ás pessoas que nomeou e escolheu para aquelles serviços que, pela sua natureza, urgiam assistência de facto, mas que esta unica circumstancia se verifica não existente á vista da sua supplica, aonde confessa que aos seus Serventuários nada paga de congrua e ordenado, pois se achão servindo só pelos emolumentos, resultando do exposto parecer, que o requerimento de Soledade he indeferivel, bem

como o foi do Arcediago Monteiro de Barros. Em 7 de Janeiro de 1829. — *Extrahida do original enviado ao Conselho aos 28 de Janeiro.*

Resolução. — Como parece. Paço, em 5 de Fevereiro de 1829. — Com a rubrica de S. M. I. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — *Extrahida do original enviado ao Conselho aos 28 de Janeiro.*

RESOLUÇÃO DE 5 DE FEVEREIRO.

Manuscripto authentic.

Ao Conselho da Fazenda dirigio o Official-Maior da Casa do Assentamento, Antonio Bernardino dos Santos Pereira, huma representação, na qual expõe que, tendo desamparado este Tribunal desde fins de Agosto do anno proximo passado o Porteiro delle Manoel Joaquim Soares, a titulo de molestia, e que sendo o supplicante chamado pela lei para o substituir, lhe cumpria, como qualquer outro Serventuário, accusar o falso motivo de ausencia do mesmo Porteiro, para se reputar vago o lugar e requerer o supplicante a sua effectividade, pois o dito Porteiro desamparou o dito lugar, ausentando-se para a Cidade da Bahia.

O que sendo visto, parece ao Conselho que o lugar de Porteiro deste Tribunal se acha vago pelo total abandono que delle fez o Serventuário respectivo Manoel Joaquim Soares, ausentando-se para a Bahia, como accusa o sobredito Official-Maior que o substitue, e que este he digno de obter de S. M. I. ser provido no mesmo officio, conjunctamente com o annexo de Thesoureiro das despesas miudas do Tribunal, provendo-se o officio de Official-Maior da Casa do Assentamento que elle exerce, conforme a lei e estylo, em proposta competente do Escrivão da Fazenda, expedindo-se as ordens competentes pelo Thesouro para se suspender o pagamento do ordenado que leva em folha o referido Manoel Joaquim Soares. Em 30 de Janeiro de 1829.

Resolução. — Como parece. Paço, em 5 de Fevereiro de 1829. — Com a rubrica de S. M. I. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — *Extrahida do original enviado ao Conselho aos 12 de Fevereiro.*

AVISO DE 7 DE FEVEREIRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Ex. Sr. — S. M. o I. ha por bem que V. Ex. não remetta, para subir á sua augusta presenca, requerimento algum com documentos que não estejam sellados na fôrma da lei. O que participo a V. Ex. para que assim o execute. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Fevereiro de 1829. — José Clemente Pereira. — Sr. Barão de Bagé. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 32, de 11 de Fevereiro de 1829.*

Na mesma conformidade e data se expedirão avisos a todos os Presidentes das Provincias do Imperio.

DECRETO DE 9 DE FEVEREIRO.

Imp. avulso.

Hei por bem ordenar que a Assembléa Geral Legislativa se reúna extraordinariamente e se ins-

talle no dia 1 de Abril do corrente anno, por assim o pedir o bem do Imperio. José Clemente Pereira, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Fevereiro de 1829, 8º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — José Clemente Pereira. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 35, de 12 de Fevereiro de 1829.*

DECRETO DE 9 DE FEVEREIRO.

Coll. Braz.

Usando da minha imperial clemencia com os soldados que até a data deste decreto desertarão do exercito; hei por bem e por graça, tendo ouvido o meu Conselho de Estado, perdoar-lhes a culpa da primeira e segunda deserção em que se acharem incursos, com a condição de se apresentarem dentro do termo de tres mezes, contados da publicação deste, nas differentes Provincias do Imperio, em quaesquer dos corpos da mesma arma e linha, nos quaes ordeno sejam recebidos e se lhes assente praça, não obstante haverem desertado, e sem embargo de quaesquer disposições e ordens em contrario. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e mande passar despachos circulares na conformidade acima referida. Paço, em 9 de Fevereiro de 1829, 8º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Joaquim de Oliveira Alvares.

AVISO DE 12 DE FEVEREIRO.

Original.

Participo a V. Ex., para sua intelligencia, que S. M. I., conformando-se com a resposta e parecer de V. Ex. sobre a representação do Conselheiro João José da Veiga, encarregado da commissão dos sequestros das propriedades dos subditos portuguezes, houve por bem ordenar que, cessando a referida commissão, passassem todos os papeis que lhe são relativos para o Juizo dos Feitos da Corôa e Fazenda, para por ali se deferir d'ora em diante aos levantamentos parciaes que se forem requerendo dos mesmos sequestros. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 12 de Fevereiro de 1829. — Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. — Sr. Barão de Itapoã.

PORTARIA DE 12 DE FEVEREIRO.

Imp. avulso.

Foi presente a S. M. I. o officio de 30 de Janeiro findo, em que a Camara da Villa de Rezende, depois de pedir providencias sobre alguns artigos de administração de justiça, de que receberá resposta pela competente Repartição, communica que nomeára provisoriamente para Secretario o Escrivão que servia na Camara passada, e que se faz indispensavel o estabelecimento de hum correio entre a dita Villa e esta Cidade: e manda o mesmo Senhor, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar-lhe que a nomeação provisoria do Secretario foi ocio-

sa, porque o Escrivão, em virtude do seu titulo, não pôde ser privado do dito lugar sem erro de officio, na conformidade do art. 79 da lei de 1 de Outubro de 1828, e que, quanto ao correio, deve a Camara esperar pelo respectivo regulamento geral que vai publicar-se, onde achará as providencias que solicita. Palacio do Rio de Janeiro, em 12 de Fevereiro de 1829. — José Clemente Pereira. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 37, de 17 de Fevereiro de 1829.*

PORTARIA DE 13 DE FEVEREIRO.

App. ao Dialogo Const.

Foi presente a S. M. o I. o officio da Camara da Cidade de Cabo-Frio, de 31 de Janeiro proximo passado, em que expõe a divergencia que houve entre as Mesas Eleitoraes das Freguezias do seu districto na apuração dos votos para Juizes de Paz e Supplentes, por entenderem as de S. Sebastião e Senhora da Lapa que a dita apuração se devia fazer em huma só lista, e as da Senhora da Assumpção e S. Pedro da Aldêa em listas separadas: e manda o mesmo Senhor, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, responder-lhe que as Mesas das duas ultimas Freguezias entenderão e guardarão melhor a lei e instrucções, mas que, apesar de ser notavelmente irregular o procedimento das outras, não estão por isso nullas as eleições respectivas, porque a lei de 1 de Outubro de 1828 admite a intelligencia que estas lhe quizerão dar e seguirão nas suas apurações. Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Fevereiro de 1829. — José Clemente Pereira.

PORTARIA DE 13 DE FEVEREIRO.

App. ao Dialogo Const.

Sendo presente a S. M. o I. o officio da Camara Municipal da Villa de Paraty, na data de 31 de Janeiro passado, em que, participando ter sido installada no dia 28 do mesmo mez, offerece algumas duvidas, reduzidas a cinco quesitos, sobre a intelligencia da lei do 1º de Outubro de 1828: manda o mesmo A. S., pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, declarar a referida Camara, quanto aos tres primeiros sobre as duvidas de serem ou não exercidas pelo Escrivão do Juiz de Paz da Freguezia da dita Villa as funções de Tabellião em todo o districto da mesma Freguezia, sobre os meios de que deve usar a Camara para com os empregados que não quizerem aceitar os empregos para que forem nomeados, e sobre as funções do Alcaide da Villa e seus Meirinhos, que pela Repartição dos Negocios da Justica lhe será communicada a competente decisão. Quanto porém ao 4º quesito, sobre a substituição do Secretario no impedimento deste empregado, fica esta decisão reservada para o Poder Legislativo, a quem compete por ser caso omisso na lei; mas se acontecer impedimento do actual Secretario antes de haver resolução da Assembléa Geral, poderá a Camara nomear a quem julgar conveniente. E pelo que

pertence ao 5º quesito, a Camara, em casos identicos, deve proceder na conformidade das decisões do Governo, ás representações de outras Camaras, ainda que directamente lhe não sejam transmittidas aquellas decisões, huma vez que conste a sua integridade dos jornaes e periodicos da Corte. Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Fevereiro de 1829. — José Clemente Pereira.

PORTARIA DE 16 DE FEVEREIRO.

Manuscripto authentic.

Devendo-se na inscripção da divida publica accumular ao capital os juros vencidos e não pagos até o ultimo de Dezembro de 1826, em observancia da carta de lei de 15 de Novembro de 1827, e conforme o despacho desta data: o Contador do emprestimo antigo assim o observe, e immediatamente faça a conta aos documentos constantes da inclusa relação, para ter lugar a sobredita inscripção. Rio, 16 de Fevereiro de 1829. — Miguel Calmon du Pin e Almeida.

RESOLUÇÃO DE 20 DE FEVEREIRO.

Manuscripto authentic.

Ao Conselho da Fazenda se mandou consultar o requerimento de D. Emiliana Alexandrina Cabral de Mello, viuva de José Raymundo Cabral de Mello, que foi Official-Maior da Casa do Assentamento do mesmo Conselho, em que pede, em attenção á deploravel situação da supplicante e de seis filhos menores, a graça de se lhe conceder metade do ordenado que vencia seu marido, ou huma pensão que fôr do imperial agrado, para manter e cuidar na educação dos ditos filhos, e reforça esta sua supplica com diversos exemplos de graças semelhantes feitas ás viuvias de benemeritos servidores do Estado, entre cujas agraciadas memorisa a supplicante a viuva de Venancio, que foi Contador da Contadoria Geral das Colonias, a qual foi liberalizada com 600\$ rs. por anno, metade do ordenado que vencia seu fallecido marido. E tendo o Conselho ouvido diversos pareceres dados pela Repartição do Thesouro, Procurador da Fazenda e Fiscal das mercês, foi de parecer que, emquanto não constar authenticamente que a supplicante he destituida absolutamente dos meios de patrimonio ou economia propria com que suppra as primeiras necessidades da vida, não ha razão fundada para a mercê que requer, não sendo bastante o exemplo que allega, o qual está longe de constituir direito. Em 6 de Janeiro de 1829.

Resolução. — Como parece. Paço, em 20 de Fevereiro de 1829. — Com a rubrica de S. M. I. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — *Extrahida do original enviado á primeira Repartição aos 28.*

RESOLUÇÃO DE 20 DE FEVEREIRO.

Manuscripto authentic.

Ordenou-se ao Conselho da Fazenda que consultasse sobre o modo mais seguro de se proce-

der ao regular assentamento de todos os proprios facionaes, indicando as medidas que devão ser tomadas para esse fim; e sendo ouvido o Procurador da Fazenda, foi o Conselho de parecer que estando determinado no regimento dos antigos vedores da Fazenda, de 17 de Outubro de 1516, no cap. 18, a maneira por que cumpre ser tomada a propriedade nacional, tanto no livro geral da Fazenda, como nos parciaes de cada huma das Comarcas, distinguindo-se ahi a propriedade de raiz daquella que consiste em rendas, conzinha, de conformidade com a citada lei, proceder-se ao assentamento dos proprios por aquelle Conselho no livro de tombo geral, no qual, com distincção de Provincias, se faça menção de todo o patrimonio nacional, consistente tanto em bens de raiz como em rendas publicas, de qualquer natureza que sejam, e que em cada huma das Provincias se proceda a igual assentamento, entendendo nesse expediente as Juntas de Fazenda. E que, cumprindo prevenir em parte as difficuldades que possam retardar esta liquidação, e supprir mesmo por outros meios equivalentes as faltas de titulos e assentamentos, entende o mesmo Conselho que convém incetar este trabalho: 1º, mandando-se examinar logo e colligir entre os papeis e livros existentes no Thesouro das extinctas Provedorias e Junta da Fazenda do Rio de Janeiro todos aquelles que respeitarem a aquisição, incorporação ou assentamento de alguma propriedade da Fazenda Nacional; 2º, que a mesma diligencia se mande fazer nos cartorios do Juizo dos Feitos da Corôa e Fazenda; 3º, que se ordene ás Juntas de Fazenda a mesma averiguação e effectiva organização de hum livro de proprios existentes na Provincia, tanto de raiz como renda, segundo a letra do citado regimento de Fazenda, e que remettão delle competente traslado, assim como dos titulos justificativos da incorporação da propriedade na Fazenda Nacional; ordenando-se-lhes outrossim que fação relação de todos os tributos assentados que se pagão na Provincia, declarando desde quando se cobrão, e por que lei ou motivo se cobrão; acompanhando a sua informação da copia de todas as actas em que se fundarem algumas contribuições voluntarias actuaes que os povos em diferentes tempos tenham offerecido, e do titulo da sua aceitação, se o houver; 4º, que de todos os predios oncorporados na Fazenda Nacional se levantem plantas sobre competentes petipês, procedendo-se á medição e demarcação precisa daquelles que não tiverem deslindados os seus limites, marcando-se nas cartas respectivas o que he de dominio certo da Fazenda, e o que padece duvida ou he litigioso, assignando-se nas mesmas cartas as partes confrontantes com as quaes os mesmos predios se dividem, e que dessas cartas hajão dois exemplares, hum que fique archivado na Provincia a que pertencer o predio, servindo de base e instrucções ao seu assentamento, e outro que seja remettido á Corte pela Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, para se remetter ao Conselho. Entende o Conselho finalmente que, para se obter o melhor resultado destas di-

ligencias e em menos tempo, se envie a cada huma das Juntas de Fazendas hum modelo ou exemplar dos dous livros de tombo ou inventario dos bens proprios de raiz e rendas da Fazenda Nacional que forem assentados em cada huma das respectivas Provincias, segundo as normas que com esta subirão, que he a mesma adoptada pelo Conselho para o assentamento que pela lei lhe incumbem. Em 30 de Janeiro de 1829.

Resolução. — Como parece. Paço, em 20 de Fevereiro de 1829. — Com a rubrica de S. M. I. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — *Extrahida do original enviado ao Conselho aos 30 de Julho.*

RESOLUÇÃO DE 20 DE FEVEREIRO.

Manuscripto authentic.

Remetteu-se ao Conselho da Fazenda, para consultar, o requerimento de João Francisco Duarte, Escrivão da Mesa da Balança na Alfandega grande de Pernambuco, em que pede se lhe mande passar o titulo de serventia vitalicia, com o mesmo ordenado e emolumentos que vence; e sendo ouvido o Procurador da Fazenda, foi o Conselho de parecer que, á vista da provisão do Thesouro de 25 de Setembro de 1826, pela qual se ordenou á Junta da Fazenda de Pernambuco que empregasse ao supplicante no lugar de Escrivão da Mesa da Balança da respectiva Alfandega, e que nelle o conservasse emquanto bem servisse, se reduz ora a supplica meramente á mudança de titulo, substituindo-se-lhe o legal do alvará competente expedido, em forma ordinaria, por este Conselho, ao menos legal por que o supplicante se acha servindo, pois que aliás a mercê da serventia vitalicia do officio parece estar feita segundo a pronunciação da referida provisão, não se fazendo alguma alteração; nem quanto a ordenados, nem quanto a emolumentos, por ser isso attribuição do Corpo Legislativo. Rio, 4 de Fevereiro de 1829.

Resolução. — Como parece. Paço, 20 de Fevereiro de 1829. — Com a rubrica de S. M. I. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — *Extrahida do original enviado ao Conselho aos 10 de Março de 1829.*

RESOLUÇÃO DE 23 DE FEVEREIRO.

Manuscripto authentic.

Remetteu-se ao Conselho da Fazenda, para consultar, o officio da Junta da Fazenda da Provincia do Espirito Santo, em que a mesma Junta dá conta do que occorre acerca da responsabilidade dos arrematantes do contracto do dizimo do pescado, e 5 rs. em libra de carne verde, do districto dos Campos dos Goitacazes, de cujo alcance se acha a Fazenda Nacional por embolsar, e em liquidação contenciosa com os ditos arrematantes; e sendo ouvido o Procurador da Corôa e Fazenda, foi o Conselho de parecer que se deve expedir provisão de lapso de tempo pela Repartição competente em forma ordinaria, para por parte da Fazenda se interpôr para o Con-

selho della competente appellação da sentença do Juiz de Fóra de Campos, remettendo-se a mesma provisão á Junta da Fazenda do Espirito Santo representante, para por meio della, e em nome do Fiscal nomeado nos autos, ou de qualquer outro que se haja de nomear pelo Juiz do Sequestro, se fazerem as diligencias respectivas á interposição e seguimento do recurso. Rio, 20 de Fevereiro de 1829.

Resolução. — Consulte conforme a lei. Paço, em 23 de Fevereiro de 1829. — Com a rubrica de S. M. I. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — *Extrahida do original enviado ao Conselho aos 28 de Fevereiro.*

RESOLUÇÃO DE 20 DE FEVEREIRO.

Manuscripto authentic.

O Conselho da Fazenda faz subir á augusta presença de S. M. I. a folha das despesas feitas com as ajudas de custo para molestias aos empregados do mesmo Tribunal, importando na quantia de 3:565\$ rs., afim de que S. M. I. se digne mandar decretar o competente pagamento. Rio, 9 de Fevereiro de 1829.

Resolução. — Pague-se. Paço, em 20 de Fevereiro de 1829. — Com a rubrica de S. M. I. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — *Extrahida do original enviado á primeira Repartição aos 26.*

RESOLUÇÃO DE 23 DE FEVEREIRO.

Manuscripto authentic.

Ao Conselho da Fazenda se remetteu, para consultar, o offício da Junta da Fazenda da Provincia de S. Paulo, em que, dando conta do inteiro cumprimento da provisão que lhe fôra expedida pelo Thesouro Publico na data de 4 de Setembro de 1828, pede, em favor do Contador e primeiro Escripturario da Contadoria respectiva, a isenção da reposição ordenada, não só da maioria dos vencimentos que lhes havia conferido, como de outras despesas indevidamente feitas; e sendo ouvido o Procurador da Fazenda, este respondeu que se devia mandar observar o determinado na provisão de 27 de Março de 1802, relativa ao pagamento das quintas partes aos Serventuários interinos, afim de que a Junta da Fazenda não saia da linha de conducta que cumpre; e que, no caso de impossibilidade dos empregados para a reposição, se effectue esta pelos membros da Junta, que determinarão a despesa do pagamento, consultando-se assim.

O Conselho conformou-se com esta resposta, reconhecendo ao mesmo tempo, á vista das razões expendidas pela Junta da Fazenda na sua informação, que a mesma Junta se faz digna da imperial clemencia de S. M. Rio, 20 de Fevereiro de 1829.

Resolução. — Como parece ao Conselho. Paço, em 23 de Fevereiro de 1829. — Com a rubrica de S. M. I. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — *Extrahida do original.*

DECRETO DE 23 DE FEVEREIRO.

Coll. Braz.

Hei por bem, tendo ouvido o meu Conselho de Estado, fazer extensivo aos Officiaes inferiores e soldados do Corpo da Artilharia da Marinha, que até a data do presente decreto houverem desertado, o perdão da culpa de primeira e segunda deserção, com que, por decreto de 9 do corrente, me aprouve agraciar aos soldados do exercito incursos em semelhante culpa. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e expeça em consequencia os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 23 de Fevereiro de 1829. 8.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Miguel de Souza Mello e Alvim.

AVISO DE 23 DE FEVEREIRO.

App. ao Dialogo Const.

Sendo presente a S. M. I. o offício de 27 de Janeiro proximo passado, em que V. S. participa: 1.º, ter resolvido não exigir dos estudantes attestações dos Professores publicos dos estudos que frequentarão e de que pretendem examinar-se, como se determina no cap. 2.º, § 1.º dos estatutos, visto não serem por todos apresentadas as ditas attestações, e parecer a V. S. o dito paragrapho dos estatutos superfluo, senão difficil de praticar-se; 2.º, ser muito necessario a nomeação de mais Lentes para regerem as outras cadeiras do curso juridico; e 3.º, serem igualmente necessarias algumas instrucções provisórias de policia para os estudantes que necessitarem de correccão: o mesmo Senhor, tomando em consideração o ponderado nos referidos tres artigos, manda declarar a V. S.: quanto ao 1.º, que não lhe he licito dispensar nos estatutos, e por isso não pôde nem deve admitir a exames os estudantes que não apresentarem as certidões de frequencia que os mesmos exigem; quanto ao 2.º, que já tem sido nomeados mais alguns Lentes, e se irão nomeando á proporção que se offerecerem candidatos que estejam nos termos de serem nomeados; e quanto ao 3.º, deve V. S. quanto antes convocar huma congregação, na qual proponhão os Lentes as medidas necessarias de policia para o bom regimen das aulas, na forma do cap. 14, § 1.º dos mencionados estatutos. O que participo a V. S. para sua intelligencia e execução. Deos guarde a V. S. Palacio do Rio de Janeiro, em 23 de Fevereiro de 1829. — José Clemente Pereira. — Sr. José Arouche de Toledo Rendon.

PROVISÃO DE 26 DE FEVEREIRO.

Imp. avulso.

Convindo remover as difficuldades que são ainda experimentadas em damno do commercio no despacho diario da Alfandega desta Côrte, depois do methodo estabelecido pelas portarias de

3 de Janeiro e 23 de Fevereiro do anno proximo passado, e aperfeiçoar, como he mister, a escripturação do livro mestre, cuja utilidade vai sendo demonstrada pela experiencia: ordena S. M. I. que o Desembargador Juiz interino da mesma Alfandega fica executar o seguinte: 1º, logo que o bilhete do despacho for expedido e pagos os direitos, e depois de conferido e averbado pelos Fieis dos armazens competentes, poder-se-ha dar sahida aos generos e mercadorias despachadas, sem dependencia do previo lançamento do mesmo bilhete, ou de se lhe dar sahida no livro mestre, ficando assim alterado, e nesta parte somente, o art. 5º da referida portaria de 3 de Janeiro; 2º, o Porteiro da Alfandega e o Official que servir de Porteiro na Estiva, antes de distribuirem os bilhetes de despacho pelos Conferentes respectivos, assentarão em hum quaderno o numero de cada bilhete e a inicial da Mesa que o tiver expedido, e o nome do Conferente a quem for entregue para fazer o despacho. E cada hum Conferente restituirá no fim da semana, impetritivamente, todos os bilhetes recebidos (quando os seus despachos estejam concluidos) aos referidos Porteiros, os quaes, depois de verificarem a vista dos seus quadernos a restituição feita, remette-los-hão de officio na segunda-feira seguinte ao Juiz da Alfandega, que os fará entregar ao Guarda-livros; 3º, o Guarda-livros irá lançando no livro mestre, pela forma que se acha determinada, todos os bilhetes que lhe forem entregues, submettendo ao Juiz quaesquer duvidas, irregularidades ou erros que nelles possa encontrar, para que sejam reparados, e se fação as declarações necessarias, de modo que fique perfeita e clara a escripturação do mesmo livro; 4º, os manifestos dos navios serão lançados no livro mestre, depois de conferidos com as descargas dos mesmos navios na Alfandega e Estiva, devendo esta conferencia ser feita pelo Guarda-livros e seu Ajudante, a vista das relações das descargas que lhe serão remettidas no fim de cada semana pelos Escrivães respectivos, e dos manifestos originaes, e desta maneira se entenderá o que dispõe o art. 2º da citada portaria de 3 de Janeiro; 5º, na escripturação do livro mestre reduzir-se-ha a huma só casa ou columna as tres que se destinão ao assentamento das Mesas da Abertura, Balança e Estiva, usando-se da inicial de cada huma dellas antes do numero das folhas que for necessario indicar, como, por exemplo, A. fl. 71, B. fl. 72, E. fl. 73, e ao mesmo tempo abrir-se-ha, depois da columna destinada as observações, huma nova casa para o abreviado registro ou averbamento das guias que se derem ás mercadorias e fazendas quando sejam exportadas para outras Provincias, conforme a provisão de 4 deste mez, ficando assim modificado o referido art. 2º da mesma portaria de 3 de Janeiro. Palacio do Rio de Janeiro, em 26 de Fevereiro de 1829. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 49, de 3 de Março de 1829.*

AVISO DE 27 DE FEVEREIRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Pelo officio de V. Ex., datado de 13 do corrente, ficou S. M. I. inteirado das causas que tem retardado a vinda de V. Ex. para esta Côrte, em conformidade das ultimas ordens para esse fim dirigidas, bem como de tudo mais quanto V. Ex. refere acerca da rebelião que ultimamente ali apparecêra; e tendo o mesmo A. S. mandado dirigir as suas imperiaes determinações sobre este objecto ao Presidente da Provincia, me ordena envie a V. Ex. para seu conhecimento, a copia inclusa do decreto da data deste, pelo qual deverão ser suspensas nessa Provincia as formalidades que garantem a liberdade individual, afim de se proceder com a maior energia contra os autores e complices da referida rebelião; e porque S. M. I., ordenando o emprego desta extraordinaria medida, só tem em vista acudir com prompto remedio ao imminente perigo que possa ameaçar a segurança do Estado, e o socogo e tranquillidade dos pacificos e fieis habitantes dessa mesma Provincia, espera que V. Ex. não só empregará todo o seu zelo e os procedimentos judiciaes que forem conducentes e proprios a descobrir qualquer ramificação que possa existir daquelle attentado, como haja de pôr todo o cuidado para que da medida extraordinaria de que a urgencia das circumstancias actuaes tem obrigado a lançar mão se não abuse com sacrificio da innocência; pois he da sua imperial vontade que somente sirva para mais prompta e inevitavel punição dos rebeldes. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 27 de Fevereiro de 1829. — Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. — Sr. André Alves Pereira e Cirne. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 49, de 3 de Março de 1829.*

AVISO DE 27 DE FEVEREIRO.

Imp. avulso.

Foi presente a S. M. I. o officio de 7 do corrente, em que Vm. dá conta da rebelião que apparecêra nessa Provincia na noite de 1 para 2 deste mez, e das medidas judiciaes que consequentemente tem posto em pratica para se poder vir no conhecimento dos complices nella, e dos autores dos pasquins incendiarios que se affixarão nos dias subsequentes; e tendo o mesmo A. S. mandado expedir as suas imperiaes determinações ao Presidente da Provincia, espera que Vm., com o zelo que lhe deve merecer hum objecto que tanto pôde influir no socogo e tranquillidade dos fieis e pacificos habitantes dessa mesma Provincia, continue, pela parte que lhe toca, a promover por todos os meios ao alcance da Justiça o descobrimento de qualquer ramificação que possa existir daquelle attentado, afim de serem punidos os que se acharem complicados nelle com todo o rigor das leis, como o exige a segurança do Estado, dando parte de tudo mais que for occorrendo para o futuro. Deos guarde a

Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 27 de Fevereiro de 1829. — Lucio Soares Teixeira de Gouveia. — Sr. Desembargador Ouvidor Geral do Crime da Relação de Pernambuco. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 49, de 5 de Março de 1829.*

PORTARIA DE 28 DE FEVEREIRO.

Coll. Plancher.

Ficou S. M. o I. sciente, pelo officio de V. S. de 7 do corrente mez, de ter V. S. recebido o aviso de 2 de Janeiro, para se verificar a entrega e avaliação da livraria do Convento de S. Francisco; e dignando-se o mesmo Senhor aceitar a offerta dos 700 volumes que V. S. faz para serem addicionados á referida livraria, me ordena que lhe louve, no seu imperial nome, este publico testemunho do zelo que o anima pelo progressivo augmento da instituição commettida á sua direcção. Deos guarde a V. S. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Fevereiro de 1829. — José Clemente Pereira. — Sr. José Arouche de Toledo Rendon.

DECRETO DE 4 DE MARÇO.

App. ao Dialogo Const.

Tendo a lei de 15 de Outubro de 1827 designado as autoridades a quem compete exercer a direcção das Escolas de primeiras letras pelo systema de ensino mutuo, commettida antes á Junta Directoria do mesmo: hei por bem declarar que tem cessado as funcções da dita Junta, por não ser necessaria a sua continuação, á vista da sobre-dita lei, louvando aos membros que a compozerão, pelo zelo e patriotismo que mostrão no desempenho de suas obrigações: José Clemente Pereira, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 4 de Março de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — José Clemente Pereira.

DECRETO DE 5 DE MARÇO.

Coll. Braz.

Hei por bem mandar que se execute o regulamento da Administração Geral dos Correios, que com este baixa, assignado por José Clemente Pereira, do meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido, e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Março de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — José Clemente Pereira.

REGULAMENTO da Administração Geral dos Correios.

TITULO PRIMEIRO. — Dos Empregados para a Administração dos Correios.

CAPITULO PRIMEIRO. — Do Director Geral dos Correios.

Art. 1.º Para o governo economico e administrativo do Correio Geral desta Corte, e das suas

competentes relações com os Correios das Provincias, haverá hum Director Geral dos Correios, com a gratificação annual que se julgar conveniente, para indemnisação das despezas que ha de ser obrigado a fazer; ao qual pertence fiscalisar, promover e dirigir a administração geral de todos os Correios, e propor ao Governo, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, todos os meios que a pratica mostrar conveniente para melhorar a mesma administração. Todos os Administradores e Agentes dos Correios lhe ficarão subordinados.

CAPITULO II. — Do Administrador e mais Empregados do Correio Geral da Corte do Rio de Janeiro.

Art. 2.º No Correio Geral do Rio de Janeiro haverá hum Administrador, hum Ajudante, hum Contador, hum Thesoureiro, tres Officiaes papelistas, tres Praticantes, hum Porteiro e quatro Correios.

Art. 3.º O Administrador vencerá o ordenado annual de 1:200\$ rs. Pertence ao seu officio e responsabilidade a fiscalisação da receita e despesa, e o governo economico da administração do Correio Geral desta Corte e Provincia; fazer com que todos os empregados cumprão exactamente os seus deveres; vigiar que o giro dos Correios se pratique com a maior regularidade possivel, e que a entrega das cartas seja feita com toda a brevidade e exactidão necessaria, procedendo immediatamente á suspensão de qualquer empregado nos Correios da sua administração que fór convencido de ter offendido por alguma forma a inviolabilidade do segredo das cartas, garantida no art. 179, § 27 da Constituição, fazendo, no caso de existir criminalidade, as participações necessarias aos Ministros Criminaes competentes, para procederem na conformidade das leis do Imperio, dando ao mesmo tempo conta de tudo ao Director Geral dos Correios.

Art. 4.º O Ajudante do Administrador vencerá o ordenado annual de 800\$ rs. Compete ao seu emprego ajudar o administrador em todos os ramos da sua obrigação, e servir nos seus impedimentos.

Art. 5.º O Contador terá a seu cargo toda a escripturação da receita e despesa do Correio Geral, e da entrada e sahida das cartas que ficarem no mesmo a cargo do Administrador, a dos fretes das encomendas e das passagens. Vencerá o ordenado annual de 800\$ rs.

Art. 6.º O Thesoureiro vencerá de ordenado 720\$ rs. O seu officio he arrecadar o porto das cartas, fiscalizando a maneira por que este se recebe das partes, para cujo fim todos os praticantes e mais officiaes empregados no serviço de entregar cartas, dentro ou fóra do Correio, ficarão debaixo da sua immediata inspecção, e serão despedidos logo que o mesmo Thesoureiro declarar que não confia nelles. Arrecadará igualmente as passagens e fretes de encomendas que se forem pagar no Correio, os premios dos seguros, e as gratificações que pagarem os que quizerem receber cartas nas suas casas. Entrará todos os dias de tarde no cofre; á hora de se fechar o Cor-

ção, com o dinheiro que tiver recebido durante o dia.

Art. 7.º No dia 3 de cada mez, ou no immediato sendo este dia santo, entrará o Thesoureiro no Thesouro Publico com todo o rendimento liquido do mez antecedente, acompanhado de hum certidão do Contador, por este assignada com o Administrador e o mesmo Thesoureiro.

Art. 8.º A mesma entrada farão nas Juntas de Fazenda os Administradores dos Correios das Capitães das Províncias. Os agentes dos mais Correios remetterão aos Administradores respectivos, todos os trimestres, o producto dos portes das cartas que tiverem arrecadado.

Art. 9.º O primeiro Official papelista terá a seu cargo toda a escripturação relativa ao expediente dos Correios marítimos do Norte, e vencerá o ordenado de 600\$ rs. annuaes.

Art. 10.º O segundo Official papelista será encarregado da escripturação de todo o expediente do Correio marítimo do Sul e de todos os de terra, e haverá o mesmo ordenado annuaal de 600\$ rs.

Art. 11.º O terceiro Official papelista terá ordenado igual aos dous primeiros, e ficará a seu cargo todo o expediente das cartas estrangeiras e o dos seguros, e a escripturação dos livros da entrada e saída das cartas. Este Official deve saber ao menos a lingua ingleza e a franceza.

Art. 12.º Os Praticantes vencerão hum graticificação de 30\$ rs. por mez. Serão empregados no serviço de entregar cartas ao povo dentro do Correio, pesar e marcar as que o precisarem, e em todo e qualquer outro que for necessario. Servindo bem, e tendo a capacidade necessaria, terão direito de preferencia aos lugares de Officias papelistas que vagarem.

Art. 13.º O Porteiro he obrigado a abrir e fechar as portas da casa do Correio Geral ás horas que o Administrador ordenar extraordinariamente, além do tempo ordinario marcado neste regulamento; a cuidar na limpeza e acção da mesma casa, e a fornecê-la da luz e agua necessaria. Fará todas estas despezas á sua custa, e para ellas e seu ordenado vencerá annuaalmente 600\$ rs.

Art. 14.º Pertence tambem ao Porteiro a guarda de todos os moveis da casa do Correio Geral, debaixo da sua responsabilidade; e para que esta se lhe possa fazer effectiva, se procederá annuaalmente, no principio do mez de Julho, a hum inventario exacto de todos os moveis que estiverem confiados á sua guarda. Fará finalmente todas as despezas miudas do expediente da casa do Correio Geral, debaixo da fiscalisação e ordens do Administrador; e as contas de taes despezas lhe serão pagas mensalmente, sendo abonadas pelo mesmo Administrador.

Art. 15.º Os primeiros dous Correios vencerão 800 rs. diários: a sua obrigação será entregar todos os officios de serviço publico ás autoridades a quem elles forem dirigidos, e aquelles que a administração do Correio Geral tiver de expedir dentro desta Córte.

Art. 16.º Os outros dous Correios vencerão

640 rs. diários: serão empregados no serviço de entregar cartas nas casas particulares, nos casos em que esta entrega deve ter lugar, na conformidade dos arts. 53 e 57 deste regulamento.

Art. 17.º Todos os empregados no Correio Geral desta Córte terão direito de preferencia no accesso dos empregos que vagarem, se o merecerem por seu bom serviço, regular conducta e reconhecida aptidão.

Art. 18.º Todos os empregados no serviço do Correio são obrigados a servir pessoalmente, e a nenhum se admittirá serventuario.

Art. 19.º Apezar de se determinar a cada empregado hum serviço privativo, ficam todavia obrigados todos a trabalhar no serviço designado aos outros, não só nos impedimentos, mas todas as vezes que o Administrador ou o seu Ajudante o ordenar, por assim o exigir o bem do serviço. E succedendo que algum se recuse ou não compareça quando o Administrador o chamar extraordinariamente, sem causa attendivel, o mesmo Administrador o suspenderá immediatamente, dando conta ao Director, para se proceder como o caso pedir.

Art. 20.º Fica prohibido absolutamente a todos os empregados do Correio encarregarem-se de separar ou tirar neste cartas para pessoas particulares; os que contravierem a esta disposição perderão metade do seu ordenado de hum mez pela primeira vez, e se reincidirem, serão expulsos do seu emprego.

CAPITULO III. — Dos Administradores dos Correios das Províncias.

Art. 21.º Nas Capitães das Províncias haverá hum Administrador de todos os Correios das mesmas, com hum Ajudante, e os mais Officiaes que forem necessarios, a arbitrio do Director Geral, sobre proposta do respectivo Administrador. Os Administradores são os Chefes desta Repartição em toda a Provincia, a quem todos os mais empregados e os Agentes estão subordinados. Servirão ao mesmo tempo de Thesoueiros, e farão todo o mais serviço que convier.

Art. 22.º Aos Ajudantes incumbê ajudar os Administradores em todo o expediente da Administração dos Correios, e privativamente lhes compete a escripturação da receita e despesa.

Art. 23.º O numero de Empregados actualmente existentes nas diversas Administrações dos Correios das Províncias continuarão a subsistir, com os ordenados ou gratificações que percebem, emquanto o seu numero e vencimentos se não poder alterar para mais ou para menos, com perfeito conhecimento de causa.

CAPITULO IV. — Dos Agentes dos Correios.

Art. 24.º Nas Cidades e Villas aonde actualmente não ha Correios, se estabelecerão.

Art. 25.º Os projectos destes novos estabelecimentos devem calcular-se sobre as mutuas precisões de communicação das povoações, em attenção á sua população e relações. Estes projectos principiarão com pequenos ensaios. Os que forem geraes de alguma Provincia ou de humas para

outras, serão promovidos pelos Presidentes, ouvido o Conselho de Governo, com approvação de S. M. o I. Os que porém forem particulares de hum ou mais Villas ficão encarregados ás Camaras Municipaes, que darão principio a estas tentativas, estabelecendo tres Correios mensaes de humas para outras, cujas despesas fará cada hum, dentro dos respectivos districtos, á custa das suas rendas durante o primeiro anno, dando logo parte do novo estabelecimento aos Administradores das Províncias respectivas, que farão as competentes communicações aos Presidentes e ao Director Geral, e no fim do mesmo anno farão novas participações, acompanhadas de hum conta da receita e despesa que tiver havido, para se tomarem por parte da Administração Geral, se assim convier, ou se mandar continuar o ensaio por mais outro anno, no fim do qual ficarão taes Correios indefectivelmente a cargo da mesma Administração.

Art. 26.º Para que estes pequenos Correios se tornem proveitosos, ás Camaras os estabelecerão sempre com direcção ás Capitães das Províncias, fazendo de modo que entrem nos Correios Geraes no ponto que for mais conveniente, para daqui se dar ás cartas a direcção que ellas exigirem.

Art. 27.º Enquanto a receita dos mesmos Correios for de pequena consideração, encarregarão as Camaras a sua administração a pessoas de sua confiança que della se queirão encarregar sem ordenado. Para estas Administrações formarão as mesmas Camaras instrucções apropriadas ás localidades, que serão baseadas em tudo nos principios do presente regulamento, que enviarão aos Administradores respectivos, e estes ao Director Geral, que dará ás mesmas a sua approvação, com as reformas que julgar convenientes.

Art. 28.º As distancias nos referidos Correios para a determinação do porte que devem pagar as cartas serão reguladas de quinze em quinze leguas, na forma estabelecida no art. 65, com declaração porém que, se houver menos de quinze leguas na primeira distancia, sempre se carregará o porte que corresponder a hum distancia; e se houver mais, ainda que não chegue a trinta, sempre se considerarão duas distancias, e assim progressivamente.

Art. 29.º Em todos os lugares aonde convier, fóra das Capitães das Províncias, haverá Agentes dos Correios, subordinados aos Administradores, que farão em tudo as suas vezes, debaixo da sua direcção e ordens; e se o expediente do Correio for muito, terão Ajudantes, cujas obrigações são perfeitamente as mesmas dos Ajudantes dos Administradores.

Art. 30.º Estes lugares de Agentes nos Arraiaes e Povoações pequenas, aonde a Administração do Correio não exigir o serviço effectivo de hum empregado, serão confiados a hum pessoa que mereça a confiança publica, nomeada pelas Camaras, sem ordenado, e terá 12 por cento do rendimento que arrecadar, a beneficio das despesas que tiver que fazer com o expediente do mesmo Correio.

Art. 31.º A Administração dos Correios na-

quellas Cidades ou Villas que não exigirem pela sua importancia casas privativas para este serviço se estabelecerá na casa dos Administradores ou Agentes respectivos.

TITULO II. — Da economia e direcção dos trabalhos.

CAPITULO PRIMEIRO. — Das horas de serviço.

Art. 32.º As casas de Administração dos Correios estarão abertas de manhã desde as oito horas até ao meio dia, e de tarde desde as tres ao sol posto, no verão, e no inverno desde as duas até ao sol posto.

Art. 33.º Nos Domingos e dias Santos estarão abertas de manhã até o meio dia sómente.

Art. 34.º Nas vespéras das sahidas dos paquetes estarão as casas respectivas abertas de noite para receber cartas até nove horas; passada esta hora, se procederá immediatamente a fechar as malas, ficando fóra dellas todas as cartas que chegarem depois, salvo se os Administradores receberem ordem de alguma das Secretarias de Estado na Corte, ou dos Presidentes nas Províncias, para demorem a expedição das malas até chegarem algumas cartas do serviço publico que devam ir no paquete.

Art. 35.º Fóra das horas sobreditas abrir-se-hão as casas dos Correios extraordinariamente todas as vezes que os Administradores o ordenarem, para se receber ou expedir alguma mala, ou por outro algum motivo do serviço publico.

Art. 36.º Todos os empregados são obrigados a acharem-se na casa da Administração ás horas ordinarias sobreditas, e a concorrer a ella extraordinariamente todas as vezes que pelo Administrador forem chamados.

Art. 37.º Os Administradores mandarão fazer hum ponto exacto, de manhã e de tarde, da hora a que cada hum dos empregados entra e sahe; e sommando-se no fim do mez as horas que tiverem faltado, sem causa attendivel, aquelles empregados que forem habituaes a faltar, ou entrar tarde, ou sair cedo, se lhes descontará nos seus ordenados o que corresponder. Se reincidirem no mez immediato, se lhes descontará o duplo, e se esta pena não for sufficiente para os corrigir, serão despedidos immediatamente do emprego que servirem.

CAPITULO II. — Do modo de abrir as malas e distribuir as cartas.

Art. 38.º Logo que chegar alguma mala ou sacco de cartas á casa da Administração, examinará o Administrador se os cadeados e sellos vem em bom estado, ou se dão indícios de terem sido abertos. No segundo caso, se fará immediatamente aviso deste acontecimento ao Juiz Criminal do lugar, e na sua falta ao Juiz de Paz da Freguezia, os quaes irão, sem perda de tempo, fazer os exames e corpos de delicto que convier; e procedendo se na presença do mesmo Juiz e seu Escrivão á abertura das malas ou saccos, se formará auto do estado em que se acharem os seus fechos e as cartas; e o Administrador

receberá estas no estado em que estiverem, por huma relação ou factura, de que assignará recibo, e lhe serão lançadas em carga como outras quaesquer.

Art. 39.º Não existindo indícios de que as malas ou saccos tenham sido abertos, o Administrador fará proceder á sua abertura por algum dos Praticantes, e na falta destes pelo Porteiro, ou algum dos Officiaes mais modernos, na presença do Thesoureiro, por forma que haja sempre tres pessoas presentes no acto de se abrirem as malas ou saccos, contando com o Administrador.

Art. 40.º Abertas as malas, o Administrador, com assistencia do Official papalista respectivo e do Thesoureiro, conferirá as cartas que se acharem com as facturas que as devem acompanhar, separando logo todas as que forem do serviço publico, as que vierem seguras ou francas, e finalmente todas aquellas cujos portes, supposto venhão carregados nas facturas, se não hão de receber nessa Administração por deverem ser remetidas aos Correios do seu destino.

Art. 41.º Destas ultimas cartas, que devem sahir para outros Correios, se fara huma factura como a de n. 3, e a sua importancia será lançada pelo Contador por baixo das facturas geraes, para servir de descarga ao Administrador, e será por ambos assignada.

Art. 42. Se dentro das malas ou saccos vierem algumas cartas avulsas, sem declaração de porte, as mandará o Administrador immediatamente pesar e declarar o porte; e de todas ellas se fará huma factura, em que assignará o Official papalista respectivo com o Administrador, e se ajuntará ás outras facturas, para por ellas se fazer carga ao mesmo Administrador. Se acontecer que entre as cartas avulsas venhão algumas de officio ou seguras, outras com porte pago, ou que devão ser remetidas para outro Correio, de tudo se farão as verbas necessarias na continuação da factura sobredita.

Art. 43.º He absolutamente prohibido riscar ou emendar as facturas: quando se achar alguma falta de exactidão, unicamente he permittido lançar por baixo dellas as notas convenientes, na forma do art. 41.

Art. 44.º Concluido o trabalho sobredito, o Contador no Correio da Corte, e os Ajudantes nos das Provincias, farão carga ao Administrador das cartas que este tiver recebido emmassadas ou avulsas que deverem ficar nos mesmos Correios, e nelles houverem de pagar o competente porte: esta carga será assignada pelos mesmos com o Administrador.

Art. 45.º Feita e assignada a carga das cartas por que o Administrador deve responder, se lançará no livro competente a entrada das cartas do serviço publico, seguras, francas e de transito que se tiverem recebido, declarando-se a quem pertencem e os Correios donde vierão.

Art. 46.º As cartas que forem remetidas de huas para outros Correios irão sempre acompanhadas de huma guia como a do modelo n. 1, e das facturas que forem necessarias, como a do modelo n. 2.

Art. 47.º Os Administradores dos Correios Geraes fecharão em pequenos saccos as cartas que forem dirigidas aos diversos Correios parciaes que tiverem communicação com aquelles, os quaes os conductores levarão fóra da mala principal, para os poderem ir entregando, na sua passagem, aos Correios a que pertencerem, e receberão os que ahí se lhes entregarem para outros. Todos estes saccos parciaes serão fechados juntamente com a mala principal em hum só sacco geral, do qual terá huma chave o Administrador do Correio donde sahir, e outra cada hum dos Administradores ou Agentes dos lugares por onde os Conductores tiverem de passar. Os saccos sobreditos terão o letreiro do Correio a que pertencerem.

Art. 48.º As cartas que deverem ficar no Correio serão ordenadas alphabeticamente, e numeradas da mesma forma que actualmente se pratica; todas as que forem do mesmo nome serão emmassadas debaixo de hum só numero; e feito este trabalho, mandará o Administrador proceder á formação das listas com toda a diligencia, afim de que sejam expostas ao publico com a maior brevidade possivel.

Art. 49.º Para que todos estes trabalhos se fação com maior expedição e mais perfeita regularidade, em huma sala da casa da Administração Geral desta Corte haverá tres grandes mesas, guarnecidas com guardas, á maneira de taboleiros, divididas em tantos repartimentos quantos se julgarem convenientes para melhor separação das cartas, afim de poderem ser achadas com facilidade quando forem procuradas para serem distribuidas.

Art. 50.º Na primeira mesa serão depositadas as cartas do Correio maritimo do Norte, na segunda as do Correio maritimo do Sul e as do Correio de terra, na terceira finalmente as cartas de officio, seguras e estrangeiras. Estas mesas terão tantas gavetas quantos forem os Correios para onde no Correio Geral se recebem cartas, com os seus competentes letreiros, para dentro dellas se irem lançando as cartas á proporção que se forem recebendo e pesando.

Art. 51.º Nas casas da Administração dos outros Correios haverá igualmente as mesas que forem necessarias, com os convenientes repartimentos e gavetas.

Art. 52.º O Administrador terá muito particular cuidado em que a entrega das cartas se faça com perfeita regularidade, despachando-se as pessoas que primeiro chegarem, sem preferencia; evitará que se travem razões entre os empregados e as pessoas que procurarem cartas; e se algum empregado fór habituado a motivar taes altercações, por se não conduzir com a gravidade necessaria, e sendo advertido se não corrigir, o Administrador o fará saber ao Director, para este providenciar como entender, procedendo á immediata despedida desse empregado, se assim se julgar conveniente. Se porém a boa ordem fór perturbada por alguma pessoa, das que concorrerem a pedir cartas, o Administrador, informando-se do caso, e achando que da parte dos

empregados se não deſt motivo, ordenará a essa pessoa que cesse de perturbar a boa ordem; e se não fôr obedecido, requererá a guarda da casa do Correio que obrigue a mesma pessoa ou pessoas a sair para fóra da mesma casa, e ella será obrigada a cumprir a sua requisição, empregando-se a força em caso necessario.

Art. 53.º As casas de commercio, e qualquer outra pessoa estabelecida dentro desta Cidade que quizerem receber em suas casas as cartas que lhe virem dirigidas, poderão convencionar-se a este respeito com o Administrador do Correio, que estabelecerá para todos hum preço annual entre 10 e 20\$ rs., que deverá ser pago em trimestres ou semestres adiantados ao Thesoureiro.

Art. 54.º As cartas de officio dirigidas aos Ministros de Estado serão entregues nas Secretarias respectivas, se chegarem a tempo em que estejam abertas; fóra deste caso, serão immediatamente entregues nas casas dos Ministros de Estado a quem pertencerem. O mesmo se praticará com os Presidentes e Chefes de quaesquer Repartições publicas que tiverem Secretarias, assim na Córte como nas Provincias.

Art. 55.º As cartas que, depois de irem pela terceira vez ás listas respectivas não forem procuradas, serão lançadas em huma lista que terá o nome—Lista de cartas atrasadas—, escrevendo-se nas mesmas cartas a data em que são lançadas, como, por exemplo, 1 de Janeiro de 1830. Estas listas serão registadas em hum livro destinado privativamente para este fim, e publicadas pelos diários.

Art. 56.º No 1.º de todos os mezes se fará huma lista geral das cartas atrasadas do mez antecedente, que será publicada pelos diários, havendo-os, e estará exposta ao publico por espaço de 12 mezes successivos, e findo este, serão queimadas as que existirem publicamente á porta do Correio.

Art. 57.º Quando os nomes das pessoas a quem são dirigidas as cartas atrasadas poderem ser conhecidos por serem moradores dentro desta Córte, serão taes cartas entregues por huma factura aos Correios das postas, para as irem entregar: estes ficarão responsáveis ao Administrador pelas mesmas cartas ou pelo seu porte, ajustando-se-lhes contas nos prazos que o mesmo Administrador designar, comtanto que nunca exceda a hum mez; e por este trabalho receberão, além do seu estipendio diário, 20 por cento da somma total dos portes que arrecadarem. Se constar que as pessoas a quem são dirigidos os sobrescriptos das cartas tem mudado de domicilio, se lhes enviarão pelos Correios respectivos.

Art. 58.º O Administrador fica autorisado para entregar as cartas pertencentes aos estrangeiros das diversas Nações residentes nesta capital ao agente que os Consules respectivos nomearem, sendo por estes abonado, e competentemente affiançado por pessoa idonea, estabelecida com bens de raiz nesta Córte, tanto relativamente á sua conduta e garantia de que guardarão a inviolabilidade do segredo das cartas, e que as entregarão fiel e promptamente, como ao paga-

mento da importancia dos portes das mesmas cartas. Fica entendido que se devem guardar ao Correio as cartas daquelles estrangeiros que, apesar da criação de taes agentes, preferirem antes recebe-las immediatamente da Administração do mesmo Correio, fazendo para este fim a declaração necessaria na mesma Administração. Fica ao arbitrio do Administrador, e debaixo da sua responsabilidade, estabelecer a forma por que os sobreditos Agentes devem fazer effectivo o pagamento do porte das cartas que receberem.

Art. 59.º Não poderá alguem ser compellido a tirar do Correio, nem a receber em sua casa, cartas que lhe são dirigidas; mas se quizer tirar algumas, deixando outras, será obrigado a recebe-las todas, e se as não quizer receber todas, não se lhe darão aquellas.

CAPITULO III. — Do modo de regular os portes das cartas.

Art. 60.º Em todas as casas da Administração dos Correios haverá, em lugar seguro, huma caixa com sua fenda, na qual se possam lançar cartas a toda a hora do dia ou da noite. Terá esta caixa duas chaves, huma que estará na mão do Administrador, e outra na do Thesoureiro. Nos lugares onde não houver Thesoureiro, estará a segunda chave na mão do Official immediato ao Administrador; e onde houver sómente hum Agente, terá a caixa huma unica chave, que estará na mão deste.

Art. 61.º Todas as cartas serão pesadas á proporção que se forem recebendo, lançando-se nos sobrescriptos o porte que corresponder ao seu peso; e se este fôr pago no mesmo Correio, lhe será posta a seguinte marca (franca). Para este fim haverá balanças competentes no lugar que fôr mais proprio para este serviço, que será feito com a maior regularidade e exactidão possível.

Art. 62.º Para regulação dos portes das cartas dos Correios maritimos serão consideradas duas distancias: huma entre o porto do Rio de Janeiro e todos os mais portos do Imperio, e de huns para os outros entre si; e outra do lugar do primeiro Correio de terra donde partirem as cartas até o Correio do porto do seu embarque. Os portes da primeira distancia ficarão regulados pela tabella n. 4.

Art. 63.º A segunda distancia será regulada pelo numero de leguas que o Correio tiver de andar por terra, calculando-se á razão de 10 rs. por cada quinze leguas, com declaração porém que nunca a maior distancia poderá exceder á taxa de 100 rs. de porte por carta de 2 oitavas, além de que, reunidos aos 20 rs. do Correio marítimo, seja 120 rs. o maior porte que possa pagar huma carta de 2 oitavas, ainda que venha dos lugares mais remotos do Imperio.

Art. 64.º Emquanto todas as distancias se não podem fixar com exactidão, continuarão as cartas que vierem pelos Correios maritimos a pagar os portes actualmente estabelecidos, menos as cartas do Pará e Maranhão, que ficarão desde já pagando 20 rs. por 2 oit., como as que vem de todos os outros portos do Imperio, além do por-

te que deverem pagar dos Correios de terra donde sahirem até o do porto do seu embarque.

Art. 65.º Para regulação dos portes das cartas dos Correios de terra serão consideradas doze distancias de quinze leguas cada huma, e todas as cartas até 2 oit. pagarão 10 rs. por cada huma distancia. Fica entendido que, ainda que a primeira distancia tenha menos de quinze leguas, sempre huma carta até 2 oit. pagarão 10 rs., e logo que exceder das quinze leguas, ainda que não chegue a trinta, pagarão 20 rs., e assim progressivamente, aumentando-se 10 rs. no porte de cada carta de 2 oit. de quinze em quinze leguas; com declaração porém que nunca a maior distancia poderá ser considerada para cima de cento e oitenta leguas, assim de que nenhuma carta até 2 oit., embora venha dos lugares mais longinquo do Imperio, possa vir a pagar mais de 120 rs. de porte.

Art. 66.º Fica entendido que as cartas até 4 oit. devem pagar 20 rs. até a primeira distancia, e augmentar progressivamente 20 rs. em todas as distancias, até a ultima, que nunca poderá ser considerada maior de cento e oitenta leguas, para que o porte máximo das cartas de 4 oit. nunca venha a ser maior, em todo o imperio, de 240 rs.

Art. 67.º O porte das cartas de maior peso será regulado progressivamente de 2 em 2 oit., na proporção que fica estabelecida para as de 2 e 4 oit.

Art. 68.º Os portes actualmente estabelecidos continuarão a cobrar-se enquanto se não podem publicar tabellas exactas, calculadas sobre as verdadeiras distancias. Exceptuão-se as cartas desta Corte para o Tejuco, e vice-versa, que ficão pagando desde já somente 110 rs. por 2 oit., as de Tamanduá 60 rs., as de Pitangui 70 rs., e as de Piracati, Goyaz e Matto-Grosso 120 rs., na forma da tabella n. 5.

Art. 69.º As cartas que vierem de Inglaterra nos paquetes inglezes pagarão o porte que se acha regulado na tabella n. 6. As que porém vierem da mesma nação em navios mercantes, ou mesmo de guerra, pagarão 120 rs. até 4 oit. de peso, ainda que pesem menos de huma, e de 4 oit. por diante se augmentará sempre 55 rs. de 2 em 2 oit. ao porte que corresponder ao seu peso.

Art. 70.º As cartas que vierem de qualquer outro porto estrangeiro, em navios estrangeiros ou nacionaes, pagarão todas o mesmo porte que pagão as que vem em navios inglezes.

Art. 71.º Gazetas, periodicos e jornaes impressos dentro do Imperio, que forem dirigidos ás bibliothecas publicas, não pagarão porte algum nos Correios, na conformidade do decreto de 15 de Novembro de 1827.

Art. 72.º Os mesmos impressos remettidos a particulares pagarão somente meio porte, se forem sem capa, presos com tiras de papel, de maneira que se possa conhecer que dentro não vão cartas; com declaração porém que, ainda que não cheguem ao peso de quatro oitavas, sempre pagarão o mesmo que huma carta de duas oitavas, e nunca menos.

Art. 73.º Os referidos impressos que vierem de Reinos Estrangeiros pagarão unicamente o porte que por elles se pagar aos paquetes ou navios que os conduzirem, no caso do art. 71; e no caso do art. 72, pagarão meio porte do que fica estabelecido nos arts. 69 e 70, além do que devem pagar nos Correios deste Imperio.

Art. 74.º O mesmo meio porte pagarão os autos e processos judiciais que as partes tiverem de remetter por via de recurso para as Relações ou Tribunaes, ou de hums para outros Juizos; e para se poder conhecer a sua natureza, os Escrivães respectivos declararão no sobrescripto o titulo dos autos, os nomes dos litigantes, e os Juizos donde e para onde se remettem.

Art. 75.º Sómente as cartas e papeis que tiverem por objecto o serviço publico serão isentados de pagar porte, e para este fim, nos sobrescriptos de todas as cartas ou papeis de semelhante natureza se designará o emprego da autoridade ou empregado publico a quem vão dirigidos, e o nome ou emprego de quem os dirige, escrevendo-se no alto do mesmo sobrescripto — Serviço Publico. — Fica entendido que devem ser consideradas do serviço publico as cartas que as autoridades e Funcionarios publicos dirigirem a pessoas particulares, e vice-versa, todas as vezes que nos sobrescriptos se declare o nome ou emprego de quem as dirige ou a quem se dirigem, e nellas se escreva a nota — Serviço Publico.

Art. 76.º Nos sobrescriptos dos officios que os Presidentes das Provincias dirigirem ás Secretarias de Estado, acompanhando requerimentos de partes, informados na conformidade da portaria de 27 de Abril de 1827, se escreverá — Interesse Particular, — e não serão expedidos nos Correios respectivos sem que as partes interessadas ou seus procuradores tenham pago o porte competente. Se algum officio desta natureza chegar ao Correio Geral, o Administrador lhe lançará o porte, e carregará em conta ao Administrador do Correio donde sahio, que será obrigado a pagá-lo.

Art. 77.º Exceptuão-se os officios que acompanharem requerimentos de partes que contiverem queixas de empregados publicos, e aquelles que remetterem requerimentos que lhes tiverem sido enviados pelas referidas Secretarias para informar; e para este fim nos sobrescriptos de taes officios se escreverá — Serviço Publico.

Art. 78.º Para facilitar o peso das cartas e se conhecer o porte que lhe corresponde, se observará a regra seguinte: Posta a carta na balança, ainda que pese menos de 2 oitavas, lhe será sempre posta a taxa como se realmente as tivesse; e passando deste peso, ainda que não chegue a ter quatro oitavas, sempre lhe será posta a taxa correspondente a quatro oitavas, como se realmente as pesasse, e assim progressivamente se observará esta mesma ordem e regra em todas as cartas de maior peso.

Art. 79.º Quando succeder que por engano se marque com a nota de — Franca — alguma carta que realmente não tenha pago o porte, se riscará esta nota e escreverá a seguinte — Riscada por

haver equívoco, — e assignará o Administrador com o seu appellido.

Art. 80.º Nenhuma carta será admittida a seguro sem que primeiro seja franqueada, excepto sendo do serviço publico.

Art. 81.º Nos lugares onde houver Correios regularmente estabelecidos, fica sendo prohibida toda e qualquer remessa de cartas sem ser pelas mallas dos mesmos Correios; as pessoas que forem encontradas com cartas se imporá huma multa de 10 a 30\$ rs., applicada metade para o Agente ou pessoa que der a denuncia, e outra metade entrará no cofre do Correio respectivo. Esta multa será imposta a requerimento de qualquer Agente ou empregado do Correio do lugar respectivo, que poderão intentar a acção perante os Juizes de Fóra ou Ordinarios do districto, ou os Juizes de Paz da Freguezia respectiva. Estes procederão em taes casos breve e summariamente pelo simples facto da achada de huma ou mais cartas, não darão vista alguma aos contraventores sem que previamente tenham depositado o maximo da multa; e não querendo pagar, procederão os mesmos Juizes á penhora effectiva em bens sufficientes, e á effectiva arrematação dos mesmos, dando ás partes os recursos que intentarem, com suspensão, depois de seguro o Juizo, e nunca antes.

Art. 82.º Exceptuão-se as cartas que algum escravo conduzir, sendo de seu senhor, ou o criado ou caixeiro de seu amo, e as que levarem os boiadeiros e tropeiros, arreadores ou arraes de barcos pertencentes ás pessoas a quem forem dirigidos os objectos da sua condução.

Art. 83.º As pessoas que, fóra destes casos exceptuallares, quizerem ser portadores de cartas particulares, só o poderão fazer pagando o competente porte no Correio donde sahirem, e não o havendo ahí, no primeiro por onde passarem; e para constar que pagarão o porte, no mesmo Correio se escreverá no sobrescripto de cada huma destas cartas (franca).

CAPITULO IV. — Dos Seguros.

Art. 84.º Nas Administrações dos Correios se admittirão seguros de cartas e massos de papeis sómente, lançando-se nos sobrescriptos — Seguro. — Do seguro de cada carta ou masso se cobrarão 800 rs., que serão logo pagos, além do porte correspondente ao seu peso. De cada seguro se darão dous conhecimentos assignados pelo Administrador, pelo theor do n. 7: hum que, com o titulo de cautela, será entregue ao Segurador, e outro que se juntará ao masso ou carta segura; este será lançado no livro de registro competente, e se fará nota do seu numero na guia que deve acompanhar a relação de todas as cartas e massos seguros, modelo n. 8.

Art. 85.º A entrega das cartas ou massos seguros só terá lugar á vista dos conhecimentos, passando os que receberem o competente recibo nos mesmos; e serão reenviados aos Correios aonde se verificou o seguro.

Art. 86.º No caso não esperado de se extraviar alguma carta segura, o Administrador que

tiver assignado o conhecimento do seguro será obrigado a pagar ao Segurador a indemnisação de 50\$ rs., além das acções criminaes que poderem ter lugar quando se possa provar dolo. Exceptuão-se os casos em que a malla que conduzir a carta por alguma forma se perder, nos quaes o Segurador nenhum direito pôde ter contra aquelle. O Administrador que fór obrigado a pagar a indemnisação referida terá acção para haver esta do Administrador do Correio a quem a carta ia dirigida, ou do conductor da malla em que a remetteu, se poder provar que fez a competente remessa, e que o extravio aconteceu por culpa destes.

TITULO III. — Da condução das malas dos Correios de terra.

CAPITULO PRIMEIRO. — Dos Correios conductores de mallas.

Art. 87.º As mallas geraes em que as mallas ou saccos parciaes devem ser conduzidos serão de couro, bem condicionadas, e irão sempre fechadas com cadeados seguros; irão, além disto, lacradas com o sello das Armas Imperiaes.

Art. 88.º Para a condução das mallas por terra haverá os Correios de pé que forem necessarios, nomeados e assalariados pelos Administradores, e por elles pagos mensalmente, se não convier antes fazer as conduções por arrematação.

Art. 89.º Todos os conductores de mallas irão sempre acompanhados de competentes guias, assignadas pelos Administradores e selladas com o sello das Armas Imperiaes, e levarão no chapéo, ou pendente do pescoço, huma chapa de figura oval, branca ou amarella, com a legenda — Correio de.... — Poderão usar nas viagens de armas defensivas e offensivas, e serão isentos de todos os cargos publicos.

Art. 90.º Afim de que o giro dos Correios não seja interrompido, nenhuma autoridade embarçará ou retardará a marcha dos conductores de mallas ou saccos de cartas, nem suas cavalgaduras lhes poderão ser embargadas ou retidas por qualquer pretexto, ainda que attendivel seja. Os mesmos conductores não poderão ser presos durante a sua marcha, excepto se fór em flagrante delicto, e neste caso a autoridade mais proxima do lugar tomará as convenientes medidas para que as malas ou saccos sigão indefectivamente sem demora para os seus destinos, participando o procedimento que se tiver tido com o conductor ao Agente ou Administrador do Correio mais proximo.

Art. 91.º As autoridades dos lugares por onde passarem os Correios conductores de mallas são obrigadas a prestar-lhes o auxilio necessario que requererem para o bom desempenho do serviço publico; e se fór indispensavel fazer alguma despesa para que as mallas se não retardem, será esta promptamente mandada pagar pelo Administrador respectivo.

Art. 92.º Nas canoas e barcas de passagem se facilitará esta immediatamente a todo e qualquer Correio, pagando elle o que fór devido, sendo de particulares: o mesmo se praticará nas pontes

ou barreiras aonde se exigir algum direito de passagem a beneficio de alguma companhia ou sociedade.

Art. 93.º He prohibido aos Correios aceitar cartas nos lugares aonde receberem as mallas, e só as poderão receber no caminho, contanto que as entreguem no primeiro Correio immediatamente que chegarem: os que forem convencidos de infringir esta determinação serão multados na fôrma do art. 81 pela primeira vez; e se reincidirem, no duplo da primeira multa e despedidos.

Art. 94.º He igualmente prohibido aos mesmos Correios aceitar dinheiro ou encommendas para conduzirem aos lugares do seu destino: os que contravierem esta disposição serão advertidos pela primeira vez, e despedidos pela segunda se reincidirem.

CAPITULO II. — Das horas de partida e chegada dos Correios.

Art. 95.º Os conductores de mallas sairão das casas dos Correios a que pertencerem impreterivelmente ás horas que estiverem marcadas, e andarão de modo que cheguem aos lugares do seu destino no dia e hora que estiver determinada. Quando se demorarem por mais de quatro horas além do tempo que estiver marcado, e não mostrarem que o fizerão por causa attendivel que não poderão vencer, como por motivo de grandes chuvas, enchentes de rios, ou molestia, se lhes descontará no seu salario o que corresponder ás horas da sua demora, e se reincidirem serão despedidos.

Art. 96.º A condução das mallas será feita sem interrupção ou troca no meio do caminho, á excepção dos lugares aonde se julgar conveniente, devendo o Correio que sair de qualquer das Administrações conduzir as mallas até as entregar ao Administrador ou Administradores e Agentes dos Correios a que vão dirigidas. Nos Correios parciaes aonde tiver que tocar só se poderá demorar o tempo indispensavel para entregar e receber os saccos respectivos, devendo estes achar-se promptos á sua chegada; e para se poder conhecer que não houve demora, os Administradores ou Agentes lançarão nas guias a hora da chegada e partida dos conductores de mallas.

Art. 97.º A chegada do Correio deve ser na ante-vespera do dia assignalado para a partida, afim de haver tempo de se poder responder ás cartas que se receberem, excepto nos Correios desta Corte para as Provinciaes de Minas Geraes e S. Paulo, e vice-versa, que será a chegada dos Correios dous dias antes, por serem de maior expediente na fôrma que vai regulada na pauta n. 9.

Art. 98.º No caso de por algum inconveniente se não verificar a chegada de algum Correio no dia competente, farão os Administradores sair outro no dia assignalado para a partida, que deve sempre ser impreterivel.

TITULO IV. — Dos Correios maritimos.

CAPITULO PRIMEIRO. — Disposições geraes.

Art. 99.º No principio e no meiado de todos os mezes se expedirão paquetes do porto desta capital para os portos do Norte e para os do Sul.

Art. 100. Os primeiros sairão para a Bahia, Jaguará e Pernambuco, donde voltarão, tocando no regresso os mesmos pontos. Os segundos irão para Santa Catharina por Santos, e dali regressarão, fazendo a mesma escala na volta.

Art. 101. Huns e outros devem sair dos ultimos portos do seu destino, a saber: os primeiros de Pernambuco e os segundos de Santa Catharina, no 1 e a 15 de todos os mezes, salvas as pequenas alterações que poderem occorrer segundo as circumstancias.

Art. 102. Todas as vezes que os paquetes deixarem de sair nos referidos dias, será o da sua sahida annunciada nos diarios, e por avisos affixados nas portas das casas da Administração dos Correios.

Art. 103. De Pernambuco sahirá no principio de todos os mezes hum paquete para o Pará, donde regressará para o porto da sua sahida, tocando na sahida e na volta os portos do Ceará, Tuytoya e Maranhão.

Art. 104. A demora dos paquetes nos portos intermedios será unicamente a necessaria para entregar e receber as mallas, contanto que nunca exceda de 48 horas. Nos ultimos portos do seu destino a demora dos mesmos paquetes será regulada por fôrma que a sahida se verifique sempre no principio e no meio de todos os mezes, á excepção dos tres de Pernambuco para o Pará, que devem sair no principio dos mezes.

Art. 105. Os Presidentes, quando o bem do serviço publico o exigir, poderão abreviar a sahida dos paquetes, e só poderão retardar a sua sahida por tempo de quatro dias, havendo causa urgente, dando conta ao Ministro do Imperio das causas que a isso os obrigarem.

Art. 106. Os Commandantes dos paquetes são responsaveis pelo acceio e boa conservação destes, e devem tratar os passageiros com toda a urbanidade e civilidade, sem que jamais lhes seja permitido insulta-los por alguma fôrma. Os que faltarem a estes deveres serão immediatamente demittidos do commando e punidos correccionalmente com prisão de hum a seis mezes, segundo a gravidade do caso o pedir.

CAPITULO II. — Das mallas.

Art. 107. Os Commandantes dos paquetes estarão promptos de todo o necessario dous dias antes da sua partida.

Art. 108. Na vespera desta, logo depois das nove horas da noite, mandarão, por hum Official, buscar as mallas ao Correio; este Official passará recibo de todas as que lhe forem entregues, marchará com ellas em direitura para bordo do paquete, que se fará de vela na manhã do dia seguinte.

Art. 109. As mallas irão acompanhadas de huma parte assignada pelo Administrador do Correio, em que se declare o nome da embarcação e do Commandante, o numero de mallas que leva e os seus destinos, com o dia da partida. Na volta dos paquetes, serão obrigados os Commandantes a apresentar nos Correios respectivos os competentes recibos da entrega.

Art. 110. Os Commandantes levarão as malas no sítio mais bem resguardado da Camara, sempre lestes para serem lançadas ao mar em tempo de guerra.

Art. 111. Seguirão o rumo mais conhecido, fazendo sempre a maior força de vela que permittir a embarcação, e nunca mudarão de rumo senão obrigados de temporal ou inimigo.

Art. 112. Immediatamente que entrarem nos portos do seu destino farão entregar nos Correios as mallas respectivas e as encomendas na Alfandega, e recebendo as mallas que houver na noite da vespera da sua partida, seguirão para o seu destino.

Art. 113. Todos os Commandantes, Capitães ou Mestres de navios, assim nacionaes como estrangeiros, que vierem de portos estrangeiros, são obrigados a entregar ao Agente do Correio, que assim lhes requerer, todas as cartas que trouxerem, e receberão, querendo, 30 rs. por cada carta que entregarem, da mesma forma que já recebem alguns Mestres de navios inglezes.

Art. 114. Fica sendo prohibido a todos os navios de guerra e mercantes, nacionaes ou estrangeiros, receber nos portos do Imperio cartas particulares fechadas, á excepção unicamente das que forem relativas á negociação e mais objectos do navio respectivo; e todos os Commandantes, Officiaes, Mestres, passageiros, ou qualquer pessoa da sua tripulação que fôr encontrada com ellas, será multada em 10 a 30 \$ rs., pela forma determinada no art. 81. As pessoas que quizerem ser portadoras de cartas a bordo das embarcações devem pagar previamente o competente porte, nos termos do art. 85.

Art. 115. Fica sujeito á mesma multa estabelecida no artigo precedente todo e qualquer individuo residente nas Cidades e Villas notaveis que não entregar no Correio respectivo as cartas que receber por seus navios, Agentes ou correspondentes de outro algum porto ou lugar do Imperio, e ainda do estrangeiro, não tendo estas entrado no Correio. Entregando-as no mesmo Correio, receberá o portador huma gratificação de 20 por cento do que valer o seu porte.

Art. 116. Para que se facilite ao publico mais o meio de communicação que offerecem os navios nacionaes de guerra e mercantes, por todos elles se remetterão mallas para os Correios dos portos do seu destino, se as houver. As cartas que forem e vierem em taes navios ficão sujeitas aos mesmos portes das que forem e vierem nos paquetes.

Art. 117. Para o fim sobredito, todo o Capitão ou Mestre de qualquer navio mercante, dez dias antes da sua partida, fará declaração na Administração do Correio respectivo do porto do seu destino, e dous dias antes fará aviso de que está prompto para sahir, e na vespera, depois de nove horas da noite, irá o mesmo Capitão ou Mestre, em pessoa, receber as mallas, se as houver, que lhe serão entregues, passando aquelle que as receber dous recibos, hum dos quaes ficará no Correio, e outro será enviado pela mes-

ma embarcação com sobrescripto ao Correio a quem vão dirigidas as mallas.

Art. 118. Immediatamente que o navio tiver chegado ao porto do seu destino, o Capitão ou Mestre mandará entregar as mallas no Correio, e cobrará recibo da entrega para sua descarga.

Art. 119. Todo o Capitão ou Mestre de navio mercante que deixar de cumprir com o que fica disposto nos artigos precedentes será multado de 100 a 200 \$ rs. para a Administração do Correio. Esta multa será cobrada pela mesma forma que fica estabelecida para as multas dos que conduzem cartas fóra das mallas dos Correios.

Art. 120. Os Commandantes dos navios de guerra são igualmente obrigados a dar parte do dia da sua sahida e do porto do seu destino dous dias antes, e a mandar na noite da vespera receber as mallas que houver, excepto quando o bem do serviço exigir que elles não manifestem o seu destino ou o dia da sua partida.

Art. 121. Nos casos sobreditos, o Administrador do Correio calculará se será mais conveniente guardar as cartas que houver no Correio para os portos do destino dos referidos navios, afim de serem remettidas pelo primeiro paquete, o que acontecerá muitas vezes, por deverem estes fazer viagens mais curtas; e quando assim o entender, enviará pelos mesmos navios somente as segundas vias das cartas de officio que tiverem entrado no Correio.

CAPITULO III. — Dos passageiros.

Art. 122. Os paquetes admittirão passageiros até o numero que pela Repartição da Marinha será designado para cada hum, segundo a sua capacidade, pagando pelas suas passagens as quantias que annualmente serão arbitradas pela mesma Repartição; até o fim do corrente anno serão as que vão taxadas na tabella n. 10.

Art. 123. Os passageiros que pretenderem obter passagem nos paquetes deverão dirigir-se aos Commandantes destes, habilitados com passaporte do Ministerio da Marinha, ou de algum dos outros Ministerios naquelles casos em que elles os costumão dar, na conformidade do decreto de 2 de Dezembro de 1820.

Art. 124. O Commandante lhes designará o numero do camarote que deve occupar, passando-lhe hum conhecimento por elle assignado, pelo theor da norma n. 11.

Art. 125. Com este conhecimento irá o passageiro pagar a passagem competente na Administração do Correio, aonde se porá nota do recebimento sobre o mesmo conhecimento, e só á vista desta poderá o passageiro ser admittido effectivamente a bordo para seguir viagem.

Art. 126. Para obviar que algum passageiro desista da viagem depois de tirar o conhecimento, e por falta de noticia fique impedido o camarote que se lhe tiver designado, havendo quem o solicite, todo o passageiro que não mostrar ao Commandante do paquete que pagou sua passagem na Administração do Correio dentro do prazo de 48 horas, perderá por este simples facto o direito que tinha adquirido para ir no

camarote que lhe tiver sido designado, salvo novo ajuste com o mesmo Commandante.

Art. 127. Sobre comedorias se entenderão os passageiros com os Commandantes dos paquetes, os quaes, para procederem com regularidade, estabelecerão hum preço fixo no principio de todos os seis mezes, em huma tabella que será approvada pelo Ministerio da Marinha; regulando desde já, e no entretanto, a tabella n. 12.

Art. 128. Toda a bagagem que qualquer passageiro quizer levar nos paquetes, além de doze arrobas de peso ou de oito pés cubicos de volume, não incluindo o que poder accomodar dentro do seu camarote, será considerada como encomenda e pagará o frete correspondente. Exceptuão-se quaesquer generos de mantimentos que os passageiros quizerem levar para seu consumo durante a viagem, que não pagarão frete.

Art. 129. Os Commandantes e mais Officiaes dos paquetes poderão levar por sua conta a carga de encomendas que accomodarem dentro dos seus camarotes: se levarem algumas encomendas fóra deste lugar, serão obrigados ao pagamento do frete correspondente.

Art. 130. O Escrivão do paquete terá hum livro em que lançará o nome de todos os passageiros que receber, declarando a sua qualidade e o porto do seu destino.

CAPITULO IV. — Das encomendas.

Art. 131. Os paquetes poderão, em tempo de paz, receber encomendas de quaesquer generos e fazendas que não excedão no total o peso de meia carga correspondente á sua lotação. Exceptuão-se porém polvora e armamento, e toda a qualidade de liquidos susceptiveis de inflamação, salvo se taes effeitos forem carregados por ordem e conta do Governo.

Art. 132. O Escrivão do paquete, ou o Official que a bordo do mesmo suas vezes fizer, terá, para o fim sobredito, hum livro da carga, no qual lançará seguidamente, por ordem numerica, todas as encomendas que se receberem, escrevendo-se nestas o numero que corresponder no livro segundo a ordem por que forem entregues; e no acto do recebimento, passará tres conhecimentos do mesmo theor, segundo o estylo mercantil, pelo modelo n. 13.

Art. 133. Nenhum volume poderá ter mais de dous quintaes de peso, e se fór de liquidos, não se admittirão senão até harris de quatro em pipa.

Art. 134. Todas as encomendas devem ser marcadas e designadas com as clarezas necessarias usadas em commercio, pesadas e despachadas na Alfandega, aonde se dará aos despachantes hum bilhete pelo qual conste tanto do despacho como do peso: com este bilhete se irá ao Correio pagar o frete, e só á vista deste pagamento poderão as encomendas ser recebidas a bordo dos paquetes.

Art. 135. O preço dos fretes será regulado, no principio de todos os trimestres, pela Administração dos Correios, com attenção aos preços correntes das praças respectivas, que nunca poderão ser excedidos. Para o primeiro trimestre,

que deve findar no ultimo de Junho do corrente anno, vai regulado pela tabella n. 14.

Art. 136. Hum dia antes do que estiver destinado para a sahida do paquete, o Escrivão fechará o livro da carga, e depois d'elle fechado não receberá mais encomendas, pena de perdimento do seu lugar. Extrahirá do mesmo livro huma relação da carga que recebeu, e a remetterá ao Administrador do Correio para os effeitos convenientes.

Art. 137. Logo que os paquetes derem fundo nos portos do seu destino, o Escrivão, dentro das primeiras 48 horas, remetterá para a Alfandega respectiva as encomendas que ali permanecerem, acompanhadas de huma relação exacta, extrahida do livro da carga, para verificação da entrega; e em outra igual certidão se lhe passará na Alfandega recibo do que houver entregado, o qual será obrigado a apresentar na Administração do Correio do porto aonde tiver recebido as mesmas encomendas, na certeza de que fica responsavel pelas faltas e pelos extravios de direitos que por sua culpa ou omissão acontecerem.

Art. 138. Os Commandantes dos paquetes ficarão obrigados a pagar aos carregadores as avarias que procederem de defeito do navio, ou de mau acondicionamento das encomendas, ou de roubo de todo ou parte dellas, ou extravio qualquer acontecido no mar, á excepção do que fór feito por força superior. Para esta indemnisação perceberão 25 por cento da importancia total dos fretes de todas as encomendas que receberem a bordo. Fóra dos casos sobreditos os Commandantes dos paquetes nunca responderão por avarias, nem a Fazenda Publica.

TITULO V. — Da contabilidade e escripturação.

Art. 139. Haverá oito livros na Administração do Correio Geral desta Corte, a saber:

- 1.º Para a receita e despeza.
- 2.º Auxiliar.
- 3.º Para a entrada das cartas.
- 4.º Para a sahida das mesmas.
- 5.º Para o registo dos seguros.
- 6.º Para o registo das ordens.
- 7.º Para o registo das listas das cartas retardadas.

8.º Para nelle se lançarem os recibos dos Officiaes dos paquetes, Capitães e Mestres de navios, e Conductores que receberem mallas.

Art. 140. O livro da receita e despeza será numerado com numeros dobrados, e aberto, rubricado e encerrado por hum Contador Geral do Thesouro Publico; e só poderá escrever no mesmo o Contador da Administração Geral do Correio, ou quem servir nos seus impedimentos. Nelle se lançará em receita ao Administrador na pagina esquerda: 1.º, o porte de todas as cartas que vierem de fóra; e de que elle tomar entrega, para serem distribuidas nesta Cidade; 2.º, o porte que no mesmo Correio se pagar das cartas franqueadas; 3.º, o premio dos seguros, passagens e fretes dos paquetes.

Art. 141. As cargas da receita dos portes das cartas que vierem de fóra para ficarem e se dis-

tribuirem no Correio Geral serão lançadas pelas facturas que acompanharem as mesmas cartas; ou se formarem das avulsas, depois deliquidadas, com o abatimento de que forem susceptíveis, e resultar das verbas que nellas se deverem lançar, na conformidade do art. 41.

Art. 142. A carga dos portes das cartas franqueadas e do producto dos seguros, passagens e fretes dos paquetes, será lançada no fim de todas as semanas em verbas distinctas do que nas mesmas tiver produzido cada hum dos expressados ramos, com referencia á pagina do livro auxiliar aonde devem ser carregados diariamente, á proporção que se forem recebendo.

Art. 143. O Thesoureiro he obrigado a assignar individualmente cada hum das cargas que se lhe fizerem, juntamente com o Contador.

Art. 144. Na pagina direita do mesmo livro se lançará em despeza ao Administrador: 1º, as quantias com que entrar todos os mezes no Thesouro Nacional. Esta descarga será feita á vista do conhecimento que no Thesouro Publico se der ao Thesoureiro, na forma que actualmente se pratica; 2º, o valor dos portes das cartas atrazadas que no principio de todos os mezes se devem queimar, nos termos do art. 56; 3º, os premios que, pelo art. 113, se mandão pagar aos Commandantes ou Mestres de navios vindos de portos estrangeiros que entregarem cartas, e aos Correios das portas pelo art. 57; 4º, finalmente, as quantias que mensalmente despendem com o pagamento dos ordenados, salarios, e mais despesas da administração do Correio.

Art. 145. O livro auxiliar estará igualmente a cargo do Contador, e servirá para se lançar nelle, por ordem seguida diariamente, todas as quantias que produzir a repartição dos seguros, dos portes das cartas que se franquearem, e das passagens e fretes dos paquetes.

Art. 146. No livro da entrada das cartas se lançará por entrada as facturas de todos os massos e cartas que entrarem no Correio vindas dos outros Correios de fóra, declarando-se os nomes destes, e os paquetes, navios e Conductores que as tiverem trazido; e bem assim as que forem lançadas na caixa delle, com declaração das que são para se distribuirem no mesmo Correio, das que vem com porte pago, seguras ou do serviço, e das que devem sahir para outros Correios, e os nomes destes. As sobreditas facturas serão numeradas, emmassadas e guardadas.

Art. 147. No livro da sahida das cartas se lançará o destino que estas effectivamente tiverem, declarando-se as Secretarias ou autoridades a quem se entregarão, sendo do serviço publico, e sendo seguras ou com porte pago, bastará que se expresse que forão entregues a quem pertencião, e o mesmo se observará a respeito das que ficarem para se distribuirem no Correio Geral. Relativamente porém ás que forem destinadas a outros Correios, se farão os assentos com especificação dos nomes destes e copia das facturas que acompanharem as remessas.

Art. 148. No livro do registo dos seguros se devem registrar os conhecimentos de todos os que

se fizerem. Será numerado e rubricado pelo Director Geral, e todos os mais que se seguirem.

Art. 149. O livro do registo das ordens servirá para nelle se lançarem seguidamente todas as que forem dirigidas á Administração Geral dos Correios.

Art. 150. No livro das cartas retardadas se lançará as listas mandadas fazer no principio de todos os mezes, e nelle se irão notando as cartas que se queimarem, escrevendo-se á margem, em frente de cada hum das cartas queimadas, a nota — Queimada. —

Art. 151. Logo que na Administração do Correio se receberem os recibos da entrega das malas ou saccos dos Correios respectivos que os conductores e os Commandantes dos paquetes ou outro qualquer navio são obrigados a entregar, ou os avisos competentes de taes recebimentos, que todos os Correios devem fazer hums a outros, se porá a seguinte nota no livro competente, á margem dos expressados recibos — Entregou recibo — ou — Recebeu-se aviso de ficar entregue.

Art. 152. Além destes livros, terá o Administrador os mais que julgar necessários, para nelles ficarem registadas as cartas de serviço que dirigir, relativas ao seu officio, e outra qualquer escripturação que o expediente do serviço poder exigir.

Art. 153. Nas Administrações dos Correios das Capitães das Provincias haverá os mesmos livros sobreditos, que serão rubricados, o da receita e despeza pelo respectivo Escrivão da Junta da Fazenda, e os demais pelo Official que a mesma Junta para isso nomear. Nos outros Correios haverá hum livro de receita e despeza, que lhes serão enviados pelos Administradores dos Correios das Capitães, rubricados por elles, e poderão fazer toda a mais escripturação em cadernos que igualmente receberão dos mesmos Administradores.

Art. 154. Haverá no Correio Geral hum cofre com duas chaves, das quaes hum está em poder do Administrador ou do seu Ajudante, outra na do Thesoureiro. Dentro do mesmo cofre será recolhido todos os dias o producto dos diversos ramos do Correio, formando-se hum systema de escripturação simples e clara, segundo os principios que ficão estabelecidos.

Art. 155. Nos mezes de Outubro, Janeiro, Abril e Julho serão enviados pelos Administradores ao Director Geral mappas demonstrativos do producto total dos Correios no quartel precedente em resumo, e no principio de Julho lhe remetterão os mesmos por triplicado o mappa geral de toda a receita e despeza de todo o anno antecedente, contado do 1 de Julho ao ultimo de Junho, declarando-se nelle individualmente os motivos da mesma receita e despeza, e destes enviará o mesmo Director hum, sem documentos, ao Ministro do Imperio, e outro ao da Fazenda, acompanhado dos livros e documentos competentes que por este Ministerio forem mandados apresentar no Thesouro.

Paço, 5 de Março de 1829. — José Clemente Pereira.

PESO.	Santo Antonio de Sã.	Friburgo. Cantagallo.	S. João d'El-Rei. Barbacena. Queluz. Ilha Grande. Paraty. Macahé. Campos.	S. Paulo e Villas do Norte desta Provincia. Ouro Preto.	Villas do Sul de S. Paulo. Marianna. Tamanduá. Espirito Santo.	Sabará. Villa da Campanha. Pitangui.	Ignape. Villa de S. Mathens.	Villa do Principe. Paranaguá.	Tejuco.	Matto-Grosso. Goyaz. Paracatu.
até 2 oit.	10 réis.	20 rs.	40 rs.	50 rs.	60 rs.	70 rs.	80 rs.	100 rs.	110 rs.	120 rs.
4	20	40	80	100	120	140	160	200	220	240
6	30	60	120	150	180	210	240	300	330	360
8	40	80	160	200	240	280	320	400	440	480
10	50	100	200	250	300	350	400	500	550	600
12	60	120	240	300	360	420	480	600	660	720
14	70	140	280	350	420	490	560	700	770	840
16	80	160	320	400	480	560	640	800	880	960
18	90	180	360	450	540	630	720	900	990	1\$080
20	100	200	400	500	600	700	800	1\$000	1\$100	1\$200
22	110	220	440	550	660	770	880	1\$100	1\$210	1\$320
24	120	240	480	600	720	840	960	1\$200	1\$320	1\$440
26	130	260	520	650	780	910	1\$040	1\$300	1\$430	1\$560
28	140	280	560	700	840	980	1\$120	2\$400	1\$540	1\$680
30	150	300	600	750	900	1\$050	1\$200	1\$500	1\$650	1\$800

E assim progressivamente, augmentando-se sempre de 2 em 2 oitavas o porte que corresponder a 2 oitavas, até 320 oitavas de peso.

Da Ilha Grande e Paraty.

Chega nos dias 1, 11 e 21.

Parte nos dias 3, 13 e 23.

De Santo Antonio de Sá e Nova Friburgo.

Chega todas as quartas feiras e parte todas as sextas feiras.

N.º 10.

TABELLA das quantias que por sua passagem deve pagar na Administração do Correio Marítimo cada passageiro a bordo dos paquetes imperiaes.

Do Rio de Janeiro para Santos. . . .	12\$000
S. Catharina. . . .	15\$000
Bahia	24\$000
Alagôas	30\$000
Pernambuco. . . .	34\$000
Da Bahia. . . . para Alagôas	10\$000
Pernambuco. . . .	16\$000
De Pernambuco para o Ceará	16\$000
Piauí. . . .	24\$000
Maranhão	30\$000
Pará. . . .	34\$000

Os criados ou escravos pagarão hum terço dos preços acima; as crianças menores de sete annos até dous, hum quarto; as menores de dous annos não pagarão nada. Os preços na volta são os mesmos que na ida. Os passageiros da prôa pagarão metade dos preços acima determinados para os passageiros de ré, e os seus criados ou escravos dous terços do que pagarem seus amos ou senhores.

N.º 11.



NOME DO PAQUETE.

Ajustou—F.—passagem para si e para tantas pessoas, etc.—deste para o porto de.... tocando-lhe o camarote n...., do qual, segundo a tabela, pagará na Administração do Correio Marítimo a quantia de \$

Fica obrigado a mostrar que pagou effectivamente o preço da sua passagem na Administração do Correio deste porto, no prefixo termo de 48 horas, pena de perder o direito de ir no camarote designado.

Bordo do paquete.... de.... de 1829.

Rubrica do Commandante.—Assignado, o Escrivão.

Registado no livro de passageiros a fl....

Escrivão.

Recibo da Administração do Correio.

Assignatura.

Apresentou-se tendo pago, e tomou posse.

Bordo do paquete.... de.... de 1829.

Escrivão.

N.º 12.

TABELLA das comedorias que deve pagar cada passageiro a bordo dos paquetes imperiaes ao Commandante do respectivo paquete.

Do Rio de Janeiro para Santos. . . .	14\$000
S. Catharina. . . .	18\$000
Bahia	24\$000
Alagôas	30\$000
Pernambuco. . . .	36\$000
Da Bahia para Alagôas	9\$000
Pernambuco. . . .	18\$000

N. B. As comedorias são as mesmas na volta.

De Pernambuco para o Ceará	18\$000
Piauí. . . .	24\$000
Maranhão	30\$000
Pará. . . .	36\$000

N. B. As comedorias na volta destes quatro portos para Pernambuco serão o dobro das da ida.

Os criados ou escravos pagarão hum terço das comedorias indicadas; as crianças de dous até sete annos pagarão hum quarto, os menores de dous annos nada pagarão. Os passageiros da prôa pagarão ao Mestre metade das comedorias acima marcadas para os de ré; os seus criados ou escravos hum terço do que pagão seus amos ou senhores, e as crianças de dous a sete annos hum quarto.

N.º 15.

NOME DO PAQUETE.

B. tantas caixas.
M. tantas saccas.
C. tantas pipas,
etc.

Carregou F. a bordo do paquete de meu commando o seguinte: — tantas caixas, — tantas saccas, — tantas pipas, etc., com a marca por fóra, — o que tudo me obriga a levar debaixo de coberta enxuta e bem acondicionado, levando-me Deos a salvamento ao porto de.... e entregar a F., responsabilizando-me pelas avarias na forma do art. 158 do regulamento dos correios. Pagando o dito carregador de frete á Administração do Correio o que consta no verso desta. E para assim cumprir e guardár obrigo minha pessoa e bens. Deste se passarão tres do mesmo theor, dos quaes só hum terá vigor. Rio de Janeiro....

Lançado no livro
das cargas a
frete a fl.

Assignado.

Commandante.

Assignado.

Escrivão.

Tantos caixões a tanto de frete cada hum. \$

Tantas saccas a tanto. \$

Tantas pipas a tanto \$

Commandante.

Escrivão.

Tabella dos fretes dos paquetes no trimestre do 1º de Março a 30 de Junho de 1829.

<i>Do Rio de Janeiro para</i>	<i>Pernambuco.</i>	<i>Bahia.</i>	<i>S. Catharina.</i>
Saccas de feijão, arroz, farinha, etc., de 3 alqueires.	a 1 \$ 200	1 \$ 080	1 \$ 080
Caixas de cera de 3 a 4 arrobas.	2 \$ 400	2 \$ 160	2 \$ 160
Caixões, següido o tamanho.	de 3 \$ 000 a 6 \$	2 \$ 400 a 5 \$ 400	2 \$ 400 a 5 \$ 400
Jacazes de toucinho, carnes, etc.	2 \$ 000	1 \$ 800	1 \$ 800
Ferro, aço, chumbo, etc., o quintal.	\$ 900	\$ 800	\$ 800
Pipas.	8 \$ 000	7 \$ 200	7 \$ 200
Barris de quatro em pipa.	2 \$ 000	1 \$ 800	1 \$ 800
Dinheiro, cobre, prata, ouro, joias, etc.	1 1/2 p. cent. do val.	1 por cento.	1 por cento.
Couros	\$ 200	\$ 160	\$ 160
Fardos de 2 rolos de algodão.	2 \$ 000	1 \$ 800	1 \$ 800
Caixões de sabão e de outros objectos, conforme o seu tamanho.	\$ 800 a 2 \$	idem	idem.

Os fretes de Pernambuco para o Maranhão e Pará são os mesmos que daqui para Pernambuco, e para o Ceará e Tutoya menos 30 por cento

Os retornos são os mesmos fretes, accrescentando os artigos següintes:

Amarras de piassaba.	\$ 800 p. pol. de bitola.	Idem.	Idem.
Louça	1 \$ 200 a talha.	Idem.	Idem.
Sal	\$ 200 o alqueire	Idem.	Idem.
Cocos	2 \$ 000 o milheiro.	Idem.	Idem.
Taboado	5 \$ 000 a duzia.	Idem.	Idem.
Pranchões de 16 palmos.	6 \$ 400 a duzia	Idem.	Idem.

PORTARIA DE 6 DE MARÇO.

Imp. avulso.

Manda S. M. o I., pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar á Camara Municipal da Villa de S. Salvador dos Campos que lhe foi presente o seu officio de 29 de Fevereiro proximo passado, em que dá conta das duvidas que se suscitáram por terem sido eleitos para Vereadores José Vieira de Mattos e Antonio José de Sequeira e Silva, quando na apuração das eleições para Juizes de Paz o primeiro tinha já sahido eleito Supplente da Freguezia da dita Villa, e o segundo Juiz de Paz da Freguezia de Santo Antonio dos Guarulhos; e que, não tendo a lei declarado qual das duas eleições prefere sobre a outra: ha por bem o mesmo Senhor resolver que se deve deixar aos eleitos o arbitrio na escolha, devendo por isso a Camara deferir a Antonio José de Sequeira e Silva, na fórma por elle requerida, ficando sem effeito a posse de Vereador que, contra sua vontade, foi obrigado a tomar, em cumprimento das ordens da Camara, que não attendeu á sua escusa, e dando-se-lhe a de Juiz de Paz, para que se acha habilitado; que não está porém no mesmo caso José Vieira de Mattos, pois que o lugar de Supplente, para que foi nomeado, não podendo verificar-se senão por impedimento do Juiz de Paz, que póde não acontecer, não o dispensa de ser Vereador, por ser este hum emprego que se verifica immediatamente em quem está desempeido. Palacio do Rio de Janeiro, em 6 de Março de 1829.—José Clemente Pereira.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 55, de 10 de Março de 1829.*

PORTARIA DE 6 DE MARÇO.

Imp. avulso.

Manda S. M. o I., pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar á Camara Municipal da Villa de S. João do Principe que o seu officio de 21 do mez passado, em que representa ter-se o Capitão José Joaquim Pereira negado a tomar posse de Vereador, como lhe compete no impedimento do Capitão José de Souza Breves filho, pedindo instruções dos meios que deve empregar para o obrigar, fica reservado para ser presente á Assembléa Geral, por tratar de objecto que exige resolução legislativa. Palacio do Rio de Janeiro, em 6 de Março de 1829.—José Clemente Pereira.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 55, de 10 de Março de 1829.*

PORTARIA DE 11 DE MARÇO.

App. ao Dialogo Const.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo-se suscitado duvidas em algumas Provincias por occasião das actuaes Camaras Municipaes, sobre o provimento dos lugares de Juizes de Orphãos e Ordinarios, bem como da autoridade que deya substituir os Juizes de Fóra e Ouvidores quando possão estar impedidos, e querendo S. M. I. que em todo o Imperio se observe com uniformidade a decisão que se tem dado, até que a Assembléa Geral Legislativa haja de regular este objecto, manda declarar a V. Ex., para o fazer constar e observar nessa Provincia, que os Juizes Ordinarios e de Orphãos deverão continuar a ser eleitos como até agora, porque, não havendo ainda lei que

extinguisse estes lugares, e nem lhes tirasse a natureza de electivos, nenhuma tambem ha que, estabelecendo nova forma de eleição delles, fizesse cessar as disposições da Ord., liv. 1.^o, tit. 67, e alvará de 12 de Novembro de 1611, as quaes, pela carta de lei do 1.^o de Outubro de 1828, só foram alteradas quanto somente aos Officiaes das Camaras, isto he, Vereadores e Procuradores dos Conselhos. Que nos impedimentos dos Juizes de Fôra deverá passar a vara ao primeiro Vereador da Camara respectiva, na conformidade da lei existente, a qual, não estando revogada, não he incompativel com as disposições da sobredita lei do 1.^o de Outubro de 1828. E porque os primeiros Vereadores das Camaras actuaes são os Presidentes dellas, são estes os que devem substituir os Juizes de Fôra, ainda que não sejam os mais velhos em idade, visto que a Constituição e a mesma lei do 1.^o de Outubro tem constituido na maioria dos votos a regra das precedencias; e finalmente, que o Vereador Presidente da Camara que occupar a vara de Juiz de Fôra não deixa por isso vaga a Presidencia da Camara, por não serem as obrigações de ambos os lugares incompativeis de se servirem simultaneamente, e que acontecendo faltarem ou serem impedidos ao mesmo tempo o Juiz de Fôra e Ouvidor residentes na cabeça da Comarca, servirá de Ouvidor o Presidente da Camara e de Juiz de Fôra o immediato em votos. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Março de 1829.—Lucio Soares Teixeira de Gouvêa.—Sr. Visconde de Camamu.

Nesta mesma conformidade aos Presidentes das demais Provincias.

PORTARIA DE 13 DE MARÇO.

Imp. avulso.

Sendo presente a S. M. o I. o officio de 2 deste mez, no qual o Presidente da Camara Constitucional da Villa de Macahé, Joaquim Alvares de Brito, participa as duvidas em que se acha, não só de exercer o referido lugar de Presidente, porque, tendo a maioria de votos, he o menor em idade, mas tambem de exercer o de Juiz pela lei, como exige o Ouvidor da Comarca, por estar servindo illegalmente Manoel Gomes Braga: manda o mesmo A. S., pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, responder-lhe que, por ser maior em votos, lhe compete ser Presidente da Camara, apesar de ser o menor em idade, nos termos da Constituição, art. 168; e que, quanto ao exercicio de Juiz pela lei, lhe será communicada a competente decisão pela Reparação da Justiça, á qual compete o conhecimento deste objecto. Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Março de 1829.—José Clemente Pereira.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 60, de 16 de Março de 1829.*

DECRETO DE 20 DE MARÇO.

Coll. Plancher.

Hei por bem ordenar, na conformidade do art. 86 da Constituição, que se execute provisoriamente a seguinte resolução do Conselho Ge-

ral da Provincia de Minas Geraes:

Art. unico. As conhecenças que pertencem aos Parochos naquella Provincia são fixadas d'ora em diante em 80 rs. por cada pessoa de confissão indistinctamente. Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 20 de Março de 1829, 8.^o da Independencia e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. I.—Lucio Soares Teixeira de Gouvêa.

DECRETO DE 20 DE MARÇO.

Coll. Plancher.

Hei por bem ordenar, na conformidade do art. 86 da Constituição, que se execute provisoriamente a seguinte resolução do Conselho Geral da Provincia da Bahia:

Art. 1.^o Nenhum escravo cujo senhor for morador da Cidade, Villas ou Povoações, e viva em companhia destes, e bem assim nenhum escravo que residir em fazenda ou predio rustico de qualquer denominação que seja poderá sahir, aquelle da Cidade, Villas ou Povoações, e este da fazenda ou predio rustico em que habitar, sem comsigo levar huma cedula datada e assignada por seu senhor, Administrador, Feitor ou quem suas vezes fizer, em a qual se indiquem o nome e naturalidade do escravo, seus mais salientes signaes, o lugar para onde se encaminha, e o tempo pelo qual deva valer a referida cedula.

Art. 2.^o O escravo que se achar fôra dos lugares designados no precedente artigo sem a sobredita cedula será immediatamente preso e remetido a seu respectivo senhor, para o castigar, guardada a moderação devida; no caso porém que o escravo não declare a quem justamente pertence, ou seu senhor não seja conhecido pelo apprehensor, apprehensores, ou outras pessoas que possam informar a esse respeito, será sem demora remetido ao Juiz territorial do lugar em que se verificar a apprehensão, pelo Juiz de Paz do respectivo districto, o qual, por edital (que tambem deverá mandar imprimir nas folhas, havendo para isso commodidade) afixado no lugar mais publico, e nos immediatos do em que se effectuou a apprehensão, fará da mesma constar, designando todos os signaes do escravo apprehendido, porque possa vir a ser conhecido, e assim tambem da sua remessa.

Art. 3.^o Nenhum preto ou pretos forros, Africanos, poderá sahir da Cidade, Villas, Povoações, ou fazendas e predios em que for domiciliario, a titulo de negocio, ou outro qualquer motivo, sem passaporte, que poderá obter do Juiz Criminal ou de Paz do lugar, a arbitrio das partes, os quaes somente lh'o concederão precedendo exame da regularidade de sua conducta por meio de tres testemunhas que a abonem (caso não seja conhecida e abonada pelo mesmo Juiz), e em taes passaportes não somente se indicará o nome do individuo que o requereu, seus mais distinctos signaes, e o lugar para onde se encaminha (como he costume), mas tambem se designará o tempo por que devam durar os ditos passapor-

tês, porquanto ha toda a presumpção e suspeita de que taes pretos são os incitadores e provocadores dos tumultos e commoções a que se tem abalançado os que existem na escravidão.

Art. 4.º Os pretos ou pretas forros, Africanos, que transgredirem o determinado no precedente artigo, serão immediatamente presos e remettidos ás autoridades territoriaes, para lhes impôr pela primeira vez a pena de oito dias de prisão, os quaes se multiplicarão pelas reincidências.

Art. 5.º A execução da presente proposta fica encarregada aos Juizes de Paz por si e pelos seus Cabos ou Officiaes, e bem assim a todos os Officiaes de patente, quer de Milicias, quer de Ordennanças, que, cumulativamente com os preditos Juizes, ficão autorisados para inspecção e fiscalisar os mencionados passaportes e cédulas, procedendo na fôrma recommendada nos antecedentes artigos; e para acautelar e acudir a qualquer tumulto que possa suscitar-se, deverão aquartelar-se as tropas de primeira linha, assim de Caçadores como de Cavallaria e Infantaria, nas immediações da Cidade, destacando para aquelles pontos que o Presidente da Provincia julgar necessários.

Art. 6.º Quando porém não houver tropa de primeira linha em numero sufficiente, serão os destacamentos de fôra da Cidade preenchidos pelas tropas milicianas dentro de seus respectivos districtos. Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 20 de Março de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. I. — Lucio Soares Teixeira de Gouvêa.

AVISO DE 20 DE MARÇO.

Original.

Tendo S. M. I. incumbido a V. S. de examinar os livros de registo das leis, decretos, consultas e mais diplomas das Secretarias e Tribunaes desta Córte, para se extrahirem delles as copias que forem precisas: ha o mesmo Senhor por bem que V. S. declare por esta Secretaria de Estado a que tiver encontrado relativamente ao ordenado do Cirurgião-Mór do Imperio, enviando copia dos documentos que servirem de illustração a esse objecto. Deos guarde a V. S. Paço, em 20 de Março de 1829. — José Clemente Pereira.

PORTARIA DE 21 DE MARÇO.

Coll. Braz.

D. Pedro I, por graça de Deos, etc. Faço saber a vós Conde do Rio Pardo, Governador das Armas da Córte e Provincia do Rio de Janeiro, que, sendo-me presente a consulta do Conselho Supremo Militar, a que mandei proceder em consequencia do vosso officio de 5 de Janeiro deste anno, em que me pedieis resolução sobre os vencimentos dos soldados sentenciados, a respeito dos quaes não ha regularidade determinada: hei por bem, conformando-me inteiramente com o parecer do mesmo Conselho, determinar, por

minha immediata e imperial resolução de 19 de Fevereiro do presente anno, que com os ditos sentenciados se observe o seguinte: 1.º, que os réos militares sentenciados a trabalhos de fortificação por tempo menor de seis annos sejam fornecidos, pelos corpos a que pertencerem, com os vencimentos que lhes concede a carta regia de 19 de Fevereiro de 1807 e aviso de 25 do mesmo mez e anno, visto terem de voltar a servir nos mesmos corpos depois de cumprirem suas sentenças; 2.º, que os réos militares sentenciados a trabalhos de fortificação por tempo maior de seis annos sejam excluidos do serviço dos Corpos a que pertencerem desde o dia da publicação de suas sentenças, e immediatamente remettidos, com guia, aos Governadores das fortalezas em que tiverem de cumprir os ditos trabalhos, cujos Governadores lhes abonarão para a Thesouraria Geral das Tropas, por via dos Almojarifes das fortalezas, e igualmente para o Commissariado, os alimentos caritativos que são de pratica, bem como o vestuario preciso, o qual de nenhum modo deve ter a apparencia militar que, além de indecorosa com ferros, já lhes não pertence; 3.º, que da mesma fôrma sejam excluidos do serviço dos corpos os réos militares sentenciados á pena de terceira deserção, segundo a disposição do decreto de 13 de Outubro de 1827, que sanccionou a resolução da Assembléa Geral Legislativa, mas que a estes réos abonem os Governadores das fortalezas, pela fôrma que fica indicada, os vencimentos que lhes concede a carta regia de 19 de Fevereiro de 1807, cuja disposição não derogou nesta parte o mencionado decreto: 4.º, finalmente, que aos réos militares que forem excluidos do serviço dos corpos em consequencia de sentença que os condemne a trabalhos publicos sejam abonados os alimentos caritativos e preciso vestuario pelas Repartições a que forem entregues, conforme o uso em pratica com os mais presos nellas empregados. Cumpri-o assim. S. M. I. o mandou pelos Conselheiros de Guerra abaixo assignados, ambos do seu Conselho. João Jacques da Silva Lisboa a fez no Rio de Janeiro, aos 21 de Março de 1829. No impedimento do Conselheiro Secretario de Guerra, Antonio Raphael da Cunha Cabral, Official-Maior, a fiz escrever e subscrevi. — Alexandre Eloy Portelli.—Francisco Maria Telles.

PROVISÃO DE 21 DE MARÇO.

Coll. Braz.

D. Pedro I., pela graça de Deos, etc. Faço saber a vós Presidente da Provincia do Ceará, que, sendo-me presente huma consulta do Conselho Supremo Militar, a que mandei proceder, sobre o requerimento de João da Guerra Passos, Sargento-Mór do Batalhão n. 74 de Caçadores da segunda linha do Exercito, em que pede o pagamento da forragem do dito posto que a Junta da Fazenda Publica da dita Provincia lhe nega, não obstante a estar pagando ao Ajudante do mesmo Batalhão Ignacio Joaquim Guedes, e conforman-

do-me inteiramente com o parecer do Conselho, no qual clara e especificadamente mostra a face da Legislação existente, tanto a falta de direito do Sargento-Mór João da Guerra Passos no pagamento que requer, como a do Ajudante Ignacio Joaquim Guedes á percepção da forragem e etape que tem recebido por manifesta culpa da Junta da Fazenda, que com abuso e contra a intelligencia da lei accedeu a tal pagamento em prejuizo da Fazenda Nacional, a quem a Junta he responsavel por seus actos illegaes: hei por bem, pôr minha immediata e imperial resolução de 19 de Dezembro do anno proximo findo, indeferindo a pretensão do sobredito Sargento-Mór, determinar-vos que logo mandeis suspender ao Ajudante Ignacio Joaquim Guedes o pagamento de forragem e etape que indevidamente está percebendo, e fazeis indemnisar a Fazenda Nacional de todos estes vencimentos, pagos ao dito Ajudante, pelos membros da Junta da Fazenda que em 16 de Julho de 1825 determinarão tal pagamento, como responsaveis pela falta de intelligencia no cumprimento de seus deveres e má applicação dos fundos nacionaes que lhes forão confiados, remettendo ao Thesouro Publico documento authenticico de o haverdes assim cumprido; e para de huma vez pôr termo aos abusos que sobre os vencimentos que competem aos Sargentos-Móres e Ajudantes dos corpos da segunda linha posão existir, tanto nessa Provincia como em todas as outras do Imperio, em prejuizo da Fazenda Nacional: hei igualmente por bem, firmando regra, determinar o seguinte, que mando seja observado em todas as Provincias do Imperio, com excepção unicamente dos casos particulares determinados por expressas ordens minhas: 1.^a, que aos Sargentos-Móres e Ajudantes dos Corpos de Milicias promovidos na conformidade das instrucções que baixarão com o decreto de 4 de Dezembro de 1822, bem como aos Ajudantes promovidos para os ditos corpos segundo o decreto de 5 de Março de 1823, competem os mesmos vencimentos que percebem nestes postos os Officiaes de igual graduacão dos corpos da primeira linha, regulando-lhes o soldo pela tabella de 28 de Março de 1825, e os mais vencimentos pela tabella de 29 de Abril de 1823; 2.^a, que aos Sargentos-Móres e Ajudantes dos Corpos de Milicias já existentes nestes postos quando baixou o decreto e tabella de 7 de Março de 1821 tão sómente lhes compete o soldo arbitrado nesta tabella, por assim o haver determinado na minha imperial resolução de 31 de Janeiro de 1822, em que l'ha fiz extensiva, por não estarem comprehendidos na disposiçã do dito decreto, nem na do decreto de 8 de Maio seguinte, mas não tem direito a nenhum outro vencimento; 3.^a, finalmente, que aos Sargentos-Móres e Ajudantes dos Corpos de Milicias que tenham sido ou forem de futuro promovidos a estes postos de outras classes, fora das designadas nos decretos de 8 de Maio de 1821, 4 de Dezembro de 1822 e 5 de Março de 1823, unicamente compete o soldo da tarifa antecedente á tabella de 7 de Março de 1821, não havendo positiva determinacão mi-

nha em contrario. S. M. I. o mandou pelos Conselheiros de Guerra abaixo assignados, ambos do seu Conselho. João Jacques da Silva Lisboa a fez no Rio de Janeiro, aos 21 de Março de 1829. No impedimento do Conselheiro Secretario de Guerra, Antonio Raphael da Cunha Cabral, Official-Maior, a fiz escrever e subscrevi. — Alexandre Eloy Portelli. — Francisco Maria Telles.

RESOLUÇÃO DE 24 DE MARÇO.

Manuscripto authenticico.

Senhor. — Tendo requerido a V. M. I. por este Tribunal o Coronel Manoel Leitão Bandeira, D. Gertrudes Ignacia Velovi Saião e seus filhos, viuva do Capitão de Fragata Garção; e o Brigadeiro Anastacio Corrêa Vasques, o assentimento das tenças puras e correspondentes aos postos das suas patentes, que V. M. I. foi servido conceder-lhes pura e simplesmente, na conformidade do assento que tem constantemente servido como lei regulamentar, assim reconhecida por V. M. I. e seus augustos predecessores, á vista dos competentes alvarás que apresentarão, firmados por V. M. I., e referendados pelos seus competentes Ministros; deferio o Tribunal, mandando fazer o competente e pedido assentamento; e sendo de voto contrario o Conselheiro Manoel José de Souza França, e pedindo consulta, se suspendeu aquelle deferimento e se lhe concedeu, ordenando-se que, com o voto e parecer daquelle, subsistesse á presença de V. M. I. para determinar o justo.

Parece ao Conselho que, no deferimento que fez, se conformou com as leis, com o projecto da Constituição que jurou, com o seu constante procedimento em igualdade de circumstancias, e com as determinações de V. M. I. nos decretos das concessões. As que os supplicantes obtiverão forão puras e simplicies, correspondentes aos seus postos militares, na conformidade do assento tido e reconhecido constantemente como lei regulamentar pelos competentes Tribunaes, pelos muito dignos Procuradores da Fazenda, e por V. M. I. e seus augustos predecessores; logo, he claro que nestas circumstancias toda a ingerencia deste negocio he só propria e privativa da autoridade de V. M. I., assim declarada no projecto da Constituição, e consequentemente independente da approvaçã da Assembléa Legislativa, que só he competente no outro caso estabelecido na mesma Constituição: marcados os limites, he necessario que se não excedão, aliás tudo será desordem e confusão. V. M. I. e o seu Ministerio está tão persuadido desta verdade que, além de ter sido a pratica constante de proceder este Tribunal a semelhantes assentamentos por esta maneira, ultimamente resolvendo a consulta do Coronel João da Cruz dos Reis, lhes concedeu pura e simplesmente a remuneraçã de 12000 rs. que pelo seu posto de Tenente-Coronel effectivo lhe competia, isto em data de 17 de Outubro de 1828; e em data de 8 de Janeiro do presente anno se dignou, por portaria expedida pela Se-

cretaria do Imperio, participar a este Conselho que ficava reservada, para ser presente á Assembléa Legislativa, a consulta do mesmo Tribunal sobre o requerimento de Joaquim Francisco Lobão, por depender da approvação da mesma Assembléa Geral a verificação da tença de 200.000 rs. que lhe fôra concedida, em resolução de 30 de Dezembro, em sua filha D. Leonor Joaquim Lobão. Da expressão declara esta portaria se evidencia que da approvação da Assembléa Geral não depende a concessão de semelhantes remunerações taxadas pela lei regulamentar e consuetudinária, mas sim a outra qualidade, qual a da verificação em hum outro que não seja o remunerado. Estas, além de outras mui obvias ponderações, são os motivos por que o Conselho deferio a pretensão dos supplicantes, mandando effectivamente fazer o assentamento pedido.

Parece ao Conselheiro Escrivão da Fazenda, Manoel José de Souza França, que não pôde ter lugar esta deliberação do Conselho, ao menos enquanto por V. M. I. não fôr declarado o sentido da sua imperial resolução de 21 de Novembro do anno proximo passado, que he do theor seguinte: — Não se expeça alvará, nem se abra assentamento de remuneração alguma pecuniária não fixada por lei, sem que preceda a necessaria approvação da Assembléa Geral Legislativa. — As razões em que se funda o mesmo Conselheiro Escrivão da Fazenda são as que vou expôr.

Baixando a este Tribunal a dita imperial resolução de 21 de Novembro do anno proximo passado, se entendeu pelos membros do mesmo Tribunal que então fazião despacho ser ella comprehensiva das tenças que se tem conferido e houverem de conferir aos Officiaes do Exercito, cujas mercês se tem regulado por huma tarifa que o Conselho do Ultramar em Lisboa reduzira a assento, afim de fixar a deliberação das suas consultas, quando occorresse despacharem-se os serviços feitos nas conquistas; e portanto, no primeiro requerimento que se apresentou no Conselho, pedindo assentimento de taes tenças, que foi o do Brigadeiro José Maria Pinto Peixoto, se pôz o seguinte despacho: — Apresente approvação do Corpo Legislativo, como se acha determinado na resolução de 21 de Novembro de 1828.

Occorreu porém depois que, sobre vindo iguaes pretensões dos outros pensionarios militares de que se trata, a tempo que fazião o despacho do Tribunal alguns dos seus membros que não tinham intervindo naquella, se venceisse por maioria de votos mandar-se abrir o pedido assentamento, fundada esta deliberação na hypothese de ser o dito assento do Conselho do Ultramar reputado como lei, o que consequentemente excluía a especie da comprehensão da citada resolução.

Ao dito Conselheiro Escrivão da Fazenda parece que se não pôde elevar á categoria de lei o assento de 28 de Maio de 1792, que tomára o Conselho do Ultramar de Lisboa, e a que o Conselho se refere, sem dezar e offensa da mesma lei. A historia da nossa legislação antiga, que he a mesma do Reino de Portugal antes da nossa

Independencia Política, posto offereça graves anomalias nos diplomas cuja collecção forma hoje o nosso Codigo, descendo da carta de lei passada e publicada na Chancellaria até ao aviso particular do Ministro e Secretario de Estado, que, em nome do Soberano, inuitas vezes declarava, ampliava, e talvez derogava as mesmas leis em vigor, desconhece todavia a maneira de legislar por meio de assento de Tribunaes meramente consulares de negocios confiados ao seu exame, como era o dito Conselho do Ultramar a respeito dos despachos das tenças. A Casa da Supplicação mesmo, a cujo Regedor he por direito permitido tomar assentos em Mesa Grande com os seus desembargadores, não pôde comtudo sem abuso constituir e estabelecer nos ditos assentos hum direito novo, pois que sua autoridade no caso se limita ao simples entendimento e declaração das leis existentes, conciliando as duvidas que na pratica e execução dellas se suscitão. Todas as vezes que sahe da esphera desta attribuição já o assento não pôde com direito ser obrigatorio e chamar-se lei sem a sanção do Soberano, ao qual se recorria algumas vezes para esse effeito. Exemplo temos, além de outros que seria extenso referir, no assento de 9 de Abril de 1772, que declarou os descendentes, ascendentes e transversaes a que se devem alimentos, o qual, para ter vigor de lei, foi sancionado pelo alvará de 29 de Agosto de 1776; e temos mais o assento da Junta do Commercio de 12 de Novembro de 1789, que deu ás letras da terra as mesmas forças das letras de cambio, o que foi approvado e promulgado como lei no alvará de 16 de Janeiro de 1795, para servir de regra. Portanto, toda quanta importancia no caso se pôde dar ao dito assento do Conselho do Ultramar, de 28 de Maio de 1792, parece que se limita a servir-se o Conselho delle como emenda para regular as suas consultas em materia de serviços militares, se he que o mesmo assento pôde hoje haver-se como boa norma a tal respeito, sendo como era respectivo de serviços feitos no Ultramar pelos Officiaes do Exercito de Portugal, cuja consideração acabou pela nova ordem de cousas, sendo ora os ditos serviços feitos no conhecimento do Imperio, e alguns delles talvez sem huma só campanha, o que na opinião do mesmo Conselheiro Escrivão da Fazenda os exclue de taes remunerações, segundo o decreto de 13 de Agosto de 1706, cuja letra he: — Como o regimento do Despacho das Mercês que mandei fazer não declara a qualidade de serviços que se devem decretar, de que resulta despacharem-se alguns que não erão dignos destes decretos: sou servido declarar que só se admittão os requerimentos de serviços feitos na guerra, embaixadas, enviaturas, secretarias de letras, e nos Tribunaes e serviços do Paço, e não se admittão os das serventias ou propriedades de officios de carta, nem de Officiaes de Ordenanças, salvo os que se fizerem na guerra e nos exercicios militares no tempo della. Alcantara, 13 de Agosto de 1706.

Pelo que entende o sobredito Conselheiro Escrivão da Fazenda que cumpre sobrestar ao as-

sentamento de taes tensões militares, assim como não de outras quaesquer que não são expressamente taxadas em lei, havendo-se a imperial resolução de V. M. I. de 21 de Novembro do anno proximo passado, como comprehensiva dellas, segundo foi primeiramente determinado pelo Conselho. Rio de Janeiro, em 16 de Março de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio. — José Fortunato de Brito Abreu Souza e Menezes. — João Sabino de Mello Bulhões Lacerda Castello Branco. — Manoel José de Souza França.

Resolução. — Como parece ao Conselheiro Escrivão da Fazenda. Paço, 24 de Março de 1829. Com a rubrica de S. M. I. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — *Acha-se o original no Cartório actual do Thesouro Nacional.*

DECRETO DE 26 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

Hei por bem que se execute provisoriamente na provisão de Minas Geraes a proposta que o Conselho Geral da mesma Província fez subir á minha augusta presença, concebida nos artigos seguintes: 1.º, serão fiados os direitos que se arrecadão nos registos aos que prestarem fianças idoneas ao seu pagamento perante a Junta da Fazenda; 2.º, a fiança será da importância de 10:000 \$ rs., e nunca os direitos fiados deverão declarar o registo ou registos a que se pretendem constituir devedores, para se fazerem as necessarias communicacões, afim de ser observado o art. 2.º; 4.º, as letras passadas aos registos não de ser impreterivelmente pagas em quinze dias depois que forem recebidas nas respectivas Estações os direitos do quartel a que pertencerem as dividas; 5.º, os direitos fiados poderão ser pagos na Thesouraria Geral ou em qualquer das Intendencias das Comarcas que escolherem os devedores, mas devem fazer constar este pagamento na Thesouraria Geral no prazo marcado no art. 4.º; 6.º, os que huma vez faltarem ao pagamento das suas letras não serão mais admittidos a despacho com fiança; 7.º, a lei de 23 de Outubro de 1827, sobre o meio por cento ao mez pela demora do pagamento dos bilhetes das Alfandegas, he extensiva ás letras dos registos. Miguel Calmon du Pin e Almeida, etc. Palácio do Rio de Janeiro, em 26 de Março de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — *Acha-se a fl. 150 v. do Liv. 2.º de decretos da primeira Repartição do Thesouro Nacional, de 1820 a 1831.*

PORTARIA DE 31 DE MARÇO.

Imp. avulso.

Sendo presente a S. M. I. o requerimento de Antonio Francisco de Figueiredo e Francisco José Coelho, no qual fazem ver a insubsistencia das razões por que a Camara da Villa de S. João de Macahé os convocara para tomar posse dos cargos de Vereadores da nova Camara Municipal,

em lugar de Joaquim José Nunes Pereira e Francisco José do Couto, Vereadores da Camara actual: manda o mesmo A. S., pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, declarar á referida Camara de Macahé que a escusa de Vereadores dada por ella a estes em prejuizo daquelles não he legal, porquê a reeleição de que falla o art. 18 da lei de 1.º de Outubro de 1828 se deve entender relativamente aos Vereadores das novas Camaras Municipaes, e não a respeito dos que servirão nas transacções; e que sendo nestes termos bem fundada a queixa dos supplicantes, deve a dita Camara escusa-los, e chamar os mencionados Joaquim José Nunes Pereira e Francisco José do Couto á posse dos respectivos cargos para que forão eleitos. Palácio do Rio de Janeiro, em 31 de Março de 1829. — José Clemente Pereira. — *Acha-se no Diario Fluminense n.º 75, de 4 de Abril de 1829.*

2 DE ABRIL.

Coll. Plancher.

FALLA de S. M. o I. pronunciada na abertura da Assembléa Geral Legislativa, na sessão imperial e extraordinaria de 2 de Abril de 1829.

Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação Brasileira.

Convoquei extraordinariamente esta Assembléa por dous motivos:

O primeiro, a inesperada noticia de que estavam a chegar tropas estrangeiras de emigrados portuguezes, que vinhão buscar asylo neste Imperio.

O segundo, os negocios da Fazenda em geral, e com especialidade o arranjo do Banco do Brazil, que até agora não tem obtido desta Assembléa medidas efficazes e salutaras.

O primeiro cessou, o segundo existe, e muito lamento ter a necessidade de o recomendar pela quarta vez a esta Assembléa.

Claro he a todas as luzes o estado miseravel a que se acha reduzido o Thesouro Publico, e muito sinto prognosticar que se nesta sessão extraordinaria e no decurso da ordinaria a Assembléa, a despeito de minhas tão reiteradas recommendações, não arranja hum negocio de tanta monta, desastroso deve ser o futuro que nos aguarda.

O meu Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda vos fará ver detalhadamente a necessidade e urgencia de huma prompta medida legislativa, que, destruindo de hum golpe a causa principal da calamidade existente, melhore as desgraçadas circumstancias do Imperio, e que, fornecendo ao governo os meios precisos e indispensaveis para se executar com proveito, não empeiore a actual crise.

Elle vos apresentará huma prosopota sobre este objecto, que eu espero seja tomada na devida consideração.

A magnitude de hum negocio em que a Nação tem posto suas vistas e esperanças me faz crer

que o resultado será tão lisonjeiro como todos os bons Brasileiros devem esperar.

Está aberta a sessão.

Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil.

RESOLUÇÃO DE 3 DE ABRIL.

Manuscripto authentic.

O Conselho da Fazenda dá conta de que, havendo mandado affixar editaes, na conformidade da resolução de 30 de Dezembro de 1828, tomada em consulta de 17 do mesmo mez e anno, para se abrir de novo a praça e effectuar nella a alienação das armações da pesca das balêas, nos termos do decreto de 15 de Novembro de 1827, nos quaes se convidavão igualmente os empresarios que quizessem toma-las de arrendamento para a pesca neste anno, na falta de effectiva venda e arrematação destes predios até o ultimo de Fevereiro de 1829, nenhum licitante comparecera a lançar na propriedade dos referidos predios, e que por isso, passado o dito prazo, se admittira o lanço de Antonio Mendes de Carvalho, unico concorrente sobre o arrendamento da armação de Garopaba com o seu supplemento de Imbituba, para fazer ali a pesca no corrente anno. Offerece o dito Carvalho o seguinte: 4 por cento computados sobre o valor integral dos respectivos predios e seus utensilios, com reserva dos escravos, de cujo trabalho e applicação fez lanço á parte na razão de 475 rs. por mez, accitando sobre huma e outra especie as nove condições approvadas na resolução de consulta acima mencionada. Acrescenta porém as seguintes condições:

10.^a Que elle arrendatario poderá separar quinze lanchas da pesca de arpoar balêas da Armação da Piedade pelo mesmo arrendamento especificado na segunda condição, visto que seus terrenos e edificios se achão reservados pela portaria de 14 de Dezembro de 1827, e não existem lanchas naquella Armação de Garopaba para fazer a pesca; mas sim na sobredita da Piedade, onde sempre foi e he o deposito geral dellas.

11.^a Que da mesma maneira poderá elle arrematante separar os escravos que precisar da arrematação da Piedade pelo aluguel mencionado na terceira condição.

12.^a Que no caso de se aquartelarem ou pousarem na dita Armação quaesquer Corpos de Tropas durante o tempo deste arrendamento, será elle arrematante indemnizado pela Fazenda Publica de todos os prejuizos, perdas e damnos que por esse motivo tiver, bem como dos generos, luzes e transportes que lhes fornecer.

Além deste additamento, o arrematante alterou a redacção da segunda condição das approvadas por S. M. I. do modo seguinte:—Que elle arrematante pagará á Fazenda Publica 4 por cento do capital em que se achar avaliada a mesma armação e supplemento, menos dos edificios e generos que se acharem em total ruina e incapazes de applicação, e os escravos de sua laboração cujo jornal vai abaixo estipulado. A 3.^a condição

acrescenta a seguinte clausula:—E estejam apto, para qualquer trabalho, e os menores e decrepitos sem valor receberão somente pelo sustento e curativo.

O Conselho he de parecer que o additamento proposto ás tres condições he admissivel. Não lhe parece porém conveniente a alteração da segunda condição, a qual, segundo o lanço offerecido, e seguindo-se a letra original e espirito della, assenta o Conselho que deve ser redigida deste modo:—Que elle arrematante pagará á Fazenda Publica, como preço deste arrendamento, a quantia de 1:182,586o rs., que são 4 por cento em que se acha avaliada a mesma Armação (salvo qualquer erro de calculo), não se incluindo a avaliação de escravos da sua laboração, por fazer o seu jornal o objecto da condição á parte.

Tambem não lhe parece admissivel a alteração da terceira das condições originaes, senão na parte em que o arrematante se obriga a sustentar e curar os escravos menores de 14 annos, e os decrepitos sem valor no inventario, porque os escravos de 14 annos para cima são aptos para aquelle trabalho na proporção de suas forças, e por isso não convém deixar indefinida esta aptidão, quando se trata de hum contracto em globo como este, onde vão attendidas as compensações no preço delle.

Entende demais que se deve entender o anno do arrendamento por anno de pesca e não civil, e por isso convém atearmar no contracto o ultimo de Dezembro deste anno por ultimo dia da correnteza do contracto, abrindo-se logo praça de novo arrendamento para o anno subsequente, no caso de continuarem as cousas do mesmo modo, e que ás condições se deve acrescentar a seguinte:—Que, no caso de ter a Junta da Fazenda de Santa Catharina celebrado algum contracto de arrendamento desta Armação, de conformidade com a provisão do Conselho da Fazenda, que para esse effeito se lhe dirigio em 14 de Janeiro deste anno, ficará prevalecendo o contracto que fôr primeiro em data, se acaso se não achar já de posse da Armação o outro contractador, porque nesse caso preferirá o seu contracto posterior ao do arrematante.

O Conselho entendeu dever admittir este licitante, por ser o unico que se apresentou, e estar proxima a monção da pesca. Em 25 de Março de 1829.

Resolução. — Como parece. Paço, 5 de Abril de 1829. — Com a rubrica de S. M. I. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — *Extrahida do original enviado ao Conselho aos 25 de Abril.*

RESOLUÇÃO DE 6 DE ABRIL.

Manuscripto authentic.

Senhor. — Por portaria da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, de 26 de Janeiro do corrente anno, mandou V. M. I. remetter a este Conselho, para se consultar, o requerimento de D. Maria Henriqueta de Mello, em que pede a mercê não só do ordenado por inteiro que perce-

bia seu fallecido marido o Desembargador Henrique de Mello Couto de Vilhena, como que a dita mercê seja extensiva a sua filha.

Esta supplica vinha acompanhada de hum officio do Presidente da Provincia do Maranhão, do teor seguinte:—Ilm. e Exm. Sr. Tenho a honra de dirigir a V. Ex., para subir á augusta presença de S. M. I., o requerimento incluído de D. Maria Henriqueta de Mello, sobre o que só se me offerece dizer, segundo as informações que pude conseguir, que na realidade he huma senhora de exemplar conducta, e que por isso se faz na verdade digna de toda a estimação. Deos guarde a V. Ex. S. Luiz do Maranhão, 27 de Março de 1828.—Ilm. e Exm. Sr. Miguel Calmon do Pin e Almeida, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda.—Manoel da Costa Pinto.

Dando-se pelo Conselho vista ao Desembargador Procurador da Fazenda, respondeu:—Na graça que se fez á supplicante pelo decreto de 12 de Março de 1818 (*), já se attendêrão ás suas circumstancias, e estiverão em consideração os serviços de seu fallecido marido. No que de novo allega só lhe poderá ser proficua á innata piedade de V. M. I. Rio, 16 de Fevereiro de 1829.—Maia.

Ouydo depois o Fiscal das Mercês, disse:—*Fiat justitia.* Rio, 27 de Fevereiro de 1829.—Souza.

O que tudo visto, parece ao Conselho que, á vista do decreto de 12 de Março de 1818, junto por copia authentica, pelo qual obteve a supplicante, em consideração aos serviços de seu finado marido, a pensão annual de 200\$ rs., com sobrevivencia para sua filha, não ha mais que deferir. Rio de Janeiro, 8 de Março de 1829, 8º da Independencia e do Imperio.—José Fortunato de Brito Abreu Souza e Menezes.—João Sabino de Mello Bulhões de Lacerda Castello-Branco.—João Prestes de Mello.

Resolução.—Como parece ao Conselho. Paço da Boa Vista, 6 de Abril de 1829.—Com a imperial rubrica.—Lucio Soares Teixeira de Gouvêa.—*Acha-se o original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

AVISO DE 7 DE ABRIL.

App. ao Dialogo Const.

Sendo presente a S. M. I. o officio de V. Ex., de 1 de Março proximo passado, a respeito de alguns estudantes que, tendo sido reprovados

(*) Decreto de 12 de Março de 1818.

Manuscripto authentic.

Attendendo a haver-me representado D. Maria Henriqueta de Mello que pelo fallecimento de seu marido Henrique de Mello Couto de Vilhena, Desembargador da Relação da Bahia, ficara sem meios para sua subsistencia e de seis filhos menores com que ficara onerada, e em consideração aos serviços do dito seu marido: hei por bem fazer lhe mercê de huma pensão annual de 200\$ rs., pagos aos quartéis pela Junta da Real Fazenda da Capitania da Bahia, com sobrevivencia para sua filha. Thomaz Antonio de Villanova Portugal, etc. Palacio da Real Fazenda de Santa Cruz, em 12 de Março de 1818.—Com a rubrica de El-Rei Nosso Senhor.

nos exames dos estudos preparatorios, allegão todavia motivos pelos quaes se julgão em circumstancias de fazerem segunda vez os mesmos exames; e referindo V. S. o que sobre isto aconteceu com o estudante Manoel Francisco Lopes, que, reprovado no primeiro exame de francez, não foi admittido a segundo pelo Lente José Maria Avellar Brotero, em opposição ao despacho de V. S., que se queixa deste procedimento: ordena o mesmo A. S. se responda a V. S. que os estudantes que forem reprovados não podem entrar em segundos exames sem que tenha mediado tempo sufficiente para nova applicação, e juntarem para aquelle fim as competentes attestações dos respectivos Professores, exigidas no cap. 2º, § 1º dos Estatutos. Deos guarde a V. S. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Abril de 1829.—José Clemente Pereira.—Sr. José Arouche de Toledo Rendon.

DECRETO DE 27 DE ABRIL.

Coll. Braz.

Hei por bem mandar cessar os effeitos do decreto de 27 de Fevereiro do corrente anno, que suspendeu provisoriamente na Provincia de Pernambuco as formalidades constitucionaes que garantem a liberdade individual. Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 27 de Abril de 1828, 8º da Independencia e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. I.—Lucio Soares Teixeira de Gouvêa.

PORTARIA DE 23 DE ABRIL.

Coll. Plancher.

Leyei á presença de S. M. I. o officio de V. S., de 29 de Março deste anno, em que communica ter admittido á matricula do segundo anno, depois de abertas as aulas, o estudante Manoel Eufrazio de Azevedo Marques, por se ter mostrado impossibilitado por molestias de comparecer no tempo competente; e o mesmo Senhor, havendo por bem approvar o que V. S. praticou, manda declarar-lhe, para sua intelligencia e governo, que poderá sempre, em casos semelhantes, admittir matriculas até ao fim de Março, por ser este o sentido do art. 1º, cap. 9º dos estatutos, entendido pelo que se pratica na Universidade de Coimbra, na conformidade dos que a regem. Deos guarde a V. S. Palacio do Rio de Janeiro, em 23 de Abril de 1829.—José Clemente Pereira.—Sr. José Arouche de Toledo Rendon.

3 DE MAIO.

Coll. Plancher.

FALLA de S. M. o I., pronunciada na abertura da Assemblia Legislativa na sessão imperial de 3 de Maio de 1829.

Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação Brasileira.

Está fechada a sessão extraordinaria. Muito me lisongeio de poder annunciar a esta Assembléa que continuão firmes e inalteraveis as relações de amizade e boa intelligencia entre mim e os diffe-

rentes Soberanos Europeos e Estados do Continente Americano. Tenho ratificado hum tratado de commercio e navegação com El-Rei de Dinamarca, hum artigo additivo ao tratado celebrado em 1826 com El-Rei de França, huma convenção especial com o mesmo Soberano, e finalmente huma convenção preliminar de paz com o Governo das Províncias Unidas do Rio da Prata. Pelo meu Ministro e Secretario de Estado da Repartição competente vos serão apresentados todos esses actos. Cumprindo-me velar nos interesses de minha muito amada e querida filha a Rainha reinante de Portugal, resolvi que ella passasse á Europa, onde chegou, achando usurpada a sua corôa.

Posto que eu esteja decidido a não transigir com esta usurpação, estou igualmente firme no principio de não comprometter por causa della a tranquillidade e interesse deste Imperio. A ordem e o socego interior das nossas Províncias, que se achão em perfeita tranquillidade, foi alterado sómente na de Pernambuco, onde hum partido desorganizador ousou, a despeito de todas as considerações, levantar a voz da rebelião, contra a qual o Governo foi obrigado a tomar medidas extraordinarias, por ser do meu mais religioso dever alçar em casos taes a espada da justiça como sempre farei com igual energia contra qualquer partido que se arrojar a offender a forma do Governo Monarchico Constitucional Representativo.

O abuso da liberdade da imprensa, que infelizmente se tem propagado com notorio escandalo por todo o Imperio, reclama a mais seria attenção da Assembléa; he urgente reprimir hum mal que não pôde deixar em breve de trazer apoz de si resultados fataes. Os negocios da Fazenda, que vos tenho recommendado, devem continuar a merecer-vos particular cuidado e zelo na presente sessão. Elles constituem a parte mais transcendente e gloriosa da tarefa que vos tem sido commettida, e espero que delles vos occupeis com fervor igual á solicitude que eu tenho pela prosperidade do Brazil.

Recommendo-vos de novo a Administração de Justiça. O systema constitucional exige imperiosamente a completa organização do Poder Judiciario. Convinde auxiliar o desenvolvimento da nossa agricultura, he absolutamente necessario facilitar a entrada e promover a acquisição de Colonos prestadios que augmentem o numero de braços, de que tanto carecemos. Huma lei de naturalisação accomodada ás nossas circumstancias, e hum bom regulamento para a distribuição das terras incultas, cuja data se acha paralisada, serão meios conducentes para aquelle fim. Taes são os objectos que me parecerão mais necessarios recommendar ao patriotismo e sabedoria da Assembléa Geral. Conto com a sua firme cooperação na empresa que me tenho proposto, de firmar a minha Corôa e o esplendor de meu imperial throno na prosperidade do Brazil.

Está aberta a sessão ordinaria.
Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil.

RESOLUÇÃO DE 6 DE MAIO.

Manuscripto authentic.

Por portaria de 13 de Março do corrente anno se mandou consultar o requerimento de José Thomaz Nabuco de Araujo, acompanhado do officio da Junta da Fazenda do Pará e de seu respectivo Presidente.

Mandou o Conselho informar ao Procurador da Fazenda o dito requerimento com os mencionados officios e pareceres da Mesa do Thesouro Nacional, lo qual disse o seguinte:— Supponho que, apezar das informações não terem completamente satisfeito ao exigido no officio de 19 de Janeiro de 1828, consta comtudo dellas e dos documentos juntos quanto basta para se poder deferir definitivamente ao supplicante. Porquanto, manifesta-se que elle Secretario do Governo do Pará, em virtude da mercê feita pelo alvará de 2 de Agosto de 1815, e achando-se em actual exercicio desse emprego em 12 de Março de 1822, quando naquella Província se installou o Governo provisório, na conformidade da carta de lei do 1.º de Outubro de 1821, foi então privado do mesmo emprego sem bastante e legal fundamento, e privado tambem de todos os vencimentos que tinha, bem como dos emolumentos da Secretaria que lhe pertencião, apezar das suas justas representações, do que tudo até agora não tem sido pago, havendo ficado em consequência sem perceber cousa alguma até 8 de Janeiro de 1825, em que foi provido no officio de Juiz da Alandega. Nesta supposição, estou no mesmo parecer já enunciado no officio de 6 de Março do corrente, entendendo que será justo expedirem-se as ordens á Junta da Fazenda emquanto ao ordenado e mais vencimentos, e ao Presidente emquanto aos emolumentos, para se lhe entregarem, no caso de se terem mandado ficar em deposito, como allegou o supplicante, e não contradisserão as informações, que a este respeito forão omittas, sendo esta clausula expressa na ordem, pois que tambem entendo que, no caso contrario de se não ter determinado o deposito dos emolumentos até a superior decisão, não deverão ser obrigados a repo-los os que os tiverem recebido em boa fé.

Parece ao Conselho que o requerimento do supplicante não pôde ser attendido senão na percepção do ordenado simples de Secretario, que deixou de vencer desde 12 de Março de 1822 até 8 de Janeiro de 1825, a razão de 480\$ rs., visto como a intelligencia dada ao decreto das Côrtes de Portugal pelas autoridades do Pará, respeito á installação de Governos provisórios, foi excessiva, pois não era terminante a respeito da extincção dos officios dos antigos Secretarios. Pelo que de equidade pôde o supplicante ser deferido com a continuação do seu ordenado, a qual equidade todavia se não pôde estender a outros vencimentos, por serem os emolumentos *pro labore* que elle não teve, assim como a propina, sendo aliás illegal a percepção da ajuda de custo, pois que pela carta de lei de 20 de Outubro de 1823, que roborou o decreto das Côrtes de 12 de Março de

1821, ficarão cessando todas as ajudas de custo não estabelecidas por lei, sendo estas demais sempre concedidas, quando pessoas, por algum accrescimento de serviço, que cessava com o exercício do emprego de Secretário. Rio, 10 de Abril de 1829.

Resolução. — Pague-se o ordenado como parece, e também a ajuda de custo concedida pela carta regia de 11 de Dezembro de 1818. Paço, em 6 de Maio de 1829. — Com a rubrica de S. M. I. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — *Extrahida do original.*

PROVISÃO DE 11 DE MAIO.

Coll. Braz.

D. Pedro I., pela graça de Deos, etc. Faço saber a todos os que esta provisão virem, e a cuja execução, por sua materia, forem obrigados, que, tendo chegado a minha imperial presença hum officio do Presidente da Provincia do Pará, em que me pede esclarecimentos tendentes a linha de limite entre a sua autoridade e a do Commandante das Armas, sobre diferentes objectos de que trata o mesmo officio, e conhecendo em consequencia deste, e outros mais que me tem sido presentes de igual natureza, que as providencias dadas na provisão do Conselho Supremo Militar, de 17 de Novembro de 1825, expedida em cumprimento da minha imperial resolução, de 6 de Outubro do dito anno, sobre a intelligencia que deve dar-se ao art. 28 da carta de lei de 2 de Outubro de 1823, não são bastantes para fazer conter no circulo de suas respectivas attribuições assim os Presidentes Commandantes das Armas, que com prejuizo manisto do serviço e da boa ordem publica lutão em contestação, mais por ambição de poder do que por zelo sincero de bem servirem; mandei consultar o Conselho Supremo Militar, afim de pôr termo a tão perniciosas contestações, com cujo parecer conformando-me inteiramente: hei por bem, para utilidade do serviço, interesse do Imperio e segurança tranquillidade das Provincias, determinar o seguinte, que mando se observe em todas as Provincias do Imperio. Que he da competência dos Presidentes das Provincias, como primeira autoridade das mesmas constituida por lei, e como taes responsaveis pela sua segurança e defesa: 1º, o poderem inspecionar pessoalmente as fortalezas e fortificações das suas respectivas Provincias; 2º, q assistirem aos exercicios da tropa quando quizerem conhecer o seu estado de instrucção e disciplina, prevenindo para este fim os Commandantes das Armas, para estes os mandarem fazer na sua presença; 3º, o approvarem ou desaprovarem as nomeações que os Commandantes das Armas fizerem para os empregos de Commandantes de fortalezas, districtos e outros pontos militares, devendo, em caso de desapprovação, officiar aos mesmos Commandantes das Armas, com os motivos que se oppoem á sua nomeação, afim de fazerem outra em pessoa em quem não concorram taes motivos. Finalmente, os Presi-

dentes das Provincias devem considerar os Commandantes das Armas como hum'a autoridade importante e respeitavel, a quem são obrigados a tratar com tanta circumspecção e delicadeza quanto he o respeito e obediencia que os mesmos Commandantes das armas devem tributar aos Presidentes, observando entre si reciprocamente o que dispõe a provisão de 17 de Novembro de 1825 em tudo quanto nella se contém. Que igualmente compete aos Commandantes das Armas: 1º, o regular, dirigir e inspecionar a economia, disciplina e instrucção de toda a tropa da primeira e segunda linha; 2º, nomear os Commandantes das fortalezas, districtos e outros pontos militares, com approvação dos Presidentes; 3º, remetter aos Presidentes, com informação sua, todos os requerimentos e representações de militares, bem como propostas, officios, e tudo quanto houver de subir á minha imperial presença, não só porque este he o espirito da provisão de 17 de Novembro de 1825, mas porque os Presidentes devem estar ao facto de todos os negocios officiaes da sua respectiva Provincia; 4º, cuidar no aprovisionamento da tropa em todos os objectos que lhe são relativos, e no de guerra em qualquer parte que se faça necessario, requisitando aos Presidentes o que se precisar, afim de darem as providencias, pela Estação competente, para o necessario fornecimento; marcha esta que, pondo os Presidentes ao alcance de todos os objectos de que depende em grande parte a segurança das Provincias, firma o accordo com que os Commandantes das Armas de concerto, e com respeito ás ordens dos Presidentes, devem tomar a parte que lhes compete nas direcções a dar e medidas a applicar, em caso de aggressão inimiga ou perturbação interna. S. M. I. o mandou pelos Conselheiros de Guerra abaixo assignados, ambos do seu Conselho. João Jacques da Silva Lisboa a fez no Rio de Janeiro, aos 11 de Maio de 1829. — No impedimento do Conselheiro Secretário de Guerra, Antonio Raphael da Cunha Cabral, Official-Maior, a fiz escrever e subscrevi. — José de Oliveira Barbosa. — Francisco Maria Telles.

PROVISÃO DE 12 DE MARÇO.

Coll. Plancher.

Miguel Calmon du Pin e Almeida, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Parahyba do Norte que, chegando á presença de S. M. I. o seu officio n. 27, de 29 de Junho do anno proximo passado, em que pede approvação das instrucções offerecidas pelo actual Escrivão Deputado Bernardo Lobo de Souza, que interinamente mandou executar, não só na arrecadação, como na administração do Hospital Militar dessa Provincia: houve o mesmo A. S. por bem resolver, em 27 de Fevereiro precedente, em consulta do Conselho da Fazenda, se declarasse á Junta ter tomado em considerações de reforma do vicioso systema de administração e arrecadação da Fazenda Nacional, e que provisoriamente se continuem a ob-

servar, emquanto não merecerem definitiva approvação ou desapprovação, informando no entretanto sobre os seguintes pontos: 1.º, que rendimento tiverão cada huma das rendas administradas pelo novo methodo no anno inteiro que corre, contado desde que se pozerão em pratica as referidas instrucções; 2.º, qual o rendimento que tiverão as mesmas rendas no proximo anterior á data da execução das mesmas instrucções; 3.º, qual seja a origem ou titulo dos chamados Escrivães das entradas e sahidas dos Trapiches de que trata o art. 4.º das instrucções, n. 1, qual seja o seu numero, seus vencimentos e suas attribuições; 4.º, qual e quanta seja a despeza feita com a administração e arrecadação das ditas rendas pelo novo methodo mandado observar, e qual e quanta a despeza das mesmas no anno antecedente; 5.º, a importancia da despeza feita com a dieta dos enfermos, e mais artigos de despeza diaria do Hospital no corrente anno, da reforma do seu costeiro, e o numero de enfermos entrados e sahidos do mesmo Hospital no dito tempo, com o calculo approximado do numero destes que occuparão diariamente a enfermaria do predito Hospital no mesmo anno corrente da reforma; 6.º, as mesmas informações pelo que respeita ao anno proximo antecedente á época da reforma; 7.º, finalmente, copia da lei ou ordem por que foi criada a Junta, e de outras quaesquer ordens respectivas á sua jurisdição no meneio das rendas publicas da Provincia. O que se participa á Junta para que assim o execute. Antonio José Fernandes a fez no Rio de Janeiro, em 12 de Maio de 1829. — João Carlos Corrêa Lemos a fez escrever. — Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO DE 14 DE MAIO.

Coll. Braz.

Tendo approvedo as instrucções propostas pelo Director Geral dos Correios, Diogo Jorge de Brito, para os Commandantes dos Paquetes estabelecidos para a reciproca correspondencia das Provincias deste Imperio: hei por bem que se observem as ditas instrucções, que com este baixão, assignadas por José Clemente Pereira, do meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, e que sejam consideradas como parte do regulamento da Administração Geral dos Correios. O mesmo Ministro e Secretario de Estado o tenha assim entendido, e expeça os despachos necessários. Palácio do Rio de Janeiro, em 14 de Maio de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — José Clemente Pereira.

INSTRUCÇÕES geraes para os Commandantes dos Paquetes estabelecidos para a reciproca correspondencia das Provincias deste Imperio.

Instrucções geraes para os Commandantes dos Paquetes que sahirem do Rio de Janeiro para Pernambuco.

§ 1.º O paquete sahirá deste porto no dia que lhe fór indicado pelo Director Geral, em diretu-

ra á Bahia de Todos os Santos, aonde terá unicamente a demora necessaria para o desembarque de carga para a Alfandega, entrega das malas no Correio, e recepção das que deve conduzir para Jaraguá e Pernambuco, entendendo-se para este fim com o Administrador do Correio, e precedendo beneplacito do Presidente da Provincia, sem comtudo exorbitar do prazo marcado no § 104 do regulamento, salvo o caso do § 105.

2.º Da Bahia dirigirá sua derrota para a enseada de Jaraguá, aonde se haverá do mesmo modo que na Bahia, seguindo depois para Pernambuco, ultimo ponto de sua escala para o Norte.

3.º Chegando a Pernambuco entre os dias 1 e 2 do mez, sahirá impreterivelmente no dia 15 do mesmo, com as competentes malas, fazendo a digressão retrograda na forma do § 100; se chegar a Pernambuco entre os dias 11 e 26, sahirá no 1.º do mez seguinte; e finalmente, no caso de chegar de 26 até o fim do mez, largará no dia 15 do seguinte, ficando assim proxima-mente preenchida a disposição do § 101.

4.º Concorrendo dous paquetes no porto de Pernambuco, largará no prazo de quatro dias o que primeiro houver chegado, precedendo os annuncios competentes, tanto a respeito das malas, como de passageiros e carga, ficando o outro para sahir depois no dia correspondente á disposição do § 101.

5.º Concorrendo dous paquetes na Bahia, sahirá logo, na forma do § 104, o que primeiro houver chegado, e outro cinco dias depois.

6.º Os Commandantes, logo que chegarem aos portos da sua escala, dirigir-se-hão ao Presidente da Provincia, e na ausencia deste á superior autoridade local, para lhe communicar suas instrucções; e com a maxima antecendencia, e toda a publicidade indicaráo o dia da sahida e o seu destino, não obstante os annuncios que devem fazer-se pelas Administrações dos Correios.

7.º Se a concurrencia de dous paquetes tiver lugar na enseada de Jaraguá, e no verão, regular-se-ha a sahida como fica dito no artigo antecedente; porém no inverno devem seguir o seu ulterior destino sem retardação, como se não existisse o encontro.

8.º Se os Commandantes receberem neste porto carga para a Bahia ou Jaraguá, estações de momentanea demora, devem exigir dos carregadores a paga do respectivo frete na Administração dos Correios desta Côte, e ali se passará no acto, da recepção huma cautela para lhe ser restituído em caso de futuro sinistro.

9.º Os Commandantes e Officiaes dos paquetes poderáo, na forma do § 129, dispôr de seu particular alojamento; porém, quanto á recepção de passageiros, só lhes he permittido admitir proprios depois de se achar preenchido para o Estado ou numero em que o paquete houver sido lotado.

§ 10.º Na vespera da sahida deste porto daráo conta os Commandantes ao Director Geral, tanto do numero de praças que tiverem a bordo, e seus respectivos vencimentos, como de passa-

geiros, suas classes e quantidade de carga, com a importancia do competente frete.

11.º No regresso dos paquetes a este porto são igualmente obrigados a declarar ao Director Geral: 1.º, o numero de dias de viagem de huns para outros pontos, e o tempo de demora em cada hum; 2.º, o numero de passageiros, e a carga que conduzem ou tiverem conduzido de huns para outros portos da sua escala; 3.º, o supprimento exigido fóra deste porto, e sua importancia; 4.º, o estado de divida de soldos em que se achar a tripulação; 5.º, os dias de mantimento ou equivalente de rações que ainda tiver a bordo ou se lhe dever; 6.º, o maximo andamento do paquete com vento regular, tanto á bolina, como largo e á popa; 7.º, se o paquete precisa de algum fabrico ou pintura; 8.º, se necessita desembarcar, ou convém mudar algum individuo da guarnição.

12.º Apesar de que os paquetes vão providos de viveres e munições návaes para 60 dias, tem ordens os Intendentes da Marinha para lhes assistir com o indispensavel para progredirem em suas commissões, e no caso de imprevisita urgencia accidental a elles se devem dirigir os Commandantes.

13.º Como seja possível, ainda que inverosímil, que se reconheça algum paquete em estado de não poder continuar viagem do ponto da escala a que chegou, ou por totalmente incapaz, ou por carecer de longo e dispendioso fabrico, reverterá nesse caso o respectivo Commandante com toda a guarnição para este porto no primeiro paquete que ali passar com esse destino, ficando o arruinado entregue ao Intendente da Marinha, ou competente autoridade do lugar em que fór abandonado.

14.º Ainda que o expediente dos Correios de mar e terra esteja sujeito á Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, e os paquetes ás ordens do Director Geral, comtudo, como os Commandantes são Officiaes da Armada, pede a disciplina e civilidade militar que na ante-vespera da sua sahida se apresentem no Quartel General para receber as ordens do Ministro da Marinha como Inspector Geral della; e quando chegarem, devem dirigir ao mesmo Quartel General a parte do estado da guarnição do navio, como he pratica no serviço.

15.º Finalmente, brevidade de viagens, cuidado no aceio e conservação do navio, execução fiel do regulamento na parte que lhes diz respeito, economia na despesa do côsteio, e agasalho e civilidade com os passageiros, são os elementos que servirão para conceituar o merito dos Commandantes, e pelos quaes se regulará o Director Geral para solicitar competentemente a sua remoção ou conservação nos respectivos commands.

Instruções para os paquetes que sahem de Pernambuco para o Norte.

§ 1.º O paquete sahirá de Pernambuco no 1º do mez com previo beneplácito do Presidente da Provincia e combinação com o Administrador

do Correio, e levará as malas que houver para o Ceará, Piahy, Maranhão e Pará. O primeiro ponto da directa derrota he o Ceará, onde não terá mais que a demora necessaria para o desembarque de carga para a Alfandega, entrega das malas no Correio, e recepção das que deve conduzir aos pontos acima mencionados, entendendo-se com o Administrador do Correio, sem comtudo exorbitar naquella estação do prazo marcado no § 104 do regulamento, salvo o caso do § 105.

2.º Do Ceará dirigirá sua derrota ao Rio e Villa da Tutoia, para igualmente entregar e receber as competentes malas, tanto da Provincia do Piahy como de quaesquer lugares que ali concorrerem.

3.º Da Tutoia seguirá para o Maranhão com o mesmo fim de entregar e receber a correspondencia; e tanto em hum como em outro lugar se observará, quanto á demora, o disposto nos citados §§ 104 e 105.

4.º Do Maranhão fará sua derrota em directura ao Pará, ultimo porto da escala para Oeste.

5.º Chegando ao Pará desde 1 até 10 do mez, sahirá impreterivelmente no dia 15 do mesmo, com as competentes malas, passageiros e alguma carga que se offerecer, fazendo a digressão retrograda na fôrma do § 103; se o paquete chegar de 10 até 20, largará no dia 25; e finalmente, se aportar do dia 20 até o fim do mez, largará no dia 5 do mez seguinte.

6.º Concorrendo dous paquetes no porto do Pará, sahirá o primeiro que houver chegado no prazo prescripto no art. antecedente, e o outro 10 dias depois.

7.º Se a concurrencia de dous paquetes se verificar no Maranhão ou no Ceará, largará logo, na fôrma do § 104, o que primeiro houver chegado, e o outro 5 dias depois.

8.º Se a concurrencia tiver lugar na embocadura do Rio da Tutoia, devem proseguir para o seu destino, na fôrma do citado § 104, como se não houvesse encontro.

9.º Os Commandantes, logo que chegarem aos portos da sua escala, dirigir-se-hão ao Presidente da Provincia, e na ausencia deste á superior autoridade local, para lhe communicar suas instruções; e com a maxima antecedencia, e toda a publicidade, indicarão o dia da sahida e o seu destino, não obstandes os annuncios que devem fazer-se pelas Administrações dos Correios.

10.º Se os Commandantes receberem neste porto carga para o Ceará, Tutoia ou Maranhão, estações de momentanea demora, devem exigir dos carregadores a paga do respectivo frete na Administração do Correio de Pernambuco, e ali se passará, no acto da recepção, huma cautela, para lhes ser restituído em caso de futuro sinistro.

11.º Os Commandantes e Officiaes dos paquetes poderão, na fôrma do § 129, dispôr de seu particular alojamento; porém, quanto á recepção de passageiros, só lhes he permittido admittir proprios depois de se achar preenchido, para o Estado, o numero em que o paquete houver sido lotado.

12.º Na vespera da sahida de Pernambuco da-
rão conta os Commandantes á Administração do
Correio (para se transmittir regularmente ao
Director Geral), tanto do numero de praças que
tiverem a bordo e seus respectivos vencimentos,
como de passageiros, suas classes e quantidade
de carga, com a importancia do competente frete.

13.º No regresso dos paquetes ao porto de
Pernambuco são igualmente obrigados (para o
referido fim) a declarar á Administração do
Correio: 1.º, o numero de dias de viagem de huns
para outros portos, tanto na ida como na volta,
e o tempo de demora em cada hum; 2.º, o nu-
mero de passageiros e a carga que conduzirem
ou tiverem conduzido de huns para outros pon-
tos da sua escala; 3.º, o supprimento recebido
em outros pontos e sua importancia; 4.º, o es-
tado de divida de soldos em que se achar a tripu-
lação; 5.º, os dias de mantimentos ou equivalen-
te de rações que ainda tiver a bordo ou se lhe
dever; 6.º, o maximo andamento do paquete
com vento regular, tanto á bolina, como largo e
á popa; 7.º, se o paquete precisa de algum fabri-
co ou pintura; 8.º, se necessita desembarcar, ou
convém mudar algum individuo da guarnição.
Desta conta darão huma copia ao Intendente da
Marinha, e com elle se entenderão quanto a
supprimentos e quaesquer assumptos de disci-
plina, como competente autoridade, a quem
devem reconhecer e obedecer.

14.º Apesar de que os paquetes vão providos
de viveres e munições navaes para 70 dias, tem
ordens os Intendentes da Marinha para lhes as-
sistir com o indispensavel para progredirem em
suas commissões; e no caso de imprevisita urgen-
cia accidental, a elles se devem dirigir os Com-
mandantes.

15.º Como seja possível, ainda que inverosi-
mil, reconhecer-se em qualquer dos pontos fóra
de Pernambuco que o paquete não pôde seguir
viagem, ou por totalmente incapaz, ou por car-
recer de longo e dispendioso fabrico, se esta
hypothese se realisar no Maranhão ou Pará, pe-
dirá o Commandante ao Governo alguma em-
barcação do Estado propria para continuar no
desempenho da sua commissão, e se a não hou-
ver, despedirá a marinhagem, fazendo que se lhe
pague o que se lhe dever, e regressará a Per-
nambuco com os respectivos Officiaes no primei-
ro paquete que passar. Isto porém se entenderá
para o caso de ruina total e condemnação do
navio, pois, a julgar-se, por vestoria, que ainda
pôde com algum fabrico prestar longo serviço,
então, se a despesa não orçar em mais de dous
terços do valor do navio, assistirá o Comman-
dante com o maior desvelo ao seu concerto,
despedindo toda ou parte da marinhagem, como
lhe parecer conveniente, attenta a maior ou
menor demora do mesmo concerto, e a facilidade
ou difficuldade de ter gente quando estiver
prompto o navio.

16.º Se porém o máo estado ou incapacidade
do paquete se descobrir no Ceará ou Tutoia,
como á viagem de qualquer daquelles pontos
para o Maranhão ou Pará he insignificante, dar-

gará logo, para algum destes portos, e se regu-
lará depois pelo que fica indicado no § antee-
dente, devendo preferir sempre para fabrico o
porto do Pará, por serem ali a mão d'obra e as
materias primas mais baratas que em todo o
resto do Brazil.

17.º Convinde muito que as guarnições dos
paquetes sejam, quanto fôr possível, resumidas,
os Commandantes regularão a seu arbitrio o
numero de praças de marinhagem, limitando-se
ao puramente ncessario para navegar, e sem já
mais exceder o que vai arbitrado na lotação in-
clusa; e por esta occasião muito se lhes recom-
menda a diligencia de attrahir gente para a pro-
fissão naval, na classe de noviços ou moços e
marinheiros, preferindo sempre os filhos do paiz.

18.º Quando os Commandantes chegarem a
Pernambuco devem participar ao Director Geral,
pelos paquetes do Sul, as circumstancias de sua
viagens ao Pará, declarando se he facil ou diffi-
cil a escala pelo porto da Tutoia, ou se convirá
preferir alguma outra embocadura do Rio Par-
nahiba, e communicando-lhe se os navios que
commandão tem as qualidades necessarias para
o bom desempenho daquella navegação, pois
sendo essencial que todos sejam de muito bom
andamento á bolina, será logo substituido por
outro o que não tiver essa indispensavel quali-
dade. Igualmente lhe enviarão os diarios de sua
navegação, para delles extrahir e compilar as
observações meteorologicas, de que ha pequena
copia.

19.º Ainda que o Intendente da Marinha, logo
que se recorra a elle, ha de immediatamente
prover sobre os meios precisos para o regular
estabelecimento desta divisão de paquetes, to-
davia os Commandantes se corresponderão com
o Director Geral em todos os assumptos de ser-
viço tendentes a aperfeiçoar o mesmo estabele-
cimento.

20.º Finalmente, brevidade de viagens, cui-
dado no aceio e conservação do navio, execução
fiel do regulamento na parte que lhes diz respei-
to, economia na despesa do costeiro, e agasalho
e civilidade com os passageiros, são os elemen-
tos que servirão para conceituar o merito dos
Commandantes, e pelos quaes se regulará o Di-
rector Geral para solicitar competentemente a
sua remoção ou conservação nos respectivos
commandos.

Maximo da lotação de hum paquete de Pernambuco
para o Pará.

Commandante	1
Official immediato	1
Escrivão	1
Mestre	1
Guardião ou marinheiro arvorado	1
Carpinteiro	1
Cozinheiro	1
Criados	3
Primeiros Marinheiros	6
Segundos ditos	4
Grumetes	4

Com o qual se dá a lotação de hum paquete de Pernambuco para o Pará.

Todas as praças que excederem a esta lotação devem desembarcar, e os paquetes não andará armados em guerra.

Instrucções geraes para os Commandantes dos paquetes que sahirem do Rio de Janeiro para Santa Catharina.

§ 1.º O paquete sahirá deste porto no dia que lhe for indicado pelo Director Geral, em direitura ao de Santos, onde terá unicamente a demora necessaria para o desembarque de carga para a Alandega, entrega das malas no Correio, e recepção das que deve receber para Santa Catharina e Porto Alegre, entendendo-se para este fim com o Administrador do Correio e com o Commandante da praça ou districto, sem contudo exorbitar do prazo marcado no § 104 do regulamento, salvo o caso do § 105.

2.º De Santos dirigirá sua derrota para Santa Catharina, ultimo ponto da sua escala para o sul.

3.º Chegando a Santa Catharina entre os dias 1 e 11 do mez, sahirá imprerivelmente no dia 15 do mesmo, com as competentes malas, fazendo a digressão retrograda na forma do § 100; se chegar a Santa Catharina entre os dias 11 e 26, sahirá no dia 1 do mez seguinte; e finalmente, no caso de chegar de 26 até o fim do mez, largará no dia 15 do seguinte, ficando assim proxima-mente preenchida a disposição do § 101.

4.º Concorrendo dous paquetes no porto de Santa Catharina, largará, no prazo de quatro dias, o que primeiro houver chegado, precedendo os annuncios competentes, tanto a respeito das malas como de passageiros e carga, ficando o outro para sahir depois no dia correspondente a disposição do § 101.

5.º Concorrendo dous paquetes no porto de Santos, sahirá logo, na forma do § 104, o que primeiro houver chegado, e o outro quatro dias depois.

6.º Os Commandantes, logo que chegarem aos portos da sua escala, dirigir-se-hão ao Presidente da Provincia, e na ausencia deste á superior autoridade local, para lhe communicar suas instrucções, e com a maxima antecedencia e toda a publicidade indicaráo o dia da sahida e o seu destino; não obstante os annuncios que devem fazer-se pelas Administrações dos Correios.

7.º Se os Commandantes receberem neste porto carga para Santos, estação de momentanea demora, devem exigir dos carregadores a paga do respectivo frete na Administração dos Correios desta Corte, e ali se passará, no acto da recepção, huma cautela, para lhes ser restituído no caso de futuro sinistro.

8.º Os Commandantes e Officiaes dos paquetes poderáo, na forma do § 129, dispôr de seu particular alojamento; porém, quanto á recepção de passageiros, só lhes he permitido admitir proprios depois de se achar preenchido, para o Estado, o numero em que o paquete houver sido lotado.

9.º Na vespera da sahida deste porto daráo conta os Commandantes ao Director Geral, tanto do numero de praças que tiverem a bordo e seu

respectivos vencimentos, como de passageiros, suas classes e quantidade de carga, com a importancia do competente frete.

10.º No regresso dos paquetes a este porto são igualmente obrigados o declarar ao Director Geral: 1.º, o numero de dias de viagem de huns para outros pontos, e o tempo de demora em cada hum; 2.º, o numero de passageiros e a carga que conduzem ou tiverem conduzido de huns para outros pontos da sua escala; 3.º, o supprimento exigido fóra deste porto e sua importancia; 4.º, o estado de divida de soldo em que se achar a tripulação; 5.º, os dias de mantimento ou equivalente de rações que ainda tiver a bordo ou se lhe dever; 6.º, o maximo andamento do paquete com vento regular, tanto á bolina, como largo e á pôpa; 7.º, se o paquete precisa de algum fabrico ou pintura; 8.º, se necessita desembarcar ou convém mudar algum individuo da guarnição.

11.º Apesar de que os paquetes vão providos de viveres e munições navaes para 40 dias, tem ordens os Intendentes da Marinha para lhes assistir com o indispensavel para progredirem em suas commissões; e no caso de imprevisita urgencia accidental, a elles se devem dirigir os Commandantes.

12.º Como seja possivel, ainda que inverosimil, que se reconheça algum paquete em estado de não poder continuar viagem do porto da escala a que chegou, ou por totalmente incapaz, ou por carecer de longo e dispendioso fabrico, reverterá nesse caso o respectivo Commandante com toda a guarnição para este porto no primeiro paquete que ali passar com esse destino, ficando o arruinado entregue ao Intendente da Marinha, ou competente autoridade do lugar em que for abandonado.

13.º Ainda que o expediente dos correios de mar e terra esteja sujeito á Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, e os paquetes ás ordens do Director Geral, contudo, como os Commandantes são Officiaes da Armada, pede a disciplina e civilidade militar que na antevespera da sua sahida se apresentem no Quartel General para receber as ordens do Ministro da Marinha como Inspector Geral della; e quando chegarem, devem dirigir ao mesmo Quartel Geral a parte do estado da guarnição do navio, como he pratica no serviço.

14.º Finalmente, brevidade de viagem, cuidado no acio e conservação do navio, execução fiel do regulamento na parte que lhes diz respeito, economia na despeza do costeiro, e agalho e civilidade com os passageiros, são os elementos que serviráo para conceituar o merito dos Commandantes, e pelos quaes se regulará o Director Geral para solicitar competentemente a sua remoção ou conservação nos respectivos comandos.

Palacio do Rio de Janeiro, em 14 de Maio de 1829. — José Clemente Pereira.

PROVISÃO DE 22 DE MAIO.

Coll. Braz.

D. Pedro I., pela graça de Deos, etc. Faço saber a todos os que a presente virem e a sua execução pertencer que, tendo subido á minha imperial presença dous officios, hum da Junta da Fazenda da Provincia do Ceará, e o outro do Commandante das Armas da Provincia das Alagoas, ambos pedindo declarações sobre as ajudas de custo de transporte que competem aos Commandantes das Armas, quer á entrada quer á sahida de seus respectivos exercicios, mandei consultar, a este respeito, o Conselho Supremo Militar, e conformando-me com o parecer do mesmo Conselho: hei por bem declarar que a gratificação designada aos Commandantes das Armas das Provincias, tanto da primeira como da segunda ordem, pelo decreto e tabella de 17 de Fevereiro de 1825, he destinada para todas as despesas annexas aos seus empregados, e por isso não tem direito a outro algum vencimento. Cumprí-o assim. S. M. o I. o mandou pelos Conselheiros de Guerra abaixo assignados, ambos do seu Conselho. João Jacques da Silva Lisboa a fez no Rio de Janeiro, aos 22 de Maio de 1828. — No impedimento do Conselheiro Secretario de Guerra, Antonio Raphael da Cunha Cabral, Official-Maior a fiz escrever e subscrevi. — José de Oliveira Barbosa. — Francisco Maria Telles.

PROVISÃO DE 23 DE MAIO.

Coll. Braz.

D. Pedro I., por graça de Deos, etc. Faço saber a vós Presidente da Provincia do Piahy que, sendo-me presente o vosso officio datado de 14 de Janeiro do presente anno, bem como o do Commandante das Armas dessa Provincia, com data de 15 do mesmo mez, ambos relativos á duvida proposta pelo Vedor das Tropas, ao pagamento da força da segunda linha que nessa Provincia se acha effectivamente fazendo o serviço diario da praça de Oeiras, em lugar da primeira linha destacada fora da Provincia: hei por bem, conformando-me com o parecer do Conselho Supremo Militar, a quem mandei consultar a este respeito, declarar-vos que a duvida do Vedor das Tropas he infundada e insubsistente, porque o serviço que fazem os milicianos na praça de Oeiras está comprehendido na letra da provisão de 27 de Agosto de 1828, visto que dos sobre-ditos officios manifestamente se conhece que a força empregada na referida praça não se póde considerar senão em serviço tão extraordinario que he fóra da regra geral, por ser serviço de substituição á primeira linha, no qual os milicianos, ainda no caso de poderem sahir e recolher-se ás suas casas em hum dia, tem direito a serem pagos por ser hum serviço effectivo e indispensavel; e portanto ficando sem effeito a duvida do Vedor das Tropas, hei igualmente por bem determinar-vos que façais continuar á força de milicias dessa Provincia os vencimentos que

he competem emquanto estiver substituindo a primeira linha no serviço que a esta corresponde, pagos nos seus tempos respectivos; recomendando-vos porém que neste serviço empregueis tão somente as praças para elle indispensaveis, preferindo os solteiros aos casados, porque assim se combina a economia da Fazenda com o bem dos povos, sem prejuizo do serviço. Cumprí-o e fazei-o assim executar. S. M. I. o mandou pelos Conselheiros de Guerra abaixo assignados, ambos do seu Conselho. João Jacques da Silva Lisboa a fez do Rio de Janeiro, aos 23 de Maio de 1829. No impedimento do Conselheiro Secretario de Guerra, Antonio Raphael da Cunha Cabral, Official-Maior, a fiz escrever e subscrevi. — José de Oliveira Barbosa. — Francisco Maria Telles.

PROVISÃO DE 27 DE MAIO.

Coll. Braz.

D. Pedro I., etc. Faço saber a vós Presidente da Provincia do Pará que, tendo chegado á minha imperial presença a vossa representação datada de 10 de Janeiro do corrente anno, em que me pedis declaração acerca de poder ou não o Governador das Armas dessa Provincia mandar assentar praça a qualquer individuo voluntario, sem que nisso intervenha o Presidente, mandei consultar a este respeito o Conselho Supremo Militar, e conformando-me inteiramente com o parecer do mesmo Conselho: hei por bem declarar-vos que o alvará de 20 de Outubro de 1823 incumbe aos Presidentes o recrutamento das tropas sem intervenção das autoridades militares, assim como o decreto de 14 de Julho de 1828 incumbe ás autoridades militares o assentarem praça aos voluntarios, e o passar-lhes suas cautelas com as condições expressas no § 2º do dito decreto, sem outra intervenção da parte dos Presidentes do qua a de confirmarem tais cautelas logo que lhes forem apresentadas pelos referidos voluntarios, para seu titulo; e que portanto he do vosso dever, assim como tambem do Governador das Armas, o cumprir o que a cada hum legitimamente compete, com aquelle accordo e boa intelligencia que requerem o bem do serviço e a utilidade publica. Cumprí-o assim. S. M. o I. o mandou pelos Conselheiros de Guerra abaixo assignados, ambos do seu Conselho. João Jacques da Silva Lisboa a fez no Rio de Janeiro, aos 27 de Maio de 1829. — No impedimento do Conselheiro Secretario de Guerra, Antonio Rafael da Cunha Cabral, Official-Maior, a fiz escrever e subscrevi. — José de Oliveira Barbosa. — Francisco Maria Telles.

RESOLUÇÃO DE 27 DE MAIO.

Manuscripto authentic.

Dá conta'o Conselho da Fazenda de que, havendo expedido ordem á Junta da Fazenda da Provincia de Santa Catharina, para que desse esclarecimentos sobre a declaração que a dita Junta pedira acerca do pagamento que deveria

exigir de dizima das baldeas ao arrendatario Antonio Mendes de Carvalho, ella satisfizerá, informando da maneira que abaixo se vê, sobre os seguintes quesitos que se lhe havião proposto em provisão de 11 de Novembro de 1828: 1º, se a pesca das baldeas e outro qualquer peixe de que se faça azeite he ou não isento do dizimo; 2º, por que ordem, declarando qual tem sido a pratica observada; 3º, Se os antigos contractadores pagarão dizimo estipulado para este fim em condição. Que, não obstante a falta de documentos pela perda do Archivo da extincta Provedoria da Fazenda na invasão de 1777, desde a primeira arrematação feita em Lisboa a Ignacio Pedro Quintella e seus socios, que teve principio em 1765, e em todas as mais que se fizerão daquelle contracto, até passar a sua administração á Fazenda Nacional em 1801, nunca os arrematantes forão isentos de pagar dizimo, não só das baldeas que pescavão, como de suas produções agrarias, e por que os mesmos contractadores logo no principio entrãõ em contestações com o contractador dos dizimos, então o Capitão-Mór Francisco Ferreira da Cunha adoptou o Administrador daquelle contracto das baldeas no Rio de Janeiro, Francisco José da Fonseca, o systema de arrematar os dizimos em massa, para depois os subdividir na Provincia de Santa Catharina em ramos, impondo logo por primeira condição aos ramistas, não pretenderem dizimo algum das armações situadas em seus districtos, e por isso nunca mais os contractadores das baldeas deixãõ de arrematar os dizimos até 1777. Que tendo a dita Ilha sido invadida no referido anno pelos Hespanhóes, elles por sua conta fizerão a dita pesca, mas sendo ella restituída em 1778, já os contractadores Portuguezes a fizerão neste anno, e porque não tivessem ainda contractado os dizimos, como até então fazião e depois fizerão, ordenara a Junta da Fazenda do Rio de Janeiro ao Governador da referida Ilha, Francisco Antonio da Veiga Cabral da Camara, a arrecadação dos dizimos por administração, iadicando o meio porque se devia cobrar o dizimo das baldeas, o que se verificou pelo arbitrio de 8\$ rs. cada huma em tempo em que a medida do azeite se vendia a 120 rs., e ainda que apparecera o termo de tal arbitramento no archivo da extincta Provedoria, a dita Junta o attesta pelas informações que houve de pessoas que estavam então ao facto deste negocio, provando assim que as baldeas sempre pagarão dizimo.

O Procurador da Fazenda Nacional respondeu ao Conselho, que á vista da informação da Junta, era evidente ser a pesca das baldeas, como sempre foi, sujeita ao pagamento da dizima, devendo assim declarar-se á Junta para o exigir e fazer cobrar do arrendatario Antonio Mendes de Carvalho. E como seja conveniente que ella se cobre pela forma determinada na provisão de 5 de Fevereiro de 1779, parece-lhe que será justo dar a mesma providencia, mandando proceder a novo arbitramento, com attenção ao valor actual das baldeas proveniente do maior preço do azeite.

Parece ao Conselho que á dita pesca he inius-

ta a dizima, e que supposto ser tal imposto de natureza ecclesiastica em sua origem, o qual não he devido nem cobravel em regri fora do costume com que se pagou sempre, e se virifique pela informação da Junta, que o mesmo dizimo era arbitrado em 8\$ rs. por balde; como a mesma pesca se considera artigo de industria estancado no Brazil em beneficio das rendas do Estado, e a mesma Fazenda Publica era a unica que exercia a mesma pesca sem pagar dizimo, interrompendo-se assim o costume: entende o Conselho que se poderá cobrar do arrendatario Antonio Mendes de Carvalho o dito dizimo das baldeas que pescasse no anno proximo passado, pelo costume de 8\$ rs., com que fôra antigamente regulado; e pelo que respeita ao futuro, se haja de cobrar á razão de 16\$ rs. por balde, fazendo-se disto expressa menção nas condições dos contractos de arrendamento das armações que se houverem de fazer conforme a resolução imperial, ficando assim reduzido á definida avença o referido dizimo. Em 18 de Maio de 1829.

Resolução. — Como parece quanto ao pagamento do dizimo devido, e quanto ao que de futuro dever-se: pagar-se-ha segundo a nova avença que a Junta da Fazenda respectiva, tendo em consideração o preço actual do azeite, deverá fazer com os arrematantes das armações, sendo a mesma avença previamente submittida á approvação do Thesouro. Paço, em 27 de Maio de 1829. — Com a rubrica de S. M. I. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — *Acha-se o original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 5 DE JUNHO.

Manuscripto authentic.

Senhor. — Por portaria da Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, de 13 de Fevereiro do corrente anno, mandou V. M. I. remetter a este Conselho, para consultar com effeito, o requerimento de Sebastião Nicolão Gachet, do theor seguinte: — Senhor. Diz Sebastião Nicolão Gachet, que tendo reclamado ao Thesouro Nacional com seu requerimento de 29 de Outubro proximo passado, segundo a copia legal annexa ao documento n. 1, o resto do ordenado de 1,000 francos mensaes que S. M. Imperialissima, de gloriosa memoria, lhe fez mercê para o indemnizar das suas despezas durante a sua commissão relativa á execução do tratado da Colonia de Suissos de 11 de Maio de 1818, documento n. 2: e igualmente a mesma quantia de 480\$ rs. de ajuda de custo que ha de haver para seu regresso ao Brazil, que o mesmo A. S. lhe mandou pagar para sua ida a Europa, constante da copia da portaria de 8 de Maio do sobredito anno, documento n. 3 (*): e como o supplicante

(*) *Aviso de 8 de Maio de 1818.*

El-Rei Nosso Senhor he servido que pelo Real Erario se entregue a Mr. Gachet, encarregado da condução de huma Colonia de Suissos, 480\$ rs., de que o mesmo Senhor lhe fez mercê para o seu transporte, e bem assim

obteve por despacho de requerer á Secretaria de Estado do Imperio, vem a tal fim rogar instan-

mais 200\$ rs. para sua mulher, por conta de 800\$ rs. que deve vencer por anno durante a sua ausencia. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 8 de Maio de 1818. Thomaz Antonio de Villanova Portugal. — Sr. Barão de S. Lourenço. — *Acha-se á pag. 47 do Liv. 2º da Reg. da Inspeção da Colon. Estrangeira.*

Sobre esta commissão e seu desempenho occorrerão os actos seguintes, que integrão as peças relativas.

Illm. e Exm. Sr. — No requerimento incluso, que S. M. I. houve por bem mandar remetter-me, com aviso de V. Ex. de 18 do passado, para que eu informe com o men parecer, pretende Sebastião Nicoláo Gachet, que por humma obrigação de 5 de Maio de 1818 tomou sobre si a empresa da organização da Colonia dos Suissos na Europa e do seu transporte até o porto do Rio de Janeiro, que S. M. I. lhe mande pagar o que se lhe está restando do ordenado de 1,000 francos annuaes que S. M. Fidelissima o Senhor D. João VI (de gloriosa memoria) lhe mandou dar durante a sua commissão, e igualmente humma ajuda de custo de 480\$ rs. para o seu regresso ao Brazil, porque lhe foi concedida humma igual para a sua viagem á Europa. Seria para admirar que Sebastião Nicoláo Gachet, havendo correspondido com a mais negra ingratidão á illimitada munificencia que com elle usou aquelle Soberano, tendo violado na empresa que tomou sobre si não só a referida obrigação de 5 de Maio de 1818, mas tambem os principaes artigos das condições do mesmo mez e anno, sacrificado innumeraes vidas ao seu sordido interesse, feito a desgraça de todos Colonos, e causado finalmente ao Brazil o prejuizo de quasi se perder de todo tão dispendioso estabelecimento, apparecesse com reclamações, ainda que fossem bem fundadas; excede porém toda a crebibilidade que elle se apresente com reclamações taes e quaes as de que trata o seu requerimento, reclamações em que não se pôde descobrir nem a mais pequena sombra de justiça. Sebastião Nicoláo Gachet nunca teve ordenado, nem se lhe incumbio commissão alguma por onde o podesse ter. A organização da Colonia dos Suissos na Europa, e o seu transporte á esta capital, foi humma empresa que elle tomou á sua conta, como se vê da precitada obrigação de 5 de Maio de 1818, de que junto copia sob titulo A, já que elle arteiramente deixou de reunir este documento aos mais que offerece. Os 1,000 francos mensaes que S. M. F. lhe mandou dar foi humma graça espontanea de sua real munificencia, concedida, não durante essa chamada commissão, mas enquanto elle pozesse em via a Colonia; como he expresso no documento n. 6 a fl. 2.ª, sendo esse documento a certidão do officio que pelo Erario se expedia ao Marquez de Marialva, então Embaixador em Paris, para lhe prestar aquella quantia; e sendo indubitavel que o supplicante não podia deixar de receber senão porque aquelle Embaixador julgou que tinha com effeito expirado o tempo do vencimento, na forma da citada ordem, evidente se torna que o supplicante nenhum direito tem ao que reclama, nem ha cousa em que tal direito se possa fundar. Se outra foi a razão, cumpre que o supplicante o prove. E quando mesmo esse vencimento absolutamente gracioso lhe houvesse sido conferido durante a sua chamada commissão, estava o Governo por ventura obrigado a sustentar-lhe, havendo o supplicante committido os mais horrosos attentados contra a boa fé dos contractos que fez com o mesmo Governo? Não quero ser eu quem descreva aqui a maneira por que o supplicante se portou naquelle negocio; reporto-me aos officios do Marquez de Marialva e de José Ignacio da Cunha Candido, mandado por aquelle Marquez á Hollanda, para examinar o estado da Colonia, e para isso offereço á consideração de V. Ex. os extractos que vão juntos sob letra B, aos quaes podia juntar muitos outros se não visse que aquellos são mais que sufficientes, e os de maior peso pela qualidade das pessoas que os escreverão. Tanto, ou ainda mais, celebre he a pretensão dos 480\$ rs. de ajuda de custo para o regresso do supplicante a este Imperio. Não sei como da concessão graciosia de humma ajuda de

temente á V. M. I. seja servido mandar verificar a reclamação do Supplicante pela sobredita

custo daquella quantia para a viagem do supplicante á Europa se possa deduzir direito á outra para a sua volta ao Brazil, sem haver nos documentos que o supplicante offerece, nem em qualquer outra parte de que tenha noticia, a mais pequena palavra que possa induzir á julgar-se ter algum fundamento semelhante pretensão, a qual, por consequencia, me parece inteiramente inattendivel. Em summa, Exm. Sr., sou de opinião que se não pôde nem deve decidir sobre reclamações de Sebastião Nicoláo Gachet, de qualquer natureza que ellas sejam, sem se decidir a conta que dei em 21 de Agosto de 1820, sobre a conducta do supplicante neste negocio, para a Secretaria de Estado competente, e a devassa á que judicialmente se procedeu sobre o mesmo objecto, o que tudo junto com outros papeis foi remettido á humma commissão de Desembargadores do Paço, creada por decreto de 2 de Novembro do referido anno, e julgo achiar-se ainda pendente, pois até agora não me tem constado resultado algum que houvesse sobre esta materia. S. M. I. mandará o que julgar mais justo. Deos guarde a V. Ex. Rio, 3 de Janeiro de 1829. — Illm. e Exm. Sr. José Clemente Pereira. — Pedro Machado de Miranda Malheiros.

(A) Eu abaixo assignado, Sebastião Nicoláo Gachet, encarregado pelo meu Governo, o Cantão de Friburgo, de solicitar de S. M. F. humma colonisação de Suissos no Brazil, e de tratar de seu estabelecimento, obrigo-me para com o Exm. Sr. Thomaz Antonio de Villanova Portugal, Secretario de Estado, Ministro do interior, Commendador das Ordens de Christo, e da Torre e Espada, etc., etc., a manter, e transportar até á bahia do Rio da Janeiro 400 familias de Colonos Suissos, homens, mulheres e crianças de ambos os sexos, com todos os seus moveis e instrumentos rurais, pelo preço de 400 pesos hespanhoes por cada pessoa, exceptuando as crianças que não tiverem ainda chegado aos 3 annos de idade, as quaes passarão gratuitamente. Vinte e quatro horas depois da chegada das embarcações dar-se-ha por concluida a passagem, e o Governo deve dali em diante sustentar os Colonos.

Os armadores dos navios, que fizerem estes transportes nada terão que reclamar do Governo em caso de avarias, naufragio ou perda, menos se acontecer depois de já estarem no porto; porém, se alguns dos passageiros desgraçadamente morrerem na viagem, o frete será pago por inteiro á vista da relação do embarque. Serão feitos os pagamentos segundo o modo por que se discutir e estabelecer na conferencia que para este fim terá lugar na presença do Exm. Sr. Ministro e Secretario de Estado e da Mesa do Real Erario. Feito em 3 copias no Rio de Janeiro, aos 5 de Maio de 1819 — Sebastião Nicoláo Gachet.

(A) Extracto da carta de 7 de Novembro de 1819, do Marquez de Marialva ao Ministro Thomaz Antonio.

Passando agora a noticiar o que nestes ultimos tempos ha occorrido na Hollanda relativamente á Colonia Suissa, e aos desacertos do empresario della, e julgando eu ser do meu rigoroso dever o dar a V. Ex. humma fiel e cabal informação a estes respeito, para que V. Ex. esteja prevenido contra as imposturas deste empresario, que he homem mais cuidadoso do seu proprio interesse, do que dos negocios que lhe forão confiados, V. Ex. fará humma justa idéa das privações, incommodidades e prejuizos que soffrerão os Colonos, pelos desacertos e má fé do seu conductor, e que muito receio que continuem durante a viagem, pois, apezar das mais instantes recommendações que fiz para que os navios de transporte não fossem entulhados de Colonos, a avidez do empresario mallogrou toda a minha solicitude pelo commodo alojamento dos Colonos a bordo dos ditos navios, o que talvez occasionará humma grande mortandade durante a viagem.

Extracto da carta de José Ignacio da Cunha Candido a Gachet, dirigida aos 18 de Setembro de 1819.

Quiconque méconnaît ses engagements est indigne d'attention. Les obligations auxquelles vous manquez n'ement d'aucune loi; vous en êtes vous même le créateur. J'aurais du, dès avant hier quitter ce pays ici, et voler aux pieds de S. Ex. le Marquis de Marialva lui rendre

Repartição, para depois ser pago do que se lhe deve com toda a justiça, portanto—Pede a V. M. I. haver por bem deferir ao supplicante a

compte du résultat de sa générosité et de sa bienveillance, envers lui retraçant votre noire ingratitude, et lui dépeindre l'inconcevable désorganisation que avez mise dans toute l'opération pour le transport des Colons Suisses au Brésil; mais les maux que les Colons éprouveront, et dont vous êtes le seul artisan, pèsent sur mon cœur. Quant à vous, Monsieur, je n'ai qu'un mot à vous dire, et c'est que je ne vous avancerai plus un florin, que vous ne vous soyez acquitté de vos devoirs.

Decreto de 6 de Maio de 1818.

Manuscripto authentic.

Tendo determinado promover e dilatar a civilização do vasto Reino do Brazil, a qual não pôde rapidamente progredir sem o auxilio e accrescentamento de habitantes alleitos aos diversos generos de trabalhos com que a agricultura e a industria costumam remunerar os Estados que as agazalhão; e sendo-me solicitada pelo Cantão de Friburgo, em beneficio dos seus subditos, a faculdade de estabelecerem em alguma parte do mesmo Reino huma Colonia onde, vivendo reunidos, desfructem, debaixo da minha real protecção, muitos dos commodos que actualmente se lhes diffcultão no seu paiz natal: houve por bem de incumbir ao Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino os regulamentos e ajustes a que se devesse proceder para organizar e dirigir o sobredito estabelecimento. Como porém desde logo hão de ter lugar avultadas despesas, assim com o transporte dos referidos Suíços, como com a compra do terreno e construção dos edificios em que se ha de assentar a Colonia; e alguns dos meus fieis vassallos, continuando a dar provas do amor e lealdade com que me servem, tem feito subir à minha real presença offertas de quantias que estão promptas a emprestar gratuitamente, afim de ter principio tão vantajoso projecto: sou servido que no Real Erario se recebam as addições constantes da relação que baixa com este, assignada por Thomaz Antonio de Villanova Portugal, do meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino, encarregado da Presidencia do mesmo Erario. As respectivas entradas serão divididas em apolices de 400 \$ rs., cujo titulo de receita irá rubricado pelo dito Presidente, além das assignaturas do Thesoureiro-Mór e Escrivão respectivo, como se pratica acerca dos conhecimentos em forma, declarando-se nas mesmas que hão de ser amortizadas dentro de oito annos, recebendo no Real Erario os respectivos accionistas, ou as pessoas a quem as tiverem endossado, a correspondente oitava parte, que lhes será paga no fim de cada anno, contado da data da apolice, sem mais despacho ou legalidade do que a apresentação do titulo original. Para facilitar este expediente, haverá na primeira Contadoria Geral hum livro, em que se abra conta corrente à cada hum dos ditos accionistas, destinando-se para o pagamento destas prestações, e de tudo o mais que disser respeito à mencionada Colonia, os fundos provenientes da nova imposição de 4 \$ 500 rs. que entrarem no Banco, e do qual deverão passar para o mesmo Erario em proporção da importância das despesas que se forem fazendo. Thomaz Antonio de Villanova Portugal, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 6 de maio de 1818.—Com a rubrica de S. M. I.—*Acha-se a pag. 4 do Liv. 1.º de Reg. da Insp. do Col. Estrang.*

Carta de Gabinete, de 2 de Maio de 1818.

Manuscripto authentic.

Magnificos Senhores.—Tendo-me sido presente, pelo cidadão Sebastião Nicoláo Gachet de Gruyere, a carta de crença com que Vossas Magnificencias o acreditariao na commissão a que veio a esta Corte, eu a levei sem demora à real presença de S. M. F. El-Rei meu augusto amo, e com particular satisfação minha tenho a honra de participar a Vossas Magnificencias que S. M., fazendo todo o aprecio da recommendação com que Vossas Magnificencias distinguem este seu mui digno concidadão e agente, o acolheu com especial benignidade, annuindo favoravelmente as justas proposições que forão por elle apresentadas a este Governo para o estabelecimento de fami-

gracia que elle humildemente implora.—E R. M. —Sebastião Nicoláo Gachet.

Mandou o Conselho dar vista deste negocio ao

lias suíças no Reino do Brazil. O mesmo cidadão Sebastião Nicoláo Gachet de Gruyere, que volta nesta occasião, exporá circumstanciadamente a Vossas Magnificencias o singular favor com que S. M. houve por bem conceder a permissoão real para este estabelecimento, seja mandando dar a conveniente porção de terreno em que se possa formar e cultivar, seja providenciando os meios para facilitar o transporte desse paiz, na conformidade da convenção que assignamos, e que por elle será igualmente apresentada a Vossas Magnificencias.

Aviso de 1 de Fevereiro de 1820.

Manuscripto authentic.

El-Rei Nasso Senhor manda remetter a Vm. as 34 contas e requerimentos inclusos, constantes das relações n. 1 a 2, de varios Colonos Suíços que reclamão contra Sebastião Nicoláo Gachet, pela excepção do contracto de 5 de Maio de 1818, pedindo indemnisações. E he servido que Vm., como Juiz Conservador dos mesmos Colonos, procedendo à justificação legal destas reclamações, julgue se estão ou não nos termos de se proceder a embargo nos fundos ou bens pertencentes ao mencionado Gachet, para depois ser este ouvido, e julgar-se a final como fôr de direito. O que participo a Vm. para que assim se execute. Deos guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, 1 de Fevereiro de 1820. Thomaz Antonio de Villanova Portugal.—Sr. Juiz de Fora da Villa de Santo Antonio de Sá.—*Acha-se a pag. 42 do Liv. 2.º de Reg. da Insp. do Colon. Estrang.*

Senhor.—Em execução ao Regio aviso de V. M. do 1.º do mez de Fevereiro preterito, passei à Nova Friburgo a inquirir testemunhas sobre as reclamações que contra Sebastião Nicoláo Gachet fizeram os Colonos Suíços, sendo o estado das mesmas confirmadas pelos depoimentos juntos, o seguinte:

Art. 1.º Que devendo elles Colonos ser mantidos e transportados desde a Suíça até ao Rio de Janeiro à custa de V. M., segundo os arts. 1.º e 2.º das condições de 11 de Maio de 1818, e obrigação de Gachet de 5 do mesmo mez e anno, § 1.º, como empregador, pelo contrario este e seus agentes, com interpretações dolosas e lucrativas, os obrigarão a consignar e adiantar para pagamento dos barcos em que vierão (bem como fardos) pelo Rheno, e dos direitos até Hollanda, certa somma, a saber: os do Cantão de Friburgo, Vaud, Basle, Neuchâtel e Genebra 39 francos de França, e os do Cantão de Berna, etc., tres luizes de ouro; vendo-se assim obrigados (não querendo incorrer na comminação de serem riscados) a pedir e a vender por modicas quantias os seus pequenos bens, vendo-se demorados em Hollanda 5 e 6 semanas, morrendo huns à fome e miseria, outros dormindo ao rigor do tempo, consumindo em sustento as reliquias da sua fortuna, e ultimamente victimas da impudencia de Gachet, que, pertinz na sua demora, parecia querer aterrar os pantanos holandezes com cadaveres suíços.

Art. 2.º Que devendo Gachet formar a Colonia de familias suíças Catholicas Romanas, conforme o art. 2.º das condições, pelo contrario trouxe muitos individuos protestantes, outros sem familia, huns tirados dos gales, e muitos de diferentes nações.

Art. 3.º Que havendo aquelle Gachet feito o regulamento marítimo para a viagem dos Colonos datado de 20 de Agosto de 1819, e approvedo pelo Marquez de Marialva, em cujos artigos, de 22 até 40, se promettia o sustento necessario e a ordem da sua distribuição, este em nada se observou, porquanto nada mais trazião os navios do que alguma carne salgada e alguns maos legumes, soffrendo subredito os doentes e crianças, pois que, não só não havião refrescos e remedios, como porque nem farinha se dava, e essa pouca que havia era para o Agente, vendo as mães morrer nos braços os filhinhos à mingua, as mulheres seus maridos, e estas aquellas; causando hum tão barbaro procedimento tal desesperação que, surda a natureza e embruteada pela força de barbaridade, huma mãe já não derramava huma só lagrima ao ver lançar ao mar huma metade ou hum fructo de

Procurador da Fazenda, que respondeu:—Estou em tudo conforme com o parecer do Inspector da Colônia, bem persuadido de que o supplicante não tem direito algum ao pagamento que reclama, pois que dos documentos juntos por elle em combinação com os que produziu o Inspector, se não pôde deduzir obrigação alguma em que ainda se ache constituido o Governo. Rio, 25 de Fevereiro de 1829.—Maia.

O que tudo sendo visto, parece ao Conselho que o requerimento do supplicante he indeferivel, tanto na primeira parte em que reclama o resto do ordenado de 1,000 francos mensaes,

si, estancando-se assim os ultimos recursos do coração humano. Barbaro Gachet.

Art. 4.º Que devendo a Colônia, na forma do art. 7.º das condições, trazer hum Medico, Cirurgião habil e Boticario, veio, sim, no navio *Daphne* hum que nada fazia, não se occupando nem ao menos com tomar o pulso aos doentes, e quando, depois da sua morte que foi proxima, o Cavalheiro de Porcelet, levado da humanidade, a quiz soccorrer, vio-se frustrado pela falta absoluta de remedios, que foi geral em todos os navios.

Art. 5.º Que Gachet de tal sorte carregou os navios de gente, que esta viaha amontoad, sem a precisa commodidade, soffrendo males que, de mãos dadas com os supra-indicados, derão causa a infinitas mortes e enfermidades que ainda hoje durão; fazendo outrosim embarcar homens que mais parecião mortos do que vivos, o que concorreu para diminuir o numero dos Colonos e augmentar o dos fallecidos, e unicamente o seu sordido pret, o que tudo reclamão, tanto na parte relativa aos seus fundos e apendidos, como á pena corporal, não só pelas mortes, de que foi aliado instrumento, como pelo attentado de infringir tão sagradas condições.

Art. 6.º Reclamão outrosim dividas contrahidas por Gachet, já em dinheiro emprestado, e já por empregos que occupáron.

Eis, Real Senhor, huma synopsis dos artigos que reclamão os Suíços, e que se achão verificados e comprovados pelos depoimentos constantes dos autos, e que me parecerão conter forças assaz para se proceder o embargo de todos os bens doprehendedor Gachet, ao que unicamente me limitei na minha sentença, em obediencia ao citado aviso de V. M., sem attenção á parte criminal que encerrão os mesmos depoimentos, bem que sejo de tal natureza que não devão passar em silencio, e menos impune hum coração tão ferino e detestavel V. M. mandará o que for servido. — José Bernardino Baptista Pereira. — *Acha-se á fl. 92 v. a 95 do Liv. 2.º de Reg. da Insp. de Colon. Estrang.*

Aviso de 27 de Novembro de 1820.

Manuscripto authenticco.

Havendo El-Rei Nosso Senhor nomeado huma commissão, por decreto de 2 do corrente mez, em que igualmente designa os Desembargadores do Paço que, com V. S., a devem formar, para que, examinando os requerimentos, contas e mais documentos relativos ao contracto por que se obrigou o empresario Sebastião Nicolão Gachet a fazer o transporte da Colônia dos Suíços que S. M. mandou vir para este Reino, haja de tomar assento sobre os quesitos especificados no mesmo decreto, com os papéis que são relativos a este negocio, para que fazendo V. S. as convenientes participações, se proceda a dar a devida execução ao que S. M. determina a este respeito. Deos guarde a V. S. Paço, 27 de Novembro de 1820. — Thomaz Antonio de Villanova Portugal. — Sr. Luiz José de Carvalho e Mello. — *Acha-se á pag. 64 v. do Liv. 2.º de Reg. da Insp. de Colon. Estrang.*

Decreto de 2 de Novembro de 1820.

Manuscripto authenticco.

Tendo subido á minha real presença os requerimentos de Sebastião Nicolão Gachet, empresario do transporte

por isso que estes só lhe foram concedidos, e sem ser á titulo de ordenado, enquanto punha em via a Colônia dos Suíços, e não mostra faltarse-lhe em Paris á semelhante pagamento ordenado então ao Marquez de Marialva, como na segunda parte em que pretende a quantia de 4800 rs. pelo seu regresso ao Brazil, sem fundamento algum attendivel, não lhe podendo dar direito á percepção desta quantia o haver-se-lhe conferido outra igual para se transportar á Europa, com o que se conforma com o Procurador da Fazenda. Rio, em 5 de Junho de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio —Leonardo Pinheiro de Vasconcellos. — José Fortunato de Brito Abreu Souza e Menezes. — José Caetano de Andrade Pinto.

Resolução. — Como parece. Paço, 1 de Junho de 1829. — Com a rubrica de S. M. I. — José Cle-

da Colônia Suíça da Nova Friburgo, as reflexões de Monsenhor Miranda, Inspector da mesma Colônia, as reclamações de Mr. de Porcelet e dos mais Colonos, sobre os gastos que fizerão na mesma viagem, e de Mr. Bremon, interessado com o mesmo empresario por huma parte de lucros e despesas; e ultimamente o parecer da Mesa do Real Erario, pedindo, para o ajustamento da conta, a addição de alguns pontos que admittem duvida sobre o cumprimento do contracto, como são: se deve regular para o pagamento dos 80 \$ rs. por pessoa maior da idade de 3 annos as listas officiaes dos Cantões da Suíça, ou a lista do embarque na Hollanda, em que foram intrusas muitas e diversas pessoas que não estavam nas circumstancias do contracto, nem pertencião aos Cantões; 2.º, se a respeito dessas pessoas intrusas se deve arbitrar alguma somma pelo transporte até esta Cidade, segundo as regras de justiça, e se essa deve tambem comprehender aquelles que fallecerão na viagem, ou sómente aquelles que aqui chegarão; 3.º, se aquelle preço ajustado deve comprehender as despesas dos mesmos Colonos desde a Suíça até que embarcáron, e serem indemnizados os Colonos pelo que houver de cobrar o referido Gachet da Fazenda pelo dito contracto; e finalmente, se deve attender-se á reclamação de M. Bremon e dos Colonos, para serem pagos do que lhes competir directamente pela Fazenda Real, deduzindo-se do que se dever a Sebastião Nicolão Gachet. E querendo que se termine este negocio sem pleitos judiciais, e como for justo, hei por bem nomear huma commissão, á qual sendo communicados todos os papéis, e ouvindo os interessados por si ou seus procuradores, ou ainda pelas suas representações sómente estando ausentes, haja de tomar assentos sobre os mencionados quesitos, que fará subir á minha real presença para eu determinar o que for servido, e ordenar ao Real Erario o ajustamento da conta. Hei por bem nomear para esta commissão aos Desembargadores do Paço Luiz José de Carvalho e Mello, Paulo Fernandes Vianna, Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira, e José de Cleyra Pinto Botelho Mosqueira, como Procurador da Coroa e Fazenda. Thomaz Antonio de Villanova Portugal, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 2 de Novembro de 1820. — Com a rubrica de S. M. — *Acha-se á pag. 62 e 63 do Liv. 2.º de Reg. da Insp. de Colon. Estrang.*

Aviso de 16 de Abril de 1821.

Manuscripto authenticco.

El-Rei Nosso Senhor, attendendo ao que lhe representou Sebastião Nicolão Gachet, he servido que V. Illm. lhe mande levantar o sequestro que lhe ha sido posto sobre os objectos do uso da sua familia, na casa da sua moradia na Nova Friburgo. O que de ordem do mesmo Senhor participo a V. Illm. para sua devida intelligencia. Deos guarde a V. Illm. Paço, em 16 de Abril de 1821. — Silvestre Pinheiro Ferreira. — Sr. Monsenhor Miranda. — *Acha-se á pag. 67 do Liv. 2.º de Reg. da Insp. de Colon. Estrang.*

mente Pereira. — *Acha-se o original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

PROVISÃO DE 5 DE JUNHO.

Manuscripto authentic.

Miguel Calmon du Pin e Almeida, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Província de S. Paulo: que S. M. I., por sua immediata resolução de 27 de Abril de do corrente anno, tomada em consulta do Conselho da Fazenda de 6 do corrente, acerca das representações da mesma Junta tendentes á pretendida arrematação dos dizimos dessa Província: houve por bem determinar o seguinte: 1º, que execute e faça executar mui religiosamente o § 5º do decreto de 16 de Abril de 1821, que manda cobrar nos portos do embarque o dizimo do assucar, algodão em rama, café, arroz, trigo e fumo, e que por isso não seja contractado ou arrematado nessa Província o dizimo dos referidos generos, pondo se deste modo hum termo ao fraudulento e intoleravel uso das guias passadas por contractadores; 2º, que para assegurar a essa Junta a arrecadação desse ramo das suas rendas, os Provedores ou Administradores dos registos, entre essa Província e a do Rio de Janeiro, tomem cuidadosamente nota do numero de arrobas dos referidos generos que passarem com direcção a esta Capital, e remetão dous exemplares da mesma nota, hum a essa Junta e outro (que será trazido pelo mesmo tropeiro ou conductor dos generos) ao Administrador das diversas rendas desta Côrte, que arrecadará em separado o respectivo dizimo, cuja importancia será remetida ou posta á ordem da Junta, como melhor convier. A nota dos registos será conforme ao modelo n. 1; 3º, que sendo os referidos generos transportados por mar dessa para esta Província, havendo já pago o dizimo nos portos do seu primeiro embarque, deverão ser acompanhados de hum certificado em que se declare conforme o modelo n. 2, a sua qualidade, o seu pezo e a quantia paga pelo seu dizimo, sendo este certificado passado pelo Administrador que essa Junta nomear, para cada hum dos portos dessa Província, e que fôr encarregado daquelle cobrança, ficando a mesma Junta na intelligencia de que deverá mandar no fim de cada trimestre a relação nominal dos Administradores que, para esse fim, nomear para que sejam os seus nomes conhecidos na Administração das Diversas Rendas desta Côrte, e bem assim de que esta Administração lhe remetterá por copia authentica, no fim de cada quartel, os certificados que forem passados pelos ditos Administradores e nella apresentados; 4º, que o dizimo de miunças, gados, etc., seja igualmente arrecadado segundo o espirito do citado decreto de 16 de Abril, para que se evite o notorio vexame que ordinariamente resulta da acção dos contractadores. E para esse fim deverá a Junta encarregar a sua cobrança a hum numero sufficiente de pessoas de conhecido credito e probidade que nomeará, como Administradores, nos

principaes pontos da Província, arbitrando-lhes huma comissão sobre o rendimento que arrecadarem proporcionada ao trabalho que deverão fazer, e ás despesas que deverão fazer com a mesma cobrança, e exigindo delles as fianças que lhe parecerem idoneas, pelas quaes se obriguem a entrar mensalmente nos cofres da Junta com as quantias que tiverem recebido, e dando-lhes instrucções accomodadas ás circumstancias locais, pelas quaes possam haver-se na sua Administração com a regularidade e fiscalisação necessarias; 5º, na redacção destas instrucções a Junta terá em vista a conveniencia de estabelecer taes Administradores nas cabeças de Comarca ou ainda de Termos populosos e notaveis, e de dar a cada Administrador hum Escrivão de sua receita e despesa, a quem, além disso, fique incumbida a expedição das guias que devem acompanhar as remessas mensaes para os cofres da Fazenda, tendo parte na distribuição da comissão que arbitrada fôr ao respectivo Administrador. Igualmente attenderá á importancia de deixar aos Administradores que nomear, a escolha dos Agentes ou prepostos que forem, á custa delles e debaixo de sua responsabilidade, empregados na arrecadação de cada Freguezia ou Capella Curada, devendo esta arrecadação ser feita á vista dos manifestos ou declarações que os lavradores ou criados fizerem por escripto aos ditos Agentes, da quantidade das suas colheitas ou criações. O que a mesma Junta assim terá entendido e cumprirá. Amaro Velho da Silva Bitancourt a fez. Rio de Janeiro, em 5 de Junho de 1829. — João José Rodrigues Vareiro a fez escrever. — Miguel Calmon du Pin e Almeida.

N. B. O mesmo para a Província de Minas Geraes, menos o art. 5º.

N.º 1.

Passa por este registo de ... F., conduzindo (tantas) cargas de (café, assucar, tabaco, arroz ou fumo,) pesando (tantas) arrobas, e declarou ser producção do termo de ... pertencente á Província de ... Registo de ... (dia, mez e anno.) (Assignado) F., Provedor ou Administrador.

N.º 2.

Embarcou F. na sumaca (ou lancha, etc.) com destino ao Rio de Janeiro (tantas saccas ou caixas, volumes, etc., de ...) peizando (tantas) arrobas, e pagou o respectivo dizimo, que importou em Rs. (tantos por extenso). Em fédo que lhe passei o presente certificado. Santos (ou qualquer outro porto), (dia, mez e anno.)

(Assignado) F., Administrador.

AVISO DE 11 DE JUNHO.

Manuscripto authentic.

S. M. I. manda remetter a Vm. o officio incluso do 1 de Abril proximo passado, que pela Repartição dos Negocios da Marinha dirigio o Presidente do Piahy, acompanhando o traslado da culpa que resultou ao Tenente da segunda linha João da Silva Miranda, pela mortandade

das recrutas abordo da sumaca *Pombinha*, afim que proceda como fôr de direito á respeito do que ora se acha em exercicio no Thesouro Nacional com Official de Fazenda. Deos guarde a Vm. Paço, 11 de Junho de 1829. — Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. — Sr. Desembargador Corregedor do Crime da Côrte e Casa. — *Acha-se a fl. 5. v. do Liv. 1.º de Reg. da Secretaria da Justiça na Côrte.*

AVISO DE 12 DE JUNHO.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr. — Sendo presente a S. M. o I. o requerimento do Padre José Luiz da Cunha Bastos, em que expôz a duvida que tivera o Governo da Provincia de Pernambuco para lhe não mandar passar carta de concessão de sesmaria (*) em terras da Ribeira d'Una, pela opposi-

(*) *Aviso de 18 de Janeiro de 1818.*

Manuscripto authenticico.

Illm. e Rvm. Sr. — El-Rei Nosso Senhor, tomando em consideração o que pelo requerimento incluso representará Faustino Pinheiro de Araujo e outros, moradores no districto da Villa de Rezende, no sitio denominado Ribeirão da Pedra e Turvo, mencionados na relação junta, sobre a pretensão que tem o Capitão Manoel Ferreira Leite de os desapossar das terras que elles tem cultivado ha 14 annos, valendo-se de sesmarias posteriormente consignadas á posse dos supplicantes e dos trabalhos com que elles tem cultivado aquellas terras: he servido que a Mesa do Desembargo do Paço passe logo as ordens necessarias para que sejam os supplicantes conservados nas suas posses, bastando para titulo as reais ordens para que as posses prevaleçam ás sesmarias posteriormente concedidas; e havendo-se por nullas as concedidas ao supplicado naquellas terras, pela manifesta fraude com que as obteve em diversos nomes de seus filhos familiares, em cujas concessões recommenda o mesmo Senhor que a Mesa empregue a maior vigilancia para occorrer á malicia com que huma e a mesma pessoa, com diversos nomes simulados, pretende varias sesmarias, para as ter, contra o fim da lei, incultas e despovoadas. O que V. Illm. fará presente na mesma Mesa para que assim se execute. Deos guarde a V. Illm. Paço, em 18 de Janeiro de 1819. — Thomaz Antonio de Villanova Portugal. — Sr. Pedro Machado de Miranda Malheiros.

Aviso de 23 de Dezembro de 1820.

Manuscripto authenticico.

El-Rei Nosso Senhor manda remetter a V. S. os requerimentos inclusos de João Silverio de Souza, Capitão das Ordenanças do Termo da Villa de Guaranhys, e do Capitão Domingos Lourenço Torres e outros lavradores dessa Capitania, com os documentos que os acompanham, relativos ás queixas que formão de serem desapossados das terras de que estão de posse por sesmarias posteriormente concedidas a outros, e de não serem ouvidos nas reclamações que fizeram. E he o mesmo Senhor servido que V. S. remetta os sobreditos requerimentos e documentos ás justicas ordinarias, para decidir como fôr de direito, mandando ao mesmo tempo conservar os supplicantes nas posses dos terrenos de que tratão, emquanto não forem decididos os embargos que elles deverão competentemente offerecer ás medições; e ficando V. S. na intelligencia de que na conformidade do decreto de 3 de Janeiro de 1781, e da ordem que foi expedida ao Vice-Rei do Rio de Janeiro, Luiz de Vasconcellos e Souza, de 14 de Abril de 1789, e da que foi expedida ao Governador de S. Paulo, Antonio Manoel de Mello, de 4 de Novembro de 1789, não se devem fazer despejar os moradores de qualquer terreno por causa de sesmarias posteriormente concedidas; e sendo anteriores, devem ser

ção que lhe fizera Lourenço Ferreira de Bitancourt, e depois seus herdeiros, a qual foi a final decidida a favor do supplicante no Juizo dos Feitos e Execuções da Fazenda, como consta da sentença inclusa; e attendendo o mesmo A. S. á justiça da supplica e á resposta do Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional: ha por bem que V. Ex. expeça as ordens necessarias para se lhe passar carta de concessão de sesmaria das mencionadas terras, que ha de ser confirmada na conformidade da lei. O que participe a V. Ex. para sua intelligencia e execução. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 12 de Junho de 1829. — José Clemente Pereira. — Sr. Thomaz Xavier Garcia de Almeida. — *Acha-se a fl. 211 do Liv. 1.º de Reg. de Avisos de Pernambuco, no Archivo da Secretaria do Imperio.*

AVISO DE 15 DE JUNHO.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Revm. Sr. — Havendo chegado ao conhecimento de S. M. o I. a feliz noticia de ter sido elevado ao Solio Pontificio o Santo Padre Pio VIII, de ordem do mesmo A. S. o communico a V. Ex. afim de mandar fazer nesta Diocese as demonstrações que forem do estilo por tão fausto e glorioso acontecimento. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 15 de Junho de 1829. — Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. — Sr. Bispo Capellão-Mór. — *Acha-se a fl. 4 do Liv. 10 da Côrte na Secretaria da Justiça*

AVISO DE 15 DE JUNHO.

Manuscripto authenticico.

S. M. o I. ha por bem conceder licença para que se possa estabelecer nesta Côrte hum Theatrinho com a denominação — Sociedade do Theatrinho da rua dos Arcos —, que deverá reger-se pelos estatutos juntos, que Vm. fará registrar nella Intendencia Geral da Policia, afim de não serem alterados sem nova approvação do Governo. Deos guarde a Vm. Paço, em 15 de Junho de 1829. — Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. — Sr. Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia. — *Acha-se a fl. 4 v. do Liv. 10 da Côrte, na Secretaria da Justiça.*

REGULAMENTO para a Sociedade do Theatrinho da rua dos Arcos.

Esta Sociedade compõe-se de cincoenta socios. Seu unico objecto he a recreação de seus membros por meio de representações de scenas perante os convidados, que sejam pessoas de probidade. Serão observados os artigos seguintes:

1.º De tres em tres mezes serão nomeados hum primeiro e segundo Director, hum Thesoureiro, hum primeiro e segundo Escriptuario, hum

judicialmente convencidos, devendo por isso ser ouvidos com os embargos que tiverem, o que deve proceder no presente caso. O que participe a V. S. para que assim se execute. Deos guarde a V. S. Palacio do Rio de Janeiro, em 23 de Dezembro de 1820. — Thomaz Antonio de Villanova Portugal.

Procurador e hum seu Ajudante. A nova nomeação poderá recahir sobre os mesmos individuos, mas não serão obrigados a continuar successiva, mente caso recusem.

2.º Será igualmente nomeado hum Ensaíador, que servirá effectivamente enquanto a Sociedade o julgar capaz de preencher este cargo.

3.º Haverá todos os mezes duas representações, não se interpondo obstaculo algum.

DEVERES DOS EMPREGADOS.

Do primeiro Director.

Pertence á este fazer guardar a inteira observancia deste regulamento; dirigindo todos os trabalhos que fazem o objecto desta Sociedade, e para assim cumprir deve referir-se aos §§ seguintes, competendo-lhe: 1.º, ordenar por escripto ao Thesoureiro a entrega das necessarias quantias, que devem ser applicadas ás despesas ordinarias e extraordinarias; 2.º, marcar o dia da recita, consultando o Ensaíador, e determinar todas as disposições precisas para seu effecto; 3.º, determinar o dia em que deverá começar os ensaios para a nova representação; 4.º, assistir aos ensaios, tomar conhecimento das faltas nelles commettidas, e providenciar sobre este ponto conforme a faculdade que lhe confere o presente regulamento, o que se verá pelo corpo do mesmo; 5.º, prohibir o ingresso de pessoas estranhas nos ensaios; fazer finalmente effectiva a responsabilidade dos diversos empregados, ficando elle responsavel pelas suas omissões.

Do segundo Director.

5.º Na effectividade do primeiro Director compete ao segundo coadjuva-lo em seus trabalhos, debaixo das suas determinações. No impedimento d'aquelle, deve substitui-lo, e neste caso, tem as mesmas attribuições e responsabilidades.

Do Thesoureiro.

6.º Pertence ao Thesoureiro: 1.º, o deposito de todas as quantias resultantes das mensalidades dos socios, entradas, e outras contribuições que possam occorrer; 2.º, exigir por escripto dos socios que deverem mais de dous mezes o cumprimento de seus deveres a este respeito; 3.º, participar ao Director a omissão dos que nella continuarem até 8 dias depois desta advertencia; 4.º, entregar ás quantias ordenadas pelo Director, para serem applicadas ás despesas necessarias; 5.º, apresentar ao novo Director hum conta exacta da receita e despesa, a qual será remettida no fim de cada trimestre á todos os socios.

Do Procurador e seu Ajudante.

7.º Compete a estes indistinctamente: 1.º, a arrecadação de todas as contribuições mencionadas, e a entrega destas ao Thesoureiro; 2.º, participar a este as faltas commettidas nesta parte, para que elle proceda na conformidade do § 2.º, art. 6.º; 3.º, todas as compras necessarias para o Theatrinho; 4.º, a entrega dos bilhetes dos socios dous dias antes da recita.

Dos Escripturarios.

8.º Pertencem a estes todos os trabalhos que seus titulos indicão; he exclusiva delles a rubrica dos bilhetes.

9.º He da attribuição do Ensaíador: 1.º, a distribuição das partes de qualquer peça, adaptando-as aos caracteres dos diversos socios representantes; 2.º, a direcção da scena, ensinando aos actores com todo o zelo e moderação, sem que nunca tenha recurso á mais leve desatenção para com elles; 3.º, a escolha das peças que devem ir á scena, com approvação dos socios representantes.

Dos socios em geral.

10.º A qualidade requisitada para convidado he o característico essencial que se exige para socio.

11.º As pessoas que quizerem ser admittidas á sociedade podem dirigir-se á qualquer socio, o qual o proporá ao Director, e este, com os mais empregados do art. 1.º, se informará da sua capacidade, participando á sociedade o resultado das suas indagações, para que esta decida sobre a admissão do novo socio.

12.º O socio, no acto da sua entrada, entregará ao Thesoureiro a quantia que este lhe determinar, segundo as suas posses, cuja quantia, porém, nunca será menos de 50\$ rs., assignando na mesma occasião o presente regulamento.

13.º Os socios darão de mensalidade 2\$ rs., contribuindo á algumas subscrições voluntarias que possam occorrer.

14.º Os socios devem respeitar a sociedade.

15.º Nenhum socio he dispensado de qualquer serviço que lhe possa caber em tarefa, excepto nos casos em que se verifique impedimento legítimo.

16.º Nenhum he dispensado de entrar em scena, salvo occorrendo as circumstancias do art. 15, mas não serão obrigados á representação declamatoria aquelles que não tenham capacidade para isso.

17.º Os socios empregados na representação são dispensados de qualquer trabalho que seja incompativel com este exercicio.

18.º Os socios representantes serão exactos em comparecerem aos ensaios, os quaes devem começar ás sete horas da tarde, e no verão ás sete e meia; os que faltarem por incommodo devem participar ao director.

19.º Os socios são responsaveis pelo procedimento dos seus convidados, na intelligencia de que estes devem portar-se com toda a decencia que he propria de hum casa de convite, sendo-lhes prohibido pôr o chapéo em occasião alguma.

20.º O socio, na distribuição dos seus bilhetes, inscreverá no verso delles o nome do convidado, e assignará o seu: sem estes requisitos o bilhete he nullo.

21.º Serão nomeados pelo Director, dous dias antes da recita, dous socios para servirem as senhoras, dous para arrumadores da platéa, hum para illuminador, e 2 para porteiros.

22.º Os primeiros servirão as senhoras com toda a decencia e dignidade.

23.º Os porteiros receberão os bilhetes, farão huma marca naquelles cujos possuidores lhes sejam suspeitos, e ouvirão ao Director sobre aquelles que succeda apresentarem-se de mão comportamento.

24.º Os arrumadores de platêa farão nella guardar a boa ordem, vigiarão sobre o comportamento dos convidados, e advertirão aquelles que procederem mal, e até lhes intimarão a sua retirada, caso continuem.

25.º O illuminador fará todo o serviço que o seu titulo designa.

26.º Hum dos porteiros, no dia posterior ao da recita, entregará ao primeiro Director os bilhetes recebidos, para os examinar e tomar conhecimento dos abusos que se tenham commetido.

27.º Todos os mezes se nomeará hum apontador e hum contra-regra d'entre os socios que forem julgados habéis para isso.

DAS PENAS.

Do Director.

1.º Se o Director, durante o exercicio de seu emprego, infringir seus deveres, poderá ser accusado por qualquer socio perante os mais empregados do art. 1.º, e estes, reconhecendo a justiça da accusação, pela primeira vez lhe estranharão seu procedimento, e no caso de continuar, o demittirão do emprego, o segundo Director passando a fazer as suas vezes.

2.º Os mais empregados incursos na mesma falta serão advertidos pelo actual Director, mas se cada hum delles continuar a ser omisso, de maneira que resulte tortura á sociedade, então o mesmo Director o demittirá, fazendo logo sciente á sociedade as razões por que assim procedeu e a urgencia de nova nomeação.

3.º O socio ensaiador que na occasião de ensaiar tratar com grosseria algum dos actores, faltando áquella attenção que se deve ter com pessoas tão dignas como são considerados os nossos socios, será pela primeira vez reprehendido em huma carta dirigida pelo Director, pela segunda vez ameaça de expulsão, pela terceira despedido.

4.º O socio que obstinadamente se recusar a qualquer serviço que lhe seja destinado sem verificação de impedimento justo, conforme o art. 15, perderá os bilhetes para a recita que tiver lugar depois desta falta, e se continuar nesta falta será demittido.

5.º Os socios empregados na scena que sem mostrarem motivos justos faltarem duas vezes ao ensaio perderão hum bilhete, de maneira que tendo doze faltas com a clausula apontada perde todos. Se continuar nesta omissão apesar da pena indicada, será demittido.

6.º O socio que convidar pessoas que se conduza mal será advertido pelo Director, afim de fazer melhor uso dos seus bilhetes, sendo prohibida a entrada a taes pessoas.

7.º O socio que convidar pessoas conhecidas

por indignas e de pessimá morigeração, será pela primeira vez reprehendido, pela segunda perderá os bilhetes, pela terceira será demittido.

8.º O socio que dever mais de dous mezes será advertido pelo Thesoureiro na conformidade do § 2.º do art. 6.º; se completar tres mezes, o Director mandará inscrever o nome do omisso em hum papel que tenha por titulo:—Lista dos omisos.—Se esta medida não bastar, oito dias depois será demittido; todavia esta medida poderá ser modificada á vista de algumas razões que o socio exponha, e que provem ser a falta involuntaria.

9.º O socio que desacreditar ou offender a sociedade será despedido.

Artigos additionaes.

1.º Quando qualquer socio estiver nas circumstancias de ser despedido, o Director participará á sociedade per escripto, para esta decidir a votos.

2.º Os bilhetes que resultarem das multas serão distribuidos por sorte aos demais socios.

3.º O socio que fôr despedido ou despedir-se não tem juz a exigir as contribuições que tiver feito.

4.º Tanto para a nomeação dos empregados do art. 1.º (que terá lugar oito dias antes de findar o trimestre) como em qualquer outra occasião que haja necessidade de votação, os socios remetterão os seus votos em carta fechada ao Director, que com outros empregados procederá a apuração.

5.º No numero dos socios marcados no capitulo unico são incluídos dez isentos de mensalidade.

6.º Este regulamento será apresentado á autoridade competente.

(Seguem-se as assignaturas dos socios.)—*Extrahidos do Reg. na Secretaria da Intendencia da Policia da Côte.*

AVISO DE 15 DE JUNHO.

Manuscripto authentic.

Ilm. e Exm. Sr.—S. M. I. manda remetter a V. Ex. a copia inclusa do officio do Juiz de Fora da Villa da Praia Grande, em data de 28 de Fevereiro ultimo, em que representa o embarço que encontra na remessa dos desertores, recrutados, e na satisfação das mais despesas fornecidas aos militares em diligencia, visto não poderem ser ellas feitas pela Camara Municipal da dita Villa, por lhe ser vedado na conformidade da lei de 1 de Outubro do anno passado, afim de que V. Ex., pela Repartição a seu cargo, expeça as convenientes ordens sobre a maneira de verificar semelhantes remessas e as mais despesas com os militares em diligencia quando o exigir o bem do serviço publico. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 15 de Junho de 1829.—Lucio Soares Teixeira de Gouvêa.—Sr. Joaquim de Oliveira Alvares.—*Acha-se a fl. 5 do Liv. 1.º da Côte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 16 DE JUNHO.

Manuscripto authentic.

Ilm. e Exm. Sr.—S. M. I. ha por bem que V. Ex. expeça as convenientes ordens ao Commandante Militar das Villas da Ilha Grande e Paraty, afim de prestar ao Juiz de Fora das ditas Villas, quando lhe requisitar, os necessarios meios de verificar qualquer entrega de officios em occasião em que, tendo partido o correio para esta Corte, o mova negocio urgentissimo. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 16 de Junho de 1829. —Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. —Sr. Joaquim de Oliveira Alves. — *Acha-se a fl. 5 do Liv. 10 da Corte na Secretaria da Justiça.*

RESOLUÇÃO DE 17 DE JUNHO.

Manuscripto authentic.

Dá conta o Conselho de que, havendo, em consequência da imperial resolução de 27 de Março de 1829, ordenado a continuação da praça da casa da rua da Misericórdia que servira de armazem e tanque do azeite de peixe, e do arrendamento por hum triennio do terreno junto á casa dos Senadores, e tendo apparecido novos arrematantes, se receberam por ultimo os seguintes lances, sobre a avaliação da referida casa da rua da Misericórdia, 1:450\$ rs. 2:466\$ rs. offerecidos por João Teixeira Bastos como Procurador de Joaquim Antonio Alves, sendo a differença deste lance maior que o antecedente de 1:166\$ rs., e pelo arrendamento do referido terreno 1:005\$ rs. offerecidos por José Antonio Ribeiro Souto, resultando o augmento a respeito do lance antecedente da quantia de 700\$ rs., sendo de esperar maior vantagem nas praças, quando os licitantes tiverem certeza de effectiva arrematação. Expõe mais o Conselho de que, tendo admittido a lançar todos os licitantes, pagando á vista os preços por que arrematassem, segundo os seus requerimentos, tambem admittira a José Antonio Ribeiro Souto, que requerer ser admittido como fiadores que apresentou, e isto na fórma da lei de 13 de Novembro de 1827, sendo o ultimo lance sobre o referido terreno do dito Souto, como acima se vê, e que o mesmo Souto pedira depois declaração, sobre poder elle ou qualquer outro que fizer a arrematação fazer tapagens, e abrir nova porta de entrada. Em o 1.º de Junho de 1829.

Resolução.—Arremate-se pelo maior lance que os licitantes possão offerecer ainda. Paço, 17 de Junho de 1829. —Com a rubrica de S. M. I. —Miguel Calmon du Pin e Almeida. — *Acha-se no Carterio actual do Thesouro Nacional.*

AVISO DE 17 DE JUNHO.

Manuscripto authentic.

Exigindo a Camara dos Deputados informações sobre hum acto do poder judiciario, que, considerando nullo o processo do Conselho de

Jurados sobre abuso de liberdade de imprensa entre o Commissario Geral do Exercito Albino Gomes Guerra de Aguiar, e Balthasar Pinto dos Reis, reformára a Secretaria do mesmo Conselho: ha S. M. I. por bem que V. S. dê todos os esclarecimentos acerca do indicado objecto, remettendo com elles, a esta Secretaria de Estado, copia authentica dos accordãos proferidos á semelhante respeito. Deos guarde a V. S. Paço, em 17 de Junho de 1829. —Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. —Sr. Bernardo José da Gama. — *Acha-se a fl. 6 do Liv. 10 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 27 DE JUNHO.

Manuscripto authentic.

Ilm. e Ex. Sr.—Participo a V. Ex. que nesta data se expede ordem ao Juiz de Paz de Mangaratiba para que, abstendo-se de dar despacho ás embarcações que entrão e sahem daquelle porto, se circumscreva nos limites da lei. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 27 de Junho de 1829. —Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. —Sr. Miguel de Souza Mello e Alvim. — *Acha-se a fl. 10 do Liv. 10 da Corte na Secretaria da Justiça.*

TRATADO DE 30 DE JUNHO.

Imp. avulso.

TITULO V.

TRATADO de casamento de S. M. o I. D. Pedro I. com S. M. a I. D. Amelia.

Em Nome da Santissima e Indivisivel Trindade.

Seja notorio a quantos este presente contracto de casamento virem que, havendo S. M. o I. do Brazil pedido em casamento a S. A. R. a Serenissima Sra. Duqueza de Leuchtenberg sua muito amada filha S. A. a Serenissima Sra. Princeza Amelia Augusta Eugenia, Princeza de Leuchtenberg e d'Eichstadt, e tendo sido encarregados de estipular e concluir as convenções matrimoniaes, a saber: por parte de S. M. o I. do Brazil, o Ilm. e Exm. Sr. Felisberto Caldeira Brant, Marquez de Barbacena, Senador do Imperio, Gentil-Homem da Camara de S. M. I., Marechal dos seus Exercitos e Grão Cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul e da Corôa de Ferro de Austria; e por parte de S. A. R. a Serenissima Sra. Duqueza de Leuchtenberg, o Sr. Nicolão Luiz Planat de la Faye, Tenente-Coronel no Exercito de S. M. El-Rei de Baviera, Gentil-Homem da Corte de S. dita A. R., Official da Real Ordem da Legião de Honra, Cavalleiro da Ordem do Merito Civil da Corôa de Baviera e da Real Ordem da Espada de Suecia; os abaixo assignados achando-se munidos dos poderes para este effeito necessarios, convierão nos seguintes artigos:

Art. 1.º O casamento será celebrado em Munich entre S. A. a Serenissima Sra. Princeza Amelia Augusta Eugenia, Princeza de Leuchtenberg e d'Eichstadt, e o Representante de S. M.

o I. do Brazil, debaixo de condição que os augustos contrahentes ratificarão e completarão pessoalmente no Brazil, desde o momento da chegada da Augusta Esposa ao Rio de Janeiro o seu sobredito consorcio, segundo a forma prescripta pelos sagrados Canones da Igreja Catholica Apostolica e Romana.

Art. 2.º Desde a celebração deste casamento S. A. a Serenissima Princeza tomará o titulo de Imperatriz do Brazil, e partirá para o porto de Ostende, onde se embarcará acompanhada do seu devido sequito a bordo da esquadra destinada a conduzi-la ao Brazil, devendo todos os gastos desta condução correrem por conta de S. M. o I. do Brazil.

Art. 3.º S. A. R. a Sra. Duqueza de Leuchtenberg obriga-se a dar em dote á sua filha S. A. a Senhora Princeza Amelia Augusta Eugenia, a conta da quota parte que lhe tocar da herança de seu fallecido pai S. A. o Serenissimo Sr. Duque de Leuchtenberg, a somma de 200,000 florins do Imperio, e bem assim a prover a sobredita Princeza do enchoval, alfaías e pedras preciosas, e outros semelhantes objectos necessarios para o seu adorno e uso, devendo o montante deste dote ser entregue ao Commissario de S. M. I. antes da cerimonia do casamento, e da seguinte maneira, a saber: metade em dinheiro de contado, e a outra metade em hum mandado sobre hum banqueiro de Paris, para ser pago no prazo de hum anno.

Art. 4.º A sobredita somma de 200,000 florins será posta a juro nos fundos da divida publica do Brazil, ou de outra qualquer maneira que se julgar igual boa e solida, com a condição que os juros respectivos serão annualmente accumulados ao capital, caso S. M. a I. não resolva empregalos de outra maneira.

Art. 5.º Constando as propriedades particulares de S. M. a I. de bens moveis e de raiz que hão de tocar-lhe da herança de S. A. R. seu fallecido pai, conveio-se em que a livre disposição, gozo e administração destas propriedades particulares fica expressamente reservada á S. M. a I., com a clausula de que, tendo filhos, não poderá alienar os sobreditos bens.

Art. 6.º S. M. a I. terá direito de fazer as nomeações de todos os criados, damas e mais pessoas de sua casa e serviço de corte, e quarto, devendo correr por conta da mesma Senhora os ordenados das sobreditas pessoas.

Art. 7.º Enquanto a Assembléa Geral do Brazil não fixar definitivamente huma dotação a S. M. a I., em execução do art. 108 da Constituição do Imperio (*), do art. 2 (**) da lei de 11 de Agosto de 1827, receberá annualmente do

Thesouro Nacional a mesma Senhora a somma de 100:000\$ rs. assignada provisoriamente pela sobredita lei, devendo S. M. a I. igualmente gozar, durante todo o tempo do seu casamento, da dotação definitiva que lhe houver de ser votada.

Art. 8.º Vindo a dissolver-se este casamento pelo fallecimento de S. M. o I. antes da morte de S. M. a I., receberá a mesma Senhora, em vez da dotação mencionada no precedente artigo, as arrias que a Assembléa Geral do Brazil lhe arbitrar.

Art. 9.º No caso de haverem filhos deste matrimonio, e de S. M. a I. e seus filhos sobreviverem a S. M. o I., metade de todos os bens moveis e de raiz pertencentes ao Imperador depois da partilha dos bens de que elle gozou durante o seu consorcio com S. M. a I. D. Leopoldina, de gloriosa memoria, e de todos os bens por elle posteriormente adquiridos, á excepção dos que são inseparaveis da Corôa, segundo o art. 115 (***) da Constituição do Brazil, será adjudicada, em plena propriedade, á augusta viúva, debaixo de condição que ella não poderá dispor dessa metade nem aliena-la, mas tão somente gozar, durante sua vida, dos rendimentos annuaes dos ditos bens, assim como dos juros do capital accumulado do seu dote. Acontecendo que a mesma Senhora saia do Brazil para ir estabelecer a sua residencia fóra do Imperio, a sobredita parte dos mencionados bens de S. M. o I. será devolvida em plena propriedade e sem restricção a S. M. a I., caso S. M. o I. tenha tido deste casamento filhos que hajão fallecido antes da morte de seu augusto pai.

Art. 10.º Acontecendo que S. M. a I. não tenha descendencia e que sobreviva a seu augusto esposo, terá a mesma Senhora unicamente direito á terça parte dos bens pertencentes á S. M. o I., na forma que se acha explicada no artigo antecedente, podendo, em tal caso, a mesma Senhora dispor livremente assim dos ditos bens como da totalidade do capital accumulado do seu dote, e isto quer ella fique residindo no Brazil, quer vá estabelecer a sua residencia em qualquer paiz estrangeiro.

Art. 11.º Se o fallecimento de S. sobredita M. I. preceder o de S. M. o I., e se S. M. a I. deixar descendente, será a sua herança repartida em partes iguaes, entre seu augusto esposo e seus filhos, na conformidade das leis brasileiras. Acontecendo porém que aquella Senhora falleça tendo tido filhos que morressem antes della, será então a herança dividida em duas partes iguaes, huma das quaes pertencerá a S. M. o I., e a outra ao herdeiro que S. M. a I. tiver instituido em seu testamento.

(*) Art. 108 da Constituição do Brazil: « A dotação assignada ao presente Imperador e á sua augusta esposa deverá ser augmentada, visto que as circumstancias actuaes não permitem que se fixe desde já huma somma adequada ao decoro de suas augustas pessoas e dignidade da Nação. »

(**) Art. 2 da lei de 11 de Agosto de 1827: « A dotação de S. M. a I. será por esta primeira assignação até á definitiva, na conformidade do mesmo artigo da Constituição (art. 108 acima transcripto), de 100,000\$ rs. an-

nuaes. Ficão nella comprehendidas todas as despesas da sua casa e serviço. »

(***) Art. 115 da Constituição do Brazil: « Os palacios e terrenos nacionaes, possuidos actualmente pelo Sr. D. Pedro I., ficarão sempre pertencendo a seus successores, e a nação cuidará nas aquisições e construcções que julgar convenientes para a decencia e recreio do Imperador e sua familia. »

Art. 12.º Nos dous casos de morte sem descendencia e *ab intestato*, será devolvida a herança de S. M. a I., segundo as leis do natalicio, aos seus herdeiros ascendentes ou collateraes que lhe sobreviverem, deduzindo-se da sobredita herança huma terça parte, que ficará pertencendo a S. M. o I.

Art. 13.º Continuando S. M. a I. ainda depois de viuva a residir no Brazil, terá ella a opção de habitar o Paço Imperial ou huma outra casa convenientemente mobiliada, e fornecida de baixela, roupa e cavallariças necessarias, á custa do successor de seu augusto esposo.

Art. 14.º Todas as vantagens concedidas a S. M. a I. nos precedentes artigos ser-lhe-lhão seguras desde o momento da celebração do seu casamento na Europa, como devendo ter effeito ainda mesmo no caso (que Deos queira afastar) de acontecer que S. M. o I. falleça antes da consummação do matrimonio.

Art. 15.º O presente contracto de casamento será ratificado por S. M. o I. do Brazil, e o exemplar desta ratificação será remettido a S. A. R. a Serenissima Sra. Duqueza de Leuchtenberg no espaço de seis mezes, a contar do dia da assignatura deste contracto.

Em fé do que, os abaixo assignados sobscreverão o presente contracto sellado com o sello de suas armas.

Feito em Canterbury, em 30 de Maio de 1829. —(L. S.) Marquez de Barbacena. —(L. S.) Platen de la Faye. — *Ratificado em Munich a 30 de Junho.*

AVISO DE 30 DE JUNHO.

Manuscripto authentic.

Tendo-se ordenado nesta data ao Juiz de Cabo Frio que passasse á Villa de Macahé afim de suspender immediatamente o Escrivão da Camara e segundo Tabellião da mesma Villa, por se verificar, pelo officio de Vm. datado de 15 do corrente, servindo de informação á representação daquelle Ministro, a incompetência com que o Juiz, pela ordenação daquella Villa, procedera á nomeação delle, e reconhecendo-se igualmente, não só pela sua informação como até pelo officio daquelle dito Juiz, a tenacidade com que elle recusara dar cumprimento ás ordens expedidas pelo Juiz de Fôra sobre este objecto: manda S. M. o I. remetter á Vm. assim a representação do Juiz de Fôra, como o officio do indicado Juiz pela ordenação, com todos os documentos que os acompanharão, afim de Vm. proceder contra este como for de direito. Deos guarde a Vm. Paço, em 30 de Junho de 1829. — Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. — Sr. Ouvidor da Comarca do Rio de Janeiro. — *Acha-se á fl. 11 do Liv. 10 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 1 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — Passo ás mãos de V. Ex. a copia inclusa de hum officio que o Juiz de Paz

da Freguezia de Nossa Senhora da Guia do Pacoiba dirigio pela Repartição do Imperio, e tendo-se-lhe respondido quanto á nomeação de Officiaes de quarteiros que deve fazer de pessoas que sejam despedidas do serviço militar, na conformidade da resolução communicada por V. Ex.: ordena S. M. I., sobre a segunda requisição, que V. Ex. haja de expedir ás ordens que lhe parecerem convenientes aos Coroneis de Milicias daquelle districto, afim de prestarem ao mesmo Juiz os auxilios que lhe requerer para perseguir e dispersar os pretos aquilombados que elle refere existirem em grande numero. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 1 de Julho de 1829. — Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. — Sr. Joaquim de Oliveira Alvares. — *Acha-se á fl. 11 v. do Liv. 10 da Corte na Secretaria da Justiça.*

PROVISÃO DE 4 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Sendo presente a S. M. I. que promovendo-se execução viva nos bens sequestrados á Condessa de Amerval e fillos para pagamento da divida que o marido e pai o fallecido Conde do mesmo titulo contrahio com a Fazenda Nacional, se seguirá a ruina completa dessa familia, sendo-lhe outrossim presente que os bens sequestrados, vendidos em hasta, não chegam para o dito pagamento, e que a mesma Fazenda pôde ser embolçada sem quebra recebendo por consignação aquella divida: houve por bem determinar, annuindo ao requerimento da referida Condessa, a este respeito, que passando ella letras a favor do Thesouro, nos termos da lei de 13 de Novembro de 1827, do valor de 1:000\$ rs. cada huma, e a prazo de doze mezes entre ellas, V. S., entendendo-se com o Juiz da Corôa e Fazenda, faça sobrestar no proseguimento do dito sequestro, ficando todavia os bens, que ora se achão sujeitos ao mesmo sequestro, hypothecados ao integral pagamento das referidas letras. O que lhe participe para sua intelligencia e cumprimento. Deos guarde a V. S. Paço, em 4 de Julho de 1829. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — Sr. José Paulo Figueirôa Nabuco de Araujo.

AVISO DE 8 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Exm. e Rvm. Sr. — Exigindo a Camara dos Deputados as bullas concedidas pelo Santo Padre Leão XII (*) sobre a confirmação e traslação da Cathedral desta Cidade da Igreja de Nossa Senhora do Rosario para a de Nossa Senhora do

(*) In Nomine Domine. Amen. Cunctis ubique pateat quod anno à nativitate Domini nostri Jesu Christi MDCCXXXVI, die vero XIX mensis Junii Pontificatus autem SSmi. Domini nostri Leonis P. P. XII, anno ejus tertio. Ego Officialis deputatus infrascriptus vidi et legi quasdam litteras apostolicas sub Plumbo debite expeditas tenoris sequentis videlicet: — Leo Episcopus Servus Servorum Dei ad perpetuam rei memoriam. Studium paterni affectus quod Romani Pontifices in salutem et commodum Dominicis Gregis ac etiam in Ecclesiarum splendorem debent assidue invigilare humilitati nostre suadet ut si quando ob edificiis naturam arctamque cir-

* Carmo, e ratificação da criação desta mesma Igreja em Capella Imperial, encorporando-a na

Cathedral e annexando ao Bispado desta Diocese a dignidade de Capellão-Mór, e conferindo

cumscriptionem Templum aliquod præcipuum Christi fidelium numero et Sacrarum Functionum decori minime respondeat novam euresim in hunc finem aptiorem Ecclesiam designare. Hac nos mente preces excipimus à dilecto Filio Francisco Corrêa Vidigal Charissimi in Christo Filio nostri Petri Brazilii Imperatoris apud nos et apostolicam Sedem Plenipotentiario Ministro ipsius Imperatoris nomine nobis exhibitus, quibus Pontificia Auctoritas postulabatur ad nonnulla sancienda quæ ad rei sacræ utilitatem atque ad splendidiorem Divini Cultus procuracionem pro novo qui id Urbem Fluminis Januarii ob Imperialis aule domicilium accessit honore visa fuerant opportuna quæque pridem apostolicis nuntiis bohem: Laurentius Caleppi Archiepiscopus nisibenus postea Seta Romanæ Ecclesiæ Cardinalis tempore interclusi aditus ad Seta mem: Pium Septimum Predecessorem nostrum peculiaribus decretis Apostolicæ Sedis approbationi subiiciendis constituerat. Quoniam vero inter cætera juxta vota Magestatis Suae actum fuit de Cathedrali Ecclesia Sancti Sebastiani Fluminis Januarii ex veteri minus insigni ac loci ipsius natura minus idonea Ecclesia sub titulo beate Virginis à Rosario transferenda ad ampliorem ornatorem que Ecclesiam Sanctæ Mariæ à Monte Carmelo atque hanc de Episcopali Throno illustranda proviso jam indemnitati Fratrum Ordinis Carmelitarum quibus prædicta Sanctæ Mariæ à Monte Carmelo Ecclesia cum annexo Cenobio antea spectabat quique jam alibi opportune asserrunt collocati idcirco Pontificie auctoritatis præsidium ac robur exoratum est ut memorata decreta plenam vim nanciscantur ut que perpetuum in modum de illius Ecclesiæ statu salubriter commutatur. Re itaque universa accurate perpensa ac laudati Imperatoris precibus benigne annuentes excerta scientia ac matura deliberatione nostris de que apostolice potestatis plenitudine prævia supradictorum decretorum approbatione ac quorumcumque defectuum in illa fortasse irreptorum sanatione item que prævia suppressione, extinctione, et annullatione tituli iurum privilegiorum et denominationis Cathedralitatis à memorata Ecclesia Beate Mariæ Virginis à Rosario præfata alteram Ecclesiam Sanctæ Mariæ à Monte Carmelo in Cathedralem Ecclesiam Sancti Sebastiani Fluminis Januarii cum existentibus Capitulo et Clero cum Sede et Cathedra veteri pro Episcopi habitationi Palatio retento cum omnibus honoribus, redditibus, juriis, privilegiis et prerogativis tam Episcopo quam Capitulo respective etiam prout aliis illarum partium Episcopis et Capitulis legitime competunt perpetuo designamus, erigimus et constituimus; salvis tamen iis immunitatibus quas ex apostolica auctoritatis plenitudine Nobis et Romanis Pontificibus Successoribus nostris decernere in posterum expediens visum fuerit. Curam porro animarum que in veteri Cathedrali Ecclesia Sanctæ Mariæ à Rosario exstabat quamque per presentes transferimus in alteram Ecclesiam à SSmo. Sacramento nuncupatam ad Capitulum Cathedrali habitualiter sputabit ita tamen ut Vicarius ejusdem Curatus per Concursum eligendus semper censeatur in Canonicorum Ordinem cooptatus ac tali Canonicali gradu insignitus Presbyter ille que in presentiarum ipsius Cuffe regimini præest. In Cathedrali autem Ecclesia Parochialia munia peragentur pro iis dumtaxat Personis ac Familiis in Imperialis domus formulatu existentibus et is qui ex antedicti Imperatoris nominatione ad officium hujusmodi ab ordinario adiscitur Canonici titulo honore, præminentis ac privilegiis semper gaudebit. Onera quidem missarum ac Legata pia tam eidem Ecclesiæ Sanctæ Mariæ à Rosario quam alicui ex ipsius altaribus jam antea imposita ibidem etiam in posterum erunt adimplenda relictis propterea, favore ejusdem Ecclesiæ, fundis quibus talia Legata imnuntur. Cætera vero Legata pia Capitulum speciatim respicientia in ejusdem Capituli commodum ad novam Cathedralem Ecclesiam Sanctæ Mariæ à Monte Carmelo perpetuo transferimus ac ibidem iisdem diligenter volumus satisfieri. Volumus pariter ut Divini Cultus procuratio in Ecclesia Sanctæ Mariæ à Rosario meliori quo possit modo perseveret ne omnino vetuste illius sedis memoria amittatur. Quod si forte contigerit non posse amplius in ipsa Ecclesia Sanctæ Mariæ à Rosario divinas res procurari tunc supradicta etiam onera et

Legata in novam Ecclesiam Cathedrali erunt transferenda. Venerabili propterea Fratri Josepho à Silva moderno Sancti Sebastiani Fluminis Januarii Episcopo quem inharum Litterarum nostrarum Exequutore eligimus ac deputamus necessarias, et opportunas tribuimus facultates ad præmissa omnia et singula à Nobis disposita expediente methodo etiam in iis que supra memoratos Fratres Ordinis Carmelitarum respiciunt constabilienda et super eisdem quacumque ex causa libere ac licite definiendi et pronuntiandi; injuncta tamen eidem Josepho Episcopo obligatione transmittendi ad hanc Apostolicam Sedem exemplum authentica forma exaratum decretorum omnium in presentium Litterarum exequutione conficiendorum ut in archivo hujus Congregationis rebus Consistorialibus propositis possit de more asservari. Presente quoque litteras et in eis contenta quæcumque etiam ex quo quilibet interesse habens vel habere prætendente vocati vel auditi non fuerint nullo unquam tempore de subreptionis vel obreptionis aut nullitatis vitii seu intentionis nostræ defectu notari, impugnari, vel in controversiam vocari sed perpetuo validas et efficaces existere, et fore suosque plenarios et integros effectus sortiri et obtinere ac ab omnibus ad quos spectate inviolabiliter observari debere decernimus. Non obstante de jure quæsi non tollendo aliisque nostris et Cancellariæ Apostolicæ regulis dictæque Cathedralis Ecclesiæ etiam juramentum confirmatione apostolica vel quavis firmitate alia roboratis statutis et consuetudinibus cæterisque licet expressa et individua mentione dignis contrariis que quibuscumque. Nulli ergo omnino hominum liceat paginam hanc Nostrarum approbationis, Sanationis Suppressionis, extinctionis, annullationis Translationis Designationis, Erectionis Constitutionis Deputationis Facultatis Decreti Denationis ac Voluntatis infringere eique ausu contraire Signis autem hoc attentare præsumperit indignatione Omnipotentis Dei ac Beatorum Petri et Pauli Apostolorum ejus se noverit incursurum. Datum Romæ apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominicæ millesimo octingentesimo vigesimo sexto Idibus Junii Pontificatus Nostri anno Tertio. — Loco X Plumbo. — Super quibus quidem litteris Ego Notarius publicus præsens Transumptum confeci et signavi presentibus DD. Germano et Domasco Testa Testibus. Concord. cum Originali F. Is. Offis. Depus. B. Cardinalis Pacca Pro. Dat. Ita est. Joseph Battaglia Notus Apus. — E nada mais se continha a dita Bulla, que fiz fielmente trasladar e subscrevi. — O Cnego Januario da Cunha Barboza.

In Nomine Domini. Amen. Cunctis ubique pateat quod anno a nativitate Domini nostri Jesu Christi MDCCCXXI die vero XIX mensis Junii Pontificatus autem SSmo Domini nostri Leonis P. XII anno ejus tertio. Ego Officialis Deputatus infrascriptus vidi et legi quasdam Litteras Apostolicas sub Plumbo debite expeditas tenoris sequentis videlicet: — Leo Episcopus Servus Servorum Dei ad perpetuam rei memoriam. — Ecclesias que divini cultus splendore præceteris celebrantur augere privilegia ex apostolice auctoritatis benignitate decet quam maxime ut inde etiam aciores Religionis Populorum stimuli comparentur. Postquam in Brasiliæ Bragantiæ Familia se contulit probe cognovit Cathedrali Ecclesiam Sancti Sebastiani Fluminis Januarii sub titulo Sanctæ Mariæ à Rosario male materiata nec satis pro Sacrorum procuracionem idoneam neque ex loci natura communitati Populi esse accomodatam; ideoque non nulla proposuerunt que tam ad Sedis Episcopalis decus augendam quam ad Regiæ instaurandæ Capellæ splendorem conducere videbantur quæque bo; mem: Laurentius Caleppi Archiepiscopus Nisibenus tunc Apostolicis nuntiis ac deinde Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalis ea approbavit ut ubi primum aditus ad Apostolicam Sedem patuisset Pontificia auctoritas ad ea sancienda exquireretur. Cumque Charissimus in Christo Filius noster Petrus Brasiliæ Imperator per dilectum Filium Franciscum Corrêa Vidigal suum apud nos et Apostolicam Sedem Ministrum Plenipotentiarium obtenta nuper per similes Plumbo litteras datas Idibus Junii proxime superioribus approbatione precedentium actorum ac transactione Cathedralitatis ad Ecclesiam Sanctæ Mariæ à Monte Carmelo

honras, privilegios e vestes insignes aos Ministros da Capella Imperial, que pelo aviso de 26 de Setembro de 1826 foram enviadas a V. Ex. para lhes dar a devida execução: ha S. M. o I. por bem que V. Ex. faça extrahir das mesmas bullas copias authenticas e as remetta a esta Secretaria para por ella ser transmittidas á referida Camara. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 8 de Julho de 1829. — Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. — Sr. Bispo Capellão-Mór. — *Acha-se a fl. 16 v. do Liv. 10 da Corte na Secretaria da Justiça.*

RESOLUÇÃO DE 11 DE JULHO.

Manuscripto authenticico.

Senhor. — Por portaria da Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, de 2 de Julho do

lo nuncupatam enixis precibus postulaverit ut Regiam Capellam in ipsa Cathedrali constitueremus, illamque eidem Cathedrali Capitulo uniremus. Nos ideoque animo quo sumus erga laudatum Imperatorem amatissimo probe agnoscetes in animarum utilitatem et in Divini cultus incrementum rem fore cessuram exerta scientia ac matura deliberatione nostris deque apostolice potestatis plenitudine in Cathedrali Ecclesia Sanctae Mariae a Monte Carmelo Civitatis Sancti Sebastiani Fluminis Januarii Capellam erigimus Imperialem eamque dicto Cathedrali Capitulo unimus et adnectimus atque Officium Sacellani majoris ipsius Imperialis Capellae Venerabili Fratri Josepho a Silva moderno Episcopo Sancti Sebastiani illiusque in hujusmodi Episcopatu pro tempore successoribus perpetuo adtribuimus prout afel; record: Clemente Papa Undecimo Predecessore nostro litteris aureo sigillo munitis sub Datum Septimo Idus Novembris anni millesimi septingentesimi decimi sexti de Patriarcha Lishonensi Sacellano majore Regioe Olisiponensis aulo Capellae semper habendo prescriptum fuit. Eidem vero Sacellano majori cujus praecipue partes erant Sacris Imperialis Brasiliensis aule rebus praesse jura privilegia nec non jurisdictionem super laudati Imperatoris ac totius Familiae Imperialis ubicumque domicilium habentibus seu habituribus Familiaribus impartitur, iisdemque modo et forma quibus Sacellano majori Regum Fidelissimorum ab antedicto Predecessore nostro Clemente tum supramemoratis de septimo Idus Novembris tum prioribus de vigesima quarta die Augusti anni millesimi septingentesimi noni Litteris concessa reperiuntur. Tali profecto Imperialis Capellae cum Cathedrali Capitulo unione peracta Capitulum ipsum octo constabit Dignitatibus ac viginti duobus Canonicis ab Imperatore Brasiliae perpetuo nominandis, et a pro tempore existente Episcopo Sancti Sebastiani Fluminis Januarii Sacellano majori Canonice instituendis ad instar Cathedralis Capituli et Regiae Capellae Olisiponensis. Memoratis Dignitatibus Insignia Prelatitia ad instar Praesulum Romane Curiae et quando Sacris ritu solemniter operantur usum Pontificalium indulgemus prout in Regia Patriarchali Lishonensi Capella datum est Ordini Canonicorum Praesulum nuncupatorum servata tamen dispositione Constitutionis San: amen: Pii VII, Predecessoris nostri super Pontificalium usu nuper edite in iis omnibus in quibus aliter cautum non sit expeculiaribus verbis privilegii attributi Canonicis Praesulibus Patriarchalis Regiae Capellae Olisiponensis quorum privilegia ad supradictas Dignitates Cathedralis Capellae Imperialis Brasiliensis specialiter delata fuerunt. Eodem insuper Dignitates in missis privatis usu quoque Palmatoria et Canonis gaudebunt. Canonici autem reliqui Cathedralis Capellae Imperialis Brasiliensis fasciam et Caligas violacei coloris ex privilegio gestabunt atque in solemnibus Sacro faciendo Palmatoria adhibebunt. Facultatem praeterea supralaudato Brasiliensi Imperatori ejusque Successoribus elargimur augendi prout ejus pietati satius visum fuerit Dignitatum Canonicorum aliorumque Cathedralis Imperialis Capellae Beneficiorum cum iis plane jurebus ac privilegiis quo pro Cathedralium Capitulum incrementum in Universa Brasilia per Benedictum Decimum quar-

tum anno proximo passado, mandou V. M. I. remetter a este Conselho, para se consultar, o requerimento de Francisco Thomé Barbalho Beserra, do theor seguinte:—Senhor. Diz Francisco Thomé Barbalho Beserra, Sargento-Mór reformado do Regimento de Infantaria de linha da Ilha de Santa Catharina, como mostra pelo documento n. 1, que tendo servido com honra e probidade por mais de 40 annos, e não havendo sido remunerados os seus serviços legalmente como da certidão junta se verifica, por isso respectosamente pede a V. M. I. se digne conceder ao supplicante, em plena remuneração dos sobreditos serviços, a pensão que por lei se acha marcada ao posto do supplicante.—E. R. M.—Como procurador, Francisco de Paula da Silva.

E depois de satisfeitas pelo supplicante, com

tum Predecessorem nostrum Constitutione quae incipit—Candor lucis—fuerant Fidelissimo Regi attributa. Ne vero ex absentia pro tempore existentis Episcopi Sancti Sebastiani Fluminis Januarii qui ad necessaria commissio Sibi Gregi auxilia praebenda Diocesis identidem adigitur circuire desit qui Pontificali dignitate praefulgens Sacra pro Imperiali Aula procurat laudato Imperatori potestatem facimus adscendi Ecclesiasticum Virum doctrina probitate ac gravitate commendabilem Vice-Capellannum majorem nuncupandum qui ad ipsius Imperatoris precibus in Episcoporum ordinem assignato Sibi titulo Episcopalis Ecclesiae in partibus Infidelium a nobis et Romanis Pontificibus Successoribus nostris in consuetudine forma cooptabitur. Et quoniam in aliis nostris Litteris Cathedralis Ecclesiae translationem sputantibus jam cautum est Parochialia munia in ipsa Cathedrali exercenda esse a Presbytero ab Imperatore nominato pro universis Personis ipsius Imperatoris cunctaque Familiae Imperialis famulatu addictis decernimus ut Presbyter hujusmodi locum inter Canonicos obtineat iisdemque ac ipsi Canonici honoribus ac privilegiis debeat gaudere nos enim in spectatissimo laudati Imperatoris pro Divini cultus splendore ac pro Religionis utilitate studio confisi minime dubitamus ut novi hujusce Imperialis Capellae Cleri aliorumque forsitan in ipsum adjiciendorum et splendidioris Sacrorum procuracionis tuitioni congruo patrimonio assignato si forte nondum satis eidem consultum fuerit cumulate ab ejus liberalitate prospiciatur. Praesentes autem Litteras et in eis contenta quaecumque nullo amquam tempore de subreptionis vel obreptionis aut nullitatis vitio seu intentionis nostrae defectu notari impugnari vel in controversiam vocari posse sed eas perpetuo validas et efficaces existere et fore suasque plenarias et integros effectus sortiri et obtinere ac ab omnibus ad quos spectat inviolabiliter observari debere volumus atque decernimus. Non obstant nostris et Cancellariae aplice, regulis de gratis non concedendis ad instar predictarumque Ecclesiarum etiam juramento confirmatione aplice, vel quavis firmitate aharoboratis statutis et consuetudinibus privilegiis quoque et Lris. aplice, ceterisque licet speciali expressa et individua mentione dignis in contrarium, facientibus non obstant quibuscumque. Nulli ergo omnino homini licet paginam hanc urarum Ereccionis Unionis adnexionis attributionis Impartitionis Indulti facultati Decreti. Derogari. ac voluntatis infringere aique ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attentare praesumpserit indignationem Omnipotentis Dei ac B. Brum. Petri et Pauli Apolorum. ejus se noverit incursurum. Datum Romae apud Setum Petrum anno Incarnationis Domini millesimo octingentesimo Vigessimo Sexto quarto decimo Kendas Julii Pontificatus Nri. anno Tertio. — Loco X Plumbi. — Super quibus. quidem Lris Ego notarius publicus. praesens Transumptum confeci et signavi potibus DD. Germano et Damaso Testibus. Concord. cu. Originali F. Isola Offis. Depus. B. Cardialis Paeca. Pro-Dat. Ita est. Joseph Battaglia Ntus, Apcus.—E nada mais se continúa na dita Bulla, que fiz trasladar como Secretario do Illm. e Rvm. Cabido.—O Conego Januario da Cunha Barboza.

os documentos que com esta sobem, varias requisições do Desembargador Procurador da Fazenda Nacional, mandou o Conselho dar vista ao dito Procurador da Fazenda, que respondeu pela maneira seguinte:—A' vista da certidão junta que julgou o supplicante sufficientemente remunerado com a porção nella decretada; *fiat justitia*. Rio, 4 de Julho de 1828.—Gama.

Ouvindo sobretudo o Conselheiro Fiscal das Mercês, disse:—A' vista da mesma certidão junta, *fiat justitia*. Rio, 11 de Julho de 1828.—Souza.

O que tudo sendo visto, parece ao Conselho o mesmo que ao Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional e ao Conselheiro Fiscal, não pertencendo ao supplicante remuneração alguma por seus serviços, visto que já o forão por decreto de 29 de Dezembro de 1819. V. M. I. porém mandará o que mais justo lhe parecer.

Pareceu porém ao Conselheiro João José da Veiga que a graça do meio soldo, por morte do supplicante, á sua mulher, não o inhabilita para requerer e haver durante a sua vida a tença correspondente á sua graduação, 1.^o, porquanto, ainda tendo elle essa tença e não havendo aquella graça, tocaria á mulher muito mais presentemente receber o meio soldo da patente, em que seu marido fallecer, á face da lei de 16 de Novembro de 1827, visto estar já reformado; 2.^o, porque, attento o alvará de 16 de Dezembro de 1790, estas tenças são recompensas honorificas devidas ao estado em que se achão os Officiaes Militares, e, como taes, não excluem haverem as mulheres e filhos os competentes meios soldos, se outra fosse a intelligencia viria aquella anticipada graça, feita á mulher, a deteriorar a condição do supplicante e augmentar a miseria de sua familia, privando-a, na vida do supplicante, deste subsidio consistente na tença pedida. E como o decreto que concedeu o meio soldo por obito do supplicante se propôz beneficiar a sua familia, claro he que, levar a sua disposição a privá-lo da tença, he praticar o maior desvio do seu bemfazejo espirito; que estas razões o persuadião de que pedia com razão o supplicante, e ser digno, pelos longos annos de serviço e molestias, de merecer da beneficencia de V. M. I. a tença correspondente aos Sargentos-Móres, visto estar resolvido que ella se deve proporcionar ás graduações e não á effectividade, dando-se-lhe a tença de 80.⁰⁰⁰ rs. somente por sua vida, e que por essa forma ficarão satisfeitos os seus direitos e os que tocam á sua familia, tendo-se-lhe mandado juntar o original de sua fé de officio, da qual só juntou publica forma, e com a qual se julgou satisfazer, por se considerar indeferivel a supplica que a elle Conselheiro parecia attendivel pelas razões expostas; humavez que apresentasse o original da fé de officio que se lhe devia ter exigido. V. M. I., porém, se dignará ordenar o mais justo. Rio, 30 de Julho de 1828, 7.^o da Independencia e do Imperio.—Leonardo Pinheiro de Vasconcellos.—João Prestes de Mello.—Agostinho Petra de Bitancourt.—João José da Veiga.

Resolução.—Como parece ao Conselho. Paço, 11 de Julho de 1829.—José Clemente Pereira. *Acha-se o original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

AVISO DE 13 DE JULHO.

Manuscripto authenticico.

S. M. o L. manda remetter a V. S. por copia o officio incluso da Camara dos Deputados, para que, na conformidade delle, V. S. faça proceder como fôr de justiça, contra os que infringirão as leis no processo crime de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, e Martin Francisco Ribeiro de Andrada. Deos guarde a V. S. Paço, em 13 de Julho de 1829.—Lucio Soares Teixeira de Gouvêa.—Sr. Bernardó José da Gama.—*Acha-se d fl. 20 do Liv. 10 da Côte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 17 DE JULHO.

Manuscripto authenticico.

Havendo o Inspector do Arsenal de Marinha participado por aquella Repartição, no officio incluso, o acontecimento que teve lugar na noite de 12 do corrente a bordo da galera *Conde do Rio Pardo*, de que resultarão os ferimentos feitos por João Joaquim Ferro no preto de nome Serra, ambos da tripulação da mesma galera, ordena S. M. I. que Vm., mandando remover o aggressor deste delicto, José Joaquim Ferro, que se acha preso a bordo da não *Presiganga*, para a Cadea desta Cidade, proceda contra elle na conformidade da lei, ficando Vm. na intelligencia de que se tem expedido as competentes ordens para ser o mencionado preso entregue á sua ordem. Deos guarde a Vm. Paço, em 17 de Julho de 1829.—Lucio Soares Teixeira de Gouvêa.—Sr. Juiz do Crime dos Bairros de Santa Rita e Candelaria.—*Acha-se d fl. 23 do Liv. 10 da Côte na Secretaria da justiça.*

RESOLUÇÃO DE 18 DE JULHO.

Manuscripto authenticico.

Baixando a este Conselho, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, a portaria do theor seguinte:—Manda S. M. I., pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, que ao Conselho da Fazenda reverta a consulta a que o mesmo Tribunal procedera em data de 29 do mez passado, sobre o requerimento de Antonio Joaquim do Carmo, fornecedor de carne verde para as Estações da Marinha, afim de que tendo presentes os documentos inclusos que occorrerão depois do primeiro requerimento daquelle contractador, e constão tanto de hum outro requerimento do fiador e da resposta a elle dada pelo mesmo contractador, como da informação produzida pelo Intendente Interino de Marinha, torne a consultar sobre a dispensa do fornecimento que faz o objecto de taes papeis. Paço, 29 de Maio de 1829.—Miguel de Souza Mello e Alvim.

Mandou o mesmo Conselho ouvir o Procurador da Fazenda Nacional, que respondeu nos seguintes termos: — Domingues não pôde ser exonerado da fiança que assignou: só depois de executado Carmo he que sobre elle se pôde ir, e pois que o contracto foi encerrado só com hum fiador, assim deve ficar. Quanto á encampação, estou pelo que disse na consulta junta, até mesmo porque tenho muitos exemplos na resolução de 6 de Abril de 1827, em consulta de 26 de Novembro de 1826. Faltão quatorze mezes, e Carmo já hypotheca seus bens universalmente, o que mesmo diz fazer por demasia de caução em repulsa á aggressão que Domingues lhe faz. Eis como parece dever consultar-se. Rio, 2 de Junho de 1829. — Nabuco.

O que tudo visto, em execução da portaria de 29 de Maio passado, torna este Conselho a fazer subir á presença de V. M. I. a consulta que já tinha feito subir em data de 29 de Abril (*), res-

(*) Senhor. — Por portaria da Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, de 31 de Março do corrente anno, mandou V. M. I. remetter a este Conselho, para consultar, o requerimento de Antonio Joaquim do Carmo, fornecedor de carnes verdes para as estações da Marinha, em que pede-se lhe pague a 70 rs., ou ser dispensado do dito fornecimento, visto o grande prejuizo que tem na continuação delle pelo preço por que se obrigara.

A esta supplica vinhão unidas duas informações do Auditor da Marinha e Intendente interino da mesma, as quaes, juntas aos mais papeis, sobem com esta no original. E mandando o Conselho dar vista de tudo ao Procurador da Fazenda Nacional, respondeu este o que consta do officio de 6 de abril do corrente anno que igualmente sube com os mais papeis (a). O que visto, parece ao Conselho, conformando-se com a resposta do Desembargador Procurador da Fazenda, que o requerimento do supplicante lhe indeferivel á vista da lei de 22 de Dezembro de 1761, restando-lhe unicamente em seu favor a disposição do § 35 da mesma lei. Rio, 29 de abril de 1829, 8º da Independencia e do Imperio. — Leonardo Pinheiro de Vasconcellos. — José Fortunato de Brito Abreu Souza e Menezes. — João Prestes de Mello. — José Caetano de Andrade Pinto.

(a) Os cap. 154 e 158 do regimento de 17 de Outubro de 1761, e o § 34 da carta de lei de 22 de Dezembro de 1761, resistem á pretensão do supplicante, que cumpria fosse previdente, e que remittio todos os casos fortuitos, solitos ou não, cogitados ou não. He pois visto que o mesmo supplicante devia contar com o precario do preço do gado, e muito mais quando ao tempo em que transigio já era notoria e de todos conhecida a grande mortandade que o carrapato desde annos tem dado ao mesmo gado, e a que tem nascido tambem das grandes secas. Na verdade aconteceu que o preço da carne não he menor que o primeiro que elle offerece o fornecimento; contudo, he devido o religioso cumprimento das leis, como não pôde entrar em duvida, e ainda menos depois da mais explicita Resol. de 4 de Setembro de 1802. A nação já tem esta garantia, e não he liere ao supplicante abandonar, porque a panella da fortuna ou a loteria lhe vai em branco; e dando de face por circumstancias que não são sobrenaturaes; os fiadores estão, in solidum, responsaveis ao implemto do contracto. Não pôde este caso assemelhar-se ao que foi provido pela imperial resolução de 3 de Outubro de 1822, e pela portaria de 5 de Março de 1823, pois que nesse os eventuaes o crises nascerão do governo e dos empregados publicos invigilantes e omissoes, que, longe de auxiliarem os contractadores, concorrerão para a ruina até da fabrica das cartas de jogar, e forçarão a medida tomada pela provisão de 21 de Janeiro de 1824.

Não menos deixa de ser assemelhavel o caso provido pela imperial resolução de 11 e portaria de 18 de Outubro sobre o contracto da pesca das baléas. Cancelou pois que se deve consultar negativamente. Rio, 6 de Abril de 1829. — Nabuco.

peito á pretensão de Antonio Joaquim do Carmo, contractador das carnes verdes em fornecimento do Arsenal da Marinha.

Parecendo ao Conselho conformar-se inteiramente com o parecer dado na mesma consulta, por isso que os novos documentos, que com a mesma se lhe remettião, em nada podem alterar os sentimentos e parecer dado. V. M. I. porém determinará o justo. Rio, 1 de Julho de 1829, 8º da Independencia e do Imperio. — Francisco Baptista Rodrigues. — José Fortunato de Brito Abreu Souza Menezes. — João da Rocha Pinto. — José Caetano de Andrade Pinto.

Resolução. — Como parece ao Conselho. Paço, 18 de Julho de 1829. — Com a imperial rubrica. — Miguel de Souza Mello e Alvim. — *Acha-se o original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

AVISO DE 23 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

Tendo o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha exigido que as patrulhas da policia que rondão nas ruas e travessas visinhas ao Arsenal da Marinha sejam augmentadas em força, afim de evitar-se a renovação das desordens que tiverão ali lugar nas noites de 19 e 20 do corrente mez, entre os moradores daquelle sitio e alguns empregados no mesmo Arsenal. Ordena S. M. o I. que Vm. dê sobre este objecto as ordens que forem convenientes. Deos guarde a Vm. Paço, em 25 de Julho de 1829. — Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. — Sr. Desembargador encarregado do expediente da Intendencia Geral da Policia. — *Acha-se á fl. 26 v. do Liv. 10 da Corte da Secretaria da Justiça.*

PORTARIA DE 24 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Manda S. M. I., pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, remetter ao Supremo Tribunal de Justiça a copia inclusa do officio do Secretario da Camara dos Deputados, para que, na conformidade della e da informação do Guardamór da Casa da Supplicação, o mesmo Tribunal proceda contra os Ministros que infringirão as leis no processo crime de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva e Martim Francisco Ribeiro de Andrada, como lór de direito em tal caso. Palacio do Rio de Janeiro, em 24 Julho de 1829. — Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. — *Acha-se á fl. 2 do processo assim ordenado.*

Ilm. e Exm. Sr. — A Camara dos Deputados tendo examinado a informação que acompanhou o officio de 12 de Agosto ultimo, expedida pela Repartição ora a cargo de V. Ex., e foi dada pelo Chanceller da Casa da Supplicação sobre o requerimento em que Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva e Martim Francisco Ribeiro de Andrada se queixavão não só do appensamento ao processo crime em que são reccorrentes das fallas pronunciadas pelos mesmos

na Assembléa Constituinte, mas ainda de serem accusados por abusos de liberdade de imprensa perante a Relação, e entendendo a mesma Camara que as leis tem sido infringidas contra os supplicantes, tanto por serem levados a Juizo incompetente, como por se fundamentar a accusação em discursos proferidos em Assembléas Legislativas por sua natureza irresponsaveis, não podendo consequentemente progredir o começo do processo, se consiste só nos factos denunciados; resolveu, conformando-se com o parecer da Comissão de Constituição, que por intermedio de V. Ex. se recommendasse ao Governo de S. M. I. a observancia das leis, e que visto se não poder proceder contra o Ministro da Justiça, o Marquez de Nazareth, por ter fallecido, haja de mandar fazer effectiva a responsabilidade de todos os executores da portaria daquelle Ministro, communicando á esta Camara as providencias que se derem a semelhante respeito. O que sou autorisado a participar a V. Ex. para que suba ao conhecimento do mesmo A. S. Deos guarde a V. Ex. Paço da Camara dos Deputados, em 1 de Julho de 1829.—José Antonio da Silva Maia.—Sr. Lucio Soares Teixeira de Gouvêa.—*Acha-se á fl. 2 v. do processo mandado formar pela portaria de 24 de Julho acima.*

Ilm. e Exm. Sr. Regedor. — Por decreto de 24 de Novembro de 1823 se mandou proceder á devassa, sem limitação de tempo e numero certo de testemunhas, sobre os factos tendentes a realisar-se a sedição e anarchia que se achava preparada nesta Cidade, não só fora como dentro da Assembléa, para cuja devassa, sendo nomeado como Juiz o Ilm. Desembargador João Gomes de Campos, que, representando o impedimento que tinha para esta diligencia por enfermidade, foi nomeado em seu lugar o Ilm. Desembargador José Teixeira da Matta Bacellar, por portaria do Ilm. e Exm. Sr. Conde de Palma, Regedor, de 5 de Dezembro de 1823, e para Escrivão o Ouvidor da Comarca Nicoláo de Siqueira Queiroz, por outra portaria de 27 de Novembro do dito anno, e formando-se corpo de delicto indirecto, e feitas as participações necessarias para comparecerem as testemunhas, se procedeu na dita devassa, principiando a inquirição em 16 de Dezembro do dito anno de 1823, e concluida esta, se fez conclusa em 25 de Março de 1824 ao dito Ilm. Juiz José Teixeira da Matta Bacellar, o qual pronunciou á prisão e livramento a Martin Francisco Ribeiro de Andrada, Antonio Carlos de Andrada Machado, José Estevão Grandona, Antonio de Menezes Vasconcellos Durmond, Joaquim Fidelis, dancarino que foi do theatro desta Cidade, e hum Tenente de Milicias, Gabriel de tal França, com essa pronuncia se remetteu o processo no estado em que se achava, com diversos appensos ao Tribunal da Supplicação, onde se deu por suspeito o Ilm. Desembargador Corregedor do Crime da Côte e Casa, Antonio Garcez Pinto de Madureira, que jurou a suspeição, e nomeando-se o Ilm. Desembargador Antonio Monteiro da Rocha, por commissão de 11 de Fevereiro de 1826, se deu

tambem de suspeito, e se nomeou o Ilm. Desembargador dos Aggravos, Eusebio de Queiroz Coutinho, para servir de Corregedor do Crime, e por accordão de 9 de Agosto de 1827 se fizeram os autos summarios aos recorrentes pronunciados, e que fossem citados por edictos de seis mezes para dizerem, de facto e direito, em cinco dias, presidindo nesta decisão o Exm. Desembargador João de Medeiros Gomes, e forão Juizes os Ilms. Desembargadores Queiroz, Freitas, Dr. Araujo Tavares, Pinto, vencido, Silva, Barboza, vencido; e passando-se o edital determinado, e tendo d'elle noticia os recorrentes Exms. Martin Francisco Ribeiro de Andrada, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado, escreverão huma carta ao Ilm. Intendente Geral da Policia participando-lhe que estavam proximos a partir de Bordoas para esta Capital onde pretendião fazer a sua defesa, e chegando com effecto, forão recolhidos á prisão da Ilha das Cobras em 4 de Julho de 1828, e nomeando-se, para servir de Corregedor do Crime da Côte e Casa, o Ilm. Desembargador Manoel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio em lugar do Ilm. Eusebio de Queiroz Coutinho, e tambem para Adjuntos os Ilms. Desembargadores José Bernardo de Figueiredo e André Gonçalves de Souza, em lugar do Ilm. Manoel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio, que passou a ser Relator, e Antonio José Alves Marques da Costa e Silva, impedido, se proferio hum accordão em 5 de Agosto de 1828, no qual foi nomeado Curador o Advogado Saturnino de Souza e Oliveira, não se deferindo á pretensão dos ditos dous recorrentes, os Exms. Andradas, que pretendião se desapensassem certas cartas, em cujo accordão presidio, como Relator, o Ilm. e Exm. Sr. José Albano Fragoso, e forão Juizes os Ilms. Desembargadores Pinto Ribeiro, vencido em parte, Dr. Araujo Tavares, Dr. Figueiredo, Barbosa, vencido em parte, Freitas, e Souza, vencido em parte, depois do que, se juntou certidão do edital por onde forão citados os mencionados réos pronunciados para dizerem em cinco dias, ao que se seguirão as razões em defesa dos sobreditos dous réos, os Exms. Andradas, e juntando-se hum depoimento e justificação, se fizeram os autos conclusos ao Ilm. Desembargador, servindo de Corregedor do Crime Manoel Pinto Ribeiro, proferindo-se ultimamente accordão em 6 de Setembro de 1828, em que forão absolvidos todos os réos, presidindo a esta final decisão o Ilm. Desembargador Joaquim Ignacio Silveira da Motta, Relator, o Ilm. Manoel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio, e Adjuntos os Ilms. Desembargadores Manoel José Araujo Tavares, Francisco Xavier Fortado de Mendonça, Luiz Antonio Barboza de Oliveira, André Gonçalves de Souza, vencido, e Francisco José de Freitas. O deduzido consta dos autos crimes processados contra os mencionados, e se achão no cartorio do Escrivão da Correição do Crime da Côte e Casa, José Joaquim de Gouvêa. He a que tenho á informar a V. Ex., que mandará o que for servido. Rio, 22 de Julho de 1829.—José dos Santos Rodrigues Araujo.

PORTARIA DE 24 DE JULHO.

Manuscripto authenticico.

Miguel Calmon du Pin e Almeida, etc. Faço saber a Junta da Fazenda da Provincia do Maranhão, que subindo á imperial presença de S. M. I. o officio da mesma Junta, n. 16, datado em 2 de Abril ultimo, em que pede resolução sobre diferentes supplicas que se lhe tem feito de pagamentos de soldos, ordenados e pensões vencidas até o anno de 1826: houve o mesmo A. S. por bem mandar declarar á Junta que a lei he clara, e que, sem inscripção no livro auxiliar do grande livro, para o formato do qual se lhe remette o modelo incluso, não se pôde pagar divida alguma anterior a 1827. O que a Junta assim terá entendido e executará. Albino Nunes de Aguiar a fez. Rio de Janeiro, em 24 Julho de 1829. — João Carlos Corrêa Lemos a fez escrever. — Miguel Calmon du Pin e Almeida.

AVISO DE 27 DE JULHO.

Manuscripto authenticico.

Ilm. e Exm. Sr. — Pelo officio da copia inclusa do Chanceller que serve de Regedor, e mais documentos que o acompanhão, reconhecerá V. Ex. que a queixa feita pelo Francez Mr. Constant, estabelecido em S. Domingos, na Praia Grande, contra o Juiz de Paz, e que fez o objecto do aviso dirigido por V. Ex., em data de 15 do corrente, não tem fundamento algum, porque, longe de lhe ter feito aquelle Juiz a violencia (*) de que se queixava, prova-se que em tudo procedêra com regularidade, e que o mesmo Francez he que procurára subtrahir-se aos meios judiciais, deixando de obedecer aquella autoridade em actos proprios da sua competencia, rogando á V. Ex. a restituição dos documentos referidos, porque deverão ser entregues á parte respectiva. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 27 de Julho de 1829. — Lucio Soares Teixeira de

(*) De reclamações taes de estrangeiros vide, e mui importante, attendida a de que trata o seguinte:

Aviso de 11 de Março de 1826.

Imp. avulso.

Não podendo V. M. desconhecer que Mr. Condé Raguet se acha em actual exercicio de Encarregado de Negocios dos Estados Unidos da America nesta Córte, nem devendo ignorar que, por esta qualidade, elle goza, em sua pessoa, bens e domicilio, daquelles privilegios, isenções e immunições que lhe são attribuidos pelos principios do direito das gentes, natural e convencional entre as nações civilizadas; he portanto manifesto que V. M. consentindo em que a casa de Mr. Raguet fosse invadida por dous Officiaes de Justiça para lhe intimar hum mandado de despejo, commetten hum excesso de jurisdicção que o deve necessariamente fazer responsavel em suas consequências. Nem para este abusivo procedimento podia V. M. ser autorizado pelo accordão proferido na Mesa dos Aggravos da Supplicação, que dando provimento a hum recurso, mandou proseguir na causa do pretendido despejo, salvas as immunições estabelecidas pelo direito das gentes; portanto, não tendo Vm. guardado, como cumpria, essas recommendaveis cautelas, faltou a hum dever de seu proprio officio, além de deixar de solicitar para seu governo as competentes instrucções por esta Se-

Gouvêa. — Sr. Marquez do Aracaty. — *Acha-se á fl. 24 do Liv. 10 da Córte na Secretaria da Justiça.*

DECRETO DE 27 DE JULHO.

Coll. Beaz.

Hei por bem ordenar que os Conselheiros de Estado usem, como distinctivo do seu emprego, do timbre das armas do minha imperial casa, coroadas com a corôa imperial nas mangas das fardas do seu uniforme, em tudo o mais igual ao dos meus Camaristas. José Clemente Pereira, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 27 de Julho de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — José Clemente Pereira.

PORTARIA DE 28 DE JULHO.

Imp. avulso.

Tendo representado o Secretario da Camara Municipal da Villa de Angra dos Reis da Ilha Grande, Manoel Joaquim Pereira Junior, a necessidade de providencias para que os Fiscaes das respectivas Freguezias daquelle termo não exijão que elle os acompanhe em suas diligencias, firmados no art. 85 da lei de 1 de Outubro do anno proximo passado, porque, além de ser esse trabalho incompativel com o exercicio que tem de Secretario, precisa de huma gratificação correspondente e de arranjos proprios para frequentes viagens que ellas demandão, além de poder occorrer a circumstancia de ser ao mesmo tempo chamado por diferentes Fiscaes, a que não he possivel satisfazer: manda S. M. I., pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, declarar á referida Camara para sua intelligencia, e para o fazer constar ao supplicante, que os Secretarios das Camaras Municipaes não estão obrigados, pela lei, a acompanhar os Fiscaes nas diligencias do seu officio, mas unica-

mente a Secretaria de Estado, por onde exclusivamente deve correr a communicação immediata dos negocios relativos aos Ministros revestidos de publico caracter diplomatico das nações amigas ou alliadas, como a dos Estados Unidos da America, que se acha ligada a este Imperio pelos vinculos da mais perfeita harmonia. E semelhante procedimento se torna tanto mais reprehensivel, quanto havendo já Vm. representado por esta Repartição as circumstancias que occorrião neste assumpto para sahir do embaraço em que se achava, procedendo *ad ulteriora* sem esperar a superior decisão, que por seu mesmo facto julgára necessaria. Nestas circumstancias he de absoluta necessidade que V. M. não execute a sentença, mandado, ou qualquer outro acto judicial contra Mr. Raguet, sem que seja assim deliberado por esta Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, por onde deve Vm. dar conta circumstanciada do começo, progresso e fim deste pleito, que se move contra o sobredito Encarregado de Negocios. O que participo a Vm. para sua intelligencia e regimento, parecendo por ora bastante adoptar aquella medida, até que sendo tudo presente a S. M. I., resolva o mesmo A. S. definitivamente a este respeito como fór mais conforme aos principios de justiça universal que se devem observar. Deos guarde a Vm. Paço, em 11 de Março de 1826. — Visconde de Inhambupe. — Sr. Henrique Velloso de Oliveira. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 59, de 14 de Março de 1826.*

mente ao expediente das ordens necessarias para o desempenho dos seus deveres, na conformidade do art. 85 da mencionada lei. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Julho de 1829.—José Clemente Pereira. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 29, de 4 de Agosto de 1829.*

RESOLUÇÃO DE 29 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Por portaria da Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, de 28 de Abril do corrente anno, e por diversas outras de diferentes datas expedidas pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, baixarão a este Conselho, para consultar, os requerimentos de José Antonio Alves da Silva e de José Bernardo da Gama, em que pedem: o 1º, dispensa de lapso de tempo e de habilitações para poder encartar-se no officio de Guarda-Mór do lastro do porto do Recife de Pernambuco, que se acha vago por fallecimento de seu sogro o Coronel José de Mattos Girão, e de que tem a mercê da supervivencia por decreto de 7 de Março de 1820, e alvará em virtude deste, de V. M. I., sem estar registado no registo geral das Mercês, e passado pela Chancellaria; o 2º, Gama, que fôra nomeado Ajudante do dito Guarda-Mór do lastro por provisão do Thesouro Publico, de 30 de Janeiro deste anno, e depois por aquelle fallecimento entrára de ordem da respectiva Junta da Fazenda no exercicio em que se acha do sobredito officio, pede ser confirmado na serventia vitalicia do mesmo em virtude da lei de 11 de Outubro de 1827, e commissão de lapso em que se acha por lei a referida supervivencia. Juntos todos os supracitados requerimentos instruidos dos respectivos documentos, conjunctamente com os mais requerimentos reproduzidos pelos supplicantes perante o Conselho sobre o controvertido direito ao mencionado officio em questão, deu-se vista ao Procurador da fazenda, o qual, depois de varias requisições que constão dos requerimentos e mais papeis que sobem com esta á imperial presença de V. M. I., respondeu, em officio de 2 de Junho do corrente anno, que igualmente sobe no original com o presente processo. O officio he o seguinte:—Em vista do § 16 do art. 15, tit. 4º, cap. 1º da Constituição do Imperio, combinado com a provisão de 30 de Janeiro do corrente anno, do decreto de 7 de Março de 1820, combinado com a petição que a elle deu lugar, do alvará de 29 de Novembro de 1821, das regras prescriptas no decreto de 5 de Junho de 1810, na resolução de 28 de Agosto em consulta de 17 do mesmo de 1812, na de 24 de Maio de 1815, e do que se deduz da consulta sobre que se proferio a já inutilizada e caducante resolução de 21 de Janeiro de 1823, e do que modernamente apparece praticado pelo Governo aos 2 de Agosto de 1827, 10 de Dezembro de 1828 e 16 do mez passado; se consultará, e com a justiça costumada, comparando-se a hypothese da carta de lei de 23 de Novembro de 1770 com a destes papeis, as clausulas adjectas

que tinha o officio de Braga, o que, sem analogia, se processou nos papeis juntos relativos ao actual Marquez de Caravellas, o officio Fiscal de 13 de Maio de 1828, nos papeis juntos de Albiño dos Santos Pereira, o decreto de 18 de Outubro de 1826 nos papeis igualmente juntos, assim como o de 20 de Maio de 1828, que tenho presente a respeito de D. Amandia Francisca de Aguiar, viuva do Conselheiro Theodoro Ferreira de Aguiar. E pois que ha duas consultas, huma pela Secretaria da Fazenda, outra pela da Marinha, parece deverem os papeis ser presentes a esta, para a qual ha mui repetidos mandatos, e por ella poderá ser encaminhada a outra á Estação dos Negocios da Fazenda para resolver essa ou ambas como S. M. I. entender melhor. Rio, 2 de Junho de 1829.—Nabuco (*).

O que tudo sendo visto, parece ao Conselho que a pretensão dos supplicantes José Antonio Alves da Silva e José Bernardo da Gama, a respeito do officio de Guarda-Mór do lastro do porto do Recife de Pernambuco, intentando aquelle obter dispensa do lapso de tempo e de habilitações para poder encartar-se no referido officio de que tem mercê da supervivencia; e este ser confirmado no mesmo officio, porque o está servindo, por provisão do Thesouro Publico, na qualidade de Ajudante do Guarda-Mór, e que passou a servi-lo por fallecimento do proprietá-

(*) Este officio tinha sido precedido de outro lançado sobre virulento requerimento de Gama, assignado, na qualidade de procurador, por Isidoro José da Silva Torres, e dirigido pelo irmão do supplicante, e he do teor seguinte:—Se lancei a resposta no papel não documentado, he porque apparecia com a data mais recente, havendo, entre estes, quatro, e agora cinco despachos, continuando-se-me vista. Ninguém mais avesso a espaçamentos do que eu sou; a experiencia disso he já diuturna para poder agora ser contestada pelo procurador deste supplicante, cujo dedo e desenvolvimento de caracter desconfiado e previndo, reconheço quando se dirige a mim, como não deverei fazer.... Eu sirvo á justiça, á razão e á lei, e não á partes ou a seus procuradores de qualquer categoria que sejam. Precindirei condescendendo com os documentos que já havia visto, porque examino os papeis como me cumpre, e sou obrigado, da junção dos outros papeis relativos ao officio dado ao Marquez de Caravellas, os quaes não offerecem, pela exposição feita e processo que, em summa, desses ditos documentos se vê, analogia alguma. Ha legislação mais moderna que essa que diffusamente aqui se acarreta sobre lapso de tempo; e o que preciso e de que me não despenso, até porque o Tribunal já o mandou, he de que o Escrivão da Fazenda informe sobre o processo de requerimentos tendentes ao mesmo lapso de tempo depois do aviso de 6 de Outubro de 1823, e de que me não recorde de ter visto alguns mesmo na qualidade de Fiscal. A pratica dos negocios que tem o mesmo Escrivão, e o arranjo e distribuição no archivo, fazem desaparecer a idéa de morosa que se attribue gratuitamente á tal operação e diligencia, ao mesmo passo que cumpre ficar ao facto das deliberações legais havidas na materia sobre casos identicos, e ninguém ainda se lembrou de confutar huma exigencia fiscal destinada a elucidar-se e a responder com mais fundado conhecimento de causa. Rio, 19 de Maio de 1829. — Nabuco.

Foi ainda seguido de outro requerimento obstativo da informação, á que o Tribunal mandou proceder pelo seu Escrivão, por despacho de 22 de Maio, e ali lançou o Procurador da Fazenda o officio seguinte:—Convém pôr termo a esta lida com a justiça sempre necessaria, para o que já offeçei, e nada mais preciso ou devo dizer, cumprindo que se me não vibre maior quantidade do *virus* do supplicante. Rio, 2 de Julho de 1829.—Nabuco.

rio, por portaria da Junta da Fazenda em cumprimento daquella provisão, visto que lhe promettia entrar na primeira vaga, ou deste mesmo officio, ou de algum outro de igual lotação, que, não sendo tal pretensão baseada em fundamentos legais nem a de hum nem a do outro supplicante, se deverá considerar o officio vago e dependente da mercê do imperial arbitrio de V. M., porque, além de não ter havido dispensa na lei de 23 de Novembro de 1770 que prohibe as supervivencias nos officios, não foi o alvará de mercê registado nos livros do registo geral das mercês e passado pela Chancellaria, conforme era preciso para ter validade, e não se apresentando dispensa de lapso de tempo, dispensa que só por justos e ponderosos motivos se costuma conceder; não pôde o primeiro supplicante encartar-se para poder ter direito ao officio em questão, que, não tendo o Thesouro Publico autoridade para crear officios e prometter a expectativa de qualquer officio vago da Repartição, o que só he proprio do poder legislativo, não sómente se devia e deve considerar arbitraria a referida provisão do Thesouro Publico na criação do officio de Ajudante do emprego de Guarda-Mór do lastro, mas muito principalmente inefficaz, incompetente e inexecuível, para que a Junta da Fazenda mandasse, por sua portaria, tomar conta daquelle officio, por fallecimento do proprietario, ao referido supplicante José Bernardo da Gama, que era seu Ajudante, por effeito da referida provisão, sem declarar que o serviria interinamente até que V. M. I. determinasse o que houvesse por bem; nestas circumstancias, não sendo o titulo por que Gama serve também legal, entende o Conselho que o officio em questão está vago, mas que devendo necessariamente restringir-se ao ponto de votar qual dos dous pretendentes terá melhor direito quando S. M. I. se queira dignar de fazer mercê a hum delles, nesse caso julga o mesmo Conselho que o actual serventuario que está de posse justa ou injusta em razão do seu titulo incompetente, mas que serve em boa fé e com idoneidade, poderá ser por V. M. I. mais bem considerado, visto que o seu contendor não apresenta hum titulo perfeitamente legal, e pelas razões já ponderadas; sendo também de notar que aos negligentes em seus negócios não costuma favorecer o direito, mas sim aos que não dormem e são vigilantes; não sendo por exemplos, mas por leis, que se deve julgar, como he também axioma de direito. He o que parece, e V. M. I. mandará o que houver por bem.

Os Conselheiros João da Rocha Pinto e José Caetano de Andrade Pinto expõem que José Antonio Alves da Silva e José Bernardo da Gama pretendem ambos o officio de Guarda-Mór do lastro de Pernambuco, vago por fallecimento de seu proprietario o coronel José de Mattos Girão. Funda-se o primeiro pretendente na mercê da expectativa ou supervivencia que lhe fôra conferida por decreto de 7 de Março de 1820, de que tem alvará assignado por V. M. I.; e funda-se o segundo na provisão do Thesouro Publico de 30

de Janeiro do corrente anno, que lhe concedera o lugar de Ajudante do mesmo officio, em cuja serventia conseguiu entrar, e se acha, depois do fallecimento do proprietario, por despacho ou decisão da Junta da Fazenda de Pernambuco. Posta de parte a avaliação do merecimento pessoal, e relativo de cada hum dos pretendentes, excluida outrosim a questão de identidade e analogia de exemplos com que cada hum por sua parte argumenta em seu favor, e finalmente omitida a discussão de direito consuetudinario, por ser tudo materia alheia da simplicidade da materia de que se trata, parece que o objecto da consulta deve precisamente restringir-se e fixar-se qual dos dous pretendentes tem melhor direito á confirmação da graça por V. M., ou qual dos dous tem por si melhor razão de equidade para se regular por ella a preferencia. Se se quer que haja lapso de tempo a respeito do primeiro pretendente, por se não ter habilitado no prazo legal, e que por esse lapso tenha caducado a mercê, nesta hypothese vem ambos os pretendentes a achar-se na mesma situação absoluta, porque o segundo Gama não tem expectativa fundada e explicita para o officio em questão, nem ellas se concedem por provisões, mas sim por decretos, como he sabido e trivial; quanto mais que pôde disputar-se se a mencionada provisão de 31 de Janeiro pôde ter algum effeito valido, já por ser expedida por repartição incompetente, já por importar huma verdadeira criação de officio qual o de Ajudante do Guarda-Mór, já finalmente por ser obtida com occultação da verdade, emquanto se callára que aquelle officio tinha expectativa, o que tudo parece torna-la ob e subrepticia.

A situação, porém, relativa de ambos os pretendentes não he de certo a mesma; porquanto, a favor do primeiro Silva está a expectativa concedida, quer se diga caducada, quer não; esta a razão da concessão que importa huma clausula adjecta, qual he a de servir o rendimento do officio de apanagio á filha do proprietario para quem com ella houver de casar, sendo para este fim pedida, e para este fim conferida a expectativa ao primeiro pretendente, e esta finalmente a prioridade da posse, pois que elle prova que já nos impedimentos de seu sogro servira o officio. Ora, se a intenção do Senhor Rei D. João VI fôra, dando a expectativa, segurar a futura subsistencia da filha do proprietario, concedendo-a á pessoa que com ella casou, se constá que essa filha he ainda viva, não obstante allegar o contrario o segundo pretendente Gama, que só por este allegado falso e mentiroso está incurso nas penas da lei, e por isso mesmo inhabilitado para obter a graça, parece que toda a razão, senão de direito, pelo menos de equidade, milita a favor do primeiro pretendente Silva, mórmente não podendo ser da mente e intenção de V. M. I. invalidar hum graça concedida por seu augusto pai, com fins tão piedosos e tão congenitos com a sua munificencia e grandeza. Parece, portanto, aos mesmos Conselheiros João da Rocha Pinto e José Caetano de Andrade Pinto, que o dito José An-

tonio Alves da Silva está em circumstancias muito mais relevantes e attendiveis do que José Bernardo da Gama para ser provido no officio em questão e de que já tem a mercê da expectativa, concedendo-se-lhe para esse effeito dispensa de lapso de tempo, a se julgar necessaria.

Pareceu, porém, ao Conselheiro José Fortunato de Brito Abreu Souza e Menezes: 1.º, que o requerimento de José Antonio Alves da Silva, em que pretende que V. M. I. lhe faça a graça de conceder-lhe dispensa de lapso de tempo para poder passar e fazer transito pela Chancellaria e Registo das Mercês o alvará de expectativa do officio de Guarda-Mór do lastro do porto de Pernambuco, de que o Senhor D. João VI lhe fez mercê, e que se acha junto a este processo, he absolutamente indeferivel, não só em razão da sua nullidade e improcedencia por ser contraria ás leis e direito estabelecido (leis de 25 de Novembro de 1770, de 20 de Novembro de 1654, e do 1.º de Agosto de 1777), mas pela incompetencia com que requer, como assaz se acha demonstrado nas reiteradas impugnações que a esta pretensão faz nos seus diversos requerimentos, também juntos, o actual serventuário daquelle officio José Bernardo da Gama, por isso que já-mais pôde entrar em duvida que dispensas ou abrogações de lei só pôde conceder-las o poder legislativo; 2.º, que, supposto este actual serventuário daquelle officio se não possa considerar com hum titulo mais legal quanto á sciencia, por isso que só pôde reputar-se como outra expectativa improcedente pela prohibição e nullidade, ainda que por diverso modo e diversa maneira pronunciada da sua concessão, comtudo foi por ella provido na serventia como Ajudante do velho e já cansado proprietario, determinando-se na mesma provisão que entraria, pela falta deste, na serventia absoluta, e devendo considerar-se por estes, aliás legaes e ponderosos motivos a serventia vitalicia daquelle officio vago de direito, ainda que não de facto pelo exercicio e posse della dada pela Junta da Fazenda daquelle Provincia a Gama em execução daquelle seu titulo, e não constar que tenha mal servido; a Constituição deste imperio, e a lei novissima do anno preterito, favorece e quasi affiança o melhor direito de Gama, para haver de ser deferido com a concessão que pretende, dependente sempre da graça que V. M. se dignar conceder-lhe. Parece mais a elle Conselheiro, que sendo esta questão meramente de direito, todos os factos por hum e outro dos pretendentes expendidos nada podem influir ou para sobre elles consultar-se, ou para decidir-se; exemplos nada provão, e a lembrança da doação onerosa por que se suppõe concedida a graça da expectativa de José Antonio da Silva he capciosa, e só propria para discussões polemicas, achando-se demais verificado pelos documentos juntos ter aquelle Alves servido e achar-se actualmente servindo o officio de Escrivão daquelle Repartição. Rio, 15 de Julho de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio. Dr. Luiz Thomaz Navarro de Campos.—João Prestes de Mello.—Francisco Baptista Rodrigues.

—José Fortunato de Brito Abreu Souza e Menezes.—João da Rocha Pinto.

Resolução.—Está bem. Palacio do Rio de Janeiro, 29 de Julho de 1829.—Com a imperial rubrica.—Miguel de Souza Mello e Alvim.—*Acha-se o original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

DECRETO DE 29 DE JULHO.

Imp. avulso.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º A Villa de Queluz e seu termo, na Provincia de Minas Geraes, fica desmembrada da Comarca do Rio das Mortes e incorporada á Comarca do Ouro Preto.

Art. 2.º Ficão derogadas todas as disposições em contrario.

José Clemente Pereira, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Julho de 1829, 9.º da Independencia e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. I.—José Clemente Pereira.

DECRETO DE 30 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Attendendo ao que me representou Luiz Manoel Alvares de Azevedo, Administrador das Diversas Rendas Nacionais arrecadadas na Mesa do Consulado: hei por bem elevar o ordenado de 1:000\$ que actualmente vence, á quantia de 1:200\$, por ser este o com que foi creado o lugar por decreto de 5 de Fevereiro de 1825. Miguel Calmon du Pin e Almeida, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 30 de Julho de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. I.—Miguel Calmon du Pin e Almeida.—*Acha-se á fl. 131 v. do Liv. 2.º de Decretos da 1.ª Repartição, de 1820 a 1831.*

PORTARIA DE 11 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr.—S. M. I. ha por bem ordenar que V. Ex. remetta á Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, com a maior brevidade possivel, copias authenticas das fés de officio de todos os Officiaes dos Corpos da primeira e segunda linha da Corte e Provincia do Rio de Janeiro, extrahidas dos competentes livros mestres, assignadas pelos respectivos Commandantes dos Corpos, que ficarão responsaveis pela sua exactidão, e bem assim de todos os Officiaes Generaes dos do Estado-Maior do Exercito, e de quaesquer outros avulsos empregados ou por empregar, com excepção somente dos reformados, devendo as mesmas fés de officio vir acompanhadas das observações que forem necessarias para esclarecimento de qualquer duvida que se possa offerecer sobre a antiguidade de algum ou alguns Officiaes. Deos guarde a V. Ex. Pago, em 11 de

Agosto de 1829.—José Clemente Pereira.—Sr. Conde do Rio Pardo.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 37, de 18 de Agosto de 1829.*

Nesta mesma conformidade se expedirão circulares a todos os Commandantes das Armas das Províncias.

PORTARIA DE 11 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr.—Ordenando S. M. I., nesta data, ao Thesoureiro Geral das Tropas e Commissario Geral do Exercito, que liquidem as contas de soldos e gratificações, forragens e etapes que se estiverem devendo a Officiaes e soldados do Exercito do Sul que se acharem na Côte, á vista das guias originaes que apresentarem, fazendo elles subir todos os mezes huma conta geral das quantias liquidadas, acompanhadas da conta parcial de cada praça, que virá instruida com os documentos sobre que se houver formado a conta; tendo de o communicar assim a V. Ex. para seu conhecimento, e afim de fazer constar aos individuos, a quem se devem soldos, gratificações, etapes e forragens, que devem dirigir-se directamente ás referidas Repartições, na certeza de que seus requerimentos não serão tomados em consideração enquanto não subirem liquidadas suas contas pelas mesmas Repartições. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 11 de Agosto de 1829.—José Clemente Pereira.—Sr. Conde do Rio Pardo.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 37, de 15 de Agosto de 1829.*

PORTARIA DE 11 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Tendo representado José da Silva Guimarães, que os senhores e possuidores de terras sitas nas margens desta bahia não consentem que elle colha nos mangues as folhas de que precisa para o seu cortume do porto de Meyer, e achando-se determinado, pelo alvará de 9 de Julho de 1760, que não só os proprietarios de taes estabelecimentos, mas até os seus feitores ou commissarios, possam descascar taes arvores sem distincção de lugar, nem contradicção de pessoa alguma: manda S. M. I., pela Secretaria de Estado dos Negocios do Império, que a Camara da Villa Real da Praia Grande faça observar, em favor do supplicante, o citado alvará expedindo as ordens necessarias. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Agosto de 1829.—José Clemente Pereira.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 40, de 18 de Agosto de 1829.*

Na mesma conformidade e data para as Camaras das Villas de Santo Antonio de Sá, Villa Nova de S. José e Magé.

AVISO DE 25 DE AGOSTO.

Manuscripto authenticico.

Ilm. e Exm. Sr.—S. M. e I. ha por bem ordenar que V. Ex. declare o estado em que se acha

o inventario dos papeis pertencentes ao extincto Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço, quando poderão ser enviados ao Supremo Tribunal de Justiça, em conformidade da lei, bem como informe com urgencia se na casa que servio de Secretaria do mesmo Tribunal haverá commodidade para interinamente se fazerem nella as conferencias da Relação, enquanto se procura outra casa mais adequada e propria para esse fim, ou se acabe o concerto da rua do Lavradio. Deos guarde a V. Ex. Paço, 25 de Agosto de 1829.—Lucio Soares Teixeira de Gouvêa.—Sr. José Cactano de Andrade Pinto.—*Acha-se á fl. 37 r. do Liv. 17 da Côte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 25 DE AGOSTO.

Manuscripto authenticico.

S. M. I. ha por bem ordenar que Vm., com a maior urgencia, faça proceder a hum escrupuloso exame na Casa da Supplicação, afim de reconhecer-se por elle se a sala das sessões deste Tribunal ameaça ruina, e nesse caso se he susceptivel de prompto reparo, ou se será indispensavel a mudança do mesmo Tribunal para outro edificio, enquanto se procede á obra que fôr indispensavel: o que Vm. informará com a brevidade possivel. Deos guarde a Vm. Paço, em 25 de Agosto de 1829.—Lucio Soares Teixeira de Gouvêa.—S. Pedro Alexandre Cavroé.—*Acha-se á fl. 37 v. do Liv. 10 da Côte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 25 DE AGOSTO.

Manuscripto authenticico.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo representado o Ouvidor Interino da Comarca do Sabará contra o abuso que se tem introduzido entre os militares e soldados da Imperial Guarda de Honra residentes naquella Comarca, de não quizerem obedecer aos mandados das autoridades civis, huma vez que estes não sejam acompanhados de licenças de seus respectivos chefes: manda S. M. I. remetter a V. Ex., por copia, o officio daquelle Ministro, afim de V. Ex. fazer expedir circulares aos Commandantes das Armas, declarando-lhes, que não gozando os militares de privilegio algum nas causas civeis, tornão-se desnecessarias taes licenças, que só servirão de empecer o andamento dos meios judiciais, quando aliás muito convém habilitar os Magistrados para exercerem sem obstaculo algum a sua jurisdicção. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 25 de Agosto de 1829.—Lucio Soares Teixeira de Gouvêa.—Sr. José Clemente Pereira.—*Acha-se á fl. 37 do Liv. 10 da Côte na Secretaria da Justiça.*

DECRETO DE 29 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte resolução da Assembléa Geral.

Fica approvada a pensão de 4:000⁰⁰ annuaes concedida pelo Governo a José Bonifácio de Andrada e Silva.

Miguel Calmon du Pin e Almeida, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Agosto de 1829, 8^o da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO DE 31 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.^o O sorteio dos Juizes para a pronuncia, determinado no art. 20 da lei de 18 de Setembro de 1828, será feito publicamente, e terá lugar depois que o indiciado tiver sido ouvido, ou se tiver findo o termo que lhe fôr assignado, expedindo o Juiz do Feito a ordem necessaria para esta audiencia.

Art. 2.^o Se antes da pronuncia algum dos Juizes sorteados vier a ser impedido, a sua substituição será feita immediatamente pelo sorteio ficando sómente inibidos de votar a final os que effectivamente tiverem dado voto a respeito de pronunciar ou não o indiciado.

Art. 3.^o Ao Juiz do Feito compete admittir fiança aos criminosos nos casos em que ella tem lugar.

Art. 4.^o A substituição do Juiz do Feito impedido no Tribunal Supremo de Justiça, ou seja em feito civil ou criminal, se fará sempre por distribuição, a qual não alterará a ordem da de novos feitos.

Art. 5.^o Cessando o impedimento do Juiz substituido, cessarão também as funções do substituto, que passará logo o feito áquelle a quem substituiu.

Art. 6.^o O termo de quinze dias para arrasoar por escripto, depois de interposto o recurso da revista na forma do art. 19 da sobredita lei de 18 de Setembro de 1828, he concedido por inteiro e improrogavelmente a cada huma das partes, ou ellas sejam singulares, ou collectivas.

Art. 7.^o O Ministro, a quem tiver sido distribuido o feito, antes de o passar ao seu immediato, na forma do art. 12 da mesma lei, exporá em mesa a especie de que se trata e os pontos de direito em que as partes se fundão.

Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, etc. Palacio do Rio de Janeiro, aos 31 de Agosto de 1829, 8^o da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Lucio Soares Teixeira de Gouvêa.

DECRETO DE 31 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.^o Todas as ordens necessarias para a expedição e desempenho das attribuições do Supremo Tribunal de Justiça e do seu Presidente,

serão passadas por meio de portarias, em nome, e com assignatura do mesmo Presidente.

Art. 2.^o Ao cumprimento destas ordens são obrigados todos os Magistrados, Juizes e mais Officiaes de Justiça, a quem forem dirigidas, qualquer que seja a sua graduação.

Art. 3.^o Se as ordens tiverem por fim citar ou notificar alguém dentro da cidade, serão executadas pelos Contínuos do mesmo Tribunal, quando as citações ou notificações forem officialmente communicadas pelo Secretario; e quando ellas houverem de ser feitas verbalmente, as executará o Porteiro.

Art. 4.^o Os Contínuos do Tribunal ficarão encaregados, além das obrigações que lhes impôr o art. 44 da lei de 18 de Setembro de 1828, de todo o expediente das remessas e entregas sem que por isso percebam emolumento algum.

Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, etc. Rio de Janeiro, em 31 de Agosto de 1829, 8^o da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Lucio Soares Teixeira de Gouvêa.

7 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

FALLA com que S. M. o I. encerrou a Assembléa Geral no dia 5 de Setembro de 1829.

Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação Brasileira.

Está fechada a sessão. — IMPERADOR Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil.

PORTARIA DE 4 DE SETEMBRO.

Coll. Plancher.

Tendo José Joaquim Vaz Guimarães, Membro do Conselho do Governo da Provincia de Matto-Grosso, supplicado a S. M. I. a decisão de algumas duvidas que propozera ao mesmo Conselho, e que nem por este forão decididas, nem levadas á augusta presença para seu futuro governo, sendo destas a primeira sobre o numero das sessões do dito Conselho; a segunda, se ao Presidente compete sómente fazer propostas e não aos Conselheiros; a terceira, quaes sejam as continencias que competem ao Conselho, comparado o seu tratamento com o dos antigos Governadores e Capitães-Generaes; e a quarta, qual he o governo indicado no § 6.^o do art. 24 da lei de 20 de Outubro de 1825: manda o mesmo Senhor, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, declarar ao Vice-Presidente daquella Provincia, para sua intelligencia e execução, o para o fazer constar ao supplicante, que as sessões ordinarias do Conselho devem ter lugar todos os dias, no espaço de dous mezes que a lei estabelece de sua duração; que a todos os Conselheiros he permitido fazer as indicações e propostas que muito bem lhes parecer, sobre os objectos que são da attribuição dos Conselhos do Governo; que o tratamento de continencias, declarado no art. 21 da sobredita lei, compete sómente ao Conselho quando se achar reunido em

todo e qualquer lugar, visto que nenhuma honra tem a mesma lei determinado para cada hum dos seus membros, individualmente; e que o governo a que se refere o § 6º do art. 24 da mencionada lei he o de S. M. o I., por via do ministro e Secretario de Estado da Repartição da Fazenda, por ser a quem compete conhecer dos abusos na arrecadação das rendas. Finalmente, o mesmo Senhor ha por bem mandar advertir ao Conselho de que obrou mal em se ter negado a fazer subir a sua augusta presença as propostas e requerimentos do Conselheiro supplicante, e que deve ficar na intelligencia de prestar-se a isso logo que concorrão quaesquer outros casos semelhantes a este. Palacio do Rio de Janeiro, em 4 de Setembro de 1829. — José Clemente Pereira.

AVISO DE 5 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr.—Levei ao conhecimento de S. M. o I. o officio de 14 de Agosto proximo passado, em que V. Ex. expõe que o Conselho do Governo assentára em arrendar, á custa da Fazenda, as casas que fossem precisas para as escolas de primeiras letras, pela falta de edificios publicos proprios ao referido fim: e houve o mesmo A. S. por bem resolver que, nos termos do art. 5º da lei de 15 de Outubro de 1827, sòmente se devem applicar para as ditas escolas os edificios proprios da Nação, não podendo por isso ter lugar o proposto arrendamento de casas particulares. O que participo a V. Ex. para sua intelligencia e execução. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 5 de Setembro de 1829. — José Clemente Pereira. — Sr. José Egydio Gordilho de Barbuda. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 60, de 11 de Setembro de 1829.*

AVISO DE 5 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr.—S. M. o I. não ha por bem confirmar a nomeação de Joaquim Francisco de Paula para Professor Publico da nova cadeira de primeiras letras, creada na capital dessa Provincia, por ser excessivo o ordenado de 500\$ rs. annuaes, que lhe foi arbitrado pelo antecessor de V. Ex. O que, de ordem do mesmo Senhor, participo a V. Ex. para sua intelligencia, e em resposta ao seu officio de 30 de Junho ultimo, sobre aquelle objecto. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Setembro de 1829. — José Clemente Pereira. — Sr. Manoel Joaquim Pereira da Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 60 de 11 de Setembro de 1829.*

DECRETO DE 5 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancconar e mandar que se execute a seguinte resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Filippe Neri Lopes, natural da Provincia de Minas Geraes, Sargento-Mór Graduado addido, ao Estado-Maior do Exercito, está no gozo dos direitos de cidadão brasileiro, e como tal com direito ao posto militar que tinha no tempo em que foi jurada a Constituição do Imperio. José Clemente Pereira, etc. Paço, em 5 de Setembro de 1829, 8º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. o I. — José Clemente Pereira.

DECRETO DE 5 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancconar e mandar que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

José Rodrigues Monteiro, Presbytero secular, natural da cidade do Rio de Janeiro, está no gozo dos direitos de cidadão brasileiro. — José Clemente Pereira, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Setembro de 1829, 8º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. o I. — José Clemente Pereira.

AVISO DE 9 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

S. M. o I. deferindo ao que lhe representou Henry Hayen, arrematante dos serviços do preto Mina Elias, emancipado por sentença da Commissão Mixta sobre o trafico da escravatura, de 31 de Julho de 1821: ha por bem dar ao mesmo preto por extincto o prazo de 14 annos a que era obrigado a servir, na conformidade do alvará de 26 de Janeiro de 1818, afim de gozar desde já do pleno direito de sua liberdade, em attenção a achar-se comprehendido, pela regularidade da sua conducta e leaes serviços prestados ao supplicante, na disposição do § 5º do referido alvará; e ordena que Vm., nesta conformidade, lhe mande passar o seu competente titulo. Deos guarde a Vm. Paço, em 9 de Setembro de 1829. Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. — Sr. Ouvidor da Comarca do Rio de Janeiro. — *Acha-se a fl. 46 do L. 10 da Côte, na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 9 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

S. M. o I. ha por bem conceder a cada hum dos Correios empregados no expediente desta Secretaria de Estado a quantia de 32\$ rs. para compra de selins e arreios, para o que V. S. fará incluir na folha das despesas da mesma Secretaria de Estado a somma de 128\$ rs. Deos guarde a V. S. Paço, em 9 de Setembro de 1829. Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. — Sr. João Carneiro de Campos. — *Acha-se a fl. 45 do Liv. 10 da Côte, na Secretaria da Justiça.*

PORTARIA DE 9 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Foi presente a S. M. o I. o officio da Camara Municipal da Cidade da Victoria, na data de 8 de Julho do corrente anno, em que pede a resolução de algumas duvidas sobre a intelligencia da lei do 1.º de Outubro de 1828, desejando saber na primeira se, apesar do disposto no art. 5o da citada lei, deve ter livro dos termos de juramento a Constituição; se este deve ser prestado em sessão ordinaria, ou só com assistencia do seu Presidente e Secretario; e se deve ter outros livros para o registo dos diplomas dos empregados civis e militares, assim como dos signaes publicos dos Tabelliães, e das marcas dos criadores de gados; na segunda se, apesar do expresso no art. 65, deve a Camara dar execução ao que lhe foi exigido pelo Corregedor da Comarca, sobre a publicação e registo das leis remetidas pela Chancellaria-Mór do Imperio: na terceira se a subordinação della ao Presidente da Provincia, como o determina o art. 78, autorisa este a impôr-lhe deveres que julga improprios pela falta de meios e intelligencia dos membros que a compoem, ou se devem julgar-se inherentes ao emprego do Presidente e seu Conselho: e na quarta como deve a mencionada Camara entender o artigo da sobredita lei; e o mesmo Senhor, tomando em consideração o objecto das referidas duvidas, manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, declarar-lhe que o art. 5o, a que primeiro se refere, não prohibe que as Camaras tenham todos os mais livros que julgarem necessários, além daquelles dous que ella menciona; e que devendo ser por taes considerado os que propõe no seu officio, cumpre que o juramento a Constituição do Imperio seja prestado nos dias de sessão da mesma Camara; que deve cumprir o que lhe foi exigido pelo Corregedor da Comarca em seu officio; porque competindo pelas leis existentes, e pela natureza da sua instituição, ás Camaras a publicação e registo das leis, não pôde julgar-se por este expediente offendido o art. 65 da referida lei, nem por principio algum considerada como ingerencia na desempenho das attribuições da Camara a expressada requisição do sobredito Corregedor; que as Camaras estão obrigadas a cumprir escrupulosamente todas as ordens que lhes expedirem os Presidentes das Provincias, aos quaes são subordinadas, sobre objectos que, como o de que se trata neste artigo, são proprios das attribuições das mesmas Camaras; e que, finalmente, o art. 9o da citada lei deve ser entendido litteralmente, regulando a Camara as suas attribuições pelo que lhe está nella marcado, para as não exceder, e para não poder ser responsavel por outras obrigações além daquellas; ainda que tanto humas como outras se achem estabelecidas em qualquer outra lei que deve considerar-se como não existente. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Setembro de 1829. — José Clemente Pereira. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 65, de 15 de Setembro de 1829.*

DECRETO DE 9 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem ordenar que o expediente da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra seja dividido em tres repartições, para maior regularidade de seus trabalhos.

Art. 1.º A primeira Repartição será encarregada do expediente de todos os negocios que não pertencerem a alguma das outras duas Repartições

Art. 2.º A segunda fica pertencendo o expediente de todos os negocios que forem relativos á organização, disciplina e fornecimento do exercito.

Art. 3.º A terceira competirá tudo quanto for relativo á contabilidade da receita e despeza do Ministerio da Guerra.

Art. 4.º A primeira Repartição será dirigida pelo Official-Maior da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, e terá para o expediente os Officiaes da mesma Secretaria que não forem applicados para os trabalhos da segunda.

Art. 5.º A direcção da segunda será confiada a hum Official Militar, com a denominação de Chefe da mesma, com os vencimentos correspondentes á sua graduação, considerado como Official do Estado-Maior da primeira classe; e terá para os trabalhos os Officiaes da Secretaria que forem necessarios, e aquelles do Estado-Maior do Exercito que eu houver por bem determinar quando assim o julgar necessario.

Art. 6.º A direcção da terceira será encarregada a hum Contador, que será por esta vez nomeado d'entre a classe dos Officiaes do Commissariado, ou da Thesouraria Geral das Tropas, com os vencimentos que competirem á sua graduação, e terá para o expediente o numero de Officiaes que se julgarem necessarios, tirados da classe das referidas Repartições, com os vencimentos correspondentes ás suas graduações, com regresso para as mesmas Repartições, aonde serão considerados como effectivos para os seus accessos.

Art. 7.º A despeza do expediente de cada hum das Repartições será feita pela Secretaria.

Art. 8.º Os emolumentos continuarão a ser percebidos e divididos pelos Officiaes da Secretaria, sem que nelles possam ser contemplados os empregados da segunda e terceira Repartição que não forem Officiaes effectivos da mesma Secretaria. José Clemente Pereira, etc. Paço, em 9 de Setembro de 1829, 8.º da Independencia do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — José Clemente Pereira.

DECRETO DE 10 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

Havendo subido á minha augusta presença os treze convenios celebrados em diferentes épocas entre os Commissarios Brasileiros e Americanos divididamente nomeados, e autorizados para liquidarem as indemnizações das perdas, danos e

prejuizos que soffrêrão os donos e carregadores das embarcações americanas *Sarah, George, Rio, Ruth, Hero, Panther, Nile, Amiles, Hustar, Pioneer, Spermo, Tell, Tale, Hamok e Budget*, que foram apresadas e detidas pela esquadra que bloqueava o Rio da Prata, e por outras autoridades brasileiras que com este baixão, as quaes foram approvadas pelo meu ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e pelo respectivo Encarregado dos Negocios dos Estados Unidos da America nesta Córte, em data de 15 de Junho ultimo; e mostrando-se com estes convenios que ficarão liquidadas as sommas reclamadas em 515:621 \$772 rs., incluídas as Comissões dos Agentes Americanos, e calculado o peso forte a razão de 1 \$500 rs. cada hum, segundo se estabeleceu por outro convenio que tambem com este baixa: Hei por bem que Miguel Calmon du Pin e Almeida, do meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, Presidente do Thesouro Nacional, ordene ao Thesoureiro-Mór d'elle que, revendo os calculos das referidas liquidações, entregue á Legação dos Estados Unidos nesta Córte as cédulas correspondentes aos pagamentos que devem ser feitos em tres prazos, a saber: o 1º em 28 de Fevereiro de 1830, o 2º em 28 de Agosto do mesmo anno, e o 3º em 28 de Fevereiro de 1831, satisfazendo-se igualmente a importância dos juros que se achão estipulados nos mencionados convenios. Palacio do Rio de Janeiro, em 10 de Setembro de 1829, 8º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Marquez de Aracaty. — *Acha-se d fl. 132 v. e 133 do Liv. 2º de Decretos da 1ª Repartição de 1820 a 1831.*

PROVISÃO DE 15 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Miguel Calmon du Pin e Almeida, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia do Espirito Santo que, sendo constante a S. M. o Imperador que algumas das Juntas da Fazenda do Imperio tem illegalmente procedido a ajustar e concluir onerosos contractos de compra de predios e de fornecimento de materias para as officinas Fiscaes, e até mesmo determinado construcções e reparos de obras, sem que tenham previamente solicitado, como lhes cumpria, a Imperial Approvação, nem observado as disposições da lei de 20 de outubro de 1823; resultando de tão escandaloso arbitrio a dissipação ou distracção de fundos, que aliás são necessários para as urgentes e indispensaveis despesas do Estado. E, desejando o mesmo A. S. prevenir a continuação do referido arbitrio e compellir cada huma das juntas ao desempenho da melhor de suas obrigações, qual he a da economia na distribuição dos dinheiros publicos: Ha por bem declarar a essa Junta, para sua intelligencia e de todos os interessados, que o Thesouro Publico não approvará despeza alguma feita, nem contracto algum concluído, seja qual for a causa ou pretexto que se possa allegar, sem que a mesma

despeza ou contracto tenha sido concluído em conformidade com as leis de Fazenda ou previamente approvedo pelo Tribunal do Thesouro; e, outrossim, que cada hum dos membros dessa Junta ficará responsavel á Fazenda por todas as sommas despendidas, e ainda prejuizos causados além das demais penas, que, segundo as leis, possão caber-lhes. O que se cumprirá. Albino Nunes de Aguiar a fez no Rio de Janeiro, em 15 de setembro de 1829. João Carlos Corrêa Lemos a fez escrever. — Miguel Calmon du Pin e Almeida.

N. B. Nesta mesma data e semelhantes, se expedirão para todas as provincias do Imperio. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 82, de 7 de outubro.*

DECRETO DE 17 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Tendo subido á Minha Imperial Presença o requerimento do Negociante da Praça da Bahia Domingos Antonio José Rebello, que por si, e em nome de seus Socios, pede se lhe conceda por sesmaria as 5 Ilhotas de Santa Barbara aos Abrolhos e a Corôa Vermelha, pertencentes á Comarca de Porto Seguro, para nellas estabelecer huma Fabrica de Pescaria de garoupas e outros peixes, de que muito abundão aquelles mares, facultando-se-lhes demais a isenção do pagamento do dizimo do pescado por espaço de 20 annos, e bem assim de outro qualquer onus ou imposto; e considerando quão util he a verificação de hum tal estabelecimento, pelas vantagens que d'elle devem necessariamente resultar, taes como a povoação de lugares até aqui inhabitados pela sua posição e asperzeza, o trafico em hum ramo de industria que offerece para o futuro hum meio de subsistencia ao povo, especialmente ás classes mais necessitadas, pela barateza por que obterão o genero de que podem usar, prescindindo do bacalhão que os estrangeiros importão para o Brazil com excessivo lucro seu, e com detrimento do commercio Nacional; o emprego de braços, que, sendo uteis ao estabelecimento em questão, se habilitão como em huma escola para o serviço da Marinha Mercante e de Guerra, que tanto convém promover a bem da prosperidade deste Imperio; o impulso e estímulo de que deve servir para que outros emprehendedores se proponhão a lançar mão dos meios que o Brazil offerece para delles tirarem utilidades, que, sem duvida, farão real a sua prosperidade; e, finalmente, a prestação de soccorros que de certo encontrarão os navegantes naquella altura, já para reconhecerem por meio de hum pharol que se haja de erigir, como convém, nas referidas Ilhas, o perigo de que devem fugir; já para se aproveitarem do auxilio, por meio do qual poderão salvar ao menos as vidas, quando, por infelicidade, ali naufragarem: Hei por bem, por tão ponderosas razões e de conformidade com o parecer do Presidente da Provincia da Bahia, e tendo igualmente ouvido o Meu Conselho de Estado, permittir que o Supplicante e seus socios possão

estabelecer nas mencionadas Ilhas de Santa Barbara e na Corôa Vermelha aos Abrolhos, a Fabrica de Pescaria de garoupas e outros peixes, a que se propõe; não se entendendo, contudo, que por tal permissão fique vedada semelhante pescaria naquelles mares a outros que estejam no uso de fazê-la, ou queirão nella empregar-se: e, porquanto humia tal empreza demanda sacrificios e despezas avultadissimas para se levar a effeito; Hei, outrossim, por bem, para facilitar a quanto ser possa, conceder aos supplicantes isenção tanto do pagamento de quaesquer direitos pelos despachos de entrada e sahida de todas as embarcações que pertencerem e se empregarem naquelle trafico, como do dizimo do pescado, tudo por espaço de 20 annos, contados do dia em que legalmente mostrarem na Minha Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha achar-se levantada a Fabrica e igualmente promptos todos utensilios e mais aprestos necessarios para o trafico intentado; ficando, porém, esta ultima concessão sujeita á approvação da Assembléa Geral Legislativa, na fôrma da Constituição do Imperio; e devendo o Supplicante e seus Socios, para daquelle dia em diante entrarem no gozo della prestar fiança idonea á indemnisação de taes direitos e dizimos, no caso de lhes ser denegada a mencionada approvação pela referida Assembléa. Miguel de Souza Mello e Alvim, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos e communicacões necessarias aos Tribunaes, Estações e Autoridades competentes. Palácio do Rio de Janeiro, em 17 de setembro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio.—Com a Rubrica de S. M. I.—*Acha-se no Appendix do Padre Amaro, parte 1.ª, pag. 266 a 258; e no Diario Fluminense n. 74.*

AVISO DE 18 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — S. M. o I., Ha por bem Ordenar que V. Ex. faça constar aos Corpos da Guarnição da Côrte que todos os individuos que tiverem pretensões a pagamento de soldos atrasados devem apresentar suas Guias na Thesouraria Geral das Tropas e no Commis-ariado os que pretenderem pagamento de etapes ou forragens também atrasadas, afim de que, sendo suas contas ali examinadas e liquidadas, subão por via das mesmas repartições a esta Secretaria de Estado para se mandarem pagar, devendo praticar o mesmo quaesquer Officiaes ou Soldados que tiverem obtido baixa e pretenderem seu ajustamento de contas; e ficando todos na intelligencia de que na mesma Secretaria de Estado se não tomará conhecimento de taes pretensões, humia vez que não subão pelas sobreditas Repartições: ficando assim extensiva para todos os individuos do Exercito desta Guarnição o que se determinou a favor das praças dos Corpos que servirão no Exercito do Sul por Aviso de 11 de agosto proximo passado.

Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 18 de Setembro de 1829. — José Clemente Pereira. — Sr. Conde do Rio Pardo. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 71, de 24 de setembro.*

DECRETO DE 18 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancconar e mandar que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral: Artigo Unico. Os Parochos do Imperio não podem accumular as funcções de Juiz de Paz.

Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, etc. Palácio do Rio de Janeiro, em 18 de setembro de 1829, 8.º da independencia e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. I.—Lucio Soares Teixeira de Gouvêa.

DECRETO DE 20 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancconar, e mandar que se execute a resolução seguinte d'Assembléa Geral:

Art. 1.º Os Juizes de Paz não podem accumular o exercicio das funcções de Juizes Ordinarios, de Fôra, ou de Orphãos, nem de Provedores.

Art. 2.º Os que actualmente accumularem o exercicio de taes funcções terão a escolha do Cargo que preferirem conservar.

Art. 3.º Os Juizes de Paz serão inquiridores e contadores no seu Juizo.

Art. 4.º Os termos de conciliação, quando esta se verificar, terão força de sentença.

Art. 5.º A execução dos sobreditos termos será feita pelos Juizes de Paz, quando a quantia não exceder á da sua alçada, e pelas Justicas Ordinarias, no caso de excedê-la.

Art. 6.º No Juizo de Paz não haverá pagamento de Sello.

Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, etc. Palácio do Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. I.—Lucio Soares Teixeira de Gouvêa.

DECRETO DE 21 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancconar, e mandar que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral: Está sem vigor em todas as suas disposições o Alvará de 27 de Julho de 1765.

Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, etc. Palácio do Rio de Janeiro, em 21 de Setembro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. I.—Lucio Soares Teixeira de Gouvêa.

DECRETO DE 22 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancconar, e mandar que se execute a resolução seguinte d'Assembléa Geral Legislativa:

Enquanto se não realisa a arrematação da metade dos direitos das Alfandegas, decretada pela Lei de 25 de Outubro de 1827, pôr-se-ha desde já em execução, por parte da Fazenda Publica, a base 4.ª do artigo 3.º da mesma Lei, que manda vender em leilão à porta d'Alfandega as mercadorias estrangeiras que, em razão de se não comprehendem nas pautas das mesmas Alfandegas, são despachadas pelas facturas, deduzindo-se os direitos sobre o preço da venda.

Miguel Calmon du Pin e Almeida, etc. — Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Setembro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Miguel Calmon du Pin e Almeida.

CARTA DE LEI DE 22 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

D. Pedro, etc.: Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou, e Nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º O réo pronunciado que se esconder ou ausentar-se deverá ser chamado a Juizo pelo modo que determina a Lei.

Art. 2.º Nos crimes cujas penas forem morte natural, trabalhos publicos, prisão, e degredo, deixando o réo de apparecer no prazo que lhe fôr assignado, não será processado e sentenciado pelo crime de que fôr pronunciado. Póde, contudo, ter lugar a acção civil proveniente do crime, procedendo-se nesta acção como nas outras civis.

Art. 3.º No caso do artigo antecedente, o Juiz, sem proceder a actos ulteriores, fará pôr em boa guarda o processo principiado com todos os papeis e documentos da pronuncia, para ter lugar o proseguimento da causa, quando o réo se apresentar em Juizo, ou se verificar a prisão que deve diligenciar-se.

Art. 4.º A excepção dos crimes de que trata o artigo 2.º, proceder-se-ha em todos os outros nos termos ulteriores até sentença definitiva á revelia do réo, ou com o seu Procurador, salvo se apresentar, e provar, por parente ou amigo, escusa legitima para não comparecer. A todo o tempo, porém, que o réo comparecer, será admittido a embargar a sentença que o condemnou.

Art. 5.º Se a escusa fôr julgada procedente, se lhe assignará novo termo sufficiente improrogavel, para que possa comparecer, findo o qual se proseguirá.

Art. 6.º Em nenhum caso a contumacia de hum ou mais réos suspenderá ou retardará o processo dos co-réos presentes, nem aos contumazes aproveitará a prescripção.

Art. 7.º Ficão revogadas as disposições da ordenação, e quaesquer outras leis ou resoluções em contrario.

Mandamos, portanto, etc. O Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 22 dias do mez de Setembro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio. — In-

FERADOR COM guarda. — Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. — Com os registos competentes.

PORTARIA DE 22 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Sendo presente a S. M. o Imperador o officio de 12 do mez passado, em que Vm. participa terem os periodicos desta cidade espalhado a noticia de haverem os estudantes do curso juridico, no dia 31 de julho, assistido em corpo a hum julgamento do Jury, reputando aquelle facto por assuada, e revestindo-o de circumstancias criminosas; e as providencias que Vm. empregou para obstar a quaesquer outras semelhantes reuniões dos ditos estudantes, posto que mui deneigradas por aquelles redactores: Ponderando que hum tal conducta não póde deixar de ser considerada como reprehensivel, porque, apesar de ser por sua natureza licito o facto de assistirem ao Jury, torna-se, contudo, faccioso pela circumstancia de terem assistido a elle em corpo, e a horas em que o seu dever os chamava a comparecer nas suas aulas respectivas, ás quaes lhes não cumpre faltar sem justificada causa: e julgando, além disto, bem fundados os reparos a que hum tal procedimento deu lugar, por ser de estranhar a presença de tão crescido numero de individuos de hum classe tão notavel, qual a de homens que se dedicão ao estudo das sciencias; resultando de semelhante motivo as increpações a que tem servido de objecto: Ha por bem que Vm. tome as medidas necessarias para que tacs actos se não repitão.

Deos guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Setembro de 1829. — José Clemente Pereira. — Sr. Lourenço José Ribeiro. — *Acta-se no Diario Fluminense n. 75, de 22 de Setembro de 1829.*

PORTARIA DE 22 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Ex. Sr. — Foi presente a S. M. o Imperador o officio de V. Ex. de 29 de Julho deste anno, em que refere terem apparecido alguns Indios Bugres, mostrando desejos de aldêar-se, para os quaes o Major Commandante de Lages pedira auxilio de sustento á Camara daquella villa; e ficando inteirado do seu contendo, ha por bem autorisar a V. Ex. para dar todas as providencias que julgar convenientes para attrahir os ditos Indios e regular a estabilidade do seu aldeamento, provendo-se modicamente de vestuario e sustento, emquanto a terra por elles cultivada não produzir o necessario: e ordena que, na conformidade da proposta da mesma Camara, seja o padre Marcellino José dos Santos encarregado da catechese, com a gratificação que V. Ex. lhe arbitrar, e se estabeleça o destacamento que se pede no lugar para isso indicado; ficando V. Ex. na intelligencia que deve indemnizar a Camara pelas rendas publicas de qualquer despeza que tiver feito, por não ser a isso obriga-

da, e dar conta de tudo por esta Secretaria de Estado.

Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 1829. — José Clemente Pereira. — Sr. Francisco de Albuquerque e Mello. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 75, de Setembro de 1829.*

PORTARIA DE 22 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Ex. Sr. — Levei á presença de S. M. o Imperador o officio de V. Ex. de 31 de Dezembro do anno passado, em que participa as medidas que tem tomado para o aldeamento e catechese dos Indios (*) que ultimamente chegarão dos confins da provincia: e approvando o mesmo Senhor as providencias dadas por V. Ex.: Ha por bem que, no seu Augusto nome, lhe louve o zelo que o distingue, recommendando-lhe a continuação de todos os meios com que poder promover a civilisação dos Indios e inspirar-lhes com especialidade amor ao trabalho.

Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Setembro de 1829. — José Clemente Pereira. — Sr. Miguel Lino de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 75, de 22 de Setembro de 1829.*

DECRETO DE 23 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a resolução seguinte da Assembléa geral.

Art. 1.º As revistas pendentes na extincta Mesa do Desembargo do Paço, que foram interpostas e apresentadas dentro do termo legal, serão concedidas ou denegadas pelo Supremo Tribunal de Justiça, qualquer que seja o estado das mesmas, contanto que não estejam concedidas ou denegadas definitivamente.

Art. 2.º Os autos das revistas definitivamente concedidas por aquella extincta Mesa, mas ainda dependentes do Alvará que costumava expedir-

(*) Portaria de 14 de Abril de 1823.

Imp. avulso.

Tendo representado o Governo provisório da Provincia de Goyaz sobre a necessidade de dous Missionarios para naquella Provincia cuidarem da civilisação dos Indios das margens dos rios Araguaia e Tocantins; e tomando S. M. I. em consideração os vantajosos resultados desta acertada medida, que não só a razão indica como proveitosa, mas que a experiencia recommenda: manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, que o Rev. Bispo Cappellão-Mór escolha, com o escrupuloso cuidado que merece tão importante materia, dous Missionarios que, por suas luzes, zelo e prudencia, desempenhem com espirito verdadeiramente apostolico as funcções de seu cargo, e fação ao Estado o relevante serviço de augmentar-lhe a população, trazendo ao mesmo tempo ao gremio da Igreja os que infelizmente se achão fóra della por ignorancia e barbaridade. Palacio do Rio de Janeiro, em 14 de Abril de 1823. — José Bonifácio de Andrada e Silva. — *Acha-se no Diario do Governo n. 96, de 30 de Abril de 1823, sobre artigos de officio.*

se, serão remettidos pelo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça a aquellas relações que o mesmo tribunal designar na forma da lei.

Art. 3.º Todas as revistas interpostas dentro do termo legal, mas que não poderão seguir o seu curso pela extinctão da sobredita Mesa, terão o processo ulterior marcado na lei de 18 de Setembro de 1828.

Art. 4.º As revistas que das sentenças proferidas em qualquer das relações do Imperio foram interpostas e apresentadas dentro do termo legal, não havendo porém as partes exaurido o meio do agravo ordinario, serão sem embargo disto concedidas ou denegadas segundo fór de justiça.

Art. 5.º Aquellas revistas que já tiverem sido denegadas, pelo motivo de não se haver exaurido o meio do agravo ordinario, poderão ser novamente interpostas em qualquer juizo que as partes escolherem, e apresentadas dentro do termo legal, fazendo-se-lhes extensiva a disposição do artigo antecedente.

Art. 6.º Desde o dia da extinctão do desembargo do paço até o da installação do Supremo Tribunal de justiça, não corre o tempo n'aquellas revistas que foram interpostas conforme a lei de 18 de Setembro de 1828.

Art. 7.º Ficão revogadas todas as leis, alvarás, decretos e mais disposições em contrario.

Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 2 de Setembro de 1829, oitavo da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Lucio Soares Teixeira de Gouvêa.

CARTA DE LEI DE 23 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

D. Pedro etc.: Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou, e Nós queremos a lei seguinte.

Art. 1.º O banco do Brazil, creado pela lei de 12 de Outubro de 1808, continúa até o dia 11 de Dezembro do corrente anno, em que termina o prazo que lhe concedera a dita lei, começando porém desde já a sua liquidação.

Art. 2.º A Assembléa Geral do banco, com assistência de hum Procurador da Fazenda nomeado pelo Governo, e que terá os votos da lei, nomeará huma commissão de seus actionistas para proceder á prompta liquidação, verificação e conclusão de todas as suas transacções activas e passivas até a final divisão de seus interesses, dando outrosim as necessarias providencias para a prompta liquidação das caixas filiaes da Bahia e S. Paulo.

Art. 3.º O Governo nomeará huma outra commissão de 3 membros, e lhes marcará as gratificações que devem vencer, dando parte ao Corpo Legislativo.

Art. 4.º Será objecto commun destas commissões o inventario geral de todos os haveres do banco, arrecadação de todos os torculos, chapas e utensis da fabrica das notas da estampa actual,

a liquidação da dívida do Governo, a verificação da caixa dos depositos publicos e particulares, as transações das caixas filiaes de S. Paulo e Bahia relacionadas com o Governo, e a verificação das notas em circulação, as quaes deverão ser substituidas por outras de novo e melhor padrão.

Art. 5.º Para a assignatura destas notas, a Assembléa do banco nomeará 20 dos seus accionistas, e o Governo 10 cidadãos, dos quaes assignarão cada huma das notas, 2 por parte do banco, e 1 por parte do Governo. A proporção que se forem assignando, as commissões farão a referida substituição, precedendo os necessarios annuncios e convites ao publico. Concluidos estes objectos, cessará a commissão do Governo, e continuará a do banco, nos assumptos de sua particular competência.

Art. 6.º A emissão das notas novas que não fôr unicamente feita e applicada para este fim, será considerada crime de moeda falsa, e seus autores e complices punidos com o rigor das penas, em direito estabelecidas contra tal delicto. Nas mesmas incorrem os que emitirem notas do velho padrão, que excedão os termos marcados no artigo 22 da lei de 15 de Novembro de 1827, e no decreto de 4 de Julho de 1828, que muito deve ser attendido na operação da substituição.

Art. 7.º As duvidas que se suscitarem entre as commissões do Governo e do banco nos objectos de commun attribuição, se forem de natureza administrativa, serão decididas pelo Governo; se de natureza contenciosa, definitivamente por arbitros.

Art. 8.º A nação affiança as actuaes notas do banco do Brazil, enquanto não forem substituidas, e depois as do novo padrão, para que possam circular e ser recebidas como moeda nas estações publicas que ora as recebem, até seu completo resgate.

Art. 9.º Dos fundos inventariados do banco, separar-se-ha o que constitue Caixa de Depositos Publicos e Particulares, nas especies constantes de seus respectivos termos, para ser entregue ao Depositario que o Governo nomear, na forma das leis existentes.

Art. 10.º Liquidada a dívida do Governo, se esta sobrepujar a emissão actual do banco, já verificada pela operação do artigo 58, o Governo pagará este excesso ao banco em apolices de renda consolidada, segundo a lei de 15 de Novembro de 1827, e pelo seu valor nominal. Se ao contrario a emissão circulante fôr maior do que a dívida do Governo, a commissão do banco extrahirá immediatamente da circulação o excessoprehendido.

Art. 11.º A nação se obriga ao pagamento das notas que ficão na circulação, hypothecando-lhe todos os seus haveres e rendas, até sua final amortisação.

Art. 12.º Este pagamento será feito, resgatando e queimando annualmente a quantia de 5 por 100 do total das notas em circulação no acto de sua liquidação. O resgate será executado pela

Caixa d'Amortisação, e as notas resgatadas serão carimbadas e guardadas para serem verificadas pela commissão instituida pelo artigo 20, e depois queimadas. O corpo legislativo, segundo as circumstancias, poderá alterar o quantitativo deste resgate.

Art. 13.º A Assembléa Geral Legislativa decretará impreterivelmente, á vista dos orçamentos, os fundos permanentes com que se ha de fazer o resgate do artigo antecedente, os quaes serão cobrados pelo Thesouro Publico, e logo transmittidos á Caixa d'Amortisação.

Art. 14.º Estes fundos e os do artigo 18 não poderão ser distrahidos, nem por causa ou pretexto algum applicados a outro fim, ainda que de despesa publica, sob a pena imposta aos que dissipão os bens publicos.

Art. 15.º Ficão desde já consignadas para este fim todas as propriedades nacionaes que não forem precisas ao serviço da nação, devendo ser aforadas ou vendidas como melhor convier.

Art. 16.º O Ministro da Fazenda na proxima sessão dará conta á Assembléa Geral do estado destes bens, e ella decretará, á vista deste quadro, a porção que se deverá vender ou aforar.

Art. 17.º O Governo fica autorisado para vender a metal dentro ou fóra do Imperio, a somma, em apolices, que necessaria fôr para completar o emprestimo de 6.000.000,000 em notas do banco decretado pela lei de 15 de Novembro de 1827, entendida pela resolução de 20 de Agosto de 1828.

Art. 18.º O producto deste emprestimo será entregue á Caixa d'Amortisação para ser todo applicado, desde logo, ao resgate dos bilhetes do banco, havendo escripturação separada na dita caixa. O Commissario ou Commissarios perceberão huma gratificação proposta pelo Governo e approvada pela Assembléa Geral Legislativa.

Art. 19.º O Governo pagará ao banco o juro de 6 por cento da dívida que no acto da liquidação se verificar exceder a emissão circulante, a que fica responsavel conforme o artigo 5.º, contado da data em que expirar o dito banco, até o dia em que elle saldar-se conforme o artigo 10.

Art. 20.º As commissões do Governo e banco, submeterão ao Corpo Legislativo, logo que se ache reunido em sessão ordinaria ou extraordinaria, o estado de seus respectivos trabalhos. A Camara dos Deputados instituirá no principio de cada sessão huma commissão de exame tirada do seu seio, para verificar estes relatorios, e todas as operações determinadas nesta lei. A commissão do Governo dar-lhe-ha todos os mezes contas de seus trabalhos, e este as fará publicar pela imprensa.

Art. 21.º Enquanto não estiver liquidada a dívida do Governo ao banco, e existir a responsabilidade do mesmo banco ás notas em circulação, que somente cessa pela execução completa do artigo 5.º, não se poderá fazer dividendo de quaesquer de seus fundos apurados. Cessando porém a dita responsabilidade, deverá ter lugar o dividendo.

Art. 22.º A comissão do banco fica responsável por qualquer desvio ou emprego que durante o tempo da sua administração fizer em benefício seu, ou de qualquer das sommas que liquidar e tiver a seu cargo. A infracção deste artigo fica sujeita ás penas do furto.

Art. 23. Annualmente, durante a liquidação do banco, se reunirá a Assembléa Geral delle, para examinar e fiscalisar a conducta dos seus commissionados, podendo substitui-los em todo ou em parte, conforme merecerem. Será também convocada extraordinariamente, quando a comissão julgar necessario, para o que fica nesta parte prorogada a disposição relativa á lei de sua creação.

Art. 24.º Ficão revogadas todas as leis, alvarás, ordens, e mais resoluções em contrario.

Mandamos, portanto, etc. Dada no palacio do Rio de Janeiro, aos 23 dias do mez de Setembro do anno de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio. — IMPERADOR Com rubrica e guarda. — (L. S.) — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — *Com os registos competentes.*

RESOLUÇÃO DE 23 DE SETEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Por portaria da Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, de 18 de agosto do corrente anno, mandou V. M. I. remetter a este conselho, para se consultar, o requerimento de Manoel Antonio da Costa do theor seguinte: — Senhor! Diz Manoel Antonio da Costa, morador em Piratininga, que, tendo mandado para o arsenal da Marinha desta Côte a relações de madeiras encomendadas, forão as mesmas recebidas no arsenal e as receitas entregues ao Inspector, então o Exm. Almirante Francisco Antonio da Silva Pacheco, para serem rubricadas como consta dos documentos juntos. Acontecendo, porém, com a morte daquelle inspector, desencaminharem-se as receitas e estar o Supplicante até hoje por pagar da sua importancia, que o constructor perfeitamente sabe, razão porque pede á V. M. I. se Digne mandar se pague a importancia das referidas madeiras. — E. R. M. Rio, 19 de dezembro de 1828. — M. A. da Costa.

Acompanhavaõ este requerimento diversos documentos e informações produzidas na dita repartição da Marinha, que sobem com esta. E, mandando o conselho dar vista deste negocio ao procurador da Fazenda Nacional respondeu este nos seguintes termos: — Vejo neste negocio muita contradicção, e ao mesmo passo reconheço o desarranjo, dando credito ao constructor, ao menos do assentamento das entradas. Não menos tenho por inverosimil a falta do lançamento nos livros do Supplicante, pois os deve ter, e o diario para delle extrahir essas relações de quantidade e qualidade de que ostenta não ter algum monumento, e que não acho possível se verifique, faltando toda a base nas declarações mesmo do Suppli-

cante e dos informantes do arsenal; accrescendo a falta de reclamação por 4 annos seguidos, por isso que as madeiras se dizem entradas em 1825. Ainda quando liquidadas estivessem todas as duvidas, a importancia e preços respectivos, segundo as dimensões, o pagamento só se poderia fazer nos termos do art. 1.º, § 1.º, tit. 1.º, cap. unico da carta de lei de 15 de Novembro de 1827.

Como, porém, não se dá este apuro, só pelos meios ordinarios pôde o Supplicante convencer que he credor á esta repartição. Assim se ha de consultar. Rio, 21 de Agosto de 1829. — Nabuco.

O que tudo visto parece ao conselho que, segundo o requerimento e documentos do Supplicante, nada se lhe pôde deferir pelo meio de que usa, mas sim pelos meios ordinarios. Rio, 11 de Setembro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio. — José Fortunato de Brito Abreu Souza Menezes. — João Prestes de Mello. — Dr. Luiz Thomaz Navarro de Campos. — Manoel José de Souza França.

Resolução. — Como parece ao conselho. Paço, 23 de Setembro de 1829. — Com a Imperial rubrica. — Miguel de Souza Mello e Alvim. — *Acha-se o Original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

CARTA DE LEI DE 24 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

D. Pedro, etc.: Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou, e Nós queremos a lei seguinte:

Art. 1.º Os Sargentos Mores e Ajudantes que servirão como taes nos Corpos de 2.º Linha do Exercito, tendo sahido da 1.ª Linha antes da publicação do Decreto e Instrucções de 4 de Dezembro de 1822, e ainda agora exercitão estes mesmos Postos naquella Linha, perceberão o soldo e mais vencimentos que competem aos que tem sido despachados para os referidos Corpos depois da data daquelle Decreto.

Art. 2.º Os Ajudantes promovidos aos Corpos de 2.ª Linha antes do Decreto de 4 de Dezembro de 1822 vencerão o soldo de Major, quando na mesma Linha forem promovidos a Tenentes Coroneis, e Coroneis.

Art. 3.º Os Tenentes Coroneis, e Coroneis em actual exercicio nestes Postos na 2.ª Linha, que nella occuparão os Postos de Ajudantes ou de Majores, havendo passado da 1.ª Linha, gozarão, d'ora em diante, do soldo de 4500 rs, quando seja menor o que actualmente percebem.

Art. 4.º Ficão revogadas todas as Leis e mais Resoluções em contrario.

Mandamos, portanto, etc. Dada no Palácio do Rio de Janeiro, aos 24 de Setembro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio. — IMPERADOR com rubrica e guarda. — (L. S.) — José Clemente Pereira. — *Com os registos competentes.*

CARTA DE LEI DE 24 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

D. Pedro, etc.: Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou, e Nós queremos a lei seguinte:

Art. 1.º Fica subsistindo a Junta de Justiça Militar da Província do Pará, a qual será presidida pelo Presidente da Província, regulando-se, no que lhe fôr applicavel, pela lei de 13 de Outubro de 1827.

Art. 2.º Ficão derogadas todas as leis e ordens em contrario.

Mandamos, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 24 de Setembro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio.—IMPERADOR com guarda.—Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. —Com os registos competentes.

DECRETO DE 24 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º He nulla, por illegal e incompetente, a decisão do Collegio Eleitoral da Cidade da Bahia, constante da Acta Geral de 17 de Dezembro de 1828, pela qual foi excluido do mesmo Collegio o Cidadão Paulo José de Mello de Azevedo e Brito, que a elle pertencia na qualidade de Eleitor da Freguezia de Mathuim.

Art. 2.º O sobredito Cidadão está no gozo de todos os seus direitos politicos, e he restituído, pelo tempo da proxima Legislatura, ao exercicio do cargo de Eleitor da referida Freguezia de Mathuim, de que foi indevidamente espoliado.

José Clemente Pereira, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 24 de Setembro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. I.—José Clemente Pereira.

CARTA DE LEI DE 24 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

D. Pedro, etc.: Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou, e Nós queremos a lei seguinte:

Art. 1.º Os Empregados Publicos serão admittidos a jurar na Chancellaria, e tomar posse, por Procurador; e igualmente serão admittidos a provar sua idade por documentos, ou por outras quaesquer provas legais, na falta de Certidão de Baptismo, todos aquelles que por lei são obrigados a apresentar esta.

Art. 2.º Ficão revogadas todas as leis, alvarás, decretos e mais resoluções em contrario.

Mandamos, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 24 dias do mez de Setembro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio.—IMPERADOR com rubrica e guarda.—(L. S.)—José Clemente Pereira.—Com os registos competentes.

AVISO DE 24 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo subido á Augusta Presença de S. M. o Imperador o officio que V. Ex. me dirigio em 28 de Agosto do presente anno, em que expunha as duvidas que lhe tinham occorrido sobre o que se havia determinado na Portaria de 20 do mesmo mez: Manda o Mesmo Augusto Senhor declarar a V. Ex. que taes duvidas são infundadas, á vista do art. 16 da lei de 18 de Setembro de 1828, que he claro, e não precisa de interpretação; e que nem tambem com a disposição da citada Portaria fôra V. Ex. dispensado das obrigações que lhe são impostas pelo art. 1.º n. 9 do cap. 4.º da citada lei de 18 de Setembro, por ser muito differente o caso do art. 16, em que nenhuma execução ha, mas somente a remessa do feito para a Relação designada, a qual devendo, na fórma da lei, ser feita ex-officio, he evidente que he hum negocio de puro expediente da Secretaria, como já declarou, tornando-se digno de reparo que, entendendo V. Ex. que na generalidade do citado § 4.º lhe era imposta a obrigação d'esta execução, todavia se recusasse a ella, obrigando as partes, com prejuizo das mesmas, a solicitar decisão superior.

Deos guarde a V. Ex. Paço, em 24 de Setembro de 1829.—Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. —Sr. José Albano Fragoso.

DECRETO DE 25 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a resolução seguinte da assembléa geral legislativa:

He autorizado o Hospital da Caridade na Cidade de Porto Alegre, Capital da Província de S. Pedro do Sul, para adquirir por qualquer titulo legal e possuir bens de raiz até o valor de 60:000\$ réis, sem embargo das leis em contrario.

José Clemente Pereira, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Setembro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. I.—José Clemente Pereira.

CARTA DE LEI DE 25 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

D. Pedro, etc. Fazemos saber a todos os nossos Subditos que a Assembléa Geral Decretou e Nós queremos a lei seguinte:

Ar. 1.º O Subsidio dos Deputados da proxima seguinte Legislatura he taxado na mesma quantia que foi arbitrada para a actual; e pago pela maneira até agora praticada.

Art. 2.º No tempo das Sessões Legislativas ficão cessando somente os vencimentos, e ordenados de Empregos e Officios que se não podem exercer conjuntamente durante as mesmas Ses-

sões ; salvo se o Deputado ou Senador não quiser receber o subsidio.

Art. 3.º Os Deputados que residirem ou tiverem Emprego nas provincias perceberão huma indemnisação para a despeza da viagem que fizerem para vir tomar assento na camara; e de outra, para voltarem á sua casa no fim da Legislatura, que lhes será arbitrada pelos Presidentes em Conselho, com attenção ás distancias.

Art. 4.º O que fica disposto na presente lei a respeito dos Deputados comprehende igualmente aos Supplentes que forem chamados no impedimento temporario daquelles.

Art. 5.º Ficão revogadas todas as leis, Alvarás, Decretos e mais disposições em contrario.

Mandamos, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 25 dias do mez de Setembro de 1829, 8.ª da Independencia e do Imperio. — IMPERADOR com rubrica e guarda. — (L. S.) José Clemente Pereira. — *Com os registos competentes.*

PROVISÃO DE 25 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Miguel Calmon du Pin e Almeida, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia do Espirito Santo: que S. M. o Imperador, Tendo em consideração a necessidade e conveniencia de accelerar o expediente dessa Junta de Fazenda, a quem cumpre dar providencias immediatas e promptas para a melhor arrecadação das Rendas Publicas e para a economica distribuição dellas, fiscalizando diariamente, se possivel fôr, a entrada e sahida dos dinheiros publicos: Ha por bem Ordenar: 1.º, que haja, pelo menos, em cada semana, huma Sessão extraordinaria para o fim privativo de examinar o estado da administração da Fazenda, e occorrer aos meios que forem necessarios para adiantar a cobrança de dividas activas e tomar conta aos Exactores e Distribuidores das rendas: na certeza de que fará com isto, nas actuaes circumstancias, hum relevante serviço á Causa Publica; 2.º, que nas Sessões ordinarias, marcadas por lei, sejam tratados com preferencia os negocios de administração, e interesse publico; reservando-se para a ultima hora o despacho de certidões e outros negocios particulares, cujo expediente convém simplificar; e 3.º, que, havendo affluencia de trabalhos, e mórmente na semana em que houver de expedir-se para o Thesouro o Balancete mensal, haja outra Sessão extraordinaria além da que fica recommendada. E, porquanto em algumas Juntas tem deixado de haver Sessões, até mesmo ordinarias, S. M. o Imperador, desejando dar as providencias necessarias, ha, outrossim, por bem que o respectivo Escrivão Deputado dessa Junta, sempre que deixar de haver Sessão Ordinaria dê disso parte ao Thesouro Publico, declarando os nomes dos Deputados por cuja causa deixou de havê-la, e o motivo por que faltarão á mesma Sessão. O que se cum-

prirá debaixo da immediata responsabilidade dos Membros dessa Junta. Albino Nunes de Aguiar a fez em o Rio de Janeiro, aos 25 de Setembro de 1829. — João Carlos Corrêa Lemos a fez escrever. — Miguel Calmon du Pin e Almeida.

N. B. Semelhantes, e, na mesma data, se expedirão a todas as Juntas de Fazenda das Provincias do Imperio. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 82, de 7 de Outubro de 1829.*

PORTARIA DE 25 DE SETEMBRO.

Coll. Plancher.

Illm. e Exm. Sr. — Constando a S. M. o Imperador que em algumas Provincias do Imperio, se tem praticado o abuso de serem approvados, para Professores de Primeiras Letras, oppositores que se não mostrão instruidos em todas as materias do Artigo 6.º da lei de 15 de Outubro de 1827: Ha por bem que V. Ex. faça evitar semelhante abuso, recommendando mui positivamente que, nos exames dos ditos oppositores, não sejam approvados aquellos que não satisfizerem aos quistos do mencionado Artigo. Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Setembro de 1829. — José Clemente Pereira. — Sr. Barão de Bagé.

Na mesma conformidade e data se expedirão a todas as Provincias do Imperio.

PROVISÃO DE 25 DE SETEMBRO.

Coll. Plancher.

Miguel Calmon du Pin e Almeida, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia da Bahia: Que, tendo chegado ao Thesouro Publico mais de hum sacco de Offícios de algumas Juntas de Fazenda, incluindo informações e papeis de interesse particular, que aliás devem ser entregues ás partes para que os remetthão pelo Correio, que não deve continuar a ser privado dos seus rendimentos por semelhante meio: He S. M. o Imperador Servido que haja nessa Junta o maior cuidado em extremar a parte da sua correspondencia Official com o Thesouro, que versa sobre negocios Publicos, e que deve ser enviada nos saccos do estylo, d'aquella que, versando sobre negocios particulares, deve ser enviada, á custa dos interessados, na malha do Correio: Mandando declarar ao respectivo Escrivão Deputado que o Thesouro fará tirar a conta do porte de quaesquer papeis particulares que possuão vir incluídos nos referidos saccos; para que o Correio seja indemnizado á custa do mesmo Escrivão. O que a Junta mui religiosamente cumprirá. Antonio José Fernandes a fez no Rio de Janeiro, em 25 de Setembro de 1829. — João Carlos Corrêa Lemos a fez escrever. — Miguel Calmon du Pin e Almeida.

N. B. Semelhantes, e, na mesma data, se expedirão para todas as mais Juntas da Fazenda das Provincias do Imperio.

CARTA DE LEI DE 26 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

D. Pedro, etc.: Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou, e Nós queremos a lei seguinte:

Art. 1.º Os Vice-Presidentes que servirem as Presidencias das Províncias, ou em vacancia, ou por impedimento daquelles Presidentes que, nesse tempo, não cobrão ordenados, conforme a lei, vencerão por inteiro os que se achão estabelecidos para os mesmos Presidentes.

Não poderão porém accumular outros vencimentos, ficando-lhes a opção.

Art. 2.º Quando os Presidentes, posto que impedidos, vencerem os ordenados marcados pela lei, terão os Vice-Presidentes, além dos subsidios de Membros dos Conselhos, conforme a provincia, a que pertencerem, mais a 5.ª parte dos ordenados dos Presidentes, deduzida dos que estes vencerem.

Art. 3.º A eleição dos Conselheiros do Governo das provincias será renovada de 4 em 4 annos, na mesma occasião em que se fizerem as eleições dos Deputados á Assembléa Geral Legislativa.

Art. 4.º Ficão revogadas todas as leis, alvarás, decretos e mais disposições em contrario.

Mandamos, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 26 dias do mez de Setembro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio. — IMPERADOR com rubrica e guarda. — (L. S.) — José Clemente Pereira. — *Com os registos competentes.*

CARTA DE LEI DE 26 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

D. Pedro, etc.: Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou, e Nós queremos a lei seguinte:

Art. 1.º Os arrematantes de quaesquer rendas publicas são isentos de propinas, e quaesquer outras despesas da arrematação.

Art. 2.º Ficão revogadas todas as leis, alvarás, decretos, resoluções e ordens em contrario.

Mandamos, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 26 dias do mez de Setembro do anno de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio. — IMPERADOR com rubrica e guarda. — (L. S.) — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — *Com os registos competentes.*

PORTARIA DE 28 DE FEVEREIRO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — Constando a S. M. o Imperador que no mez de Abril do anno passado partirão d'Amsterdam, no Brigue Hollandez Activo, mais de 140 individuos, entre homens, mulheres e crianças, com destino para este Imperio, e que depois de huma pessima viagem chegarão, no mez de Agosto, á Ilha de S. Gonçalo 122 pessoas sómente, pqr ter fallecido o resto na

viagem; ficando parte d'esta gente na mesma Ilha, e parte dirigindo-se a Pernambuco, onde se achão soffrendo a maior miséria: O mesmo Senhor ha por bem que V. Ex. estabeleça como Colonos estes individuos, no lugar que julgar mais conveniente, chamando-os para esse fim, dando-lhes pequenas datas de terras, que possam cultivar, mandando-lhes levantar casas onde possam recolher-se, e assistindo-lhes, por espaço de 1 anno, com o subsidio diario de 160 rs. para as pessoas grandes, e 120 para as de minoridade. O que participo a V. Ex. para sua intelligencia e execução. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Setembro de 1829. — José Clemente Pereira. — Sr. Thomaz Xavier Garcia d'Almeida.

DECRETO DE 28 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Tendo cessado os motivos pelos quaes fui servido estabelecer, no Decreto de 14 de Julho de 1828, que só fossem obrigados a servir, por tempo de 4 annos, aquelles que se alistassem voluntariamente nos Corpos da 1.ª Linha do exercito: Hei por bem que fique sem effeito o referido Decreto; devendo, da data deste em diante, regular-se o tempo de serviço dos que voluntariamente se alistarem, pelo Decreto de 13 de Maio de 1808, que determinou o prazo de 8 annos; findo o qual se lhes dará baixa, sem dependencia de novas ordens, pela simples apresentação da cautela, assignada pelo Commandante do Corpo respectivo, que, no acto de assentarem praça, se fornecerá a todos os voluntarios, como hum titulo de segurança, na fôrma que no mesmo Decreto se contém. Paço, em 28 de Setembro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de S. M. I. — José Clemente Pereira.

PROVISÃO DE 1.º DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Sendo presente a S. M. o I. o Officio de 10 de Setembro passado, em que V. S. participa que o Professor de lingua Franceza, Augusto Candido da Silveira Pinto, matriculando na sua aula os estudantes que apparecem no principio do anno, duvida admittir aos que depois a ella concorrem, debaixo do pretexto de não ser obrigado a dar diferentes lições: o mesmo A. S., conformando-se com as suas judiciosas reflexões a este respeito, e estranhando o procedimento do referido Professor, Ordena que V. S. o advirta que deve cumprir melhor os deveres a que pelo seu emprego, está ligado. Deos Guarde a V. S. Palacio do Rio de Janeiro, em 1.º de Outubro de 1829. José Clemente Pereira. — Sr. José Arouche de Toledo Rendon. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 82 de 20 de Outubro de 1829.*

DECRETO DE 1 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

Sendo-me presente o requerimento dos Administradores da Praça do Commercio da Cidade da Bahia, pedindo a confirmação da concessão, que, para o estabelecimento da casa daquella Praça, fizera El-Rei D. João VI, Meu Augusto Pai, que Santa Gloria Haja, do terreno em que está collocado o Forte de S. Fernando; e o mais adjacente, que, por ser propriamente Marinha, he pertencente á Corôa, e do qual a referida casa foi empossada pelo Governo da Provincia; e, tendo ouvido o Presidente da mesma Provincia ao Juiz dos factos da Corôa e Fazenda de cujas informações se conhece claramente a justiça dos Supplicantes em sua pretensão a prol de hum estabelecimento publico de tanta utilidade ao Commercio, e cujo Edificio, não tendo hum possuidor directo, deve considerar-se como Nacional, e credor á minha Imperial Protecção e sollicitude: Hei por bem confirmar não só a concessão primitiva do mencionado terreno, que teve lugar em 10 de Maio de 1811, mas tambem as posteriores verificadas pelo Governo local da Provincia, em virtude das ordens Soberanas, pelas quaes se annexarão á mesma primordial concessão os terrenos de marinhas das immedições da mencionada casa da Praça do Commercio da Bahia, de que tem estado de posse por seus legitimos Administradores. Miguel de Souza Mello e Alvim, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 1.º de Outubro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. o I. — Miguel de Souza Mello e Alvim. — *Communicado em aviso de 8 de Outubro dito ao Visconde de Camamú. — Por certidão authentica á fl. 50 a 51 dos autos n. 2540 que forão affectos ao Supremo Tribunal de Justiça entre partes D. Maria Joaquina Pereira de Andrade, e outros filhos, e José de Barros Reis e Francisco Manoel Gonçalves da Cunha.*

PORTARIA DE 1 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Foi presente a S. M. o Imperador o Officio de V. Ex., na data de 26 de Julho do corrente anno, em que participa que, por lhe representarem os presos pobres, existentes na cadeia, a desgraçada situação em que se vião, sem meios de alimentar-se e de tratarem de seus livramentos, sahira V. Ex. na Sexta feira da Paixão á pedir esmolas pelas ruas a beneficio delles, e fizera que em cada mez se praticasse o mesmo acto por qualquer outro Cidadão; que nomeára temporariamente hum Mordomo de Presos e Expostos, autorizando-o não só para receber os legados pios não cumpridos, como todas as esmolas que se offerecerem para hum Estabelecimento de Caridade que se propõe edificar; procurando para tudo isto a cooperação do Conselho do Governo, o qual, appoyando inteiramente as medidas tomadas, pretende que se realice o mencionado Estabelecimento de Caridade

pelo modo que consta da copia da Acta que acompanhou o referido Officio: e Louvando o Mesmo Senhor o zelo com que V. Ex. procura melhorar a sorte dos miseraveis presos; e estabelecer casas de caridade em seu beneficio, Julga sómente digna da Sua Imperial Approvação a medida tomada por V. Ex. de nomear hum Mordomo dos Presos, encarregado da arrecadação e distribuição das esmolas; mas he indispensavel que a este respeito haja huma regular escripturação, estando tudo debaixo da inspecção de V. Ex., que vigiará mui escriptulosamente que taes esmolas sejam espontaneas, effectos da caridade, philanthropia e beneficencia dos Cidadãos, e nunca provenientes da mais leve especie de extorsão. Não se Dignou, porém, S. M. o Imperador, á vista das leis existentes, Approvar a medida de encarregar-se ao mesmo Mordomo, ou a qualquer outro da nomeação de V. Ex. ou do Conselho, a cobrança dos legados pios não cumpridos para se applicarem ao tratamento dos expostos e mais estabelecimentos de caridade; porque, se houvesse na Provincia Hospitais de Caridade, competiria aos Administradores delles essa arrecadação pela applicação feita na lei de 6 de Novembro de 1827, Artigo 2.º; porém, como os não ha, sendo a applicação feita em tal caso, na conformidade do Artigo 3.º da mesma lei para a creação dos expostos, que pela outra lei do 1.º de Outubro de 1828, Artigo 69, está incumbida ás Camaras Municipaes, he innegavel que a dita cobrança he privativa dos Procuradores e Fiscaes das mesmas Camaras. Que a arrecadação, guarda e administração do que por qualquer titulo se deve applicar para o Hospital não poderão ter lugar se não nos cofres e debaixo da inspecção das referidas Camaras, visto competir-lhes o cuidado de tal estabelecimento, por disposição daquelle Artigo 69, da citada lei. Que, enfim, he totalmente errada e inadmissivel a medida tomada em Conselho, que parece dirigir-se a fazer despender no Estabelecimento do Hospital as quantias que se achão na guarda ou administração do Juizo dos Orphãos sem se lhes conhecerem os donos com os seus respectivos jurros, porque, para se haverem essas quantias por vacantes e sem proprietarios, não basta que destes não haja noticia, e quando ellas com effecto se julgassem vagas pelos meios e julgamentos legais passarião a incorporar-se no Patrimonio Nacional, e não poderião ser distrahidas delle sem huma disposição legislativa. Deos Guarde o V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 1.º de Outubro de 1829. — José Clemente Pereira. — Sr. João José Guimarães e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 18, de 6 de Outubro.*

AVISO DE 2 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

Illm. Exm. Sr. — Não existindo nesta Secretaria de Estado a informação que deu o Chanceler da casa da Supplicação sobre os Ministros que infringirão as leis no processo crime de An-

tonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva e Martim Francisco Ribeiro de Andrada por ter sido remetida á Camara dos Deputados, não pôde nesta parte ser satisfeita a exigencia que V. Ex. della fez pelo seu officio de 4 do mez antecedente em consequencia do despacho preparatorio do Ministro do Supremo Tribunal de Justiça a quem forão distribuidos os papeis que acompanharão a Portaria desta Secretaria de Estado de 24 de Julho passado, podendo apenas enviar a V. Ex. as copias inclusas do Decreto de 24 de Novembro de 1825, (*) que ordenou a

(*) Portaria de 13 de Dezembro de 1823.

Manuscripto authenticico.

S. M. o I., sendo-lhe presente com o officio do Desembargador Corregedor do Civil interino, de 12 do corrente, hum punhal que foi achado em hum dos quartos da Casa da Assembléa Geral na occasião em que se fazia inventari o dos papeis e moveis que nella ficarão: manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, restituir ao mesmo ministro o referido punhal, e o auto da sua achada, que acompanhou o seu officio, afim de fazer ajuntar tudo á devassa a que está procedendo; e, porque seria conveniente, para melhor esclarecimento della, reconhecer-se o dono do mesmo punhal; recommenda-se fiação, para esse effeito, todas as diligencias e indagações. Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Dezembro de 1823. — Clemente Ferreira França. — *Em appenso no processo formado por virtude do decreto de 24 de Novembro de 1823.*

Portaria de 29 de Dezembro de 1823.

Manuscripto authenticico.

Manda S. M. I., pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, declarar ao Desembargador José Teixeira da Matta Bacellar, em resposta ao seu officio de 16 deste mez, que, sendo necessario chamar algumas pessoas (seja qual for a sua graduacão e emprego) a jurar na devassa de que fora encarregado por decreto de 24 de Novembro ultimo, o referido Ministro o poderá fazer, dirigindo aos Chefes das Repartições Civil ou Militar que pertencão, a necessaria participacão, em consequencia da qual todos se prestarão a hum acto legal, e que tanto se compadece com os principios da sua justiça. Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Dezembro de 1823. — Clemente Ferreira França. — *Acha-se a fl. 24 do processo de devassa respectiva.*

Portaria de 29 de Dezembro.

Manuscripto authenticico.

Manda S. M. I., pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, remetter os inclusos autographos do periodico intitulado *Tamoyo*, ao Desembargador José Teixeira da Matta Bacellar, Juiz encarregado da devassa determinada no decreto de 24 de Novembro ultimo, afim de que o dito Ministro faça não só reconhecer por dous Tabelliees a letra do seu autor, e a de hum bilhete que tem a assignatura Menezes, e que declara a sua responsabilidade no referido periodico, podendo verificar-se e qual dos Menezes pertence, se ao da Chancellaria-Mór, se ao da Alfandega, pela confrontação do dito bilhete com a letra de hum e outro naquella Repartição, mas tambem averiguar e indagar a de todos os que escreverão e collaborarão no referido periodico (a): manda outrossim o mesmo A. S. remetter dous papeis que comprovão a responsabilidade de Grandona, redactor da *Sentinella á Beira-mar da Praia Grande*, hum delles já reconhecido, para se ajuntarem á devassa, e recommendar ao sobredito Ministro que todos estes papeis (principalmente os que con-

devassa em que forão pronunciados os sobreditos Andradas, da Portaria de 9 de Outubro de 1824, pela qual se mandarão unir diversas cartas á mesma devassa; podendo V. Ex., quanto ao processo crime, de que se faz menção no despacho do referido Ministro, solicita-lo pelos meios legais do Juizo da correição do crime da Côte e casa aonde deverá existir. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 2 Outubro de 1829. — Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. — Sr. José Albano Fragoso. — *Acha-se a fl. 60 do Liv. 10 da Côte, na Secretaria da Justiça.*

tiverem principios subversivos da boa ordem, de que algumas vão notados com huma estrella) sejam apresentados ás testemunhas para que se descubra o sinistro fim daquelles periodicos até apparecer com toda a clareza. Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Dezembro de 1823. — Clemente Ferreira França. — *Por appenso no processo respectivo existente no Supremo Tribunal de Justiça.*

Portaria de 8 de Abril de 1823.

Manuscripto authenticico.

Manda S. M. I., pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar á Junta Provisoria do Governo Civil da Provincia do Pará, que lhe foi presente o seu officio de 11 de Junho do anno passado, em que expende as razões que julga sufficientes para não cumprir o decreto de 16 de Fevereiro do mesmo anno, que creou o Conselho de Procuradores Geraes das Provincias do Brazil, e em que protesta constante obediencia ás Côrtes do Governo de Portugal; e ficando o mesmo A. S. inteirado do seu conteudo, não pôde deixar de deplorar que, fascinada a Junta pelas theorias do partido dominante do Congresso de Lisboa, considera proficuo e justo o que offende os direitos reconhecidos dos povos, e só pôde produzir guerras intestinas e os males horrorosos que as acompanhão: S. M. I. está bem persuadido que a referida Junta fiza sempre seus pensamentos no maior bem da Provincia, e por isso lastima que, com as melhores intenções, a faça correr a passos largos para o abysmo que lhe tem cavado os inimigos declarados de felicidade do Brazil. Que consideração merecem as considerações arbitrarías que se derão ao contexto do citado decreto á par das saudáveis consequencias que resultão da sua observancia? Que outro meio se acharia tão adequado para conhecer os males das diferentes Provincias e applicar-lhes os remedios mais convenientes segundo as circumstancias particulares de cada huma? Encarregado S. M. do governo geral deste vasto paiz, como satisfaria á obrigação ágrada de acudir, até nos pontos mais distantes, ás necessidades dos povos, se estes as não representassem pelos órgãos legitimis por elles mesmos eleitos para tão importantes fins? Se o Congresso de Lisboa, no delirio que lhe custou a desmembracão irremediavel da mais valiosa porção da monarchia portugueza, não quiz reconhecer estas verdades, e declarar irrita e nulla a creação daquelle Conselho, não foi por considera-lo opposto ao bem geral do Brazil, mas por ver que tendia a consolidar a permanente residencia de S. M. neste Imperio tão contraria aos fins sinistros das cavilosas pretensões do mesmo Congresso, como beneficia a estes povos e gloriosa ao Principe magnanimo que hoje felizmente os governa. Não pôde igualmente ler S. M. sem a mais pungente magoa a protestaçoão que a Junta fez de não se desligar jámais da obediencia que jurara ás Côrtes e Governo de Portugal, por ser esta a vontade dos habitantes da Provincia, e assim o exigirem os seus interesses e situação topographica. Além de ser principio de eterna verdade que cessa a obrigação de obediencia pelos abusos do obedecido, devendo por isso ha muito a Provincia do Pará reputar-se desobrigada de sujeição ao referido Governo, em cujas determinações se manifesta sempre a execravel tenção de reduzir a escravos os briosos fillos deste paiz; declara francamente S. M. que não pôde capacitar-se que os habitantes do Pará, em quem considera a mesma nobreza de sentimentos, que tem mostrado os das outras Provincias, estejam sincera-

(a) He bem notavel, que, entre esses papeis, appareça hum documento tão digno, e que tanta honra faz ao Ministro que o assignou, e que pouco deppis passou por hum processo tão irregular como monstruoso, qual o que existe por dependencia no Supremo Tribunal de Justiça.

AVISO DE 2 DE OUTUBRO.

Manuscripto authenticico.

S. M. o I., querendo remover a duvida que se tem suscitado em algumas camaras deste Imperio, sobre o modo de proceder-se á eleição dos Juizes ordinarios, depois da publicação da lei de 18 de Outubro do anno passado: Ha por bem ordenar, para ficar servindo de regra para o futuro, que as eleições dos referidos Juizes sejam feitas da maneira até agora praticada por não haver disposição Legislativa que, restabelecendo nova forma para ella, tenha feito cessar a restabelecida na Ord. do Liv. 1.º, tit. 7 e lei de 12 de Novembro de 1611. O que participo a V. Mcê. não só para sua intelligencia como para o fazer constar a todas as camaras da sua comarca para a devida execução. Deos Guarde a Vm. Paço, em 2 de Outubro de 1829. — Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. — Sr. Ouvidor da Comarca do Rio de Janeiro. — *Acha-se a fl. 76, v. 77, do Liv. 10 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 3 DE OUTUBRO.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr. — S. M. o Imperador, no dia immediato ao da chegada da Serenissima Senhora Princeza Amelia de Leuchtemberg e Eichstoedt, vai a bordo da Fragata,

mente resolvidos a separar-se da familia, a que pertencem, e a deixar quem lhes respeita e guarda seus direitos para seguir aquelles que lhos atropellão; e por isso entende que a Junta, illudida por apparencias, dá como existente o que, para honra da Provincia, nunca teve nem terá realidade. Mas, quando honvesse quem assim pensasse, a Junta não ignora que era seu rigoroso dever mostrar aos allucinados que, sendo incontestavel que qualquer nação tem direito de adoptar a forma de governo que mais lhe convém, expressada a sua vontade pela pluralidade de votos, e tendo quasi todo o Brazil declarado altamente sua Independencia, e aclamado espontaneamente S. M. por seu Imperador Constitucional, não podia o Pará separar-se impunemente do todo, a que pertence, sem S. M. consentir, depois de ter jurado a defesa e conservação dos direitos de seus fieis subditos, e da integridade do territorio do imperio. Persuade-se porém S. M. que, sem repetir os muitos e invenciveis argumentos, de que abundão suas proclamações e manifestos, he sobejo a indicação destas verdades para que a Junta reflecta sobre as desgraças, de que a Provincia do Pará será infeliz victima, se a mesma Junta continuar na observancia dos principios, que, em boa fé, mas cegamente, abraçou, e para que seriamente pondere que será responsavel ao Brazil e ao mundo pelas consequências do seu procedimento; e espera o mesmo A. S., pela confiança que tem nas luzes e patriotismo dos membros da Junta, que, em breve, se abraçará descobertamente a causa sagrada do Brazil na Provincia do Pará, por muitos titulos digna de gozar, com as outras, dos altos bens que lhe afianção a sua Independencia e liberdade, e defendidas e conservadas pelo excelso Monarcha que se honra e gloria de ser chefe desta generosa nação, e que nenhum sacrificio reputa custoso para a elevar á prosperidade e grandeza, a que a chamão, com inveja dos seus inimigos, a vastidão de terrenos e a incalculavel riqueza de suas produções. Palacio do Rio de Janeiro, em 8 de Abril de 1823. — José Bonifácio de Andrada e Silva. — *Acha-se a fl. 64 e 65 do appenso que contém os papéis que acompanháram a portaria de 29 de Dezembro de 1823, e juntos ao processo organizado por virtude do decreto de 24 de Novembro dito.*

que a conduz, e, voltando para terra com a Mesma Senhora, Dirige-se á Imperial Capella para a solemnidade das Benções Nupcias. E he Servido que V. Ex., achando-se na Ribeira pelas 11 horas da manhã do indicado dia, o acompanhe do dito lugar até á Capella, onde assistirá tambem ao referido acto das benções; ficando V. Ex. na intelligencia que, no acompanhamento, deve ir na sua carruagem no lugar proprio da Corte, que he logo depois dos que tem o Titulo do Conselho. O que participo á V. Ex. para que assim se execute; prevenindo-o que he dia de Grande Gala. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 3 de Outubro de 1829. — José Clemente Pereira. — Sr. Barão de Itapoã.

REGULAMENTO para o transito das carruagens das pessoas que devem acompanhar a S. M. a Imperatriz na sua solemne entrada nesta Corte.

A fim de se evitarem embaraços produzidos pelo encontro das carruagens, deverão as das pessoas, que podem entrar no Acompanhamento dirigir-se até as 11 horas da manhã para a porta do Arsenal (onde lhes não he permittida a entrada), fazendo caminho pela Rua Direita, para a qual seguirão das Ruas de S. José, Ouvidor, Rosario, Traz do Hospicio e Alfandega.

Logo que se tiverem apeado as pessoas respectivas, voltarão as carruagens pela mesma Rua Direita e subirão pela do Sabão até a dos Ourives, donde seguirão as das pessoas, que formão a Corte, pelas das Violas, e as das que tem o Titulo do Conselho pela de S. Pedro; e descendo pelas mesmas até a sua desembocadura na Rua Direita, e tomando nellas lugar encostadas sobre o lado esquerdo, successivamente humas após das outras pela ordem por que forem chegando, sem precedencia.

Daqui sahirão, quando para isso forem avisadas, para a porta do Arsenal a receberem as pessoas, a quem pertencerem; vindo primeiro as da Rua de S. Pedro, e depois as da Rua das Violas; e seguirão depois até a Capella Imperial na forma que lhes será indicada.

Na retirada subirão todas as Carruagens pelas Ruas da Cadêa, Cano, Ouvidor, Alfandega e Sabão.

Todas as carruagens e séges particulares que, no mesmo dia, tiverem de ir á Rua Direita, só poderão descer pelas de S. José, Ouvidor, Traz do Hospicio e Alfandega; e deverão subir pelas da Cadêa, Cano, Ouvidor, Alfandega e Sabão; e mesmo pelas de S. Pedro e Violas, depois que tiver passado o acompanhamento.

Os boleeiros cumprirão sem a mais pequena opposição as ordens relativas ás Ruas por onde devem caminhar, e lugares que devem tomar, e que lhes forem dadas pela Intendencia Geral da Policia: pena de se procedere contra elles.

FORMULARIO do acompanhamento de S. M. a Imperatriz na sua entrada nesta Corte.

A marcha do acompanhamento se executará na forma seguinte:

1.º Hum piquete de 20 soldados commandados por hum Alferes.

2. A Musica das Imperiaes Cavallariças.

3. Os Correios do Gabinete.

4. O Rei d'Armas, Arauto e Passavante.

5. Seis Porteiros da Massa.

6. Seis ditos da Cana.

7. O Corregedor do Crime da Córte e Casa.

N. B. Este e todos acima vão a cavallo.

8. Hum piquete de 30 Soldados commandados por hum Tenente.

9. Irão depois, sem precedencia, as pessoas que tem Titulo do Conselho, assim como as que fazem Córte (não tendo a exercer empregos na Casa Imperial), devendo ir em carruagens de vidros, e, não vindo assim, não serão admittidos no acompanhamento.

10. O coche, que conduz o Porteiro da Imperial Camara, o Bispo Confessor, o Esmoler Mór e o Porteiro da Camara que acompanhou a S. M. a Imperatriz e S. M. Fidelissima. Adiante deste coche irão dous Reposteiros de cavallo montados, que terão obrigação de vigiar que se conserve a boa ordem do acompanhamento, e, para esse fim, poderão sahír do seu lugar quando fór necessario.

11. Hum piquete da Imperial Guarda de Honra commandado por hum Alferes.

12. Os moços da Estribeira que vão a cavallo.

13. O coche que conduz o Mordomo Mór, Estribeiro Mór e Veador de S. M. a Imperatriz, e o Veador de SS. AA. II.

14. O coche que conduz o Mordomo Mór, Camareiro Mór e Camarista de semana de S. M. o Imperador e o Mestre de Cerimonias da Córte.

15. O coche que conduz o Estribeiro Mór de S. M. o Imperador, e que será acompanhado de hum moço da Estribeira a cavallo.

16. O coche de respeito de SS. AA. II., que será acompanhado de dous moços da Estribeira a cavallo, hum de cada lado.

17. O coche que conduz SS. AA. II. com suas damas, e a Marqueza Camareira Mór, e que será acompanhado de dous moços da Estribeira a cavallo, hum de cada lado.

18. O coche de respeito de SS. MM. II., que será acompanhado de dous moços da Estribeira a cavallo, hum de cada lado. Os moços da Estribeira acima mencionados não devem jámais sahír dos seus lugares.

19. O coche em que vão SS. MM. II., S. M. F. e S. A. R. o Duque de Leuchtemberg. O Capitão da Guarda Imperial dos Archeiros occupará o seu lugar do lado direito do coche ao pé da roda; o Estribeiro Menor tomará o mesmo lugar do lado esquerdo, e o Tenente da Guarda adiante do coche. Pelo lado de fóra do Capitão da Guarda e Estribeiro Menor, se formarão em alas os moços da Imperial Camara; por fóra destes os Soldados da Guarda Imperial dos Archeiros; e por fóra destes os moços da Estribeira, todos de chapéo na mão; ao pé de cada besta do coche irá hum moço da Cavallariça tambem com o chapéo na mão.

20. Os Ajudantes de Campo de S. M. o Imperador entre as rodas do coche.

21. A Imperial Guarda de Honra.

23. O coche que conduz as Damas de S. M. a Imperatriz e S. M. F.

24. Hum Esquadrão de Cavallaria fechando o acompanhamento.

O acompanhamento se dirigirá pela rua Direita á porta da Capella Imperial, e logo que successivamente se forem apeando as pessoas do acompanhamento, deverão as respectivas carruagens seguir pelo largo do Paço e Rua da Praia de D. Manoel, e voltar pela Rua da Misericórdia, para receberem as pessoas, a quem pertencerem a sahida do Paço.

A Imperial Guarda de Honra, e a mais Cavallaria, logo que SS. MM. II. se apearem, marcharão para os seus quartéis.

PROVISÃO DE 3 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Miguel Calmon du Pin e Almeida, etc., faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, que S. M. o Imperador, convencido da utilidade que resultará á Fazenda Publica e ao Commercio dessa Provincia do estabelecimento de huma Administração Fiscal na povoação do Norte do Rio Grande de S. Pedro, conformando-se a semelhante respeito com o parecer do Presidente respectivo, com as informações dessa Junta, com o voto do Conselho do Governo, com a opinião do Conselho Geral da mesma Provincia, e finalmente com o que foi consultado pelo Conselho da Fazenda: Ha por bem ordenar provisoriamente o seguinte: 1.º Que se estabeleça na referida povoação do Norte huma Administração dependente da Alfandega da villa do Rio Grande do Sul, composta de hum Administrador que perceberá 2 por cento de commissão sobre o rendimento liquido da mesma Administração, e servirá tambem de Thesoureiro; de hum feitor que servirá de Escrivão da Receita, e de hum guarda que servirá de Conferente e Porteiro, sendo estes dous ultimos tirados d'entre os Feitores e Guardas de qualquer das Alfandegas de Porto Alegre ou da Villa do Sul, a arbitrio do Presidente, e vencendo ambos os mesmos ordenados que ora percebem. O Guarda Mór da referida Alfandega do Sul fará tambem o serviço que fór exigido por esta Administração. 2.º Que nesta Administração sejam despachados e arrecadados os competentes direitos de todos os generos e mercadorias que entrarem no Rio Grande, com destino á dita Povoação do Norte, a S. Francisco de Paula, Serrito e suas adjacencias, ficando todavia salvo aos donos ou consignatarios das mesmas mercadorias o direito de despacha-las, querendo, na Alfandega do Sul, huma vez que obtenhão da Administração a guia necessaria para conduzi-las á margem opposta. Os Mestres das embarcações que entrarem, deverão, portanto, exhibir immediatamente ao Administrador os

seus livros de carga ou manifestos, para que á vista delles possam ser extremadas as mercadorias que se destinão aos lugares mencionados, e se prosiga depois nos de mais termos. 3.º Que na mesma Administração sejam igualmente despachados, e arrecadados os competentes direitos de todos os generos que forem exportados dos lugares mencionados no artigo precedente, e que forem baldeados na Povoação do Norte, e bem assim sejam nella apresentados todos os despachos de sahida, feitos na Alfandega do Sul, antes que os generos despachados tenham sido, como he costume, baldeados nas embarcações que tiverem de exporta-los, e se acharem, como sempre acontece, no surgidouro da mesma Povoação, para que o administrador possa fiscalisar a dita sahida, e evitar qualquer extravio ou fraude. 4.º Que esta Administração, emfim, seja regulada, na parte que respeita á importação e exportação, pelo Foral da Alfandega e pelas leis existentes, e, na parte relativa ao seu regimen interior, pelas instrucções que lhe forem dadas, e pelas ordens do Juiz da Alfandega do Sul, a quem fica subordinada, devendo essa Junta, em presença das circumstancias locais, que procurará examinar e conhecer, organizar as referidas instrucções, e empregar neste negocio, que S. M. I. tem-lhe por muito recommendado, todo o cuidado e desvelo que o seu zelo lhe suggerir, certa de que fará hum bom serviço se tirar da presente medida, cujo merito depende da sua prudente execução, a utilidade que ella promette. O que a mesma Junta cumprirá. José Nunes Ferreira a fez. Rio de Janeiro, em 3 de Outubro de 1828.—João José Rodrigues Vareiro a fez escrever.—Miguel Calmon du Pin e Almeida.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 85, de 10 de Outubro de 1829.*

PROVISÃO DE 3 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Miguel Calmon du Pin e Almeida, etc., faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de Santa Catharina, que S. M. o Imperador tendo conhecido pela consulta do Conselho da Fazenda, a que mandou proceder sobre o seu officio de 14 de Novembro do anno proximo passado, que accompanhou a representação de Estevão Brocardo de Mattos, na qualidade de Procurador da Fazenda dessa Provincia, que havia grande desleixo na arrecadação das rendas nacionaes, cujo extravio era notorio, e talvez proveniente da falta de hum administração regular e vigorosa, e desejando o mesmo Augusto Senhor remediar de prompto o máo estado em que se acha nessa Provincia a fiscalisação e cobrança das diversas collectas, ou das contribuições em geral, emquanto não forem dadas pelo Corpo Legislativo, outras e mais efficazes medidas, houve por bem determinar, por sua immediata resolução de 13 de Abril do corrente, além da providencia que já foi participada em Provisão de 27 do mesmo mez, acerca do Thesoureiro Geral e Deputado dessa junta seja encarregado provisoriamente da

administração das rendas da Provincia, na conformidade das instrucções inclusas, assignadas pelo Contador Geral respectivo, as quaes a mesma Junta fará logo e logo executar em toda a sua extensão, e pelo modo nellas declarado, com o zelo e actividade que dever, e de baixo de stricta responsabilidade. O que se cumprirá. Joaquim de Almeida Sampaio a fez. Rio de Janeiro, em 3 de Outubro de 1829. João José Rodrigues Vareiro a fez escrever.—Miguel Calmon du Pin e Almeida.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 85, de 10 de Outubro de 1829.*

AVISO DE 6 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

Exm. e Rev. Sr.—Tendo communicado o Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte, em consequencia das ordens que se lhe haviam expedido, que o Vigario da Cidade do Natal Feliciano José d'Ornellas, duvidara receber em matrimonio a filha de Manoel Joaquim Ribeiro, com o Cadete Joaquim Ferreira Nobre, pela desigualdade que existe entre ambos, e em consequencia de hum despacho que havia obtido de V. Ex., o pai do referido Cadete, o Sargento Mór Vicente Ferreira Nobre, não pôde deixar de ser mui estranho a S. M. o Imperador, que, não sendo as questões sobre qualidades de familias, e conveniencias dos casamentos sujeitas á jurisdicção de V. Ex., por serem meramente civis, e nada involverem que tenha relação com a formula e solemnidade marcadas pelo Concilio de Trento, V. Ex. se ingerisse em hum objecto que he da privativa jurisdicção temporaria, e pelos meios marcados nos Alvarás de 29 de Novembro de 1775, e 6 de Outubro de 1784, esperando o mesmo Augusto Senhor, que V. Ex. se cohibirá para o futuro de fazer semelhantes prohibições, afim de se não renovarem na sua Augusta Presença queixas a tal respeito. Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 6 de Outubro de 1829.—José Bernardino Baptista Pereira.—Sr. Bispo eleito de Pernambuco.

AVISO DE 8 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr.—S. M. o Imperador ha por bem que, no dia em que entrar a fragata que conduz S. M. a Imperatriz, e nos 3 seguintes, se festeje a feliz chegada da Mesma Senhora, com luminarias em toda a corte, e se suspenda o despacho dos Tribunaes: o que V. Ex. fará presente na Casa da Supplicação. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 8 de outubro de 1829.—José Clemente Pereira.—Sr. Visconde de Alcantara.—*Acha-se no Livro respectivo da Casa da Supplicação a fl. 150.*

RESOLUÇÃO DE 14 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

Senhor.—Por Portaria da Secretaria d'Estado dos Negocios da Fazenda de 11 de Agosto

do corrente anno mandou V. M. I. remetter a este Conselho, para consultar, o requerimento de José Cerqueira Leite, em que pede ser isento de pagar o imposto de passagem nos Registos da Parahyba e Parahybuna. (*) Vinha instruida esta supplica de diversos informes e pareceres dados pela Repartição do Thesouro Publico, que sobem com os respectivos papeis.

E, mandando o Conselho ouvir o Procurador da Fazenda Nacional, respondeu este com o seu officio de 21 d'Agosto do corrente anno, que igualmente sobre inserto nos sobreditos papeis: Estou persuadido de que, na actual ordem de cousas, o aviso do 1.º de Dezembro de 1815 se não deve executar; pois que, como que vai d'encontro ao art. 179 n. 15, do tit. 8 da Constituição, e por isso que taes isenções affectão as rendas publicas, mui essencialmente quando não são geraes, e sim acompanhadas de clausulas e modificações, na verdade mui facéis de inverter e de illudir.

Além disto, os serviços que o supplicante tem prestado prudente he considerar; mas não por este modo. A ponte custou muitos contos de réis; ha bastantes despezas para manter o registro, e he preciso que elle vantagem por algum modo, aliás, muito mingoaria os orçamentos, e alterando o calculo para os fundos, e contingente destinado ás despezas publicas. Occorre-me ter ouvido que a ponte se fizera no lugar mais estreito do Rio, e que no anno passado perigara, e talvez se inutilisasse, se a agua avançasse mais 5 palmos; convido por isso fazer-lhe desde já 2 lances, que ao todo tenham de 80 a 100 palmos e que não passarão de 10 a 125000 rs., segundo o ouvi a hum habil e zeloso engenheiro, qual o Tenente Coronel Manoel Joaquim Pardal. Ora, mais esta despeza por hum incuria, já da posição, já da pouca altura que se lhe deu, demanda subsidios, e esses actualmente só da mesma passagem devem provir, porque não estão orçados. He por isso que entendo que taes isenções actualmente só por acto legislativo se podem fazer, e que cumpre desde já prevenir o resulta-

(*) Aviso de 18 do Julho do 1818.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo subido á real presença de S. M. o requerimento incluso dos moradores do terreno das Villas de S. João Marcos e Rezende, em que pedem ser isentos do imposto de 640 rs. que pagão no registro de Taguahy de cada vez que por elle transitão, e assim mais de 720 que pagão pelos direitos do despacho, allegando ser esta pratica estabelecida ha annos, quando antecedermente só erão obrigados a apresentar bilhete do Comandante do districto em que moravão, tanta na vinda como no regresso desta Corte, o que ainda presentemente se observa com os moradores de Taguahy, Parahybuna, Sacra Familia e Cantagallo: he o mesmo A. S. servido, em attenção á sua supplica e á resposta que sobre ella deu o Desembargador Procurador da Real Corôa e Fazenda, mandar remetter ao Conselho o referido requerimento para nelle ser deferido como fór de justiça. O que V. Ex. fará presente no mesmo Conselho para que assim se execute. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 18 de Julho de 1818. — Thomaz Antonio de Villanova Portugal. — Sr. Conde de Paraty. — *Acha-se a fl. 177 do Liv. 4.º de Reg. do Conselho da Fazenda.*

do fatal que sentirá a Nação, vendo a ponte tão importante. e que tanto dispendio fez, e tanto tempo occupou, levada pelas agoas, quando podia atalhar-se, e o que não menos pungentamente soffrerá o Commercio interno. Assim, requeiro se consulte, para que S. M. o Imperador se digne applicar hum dos effeitos das suas constantes sollicitudes a este interessante objecto. Rio, 21 d'Agosto de 1829. — Nabuco.

O que tudo visto, parece ao Conselho que o supplicante sómente pôde ser deferido quando passe o Rio em canôa ou outra qualquer embarcação sua; porque não pôde ser obrigado a passar por huma ponte ou barca publica sómente, afim de se lhe exigir o respectivo direito de passagem; que, utilizando-se porém o mesmo supplicante da ponte ou barca de passagem publica, deve contribuir como qualquer outro passageiro. Rio de Janeiro, 9 de Outubro de 1829, anno 8.º da Independencia e do Imperio. — José Fortunato de Brito Abren Souza Menezes. — José Caetano d'Andrade Pinto. — Manoel José de Souza França. Foi voto do Conselheiro Luiz Thomaz Navarro de Campos.

Resolução. — Como parece. Paço, em 14 de Outubro de 1829. Com a Imperial rubrica — Miguel Calmon Dupin e Almeida.

RESOLUÇÃO DE 14 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

Pede o Visconde de S. Leopoldo faculdade para renunciar os officios de Juiz d'Alfandega de Porto Alegre e Rio Grande (de que he serventuario vitalicio), na conformidade da Carta de Lei de 23 de Novembro de 1770, § 28. O Procurador da Fazenda disse que, não sendo nova a pretensão, pois que depois da Carta de Lei Novissima de 11 de Outubro de 1827 se havião feito taes concessões, fiat justitia. O Conselho julga que o supplicante está nas circumstancias de obter favoravel deferimento, á vista de iguaes concessões, sem comtudo entender-se que são officios renunciaveis, como inculca, em contradicção com o seu Alvará de serventia vitalicia. Em 9 de Outubro de 1829.

Resolução. — Como parece. Paço, em 14 de Outubro de 1829. — Com a rubrica de S. M. I. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — *Acha-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

DECRETO DE 17 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

Querendo perpetuar a memoria do meu faustissimo consorcio com a Princeza Amalia de Leuchtemberg e Eischstoedt, por huma instituição util, que, assignalando esta época feliz, a conserve com gloria na lembrança da posteridade: E tendo sido em todos os tempos as distincções honorificas sabiamente consideradas, não só como dignas recompensas de acções illustres, mas como efficazes estimulos para emprehendê-las, e merecer por ellas o reconhecimento pu-

blico: Hei por bem crear huma Ordem, militar e civil, com a denominação de — *Ordem da Rosa* —. Nella serão admittidos os benemeritos, tanto nacionaes como estrangeiros, que se distinguirem por sua fidelidade á minha Augusta Pessoa, e serviços feitos ao Imperio; sendo regulada a sua organização pela maneira seguinte:

Art. 1.º O Imperador do Brasil he, e será sempre, o Gran-Mestre da Ordem; e o Principe Imperial, Herdeiro Presumptivo da Corôa, Grans-Cruz, e Grande Dignitario Mór. Os outros Principes da Familia Imperial serão todos Grans-Cruzes.

Art. 2.º Pelas classes em que he dividida, terá a ordem:

1.º 16 Grans-Cruzes; 8 Effectivos e 8 Honorarios. Nos lugares dos Effectivos que vagarem por morte, entrarão por antiguidade os Honorarios. Ninguém será nomeado Gran-Cruz, sem ter já por algum titulo o tratamento de Ex.

2.º 16 Grandes Dignitarios, com o tratamento de Ex.º

3.º 32 Dignitarios. Só o poderá ser quem tiver já por algum titulo o tratamento de S.º

4.º Os Commendadores, Officiaes e Cavalheiros que eu fôr servido nomear; gozando os 1.ºs do tratamento de Senhoria; os 2.ºs das honras e continencias que competem aos Coroneis; e os 3.ºs as dos Capitães.

Art. 3.º As insignias que toção ás diferentes classes são as dos desenhos annexos; e a fita cõr de rosa e branca.

Art. 4.º Os Grans-Cruzes Effectivos usarão de bandas da referida cõr, por cima da casaca ou tãrda, com hum collar formado de rosas d'ouro e esmalte, nos dias de Cõrte e Grande Gala. Nos mais dias trarão só as bandas por cima da vestia, como os Grans-Cruzes das outras ordens. Os Honorarios usarão do mesmo, sem collar.

Art. 5.º Os Grandes Dignitarios e os Dignitarios trarão a medalha pendente ao pescoço, e chapa na casaca; com a differença de não ter corôa a medalha e chapa dos 2.ºs.

Art. 6.º Os Commendadores e Officiaes usarão da medalha e chapa na casaca; com a mesma differença de não ter corôa a medalha e chapa dos 2.ºs.

Art. 7.º Os Cavalheiros trarão a medalha como usão os das outras ordens.

Art. 8.º O despacho e expediente da Ordem fica pertencendo á Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio.

José Clemente Pereira, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de Outubro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — José Clemente Pereira.

DECRETO DE 18 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

Sendo necessario designar o lugar da parada geral dos batalhões de caçadores n.ºs 10 e 11 de 1.ª linha do exercito, por não poder mais verificar-se no que fôr estabelecido por Decreto e Ta-

bella do 1.º de Dezembro de 1824: Hei por bem ordenar que a parada geral dos sobreditos 2 batalhões fique sendo, d'ora em diante, na Provincia de Minas Geraes, nos pontos que mais convier ao serviço. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e o faça executar com os despachos necessarios. Paço, em 18 de Outubro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio. — Com a Rubrica de S. M. I. — José Clemente Pereira.

DECRETO DE 18 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

Querendo dar ao exercito huma prova da minha imperial Clemencia, na occasião do meu faustissimo consorcio com a Princeza Amalia de Leuchtenberg e Eischtoed: Hei por bem, tendo ouvido o Conselho de Estado, conceder perdão a todos os militares que, por desgraça, tiverem desertado das suas bandeiras, se, dentro do prazo de 2 mezes, contados do dia em que este fôr publicado, nas respectivas Provincias, se apresentarem nos seus Corpos, ou aos Commandantes das Armas; e permittir que assentem praça em outro qualquer Corpo, quando assim o requerão, ou estiver fõra da Provincia aquella, a que pertencerem. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e o faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 18 de Outubro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — José Clemente Pereira.

AVISO DE 18 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — S. M. o Imperador ha de dar audiencia aos Tribunaes, no Paço da Cidade, á 1 hora da tarde do dia 18 do corrente, pelo fausto motivo da feliz chegada de S. M. a Imperatriz: o que V. Ex. fará presente á Casa da Supplicação. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 18 de Outubro de 1829. — José Clemente Pereira. — Sr. Visconde de Alcantara. — *Acha-se no Livro respectivo da Casa da Supplicação, n. 15.*

AVISO DE 23 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao aviso de V. Ex. de 18 de Janeiro do corrente anno, acompanhando a copia do officio do Consul Brasileiro na Cidade do Porto (*), cumpre-me communicar

(*) Illm. e Exm. Sr. — Pela copia do officio de 23 de Agosto ultimo, ao Presidente da Provincia da Bahia, documento nelle referido que acompanhou o do 4.º de Setembro, dirigido a V. Ex., veria V. Ex. exposto hum dos meios, com que as partes procunão illudir neste Consulado seus devidos e legaes emolumentos. Agora pretendo tratar de outro que costumão praticar com as habilitações, cuja execução deve ter lugar no Imperio.

Para se evadirem aquelles emolumentos requerem elles a Juizes Portuguezes, procederem em taes justificações,

aV. Ex. que, na data de hoje, ficão expedidas as ordens necessarias, afim de se não cumprirem as Precatorias que possão vir das Justicas de Portugal. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 32 de Outubro de 1829. — José Bernardin Baptista Pereira — Sr. Marquez d. Aracaty.

AVISO DE 25 DE OUTUBRO.

Manuscripto authenticco.

Julgando de muita vantagem á Fazenda Publica o projecto de fazer arrecadar em hum Trapiche, por conta da Administração das Diversas Rendas, alguns dos productos de nossa cultura, e industria, para que se evite por meio de huma fiscalisação regular o notorio extravio dos direitos nacionaes; e sabendo que o Trapiche d. Ordem se acha arrendado a Vm., ou a huma companhia, de que he socio: desejo saber, de ordem de S. M. o Imperador, se a indicada companhia quer sublocar á Fazenda o mesmo Trapiche, ou ceder-lhe todo o direito que ora tem ao seu uso; e bem assim as condições e termos com que se proporá a fazer a referida sublocação, ou cessão. Deos guarde a Vm. Paço, 25 de Outubro de 1829. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — Sr. Antonio José de Brito.

AVISO DE 26 DE OUTUBRO.

Manuscripto authenticco.

S. M. o Imperador, a quem fiz presente o officio de Vm. de 10 do corrente, que acompanhou

por actos testemunháveis ou documentos, fazem suas provas que são pelos mesmos Juizes julgadas habilitadas, proferindo sentença, as quaes apresentão no Consulado, para obterem a certidão de ser verdadeiro o signal do Juiz ou Tabelião que as reconhece, evitando assim de o fazerem nelle.

Parecem-me sempre absurdo este modo de proceder em taes actos; porém, como julguei os Juizes no Brazil não estarião por huma tal sentença que ataca tanto a sua Independencia como a do seu Corpo Judicial, e a acção da competencia de Juiz, ficaria sem effeito, não só tal sentença, mas os documentos comprobativos em que ellas se fundão, vista a falta da qualificação consular neste caso em cada hum delles, que exige o § 41 das instrucções, como disse no documento que acompanhou aquelle officio, existem como lei do Imperio.

Não tendo porém nenhum daquelles documentos voltado a buscar aquella qualificação, infiro que os Juizes no Brazil são igualmente illudidos, ou dando execução aquellas sentenças, ou como validos aquelles documentos para fundarem novas sentenças, cujo abuso e usurpação de jurisdicção e da qualificação dos documentos, nos termos referidos, parece não dever existir em contradicção á lei e grave damno daquelles emolumentos por aquellas instrucções estabelecidos.

Devo tambem dizer que neste Consulado se tem igualmente apresentado a qualificação, algumas precatorias passadas por diferentes Juizes nestes Reinos para ter execução, o que tambem me parece incompetente, e sobre o que ha dias soube, pelo Desembargador Alexandre Thomaz de Moraes Sarmiento, desta Relação, nella se haver negado dar execução a huma passada no Imperio, como paiz estranho, o que tudo communico a V. Ex. para que, levando ao conhecimento de S. M. I., se sirva dizer-me o que o mesmo A. S. fôr servido resolver para meu governo ou taes assumptos. Deos guarde a V. Ex. muitos annos. Porto, 24 de Novembro de 1827. — Illm. e Exm. Sr. Marquez de Queluz, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros. — De V. Ex. muito respeitoso, attento e venerador. — Antonio da Silva Caldeira.

os do Juiz de Paz da Freguezia de Nossa Senhora do Amparo, da Villa de Maricá, de 21 e 27 de Agosto deste anno, em resposta ás representações que contra elle fizeram Francisco Mendes de Carvalho e Luiz José d'Alvarenga, posto que viesse no conhecimento do quanto crão mal fundadas taes representações, comtudo, ordena S. M. advirta ao mesmo Juiz de Paz que não deve jámais usar das exageradas expressões de que se servio nos referidos officios, sobre o seu bom serviço e opinião de serem as medidas que tomou salutaes para conter os maos a praticarem violencias e arbitrariedades, porque os Empregados publicos, procurando desempenhar exactamente as suas obrigações, devem esperar que os louvores lhes sejam dados pelos Superiores e pelo Publico, que não lhes faltará á justiça de que se fizerão dignos, e que, mesmo para reprimir e conter os maos, só serão licitas e salutaes as medidas que, indicadas pelas leis, forem regularmente postas em practica. Deos guarde a Vm. Paço, em 28 de Outubro de 1829. — Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. — Sr. Ouvidor da Comarca do Rio de Janeiro. — *Acha-se a fl. 86, v. 87 do Liv. 10 da Corte, na Secretaria da Justiça.*

PROVISÃO DE 26 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Miguel Calmon du Pin e Almeida, etc.: Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul que S. M. o Imperador, por immediata resolução de 10 do corrente mez, tomada em consulta de 7, do Conselho da Fazenda, a que mandou proceder acerca do officio da dita Junta, de 10 de Março do anno passado, no qual expõe como meio mais conveniente contractar-se o imposto de 16⁰⁰ rs. nas tabernas e lojas de bebidas da dita Provincia, do que estar a sua arrecadação a cargo das Camaras Municipaes, visto o atrazo que ha na respectiva collecta: Houve por bem determinar que, não sendo esta renda da natureza daquellas que, pela difficuldade de seu mancio, exigem ser arrematadas; e no caso de não ser determinada na Carta Regia de 18 de Maio de 1801, que estabeleceu o dito imposto, a intervenção das Camaras na sua cobrança, aliás menos bem aconselhada pelos interesses da melhor arrecadação: ponhasse em Administração a mesma renda, nomeando a Junta exactores, que sejam abonados com fianças, os quaes, com escriptões proprias de sua receita, procedão a hum exacto lançamento de todos os botequins e tabernas do Districto da sua arrecadação, e fação entrar na Thesouraria Geral o que arrecadarem no fim de cada mez, se estiverem no lugar da residencia da Junta, ou a quarteis, estando mais longe; e outrossim que a estes exactores se annexe a cobrança de outras rendas de recebedoria diaria, como a do sello do papel, imposto a favor do Banco, sisa de bens de raiz, e meia sisa dos escravos fadinos, e 5 réis de subsidio imposto na carne verde de vacca de consumo; arbitrando-se-lhes huma com-

missão razoavel, que cubra as despesas do custo das rendas cobradas, e chegue para satisfazer o trabalho do exactor e escrivão da sua recebedoria, aos quaes se devem dar instrucções, que regulem o methodo da cobrança e escripturação respectiva, de maneira que, em livros proprios, e nunca em hum só, se assente cada huma das rendas com distincção de épocas, de pessoas e quantias de que procedem as addições arrecadadas. O que tudo se participa á dita Junta para sua intelligencia e execução. Justino José de Araujo a fez. Rio de Janeiro, em 26 de Outubro de 1829. — João José Rodrigues Vareiro a fez escrever. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — *Acha-se no Diario Fluminense, n. 104, de 26 de Outubro de 1829.*

CIRCULAR DE 30 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

S. M. o Imperador, tomando em consideração o seu officio de 11 do corrente mez, sobre a necessidade de tornar se vigorosa a saudavel providencia dada em Provisão de 20 de março do 1812, e desejando occorrer a quaesquer irregularidades, que possão haver nos despachos de generos de estiva, sem comtudo retardar ou embaraçar as operações do commercio, ha por bem ordenar: 1.º Que V. m. passe a nomear hum official da alfandega, intelligente e probo, e da sua confiança, para que assista á descarga dos generos da estiva, nos trapiches em que devão ser recolhidos, e nas praias em que deverão ser desembarcadas, e ahi verifique se taes generos conferem com as amostras pelas quaes forão despachados, e com os despachos pelos quaes pagarão direitos, com ordem de aprehender todos aquelles que não conferirem. 2.º Que para habilitar o referido Official a poder preencher a laboriosa Commissão de que he encarregado, V. m. porá ás ordens delle seis Guardas de reconhecida probidade e zelo, que serão occupados diariamente, inclusive os dias santos de guarda, na verificação acima indicada, devendo o mesmo official vencer, além do ordenado do seu emprego, a gratificação mensal de 50.000 réis que lhe será augmentada á medida que for sendo mais patente a grande utilidade que se espera desta medida; e abonando-se aos Guardas (que serão afiançados) além do jornal de 1.000 a gratificação diaria de 200 réis, que igualmente lhes será augmentada como dito fôra; e 3.º que, para o fim de se poder executar como convém, V. m. faça intimar a todos os donos, ou administradores, ou caixeiros dos trapiches desta Cidade, que não dem sahida a generos alguns da estiva, sem que sejam primeiramente examinados pelo referido official, e sem que se lhes apresente o competente despacho com o —visto— e rubrica do mesmo Official. debaixo da pena imposta aquelles que extravião os direitos nacionaes. O que participo a Vm. para sua intelligencia e devida execução.

Deos guarde a Vm. Paço, em 30 de Outubro

de 1829. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — Sr. Desembargador Juiz da Alfandega interino desta Côrte. — *Acha-se no Diario Fluminense, n. 104, de 2 Novembro de 1829.*

DECRETO DE 31 DE OUTUBRO.

Coll. Plancher.

Hei por bem nomear na conformidade do art. 3.º da Carta de Lei de 23 de Setembro deste anno, a José Antonio Lisboa do meu Conselho, a Ignacio Ratton Deputado da Junta da Caixa d'Amortisação, e a Manoel Joaquim de Oliveira Leão Contador Geral da Primeira Repartição do Thesouro Nacional, para membros da Commissão do Governo, que se deve empregar nos objectos designados no Art. 4.º da dita Carta de lei regulando-se a este respeito pelas instrucções que com este baixa assignadas por Miguel Calmon du Pin e Almeida, do meu Conselho, Ministro Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Thesouro Nacional, que mandará abonar a cada hum dos ditos membros duzentos mil réis por mez de gratificação, emquanto durarem os trabalhos da referida Commissão. O mesmo Ministro e Secretario de Estado o tenha assim entendido, e o faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 31 de Outubro de 1829, 8.º da Independencia do Imperio. — Com a rubrica de S. M. o Imperador. — Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO DE 31 DE OUTUBRO.

Coll. Plancher.

Hei por bem nomear para membros da Commissão d'assignatura das notas, que, em conformidade do Art. 5.º da Carta de Lei de 23 de Setembro passado, devem substituir as actuaes do Banco do Brazil, as pessoas constantes da relação com que este baixa, assignada por Miguel Calmon du Pin e Almeida, do meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Thesouro Nacional, que assim o terá entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 31 de Outubro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. o Imperador. — Miguel Calmon du Pin e Almeida.

RELAÇÃO das pessoas nomeadas para a commissão d'assignatura das notas que devem substituir as actuaes do Banco, conforme o artigo quinto da Carta de Lei de vinte e tres de Setembro deste anno.

José de Rezende Costa do Conselho de S. M. o Imperador. — Joaquim José Pereira de Faro. — José Francisco de Mesquita. — Joaquim Antonio Ferreira. — Pedro José Bernardes. — José Lima Moura. — Joaquim Teixeira de Macedo. — José Francisco Bernardes. — Manoel José da Silva. — José Ferreira dos Santos.

Palacio do Rio de Janeiro, em 31 de Outubro de 1829. — Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO DE 31 DE OUTUBRO.

Coll. Plancher.

Constando-me, por officio do Presidente do Ceará, que alguns individuos esquecidos do seu solenne juramento ao Governo Constitucional, que felizmente rege este Imperio, e que eu muito desejo manter, attentavão contra a sua existencia, afim de proclamarem ali o Governo absoluto, e exigindo a segurança do Estado, que em taes circumstancias, attenta a distancia em que se acha a referida provincia, se adoptem promptas e energicas medidas, não só para extirpar e punir na sua origem tão horroroso crime, como para fazer cessar o progresso de seus terriveis effeitos: hei por bem, tendo ouvido o meu Conselho de Estado, e na conformidade do artigo cento setenta e nove, paragrapho trinta e cinco da Constituição, ordenar que, no caso de se ter desgraçadamente realisado tão detestavel projecto, se suspendão provisoriamente na sobredita Provincia, por tempo de seis mezes, (se antes se não tiver conseguido o restabelecimento da ordem, e a perfeita tranquillidade della) os paragraphos quarto, sexto, septimo, oitavo, nono e decimo do citado artigo, para que, sem as formalidades nelles marcadas, se possa proceder contra quaesquer pessoas complicadas neste delicto, ficando todos os mais em seu inteiro vigor. Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, do meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em 31 de Outubro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. o Imperador. — Lucio Soares Teixeira de Gouvêa.

RESOLUÇÃO DE 31 DE OUTUBRO.

Manuscripto authenticico.

Senhor. — Por portaria da Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio de 31 de Março do corrente anno, mandou V. M. I. remetter a este Conselho o requerimento de Antonio Machado de Carvalho, do theor seguinte: «Senhor: diz Antonio Machado de Carvalho que, tendo em tempos de sua prosperidade, levado do desejo de ser util a seus semelhantes, prestando, quanto em si esteve, não ordinarios serviços aos povos da provincia do Rio da Prata, e muito principalmente aos de Montevideo e Buenos-Ayres, quaes, além de outros, o ir tomar a si a subscrição a favor da praça de Montevideo, quando em apertado sitio; socorrer com supprimentos aos expedientes de ambos os mundos, afim de que seus navios podessem seguir viagem; e finalmente o de levar a seu custo ao Rio da Prata a vaccina, em tempos que os estragos da peste assolavão aquelles povos, como tudo consta do documento e attestados juntos; acontece que, sendo adversa a sorte, em tempos que aquella provincia se achava unida a este Imperio, e de elle fazia parte, requeresse o Supplicante para si, já paralytico, e 5 filhas huma pensão pecuniaria, em remuneração dos serviços prestados

a aquella provincia; seu requerimento, que remettido fôra á Camara, e acolhido voltou, foi mandado consultar ao Conselho de Fazenda, que consultou a prestação do Supplicante não ter lugar, em consequencia da resposta do Procurador da Gorôa e Fazenda Nacional, em que affirmava já ter sido o Supplicante remunerado com a pensão de 650.000 réis, em sua vida, e de todas suas 5 filhas. O Supplicante, Senhor, não se pôde poupar a levar respeitosamente ao conhecimento de V. M. I. que esta pensão, filha da munificencia de V. M. I., em consequencia dos serviços prestados pelo Supplicante á sua Nação, jámais podião ser confundidos com aquelles que mostra feitos a huma Provincia estrangeira, e que depois fez parte deste Imperio. O Supplicante julga que a 1.ª graça não o inhabilita para poder gozar da 2.ª, huma vez que os serviços que sacrificia para a sua aquisição são diversos, e em tempos diversos prestados. N'estas circumstancias, pois, vem o Supplicante novamente á Augusta Presença de V. M. I., de cujo bemfazejo coração espera que, attendendo ao estado de saude do Supplicante, e á sua numerosa familia, annuirá a sua supplica, fazendo-lhe a graça de, em attenção a seus relevantes serviços prestados á provincia do Rio da Prata, conceder-lhe huma pensão pecuniaria, durante a sua vida e das suas 5 filhas. Pede a V. M. I. se digne deferir ao Supplicante como requerido tem. E. R. M. — A. Machado de Carvalho.

Depois de satisfazer o Supplicante a diversas requisições do Procurador da Fazenda Nacional, respondeu este ultimamente, sendo ouvido, o seguinte: — Deve manter na Imperial Resolução de 7 de Novembro de 1828. Na verdade, seria extraordinario que o Imperio, principalmente depois da Convocação Preliminar de 7 de Agosto de 1828, gravasse os seus cofres com rendas prestadas delles a quem servio e utilisou em paiz estrangeiro, e que, demais, em tempo em que elle fazia parte do Imperio, fôra já considerado, e em tanta forma qual a que se depura dos dos argumentos produzidos na Consulta de 4 de Setembro do anno passado, e dos documentos que ora, pela 3.ª vez, apresenta. Indeferivel he pois o pedido. Rio, 21 de Agosto de 1829. — Nabuco.

Depois o Corregedor Fiscal das Mercês disse: — Conformo-me com a resposta do D. Procurador da Fazenda. Rio, 3 de Setembro de 1829. — Souza.

O que tudo visto, parece ao Conselho que os serviços que allega o Supplicante, e que V. M. I. manda consultar, não pertencem á classe d'aquelles que cumpre remunerar, accrescendo serem prestados a huma nação estrangeira. Rio, 5 de Outubro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio. — João Prestes de Mello. — José Caetano de Andrade Pinto. — Manoel José de Souza França.

Resolução. — Como parece. Paço, 31 de Outubro de 1829. — Com a rubrica imperial — José Clemente Pereira. — Acha-se o original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.

RESOLUÇÃO DE 31 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

Deu parte o Escriptão do Conselho da Fazenda em officio de 16 de Março de 1829, de haver offerecido melhor lance em praça do mesmo Conselho, Thomaz Rafael dos Santos Pires, pelo trabalho e despeza do Sello da Alfandega da Côrte, sendo a differença a favor da Fazenda Nacional, a de 3:562\$151 réis. O Procurador da Fazenda respondeu que era conveniente ultimar a arrematação pelo lance offerecido por Thomaz, visto preencher-se assim com vantagem o disposto no Art. 2.º da lei de 6 de Novembro de 1828. Que porém convinha declarar que o Sello deve ser sempre feito por impressão, e que deve ficar por conta dos arrematantes a maior despeza proveniente da revogação da resolução de 9 de Março de 1814, e aviso de 7 de Janeiro de 1809, que dispensava de serem desmanchados os fardos destinados á costa d'África.

O Escriptão da mesa do Thesouro foi de parecer, que devia o negocio tornar ao Conselho sem final decisão, por cumprir, ventilar-se o que sobre elle pondera o dito Procurador da Fazenda.

O Conselheiro Thesoureiro Mór se conformou com o referido parecer. Remettido o negocio ao Conselho da Fazenda, foi novamente ouvido o Procurador da mesma, o qual respondeu: Que sustentava a necessidade das declarações, e que notava mais, que, sendo geralmente sabido, o licitante estava adstricto ao contracto das Capatacias, e a presidir ao serviço d'ellas, não sabia se tornava inconciliavel, ou mesmo suspeito este encargo, as condições 7.ª, 9.ª, 15.ª, 16.ª, 17.ª, 22.ª, 23.ª, 24.ª, 27.ª e 29.ª que acompanhão a provisão de 26 de Agosto de 1820, e resolução de 22 do mesmo mez e anno, e que forão renovadas e sustentadas pela resolução de 16. em consulta de 15 de Dezembro de 1824, de 6 de Abril em a de 21 de Março de 1825, e que ainda procedem na arrematação, que fôra annunciada na consulta do 1.º de Outubro resolvida em 7 de Dezembro de 1827. Entretanto, dirigirão Thomaz Soares de Andrade, Manoel Gomes de Oliveira Couto, e Antonio José de Brito, hum requerimento ao Conselho, pedindo que se houvesse como ratificado por elles o lance offerecido pelo fallecido Thomaz Rafael, com declaração de principiar o contracto no 1.º de Janeiro de 1830.

O Procurador da Fazenda respondeu que cada vez mais se convencia da inconveniencia da admissão dos supplicantes para a arrematação em questão, por já estarem engajados em huma empresa que tem daquella tanta dependencia. Que estando a findar-se o prazo do commercio da escravatura, o lucro proveniente á Fazenda do maior lance, não estava em proporção com a despeza que se deixaria de fazer se continuasse o dito commercio. Entendia, pois, que devia consultar-se o negocio sobre novo calculo do Juiz d'Alfandega em que fosse attendida esta circumstancia, e a economia de que he susceptivel a Casa

do Sello, e a diminuição do preço do chumbo e fio, no caso de subir o cambio. Pareceu ao conselho que, havendo procedido em forma, e preenchido pontual e exactamente as formalidades legais e do estylo, em vista da lei e ordem de S. M. o Imperador, nada mais delle se podia exigir a não ser a ultimação dependente da resolução do mesmo Augusto Senhor. Entendia que as duvidas do Procurador da Fazenda erão fundadas, humas sobre supposições que não são do conhecimento do mesmo conselho, outras sobre factos que se podem deduzir de expressão das mesmas condições approvadas por S. M. I., com que fôra posto em praça o referido contracto: e que, portanto, nenhum peso merecem, são desnecessarias e não augmentão ou segurança os interesses da Fazenda. Que, se Thomaz Rafael he, e que por eleição do arrematante das capatacias, Thomaz Soares, de que he socio, administrador do mesmo contracto, não he do conhecimento do conselho, e ainda que assim fosse, não obsta a ser arrematante das despesas do Sello, por isso que em qualquer destes contractos se não exige a administração nominal de Thomaz Rafael, mas a sua responsabilidade ao cumprimento das obrigações do contracto, sendo a designação dos administradores de livre arbitrio dos contractadores. Que estava expressamente declarado na 1.ª condição, que o sello seria sempre por impressão, e que finalmente foi por ordem que se estabeleceu a maneira por que ora se sellão na Alfandega as fazendas para a costa de Leste: e que os motivos que a ella derão lugar subsistem. Que felizmente estava a findar-se o commercio da escravatura, mas, ainda quando assim não fosse, admittida a reclamação do Procurador da Fazenda, seria necessario estabelecer nova condição, e correrem novos lances, extincta a obrigação dos que os derão, visto que crescia muito a despeza. Declara á final o Conselho, que, se tivesse ouvido a tempo sobre a necessidade ou utilidade de semelhante contracto, talvez podesse ter feito vera S. M. o Imperador e ao Poder Legislativo, que em toda a sua extensão o tal contracto he ou pôde vir a ser muito prejudicial aos interesses da Fazenda, ainda quando fo-se nullo mais notavel a diminuição do preço. Mas havendo hoje huma lei, tudo quanto se poderia ter dito a tal respeito, he ao presente intempestivo. Em 7 de Outubro de 1829.

Resolução.— Declare o Conselho as razões em que se funda para julgar que este contracto he ou pôde vir a ser muito prejudicial aos interesses da Fazenda. Paço, em 31 de Outubro de 1829. — Com a rubrica de S. M. o Imperador. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — *Acha-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

AVISO DE 3 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authentic.

Hlm. e Exm. Sr. — S. M. o Imperador mandam remetter a V. Ex. as inclusas copias dos avisos dirigidos á Sociedade Arrematante do Tra-

piche da ordem, sobre a sublocação do dito Trapiche, e as respostas originaes que a esta proposta deu o socio Antonio José de Brito, afim de que V. Ex. faça reduzir á escriptura o mencionado contracto; avisando para isso ao referido Brito. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 3 de Novembro de 1829. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — Sr. Barão de Itapuaçu.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo apresentado á Companhia Arrematante do Trapiche da Ordem o officio de V. Ex. de 25 do corrente, em que deseja saber as condições e termos com que se proporia fazer a sublocação ou cessão dos direitos que ora tem sobre o mesmo Trapiche, a mesma Companhia me tem autorizado, como seu socio, a responder a V. Ex. que nenhuma duvida tem em effectuar semelhante transpasse, sendo do interesse da Fazenda Nacional.

A mesma Companhia tem por isso pensado receber 4:000\$000 de réis annuaes, pelo tempo que falta a concluir sua arrematação, ou a razão de 3:500\$000 réis, se por ventura o Thesouro Publico quizer pagar immediatamente todos os 7 annos que tem ainda de correr.

Perante o pagamento das sommas indicadas, que representam menos que o minimum dos interesses que a Companhia podia retirar, ella se lisongea de que nenhum sacrificio lhe será custoso em proveito dos interesses da Fazenda Nacional, mórmente tendo V. Ex. á sua testa, cuja pontualidade nos contractos publicos tanto tem penhorado o Commercio desta Capital. Deos guarde a V. Ex. Rio de Janeiro, 30 de Outubro de 1829. — Ilm. e Exm. Sr. Miguel Calmon du Pin e Almeida. — Antonio José de Brito.

Ilm. e Exm. Sr. — Posto que a somma de 18:000\$000 rs. em 2 pagamentos de 30 e 60 dias que V. Ex. offerece em seu officio de hoje, cuja recepção tenho a honra de accusar, seja muito disproporcionada aos interesses que a Companhia Arrematante do Trapiche da Ordem deve, com razão, esperar do seu arrendamento; ella, de commum accordo, recebe esta offerta, e está prompta por isso a transpassar ao Thesouro o direito e acção que, em virtude do seu contracto, tem ao uso do referido Trapiche, ficando a Fazenda Publica inteiramente responsavel á Ordem Terceira Proprietaria.

Assim, a Companhia se lisongea de dar a V. Ex. huma prova não equivocada de seus sentimentos pelos interesses nacionaes, esquecendo-se dos seus proprios pelo bem publico. A Companhia espera que V. Ex. reconhecerá neste acto o quanto ella sabe apreciar a administração de V. Ex., vendo igualmente nelle hum sentimento de gratidão pelo muito que V. Ex. tem feito a prol do Commercio. Deos guarde a V. Ex. Rio de Janeiro, 3 de Novembro de 1829. — Ilm. e Exm. Sr. Miguel Calmon du Pin e Almeida. — Antonio José de Brito.

Tendo recebido a sua carta de 30 de Outubro proximo passado, em que me declara o desejo que tem a Companhia de que Vm. he socio, de

ser util á Fazenda Publica, não hesitando sublocar ou transpassar á mesma Fazenda o Trapiche da Ordem, mediante a somma annua de 4:000\$000 no decurso dos 7 annos que ainda tem do seu contracto, ou a entrega de huma somma na razão de 3:500\$000 réis por anno durante o indicado periodo, se a Fazenda quizer pagar immediatamente. Cumpre-me assegurar a Vm. para que o faça presente á Companhia, que o Thesouro Publico prefere ao pagamento annua da quantia de 4:000\$000 a entrega de huma somma até 18:000\$000 de réis, em duas letras sobre o Thesoureiro Mór, pagaveis a 30 e 60 dias; transpassando a mesma Companhia ao Thesouro todo e qualquer direito e acção que, por virtude do seu contracto, possa ter ao uso do referido Trapiche, pelo qual ficará a Fazenda Publica inteiramente responsavel á Ordem Proprietaria. Deos guarde a Vm. Paço, 3 de Novembro de 1829. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — Sr. Antonio José de Brito.

ALVARÁ DE 5 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

Eu o Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Imperio do Brazil: Faço saber aos que este Alvará virem que, tomando em consideração a elevada qualidade do Principe de Eichstoedt e Duque de Leuchtenberg, e querendo dar-lhe huma prova da distincta affeição que me merece: Hei por bem que, na minha Corte, e em todas as partes d'este Imperio, se lhe dê o tratamento de Alteza Real, tanto de palavra como por escripto. E este se cumprirá como nelle se contém, sem duvida ou embargo algum, pois assim he minha vontade, publicando-se na Chancellaria Mór do Imperio, e registando-se em todas as Repartições onde por costume se deve registrar. Dado na Cidade e Corte do Rio de Janeiro, aos 5 de Novembro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio. — IMPERADOR com guarda — José Clemente Pereira.

CARTA IMPERIAL DE 5 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

Principe de Eichstoedt e Duque de Leuchtenberg, Amigo: Eu D. Pedro, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Imperio do Brazil, vos envio muito saudar, como aquelle que muito Amo e Prezo. Tendo-me sido extremamente grata a vossa vinda a este Imperio na occasião afortunada do Meu Fausto Consortio com a Princeza Amelia de Leuchtenberg vossa Irmã, e hoje Minha Muito Amada e Presada Mulher: e desejando, em attenção ás altas qualidades que vos distinguem, Mostrar, por hum testemunho que dure na memoria dos homens, o puro affecto que vos Consagro e a justa estimação que faço de vossos sublimes meritos e virtudes: Hei por bem e Me Praz Conferir-vos o Titulo de Duque de Santa Cruz, com o Tratamento de Alteza Real. Nosso Senhor vos haja

em Sua Santa Guarda. Escripta no Palacio da Boa Vista, em 5 de Novembro de 1829, S.^a da Independencia e do Imperio. — IMPERADOR COM guarda. — José Clemente Pereira. — Para o Principe de Eichstoedt.

AVISO DE 6 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — Havendo S. M. o I., por Decreto de 4 do corrente, concedido ao Conselheiro José Paulo Figueirôa Nabuco e Araujo a demissão que lhe pedira do lugar de Deputado Fiscal da Junta da Fazenda dos Arsenaes do Exercito, Fabricas e Fundições: Ha o M. S. por bem Ordenar que, enquanto se não Digna Mandar fazer nova Nomeação, V. Ex. passe a servir o referido lugar de Deputado Fiscal, e nos seus impedimentos o Ajudante do Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 6 de Novembro de 1829. — José Clemente Pereira. — Sr. Barão de Itapum.

PROVISÃO DE 6 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Miguel Calmon du Pin e Almeida, etc. Faça saber á Junta da Fazenda da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, que S. M. o I. Ha por bem Ordenar que a dita Junta remetta huma relação de todas as propriedades Nacionais existentes nessa Provincia, indicando o actual estado delles; o uso a que se achão applicadas; as suas confrontações ou descripções, e o seu valor actual no conceito de pessoas intelligentes, e declarando ao mesmo tempo se alguma he necessaria para o serviço publico: cumprindo que a referida relação chegue ao Thesouro até 20 de Abril do anno futuro, afim de que o Ministerio da Fazenda possa executar o Art. 10 da carta de lei de 23 de Setembro do corrente anno. O que a mesma Junta assim terá entendido e cumprirá sem duvida alguma. José Nunes Ferreira a fez. Rio de Janeiro, em 6 do Novembro de 1829. — João José Rodrigues Vareiro a fez escrever. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 112 de 11 de Novembro.*

AVISO DE 9 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — S. M. o Imperador, em solução ao que V. Ex. expõe no seu officio de 29 de Outubro findo, com a representação do Coronel Manoel Antonio Leitão Bandeira, Presidente do Conselho de Guerra do Major Luiz Jaime de Magalhães Coutinho, manda declarar a V. Ex., que a disposição do artigo 3.^o do decreto de 12 de Abril de 1824, que admittê as partes reprovar ou contraditar verbalmente as testemunhas de seu adversario, he applicavel aos Conselhos de Guerra pela generalidade da sua expressão.

Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 9 de Novem-

bro de 1829. — José Clemente Pereira. — Sr. Conde do Rio Pardo. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 115 de 14 de Novembro de 1829.*

PORTARIA DE 10 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Inteirado S. M. o Imperador da maneira prudente e circumspecta com que se houvera com o Commandante interino das Armas da Provincia do Ceará, João de Araujo Chaves, o Presidente da mesma Provincia, por occasião das ordens em conselho que dirigira aquelle Commandante para a mudança da prisão de Mecuripe, a que elle se negara; e julgando mui digna de censura a reprehensivel fôrma por que o referido Commandante das Armas se oppôz ao cumprimento de taes ordens, chegando ao excesso de faltar ao respeito devido ao Presidente como primeira autoridade da Provincia: manda o mesmo Senhor, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra, estranhar o procedimento e insubordinada conducta do mencionado Commandante das Armas interino, e advertir-lhe que lhe incumbe inteira sujeição ao Presidente da Provincia, em todos os objectos da administração, que nada tem com a disciplina e economia particular da Tropa. Palacio do Rio de Janeiro, em 10 de Novembro de 1829. — José Clemente Pereira. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 115, de 14 de Novembro de 1829.*

AVISO DE 10 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authentic.

Tendo S. M. o Imperador, no faustissimo dia 18 do mez antecedente, nomeado para Bispo de Pernambuco a Monsenhor D. João da Purificação Marques Perdigão, em consequencia da renuncia inclusa, que fizera o Bispo eleito do mesmo Bispado D. Thomaz de Noronha, e para Bispo de Cuyabá ao Conego Placido Mendes Carneiro; mas, não havendo presentemente nesta Côrte Nuncio Apostolico para proceder á competente habilitação dos mesmos Bispos eleitos, afim de se lhes passar as respectivas cartas de apresentação, cumpre que V. Ex. expeça as ordens que forem necessarias ao nosso Agente na Côrte de Roma, para solicitar de Sua Santidade que haja de autorisar para o referido fim o Bispo Capellão mór, como o foi já para o Arcebispo da Bahia, e Bispos de S. Paulo e Maranhão. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 10 de Novembro de 1829. — Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. — Sr. Marquez de Aracaty. — *Acha-se a fl. 77 v. do Liv. 10 da Côrte, na Secretaria da Justiça.*

PORTARIA DE 11 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Sendo presente a S. M. o Imperador o officio da Camara Municipal da Villa de S. Salvador dos Campos dos Goitacazes, na data de 20 de Outu-

bro proximo passado, em que pede esclarecimentos sobre a duvida em que se acha, se lhe pertence ou não a nomeação do Thesoureiro das rendas nacionaes, á vista do Art. 90, do Tit. 5.º da lei do 1.º de Outubro de 1828, pela razão de lhe ser dirigida pela Junta da Fazenda da Cidade da Victoria essa nomeação, em consequencia da demissão concedida a Manoel da Silva Leite: Manda o mesmo Senhor, pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio, declarar á referida Camara que lhe não compete fazer tal nomeação, nem ella pôde ser valiosa, por incompetente e illegal, e por isso ha por bem que revogue immediatamente a nomeação que tem feito. Palácio do Rio de Janeiro, em 11 de Novembro de 1829. — José Clemente Pereira. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 117, de 17 de Novembro de 1829.*

AVISO DE 12 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente a S. M. o Imperador o officio de V. Ex., na data de 18 de Setembro do corrente anno, em que participa terem as Camaras dessa Provincia recusado continuar a fazer, como até agora, pelos bens do Conselho, o fornecimento de quartel, luz, agua e tarimba para a tropa da guarnição das cadeas, e do serviço das rondas, citando em seu favor o Art. 74 do Tit. 4.º da carta de lei do 1.º de Outubro de 1828, e o mesmo Senhor ha por bem declarar a V. Ex., em resposta ao referido officio, que a dita lei desonera as Camaras das despesas mencionadas, as quaes devem ser feitas pela Fazenda Publica.

Deos Guarde a V. Ex. Palácio do Rio de Janeiro, em 12 de Novembro de 1829. — José Clemente Pereira. — Sr. Manoel Joaquim Pereira da Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 117, de 17 de Novembro de 1829.*

PORTARIA DE 12 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Expeça Vm. as mais terminantes ordens para que todas as embarcações costeiras que trouxerem a seu bordo aguardente da terra e assucar em saccos passem a fundear, antes da visita, defronte do Trapiche da Ordem, assim de que descarreguem e recolhão no mesmo trapiche os referidos generos, sob pena de apprehensão, por extraviio, quando o não fação. O que Vm. executará.

Deos Guarde a Vm. Paço, em 12 de Novembro de 1829. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — Sr. Desembargador Juiz interino da Alfandega. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 115, de 14 de Novembro de 1829.*

PORTARIA DE 12 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

O Administrador de Diversas Rendas Nacionaes faça intimar por hum Agente da mesma Ad-

ministração, digno de confiança, a todos os donos ou administradores dos Trapiches desta Cidade e suas visinhanças, que não recolhão ou recebam nos mesmos Trapiches, depois de lhes ser feita a intimação, a aguardente da terra envasilhada, que vier para o mercado desta Capital, e o assucar ensaccado que entrar de barra fóra, visto que ambos estes generos passão a ser arrecadados e recolhidos no Trapiche da Ordem, ora administrado pela Fazenda Publica, conforme o edital desta data, sob pena de serem julgados como extraviadores dos Direitos Nacionaes aquellos donos ou administradores que, em contravenção da presente ordem, receberem ou recolherem nos seus Trapiches os indicados generos. O que cumpra. Rio de Janeiro, 12 de Novembro de 1829. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 115, de 14 de Novembro de 1829.*

PORTARIA DE 12 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Nomeio a José Ferreira da Costa Braga, Feitor do pateo d'Alfandega, para servir interinamente de Administrador do Trapiche da Ordem, arrendado por conta da Fazenda Publica, cumprindo-lhe nessa qualidade executar o seguinte: 1.º, não receber de hoje em diante, no mesmo Trapiche, genero ou mercadoria alguma por conta de particulares; 2.º, avisar aos donos ou consignatarios dos generos, ou aos que actualmente no mesmo Trapiche, á hora que os retirem para outros, dentro de dous dias depois de feito o aviso, assim de que as coxias sejam evacuadas sem perda de tempo; 3.º, fazer e remetter ao Thesouro huma relação dos generos e objectos pertencentes ás presas que se acharem no mesmo Trapiche, para que sejam tomadas a respeito delles as convenientes medidas; 4.º, fiscalisar e arrecadar as sommas que os effeitos de conta particular, ora existentes no Trapiche, devão pagar na occasião da sahida, tendo para esse effeito hum escrivão que lhe faça as competentes cargas no livro, que para esse fim se lhe remette, rubricado competentemente; e 5.º, receber de hoje em diante toda a aguardente da terra que se destinar ao mercado desta cidade, e todo o assucar em saccos que fôr importado, conforme o Edital da data de hoje incluso por copia; tendo dous fideis que fação a escripturação da entrada e sahida destes dous generos, nos livros que tambem se lhe remettem rubricados para esse effeito: bem entendido que a sahida não terá lugar senão á vista do despacho e ordem da Administração das Diversas Rendas, pelo qual conste que o genero tem já pagos competentes subsidios e direitos, ou de exportação, ou de consumo, ficando o sobredito administrador interino na intelligencia de que nomeio provisoriamente para lhe servir de escrivão o Fiel da Alfandega Antonio José de Araujo, para Fiel de aguardente o Guarda de numero d'Alfandega Caetano Romão Alves, e para Fiel do assucar, o Guarda dito Antonio Francisco da Silva Gan-

dres : e outrosim, de que nesta data fica expedida a necessaria ordem ao Juiz d'Alfandega, para que faça fundear, antes da visita, defronte do referido Trapiche, toda e qualquer embarcação costeira que trouxer a seu bordo os referidos generos, devendo o mesmo Administrador vigiar que não sejam desembarcados para outro lugar, e podendo, quando seji necessario, pedir Guardas ao dito Juiz, para fazer effectiva a recommendada vigia ou fiscalisação. O que se cumprirá. Rio, em 12 de Novembro de 1829.—Miguel Calmon du Pin e Almeida. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 121, de 21 de Novembro de 1829.*

DECRETO DE 14 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

Tendo cessado as circumstancias extraordinarias da guerra, que fazião indispensavel que a Administração do municíamento de viveres do exercito fo-se dirigido pelo Commissariado; hei por bem mandar extinguir este, e que o mesmo municíamento se faça por arrematação, ou no caso unico de se não poder esta verificar em dinheiro, regulando-se este novo methodo de fornecimento pelas instrucções que com este baixão assignadas por José Clemente Pereira, do meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, encarregado interinamente dos da guerra, que assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Paço, em 14 de Novembro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. I.—José Clemente Pereira.

INSTRUCÇÕES para a arrematação do fornecimento de viveres do Exercito, a que se refere o decreto datado de hoje.

Art. 1.º Haverá hum empregado encarregado do fornecimento da tropa em todos os lugares onde houver de ser municíada, com hum ou mais escripturarios, o qual receberá do Governo as convenientes instrucções e ordens relativas aos vencimentos da mesma tropa.

Art. 2.º Este terá a seu cargo o recebimento dos vales passados pelas pessoas para isso autorizadas, e em troca delles, pagará contra-vales, á vista dos quaes os arrematantes entregarão, a quem lh'os apresentar, as rações nelles indicadas.

Art. 3.º Deverá no fim de cada mez fazer resgatar todos os contra-vales que os arrematantes tiverem satisfeito, por hum só recibo geral; dos quaes os que pertencerem aos corpos serão autorizados com a assignatura dos chefes respectivos, e os das pessoas que forem fornecidas individualmente, com a assignatura do Quartel Mestre General na Córte, e com a dos Commandantes das Armas nas Provincias. Estes recibos conterão especificadamente, além do numero das rações fornecidas, a qualidade das mesmas rações: e o seu valor em dinheiro, calculado pelo preço da arrematação.

Art. 4.º Apresentará na terceira Repartição da

Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra na Córte, e nas Juntas da Fazenda nas Provincias, até o dia 15 do mez subsequente, a conta do fornecimento do mez antecedente, documentada com os recibos de que trata o artigo antecedente, e os vales particulares de que falla o Art. 2.º

Art. 5.º Será obrigado a apresentar ao Thezouro Publico na Córte, e ás Juntas da Fazenda nas Provincias, até o dia 24 de cada mez, o pagamento da despeza do seguinte.

Art. 6.º Receberá das Repartições da Fazenda competentes o dinheiro necessario para o pagamento dos empregados do fornecimento, e outras quaesquer despezas que competentemente houver de fazer.

Art. 7.º Será o Fiscal do cumprimento das condições do contracto da arrematação.

Art. 8.º Qualquer empregado publico que, por si ou interposta pessoa, for interessado na arrematação, será demittido do seu emprego.

Art. 9.º A arrematação, para ser mais regular, será feita sobre rações de Etape e Forragens completas, as quaes são compostas dos generos e quantidades que na tabella junta se declarão.

Art. 10.º No caso de se não poder verificar a arrematação das rações e Etape por inteiro, sempre se arrematarão as de farinha; e os outros generos de que as mesmas se compoem, serão pagos em dinheiro; avaliando-se o seu preço por common accordo entre as Juntas da Fazenda e os Commandantes das Armas. Esta avaliação será renovada todos os seis mezes, para que não seja prejudicial á Fazenda Publica nem ao Exercito.

CONDIÇÕES ESSENCIAES DA ARREMATACÃO.

Condição 1.ª A arrematação durará por tempo de tres annos.

2.ª Se os arrematantes receberem alguns generos dos que existirem no Commissariado, serão por elles pagos pelos preços correntes por que os mesmos se poderião comprar ao tempo da entrega.

3.ª Receberão os utensilios que existirem no Commissariado por Inventario e pelo seu justo valor; e no fim do tempo da arrematação, serão obrigados a restitui-los no mesmo estado em que os receberem, ou á sua paga pela avaliação.

4.ª Os Armazens da Nação occupados actualmente pelo Commissariado serão entregues aos arrematantes, ficando estes obrigados a fazer á sua custa todos os reparos que forem necessarios para a sua conservação em bom estado. Todos os mais Armazens de que os arrematantes se bouverem de servir serão situados em lugares commodos para a Tropa que houver de ser fornecida.

5.ª A Arrematação ha de ter principio na Córte no 1.º de Janeiro de 1830, e acabar no dia 31 de Dezembro de 1832; nas Provincias começará hum mez depois que o Decreto datado de hoje for recebido. E nenhuma causa imprevista ou insolita desonerará os Arrematantes do cumprimento do seu Contracto, excepto o caso de bloqueio, hostilidades ou mudança da tropa para outro lugar.

6.º Os Arrematantes serão obrigados a entregar, prompta e exactamente, as rações que constarem dos contra-vaes, na especie nos mesmos declarados, a quem lhos apresentar.

7.º Todos os generos serão sempre de boa qualidade, e, quando o não forem, lhes não serão recebidos; se elles instarem para que lhes sejam accetos, precedendo representação do Commandante de qualquer Corpo, proceder-se-ha a exame nelles por 2 Cirurgiões nomeados hum por este, e outro por parte dos Arrematantes, na presença destes e do Commandante do Corpo, ou de pessoas por elles autorizadas: a decisão, sendo uniforme, será terminante; no caso do Cirurgião nomeado por parte da Tropa declarar que os generos são de má qualidade, os Arrematantes serão obrigados a fornecer outros.

8.º O fornecimento será feito para 2 dias; menos o das forragens de capim, que será diário.

9.º As rações serão recebidas nos Armazens dos Arrematantes, onde as pessoas que as houverem de receber-se deverão apresentar com sacos seus e los mais utensilios necessarios. As forragens de capim hão de ser postas pelos Arrematantes dentro dos Quartéis, na forma que actualmente se pratica pelo Commissariado.

10.º No caso dos Arrematantes faltarem com o fornecimento necessario, serão os generos comprados á sua custa, e a sua importância lhes será descontada do que houverem de receber nas competentes Repartições de Fazenda, á vista da conta que apresentar o Encarregado do fornecimento, não ficando áquelles direito algum para exigirem differença nos pregos, se não quaesquer que possam ter sido aquelles por que os generos se compraram; se, porém, nada tiverem a receber da Fazenda Publica, serão compellidos a pagar por seus bens e por seus fiadores judicialmente.

11.º Os Transportes por mar ou por terra, empregados pelos Arrematantes, serão respeitadas e livres de embargos; e, se for necessario, se dará guarda militar para proteger os Armazens e conservar a boa Ordem na entrega das rações.

12.º Quando for necessario fornecer rações para Tropa que tenha de embarcar, serão estas promptificadas pelos Arrematantes pelo mesmo preço das que fornecerem para a Tropa de terra. As despesas de conducções e embarques serão feitas pelo Encarregado do fornecimento á custa da Fazenda Publica.

13.º A arrematação de carne fresca na Côte só terá principio no 1.º de Julho de 1830, e durará até 31 de Dezembro de 1832 na Côte, por se achar o seu fornecimento arrematado até 30 de Junho do sobredito anno.

14.º Nas provincias, onde o fornecimento se achar já por arrematação, se guardarão os Contractos feitos á similis estes, se procederá a nova arrematação pelo tempo que corresponder, por forma que as arrematações possam principiar uniformes em todo o Imperio no principio do anno de 1833.

15.º Os arrematantes serão pagos indefectivelmente da importância das rações e forragens que

fornecerem em cada mez, até o ultimo dia do mez subsequente, á vista do recibo geral que he obrigado a passar-lhe o Empregado encarregado do fornecimento.

16.º Se houver alguma duvida na interpretação de alguma das condições do contracto de arrematação, será decidida por arbitros nomeados competentemente na forma das leis existentes.

TABELLA DE QUE TRATA O ART. 9.

	ESTADO.	
Pão	1 1/2	Arrateis.
Bolacha	1	
Farinha	1	
1.ª Carne	1 1/2	
2.ª Legumes	1/2	Alqueire do Rio de Janeiro.
3.ª	1/2	
Lenha	1/2	
Aguardente	1/2	
1.ª Fresca	1/2	Quartilho, medida de Lisboa.
2.ª Salgada	1/2	
3.ª Secca	1/2	
Feijão	1/2	
Sal	1/2	MILHO. Capim.
Toncinho	1/2	
Arroz	1/2	
Toncinho	1/2	
1.ª	1/2	Alqueire do Rio de Janeiro.
2.ª	1/2	
3.ª	1/2	
4.ª	1/2	
5.ª	1/2	Pela medida estabelecida nos Corpos.
6.ª	1/2	
7.ª	1/2	
8.ª	1/2	

Paço em 14 de novembro de 1829. — José Clemente Pereira.

DECRETO DE 14 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

Havendo eu mandado extinguir o Commissariado do Exercito, por decreto da data de hoje, e não sendo de justicia que os empregados do mesmo fiquem privados dos meios de subsistencia a que adquirirão direito por seus serviços; hei por bem ordenar que aos sobreditos empregados, enquanto não poderem obter outro algum emprego, para que possam ter a promptidão, se continuem a pagar seus soldos, sem nenhum outro vencimento. José Clemente Pereira etc., o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Paço, em 14 de Novembro de 1829,

S.^a da Independência e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. I.—José Clemente Pereira.

AVISO DE 14 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authentic.

Ilm. e Exm. Sr. —Tendo representado ao Secretário do Supremo Tribunal da Justiça a necessidade de nomear-se pessoa que sirva de Porteiro da Secretaria do mesmo Tribunal, há S. M. o Imperador por bem ordenar que o Porteiro della sirva também de Porteiro da referida Secretaria; o que communico a V. Ex. para sua intelligencia e execução. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 14 de Novembro de 1829. —Lucio Soares Teixeira de Góvêa. — Sr. José Albano Fragoso. — *Acha-se a fl. 79 e v. do Liv. 10 da Corte, na Secretaria da Justiça.*

RESOLUÇÃO DE 18 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authentic.

José de Sá Carneiro Pereira de Castro Souto Maior, Tenente Coronel do Estado-Maior, pretende ser reintegrado na posse de huma tença de 160\$ réis annuaes, que, pelo cofre da Obra-Pia, em remuneração de serviços, lhe fôra concedida por decreto de 25 de Junho de 1816, e cujo pagamento lhe foi suspenso em virtude da Portaria de 8 de Março de 1825, que o mandou excluir da respectiva folha, por estar fóra do Imperio. Pede também pagamento do que da dita tença se lhe deve. A resolução de consulta de 17 de Dezembro de 1827, em virtude da qual o supplicante recebeu o que desta tença se lhe devia até o anno de 1821, em que esteve ao serviço Brasileiro na Província de Pernambuco, determinou que, para cobrar dahi em diante, cumpria que o supplicante provasse em estação, e por meio e julgado competente, ter continuado sempre a permanecer Cidadão Brasileiro, e que os motivos que obstarão a que se recolhesse em tempo devido, existião capazes de produzir o effeito que allegava. O supplicante ajuntou, em diversas épocas, 1.^o o decreto de 6 de Outubro de 28, que mandou admitt-lo ao serviço do Imperio no dito posto. 2.^o consulta do Conselho Supremo Militar, que o declara reintegrado e não admittido ao dito serviço e posto. 3.^o copia do parecer da Comissão de Guerra da Camara dos Srs. Deputados aprovado em sessão de 18 de Setembro de 1828, no qual se dizia: 1.^o que ao Governo compete a reintegração do supplicante no posto que exerciton e de que foi violentamente despoçado, em que foi reconhecido na Bahia; e de que não foi demittido em Portugal; e segundo que a mesma comissão não podia interpor juizo sobre os direitos de Cidadão Brasileiro; que o supplicante reclama. O que tudo consta da acta daquelle dia, como também que os papeis fórao a Comissão de Constituição para dar parecer sobre a qualidade de Cidadão Brasileiro; e 4.^o finalmente, huma justificação, julgada provada por sentença do Conselho da Fazenda, de que o mesmo sup-

plicante foi sempre considerado Subdito Brasileiro pelo Governo Portuguez, e que, por ostantos que não pôde vencer, se vio forçado a demorar-se nos Dominios Portuguezes. Depois de varias respostas fiscaes e despachos, respondeu o Procurador da Corôa interino (Nabuco) que não podia convir no pagamento pedido, porque, estando o supplicante sujeito á disposição do decreto de 12 de Novembro de 22, não se apresenta contra a indispensavel caracteristica de Cidadão Brasileiro, a pronunciação da qual está sujeita pela deliberação da Camara dos Srs. Deputados já mencionada. Depois de deliberado o negocio pela dita Camara, pela do Senado, e depois de obter a Sanção Imperial, he o que poderá ter lugar a indemnisação segundo os termos em que fôr concebido o julgado, e segundo os por que possa ou deva applicar-se-lhe a retroacção pedida. O Escrivão da mesa do Thesouro foi do mesmo parecer por falta de documento que prove que o supplicante he Cidadão Brasileiro. O Conselho Thesoureiro-Mór foi de parecer que o negocio devia consultar-se. Remettido ao Conselho respondeu o dito Procurador da Fazenda, que sustentava o seu parecer retro. Pareceu ao Conselho que o supplicante está nos termos de ser deferido como pretende, porque, tendo cabalmente satisfeito pelos documentos que ajuntou a requisição demasiadamente escrupulosa do parecer do mesmo Conselho na consulta resolvida em 17 de Dezembro de 27; agora maiormente que está reintegrado no seu posto, nada mais ha de haver a desejar que não seja caracterisado com o ferrete d'injustiça e indignidade. O supplicante he legitimo credor do Thesouro, da quantia; cujo pagamento e annual satisfação pede; e o seu credito he garantido pela Constituição sem restricção de qualidade. Deve pois solver-se. Em 3 de Junho de 1829. —Resolução. — Está deferido pela Imperial Resolução de 17 de Dezembro de 1827. — Paço da Boa Vista, 18 de Novembro de 1830. — Com a rubrica de S. M. I.—Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque. — *Acha-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

DECRETO DE 19 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

Sendo indispensavel regular convenientemente a instrucção da mocidade nas Escolas de Primeiras Letras, tanto pelo systema de Lencaster como pelo antigo: Hei por bem crear huma Comissão composta dos Professores Antonio Maria Baker, Felizardo Joaquim da Silva Moraes, Francisco Joaquim Nogueira Neves, João José Pereira Sarmiento e Marcellino Pinto Ribeiro Duarte, a qual terá por 1.^o objecto em seus trabalhos organizar hum Projecto de Regulamento para as referidas Escolas; e ordenar compendios pelos quaes methodicamente se ensinem as materias declaradas no Art. 6.^o da lei de 15 de Outubro de 1827. — José Clemente Pereira, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 19 de Novembro

de 1829, 8.ª da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — José Clemente Pereira.

PORTARIA DE 19 DE NOVEMBRO.

Havendo-se reconhecido, na pratica, que a literal execução do Aviso de 12 do corrente, acerca da visita das Embarcações costeiras que trouxerem a seu bordo aguardente da terra e assucar em saccos, retardaria de algum modo o expediente do Commercio interior que aliás deve ser animado e protegido: Ordena S. M. o I. que Vm. expeça as convenientes ordens para que se execute o seguinte: 1.º, que seja immediatamente visitada, como he mister, toda e qualquer Embarcação costeira logo que de fundo no lugar que for do costume; 2.º, que os Officiaes de visita remettão immediatamente ao Administrador do Trapiche da Ordem a relação ou manifesto da aguardente da terra e assucar em saccos, que possam achar-se a bordo de cada Embarcação com as declarações precisas para verificar-se a sua identidade; 3.º, que, no caso de existirem taes generos a bordo, os mesmos Officiaes doixem em cada Embarcação hum Guarda, que será integralmente pago pela Alfandega, de maneira que o Commercio de Cabotagem não sofra com esta medida onus ou encargo algum; 4.º, que, feito isto, os referidos Officiaes intimem aos respectivos Mestres das Embarcações que passem a arrear de frente do Trapiche da Ordem, para descarregarem ali qualquer dos dous generos acima designados, salvo nos casos, ou descacharem as vasilhas de aguardente e os saccos de assucar arrumados de sorte que não possam ser tirados sem que descarreguem alguma outra parte do seu carregamento; porque, em tal caso, poderão descarregar esta parte onde lhes for mais commodo, e depois seguirem para o dito Trapiche a desembarcar os mencionados generos, ou de não terem a seu bordo (o que será verificado pela visita) mais de doze pipas de vasilhas de aguardente, e de 50 saccos de assucar, porque tambem, em tal caso, poderão remette-los de bordo para o referido Trapiche nas suas lanchas, sendo acompanhados pelo respectivo Guarda, que não exigirá emolumento algum a titulo de condução; cumprido, finalmente, que Vm. recomende a cada hum dos Guardas que forem empregados neste serviço, que não consintão o desembarque de algum dos generos em questão sem que seja para o Trapiche que se tem destinado para recebe-los, e pelos dous modos aqui permitidos. O que participe a Vm. para sua intelligencia e execução. Deos Guarde a Vm. Paço, em 19 de Novembro de 1829. — Miguel Calmon da Pina e Almeida. — Sr. Desembargador Juiz da Alfandega interino desta Corte. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 121 de 21 de Novembro de 1829.*

PORTARIA DE 19 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

O Administrador das Diversas Rendas Nacionais fique na intelligencia de que S. M. o I. tem resolvido acerca da sua Representação da data de 17 do corrente, o seguinte: — 1.º, que a Administração do Trapiche da Ordem lhe remetterá cada dia a relação dos generos que no antecedente forem recolhidos ao mesmo Trapiche; assim como, no fim de cada trimestre, a conta ou relação geral dos ditos generos que ali entrarem e sahirem, tudo conforme os arts. 15 e 22 das Instruções que acompañarão o Decreto de 4 de Fevereiro de 1823; e 2.º, que fica absolutamente prohibida, e de hoje em diante como abusiva, a pratica de se despacharem sobre água para desembarcarem nas praias quaesquer vasilhas de aguardente da terra, que se apresentem nessa Administração a bordo de barcos ou saviros, cujos conductores deverão aliás ser intimados para que sigão immediatamente a descarregar-las no indicado Trapiche. E bem assim de que nesta data se expedirão o Aviso e a Portaria, incluzos por copia, a respeito da descarga das embarcações costeiras e da saída da aguardente do referido Trapiche; para que as execute na parte que lhe toca. O que o mesmo Administrador cumprirá. Rio de Janeiro, em 19 de Novembro de 1829. — Miguel Calmon da Pina e Almeida. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 121 de 21 de Novembro de 1829.*

AVISO DE 20 DE NOVEMBRO.

Manuscripto, autenthico.

Exigindo a boa fiscalização dos direitos nacionais e a segurança da propriedade particular, confiada a guarda da Administração Publica, medidas promptas e efficazes, que obstem a continuação do deleito e abusos praticados na Alfandega desta Corte: S. M. o Imperador ha por bem, emquanto por hum novo Regulamento geral não forem dadas outras providencias, que Vm. execute, e faça executar o seguinte: 1.º O Guarda Mór fará cada dia, ás 8 horas da manhã, no inverno, e ás 7, no verão, a chamada dos guardas d'Alfandega, do qualquer natureza que elles sejam, á vista da competente relação. O guarda que não comparecer á hora indicada perderá o vencimento do dia; e quando faltar pela 2.ª vez, sem apresentar certidão de molestia, passada por hum facultativo, será desmittydo. 2.º O Guarda Mór apresentará todos os dias, ás 9 horas da manhã, ao Juiz hum lista dos Guardas presentes; e o mesmo Juiz com o Administrador determinarão o serviço de cada hum, de modo que nunca fique permanente na mesma occupação, e seja sempre revezado com outro. 3.º Os Guardas que não forem empregados, na occasião do detalhe do serviço, ficarão no lugar em que o Guarda Mór costuma reuni-los, promptos para qualquer occurrencia a que possa ser chamado; e todo aquelle Guarda que recusar fazer qualquer serviço para que seja nomeado ou

chamado, será immediatamente demittido. 4.º Os Guardas filhos da folha, e os que tem hoje serviço determinado, ficão sujeitos ás disposições precedentes, pois que a todos os respeito cessará absolutamente o serviço certo dos Guardas. 5.º O Juiz e o Administrador empregarão o maior euidado em que o serviço das Rondas seja de hoje em diante mais regular e successivo, examinando e punindo com suspensão ou demissão qualquer falta que nisso houver, seja da parte dos Guardas ou do Guarda Mór. 6.º Os Fieis dos Armazens não recolherão volume algum aberto, ou com indícios de o haver sido, sem que tenham primeiro dado parte ao Juiz, para mandar proceder ao seu exame, ou á verificação do seu conteúdo, se necessario fór. 7.º O Fiel em cujo armazem se achar volume aberto, ou que o tenha sido, sem hayer participado ao Juiz no acto do seu recebimento, será punido como se fôra o arrombador do volume; e quando neste haja falta de algum dos objectos que continha, será processado como extraviador da Fazenda Publica. 8.º Cada Fiel apresentará ao Juiz, dentro de 3 dias, depois que lhe fôr intimada a presente ordem, pena de suspensão por 2 mezes, huma lista de todos os volumes existentes no respectivo Armazem, cujas entradas datarem de 2 annos; e continuará depois a apresentar iguaes listas, á medida que se fôr vencendo o prazo legal dos 2 annos, a respeito de todos os outros volumes. Aquelle que demorar a apresentação destas listas por 2 dias, depois de vencido o referido prazo legal, será suspenso por 1 mez, e quando não o faça em 5 dias uteis, será infallivelmente demittido. 9.º O Juiz, logo que receber as listas de que trata o § antecente, mandará conferi-las por hum Official de sua escolha e confiança, á vista dos competentes Livros dos Armazens; e se não conferirem em numero, marca, e natureza de algum ou alguns volumes, o respectivo Fiel, será suspenso por 3 mezes, e as listas corrigidas. Feita a conferencia ou correção, o Juiz remetterá as mesmas listas ao Administrador, para que faça recolher ao competente Armazem os generos nellas declarados, e proceder ao seu consumo, na forma da Lei. 10.º O Juiz fará executar escriptulosamente a ordem que estabelecer o ponto para os Officiaes da Alfandega em geral. O Official, de qualquer classe que seja, que não se apresentar ás 9 horas da manhã, sem motivo de molestia, participada pela 1.ª vez, e attestada pela 2.ª por a Facultativo, perderá o vencimento do dia, e os seus emolumentos serão repartidos com quem o substituir, conforme a lei que regula as serventias dos Officios de Fazenda. Hum extracto deste ponto será remettido, no fim de cada mez, á Mesa do Thesouro, onde servirá de regulador para avaliar-se o grão de actividade e zelo de cada Official. 11.º Apezar de se achar determinado que a hora da entrada dos Officiaes para a Alfandega seja ás 9 horas da manhã, e a sahida ás 2 da tarde; contudo (pois que assim o exige o expediente do Commercio e a Fiscalisação dos Direitos Nacionais), o Juiz, a requerimento do Administrador, proporá a sahida por

mais 1 hora, de sorte que nunca fique na sala da abertura de despacho algum principiado. 12.º O Administrador assistirá, d'ora em diante, como he de seu rigoroso dever, á conferencia e sahida da Porta; collocando-se para esse fim em lugar d'onde possa presenciar e dirigir todos os actos necessarios á vigilancia que cumpre haver nesta parte, a mais essencial da Administração da Alfandega. O que participe a Vm. para sua intelligencia e punctual execução. Paço, 20 de Novembro de 1829. — Sr. Desembargador Juiz interino da Alfandega desta Córte. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — *Acha-se no Diário Fluminense, n.º 124, de 20 de Novembro de 1829.*

AVISO DE 23 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authentic.

Sendo conveniente observar-se a pratica autorizada pelo foral, de serem empregados a arbitrio da Administração os diversos Officiaes da Alfandega, e occorrer-se ao mesmo tempo ás necessidades d'aquelles, cujos ordenados mal podem bastar á sua subsistencia, ordena S. M. o Imperador que Vm., quando e como julgar necessario, passe a revezar e empregar em lugar differente d'aquelle que actualmente exercer, qualquer Official d'essa Alfandega, seja qual fôr a sua classe ou exercicio: e que outro sim mande abonar pela folha do expediente respectivo, as gratificações mensaes de 50\$ réis aos feitores d'Alfandega e d'Estiva; de 80\$ aos conferentes das portas de huma e outra estação; e de 50\$ aos seus Ajudantes, devendo finalmente empregar a maior economia na despesa feita com os guardas, cujo numero será reduzido ao que fôr absolutamente preciso. O que participe a Vm. para sua intelligencia e execução. Deos Guardas a Vm. Paço, em 25 de Novembro de 1829. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — Senhor Desembargador Juiz interino d'Alfandega desta Córte. *Acha-se a f. 163 do livro 13 das Ordens Imperiaes dirigidas á Alfandega da Córte.*

DECRETO DE 25 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Sendo reconhecida a necessidade de organisar-se a Estatistica deste Imperio pelas vantagens que do seu exacto conhecimento devem resultar para os trabalhos da Assembléa Geral Legislativa, e para os actos do Poder Executivo, hei por bem crear nesta Córte huma comissão de Estatistica Geografica e natural, politica e civil; e nomear para ella as pessoas constantes da relação junta, que com este baixa assignada por José Clemente Pereira etc., que assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios: Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Novembro de 1829. 8.º da Independência e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — José Clemente Pereira.

Relação das pessoas que S. M. o Imperador ha por bem nomear para a Comissão da Estatística, creada por decreto da dita desta.

Director, Joaquim d'Oliveira Alvares.—Adjuncto, José Saturnino da Costa Pereira; Conrado Jacob de Niemeyer; Raimundo José da Cunha Mattos.—Secretario, José Maria da Silva Bitancourt.

Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Novembro de 1829.—José Clemente Pereira.

DECRETO DE 25 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

Sendo necessario determinar a classe dos empregados das Camaras Municipaes que devem ser dispensados do serviço militar, quando a nomeação recahir em pessoas alistadas nos corpos da segunda linha do exercito, hei por bem declarar que ficão dispensados do serviço militar os Vereadores, o Procurador, o Secretario e o Porteiro, e hum Fiscal em cada freguezia. José Clemente Pereira etc., o tenha assim entendido, e expeça os despachos necessarios. Paço, em 25 de Novembro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. o Imperador.—José Clemente Pereira.

AVISO DE 25 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Ex. Sr.—Levei á presença de S. M. I. o officio de V. Ex. de 11 de Abril deste anno, com a representação do Conselho do Governo dessa Provincia, em que, expondo as duvidas que se suscitãrão sobre a conservação dos ordenados dos professores de Grammatica Latina das Freguezias da Conceição e Rio Preto, cujas cadeiras se abolirão, pede a solução dellas para firmar a este respeito a intelligencia da lei de 15 de Outubro de 1829, e por ordem do mesmo Augusto Senhor respondo a V. Ex. : que, sendo indubitavelmente legaes e vitalicios os provimentos daquelles dous professores, por serem passados por S. M., e sem tempo determinado, não podia o Presidente em Conselho esbulhá-los do vencimento dos seus ordenados, sem manifesta injustiça e violencia; 1.º, porque he inadmissivel a interpretação que o Conselho pretende dar ao Art. 9.º da citada lei, entendendo que os perderão por não comparecerem no exame geral para serem providos em outros lugares, pois o artigo diz somente que não sejam os professores actuaes providos sem exame nas cadeiras que se crearem, e desta determinação não se deduz que devão soffrer a pena de suspensão de ordenados os que não concorrerem aos ditos exames; 2.º, porque igualmente não tem applicação alguma a ordenação do liv. 1.º tit. 98, com que o Conselho julga sustentar a sua deliberação, por ser absolutamente estranha ao presente caso. E como, á vista do exposto, nada destrõe o que se ordenou pelo aviso de 16 de Dezembro de

1828, sobre este objecto, ha por bem S. M. que elle fique em seu inteiro vigor, declarando-se ao mesmo tempo, pelo que respeita ao de 23 do dito mez e anno, que, não passando de insinuação do remedio temporario, emquanto se não provião legalmente as cadeiras de S. João d'El-Rei, he evidente que cessou o seu effeito desde que se proverão na forma da lei.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Novembro de 1829.—José Clemente Pereira.—Sr. João José Lopes Mendes Ribeiro.—*Acha-se no Diário Fluminense n. 128, de 30 de Novembro de 1829.*

AVISO DE 26 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente a S. M. I. o officio de V. Ex. na data de 16 do mez passado, em que participa o embarço da Camara Municipal da Villa de Santa Maria de Baedendy, sobre dever ou não julgar compatíveis os lugares de Verendor e Juiz de Paz, á vista da resolução do Conselho do Governo, que os considera taes para serem servidos ao mesmo tempo, e das ordens em contrario manifestadas nas Portarias de 13 de Fevereiro, 6 e 24 de Março deste anno, expedidas a diferentes Camaras sobre igual objecto: e o mesmo Senhor, julgando incompatíveis os referidos lugares de Verendor e Juiz de Paz, por não poderem ser servidos conjunctamente, ha por bem declarar a V. Ex. para o fazer constante á dita Camara e aonde mais convier, que, tendo a lei de 15 de Outubro de 1827 estabelecido que se admitta escusa sómente aos empregados que a pedirem, não os reputando inhabilitados para exercerem as suas funcções; só devem ser aliviados aquelles que solicitarem dispensa de hum dos dous cargos, deixando-se-lhes o arbitrio na escolha; quando porém quizerem aceitar a nomeação de ambos, não poderão servir o de Juiz de Paz, emquanto se acharem no exercicio effectivo de Vereadores, durante as sessões das Camaras Municipaes, devendo então ser substituídos pelos seus supplentes; e he neste sentido que as Portarias citadas devem ser entendidas, porque por meio dellas se decidirão casos, que se achavão na hypothese figurada.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 26 de Novembro de 1829.—José Clemente Pereira.—Sr. João José Lopes Mendes Ribeiro.—*Acha-se no Diário Fluminense n. 128, de 30 de Novembro de 1829.*

AVISO DE 26 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr.—Sendo presente a S. M. I. o officio de V. Ex. de 3 de Outubro ultimo em que, participando a deliberação tomada em Conselho de se crear na Villa d'Alhandra mais hum cadeira de primeiras letras, com o ordenado annual de 200\$ reís, por assim o ter pedido a Camara Municipal da dita Villa, pergunta V. Ex. se

bastará communicar somente á esta Secretaria de Estado as creações de taes cadeiras e seus ordenados, ou se he tambem necessario leva-las directamente ao conhecimento de cada hum das Camaras da Assembléa Legislativa, manda o mesmo Senhor responder a V. Ex. que, no sentido litteral da lei de 15 de Outubro de 1827, deve V. Ex. dirigir-se á referida Assembléa, ficando porém na intelligencia de que satisfará aquelle dixer, fazendo a respectiva communicação a qualquer das duas ditas Camaras.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 26 de Novembro de 1829.—José Clemente Pereira.—Sr. Gabriel Getulio Monteiro de Mendonça.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 128, de 30 de Novembro de 1829.*

DECRETO DE 27 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

Desejando estabelecer todos os meios que possam contribuir para que nas promoções do exercito, nas nomeações para commissões e empregos do mesmo, e na distribuição dos premios devidos a aquelles que mais se distinguem por sua boa conducta e serviços, se não falte nunca a justiça e igualdade que sempre tem sido minha constante vontade guardar com meus leaes subditos, e em particular com a classe militar, que em todos os tempos se tem feito credora de minha mais alta consideração, pela natureza do glorioso serviço a que se dedica, hei por bem ordenar que na Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra se cree hum livro mestre para nelle se assentarem os nomes e serviços de todos os Officiaes da primeira linha do exercito, e outro semelhante para os da segunda linha, que será organizado na conformidade das instrucções que com este baixão assignadas por José Clemente Pereira, do meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, interinamente encarregado dos da Guerra, que assim o tenha entendido e faça executar.

Paço, em 27 de Novembro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. o Imperador.—José Clemente Pereira.

Instrucções para organização do livro mestre do Exercito, a que se refere o decreto da data de hoje.

Art. 1.º O livro mestre do Exercito será dividido em 5 partes que conterão: a 1.ª os Officiaes do Estado Maior do Exercito, e comprehenderá os Officiaes Generaes, os avulsos, e desempregados: 2.ª os Officiaes do Corpo de Engenheiros: 3.ª os da arma de artilharia: 4.ª os da arma de Cavallaria: 5.ª os da arma de Infantaria. Será acompanhado além disso, de hum indice geral que conterá por ordem alphabetica o nome de todos os Officiaes do Exercito com referencia á folha do livro competente onde tiverem o seu assentamento.

Art. 2.º Nelle se matricularão todos os Officiaes do Exercito com as datas dos seus assenta-

mentos de praça, promoções que tiverem tido, e successivamente se irão lançando no mesmo as que no futuro tiverem. Conterá além disso casos competentes para se declararem as commissões, serviços, premios e castigos dos Officiaes, e outra para as observações.

Art. 3.º A vista do livro mestre, se formará annualmente hum relação geral das antiguidades de cada classe, acompanhada das observações que se offerecerem, e por ella se regularão as promoções que se houverem de fazer.

Art. 4.º Pelo mesmo livro mestre se comporá e publicará annualmente hum Almanak de todos os Officiaes do Exercito, classificados por armas e patentes, segundo a ordem do numero das respectivas antiguidades de cada hum.

Art. 5.º Antes de se lançar no livro mestre o assentamento dos Officiaes existentes, será previamente publicada ao Exercito a relação das antiguidades e datas das promoções dos Officiaes, marcando-se a estes o prazo de seis mezes, para dentro delles poderem apresentar as relações que se lhes offerecerem: evitando-se por esta forma enganos que são susceptiveis de acontecer. Fim do referido prazo e resolvidas as reclamações, se apparecerem, se procederá aos assentamentos competentes no livro mestre.

Art. 6.º Este livro terá fé official, e da mesma gozarão as certidões que delle se mandarem extrahir, sendo passadas na forma do estylo.

Paço, em 27 de Novembro de 1829.—José Clemente Pereira.

CARTA IMPERIAL DE 2 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticó.

Honrado Marquez de Barbacena: Amigo, eu o Imperador Constitucional e Defensor perpetuo do Brazil vos envio muito saudar, como aquelle que muito amo. Havendo vos encarregado não só de acompanhar á Europa a minha muito amada e prezada Filha, Rainha de Portugal e Algarves, D. Maria II, que hoje, por ordem minha e zelo vosso, se acha nesta muito heroica e leal Cidade de Rio de Janeiro; mas tambem de trahir do meu casamento, já felizmente effectuado; e, tendo, muito a meu contento, e com o vosso costumado desinteresse desempenhada, commissões tão delicadas: Hei por bem louvar-vos por estes singulares serviços, e para que todos os meus subditos conheção o apreço que fago da vossa pessoa, vos mando esta. Nosso Senhor vos tenha em sua santa Guarda. Escripta no Palacio do Rio de Janeiro, em 2 de Dezembro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio.—IMPERADOR.—José Clemente Pereira.—Para o Marquez de Barbacena.

OFFICIO DE 1 DE DEZEMBRO.

Original.

Ilm. e Exm. Sr.—Sendo presente á Mesa da Ordem Terceira de S. Francisco da Penitencia o officio que V. Ex. dirigio, em data de 15 de No-

vembro preterito, ao Syndico da mesma Ordem, para o fazer constar em Mesa: Esta me ordena, como Secretario, participe a V. Ex. que, em consequencia d'aquella participacão, se apresentou a V. Ex. huma Commissão, que vocalmente expoz a V. Ex. os sentimentos de que a Mesa se achava possuida, concordando em approvar a desistencia que os arrendatarios haviam feito por escriptura a favor da Fazenda Nacional. Em observancia pois do que V. Ex. concordou com os membros d'aquella Commissão, no que respeita ás condições que a Mesa tem a propôr para ratificar e segurar o traspasse clandestino que os Arrendatarios fizeram: tenho a honra de transmitir a V. Ex. aquellas condições assignadas por mim, em nome da Mesa, para o certificar do quanto foi grata esta occasião para os Representantes da Ordem, poderem mostrar a V. Ex. os bons desejos que tem pelo bem publico. Deos guarde a V. Ex. Consistorio em Mesa, 1 de Dezembro de 1829. — Ilm. e Exm. Sr. Miguel Calmon du Pin e Almeida. — Manoel Lopes Pereira Bahia, Secretario.

Remettido ao Procurador da Corôa, para que proceda a celebrar o contrato de arrendamento com a Ordem, podendo ainda estipular o que julgar mais conveniente á Fazenda, e mesmo alterar as condições propostas. Rio, 3 de Dezembro de 1829. — Calmon.

PROVISÃO DE 3 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authentic.

Miguel Calmon du Pin e Almeida, etc.: Faço saber a Junta da Fazenda da Provincia de Pernambuco que, chegando a Imperial Resença de S. M. o Imperador o seu officio n. 34, de 29 de Maio precedente, em que pede decisão das duvidas que lhe propoz acerca da liquidacão da divida Publica Passiva, o Escripturario da Contaduria dessa Junta, encarregado da dita liquidacão: Houve o mesmo Augusto Senhor por bem decidir que a lei de 15 de Novembro de 1827 não exceptuou da liquidacão e inscripcão no Grande Livro e seus Auxiliares quantia alguma, por menor que seja, e que, sem a referida inscripcão, não pôde ser paga divida alguma contrahida até o fim de 1826, á excepção das provenientes de Depositos e Sequestros de Propriedades Portuguezas, que a mesma lei não comprehendu; enviando-se-lhe por isso o modelo incluso do Livro Auxiliar, para que sem demora se proceda nessa Provincia na mencionada inscripcão. O que assim terá entendido, e cumprirá para ter effeito a amortisacão da sobredita divida. João Rodrigues da Silva a fez. Rio de Janeiro, em 3 de Dezembro de 1829. — João Carlos Corrêa Lemos a fez escrever. — Miguel Calmon du Pin e Almeida.

RESOLUÇÃO DE 9 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authentic.

Por portaria da Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, de 17 de Julho do corrente an-

no, mandou S. M. I. remetter a este conselho para consultorio requerimento do Barão da Saude, do teor seguinte: — Senhor! Diz o Barão da Saude que, sendo o Supplicante nomeado por V. M. I., por seu Imperial Decreto de 5 de Junho de 1825, para o emprego de Procurador-Mór da Saude, (documento n. 1) cujo emprego tem o ordenado de 1:000 \$ annual, pagos pelo Thesouro Publico; e porque, principiando o Supplicante a cobrar o dito ordenado somente do dia 7 de Novembro de 1826 (documento n. 3) se lhe ficou devendo do dito ordenado desde o dia 5 de Junho de 1825, data daquelle Imperial Decreto de sua nomeação, até o dia 6 de Novembro de 1826, por principiar a ser pago do seu ordenado do dia 7 do dito mez em diante, importando aquelle tempo que o Supplicante venceu de ordenado a quantia de 5:372 \$ 216; e como, em virtude das ordens existentes, não pôde o Supplicante ser pago da dita quantia sem que V. M. I. lhe faça graça de mandar expedir Portaria ao Thesouro Nacional a fim de autorisar esta despesa na forma das ordens existentes para ser lançada no grande livro da divida Nacional na conformidade da carta de lei de 15 de Novembro de 1827, para depois ser pago em apolices da divida fundada: recorre, por isso, a V. M. I. para que se digne mandar expedir ordem ao Thesouro Nacional a fim do Supplicante poder haver aquelle ordenado que se lhe está devendo, tendo o Supplicante estado sempre em actual exercicio do seu emprego do dito dia 5 de Junho em diante, como prova pelo documento n. 2; e, por consequencia, ter direito a aquelle ordenado que se lhe deve; portanto, pede a V. M. I. seja servido mandar que se expeça ordem ao Thesouro Nacional a fim de autorisar esta despesa na forma requerida. E. R. M. — Como procurador, Eulino José da Silva.

Com este requerimento acompanhava outro que sobe por copia com os documentos respectivos. Dando-se de tudo vista ao procurador da Fazenda Nacional, respondeu este ultimamente o seguinte: — De novos direitos apenas sao isentos os officios da repartição da Marinha e os do Thesouro Nacional, sendo isto tão solememente declarado, que até os officiaes da Secretaria desta Tribunal que faz por parte do dito Thesouro, decahirão na pretensão de isenção que elevirão ao Governo. Satisfazendo-os pois, porque ainda felizmente vive o Soberano, que lhe fez a Graça, cedendo por isso a idéa do lapso de tempo he que podera ser deferido, por meio de inscripcão, no grande livro. Assim pôde consultar-se. Rio, 27 de Agosto de 1830. — Nabuco.

O que tudo visto parece ao Conselho que, tendo o Supplicante percebido o ordenado correspondente ao emprego que servio de Procurador-Mór da Saude, desde o dia 7 de novembro de 1826, e não desde quando principiou a exercer-lo, que foi no dia 5 de Junho de 1825, como consta do doc. n. 2, sendo o ordenado o mesmo que fôra estabelecido no Decreto de 26 de Janeiro de 1810, depois da sua creação sendo

nomeado para servi-lo o Physico-Mór Manoel Vieira da Silva, dirigido este Decreto ao Presidente do Erário para ser pago o serventuario aos quarteis pela competente folha que não pôde haver razão de duvida para não ser da mesma sorte pago o Supplicante do que ainda se lhe deve, visto constar ter servido e estar por embolsar da quantia que pede pelo respectivo trabalho, fadigas e responsabilidade; não entende o Conselho que haja no presente de ventilar-se outra questão, porque, devendo regular para a intelligencia da indole deste emprego os primordiales Decretos da creação e nomeação do serventuario, não somente quanto ao quantitativo do ordenado, mas quanto ao expediente e forma do pagamento, mal pôde considerar-se hum officio sujeito ao encarte de que o isentou o Decreto da nomeação e estabelecimento do ordenado na forma em que foi concebido; e sim este percebeu o 1.º serventuario no Thesouro Publico todos os seus vencimentos até que deixou de servir, e assim e da mesma maneira o Supplicante os há percebido, e na repartição competente como se evidencia no documento n.º 3 por se ter dado ali a mesma intelligencia ao decreto da mercê do Supplicante; ora, sendo certo que este emprego e suas principaes attribuições era no outro tempo privativo do senado de Lisboa, e servido por hum de seus membros, talvez o mais moderno, consta ao conselho que não era officio da ordem dos de encarte o que succedera com o fallecido Conselheiro João Anastacio Ferreira Raposo, que, sem elle, o servira vitaliciamente; e he de inferir, que, com esta natureza fosse aqui creado, e finalmente achando-se já extinto este lugar, não soffre a razão, e justiça que a Fazenda Publica se locuplete com a factura alheia. O Supplicante trabalhou, e tem a presumpção de boa fé fundada no exemplo de seu antecessor; he por isso digno do pagamento correspondente ao tempo de serviço, porque deixou de ser pago o que consta destes papeis he o ordenado legal estabelecido por quem tinha o poder Legislativo. Logo depois da sua creação, a própria do lugar creado, nem o contrario de exclusão d'outro qualquer serventuario do mesmo ordenado he compativel com a indelictivel Justiça do Soberano, que he igual para todos, tendo tambem hum outro agraciado igual merecimento, e aptidão, e o não ter sido o Supplicante pago de certo tempo, não lhe tira o direito de repartir o que se lhe deve, nem a Fazenda a obrigação de a pagar; parece, portanto, digno de deferimento a pretensão do Supplicante na forma que requer. V. M. I. mandará o que for justo.

Parece ao Conselheiro Escrivão da Fazenda Manoel José de Souza França o mesmo que ao Procurador da Fazenda na 1.ª parte do seu officio, por ser isso conforme com a expressa disposição do Decreto de 19 de Julho de 1810; não podendo ter lugar a 2.ª parte do mesmo officio pelo que diz o Regimento dos novos direitos de 17 de Abril de 1661 no § que principia: E toda a pessoa que servir sem pagar o novo direito perderá o officio etc. sendo, como he, certo, que, ainda

no caso negado de ser o officio em questão pertencente á Camara Municipal, nem menos proce- de a razão de direito apontada; por se dever dos officios mesmo de provimento feito, e orde- nado pago pelas Camaras, o dito novo direito de Chancellaria conforme he expresso no menciona- do Regimento no § que começa: E porque al- gumas vezes faça mercê aos officiaes das Cama- ras, etc., não podendo haver posse, ou investi- dura de emprego que valida seja, e de cujo exer- cicio se deva mantimento da Fazenda Publica, huma vez que não conste do presidente paga- mento do dito direito, como declara muy positi- vamente o mesmo sobre dito Regimento, Rio, 21 de Outubro de 1830, q.º da Independência e do Imperio. — Leonar do Pinheiro de Vasconcellos. — Dr. Luiz Thomaz Navarro de Campos. — José Fortunato de Brito Abreu Souza Menezes. — João Prestes de Mello.

— Resolução. — Como parece ao Conselheiro Es- crivão da Fazenda, Pago, 9 de Dezembro de 1830. — Com a Imperial rubrica. — José Antonio da Silva Maia. — *Original no cartorio actual do Thesouro Nacional.*

AVISO DE 11 DE DEZEMBRO. — *Manuscripto authentic.*

Levando á Augusta Presença de S. M. o Im- perador o officio de Vm., com data de 6 de Ju- nho passado, acompanhado de outro do Juiz Ordinario da Villa Nova de S. José, em que re- presenta estar servindo aquelle cargo e o de Juiz de Paz da Freguezia de Itaborahy, e pede provi- dencias para que se nomee outro Juiz Ordinario em seu lugar, afim de não accumular os 2 refe- ridos empregos: Ha o mesmo A. S. por bem mandar declarar a Vm. que, não sendo aquelle Juiz obrigado a servir ambos os cargos, fica a seu arbitrio escolher o que melhor lhe convier. O que participo a Vm. para sua intelligencia, e para fazer-lhe constar. Deos guarde a Vm. Pago, em 11 de Dezembro de 1829. — Visconde d'A- cantara. — Sr. Ouvidor da Comarca do Rio de Janeiro. — *Acha-se d fl. 86 v. do Livro da Corte, na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 15 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authentic.

Ill. e Exm. Sr. — Em solução ao officio da Junta da Fazenda da Provincia do Maranhão, datado de 6 d'Agosto do corrente anno, que o an- tecessor de V. Ex. remetteu á esta Secretaria de Estado com o aviso de 26 do mez antecedente, sobre a obra da cadeia da Relação daquelle cida- de, cumpre-me communicar a V. Ex. para sua intelligencia, que a Camara Municipal, tomán- do conhecimentos da mesma obra para a mandar fazer, pelos seus rendimentos cumprio com o artigo 57 da Carta de Lei de 1 d'Outubro do an- no passado, não podendo consequentemente ter já lugar a Provisão de 5 de Fevereiro de 1815.

que encarregou a sobredita Junta a factura della, pois que, no caso de se mostrar que a Camara pelos seus rendimentos como a Junta pondera, não a poderá fazer concluir, aproveitando a que esteja feita pela Fazenda Publica, e a cantaria por ella mandada vir, á Assembléa Legislativa compete applicar os meios para esse fim necessarios; depois de precederem as informações que, nesta data, se exigem da Camara respectiva. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 15 de Dezembro de 1829. — Visconde de Alcantara. — Sr. Marquez de Barbacena. — *Acha-se á fl. 87 do Liv. 10 da Corte na Secretaria da Justiça.*

PORTARIA DE 16 DE DEZEMBRO.

Coll. Plancher.

A' vista da informação que V. S. dera em officio de 12 do corrente, acerca da representação do Commandante Geral do Corpo de Artilheria da Marinha, relativamente ao Soldado do mesmo Corpo Dionisio José, Ordena S. M. o Imperador que V. S. faça constar ao Commandante do transporte — Trinta de Agosto —, e em geral aos de todas as embarcações do Estado, que em virtude da Portaria expedida a essa Inspeção, em data de 6 de Outubro de 1825, não devem elles receber a seu bordo individuo algum, para conduzir debaixo de prisão para qualquer Porto, sem que o acompanhe Guia ou comunicação Official, donde conste a sua culpa; pois que, do contrario, se seguirão abusos taes como os que derão lugar á expedição da citada Portaria, e o que acaba de acontecer com o referido Soldado, cujo crime se ignora, tendo, entretanto soffrido hum longa prisão a ferros, em menoscabo da justiça e offensa da humanidade. O que participo a V. S. para sua intelligencia e execução. Deos Guarde a V. S. Paço, em 16 de Dezembro de 1829. — Marquez de Paranaguá. — Sr. Tristão Pio dos Santos.

CIRCULAR DE 16 DE DEZEMBRO.

Coll. Plancher.

Tendo-se introduzido no fôro as opiniões de alguns Praxistas, que, á pretexto da clausula geral de equidade e melhor descobrimento da verdade, permittem não só prorogações das dilações, e dos termos fixados na lei, mas os concedem nos casos que a mesma lei os não outorga; chegando ao excesso de julgarem que, sem lançamento particular para cada termo, não deve a parte ser excluida de dizer; e convindo remover abusos tão prejudiciaes á boa administração da Justiça, que não soffre ter indeciso o direito das partes por mais tempo que o necessario e legal: Ha S. M. o I. por bem Ordenar (emquanto pelo Poder Legislativo se não dão mais amplas providencias) que não se espacem as dilações, nem se concedão termos, ou se facultem prorogações delles, nem se admitta necessidade de lançamentos senão nos precisos casos expressamente designados na lei. O que V. S. fará constar na Casa

da Supplicação e a todos os Julgadores do districto della, para que assim se observe. Deos Guarde a V. S. Paço, em 16 de Dezembro de 1829. — Visconde de Alcantara. — Sr. Bernardo José da Gama.

N. B. Nesta conformidade se expedirão ordens aos Chancelleres das Relações da Bahia, Pernambuco e Maranhão.

AVISO DE 16 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Sendo presente a S. M. o Imperador o officio da Camara Municipal da Villa do Rio Grande de S. Pedro do Sul, na data do 1.º de Agosto do corrente anno, em que participa ter a Camara transacta excluido do cargo de Vereador ao Cidadão Miguel da Cunha Pereira, por ser sogro do Presidente, e admittido a Valerio Satirio da Cunha, irmão do mesmo Pereira, de cujo passo resulta a incerteza de ter sido litteralmente cumprida a Lei do 1.º de Outubro de 1828, no art. 25: Manda o mesmo Senhor, pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio, declarar á referida Camara Municipal que deve subsistir, até final decisão da Assembléa Geral Legislativa, a resolução da Camara transacta; porque, ainda que esta resolução não se ache comprehendida na letra da Lei, está com effeito no seu espirito, quando exclue a concurrencia de pai e filho, por se reputarem taes em affinidade os parentescos de sogro e genro, e muito mais tendo a Lei expressamente excluido os cunhados que, sendo tambem allins, estão em parentesco mais remoto que o sogro e genro, e que, a respeito da admissão de Valerio Satiro da Cunha, nenhuma duvida se lhe pôde oppôr, visto não se achar excluido o tio, parentesco que por affinidade lhe corresponde. Palacio do Rio de Janeiro, em 16 de Dezembro de 1829. — Marquez de Caravellas. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 152, de 31 de Setembro de 1829.*

AVISO DE 19 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authentic.

Exm. e Revm. Sr. — S. M. o Imperador, a quem fiz presente o officio de V. Ex. de 22 de Setembro ultimo, servindo de informação ao da Camara Municipal da Cidade de Cabo Frio, relativamente a propostas que á mesma Camara fizera hum dos seus Membros, Ignacio Cardoso da Silva, sobre a negligencia e deleixo com que ali se conduzem alguns Parochos, e acerca da falta de soccorros que ali experimentão os povos na administração do Sacramento do Baptismo: manda responder a V. Ex., para sua intelligencia e execução, que deve pôr todo o cuidado para que os Parochos não falem ás suas obrigações, propondo ao Governo, ou á Assembléa Geral, as medidas que julgar mais adaptadas a facilitar aos povos a administração dos Sacramentos. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 19 de Dezembro de 1829. — Visconde d'Alcantara. — Sr. Bispo Ca-

pellão Mór. — *Acha-se a fl. 88 v. do Liv. 10 da Corte, na Secretaria da Justiça.*

DECRETO DE 22 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Sendo incompatível com os sentimentos de humanidade e com o brio e honra nacional que se deixem perecer á mingoa os Emigrados Portuguezes que, recorrendo a este Imperio, procurarão nelle hum asylo; e reconhecendo-se a mais urgente necessidade de se lhes prestar hum prompto soccorro, sem prejuizo das Rendas Nacionaes, que não devem distrahir-se do destino legal a que se achão applicadas: Hei por bem, enquanto a Assembléa Geral Legislativa não providencia a este respeito, conceder a extracção de 4 loterias, do capital de 100:000\$000 de rs. cada huma, para delles se deduzirem 12 por 100 a beneficio dos referidos emigrados, preferindo-se a extracção destas a quaesquer outras já concedidas, e observando-se em todas o Plano que com este baixa assignado pelo Marquez de Caravellas, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Dezembro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. o Imperador. — Marquez de Caravellas.

Plano de 4 loterias concedidas por Decreto da data deste, a beneficio dos Emigrados Portuguezes.

1 Premio de	20:000\$
1 Dito de	10:000\$
1 Dito de	4:000\$
1 Dito de	2:000\$
2 Ditos de	2:000\$
5 Ditos de	2:000\$
9 Ditos de	2:700\$
11 Ditos de	2:200\$
33 Ditos de	5:300\$
100 Ditos de	5:200\$
1500 Ditos de	36:000\$
1 Primeira branca	300\$
1 Ultima branca	300\$

1666 Premios (.)	Liquido	88:000\$
3354 Brancos (.)	Beneficio	12:000\$

5000 Bilhetes a 20\$000 rs. 100:000\$

Os bilhetes destas Loterias são de 20\$000 rs. cada hum; ha porém meios bilhetes de 10\$000 rs., e com estes se cobra metade do premio que sair ao numero que elle indicar; entregando-se os premios sem desconto dos 12 por cento, por se deduzir este do total de cada huma das loterias.

Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Dezembro de 1829. — Marquez de Caravellas. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 152, de 31 de Dezembro de 1829.*

AVISO DE 29 DE DEZEMBRO.

Manuscripto autentico.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo S. M. I. resolvido, que o andar de cima de hum edificio, que na Ilha das Cobras servia d'armazem de polvora, seja posto á minha disposiçao para ser concertado e applicado para cadeia civil, sirva-se V. Ex. expedir as ordens que forem necessarias para me serem enviadas as chaves do referido edificio. Paço, em 29 de Dezembro de 1829. — Visconde d'Alcantara. — Sr. Marquez de Paranaguá. — *Acha-se a fl. 90 do Liv. 10 da Corte na Secretaria da Justiça.*

N. B. Na mesma conformidade e data ao Conde do Rio Pardo, sobre o andar terreo do sobredito edificio, que fôra armazem de polvora, sendo a este repartido com data de 11 de Janeiro, acompanhando copia do offleio do Governador interino da Fortaleza da Ilha das Cobras.

DECRETO DE 29 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Sendo indispensavel remover os abusos e diminuir quanto possivel fôr as despesas, que em tempo de paz se fazem pela repartição do Commissariado, mandada estabelecer por decreto de 22 de Fevereiro de 1826, e não podendo ter execucao o decreto de 14 de Novembro do corrente anno, que manda extinguir aquella repartição, creando hum systema novo, que, além de mais dispendioso, apresenta inconvenientes graves e dignos de prompto remedio, hei por bem ordenar que fique de nenhum effeito o mencionado decreto de 14 de Novembro, assim como as instruções que com elle baixarão na mesma data; devendo em consequencia a Repartição do Commissariado ser reduzida, em tempo de paz, unicamente á fiscalisação e contabilidade do fornecimento dos viveres do exercito, o qual será posto em arrematacao, na conformidade das instruções com que este baixão, assignadas pelo Conde do Rio Pardo, do meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra que assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Paço, em 29 de Dezembro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Conde do Rio Pardo.

INSTRUÇÕES para regular o modo por que se deve fazer o fornecimento dos viveres do Exército, sendo posto em arrematacao, na conformidade do decreto desta data.

SECÇÃO 1.ª
Art. 1.º A repartição do Commissariado ficará reduzida, em tempo de paz, unicamente á contabilidade e fiscalisação do fornecimento da tropa, o qual será feito por arrematacao pela maneira adiante declarada, sendo pela dita Re-

partição do Commissariado que o governo ordenará o que convier relativo a tal objecto.

Art. 2.º Receberá com tudo o dinheiro necessario para o pagamento dos empregados na Repartição, para ajustes de contas, forragens a dinheiro e despesas miudas legalmente autorisadas.

Art. 3.º Até o dia 15 de cada mez apresentará ao Thesouro Publico na Corte, e ás Juntas da Fazenda nas Provincias, o orçamento da despesa geral do mez seguinte.

Art. 4.º Da Thesouraria geral das tropas na Corte, e das respectivas Pagadorias nas Provincias, se remetterá ao empregado do Commissariado, até o dia 5 de cada mez, hum extracto das relações de mostra do mez antecedente, afim de nesta estação se poder legalisar o numero das rações fornecidas.

Art. 5.º Ficão derogados todos os artigos do regulamento do Commissariado que estayão em pratica, concernentes a ajustes, compras e distribuições dos generos, o que passa a ser privativo dos arrematantes do fornecimento.

Art. 6.º Continuão, porém, no seu inteiro vigor os artigos do mesmo regulamento, que se referem ao systema de fiscalisação e contabilidade.

Art. 7.º Os empregados do Commissariado, que, segundo a presente redução, não se tornarem necessarios nesta Repartição, poderão ser empregados em alguma outra, segundo a sua aptidão.

Art. 8.º Aquelles porém que ficarem sem exercício por desnecessarios continuarão a perceber os seus respectivos ordenados, enquanto não forem convenientemente empregados.

Art. 9.º Ficarão em todo o seu vigor os artigos do regulamento de Commissariados, relativos ás promoções e demissões dos empregados desta repartição, enquanto hum systema geral não for estabelecido a tal respeito.

SECÇÃO 2.ª

Modo de se fazer a arrematação, e condições que se devem observar.

Art. 1.º A arrematação será feita sobre rações de farinha, etape, forragens, e luzes para quartéis, e durará por tempo de hum anno, findando o primeiro em 31 de Dezembro de 1830.

Art. 2.º Os generos e as quantidades de que se compõe cada huma destas rações serão, na conformidade da lei de 24 de Setembro de 1828, como consta da tabella transcripta no fim destas instruções; e, pelo que respeita a forragens e luzes para quartéis e fortalezas, que ali não yem designadas, continuarão a fornecer-se as mesmas quantidades, que estão em pratica na repartição do Commissariado, e que vão declaradas em seguimento da sobradita tabella.

Art. 3.º O fornecimento será arrematado junto ou separadamente, excepto os generos de que se compõe as etapes, que farão objecto de huma só arrematação, e destes o artigo carne verde, que também poderá ser arrematado sobre si; em

tudo o caso o fornecimento deste artigo, na Corte, não terá principio senão do 1.º de Julho de 1830 em diante, por se achar arrematado até fim de Junho do mesmo anno.

Art. 4.º A arrematação poderá ser geral ou parcial, por hum determinado numero de rações, que nunca será menor que o necessario para a força de hum batalhão no seu estado completo; com tanto que os arrematantes se obriguem ás alterações para mais e para menos, que possão occorrer; e os interesses da Fazenda combinados com o bem do serviço, decidirão o Governo a adoptar as condições mais vantajosas, que lhe forem propostas pelos fornecedores.

Art. 5.º Heyendo porém quem se proponha a fazer todo o fornecimento de rações, assim de pão, farinha e etape, como forragens e luzes para quartéis, debaixo de huma mesma arrematação, terá a preferencia, se offerecer vantagens para a Fazenda, que não sejam inferiores ás dos concorrentes que se propozerem a fornecer em parte.

Art. 6.º Os artigos antecedentes relativos ás épocas e modo de se fazer o fornecimento, serão applicados á Corte e áquellas Provincias onde o dito fornecimento se faz pela Repartição do Commissariado. Nas demais Provincias porém ficarão subsistindo em todo o seu vigor os contractos, ajustes, ou mesmo arrematações existentes, até que huma medida geral seja adoptada.

Art. 7.º Os arrematantes receberão os generos e os utensilios que existirem nos armazens do Commissariado, os primeiros por compra e pelos preços correntes no mercado ao tempo da entrega, e os ultimos por inventario, para serem restituídos no fim da sua arrematação, no mesmo estado em que os tiverem recebido.

Art. 8.º Quando a arrematação se faça em geral, serão os arrematantes obrigados a fornecer toda a tropa que existir nesta Corte e Provincia, embora o seu numero haja de augmentar por corpos que venhão de fora, ou diminuir por outros que daqui destaquem. Entre os dous extremos será considerado o menor numero o de duas mil rações diarias de etapes, e o maximo de oito mil. Em ambos os casos precederão as convenientes participações, para que os arrematantes possão regular as suas compras, segundo a força a que tenham de fornecer.

Art. 9.º Se a arrematação se realizar em parte, ficarão sujeitos os arrematantes á proporção de dous a oito marcado no artigo antecedente.

Art. 10.º Os artigos relativos á arrematação feita na Corte, terão lugar no que for applicavel ás arrematações feitas nas Provincias designadas no art. 6.º

Art. 11.º O fornecimento será distribuido de 11 em 11 dias nos armazens dos arrematantes, por corpos ou companhias, segundo actualmente se pratica no Commissariado, com excepção de pão, que será de dous em dous dias; e a carne verde e capim diariamente: a hora será marcada pela Repartição competente.

Art. 12.º As praças de pret, que por qualquer

incidente se acharem separadas de seus corpos, serão mandadas competentemente addir ao depósito ou corpos que existirem no lugar onde tenham de ser fornecidas, afim de que tal fornecimento se não faça individualmente.

Art. 13.º Os arrematantes serão obrigados a dar condução até ás portas dos respectivos quartéis, aos generos, carne verde, secca, toucinho, milho e capim.

Art. 14.º Os individuos destinados para receber o fornecimento, deverão apresentar-se com os utensilios necessários, e munidos de hum contra-valor passado na Repartição do Commissariado, em que se declare o numero e especies de rações que tenham de receber, advertindo que as rações de etape serão fornecidas mensalmente, segundo as circumstancias, na proporção da metade ou de hum terço, entre os generos, carne verde e secca, e arroz e feijão. Nas Provincias serão estes generos regulados segundo a abundancia do paiz, e o numero da tropa a que se fornecer.

Art. 15. Os arrematantes estabelecerão os seus armazens nos lugares mais commodos á tropa, e terão em letras maiúsculas sobre as portas—Fornecimento do Exercito—. Os corpos serão fornecidos em dias desencontrados, e que para esse fim se lhes marcar convenientemente; e, para a conservação da boa ordem, se prestará auxilio militar, se fôr necessario, durante a entrega das rações.

Art. 16.º Os transportes por mar ou por terra, empregados pelos arrematantes, serão protegidos pelas autoridades.

Art. 17.º No fim de cada mez deverão os corpos achar-se completamente fornecidos dos seus vencimentos, de maneira que até o dia 5 do mez subsequente possam os arrematantes apresentar na Repartição do Commissariado os contra-vaes sommados e relacionados por corpos, pelos quaes receberão da mesma repartição hum conhecimento em fôrma, para com elle haverem o seu pagamento no Thesouro Publico ou nas Juntas da Fazenda.

Art. 18.º O pagamento das forragens e mais vencimentos a dinheiro pertencentes aos Officiaes do Estado Maior do Exercito e aos dos corpos, será realisado na Repartição do Commissariado no dia que mensalmente se publicar, á vista das ordens que áquella estação se expedirem a tal respeito.

Art. 19. Todos os generos serão de boa qualidade, e distribuidos por pesos e medidas afferidos pelo Afferidor do juizo, ficando expressamente prohibido o uso das Balanças Romanas, e das medidas que não forem chapeadas.

Art. 20.º Os generos que se acharem incapazes pela sua corrupção ou má qualidade, serão rejeitados, e os arrematantes fornecerão outros, no entanto poderão solicitar o recebimento delles, representando ao encarregado do Commissariado, o qual fará decidir a questão definitivamente por arbitros nomeados por huma e outra parte.

Art. 21.º Os arrematantes não poderão fornecer rações a dinheiro á tropa nem comprar-lhas, pena de lhas reporem novamente em especie, provada que seja esta abusiva transacção.

Art. 22.º Nos ajustes porém de contas, que no fim de cada mez se fizerem na Repartição do Commissariado, com os corpos, o valor de rações de etapes, que para liquidação das mesmas contas convenha serem pagas á dinheiro, será marcado pelo preço que se pagar aos arrematantes qualquer dos generos de que ellas se compõe.

Art. 23.º Os arrematantes serão obrigados a ter sempre em reserva os generos necessários para o fornecimento, pelo menos de hum mez da força que existir, afim de acudir a qualquer falta imprevista, e occorrer ás necessidades de hum embarque repentino de tropa, quando as circumstancias assim o exijão, e não poderão haver os seus pagamentos sem apresentarem hum certificado do Commissariado, que atteste a existencia dos generos em reserva.

Art. 24. Havendo embarque de tropas, os arrematantes deverão promptificar os generos necessários para o seu fornecimento, com a differença que os comprehendidos nas condições do seu contracto serão pagos pelo preço da arrematação, e os extraordinarios, como carne salgada, azeite doce, aguardente, bolacha, etc., pelos preços que apresentarem, que nunca excederão aos correntes no mercado, e o mesmo terá lugar a respeito do vinho ou aguardente que as tropas devem vencer quando se acharem em exercicio.

Art. 25.º A despeza feita na condução do fornecimento para bordo das embarcações de transporte será igualmente paga aos arrematantes pela Fazenda Publica, á vista da sua conta legalisada no Commissariado.

Art. 26.º O encarregado do Commissariado apresentará aos arrematantes huma relação dos generos de que se deve compôr o fornecimento, segundo as ordens que receber do Governo, ou dos Presidentes nas Provincias, e com o recibo da entrega dos generos a bordo dos navios de transporte, acompanhados das contas e mais documentos de despesas pagas, heverão os arrematantes daquelle encarregado o conhecimento em fôrma de toda a despeza, para com elle requererem o seu embolso.

Art. 27.º Os arrematantes serão pagos indefectivelmente da importancia do fornecimento de cada mez até o dia 15 do mez subsequente, mediante o conhecimento em fôrma, e o certificado de que tratão os artigos 17 e 23.

Art. 28.º A arrematação será feita nesta Corte perante a Junta do Arsenal do Exercito, e nas Provincias perante as respectivas Juntas da Fazenda.

Art. 29.º He prohibido expressamente a qualquer empregado publico o ser interessado nas arrematações do fornecimento, na conformidade do citado regulamento e das leis existentes.

Art. 30.º Occorrendo alguma duvida na interpretação de qualquer das condições do con-

tracto da arrematação, será decidido por arbitros competentemente nomeados.

Tabella da carta de lei de 24 de Setembro de 1828, a que se refere o artigo 2.º secção 2.ª

Farinha 1/40 de alqueire.

Carne fresca 1 libra.

Arroz 4 onças.

Toucinho 2 onças.

Sal 1 onça.

Lenha 24 onças.

A ração de carne fresca de 1 libra será substituída por meia de carne secca, e as 4 onças de arroz por 1/160 de alqueire de feijão.

A ração de vinho ou aguardente, será fornecida sómente quando os corpos se achão em exercicios.

Forragem e luzes na conformidade do supracitado artigo.

Para cada ração de forragem.

Milho 178 de alqueire, medida do Rio de Janeiro.

Capim 2 e 172 molhos, medida do caixão.

Para cada luz em hum mez.

Azeite 1 e 172 medida.

Fio de algodão 2 onças.

N. B. A ração de vinho ou aguardente de que trata a tabella acima, continuará a ser como até aqui, a saber :

A de vinho de . . . 1/8 } De medida do Rio de Janeiro.
A de aguardente de 1/24 }

Paço, em 29 de Dezembro de 1829.—Conde do Rio Pardo.

ANNO DE 1830.

RESOLUÇÃO DE 2 DE JANEIRO.

Manuscripto authenticico.

Por Portaria da Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio, de 6 de Novembro do corrente anno, mandou V. M. I. remetter a este Conselho, para consultar, o requerimento de João Ferreira dos Reis Portugal, do theor seguinte:— Diz João Ferreira dos Reis Portugal, Capitão de Fragata da Marinha Nacional e Imperial, reformado, que, havendo elle obtido de V. M. I. a graça de poder renunciar todos os seus serviços em pessoa, cuja qualidade não repugnasse á remuneração dos mesmos, como se vê do documento n. 1, em mostrando o supplicante que D. Elisa, filha do Coronel João Alves da Silva Porto, em quem quer renunciar os seus serviços e remunerações, he, pela sua qualidade, digna da mesma renuncia, como se vê do documento n. 2; por todos estes motivos, e porque da certidão n. 3 consta que o supplicante em tempo algum receberá remuneração alguma dos mesmos serviços, aliás consideraveis, como se deprehende dos outros documentos que decorrem de n. 4 a n. 10, havendo jurado a Constituição do Imperio, como se vê do documento n. 11. Por isso, respeitosa e implora a V. M. I. que se digne de confirmar aquella renuncia na pessoa da sobredita D. Elisa, para que ella possa haver do Estado toda aquella remuneração que pelas leis competem ao supplicante, como e da mesma maneira que se taes serviços houvessem sido pessoalmente por ella prestados. Pede a V. M. I. que, em consideração ao expellido, assim o haja de benignamente deferir. E. R. M. Hoje, 5 de Novembro de 1829. — João Ferreira dos Reis Portugal, Capitão de Fragata reformado. Mandou o Conselho dar vista ao Procurador da Fazenda, que respondeu:

Parece-me que este requerimento não póde ter andamento, attento o decreto de 13 d'Agosto de 1706, segundo o qual as remunerações dos serviços não podem ter lugar em pessoas estranhas, pois tal he a que o supplicante nomea, declarando os pais, sem juntar algum parentesco provado no grão expresso no mesmo decreto. Rio, 12 de Novembro de 1829. — Barão de Itapoã.

O que visto, parece ao Conselho, conformando-se com a resposta do Desembargador Procurador da Fazenda, que he indeferivel o requerimento do supplicante, por lhe obstar a lei. Rio, 20 de Novembro de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio. — Francisco Lopes de Souza Faria Lemos. — Francisco Baptista Rodrigues. — José

Fortunato de Brito Abreu Souza Menezes. — José Caetano d'Andrade Pinto.

Resolução. — Não ha que deferir. Paço, 2 de Janeiro de 1830. — Com a imperial rubrica — Marquez de Caravellas. — *Acha-se o original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

AVISO DE 4 DE JANEIRO.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr. — Havendo S. M. o Imperador resolvido que a prisão do Forte de Mangaratiba fosse declarada prisão Civil, afim de serem nella recolhidos os presos remettidos pelo Juiz de Paz daquela Freguezia, ou qualquer outra autoridade civil, sirva-se V. Ex. de fazer expedir, para a execução desta Imperial determinação, as ordens que forem convenientes. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 4 de Janeiro de 1830. — Visconde d'Alcantara. — Sr. Conde do Rio Pardo. — *Acha-se á fl. 91, v. do Liv. 10 da Corte, na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 4 DE JANEIRO.

Manuscripto authenticico.

S. M. o Imperador manda remetter a V. S. os papeis inclusos, relativos á obra da casa da rua do Lavradio destinada para as sessões do Tribunal Supremo de Justiça e Relação, e, encarregando a V. S. da inspecção della, espera que V. S. conferindo com o Presidente daquelle Tribunal sobre o commodo, e melhor arranjo de ambas as repartições, faça aproveitar do edificio existente o que fôr possível, afim de se concluir a obra no mais breve tempo, e ficar ella menos dispendiosa á Fazenda Publica, para o que, d'ora em diante, todas as folhas, tanto das ferias como das compras de materiaes, e quaesquer outras despesas, deverão ser por V. S. approvadas e enviadas ao depois a esta Secretaria d'Estado, para se expedirem então as ordens convenientes para o seu pagamento. Deos guarde a V. S. — Paço, em 4 de Janeiro de 1830. — Visconde d'Alcantara. — Sr. Bernardo José da Gama. — *Acha-se á fl. 91 v. do Liv. 10 da Corte, na Secretaria da Justiça.*

No mesma data, ao Presidente do Supremo Tribunal da Justiça e ao Architecto Pedro Alexandre Cavroé.

AVISO DE 4 DE JANEIRO.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio de V. Ex. de 5 de Dezembro do anno proximo pas-

sado, sobre a duvida em que se acha se o encerramento da Assembléa Geral da Provincia deve ser feito pelo Presidente do mesmo Conselho, ou se pelo da Provincia, como se pratica na abertura, tenho a participar a V. Ex. que o Presidente da Provincia não deve ir fechar o Conselho, visto que nem a Constituição nem o respectivo Regimento tal cousa determinão. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, 4 de Janeiro de 1830. — Marquez de Caravellas. — Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

CIRCULAR DE 7 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — S. M. o Imperador ha por bem que, nos portos das Provincias menos frequentadas por vasos de guerra, recebam os Comandantes dos paquetes, por mandado dos respectivos Presidentes, e condução aos seus destinos os réos que se remetterem ás Relações, e os officiaes e soldados que tiverem de recolher-se aos seus corpos; sendo pago pela Fazenda Publica o transporte de qualquer delles. O que participo a V. Ex. para sua intelligencia na parte que lhe toca. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, 7 de Janeiro de 1830. — Marquez de Caravellas. — Sr. Presidente da Provincia de . .

AVISO DE 7 DE JANEIRO.

Imp. avulso.

Illm. e Ex. Sr. — Sendo presente a S. M. o Imperador o officio de V. Ex. sob n. 84, datado do 22 do mez proximo findo, em que V. Ex. participa haver ordenado, em consequencia do aviso que por esta Repartição lhe fora expedido com data de 16 de Novembro ultimo, que a barca que cruza junto a essa costa para evitar contrabandos, continue neste serviço, sendo tripulada com as 15 praças determinadas na citado aviso; e, que tanto o patacho — *Mercurio* — como a escuna — *Andorinha* —, que se julgáram incapazes de serviço algum, segundo informára o Intendente da Marinha dessa provincia, fossem vendidos em asta publica, resolveu o mesmo Augusto Senhor que, no caso de não se haver ainda realisado a venda destas duas embarcações, haja V. Ex. de mandar sobrestar nella, até que por huma rigorosa vistoria se reconheça acharem-se ellas com effeito no estado de ruina e inutilidade que indica aquelle Intendente, por quanto tendo por vezes acontecido que algumas embarcações de guerra, depois de condemnadas nas provincias, navegando para esta Corte, e fazendo-se-lhes aqui pequenos e pouco dispendiosos fabricos, com elles tem prestado e continuão a prestar serviço, como, por exemplo, os brigues — *Beaurepaire* e *Bom Fim* — que, tendo sido condemnados em Pernambuco, sendo ali Intendente o Official que ora o he dessa provincia, servirão depois não só como Navios de Guerra, entrando mesmo em combate como he noto-

rio, o — *Beaurepaire* — indo em commissão á provincia do Espirito Santo, e o — *Bom Fim* — em huma das viagens que seguia para o Pará, mas até se achão ambos ainda hoje empregados, o 1.º como paquete, e o 2.º na condução de madeiras das Alagoas para essa provincia; he mister que se não prescinda da indicada vistoria, que dixerá ser feita com o maior escrupulo e circumspecção para que não succeda ficar o Estado privado de embarcações que, podendo prestar ainda serviço, são todavia vendidas como arruinadas por infimo preço aos particulares, que dellas tirão, sem maior dispendio, grandes vantagens, empregando-as no gyro do seu commercio; ordenando outrosim S. M. I. que o patacho — *Mercurio* — quando pela vistoria se julgue poder servir como transporte, seja enviado para este porto carregado de cal, de que muito se necessita para as obras a cargo do Arsenal da Marinha, devendo continuar depois em semelhante commissão ou n'outra qualquer como for mais conveniente. Inteirado pois destas Imperiaes Disposições, V. Ex. expedirá as ordens necessarias para que ellas tenham a devida execução, como exige o bem do serviço nacional e imperial.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Janeiro de 1830. — Marquez de Paranaguá. — Sr. Visconde de Camamu. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 22 de 29 de Janeiro de 1830.*

AVISO DE 7 DE JANEIRO.

Imp. avulso.

Determinando a lei de 15 de Novembro de 1827, no tit. 1.º, que as dividas da Nação, de qualquer natureza que forem, contrahidas até o fim de 1826, sejam inscriptas no livro da Divida Publica, para poder então verificar-se o seu pagamento na forma indicada pela mesma lei; e, constando que algumas dividas de fardamentos contrahidas anteriormente á data da citada lei, e até parte dellas antes do anno de 1815, tem sido pagas por consignações mensaes, em virtude de ordens desta Secretaria de Estado, cumpre-me declarar a V. S., para sua intelligencia e execução, que taes ordens não podem nunca derogar as disposições daquella lei, e que, em conformidade destas unicamente, se devem pagar as dividas contrahidas em 1827 por diante, praticando-se a respeito das anteriores o que determina a mesma lei; convindo portanto que V. Ex. remetta quanto antes a esta Secretaria de Estado huma relação dos individuos a quem se tem pago depois da publicação da sobremencionada lei, dividas de fardamentos anteriores ao anno de 1827, declarando-se a quanto montão taes dividas, quanto se tem pago á conta dellas, e quando, e as datas dos avisos desta Secretaria de Estado que ordenarão este pagamento.

Deos Guarde a V. S. Pago, em 7 de Janeiro de 1830. — Marquez de Paranaguá. — Sr. Luiz da Cunha Moreira. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 22, de 29 de Janeiro de 1830.*

AVISO DE 7 DE JANEIRO.

Imp. avulso.

Transmitto a V. S. a inclusa representação que me dirigira o Inspector da Colonisação Estrangeira em data de 5 do corrente, para que, á vista do seu conteúdo, haja V. S. de informar-me, precedendo os necessarios exames, se forão com effeito restituídos o vasilhame e mais objectos fornecidos por emprestimo ao bergantim *Conceição Imperador* que transportou Colonos para Porto Alegre, ou se houve falta ou deterioração em todos, ou em parte delles, de que resulte prejuizo á Fazenda, para que dando-se de tudo conhecimento ao referido Inspector, possa elle deliberar sobre o pagamento do frete daquelle bergantim, requerido por Thomé Ribeiro de Faria, devendo V. S. com a sua informação restituir a esta Secretaria de Estado a mencionada representação.

Deos Guarde a V. S. Paço, em 7 de Janeiro de 1830. — Marquez de Paranaguá. — Sr. Luiz da Cunha Moreira. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 22, de 29 de Janeiro de 1830.*

AVISO DE 7 DE JANEIRO.

Imp. avulso.

Pelo Officio que V. S. me dirigio com data de 4 do corrente, acompanhando outro do Commandante da Não — Pedro I. —, em que se dá parte da fuga de dous dos escravos prisioneiros deportados na mesma Não, fiquei sciente de hum tal successo; não podendo porem avaliar por semelhante participação, se o mesmo teve origem na falta de vigilancia das sentinellas a bordo daquelle Não, ou na de providencias da parte do respectivo Commandante, cumpre que V. S., procedendo á mais escrupulosa averiguação a este respeito, me informe do resultado; devendo no caso de achar que houve omissão da parte do Commandante, não só adverti-lo, mas até suspendê-lo do commando, pois que, não sendo admissivel a menor relaxação no serviço, deverá o mesmo commando ser confiado ao Official que mais vigilante e cuidadoso fôr dos seus deveres.

Deos guarde a V. S. Paço, em 7 de Janeiro de 1830. — Marquez de Paranaguá. — Sr. Tristão Pio dos Santos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 22, de 29 de Janeiro de 1830.*

AVISO DE 7 DE JANEIRO.

Imp. avulso.

Informe V. S. quantos escravos serventes que não pertencem á Nação ha presentemente empregados nessa Repartição, declarando o nome dos respectivos senhores, o jornal que vencem taes escravos, e se estes são apontados sómente nos dias de trabalho ou tambem nos dias santos, e quando o seião nestes dias, o motivo de semelhante procedimento.

Deos Guarde a V. S. Paço, em 7 de Janeiro

de 1830. — Marquez de Paranaguá. — Sr. Luiz da Cunha Moreira. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 22 de 29 de Janeiro de 1830.*

AVISO DE 7 DE JANEIRO.

Imp. avulso.

Constando que ao preso sentenciado Gaspar Roth, e aos outros treze presos constantes da relação junta, se abonão, áquelle o jornal de 640 réis, e a estes a gratificação de 80 réis diários, por virtude de Portarias dessa Intendencia datadas de 13 de Julho e 13 de Outubro ultimos, que posto se refirão a avisos desta Secretaria de Estado, todavia não mencionão as datas de taes avisos, ao mesmo tempo que na mesma secretaria se não encontra registro de algum, mandando abonar aos mencionados presos o jornal e gratificação de que se trata; cumpre que V. S. informe o que occorrer a tal respeito, devendo, no caso de existirem os avisos a que se referem as citadas Portarias, remette-los a esta Secretaria, para, á vista delles, se desfazer qualquer engano ou omissão que tenha havido no seu registro, e resolver-se depois o que convier.

Deos Guarde a V. S. Paço, em 7 de Janeiro de 1830. — Marquez de Paranaguá. — Sr. Luiz da Cunha Moreira. — *Acha-se no Diario Fluminense, de 22 de Janeiro de 1830.*

RELAÇÃO dos preços sentenciados, a quem se abona a gratificação de 80 réis diários, em virtude de Portaria da Intendencia da Marinha, datada de 13 de Outubro ultimo.

Joaquim Manoel Devêras, Francisco Ribeiro Dias, Felicio José Monteiro, Reginaldo Francisco, José Joaquim da Fonseca, Luiz Antonio dos Reis, Benedicto do Carmo, Antonio da Silva, José Barbosa, Marianno José da Cunha, José Maria, Cetano Antonio, João José Lopes.

Secretaria de Estado, 5 de Janeiro de 1830. — Joaquim Francisco Leal. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 22, de 29 de Janeiro de 1830.*

AVISO DE 7 DE JANEIRO.

Imp. avulso.

Tendo levado á presença de S. M. o Imperador o officio de V. S. datado de 25 do mez proximo findo, que acompanhava não só o requerimento de José Garrido, Ex-Commissario da fragata — Imperatriz —, pedindo se lhe abonem em sua conta os sofás, colchões e travesseiros que lhe faltarão pelas razões constantes do attestado anexo ao mesmo requerimento, passado pelo Chefe de Divisão graduado João Carlos Pedro Prytz, Commandante que foi daquelle fragata; mas tambem a informação que a este respeito dera o Contador da Marinha, resolveu o mesmo Augusto Senhor que V. S. haja de fazer executar o que a lei dispõe em semelhantes erros, sem embargo do que informa o referido Contador; porquanto, ainda que daquelle attestado consta que

os sofás de que se trata forão mandados para terra sem conhecimento do supplicante, todavia nelle se não declara que tivessem o mesmo destino os outros objectos, certificando aliás o Commandante que só soubera da falta destes, quando delle lhe dera parte o mesmo supplicante, logo depois do desembarque de S. M. Fidelissima e pessoas da sua comitiva; podendo, demais, o supplicante reclamar os ditos sofás do individuo por quem do attestado consta terem sido mandados para terra, que de certo não recusará entrega-los a ser verdade o allegado; e bem assim os outros objectos no caso de terem seguido a mesma direcção, como bem poderia ter acontecido, vista a confusão que sempre ha nas occasiões de desembarque. O que participo a V. S. para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a V. S. Paço, em 7 de Janeiro de 1830. — Marquez de Paranaguá. — Sr. Luiz da Cunha Moreira. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 22, de 29 de Janeiro de 1830.*

AVISO DE 7 DE JANEIRO.

Imp. avulso.

A' vista da participação que Vm. acaba de dirigir-me relativamente aos soldados desse corpo, Desiderio Cardoso e Luiz da França, pertencentes ao destacamento da fragata — Paraguassu —, que, sendo encontrados pela Policia em desordem, com marinheiros, na Praia do Peixe, achando-se o primeiro com hum faca de ponta no botim, forão presos e remetidos a esse corpo, onde se achão, ha S. M. o Imperador por bem que Vm. faça proceder contra os ditos soldados, como for de justiça, para o que reverte a parte da Policia, que acompanhou o citado officio, nomeando desde já outros que os substituão no mencionado destacamento, e prevenindo tanto ao Commandante deste como aos dos batalhões sob o seu commando, de que deverão empregar a maior circumspecção na concessão de licenças aos soldados que pretenderem sahir de bordo, ou do quartel para vagarem pelas ruas da cidade, pois que do contrario se reproduzirão cada vez mais as desordens por elles praticadas, e que de ordinario tem origem na relaxação da disciplina, a despeito das repetidas ordens e recommendações para a sua mais rigorosa manutenção. O que participo a Vm. para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a Vm. Paço, em 8 de Janeiro de 1830. — Marquez de Paranaguá. — Sr. Manoel Joaquim do Valle. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 22, de 29 de Janeiro de 1830.*

Idem ao Inspector do Arsenal da Marinha.

AVISO DE 8 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

S. M. o Imperador ha por bem que em todas as conferencias ordinarias da Casa da Supplicação se julgue algum feito crime, e que além disso hajão conferencias extraordinarias na mesma

casa para exclusivo julgamento de semelhantes processos, afim de diminuir o grande numero de presos que se achão accumulados nas cadeas desta Córte: outrosim ordena o mesmo Augusto Senhor, que os presos que forem condemnados a degredo sejam logo remetidos para seus respectivos destinos. O que participo a V. S. para sua intelligencia e execução, esperando do seu reconhecido zelo o desempenho desta Imperial Ordem.

Deos Guarde a V. S. Paço, em 8 de Janeiro de 1830. — Visconde d'Alcantara. — Sr. Bernardo José da Gama.

Communicou-se a 14 ao Marquez de Paranaguá. *Acha-se a fl. 92, do Liv. 10 da Córte na Secretaria da Justiça.*

PORTARIA DE 9 DE JANEIRO.

Coll. Plancher.

Foi presente a S. M. o Imperador o officio da Camara Municipal da cidade da Bahia, na data de 11 de Dezembro proximo passado, em que, dirigindo ao mesmo Augusto Senhor as devidas felitações pelo seu venturoso consorcio, participa que, em applauso de tão memoravel acontecimento, e depois de render graças a Deos pela prosperidade e augmento da Dinastia Imperial do Brazil, projectára promover, por meio de hum subscrição em toda a provincia da Bahia, o estabelecimento de hum casa de educação de meninas desvalidas, com o titulo de — Pedro e Amelia —, na forma do Edital impresso que acompanhou o referido Officio; pedindo para tão digna empreza a imperial protecção. E sendo muito agradavel a S. M. I. que a mencionada Camara, possuida de hum nobre enthusiasmo, e por motivo daquelle faustissimo successo, que assignala hum das épocas mais gloriosas a este Imperio, se tenha distinguido por hum accção tão patriótica e benefica em auxilio da mocidade desamparada do sexo feminino, que não menos reclama os desvelos da caridosa humanidade: Manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar á sobredita Camara que, não só ha por bem approvar sua louvavel resolução, com que por certo se torna digna dos maiores elogios, mas que se dignará proteger hum estabelecimento tão philanthropico, que em todos os tempos servirá de padrão ao zelo, sensibilidade e pureza de suas intenções, e ao acerto de suas providencias. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Janeiro de 1830. — *Marquez de Caravellas.*

RESOLUÇÃO DE 11 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

Dá conta a Junta da Fazenda de Santa Catharina de haver entregue a Antonio Mendes de Carvalho a armação de Garopaba e supplemento de Imbituba, na forma das condições do contracto; que porém se não tinha procedido ás assignaturas das letras do total que deve pagar o dito arrematante, por não saber: 1º, se se deve contar

o prazo de 3 em 3 mezes do 1º de Janeiro de 1829, ou do dia da entrega da armação; 2º, se a quantia de 1:182,5860 rs., declarada na condição segunda, computados 4 por cento sobre a de 29:571,5505, em que forão avaliados os edificios e utensilios em 1826, deve ser exigida por inteiro, ou abatida a damnificação dos mesmos edificios e utensilios consumidos desde a avaliação. O Procurador da Fazenda foi de parecer: 1º, que, tendo sido tratado e resalvado como condição e regra especial, que se conte do 1º de Janeiro, por acabar o anno da pesca e correnteza do contracto no fim de Dezembro, nenhuma duvida se lhe offerece; 2º, que não pôde haver attenção á computação de edificios arruinados, e utensilios arruinados e inúteis ou inconducentes, por ter sido tudo resalvado nos termos da arrematação. Adverte porém que a Junta devia ter mandado hum relação destes objectos, calculada pela avaliação de 1826; 3º, que se deve recommendar á Junta toda a circumspecção a respeito do prazo da arrematação, predios, etc., para não progredir a ruina, e toda a fiscalisação sobre a época do vencimento dos pagamentos e segurança dos garantidos das letras, nos termos da Lei de 15 de Novembro de 1827. Parece ao Conselho, quanto á primeira duvida, que se deve contar o prazo do pagamento desde o dia em que o arrendatario tomou posse da armação, por se ter decidido em resolução da consulta, que inclue ser o dito anno não civil, mas de pesca; e quanto á segunda, que não subsiste por se ter feito no termo da arrematação preço certo della, na quantia de 1:186,5660 á que ficou obrigado o arrematante. Em 16 de Dezembro de 1829.

Resolução. Como parece ao Conselho. Palacio da Boa Vista, 11 de Janeiro de 1830. — Com a rubrica de S. M. o I. — *Marquez de Barbacena.* — *Acha-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 15 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

Pede Raphael José Vianna ser reintegrado no lugar de Thesoureiro da Casa da Moeda da cidade da Bahia. A Junta da Fazenda respectiva, a quem o conselho mandou ouvir, exigiu do Provedor da dita casa que informasse, o que cumpriu dizendo: Que o supplicante fóra provido no dito lugar vitaliciamente, e demittido por Portaria do Governo da Provincia de 12 de Julho de 1825, na qual, em nome de S. M. I., se mandára que fossem demittidos de seus cargos civis e militares todos os Europeos e Brasileiros que notoriamente se tivessem declarado contra a causa do Brazil. A mesma Junta he de parecer que, posto não fosse o supplicante nominalmente designado na Portaria citada, he illegal a sua demissão por se não terem observado as formulas judiciaes, e que, sendo o seu provimento vitalicio, deve ser reintegrado, conservando o actual Thesoureiro Francisco Manoel Gonçalves da Cunha o respectivo ordenado, em attenção ao bem que tem servido, e a ter sido tão bem provido

vitaliciamente. O Procurador da Fazenda respondeu que não sabia porque se havia de reintegrar Raphael, excluido por inimigo da Independencia, e excluir Cunha, que a Junta reconhece estar servindo bem, ficando este com o ordenado como beneficio simples, meramente arbitrario, pois nenhuma lei tal autorisa. Parece ao Conselho que, verificando-se pela informação da Junta, ter sido o supplicante expulso sem processo, sentença, crime ou erro, sómente por suspeitas de ser inimigo da Causa do Imperio, incompatíveis, e convencidas pelos seus juramentos de adhesão, fóra tumultuaria, arbitraria e injustissima a expulsão, devendo por isso ser reintegrado. E quanto a Cunha, entende que o seu bom serviço lhe não dá direito para a extraordinaria conservação do ordenado, mas apenas o pôde fazer digno de merecer a contemplação do Governo para algum lugar que possa desempenhar. Em 23 de Setembro de 1828.

Resolução. Excusado. Palacio da Boa Vista, 15 de Janeiro de 1830. — Com a rubrica de S. M. o I. — *Marquez de Barbacena.* — *Acha-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 15 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

Foi a consultar o requerimento de Marcos Antonio Bricio, aposentado no lugar de escrivão da Junta da Fazenda do Ceará, em que pede que, em attenção de seus longos annos de serviço e avançada idade, se lhe conceda a graça da metade de seus vencimentos, para sua mulher e filhas gozarem desde já com sobrevivencia de humas para outras. Ao Procurador da Fazenda se não offerece duvida, visto ser a mesma quantia consultada só com a differença de nomes. Também se não offerece duvida ao Conselheiro Fiscal.

Parece ao conselho que, posto a pretensão não seja de rigorosa justiça, he comtado digna da consideração de S. M. o Imperador, á vista dos motivos allegados, e miseria em que ficára a familia de Bricio pela sua morte, em 8 de outubro de 1828.

Resolução. — Não tem lugar nas actuaes circumstancias. — Palacio da Boa-Vista, 15 de Janeiro de 1830. — Com a rubrica de S. M. o Imperador. — *Marquez de Barbacena.* — *Acha-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 15 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

Pedem Innocencio da Rocha Maciel e Bernardo José Vianna, Escrivães da Mesa Grande da Alfandega desta Côrte, que se declare qual delles deve preferir em antiguidade. O desembargador Juiz da Alfandega foi de parecer que a antiguidade disputada he a favor de Vianna, á vista dos titulos e qualidade da serventia de ambos.

A este parecer se oppõe o Contador-Geral da segunda repartição do Thesouro, baseado no Decreto de 2 de Maio de 1822, que nomeou Innocencio para Escrivão da dita Mesa, e mandou que o Conselho da Fazenda lhe desse logo posse e juramento, tendo Vianna apenas obtido a mercê de Escrivão por Alvará de 18 de Dezembro de 1826, e tomado posse, etc., depois, o que não dá direito superior ao decreto, juramento e posse. Ainda menos se pôde considerar direito de antiguidade o ter Vianna ordenado, quando Innocencio ainda o não tinha, nem julgar-se o primeiro mais graduado que o segundo por este motivo, pois ambos tem Diplomas Imperiaes. Acresce a isto ter o Conselho mandado dar e dado posse a Innocencio em virtude do Decreto de 2 de Maio, não julgando depender de Alvará a mercê feita.

Indo o negocio a consultar, na conformidade dos pareceres do Procurador da Fazenda, e Conselheiro Thesoureiro-Mór, tendo o escrivão da Mesa do Thesouro sido de opinião que devia decidir-se pelos meios ordinarios, respondeu o mesmo Procurador da Fazenda que Innocencio tinha a prioridade sobre Vianna, derivada do Decreto de 2 de Maio, 3 1/2 annos anterior ao Diploma do mesmo Vianna, que não pôde gravar o direito de Innocencio, nem a ausencia que não he filha de acto seu, e não servio para o prejudicar na verificação do exercicio por obito de Claudio, nem a falta de ordenado, e nem tão pouco a concessão feita a Vianna, que, portanto, ficara sem mingoa a justiça do ausente e inaudito.

Parece ao Conselho que Vianna tem por direito a preferencia, porque nestas materias he regra fundamental a apresentação de titulos, e posse legal, o que não pôde fazer Innocencio, por não se achar encartado no officio de Escrivão Serventuário Vitalicio, requisito que se verifica em Vianna. Que não se pôde considerar posse o exercicio de Innocencio em 1822, anteriormente a Vianna, porque, sendo por Decreto de 2 de Maio nomeado Escrivão, para servir nos impedimentos de Escrivães effectivos sem vencimento, não tinha lugar certo, de que houvesse de tomar posse, por não ter havido vaga para ella se verificar. Conclue, finalmente, que, sendo Vianna Serventuário Vitalicio desde 22 de Dezembro de 1826, e tendo Innocencio succedido na vacancia em 1827, julga que Vianna he mais antigo. Em 3 de junho de 1829.

Resolução. — Usem dos meios ordinarios. — Palacio da Boa-Vista, 15 de Janeiro de 1830. — Com a rubrica de S. M. o Imperador. — Marquez de Barbacena. — No Cartorio actual do Thesouro Nacional.

RESOLUÇÃO DE 15 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

Foi a consultar o requerimento de Innocencio da Rocha Maciel, que pede as 415 par-

tes do ordenado de Escrivão da Mesa Grande da Alfandega desta Corte desde o dia do obito do Serventuário Vitalicio, Joaquim Claudio Pereira de Carvalho, até 24 de Fevereiro de 1829, e ser considerado effectivo no mesmo emprego desde o dia 24, época em que principiou a servir como proprietario. O Juiz da Alfandega informou que, não tendo o supplicante entrado na effectividade do dito emprego (na conformidade do Decreto de 2 de Maio de 1822, pelo qual se ordenava que servisse no impedimento dos Escrivães da Mesa Grande da referida Alfandega), por se achar ausente em França por ordem de S. M. I. se nomeára serventuário vencendo a quinta parte do ordenado até 5 de Abril, dia em que o supplicante começou a servir, sendo sempre reconhecido como proprietario do lugar, o que se prova pela Portaria de 22 de Maio de 1828, documento n. 3.

O Procurador da Fazenda foi de parecer que Innocencio deve vencer o ordenado desde o dia em que começou a servir, e não desde o dia do obito de Claudio. Ao Conselho parece que a pretensão he indefinivel em todas as suas partes, porque o Decreto de 2 de Maio de 1822 lhe dá apenas mera expectativa da mercê da serventia vitalicia do primeiro dos Officios de Escrivão da Mesa Grande que houvesse de vagar, autorizando-o, todavia, para servir no impedimento de qualquer dos escrivães actuaes da dita Mesa, sem vencimento algum, clausula extraordinaria, pela qual se vê que o titulo da mercê só lhe pôde provir de seu effectivo encarte e exercicio em qualquer dos mesmos officios. Em 5 de Outubro de 1829.

Resolução. — Como parece ao Conselho. — Palacio da Boa-Vista, 15 de Janeiro de 1830. — Com a Rubrica de S. M. o Imperador. — Marquez de Barbacena. — No Cartorio actual do Thesouro Nacional.

RESOLUÇÃO DE 15 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

Quintiliano Justino d'Oliveira Horta, serventuário vitalicio do officio de Escrivão da Camara da Villa de Caeté, queixa-se de haver a Junta da Fazenda de Minas expedido ordens ao Ouvidor da Comarca do Sabará, para que antes de tomar posse do dito officio affiançasse, na respectiva Intendencia, a quantia annual de 200\$225 rs. do donativo e direitos a que he obrigado pela Carta Regia de 30 d'Outubro de 1799, e pede isenção d'este onus: 1.º, por não ter o decreto de sua nomeação a clausula de pagar os referidos donativo e direitos annuaes, como costumão os alvarás de todos os outros serventuários vitalicios; devendo por isso entender-se que os tem a pagar por huma só vez: 2.º, não tratar a lei de 11 de Outubro de 27 dos Officios das Camaras, mas sómente dos de Justiça e Fazenda: 3.º ser grande a familia de que se acha onerado: 4.º, em remuneração do serviço que presta, como Thesoureiro do Sello.

O Presidente de Minas informou não dever o supplicante ser sujeito a encargos, além dos mencionados no decreto de nomeação, mas que a Junta ordenára a prestação da fiança da 3.^a parte, por serem os serventuários vitalícios a ella obrigados pela lei de 11 de Outubro de 1827. (*)

O Contador da 2.^a Repartição do Thesouro informou que, por graça especial, podia o supplicante ser alliviado de pagar o donativo, mas não da 3.^a parte.

Remettido o negocio ao Conselho, este mandou ouvir a Junta de Fazenda, que informou ser menos bem fundada a queixa, por não poder a falta de clausula expressa eximir o supplicante do donativo e direitos, a que he obrigado pela Carta Regia de 30 de Outubro de 1799.

O Procurador da Fazenda respondeu que a Junta, para justificar a legitimidade de seu proceder, devia ter citado: 1.^o, as ordens de 21 de Março de 1722 e 3 de Dezembro de 1723, 29 de Janeiro de 1726, 2 de Junho de 1730, 28 de Fevereiro de 1741, e Provisão do Erario de 9 de Agosto de 1771, referindo-se aos decretos de 18 de Maio de 1722 e 18 de Fevereiro de 1741, e á resolução de 27 de Janeiro de 1726, que sujeitarão os serventuários vitalícios dos Officios de Justiça e Fazenda, cujo rendimento exceder a 200\$ rs., não só a pagar a 3.^a parte dos rendimentos, mas hum donativo, preferidos para o provimento, os que offerecerem maior, por meio de licitação em acto de arrematação, perante a Junta, sem excepção dos Officios que são sujeitos á 3.^a parte, como he expresso no decreto de 18 de Fevereiro de 1741; tendo estes rendimentos das 3.^{as} partes e donativos constituído consideravel ramo das Rendas Publicas: 2.^o, a ordem de 2 de Abril de 1756, pela qual se obrigou aos Capitaes Generaes que, quando proovessem os Officios vagos, declarassem aos providos ficarem na obrigação de pagar o donativo do tempo que servissem, pelo que houvesse pago o seu antecessor; não podendo o supplicante julgar-se desonerado pela falta da clausula no decreto de nomeação, á vista da terminante disposição da Carta Regia de 30 de Outubro de 1799: 3.^o, as ordens de 23 de Dezembro de 1723 e 26 de Agosto de 1738, que impellirão á Junta a exigir a fiança; tendo-se considerado sempre todas estas disposições comprehensivas dos Officios de Escrivães das Camaras, e não tendo sido desonerados destes encargos pela lei de 11 de Outubro de 1827.

Á vista disto, he de parecer que deve vigorar o que tinha determinado a Junta. Persuade-se porém que será de justiça que qualquer que obtenha a serventia vitalicia de algum Officio seja isento de pagar mais da 3.^a parte da quantia de sua lotação. Isto porém depende de medida Legislativa, por involver ampliação da lei citada de 11 de Outubro de 1827.

Parece ao Conselho da Fazenda que a Junta obrou em regra, por constituir a Carta Regia de 30 de Outubro de 1799, direito positivo pela ro-

gação dada em geral pela Assembléa Constituinte. Reconhece, comtudo, que convém alliviar os Officios do gravame que lhes fazem as duplicadas prestações a favor da Fazenda, como contrarias ao espirito da Legislação actual, que suppoem indispensavel, que o serventuário receba 2/3 do rendimento, mas que esta medida depende do Corpo Legislativo. Em 11 de Novembro de 1829.

Resolução. — Como parece ao Conselho. Placido da Boa Vista, 15 de Janeiro de 1830. — Com a rubrica de S. M. o Imperador — Marquez de Barbacena. — *Acha-se o original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 15 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

Senhor. — Por Portaria do Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio de 23 de Abril do corrente anno mandou V. M. I. remetter a este Conselho, para consultar, o requerimento de D. Francisca Maria Ribeiro de Campos Lumachi de Mello, do theor seguinte:

Senhor. — Francisca Maria Ribeiro de Campos Lumachi de Mello, viuva de Caetano Francisco Lumachi de Mello, residente na cidade do Recife, e mãe de 10 filhos menores, em cujo numero entrão 5 meninas, e como provão os 3 primeiros documentos, tem o indizivel prazer de representar a V. M. I. que seu marido, enquanto vivo, só lhe merecen cuidado o bem servir a V. M. I. sendo surdo a tudo que não era ser justo, ser honrado, ser activo no desempenho dos seus deveres. Principiou a sua carreira politica sentando praça de Cadete, pela sua nobreza, documentos de numero 4 e 5; e pelos serviços de seu pai, e mesmo em paga de humia divida que a Fazenda Publica lhe era devedora, obteve o officio de Escrivão da Mesa Grande daquella Provincia, servindo hum e outro 31 annos, documentos numeros 6 e 7; foi promovido a Sargento Major de Malta, professou na Ordem de Santiago, e depois transitou para a Ordem de Christo, documentos de numeros 7 a 13; occupou por vezes o officio de Juiz Ordinario daquella cidade, e servio em os dias de mais horror que vio aquella provincia, documentos numeros 14 e 15; fez os relevantes serviços que demonstrão os referidos documentos 14 e 15. A consideração que gozava o marido da supplicante fez que elle fosse escolhido para Senador e Deputado, Conselheiro de Provincia e Governo, documentos numeros 16; humia só vez se não annunciarão donativos gratuitos que elle os não desse, documentos de numeros 17 a 20. No exercicio do officio de Escrivão da Mesa Grande da Alfandega, não só se conduziu com a exacção e dextreza de que demonstrão os documentos numeros 5 e 6, 21, 22 e 23, porém promoveu os interesses da Nação, documentos numeros 5 e 6. Sendo impedido o Juiz d'Alfandega daquella Provincia, foi o marido da supplicante obrigado a por elle servir o dito officio; e a sua conducta foi tão espantosa, que me-

(*) Aqui ha engano. A lei de 11 de Outubro trata dos serventuários nomeados pelos proprietários.

receu, quando largou o officio por entrar o Proprietario a servir, dos Consules estrangeiros que então residião naquella Provincia, os agradecimentos, em seus nomes, das suas Nações, constantes dos documentos de numeros 24 e 28. Dos bons e relevantes serviços que o dito marido da supplicante fez, e do desinteresse e generosidade com que servio, foi o resultado acabar pobre, sorte usual dos honrados servidores, daquelles que marchão sobre as pegadas de D. João de Castro, não deixando a supplicante e a seus filhos com que sustentar-se. E se a poderosa mão de V. M. I. não soccorrer, acabarão ás mãos da miseria; e a familia de hum homem, nobre pelo seu nascimento, de hum Cidadão benemerito pelas suas virtudes e feitos, e que foi todo de V. M. I., e que todo se entregou ao bom serviço de V. M. I., se confundirá com os mendigos, com aquelles que por vicios e preguiça se abandonarão á mendicidade. V. M. I. he piedoso, tem pelo maximo dos prazeres e felicidade a occasião de compensar serviços, de dar vida ás viúvas, aos innocentes filhos daquelles que derão á Nação tudo quanto possuíam; que, em sua carreira politica, não tiverão fraquezas, não deslizarão o caminho da honra, do justo e do honesto, e que, durante a sua vida, pertencerão só a V. M. I. e á Nação, e não á familia.

Requer pois a supplicante a V. M. I. se digne, em remuneração dos relevantes serviços de seu marido, mandar dar á supplicante, para a sua subsistencia e de seus filhos, com sobrevivencia huns a outros, como tenha vitalicia, a pensão de 600,000 rs. mensaes, para que Pernambuco veja na supplicante e na sua familia que grande he servir a V. M. I.

Pede a V. M. I. se digne deferir á supplicante como tem requerido. E receberá mercê. — Francisca Maria Ribeiro de Campos Lumachi de Mello.

Acompanhava este requerimento hum officio do Presidente da Provincia de Pernambuco, dirigido pela Repartição dos Negocios do Imperio, do theor seguinte:

Ilm. e Exm. Sr. — A supplicante Di. Francisca Maria Ribeiro de Campos Lumachi de Mello, que pretende lhe seja concedida a pensão de 600,000 rs. para a subsistencia de sua familia, passando a mesma ao ultimo dos filhos que lhe sobreviver, parece estar nas circumstancias de merecer a graça que implora, visto, como he certo, achar-se carregada de crecido numero de filhos menores, conforme expoz no seu requerimento, e he haver o seu fallecido marido Caetano Francisco Lumachi de Mello prestado os serviços allegados, e com tanta honra e desinteresse que bem pôde servir de modelo aos Empregados Publicos; e não obstante que o mais velho dos filhos da supplicante obtivesse a supervivencia de hum dos officios em que fora partido o de Escrivão da Mesa Grande desta Alfandega, por morte de seu pai, que o servira por interino; ainda mesmo verificada esta mercê, não deve isso bastar á sustentação de huma tão numerosa familia, muito mais não havendo nella a clausula de ser concedido para alimento da viúva e dos mais filhos,

havendo estes a expectativa da serventia vitalicia por falta do primogenito, que a obtivera: S. M. o Imperador deferirá como fôr do seu imperial agrado. Deos guarde a V. Ex. muitos annos. Cidade do Recife de Pernambuco, 27 de Março de 1829. — Ilm. e Exm. Sr. José Clemente Pereira. — Thomaz Xavier Garcia d'Almeida.

Sobretudo, foi ouvido pelo Conselho o Procurador da Fazenda, que respondeu ultimamente:

Parece que se pôde consultar, visto o favor que já teve o filho mais velho, a pensão de 400,000 rs. repartidamente, sem alguma successão ou supervivencia, dependendo da approvação da Assembléa Geral Legislativa. Rio, aos 21 de Agosto de 1829. — Nabuco.

Deu-se depois vista ao Conselheiro Fiscal das Mercês, que disse: He de equidade, visto não haver lei. Rio, 9 de Outubro de 1829 — Souza.

O que tudo sendo visto, parece ao Conselho que, supposto os serviços praticados pelo defuncto marido e pai dos supplicantes não se achem marcados por lei para lhes ser devida remuneração, assim como não se acha igualmente marcada como dever da remuneração á qualidade do officio, e por isso a sua pretensão não seja de deferimento de Justiça absoluta; comtudo, o uso e costume diuturno reconhecido por V. M. I. e pela Nação, no projecto de Constituição; a humanidade e a equidade, e principalmente o bem estar da Nação, em crear e educar bons subditos, e consequentemente bons servidores para os cargos e empregos publicos, demanda que se contemplem, aprovelem e remunerem os bons serviços feitos no desempenho exacto das funcções inherentes aos cargos, officios e dignidades em que qualquer fôr provido. Ora, sendo os serviços praticados pelo marido e pai dos supplicantes no desempenho do officio de Escrivão da Mesa Grande da Alfandega de Pernambuco muito distinctos, e dos quaes teve a Fazenda Publica muito bons resultados, accrescendo mais ter o dito marido e pai dos supplicantes, em diversas occasiões, prestado donativos proporcionados ás suas forças á prol da Fazenda Publica e das urgencias della; todos estes procedimentos se fazem muito dignos de mover o coração paternal de V. M. I. e da Assembléa Geral Legislativa, attendendo ao misero estado da supplicante e de seus 10 filhos, para haver de dignar-se conceder-lhe por graça e mercê a remuneração de 400,000 rs. annualmente, repartidos pela mãe e filhos, sem supervivencia de huns a outros, com o que se conforma o Conselho com o Desembargador Procurador da Fazenda, V. M. I. mandará o justo.

Parece aos Conselheiros Leonardo Pinheiro de Vasconcellos, e Escrivão da Fazenda que, estando como está determinado no decreto de 13 d'Agosto de 1706 que se não admittão requerimentos de remuneração de serviços de serventias ou propriedades de officios de cartas; e pertencendo a esta classe os serviços allegados pela supplicante, de seu marido, no officio de Escrivão d'Alfandega de Pernambuco, não há que deferir a sua supplica, muito principalmente sendo mercê pe-

cunharia a cargo do Thesouro, com natureza de pensão, com sobrevivencia á seus filhos de hum para outros, aquillo que a mesma supplicante requer.

E, supposto que os mesmos Conselheiros tenham em conta o bom serviço do finado marido da supplicante, informado nestes papeis para ser attendido, entendem todavia que sufficiente attenção teve já o Governo com esse bom serviço para dar a hum filho seu, como lhe deu, a serventia do mesmo officio. Se contra a disposição da lei se abre a porta a remunerações pecuniaras de todos os que servem officios de semelhante natureza, bem depressa faltará o dinheiro do Thesouro para satisfazer taes pensões.

Ao Conselheiro José Fortunato de Brito pareceu porém que, conformando-se inteiramente com o parecer do Conselho respeito á exposição da supplicante e de todos os outros motivos por que ella se faz digna da attenção de V. M. I. e do Poder Legislativo, não concorda contudo com a designação positiva de 400\$ rs., que ao mesmo Conselho parece digna de marcar-lhe, mas sim deixar esta designação, e fazê-la inteiramente dependente da attenção e consideração da piedade de V. M. I. e do mesmo Poder Legislativo. Rio de Janeiro, 25 de Novembro de 1829, 8.^a da Independencia e do Imperio. — Leonardo Pinheiro de Vasconcellos. — José Fortunato de Brito Abreu Souza Menezes. — João Prestes de Mello. — José Caetano d'Andrade Pinto. — Manoel José de Souza França. — Foi voto do Conselheiro João Sabino de Mello Bulhão.

Resolução. — Como parece aos Conselheiros Leonardo Pinheiro de Vasconcellos e Escrivão da Fazenda Paço, 15 de Janeiro de 1830. — Com a Imperial rubrica — Marquez de Caravellas. — *Acha-se o Original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 15 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

Forão a consultar as representações do Presidente e do Escrivão da Junta de Fazenda do Rio Grande do Sul de 21 de Maio de 1829, sobre contestações suscitadas entre estes e outros Empregados. Juntos diversos papeis que acompanhão a consulta, respondeu o Procurador da Fazenda que, tendo as representações recahido sobre toda a Junta, e sendo os documentos produzidos pelos representantes em parte truncados, e não bastantes para esclarecimento do negocio, convinha ser ouvida a Junta, mandando-se que envie todos os documentos e faça huma detalhada exposição do negocio, e dos estylos e usos que na mesma Junta se tem praticado relativamente á ordem do serviço e dos pontos em que se carece de melhoramento.

Parece ao Conselho não haver por ora couza alguma a providenciar: 1.^o, por se achar nomeado successor ao Presidente actual, que talvez já esteja no exercicio do dito Emprego. 2.^o, porque as providencias, que conviria dar,

dependem de medida legislativa, porque importão disposição de Regimento.

Parece-lhe mais que, sendo a representação do Presidente da Provincia, Salvador José Maciel, huma verdadeira denuncia de delapidação de dinheiros publicos, praticada pelos Membros da Junta, que, como elle diz, se pôde conhecer pela escripturação dos livros da Contadoria e mais papeis respectivos aos pagamentos, sem perda de tempo se deve expedir ordem ao novo Presidente para examinar os ditos livros e papeis (entrando no exame e legalidade dos pagamentos feitos pela Repartição Militar da Provincia desde o principio de 1826 até Junho de 1829 inclusiva), e informar ao Thesouro sobre o merito ou demerito dos Officiaes da Junta a tal respeito. Em 7 de Dezembro de 1829.

Resolução. — Como parece ao Conselho. Palácio da Boa-Vista, 15 de Janeiro de 1830. — Com a Rubrica de S. M. o Imperador. — Marquez de Barbacena. — *Acha-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 15 DE JANEIRO

Manuscripto authentic.

Por portaria da Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, de 5 de Novembro deste anno, mandou V. M. I. remetter a este Conselho o officio n. 25 da Junta da Fazenda da Provincia de S. Paulo de 11 de Agosto ultimo, e a copia da Provisão de 5 de Junho antecedente, expedida pela Repartição do Thesouro Publico á dita Junta, afim de que o mesmo Conselho consultasse sobre o que se aponta naquelle officio como addicionamento necessario ás providencias ordenadas na dita Provisão, que determinou a regular arrecadação dos dizimos da mencionada Provincia. A este officio e papeis respectivos que vinhão já instruidos de diversos pareceres dados pela Repartição do Thesouro Publico, e que sobem seus originaes, se unirão outros papeis de instrução ao negocio.

O que tudo sendo visto, parece ao Conselho que, das proposições da Junta contendas no dito seu officio, sómente são dignas sempre da approvação de V. M. I. a terceira, quarta e quinta; e que, em consequencia, cumpre declarar-se-lhe, em resposta do mesmo officio: 1.^o, que o dizimo he devido nos portos de embarque de todos os generos que se exportão da Provincia, ou seja para commercio exterior ou interior de hum para outros portos do Imperio; 2.^o, que a herva de mate deve ser dizimada na occasião do seu embarque, segundo o preço corrente della nos portos donde sahe, como geralmente se observa com as outras especies ali dizimadas, em dinheiro, abatendo-se ou descontando-se ao exportador 2 ou mais por cento para a despesa respectiva de capa e condução, conforme as distancias dos lugares da colheita, para o que formará a Junta as instruções necessarias, como lhe incumbem pelo § 9 do decreto de 16 de Abril de 1821; 3.^o, que faça observar religiosamente o con-

tume da cobrança do dizimo a respeito do assucar, farinha, azeite e outros generos semelhantes que a terra não produz taes, e que recebem da arte a fórma que constitue a sua essencia no mercado; não devendo todavia entrar nessa classe o artigo café, como indica a Junta, por ser o seu beneficio posterior á colheita de mera industria agricola e não manufactureira, como he a dos outros artigos apontados; que em igual razão do beneficio está o milho, feijão, trigo, arroz, favas, etc., cujo uso e conservação dependem de debulho ou descascamento, e todavia pagão o dizimo na razão de 1 por cento. A primeira das proposições da junta não merece absolutamente attenção, por ser offensiva da medida de fiscalisação tomada na Provisão do Thesouro de 5 de Junho deste anno, contra a fraude das guias, importando pouco que estas sejam chamadas por administradores em lugar de contractadores; e por ser contraria á disposição do § 3 do citado Decreto de 16 de Abril de 1821, no que respeita aos artigos assucar, algodão em rama, café, arroz, trigo e fumo; e isso dispensa de entrar na razão das utilidades que a Junta aponta, as quaes se podião aliás contestar. A segunda proposição he igualmente inattendivel: primeiro, porque tomar por base para a deducção do dizimo o preço por que vende o lavrador o genero no lugar da colheita, he multiplicar os embarços da exacção sem todavia conseguir o equilibrio da justiça na repartição da taxa a respeito de todos os colhetados no mesmo identico ramo de renda; para o que bastará reflectir que tal será a topographia de huma freguezia que nos apresente difficuldades de transito de hums lugares em comparação de outros, que tornem o preço da venda das lavouras de hum dos visinhos inferior ao de outro na razão de 20 e mais por cento, na mesma occasião a sua igualdade de genero; segundo, porque, no espirito do citado Decreto de 1821, o exportador he considerado como hum colhedor do dizimo em especie, que o conduz por hum certo preço que lhe paga a fazenda até o porto do embarque e estação fiscal, onde representa o mesmo exportador então de comprador, certo da quota conduzida, pertencente ao dizimo, pelo preço do mercado ahi. E nem se diga que isto he pura ficção, que toca de iniqua contra os exportadores, por serem elles os que correm o risco ao genero até o porto do embarque; que neste methodo de cobrança são elles compensados com as vantagens do preço medio e não o maximo; porque cumpre avaliar o genero para a deducção do dizimo, não sendo seu risco computavel no mais de 1 por cento, quando delle se quizesse fazer cargo especial á Fazenda Publica, havendo muito quem a tomasse talvez a meio ou 1 quarto por cento, e com o dizimo que deixão de pagar dos generos que se vendem para consumo. Seja porém ou não seja mera ficção; o certo he que se não pôde, sem ruína da renda, calcular tantos preços dos generos quantos forem os lugares das suas respectivas colheitas, e que, estando o contrario em pratica nesta Provincia, o mesmo cumpre observar-se nas outras. Rio, em

7 de Dezembro de 1829, oitavo da Independencia e do Imperio. — João Sabino de Mello Bulhões de Lacerda Castello Branco. — Leonardo Pinheiro de Vasconcellos. — Manoel José de Souza Franca. — Foi voto o Conselheiro José Caetano de Andrada Pinto.

Resolução. — Como parece ao Conselho sobre o primeiro artigo da consulta. Palacio da Boa Vista, 15 de Janeiro de 1830. — Com a imperial rubrica. — Marquez de Barbacena. — *Acha-se o original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 15 DE JANEIRO.

Manuscripto autentico

Foi a consultar o requerimento da Directoria da Fabrica das sedas de Lisboa, em que pede o pagamento de 3:854\$5487 rs., valor de huma letra, (inclusive 237\$525 de despesas de protesto, juros, commissão de remessa, etc.) sacada a seu favor pelo Thesoureiro Mór do Thesouro Nacional contra a casa das Srs. Rainhas, em Portugal, para pagamento de huma porção de canos brocados, mandados vir para o encanamento de Maracanã.

O Procurador da Fazenda foi de parecer que, tendo em consideração o direito que compete ao portador de huma letra contra o passador della, na falta do aceite ou pagamento, cumpre fazer justiça.

Parece ao Conselho que a Directoria tem a sua intenção liquida de facto e de direito para ser paga da importancia da letra sacada pelo Thesoureiro Mór, em virtude da Portaria de 24 de Maio de 1822, que determina que o pagamento se faça por meio de letras passadas pelo dito Thesoureiro Mór a favor da supplicante contra a mesma casa das Rainhas de Portugal, por conta de ainda mais avultada somma que deve ao Thesouro do Brazil, ficando salvo o direito da Fazenda Publica para haver por encontro o que lhe restar a dita casa nos ajustes de contas com Portugal. Em 16 de Dezembro de 1829.

Resolução. — Como parece ao Conselho. Palacio da Boa Vista, 15 de Janeiro de 1830. — Com a rubrica de S. M. o Imperador. — Marquez de Barbacena. — *Acha-se o original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 15 DE JANEIRO.

Manuscripto autentico.

Em consequência da resolução de consulta de 5o de Outubro ultimo, declara o Conselho da Fazenda as razões que poderia ter produzido, e julga assaz fortes para suspender a decretação do contracto do trabalho e sello da Alfandega desta Corte; se, ouvido o Conselho antes da referida decretação, tivessem sido consideradas como manduza; são as seguintes: 1.ª Admittir hum governo separado dentro de huma Estação, e Casa Fiscal de recebimento de direitos, qual a Alfandega, já sobrecarregada de mais de 500 pessoas,

e que, segundo o seu Foral, deve ser governada só pelo respectivo Juiz, he promover a desordem e confusão. 2.^o Longe de ficar o governo dos Arrematantes em mera inspecção, he effectivo, porque elles tem debaixo de suas ordens e absoluta dependencia, entre trabalhadores, administradores, fideis, olheiros e empregados, mais de 80 pessoas, a quem, certos na sua obediencia, podem mandar o que lhes parecer. 3.^o Tendo os assalariados á sua disposição o cunho, linba e todos mais utensilios necessários ao fabrico do sello, podem falsifica-lo, sellando fazendas fora da Alfandega, sem que tal falsificação se conheça. 4.^o Não, parece, prudentemente considerado que se proceda á arrematação de hum trabalho que principia a ser excessivamente menor, pela diminuição da importação de fazendas proprias ao commercio da escravatura, em consequencia de sua abolição, (diminuição que por muitos motivos he de esperar que continue) dando-se por base de seu preço o rendimento e despeza dos annos em que ella foi maior, e julgando-se util á Fazenda qualquer favor que, em relação á dos referidos annos, se obtenha na mesma despeza. Em 18 de Dezembro de 1829.

Resolução. — Continue a praça. Palacio da Boa Vista, 15 de Janeiro, de 1830. — Com a rubrica de S. M. o Imperador — Marquez de Barbacena. — *Acha-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 15 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

Dá conta o Conselho da Fazenda de que, tendo arrematado a Antonio Mendes de Carvalho a armação de Goropaba por todo o anno de 1829, e indo proceder a nova arrematação, em virtude da Resolução de Consulta de 3 de Abril dito, o referido Mendes lhe dirigira huma representação, em que se offerecia para servir gratuitamente de Administrador daquella armação, e sustentar e curar tambem gratuitamente a escravatura della, emquanto se não verificar a arrematação que pretende fazer e fiscalisar o azeite e utensilios, que não pôde remover com a necessaria brevidade.

Parece ao Conselho: 1.^o, que, não sendo de conveniencia, antes de despeza para a Fazenda, o fazer novo inventario e tomar conta da armação no fim do anno, removendo-se o azeite fabricado, para dahi a dous mezes o tornar a entregar a Mendes (que por ora he o unico concorrente ao novo arrendamento), está o supplicante nas circumstancias de ser deferido; 2.^o, que, sendo distincto o contracto feito sobre o aluguel dos escravos, e podendo o Supplicante applicar a outros serviços que não sejam proprios d'armação, se lhe deve impôr a condição de continuar a pagar o jornal dos mesmos de Janeiro em diante, até á entrega ao novo Administrador Publico ou novo Arrematante, quer o Supplicante continue quer não no arrendamento; 3.^o, que esta condição se poderá estipular para o futuro em semelhantes contractos, e que, para convidar

novos licitantes, convirá autorisar-se o Conselho, para que possa arrendar as armações de pesca das balcias a maiores prazos, resalvados nos mesmos contractos os casos de vendadas armações, porque então deve cessar a locação na forma da lei de 15 de Novembro de 1827. Em 18 de Dezembro de 1829.

Resolução. — Como parece ao Conselho. Palacio da Boa Vista, em 15 de Janeiro de 1830. — Com a rubrica de S. M. o Imperador. — Marquez de Barbacena. — *Acha-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 15 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

O Arrematante (na Bahia) do imposto do Banco estabelecido pelo Alvará de 20 de Outubro de 1812 pretende a meia sisa da compra de embarcações para o serviço nacional feita pela Junta da Fazenda respectiva. Allega as seguintes razões: 1.^o, que no § 4.^o do citado Alvará se determina que, por todas as embarcações e navios de qualquer lote, se paguem 5 por cento de preço da compra em todos os lugares do Imperio em que se effectuar o contracto; 2.^o, ser a falta de pagamento em fraude do contracto com elle celebrado, pois que a Junta devêra, se podesse, ter exceptuado, no acto da arrematação, as suas compras, para o Supplicante poder regular-se no preço do mesmo contracto, ou convencionado com os vendedores das embarcações, sobre a meia sisa, para determinarem o preço das mesmas embarcações com attenção a este onus; 3.^o, ser violação da Constituição § 22 art. 179, porque o Supplicante he, pela arrematação, de direito, senhor e possuidor do imposto, pelo tempo convencionado; 4.^o, que não tem menos direito que o barão de Itaparica, que, sendo arrematante do mesmo imposto, cobrava 8⁰⁰ réis por pipa de aguardente que a junta comprava para os navios de guerra, accrescendo a isto pagar ella, não só o direito (na Alfandega) de cobrar que compra para a náu que se acha ali construindo, mas tambem dos livros para seu uso. A Junta informou não ser destituida de fundamento a pretensão do supplicante, á vista da generalidade do § 4.^o da lei citada de 20 de Outubro de 1812.

Remettido o negocio ao conselho, foi de parecer o Desembargador Juiz dos Feitos da Corôa que, não constando ter-se estipulado, na occasião da arrematação, a condição de ser a Junta dispensada de pagar os 5 por cento em questão, e sendo expresso no mesmo paragraho que sómente será valioso o contracto depois de paga a meia sisa, está o Supplicante nas circumstancias de ser deferido favoravelmente, pagando-se-lhe da mesma maneira que ao arrematante, de 8⁰⁰ réis em pipa d'aguardente.

Parece ao Procurador da Fazenda que, antes de ser a Fazenda Nacional julgada devedora, convinha ter sido demandada e convencida em Junta competente; mas que, se por outro modo se pôde decidir a questão, entende que a Fazenda e

ta inteiramente salva da responsabilidade do pagamento que della se exige; porque, sendo este imposto estabelecido com a natureza de sisa, he conforme o direito que a Fazenda Nacional de nenhuma sorte seja obrigada ao seu pagamento, ou porque nenhuma sisa se deve pagar do que se compra para a mesma Fazenda, como bem se depreheende dos artigos das sisas cap. 11 § 5.

« Item. Se El-Rey comprar ou escambar algumas terras ou outros herdamentos que sejam da Corôa do Reino, ou comprar novamente, ou escambar de guisa, que fiquem para a Corôa do Reino, não haja ali sisa de hum parte nem d'outras e do regimento dos encabeçamentos dellas cap. 18. »

« E de todas as vendas que se fizerem dos bens da Corôa ou de quaesquer outras propriedades que se comprarem ou venderem por minha parte, não pagará minha Fazenda nem as partes sisa alguma » ou porque, a dever-se alguma censa, he somente a metade da importancia do imposto relativo ás compras e vendas das embarcações em questão, endo esta metade a cargo dos vendedores somente, na conformidade do cap. 9. § 6 do Regimento do Paço da Madeira, a que se refere o dito § 4.º « Das embarcações que se comprarem ou venderem por ordem dos Officiaes da minha Fazenda se pagará somente direito da decima na dita casa, pela pessoa que as comprar ou vender aos ditos meus Officiaes. » Conclue que, á vista do exposto, e por se regular a materia das sisas ainda pelos regimentos citados naquillo em que não tem sido expressamente alterados, deve indeferir-se o requerimento do Supplicante, declarando-se a Fazenda Nacional desonerada do pagamento requerido.

O Conselho da Fazenda he de parecer igual ao do Procurador da Fazenda. Em 8 de Janeiro de 1830.

Resolução. — Como parece ao Conselho, Palacio da Boa Vista, em 15 de Janeiro de 1830. — Com a rubrica de S. M. o Imperador. — Marquez de Barbacena. — *Acha-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

DECRETO DE 15 DE JANEIRO.

Coll. Plancher.

Tendo subido á minha Augusta Presença hum representação de alguns Medicos e Cirurgiões desta Côrte, que, para o importante fim de promover por todos os meios a saude publica, formáram hum associação com o titulo de — Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro —, pedindo-me a graça de autorisação com o meu Imperial Beneplacito, e reconhecendo eu que desta fundação muitas vantagens devem resultar pelos esforços reunidos de seus membros para a formação de regulamentos sanitarios, estabelecimentos de hospitais e reformas dos existentes, e tambem pela propagação de conhecimentos uteis levados a todas as partes do Imperio por meio das correspondencias da sociedade sobre os diferentes ramos da mesma sciencia: Hei por bem approva-la, e igualmente os seus estatutos,

que com este baixão assignados pelo Marquez de Caravellas, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 15 de Janeiro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio — Com a rubrica de S. M. o Imperador. — Marquez de Caravellas.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO.

A Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro institue-se para se occupar de todos os objectos que podem contribuir para os progressos dos diferentes ramos da arte de curar; para communicar ás autoridades competentes pareceres sobre a Hygiene Publica; para responder ás questões do Governo sobre tudo o que respeita á saude publica, principalmente sobre as epidemias, casos de Medicina Legal, doenças reputadas contagiosas e capazes de serem importadas de paizes estrangeiros; sobre a propagação da Vaccina, o exame de remedios novos e secretos, de descubertas que podem ter resultados vantajosos ou nocivos na sua applicação na Medicina, sobre as aguas mineraes, naturaes ou facticias, as epizootias etc.

O fim da Sociedade he melhorar o exercicio da Medicina, e esclarecer as questões numerosas que respeitão á salubridade das grandes cidades, e do interior das provincias do Imperio.

Por isso ella será composta especialmente de Medicos que contrahião a obrigação de communicar aos seus collegas tudo o que lhe pôde fornecer a sua pratica, a sua leitura e as suas meditações particulares. A Sociedade, estabelecendo assim hum meio de união entre os homens da arte, contribuirá para exercitar e entreter entre elles a emulação, o amor das sciencias e hum amizade fraternal.

Constituida em corpo scientifico, a Sociedade se tornará hum guarda vigilante da saude publica, sem esperar a paga de hum salario para cumprir dignamente o seu dever, e offerecerá nas occurrencias difficeis hum apoio salutar ao Governo, assignalando as causas que ameaçam a saude publica, traçando as regras de conducta na invasão e marcha das epidemias, propondo leis sanitarias em harmonia com o estado actual dos conhecimentos medicos, com as relações commerciaes dos povos e as Instituições Constitucionaes do Brazil.

A Sociedade de Medicina, guiando-se por sentimentos philanthropicos, não pretende servir-se de nenhum ramo da arte de curar para seu proveito pecuniario; tambem não arroga a si os direitos do ensino publico que pertencem ás Academias, Escolas ou Universidades, nem tão pouco pretende exercer Monopolio de Medicina entregue até aqui a individuos isolados ou a Juntas, especies de tribunaes arbitrarios, cujas sentenças tem sido no Brazil tão prejudiciaes aos progressos da Medicina como aos interesses da humanidade. Pelo contrario, a Sociedade se estabelece para o adiantamento das sciencias medicas

no Imperio, para melhoramento da Hygiene Publica, objecto principal das suas sollicitudes, e para o interesse da humanidade, da classe pobre sobretudo, a quem ella prestará o soccorro de seus conselhos em dias determinados para consultas gratuitas.

TITULO I. — Composição da Sociedade.

Art. 1.º A Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro será composta dos membros honorarios, titulares e de socios correspondentes.

Art. 2.º O numero dos membros titulares he limitado, e não pôde exceder actualmente a vinte e cinco.

A Sociedade reserva a faculdade de transpassar este limite, quando as circumstancias o exigirem.

Art. 3.º O numero dos membros honorarios e dos socios correspondentes he illimitado.

TITULO II. — Admissão dos membros honorarios titulares e socios correspondentes.

Art. 1.º Os membros honorarios serão escolhidos entre os sabios nacionaes, entre pessoas que tiverem feito serviços assignalados á humanidade ou que a tiverem servido com zelo em estabelecimentos publicos destinados ao seu allivio; entre os membros titulares que, pela sua idade ou enfermidades, não poderem continuar a tomar parte activa nos trabalhos da sociedade e entre os medicos da capital já celebres.

Humarequisição por escripto, dirigida ao Presidente, he indispensavel a quem quizer ser admittido como membro honorario. A sociedade tem o direito de conferir este titulo por aclamação.

Art. 2.º Os membros titulares serão escolhidos entre os Medicos, Cirurgiões e Boticarios residentes no Rio de Janeiro ou suas visinhanças, e para ser admittido como tal he preciso:

I. Apresentar hum diploma de doutor em medicina ou cirurgia, ou hum titulo legal concedido por huma das escolas medicas estabelecidas no Brazil, ou pelas autoridades medidas estabelecidas antes da abolição da Physicatura, e as que se estabelecerem, ou tambem hum titulo de Botanico, Chimico e Naturalista, apoiado por certificados authenticos ou obras vantajosamente conhecidas.

II. Ser proposto ou apresentado por hum ou mais membros titulares.

III. Dirigir huma requisição por escripto ao Presidente da Sociedade, acompanhada de hum trabalho manuscripto qualquer sobre as sciencias medicas ou accessorias.

A nomeação de hum membro titular se fará por meio de escrutinio e passará á maioria absoluta de votos, achando-se indispensavelmente presentes na sessão os dous terços dos membros titulares.

Todo o membro titular que deixar para sempre a Capital ou por longo espaço de tempo, será obrigado a participar a sua ausencia á Sociedade, afim de que ella saiba se o deve considerar no numero dos titulares ou dos correspondentes; e

se no fim de hum anno a Sociedade não tiver recebido participação alguma, contará o membro ausente no numero dos correspondentes.

Art. 5.º Poderão ser admittidos no numero dos socios correspondentes os sabios nacionaes e estrangeiros, os autores de obras de medicina offerecidas á Sociedade, os medicos estabelecidos nas diversas Provincias do Imperio, os Boticarios, Chimicos e Naturalistas que se occupão com successos de trabalhos scientificos.

Os membros ou socios correspondentes, para serem admittidos, deverão apresentar huma obra sua ou huma memoria em manuscripto, e dirigirla huma requisição de seu punho ao Presidente da Sociedade.

Quando a nomeação versar sobre hum sabio já conhecido, esta se fará por aclamação, a que precederá a proposta do mesmo, feita por hum ou mais membros titulares. Nos outros casos ella se fará por via do escrutinio e passará á maioria de votos, achando-se indispensavelmente na sessão os dous terços dos membros titulares.

Art. 4.º Os membros honorarios, titulares e socios correspondentes, receberão hum diploma assignado pelo Presidente e pelo Secretario, e sellado com o sello da Sociedade.

Huma carta assignada pelos mesmos communicará a cada hum dos membros a sua nomeação.

TITULO III. — Atributos dos membros da Sociedade e suas funções.

Art. 1.º Os membros titulares são os únicos que tem direito de votar na eleição da Mesa da Sociedade, na nomeação dos membros honorarios e correspondentes, na escolha das materias postas em concurso, ás questões que respeitam a contrabilidade e a direcção dos trabalhos: e enfim em tudo o que interessa a existencia, desenvolvimento e duração da Sociedade. Tambem são a elles pertence o direito de propôr.

Art. 2.º Os membros honorarios e socios correspondentes tem somente voz deliberativa para discutir objectos scientificos.

Art. 3.º Os membros titulares são obrigados a assistir a cada sessão da Sociedade sob pena de perder hum tanto, cujo valor será determinado segundo o motivo da falta. Os membros honorarios e correspondentes tem a liberdade de assistirem ou não ás sessões; mas obrigão-se todos com a Sociedade para communicar-lhe os seus trabalhos, as suas pesquisas e todos os pensamentos que possam contribuir para a gloria e prosperidade della.

TITULO IV. — Mesa da Sociedade e funções dos seus membros.

Art. 1.º A Sociedade terá huma Mesa composta de hum presidente temporario eleito por tres mezes, e de hum Secretario e hum Archivist-Thesoureiro eleitos por hum anno.

Art. 2.º A eleição da mesa será feita pela sociedade na primeira sessão particular que se seguir á sessão publica de cada anno, elegendo-se depois os Presidentes para os outros trimestres.

na ultima sessão ordinaria pelo que estiver em exercicio.

Art. 3.º A Sociedade elegerá tambem hum Vice-Presidente e hum Secretario adjunto, e separará as funções de Archivista e Thesoureiro, quando as occupações de cada hum delles forem mais numerosas.

Art. 4.º A Sociedade reconhece por Presidente honorario perpetuo S. Ex. o Sr. Ministro do Imperio, que a Constituição investio da direcção da instrucção publica, e de tudo o que respeita as associações sabias e industriaes.

Art. 5.º O Presidente honorario será convidado por huma deputação da Sociedade para assistir á sessão publica da installação, assim como poderá honrar com a sua presença as sessões publicas annuaes e as particulares.

Art. 6.º As funções do Presidente da Sociedade eleito temporariamente são:

I. Abrir e fechar as sessões.

II. Fazer executar os estatutos.

III. Lembrar os objectos de que se deve tratar annunciados na ordem do dia, indicando-o em bilhetes de convite.

IV. Dirigir as discussões e recolher os votos.

V. Dirigir a palavra em nome da Sociedade, ou nomear hum orador em seu lugar.

VI. Nomear as commissões permanentes e temporarias.

VII. Designar os relatores das obras ou memorias manuscriptas.

VIII. Assignar os diplomas, processos verbaes e actas da Sociedade.

IX. Fazer o discurso de abertura da sessão publica, ou nomear para isso hum dos membros.

X. Proclamar as questões postas em concurso e os premios dados pela Sociedade.

Art. 7.º As funções do Secretario são:

I. Redigir as actas das sessões.

II. Ler as actas das sessões antecedentes, assim como as cartas, memorias e outros papeis da Sociedade.

III. Entreter as correspondencias e assignar as actas, os diplomas e outros papeis da Sociedade.

IV. Apresentar na sessão publica de cada anno huma relação dos trabalhos da Sociedade, e dar huma noticia necrológica dos membros fallecidos.

Art. 8.º O Archivista Thesoureiro deve velar sobre a contabilidade, a qual será regulada por medidas que se tomarão em sessões particulares. No fim de cada anno elle dará conta do estado das receitas e despesas, antes de ceder o lugar ao seu successor. Será tambem obrigado a conservar em bom estado os manuscriptos, memorias, papeis e livros da Sociedade.

TITULO V. — Commissões da Sociedade.

Art. 1.º A Sociedade terá no seu seio quatro commissões permanentes, que se renovarão todos os annos com a mesa. Estas commissões são: 1.º huma de Vaccina, 2.º outra de consultações gratuitas, 3.º outra de doenças reinantes, 4.º outra de salubridade geral.

Art. 2.º O Presidente nomeará commissões temporarias para objectos de pouca importancia, assim como para os de hum interesse maior, e no caso de serem precisas relações sobre obras ou manuscriptos, poderá confiar este cargo a hum ou mais membros, assim como as mesmas obras e mais papeis necessarios.

Art. 3.º Serão enviadas a commissões: 1.º, as communicações do governo e dos magistrados; 2.º, as proposições relativas aos estatutos, regulamentos e policia interior; 3.º, os projectos cuja execução exigiria huma despesa de mais de oito mil réis.

Art. 4.º As commissões se comporão, segundo a importancia do objecto, de hum, dous, tres, cinco, sete, nove e onze membros, e serão nomeados todas as vezes que dous membros as pedirem ao Presidente.

Art. 5.º As commissões podem nomear hum Presidente e hum Secretario, e não podem se occupar senão dos objectos que lhes são designados. Ellas tem a preferencia na leitura de memorias sobre objectos que lhes tiverem sido enviados; tambem são preferidas sobre todas as proposições individuaes, quando tem de fazer apresentar alguma relação ou proposição.

TITULO VI. — Ordem dos trabalhos da Sociedade.

Art. 1.º A installação da Sociedade se fará publicamente em huma grande sala na presença de S. Ex. o Ministro do Imperio, e de hum auditorio convocado por cartas de convite.

Esta sessão publica se renovarà todos os annos na mesma época para solemnizar o dia da fundação da Sociedade, e começará pelo discurso de abertura do Presidente, ao qual seguir-se-ha a relação do Secretario sobre os trabalhos da Sociedade, e depois della a leitura que devem fazer os membros das suas produções medico-litterarias, e a sessão terminará pela proclamação das materias postas em concurso, e pela distribuição dos premios e medallas de emulação e estímulo.

Art. 2.º Além das sessões publicas annuaes haverá sessões particulares ordinarias e extraordinarias convocadas pelo Presidente com hum bilhete, no qual lembrará a ordem do dia, e fará saber o motivo das convocações extraordinarias.

Art. 3.º Os trabalhos da Sociedade terão lugar nas sessões particulares, e entre estas sessões ordinarias se farão das 7 até ás 9 horas da noite, e serão convocadas pelo Presidente nos sabbados de quinze em quinze dias.

Art. 4.º Não poderá haver sessão sem que estejam presentes metade, e mais hum dos membros titulares.

Art. 5.º As decisões da Sociedade serão feitas ordinariamente á maioria de votos dos membros presentes na sessão, e nos casos importantes e especificados pelos estatutos será, além desta maioria, necessaria a presença de dous terços do numero total dos membros titulares.

Art. 6.º As votações se farão sentando-se e levantando-se, e poderão tornar a começar, no caso de haver duvida: e se isto persistir, circulará o escrutinio, o qual tambem deverá circular nos

casos especificados nestes Estatutos, e todas as vezes que quatro membros o pedirem.

Art. 7.º A ordem dos trabalhos da sociedade reunida em sessão comprehenderá :

I. A leitura e adopção da Acta ou Processo verbal da sessão precedente.

II. A Correspondencia com o Governo, e Autoridades constituídas.

III. Os Objectos da Administração interior da sociedade.

IV. A Correspondencia com as sociedades estrangeiras e socios correspondentes.

V. O Annuncio das observações, memorias e obras impressas.

VI. O Annuncio das observações, memorias, e obras manuscritas.

VII. As Eleições e admissões dos membros.

VIII. As Relações das Commissões nomeadas pelo Presidente.

IX. A leitura das observações, memorias e obras dos membros honorarios, titulares e socios, e a discussão sobre as mesmas.

X. As Conferencias verbaes sobre doencas reinantes.

Art. 8.º As sessões particulares durarão duas horas, e, no caso de necessidade, poderão prolongar-se por mais tempo.

Art. 9.º Huma ou duas vezes por mez, a sociedade dará consultas gratuitas aos pobres, durante huma hora.

Art. 10.º A sociedade poderá publicar huma collecção dos seus trabalhos em épocas periodicas. Proporá, de dous em dous annos, huma questão para se resolver, e dará hum premio á melhor em sessão publica.

Art. 11.º A sociedade poderá dar medalhas de estimulação aos autores dos melhores manuscritos que lhe forem dirigidos, e áquelles que tiverem feito descobertas nacionaes de alguma utilidade á arte de curar.

Art. 12.º As medidas administrativas da sociedade se tomarão em sessões particulares, e comprehenderão as receitas e despesas, a fixação da quota parte pessoal ordinaria e extraordinaria, o valor dos premios e das medalhas, as despesas da Mesa, a assignatura de periodicos de Medicina, as despesas de Diplomas, impressão, illuminção, Porteiro, e mais despesas imprevistas.

TITULO VII. --- Regulamentos da Sociedade, e modificação e reforma dos estatutos.

Art. 1.º Além dos presentes estatutos, a sociedade fará, segundo o espirito dos mesmos, os regulamentos especiaes que julgar necessarios para seu regimento.

Art. 2.º A sociedade reserva-se a faculdade de modificar e reformar, quando convier, os presentes estatutos, participando neste caso ao Governo as modificações e reformas que ella fizer.

Palacio do Rio de Janeiro, em 15 de Janeiro de 1830. — Marquez de Caravellas. — Theodoro José Biancardi.

Está conforme. — Dr. Luiz Vicente de Simoni, Secretario da sociedade.

LISTA DOS MEMBROS QUE COMPÕE ACTUALMENTE A SOCIEDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO.

Membros Honorarios.

Medicos. — Dr. Antonio Ferreira Franca, Dr. Antonio Gonçalves Gomide, Dr. José Joaquim de Carvalho, Dr. José Lino Coutinho, Dr. José Maria Bomtempo, Dr. Mariano José do Amaral, Dr. Vicente Gomes da Silva.

Cirurgiões. — Francisco Julio Xavier, Joaquim José Marques, Luiz de Santa Anna Gomes.

Boticarios. — José Caetano de Barros.

Formados em Sciencias Naturaes. — José Bonifacio de Andrada e Silva, Marquez de Baependy, Marquez de Maricá, Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

Estrangeiros residentes fóra do Imperio. — Aslle Cooper, Cirurgião na Inglaterra; Broussais, Medico na França; Martins, Naturalista na Alemanha; St. Hilaire, Naturalista na França; Tommassini, Medico na Italia.

Membros Titulares Natos.

Dr. Fidelis Martins Bastos, Dr. João Martin Faivre, Dr. José Francisco Sigaud, Dr. Luiz Vicente de Simoni, Dr. Joaquim Candido Soares de Meirelles, Dr. José Martins da Cruz Jobim, Antonio Americo de Urzedo, Antonio Martin Pinheiro, Christovão José dos Santos, Jacintho Rodrigues Pereira Reis, João Alvares Carneiro, José Augusto Cesar de Menezes, José Joaquim da Silva, José Maria Cambuci do Valle, José Mariano da Silva, Octaviano Maria da Rosa.

AVISO DE 16 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

S. M. o Imperador ha por bem ordenar que V. S. faça julgar com preferencia os processos criminaes dos réos presos, suspendendo para isso, se necessario fôr, os dos afiançados e seguros, afim de alliviar as cadeas do grande numero de presos que ali existem. Deos guarde a V. S. Págo, em 16 de Janeiro de 1830. — Visconde d'Alcantara. — Sr. Bernardo José de Gama. — *Adesão à f. 105 do livro 10.º da Corte, na Secretaria da Justiça.*

DECRETO DE 18 DE JANEIRO.

Coll. Plancher.

Convindo que os uniformes dos individuos que gozão de graduações honorarias de Officiaes da Armada Nacional e Imperial sejam distinctos dos queelles de que usão os Officiaes pertencentes á mesma Armada, para que estes que exercem a profissão militar se não confundão com os da Marinha Mercante, a quem semelhantes graduações militares são concedidas: Hei por bem determinar que taes Officiaes Honorarios da Armada usem, nos seus uniformes unicamente, de distinctivos de metal branco, como era de estylo, ficando-lhes prohibido o uso de galões de ouro, sem embargo da faculdade que para isso se tenha

a alguns concedido, a qual, pelo presente Decreto, declaro de nenhum effeito. O Marquez de Paranaguá, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 18 de Janeiro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. o Imperador — Marquez de Paranaguá.

PORTARIA DE 19 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

Manda S. M. o Imperador pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Justica que o Chanceler da Casa da Supplicação, que serve de Regedor, faça remover as demoras que Francisco Dias Garcia da Silva, morador no Cabo Frio, experimenta em huma causa de Justificação que traz na Conservatoria dos Indios, e que seja deferido com a preferencia e brevidade que a lei manda attender aos lavradores e moradores de fóra. Palacio do Rio de Janeiro, 19 de Janeiro de 1830. — Visconde d'Alcantara. — *Acha-se á fl. 95 v. do Liv. 10 da Córte na Secretaria da Justica.*

RESOLUÇÃO DE 19 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

Por Portaria da Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha de 20 de Novembro do anno proximo passado mandou V. M. I. remetter a este Conselho, para consultar, o requerimento de Rodrigo José Ferreira Lobo, do theor seguinte:

Senhor. — Rodrigo José Ferreira Lobo, Almirante graduado da Armada Nacional e Imperial, que, pelos documentos ns. 1, 2 e 3 inclusos, mostra o supplicante estar a dever-se-lhe a quantia de 9179 pesos e 6 reales, que lhe ficarão devendo no tempo que o supplicante commandava a Esquadra que esteve estacionada no Rio da Prata; e porque, tendo o supplicante requerido ao Thesouro Nacional o pagamento da dita quantia, depois de haver vista o Procurador Fiscal da Corôa e Fazenda Nacional, na qual duvida nenhuma teve, e pareceres da Mesa do dito Thesouro, em cujos pareceres disserão que o pagamento que o supplicante requer era proveniente do seu-exercicio na Marinha, porque, pela repartição della, he que se fizerão as suas proprias despesas: parece que o Thesouro não pôde tomar conhecimento da divida (como consta do documento n. 4); e porque V. M. I., em casos taes, já se dignou mandar pagar ao Visconde da Laguna a quantia de 7,000, procedidos da mesma divida, como prova pelo documento n. 5; e estando o supplicante em iguaes circumstancias de tambem merecer de V. M. I. a mesma graça de que obteve o supradito Visconde da Laguna, que, sendo este General em Chefe do exercito de terra, foi pago pela Thesouraria Geral das Tropas, onde he a mesma Repartição competente para aquelle pagamento; parece, porém, que o

supplicante, sendo General e Commandante das tropas navaes, do qual exercicio tinha igual vencimento, seja o supplicante pago d'estes vencimentos, pela Repartição da Thesouraria da Marinha, por onde deve o supplicante ser pago, na forma do parecer do Thesoureiro Mór do dito Thesouro Nacional. E por isso implora a V. M. I. se digne mandar expedir ordem aquella Repartição, afim de ser o supplicante pago da sobre-dita quantia, mandando V. M. I. huma consignação mensal, até final pagamento da sobre-dita divida. Pelo que pede a V. M. I. seja servido mandar-lhe expedir ordem á Repartição da Marinha, afim de ser pago mensalmente daquella consignação que V. M. I. fôr servido arbitrar, afim do supplicante ser pago; por cuja graça receberá mercê. Rio, 18 de Novembro de 1829. — Como Procurador — João Comonós.

Dirigio depois o supplicante ao Conselho o requerimento seguinte:

Senhor. — Diz Rodrigo José Ferreira Lobo, Almirante graduado da Armada Imperial, que, tendo levado á Augusta Presença de V. M. I. hum requerimento em que pedia o pagamento de huma divida de 9179 pesos e 6 reales, e não declarando naquelle requerimento o valor dos ditos pesos, agora o faz, e deverá ser o de 800 rs. cada hum; rogando a V. M. I. o dito pagamento, até mesmo em apolices tomadas ao par; pois cede para a Fazenda Publica o lucro que acaso poderia ter. E. R. M. — Rodrigo José Ferreira Lobo.

Satisfaz depois o supplicante a varios despachos do Conselho, com os documentos que com esta sobem, e respondeu ultimamente o Procurador da Fazenda, sendo suvido, pela maneira seguinte:

Confirmo o que se disse no Officio Fiscal, constante da certidão n. 4, á vista da de n. 5 juntas, e do original que exige no lugar da publica forma, n. 5, devendo inscrever-se, como se officiou já, no grande livro, a importância, contados cada hum dos pesos por 800 rs., como requer mesmo o supplicante em beneficio da Fazenda Nacional, para ser pago, em conformidade da Carta de Lei de 15 de Novembro de 1827, havendo-se attenção ao que tambem em beneficio dito propõe juntamente o supplicante a respeito. Rio, 15 de Dezembro de 1829. — B. de Itapoã.

O que tudo, sendo visto, parece ao Conselho o mesmo que ao Procurador da Fazenda, entendendo ser vantajoso á Fazenda Publica o modo do pagamento que propõe o supplicante de receber a quantidade de pesos que se lhe liquidar na Pagadoria da Marinha, á vista da guia que apresenta, a razão de 800 rs. cada peso, inscrevendo-se-lhe esta quantia, e dando-se-lhe com ella apolices da divida publica ao par. Rio, 8 de Janeiro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Leonardo Pinheiro de Vasconcellos. — Francisco Lopes de Souza Faria Lemos. — José Fortunato de Brito Abreu Souza Menezes. — Manoel José de Souza Franca.

Resolução. — Como parece ao Conselho. Pa-

co, 19 de Janeiro de 1830. — Com a imperial rubrica — Marquez de Paranaguá. — *Acha-se o Original no cartorio actual do Thesouro Nacional.*

PROVISÃO DE 19 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

O Marquez de Barbacena, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia da Bahia: Que, tendo subido á Imperial Presença de S. M. o Imperador o requerimento incluso de José e Luiz Antonio Pereira Franco, que requerem providencias, para que a Fazenda Nacional não continue a ser privada da avultada decima que lhes devem pagar pela herança que lhes compete como herdeiros de seu fallecido irmão e Tio Domingos Antonio Pereira Franco: Houve o mesmo A. S. por bem ordenar, que a Junta informe sobre este negocio, estranhando muito o pouco zelo com que se occupa da cobrança dos direitos desta herança e muitas outras, deixando de as promover ou solicitar providencias, quando não coubesse em sua jurisdicção por termo ao conluio fraudulento dos testamenteiros. O que se communica á junta para sua intelligencia e cumprimento. — João Rodrigues da Silva a fez no Rio de Janeiro, em 19 de Janeiro de 1830. — João Carlos Corrêa Lemos a fez escrever. — Marquez de Barbacena.

DECRETO DE 21 DE JANEIRO.

Coll. Braz.

Sendo necessario designar quaes os Empregos Militares que, na conformidade do Artigo 4.º da Carta de lei de 15 de Outubro de 1827, são incompativeis de se exercerem conjunctamente com as funções de Juizes de Paz e seus empregados; e sendo, outrossim, conveniente que a força Armada auxilie com promptidão aos mesmos Juizes de Paz, afim de conseguir-se o desejado resultado das attribuições que lhes confere a lei de sua creação: Hei por bem declarar: 1.º, que os Militares de Tropa de 1.ª linha do exercito, com excepção dos reformados desempregados, assim como os Commandantes, Majores e Ajudantes de 2.ª linha tem constante impedimento para o exercicio das funções de Juiz de Paz, seu Supplente e Escrivão; 2.º, que o serviço Militar dos mais Empregados na 2.ª linha, a excepção dos referidos no paragrapho antecedente, cessará durante o exercicio dos ditos Cargos Civis, para que forem eleitos, devendo communicar-se competentemente á Autoridade respectiva semelhante eleição; 3.º, que nenhum Empregado Militar da 1.ª e 2.ª linha poderá ser nomeado para Official dos Quarteiros, nem tambem estes serão alistados para o serviço Militar; 4.º, que os Commandantes dos Corpos de 1.ª linha, e bem assim os da 2.ª por si e pelos Commandantes de Companhias nos respectivos Districtos, prestem os auxilios requisitados pelos Juizes de Paz que ficão responsaveis pelo abuso

das requisições feitas sem urgente precisão, e em maior força que a necessaria para os casos occorrentes na conformidade dos § 5.º do Art. 5.º da precitada lei; ficando assim declarada a Provisão do Conselho Supremo Militar de 23 de Outubro de 1828, e os Avisos de 21 de Novembro de mesmo anno, de 13 de Fevereiro, 14 de Março e 9 de Julho, e finalmente de 22 de Setembro do anno proximo passado. O Conde do Rio Pardo, etc. Pago, em 21 de Janeiro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Conde do Rio Pardo.

CIRCULAR DE 21 DE JANEIRO.

Coll. Plancher.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo por vezes acontecido remetterem-se de algumas provincias para esta Corte, a bordo dos navios da Armada Nacional e Imperial, varios individuos presos, sem virem acompanhados, como cumpre, das competentes guias ou communicações, d'nde constem as suas culpas, nem ainda a ordem de quem forão presos: Ha S. M. o Imperador por bem Determinar que se não remetta jamais, nem se receba a bordo dos sobreditos navios, preso algum mandado das Provincias para a Corte, ou para qualquer outra Provincia, sem que o acompanhe a competente guia ou communicação, doude conste o motivo de sua prisão e remessa, ficando a Autoridade, que o contrario praticar, responsavel por qualquer omissão á semelhante respeito: O que participe á V. Ex. para sua intelligencia e execução na parte que lhe toca. Palacio do Rio de Janeiro, em 21 de Janeiro de 1830. — Marquez de Paranaguá. — Sr. Barão de Bagé.

Igraes se expedirão aos Presidentes das outras Provincias Maritimas do Imperio.

RESOLUÇÃO DE 22 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

Queixa-se José Nogueira Soares: 1.º, de se haverem sequestrado 5 predios seus (*), sites na rua do Lavradio e adjudicados á Fazenda Nacional por falta de lançador, para pagamento da divida fiscal de Gabriel Fernandes Castro, na importância de 6:945\$143, proveniente de Bilhetes d'Alfandega, que Castro deixara de pagar; sendo tal sequestro motivado pela maliciosa declaração que Castro fizera no acto da execução, de não ter outros bens que os de Nogueira, para dar a sequestro; 2.º, ter o Thesouro Nacional mandado cobrar cumulativamente a quantia de 5:491\$713, de que João Gomes Barroso (fiador de Castro aos Direitos d'Alfandega) era credor a Castro de Bilhetes d'Alfandega, que, em lugar do mesmo, pagara, perseguindo assim ao Supplente com todos os privilegios da Fazenda, para

(*) Tinbase feito sequestro em 5 predios, mas a respeito de 2 houve Embargos de 3.º, que forão recebidos e julgados provados.

pagamento de huma divida não fiscal. Para prova do que avança, aponta a existencia de recibos, por onde mostra o Supplicante ter pago os Direitos em questão (*); distrato feito em Juizo, sentença obtida pelo Juizo d'Alfandega acerca dos mesmos Direitos, e citação de Barroso para o Supplicante não pagar a importância dos Direitos de fazendas, que despachára, por não haver Castro satisfeito a tempo os Bilhetes d'Alfandega, e se ver Barroso na necessidade de os pagar como fiador. Mostra, além disto, ser a divida de Castro 6:945 \$ 43, e que se fizera sequestro pela quantia de 11:786 \$ 717. Pede, finalmente, levantamento do sequestro, e que o Thesouro cobre de Barroso o que ainda se lhe dever, na conformidade da lei de 22 de Dezembro de 1761. O Barão de Itapoã respondeu que, não podendo subsistir a adjudicação com valido effeito pela provada illegalidade do procedimento havido contra Nogueira em Juizo incompetente (o do crime da Candelaria) de commissão por Portaria do Thesouro, assiste ao mesmo Nogueira acção de nullidade, intentavel a todo o tempo perante autoridade judicial: que da quantia em questão se deve abater a de Rs. 5:591 \$ 713, como não pertencentes á Fazenda Nacional, que figurou como Procuradora de Barroso, competindo a este a reversão contra o seu fiador; devendo, por isso, ter lugar a indemnidade do Thesouro, sómente na quantia de 6:94 \$ 43 rs. (importancia dos Bilhetes d'Alfandega não pagos) pelos bens de Castro ou seu fiador Barroso, cujos bens não bastando proseguir-se-ha na execução contra Nogueira: ficando a adjudicação invalida por sentença transitada em julgado, será mais facil ao Thesouro haver o seu embolso, por se obviarem assim contestações; sendo conveniente usar para com Nogueira da franqueza de se lhe confiarem os papeis com informações, votos da Mesa do Thesouro, etc., para o cumprimento de sua justiça.

O Procurador da Fazenda (Nabuco) respondeu que, tendo já havido procedimento d'Embargos de 5.º e de nullidade, que forão desprezados, e estando findo o processo, porque o Supplicante não intentou nem seguiu recurso algum, não sabia como o Conselho se podia ingerir n'este pleito á vista do § 12 do Art. 179. Tit. 8.º da Constituição, tendo os Embargos de correr no mesmo Juizo dos Feitos, e não estando provido na lei de Setembro de 1828, sobre a autoridade de conceder dispensa para conhecer de huma appellação interposta dos Julgados no Bairro da Candelaria para o Conselho, e que não seguiu por irem os autos para o Juizo dos Feitos. O Conselho, conformando-se com as respostas dos Procuradores da Fazenda, he de parecer que, havendo o Supplicante obtido provimento no recurso d'appellação de nullidade da Sentença, pela qual

se procedeu indevidamente ao sequestro de seus bens, e tendo-se no mesmo provimento annullado judicialmente a mesma Sentença, se acha restituido ao seu direito, podendo reaver a posse de seus bens.

He pois a respeito dos interesses da Fazenda que elle consulta e entende que cumpre instaurar immediatamente a mesma acção de sequestro perdida, ordenando-se que no Thesouro se observe a lei de 22 de Dezembro de 1761; fazendo-se a conta do verdadeiro alcance dos responsáveis Gabriel e Barroso, com a qual entre a Fazenda em Juizo com sua intenção liquida e fundada de facto e direito. Em 16 de Dezembro de 1829.

Resolução. — Como parece ao Conselho. Palacio da Boa Vista, 22 de Janeiro de 1830. — Com a rubrica de S. M. o Imperador. — Marquez de Barbacena. — *O original no cartorio actual do Thesouro Nacional.*

AVISO DE 25 DE JANEIRO.

Manuscripto authenticico.
Illm. e Exm. Sr. — S. M. o I. ha por bem ordenar que V. Ex. faça constar a todos os officiaes que forão da Secretaria do extincto Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço, e que, na conformidade da lei, continuão a perceber os seus respectivos ordenados, que deverão comparecer o mais breve possivel perante o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, afim de serem empregados como fôr conveniente ao serviço publico. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 25 de Janeiro de 1830. — Visconde de Alcantara. — Sr. José Caetano de Andrade Pinto. — *Acha-se a fl. 96 do Liv. 10 da Corte na Secretaria da Justiça.*

Na mesma conformidade, quanto aos da Mesa da Consciencia á João Pedro Carvalho de Moraes, e quanto aos da Bulla a Monsenhor Antonio José da Cunha Gusmão Vasconcellos.

AVISO DE 28 DE JANEIRO.

Manuscripto authenticico.
Verificando-se, pelas diligencias a que se mandou proceder, e mesmo pela resposta do Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, sobre o requerimento e mais papeis em que José Fernandes Fortes reclama o direito que tem á capella do Sr. dos Passos desta cidade, não ser daquellas capellas vinculadas como patrimonio proprio, e nem mesmo haver expressamente algum encargo por onde conste qual fosse sua dotação, antes parecendo que a maior parte dos moveis, alfaia, dinheiros existentes, etc., he devida á piedade dos devotos; devendo ser considerada para uso publico, destinada ao Culto Divino, e debaixo da inspecção do Governo, como protector e auxiliador do mesmo Culto, que não

(*) Dos Direitos, pelos quaes Castro era executado, fora devedor Nogueira, pois que despachou fazendas em nome de Castro, que se responsabilizou pelos mesmos Direitos como assignante d'Alfandega, havendo primeiro Nogueira dado hypotheca sobre as Casas.

he daquellas de que tem tratado as leis deste Imperio e o Alvará de 14 de Janeiro de 1807, tornando-se portanto inadmissivel a instituição que della pretendêra fazer o supplicante reclamante, na conformidade de termo layrado na Camara Ecclesiastica, sem precedencia das solemnidades legaes e da demonstração da legitimidade que possa ter a esta propriedade (*); houve S. M. o

(*) Resolução de 12 de Junho de 1824.

Manuscripto authentic.

Senhor. — Por portaria do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça do 1º de Agosto do anno proximo passado, se mandou consultar o requerimento de Maria Rosa de Jesus, viuva testamenteira, e herdeiros de André de Pina e Albuquerque, dizendo: — Que, fallecendo Anna Maria de Jesus com solemne testamento, declarou nelle que possuia huma morada de casas na rua de Santo Antonio, e que a deixava à Irmandade de N. S. da Gloria, com o encargo de huma capella de missas annualmente por sua alma em attenção ao deterioramento da mesma casa, e porque a Irmandade legataria não aceitou este legado pelo motivo de ser a casa de tal qualidade que nem rendia para o encargo das missas, que devia ter hum rendimento certo que chegasse para estas, concertos e utilidade da mesma Irmandade: ordenou o Dr. Provedor que o testamenteiro procurasse pessoa que quizesse a dita casa com o referido encargo, e em consequencia disto, o padre Pedro Luiz da Silva Corrêa assignou termo de administrador desta capella, sujeitando-se ao encargo testamentario; o qual foi admittido pelo Desembargador Provedor; e celebrando-se em 20 de Dezembro de 1762 a respectiva escriptura, entrou na administração, que durou até ao seu fallecimento, com o qual o marido, pai e sogro dos supplicantes dito André de Pina e Albuquerque representou que a dita casa se achava inhabitavel pelo seu estado de ruina e em termos de ser demolida, e pediu ser admittido ao cargo de administrador, sujeitando-se ao onus da capella de missas imposto pela testadora, o que sendo-lhe facultado, assignou termo em 18 de Julho de 1804, o que tudo se provava pelo documento n. 1. Durante a administração do marido e pai dos supplicantes este reedificou a casa, fazendo consideravel despeza, reduzindo-a a estado de habitação, e não só pagou sempre a decima, como provava pelos cinco conhecimentos inclusos, mas tambem satisfizera ao encargo da capella de missas, segundo mostravam as tres certidões juntas; constituida a primeira supplicante por testamenteira, o que aceitou, e succedendo na habitação das casas com seus filhos, pois que tinha nellas todas as bemfeitorias, forão todos violentamente despejados pelo Desembargador Claudio José Pereira da Costa, que, vindo habitar em humas casas contiguas, e desejando appropriar-se das dos supplicantes, inculcou ser administrador da capella, quando o não era, segundo provava pelo documento n. 10, e requerêr que se pozessem em praça as casas para serem arrematadas, mandando-as avaliar sem audiencia dos supplicantes, e arrematadas, finalmente, para si proprio, como provava pelo documento n. 11, quando, tendo assignado termo de testamenteiro dativo do instituidor, lhe era vedado nesta qualidade comprar bens da testamentaria, quanto mais que, achando-se os supplicantes na posse daquellas casas totalmente construidas por seu marido e pai, por estarem quasi no chão no ingresso da sua administração, era necessario que fossem citados, ouvidos e convencidos, ao que tudo se faltou por ser o supplicado pessoa poderosa, ter grande influencia na magistratura, e os supplicantes pessoas miseraveis que forão obrigadas a ceder à força; como, porém, não he possivel que se sustente hum procedimento tão arbitrario e os supplicantes não tem para questionar com hum Desembargador, humildemente requerião a V. M. I. fosse servido fazer-lhes a graça de tomar em consideração todo o referido para ser restituída aos supplicantes a dita casa, pois que estão promptos a preencher o encargo, como sempre o fizera seu marido e pai.

Mandou-se informar o respectivo Provedor com o seu

I. por bem resolver que a mencionada Capella fique d'ora em diante debaixo da inspecção de Vm. como Provedor das Capellas, fazendo pôr em boa guarda tudo quanto lhe pertencer, proveniente a respeito do administrador da receita e despeza do rendimento dos bens e esmolas, e de tudo o mais que lhe fôr relativo, na conformidade do seu regimento e das leis, reservando ao sup-

parecer, e satisfiez, dizendo: — Que mandava V. M. I. que elle informasse com o seu parecer o requerimento incluso de Maria Rosa de Jesus e seus filhos em que, querendo-se de terem sido espoliados de humas casas que administrava seu marido André de Pina e Albuquerque, pretendião ser restituídas às mesmas, não obstante acharem-se já arrematadas em hasta publica ao Conselheiro Desembargador do Paço Claudio José Pereira da Costa.

Pela resposta e documentos juntos pelo supplicado, conheceria V. M. I. que elle arrematava em hasta publica, preenchidas todas as formalidades da lei, as casas em questão; que ellas forão sequestradas e vendidas por virtude da disposição do alvará de 14 de Janeiro de 1807, cuja observancia, suscitada pela provisão de 18 de Agosto de 1813, e tendo, em virtude do sequestro, cessado a administração do supplicado, tambem he ociosa a nullidade allegada, porque a lei citada só diz respeito a testamenteiros, e isto he só emquanto dura a administração da testamentaria. Tambem se mostra que a administração desta capella era dativa; por consequencia, que por morte do marido da supplicante findava, ficando livre a nomeação de outro administrador, quando ainda continuasse, do que tudo claramente se convence que o requerimento dos supplicantes não he fundado em justiça, antes pelo contrario, que he contra-direito. Emquanto às bemfeitorias, além de se não provar a sua existencia, elles tinham o remedio da lei, qual a retenção do predio, e se não lançarem mão delle a si devem imputar, e quando ainda se julgarem com direito às mesmas, esta questão só pôde ser decidida pelo poder judiciario, meio competente para questões desta natureza que devem ser decididas com pleno conhecimento de causa e audiencia das partes interessadas. A' vista do que levava dito, parecia-lhe que, em V. M. I. indefinir a supplica, emquanto pretendem ser restituídos à administração de huma capella que já não existe, faria a justiça do costume, ficando-lhes com tudo salvo o direito de haver pelos meios competentes as allegadas bemfeitorias quando entendão que assim lhes convém.

Mandou-se dar vista ao Promotor Fiscal que disse: — Seja qual fôr a rigorosa natureza das casas em questão, o que he desnecessario averiguar-se para a decisão do requerimento: sejam os bens de capella ou não, já não poderia tocar à supplicante como herdeira de hum administrador. Taes administrações forão declaradas irritas e nullas como taes, que direito pôde ter a supplicante aos bens que, ou pertencião à corôa, ou aos herdeiros da testadora e nunca aos administradores dativos, e muito menos a seus herdeiros. Demais, se o supplicante se considera com qualquer direito para torná-lo effectivo, deverá lançar mão dos meios ordinarios, e não lhe compete o recurso de que usou, apenas praticavel exhaustos aquelles. Creio, portanto, se deverá consultar que o requerimento não merece deferimento: 1º, porque o supplicante deverá recorrer aos meios legitimos; 2º, porque nem se mostra ter direito algum a esses bens. Rio, 3 de Março de 1824. — Veiga.

Mandou-se dar vista ao Deputado Procurador Geral dos Ordens, que disse: — A' vista da presente informação do Desembargador Provedor das capellas, e da resposta do Desembargador Fiscal, nada tenho a dizer mais que necessario seja para o desenvolvimento deste negocio tão juridicamente explanado, e com documentos legaes pelo illustrissimo supplicado. Portanto, convenho com os mesmos ministros, e sou dos mesmos sentimentos. Rio de Janeiro, 8 de Março de 1824. — Pizarro.

Deu-se tambem vista ao Desembargador Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, e disse: — Como o supplicado mostra com a publica forma que junta a sua resposta haver arrematado a casa de que se trata em

plicante Fortes o direito que tiver à propriedade della e de todos ou parte de seus bens para os reivindicar pelos meios competentes, ficando entretanto indeferida a pretensão da irmandade do Amparo. Deos guarde a Vm. Paço, em 28 de Janeiro de 1830. — Visconde de Alcantara. — Sr. Juiz de Fora, Provedor das Capellas desta cidade. — *Acha-se a fls. 96 v. e 97 do Liv. 16 da Corte na Secretaria da Justiça.*

PORTARIA DE 29 DE JANEIRO.

Col. Plancher.

Manda S. M. o I., pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, que o Conselho da Fazenda faça reformar o incluso Alvará de Serventia Vitalicia do Officio concedido a Joaquim Alves de Azevedo, omitindo nelle, bem como em todos que se expedirem, as palavras — sem embargo da Ordenação em contrario —, por não ser esta expressão consentanea com o systema constitucional que felizmente nos rege. Paço, em 29 de Janeiro de 1830. — Marquez de Barbacena.

AVISO DE 5 DE FEVEREIRO.

Manuscripto authentic.

Constando a S. M. o I., por officio do Governador interino da Fortaleza da Ilha das Cobras, que a comida que a Santa Casa da Misericordia subministra aos presos de justiça ali existentes, além do má, he insufficiente para a sustentação daquelles miseraveis; instando outrosim pelas informações, a que se mandou proceder, ser igualmente insufficiente a que recebem os presos das

praça publica pelo Juizo da Provedoria das Capellas desta cidade, tomando da mesma casa posse em virtude da carta de arrematação, parece ser quanto basta para excluir o deferimento da petição do supplicante, que, se tem bom direito, ou entende ter para a rescisão da dita arrematação, ha de demandar pelos meios ordinarios competentes, para com a precisa discussão no Juizo contencioso, decidir-se a final como fôr justo, não se violando o exercicio do poder judiciario a que incontestavelmente he pertencente o conhecimento deste negocio: parece, pois, que se deve mandar que o supplicante use dos meios ordinarios em Juizo competente, consultando-se assim a S. M. I. Rio, 16 de Março de 1824. — Nabuco.

O que visto, parece à Mesa conformar-se com as respostas fiscaes para que o supplicante use dos meios ordinarios.

Parece ao Deputado José Albano Fragoso que o requerimento do supplicante não he juridico, nem legal o modo a que recorre, bem como foi illegal o procedimento que accusa, pois, examinados os papeis, se conhece, não só que houve irregularidade, mas que está incumprida a disposição da lei, pois subsiste o encargo, e disse se fez especial menção, e os peritos na avaliação declararam positivamente que o preço era dado com relação ao mesmo encargo, e nesta forma se afixarão os Editais, e se fez a arrematação, seguindo-se daqui que o supplicado deve ser conservado até ser convencido judicialmente pelos meios legais por quem direito tiver individual ou pelos agentes do interesse publico e nacional. Rio de Janeiro, 12 de Maio de 1824. — Bernardo José da Cunha de Gusmão e Vasconcellos. — Dr. Antonio José de Miranda. — João Ignacio da Cunha.

Resolução. — Como parece ao Desembargador José Albano Fragoso. Paço, 32 de Junho de 1824. — Com a rubrica de S. M. I. — Clemente Ferreira Franca.

cadêas desta corte; espera o mesmo A. S. que Vm., à vista do exposto, procure por meio do seu zelo e caridade a favor daquelles infelizes, que, preenchidos os Estatutos da mesma Santa Casa, elles possam para o futuro ser melhor socorridos. Deos guarde a Vm. Paço, 5 de Fevereiro de 1830. — Visconde de Alcantara. — Sr. Provedor da Santa Casa da Misericordia. — *Acha-se a fl. 99 do Liv. 10 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 8 DE FEVEREIRO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — Sobre a duvida que V. Ex. expôz no seu officio do 1º do corrente acerca da remessa dos papeis pertencentes aos Alvarás de fianças, e seus embargos se me offerece dizer à V. Ex. que os deverá remetter para as relações existentes, segundo a actual disposição dos seus districtos. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 8 de Fevereiro de 1830. — Visconde de Alcantara. — Sr. José Albano Fragoso. — *Acha-se a fl. 100 do Liv. 10 da Corte na Secretaria da Justiça.*

DECRETO DE 9 DE FEVEREIRO.

Col. Plancher.

Não tendo apresentado as vantagens que promettia a nova organização da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, que, por Decreto de 9 de Setembro do anno proximo passado, mandára estabelecer; e apparecendo na pratica de alguns dos seus artigos inconvenientes, que, quanto antes, he preciso evitar: hei por bem ordenar que o mencionado Decreto fique de nenhum effeito em todos os seus artigos. O conde do Rio Pardo, do meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Paço, em 9 de Fevereiro de 1830, nono da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Conde do Rio Pardo.

AVISO DE 12 DE FEVEREIRO.

Manuscripto authentic.

Participo a Vm., para sua intelligencia, em resposta ao seu officio de hontem, que nesta data se expedirão as convenientes ordens ao Chanceler da Casa da Supplicação, que serve de Regedor, para que fizesse constar a todas as autoridades judicias desta corte e provincia que os Officiaes de Justiça devem fazer todas as diligencias ordenadas pelos Juizes de Paz, sem dependencia de Precatorias, emquanto o Poder Legislativo não providenciar sobre este objecto. Deos guarde a Vm. Paço, em 12 de Fevereiro de 1830. — Visconde de Alcantara. — Sr. Juiz de Paz da Freguezia do Sacramento. — *Acha-se a fl. 100 do Liv. 10 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 16 DE FEVEREIRO.

Manuscripto authentic.

Ilm. e Exm. Sr. — Em resposta aos tres officios de V. Ex. datados do 1.º do corrente mez, ordena S. M. o Imperador que os papeis nelles mencionados sobre as sesmarias, sobre as residencias dos governadores de Angola e Piahy, e os secretarios dos governos de Mocambique e Cayaz, e sobre negocios pertencentes a dominios de Portugal se conservem no archivo desse tribunal. — Deos guarde a V. Ex. Paço, em 15 de Fevereiro de 1830. — Visconde de Alcantara. — Sr. José Albano Fragoço. — *Acha-se a fl. 102 do Liv. 10 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 16 DE FEVEREIRO.

Manuscripto authentic.

Ilm. e Exm. Sr. — Reenvio a V. Ex. a consulta do Conselho Supremo Militar sobre o 2.º tenente do 5.º Corpo de Artilharia de 1.ª linha Joaquim Francisco de Souza Navarro, que acompanhou o Aviso de 12 de Maio do anno passado, expedido pelo antecessor de V. Ex., por não haver dependencia da providencia apontada pelo referido Conselho, porque com a Sentença extrahida do processo he que deve dar baixa na culpa, o que vai averbado na mesma, e sem este procedimento, e ter ido a sentença á Chancellaria a receber o sello do exequatue, não pôde ter effeito valido, e nem o que acaba de ser julgado innocente pôde apresentar-se livre por titulo capaz de produzir a verba nos respectivos assentos Militares, e obter a acta da declaração de sujeito a processo. — Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 16 de Fevereiro de 1830. — Visconde de Alcantara. — Sr. Conde do Rio Pardo. — *Acha-se a fl. 102 do Liv. 10 da Corte na Secretaria da Justiça.*

PROVISÃO DE 16 DE FEVEREIRO.

Manuscripto authentic.

D. Pedro por Graça de Deos, etc. — Faço saber a vós, Presidente da Provincia do Maranhão, que, tendo consideração ao que me foi presente em consulta do Conselho Supremo Militar, a que mandei proceder sobre a representação da Junta da Fazenda dessa Provincia, relativa ao requerimento que fazem alguns Officiaes Militares, que por motivo das meditas geraes adoptadas na mesma Provincia em 1823, forão suspensas dos seus respectivos exercicios, e que, sendo reintegrados pela Provisão de 1 de Fevereiro de 1826, exigem serem pagos dos soldos que deixarão de receber, e pela Tabella então existente naquella Provincia, pedindo a referida Junta declaração, se deve pagar os mencionados soldos, e quando assim, se o devem fazer immidia-

tamente, ou se devem entrar na liquidação da divida interna, para serem pagos na conformidade da lei de 15 de novembro de 1827. Hei por bem, conformando-me inteiramente com o parecer do Conselho, declarar e determinar que, visto haver sido injusta e illegal a suspensão que então soffrerão, dos postos em que já se achão reintegrados, devem ser pagos dos soldos de que forão privados segundo as Leis e Tabellas existentes neste Imperio, e de nenhum modo pela Tabella arbitrariamente estabelecida na provincia, e cujo soldos lhes deverão ser pagos immediatamente, por não estarem no caso de serem considerados como divida antiga. Cumpri-o assim S. M. o Imperador o mandou pelos Conselheiros de Guerra abaixo assignados, ambos do seu Conselho. — João Jacques da Silva Lisboa a fez nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 16 de Fevereiro do anno do Nascimento de N. S. Jesus Christo de 1830. — No impedimento do Conselheiro Secretario de Guerra — Antonio Raphael da Cunha Cabral, official maior a fiz escrever e subscrevi. — Barão do Passeio Publico — Joaquim de Oliveira Alvares.

PROVISÃO DE 18 DE FEVEREIRO.

Manuscripto authentic.

O Marquez de Barbacena, etc. — Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia da Bahia que, havendo S. M. o Imperador approved as providencias que deu a Junta da Fazenda de Pernambuco para apprehender toda a moeda de cobre que ali for introduzida sem guia do Consulado desta Corte; Ha o M. A. S. por bem ordenar que essa Junta o mesmo execute, empregando o maior cuidado e cautelas para evitar que clandestinamente se faga para a dita Provincia, ou qualquer outra, exportação alguma de semelhante moeda sem a indicada guia; devendo ser remetida pelos Correios para o Thesouro Nacional toda a moeda que nesta conformidade apprehendida for, e que a Junta fielmente cumprirá. — Aquillo Alvarez Delgado e Franca, a fez no Rio de Janeiro, aos 18 de Fevereiro de 1830. — João Carlos Corrêa Lemos a fez escrever. — Marquez de Barbacena.

RESOLUÇÃO DE 20 DE FEVEREIRO.

Manuscripto authentic.

Foi a consultar o requerimento dos Porteiros da Camara e Secretaria dos Senadores sobre inconvenientes que se seguem da occupação de terrenos e casas contiguas ao mesmo Senado em consequencia da arrematação feita pelo Conselho da Fazenda.

O Procurador da Fazenda, informando sobre este objecto, disse: Que a representação dos supplicantes lhe parecia attendivel emquanto pretendem elles algum espaço de terreno immediatamente ao edificio para servidão, não só da escada

terior delle, que deita para esse terreno, como de hum poço immediato, e mesmo de alguma extensão de terreno para servidão da mesma casa, e, finalmente, para divisão dessa chacara possuída por 5.^a pessoas, e que não deve ser dividida pelas próprias paredes do edificio, que estão sujeitas a damnificação pela pastagem de animais, de que o arrematante faz uso. Quanto poderá ao receio de incendio e roubo, he menos fundada a dita representação, porque, tanto pôde ser roubada a casa, tendo algum muro divisorio, como não o tendo, e maior he o risco do incendio, occasionado pelas habitações dos representantes, proximas e immediatas ao edificio, do que pelo telheiro onde pernoitam os escravos do arrematante, que he distante, e além das ditas habitações, cocheira e estribaria, que estão em seguimento do edificio. Que o direito que o arrematante affirmava em sua resposta, ter a cocheira e quartos annexos, pela razão de se lhe ter dado posse nellas, não tem fundamento algum: porque, arrematando elle somente o terreno da chacara, não podia a posse ser mais ampla que a arrematação; e se a posse se lhes deu por esse lugar, foi porque por ali unicamente era, e ainda he, a entrada para a dita chacara, e devendo-se por ali entrar para se lhe dar a posse della, não se segue que nessa posse se devesse comprehender tambem a do uso e servidão da cocheira; sendo certo que alguma entrada se lhe devia dar, quando não fosse por essa cocheira, ao menos por outro lugar; mas daqui só lhe competia o direito de pedir que se lhe dêsse entrada, mas nunca o de se apossar da cocheira e quartos. Porém, attendendo-se que elle tem ratificado a sua custa, tanto a cocheira, como os quartos annexos, que estavam arruinados e que nenhuma servidão e uso prestão ao edificio e casa dos Senadores, he de parecer que, no caso de se mandar fazer o muro divisorio pela maneira assignada na ystoria, no que convém o arrematante, cedendo desse terreno, se lhe permita em compensação, o uso da cocheira e quartos annexos por onde estão as entradas que ha para esse terreno, que deve ficar fechado pelo muro, afim de evitar-se toda a communicação do arrematante com os representantes.

O Procurador da Fazenda, conformando-se com o Ministro informante, acrescentou: que o muro divisorio deve ser a custa da Fazenda, para não recahir no arrematante sobre a cessão do uso do terreno, em diminuição do todo de sua arrematação em hasta publica, cuja fe cumpre sempre manter-se.

Parce ao Conselho que o requerimento dos supplicantes he inattendivel, ou se tenha em vista a incompetencia das pessoas que requerem, ou já a natureza do contracto do arrendamento que se tem celebrado pelo mesmo conselho, na conformidade do que por S. M. Imperial lhe foi ordenado ao dito respeito. Quanto a incompetencia dos supplicantes no caso he manifesta, porque o terreno de que se trata he parte integrante da casa que occupa o Senado; este tem seu presidente, sua Commissão de Policia, autoridades

a quem os supplicantes devião dirigir-se, para por intermedio dellas fazerem chegar ao conhecimento do mesmo Senado as considerações de que usão no seu requerimento; e então, se ellas parecessem attendiveis ao mesmo Senado, as faria este chegar ao conhecimento de S. M. I., que daria sobre o caso as convenientes providencias. Quanto a natureza do contracto, igualmente he inattendivel o requerimento, porque, segundo o auto de arrematação que se fez do arrendamento, este não he subsistente dentro do respectivo terreno senão no caso de o Corpo Legislativo ou o Governo não o applicar a algum uso; não devendo sobrearregar-se a Fazenda Publica com a factura de hum muro, talvez para se deitar logo abaixo, e cuja despeza consuma a maior parte do preço do arrendamento. Emfim, o Conselho entende que se deve indeferir o requerimento dos supplicantes absolutamente, porque os inconvenientes que podem resultar do arrendamento, quando o Senado os repete attendiveis, se podem de prompto remover, fazendo S. M. I. cessar o arrendamento, segundo a clausula estipulada com o arrematante. Em 29 de Janeiro de 1830.

Resolução.—Como parece ao Conselho.

Pago, 29 de fevereiro de 1830.—Com a rubrica de S. M. o Imperador.—Marquez de Barbacena.—*Acha-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

CIRCULAR DE 25 DE FEVEREIRO.

Coll. Plancher.

Illm. e Exm. Sr.—Para se poderem tomar na Intendencia da Marinha desta Corte as contas dos Commissarios dos Navios da Armada Nacional e Imperial, segundo as ultimas Imperiaes Determinações a tal respeito, cumpre que, pela competente Estação nessa Provincia, se enviem regularmente áquella Intendencia copias authenticas dos conhecimentos em forma que os ditos Commissarios exhibirem ali ao Almojarife, ou quem suas vezes fizer, dos objectos com que fôrem suppridos os respectivos Navios nesse Porto; e para este effeito V. Ex. expedirá as ordens que fôrem precisas. Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Fevereiro de 1830.—Marquez de Paranaguá.—Sr. Visconde de Camamu.

Nesta mesma conformidade se expedirão a todas as Provincias.

AVISO DE 27 DE FEVEREIRO.

Manuscripto authenticó.

Competindo a esta Secretaria de Estado dos Negocios da Justica, pela extincção da Mesa do Desembargo do Pago, a expedição das Cartas detodos os Magistrados, cumpre que V. S., antes de se passarem as mesmas Cartas, exija d'aquelles que as solicitarem, além das certidões decorrentes dos diversos dinheiros publicos dos lugares que tiverem antecedentemente servido, que se

mostrem igualmente desembaraçados por meio de certidões authenticas do cumprimento de todas as ordens, que lhe tiverem sido expedidas pelas autoridades respectivas da mesma maneira que d'antes praticavão perante aquelle extincto Tribunal, e a que são obrigados por diversas ordens, que se não achão ainda derogadas. Deos Guarde a V. S. Paço, em 27 de Fevereiro de 1830. — Visconde de Alcantara. — Sr. João Carneiro de Campos. — *Acha-se a fl. 104 do Liv. 10 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 27 DE FEVEREIRO.

Manuscripto authentico.

Não se tendo nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça hum perfeito conhecimento das épocas em que os diversos Magistrados tem entrada na posse e exercicio de seus respectivos lugares pela omissão de alguns, e falta de cumprimento ás reiteradas ordens expedidas sobre este objecto: Houve S. M. o I. por bem ordenar que, não só os Desembargadores e Juizes territoriaes como todos os Juizes de Paz que se achassem em actual exercicio, remetterssem á sobredita Secretaria de Estado certidões authenticas dos dias das suas posses na Corte, dentro do prazo de 8 dias imprerivelmente, e nas Provincias dentro d'aquelle que fór designado pelos respectivos Presidentes, e que, para o futuro, assim houvessem de praticar dentro do referido prazo na Corte, e nas Provincias pelo primeiro correio que partisse depois de verificada a posse. O que participo á V. S. para sua intelligencia e para o fazer constar a todos desta Corte e Provincia, na certeza de que na dita R-partição se tomará nota d'aquelles que forem omissos ou deixarem de cumprir exactamente esta Imperia Determinação, afim de se ter em consideração quando se tratar dos seus subsequentes despachos. Deos Guarde a V. S. Paço, em 27 de Outubro de 1830. — Visconde de Alcantara. — Sr. Bernardo José da Gama. — *A fl. 104 do Liv. 10 da Corte na Secretaria da Justiça.*

Nesta mesma conformidade e na data de 2 de Março aos Presidentes das Provincias.

PORTARIA DE 1 DE MARÇO.

Coll. Plancher.

Manda S. M. o Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, que a Camara Municipal da Cidade de Cabo Frio remetta, com a brevidade possivel, á mesma Secretaria de Estado huma informação exacta sobre os artigos seguintes: 1.º, que Escolas de Primeiras Letras e Grammatica Latina existem na dita Villa e seu Termo respectivo; 2.º, qual seja o numero dos alumnos de cada huma dellas; e se as de Primeiras Letras são de Ensino Mutuo; 3.º, se o lugar onde existem he commodo para maior diffusão do ensino da mocidade do seu Termo; e, quando estejão mal collocadas, declare para onde se de-

vão mudar, ou se ha precisão de se crearem outras; 4.º, se os lugares do termo em que existem ou de novo se devão crear e sejam populosos; e 5.º finalmente, se as escolas de meninas são á custa da Nação ou de Mestras particulares. Palacio do Rio de Janeiro, em 1.º de Março de 1830. — Marquez de Caravellas.

Ma mesma conformidade e data se expedirão Portarias ás Camaras Municipaes de todas as Villas da Provincia.

AVISO DE 1 DE MARÇO.

Manuscripto authentico.

S. M. o Imperador, em demonstração de seu justo sentimento pela morte de S. M. F. a Imperatriz Rainha sua Augusta Mãe, se encerra por tempo de oito dias, que principiarão em 2 do corrente, e toma luto por seis mezes, tres de luto rigoroso e tres de luto alliviado; o que participo á V. Ex. para sua intelligencia. Deos Guarde a V. Ex.

Paço, em 1 de março de 1830. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — Barão de Itapoã.

RESOLUÇÃO DE 1 DE MARÇO.

Manuscripto authentico.

A Junta da Fazenda da Bahia, installada depois da entrada na cidade do Exercito Pacificador deu conta, em Janeiro de 24, de que, cedendo a opinião geral da provincia contra empregados europeos, privára os Portuguezes Francisco da Costa Carvalho do lugar de Feitor da porta da Alfandega, provendo nelle a Antonio Tavares Itapagipe, Antonio Alvares do de primeiro Ajudante da Fundição da Casa da Moeda, José Venceslão da Silva Lisboa do de Escrivão das partes da mesma casa, e Torquato José da Silva do de Guarda de Numero da Alfandega. Movida porém de compaixão de suas desgraçadas familias, conservou ao primeiro o ordenado annual de 4000\$, ao segundo a diaria de 800 réis, ao terceiro o ordenado de 360\$ réis, e ao quarto o de 255\$600 réis. Tendo o Provedor da Casa da Moeda da Bahia suspendido o ordenado de Venceslão, a pretexto de não ter tirado provisão vitalicia, este recorreu á Junta da Fazenda, a qual, posto que reconhecesse a illegalidade do procedimento da Junta de 1824, não se animou a revogar o que ella tinha feito, por não ter ainda chegado ao seu conhecimento a Resolução Imperial havida sobre a conta citada. Obrigou comtudo Venceslão a tirar provisão vitalicia. He este o objecto da sua conta de 31 de Março de 28.

O Contador Geral da terceira repartição da Thesouro foi de parecer que devia approvar se o procedimento da Junta, e ordenar que Venceslão continue a servir como os mais empregados da Casa da Moeda.

Ajuntou os requerimentos de Antonio Tavares Itapagipe, cuja pretensão á serventia vitalicia, e depois á confirmação da sua nomeação, fôrão deferida, advertindo que nada a respeito desta

despachos; se communicára á Junta da Fazenda da Bahia.

O Procurador da Fazenda achou irregular o aposentarem-se Officiaes com ordenado sem preceder graça soberana; o ser este beneficio feito a inimigos do Brazil, e obrigar-se a Itapagipe a tirar provisões annuaes, quando, pela lei de 11 de outubro de 27, os officios são vitalicios, ao mesmo passo que se franquea a serventia vitalicia a Venceslão.

O Escrivão da Mesa do Thesouro, e depois de notar que a Junta coheonestava o seu procedimento com a desaffeição a empregados europeos quando tres de seus deputados que assignarão a conta em 24 erão filhos de Portugal, no que se prova manifesta irregularidade, conclue que, para a conservação da ordem e economia da Fazenda, deve ser Venceslão admittido á continuação do exercicio do seu emprego, despedindo o actual serventuario, por falta de titulo legal. Entende tambem que, a respeito de Itapagipe, se devem expedir as ordens determinadas por despacho de 9 de março de 24. (*)

O Conselheiro Thesoureiro Mór foi de parecer que devia consultar-se o negocio.

Remettido ao conselho, respondeu o Procurador da Fazenda que Venceslão devia tornar ao exercicio do seu emprego, por ser incurial o pagamento de ordenado sem serviço, e nada haver provado contra o mesmo Venceslão, e que Itapagipe deve largar a serventia que entende caber a Lisboa, podendo ser provido em outro emprego o referido Itapagipe.

Parece ao conselho que se deve sobrestar no definitivo deferimento, enquanto da Junta se recebem informações sobre se os empregados em questão existem na Bahia como Cidadãos Brasileiros, e neste caso, se são sufficientes para servir afim de serem no primeiro caso immediatamente restituídos aos seus empregos, expedindo-se para este fim ordem á Junta; e no segundo caso se proverem os lugares nos serventuarios interinos, precedida informação de sua boa conducta, etc. Rio, 5 de fevereiro de 1830.

Resolução. — Como parece.

Paço, 1.º de março de 1830. — Com a rubrica de S. M. o Imperador. — Marquez de Barbacena. *Acha-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 1 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

Manoel José Rebello de Moraes, Administrador da Alfandega Provisional da villa do Aracati, provincia do Ceará, pede ser aposentado com o ordenado que actualmente vence, em attenção aos annos de serviço que tem e ás molestias que padece. Este requerimento veio informado pela Junta da Fazenda respectiva em officio de 28 de

julho de 1829, no qual, abonando os bons serviços que o supplicante, pelo longo espaço de 30 annos, tem prestado ao estado, ainda além dos limites a que se estendem as attribuições do seu emprego, o recommenda a Magnanima e Imperial Munificencia de S. M. I.

O procurador da corôa respondeu: — He de graça, ficando dependente da approvação da assemblea Geral Legislativa qualquer quantia com que for concedida a aposentação por effeitos da dita graça.

Parece ao conselho que a aposentação que pede o supplicante pôde ser deferivel, á vista da informação da dita Junta, que tanto abona os serviços do supplicante, 63 annos de idade e 30 de serviço aggravados de defeito de saude, termos em que a mesma probidade e sufficiencia com que antecedentemente servio, se podem ter tornado qualidades nullas na boa e exacta fiscalisação da Fazenda Publica, que exige o seu emprego. Aos Conselheiros Francisco Baptista Rodrigues, José Fortunato de Brito Abreu Souza e Menezes e João Prestes de Mello, pareceram não ser deferivel o requerimento do supplicante: 1.º, que, não havendo lei que determine as aposentadorias nos officios, jamais ella pôde ser determinada por outra autoridade que não seja a legislativa; 2.º, porque, nem a idade, nem o bom desempenho que se mostra ter e temtido o supplicante das suas obrigações, podem legitimar o deferimento da sua pretensão, antes lhe obstarão; porque, a idade não sendo ainda excessiva, he a propria da maior prudencia e de ter adquirido os necessarios conhecimentos e bom desempenho; 3.º, porque, nem se allega, nem mesmo se prova com a necessaria certeza que o supplicante tenha actuaes e continuas molestias que o impossibilitem constantemente de servir; 4.º e finalmente, porque, concedendo-se a aposentação pretendida, segue-se duplicar em hum só e mesmo officio o ordenado de 400.000 réis, gravado assim sem utilidade publica o Thesouro com aquella quantia nas circumstancias tristes em que se acha. Em 29 de Janeiro de 1830.

Resolução. — Não tem lugar nas actuaes circumstancias.

Paço, 1.º de março de 1830. — Com a rubrica de S. M. o Imperador. — Marquez de Barbacena. *Acha-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 1 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

Por Portaria da Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda de 9 de julho de 1828 mandou V. M. I. remetter a este conselho, para consultar os officios da Junta da Fazenda da provincia da Bahia, de 31 de Março do mesmo anno e 16 de janeiro de 1824, sobre não só ter mandado continuar o ordenado a José Venceslão da Silva Lisboa, Escrivão das partes da Casa da Moeda daquella cidade, de que o privara o respectivo Provedor, como o haver conservado com meio ordenado a Francisco da Costa Carvalho, Feitor

(*) Não tem lugar a pretensão do supplicante sobre a serventia vitalicia que pretende: continue no exercicio em que se acha, enquanto não houver resolução em contrario, satisfazendo annualmente a meia annata e mais despesas do costume.

da porta da Allandega, cujo officio provera em Antonio Tavares Itapagipe, removendo outros empregados de seus exercicios, tudo pelos motivos expostos nos ditos officios e mais papeis que com esta sobem; instruidos outrosim de outras informações, requerimentos e pareceres produzidos pela Repartição do Thesouro Publico que igualmente sobem.

Depois de varias diligencias ordenadas por despachos do Conselho, respondeu ultimamente o Procurador da Fazenda pela maneira seguinte: — He incurial o pagamento do ordenado sem serviço, deve pois, na falta delle, suspender-se o vencimento. Comtudo, nada havendo contra José Venceslão proyado e fundado, e apenas das taes arguições vagas, faltando por isso processo e culpas, acho que deve ser restituído ao emprego, á semelhança do que por este tribunal se consultára aos 22 de maio e 27 de outubro de 1826, aos 5 dos mesmos, e 22 de Setembro de 1827 e 3 de setembro de 1828, e porque não admitto pena sem delicto nem condemnação sem audiencia. Itapagipe deve largar a Secretaria que a Lisboa entendendo caber, e logo, não sendo culpado do procedimento irregular que com elle se houve, elle póde ser provido correspondentemente em qualquer outro emprego que a Imperial Munificencia lhe ha destinado, consultando assim. Rio, 25 de maio de 1829. — Nabuco.

O que tudo, sendo visto, parece ao Conselho que, sendo extraordinaria e só propria de tempos de commoções politicas, quaes as que resultarão do grito da Independencia do Brazil, a medida que tomou a Junta da Bahia de remover do exercicio de seus officios varios empregados publicos, só pelo facto de seu nascimento em Portugal, não póde continuar essa medida em seus officios depois de jurada a Constituição do Imperio, e que, portanto, cumpre saber se se existem ou não como Brasileiros na Bahia esses empregados removidos, e, no caso de existirem, se são ainda sufficientes para continuarem a servir. A ser assim, devem ser restituídos aos seus empregos, e deve cessar o exercicio daquelles que interinamente forão providos; no caso contrario, cumpre prover os empregos nos mesmos serventurarios interinos, precedendo informação da sua boa conducta, donde conclue o tribunal que cumpre mandar informar a Junta ao dito respeito, ordenando-se-lhe restitua immediatamente ao exercicio dos seus officios aquelles empregados que, servindo legalmente os seus officios por virtude e titulo competentemente passado, forão todavia removidos do seu exercicio em razão de seu nascimento em Portugal, huma vez que, por sua continuada residencia e adhesão á Constituição do Imperio, tenham adquirido a qualidade de Cidadão Brasileiro, sobrestando-se até que venhão as informações no deferimento definitivo do requerimento dos supplicantes.

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — João Prestes de Mello. — Manoel José de Souza Franca. — Luiz Montinho Lima Alvares e Silva.

Resolução. — Como parece. Paço, 1.º de mar-

ço de 1830. — Com a rubrica de S. M. I. — Marquez de Barbacena. — *Acha-se o original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 1 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

Querendo a Camara da Cidade da Victoria proceder á arrematação de 80 rs. em canada de aguardente da terra vendida na dita Cidade e seu Termo, a Junta da Fazenda respectiva obsteu á dita arrematação, e lhe intimou que sobrestivesse n'ella, porque ia ser feita pela Junta como Renda Publica, e não Municipal. A Camara allega ter-lhe sido concedida pela Corte de Lisboa a imposição deste tributo para acudir ás despesas da Tropa que pagava; e que, pela impossibilidade de continuar no dito pagamento, fizera entrega de suas rendas á Provedoria da Fazenda, reservando-se comtudo o direito de as administrar, e do contracto em questão huma pequena quantia para a Procissão de Corpus-Christi e S. Sebastião. Allega mais que todas as outras Camaras desfrutão o Contracto citado, e só ella não; e que, sendo a natureza destas rendas nas Villas em tudo iguaes á Capital, deve a sua applicação ser tambem semelhante em tudo. A Junta funda-se na Carta Regia de 25 de Outubro de 1646, e Provisão do Conde d'Atouguia de 7 de Outubro de 1655, por meio das quaes diz provar-se não ser este imposto renda da Camara, pois fôra instituido para pagamento da Tropa, cujos soldos estão a cargo da Nação.

Remettido o negocio ao Conselho, respondeu o Procurador da Fazenda que devia sustentar-se a Imperial Resolução de Consulta de 30 de Janeiro de 1826, pois não descobre motivos para outra determinação.

Parece ao Conselho que a natureza da renda decide da questão; instituida para pagamento da Tropa, he Publica e não Municipal; compete, portanto, á Fazenda a sua arrecadação; o ter o imposto origem em Carta Regia dirigida á Camara não lhe dá direito a julga-lo sua propriedade; pois que, tendo as imposições de outras muitas Provincias tomado, como neste caso, a natureza de donativo voluntario concedido as Camaras, nem por isso deixão de ser verdadeiros impostos arrecadados sem a menor intervenção das respectivas Camaras. Em 10 de Fevereiro de 1830.

Resolução. — Como parece. Paço, 1 de Março de 1830. — Com a Rubrica de S. M. o Imperador. — Marquez de Barbacena. — *No cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 1 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

Os Condes de Gestas e Say e Felix Emilio Tannay pretendem passar de arrendatarios a foreiros das terras do Visconde d'Assica, que se achava em sequestro como Propriedades Portuguezas. Remettido o negocio ao Conselho com varios

informações e respostas, disse o Desembargador Juiz dos Feitos da Fazenda, que, quando fosse da competência do Conselho, deveria ser indeferida a pretensão por envolver o contracto de aforamento, alienação vedada em bens vinculados, e não apresentar o Procurador do Visconde a licença, que diz ter, nem a Provisão (a que se refere, e cuja data não cita), para se conhecer se foi expedida por Resolução de Consulta do Tribunal competente para dispensar e derogar leis: que não pôde valer-lhe a disposição do § 10º do Alr. de 27 de Novembro de 1804, por não ter applicação ao Brazil, mas somente a Portugal, e ultimamente, que não convém tomar deliberação alguma sem se decidir o processo pendente, que veio da extincta Mesa do Desembargo do Paço, sobre se convém reivindicar estas terras para a Nação.

O Procurador da Fazenda respondeu que se conformava com o indeferimento.

Parece ao Conselho que este negocio he todo particular entre o directo senhorio e colonos das terras; que podem contractar segundo as leis e decidir as questões de seus contractos perante o Poder Judiciario; a quem compete decidi-las.

Ao Conselheiro Luiz Moutinho Lima Alves e Silva parece o mesmo que ao Procurador da Fazenda, Rio, no de Fevereiro de 1850.

Resolução. — Como parece. Paço, n.º de Março de 1850. — Com a Rubrica de S. M. o Imperador. — Marquez de Barbacena. — No cartorio actual do Thezouro Nacional.

RESOLUÇÃO DE 1 DE MARÇO DE 1850

Manuscripto authentic.

Foi a consultar ao conselho da Fazenda o officio do Conselho Administrativo da Provincia de Goyaz, acompanhado de huma Memoria e Tabela relativa ás providencias que pede, respeito a navegação do Rio Araguaia, que se propõe promover, em favor do Commercio do Pará, com a dita Provincia.

O Desembargador Juiz dos Feitos da Fazenda, a quem se mandou informar este negocio, disse: — Que, bem que conheça as grandes vantagens, que podem resultar á Provincia de Goyaz da navegação do referido Rio e do Commercio por elle feito com a Provincia do Pará, assim como da necessidade de contribuir a Fazenda Nacional para a effectividade desta navegação e Commercio, animando e estimulando os habitantes da Provincia pelo interesse que ella pôde dahi tirar, contudo, como a Fazenda Nacional tem de fazer grandes despezas, como se vê da Memoria, e tem de estabelecer-se tambem isenções de direitos e privilegios exclusivos, o que tudo só por lei pôde ser estabelecido, he de parecer que este negocio seja levado á Assembléa Geral, por envolver medidas legislativas.

O Procurador da Fazenda conformou-se com o Ministro Informante.

Ao Conselho parece que este assumpto he da classe dos que maior attenção devem merecer ao

Governo, pelas relações de interesse geral de duas boas Provincias, principalmente, com que se acha ligado; e que, se a Assembléa Geral pertence fazer as leis, a S. M. Imperial compete cumulativamente iniciá-las, pela Constituição do Imperio, cumprindo que o mesmo Governo promova, na execução dellas, a promulgação de outras que as circunstancias do tempo e andamento das cousas do Estado possam por ventura fazer necessarias para se conseguirem grandes empresas, que nunca se levão de salto, nem pelos programas de simplicis hypotheses theoreticas, que as mais das vezes encontram inconvenientes praticos que a sabedoria deve remover. Ora, este assumpto da navegação Commercial da Provincia de Goyaz, para a do Pará, pelo Rio Araguaia, não he cousa nova, antes já encetada pelo Governo do Senhor D. João VI, Augusto Pai de S. M. I., como he de ver na Carta Regia por elle expedida ao Governador e Capitão General, que foi da dita Provincia de Goyaz, Fernando Delgado Freire de Castilho, na data de 5 de Setembro de 1811. Nessa Carta Regia se estabelecerão todos os meios de protecção Publica que podião lembrar para dar o primeiro e mais vehemente impulso áquella importante navegação, quaes são a do estabelecimento de huma sociedade Commercial, privilegiada com isenção de serviço Militar, não só para os socios como para as pessoas empregadas no Commercio e navegação do Rio, cultura das suas margens e serões, com Postos Milicianos, e datas de sesmarias aos Accionistas de 4:000,000; privilegio executivo da Fazenda Publica ás dividas da Sociedade, isenção de Dízimos das respectivas colheitas, e dos direitos de entrada dos generos navegados pelo dito Rio; moratoria aos devedores da Fazenda Publica; presidios militares para protegerem a navegação, etc., etc. Estes privilegios são na verdade os da maior protecção com que o Governo poderia animar semelhante empresa. Qual porém tenha sido a causa de não corresponder hoje o resultado a tão beneficos principios, eis o que, na opinião do Conselho, cumpre averiguar, para, por novas providencias e medidas Legislativas, sendo necessarias, se levar ao fim huma empresa de tão bons auspicios. Conclue pois o Conselho que este assumpto se não deye perder nunca de vista pelo Governo, que convém primeiro que tudo mandar informar ao Presidente da Provincia com urgencia sobre a execução que teve a dita Carta Regia, quaes os inconvenientes que tem empecido ou retardado a frequencia d'aquella navegação, quaes as providencias com que entende cumpre ampliar ou alterara dita Carta Regia, ouvindo, para esse effeito, as pessoas mais praticas e conhecedoras da corrente daquelle Rio, e das immedições das suas margens, e sobretudo o ex-Ouvidor daquelle Comarca José Theotonio Segurado, afim de que se possa convenientemente promover huma empresa que parece não ter ido avante pela falta de constancia nos primeiros promotores della, que cumpre animar de effectiva resolução, a qual nunca falta quando o Governo he constante em proteger,

como com exemplos de casa se pôde comprovar, que a constancia do Infante D. Henrique e dos Empreendedores que trabalharão debaixo dos seus auspícios, se devem as descobertas e vantajosas navegações que, vencidas tantas difficuldades physicas e moraes, enriquecerão depois a Portugal, cobrindo-o de gloria e dando nascimento ao Paiz que hoje habitamos. Rio, 10 de Fevereiro de 1830.

Resolução.—Como parece. Paço, 1.º de Março de 1830. — Com a Rubrica de S. M. o Imperador. — Marquez de Barbacena. — *No cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 1 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

Foi a consultar o Officio da Junta da Fazenda do Pará, N. 24, de 6 de Setembro de 1828, sobre a missão da cobrança do Imposto de 8\$ rs. em Pipa de aguardente. A este officio acompanhão não só outros da dita Junta anteriores, como diversas informações e documentos acerca do mesmo objecto.

O que, sendo visto pelo Procurador da Fazenda, respondeu:— A Junta deve sem refracção cumprir as ordens transmittidas na Provisão de 27 de Novembro de 1827, e segundo a Imperial Resolução de 9 de Novembro, em Consulta de 25 de Outubro de 1826; que o negocio está clarissimamente resolvido no mesmo sentido pela Provisão de 21 de Agosto de 1821, pelos §§ 3 e 28, e §§ 31 e 37 do Decreto de 4 de Fevereiro de 1823; devendo o Fabricante pagar e haver esta importancia do Comprador em acrescimo ao preço; pois que o contrario complicaria, e daria muito prejuizo á Fazenda; e que o systema firmado no Decreto dito de 4 de Fevereiro de 1823, e as Imperiaes Decisões posteriores, mui vantajoso seria, regulando nas Províncias em que ha Alfandega... concluindo que o que a Junta refere, como desculpa, grava mais e mais, porque se quiz fazer interprete a responsabilidade solidaria, parecendo-lhe assim consultavel.

Parece ao Conselho que o melhor meio de terminar estas questões he correr hum véo sobre o passado, e providenciar convenientemente para o futuro. Hum imposto de consumo de certo não pôde exigir-se com justiça ao Fabricante do genero sobre o qual elle pesa. A repugnancia pois dos Senhores de Engenho da Província do Pará tem a natureza de defesa natural, que os tributos são devidos, segundo a lei, e se esta não he clara, se não deve interpretar pelo Governo em prejuizo dos mesmos. Quanto aos Officiaes da Junta que deixarão de arrecadar dos Povos estes tributos, segundo o exige a lei, bem que o Conselho os repute responsaveis, todavia he tão complicada a liquidação de sua responsabilidade, e de tantas consequências na pratica, que melhor partido parece o de se deixar em paz, tendo por castigo de sua insufficiencia o serem destituídos de seus Empregos, como sempre cumpre que o

sejão aquelles que se mostrarem assim indolentes, como ellos, a respeito das suas obrigações em materias de arrecadação de Fazenda. Em 29 de Janeiro de 1830.

Resolução.—Proceda-se na forma da lei. Paço, 1 de Março de 1830. — Com a Rubrica de S. M. o Imperador. — Marquez de Barbacena. — *No cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 1 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

Vicente José de Araujo Lobo pretende que o lugar de Fiel da 4.ª Prensa do Algodão da Mesa da Inspeção da Bahia he hum dos comprehendidos no § 4.º da lei de 5 de Novembro de 1827, que extinguiu a dita Mesa; e nesta intelligencia pede o pagamento do que tem vencido, desde que o seu ordenado foi suspenso pela respectiva Junta, e que para o futuro se lhe continue a pagar ou se lhe conceda o lugar que exercia José Francisco da Silva ou o de Secretario da Junta de Justiça da Província.

O Contador Geral da 3.ª Repartição foi de parecer que, em rigor, só podem ser considerados provimentos vitalícios, e por isso comprehendidos no referido paragrapho, aquelles que tiverem o competente Alvará; mas, como a Provisão do Thesouro de 12 de Novembro de 28 manda que se hajão tambem por vitalícios os provimentos da Junta do Commercio e Resoluções de Consulta, entende que os Avisos Imperiaes devem merecer igual consideração.

O Procurador da Fazenda respondeu que a decisão deste negocio depende do Poder Legislativo. O Escrivão da Mesa do Thesouro concordou com o Contador, em que os Avisos em outro tempo produzião o effeito de qualquer lei ou Alvará; entende pois que o Supplicante pôde ser attendido, mas que devia consultar-se.

O Conselheiro Thesoureiro Mór tambem entende que devia consultar-se. Remettido o negocio á Junta do Commercio, respondeu o respectivo Secretario que Lobo não pôde ser considerado vitalicio, por não estar na letra da Provisão, sendo contudo digno de ser admittido a outro emprego.

Parece ao Tribunal que he desfavoravel a pretensão a lei que aboliu as Mesas de Inspeção, por não ter o Supplicante sido nomeado por Alvará, Resolução de Consulta ou Provisão do mesmo Tribunal firmada em lei, como da dita Provisão do Thesouro, expedida em consequencia da Resolução de Consulta de 4 de Novembro de 28. Concorda porém com o Secretario, quanto a outro emprego, que pôde esperar. Rio, 9 de Fevereiro de 1830.

Resolução.—Como parece. Paço, 1.º de Março de 1830. — Com a rubrica de S. M. o Imperador. — Marquez de Barbacena. — *No cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 1 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

A Junta da Fazenda da Provincia da Bahia deu conta de que, tendo occorrido duvidas acerca da compatibilidade dos cargos de Vereadores da Camara Municipal com o desempenho das obrigações dos Officiaes da Fazenda, permittira que até ás 11 horas do dia estivessem nas suas Repartições Innocencio José de Castro, Official da Secretaria da mesma Junta, e Lasaro José Jambeiro, Escrivão da Intendencia da Marinha, os quaes, não querendo valer-se da escusa que favorecia a C. L. do 1.º de Outubro de 1828 Art. 19, tomáram posse e estão no exercício dos referidos lugares de Vereadores.

O Official Maior da mencionada Secretaria, que igualmente tinha accitado o mesmo lugar, não havia tomado posse por molesto.

O Contador Geral da 3.ª Repartição entende que não pôde deixar de padecer o serviço, porque das 9 horas ás 11 ha tempo insufficiente para o desempenho do trabalho da Repartição, sendo portanto o negocio digno de prompta providencia.

O Procurador da Fazenda respondeu que só o Poder Legislativo pôde dar providencia a este respeito; e que entretanto se deve approvar a deliberação da Junta, porque d'outra sorte seria obrigar aos empregados a pedir a sua escusa, para não ficarem privados dos ordenados, talvez seu unico meio de subsistencia.

O Escrivão da mesa do Thesouro foi de parecer que os Officiaes devião aproveitar-se da escusa que permite a lei; 1.º porque não he menos relevante o serviço das Repartições, e 2.º porque não se podem pagar ordenados sem exercício nos respectivos empregos. A' vista porém da resposta do Procurador da Fazenda, entende que o negocio deve ser consultado.

Ao Conselheiro Thesoureiro Mór pareceu que he incompativel o cumulativo exercício de ambos os empregos; julgando porém que a nomeação recahira sobre estes empregados por falta de homens aptos; he de voto que se approve o seu exercício, descontando-se-lhes os vencimentos dos dias que forem á camara em beneficio da Fazenda, visto terem accitado voluntariamente.

Remettido o negocio ao Conselho, respondeu o Procurador da Fazenda que sustentava o seu parecer, devendo praticar-se com estes empregados o mesmo que com aquelles que são Juizes de facto, que não soffrem desconto, quando neste exercício.

Parece ao Conselho que os dous lugares ou encargos não são incompativeis; que o trabalho effectivo na Camara he justo impedimento para se lhes não imputar em falta nas estações respectivas; e que, não podendo ser nem levemente accusados de se não aproveitarem da escusa que permite a lei, por ter o seu procedimento a presumpção de louvavel patriotismo, deve approvar-se a medida adoptada pela Junta. Rio, 10 de Fevereiro de 1830.

Resolução.—Como parece, considerando-se

impedidos os lugares durante as sessões da Camara Municipal. Paço, 1 de Março de 1830. — Com a rubrica de S. M. o Imperador.—Marquez de Barbacena. — *Acha-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 1 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

Foi a consultar ao Conselho da Fazenda o officio do Presidente da Provincia de Minas Geraes de 21 de Julho de 1825, sobre os inconvenientes que tem resultado da observancia do decreto de 18 de Março de 1801, relativo aos por cento concedidos aos Deputados da Junta de Administração Geral encarregada da apuração e cobrança da divida activa da Provincia, pedindo a necessaria providencia para não continuar semelhante pratica, como prejudicial á Fazenda Nacional.

O Desembargador Juiz dos Feitos da Fazenda, a quem se mandou informasse sobre este negocio, disse:—Que, reconhecendo o Presidente da Provincia de Minas pertencer ao Poder Legislativo a revogação do decreto de 18 de Março de 1801, que creou huma Junta Administrativa encarregada da cobrança das dividas da Fazenda Nacional n'aquella Provincia, assignando-lhe os por cento pela antiguidade dellas, passa a pedir a revogação do mesmo decreto indirectamente, denominando praticas abusivas, o que se acha citado no citado decreto, o que he huma verdadeira contradicção; e continuando a expender razões para approvar a necessidade da revogação do decreto, conclue pedindo que se mande fazer huma nova repartição dos por cento pelos executores, com exclusão dos membros da Junta, e que elles só se deduzão das dividas contrahidas depois da creação daquella Junta, que importa o mesmo que a revogação do mencionado decreto, e até a de outras muitas leis anteriores citadas na mesma representação, que todas tiverão em vista as dividas antigas, e muito principalmente o citado decreto de 1801, que os regulou segundo a sua antiguidade, e por terem ellas chegado a huma excessiva quantia pelos annos de 1797. Em cujos termos he de parecer que não cabe nas attribuições do Poder Executivo o deferimento da representação.

O Procurador da Fazenda, a quem se deu vista, conformou-se com o Ministro informante. Parece ao Conselho que, supposto mereça toda a attenção do Governo a representação do Presidente da Provincia de Minas, todavia nenhuma providencia ha ora a tomar por já se ter providenciado sufficientemente na lei de 15 de Novembro de 1827 sobre o objecto da mesma representação, extinguindo-se no § 5.º della os emolumentos concedidos pelo decreto de 18 de Março de 1801 ao Escrivão da Junta da Fazenda, Procurador e Juiz dos feitos della, pela cobrança das dividas da Provincia de Minas. Rio, 19 de Fevereiro de 1830.

Resolução.—Como parece. Paço, 1.º de Março de 1830.—Com a rubrica de S. M. o Impera-

doc. — Marquez de Barbacena. — *Acha-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*
 RESOLUÇÃO DE 1 DE MARÇO DE 1830.

Manuscripto authentic.

Forão a consultar ao Conselho da Fazenda os Offícios ns. 10 e 16, da Junta da Fazenda da Província das Alagoas, acerca da arrematação que fizera da metade dos rendimentos da Alfândega da dita Província, pelo triennio de 1828 a 1830, de que pede a competente approvação.

O Procurador da Fazenda responde que deveria a Junta da Fazenda da Província das Alagoas ter remittido huma relação especificada do que produzira no triennio antecedente, metade dos direitos, de cuja arrematação se trata, mas a sua falta de exactidão não fará que deixe de acreditar-se no que affirmar em globo a respeito desse rendimento, sendo advertida para o fazer em casos semelhantes. O Edital por que se annunciou a arrematação não teve a declaração que era necessaria dos dias precisos em que o contracto se havia de pôr a largos, e o em que se havia arrematar, do que poderia resultar a falta de concurrentes a licitar; mas, visto ter sido manifestamente vantajoso o lance do arrematante, e não ter depois apparecido quem offereça outro maior, convirá passar-se por esta omissão, sendo tambem a este respeito advertida a Junta. Enquanto ao mais, considera cumpridas a Lei de 25 de Outubro de 1827, e as anteriores relativas a taes arrematações, para poder conseguir esta de que se trata a imperial approvação.

Parece ao Conselho o mesmo que ao Procurador da Fazenda, acrescentando que, tendo a Carta de Lei de 24 de Setembro de 1828 reduzido os direitos de 24 a 15 por cento e a de 25 do mesmo mez e annos direitos de baldeação e reexportação a 2 por cento, e devendo-se ter como certo que essa redução não diminuirá a totalidade da receita dos direitos de entrada, baldeação e reexportação, convém na approvação que se haja de conceder ao contracto, declarar expressamente que o contracto subsistirá pelo mesmo preço, não obstante a redução de direitos de entrada, feita pela Carta de Lei de 24 de Setembro de 1828, e os de baldeação e reexportação a 2 por cento, na forma de outra Carta de Lei de 25 de Setembro do mesmo anno de 1828, evitando-se assim reclamações dos contractadores desta renda, a que daria talvez occasião a approvação de seu contracto sem essa restricção, devendo-se proceder a novo contracto, se assim o não quizerem aceitar.

Ao Conselheiro Leonarda Pinheiro de Vasconcellos parece o mesmo que ao Procurador da Fazenda, com quem se conforma. Rio, 19 de Fevereiro de 1830.

Resolução. — Como parece ao Conselho. — Paço, 1º de Março de 1830. — Com a rubrica de

S. M. o Imperador — Marquez de Barbacena. — *Acha-se no cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 1 DE MARÇO DE 1830.

Manuscripto authentic.

Sob a Augusta Presença de S. M. o I. a Folha das despesas do Tribunal do Conselho da Fazenda, feitas no primeiro e segundo semestre do anno proximo passado, importando na quantia de 257,560 rs., a qual vai assignada pelo Escrivão da Fazenda, assim de que S. M. I. se digne mandar decretar o competente pagamento. Rio, 19 de Fevereiro de 1830.

Resolução. — Decrete-se a despesa. — Paço, 1 de Março de 1830. — Com a rubrica de S. M. o I. — Marquez de Barbacena. — *Acha-se no cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 1 DE MARÇO DE 1830.

Manuscripto authentic.

Foi a consultar ao Conselho da Fazenda o Officio da Junta da Fazenda da Província de Goyaz de 2 de Janeiro do anno passado, sobre a decisão que pede, para seu governo, a respeito da questão suscitada acerca da jurisdicção contenciosa das execuções fiscaes que a mesma junta tem exercitado e exercita. Acompanhando o sobredito Officio outro da mesma junta anterior e diversos papeis sobre este mesmo objecto.

O que tudo, sendo visto, parece ao Conselho que nada cumpre innovar a este respeito, até que por lei organica do Thesouro se estabeleça em systema geral a Administração da Fazenda em cada huma das Províncias do Imperio, pois que essa época não está longe, e convirá accelerar-lhe o passo, por ser constante haver-se iniciado hum projecto já na Camara dos Deputados, podendo S. M. I. tambem usár da iniciativa que a Constituição lhe concede, quando aquella não preencha os seus fins a tal respeito. As Juntas das Fazendas das Províncias não tiverão por base hum regimento geral; cada huma dellas deve a sua criação a huma Carta Regia que lhe deu attribuições mui particulares; e talvez, como succede com a de Goyaz, lhe forão essas attribuições ampliadas em Provisões do Presidente do Thesouro, que tinham a natureza de Resoluções do Imperante, e como taes crão obedecidas, ainda em assumptos de pura legislação. Na Provisão aqui junta de 26 de Agosto de 1771, assignada pelo Marquez de Pombal, se deu a Junta da Fazenda de Goyaz jurisdicção contenciosa para a cobrança da divida preterita; nos termos da Lei de 22 de Dezembro de 1761, que concedeu essa jurisdicção ao Conselho da Fazenda na Corte.

A Junta tem usado dessa jurisdicção em todas as causas de sua arrecadação, o que se não pratica nas outras Juntas; segundo as Cartas de suas respectivas creações.

Ora, que as Juntas não devam exercitar essa jurisdicção contenciosa, he claro; mas tambem

he claro que esse assumpto deve esperar huma lei organica, conservando-se, entretanto, as cousas no estado em que a Constituição as achou montadas, apesar de anomalias como estas, dignas de correção, e que tudo o que ora convém fazer he, como fica dito, promover a lei organica do Thesouro, que he regulamentar, exigida pela mesma Constituição do Imperio, onde a propósito se fixa o modo de se arrecadar em cada huma das Províncias as dividas da Fazenda, marcando as Autoridades do Poder Judiciario que das suas causas não de conhecer em 1.^a e 2.^a Instancia. Esta consulta sobre a Imperial Presença de S. M. I. independente da informação e parecer do Juiz da Corôa, exigida pelo Procurador da Fazenda, o qual, tanto neste caso como em outros de igual natureza em que a consulta versa somente sobre pontos de direito, tem sido sempre de voto de se cortar semelhante circuito, que só serve de demorar a correnteza dos negócios, com grave prejuizo da Administração Publica, parecendo-lhe demais indecoroso que, tendo a Lei creado hum Tribunal de Fazenda Consultivo nas materias que tocam a Administração e Arrecadação da Fazenda, e sendo este composto tambem de Ministros togados pro vectos na carreira da Magistratura, haja o mesmo Tribunal de demorar o seu voto a espera de hum parecer que solicita de Autoridade estranha, para consultar os negócios em que a Lei lhe presume saber bastante, parecendo-lhe mais que a S. M. I. he que compete aconsellar-se em forma ordinaria com quem lhe parecer e não ao Conselho, cujos membros devem munir-se da sciencia propria em particular, para collegialmente darem os seus pareceres, e não solicita-los em Collegio, e por despachos de outras quaesquer Autoridades que não são do Conselho de S. M. I., nem parecem obrigadas a dar pareceres ao Conselho; sendo certo, como a experiencia tem mostrado ao mesmo Conselheiro Escrivão da Fazenda, por todo o tempo que tem servido nesta Repartição, que mais prejuizos tem trazido a Fazenda Publica esse circuito do que proveito, e ainda agora acaba de certificar-se mais, pelos muitos papeis que o actual Juiz da Corôa tem mandado ao Conselho, retardados ha 4, 5 e mais annos pelos seus antecessores, aos quaes muitos d'elles não forão para outra cousa senão para darem parecer, e que elles não derão, ou por se forrar a esse trabalho, ou mesmo por qualquer outra razão de interesse proprio, o que deve decidir o Tribunal a acabar com semelhante rotina. Rio, 1 de Fevereiro de 1830.

Resolução.— Está bem.—Paço, 1.^o de Março de 1830.—Com a rubrica de S. M. o I.—Marquez de Barbacena.—*Acha-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 1 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

Pedem D. Joaquina Bonifacia Lopes e D. Mariana Ignez de Montepoliciano confirmação dos

officios de Guarda Mór da nova mesa da arrecadação dos direitos de exportação, e da official da fiscalização das contribuições para a Junta do Commercio, com declaração de sobrevivencia ás supplicantes, ou que se lhe conceda huma pensão de 800\$ réis equivalente ao rendimento dos ditos officios. Ao Tenente Coronel Joaquim José Lopes tinha a Junta da Fazenda da Bahia nomeado para o exercicio dos ditos empregos, em compensação do officio de Guarda Mór do tabaco, cuja propriedade lhe havia concedido o Sr. D. João VI, com sobrevivencia ás ditas duas filhas, tudo em remuneração de seus serviços. Tendo sido extincta a Mesa da Inspeção pela lei de 5 de Novembro de 27, esendo fallecido o pai das supplicantes, ellas ficarão reduzidas á miséria se se lhes não conceder o que entendem ser-lhes devido. *Resolução de 1 de Março de 1830.*

O Contador da 5.^a Repartição do Thesouro entende ser deferivel a pretensão.

Remetido o negocio ao Conselho, respondeu o Procurador da Fazenda que, attenta a justiça das supplicantes, se lhes deve conceder a pensão de 600\$ réis, isto he, 300\$ réis para cada huma, paga pela Junta da Fazenda da Bahia. Parece ao Conselho que, não podendo effectuar-se a graça da sobrevivencia, as supplicantes tem direito á equivalente remuneração de serviços que se verificava no rendimento do dito officio, a qual entende dever ser a de 400\$ réis divididos entre ambas as supplicantes em igual parte, visto ter-se á deduzir do rendimento o serviço e precalços do officio em questão. Em 5 de Fevereiro de 1830.

Resolução.— Como parece. Paço, 1 de Março de 1830.—Com a rubrica de S. M. o Imperador.—Marquez de Barbacena.—*Acha-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 1 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

Foi ao Conselho da Fazenda para se consultar sobre a questão de dever ou não cessar a annuidade concedida aos accionistas do emprestimo antigo nacional, pela carta regia de 6 de Outubro de 1796.

Este negocio foi acompanhado dos requerimentos de Joaquim José da Silva Menezes, Manoel Maria Bregaro e outros, com os deferimentos obtidos a este respeito, e instruidos outrosim de varios documentos, informações e pareceres dados pela Repartição do Thesouro Nacional.

O Procurador da Fazenda, a quem foi committido o exame deste negocio, disse: que, em accrescentamento ao seu officio de 27 de Novembro do anno proximo passado, quando se tratou desta questão no Thesouro, que se andará mais acertado em esperar-se a resolução da Assembléa Geral Legislativa, dirigindo-se-lhe, logo que se abrir a proxima sessão, estes papeis, deixando por isso de metter em discussão neste processo o que se vê escripto no voto do Escrivão do Thesouro, em contradicção ao seu referido officio.

Parece ao Conselho que o dinheiro do Thesouro se não pôde despendar sem lei que autorise a sua despesa: que a lei fundamental d'acção dos eredores do empréstimo de 1796, pelos interesses respectivos, he a carta regia de 6 de Outubro de 1796: que nesta carta se não manda continuar a annuidade senão por 15 annos; que, findos estes, só hum diploma do Imperante que prorrogasse o mesmo periodo, poderia autorisar a percepção da mesma annuidade, fosse qual fosse a razão que assistisse aos mutuantes, pelos atrasos dos pagamentos dos seus juros nas épocas dos seus vencimentos: não podendo servir de argumento em contrario o que a este respeito se tem observado por despachos do expediente do Thesouro.

Resolução. — Como parece. Paço, 1 de Março de 1830. — Com a rubrica de S. M. o Imperador. — Marquez de Barbacena. — *Acha-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

PORTARIA DE 1 DE MARÇO.

Imp. avulso.

Manda S. M. o Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, que a Camara Municipal da cidade de Cabo Frio remetta, com a brevidade possível, á mesma Secretaria de Estado, huma informação exacta sobre os artigos seguintes: 1.º, que escolas de primeiras letras e grammatica latina existem na dita villa e seu termo respectivo; 2.º, qual seja o numero dos alumnos de cada huma dellas; e se as de primeiras letras são de ensino mutuo; 3.º, se o lugar onde existem he commodo para maior diffusão do ensino da mocidade do seu termo; e, quando estejão mal collocados, declare para onde se devem mudar, ou se ha precisão de se crearem outros; 4.º, se os lugares do termo em que existem, ou de novo se devão crear, são populosos; e 5.º, finalmente, se as escolas de meninas são á custa da Nação ou de mestras particulares. Palacio do Rio de Janeiro, em 1 de Março de 1830. — Marquez de Caravellas. — *Acha-se no Diário Fluminense.* 78, de 8 Abril de 1830.

Na mesma conformidade e data se expedirão Portarias ás Camaras Municipaes de todas as villas da provincia.

INSTRUÇÕES DE 4 DE MARÇO.

Imp. avulso.

1.º Em cada hum dos trapiches desta cidade (exceptuando o da Ordem), em que se recolhem generos sujeitos a direitos nacionaes, haverá hum agente encarregado de escripturar em livro próprio a entrada e sahida desses generos, com a necessaria e exacta individuação, quanto ao numero de volumes, origem, qualidade e quantidade, nome dos consignatarios ou proprietarios a quem pertence dispôr delles, das embarcações em que forem navegados, e o dia, mez e anno em que forem recolhidos.

2.º Além deste livro, haverá outro a cargo do mesmo agente, sómente para a entrada e sahida das caixas, fechos e barricas com assucar, lançando na entrada o numero do volume onde se fabricou e o anno de seu fabrico, o arroamento, inspecção, marca do engenho, com as mais declarações determinadas no paragrapho antecedente, e na sahida a ordem e despacho da administração. Quanto aos mais generos, bastará apresentar-se o despacho, como está em pratica.

3.º Estes livros servirão annualmente, e serão rubricados e encerrados pelos Contadores Geraes do Thesouro, na forma estabelecida.

4.º Os Agentes serão subordinados á Administração de Diversas Rendas Nacionaes, a quem prestarão os esclarecimentos necessarios sobre interesses da Fazenda Nacional ou commodidade das partes, prestando fiança por todo e qualquer extraviu.

5.º Os Agentes notarão nas costas dos despachos dos generos a que derem sahida as quantidades que naquella dia se embarcaram, e assim continuarão até preencher o despacho, notando a final o resto que deixa de embarcar, e fica existindo no trapiche, no caso de não se preencher a totalidade dos despachos. Estes mesmos despachos devem reverter para a administração.

6.º Ficão os Agentes autorizados para representar, pelo intermedio do Administrador de Diversas Rendas Nacionaes, a necessidade de alguma providencia mais, além das determinadas, para melhor desempenho das obrigações a que ficão ligados, para segurança dos direitos dos generos recolhidos nos trapiches publicos, como depositos geraes estabelecidos em utilidade da Fazenda e do commercio.

7.º Exceptuando os domingos e dias santos de guarda, deverão os Agentes em todos os mais dias comparecer nos trapiches, e nelles conservar-se, no tempo de verão, desde as 7 horas da manhã até ás 6 da tarde, e no inverno desde as 8 da manhã até ás 5 da tarde, não lhes sendo permittido retirar-se delles antes das horas marcadas, nem desampara-los dia inteiro por qualquer inconveniente, ainda mesmo imprevisto, sem que primeiro appareça quem os deva substituir.

8.º Aos Agentes fica-lhes competindo o cumprimento da Portaria de 28 de Novembro de 1829, na parte que lhes toca.

9.º Os proprietarios e administradores dos trapiches não devem ter influencia alguma nas attribuições dos Agentes, competindo-lhes o arranjo economico dos seus trapiches como bem lhes parecer.

O administrador deve visitar, por si ou pelo Escrivão, quando lhe parecer conveniente, todos os trapiches em que se acharem depositados generos sujeitos aos direitos nacionaes, para examinar se os agentes cumprem com os seus deveres.

Rio de Janeiro, 4 de Março de 1830. — Marquez de Barbacena.

AVISO DE 5 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

Tendo o Illm. Senado da Camara Municipal desta cidade, em cumprimento da Carta de Lei de 1 de Outubro de 1828, nomeado os cidadãos João Silveira do Pilar, José Martins da Cruz Jobim, Antonio Ildefonso Gomes, João Pedro da Silva Ferreira, Antonio Ribeiro Fernandes Forbes, Cypriano José de Almeida e José Augusto Cesar de Menezes, para formarem a commissão destinada a visitar as prisões civis e ecclesiasticas e todos os estabelecimentos publicos de caridade, Ha S. M. o Imperador por bem que V. P. Rma. dê as providencias que forem necessarias a fim de serem franqueadas a mesma commissão os carcereos que existirem neste mosteiro. Deos guarde a V. P. Rma. Paço, em 5 de Março de 1830. — Visconde d'Alcantara. — Sr. D. Abba de Mosteiro de S. Bento. — *Acha-se a fl. 105 v. do liv. 10 da Côrte na Secretaria da Justiça.*

Na mesma conformidade e data aos Provincias dos conventos de S. Francisco e de N. Sra. do Carmo, ao Provedor da Santa Casa, ao Chancelier da casa da Supplicação, ao Bispo Capellão Mór, sendo para este tambem relativo a visita dos conventos d'Ajuda, Santa Theresa, o Recoilimento d'Itaipú, e ao Intendente Geral da Policia quanto ao calabouço.

AVISO DE 6 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Ex. Sr. — S. M. o Imperador, pelo motivo da mui sentida morte de Sua Augusta Mãe, a Imperatriz Rainha de Portugal, Ha por bem permittir audiencias aos tribunaes no dia terça feira 9 do corrente, pela huma hora da tarde, no paço da cidade; e he servido que V. Ex. o acompanhe naquella acto. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 6 de Março de 1830. — Marquez de Caravellas. — Sr. Barão de Itapôa.

AVISO DE 6 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — S. M. o Imperador, em consequencia do que V. Ex. expôz no seu officio de 2 do corrente, que acompanhou a resposta dada pelo Secretario do Supremo Tribunal de Justiça, acerca do recebimento dos moveis pertencentes a Secretaria da extincta mesa do desembargo do Paço, Ha por bem ordenar que V. Ex. o faça receber e accommodar na casa da Secretaria do mesmo Tribunal, a cujo uso forão destinados por aviso de 13 de Janeiro do anno passado, a fim de ser desoccupada a casa em que actualmente se achão, dando V. Ex. conta a esta Secretaria de Estado logo que se tenha effectuado esta mudança. Deos guarde a V. Ex. Paço em 6 de Março de 1830. — Visconde d'Alcantara. — Sr. José Albano Fragoso. — *Acha-se a fl. 107 do Liv. 10 da Côrte, na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 6 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — Sendo presentes a S. M. o Imperador os officios de V. Ex., datados de 2 do corrente, sobre o destino que devião ter alguns papeis enviados da Secretaria do extincto Tribunal do Desembargo do Paço, pertencentes ás provisões de lapso de tempo com embargos em parte delles, e a respeito de outros relativos a despachos de livros na Alfandega remettidos com os mesmos livros existentes naquella Secretaria, houve o Mesmo Senhor por bem ordenar que os papeis cuja remessa não foi ordenada pela lei, os faça V. Ex. guardar no archivo do Supremo Tribunal de Justiça. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 6 de Março de 1830. — Visconde de Alcantara. — Sr. José Albano Fragoso. — *Acha-se a fl. 107 v. do mesmo Liv. 10 da Côrte, na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 8 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

Desejando S. M. o Imperador facilitar e promover a liberdade dos escravos, sem todavia coarctar o exercicio dos direitos dos senhores permittidos por lei, Ha por bem que V. S. procure, por meios doces e persuasivos, fazer realisar aos supplicantes João e Manoel, mencionados no requerimento incluso, a liberdade promettida por sua senhora, huma vez que elles entreguem a somma pela mesma designada. Deos guarde a V. S. Paço, em 8 de Março de 1830. — Visconde de Alcantara. — Sr. Luiz Paulo de Araujo Bastos. — *Acha-se a fl. 108 do Liv. 10 da Côrte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 8 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

Representando a Camara Municipal da villa de S. Francisco Xavier d'Itaguahy, que José Antonio Gonçalves, eleito em Pelouras Juiz ordinario para o corrente anno, se recusa a tomar posse daquella vara, a pretexto de não haver prestado juramento á Constituição, S. M. o Imperador, não annuindo áquella escusa, ha por bem que Vm. o faça constringer a servir o sobredito lugar. Deos guarde a Vm. Paço, em 8 de Março de 1830. — Visconde d'Alcantara. — Sr. Onvilor da Comarca do Rio de Janeiro. — *Acha-se a fl. 108 do mesmo Liv. 10 da Côrte.*

PORTARIA DE 8 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

Não tendo a cadeia do Aljube capacidade sufficiente para accommodar-se o numero de presos que infelizmente tem crescido, houve S. M. o Imperador por bem destinar para prisão civil huma casa que servio de armazem de polvora e de prisão militar na Ilha das Cobras; e sendo indispensavel fazer-se-lhe os concertos e accommoda-

ções necessarias aos presos que para ella houverem de passar, tanto da casa da cidade, por não caberem ali, como das outras prisões civis da mesma Ilha, as quas cumpre serem tambem concertadas e melhoradas, dessecando na humidade que ora tem, e introduzindo-se-lhes ar e luz para poderem continuar a servir de casa de prisão: Manda S. M. o Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justica, que a Camara Municipal desta cidade, á vista do plano e organimento da obra, que nesta occasião se lhe envia com as chaves da mencionada casa, proceda, na conformidade do Art. 57 da lei da sua organisação, á factura desta obra com a brevidade que exigem a Justica e a humanidade; e outrosim, manda S. M. declarar á referida Camara que, acostumado achar-se o seu cofre em estado de não poder supprir a toda a despesa com a brevidade que necessita da referida obra, dê parte para lhe serem subministrados por alguma outra repartição as quantias necessarias. Palacio do Rio de Janeiro, em 8 de Março de 1830. — Visconde d'Alcantara. — *Acha-se a fl. 108 do Liv. 10 da Corte, na Secretaria da Justica.*

DECRETO DE 8 DE MARÇO.

Coll. Braz.

Hei por bem, tendo ouvido o Meu Conselho de Estado, fazer extensivo ao Corpo de Artilharia, o perdão concedido aos Desertores do Exercito, pelo Decreto de 18 de Outubro ultimo; devendo, portanto, gozar do referido perdão, aquelles desertores do mencionado Corpo que se apresentarem nesta Corte ao respectivo Commandante, dentro do prazo de 2 mezes, contados do dia da publicação do presente Decreto, e nas Provincias aos Presidentes dellas, dentro do mesmo prazo, igualmente contado do dia da sua publicação nas mesmas Provincias. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 8 de Março de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Marquez de Paranaguá.

PORTARIA DE 8 DE MARÇO.

Coll. Plancher.

Tendo representado D. Nicoláo Herrera, Encarregado de Negocios do Estado Oriental do Uruguay, quanto convém reprimir com promptas e efficazes medidas o procedimento dos individuos que infestão as fronteiras deste Imperio e daquelle Estado, perpetrando roubos e assassinios; e querendo S. M. o I., pela sua parte, coöperar para que se não repitão semelhantes desordens, bem proprias para perturbarem a harmonia que felizmente existe entre os dous Governos: Manda, em consequencia, S. M. o I., pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, que o Governador das Armas da Provincia de S. Pedro do Sul tome as mais energicas medidas

e providencias de maneira que os culpados se prendão, para serem promptamente castigados com todo o rigor das leis, no que não deve haver a menor omissão. Palacio do Rio de Janeiro, em 8 de Março de 1830. — Conde do Rio Pardo.

CIRCULAR DE 9 DE MARÇO.

Coll. Plancher.

Ilm. e Exm. Sr. — Determinando o Decreto de 16 de Maio de 1821, que aos Officiaes de 1.ª linha do Exercito se desconte, pela decima parte dos seus vencimentos mensaes, a importancia do meio soldo e emolumentos que pelas suas respectivas Patentes lhes compete pagar, remetendo-se para o Thesouro Publico todos os seis mezes, a importancia de taes descontos, com huma conta circumstanciada dos mesmos; disposição esta que fôra novamente declarada no Decreto de 11 de Novembro de 1822, o qual ordena, pelo que respeita aos Officiaes de 2.ª linha e Ordenanças, que, logo que forem despachados, satisfação no Thesouro Publico os competentes meios soldos, e na Secretaria de Estado da Guerra os emolumentos de sua Patentes, sem o que não poderão entrar no exercicio de seus postos, nem usar dos correspondentes distinctivos; e sendo presente a S. M. o Imperador que, não obstante aquellas providentes medidas, se não tem fiscalizado, como cumpre, este ramo, não pouco importante, das Rendas Publicas, cujo extravio ou falta de arrecadação muito convém evitar: Manda, portanto, o mesmo A. S. recommendar muito positivamente a estricta observancia dos mencionados Decretos; e, para que haja a maior regularidade e exactidão no seu cumprimento, Manda, outrosim, remetter a V. Ex. : 1.ª, hum Tabella que designa as quantias em que importão as Patentes dos Officiaes de 1.ª linha; segundo os seus postos; devendo sempre declarar-se, na Guia de qualquer Official que haja de sair para fóra da Provincia, se tem ou não satisfeito o pagamento da Patente do seu Posto actual; 2.ª, hum Formulario de Mappa, pelo qual se devesse regular a Pagadoria dessa Provincia de..... na remessa que fizer todos os 6 mezes para o Thesouro Publico da importancia dos descontos feitos conforme aquella Tabella, aos Officiaes que, por Portarias ou Avisos desta Secretaria de Estado, constar haverem sido promovidos, e do qual, na mesma occasião, remetterá impreterivelmente hum copia á mesma Secretaria de Estado; 3.ª, finalmente, hum exemplar de cada hum dos Decretos citados; assim de que V. Ex., pela parte que lhe toca, os faça cumprir punctualmente, observando-se o methodo aqui prescripto, pelo que respeita ao 1.º, e ficando na intelligencia de que ao Governador das Armas ou Commandante da Provincia se dirigem iguaes ordens nesta mesma data. Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Março de 1830. — Conde do Rio Pardo. — Sr. José Carlos Pereira de Almeida Torres.

N. B. Expedio-se Circular a todas as Provin-

das, tanto para os Presidentes como para os Governadores de Armas.

AVISO DE 9 DE MARÇO.
Imp. avulso.

Constando na Augusta Presença de S. M. o Imperador as queixas dirigidas pelo Delegado do Dictador da Republica do Paraguay, ao Encarregado de Negocios deste Imperio, que ali residia, Antonio Manoel Corrêa da Camara, a respeito de alguns habitantes da provincia de Mato Grosso, que, protegidos principalmente pelos Commandantes de Coimbra e Miranda, tem auxiliado os Indios barbaros com armas, munições e soldados fuzileiros, brancos e negros, os quaes tem roubado immensa quantidade de gado e perpetrado as maiores desordens; e convindo atalhar quanto antes a continuação de actos tão escandalosos, que podem comprometter a tranquillidade do Imperio: Ha o mesmo A. S. por bem determinar mui positivamente que o Vice-Presidente daquella Provincia ponha em pratica as mais energicas providencias para fazer cessar completamente os latrocínios e correrias que o Dictador diz terem sido praticados por Subditos Brasileiros. O que assim se lhe participa para sua intelligencia e fiel execução. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Março de 1830. — Marquez de Caravellas. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 57, de 12 de Março de 1830.*

AVISO DE 9 DE MARÇO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Sendo presente a S. M. o I. o requerimento de Francisco Moreira da Silva Miramaque, em que se queixa da maneira clandestina e illegal com que fôra provida em Antonio José Peixoto Valladares a Cadeira Publica de Primeiras Letras dessa Cidade pelo methodo de Lancaster, contr exclusão do Supplicante, que antes regia a do mesmo ensino pelo methodo antigo, e agora se havia habilitado para o exercicio daquella, na conformidade da lei de 15 de Outubro de 1827; assim como a informação dada pelo Conselho desse Governo, em consequencia do Aviso desta Secretaria de Estado de 16 de Junho do anno passado, constante da copia da Acta da Sessão de 17 de Outubro do mesmo anno, que acompanhou o Officio de V. Ex. da mesma data; e todos os mais papeis a elle annexos: e tomando o mesmo A. S. na sua alta consideração todo o produzido por huma e outra parte: Ha por bem determinar que, ficando suspenso o effeito do ille al. Provimento passado a favor do referido Valladares, V. Ex. ponha novamente a concurso aquella Cadeira, na fôrma da precitada lei; porquanto, se bem que o Conselho afirma haver-se procedido a esse concurso, de nenhuma maneira o faz certo; não bastando para prova a simples copia de hum Edital: havendo, por outra parte, a considerar que, no

caso da existencia de tal concurso, serião os diferentes despachos que o Supplicante obteve do Conselho dentro do tempo desse concurso o remette-lo a elle, não se mostra com a necessaria evidencia que o Supplicante fosse ouvido; e não podia conhecer-se da maior habilitação ou merecimento do provido huma vez que se não procedeu ao exame que a referida lei determina. O que participo a V. Ex. para sua intelligencia e execução. Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Março de 1830. — Marquez de Caravellas. — Sr. Ignacio José Vicente da Fonseca. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 57, de 12 de Março de 1830.*

AVISO DE 10 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

S. M. o I., removendo as difficuldades que o Juiz do Crime dos Bairros de Santa Rita e Candelaria, pelo officio incluso, representa occorrem na pratica dos processos dos presos: Ha por bem mandar declarar que, quanto a citação da parte, a cujo requerimento estiver algum preso, a ord. do Liv. 5 tit. 124 pr. se acha alterada pelo §. 3 do Alv. de 5 de Março de 1790, o qual, assignando prazo mais breve que as ordens, e dando outra fôrma ás citações para accusações, por elle se devem regular os Juizes como ultima Legislação nesta materia e mais favoravel aos presos: que, sobre a falta de pessoas que queirão servir de Officiaes de Justiça, pelo Decreto da data de hoje fica providenciado este objecto, conferindo-se aos Officiaes que forem nomeados para os Bairros da Candelaria e Sé a mesma gratificação de 520 rs. diários que percebem os de Santa Rita e S. José, até que o Corpo Legislativo estabeleça a hum e a outros convenientes vencimentos; e, finalmente, pelo que respeita á demora das testemunhas que devem vir depois nos referidos processos, que V. S. faça expedir as ordens que forem convenientes aos Juizes de Paz das Freguezias onde residirem taes testemunhas, para que, logo que receber as requisições, os Juizes Criminaes as fação vir com a pena da lei. O que communico a V. S. para sua intelligencia e execução. Deos Guarde a V. S. Pago, em 10 de Março de 1830. — Visconde de Alcantara. — Sr. Bernardo José da Gama. — *Acha-se a fl. 109 do Liv. 10 da Corte na Secretaria da Justiça.*

DECRETO DE 10 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

Attendendo ao que me representou o Juiz do Crime dos Bairros de Santa Rita e Candelaria: Hei por bem, em additamento aos Decretos de 16 de Agosto de 1825, e 27 de Agosto 1837, conceder aos Meirinhos dos Bairros da Candelaria e Sé os mesmos trezentos e vinte reis diários de ajuda de custo que pelos referidos Decretos fôrão conferidos aos dos Bairros de Santa Rita e S. José, até que o Poder Legislativo lhes estabeleça conveniente estabelecimento. O Marquez

de Barbacena, do meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Thesouro Nacional, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessários. Palacio do Rio de Janeiro, em 10 de Março de 1830, 9º da Independencia e do Imperio.—Com a Rubrica de S. M. o I.—Visconde d'Alcantara.

AVISO DE 12 DE MARÇO.

Manuscripto authenticico.

Para se poder formar o Orçamento das despesas a cargo desta Secretaria de Estado, afim de ser entregue, em tempo opportuno, ao Ministro da Fazenda, cumpre que V. S. faça extrahir e remetter, com toda a brevidade, á mesma Repartição, huma Relação exacta de todos os Ministros da Casa da Supplicação, Officiaes, e mais Empreque percebam ordenados pelo Thesouro Nacional, declarando-se a natureza destes e a ordem que os estabelecem; e porque na mesma Casa tem exercicio alguns Desembargadores da Bahia, V. S. enviará igualmente outra Relação de todos elles, mencionando-se tambem, além dos ordenados respectivos, a estação por onde presentemente os percebem. Na primeira Relação deverão vir contemplados os ordenados dos Desembargadores aposentados e as ajudas de custo conferidas aos Ministros das diversas Varas; e que são incluídos na folha dos ordenados da sobredita Casa. Deos Guarde a V. S. Paço, em 12 de Março de 1830.—Visconde d'Alcantara.—Sr. Bernardo José da Gama.

AVISO DE 15 DE MARÇO.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr.—Não sendo compativel que o Porteiro do Supremo Tribunal de Justiça sirva tambem de Porteiro da Secretaria do mesmo Tribunal, segundo V. Ex. expóz no seu officio do 1º de Fevereiro passado, informando o requerimento de Luiz Santos, que pede ser excusado deste ultimo exercicio, a que o obrigara o Aviso de 14 de Novembro do anno antecedente: Ha S. M. o I. por bem conceder-lhe a excusa requerida. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 15 de Março de 1830. Visconde d'Alcantara.—Sr. José Albano Fragoso.—*Acha-se a fl. 110 do Liv. 10 da Córte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 15 DE MARÇO.

Manuscripto authenticico.

Devendo resultar da divisão dos trabalhos dos diversos ramos de que se compõe actualmente Nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, segundo V. S. propóz, mais regularidade e facilidade no seu expediente, V. S. a fará dividir pelas seguintes classes: 1ª das correspondencias das Provincias; 2ª dos Negocios da Magis-

tratura; 3ª dos Negocios Ecclesiasticos; 4ª dos Officios de Justiça; 5ª da correspondencia com as Autoridades da Córte, e Camaras Legislativas. Da 1ª será encarregado o Official José Tiburcio Carneiro de Campos, e durante sua ausencia, o Official João Caetano de Almeida Franca; da 2ª o Official Antonio Alvares de Miranda Varejão; da 3ª o Official Vicente Ferreira de Castro e Silva; da 4ª o Official Domingos Lopes da Silva Araujo, e da 5ª o Official João José da Motta. He da privativa competencia de V. S. o ramo da segurança publica, bem como dirigir e fiscalisar os trabalhos de cada huma destas classes, na conformidade da tabella que a esta acompanha, assignada por V. S., a qual poderá ser alterada segundo a pratica exigir, afim de que todo o expediente se faça, não só com a maior exactidão e regularidade, mas com clareza tal, que os chefes das referidas classes possam promptamente dar a V. S. quaesquer illustrações que se façam necessarias, assim para a expedição das ordens tendentes aos objectos de cada huma das classes referidas, como para facilitar as informações que de V. S. hajão de exigir, na intelligencia de que, além dos trabalhos que lhes ficão pertencendo, deverão ser applicados em quaesquer outros do expediente da mesma Secretaria de Estado segundo a assignencia delles, ao parecer mais conveniente a V. S. Deos Guarde a V. S. Paço em 15 de Março de 1830. — Visconde d'Alcantara. — Sr. João Carneiro de Campos.

TABELLA da divisão dos trabalhos da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, a que se refere o Aviso da data desta.

1ª Classe. — Da correspondencia das Provincias. — Haverá hum livro que terá por titulo—Correspondencia geral das Provincias. — Nelle se lançarão todos os Officios que se forem recebendo das diversas Autoridades, declarando-se o dia do seu recebimento na Secretaria de Estado, o numero dos que o tiverem, suas datas, e, em resumo, os objectos a que se dirigirem; feito este lançamento, se porá nas costas de cada hum a nota do lançado, e farão distribui-las pelos Officiaes para serem extractadas, e subirem á presença do Ministro, á Secretaria de Estado da Repartição; na frente se farão as notas das respostas ou destino que se der aos mesmos officios; afim de saber-se, n'hum golpe de vista, os objectos que tiverem sido resolvidos, os que restarem por resolver, e os que, por sua natureza, se mandarem reservar ou forem remettidos ao Corpo Legislativo. O official encarregado desta classe terá a seu cargo fazer estes assentos, assim como participar ás Autoridades respectivas os officios que tiverem estes dous ultimos destinos, e aos Presidentes o deferimento dos requerimentos por elles enviados; e informa-los na conformidade do que dispõe o Aviso de 27 de Abril de 1825, da Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, examinando-se pela numeração se terá havido falta de recebimentos de algum officio, para se accusar ao Presidente respectivo. O official que houver de lançar, affixar o expediente

diário da Secretaria de Estado, antes de o fazer, deverá entregar-lhe todos os Avisos que se expedirem aos Presidentes, e mais Autoridades das Províncias em resposta aos seus officios.

2.^a Classe. — Dos Negocios da Magistratura. — Haverá hum Livro denominado — Matricula dos Magistrados —, no qual se lançará todos os lugares da Magistratura que existirem creados em todo o Imperio e hajão de ser creados para o futuro, os nomes de todos os Magistrados, assim do Supremo Tribunal de Justiça, como de todas as Relações e lugares triennaes, declarando-se a data da Mercê e dia da posse do recebimento da certidão desta, para conhecer-se se houve ou não omissão, na conformidade do Aviso de 27 de Fevereiro passado, ou dispensas que se hajão de conceder de certidões da decima, suas prorrogações ou quaesquer outras; as informações ou queixas que contra elles possam haver; o destino que se lhes der, e quanto possa occorrer durante o exercicio de qualquer Ministro, no lugar que lhe tiver sido conferido, afim de ter-se tudo em consideração quando se tratar de subsequentes despachos. Haverá outro livro no qual se farão iguaes assentos a respeito dos Juizes de Paz.

Ao official encarregado desta classe pertence fazer todos estes assentos, bem como examinar os requerimentos dos Ministros que, depois de despachados, pedirem a expedição de suas respectivas cartas, afim de não serem admittidos a despacho sem que se mostrem correntes por todas as certidões especificadas no Aviso de 27 de Fevereiro ultimo, dirigido ao Official maior. Os requerimentos assim instruidos serão immediatamente dirigidos ao Procurador da Corôa, e, baixando depois á Secretaria de Estado, deferido pelo Ministro da Repartição, o sobredito Official passará os bilhetes para o pagamento dos novos direitos com as declarações do estylo, para serem assignados pelo Official Maior. As Cartas e Alvarás dos sobreditos lugares poderão ser passados por qualquer dos Officiaes, competindo ao que os registrar fazer as notas necessarias.

3.^a Classe. — Dos Negocios Ecclesiasticos. — Ao Official encarregado desta classe compete examinar se todos os requerimentos que se apresentarem para expedição de Cartas, não sô de Igrejas Parochiaes e quaesquer outros beneficios Ecclesiasticos, como das erecções, confirmações de Capellas, Confrarias e Compromissos, se achão competentemente instruidos em termos de serem os primeiros submettidos ao conhecimento do Official Maior para mandar passar os titulos respectivos, e os segundos enviados ao Procurador da Corôa, para sobre elles responder. Terá igualmente á seu cargo a expedição das Cartas de apresentações dos Bispos e toda a correspondencia para Roma relativa a este objecto, e fiscalisar que os Breves ou quaesquer outros rescriptos da Curia Romana, não sejam admittidos a despacho sem que tenham pago o sello competente, e que, para a expedição dos mesmos, tivesse precedido a licença Imperial. Passará os bilhetes para o pagamento dos novos direitos dos titulos que forem a elles obrigados, para serem assignados

pelo Official Maior. Haverá nesta classe hum livro com o titulo — Registo Geral dos Beneficios Ecclesiasticos —, no qual se lançará todos os Canonicates, Igrejas Parochiaes e Capellas filiaes, assim curados como não curados, que existem creados, ou que, para o futuro, se houverem de crear nos diversos Bispados; os nomes de todos os Sacerdotes que fôrem apresentados, tanto nos Canonicates, e quaesquer outros Beneficios das Cathedraes, como nas Igrejas Parochiaes; declarando-se as datas das Mercês, para o que os Decretos, depois de registados, irão para esse fim á respectiva classe.

As Cartas, Alvarás e Portarias sobre os objectos referidos poderão ser passados por qualquer dos Officiaes: ficando a cargo daquelles que as registarem pôr as competentes notas.

4.^a Classe. — Dos Officines de Justiça. — Compete ao Official encarregado desta classe lançar em hum livro que terá por titulo — Officios de Justiça —, todos os Officios desta natureza que existem creados, e para o futuro se houverem de crear, bem como o nome dos individuos a quem fôrem conferidos, declarando a data da Mercê, para o que os Decretos, depois de registados, lhe serão transmittidos. Examinar se os pretendentes a estes Officios se achão competentemente habilitados e os seus requerimentos instruidos com os documentos exigidos pelo Av. de 19 de Janeiro do corrente anno, e se o officio pedido está ou não vago, afim de que taes requerimentos subão a despacho com estas illustrações, que muito devem facilitar o seu deferimento. Passará os bilhetes para os novos direitos, logo que a parte tenha obtido despacho, para se lhe expedir o seu titulo, afim de serem assignados pelo Official Maior. Os Alvarás das serventias vitalicias de taes officios poderão ser passados por qualquer dos Officiaes, ficando a cargo daquelles que os registarem pôr as notas do estylo.

5.^a Classe. — Da correspondencia com as Autoridades da Côrte. — O Official nomeado para esta classe terá a seu cargo toda a correspondencia com as autoridades da Côrte e Camaras Legislativas, regulando-se, quanto ás primeiras, pelo que fica disposto quanto á correspondencia das Províncias, e continuando a lançar no livro que existe já na Secretaria de Estado das — Exigencias do Corpo Legislativo — todos os Officios que se fôrem recebendo de ambas as Camaras pela maneira já praticada, afim de saber-se, das exigencias feitas, as que fôrem satisfeitas e as que deixarão de o ser de huma para outra sessão; para o que o Official encarregado de fixar o expediente diario lhe deverá transmittir antes assim os Avisos dirigidos ás autoridades da Côrte, que fôrem em resposta a seus officios, como os que forem ás sobreditas Camaras. Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, em 15 de Março de 1830. — João Carneiro de Campos. — *Acha-se a fl. 112 do Liv. 10 da Corte na Secretaria da Justiça.*

RESOLUÇÃO DE 16 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

A Junta da Fazenda dos Arsenaes do Exército, fabricas e fundições, forão dirigidas tres Portarias da Secretaria da Guerra e humma pelo Thesouro: a 1.ª, de 5 de Maio de 25, ordena que a Junta remetta suas contas ao Thesouro; a 2.ª, de 15 de Julho idem, que não mande para o Thesouro mais para a Secretaria da guerra; a 3.ª, de 30 de Janeiro de 25, que as não envie, sem que se exijão positivas, e que reponha nas competentes estações as que nesta occasião se lhe restituirão; e a 4.ª, de 25 de Agosto de 29, que remetta á Mesa do Thesouro as contas dos dinheiros e generos do Thesoureiro, Pagador e Almo-xarife, e outros Officiaes de recebimento, desde o dia em que principiãrão a servir até o fim de Julho de 29, acompanhadas dos livros de receita e despeza, documentos, etc., e que, do 1.º de Julho em diante, se faça a escripturação em novos livros que deverão durar hum anno financeiro, e no fim d'elle vir para o Thesouro. A Junta diz que procura satisfazer desde já a segunda parte da Portaria do Thesouro, mas entende que, para cumprimento da primeira, he indispensavel que se deroguem as tres Portarias da guerra, ou que se deve declarar qual dellas se deverá cumprir. Adverte na final que, no caso de ser preferida a Portaria do Thesouro, ficarão seus archivos despídos dos papeis necessários para noticiar e fundamentar as requisições e exigencias que a cada passo se lhe fazem sobre negocios ordinarios e extraordinarios que tem corrido pela dita Repartição, e que portanto só o mesmo Thesouro ficará habilitado para satisfazer a estes encargos até agora commettidos á Junta, quanto a informações, noticias de facto dependentes de registo, certidões, etc. Em o 1.º de Fevereiro de 1830.

Resolução. — Está bem. Paço 16 de Março de 1830. — Com a rubrica de S. M. o Imperador. — Marquez de Barbacena. — *Acha-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

AVISO DE 17 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — S. M. o Imperador ordena que assista a corte ás exequias que se hão de celebrar pelo fallecimento da sua Augusta Mãe. O que participo a V. Ex. para que se ache na Imperial Capella no dia 19 do corrente, pelas 4 horas da tarde, e no seguinte pelas 10 da manhã. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 17 de Março de 1830. — Marquez de Caravellas. Sr. Marquez de...

AVISO DE 17 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

S. M. o Imperador manda remetter a Vm. o requerimento incluso de Ignacia crioula, escrava da Senhorinha Jesuina da Silva, em que pede a sua liberdade, pelos serviços que tem soffrido

no seu cativeiro, offerecendo para esse fim a quantia que razoavelmente lhe for arbitrada por sua senhora: Ha por bem que Vm., por meios conciliatorios, promova a pretensão da supplicante. Deos guarde a Vm. Paço, em 17 de Março de 1830. — Visconde d'Alcantara. — Sr. Desembargador Adjuncto do Intendente Geral da Policia. — *Acha-se a fl. 115 vs. do Liv. 10 da Corte da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 18 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

Exm. e Revm. Sr. — S. M. o Imperador ha por bem ordenar que V. Ex. remetta a esta Secretaria de Estado, com a maior brevidade possivel, não só humma relação de todas as Igrejas Paróchias deste Bispado e Capellas filiaes curadas e não curadas, como outra de todos os Sacerdotes que residirem nesta Diocese, declarando quantos destes são necessários para o Ministerio Ecclesiastico. Outrosim, ordena S. M. que V. Ex. proponha: 1.ª, as paróchias que cumpre crear-se na sua Diocese, designando seus districtos, e se só nelles ha alguma Igreja que possa servir de Matriz, e numero de freguezes comprehendidos em cada humma; e, na falta de Igreja, o local proprio para assento da Matriz: 2.ª, as que devem ser supprimidas e a qual das outras devem os seus districtos ser incorporados. Na relação das Paróchias já existentes como das que se houverem de crear, será conveniente que se notem aquellas cujos districtos comprehendão terreno pertencente a mais de humma Província. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 18 de Março de 1830. — Visconde d'Alcantara. — Sr. Bispo Capellão Mór. — *Acha-se a fl. 115 vs. e 114 do Liv. 10 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 18 DE MARÇO

Manuscripto authentic.

Accusando a recepção do Officio que V. S. me dirigio com data de 11 do corrente, ponderando, em consequencia do Aviso de 8, que os dinheiros recebidos no Thesouro Publico para essa Repartição são sempre em réis, e deste modo lhe são debitados e se extrahem os conhecimentos em forma para a conta do Thesoureiro-mór, sendo assim tambem justas e tomadas as contas ao Pagador da Marinha, não se especificando por esta causa nas receitas e nas despesas do Thesoureiro as especies recebidas e despendidas, tenho de significar a V. S. que, á vista do outro seu Officio de 11 do mez passado, estava o Governo na persuasão de que a receita de taes dinheiros era feita, como cumpria, com a designação das especies, mórmente vindo por esta maneira organizada a relação que se exigira e acompanhou o mesmo Officio, a qual se dizia extrahida dos borradores do Escrivão, á falta do Livro competente, que já se havia remettido para o Thesouro, e esta circumstancia, unida á de constar, pelas informações existentes nesta Secretaria de Estado, que

a escripturação da despeza se fazia sem aquella designação, e que o Pagador dava as quantias recebidas em moeda de cobre diversa applicação daquella para que erão destinadas, deu lugar á suspensão do Escrivão e do Pagador, ordenada no sobredito Aviso. Agora, porém, se reconhece que a escripturação da receita era igualmente feita sem designação das especies recebidas. E porquanto hum tal procedimento, longe de servir de desculpa ao Escrivão, torna o caso mais aggravante, por ser hum meio combinado com o do despeza feita em globo, para facilitar, encobrendo muitas outras malversações das Notas do Banco e dos escriptos da Alfandega, além das do cobre nas diversas applicações deste, visto que seria facil dar-se como recebidas: 1º, notas de grande valor, para que, a pretexto de se conseguir o seu troco em notas menores, que se não obtinham sem premio de hum certa porção em cobre, como estava em uso, por causa das despezas miudas em que aquellas Notas não cabião, ser abonada na despeza maior quantia daquella moeda; e 2º, maior numero de bilhetes da Alfandega, para igualmente se abonar maior despeza no desconto a que se procede para compra dos generos e outros pagamentos em que os interessados recusão receber semelhantes escriptos; ordena S. M. o I. que, sem embargo da razão allegada de ser pratica seguida no Thesouro o entregarem-se ao Thesoureiro da Marinha os dinheiros, e tomar-se-lhe delles conta sempre em réis, pois que hum tal pratica com o dito Thesoureiro não podia dispensar ao Escrivão de fazer, como devia, os lançamentos da respectiva receita e despeza com aquella designação, subsista o disposto no Aviso de 8 do corrente, que manda suspender o Thesoureiro e 1º Pagador, Gregorio Manoel do Couto, e o Escrivão do mesmo, Joaquim Antonio Caminho. Deos Guarde a V. S. Paço, em 18 de Março de 1830.—Marquez de Paranaguá.—Sr. Luiz da Cunha Moreira.

RESOLUÇÃO DE 23 DE MARÇO.

Manuscripto authenticico.

O Conselho da Fazenda, persuadido de que a impunidade he causa unica das reiteradas faltas e insubordinação dos Continuos do seu serviço, he de parecer que lhe deve ser licita a demissão delles, propondo outros para os substituir, fundado na Lei do Thesouro que dá esta faculdade ao respectivo Presidente. Rio, 18 de Fevereiro de 1830.

Resolução. — Hei por bem autorisar o Conselho para poder suspender os seus Continuos quando lhe parecer que o merecem, dando-me parte dos motivos para resolver a sua demissão. Paço, 23 de Março de 1830.—Com a rubrica de S. M. o I. —Marquez de Barbacena.—*Acha-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

AVISO DE 24 DE MARÇO.

Manuscripto authenticico.

S. M. o I., sempre propenso a minorar a sorte dos infelizes presos, me ordena communiquar a Vm. que o Thesoureiro da Sua Imperial Casa, Placido Antonio Pereira de Abreu, tem ordem para entregar ao Mordomo dos referidos presos a quantia de 400\$ para ser por elle despendida com o vestuario e o processo daquelles que não tiverem meios para começarem ou continuarem a dar andamento aos processos de seus livramentos. Deos Guarde a Vm. Paço, em 24 de Março de 1830.—Visconde de Alcantara.—Sr. Provedor da Santa Casa da Misericordia.—*Acha-se a fl. 114 v. do Livro da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 26 DE MARÇO.

Manuscripto authenticico.

S. M. o I., reconhecendo pela informação por Vm. dada em o seu officio de 20 do mez antecedente, a utilidade que deverá resultar a bem dos direitos nacionaes da conservação do escalor que os officiaes da Superintendencia Geral dos Contrabandos tem posto á sua custa para rondarem no mar os navios que se achão á carga, Ha por bem autorisar a V. M. para passar as resalvas que lhe parecerem necessarias aos Marinheiros que forem empregados no serviço do mesmo escalor, afim de serem isentos de qualquer outro; competindo a Vm., debaixo de sua immediata responsabilidade, vigiar que nisso não haja o menor abuso; e, para que, nem pela Intendencia da Marinha, nem mesmo pela Alfandega, se possa estorvar ou embaraçar o serviço do referido escalor, se tem nesta data expedido as convenientes ordens áquellas duas estações. Deos Guarde a Vm. Paço, 26 de Março de 1830.—Visconde de Alcantara.—Sr. Desembargador Superintendente Geral dos Contrabandos.—*Acha-se a fl. 115 v. do Livro 10 da Corte na Secretaria da Justiça.*

PORTARIA DE 29 DE MARÇO.

Imp. avulso.

Sendo presente a S. M. o I. o Officio da Camara Municipal da Villa de Rezende, datado de 25 de Janeiro deste anno, pedindo esclarecimentos sobre os objectos que refere nos quatro artigos de que consta o mencionado Officio: Manda o mesmo augusto senhor, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar á referida Camara, em resolução a cada hum delles: 1º Que os Officiaes de que trata o Artigo 55 da Lei do 1º de Outubro de 1828 são os das Camaras Municipaes, os mesmos de que se falla no Titulo 5º da referida Lei, e não os dos Districtos, como parece haver erradamente entendido aquella Camara; 2º, que já não compete ás Camaras Municipaes a nomeação dos Thesou-

reiros ou Recbedores das Rendas Nacionais, que fazião as transactas; sendo essa huma das attribuições, ou obrigações de que forão privadas ou allivadas pela disposição do Artigo 90 da citada Lei, mas sim ao Governo, pela Repartição dos Negocios da Fazenda, á qual a dita Camara deve recorrer para a declaração que requer sobre as carnes verdes; bem como á Repartição dos Negocios da Justiça pelo que respeita ás despesas de que trata o seu 5º artigo. 5º finalmente, que, quando não fôr bastante a inspecção e vigilancia dos Fiscaes para activar o Procurador da Camara, como lhes recommenda a citada Lei, no Artigo 85, poderão servir as penas que se lhe cominarem nas Posturas; e se o Procurador se mostrar incorrigivel, cabe na alçada da Camara o dimitti-lo, por suas deliberações e accordãos, á vista das provas legais, e com audiencia do mesmo Procurador; ficando salvos a este os recursos designados no Artigo 73 da referida Lei. O que se lhe comunica para sua intelligencia. Palacio do Rio de Janeiro em 29 de Março de 1830. — Marquez de Caravellas. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 78, 8 de Abril de 1830.*

PORTARIA DE 29 DE MARÇO.

Imp. avulso.

Tendo sido presente a S. M. o I. o Officio da Camara Municipal da Cidade de Cabo Frio, datado de 19 de Janeiro deste anno, no qual pede se lhe declare quem deve acompanhar os Fiscaes nos exames e correições a que estes tem de proceder, e igualmente os meios com que poderá obrigar o seu Procurador a cumprir os seus deveres, quando nelles fôr omissio: Manda o mesmo A. S., pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar á referida Camara que, pelo que respeita á primeira parte, os Fiscaes não precisam de companhia para o desempenho das obrigações de que os encarrega o Artigo 85 da Lei do 1º de Outubro de 1828; quando porém a occorrença dos negocios seja tal, que careção indispensavelmente de auxilio para o seu expediente, deverá a referida Camara nomear aquelles Ajudantes de Porteiro que forem necessarios, para o que se acha autorisada pelo Artigo 82 da citada Lei; e pelo que toca á 2ª, quando não seja sufficiente a inspecção dos Fiscaes para activar o Procurador no desempenho dos seus deveres, a Camara o pôde a isso compellir com penas que lhe comine nas suas Posturas, e mesmo demitti-lo por suas deliberações e accordãos, quando aquelle meio se mostrar inefficaz, e o Procurador incorrigivel; precedendo todavia a necessaria prova e audiencia do mesmo Procurador, e ficando livres a este os recursos designados no Artigo 73 da referida Lei. O que assim se lhe comunica para sua intelligencia, e em solução ao dito Officio. Palacio do Rio de Janeiro em 29 de Março de 1830. — Marquez de Caravellas. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 78, 8 de Abril de 1830.*

PORTARIA DE 29 DE MARÇO.

Imp. avulso.

Tendo subido á Augusta Presença de S. M. o I. o Officio da Camara Municipal da Cidade de Cabo Frio, datado de 18 de Janeiro deste anno, participando que, havendo muitas pessoas que occupam terrenos pertencentes á mesma Camara, e nelles tem já construido edificios, sem todavia acharem munidas do competente titulo de aforamento, entra em duvida se essas pessoas deverão sujeitar-se ao que dispoem os Artigos 42 e 43 da Lei do 1º de Outubro de 1828, pondo-se em praça os referidos terrenos, ou se basta que se lhes arbitrem somente os fóros, e se lhes confiram esses Titulos: Manda o mesmo A. S., pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar á referida Camara que, não ordenando a citada Lei que os aforamentos se fação em publico, a quem mais der, como dispõe a respeito das vendas e arrendamentos, e sendo antes muito conveniente que, para aquelles, estabeleça hum preço razoavel, com a devida attenção ás circumstancias do tempo e dos lugares, não tem lugar a duvida que offerece, cumprindo portanto que proceda na fôrma que fica indicada. O que se lhe participa para sua intelligencia. Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Março de 1830. — Marquez de Caravellas. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 78, 8 de Abril de 1830.*

AVISO DE 29 DE MARÇO.

Imp. avulso.

S. M. o Imperador Ha por bem que V. S. faça organizar e remetter quanto antes a esta Secretaria de Estado huma conta da qual conste: 1º, a despeza feita em todo o anno de 1829, com os côrtes de madeiras, suppridos por essa Intendencia; 2º o que produzirão os mesmos côrtes em o mesmo espaço de tempo; 3º, a despeza feita com os transportes empregados na conducção das madeiras para o Arsenal; e 4º, finalmente, a differença que resulta da comparação daquellas despesas com o valor das madeiras recebidas, afim de se conhecer das vantagens ou prejuizo da Fazenda com taes estabelecimentos. O que participo a V. S. para sua intelligencia e execução. Deos Guarde a V. S. Paço em 3 de Abril de 1830. — Marquez de Paranaguá. — Sr. Luiz da Cunha Moreira. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 78, 8 de Abril de 1830.*

AVISO DE 31 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

Ilm. e Exm. Sr. — S. M. o I. heuve por bem transferir, para o dia segunda-feira 5 de Abril, o Beija-Mão que devia ter lugar no dia 4, pelo Anniversario Natalicio de S. M. Fidelissima a Sra. D. Maria II. O que participo a V. Ex. para sua intelligencia. — Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 31 de Março de 1830. — Marquez de Caravellas. — Sr. Barão de...

AVISO DE 31 DE MARÇO.

Manuscripto authenticico.

Havendo S. M. o Imperador accitado a cessão que fizera o Bispo Capellão Mór do restante das casas do Aljube para ser reunido á outra parte que serve já de prisão civil, a fim de se dar mais alguma commodidade aos infelizes que nesta se achão, e cumprindo, na conformidade da proposta daquelle prelado, que no mesmo edificio se reserve huma casa separada dos mais presos, onde possam estar em custodia debaixo da guarda e responsabilidade do carcereiro, os ecclesiasticos que fõrem remettidos por ordem de seus respectivos juizes: Ordena o mesmo Augusto Senhor que V. S. assim o faça saber ao referido carcereiro, por quem V. S. mandará tambem receber as chaves do restante do edificio cedido, e que, verificada esta recepção, faça V. S. proceder ao levantamento da planta da obra que nelle convém fazer-se com o competente orçamento da despesa, e remetta a esta Secretaria de Estado, para ser presente a S. M. Deos guarde a V. S. Paço, em 31 de Março de 1830. — Visconde d'Alcantara. — Sr. Bernardo José da Gama.

AVISO DE 31 DE MARÇO.

Manuscripto authenticico

Exm. e Rmo. Sr. — Levando ao conhecimento de S. M. o Imperador a cessão que V. Ex. fez do restante da casa do Aljube para ser reunida á outra parte que serve já de prisão, e dar-se assim mais largura a esta para maior commodidade dos presos, foi o Mesmo Senhor servido aceita-la, na conformidade do proposta de V. Ex., ordenando-me que em seu Imperial Nome louve a V. Ex. esta prova do seu zelo e caridade para com aquelles infelizes. Participo portanto a V. Ex. que ficão expedidas as ordens necessarias, assim ao Chanceller, que serve de Regedor, para fazer receber pelo Carcereiro as chaves do restante do edificio cedido, e conservar nelle huma casa separada dos mais presos, onde, por ordem dos respectivos Juizes, possam ser recolhidos os ecclesiasticos que ficarão debaixo da guarda e responsabilidade do sobredito Carcereiro, como á Repartição da Fazenda, para entregar annualmente á pessoa autorizada por V. Ex. as quantias de 400\$ para a residencia do seu Vigario Geral, de 200\$ para a de Capellão da cadeia, de 200\$ para huma casa em que trabalhe o Escrivão e se guarde o cartorio do Juizo Ecclesiastico, até que, com a moção dos presos para outro qualquer edificio, possa ser o actual restituído a V. Ex. Paço, em 31 de Março de 1830. — Visconde d'Alcantara. — Sr. Bispo Capellão Mór. — *Acha-se a fl. 118 vs. do Liv. 10 da Corte na Secretaria da Justiça.*

Cessão feita, aos 24 de Março de 1830, pelo Rev. Bispo Capellão Mór.

De boa vontade cedo ao Governo de S. M. I. todas as casas do Aljube e terreno pertencentes a esta mitra para servirem de cadeia publica desta

cidade, tem interinamente, enquanto o mesmo Governo não tiver preparado outro edificio mais vasto e em lugar mais adaptado para huma boa prisão. Cedo igualmente e remetto toda a renda que se devia ter vencido no espaço de 22 annos, em que parte das ditas casas do Aljube tem sido occupadas pelo Governo. Mas nem o zelo nem a honra com que eu devo administrar os bens da propriedade da Igreja, nem a Justiça do Governo de S. M. permittem que eu deixe de requerer algumas indemnisações, visto que, por esta minha cessão que faço em beneficio publico, ficão juntando e usando os fins e os estabelecimentos por que os Bispos meus antecessores edificarão as casas do Aljube, fins e estabelecimentos approvados e louvados pelos Reis que então governavão o Brazil, estabelecimentos indispensaveis para o bom regimen deste Bispado, que eu não posso desprezar sem ser perjuro, indigno do meu officio e character sagrado. Tacs são as indemnisações seguintes:

1°. Huma pensão annual de 400\$ réis de hoje em diante para pagar as casas de residencia do Vigario Geral que até agora não teve outra, e não pôde ter outra remuneração da Mitra senão nas cedidas casas do Aljube.

2°. Huma pensão annual de 200\$ réis de hoje em diante para casa de residencia do Capellão que diz missa aos presos que são catholicos e lhes presta outros soccorros espirituaes, sem despesa alguma do estado, e que a maior vantagem que tinha era morar nas cedidas casas do Aljube.

3°. Huma pensão annual de 200\$ réis de hoje em diante para pagar huma casa sufficiente em que trabalhe o Escrivão e se guarde o cartorio do Juizo Ecclesiastico que agora vão ser expulsos das cedidas casas do Aljube.

4°. Que entre as mais partes do edificio do Aljube se reserve huma casa limpa e separada dos mais presos, em que se possa ter em custodia algum ecclesiastico que fôr mandado por seus juizes competentes, aos quaes responderá em tudo e por tudo o Carcereiro Geral da cidade.

5°. Quando o Governo quizer largar as ditas casas e terreno do Aljube, não será a Mitra obrigada a pagar os reparos e concertos que se tiverem feito para a conservação e melheramento do mesmo predio, mas sómente os novos accrescentamentos que sejam muito notaveis ou fação hum predio distincto. Rio de Janeiro, 24 de Março de 1830. — Bispo Capellão Mór. — *Acha-se a fl. 116 v. do Liv. 10 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 1 DE ABRIL.

Manuscripto authenticico.

S. M. o Imperador manda remetter a Vm. os inclusos requerimentos e documentos annexos dos presos de Justiça existentes na prisão civil da Ilha das Cobras, em que se queixão do rigor com que os trata o Governador interino da mesma fortaleza Manoel Joaquim do Valh, e ha por bem que Vm. faça alliviar os incommodos dos supplicantes quanto fôr compativel com a segu-

rança dos mesmos. Deos guarde a Vm. Paco, em 1 de Abril de 1830. — Visconde d'Alcantara. — Sr. Desembargador Corregedor do crime da Corte e Casa. — *Acha-se a fl. 118 do Livro 10 da Corte na Secretaria da Justiça.*

DECRETO DE 10 DE ABRIL.

Coll. Plancher.

Tendo a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional feito subir a Minha Augusta Presença o projecto que havia formado de estabelecer nesta Corte Escolas Normaes de diferentes disciplinas, das quaes os Agricultores e Artistas do Brazil possam receber huma regular e methodica instrucção, para se aperfeiçoarem nos ramos a que se applicão; sendo as ditas Escolas dirigidas gratuitamente por seus Socios effectivos, pedindo-Me para esse fim a Minha Imperial Approvação, essendo evidente a utilidade que resulta ao Commercio, e á industria em geral, de huma tão acertada medida, que assaz influe para a economia, melhoramento, e facilidade da mão d'obra: Hei por bem, Louvando a sobredita Sociedade por tão vantajosa e patriótica empreza, Approvar o estabelecimento das mencionadas Escolas, que serão regidas pelos Lentes que por ella Me foram propostos, e que constão da relação que com este baixa assignada pelo Marquez de Caravellas, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessários. Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Abril de 1830, no dia da Independencia e do Imperio. — Com a Rubrica de S. M. I. — Marquez de Caravellas.

RELAÇÃO dos Lentes das Escolas Normaes estabelecidas nesta Corte pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, a que se refere o Decreto da data desta.

O Capitão Joaquim José Rodrigues Torres, Lente de Geometria e Mecanica applicada ás Artes. Frei Custodio Alves Serrão, Lente de Chimica applicada ás Artes. O Capitão Candido Baptista de Oliveira, Lente de Physica e Astronomia. Manoel Felisardo de Souza e Mello, Lente de Arithmetica, Algebra e Geometria applicada ás questões de Commercio e Agrimensura. José Martins da Cruz, Lente de Botanica applicada á Agricultura. — Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Abril de 1830. — Marquez de Caravellas.

AVISO DE 16 DE ABRIL.

Coll. Plancher.

• Illm. e Exm. Sr. — Tendo Sua Magestade o Imperador, por Decreto de 10 do corrente, Approvado o Projecto que a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional fez subir á sua Augusta Presença, sobre o estabelecimento de Escolas Normaes de diferentes Disciplinas, em beneficio dos Agricultores e Artistas deste imperio; e De-

terminado, por aviso da mesma data, que as ditas Escolas tenham exercicio nas casas por baixo do Museo Nacional e Imperial desta Corte que possam dispensar-se, e forem para aquelle fim necessárias, servindo-se os Lentes de Chimica e Physica dos instrumentos que existem no Laboratorio do mesmo Musco, assim o participo a V. Ex., para que haja de o fazer constar á referida Sociedade, Deos Guarde a V. Ex. Paco 16 de Abril de 1830. — Marquez de Caravellas. — Sr. Visconde d'Alcantara.

Sobre este mesmo objecto se expedirão, no dia 10, as competentes Ordens a Fr. Custodio Alves Serrão, Director do Museo Imperial e Nacional.

RESOLUÇÃO DE 21 DE ABRIL.

Manuscripto authentic.

Remetterão-se ao Tribunal da Junta do Commercio requerimentos de Negociantes Nacionais que pedem pagamento de prejuizos soffridos em seu commercio da Costa d'Africa pela tomada de navios seus, assim de que o mesmo Tribunal promovesse com efficacia a liquidação deste negocio, passando-lhes o titulo a que tivessem direito. O Deputado Inspector da Contadoria do Tribunal respondeu: Muitos armadores do Brazil que havião soffrido perdas por capturas feitas de 1812 em diante pelos Inglezes em navios empregados no trafico da escravatura, fizeram a conta dellas arbitrando lucros presumidos, e mandarão os autos para Londres a fim de ali as reclamarem. Nada tendo obtido, passou o negocio a ser ministerial, e o Governo Britannico pôz á disposição do Senhor D. João VI. 500,000 Lib. que dexião ser entregues com seus juros dous annos depois do ajuste. Tendo voltado de Londres os autos, requerêrão ao Governo que mandasse passar letras sobre Londres na importancia das 500,000 Lib. para seu embolso, á vista de hum mappa formado sobre os ditos autos em que repartião entre si a referida quantia, obrigando-se a indemnizar aos seguradores do que tinham pago, aos Capitalistas de dinheiro de risco, marinheiros, carregadores, particulares, e mesmo armadores, cujos autos não tinham apparecido. A Junta consultou favoravelmente, posto ter eu sido de parecer contrario, por não merecer o mappa fô alguma, e julgar de absoluta necessidade, que cada hum dos prejudicados, justificasse legalmente o seu prejuizo real desembolsado, repartindo-se por elles o excedente, segundo as ptovas. Resolvida a Consulta como parecia á Junta, foi José Tavares Franca (procurador de alguns armadores da Bahia, posto que se dizia de todos) pedir perdão ao Senhor D. João VI. de O haver enganado, por ter elle excedido os poderes de seus constituintes, e ser o mappa exagerado. Reconhecendo-se que as procurações de Tavares davão só poderes para requerer, devendo ser as letras passadas á ordem de seus constituintes, baixou a Resolução de Consulta de 22 de Dezembro de 1817, declarando não merecer o mappa

de alguma; ordenando a nomeação de árbitros para examinar os documentos, e conhecer-se a perda real desembolsada, para ser julgada por sentença, solvidas as dúvidas, e marcando o prazo de hum anno para se legitimarem quaesquer pessoas, afim de receberem o que lhes pertencesse, preservando o direito depois deste prazo. Pela Resolução de consulta de 10 de Fevereiro de 1819 (*), foi prorogado por mais tres annos. Por outra de 24 de Janeiro de 1821 (**), se ordenou que inteirado os saques até a somma de 307,612 L. 2 s. 7 d. para preencher o pagamento dos capitães e lucros de 30 por cento, se suspendesse ulterior emissão de novos saques, passando a ficar á disposição do Ministro em Londres os fundos restantes, inclusive 26,989 L. 11 s. 7 d. de capitães e lucros de pequenas carregações e soldadas, que seriam satisfeitos pela Fazenda Publica, quando devidamente reclamadas. Por esta Consulta (que foi para Lisboa), se vê que ficrão perdidos os ultimos 12 por cento. Por Portaria de 16 de Abril de 1821, se mandou fazer terceiro e ultimo dividendo dos 12 por cento, que lhes pertenciação de seus capitães, para serem pagos pelo Erario; e pela de 7 de Fevereiro de 1822 se mandarão passar letras sobre os procuradores do Banco em Londres, por constar no Rio que não tinham cumprido a disposição da Resolução citada de 24 de Janeiro de 1821. Sabendo-se porém deste cumprimento antes de remetidas, e depois de negociadas muitas dellas, facto que as tornava incobráveis em Londres; huns desfizerão o negocio, outros porém as remettirão. Em Resolução de Consulta de 30 de Agosto de 1822, se mandou que a Junta passasse Provisões de habilitação para os prejudicados obterem a cobrança da pessoa ou repartição fiscal a que fosse levado aquelle Capital, attenta a insolvabilidade indicada. Voltarão as Letras protestadas de Londres e Lisboa. Parece, portanto, que os Supplicantes tem só direito a receber do Thesouro os 12 por cento do terceiro e ultimo dividendo, na conformidade da Portaria citada.

(*) Incorporada no Edital de 15 do mesmo mez e anno.

(**) Aviso de 24 de Janeiro de 1821.

Manuscripto authentic.

Pelas copias que inclusas remetto a V. Ex., lhe será constante não só o estado da conta das 300 mil lib. esterl. e seus respectivos juros, preenchidos os saques para o pagamento dos capitães e lucros de 30 por cento aos interessados nas embarcações apresadas pelos cruzadores britannicos, mas tambem a Resolução que El-Rei Nosso Senhor foi servido tomar sobre Consulta da Real Junta do Commercio de 23 do corrente, mandando suspender a missão de novos saques, e pôr á disposição do seu Ministro em Londres os fundos que restarem comprehendida a importancia de capital e lucro das pequenas carregações e soldadas, cujos donos, quando apparecerem, poderão receber as quantias que lhes pertencerem pela Administração da Real Fazenda naquella capital ou aqui, como então melhor convier. A estes fundos, unido se a importancia de humas das letras de 6.000\$ que se mandarão pela Não Ingleza, segundo o que V. Ex. me fez a honra de segurar na conferencia que tivemos hontem, a parte que deve caber ás tropas em Portugal, e da somma paga pelo Governo Inglez para o Exercito Portuguez, depois de deduzidas, tanto a parte que pertence ao Marechal-General, junto a Real Pessoa, como a das Tropas da Divisão de Voluntarios Reaes e as destacadas neste Reino que devem receber pontualmente a sua quota, ficará a missão de Londres em estado de poder por agora nesta primeira mudança satisfazer os pagamentos do Corpo Diplomático e mais despesas que estão a seu cargo. Pelo que, fazendo V. Ex. esta communicação, tenho de rogar-lhe haja de fazer expedir pela Repartição do Real Erario as ordens que são necessarias, de perfeito accordo com as que vou dirigir neste sentido, pela parte que me compete por esta Secretaria de Estado. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 24 de Janeiro de 1821.—Conde de Palmella.—Sr. Thomaz Antonio Villa-Nova Portugal.—*Acha-se a fl. 48 do L. 11 do Registo da Corte na Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, e por Certidão a fl. 128 v. e 129 dos Autos, entre partes Raymundo Jose Meneses Froes e a Fazenda Nacional.*

Portaria de 7 de Fevereiro de 1822.

Manuscripto authentic.

O Principe Regente, deferindo a supplica dos Negociantes interessados nas trezentas mil libras esterlinas, estipuladas pelo Governo Inglez para indemnisação dos Navios apresados na Costa d'Africa, Manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, remetter á Real Junta do Commercio deste Reino do Brazil o requerimento que dirigirão á sua Augusta Presença, afim de que o mesmo Tribunal prosiga na continuação das letras sobre Londres contra os recebedores daquella quantia a favor dos mesmos interessados, pela mesma maneira por que se expedirão as outras letras. Paço, em 7 de Fevereiro de 1822.—José Bonifacio de Andrada e Silva.

sando a ficar á disposição do Ministro em Londres os fundos restantes, inclusive 26,989 L. 11 s. 7 d. de capitães e lucros de pequenas carregações e soldadas, que seriam satisfeitos pela Fazenda Publica, quando devidamente reclamadas. Por esta Consulta (que foi para Lisboa), se vê que ficrão perdidos os ultimos 12 por cento. Por Portaria de 16 de Abril de 1821, se mandou fazer terceiro e ultimo dividendo dos 12 por cento, que lhes pertenciação de seus capitães, para serem pagos pelo Erario; e pela de 7 de Fevereiro de 1822 se mandarão passar letras sobre os procuradores do Banco em Londres, por constar no Rio que não tinham cumprido a disposição da Resolução citada de 24 de Janeiro de 1821. Sabendo-se porém deste cumprimento antes de remetidas, e depois de negociadas muitas dellas, facto que as tornava incobráveis em Londres; huns desfizerão o negocio, outros porém as remettirão. Em Resolução de Consulta de 30 de Agosto de 1822, se mandou que a Junta passasse Provisões de habilitação para os prejudicados obterem a cobrança da pessoa ou repartição fiscal a que fosse levado aquelle Capital, attenta a insolvabilidade indicada. Voltarão as Letras protestadas de Londres e Lisboa. Parece, portanto, que os Supplicantes tem só direito a receber do Thesouro os 12 por cento do terceiro e ultimo dividendo, na conformidade da Portaria citada.

Parece ao Tribunal que os pretendentes se não podem considerar credores do Imperio, nem ter recurso em garantia com pretexto do protesto da Letra passada em consequencia da Portaria de 7 de Fevereiro de 1822, porque não derão o valor della ao Thesouro, ou ao mesmo Tribunal; constituindo ella apenas, por direito cambial, mera procuração para a cobrança de sua importancia, não admitindo por isso valido endosse de valor recebido: que, havendo os Supplicantes solicitado autorisação em favor do portador para receber a quantia sacada, contra a Resolução de 10 de Dezembro de 1821, insistindo ser pagos pelos recebedores dos fundos, e não pelo Thesouro do Brazil, he manifesta a injustiça com que, em contravenção ao proprio facto e com exorbitancia dos termos da Letra, requerem indemnisação dos prejuizos causados pela Ordem de S. M. F. que fez differente disposição destes fundos, quando estavam tão convencidos de que, em virtude da mesma Letra, só pelos ditos fundos ou seus desviadores, podião ser indemnizados; que na sua representação allegão ter reclamado a respectiva satisfação do Governo de Portugal. Conclue, finalmente, que esta pretensão he tão odiosa qual a de Negociantes Nacionais que pretendessem indemnisação das capturas feitas pelos Corsarios na ultima guerra com Buenos-Ayres; que, quando entrasse em duvida, podia sómente ser decidida pelo Corpo Legislativo. Aos Deputados João Rodrigues Pereira de Almeida, João Antonio Rodrigues de Carvalho e José Antonio Lisboa pareceu, que o Governo podia, como fez, dispôr das 300.000 Lib. pagando os valores recebidos em

Londres, o que se reduzia rigorosamente a hum contracto cambial, mais obrigativo para o mesmo Governo, que de propria autoridade o celebrou, do que para os prejudicados, que serão obrigados a convir; mas nunca deixar a estes na incerteza e delongas de pagamentos. O principio, de que o Governo ficava devedor, e os prejudicados credores da quantia, de que dispôz, deu origem ao Aviso de 16 de Abril de 1821 (*), roba-

rado e confirmado por S. M. I., em Resolução de 10 de Dezembro do mesmo anno. Nunca diligencia dos credores para obterem pagamento pôde ser damnosa au seu direito, e nem tão pouco a petição das Letras, tanto porque era de sua natureza a reversão, não sendo pagas, como porque o facto da petição não induz obrigação de ceder a ella. O pagamento pois dos valores e prejuizos he só capaz de extinguir a responsabili-

(*) *Aviso de 16 de Abril de 1821,*

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr.—El-Rei Nosso Senhor, attendendo ao que lhe representarão os interessados na indemnisação estipulada com a Corte de Londres, pela Convenção de 22 de Janeiro de 1815, a favor dos prejudicados nas presas feitas pelas forças navaes britannicas, com o motivo de illicito trafico de escravatura, Ha por bem que a Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação deste Reino do Brazil e Dominios Ultramarinos, mandando proceder quanto antes á liquidação dos restantes, depois de satisfeitos todos os saques passados pelo seu Deputado Inspector da Contadoria, restante que pela Real e Immediata Resolução de 24 de Janeiro proximo passado, de Consulta do mesmo Regio Tribunal, em data de 23 do mesmo mez e anno, foi posto á disposição do Enviado de S. M. na Corte de Londres, conclua o primeiro dividendo de capitães, e o segundo de lucros a razão de 30 por cento a pessoas que, legalisado ulteriormente seu direito, se acharem ainda por satisfazer, e das sobras se passe a fazer hum terceiro dividendo, dando-se a cada hum dos legitimados os competentes titulos, para serem embolsados pelo meu Real Erario. O que participo a V. Ex.—Paço, em 16 de Abril de 1821.—Silvestre Pinheiro Ferreira.—Sr. Visconde de Asseca.

Resolução de 24 de Janeiro de 1821.

Manuscripto authenticico.

Inteirados os saques até á somma de 307,612 libras esterlinas, 2 soldos e 7 dinheiros, para preencher, na conformidade das Minhas Reaes Ordens, o pagamento dos capitães e lucro de 30 por cento aos interessados: Sou Servido que se suspenda a ulterior emissão de novos saques, passando a ficar á disposição do meu Ministro Plenipotenciario em Londres os fundos que restarem, comprehendidas as 20,989 libras esterlinas, 11 soldos e 7 dinheiros, em que importão os capitães e lucros das pequenas carregações e soldadas, as quaes mandarei satisfazer pela minha Real Fazenda á proporção que forem devidamente reclamadas pelos respectivos proprietarios. Palacio da Boa Vista, 24 de Janeiro de 1821.—Com a rubrica de El-Rei Nosso Senhor.

Resolução de 10 de Dezembro de 1821.

Manuscripto authenticico.

Como parece aos Deputados Leonardo Pinheiro de Vasconcellos, José da Silva Lisboa, Marianno José Pereira da Fonseca, José Manoel Placido de Moraes, por se fundar o seu parecer na Resolução definitiva de S. M. de 24 de Janeiro, e no Aviso Regio de 16 de Abril do anno corrente, a que os Supplicantes se resignarão, que não foi revogada nem o pôde ser agora sem hum manifestada desobediencia ás Ordens de S. M., tomadas e decretadas com conhecimento de causa e do estado do negocio. Paço, em 10 de Dezembro de 1821.—Com a rubrica de S. A. R. o Principe Regente.—Francisco José Vieira.

Parece aos Deputados Leonardo Pinheiro de Vasconcellos, José da Silva Lisboa, Marianno José Pereira da Fonseca e José Manoel Placido de Moraes, que, á vista do que foi determinado por S. M. na sua Real Resolução de 24 de Janeiro deste corrente anno, e não derogado pelo posterior Aviso de 16 de Abril, se acha o

mesmo inhibido de expedir novos saques sobre os correspondentes do Banco do Brazil em Londres, para serem os Supplicantes pagos do terceiro dividendo, a que lhes deu o direito a Real Resolução de 24 de Julho de 1820; mas que, pela applicação dada aos fundos restantes naquella Capital, ficou o pagamento dos Supplicantes a cargo do Thesouro Nacional, comtudo, consta da referidas Ordens Regias que sobem com esta Consulta a Real Presença de V. A. R. Além dessas razões tendentes a mostrar que o Tribunal não está já autorizado a mandar proceder a semelhantes saques, se offerecem outros muitos ponderaveis, que se oppoem á sua expedição que passão a expôr. Pela nova forma que deu o citado Aviso de 16 de Abril a este pagamento, ficou inteiramente dependente do soberano arbitrio de S. M. a livre disposição dos referidos fundos, para serem destinados áquelles fins que o mesmo Augusto Senhor julgar mais convenientes; não consta que fosse contra-mandado o destino que lhe marcou a Real Resolução de 24 de Janeiro; portanto, ou elles tenham essa ou outra qualquer applicação que fosse mais da Real Vontade, não podem os Supplicantes aspirar serem pagos por estas quantias, sem hum expressa determinação de S. M. O que os Supplicantes expõem em seus requerimentos sobre a opposição dos correspondentes do Banco em entregar ao Enviado Portuguez as sommas que tem nas suas mãos, só prova a formal e reprehensivel desobediencia destes Negociantes ao cumprimento das Reaes Ordens; o Ministro que deu parte deste acontecimento ao Thesouro desta Provincia, como informa o Deputado Inspector da Contadoria, com igual razão á ter á dado ao Ministerio de S. M. em Lisboa, e então he muito provavel que se lhe expedisse competentes ordens para compellir aquelles depositarios a effectiva entrega do dinheiro; tanto mais que o Ministro de Estado que assignou o mencionado Aviso de 16 de Abril he actualmente hum dos membros do dito Ministerio, e portanto, está no caso de informar, com todo o conhecimento de causa, a S. M. sobre o modo com que aqui se ultimou este negocio. Segue-se, pois, do que fica exposto, que a existencia dos referidos fundos, nas mãos dos correspondentes em Londres, a esta hora, he muito duvidosa; mas, suppondo mesmo que disto havia toda a certeza, nunca poderiam ter lugar os novos saques que ora pedem os Supplicantes, sem hum manifesta contravenção das Ordens de S. M., sem se faltar ao respeito que ellas merecem, e sem se envolver este Tribunal em hum responsabilidade indissolvel pela escassez de seus meios pecuniarios, e sem perturbar as justas applicações a que ellas possão estar destinadas.

Além dos motivos expendidos, não pôde o Tribunal expedir as letras para o terceiro dividendo, por não saber o computo que existe em poder dos correspondentes em Londres, ainda que este exista em ser, não se devendo estar por calculo algum, porque, assim como pôde ser de 12 por cento, pôde ser de 9, 5, 4 ou nada, porque, assim como pôde ter havido lucros, pode tambem ter havido perdas, e este Tribunal deve sempre caminhar em seguras bases; portanto, he necessario que pelo Thesouro Publico se lhe passem primeiro as convenientes ordens para darem conta a esta Junta, e então se fazer divisão pelos Supplicantes, conforme as suas respectivas sommas.

Igualmente não podem ser attendidos em requerimentos que dirigirão a esta Junta, pedindo serem indemnizados da differença do cambio que houver, quando se ultimar o ultimo e final dividendo, porque, como os ditos fundos e premios que a elles se tem augmentado com o desconto de Letras em Londres, de que de

dade do Thesouro, quer se considerem estas como rigorosas Letras de valor recebido (como re-

almente foi), quer como procriações, porque todo o evento sinistro recae sobre quem as

vem dar conta os ditos correspondentes, tudo lhes fica pertencendo, nada mais devem pretender.

Parecem ao Deputado José da Silva Lisboa, conformando-se ao voto dos antecedentes Deputados, addir as seguintes razões que lhe persuadem não ser deferivel pelo intendido meio o requerimento dos Supplicantes, que só teria lugar em recurso a S. M., attenta a delicadeza e complicação desta dependencia, e á vista da Resolução de Consulta de 24 de Janeiro e do Aviso de 16 de Abril do corrente anno, a que os Supplicantes dizem se ter resignado, o que era sufficiente para excluir a sua nova e extemporanea reclamação, porquanto:

Os Supplicantes preteção: 1.^a, a existencia do fundo de que pretendem o saque de Letras, por não terem os seus Administradores em Londres executado o Aviso Regio do Ministro de Estado dos Negocios Estrangeiros, em que se mandou pôr esse fundo á disposição do Ministro Plenipotenciario na Corte Britannica; 2.^a, a absoluta justiça a se embolsarem integralmente das perdas das capturas inglezas por tal fundo, que por isso não podia ser dividido para outra applicação; 3.^a, a actual oportunidade do saque, pelo cambio favoravel de que não devem ser privadas.

Ainda que se certificasse por documentos authenticos, o que se não mostra, a falta da execução do dito Aviso, este Tribunal não podia fazer ulterior emissão de Letras, ainda condicionaes, como se lembrou nesta deliberação, estando inhibido de fazer qualquer emissão pelos restrictos termos da dita Resolução de Consulta, e sendo, aliás, contra toda a lei e pratica do Commercio sacarem-se Letras de Cambio, maiormente de tanta importancia de mais de 30,000 libras esterlinas, a que sommo os 12 por cento do principal das 300 mil libras concedidas para o terceiro dividendo, sem a certeza da Provisão, e sobre hum fundo illiquido e já totalmente disposto por quem tinha autoridade, como era S. M. no caso presente.

Nem os Supplicantes se podem fazer titulo pelo irregular e odioso facto de insubordinação dos Administradores subditos da Corôa Portuguesa, e ainda que residentes em Londres, contendo enorme desacato á Real Ordem, emanada da Repartição competente, rednindo a descredito ao Representante da Real Pessoa. Tão pernicioso exemplo por nenhum principio se pôde autorisar; e he de somma indecência a obstrução dos Supplicantes em pretenderem que V. A. R. sancione tal desordem, mandando expedir as Letras; pois que assim, de facto, se annullaria as sobreditas Reaes Determinações de seu Augusto Pai, constituindo-se irrita e de nenhum effeito a ordem tão positiva do referido Aviso, que, aliás, se fundou na anterior Resolução de Consulta, decretada depois de conhecimento de causa do estado do negocio e dos relativos direitos de todas as partes interessadas.

Tanto mais que já pela outra Resolução de Consulta de 8 de Junho de 1818, quando S. M. determinou a emissão das primeiras Letras, ordenou que o seu Ministro Plenipotenciario em Londres intervesse nas operações administrativas do dito fundo, e portanto seus Administradores não podião jámais tergiversar e resistir á nova Ordem Regia sobre a disposição de tal fundo.

S. M., benignamente attendendo á representação ultima dos Supplicantes, quanto ao requerido terceiro dividendo de mais 12 por cento do principal das indemnisações, a titulo de lucros, se reservou o pagamento no Erario desta Capital. He por extremo inconveniente, e excede á competencia deste Tribunal o contestar a justiça desta Real Decisão, quando, aliás, he da prerogativa da Corôa o Poder Executivo, no qual se comprehende tudo que he ligado á execução de tratados, e a dependencias de Negocios Estrangeiros, emquanto o Soberano Congresso não fixar os limites desse poder em constituição definitiva.

Quanto á certa justiça que os Supplicantes se arrego, para serem, com indefinido direito, indemnizados por Letras pagaveis em Londres, o votante submittê á Alta Consideração de V. A. R. as seguintes observações,

que considera elidirem a exorbitancia pretendida, visto que elles não podem requerer mais do que se achia declarado na Convenção de Vienna de 21 de Janeiro de 1815.

Pelo artigo 1.^o do fundo ajustado para as indemnisações ficou inteiramente á disposição de S. M. com a clausula expressa debaixo dos Regulamentos, e pelo modo que ordenasse a satisfação das reclamações feitas. He, portanto, inauferivel a S. M. o direito de fazer esses Regulamentos, e sempre os exerceu conforme as occurrencias.

Pelo artigo 2.^o, e em rigor litteral, os interessados nas reclamações ficarão com direito puro e simplesmente ao pagamento total das 300 mil libras ajustadas entre os Plenipotenciarios da Negociação. Em consequencia, os fundos accrescidos pelas uteis operações do Ministro Inglez e Portuguez ficarão tambem á disposição de S. M., e não sendo fructos naturaes e necessarios daquelle Capital, posto que derivativos d'elle, só por principio equitativo podem ser objecto de dividendo as partes, a titulo de lucros cessantes, ou damnos emergentes; mas, ainda assim, por nenhuma urgente razão juridica devião ser unicamente pagos em Londres, e por via de Letras. Accresce que a questão envolve mais o Direito Politico que o Civil, visto que nem as partes, excepto poucas, obtiverão as suas Sentenças no Juizo Contencioso do Almirantado; antes neste Tribunal da Junta do Commercio, pelas suas mutuas desavenças, recriminações e demoras, derão suspeita de insinceridade, exaggeração de perdas nas respectivas justificações, e não pôde entrar em duvida que a Fazenda Nacional soffrêra tambem gravissima lesão pelas capturas inglezas, e que a Corôa, para obter as indemnisações, se submittêra, pelas circumstancias politicas no Congresso de Vienna, ao sacrificio da renuncia ao trafico da Escravatura ao Norte do Equador. Consta, além disto, que, pelo grande desfalque do reddito das Alfandegas, em consequencia das capturas no juizo do Ministerio e da Mesa do Erario, pareceu ser devida alguma indemnisação ao Thesouro, ao menos pelo dito fundo accessorio, que verosimilmente motivou a Resolução de Consulta de 24 de Julho de 1820, que não se confirmou inteiramente com o parecer do Tribunal, só concedendo ás partes 30 por cento dos lucros do principal, o que era, pouco mais ou menos, equivalente aos juros da Lei, que unicamente se julgão, ainda em causas forenses, de liquidação difficil.

Não pôde, portanto, a Fazenda Nacional incorrer em alguma responsabilidade juridica, pelo modo que S. M. tem feito da disposição do fundo das indemnisações, e muito menos pela casual e não provada circumstancia de ser ora o cambio favoravel para o saque de Letras, recusando os Supplicantes o seu pagamento pelo Erario desta Capital, ainda que tenha havido alteração de seus redditos pela retirada da Corte para Lisboa, pois nenhum direito perfeito lhes assiste para os saques, e em diversas conjuncturas os não exigirão. Nem he crível que nenhum Negociante em seus sentidos haja de negociar as Letras em questão a cambio favoravel aos portadores, sendo notorio estar o fundo em Londres reclamado pelo Ministro ou chefe da Legação Portuguesa. Quanto mais que, pela ordem para o pagamento no Erario, os Supplicantes tem nova garantia que lhes dá segurança contra qualquer falta ou fallencia dos Administradores de Londres.

Parece, portanto, que V. A. R., indeferindo ao requerimento dos Supplicantes, se dignar de mandar que fiquem em sua observancia as determinações de S. M. na referida Resolução de Consulta de 24 de Janeiro e do Aviso de 16 de Abril do corrente anno, e que tambem, em execução effectiva da Resolução de Consulta de 24 de Julho de 1820, se expeção as ordens necessarias para que os Administradores do fundo das indemnisações em Londres remettão logo para o Thesouro desta Capital o restante liquido de sua administração respectiva, com a conta e documentos que a legalisem, affirmado, quanto antes, se pagar aos Supplicantes, conforme

mandon sacar, por ser este o effeito da commissão: o Governo pois, longe de abandonar seus credores, mandando-os solicitar em Paiz estrangeiro aquillo de que forão defraudados pelo mesmo Governo, deve declarar que os fundos convertidos fazem parte da divida Nacional, sem ter contudo attenção a cambios, recambios, e outros prejuizos, que se devem suppôr como calamidade geral pelas extraordinarias circumstancias em que a Nação se tem achado, e quando se julgue que o Governo de Portugal he responsa-

vel pela indemnisação, as reclamações devem ser feitas de Governo a Governo.

Ao Deputado Ignacio Alvares Pinto d'Almeida parece que deve ordenar-se a inteira observancia da resolução de 24 de Janeiro de 1821, considerando-se como ob e subrepticios o Aviso de 16 de Abril do mesmo anno e Portaria de 7 de Fevereiro de 1822, não só porque em Diploma Regio, qual a Carta Regia de 22 de Maio de 1818 (em que se mandava que as sobras ficassem reservadas para a Real Fazenda, como equivalente dos direitos, a que as negociações mallogradas se havião constituido responsaveis), e Resolução de 24 de Janeiro de 1821, só por igual Diploma podião ser revogados, mas also porque nem ao menos se fez expressa menção das Ordens e Resoluções derogadas, e tues Aviso e Portaria forão obtidos 6 dias antes do regresso de S. M. F. para Lisboa, por entre barlhos e confusões inseparaveis destas occasiões, tornando-se assim desnecessaria a difficil liquidação a que se manda proceder, e que só podia levar-se a effeito na conformidade da Resolução de 6 de Maio de 1820, que manda exigir dos correspondentes do Banco em Londres as contas das transacções especulativas feitas sobre 300,000 Lib. e seus lucros. Que os Supplicantes nenhum direito tem ao liquido remanecente, e muito menos para o haverem do Thesouro do Brazil: 1.^o porque as 300,000 Lib. forão dadas para indemnisações, e não para serem repartidas pelos prejudicados; pois que, se o Governo inglez, em lugar de pôr á disposição do Senhor Dom João VI a quantia referida, tivesse convencionado deposita-la em qualquer Repartição lgleza, para receberem della o valor das perdas e prejuizos soffridos, huma vez satisfeito o que legalmente provassem com os lucros correspondentes, nenhum direito terião as sobras: e 2.^o porque, em Resolução Imperial tomada sobre Consulta de 21 de Agosto de 1824, se determina que aos Supplicantes se passem titulos de julgamento para obterem a cobrança da pessoa ou Repartição fiscal (que não foi o Thesouro do Brazil) a que fosse levado o capital em questão, e que, quando, apezar de tudo, os Supplicantes julguem ter algum direito aos remanecentes, devem procurar obter as respectivas contas dos correspondentes do Banco em Londres, e demandar o Governo de Portugal sem novo compromisso ao do Brazil. Rio 7 de Junho de 1828, reformada em 5 de Outubro de 1829.

Resolução. — Como parece a Junta. Paço, 21 de Abril de 1830. Com a Rubrica de S. M. Marquez de Barbacena. — *Acha-se no cartorio actual do Thesouro Nacional.*

PORTARIA DE 22 DE ABRIL.

Manuscripto authenticico.

Tendo levado á Augusta Presença de S. M. o Imperador o officio da Camera Municipal desta cidade datado de 6 do mez antecedente, no qual acerca do requerimento de José Miguel de Bar-

os seus titulos, o terceiro ordenado dividendo, conciliando-se assim o decoro do Governo de S. M. com o interesse de todas as partes interessadas. V. A. R. mandata o que for servido.

Resolução de 24 de Julho de 1820.

Manuscripto authenticico.

Proceda-se á segunda distribuição, a razão de 30 por cento, reservando-se a final distribuição para quando vierem as contas que se devem pedir aos correspondentes do Banco em Londres. Palacio da Boa-Vista, 24 de Julho de 1820. — Com a rubrica d'El-Rei Nosso Senhor.

Consulta de 21 de Agosto de 1824.

Manuscripto authenticico.

Sendo presentes neste tribunal os autos de aprisionamento do Bergantim *Disfarço*, de que era proprietario José Tavares Franca, para serem attendidas as pretensões do mesmo proprietario, relativas aos escravos, e a de D. Maria Victoria Pereira, viuva do Capitão do mesmo Bergantim, José Pereira da Costa, para haver a sua soldada do dividendo das 300 mil libras, entrou em duvida o mesmo Tribunal, e julgou ser do seu dever levar ao conhecimento de V. M. I.

Considerando que a ultima Imperial Determinação de 7 de Fevereiro do anno de 1822, constante da Portaria da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, que acompanha esta por copia, mandava V. M. I. que se continuassem a passar as Letras, segundo o systema antigo e respectivas ordens que vão indicadas na Consulta que sobe no original sobre os Agentes de Londres, e em sua falta sobre aquelles que houvessem recebido o dinheiro, disposição que parece ser digna de alteração, pela notoriedade da alienação daquellas sommas para o Thesouro de Lisboa, depois daquelle epocha, e que, tendo variado as circumstancias pela separação da Independencia, não era coherente expedir Letras sobre hum capital inexistente, sujeitas a hum indispensavel protesto, que serve de desdombro para quem as passa, pois todo o Cidadão cordato se abstém de expôr a sua firma a protestos, quando tem a certeza de que seus mandatos não são realisados, e que não deve recalar sobre o Thesouro Nacional deste Imperio hum tal prejuizo, sendo de parecer o Tribunal que he de absoluta necessidade huma nova determinação, motivada da nova ordem de cousas, e que, satisfazendo-se a obrigação de attender e preferir os direitos dos subditos interessados, que sejam interessados, que sejam decididas as pretensões, conforme o seu bom direito, e que lhe seja dado, em lugar de Letras, hum titulo legal de julgamento que parece ser Provisão de habilitação, como se pratica no Conselho da Fazenda, para obterem a cobrança daquelle pessoa ou repartição fiscal a que fosse levado aquelle capital, pelos meios proprios que lhe possão competir, evitando assim o comprometimento do Governo de V. M. I., que mandará o que for mais vantajoso. Rio, 21 de Agosto de 1824. — Leonardo Pinheiro e Vasconcellos. — José da Silva Lisboa. — José Albano Fragozo. — José Caetano Gomes.

Resolução. — Como parece. — Paço, 30 de Agosto de 1824. — Com a rubrica imperial. — Luiz José de Carvalho e Mello.

ros, que se queixára de não ter havido audiencias do Juiz Almotacé por lhe ter sido vedada a casa, anteriormente para ellas destinada, expõe que, não lhe estando marcada na lei do 1.º de Outubro de 1828 a obrigação de dar casa para o fim referido, antes achando-se determinado no Art. 90 que ficão revogadas todas as leis que impoem ás Camaras obrigações diversas das declaradas naquella, não podia intrometter-se em objectos que lhe fossem alheios, prestando casa ou praticando acto algum respectivo áquella autoridade, com a qual correlação alguma tinha: Manda o mesmo Senhor, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, declarar á sobredita Camara que não são admissiveis as razões em que se funda, porque, sendo a Casa da Camara ou Paço do Conselho tanto sua como dos Almotacés, e dos outros juizes das cidades que nella devem fazer as audiencias na qualidade de Casa Nacional, Ord. Liv. 2 tit. 26 § 11, destinada ao serviço publico das vereações e audiencias, tendo somente a mesma Camara mais que aquellas autoridades o onus de cuidar na boa guarda e conservação della, bem como de todos os mais bens municipaes igualmente sujeitos ao dominio supremo da nação, de que apenas toca aos Vereadores o uso e administração, não deveria privar o sobredito Almotacé da posse em que estava, por isso que, sendo tambem disposto em direito como se deduz da Ord. do Liv. 1 Tit. 49 § 2 e Tit. 58 § 28 Liv. 3 Tit. 19 pro., e do Aliv. de 25 de Dezembro de 1608 § 41, que as audiencias se fação nos lugares publicos ou em casas publicas para ellas destinadas e não nas casas dos Juizes, he que em todas as cidades, villas e julgados do Imperio ha humta estabelecida para esse fim, que se denomina Casa da Camara ou Paço do Conselho, seguindo-se portanto que, não dependendo da concessão ou permissão, ou consentimento das Camaras Municipaes, o continuarem os Almotacés e mais Juizes a fazer as suas audiencias nas casas para isso destinadas, a sobredita Camara, assim como considerou bem que a lei de sua instituição lhe não impunha o onus de admitir os Almotacés a fazerem audiencias, porque de certo nem estes precisavão que se lhes concedesse o que por leis e constante pratica já lhes era concedido, assim como não foi necessario que de novo expressamente se concedesse ás Camaras Municipaes o uso dos paços do Conselho, nem a lei lhe podia incumbir ou conceder o que não he seu, assim tambem deveria considerar que a mesma lei a não autorisava para tomar a deliberação que tomou de privar os Almotacés da casa anteriormente destinada para as audiencias como attribuição sua propria, praticando com isso hum acto arbitrario, por não ter apoio em lei e hum verdadeiro expolio da posse em que estava a referida autoridade, que devera immediatamente ser sanada pela prompta restituição. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Abril de 1830. — Visconde de Alcantara. — *Acha-se a fl. 121 v. do Liv. 10 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 24 DE ABRIL.

Manuscripto authentic.

S. M. o Imperador, a quem foi presente o officio de Vm. datado de 14 do corrente, dando conta das providencias a que mandara proceder sobre as noticias que corrião de terem vindo no brigue «Feliz União», chegado proximamente de Cabinda, 55 pretos livres, e entre elles alguns Regulos, houve por bem ordenar que os sobreditos Africanos, não 19, como do officio do Juiz do Crime, a quem foi incumbida esta diligencia, mas 55, que já se achão em poder do proprietario daquelle brigue, em que insidiosamente forão conduzidos a este porto, sejam todos conservados em deposito, sustentados, tratados e soccorridos de todo o necessario pelo dono da referida embarcação, não só enquanto aqui se demorarem, como mesmo durante o seu transporte para o seu paiz, para cujo fim tem mandado apromptar pela Repartição da Marinha embarcação que ali os vá restituir, devendo entretanto Vm. continuar na mais escrupulosa indagação, afim de descobrir se, além do numero referido, existem mais alguns que devão ter o mesmo destino, e fiscalisar e prover acerca do tratamento de todos, tanto em terra como de tudo o que for necessario para o seu commodo transporte durante a viagem. Deos guarde a Vm. Paço, em 24 de Abril de 1830. — Visconde de Alcantara. — Sr. Desembargador Adjuncto do Intendente Geral da Policia encarregado interinamente do expediente da mesma Repartição. — *Acha-se a fl. 123 do Liv. 10 da Corte na Secretaria da Justiça.*

Na mesma data ao Marquez de Paranaguá para fazer apromptar humta embarcação para levar a Cabinda os 55 Africanos livres acima.

PROVISÃO DE 24 DE ABRIL.

Manuscripto authentic.

O Marquez de Barbacena etc. Faça saber á Junta da Fazenda da Provincia da Bahia que, mandando S. M. Imperial consultar ao Conselho da Fazenda os officios e representações dessa Junta do Presidente da Provincia, e do Desembargador Ouvidor geral do civil da Relação dessa Cidade, tendentes á contestação havida entre essa Junta, e o dito Ministro sobre a recusação deste prestar informações com pareceres exigidos por essa Junta, a quem nega a competente autoridade de ordenar-lhe em materia semelhante: Houve o mesmo Augusto Senhor por bem, conformando-se com o parecer do dito Conselho, determinar, em sua immediata resolução de 14 do corrente mez, se participe á Junta que pelo Ministerio da Justiça se faz constar ao referido Ministro a desapprovação que lhe mereceu a indicada recusação, por ser turbativa da posse em que se achão as Juntas de Fazenda de serem informadas, tanto de facto como de direito, por quaesquer Magistrados, sendo essa posse e costume derivados da sua continuação não interrompida, fundados na boa razão do bem publico e

recta administração dos negócios da Fazenda, porque as leis de 17 de Dezembro de 1790 e 28 de Junho de 1808 autorisam semelhante expediente a respeito do Presidente do Thesouro Nacional, em cujo lugar despachão as mesmas Juntas os negócios da sua particular administração. O que se communica á Junta para sua intelligencia e governo. Alexandre José Pereira Braga o fez no Rio de Janeiro em 24 de Abril de 1830. João Carlos Corrêa Lemos o fez escrever. — Marquez de Barbacena.

RESOLUÇÃO DE 28 DE ABRIL.

Manuscripto authentic.

Por Portaria da Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda do anno proximo passado, mandou V. M. I. remetter a este Conselho, para consultar, o requerimento de D. Maria Ridoinda Vindelina da Silva, do theor seguinte: — Senhor. Diz D. A. R. V. da Silva, da provincia de Minas Geraes, que, pelos documentos juntos, mostra ter o defuncto Capitão D. Pedro Carlos da Fonseca servido os officios de Escrivão do Almo-xarifado, Escrivão do Correio, e Administrador do mesmo na cidade do Ouro Preto, em cujos empregos servio por mais de 25 annos, bem como que foi miliciano, cujas funcções tambem desempenhou exactamente. He hoje fallecido da vida presente o dito Capitão, e a Supplicante ficou viuva com tantos filhos ainda menores e sem meios alguns de os sustentar, vendo-se quasi reduzida a mendigar. Nestes termos, recorre a Supplicante a V. M. I. para que, exercitando com ella a sua Imperial Munificencia, assim como o tem feito a muitas outras pessoas, haja por esmola mandar que se lhe dê, pelo tribunal da Junta da Fazenda, a metade dos ordenados que percebia o seu fallecido marido, ou o que V. M. I. fór servido conceder-lhe annualmente para o seu alimento e da sua miseravel familia. — E. R. M.

Acompanhãrão este requerimento diversas informações e mais documentos que com esta sobem á Imperial Presença de V. M. E. dando-se vista ao Provedor da Fazenda Nacional, respondeu o seguinte: — Parece poder consultar-se com a pensão de 120\$ réis, dependendo da approvação da Assembléa Geral Legislativa. Rio, 14 de Agosto de 1829. — Nabuco.

Ouvido, sobretudo, o Conselheiro Fiscal das Mercês, disse: *Fiat Justitia*. Rio, 26 de Agosto de 1829. — Souza.

O que tudo sendo visto, parece ao Conselho o mesmo que ao Provedor da Fazenda; porquanto, supposto que não haja lei que regule semelhantes mercês pecuniarias, comtudo, estando garantido pela Constituição do Imperio o direito á remuneração dos serviços publicos, o que já era de direito natural, e mostrando-se na presente especie que a supplicante, viuva de hum empregado publico, que bem servira por mais de 21 annos e empregos de responsabilidade, se acha em miseria com o onus de numerosa familia, deve ser favorecida pela disposição do Cap. 2 Tit. 5 Art. 11 da Constituição, que autorisa o governo a

fazer taes mercês, sendo evidente que, se o Governo devesse attender unicamente aos casos marcados em lei anterior e expressa, seria desnecessaria a autorisação dada por tal artigo, tanto mais que a mercê pecuniaria que neste caso se der fica dependente da final approvação da Assembléa Geral.

Ao Conselheiro José Fortunato de Brito pareceu, porém mais succintamente, que, não sendo o deferimento pretendido pela Supplicante senão de graça e pura mercê, comtudo, seria para desejar que ella fosse attendida por piedade e attenção aos serviços prestados pelo marido da Supplicante aos lugares publicos que servio, e ao miseravel estado em que a Supplicante, sobrecarregada de filhos, ficou no estado de sua viuvez.

Ao Conselheiro Escrivão da Fazenda pareceu que, sendo a igualdade na distribuição da Justiça, a primeira e principal obrigação de hum bom governo, se não pôde conceder á Supplicante aquillo que amanhã se haja de negar e se tem negado a outras em iguaes circumstancias, por não serem os taes serviços da classe dos remuneraveis, segundo o direito existente. Se o estado de pobreza da viuva de quaesquer empregados he bastante para se lhes conferirem pensões á custa do Estado, estenda-se a todas essa munificencia por huma lei que regule esta materia, e he isso o que o mesmo Conselheiro entende cumprir fazer-se antes do que conceder taes esmolas de pequena quantia dependentes da approvação do Corpo Legislativo, que convém embarçar-se de taes questoes especiaes para dar-se aos trabalhos legislativos de interesse geral da Nação. Rio, 21 de Abril de 1830, 9^a da Independencia e do Imperio. — Leonardo Pinheiro de Vasconcellos. — José Fortunato de Brito Abreu Souza Menezes. — Francisco Baptista Rodrigues. — Manoel José de Souza França. — Luiz Moutinho Lima Alvares e Silva.

Resolução. — C. mo parece ao Conselheiro Manoel José de Souza França. Paço, 28 de Abril de 1830. Com a rubrica de S. M. I. — Marquez de Caravellas. — *Acha-se Original no cartorio actual do Thesouro Nacional.*

AVISO DE 29 DE ABRIL.

Coll. Plancher.

S. M. o Imperador ha por bem que V. S., logo que as embarcações da Armada Nacional e Imperial se recolherem das commissões para que houverem sahido deste porto, mande immediatamente ajustar as contas das respectivas guardiões, pois que a falta desta providencia se deve attribuir á difficuldade que se encontra em obter marinheiros para o serviço da dita armada. O que participo a V. S. para sua intelligencia e prompta execução.

Deos guarde a V. S. Paço em 29 de Abril de 1830. — Marquez de Paranaguá. — Sr. Luiz da Cunha Moreira.

5 DE MAIO

Coll. Plancher.

Falla de S. M. o Imperador pronunciada na abertura da Assembléa Geral Legislativa, na Sessão Imperial de 5 de Maio de 1830.

Augustos e digníssimos senhores representantes da Nação Brasileira :

Cheio de prazer, venho abrir a primeira sessão da segunda legislatura deste Imperio, e muito folgo podendo annunciar á Assembléa Geral Legislativa o meu consorcio com a Sereníssima Princeza D. Amelia Augusta Eugenia de Leuchtenberg, actual Imperatriz, minha muito amada e prezada mulher.

Com a desejada vinda de minha Augusta Esposa, teve lugar o regresso da joven Rainha de Portugal e Algarves, minha amada e querida filha, que, não abandonando a sua causa, ora se acha debaixo de minha protecção e tutela; e, posto que eu, na qualidade de pai e de tutor, deva defender a causa da mesma Soberana, todavia serei fiel á minha palavra dada á Assembléa de não comprometter a tranquillidade e interesses do Brazil, em consequencia de negocios de Portugal.

Ao vosso cuidado e philanthropia recommendo os emigrados Portuguezes que, tendo precedido e mesmo acompanhado a sua legitima rainha, se achão nesta corte carecidos de soccorros.

Muito me lisongea poder communicar á Assembléa Geral que continuão firmes as relações de amizade e harmonia entre mim e mais Soberanos e estados do hum e outro hemispherio.

Tratados de commercio e navegação com El-Rei dos Paizes Baixos e com os Estados Unidos hei ratificado. Copias authenticas destes actos já vos forão apresentadas pelo meu Ministro da Repartição competente, no fim da ultima sessão da passada legislatura.

Eu me congratulo convosco pelo socego que reina em todos as provincias do Imperio.

O meu Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, na forma que a Constituição manda, vos fará saber os motivos que obrigarão o governo a suspender temporariamente algumas das garantias individuaes na provincia do Ceará.

Vigilante e empenhado em manter a boa ordem, he do meu mais rigoroso dever lembrar-vos a necessidade de reprimir, por meios legais, o abuso que continúa a fazer-se da liberdade da imprensa em todo o Imperio. Semelhante abuso ameaça grandes males; á Assembléa cumpre evita-los.

Os negocios da Fazenda e Justiça, que por mim tantas vezes tem sido recommendados, devem merecer-vos todo o zelo e cuidado que a nação espera encontrar da parte de seus representantes. O melhoramento destes dous tão importantes ramos da publica administração he de hum interesse vital para a prosperidade do Imperio.

O exercito e marinha não podem deixar de merecer tambem a vossa attenção; aquelle carece de huma organização vigorosa e regular, esta

requer algumas reformas indispensaveis. A situação geographica do Imperio aconselha como prudente e necessaria a conservação de forças, tanto de mar como de terra.

O trafico de escravidão cessa, e o governo está decidido a empregar todas as medidas que a boa fé e a humanidade reclamão para evitar a sua continuação, debaixo de qualquer forma ou pretexto que seja; portanto, julgo de indispensavel necessidade indicar-vos que he conveniente facilitar a entrada de braços uteis. Leis que autorizem a distribuição de terras incultas e que afiancem a execução dos ajustes feitos com os colonos serão de manifesta utilidade e de grande vantagem para a nossa industria em geral.

A educação da mocidade, que tem constantemente sido o objecto da minha imperial solicitude, requer toda a vossa attenção. He mister que os principios da Religião Catholica Apostolica Romana, que professamos, e que os preceitos da moral christã sejam cuidadosamente ensinados e praticados nas escolas elementares em todo o Imperio. Eu deixo á consideração desta Assembléa as recommendações que acabo de fazer-lhe. Confio na sabedoria e patriotismo que devem presidir aos trabalhos da presente sessão, e que podem attrahir sobre os legisladores as benções de todo o Brazil reconhecido.

Augustos e digníssimos senhores representantes da nação, conto com a vossa cooperação. Mostrai que sois Brasileiros, que só tendes em vista o interesse geral do Brazil, a consolidação do systema monarchico-constitucional representativo, e o esplendor de meu Imperial Throno.

Está aberta a sessão.

IMPERADOR CONSTITUCIONAL E DEFENSOR PERPETUO DO BRAZIL.

AVISO DE 6 DE MAIO.

Manuscripto authentic.

S. M. o Imperador manda remetter a Vms. a copia inclusa do decreto de 4 do corrente, pelo qual, annuindo á representação de Vms., houve por bem encarrega-los da guarda e direcção dos depositos desta corte que d'antes estavam a cargo do Banco do Brazil, afim de que Vms. hajão de solicitar, pelo Thesouro Nacional, a expedição das ordens para se verificar a entrega dos depositos existentes no Banco, e que se lhes designe o edificio onde, na conformidade do dito decreto, deve ser recolhido no cofre respectivo, na intelligencia de que por esta Secretaria de Estado se tem, nesta data, officiado ao Thesouro para o mesmo fim. Deos guarde a Vms. Paço, em 6 de maio de 1830. — Visconde de Alcantara. — Srs. Antonio José de Castro, Thomaz José de Castro e Bernardo Joaquim Pereira de Affonseca. — *Achase a fl. 124 do Liv. 10 da Corte, na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 10 DE MAIO.

Manuscripto authentic.

Achando-se prompta e prestes a sahir deste porto, no termo de 4 ou 5 dias, a barca-escuna

«Despique Paulistano», destinada a conduzir os pretos que tem de regressar para a costa d'Africa, e de que tratou o aviso de 24 do mez passado: Ha S. M. o Imperador por bem que V. S. se entenda a tal respeito com o Commandante da referida barca, não só para os fazer quanto antes embarcar, como para providenciar relativamente aos seus commodos, participando aos proprietarios dos brigue-escunas «Feliz União e Vila do Dio» que o seu sustento na viagem será supprido pela Repartição da Marinha, de que se lhes apresentará a conta para ser por elles paga. Deos guarde a V. S. Paço, em 10 de maio de 1830.—Visconde de Alcantara.—Sr. Desembargador Ajudante da Intendencia Geral da Policia, encarregado interinamente do expediente da mesma Repartição. — *Acha-se a fl. 120 v. do Liv. 10 da Côrte.*

Na mesma data se communicou ao Marquez de Paranaguá.

AVISO DE 11 DE MAIO.

Manuscripto authentic.

Sendo presentes a S. M. o Imperador os officios de V. S. de 22 do mez passado, e o que lhe dirigio o Juiz de Paz da Freguezia de S. José no dia antecedente, deprecando hum Official para notificar as 42 testemunhas que lhe forão requisitadas pelo Juiz do Crime dos bairros de S. José e Sé para huma devassa e summario a que está procedendo, ha o mesmo Augusto Senhor por bem mandar responder a V. S. que nem os Juizes criminaes devem requisitar testemunhas aos Juizes de paz para a formação dos processos, sendo no caso de serem estas moradores em freguezias distantes do assento dos ditos Juizes Criminaes, e por essa causa difficil aos Officiaes de seus juizos fazer as notificações, como claramente se deduz do aviso de 10 de Março ultimo, o que se não verifica no presente em que as testemunhas devem ser moradores nesta Côrte; nem ao Juiz de Paz cumpre officiar a V. S. que lhe assigne Official para fazer as diligencias de que houver de encarrega-lo, porque tem os que a lei assignou, e todos os mais facultados pelo aviso de 12 de Fevereiro deste anno. Deos guarde a V. S. Paço, em 14 de Maio de 1830.—Visconde d'Alcantara.—Sr. Bernardo José da Gama.—*Acha-se a fl. 126 v. do Liv. 10 da Côrte citudo.*

AVISO DE 14 DE MAIO.

Manuscripto authentic.

S. M. o Imperador manda remetter a V. S. a devassa inclusa a que procedeu o Juiz de fora da Cidade do Desterro, sobre o motim feito por 15 colonos em casa do Presidente daquella Provincia, bem como a copia inclusa do aviso de 11 do corrente dirigido pela Secretaria da Marinha, acompanhado de huma relação dos Allemães que forão pronunciados naquella devassa e que ora existem presos a bordo da «Presiganga» de donde devem passar para a cadeia desta Cidade, assim como os

4 presos de que igualmente faz menção o indicado aviso, afim de que V. S. faça dar á referida devassa o destino legal. Deos guarde a V. S. Paço, em 14 de Maio de 1830.—Visconde d'Alcantara.—Sr. Bernardo José da Gama.

DECRETO DE 14 DE MAIO.

Coll. Braz.

Constando na minha Imperial Presença que aos mestres das officinas do Arsenal da Marinha, desta côrte, se não tomão conta dos generos que lhes são fornecidos pelas classes para as obras a que tem de proceder, dando-se como despendidos todos os que se lhes entregão, e querendo evitar, quanto fôr possível, o grande prejuizo que á Fazenda Publica resulta de tão abusiva pratica, hei por bem que, tanto no Arsenal da Marinha desta côrte como nos das provincias deste Imperio, onde houverem taes estabelecimentos, sejam guardadas e observadas as instrucções que com este baixão assignadas pelo Marquez de Paranaguá, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, que assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 14 de Maio de 1830, 9^a da Independencia e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. I.—Marquez de Paranaguá.

INSTRUCÇÕES a que se refere o decreto de hoje, pelas quaes se deve regular a receita e despeza dos generos fornecidos pelas classes aos mestres das diversas officinas, tanto do Arsenal da Marinha desta côrte como dos das provincias deste Imperio onde houverem taes estabelecimentos.

1.^a Abrir-se-ha em cada huma das classes do almoxarifado do Arsenal da Marinha huma conta corrente com os mestres das diversas officinas dos mesmos Arsenaes, creando-se para este effeito dous livros em cada huma das ditas classes, que serão rubricados pelo Intendente, e escripturados pelos respectivos escrivães, ou por quem suas vezes fizer.

2.^a Em hum dos ditos livros se lançarão em receita áquelles mestres os generos que recebem para as obras da sua competencia, por guios ou pedidos na forma do estylo; assignados pelos mesmos mestres e rubricados pelo Inspector com despacho do Intendente, declarando a quantidade e qualidade do genero pedido e para que fim se pede; em outro se lançará o producto dos generos recebidos que se forem entregando nas preditas classes, tanto em obras novas como em concertos, sendo estes objectos pesados, medidos contados ou avaliados segundo a sua natureza, para se conhecer se houve ou não sobras, e tanto as receitas ou cargas dos mestres como as entregas, serão assignadas por estes e pelos escrivães das classes.

3.^a Ambos os referidos livros servirão de auxiliares para a conta da receita e despeza do Almoxarifado.

4.º O escripturario das officinas terá hum livro de registo, onde lançará todas as guias dos gêneros pedidos para as mesmas officinas.

5.º E porque, para a factura ou conclusão de huma obra fabricada ou concertada em alguma das officinas, he muitas vezes mister que o mestre de huma peça ao de outra objectos que ali se devem fabricar, por meio de hum bilhete, como está em uso, por elle assignado e rubricado pelo Inspector, servirá este mesmo bilhete, com o recibo do mestre que fez o pedido, para a despeza daquelle que lhe forneceu, com o qual dará entrada na classe para ser lançado no livro, como se ali tivesse sido apresentado o objecto.

6.º No principio de cada mez, se dará balanço, tanto a receita de todo o mez precedente como aos objectos entregues no mesmo mez, devendo o saldo ou sobra, se a houver, ser restituída ás competentes classes ou carregada em nova receita ao mestre, quando assim seja preciso para a continuação das obras; e outrosim serão entregues, nas mesmas classes, os restos inúteis que forem substituídos por novos gêneros no concerto.

7.º Quanto aos objectos que, por seu grande volume ou peso, não podem ser levados ás respectivas classes, como sejam mastros, vergas, escaleres, fogões etc. e aquelles de consumo de que se não pôde apresentar o producto nas classes, como sejam tintas, alcatrão, breu, verniz, pregos, fechaduras, aldrabas, pinceis e outros semelhantes fornecidos para o fabrico e obras dos navios, será a despeza do mestre instruída por hum documento passado pelo Commandante do navio em que taes gêneros forem recebidos ou se empregarem, ou pelo Ajudante do Inspector se o navio não tiver official algum a bordo que certifique, quanto aquelles, haverem-se com effeito recebido, e quanto a estes de consumo, terem sido empregados nas obras e fabrico do navio.

8.º E havendo outros objectos, que nas officinas se consomem e de que não podem dar contas, será a despeza destes feita ao mestre, mediante huma declaração por elle assignada e rubricada pelo Inspector que atteste a sua veracidade.

Palácio do Rio de Janeiro, em 14 de Maio de 1830. — Marquez de Paranáguá.

RESOLUÇÃO DE 15 DE MAIO.

Manuscripto authentic.

A Junta da Fazenda da Província da Bahia dirigio ao Thesoural dos Officios. No 1.º da conta de haver arrematado a Gervasio de Souza Vieira, abonado por Manoel João dos Reis e João Pereira da Motta, os Contractos de 8.º rs. em pipa, e 80 rs. em canôa de aguardente da terra pelo triennio de 29 a 31; este por 36.600 \$rs., sendo o avanço a favor da Fazenda, a respeito do ultimo Contracto de 2.580 \$rs., e aquelle por 79.150 \$rs., sendo o mesmo avanço de 15.150 \$rs. No 2.º de haver arrematado em ramos o de 5 rs. em libra de carne verde, por lhe

não ter sido possível fazer-lo em massa de Paschoa a Paschoa, como no triennio passado. Os lanços ficarão seguros em pessoas abonadas, e os ramos entregues á interina administração dos Contractadores até Approvação de S. M. I. Ficava na diligencia de segurar lanços de outros ramos na importancia de 18.000 \$rs. Remettido o negocio ao Conselho, mandou este que a Junta desse a razão de haver arrematado os Contractos de aguardente sem previa participação dos respectivos lanços e declaração da idoneidade dos arrematantes e seus fiadores, na conformidade da Provisão do Thesouro de 4 de Janeiro de 28. A Junta, quanto á 2.ª parte, inclue na sua resposta a justificação a que, pelo Juizo competente, procedêrão Gervasio e seus fiadores, e quanto á 1.ª refere-se á exposição do Escrivão Deputado, cuja veracidade reconhece, e a qual pede que seja tomada em consideração.

O Escrivão Deputado expõe; 1.º, que a concorrência de importantes negocios, novidade de seu exercicio no lugar e necessidade de instruir-se na pratica e ordem de sua economia, fizeram que nenhuma idea tivesse da citada Provisão, que foi cumprida na Sessão immediata á de sua posse; fallecendo-lhe até o auxilio dos Deputados que assignarão o — cumpra-se — porque quasi nenhum delles assistio á Arrematação, pela alternativa que a Junta tem soffrido em seus Membros; 2.º que, ainda quando soubesse da Provisão, a Junta se veria na necessidade, pela falta de lançadores em opportuno tempo, a praticar o que fez, para evitar o prejuizo que teria de resultar do total abandono do Contracto, ou de ser commettido a ruinosa administração, até que chegasse a Imperial Approvação; prejuizo este de que a Fazenda teria de indemnizar aos Contractadores, para correr o contracto por conta delles já neste intervallo, quando não reclamassem absolutamente seus lanços. Conclue pedindo deliberação, pela qual a Junta se possa guiar em semelhantes casos.

O Procurador da Fazenda respondeu que se podia por esta vez approvar a arrematação dos contractos de aguardente, attenta a idoneidade da fiança, e proveito da Fazenda; recorrendo-se entretanto ao Corpo Legislativo para alteração da Disposição em que se fundou a Provisão do Thesouro. As razões produzidas pelo Escrivão Deputado lhe parece que podem esusa-lo da responsabilidade. Quanto ao contracto de 5 rs. em libra de carne verde, entende que pôde tambem approvar-se, não só pelo proveito da Fazenda, considerada a difficuldade de sua arrematação em massa, como pela urgencia das circumstancias para salvar o prejuizo da Fazenda, e prevenir a falta de rendimentos para as suas despesas, fazendo-se sentir isto mesmo á Junta, como motivo principal da adopção desta medida provisoria.

Parece ao Conselheiro Escrivão da Fazenda: 1.º que a Junta, longe de avaliar a vantagem da arrematação pela comparação do preço da antecedente, devia ter tomado informações circumstanciadas do consumo de cada hum dos artigos,

no triennio da arrecadação futura: difficuldades da administração, e vantagens comparativas da arrematação, combinado o preço offerecido com a lotação da renda líquida orgada por administração; concluindo por estes dados tal conta que por sua exposição se podesse, com conhecimento de causa, mandar arrematar ou administrar a renda; 2° que a Junta se explica com inexactidão sobre a renda da carne, quando, no Officio 59, diz que andara arrematada em massa por 56:000\$ rs. no triennio antecedente, o que cumpre entender-se da collecta do Reconheço com exclusão da Cidade de S. Salvador, á vista do Relatorio do Exm.º Ministro da Fazenda, que organou esta renda em 160:000\$ rs. segundo o calculo de 53:333\$713 rs. annuaes; 3° que, para desapprovação do Contracto da Carne, ou, pelo menos, correção da sua illegalidade, bastaria o ter elle sido arrematado de Paschoa a Paschoa, épocas mudaveis no Calendario, em contravenção do Alv. do 1º de Julho de 1774; 4° que nunca se deve suppôr a falta de concurrentes, prova bastante de que a renda não merece maior preço que o offerecido; bastando citar o que aconteceu no Rio de Janeiro, onde, tendo apparecido apenas hum licitante que offereceu pelo contracto de 21 a 23 160:000\$ rs., quando no triennio antecedente chegara a 187:000\$ rs., esta renda foi confiada á administração delle Conselheiro, o que teve o resultado de subir no dito triennio a 206:575\$290 rs., no de 24 a 26, a 207:080\$170 rs., e no de 27 a 29, a 220:000\$ rs. líquidos, restando ainda a cobrar 15:000\$ rs. Além destas vantagens, seguirão-se aquellas de se receber mensalmente o producto, quando por elle se esperava aos Contractadores por 3 mezes e mais, e de se entrar no conhecimento da verdadeira lotação da renda; 5° que nenhuma razão se dá para duvidar que desta medida resultem iguaes vantagens á Bahia, Cidade igualmente maritima e populosa; parecendo-lhe até incrível que na dita Cidade de S. Salvador se consumão annualmente apenas 26,953 Rezes (calculada cada huma a peso minimo de 8 arrobas, justamente a metade do que se consome no Rio; 6° que, sendo os impostos de 8\$ rs. em pipa e 80 rs. em canada de aguardente da mesma natureza, posto que de differente origem, he notavel o prejuizo da Fazenda em cobrar 5\$600 rs. por pipa da de canadas, enquanto a outra paga 6\$ rs., prejuizo que não importa em menos de Rs. 18:804\$800., calculada cada pipa a razão de 70 canadas, como informa a Junta; accrescendo serem estes Contractos arrematados ao mesmo Contractador. A Junta nem sequer attendeu a que, tendo a Provincia mais de 5000 Tavernas e Botequins, a Fazenda não chegava a cobrar de cada huma destas Casas huma pipa por anno, pois que, segundo o preço da arrematação, 2,178 pipas somente se consomem em cada anno. Do expendido conclue: 1º que se deve estranhar á Junta o ter procedido á arrematação destas rendas sem attenção á Ordem do Thesouro de 4 de Janeiro de 28, e não ter remettido com as contas das ar-

rematações as informações do merecimento de cada hum na conformidade da primeira parte do parecer do Conselheiro volante, sendo advertida de assim dever obrar para o futuro; 2º que se lhe estraphe a arrematação do contracto da carne verde por annos irregulares contra a Disposição do Alv. do 1º de Julho de 1774; 3º que se desaprove os ditos contractos, exceptuados apenas os insignificantes ramos do da carne da Ilha de Itaparica, arrematado por 520\$ rs., de Iphambupe por 701\$ rs., e dos Ilheos por 1:010\$ rs., corrigindo-se porém a illegalidade do triennio irregular; ordenando-se que tenha principio em o 1º de Janeiro deste anno, e fim no dia 31 de Dezembro de 32, pagando os Contractadores o tempo decorrido da Paschoa até o ultimo de Dezembro de 29; 4º que se hajão as outras rendas dos contractadores, para se pôrem em regular administração, montada segundo as Instruções pelas quaes se regem as administrações do Rio, sendo lhe estas remettidas por copia; 5º que a Junta, depois de maduro exame, dê conta do numero das Rezes que annualmente se consomem nos talhos da Cidade de S. Salvador, suburbios, Cachoeira, Maragogipe, Jaguaripe, Villa de Santo Amaro, S. Francisco de Sergipe do Conde, e assim do numero de Tavernas e Botequins que ha em todos os lugares, cujo consumo formão o grosso das rendas em questão.

O Conselho se conforma com o parecer do Procurador da Fazenda, Rio, 10 de Março de 1830.

Resolução. — Como parece ao Conselheiro Escrivão da Fazenda Manoel José de Souza França, pago, em 15 de Maio de 1830. — Com a Rubrica de S. M. I. — Marquez de Barbacena. — *Achase no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 18 DE MAIO.

Manuscripto authenticio.

Senhor. — A esta Commissão dirigio Antonio Mendes de Carvalho o requerimento do thesouro seguinte. — Senhor. Diz Antonio Mendes de Carvalho, por seu procurador bastante, que, tendo-se proposto a continuar a arrematação da armação das Balças de Garopaba, e supplemento d' Imbituba, que se acha em praça neste Tribunal, para poder ser admittido precisa habilitar-se mostrando ter pago na Junta da Fazenda de S. Catharina o preço da finda arrematação, como effectivamente tem feito; mas, porque talvez por esquecimento, não tenha mandado a certidão, e da demora se siga prejuizo á Fazenda Publica, por ser o Supplicante o unico lançador e o tempo da pesca ir-se approximando, pede a V. M. I. se digne admittir o Supplicante a lançar, independente daquella falta, com a condição expressa de que, no caso de vir aquella certidão no tempo da arrematação, e como se espera, attentos os avisos que se tem feito, quando ella se verifique, se não faça entrega da armação sem que o Supplicante a apresente. E. R. M. — Coriolano José Pires.

Mandou o Conselho dar vista ao Procurador da Fazenda, que respondeu. Parece ser sufragado pela Consulta junta, resolvida em 5 de Abril de 1829, para praticar-se o mesmo que nella se expôz no fim, se por ventura occorrer identico caso. Rio 29 de Março de 1830. — Barão de Itapoã.

Entretanto, dirigio ao Conselho o mesmo Supplicante o requerimento do theor seguinte. — Senhor. — Diz Antonio Mendes de Carvalho que, tendo arrematado o anno passado a armação de Garopaba e supplemento de Imbituba, no districto de S. Catharina, debaixo das condições que se achão neste Conselho; e, querendo continuar no presente anno a lançar, encontra a alteração daquellas condições determinadas por V. M. I. em Portaria da Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em huma grande parte muito e muito prejudicial a quem fôr o arrematante, porisso que lhe impetem o poder tirar da armação da Piedade, deposito dos utensilios e escravos das armações, os escravos officiaes de officio, de que tanto precisa a laboração da pesca das balças, a reserva dos campos para pasto dos cavallos da tropa, e o corte indistincto de lenhas e paos tão necessários para o costeiro della. A Fazenda Nacional tira de semelhantes arrematações, além do vantajoso interesse do producto da arrematação da maneira por que he feita, até recebendo premio de effeitos improductivos, o maior e mais útil, qual he evitar a grande despeza da administração improductiva, guarda e reparo dos predios, limpeza, asseio e conservação delles e soborêo-se as avultadas despesas do sustento, vestuario e cura dos escravos, que, sem que lhe dêem o menor interesse, monta a muitos contos de réis, como neste Tribunal he bem sabido pelas contas dadas pela Junta da Fazenda daquella Provincia. Este grande motivo, qual o do interesse da Fazenda Nacional, deveria obstar a determinarem-se condições impeditivas de se verificarem as arrematações das armações, ou de alguma dellas em que haverão lançadores e arrematantes, porque, não se podendo seguir dellas utilidades algumas á Fazenda, como por experiencia tanto está demonstrado, o tempo em que ellas durarem melhor o confirmará. O Supplicante porém, tendo lançado mão deste negocio, em que tem feito avultadas despesas e tido grandes prejuizos, ainda pretende arriscar-se, apesar de todos os embarços, a procurar a remissão das perdas que tem soffrido no mesmo genero de negociação que lhes tem occasionado; e por isso, com as mesmas condições que se achão por V. M. I. approvadas, menos as vedadas pela dita Portaria, e na fôrma das ordens annunciadas em consequencia della, o Supplicante vai lançar em praça, approvando-se-lhe as condições seguintes, que, sendo as approvadas, só augmentão o maior esclarecimento para se evitarem duvidas: 1.^a que, sendo de absoluta necessidade, para o fabrico do azeite e concerto das lanchas da pesca, existencia de hum ou dous officiaes carpinteiros, calafates, ferreiros e falcadores, se lhe dará no numero dos escravos

pelo menos hum de cada officio por elle apontado entre o numero dos que tomar para o serviço; 2.^a que, pelo que pertence a preencher-se o numero dos escravos do serviço da pesca, que elle tomar a seu cargo, possa tirar de qualquer das armações os que lhe convierem, não sendo dos officios vedados; que a arrematação se fará por 6 annos, ficando em vigor todas as mais condições que, na fôrma exposta, servirão nas antecedentes arrematações. P. a V. M. I. se digue assim o haver por bem. E R. M. — Como procurador, Coriolano José Pires.

Mandou então o Conselho juntar os papeis que houvessem a este respeito, e condições do antecedente contracto, e sobretudo ouvir o Procurador da Fazenda, o qual respondeu o seguinte: — Parece poder merecer attenção o que se propõe na 1.^a das condições accrescidas, mas não a 2.^a nem o excessivo tempo que deve durar a arrematação, e entendo que o deferimento depende da immediata Resolução Imperial. Rio 29 de Março de 1830. Barão de Itapoã.

O que tudo sendo visto, parece ao Conselho que, visto ser o Supplicante o licitante unico que se propõe arrematar o rendimento da armação de Garopaba e seu supplemento de Imbituba, e convindo animar a correnteza da pesca das balças, que he de moção annual, pôde ser admittido a lançar no contracto do mesmo arrendamento, não ficando perfeito o mesmo contracto huma vez que o Supplicante se não mostre desembaraçado com a Fazenda Publica perante a Junta da Fazenda de S. Catharina, que assim mesmo lhe podem ser admittidas a 1.^a das condições que pede em seu 2.^o Requerimento e a 2.^a, que se acha comprehendida na letra da 1.^a do contracto antecedente, não havendo V. M. I. determinado nada em contrario: limitando-se a 3 annos sómente o espaço de 6 annos do novo contracto, que elle pede na 3.^a das condições offerecidas.

O Conselho entende que conceder a este licitante hum escravo carpinteiro, outro ferreiro, outro calafate e outro falcador, está mui longe de prejudicar os interesses da Fazenda, muito principalmente se acaso se attender quanto se faz necessario em qualquer estabelecimento fôra do povoado hum homem perito em qualquer desses officios para os casos urgentes em que a sua falta pôde muitas vezes ser de grande transcendencia. O Conselho espera a Imperial Resolução de V. M. para receber laços ao Supplicante de que dará conta em tempo.

Ao Conselheiro Luiz Moutinho Lima Alvares e Silva parece o mesmo que ao Conselho, com a differença de que não julga admissivel a 1.^a condição pedida pelo Supplicante em seu Requerimento, podendo, quando muito, entregar-se-lhe temporariamente hum ou outro escravo official, unicamente em occasião em que não estejam occupados em obras da Fazenda Publica. — Rio de Janeiro, em 21 de Abril de 1830, 9.^o da Independencia e do Imperio. — José Fortunato de Brito Abreu Souza Menezes. — Manoel José de Sou-

za França. — Luiz Moutinho Lima Alvares e Silva.

Resolução. — Como parece. Paço, 18 de Maio de 1830. — Com a Imperial Rubrica — Marquez de Barbacena. — *Acha-se o Original no cartorio actual do Thesouro Nacional.*

AVISO DE 18 DE MAIO.

Manuscripto authentic.

Em conformidade da requisição que V. S. me fez em seu officio de hontem, ficão dadas as providencias necessarias para que lhe sejam entregues as copias das diversas ordens que o Conselheiro João José da Veiga se achava colligindo, e existem nesta Secretaria de Estado; podendo portanto V. S. entender-se a tal respeito com o Official Maior da mesma Secretaria de Estado, Deos Guarde a V. S. Paço, em 18 de Maio de 1830. — Marquez de Paranaguá. — Sr. José Paulo Figueirôa Nabuco.

Porque veio ao meu conhecimento que era accusado de ter havido as copias deste trabalho por modo talvez indevido, posto que elle tivesse sido pouco considerado desde 1828 a 21 de Maio de 1830; e para provar a fonte unica que autorisa as penas respectivas no 1º volume, que não indicão donde foram tiradas, justo he que exhiba aqui o titulo por que tal trabalho me foi entregue, sem demanda de inventario etc., e que se não exigio que restituísse o que comtudo fiz e com tanta brevidade. Vide a Carta seguinte:

Ilm. Sr. — Tenho a honra de enviar a V. S. os massos de papeis que o Conselheiro João José da Veiga entregou nesta Secretaria em 1828. Vão intactos; e, para resalva da mesma Secretaria, basta que V. S. me accuse a sua recepção, em virtude do artigo de 18 do corrente, que lh'os manda entregar. Desta forma satisfação ao que V. S. acaba de exigir, em sua carta de hoje, ficando sempre promptissimo para o seu serviço, por ser de V. S. muito attento e obsequioso servo e patricio. — Joaquim Francisco Leal. — Em 21 de Maio de 1830.

PORTARIA DE 21 DE MAIO.

Imp. avalso.

Sendo presente a S. M. o Imperador o officio de V. S. de 24 do passado, com que remetten a esta Secretaria de Estado 4 exemplares da sua Collecção Chronologico-Systematica das leis da Fazenda, 2 para serem depositados na Livraria Imperial e Publica desta corte, e os outros 2 distribuidos pelas 2 bibliothecas dos cursos juridicos das cidades de S. Paulo e Olinda, o mesmo Augusto Senhor, mandando dar aquella generosa offerta o destino indicado, se dignou de louvar muito o zelo com que V. S. se esmera em empregar as suas luzes e talentos de humã maneira util ao publico. E, quanto ás outras obras que V. S. ainda projecta confiar ao prelo e de que tenciona fazer igual offerta para os mencionados estabelecimentos, pôde V. S. entregar os exemplares

nesta Secretaria de Estado para serem igualmente remettidos aos seus destinos. Deos guarde a V. S. Paço, 21 de Maio de 1830. — Marquez de Caravellas. — Sr. José Paulo Figueirôa Nabuco Araujo.

AVISO DE 21 DE MAIO.

Manuscripto authentic.

Respondendo ao officio de 18 de Fevereiro ultimo do Barão d'Itapoã, Procurador da Fazenda, em que pedia os esclarecimentos necessarios para cumprimento do seu officio na acção intentada por Samuel Phillips e C. contra a Fazenda Nacional, para pagamento da quantia de 166:272\$760 réis, envolvendo juros pela demora dos pagamentos das consignações estabelecidas para seu embolso, tenho de certificar a V. S. que, sendo os Supplicantes credores de avultada somma por generos vendidos para os armazens da Marinha e Guerra, nunca se designou termo de verificação de pagamento nos despachos das folhas para esse fim processadas, derivando dahi o enorme preço por que taes generos se vendião aquellas estações, comparadamente com as vendas que se fazião a particulares. Que, em resulta dos embarços do Thesouro do anno de 1821 em diante, foi mister arbitrar consignações aos credores da Fazenda para a gradual extinção de suas dividas, contemplando-se os Supplicantes com a de 5:000\$ réis mensaes que não quizerão receber, até que, occupando a presidencia do Thesouro o meu antecessor, o Exm. Sr. Martin Francisco Ribeiro de Andrada, assentou-se em pagar-se-lhes a dita divida com prestações mensaes de 10:000\$ réis, com o vencimento de juro de 6 por cento ao anno, se houvesse fallencia na pontualidade deste ajuste, que foi confirmado pelo decreto de 5 de Junho de 1823, que pôz tambem á disposição dos Supplicantes todo o pro Brasil que existia no Banco á conta da indicada divida, além de 25:000\$ réis que de prompto se lhes abonou, equivalentes a cinco pagamentos das consignações que se lhes havião arbitrado e não receberão, como dito fica. Depois do citado decreto, forão os Supplicantes regularmente pagos, e em 1827 se lhes satisfiz, até directamente pelo Thesouro, somma não pequena que devião receber pelas consignações estabelecidas aos sobreditos arsenaes da Marinha e Guerra. São pois exaggerados os inculcados prejuizos dos Supplicantes, porque he constante que a baixa dos cambios teve principio em 1826, quando já estavam pagos da maior parte da mencionada divida, e accrescento que, havendo os Supplicantes annuindo ao ajuste do Thesouro, constante do citado decreto, cujas disposições, como se mostra, forão estritamente observadas, nenhum direito tem aos juros que ora pretendem. Deos guarde a V. S. Paço, em 21 de Maio de 1830. — Marquez de Barbacena. — Sr. Procurador da Fazenda interno.

DECLARAÇÃO DE 26 DE MAIO.

Coll. Plancher.

Os abaixo assignados, Miguel Calmon du Pin e Almeida, do Conselho de Sua Magestade o Imperador do Brazil, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e o General D. Thomaz Guido, Ministro e Secretario de Estado nos Departamentos do Governo e Relações Exteriores do Governo de Buenos-Ayres, Commissarios nomeados pelos seus respectivos Governos do Brazil e das Provincias Unidas do Rio da Prata, conforme o Art. 7.^o da Convenção Preliminar de Paz, assignada entre os referidos Governos, aos 27 de Agosto de 1828, nesta Corte do Rio de Janeiro, e ratificada no dia 30 do mesmo mez por Sua Magestade Imperial, e no dia 29 de Setembro do mesmo anno pelo Governo da União do Rio da Prata, e devidamente autorizados pelos seus Plenos Poderes, que foram achados em boa e devida forma, para examinares se a Constituição Política da Provincia de Montevideo, formada pelos Representantes della, em virtude da mencionada Convenção, contém algum artigo ou artigos que se oppoñão á segurança dos seus respectivos Estados: tendo procedido ao determinado exame com toda a madureza e circumspecção, declaram do modo o mais explicito e solemne, e de common e mutuo accordo, que na Constituição formada para a dita Provincia de Montevideo, que tem por titulo — Constituição da Republica Oriental do Uruguay — sancionada no dia 1.^o de Setembro de 1829 pela Assembléa Geral Legislativa e Constituinte da mesma Republica, firmada pelo Presidente da referida Assembléa, e Deputado por Montevideo, Silvestre Blanco, e por mais 28 Deputados: a saber 7 por Montevideo, 2 pelo Serro Largo; 4 por S. Domingos Soriano; 3 por S. José; 2 pela Colonia; 4 por Maldonado; 2 por Paisandu; 2 por Canelones; 1 por Dorazno; e 1 por Sandu; e pelos Secretarios Miguel A. Derro, Manoel J. Errazquin; e finalmente, tal qual foi apresentada aos seus respectivos Governos, impressa e sellada pelos Encarregados de Negocios da mesma Republica na Corte do Brazil, e na Cidade de Buenos-Ayres, não existe Artigo ou Artigos alguns que se oppoñão á segurança do Imperio do Brazil e da Republica das Provincias Unidas do Rio da Prata; e que, por consequencia, pôde ser immediatamente jurada, e devidamente executada pela forma adoptada e prescripta na mesma Constituição em toda a Republica Oriental do Uruguay. Em fé do que os Commissarios abaixo assignados, nomeados pelos Governos do Brazil e Provincias Unidas do Rio da Prata, em virtude de seus Plenos Poderes, assignarão com os seus punhos esta Declaração, e lhe fizeram pôr o sello de suas armas.

Feita na Cidade do Rio de Janeiro aos vinte e seis do mez de Maio do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e trinta. — (assignados) Miguel Calmon du Pin e Almeida. — Thomaz Guido.

CIRCULAR DE 27 DE MAIO.

Coll. Plancher.

Cumprindo por termo á abusiva pratica de subirem á Imperial Presença, contra as ordens estabelecidas, requerimentos de Militares para poderem vir á Corte sem serem acompanhados de informação da respectiva Autoridade Militar, Ha Sua Magestade o Imperador por bem Determinar que o Governador das Armas da Provincia da Bahia faça constar na Ordem do Dia a todos os Corpos da Provincia que jámais serão attendidos requerimentos para licenças quando cheguem á Augusta Presença sem a necessaria informação sua e dos respectivos Chefes dos recorrentes, que de outra maneira encontrarão retardo nas suas supplicas: e Manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, assim communicar ao referido Governador das Armas, para seu conhecimento e pontual observancia. Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Maio de 1830. — Conde do Rio Pardo.

N. B. Expedio-se Circular aos Governadores e Commandantes das Armas de todas as Provincias.

AVISO DE 29 DE MAIO.

Manuscripto authentic.

Remetto a V. S. o Aviso incluso por copia do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, e os papeis a que se refere, á vista dos quaes, dos factos e noções que se obtiverão na occasião em que nessa Intendencia se indagou o estado dos Africanos Maitica e José, que reclamavão a sua liberdade por propria confissão de Francisco Xavier de Moraes, que os conduzio a este porto no navio denominado Amizade Feliz, de que era capitão, e de José Bernardino de Sá, dono do dito navio, o que tudo foi presente a S. M. o I.: Ordena o mesmo A. S. que V. S., fazendo vir á sua presença os mencionados Francisco Xavier de Moraes e José Bernardino de Sá, estando presentes os referidos Africanos Maitica e José, lhes faça saber que, pelas leis do Imperio, não podem ser considerados senhores dos referidos pretos, mas meros detentores com direito somente a serem indemnizados dos danos causados pelos Maiticas, e da somma despendida para o resgate do outro; e, nesta conformidade, procure concordar-lhes para que estipulem a somma e tempo para as indemnisações, e, quando se não ajustem, fará remetter o conhecimento da questão aos meios ordinarios. Deos Guarde a V. S. Paço, em 29 de Maio de 1830. — Visconde de Alcantara. — Sr. Antonio Augusto Monteiro de Barros. — *Acha-se a fl. 130 do Liv. 10 da Corte na Secretaria da Justiça.*

Na mesma data se communicou isto mesmo ao Marquez de Paranaguá.

RESOLUÇÃO DE 10 DE JUNHO.

Manuscripto authentic.

Foi a consultar ao Tribunal da Junta do Commercio o requerimento de Theodore Lavezari,

que pede isenção dos direitos de entrada de huma machina de amassar pão, sobre o qual o Juiz da Alfândega tinha informado; 1.º, que, pelos exames ao seu alcance, conhecera ser de alguma utilidade por poupar braços; 2.º, que, estimando-a seu proprietario no valor de 700,000 rs., vinha a dever 100,000 rs. de direitos, ou pouco mais; 3.º, que á sua pretensão se oppõe o Alvará de 25 de Abril de 1818, salvo se o Supplicante se acha comprehendido em alguma das excepções do § 1.º do dito Alvará, devendo ainda neste caso qualificar-se perante o referido Tribunal, para a expedição da Provisão de isenção. Parece ao Tribunal que o Supplicante não pôde ter favoravel deferimento, por se lhe oppôr o citado Alvará. Em 20 de Abril de 1830.

Resolução. — Como parece. Paço, em 10 de Junho de 1830. — Com a Rubrica de S. M. I. — Marquez de Barbacena. — *No cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 10 DE JUNHO.

Manuscripto authentic.

A Junta da Fazenda da Provincia da Bahia, em Officio de 25 de Março de 27, deu conta de que, á requisição do Deputado do Ceará Manoel José de Albuquerque, lhe mandára entregar 200,000 rs., para transportar-se á Corte, e para que esta despesa tenha a necessaria legalidade, pedia a Imperial approvação. O contador Geral da 3.ª Repartição do Thesouro informou que, quando este Deputado veio tomar assento na respectiva camara, em 1826, recebeu no Ceará 500,000 rs., em virtude do Art. 59 da Constituição do Imperio, no qual se concede apenas huma indemnisação para despesas de ida e volta. Parecia-lhe, portanto, materia de Graça a approvação da despesa em questão. Remettido o negocio ao Conselho, respondeu o Desembargador Juiz dos Feitos: 1.º, que a Junta não tinha obrigação de contribuir para esta despesa, por não ser Albuquerque Deputado pela Bahia; 2.º, que não podia ignorar que elle tomára assento em 1826, e que portanto devia ter recebido na sua Provincia a quantia arbitrada para gastos de ida e volta, que a Constituição manda pagar por huma só vez; 3.º, que, ainda quando não tivesse tomado assento em 1826, não devia a Junta contribuir sem se certificar se Albuquerque tinha recebido alguma quantia pela sua Provincia, para della haver o embolso do supprimento que fizesse; e 4.º, que não he, nem pôde ser, materia de Graça a approvação desta despesa, porque os redditos da Nação não são despendidos por Graça, mas por leis. Conclue que nem se deve abonar a dita despesa, nem a Junta da Bahia deve haver a sua importancia da do Ceará, mas que os Membros da dita Junta da Fazenda da Provincia da Bahia a devem repôr, ficando-lhes salvo o direito para a acção — in debito — contra quem competir. Ao Procurador da Fazenda parece o mesmo que ao Desembargador Juiz dos Feitos. O Conselho da Fazenda se conforma com o parecer do Desem-

bargador Juiz dos Feitos, e com o do Procurador da Fazenda. Em 10 de Maio de 1830.

Resolução. — Como parece. Paço, 10 de Junho de 1830. — Com a rubrica de S. M. I. — Marquez de Barbacena. — *No cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 10 DE JUNHO.

Manuscripto authentic.

A Junta da Fazenda da Parahyba deu conta, em 17 de Junho de 1826, de que, havendo chegado á mesma provincia huma imprensa, cuja encomenda a mesma Junta, por ordem do Governo Provisorio, havia ajustado com Francisco Jordão Stuart, ella a recebeu e pagou, não só porque era util á Provincia, como para se reimprimirem noticias officiaes etc. E posto que até aquella época não tenha produzido interesse, esperava que, para o futuro, della se tirariam grandes vantagens. Concluiu pedindo a approvação desta despesa. Em provisão do Thesouro de 5 de Janeiro de 1827 se determinou: 1.º, que os membros da Junta que subserverão a despesa entrassem immediatamente com a sua importancia no cofre; 2.º, que, depois de embolsados pelos rendimentos da Typographia, ficasse esta pertencendo á Fazenda Publica. Em 29 de Abril de 1827 deu conta á Junta: 1.º, de haver dado cumprimento á primeira parte da citada provisão, mandando ordem para serem executadas pelo respectivo juizo as viúvas dos fallecidos Escrivão deputado Luiz da Cunha Sanches, e Procurador da corôa interino Francisco Cyrillo de Mello, não procedendo assim a respeito dos herdeiros do fallecido Presidente Alexandre Francisco de Seixas Machado, e do actual Thesoureiro Joaquim Baptista Ayondano, porque aos primeiros se estava restando de ordenados quantia sufficiente para a indemnisação da quota de 12000,000 réis que lhes toca, e por haver o ultimo feito huma representação cuja veracidade a Junta reconhece, na qual offerecia para esta indemnisação alguns ordenados que lhe deve o cofre e os que for vencendo, ou pela quinta parte até total embolso da Fazenda, obrigando entretanto todos os seus bens á solução da sua quota; 2.º, que a segunda parte da citada provisão lhe parecia inexequivel, porque a Typographia nunca rendeu para a metade das despesas feitas com sua laboração, razão por que a tinha mandado fechar, conservando seus pertences em boa guarda.

Remettido o negocio ao Conselho, respondeu o Desembargador Juiz dos Feitos: 1.º, que a representação da Junta deve ser desattendida, não só por faltar ao inteiro cumprimento do que se lhe determinou, como porque não são sufficientes, e até illegaes, as razões que expende, porquanto dividas activas da Fazenda Nacional não se compenão com as passivas, e não basta segurança da divida para deixar de se cobrar; 2.º, que, indemnizada a Fazenda da importancia da Typographia e das despesas que por liquidação de conta se mostrar que se tinham feito com o seu

laboratorio, deve este ser entregue aos membros responsaveis.

O Procurador da Fazenda respondeu: *Fiat justitia*, salva qualquer contradicção que possa derivar-se do que cuida haver officiado a este respeito perante o Governo.

Parece ao Conselho attendivel e digno de approvação o parecer da Junta, não só porque he de direito estabelecido o encontro entre os devedores da Fazenda Nacional e esta, salvas as excepções da lei, mas até porque, quando faltasse alguma parte da bem entendida equidade, cumpria ir-se descontando a quota em questão pela quinta parte dos ordenados que fossem vencendo os membros responsaveis que estivessem em exercicio até completa satisfação. Parece-lhe tambem que se deve declarar á Junta que, depois de pago á Fazenda o preço da Typographia, ella fica pertencendo aos ditos membros responsaveis. Em 10 de Maio de 1830.

Resolução.—Como parece. Pago em 10 de Junho de 1830.—Com a rubrica de S. M. I.—Marquez de Barbacena. — *No cartorio actual do Thesouro Nacional.*

DECRETO DE 12 DE JUNHO.

Manuscripto authentic.

Tendo determinado, por aviso de 11 de Março do anno proximo passado, expedido pela repartição dos Negocios da Guerra ao Presidente da Provincia de Minas Geraes, que se tirasse da folha militar daquella Provincia a gratificação de 1,200 réis diários que por decreto de 5 de Agosto de 1808 foi concedida ao Major Pedro Pereira Corrêa de Senna, em attenção a ter descoberto a verdadeira quina officinal na mencionada Provincia, visto que não devendo este serviço ser considerado como militar, não competia áquella folha o assentamento da referida gratificação: Hei por bem que se verifique o seu pagamento pela folha civil da dita Provincia, onde serão feitas as necessarias declarações, devendo o referido Major continuar a empregar-se na extração da sobre-dita quina, da mesma maneira que lhe foi determinado no mencionado decreto. O Marquez de Barbacena, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Thesouro Nacional, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 12 de Junho de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. o Imperador. — Marquez de Caravellas. — *Acha-se a fl. 157 v. do Liv. 2.º de Decretos da 1.ª Repartição de 1820 a 1831.*

DECRETO DE 14 DE JUNHO.

Coll. Braz.

Hei por bem Sanccionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Ficão approvadas as Cadeiras de Primeiras Letras creadas pelos Decretos de 12 de De-

zembro de 1827, e de 25 de Junho e de 22 de Julho de 1828, nas Villas de S. Pedro de Cantagallo e de Rezende, no Arraial de S. Rita, Termo da Villa de Cantagallo, e na Freguezia de S. João da Barra, Termo de Macahé, na Provincia do Rio de Janeiro, com os Ordenados estabelecidos nos mesmos Decretos.

Art. 2.º Ficão tambem approvadas as Cadeiras de Primeiras Letras creadas nas Freguezias da Conceição dos Garulhos e de S. Amaro, Termo da Cidade de S. Paulo, pelo Presidente em Conselho, e approvados temporariamente, na forma do Art. 5.º desta Resolução, os Ordenados que lhes forão estabelecidos.

Art. 3.º Fica outrossim approvada a Escola de Meninas creada na Cidade de S. Paulo, pelo Presidente em Conselho, na conformidade da Lei de 15 de Outubro de 1827, com o Ordenado que lhe foi estabelecido.

Art. 4.º Os Ordenados estabelecidos e approvados no Art. 1.º serão percebidos pelos Professores que forem approvados nas doutrinas cujo ensino lhes encarega a Lei de 15 de Outubro de 1827.

Art. 5.º Os Professores que sómente se habilitarão ou habilitarem com a approvação na forma das Leis anteriores á de 15 de Outubro de 1827, na falta de outros em que concorra a idoneidade exigida nesta, serão providos interinamente com o Ordenado de 150 \$rs., até que os mesmos Professores ou outros quaesquer se habilitem com os exames que exige a mencionada Lei de 15 de Outubro de 1827, e neste caso, serão, na conformidade della, providos vitaliciamente.

Art. 6.º Ficão revogadas as Leis e disposições em contrario.

O Marquez de Caravellas etc. Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Junho de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a Rubrica de S. M. I. — Marquez de Caravellas.

DECRETO DE 14 DE JUNHO.

Coll. Braz.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Governo fica autorizado para augmentar e aperfeçoar a Officina Lithographica.

Art. 2.º Entre os Mappas Topographicos, Corographicos, Geographicos e Hydrographicos do Imperio, que se achão actualmente no Archivo do Imperial Corpo de Engenheiros, e no das Secretarias de Estado, e os que forem de ora em diante mandados levantar pelo Governo em qualquer parte do territorio do Imperio, escolher-se-hão os melhores para serem immediatamente lithographados e distribuidos pelas Provincias, para ali serem expostos á venda por preços razoaveis.

O Marquez de Caravellas, etc. Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Junho de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a Rubrica de S. M. I. — Marquez de Caravellas.

PROVISÃO DE 15 DE JUNHO.

Manuscript authentic.

O Marquez de Barbacena, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Província da Parahyba do Norte que com estas se lhe envia hum exemplar da Pauta das avaliações dos generos importados para o Imperio, afim de ser remetido á estação competente, e por ella se regular e reger no recebimento dos respectivos Direitos. E Determina S. M. O Imperador que a mesma Junta, nos casos designados no Decreto de 2 de Março do anno passado, nomeie humá Commissão semelhante á de que trata o dito Decreto para resolver os pontos controvertidos, sujeitando-se todavia o arbitrio que se tomar á Imperial Approvação do Mesmo Augusto Senhor. O que se participa á Junta para sua intelligencia e execução. Francisco da Costa Barros e Fonseca a fez no Rio de Janeiro, aos 15 de Junho de 1830. — João Carlos Corrêa Lemos a fez escrever. — Marquez de Barbacena

RESOLUÇÃO DE 16 DE JUNHO.

Manuscript authentic.

Pedro Betamio, por si e em nome de sua Mãe D. Maria Joaquina Dorothea Betamio, e de suas irmãs D. Maria Regina, D. Luiza Victoria, D. Rufina Henriqueta, e D. Maria Isabel Betamio, Filho, Viuva e Filhas de Sebastião Francisco Betamio, pede a pensão de 12:000. \$rs. annuaes, por indemnisação do perdimento do emprego de Sellador da Alfandega da Bahia (extinto pela Lei de 6 de Outubro de 28) pagos pela folha da Alfandega da Bahia; estando prompto a entrar em qualquer ajuste ou convenção que se lhe propoz, na conformidade do que se praticou com o Correio Mór em Portugal por occasião da extinção deste emprego. Requer, além disto, restituição dos redditos depositados na Junta da Fazenda da Bahia, correspondentes ao tempo em que foi esbulhado da posse deste emprego, até a publicação da Lei citada. Com o Decreto de 5 de Maio e Alvará de 25 de Julho de 1796, que ajunta, prova estar comprehendido no Art. 4.º da Lei de 6 de Outubro de 1828, por ter sido o dito officio dado com titulo vitalicio e em remuneração de relevantes serviços de seu Pai, prestados pela maior parte no Brazil; accrescendo a posse do Supplicante logo depois de finda a sua minoridade, posse de que foi esbulhado, e a que, limpo e purificado, fôra restituído por Provisão do Thesouro de 8 de Agosto de 27, a qual não se verificou pela chamada dos Titulos Regios ao Corpo Legislativo. E porquanto entende que, quando a Lei, no Art. 4.º, usa da palavra — competente — estabelece a base pela qual o Governo deve regular-se nestas indemnisações, base que não pôde ser outra que a computação do rendimento medio do mesmo officio, porque de direito lhe pertenceria todo o seu rendimento, quando abolido não fosse; apresenta o documento n.º 5 pelo qual prova que o dito termo medio fôra, nos 3 annos de 25, 26, 27, de 12:893 \$751, e

257:875. Do 20 rs. o capital correspondente ao juro legal. Para mais roborar a sua pretensão, adverte que releva attender-se ás preferencias pessoas a respeito da plana, em que nascera elle e suas Irmãs, como filhos de hum Thesoureiro Mór do Erario de Lisboa, e que a cargo do 1.º, como primogenito, está a decorosa e decente subsistencia de sua familia, clausula com que até fôra conferido o Officio em questão.

O Procurador da Fazenda, respondeu, que Betamio e sua familia tem incontestavel direito á indemnisação, direito de que não poderia ser privado, ainda quando (caso negado) fosse Betamio provadamente criminoso, á vista do titulo que apresenton. Se o Officio não tivera sido abolido, Betamio gozaria da 5.ª parte do rendimento, em virtude do Alvará que o mantem como serventuario vitalicio; e sua familia das terças partes, pois que não poderiam falhar a seu respeito os principios de justiça applicados a outros em idênticas circumstancias. Mais humá prova do direito que tem á indemnisação. E attenta a contingencia do systema que aponta a C. L. de 6 de Outubro de 28, e a impossibilidade de se dar por liquido qualquer rendimento, pela cessação do trafico da escravatura, e á vista da época em que se tem de prestar esta indemnisação, assente que deve fazer-se por convenção ou ajuste especial com todos os interessados, ou seu procurador bastante, tanto a respeito do pecuniario, como do honorifico, dando-se para este fim as necessarias instrucções. Quando a restituição dos rendimentos durante o tempo em que esteve privado do Officio a que tem direito pela Resolução de Consulta de 8 de Agosto de 27, entende que a Junta da Fazenda deve quanto antes liquidar exactissimamente a somma que lhes cabe, para ser inscripta no Livro Auxiliar da Divida Publica, porque a Lei de 15 de Novembro de 27 nem humá distincção faz entre as quantias liquidadas até fins de 1826; recebendo o mais que fôr liquidado, até 6 de Outubro de 28, data da extinção do Officio. O Conselho se conforma com a resposta do Procurador da Corôa, tanto a respeito da restituição, como da indemnisação. Não está porém ao seu alcance a legitimidade da quantia pedida, pois não estarão o facto do verdadeiro rendimento do Officio, especialmente no tempo de sua concessão por motivo remuneratorio. Não lhe parece bastante a demonstração de rendimento do tempo em que tem sido administrado pela Fazenda, tanto porque, sendo em 1825 de 14:681 \$313 rs., em 26 de 12:457 \$500 rs., e em 27 de 11:562 \$740 rs., apresenta diminuição, poste que pequena, como porque ignora se o resultado acima tem ou não sido sujeito a despesas. A Convenção apontada deve poister lugar com estas contemploações.

O mesmo parece ao Conselheiro João da Rocha Pinto, com a declaração porém: 1.º que a indemnisação se deve regular pela base indicada no requerimento; e consta do documento do Thesouro, para se dever entender que são liquidadas as quantias nelle indicadas, o que todavia melhor se poderá determinar á vista das contas

que devem existir no Thesouro: 2.º, que não devem ser contrangidos a receber em Fundos Públicos os rendimentos que se lhes devem, por não estarem comprehendidos na Lei de 15 de Novembro, que não pôde abranger quantias depositadas.

Parece ao Conselheiro Escrivão da Fazenda que o requerimento he indeferivel na maior parte do seu pedido, podendo apenas attende-se por equidade. Sendo duas as partes interessadas, a 1.ª Betamio, a quem se concedêra a Mercê do Officio por Decreto de 5 de Maio de 1796 (transcripto no Alvará de sobrevivencia do seu irmão José Betamio) passado em 25 de Julho id.; e a 2.ª a Viuva e filhas de Betamio, pai, ás quaes, por outro Alvará da mesma data, se concedêra para alimentos dos terços do rendimento do Officio, com facultade de nomear serventuario, durante a minoridade do Supplicante, cumprir examinar o direito deste, e qual no da familia, tanto a indemnisação, como restituição dos rendimentos pelo tempo referido. Que nenhum direito assiste a Betamio bem se conhece dos papeis, e até do proprio requerimento em que confessa que era mero serventuario de facto, repellido pela Lei, pois que nunca se encartou na Mercê, pagando, como devia, os novos direitos ao Officio, como claramente se depreheende do requerimento de Novos Direitos de 11 de Abril de 1661, que vem na Coll. 1.ª do Liv. 1.º, Tit. 2.º das Ord. — lbi:

« Toda a pessoa que servir sem pagar o novo direito perderá o Officio se for proprietario (*) até Minha Mercê, e sendo serventuario, ficará incapaz de poder mais servir, e pagará o dobro do que importar o Direito que deixou de pagar ás duas terças-partes para a Minha Fazenda, e a terça parte para o denunciador, e qualquer pessoa poderá denunciar, etc. » O facto de haver o Governo da Bahia admittido Betamio a serventia do Officio sem encarte e sem pagamento dos Direitos, seria bom argumento para o castigo, e demissão de taes Empregados, mas nunca para provar hum direito que a Lei lhe vedá. Caducando assim tambem a acção que tinha a quota da terça parte do rendimento do Officio durante a privação de facto que delle soffreu, pela privação de direito, a que aliás estava sujeito, por que acção tem a Fazenda de o reconvir pelo commissio, quando se trata da restituição consistente em dinheiro proveniente do mesmo Officio durante a sua, posto que tumultuaria privação, resta examinar aquella de sua Mãe e Irmãs. Tendo-se ellas encantado na pensão alimentaria de dous terços do rendimento do Officio, de que pagarão 150\$000 rs. de direito novo, e sendo consortes na remuneração dos serviços, com cuja natureza se fez a Mercê, parece-lhe, não de rigorosa justiça, mas de equidade, que se lhes defira a restituição dos dous terços do liquido rendimento do Officio durante a privação violenta de Betamio, até a data de sua legal extincção, consistindo a razão desta equidade em ser duro que as mesmas sejam prejudicadas por facto de terceiro, que se lhes não pôde imputar em commissio proprio, posto que se pôde dizer que o accessorio

segue o principal, e que, caducando a Mercê do Officio, caduca o seu encargo. Fundado nos mesmos principios, entende que lhes assiste razão para serem indemnizadas, segundo a Lei citada de 6 de Outubro de 28, mas está mui longe o seu voto do pedido de huma pensão annual de 12:000\$000 rs., pois que exorbita dos termos de huma verdadeira indemnisação. A Betamio, pai, se tinha concedido, em remuneração de serviços, a serventia vitalicia de hum emprego, que em 1796 andava lotado em 450\$000 rs., em cujo valor se concedeu, e pelo qual pagarão as Supplicants, de meia annata respectiva aos dous terços, 150\$000 rs.; a indemnisação pois justa he a Mercê de hum Officio de 900\$000 rs. a 1:000\$000 rs., que, no valor actual das cousas, equivale a 450\$000 rs. naquelle tempo. Entende portanto que a quota que pertence ás Supplicants da Mercê remuneratoria he 600\$000 rs., que por justiça se lhes pôde conceder como pensão annual com sobrevivencia de humas para outras, tendo assim lugar a compensação autorisada pela Lei de 6 de Outubro de 28. Rio 26 de Fevereiro de 1830.

Resolução. — Como parece ao Conselheiro Manoel José de Souza Franca. Paço em 16 de Junho de 1830. — Com a rubrica de S. M. I. — Marquez de Barbacena. — *Acha-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

PORTARIA DE 25 DE JUNHO.

Manuscripto authentic.

S. M. o Imperador ha por bem que, durante a molestia do Conselheiro Antonio Saraiva de Sampaio, sirva por elle de Fiscal da Junta de Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação, o Conselheiro José Paulo de Figueirôa Nahuco e Araujo, cujas funcções pôde actualmente desempenhar, por não estar já servindo o lugar de Juiz de fallidos. O que manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar á referida Junta para sua intelligencia e execução. Rio de Janeiro, 22 de Junho de 1830. — Marquez de Caravellas. — *Communicado em Portaria do Tribunal de 28 dito dito.*

AVISO DE 22 DE JUNHO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — S. M. o Imperador, em demonstração do seu sentimento pelo fallecimento de S. A. R. o Grão Duque Luiz de Baden, toma luto por 14 dias, que hão de começar em 24 do corrente, sendo este incluído no actual por S. M. a Imperatriz Rainha de Portugal: e determina que V. Ex. o acompanhe no dito luto. Deos guarde a V. Ex. Paço em 22 de Junho de 1830. — Miguel Calmon du Pin e Almeida. — Sr. Barão d'Itapôa.

RESOLUÇÃO DE 25 DE JUNHO.

Manuscripto authentic.

Pede Antonio Ribeiro de Paiva, Official Maior Graduado da Secretaria do Registo Geral das

Mercês, que, attenta a impossibilidade de o Thesoureiro do Conselho da Fazenda dar cumprimento á Portaria de 20 de Julho de 1829, pela qual o mesmo conselho mandára pagar ao supplicante 110,75 réis de ajudas de custo por molestia, vendidas nos annos de 1826 a 1829 inclusive, por se achar hoje aquella Secretaria annexa á do Imperio, se mande cumprir a mesma Portaria por onde convier. Remettido o negocio ao Conselho, informando o Thesoureiro da despeza do mesmo que a Portaria citada nunca lhe fôra apresentada, para elle, na fôrma do estylo, com ella requerer o pagamento, pois que o Supplicante o solicitára pela Secretaria do Imperio, talvez em virtude de ordens que o Thesoureiro informante ignora. O Procurador da Fazenda respondeu que, não se verificando, á vista da informação retro, a duvida apresentada pelo Supplicante, fiat justitia.

Parece ao Conselho que, sendo, como he, incorporada no Conselho a Secretaria do Registo Geral das Mercês pela lei de sua creação, e podendo somente por outra lei ser separada para se unir a differente repartição, o mesmo Conselho procedeu em regra quando mandou passar a Portaria referida. Em 24 de Março de 1830.

Resolução.—Como parece ao Conselho. Pago, 25 de Junho de 1830. — Com a rubrica de S. M. I.—Marquez de Barbacena.—*Acha-se o original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 25 DE JUNHO.

Manuscripto authenticico.

Senhor.—Por Portaria da Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio de 18 de Fevereiro do corrente anno, manda V. M. Imperial remetter a esta Commissão, para consultar o requerimento de Roberto da Silva dos Santos Pereira, do theor seguinte:—Diz Roberto da Silva dos S. P., Official da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, que tem a honra de servir a V. M. I. e á Nação ha mais de 14 annos; já no Thesouro Publico no lugar de 5º escriptuario, servindo por vezes o de Escrivão da fabrica de lapidação dos diamantes, sem perceber por isso augmento algum, já sendo chamado para o registo do expediente da Thesouraria Mór que serve de Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, pondo-o em dia, e isto depois de hum grande atrazo em que o mesmo se achava depois de terem outros sido nomeados para o pôr em dia, ficando, pelo contrario, mais atrazado; já sendo nomeado para tomar as contas do thesouro dos defuntos e ausentes, e finalmente para os differentes lugares do expediente, recebedoria, pagadoria, etc., sem para isso ter maior ordenado, e tudo desempenhando com honra, zelo e probidade, merecendo louvores da mesa do mesmo thesouro, como tudo se vê dos documentos juntos; que, além disto, prestou os relevantissimos serviços de evitar que nadasse esta côrte em sangue, sendo elle o primeiro que participou a rebelião das tropas portuguezas debaixo das ordens d'Avilez, communicando ao Commandante da força armada o estado de insubordinação daquellas tropas,

as suas pessimas intenções, os projectos que formavão de tomar os principaes pontos da cidade, como verificárão em parte, e o intentavão contra V. M. I., pelo que, na mesma noite, fez com que as tropas desta Cidade ficassem em armas e vigilancia, offerecendo-se pessoalmente e concorrendo para que se reunissem em defesa de V. M. I., enfraquecendo a força do dito Avilez, dando baixa aos seus soldados, na conformidade do decreto e proclamação de V. M. I.; como tudo tambem consta pelos documentos juntos; que, vendo-o estado de rebelião da Provincia Cisplatina, e não tendo hum só filho varão que offerecesse a V. M. I. para a defesa e integridade do Imperio, por só ter filhas, offereceu o soldo para duas praças enquanto existisse aquella guerra, cuja offerta foi muito do Imperial agrado, tendo-a satisfeito e cumprido, como consta dos documentos; que, tendo o supplicante servido a V. M. I. de hum maneira tão admiravel, e sendo a intenção de V. M. I. remunerar e distinguir os seus subditos que bem servem, como se vê das Imperiaes palavras do Decreto do 1º de Dezembro de 1822 do theor seguinte: «E por querer outrossim augmentar com a minha Imperial Munificencia os meios de remunerar os serviços que me têm prestado e houverem de prestar os subditos do Imperio», com o que V. M. I. creou a Ordem do Imperial Cruzeiro, e no § 15 do mesmo V. M. I. determina que deverão haver tenças e commendas de diversas lotações na fôrma que deliberar a Assembléa Legislativa, e o supplicante se persuade que serviços tão relevantes e extraordinarios quaes os prestados por elle são dignos da Imperial Contemplação e remuneração, e são garantidos pelo § 28 Tit. 8 da Constituição do Imperio, vem aos pés do throno de V. M. I. implorar e pedir a graça de hum tença ou pensão de 2:000,75 réis repartidamente para sua mulher e 4 filhas, e para si a commenda da Ordem Imperial do Cruzeiro, por ser creada para serviços feitos a V. M. I. e ao Imperio, servindo aquella pensão ou tença de lotação commenda e ficando assim remunerados serviços tão relevantes; pelo que pede a V. M. I. que, sendo do Imperial Agrado, seja servido mandar consultar o requerimento do supplicante para ser deferido como V. M. I. julgar de justiça. E B. M. Roberto da Silva dos Santos Pereira. E dando-se vista ao Procurador da Fazenda Nacional, respondeu este ultimamente pela maneira seguinte:—A pretensão parece extraordinaria e he de graça: o deferimento della com qualquer quantia depende da approvação da Assembléa Geral Legislativa. Rio 23 de Abril de 1830.—Barão de Itapocã.

Ouvindo depois o Conselheiro Fiscal das Mercês, disse: Estou conforme em ser a pretensão extraordinaria e de mera graça, assim como depender da approvação da Assembléa qualquer quantia com que se defira ao supplicante. Rio 15 de Maio de 1830.—Souza.

O que tudo visto, pareceu ao Conselho que o serviço ordinario do supplicante como 5º escriptuario de hum das Contadorias do Thesouro

Official de huma das Secretarias de Estado não está em circumstancias de huma remuneração pecuniária, ou seja pela sua qualidade ou pelo tempo de serviço; e, quanto á denuncia feita ao Brigadeiro Marcelho, não apparecendo o resultado politico da salvação do Estado que della resultasse, não pôde pelo Conselho ser avaliado o mesmo serviço. Rio 24 de Maio de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Leonardo Pinheiro de Vasconcellos, Dr. Luiz Thomaz Navarro de Campos, José Fortunato de Brito Abreu Souza Menezes, Manoel José de Souza França. — Foi voto o Conselheiro José Caetano de Andrade Pinto. — Não ha que deferir. Paço, 25 de Junho de 1830. — Com a rubrica de S. M. I. — Marquez de Caravellas. — *Original no cartorio actual do Thesouro Nacional.*

DECRETO DE 26 DE JUNHO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral: Fica extinto o Officio de Administrador da Alfandega da Villa de Santos na Provincia de S. Paulo, revogada a disposição em que se funda a sua criação. O Marquez de Barbacena, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 26 de Junho do anno de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a Rubrica de S. M. I. — Marquez de Barbacena.

DECRETO DE 26 DE JUNHO.

Coll. Braz.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. Único. A disposição do Art. 79 da lei do 1.º de Outubro de 1828, que manda conservar os Escrivães das Camaras Municipaes durante seus titulos, comprehende tambem os respectivos Escripturarios, creados por lei, para continuarem a servir, durante seus titulos, com os mesmos vencimentos que tiverem. O Marquez de Caravellas, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 26 de Junho de 1830, 1.º da Independencia e do Imperio. — Com a Rubrica de S. M. I. — Marquez de Caravellas.

DECRETO DE 28 DE JUNHO.

Coll. Braz.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º As Assembléas Parochiaes, em todos os seus trabalhos, serão presididas pelos Juizes de Paz do Lugar.

Art. 2.º Os Collegios Eleitoraes até a eleição da Mesa, na forma do Cap. 4.º, § 7.º das Instruções de 26 de Março de 1824, serão tambem presididos pelos Juizes de Paz das Cabeças de Districtos; e quando em alguma destas houver

mais de hum Juiz de Paz, competirá a presidencia áquelle a cujo districto pertencer o lugar da reunião.

Art. 3.º Onde ainda não estiverem eleitos os Juizes de Paz, nem houver outra autoridade civil, presidirão os Vereadores effectivos ou pessoas da Governança nomeadas pelas respectivas Camaras.

Art. 4.º Ficão por este modo declaradas as Instruções de 26 de Março de 1824, e o Decreto de 29 de Julho de 1828, revogadas todas as disposições em contrario; sem por isso se invalidarem as eleições que já estiverem feitas legalmente, na conformidade das sobreditas Instruções e Decreto.

O Marquez de Caravellas, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Junho de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a Rubrica de S. M. I. — Marquez de Caravellas.

DECRETO DE 28 DE JUNHO.

Coll. Braz.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º A autoridade dos Commandantes Geraes e Subalternos dos Districtos das Provincias do Imperio fica sendo puramente militar.

Art. 2.º Os Commandantes Militares de Praças, no caso de Guerra e de ter começado o investimento, continuarão a exercer a jurisdicção civil que as leis, Instruções e Ordens em vigor lhes tem concedido, no que toca á defesa dellas.

Art. 3.º Não haverá d'ora em diante Empregado Militar, de qualquer ordem ou natureza que seja, com o titulo de Governador. Este titulo será substituido pelo de Commandante.

O Conde do Rio Pardo, etc. Paço, em 28 de Junho de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a Rubrica de S. M. I. — Conde do Rio Pardo.

DECRETO DE 30 DE JUNHO.

Coll. Braz.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º As qualidades exigidas nos Eleitores Parochiaes pelo § 7.º do Cap. 2.º das Instruções de 26 de Março de 1824 devem ser avaliadas na consciencia dos votantes.

Art. 2.º Nenhuma duvida ou questão poderá suscitar-se acerca de taes qualidades.

Art. 3.º Está sem vigor, para este effeito sómente, o § 7.º, Cap. 2.º das sobreditas Instruções.

O Marquez de Caravellas, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 30 de Junho de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a Rubrica de S. M. I. — Marquez de Caravellas.

AVISO DE 1 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Foi presente a S. M. o I. o seu officio de 27 do passado acerca do embarço que lhe occorreu á prompta execução do Aviso de 23 do mesmo mez; e, em resposta, tenho a dizer a Vm. que he sem fundamento a duvida em que está sobre a classificação do crime de que trata o Officio do Presidente da Camara da Villa de Rezende, porque claramente se comprehende, no § 8.º da Ord. do Liv. 5.º, tit. 6.º, que, se a lei não designou o crime de Lesa Magestade nos casos de devassa declarados na Ord. Liv. 1.º, tit. 65; e mais extravagantes que os tem ampliado a outros crimes, ella o teve em vista, comprehendeu e claramente o annunciou quando permittio que se podem sobre elle inquirir ainda depois da morte do accusado ou infamado de tal maldade, como se vê na Ord. do Liv. 5.º, tit. 6.º, § 11. Que he insubsistente a outra duvida que representa fundada em opiniões de Praxistas sobre a necessidade de Decreto particular para se poder devassar sobre o crime de Lesa Magestade; porque assim a amplitude da palavra «inquirir», com que se exprime a citada Ord., comprehende não só o summario; mas a devassa; como porque, sendo na lei annunciada a devassa para o furto excedente á marco de prata, ou de simples ferimento feito de noite, ou só pelo facto de arrancamento de arma na Corte, não he crível que a negasse em tão grave e abominavel crime; finalmente, porque, se se não provasse o delinquente, tanto importava ter-se inquirido por via da devassa como de summario; e, se se provasse e a Relação entendesse que o caso não era de devassa, tendo-se procedido a ella, o crime não ficaria impunido, porque, pela providencia da Ord. do Liv. 1.º, tit. 5.º, § 12, a Relação está autorizada a sanar este defeito; não devendo fazer-lhe peso o facto das alçadas nomeadas nas occasiões de semelhantes crimes, porque ellas não tinham por fim dar nova forma de processo, mas tão sómente a nomeação de Juizes certos para o organisarem e julgarem definitivamente; portanto, proceda na forma que lhe foi ordenado (*). Deos Guarde a V. M. Paço, em 1.º de Julho de 1830.—Visconde de Alcantara.—Sr. Ouvidor da Comarca do Rio de Janeiro.—*Acha-se a fl. 154 v. e 155 do Liv. 10 da Corte na Secretaria da Justiça.*

DECRETO DE 1 DE JULHO.

Coll. Braz.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Os Presidentes das Juntas de Justiça do Imperio votarão sómente no caso de empate.

Art. 2.º As sobreditas Juntas constarão sempre

(*) O Aviso de 23 de Junho ordenou que, sem perda de tempo, passasse a Villa de Rezende inquirir sobre o facto que o Presidente da Camara Municipal da dita Villa dava por praticado pelo Capitão Eleuterio da Silva Prado filho e o Padre José Marques da Motta,

de 6 vogaes effectivos, incluso o Relator, além do Presidente.

O Visconde de Alcantara, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 1.º de Julho de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio.—Com a Rubrica de S. M. I.—Visconde de Alcantara.

DECRETO DE 1 DE JULHO.

Coll. Braz.

Hei por bem sanccionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Os Officios de Justiça que vagarem serão temporariamente providos pelos Magistrados ou Autoridades perante quem houverem de servir os Officiaes.

Art. 2.º O Magistrado ou Autoridade que prover algum Officio vago dará immediatamente parte ao Governo, com circumstanciada e documentada informação da idoneidade do provido, para prover-se a serventia vitalicia, ou nesse mesmo, ou em qualquer outro cidadão que nomear o Poder Executivo.

Art. 3.º Ficão revogadas todas as Leis, Alvarás, Decretos e mais Resoluções em contrario.

O Visconde de Alcantara, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 1.º de Julho de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. I.—Visconde de Alcantara.

AVISO DE 1 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Ilm. e Exm. Sr.—S. M. o I. ha por bem que sejam de Grande Gala os dias 10 e 31 do corrente, por ser o 1.º o do Augusto Nome de S. M. a Imperatriz, e o 2.º o do Faustissimo Anniversario do Nascimento da mesma Senhora, havendo beija-mão em ambos. O que participo a V. Ex. para sua intelligencia. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 1.º de Julho de 1830.—Marquês de Caravellas.—Sr. Barão de Itapoã.

DECRETO DE 5 DE JULHO.

Coll. Braz.

Hei por bem sanccionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. Os Escrivães das Camaras Episcopaes do Imperio são da livre nomeação dos Bispos, e amoviveis a seu arbitrio.

O Visconde de Alcantara, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Julho de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. I.—Visconde de Alcantara.

PORTARIA DE 6 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

S. M. o I., á vista da informação que, em Officio de 3 do corrente, dera o Conselheiro Procurador interino da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional sobre o requerimento de Fran-

cisco da Silva Lima, que pede o pagamento de 800\$, em que se avaliaria as duas casas que possuía na Ilha das Cobras e Ilheirão tomadas (*) para melhor estabelecimento da Cordoaria

(*) Edificadas nas faldas da Fortaleza, e cabendo-lhe por isso os princípios exarados na douda e noticiosa consulta seguinte:

Resolução de 19 de Julho de 1813.

Manuscripto authentic.

Senhor. — Por Aviso da Secretaria de Estado dos Negocios do Brazil, de 5 de Setembro do anno proximo pasado, dirigido a este Conselho, mandou V. A. R. se lhe consultasse com effeito o requerimento de Luiz Antonio de Faria Souza Lobato, do theor seguinte: — Senhor. Diz Luiz Antonio de Faria Souza Lobato, que tendo comprado huma chacara no alto do monte do Castello da parte do mar, a qual pertence e sempre pertencem ao terreno em que se acha estabelecida a casa dos fogos artificiaes com os restos de hum forte ou reduto que ali se formou, como se formarão em outro tempo no monte de S. Bento, no da Gloria e na montanha que lhe fica fronteira da parte de terra, tudo nos dias em que foi mister prover sobre a defesa desta cidade, entendeu o Supplicante que, assim como, passada a urgencia, forão desamparadas as baterias formadas naquelles montes e entrão na posse do terreno os seus respectivos donos, estava tambem o Supplicante nas mesmas circumstancias a respeito do forte denominado de S. Jannario, inteiramente abandonado, como ainda se vê, construido no terreno pertencente a hum particular no tempo da guerra, e que, portanto, hoje devia desfructar o Supplicante como proprietario delle, á vista do titulo que consta do documento A. Que a causa publica prefere á particular he principio de que ninguém duvida, e que V. A. R., segundo exige a mesma causa publica, pôde e he justo fazer uso dos bens de seus fieis vassallos; tambem todos reconhecem este principio de direito publico, mas tambem he certo que os soberanos augustos predecessores de V. A. R., e V. A. R. mesmo, combinando sempre a equidade com a justiça, tem exercitado de maneira este direito da soberania que os seus fieis vassallos sintão o menor incommodo possível. He prova disto a permissão concedida no Reino, nas praças, nas praias da capital, aqui mesmo, de podermos os particulares edificar em taes sitios, mesmo junto as muralhas de huma fortaleza, ficando obrigados a demolir as obras feitas, quando por occasião de guerra assim o exige a defesa do Estado. Por todas estas razões, que o Supplicante se persuadiu serião presentes á V. A. R., pediu por seu requerimento que V. A. R. fosse servido permitir que o Supplicante podesse aproveitar-se do terreno em que se acha aquella forte abandonada para nelle edificar casas para a sua habitação e da sua familia; ficando obrigado a cedê-lo logo que a defesa da cidade assim o requeresse, e que outrossim houvesse V. A. R. por bem ordenar a mudança da sobredita casa dos fogos, obrigando-se o Supplicante a paga-la pela sua justa avaliação, para que não soffresse detrimento a Real Fazenda, parecendo ao Supplicante que era indifferente o local para esta casa, e a sua existencia ali podia ser consequente para o Supplicante, e para os mais habitantes daquelle monte, por qualquer incidente que ali podesse acontecer. Apesar de todas as razões acima expendidas, foi respondido o requerimento do Supplicante com o Aviso C.; porém o Supplicante, persuadido que estas razões não forão lembradas e ponderadas na augusta presença de V. A. R., representando-se talvez que o Supplicante não podia adquirir o dominio daquelle terreno, porque não o tinha a vendedora por falta de titulo, e por outra parte, desejando o Supplicante evitar hum pleito longo e dispendioso, se anima a pôr novamente, com o maior respeito, na augusta presença de V. A. R. este requerimento, accrescentando as razões sobreditas os fundamentos que servem para provar o dominio do Supplicante, a plenitude do que tinha a vendedora daquelle terreno para o poder vender, como vendeu ao supplicante, e finalmente, que nunca pertenceu á Corôa o terreno de que se trata. O dominio do Supplicante prova-se pela escriptura da compra, documento A, e o da

que se está levantando na dita Ilha, ha por bem que se proceda ás formalidades e diligencias que forem de Lei ou estylo em semelhantes casos, afim de verificar-se o mencionado pagamento,

Supplicante prova-se pelo documento n. 14, que he o formal de partilhas por morte de seu pai; os documentos desde n. 1 até n. 15 provão que, sendo dado este terreno por sesmaria no anno de 1662, na conformidade da ordenação do Reino, livro 47, titulo 43, tem sido desde então possuido, vendido e escaibado segundo o interesse dos diversos possuidores até a vendedora delle ao Supplicante, e não pôde fazer duvida contra a legalidade deste titulo de sesmaria a falta de confirmação regia, porque a Carta Regia de 23 de novembro de 1698, documento n. 16, que mandou e ordenou essa solemnidade, positivamente declaron que ficavão sujeitas á essa condição as sesmarias que dali em diante conferissem os governadores das capitães deste Estado, ficando por conseguinte em todo o seu vigor todas as cartas de sesmarias concedidas anteriormente na conformidade da sobredita ordenação, huma vez que os terrenos fossem cultivados no tempo prescripto pela lei, como foi este de que se trata. E quando mesmo faltasse aquella solemnidade, seria esta a primeira carta de sesmaria para cuja confirmação negasse hoje V. A. R. a dispensa do lapso de tempo. O documento n. 17 prova a evidencia que este terreno nunca pertenceu á Real Fazenda, e desenvolve os princípios acima expendidos. Para defender a cidade na invasão dos Franceses, se construiu no terreno de hum particular hum forte que tambem se denominou de S. Jannario; passada a invasão, abandonou-se o local do forte, e hum particular o pediu como devoluto, e o Vice-Rei que então era em 1773 o deu com audiencia do Fiscal da Fazenda, com a clausula de o restituir a seu dono se apparecesse. Nem o Fiscal considerou este terreno como tendo estado nos proprios da Corôa, nem como tal o deu o Vice-Rei; he logo claro que não pertence á Corôa este terreno, mas sim ao particular de cuja chacara fazia parte, o qual, por effeito da clausula daquelle despacho o tirou, ao que pediu como devoluto, e o possuio, assim como todos os seus successores até o presente. Ficando, pois, demonstrada a legalidade e dominio do sobredito terreno que hoje pertence ao Supplicante, he manifesto tambem que a remoção da casa dos fogos e a permissão de poder o Supplicante usar e utilizar-se do terreno do forte de S. Jannario não pôde servir de objecto para huma discussão ordinaria; como se ensinou ao Supplicante no sobredito Aviso, mas que depende inteiramente do Real Arbitrio de V. A. R. com a graça pedida a hum dos seus fieis vassallos, a hum criado que teve a honra de acompanhar a V. A. R. para este Estado com toda a sua familia, e que procura ter huma habitação certa e segura, concorrendo tambem da sua parte para aformosear esta capital. Nestas circumstancias, o Supplicante, cheio de respeito e de esperanca na equidade e justiça de V. A. R., pede a V. A. R. que, por effeito desta soberana virtude, seja servido conceder ao supplicante a graça que pede e novamente implora, ou, quando sejiõ necessarias maiores informações, haja V. A. R. por bem, para evitar ao Supplicante despesas e delongas de huma causa ordinaria, mandar consultar este requerimento a qualquer dos tribunaes que for do agrado de V. A. R.: E Receberá Mercê. — Luiz Antonio de Faria de Souza Lobato.

Mandou o Conselho dar vista ao Desembargador Procurador da Corôa e Fazenda, e a requerimento deste que informasse com o seu parecer o Desembargador Juiz dos Feitos da Corôa e Fazenda: ao que satisfaz este Ministro com o Officio do theor seguinte: — Senhor. Os documentos offerecidos pelo Supplicante para verificar o titulo da sua acquisição não podem de forma alguma sustentar a sua pretensão; embora deduzo elle o seu direito remotamente da primordial sesmaria concedida a Jeronimo de Souza de Brito, na era de 1662; embora faça ver valiosa aquella concessão, ainda mesmo não sendo confirmada por bem da Carta Regia de 23 de Novembro de 1698, escripta ao Governador e Capitão-General do Rio de Janeiro, Arthur de Sá Menezes; embora fosse comprehendido naquella doação o local onde havia construido Francisco Dias da Luz, huma fortaleza que, por ficar arruinada com

procedendo a competente escriptura de compra das referidas casas, e sua incorporação aos

próprios nacionaes. O que manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, assim

o andar dos tempos, e della ter-se tirado a artilharia, fôra considerado devoluto o terreno para entrar na mesma concessão, conforme a informação que a camara dera naquella tempo ao Governador desta Provincia do Rio de Janeiro Pedro de Mello, se este primordial titulo lhe não pôde servir de guarda ao seu direito, derivado proximoamente dos vendedores, que o não podião transferir porque o não tinham, pois se mostra da informação do Provedor da Fazenda Real dada em 1773 que, supposto se podesse presumir que o dito terreno pertenceria as chacaras que comprou Julio Marcelo no Outeiro da Sé Velha em 1697 e as possuio posteriormente Antonio Ferreira da Cruz, pelas confrontações que se achão na escriptura de venda, contudo, se conservava sem cultura depois da invasão dos Francezes, e sem ser possuido por pessoa alguma o local onde naquella tempo se fortificou com artilharia para defesa desta cidade, e que, por esta razão de se achar devoluto e sem cultura o dito terreno, fôra novamente pedido por Manoel Rodrigues de Barros para o cultivar, com a expressa condição de o restituir outra vez quando fosse necessario a utilidade publica; como se vê da sua mesma supplica e concessão transcriptas no documento n. 47, de que assignara termo, obrigando-se a não repetir as beneficeitorias que tivesse feito no terreno concedido conditionalmente. Esta foi a condição expressa com que lhe fôra facultado o uso fructo do terreno controvvertido, e do que sem duvida havia de abrir mão todas as vezes que a causa publica assim o exigisse; com effeito, realison-se a condição quando naquella terreno concedido se levantou a bateria com artilharia que ainda nelle existe por ordem do Marquez do Lavradio, no tempo que governou como Vice-Rei desta Provincia do Rio de Janeiro, para onde passou, e ao depois sendo Vice-Rei de Estado Luiz de Vasconcellos e Souza, o laboratorio dos fogos artificiaes de guerra que antigamente existia na praia de Santa Luzia, pelo defeito da grande humidade do local. Isto posto, fica claramente demonstrado que, deduzindo os vendedores o seu direito na concessão feita a Manoel Rodrigues de Barros do terreno em questão, não se podião considerar senhores delle para comprehender na venda da sua chacara, por isso mesmo que o dito Barros já o não possuia em sua vida por se ter verificado a condição da causa publica por bem da qual devia abrir mão do terreno concedido, como de facto assim aconteceu; e a razão he clara, deduzida dos principios geraes de direito, porque, sendo a concessão feita conditionalmente, todos os effeitos da posse transferida e uso fructo cedido fôro inteiramente facultados enquanto não existisse a necessidade do terreno para a causa publica, que ficou expressamente ressalvada naquella concessão; existindo ella, caducou a concessão e os effeitos della, por ser esta natureza dos contractos e doações condicionaes. Não era necessario que houvesse incorporação do terreno nos proprios reaes para se verificar o direito da Real Fazenda, porque, sendo originariamente o terreno da Corôa depois de concedido por sesmaria, logo que se tornou inculto e não cultivado, para cujo fim he que fôra dado, se considera devoluto para outra vez ser dado sem mais audiencia do primeiro a quem tinha sido concedido por sesmaria, logo que se tornou, como se acha legislado no § 4.º do titulo 93 do livro 4.º das ordenações do Reino, maiormente achando-se devoluto e sem cultura alguma, e sem possuidor o mencionado terreno desde tão dilatados tempos, quaes dos da invasão dos Francezes, até o em que fôra pedido pelo impetrante Manoel Rodrigues de Barros, em 1773, quando era bastante para a carencia de acção que daquella primordial sesmaria podesse intentar-se pela prescripção *longissimi temporis* que havia decorrido contra os que algum direito tivessem ao terreno controvvertido, ou ainda quando não estivesse por este regulado pelas leis das sesmarias, pelas quaes hum mui curto espaço de tempo he sufficiente para caducar o direito da concessão, logo que se mostra inculto, e não aproveitado o terreno doado. Ainda quando realmente estivesse no dominio dos particulares o terreno que servio de objecto a representação, he sem questão que podia ser tirado para os fins da causa publica sem que o terreno assim des-

tinado a fins tão justos podesse mais ser considerado nos proprios dos particulares para servir de objecto ao presente contracto de compra e venda, antes são considerados, conforme o direito, fôra do commercio dos homens os bens destinados ao uso publico e defesa do Estado, para não deverem entrar em objectos de contractos: querer o Supplicante persuadir que o laboratorio dos fogos não deve ali existir por não ser conveniente a sua conservação pelo perigo dos moradores vizinhos, he muito além dos seus conhecimentos, huma vez que pela autoridades competentes está declarado o contrario, e julgado ser de muita necessidade aquelle local para os fins destinados. Quanto basta para se pôr perpetuo silencio á pretensão do Supplicante, a quem nenhum direito assiste pelos titulos juntos, á vista das razões ponderadas para entrar mais em questão semelhante materia: por cuja causa com justiça, rectidão e direito se indeferiu o primeiro requerimento do Supplicante no Real Aviso de 2 de Maio de 1811, transcripto no documento junto. He quanto posso informar e me parece sobre o requerimento novamente offerecido pelo Supplicante, em cumprimento da ordem de V. A. R., o que não obstante, V. A. R. decidirá com a justiça costumada. Rio de Janeiro, 23 de Janeiro de 1812. — O Desembargador Juiz dos Feitos da Corôa e Fazenda. — Joaquim de Amorim e Castro.

Sobre a qual informação, havendo ultimamente vista e mesmo Desembargador Procurador Regio, responden pela maneira seguinte: — Não duvida o Ministro informante de que o terreno de que se trata, em que se acha estabelecido o forte ou bateria e o laboratorio dos fogos artificiaes de guerra, fosse comprehendido na sesmaria primordial concedida no anno de 1662 a Jeronimo de Souza Brito, de quem o Supplicante e os antipossuidores da chacara em que existe o mesmo terreno derivão o seu direito: nem mesmo pôde isso entrar em duvida á vista dos documentos juntos e do contexto da mencionada sesmaria, que se deve considerar legal sem embargo de não se apresentar a sua confirmação, porque somente no anno de 1698 em diante se ordinário e exigirão estas confirmações. Persuade-se, porém, de que, apesar disto, não pôde ter lugar a pretensão do Supplicante, porque, tendo-se abandonado a cultura do dito terreno pelos antipossuidores da referida chacara, ficara elle devoluto; perdendo os mesmos antipossuidores o direito que a mencionado terreno podião ter para ser dado a outro, na forma da lei do Reino, sem mais audiencia delles: muito principalmente depois que, por bem da causa publica, se levantou no dito terreno huma bateria para defesa da cidade, por ordem do Marquez do Lavradio, sendo Vice-Rei deste Estado, mudando-se ultimamente para elle o sobredito laboratorio por ordem do Vice-Rei seu successor Luiz de Vasconcellos e Souza. Prescindindo, porém, da legitimidade da supposta devolução, não tendo havido citação e interpellação alguma para se haver por devoluto o dito terreno dado de sesmaria, e se dar a outro como supple a mesma lei do Reino, quando determina que em semelhantes casos possuio os possuidores das sesmarias requerer sua justiça, se tiverem legitimos embargos a se darem de novo ás terras que se lhes tinha dado de sesmaria; muito mais quando estas da questão (isto he, o sobredito terreno) não se mostram dadas a pessoa alguma de novo, instando contra a prescripção lembrada a má fé devida do titulo da sua concessão: entendo, contudo, que, achado-se sem uso algum e em abandono o sobredito forte ou bateria, por isso que, sendo levantado por ordem daquelle Vice-Rei, por occasião da guerra que naquella tempo havia, cessou este motivo; e que, concorrendo a em dilação na pessoa do Supplicante as circumstancias de ser criado de S. A. R., e de ter a honra e a fidelidade de acompanhar ao mesmo Senhor para esta cidade quando para ella passou pelos motivos que são notorios, seria incoherente privar-lo dos effeitos do dominio transmittido pela carta da dita sesmaria que vem entre os documentos juntos, deixando de se praticar com elle aquillo mesmo que se praticou com o primeiro sesmeiro Jeronimo José de Souza, a quem se concedeu e passou a dita sesmaria, dando-se as sobreditas terras que a formavão, sem embar-

participar ao mesmo Conselheiro Procurador interino da Corôa, para sua intelligencia e execução, restituindo-se-lhe o supracitado requere-

rimento e mais papeis annexos. Paço, em 6 de Julho de 1830.—Marquez de Paranaguá.

go de ter havido nellas hum forte que se achava arruinado e cahido, e por isso em abandono e sem uso; e que outrossim se praticou igualmente nas mesmas terras com Manoel Rodrigues de Barros, a quem se concedeu, pelo mesmo Vice-Rei o Marquez da Lavradio, que o podesse cercar e cultivar outra porção dellas em que se tinha levantado outro forte denominado de S. Januario, o qual se achava inteiramente destruido. Porquanto, bem sabido he que, no caso de chegar novamente o motivo de ser necessario levantar outra vez os ditos fortes e baterias, existe sempre livre o supremo dominio que tem o mesmo Senhor nos bens de seus vassallos para fazer uso delles segundo exigir a causa publica, sem comtudo os privar, fóra desses casos, do dominio que nelles tem e dos seus effeitos. O que procede com tanta razão que até nas praças fechadas e nas praças, que são plenamente do supremo dominio do dito Senhor, costuma elle permittir a edificação de casas, mesmo contiguas ás muralhas das respectivas fortalezas, com a clausula e obrigação de as demolirem á sua custa quando, para a defesa ou por bem da causa publica, fór determinada a sua demolição. Deve-se, portanto, consultar a S. A. R. nesta conformidade da favor da pretensão do Supplicante, com estas mesmas clausulas e condições. E outrossim, que, visto offerrecer-se o Supplicante a fazer a mudança do sobredito laboratorio dos fogos artificiaes de guerra á sua custa, pagando tambem á sua custa as bemfeitorias das casas e officinas do mesmo laboratorio; sendo manifestamente o perigo de alguma explosão a que está exposta a cidade por occasião e causa do referido laboratorio, sem embargo do que em contrario se diz, o que não pôde prevalecer contra a notoriedade do facto e a disposição das leis, que prohibem depositos de polvora dentro das cidades e villas, se consulte igualmente a S. A. R. nesta conformidade sobre esta segunda pretensão do mesmo Supplicante, que cede em beneficio commum dos moradores desta cidade, para que haja o mesmo Senhor por bem ordenar, pela repartição competente, que se faça esta mudança á custa do Supplicante, para onde melhor convier, pagando tambem o Supplicante as ditas bemfeitorias da referida casa e suas officinas.

O que tudo sendo visto, parece ao Conselho, conformando-se com a resposta do Desembargador Procurador da Corôa e Fazenda, que o Supplicante tem direito ao terreno que se acha occupado pela cortina ou bateria denominada de S. Januario, e pela casa dos fogos artificiaes que para ali foi transferida, por se ter arruinado a que se tinha estabelecido na praia de Santa Luzia. Este terreno tinha dono quando pela primeira vez se levantou nelle aquella bateria a requerimento de hum particular, e logo que cessarão os motivos da causa publica ou de novo se apresentário, foi alternativamente tomado ou abandonado e dado de sesmaria pelos Governadores desta Provincia, como se vê dos documentos que sobem juntos: o Supplicante, pelos titulos legais que apresenta, succede nos direitos dos antipossuidores deste terreno, e he claro que, se estivesse abandonada aquella bateria, ninguém lhe podia vedar os effeitos do seu dominio. Acresce que as leis permittem a edificação, não só nos terrenos reservados para a defesa das terras, mas mesmo junto ás muralhas das fortalezas, com a clausula de se demolirem as obras assim levantadas quando e sempre que o exige a defesa do Estado. Por estas razões, entende o Conselho que, tratando-se somente da bateria, he deferivel o requerimento do Supplicante. Quanto, porém, á mudança da sobredita casa dos fogos artificiaes, ainda que o Conselho reconhece a existencia das leis que defendem o deposito da polvora dentro da cidade, como se pôde hoje considerar o monte do Castello, e por outra parte vê que, sujeitando-se a fazer á sua custa aquella mudança, nenhum prejuizo vem á Real Fazenda, julga, comtudo, que este negocio excede as suas faculdades para sobre elle dar hum parecer que entenda justo e seguro, muito mais estando plenamente convencido de que só V. A. R. pôde pesar e avaliar os motivos do interesse da causa publica para, em consequencia, fazer uso da sua Real Soberania, e mandar suspender os effeitos dos direitos de que goza qualquer dos seus feis vassal-

los. Sobre tudo, porém, V. A. R. resolverá o que fór mais justo.

Parece, porém, ao Conselheiro Luiz Beltrão de Genvêa de Almeida que não he necessaria muita jurisprudencia para se conhecer a falta de direito, incapacidade e nullidade da carta de sesmaria que juntou a seu requerimento Luiz Antonio de Faria Souza Lobato para tirar dos proprios da Real Fazenda o local em que está o laboratorio dos fogos artificiaes de guerra com o nome de Forte de S. Januario. O Supplicante estabelece o seu direito na sesmaria concedida em 11 de Outubro de 1662 ao capitão Jeronimo de Souza, e que diz lhe pertence hoje por compra que fez a D. Anna Francisca da Cruz e outros. Este mesmo titulo he o que o exclue dessa pretensão e direito que julga ter, sem ser preciso recorrer ás faltas essenciaes que nelle se observão para se dever acreditar. Vê-se da mesma que o dito Jeronimo de Souza pediu o local em que estava e que ainda hoje está o forte de S. Januario, do qual fóra capitão Francisco Dias da Luz. Fosse qual fosse o estado de ruina do dito forte, elle tinha entrado e estava nos proprios da Corôa; por consequencia, não podia sair dos mesmos proprios pela simples informação da Camara, ou pelo arbitrario despacho do Governador Pedro de Mello; e quando sabbes, era nulla e incompetente, porque os proprios da Corôa não se concedem com tanta facilidade, nem por aquella fórma, nem por taes Juizes; e se se concederão, fóra abusivamente e por Juizes incompetentes. Com muita propriedade se deve applicar a este negocio a ordenação do livro 2º, titulo 35, § 22, que determina formaes palavras: «E nos bens de raiz que se dessem dahi em diante, se ao tempo dados já estivessem incorporados no patrimonio de El-Rei, convém a saber escriptos nos livros dos proprios, ou se na carta da mercê se fizesse expressa menção que fóra incorporados em o patrimonio Real, em taes casos como este, e em cada hum delles fossem os ditos bens havidos por bens da Corôa, e fossem julgados segundo a natureza e condição delles. As palavras—em taes casos como estes, e em cada hum delles—abrangeem todos os de semelhante natureza, e fazem a lei extensiva a todos os semelhantes; e já se sabe que o nosso direito manda julgar de semelhante para semelhante, em dez ordenações diversas. Por direito, as sesmarias incul-tas ou paradeiros que pertencem á Corôa não podem dar-se os Juizes Sesmeiros; essa jurisdicção he dos Almo-xarifes, ou de quem hoje os representa; he hum direito tão antigo que já se vê no Código Affonsoino, livro 4º, titulo 81, § 30, e tem sido incontravérso até o presente, seja qualquer que fór o titulo, modo, fórma ou nome que tinham esses bens. Portanto, ainda que o local do forte de S. Januario estivesse, no anno de 1662, no estado de ruina ou de paradeiro, o que era impossivel, como logo mostrarei, não tinha, por esse estado ruinoso, salido dos proprios da Corôa, nem perdido sua natureza, e como tal não pertencia ao Governador nem á Camara conceder-lo a hum particular. A culpa de hum tal estado, se a havia, era do Governador, era do Almo-xarife, era do Alcaide-Mor, era do Corregedor, era do Provedor, por não fazerem o que seus Regimentos determinão, e esta culpa não pôde nem deve paga-la a Real Corôa. Já se vê que de facto estava o forte de S. Januario incorporado nos proprios da Corôa, e que foi nulla a carta de sesmaria de 1662 sem ser necessario averiguar o titulo por que assim o estava: sabe-se, comtudo, sem a menor duvida, que o pai do tal Jeronimo de Souza não teve titulo algum anterior á factura do forte de S. Januario, porque o filho, que o pedia, he a consequencia que faltou ao pai, e entre a vida deste e a data da sesmaria achamos naquelle local o forte de S. Januario commandado por Francisco Dias da Luz, como expressamente declara a carta, que, por isso mesmo que he justa, pelo Supplicante faz a melhor prova para excluir o seu supposto direito. Se fosse necessario recorrer a demonstrações historicas externas para provar que aquelle local, pedido e concedido nullamente em 1662, não estava, nem podia estar nesse tempo, no estado que declara a carta, nem incul-to, nem paradeiro, bastaria dizer-se que elle nesse tempo já tinha o nome de Forte de S. Januario, guarne-

PROVISÃO DE 14 DE JULHO.

Manuscripto authenticico.

O Marquez de Barbacena etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia da Bahia que, tomando S. M. o Imperador em consideração quanto he oneroso ao expediente do Thesouro Nacional e de nenhum proveito aos recorrentes o processo que corre para se haver das respectivas Juntas de Fazenla informações sobre as frequentes supplicas das pessoas das diversas provincias deste Imperio que, julgando-se credores á Fazenda Nacional, procurão, directamente ou por intermédio das mesmas Juntas, o Imperial de-

cido com artilharia; que aquelle local era habitado desde o anno de 1583; em que foi trasladada a primeira povoação para esta cidade, existindo até essa epoca no forte de S. João com ella a Igreja de S. Sebastião para o sitio em que hoje o vemos, sendo esta a primeira e unica Matriz e Freguezia até o anno de 1676 que foi creta em Se; em 1733 foi transferida para a Igreja da Cruz, e desta para a do Rosario: agora, se huma povoação de hum seculo concentrada em hum local não muito extenso, de difficilissimo accesso, que os primeiros povoadores buscáram por cautela e temor do inimigo indigena e estrangeiros, onde existia a primeira e unica Freguezia, occupado por hum lado pelo Castello, por outro pelo Convento Jesuitico, por outro pelo forte de S. Januario; existia ainda no anno de 1662 teneno para se dar por semaria, he o que a boa critica não pôde acreditar, e muito menos se olharmos para a Carta Regia de 7 de Novembro de 1710, que assigna no Monte de S. Sebastião o armazem de polvora; já se vê que o Monte de S. Sebastião não he o Castello, mas sim o forte de S. Januario contiguo á Igreja. O meu voto limitar-se-ia ao que fica exposto sobre o direito da Corôa se o Desembargador e Procurador da Real Fazenda não mandasse fazer pela sua opinião a consulta nas seguintes palavras: «Deve-se, portanto, consultar a S. A. R. nesta conformidade a favor da pretensão do Supplicante.» Estas palavras, que prescrevem ao Conselho a regra de conducta, que se oppõe ao que V. A. R. já decidiu no energico e sabio Aviso de 2 de Maio de 1811, são bastantes para impossibilitarem com toda a sua resposta o mesmo Desembargador Procurador da Fazenda de contrariar o libello do Supplicante, no caso de V. A. R. mandar, como já mandou no Aviso de 7 de Maio de 1811, que este negocio se decidisse pelos meios ordinarios. Por todos estes motivos, direi mais, em beneficio da Real Fazenda, que as razões allegadas pelo Supplicante para obter a graça que pede, ou são alheias deste negocio, ou prejudiciaes ao Real serviço e ás urgencias do Estado. He alheia do negocio a circumstancia de ter o Supplicante a fortuna e honra de acompanhar a V. A. R. para este paiz. Aqui não se trata de despacho de serviços, mas sim do direito que V. A. R. tem no forte de S. Januario; além disso, a acção que o Supplicante praticou tem em si mesma o premio, menos que não se queira dar o nome de serviço a fidelidade, a vassallagem, a obediencia; o Supplicante como vassallo era obrigado a seguir o seu Augusto Soberano, e como criado a seu Real amo: Não haveria Portuguez, a não ser o Decreto de 26 de Novembro de 1807, que deixasse de fazer o mesmo que praticou o Supplicante; mas neste caso fallaria em Portugal hum exercito de heróes que sacrificia, com illustres alliados, a sua vida pelos direitos de V. A. R. e da patria, se o Supplicante ficasse em Portugal, e depois de ver desorganizado o paternal e providente governo que V. A. R. determinou por aquelle quasi propheticó decreto, e atravessasse as hostes inimigas, arriscasse a vida e buscasse seu ausente senhor, tinha incrementos, mas não fazia serviço, porque ficava equivoca a causa; tendo aquelle que por esta forma se evadia o interesse pessoal de salvar-se as vexações, atrocidades e horrores de hum governo espurio, illegitimo e barbaro; o Supplicante obrou, portanto, o que devia, e o que tinha por obrigação de obrar; além disto, exceptuados os poucos grandes dona-

ferimento, que sempre he mandar convencer a Fazenda pelos meios ordinarios, ha o mesmo Augusto Senhor por bem ordenar que a Junta evite a indicada superflua pratica, pois he de sua competencia o deferimento de semelhantes supplicas em virtude dos legaes documentos que lhe apresentarem: e quando duvidar do direito dos credores e não achar liquidada a obrigação do devedor da Fazenda Nacional, poderão elles convencê-la pelos meios e acções competentes, para se dar execução ao ultimo e legal julgamento que deve ser proferido com pleno conhecimento de causa e indispensavel audiencia do Provedor da mesma Fazenda. O que terá entendido e fará publicar para conhecimento dos pretendentes

tarios da Corôa, todos os mais tem recebido da benelica real mão de V. A. R. mais do que lá deixáram ou possuão seja na parte util, seja na honorifica; levem á balança razão e da justiça suas circumstancias passadas e presentes, conhecêram como estão sobeja e realmente recompensadas, e se examinare a sorte dos que ficáram, conhecêram qual he digna de inveja! He miseravel dialectica sustentar que o forte de S. Januario, porque não serve presentemente para a defesa, por termos os inimigos remotos, não poderá ainda servir; e que, no caso de ser algum dia necessario, tudo quanto se tiver construido e feito pôde reduzir-se e arruinar-se, se assim for conveniente a causa publica: por esta boa logica pôde-se pedir a forteza de S. João, a da Praia Vermelha, a do Leme, a de S. Clemente, que fazem a linha da defesa da Costa do Sul da Barra desta cidade: todos estes fortes estão sem exercicio, em excellente local para a cultura, e fizeram parte das semarias vizinhas; mas não seria hum ambiciôso o que pedisse hum daquelles logares para fazer huma casa de recreio ou de utilidade pessoal? Tambem he logica impolitica e anti-economica a que tira a consequencia de que, não servindo o forte de S. Januario para deposito e fabrica dos fogos artificiaes de guerra, por estar proximo a Corte, não possa ter outro destino de publica utilidade, isto em tempo que V. A. R. se tem visto obrigado, a magoa do seu Real Coração e despeza da sua Real Fazenda, a occupar edificios de diversas corporações e de particulares para destinos de publica utilidade e de absoluta necessidade? Não servirá o forte de S. Januario sem outra despeza para hum lugar proprio de convalescença dos soldados que tem o seu hospital immediato? Não poderá servir, como lugar proprio para hum observatorio? Não poderá servir por ser o seu local menos humido, para hum gabinete de physica, quando V. A. R. tem proposto crear, estabelecer e augmentar as artes e sciencias deste paiz? O argumento que se pretende fazer da licença concedida a Manoel Rodrigues de Barros he inteiramente diverso em natureza e circumstancias; quando o não fosse hum mal jámais autorisou outro, menos no estado de guerra, para se obter hum satisfacção. A vista de tudo, V. A. R. mandará o que for mais justo: Rio, em 16 de Dezembro de 1812. — Visconde de Condeixa. — Luiz Beltrão de Gouveia de Almeida. — Antonio José da Franca e Horta. — D. Manoel de Portugal e Castro. — Joaquim José de Souza Lobato. — Diogo de Toledo Lara Ordóñez. — Francisco Lopes de Souza de Faria Lemos.

Resolução. — Não estando plenamente provado a favor do Supplicante o dominio do terreno de que se trata, e sendo conveniente ao meu Real serviço, que ali se conserve o laboratorio dos fogos artificiaes de guerra, construido ha muito tempo sem que possa resultar prejuizo algum ás bases circumvizinhas, como me foi constante pelas informações a que mandei proceder, não ha que deferir, com declaração de que o mesmo Supplicante poderá usar da acção que julgar competir-lhe contra a minha Real Fazenda no Juizo dos Feitos della. Palacio do Rio de Janeiro, 19 de Julho de 1813. — Com a Rubrica do Principe Regente Nosso Senhor. — *Acha-se a fl. 20 a 35 do livro 2º do Regimento de Consultas no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

Luiz Antunes de Menezes o fez. Rio de Janeiro, aos 14 de julho de 1830. João Carlos Corrêa Lemos a fez escrever. — Marquez de Barbacena.

AVISO DE 19 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — S. M. o Imperador, a quem apresentei o officio de V. Ex. de 10 do corrente, manda responder a V. Ex. que as partes cumpre satisfazer o despacho do Ministro Relator do processo contra os Magistrados infractores da lei, no processo crime de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, constante da certidão junta ao mesmo officio. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 19 de Julho de 1830 — Visconde d'Alcantara. — Sr. José Albano Fragoso. — *Acha-se a fl. 136 v. do Liv. 10 da Côrte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 29 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

S. M. o Imperador manda remetter a V. S. o requerimento incluso do pardo Eufrazio Dias, escravo de Diogo de Azevedo Coutinho Maldonado, em que pretende a sua liberdade, e ha por bem que V. S., depois de examinar se o Supplicante he de boa conducta e tem a capacidade para poder sustentar-se de algum officio ou trabalho honesto e util, faça prescindir ao Supplicado o direito que o Supplicante tem de procurar a sua manumissão, assim como o seu dever de concorrer para a felicidade do dito escravo. Deos guarde a V. S. Paço em 29 de Julho de 1830. — Visconde d'Alcantara. — Sr. Antonio Augusto Monteiro de Barros. — *Acha-se a fl. 138 v. do Liv. 10 da Côrte na Secretaria da Justiça.*

DECRETO DE 30 DE JULHO.

Coll. Plancher.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º As qualidades exigidas nos Eleitores Parochiaes pelo paragrapho setimo do Capitulo segundo das Instrucções de vinte e seis de Março de mil oitocentos e vinte quatro, devem ser avaliadas na consciencia dos votantes.

Art. 2.º Nenhuma duvida ou questão poderá suscitar-se acerca de taes qualidades.

Art. 3.º Está sem vigor, para este effeito somente, o paragrapho setimo, Capitulo segundo, das sobreditas Instrucções.

O Marquez de Caravellas, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido, e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 30 de Julho de 1830, none da Independencia e do Imperio. — Com a Rubrica de S. M. I. — Marquez de Caravellas.

PORTARIA DE 3 DE AGOSTO.

Coll. Plancher.

Illm. e Exm. Sr. — Foi presente a S. M. o I. o Officio de V. Ex. de 26 de Junho ultimo, em que participa ter o Juiz de Fora da Villa de Goyana procedido a devassa, em consequencia do criminoso facto de haver-se queimado ali, na noite de 31 de Maio proximo passado, a Constituição do Imperio com motim e insultos aos Brazileiros, e inteirado o Mesmo Augusto Senhor de todo o acontecimento, assim como da fuga dos criminosos, Ha por bem Ordenar a V. Ex. que faça toda a diligencia para que elles sejam presos, e julgados, dando conta das Sentenças. Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Agosto de 1830. — Visconde de Alcantara. — Sr. Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos.

AVISO DE 12 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Determinando S. M. o I. que os Barris para conducção d'agua para o Hospital Militar da Côrte continuem assim a ser fornecidos pela Policia, assim o communico a V. S. para sua intelligencia e execução. Deos Guarde a V. S. Paço em 12 de Agosto de 1830. — Visconde de Alcantara. — Sr. Antonio Augusto Monteiro de Barros. — *Acha-se a fl. 140 do Liv. 1.º da Côrte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 17 DE AGOSTO.

Coll. Plancher.

Sua M. o I., Querendo evitar os abusos que se podem seguir de se admittirem escravos ao serviço das mesmas repartições em que os respectivos Srs. se achão empregados, Ha por bem que V. S., de accordo com o Intendente da Marinha, expeça as ordens necessarias afim de que sejam despedidos todos os escravos em taes circumstancias, empregando V. S. igualmente a maior vigilancia para que, debaixo de nomes de Srs. suppostos, e quaesquer outros pretextos, se não illuda esta Imperial Disposição. Deos Guarde a V. S. Paço em 17 de Agosto de 1830. — Marquez de Paranaguá. — Sr. Tristão Pio dos Santos.

Idem ao Intendente da Marinha.

AVISO DE 20 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. — Sr. S. M. o I.; tendo attenção ao que lhe representou o Padre Manoel Gomes Souto, Vigario Collado da Freguezia de S. João Baptista da Lagoa de Rodrigo de Freitas, e á informação que subio á Augusta Presença do Bispo Capellão Mór sobre a impossibilidade physica que elle tem de continuar no laborioso Ministerio Parochial, houve por bem, per Decreto de 16 do

corrente, aceitar-lhe a renúncia que fez da referida Igreja, cessando porém a pensão de 100.000 réis que lhe foi conferida e percebe pelo cofre da Junta da Fazenda do Arsenal do Exército. O que communico a V. Ex. affin de fazer expedir as ordens que forem convenientes á mesma Junta para execução desta ultima parte. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 20 de Agosto de 1830.—Visconde de Alcantara. — Sr. Conde do Rio Pardo.

Acha-se a fl. 420 V. do Liv. 1.º da Corte.

AVISO DE 25 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

S. M. o I. manda remetter a V. S. os quatro inclusos requerimentos de Luiz Gomes Araujo, affin de V. S. deferir como for de Direito e justiça, cabendo em sua jurisdicção, ou dar-lhes direcção a Juiz competente; ficando V. S. na intelligencia de não reenviar mais ao Governo os papéis que lhe forem dirigidos por pertencerem ao poder Judicial, de cujas decisões a Lei tem marcado ás partes os recursos convenientes. Deos Guarde a V. S. Paço, em 25 de Agosto de 1830. — Visconde de Alcantara. — Sr. Bernardo José da Gama.

Acha-se a fl. 145 do Liv. 1.º da Corte na Secretaria da Justiça.

DECRETO DE 26 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Está abolido o lugar de Juiz Almotacé; e as suas attribuições em vigor que não foram expressamente transferidas para as Camaras Municipaes, ou para outras Autoridades, pelas Leis respectivas de suas creações, pertencem aos Juizes de Paz.

Art. 2.º Das sentenças proferidas pelos Juizes de Paz sobre taes objectos, excedendo a alçada estabelecida no art. 5.º § 2.º da Lei de 15 de Outubro de 1827, haverá appellação para a Relação do Districto.

Art. 3.º Todos os processos findos, e ora pendentes no Juizo da Almotaceria, passarão para o Juizo de Paz da Freguezia ou Capella em que o réo tiver o seu domicilio.

Art. 4.º Os actos praticados pelos Juizes Almotacés, depois das Leis que creirão as Camaras Municipaes e os Juizes de Paz, em virtude das attribuições mencionadas no Art. 1.º, não poderão annullar-se por incompetencia de Juizo.

Art. 5.º Os Escrivães da Almotaceria, providos vitaliciamente, e que não tiverem outro officio, deverão ser indemnizados com outro de igual lotação.

Art. 6.º Ficão revogadas todas as Leis, Alvarás, Decretos e mais Disposições em contrario.

O Visconde de Alcantara, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 26 de Agosto de 1830, 9.º da

Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I.—Visconde de Alcantara.

DECRETO DE 26 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

O Governo fica autorisado a continuar por mais hum anno o pagamento de todas as Pensões, Tenças e mais Mercês pecuniarias que se percebão em virtude da Resolução de 21 de Julho de 1828, exceptuadas aquellas que já tem sido desapprovadas e as que forem antes desse praso.

O Marquez de Barbacena, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 26 de Agosto de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. o I. — Marquez de Barbacena.

CARTA DE LEI DE 26 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

D. Pedro I., etc. Fazemos saber a todos os nossos Subditos que a Assembléa Geral decretou e nós queremos a Lei seguinte:

Artigo 1.º Ficão dispensados de fazer exames preparatorios de Grammatica Latina, Rhetorica, Philosophia Racional e Moral, Arithmetica e Geometria, os Estudantes dos Cursos de Sciencias Juridicas e Sociaes de S. Paulo e Olinda, que os tem feito nas mesmas materias na Universidade de Coimbra ou nas Escolas de França, apresentando certidões authenticas das primeiras, e Cartas de Bachareis em Letras das segundas.

Art. 2.º Os Estudantes habilitados para fazer acto de qualquer dos annos dos Cursos Juridicos da Universidade de Coimbra ficão admittidos á matricula do anno seguinte nos Cursos das Sciencias Juridicas e Sociaes de S. Paulo e Olinda, fazendo previamente aquelle acto para que estavam habilitados na Universidade de Coimbra, e exame da lingua franceza.

Art. 3.º Ficão considerados como Bachareis Formados todos os Cidadãos Brasileiros que, tendo Cartas de Bachareis em Direito ou em Medicina, estão habilitados para fazer acto do 3.º anno na Universidade de Coimbra em qualquer das ditas Faculdades.

Art. 4.º Ficão igualmente considerados como Bachareis Formados em Philosophia ou Mathematica os Cidadãos Brasileiros que, matriculados ordinarios no 4.º anno de Philosophia ou Mathematica, estão habilitados com certidões authenticas para fazerem acto do mesmo anno na Universidade de Coimbra.

Art. 5.º As disposições da presente Lei somente comprehendem os Estudantes Brasileiros que regressarem da Universidade de Coimbra até á sua publicação.

Art. 6.º Ficão revogadas todas as Leis e mais disposições em contrario.

Mandamos, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 26 de Agosto de 1830, 9.^a da Independencia e do Imperio. — IMPERADOR com rubrica e guarda — L. S. — Visconde de Alcantara. — *Com os registos competentes.*

CARTA DE LEI DE 27 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

D. Pedro I., etc. Fazemos saber a todos os nossos Subditos que a Assembléa Geral decretou e nós queremos a Lei seguinte:

Artigo 1.^o O Governo mandará abrir hum canal para facilitar o commercio da Capital da Provincia do Maranhão com o interior, ou na paragem denominada Furo, onde já se principiou a obra, ou no lugar que fôr mais conveniente.

Art. 2.^o Fica applicada á despeza desta obra huma prestação mensal de 2:000 \$ pagapela Junta da Fazenda da referida Provincia.

Art. 3.^o Ficão revogadas as Leis, Alvarás, Decretos e mais Resoluções em contrario.

Mandamos, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 7 de Agosto de 1830, 9.^a da Independencia e do Imperio. — IMPERADOR com Rubrica e Guarda. — (L. S.) — Visconde de Alcantara. — *Com os registos competentes.*

CARTA DE LEI DE 27 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

D. Pedro I., etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1.^o Ficão exclusivamente pertencendo aos juizes seculares todas as contas de todos os testamentos e a decisão de todas as questões a elles relativas, qualquer que seja a natureza dos legados e disposições ou qualidade dos testamenteiros.

Art. 2.^o Os processos pendentes nos Juizes Ecclesiasticos, cuja alternativa não haverá mais lugar, passarão, no estado em que se acharem, para os juizes seculares.

Art. 3.^o Ficão revogadas todas as Leis, Alvarás, Provisões e mais ordens em contrario.

Mandamos, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 27 de Agosto de 1830, 9.^a da Independencia e do Imperio. — IMPERADOR com Guarda. — (L. S.) — Visconde de Alcantara. — *Com os Registos competentes.*

DECRETO DE 27 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.^o As causas Ecclesiasticas d'ora em diante serão julgadas em segunda e ultima instancia, na Relação competente.

Art. 2.^o As appellações interpostas para o Tribunal da Legacia, actualmente pendentes, ficão

de nenhum effeito; e as sentenças proferidas na Relação competente terão sua inteira execução.

O Visconde d'Alcantara etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 27 de Agosto de 1830, 9.^a da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Visconde de Alcantara.

DECRETO DE 27 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Fica approvada a pensão de 400.000 réis annuaes, conferida pelo Governo, em Resolução de consulta do Conselho da Fazenda a D. Maria Dorothea da Silveira Seixas, em remuneração dos serviços do seu marido José Venancio de Seixas, de quem se habilitou herdeira.

O Marquez de Barbacena etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 27 de Agosto de 1830, 9.^a da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Marquez de Barbacena.

CARTA DE LEI DE 27 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

D. Pedro etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1.^o Ficão abolidas as actuaes superintendencias e Juntas de lançamento da decima imposta pelo Alvará de 27 de Junho de 1808, sobre os rendimentos dos predios urbanos das Cidades, Villas e lugares notaveis do Imperio.

Art. 2.^o O lançamento e a cobrança deste Imposto, que continuará como foi estabelecido nas leis da sua creação, serão feitos por Collectores, cujo numero se regulará pelo interesse publico e pela extensão dos lugares, e que serão nomeados na Provincia do Rio de Janeiro pelo Tribunal do Thesouro, e nas outras Provincias do Imperio pelas Juntas ou Administrações de Fazenda. Estes Collectores serão assistidos de Escrivães de receita que serão nomeados do mesmo modo.

Art. 3.^o Nas cidades onde não houver Juntas ou Administrações da Fazenda e nas villas as Camaras Municipaes proporão, em listas triplices, pessoas idoneas para serem nomeadas Collectores e Escrivães da decima, e o Thesouro, Juntas ou Administrações nomearão d'entre os propostos aquelles que julgarem mais aptos.

Art. 4.^o As Camaras Municipaes marcarão nas Cidades e Villas os limites dentro dos quaes deve ter lugar o lançamento, e outrosim designarão os lugares notaveis para esse fim, attendendo a sua população. Desta demarcação e designação remetterão copias ao Thesouro, Juntas ou Administrações respectivas.

Art. 5.^o Para o lançamento e receita de cada hum anno terão os Collectores dous livros, os quaes serão rubricados gratuitamente pelos Presidentes das Camaras Municipaes dos Districtos.

Art. 6.^o O lançamento começará em cada hum

anno no mez de Janeiro, e findará no mais curto prazo possível. Se os predios estiverem alugados, será feito o lançamento á vista dos recibos do aluguel que pagarem os inquilinos, ou por juramento destes quando não apresentarem recibos. Se estiverem occupados pelos proprios donos, far-se-ha por arbitramento do que poderão render andando alugados.

Art. 7.º Compete tanto aos Collectores como aos Collectados o direito de reclamar contra o lançamento, durante o tempo do mesmo até o dia em que começar a cobrança exclusivamente.

Art. 8.º As reclamações serão feitas perante o Juiz de Paz, e decididas por arbitros nomeados pelo Collector e Collectado; e, no caso de discordarem no arbitramento, o Juiz de Paz nomeará um terceiro a apazimento das partes. Destes arbitramentos poderão as partes recorrer nesta Provincia para o Thesouro, nas outras para as Juntas ou Administrações de Fazenda.

Art. 9.º Dentro do edificio do Thesouro, Juntas e Administrações de Fazenda, serão designados lugares com cofres, onde, precedendo editaes, concorrerão os collectados a pagar a Collecta, fazendo-se esta cobrança no ultimo mez de cada semestre.

Art. 10.º Nas cidades em que não houver Juntas ou Administrações de Fazenda e nas villas as Camaras Municipaes designarão os lugares e cofres para a arrecadação.

Art. 11.º Passado o mez destinado para a cobrança á boca do cofre, proceder-se-ha executivamente contra os Collectados que não tiverem pago, devendo correr a execução perante o Juiz de Paz do districto em que o predio fór situado, se a quantia da mesma não exceder a sua alçada, e, no caso de excedê-las, perante as Justicas ordinarias.

Art. 12.º Os Collectores da Cidade do Rio de Janeiro, e os das outras cidades em que houver Juntas ou Administrações, são obrigados a recolher aos cofres geraes da Fazenda Publica, no principio de cada mez, todo o dinheiro pertencente á Collecta que tiverem recebido no mez antecedente, havendo conhecimento das entradas para sua desoneração e conta final que se lhes tomará á vista dos livros respectivos, fazendo-se logo effectiva a responsabilidade dos mesmos, e bem assim a dos Escrivães por qualquer engano, e pelo que deixarem de cobrar, se não mostrarem haver feito diligencia.

Art. 13.º Os Collectores das cidades em que não houver Juntas ou Administrações e os das villas são obrigados a fazer as entradas nos cofres geraes por quarteis, guardando-se em tudo o mais o que fica disposto no artigo antecedente. Estas entradas e as de que trata o Art. 12 serão feitas á custa da Fazenda Publica, e pelo modo que fór determinado pelo Thesouro, Juntas ou Administrações.

Art. 14.º Pelo trabalho do lançamento e cobrança, perceberão os Collectores e Escrivães 5 por cento de tudo quanto entregarem nos cofres geraes da Fazenda Publica, os quaes, depois de deduzidas as despesas de livros e do mais que

necessario fór para os ditos lançamentos e cobrança, repartirão entre si, recebendo o Collector na razão de treze e o Escrivão na razão de dous. Quando, porém, o rendimento da decima não chegar a 6:000.000 réis, fica ao prudente arbitrio do Presidente do Thesouro nesta Provincia, e das Juntas ou Administrações de Fazenda nas outras, augmentar a Commissão.

Art. 15.º Os Collectores de que trata o Art. 12 prestarão fiança idonea ao valor de 1 oitavo, outros mencionados no Art. 13 ao de 1 quarto da sua collecta annual, calculando-se para este fim o rendimento da Collecta, segundo o lançamento do anno anterior.

Art. 16.º Esta fiança será recebida pelas Juntas ou Administrações da Fazenda nas cidades em que as houver e naquellas em que as não houver, e bem assim nas villas, pelas Camaras Municipaes.

Art. 17.º O Thesouro, Juntas e Administrações, logo que esta lei fór publicada, farão recolher no estado em que estiverem todos os livros de lançamento e de receita que existirem em poder dos extinctos Superintendentes, fazendo conferir as contas para a effectiva responsabilidade dos mesmos, na conformidade das leis. Finda a conferencia dos livros, serão os mesmos entregues aos Collectores, para continuarem nos termos da cobrança do que se dever e fazerem as entradas nos cofres geraes pela maneira declarada na presente lei. O Collector e Escrivão terão 3 por cento desta arrecadação, ficando os 2 para indemnisação do Superintendente que houver feito o lançamento.

Art. 18.º Ficão revogadas todas as Leis, Alvarás, Decretos e Ordens em contrario.

Mandamos, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 27 de Agosto de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — IMPERADOR COM rubrica e guarda. — (L. S.) — Marquez de Barbacena. — *Com os Registos competentes.*

CARTA DE LEI DE 28 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

D. Pedro I, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1.º A lei assegura ao descobridor ou inventor de huma industria util a propriedade e uso exclusivo da sua descoberta ou invenção.

Art. 2.º O que melhorar huma descoberta ou invenção tem no melhoramento o direito de descobridor ou inventor.

Art. 3.º Ao introductor de huma industria estrangeira se dará hum premio proporcionado á utilidade e difficuldade da introdução.

Art. 4.º O direito do descobridor ou inventor será firmado por huma Patente, concedida gratuitamente, pagando só o sello e o feito; e para conseguila:

I. Mostrará por escripto que a industria a que se refere he da sua propria invenção ou descoberta.

II. Depositará no Archivo Publico huma exacta e fiel exposição dos meios e processos de que se serviu, com planos, desenhos ou modelos que os esclareça, e sem elles, se não poder illustrar exactamente a materia.

Art. 5.º As Patentes se concederão segundo a qualidade da descoberta ou invenção por espaço de 5 até 20 annos: o maior prazo só poderá ser concedido por lei.

Art. 6.º Se o Governo comprar o segredo da invenção ou descoberta, fa-lo-ha publicar; no caso porém de ter unicamente concedido patente, o segredo se conservará occulto até que expire o prazo da patente. Findo este, he obrigado o inventor ou descobridor a patentear o segredo.

Art. 7.º O infractor do direito de patente perderá os instrumentos e productos: e pagará, além disso, huma multa igual á 10.ª parte do valor dos productos fabricados e as custas, ficando sempre sujeito á indemnisação de perdas e damnos. Os instrumentos e productos e a multa serão applicados ao dono da patente.

Art. 8.º O que tiver huma patente poderá dispor della como bem lhe parecer, usando elle mesmo ou cedendo a hum ou a mais.

Art. 9.º No caso de se encontrarem 2 ou mais, nos meios por que tenham conseguido qualquer fim, e coincidindo ao mesmo tempo em pedir a patente, esta se concederá a todos.

Art. 10.º Toda a patente cessa, e he nenhuma: I. Provando-se que o agraciado faltou á verdade ou foi diminuto, occultando materia essencial na exposição ou declaração que fez para obter a Patente.

II. Provando-se ao que se diz inventor ou descobridor que a invenção ou descoberta se acha impressa e descripta tal qual elle a apresentou como sua.

III. Se o agraciado não pozer em pratica a invenção ou descoberta, dentro de 2 annos depois de concedida a patente.

IV. Se o descobridor ou inventor obtve pela mesma descoberta ou invenção patente em paiz estrangeiro. Neste caso, porém terá, como introductor, direito ao premio estabelecido no Art. 5.º

V. Se o genero manufacturado ou fabricado for reconhecido nocivo ao publico ou contrario ás leis.

VI. Cessa tambem o direito de patente para aquelles que, antes da concessão della, usavão do mesmo invento ou descoberta.

Art. 11.º O Governo fica autorisado a mandar passar as patentes, conformando-se com a disposição da presente lei, sendo sempre ouvido o Procurador da Corôa, Fazenda e Soberania Nacional.

Art. 12.º Ficão revogadas todas as leis e disposições em contrario.

Mandamos, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 23 do mez de Agosto de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Imperador com Rubrica e Guarda. — (L. S.) — Visconde de Alcantara. — Com os registos competentes.

PORTARIA DE 30 DE AGOSTO.

Coll. Plancher.

Constando a S. M. o I. que os proprietarios de algumas sumacas, para se subtrahirem ao pagamento dos direitos e impostos a que as mesmas estão sujeitas na conformidade da Lei, as tem despachado como lanchas: e verificando-se, pela informação junta por copia, que se exigira da Inspeção do Arsenal de Marinha a existencia de tão prejudicial abuso, Ordena o Mesmo Augusto Senhor que d'ora em diante se não admitão a despachar nessa Mesa lanchas sem que se apresente hum documento authenticico por onde se reconheça a sua verdadeira qualidade; recomendando Sua Magestade Imperial a mais escrupulosa fiscalisação dessa Mesa em semelhante objecto, a bem de se não defraudarem os mencionados direitos e impostos; e mandando outrossim restituir a V. S. os despachos inclusos que ultimamente se apresentarão nesta Secretaria de Estado para a expedição do competente passaporte a taes embarcações, assim de se observar a seu respeito o que a Lei determina. Deps Guarde a V. S. Paço, em 30 de Agosto de 1830. — Marquez de Paranáguá. — Sr. Francisco Lopes de Souza Faria e Lemos.

3 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

FALLA com que S. M. o I. encerrou a sessão ordinaria da Assembléa Geral Legislativa.

Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação.

Muito sinto dever significar á Assembléa Geral quanto me foi desagradavel que chegasse o tempo marcado para o encerramento desta Sessão sem que tivessem sido expedidos alguns actos que a Constituição do Imperio exige, que eu havia recomendado, e que a Nação toda esperava do patriotismo dos seus Representantes.

Cumprindo-me, porém, como o primeiro e mais interessado pela prosperidade do Brazil, occorrer com prompto e legal remedio aos males da patria; e reconhecendo a urgencia e indispensabilidade de algumas medidas legislativas que ficarão pendentes, e de outras que ás criticas circumstancias em que está o Brazil reclamão, tenho resolvido convocar extraordinariamente a Assembléa Geral, assim de que trate daquelles objectos que na Falla do Throno eu houver por bem indicar-lhe. Está fechada a Sessão. — Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil.

DECRETO DE 3 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

Tendo ouvido o meu Conselho de Estado, Hei por bem convocar extraordinariamente a Assembléa Geral Legislativa e ordenar que se reuna para ser aberta no dia 8 do corrente mez

de Setembro, continuando suas Sessões até o ultimo de Outubro seguinte, por assim o pedir o bem do Estado. O Visconde, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 3 de Setembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Visconde de Alcantara.

AVISO DE 7 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

Tendo chegado a este porto, no dia 6 do corrente mez, a barca nacional *Elisia*, vinda com 42 dias da bahia de Lourenço Marques, com 519 cativos, e bem assim de Moçambique, com 81 dias, o brigue portuguez *Africano Oriental*, com 376 cativos pertencentes a João Alves da Silva Porto, participando a 1.ª terem morrido na viagem 91, e a 2.ª 116 dos indicados negros, e achando-se já as ditas embarcações debaixo da vigilancia de Guardas da Alfandega: Ordena S. M. o I. que V. S. mandando formar os autos necessários, os envie ao Superintendente Geral dos contrabandos para progredir nos mais termos de direito. Deos Guarde a V. S. Paço, em 7 de Setembro de 1830. — Visconde de Alcantara. — Sr. Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. — *Acha-se a fl. 145 v. do Liv. 10 da Côrte na Secretaria da Justiça*

8 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

FALLA com que S. M. o I. abriu a Sessão Extraordinária da Assembléa Geral Legislativa.

Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação.

Convoquei extraordinariamente a Assembléa Geral para recomendar ao seu zelo e sabedoria aquellas medidas que julgo mais urgentes e indispensaveis na crise actual, afim de remover os grandes males que pesão sobre meus fieis subditos, e promover a felicidade geral do Imperio. As medidas que entendo dever indicar á Assembléa Geral são:

A conclusão das Leis que devem, segundo determina a Constituição, fixar as forças tanto de terra como de mar, ordinarias e extraordinarias.

A conclusão da Lei do Orçamento.

Hum prompto e efficaz remedio para melhorar, quanto antes, a circulação do papel-moeda e da moeda de cobre.

A organização de hum Banco Nacional.

A discussão das Propostas que na Sessão ordinaria deste anno fui servido mandar apresentar á Assembléa, e daquellas que possão ser feitas pelo Governo.

A discussão do Codigo Penal e do Processo Criminal.

Hum Lei que regule a justa arrecadação dos Dízimos.

Finalmente, espero ver tomadas na consideração que merecem as Representações e Propos-

tas mais interessantes dos Conselhos Geraes das Províncias.

Tues são, Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação, os assumptos que me parecerão mais importantes, e que deverão atrahir a vossa attenção e merecer o vosso zelo na presente Sessão extraordinária. A necessidade das medidas que acabo de indicar-vos he manifesta, a sua utilidade he obvia, e as criticas circumstancias as exigem immediata e imperiosamente. Está aberta a Sessão. — IMPERADOR Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil.

CARTA DE LEI DE 10 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

D. Pedro, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou e nós queremos a Lei seguinte:

Artigo 1.º Fica extinta a Mesa do Despacho Maritimo, creada nesta Côrte por Alvará de 3 de Fevereiro de 1810.

Art. 2.º Todos os emolumentos, á excepção dos da Intendencia e Secretaria da Marinha, e todos os impostos e contribuições, qualquer que seja a sua denominação e applicação, serão arrecadados e escripturados nesta Côrte pela Administração das Diversas Rendas, e nos outros portos das Províncias do Imperio pelas Estações que arrecadão os direitos de sahida.

Art. 3.º A arrecadação e escripturação de que trata o Artigo antecedente ficão, sob a fiscalização do Administrador das Diversas Rendas, a cargo dos Escrivães e Thesoureiros da extinta Mesa do Despacho Maritimo, como até o presente, os quaes continuarão a perceber os seus ordenados.

Art. 4.º O passaporte, huma vez concedido á Embarcação empregada no commercio de cabotagem, não será reformado senão no caso de mudar de dono, de nome ou de fôrma de armação, mas fica sujeito ao—Visto—, que será gratuito, da Autoridade competente.

Art. 5.º As Embarcações mencionadas no Art. antecedente ficão isentas de todo e qualquer emolumento, á excepção dos que pertencem ás Santas Casas de Misericórdia, e ás Secretarias onde receberem o passaporte.

Art. 6.º Os Empregados da Mesa do Despacho Maritimo, que não passão para a Administração das Diversas Rendas, continuarão a perceber os seus ordenados, quando não tenham outros officios, nem percebam quaesquer outros rendimentos, ou emquanto não fôrem de novo empregados. Estes empregados serão obrigados a aceitar os emprégos para que fôrem nomeados pelo Governo, sendo nesta Côrte, pena de perderem os ordenados, e sendo para fóra da Côrte, sômente no caso de o requererem.

Art. 7.º Os empregados mencionados nos Arts. 2.º e 3.º da presente Lei regular-se-hão pelas Instrucções que lhes der o Governo.

Art. 8.º Ficão revogadas todas as Leis, Alvarás, Decretos e mais disposições em contrario.

Mandamos, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 10 de Setembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — IMPERADOR com Rubrica e Guarda. — Marquez de Barbacena. — Com os registos competentes.

DECRETO DE 10 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral: Artigo Unico. A moeda estrangeira de ouro e prata, e o ouro em barra e a prata em pinha, são livres de quaesquer direitos de entrada ou consumo nos Portos e Alfandegas do Imperio.

O Marquez de Barbacena, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 10 de Setembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Marquez de Barbacena.

DECRETO DE 10 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Artigo Unico. A attribuição de conferir Cartas de Seguro aos Militares de 1.ª e 2.ª Linha, por crimes civis, em que os Auditores não as possam conceder, compete ás Juntas de Justiça Militar nas Provincias respectivas.

O Conde do Rio Pardo, etc. Paço, em 10 de Setembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Conde do Rio Pardo.

DECRETO DE 10 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Artigo 1.º Fica approvada a creação de duas Cadeiras de primeiras letras na Cidade do Deserto, Provincia de S. Catharina; huma para o ensino de meninos, com o ordenado annual de 360.000 rs., e a outra para o ensino de meninas, com o ordenado annual de 260.000 rs.

Art. 2.º Fica tambem approvada a creação de Cadeiras de primeiras letras, para o ensino de meninos nas Villas seguintes: huma na da Laguna, outra na de Lages; e a ultima na de S. Francisco; cada huma dellas com o ordenado annual de 260.000 rs.

Art. 3.º Na falta de Professores com os conhecimentos exigidos no § 6.º da Lei de 15 de Outubro de 1827, serão inteiramente providos na forma das Leis anteriores com o ordenado de 150.000 rs., até que os mesmos ou outros concorrentes se habilitem com os referidos conhecimentos.

O Visconde de Alcantara, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 10 de Setembro de 1830, 9.º da

Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Visconde de Alcantara.

DECRETO DE 11 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Artigo 1.º Os Membros dos Conselhos Provincias são isentos do exercicio de Juizes de Facto, durante o tempo das reuniões dos ditos Conselhos.

Art. 2.º Ficão derogadas todas as disposições em contrario.

O Visconde de Alcantara, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Setembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Visconde de Alcantara.

DECRETO DE 11 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral:

Artigo unico. Ficão approvadas as aposentadorias concedidas a José de Souza Santos, Juiz da Balança da Casa da Moeda da Cidade do Rio de Janeiro, por decreto de 6 de Fevereiro de 1828, com o ordenado por inteiro; a José Joaquim Calazans, Porteiro da Secretaria de Estado dos Negocios da guerra, por decreto de 17 de Março de 1830, com o ordenado annual de 350.000 rs.; a Francisco de Salles Gomes, Official da Secretaria do Governo do Maranhão, por Aviso de 30 de Setembro de 1829, com 90.000 rs., metade do ordenado, que percebia; a Eusebio Nunes de Paiva Mattos, Feitor da Mesa da Estiva da Alfandega da Bahia, por decreto de 15 de Junho de 1830, com o ordenado de 400.000 rs.; a Antonio Maria de Moura, segundo Escripturario da Contadoria da Marinha da Corte, por Decreto de 29 de Novembro de 1828, com o ordenado de 400.000 rs.; a João Innocencio de Azeredo Coutinho, Escrivão da Receita e Despesa da Intendencia do Ouro da Villa do Principe, por Decreto de 6 de Maio de 1830, com o ordenado de 800.000 rs.; a Joaquim Ignacio Lopes de Andrade, Escrivão Deputado da Junta da Fazenda da Provincia de S. Paulo, por decreto de 19 de Novembro de 1829, com 600.000 rs. de ordenado; a Nicoláo Viegas de Proença, Official Maior da Secretaria da Intendencia Geral da Policia, por decreto de 27 de Novembro de 1829, com 400.000 rs. de ordenado; a Antonio José Rodrigues Paiva, Practicante da Junta da Fazenda da Provincia da Parahyba do Norte, por decreto de 6 de Fevereiro de 1830, com o ordenado de 120.000 rs.; a João da Silva Mattos, Porteiro da dita Junta, por Decreto da mesma data, com o ordenado de 72.000 rs.; a Manoel José Barbosa da Lomba, Deputado e Contador substituto da Junta dos Arsenaes do Exercito, pela resolução de Consul-

ta da mesma Junta de 12 de Março de 1830, com o ordenado de 800.000 rs.; a José de Rezende Costa, Escrivão da Mesa do Thesouro, por decreto de 31 de Outubro de 1827, com o ordenado de 1:600.000; a José Caetano de Brito, 1.º Official menor do Assentamento do Conselho da Fazenda, por apostilla de 3 de Setembro de 1828, com o ordenado de 300.000 rs.

O Marquez de Barbacena etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Setembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a Rubrica de S. M. I. — Marquez de Barbacena.

DECRETO DE 11 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Nomear-se-hão Juizes de Paz em todas as Capellas Filiaes Curadas, onde por qualquer motivo não se tenham até agora nomeado, os quaes durarão o mesmo tempo que as Camaras actuaes.

Art. 2.º São Capellas Filiaes Curadas todas as Capellas destinadas á administração dos Sacramentos ao Povo de hum certo Districto.

Art. 3.º Os Districtos das Capellas para que devem nomear-se, e de todas as outras em que já existem nomeados Juizes de Paz, serão marcados pelas Camaras Municipaes em cujo termo estiverem as mesmas Capellas, contanto que cada huma dellas não comprehenda menos de 75 fogos.

Art. 4.º Quando os limites de huma Freguezia ou Capella se estenderem além do Termo da Municipalidade onde está situada a Freguezia ou Capella, a jurisdição do Juiz de Paz limitar-se-ha ao Termo Civil dessa Municipalidade, e o resto do territorio da Freguezia ou Capella annexar-se-ha á jurisdição de Paz da outra Municipalidade a que pertencer.

Art. 5.º Os Officiaes de Quarteirões, nos lugares remotos, donde seja difficil recorrer ao Juiz de Paz, exercerão cumulativamente a jurisdição dos Juizes de Paz, ficando reservado a estes poderem emendar os seus actos, para o que os ditos Officiaes de Quarteirões lhes darão conta de tudo que obrarem, e delle receberão instruções para se dirigirem. As Camaras Municipaes designarão estes lugares.

Art. 6.º Ficão sem effeito as eleições de Juizes de Paz que se tiverem feito para Capellas Filiaes que não forem Curadas, na forma do Art. 2.º, ficando porém revalidadas todas as Sentenças e actos de officio por elles praticados.

Art. 7.º Na eleição para Juizes de Paz, terão voto activo e passivo todos aquelles que, além dos mais requisitos declarados nos Arts. 2.º e 3.º da lei de 15 de Setembro de 1827, e no Art. 3.º da lei do 1.º de Outubro de 1828, tiverem domicilio dentro do Districto da respectiva Capella.

Art. 8.º A eleição far-se-ha d'ora em diante em cada huma das Capellas, substituindo o Cappellão as vezes do Parocho, e observando-se em

tudo o mais o que se acha disposto na lei do 1.º de Outubro de 1828, Art. 7.º e seguintes.

Art. 9.º Proceder-se-ha, immediatamente que publicada fór a presente resolução, ás demarcações e eleições por ellas ordenadas.

O Visconde de Alcantara, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Setembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a Rubrica de S. M. I. — Visconde de Alcantara.

CARTA DE LEI DE 11 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

D. Pedro, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1.º Os presos ou afiançados podem livremente ser citados e demandados por qualquer feito civil.

Art. 2.º He-lhes concedida a dilação de 60 dias para prepararem a sua defesa, além daquelle que concedem as leis geraes.

Art. 3.º Quando não comparecerem a defender-se, nomear-se-lhes-ha hum Curador.

Art. 4.º O preso ou afiançado terá a escolha do Fóro da prisão ou da fiança ou daquelle a que era sujeito.

Art. 5.º A reconciliação será feita perante o Juiz de Paz do districto da prisão ou daquelle em que foi prestada a fiança. A escolha do fóro será feita pelo réo no acto da conciliação.

Art. 6.º Fica revogada a Ordenação, Liv. 3.º, Tit. 9.º, § 12, e todas as mais disposições em contrario.

Mandamos, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 11 dias do mez de Setembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — IMPERADOR com Guarda. — (L. S.) — Visconde de Alcantara. — Com os registos competentes.

RESOLUÇÃO DE 13 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

Foi a consultar o requerimento de Angelo José de Saldanha, que pede ser restituído ao lugar de Escrivão da Junta de Fazenda de Pernambuco, de que fóra suspenso por Portaria da mesma Junta de 16 de Abril de 1828, expedida como em execução da Provisão do Thesouro de 3 de Agosto de 1826, respectiva á promptificação de Balanços annuaes. Juntos varios officios e informações, respondeu o Procurador da Fazenda que a pretensão estava no caso de ser consultada favoravelmente com justiça, emquanto o Supplicante não fór legalmente julgado incurso na pena do perdimento deste emprego, para cujo desempenho se tinha mostrado idoneo, não só antes de nomeado, como em seu exercicio. Depois da terminante e indefinita disposição do § 2.º da lei de 11 de Outubro de 1827, que manda conferir os empregos de Fazenda por titulos de serventia vitalicia, não se podem considerar em vigor a da Carta de lei de 22 de Dezembro de 1761, que

declara os ditos empregos de meras serventias amovíveis; nem mesmo se entendia antes da lei de 27 tão amplo e livre o arbitrio do Governo a respeito das demissões dos Empregados de Fazenda, que se não devesse regular pela norma da razão e justiça universal para com aquelles somente que commettessem demonstrados erros de officio, como o Governo entendeu em muitos casos. Offerece finalmente á consideração o que se officiou em 27 de Agosto de 1828, a que se seguiu o parecer do Conselheiro Thesoureiro Mór de ficar de nenhum effeito a suspensão.

Parece ao Conselho que, posto a Provisão do Governo citada ordenasse á Junta a remessa annual do Balanço da Receita e Despeza e mais informações respectivas ao estado da Fazenda da Provincia, com pena de suspensão ao Escrivão Deputado, quando até o fim de Janeiro não tivesse promptos estes trabalhos, o Supplicante está nas circumstancias de ser restituído ao lugar: 1.º, porque o procedimento da Junta na suspensão de Saldanha não pôde deixar de ter a presumpção de má vontade e tenção particular contra elle, á vista das precedentes contestações entre elle e seus collegas a respeito da arrematação dos meios direitos da Alfandega de Pernambuco, que se fez contra o voto do Supplicante e interesses da Fazenda, sobre a qual se expedia pelo Thesouro a Provisão de 6 de Agosto de 1828, estranhando o irregular procedimento da Junta, e louvando ao Supplicante, havendo-se por nulla a dita arrematação; 2.º, que, qualquer que fosse a causa da falta de pontualidade na apresentação dos trabalhos indicados, a qual se não prova por não depender só do Escrivão da Junta, mas da cooperação de terceiros, bastante lhe parece o castigo da remoção e privação do lugar por quasi 2 annos a hum Official que tem servido com credito de zeloso dos seus deveres; quando talvez a muitos outros emiguas circumstancias se tenham disfarçado identicas ou maiores omissões, não convido que a severidade do Governo caia somente sobre aquelles que melhor servem á causa publica, compromettendo por ella seus interesses particulares, como parece acontecer com o Supplicante, com terrivel exemplo que pôde escarmentar a outros aconselhando-os a condescendencias prejudiciaes em materia de grave interesse da Fazenda.

Parece ao Conselheiro José Fortunato de Brito que foi legal a imposição da pena ordenada pela Provisão de 26, por se não poder duvidar, mas antes ser unanimemente confessado, que o Supplicante não cumpriu o que ella determinára e não haver elle representado, e nem mesmo allegando agora impossibilidade de a ella satisfazer em tempo; se he probo, capaz e zeloso, não he exacto no cumprimento de seus deveres respeito ao que lhe foi ordenado por autoridade superior com a pena estabelecida; está falta, ou melhor este crime, existe e triste será o andamento do Governo, e jámais se poderá esperar que os Empregados cumprão seus deveres exactamente se os delinquentes tiverem certas esperanças nas graças e perdões, se os crimes se não punirem e

não forem premiados o merecimento e serviços. Por todos estes motivos, e por se achar o dito emprego provido em Antonio Marianno de Azevedo, que o exerce ha mais de hum anno sem ter commettido crime pelo qual possa ser suspenso, emquanto o Supplicante foi suspenso em pena, entende ser indeferivel a pretensão. Em 19 de Fevereiro de 1830.

Resolução. — Está bem. Paço da Boa Vista, 13 de Setembro de 1830. — Com a Rubrica de S. M. I. — Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — *No cartorio actual do Thesouro Nacional.*

CARTA DE LEI DE 13 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

D. Pedro, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou e nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º O contracto por escripto pelo qual hum Brasileiro ou Estrangeiro, dentro ou fóra do Imperio, se obrigar a prestar serviços por tempo determinado ou por empreitada, havendo adiantamento no todo ou em parte da quantia contractada, será mantido pela forma seguinte:

Art. 2.º O que estipulou para si os serviços: 1.º, poderá transferir a outro este contracto, comtanto que não peiore a condição do que se obrigou a presta-los, nem lhe seja negada essa transferencia no mesmo contracto; 2.º, não poderá apartar-se do contracto emquanto a outra parte, obrigada aos serviços, cumprir a sua obrigação, sem que lhe pague os serviços prestados e mais a metade do preço contractado; 3.º, será compelido pelo Juiz de Paz, depois de ouvido verbalmente, á satisfação dos jornaes, soldada ou preço, e a todas as outras condições do contracto, sendo preso se em 2 dias depois da condemnação não fizer effectivamente o pagamento ou não prestar caução sufficiente.

Art. 3.º O que se obrigou a prestar serviços só poderá negar-se á prestação delles emquanto a outra parte cumprir a sua obrigação, restituindo os recebimentos adiantados, descontados os serviços prestados, e pagando ametade do que mais ganharia se cumprisse o contracto por inteiro.

Art. 4.º Fóra do caso do Artigo precedente, o Juiz de Paz constrangerá ao prestador dos serviços a cumprir o seu dever, castigando-o correctionalmente com prisão, e depois de 3 correções inefficazes, o condemnará a trabalhar em prisão até indemnizar a outra parte.

Art. 5.º O prestador de serviços que, evadindo-se ao cumprimento do contracto, se ausentar do lugar, será a elle reconduzido preso por deprecada do Juiz de Paz, provando-se na presença deste o contracto e a infracção.

Art. 6.º As deprecadas do Juiz de Paz, tanto neste caso como em qualquer outro, serão simples cartas que contenhão a rogativa e os motivos da prisão, sem outra formalidade mais que a assignatura do Juiz de Paz e seu Escrivão.

Art. 7.º O contracto mantido pela presente

lei não poderá celebrar-se, debaixo de qualquer pretexto que seja, com os Africanos barbaros, á excepção daquelles que actualmente existem no Brazil.

Art. 8.º Ficão revogadas todas as Leis e Disposições em contrario.

Mandamos, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 13 dias de Setembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — IMPERADOR com Guarda. — (L. S.) — Visconde de Alcantara. — *Com os registos competentes.*

DECRETO DE 13 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

He por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Na cedula de votação para Juiz de Paz e Supplente será distinctamente designada huma pessoa para Juiz de Paz e outra para Supplente. Na falta dessa designação, entende-se o 1.º nome escripto para Juiz de Paz e o 2.º para Supplente.

Art. 2.º Apurados os votos para Juiz de Paz, ficará eleito o que tiver a maioria, e os votos que recahirão em outras pessoas serão considerados como votos para Supplentes, e se juntarão a estes, formando-se com huns e outros a lista geral de todos os votados, a qual será lançada na Acta, depois de declarada a eleição do Juiz de Paz e incluída na participação á Camara: e esta Acta ficará servindo de regra para a escolha de Juizes de Paz Supplentes.

Art. 3.º Será Supplente do Juiz de Paz o immediato em votos, e assim se proseguirá até o ultimo votado, extinctos os quaes, proceda-se a nova eleição.

O Visconde de Alcantara, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Setembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a Rubrica de S. M. I. — Visconde de Alcantara.

DECRETO DE 14 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

He por bem sancionar e mandar que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. Unico. A disposição da Resolução de 11 de Setembro de 1826 he extensiva aos recenseamentos ou Certidões das arrecadações das heranças dos defuntos e ausentes. O Visconde de Alcantara, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 14 de Setembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a Rubrica de S. M. I. — Visconde de Alcantara.

CARTA DE LEI DE 20 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

D. Pedro, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou e nós queremos a lei seguinte:

TITULO 1.º — Dos abusos da liberdade de exprimir os pensamentos por impressos, por palavras e manuscritos, e das suas penas.

Art. 1.º Todos podem communicar os seus pensamentos por palavras, escriptos, e publicos pela imprensa sem dependencia de censura, contanto que hajão de responder pelos abusos que commetterem em exercicio deste direito, nos casos, e pela fórma que esta Lei prescreve. Constituição, Art. 179, § 4.º

Art. 2.º Abusão do direito de communicar os seus pensamentos os que por impresso de qualquer natureza que seja emitirem:

1.º Ataques dirigidos a destruir o systema Monarchico-Representativo abraçado e jurado pela nação e seu Chefe.

Os responsaveis incorrem na pena de prisão de 3 a 2 annos, e na pecuniaria de 1 a 3.000\$.

2.º Provocações dirigidas a excitar rebellião contra a Pessoa do Imperador e seus direitos ao Throno.

Os responsaveis incorrem nas penas do § 1.º

3.º Provocações dirigidas a se desobedecer as Leis e as Autoridades constituídas.

Os responsaveis incorrem na pena de prisão de 2 a 6 annos, e na pecuniaria de 800\$ a 2.400\$.

4.º Doutrinas dirigidas a destruir as verdades fundamentais da existencia de Deos, e da immortalidade da alma, e a espalhar blasphemias contra Deos.

Os responsaveis incorrem nas mesmas penas do § antecedente.

5.º Calumnias, injurias e zombarias contra a Religião do Imperio, assim pelo que pertence aos seus Dogmas como ao seu Culto. Evidente offensa da Moral Publica.

Os responsaveis incorrem, pelo que pertence aos Dogmas, nas mesmas penas do § 3.º, e pelo que pertence ao Culto e á Moral, na pena de prisão de 6 mezes a 1 anno, e na pecuniaria de 50\$ a 150\$.

6.º Calumnias, injurias, e zombarias aos diferentes Cultos estrangeiros estabelecidos no paiz, com permissoão e garantia da Constituição.

Os responsaveis incorrem na pena de prisão de 3 a 9 mezes, e na pecuniaria de 30 a 90\$.

7.º Imputações offensivas e injurias expressas, ou por allegorias ao Imperador, á sua Augusta Esposa ou ao Principe herdeiro.

Os responsaveis incorrem, pelo que pertence ao Imperador, nas mesmas penas do § 2.º, e pelo que pertence á Imperatriz e ao Principe herdeiro, na pena de prisão de 1 a 3 annos, e na pecuniaria de 300 a 900\$. As injurias feitas a todos ou a cada hum dos Agentes do poder executivo não se entendem directa nem indirectamente feitas ao Imperador.

8.º Injurias á Regencia ou ao Regente.

Os responsaveis incorrem na pena de 1 a 3 annos de prisão, e na pecuniaria de 300 a 900\$.

9.º Injurias contra as Pessoas da Familia Imperial.

Os responsaveis incorrem na pena de prisão

de 6 a 18 mezes, e na pecuniaria de 150 a 450\$.

10. Injúrias á Assembléa Geral Legislativa, a cada huma das Camaras, ou a cada hum dos seus Membros, pelas opiniões que emittirem no exercicio de suas funcções.

O responsavel, quanto á Assembléa Geral ou a cada huma das Camaras, incorrem na pena de prisão de 1 a 5 annos, e na pecuniaria de 300 a 900\$, e quanto a cada hum de seus membros, na de 6 a 18 mezes de prisão, e 200 a 600\$.

11. Injúrias contendo imputações de crimes publicos, em que ha lugar a acção popular ou procedimento official de justiça, contra corporações e quaesquer empregados que exercção autoridade publica ou contra quaesquer pessoas.

Os responsaveis são admittidos a provar taes imputações para serem relevados; aliás, incorrem pelas injurias contra corporações, na pena de prisão de 6 a 18 mezes, e na pecuniaria de 200 a 600\$; contra os Empregados Publicos, na pena de prisão de 4 mezes a 1 anno, e na pecuniaria de 100 a 300\$; contra quaesquer pessoas, na prisão de 1 a 3 mezes, e na pecuniaria de 40 a 120\$.

12. Injúrias a Corporações ou a Empregados Publicos, imputando-se-lhes infracções de Leis no desempenho de seus Officios ou abusos de autoridade, não sendo taes infracções e abusos da natureza daquelles em que tem lugar acção popular ou procedimento official de justiça.

Os responsaveis são admittidos a provar, e não o fazendo, incorrem, quanto ás Corporações, na pena de prisão de 2 a 6 mezes, e na pecuniaria de 40 a 120\$; emquanto aos demais Empregados Publicos, na de prisão de 1 a 3 mezes, e na pecuniaria de 30 a 90\$.

13. Injúrias contendo factos da vida privada, ou expressões affrontosas dirigidas a deprimir a fama ou credito do Cidadão, seja ou não Empregado Publico.

Os responsaveis não são admittidos a provar, e incorrem na pena de prisão de 1 a 3 mezes, e na pecuniaria de 20 a 200\$.

Artigo 5.º Não são criminosos, e por isso não dão lugar a formação de processos e imposição de penas:

1.º As analyses razoaveis dos principios e usos religiosos.

2.º As analyses razoaveis da Constituição, não se atacando as suas bases fundamentaes e das Leis existentes, sem provocar desobediencia a ellas; as censuras dos actos do Governo e da Administração Publica sem se atacar a sua autoridade legal, e as allegações em juizo, não sendo estranhas ao processo, e sendo feitas todas as ditas analyses, censuras e allegações, posto que vigorosas em substancia, em termos decentes e comedidos.

Artigo 4.º Tambem abusão os que publicarem gravuras sediciosas, diffamatorias e immorales, dirigidas a algum dos fins expressados nos Arts. 1.º e 2.º.

Os responsaveis incorrem na metade das pe-

nas que em taes casos se impoirão aos que abusarem por escriptos impressos.

Artigo 5.º Nos mesmos casos em que por esta Lei são puniveis os abusos da liberdade da imprensa, são igualmente puniveis os abusos das palavras e dos escriptos não impressos; mas, nos abusos de palavras em que tem lugar a accusação por officio publico, he necessario que se prove evidentemente que as palavras forão proferidas em altas vozes, em publicas reuniões, com manifesto animo de provocar ou de injuriar.

Os responsaveis incorrem nas mesmas penas do Art. antecedente.

Art. 6.º Todo o escripto será lido e interpretado para o julgamento, conforme as leis da boa hermeneutica, e jámais será julgado meramente por phrases isoladas e deslocadas.

TITULO II. — Dos Responsaveis.

Artigo 7.º He responsavel pelos abusos de qualquer impresso ou gravura:

1.º O impressor, o qual ficará isento de responsabilidade mostrando por escripto obrigação de responsabilidade do editor, sendo esta pessoa conhecida, residente no Brazil, que esteja no gozo dos direitos politicos, salvo quando escrever em causa propria.

2.º O editor que se obrigou, o qual ficará isento da responsabilidade mostrando obrigação pela qual o autor se responsabilise, tendo este as mesmas qualidades exigidas no editor para escusar o impressor.

3.º O autor que se obrigou.

4.º O vendedor e o que fizer distribuir os impressos ou gravuras, quando não constar quem he o impressor.

Artigo 8.º Nenhum impressor poderá imprimir ou publicar qualquer escripto sem que nelle designe em dous diferentes lugares, e de maneira que não possa cortar-se, a denominação da Typographia, lugar e anno em que he impresso.

O responsavel incorre na pena de 50\$, e na perda dos exemplares.

Artigo 9.º Todo aquelle impressor que imprimir ou publicar qualquer escripto incursão em alguns dos Arts. desta Lei, debaixo de nome de pessoa que se não obrigara a responder na forma do Art. 1.º deste Titulo, pagará a multa de 100\$, além das penas em que incorrer pelo abuso do escripto.

Artigo 10. Na mesma pena incorre o impressor convencido de haver falsamente designado a Typographia e lugar da impressão do escripto na forma do Art. 9.

Artigo 11. Todos os que imprimirem ou publicarem ou venderem escriptos ou gravuras já condemnadas por abusos considerados taes por esta Lei, incorrem nas penas impostas aos primeiros réos.

Artigo 12. Não são responsaveis os que imprimirem, ou de qualquer modo fizerem circular as opiniões e os discursos enunciados pelos Senadores ou Deputados no exercicio de suas

funções, comtanto que não sejam alterados essencialmente na substancia ou forma.

Artigo 13. São responsáveis pelos abusos de escriptos não impressos o autor, se se provar que circularão com o seu consentimento, como qualquer outro que os communicar.

TITULO III. — Da Eleição dos Jurados e Promotores do Jury.

Artigo 14. Em cada huma das Cidades e Villas haverá hum Conselho de Jurados, eleito pela maneira seguinte :

Art. 15. As Camaras Municipaes, depois de tomarem posse, convocarão os Eleitores da Municipalidade, e juntos os Vereadores com os Eleitores, elegerão nas Capitais das Provincias 60 homens, e nas outras Cidades e Villas 50, para Jurados, com as mesmas formalidades com que se elegem os Deputados á Assembléa Geral Legislativa. Na mesma occasião e pela mesma forma se elegerá hum Promotor para cada hum dos ditos Conselhos.

Artigo 16. São elegiveis todos os que podem ser Eleitores, á excepção dos Senadores, Deputados, Conselheiros de Estado, Ministros de Estado, Bispos, Magistrados, Juizes Ecclesiasticos, Vigarios, Presidentes e Secretarios das Provincias, Commandantes das Armas e Commandantes dos Corpos de 1.^a e 2.^a Linha.

Os Promotores devem ser formados em Direito ou Advogados de profissão, e onde absolutamente os não houverem, eleger-se-ha quem parecer mais apto para isso, e poderão ser reconduzidos consentindo elles.

Artigo 17. Feitas as eleições, extrahir-se-ha huma lista authentica de todos que tiverão votos tanto para Jurados, como para Promotores, e, por ordem do Presidente da Camara respectiva, far-se-hão as cedulas que precisas forem, com os nomes dos que devem servir na conformidade do Art. 15, as quaes se recolherão em huma urna, que ficará guardada com a lista total dos votados no Archivo da Camara.

Artigo 18. O mesmo Presidente da Camara mandará affixar nos lugares publicos e do costume, e publicar por via dos jornaes, havendo-os, a relação de todos os que tiverão votos.

Artigo 19. Os Eleitos entrarão logo em exercicio, e servirão até serem outros nomeados; e só poderão escusar-se sendo maiores de 70 annos, ou tendo impedimento physico ou moral, reconhecido pelo mesmo Conselho de Jurados.

TITULO IV. — Do Jury de Accusação.

Artigo 20. No dia designado para formação do Jury de accusação, achando-se presentes, no lugar que for determinado, o Juiz de Direito com o Escrivão, os Jurados, o Promotor e a parte accusadora, havendo-a, fará o Juiz de Direito abrir a urna, e verificar publicamente que nella se achão todas as cedulas, e, fazendo-as recolher outra vez, mandará extrahir por hum menino 12 cedulas, se o Jury fór nas Capitais das Provincias, e 10 nos outros lugares.

As pessoas nellas designadas formarão o Jury, que será presidido pelo primeiro que tiver sahido á sorte.

Artigo 21. O Juiz de Direito lhes deferirá juramento pela forma que abaixo se transcreve, e quivindo ao Promotor e a parte accusadora, havendo-a, e ao denunciado, querendo, com as testemunhas e provas que apresentarem, entregará os autos da denuncia ao Presidente do Jury, e retirando-se immediatamente os Juizes de Facto a outra sala sós e a portas fechadas, conferenciarão sobre o objecto em questão: o que pela maioria absoluta fór accordado será escripto por hum delles e assignado por todos.

Voltando os ditos Juizes de Facto á primeira sala, dirá o seu Presidente em voz alta: — O Jury achou ou não achou materia para accusação. —

Artigo 22. Quando a decisão fór negativa, o Juiz de Direito, por sua sentença lançada nos autos, julgará de nenhum effeito a denuncia.

Artigo 23. Quando a decisão fór affirmativa, a sentença declarará que há lugar a formar-se accusação, e ordenará, nos casos do Art. 2.^o §§ 1.^o e 2.^o que o responsavel seja posto em custodia, e que se sequestrem (qualquer que seja o objecto da denuncia) os impressos, escriptos ou gravuras denunciados.

Formula do Processo.

Juro pronunciar bem e sinceramente nesta causa haver-me com franqueza e verdade, e tendo diante de meus olhos Deos e a Lei, e preferir o meu voto segundo a minha consciencia.

TITULO V. — Do Jury de Julgação.

Artigo 24. Apresentado o processo accusatorio ao Juiz de Direito, este mandará notificar o accusado, para que por si ou por seu procurador, ou conjunctamente, compareça no lugar determinado para o segundo Jury.

Artigo 25. Esta notificação, que será feita 5 dias, pelo menos, antes da reunião, irá acompanhada da copia do libello, e dos documentos e do rol das testemunhas.

Artigo 26. No dia aprazado, o Juiz de Direito, achando-se reunido o Conselho, e presentes o Promotor e a parte accusadora, havendo-a, o accusado e os Advogados que por qualquer das partes se apresentarem, mandará proceder á sorteação na forma do Art. 20, e os que sahirem á sorte, não tendo impedimento legal, formarão o Jury de julgação, que será presidido como o de accusação.

Artigo 27. O Juiz de Direito, depois de deferir aos Juizes de Facto juramento pela formula acima transcripta, fará ao accusado as perguntas que julgar convenientes.

Artigo 28. Findo o interrogatorio, mandará ler pelo Escrivão a accusação, a defesa e todas as peças comprobatorias, podendo essa leitura ser feita por qualquer das partes, se a quizer fazer.

Artigo 29. Consecutivamente o mesmo Juiz de Direito inquirirá as testemunhas que alli forem

apresentadas, tendo-lhes primeiro deferido o juramento do costume.

Artigo 30. Tanto o autor como o réo e seus Advogados, podem fazer ás testemunhas as perguntas que julgarem necessárias, e se terminará este acto com a sustentação de Direito por huma e outra parte.

Artigo 31. No periodo das discussões, tomarão os Juizes de Facto as notas que lhes parecer, rompendo-as logo que lhes não forem precisas.

Artigo 32. Achando-se a causa em estado de ser decidida, o Juiz de Direito, resumindo com a maior clareza possível toda a materia de accusação e da defesa, e as razões expendidas pró e contra, proporá por escripto ao Jury as seguintes questões:

- 1.º Se no impresso (ou naquillo que fizer o objecto da denuncia) houve abuso?
- 2.º Se o accusado he criminoso?
- 3.º Se está comprehendido no Art. da Lei em que foi denunciado, ou em outro, e em o qual?
- 4.º Em que gráo de pena tem incorrido?
- 5.º Se houve reincidencia (se dissó se tratar).
- 6.º Se ha lugar a indemnisação?

Artigo 33. Retirando-se os Juizes de Facto á outra sala, conferenciarão sós, e a portas fechadas, sobre cada huma das questões propostas, e o que fór julgado pela maioria absoluta será escripto, assignado e publicado, como no jury de accusação. Decidida a primeira questão negativamente, não se tratará mais das outras.

Artigo 34. Se a decisão fór negativa, o Juiz de Direito, por sua sentença nos autos, absolverá o accusado, ordenando a sua soltura immediatamente (no caso que elle tenha sido posto em custodia), e o levantamento do sequestro.

Artigo 35. Se a decisão fór affirmativa, a sentença condemnará o réo na pena correspondente, ordenando a supressão das peças denunciadas.

Artigo 36. Se fór affirmativa só quanto ao abuso, mas negativa quanto a ser criminoso o accusado, o Juiz de Direito o absolverá, e o mandará immediatamente soltar (se tiver sido posto em custodia), mas ordenará a supressão das peças denunciadas.

TITULO VI. — Disposições Gerais.

Artigo 37. Os Juizes de Direito, para as causas de que trata a presente Lei, serão os Juizes territoriaes com jurisdicção criminal; e havendo mais de hum, servirão alternativamente por seções, substituindo-se huns aos outros, no caso de necessidade.

Artigo 38. Para substituir os Jurados e Promotores que morrerem ou se ausentarem por tempo prolongado (o que com a necessaria anticipação será participado ao Juiz de Direito), chamar-se-ão os immediatos em votos.

Artigo 39. As reuniões serão em sessões periodicas de duas em duas mezes, na Corte; de quatro em quatro nas Capitais das Provincias; e de seis em seis nos outros lugares, e nellas se decidirão todos os processos que estiverem com-

petentemente preparados, sem que fique arbitrio de se reservarem para as seguintes reuniões, preferindo sempre nos julgamentos os processos dos réos que estiverem em custodia, e entre elles aquelle cuja pronúncia ou decreto de accusação fór anterior.

Artigo 40. Os dias em que ellas devem principiar serão com a necessaria anticipação marcados em Editaes pelos Juizes de Direito, com individuação dos Jurados que devem comparecer.

Não se fará, porém, convocação se não houver que tratar.

Artigo 41. Se sobrevier algum caso extraordinario, que ao Promotor pareça que, por se não tratar immediatamente, pôde ser comprometida a segurança publica, o Juiz de Direito fará convocação extraordinaria.

Artigo 42. No caso que se não reunão todos os Jurados (ou a sessão seja ordinaria ou extraordinaria), proceder-se-ha, todavia, á formação do Jury, se dous terços da totalidade dos Jurados se acharem presentes.

Artigo 43. Os Jurados que faltarem ás sessões ordinarias ou extraordinarias, ou que, tendo comparecido, se ausentarem antes de ultimadas todas as causas, serão multados, segundo o juizo do Jury, e pela maioria absoluta de votos, de 20 a 40 \$, salvo se tiverem justa causa provada perante o mesmo Jury.

A este pertence fazer naquelle mesmo acto a imposição da pena, lançando-a por termo em hum livro para isso destinado.

Artigo 44. Não havendo possibilidade de se formar Jury, o Juiz de Direito multará, na forma do artigo antecedente, todos os que tiverem faltado sem justa causa, perante elle, naquelle mesmo acto apresentada.

Artigo 45. Entrando-se no sorteamento para a formação do Jury, e á medida que o nome de cada hum Juiz de Facto fór sendo lido pelo Juiz de Direito, farão o accusado e accusador suas recusações sem as motivarem.

O accusado poderá recusar tantos quantos na conformidade do Art. 20 são necessários para formar Jury; o accusador, depois d'elle, poderá recusar metade desse numero, e se preencherá o numero com outros tirados á sorte.

Artigo 46. Se os accusados fôrem dous ou mais, poderão combinar suas recusações, mas não combinando, recusará cada hum a parte que lhe tocar proporcionalmente. Se algum d'elles não quizer recusar, revererá isto em beneficio dos outros.

Artigo 47. São inhabilitados de servir no mesmo Jury ascendentes e seus descendentes, sogro e genro, irmãos e cunhados, durante o cunhadio.

Destes, o primeiro que tiver sabido á sorte, he que deve ficar, não sendo impedido.

Artigo 48. Os Promotores devem officiar, como accusadores publicos, nos casos do Art. 2º, § 1º até 10 inclusive.

Nos mais casos só a parte offendida será admittida a accusar.

Artigo 49. Não proseguirá, porém, a accu-

sação no Jury de julgamento nos casos do § 10 do Art. 2º sem expressa autorização da Camara Legislativa contra a qual tiver sido dirigida a offensa, ou de qualquer dellas, quando a offensa fór contra a Assembléa Geral.

Artigo 50. Qualquer Cidadão póde representar ao Promotor para este officiar nos casos em que o deve fazer, para o que lhe subministrará o impresso, escripto ou grayura que denunciar; e se o abuso tiver sido por palavras, lh'o comunicará por escripto circumstanciadamente; e com declaração do tempo, do lugar e das testemunhas presenciasaes ao acto denunciado.

Artigo 51. Se o Promotor se recusar a esta requisição, promoverá a accusação o seu substituto (e assim em diante), e se procederá contra aquelle do mesmo modo que se procede contra os que prevaricão em seus officios.

Artigo 52. Na petição de denuncia de qualquer impresso ou escripto, se articulará e se qualificará indispensavelmente a provocação, injuria ou qualquer outro facto diffamatorio ou offensivo que der motivo á queixa.

Artigo 53. Em todo o caso em que o abuso tiver sido por palavras, formar-se-ha perante o Juiz de Paz, e á requisição do Promotor, ainda sem denuncia, ou da parte offendida, hum processo verbal e preparatorio, que será entregue á parte interessada para intentar sua acção.

Artigo 54. Os impressores ficão obrigados a mandar ao Promotor do Jury onde estiver a imprensa hum exemplar de toda as obras que imprimirem, sob pena do duplo do valor do impresso.

Artigo 55. Participando o Promotor por escripto ao Juiz de Direito que o impressor faltou a essa obrigação, procederá o Juiz de Direito ex-officio, mandando atoar a participação; e, sem mais formalidades que a audiencia do impressor, lhe impórà a pena, ou lh'a relevará como justo fór.

Artigo 56. Nenhum privilegio isenta a pessoa alguma (excepto aquellas que tem seus Juizes privativos, expressamente designados na Constituição) de ser julgada pelo Jury do seu domicilio, ou do lugar do delicto, se ali fór achada.

Artigo 57. Quando no Jury de accusação, onde em todo o caso a acção deve ser intentada, se decidir que ha materia para accusação, e a responsabilidade recahir sobre pessoa que tenha seus Juizes privativos pela Constituição, serão remettidos os autos ex-officio pelo Juiz de Direito ao Tribunal competente.

Artigo 58. Em todos os outros casos em que no Jury de accusação se declarar que ha materia para accusação, e tiver sido parte o Promotor, serão remettidos os autos ex-officio para o Juiz competente; e quando a accusação fór particular, se entregarão á parte offendida.

Artigo 59. Todas as questões incidentes, de que dependerem as deliberações finais em hum ou em outro Jury, serão decididas pelos Juizes de Facto, ou pelo Juiz de Direito, segundo a materia pertencer a hum ou outra classificação, conferiundo entre si no caso de duvida.

Artigo 60. Na occasião do debate, mas sem interromper a quem estiver fallando, e antes que as questões do Art. 32 sejam propostas, póde qualquer Juiz de Facto fazer as observações que julgar convenientes; fazer interrogar de novo alguma testemunha, e pedir que o Jury vote sobre qualquer ponto particular que julgar de importancia.

Artigo 61. Quando forem dous ou mais os réos, o Juiz de Direito proporá ao Jury sobre cada hum delles em particular as questões do Art. 32.

Artigo 62. Tambem separará as questões, quando os pontos da accusação forem diversos.

Artigo 63. Nos delictos em que esta lei impõe hum a pena indeterminada, fixando somente o maximo e minimo, considero-se tres grãos: 1º o da maior gravidade; 3º o da menor; 2º o medio.

Artigo 64. Ao 1º grão se applicará o maximo das penas; ao 3º o minimo; e ao 2º o medio entre este e aquelle.

Artigo 65. Nas reincidencias accrescerá metade das penas.

Artigo 66. A acção publica, pelos crimes de que trata esta lei, prescreve em hum anno contado do dia em que se fez publico o abuso que daria lugar á denuncia.

Artigo 67. A acção particular prescreve em tres annos, ainda quando tenha havido qualquer acto que pareça interromper a prescricção.

Artigo 68. He nulla toda a sentença proferida por outro Tribunal ou Juizes que não forem os do Jury competente, e humca produzirá effecto algum, nem mesmo para servir de fundamento á nova acção no Juizo a que competeria.

Artigo 69. Dos despachos do Juiz de Direito sobre a organização do processo, e quaesquet diligencias precisas, não haverá aggravado de petição ou instrumento.

Artigo 70. Das sentenças proferidas por meio do Jury não haverá outro recurso senão o de apellação para a Relação do districto, quando não tiverem sido guardadas as formulas prescriptas nesta Lei, ou em qualquer outra em que esteja imposta pena de nullidade, ou quando o Juiz de Direito se não conformar com a decisão dos Juizes de Facto, ou não impozer a pena decretada na Lei.

Artigo 71. Julgando-se na Relação procedente o recurso, por se não terem guardado as formulas prescriptas, formar-se-ha novo processo na subsecente sessão com outros Jurados, remettendo-se para este fim os autos ex-officio ao Juiz de Direito quando a accusação tiver sido por officio do Promotor, e entregando-se á parte vencedora quando fór particular.

No caso de imposição de pena que não fór a decretada, a Relação, reformando a sentença, imporá a que fór correspondente ao delicto.

Artigo 72. Havendo impossibilidade de renovar-se o processo perante o Jury do mesmo lugar em que se proferia a sentença de que se apellou, formar-se-ha no do lugar mais vizinho, ou em outro em que ambas as partes convenhão.

Artigo 73. Das decisões da Relação poder-se-
ha recorrer por meio de revista para o Tribu-
nal competente.

Artigo 74. Todos os que decahirem da acção,
em qualquer instancia que for, serão condemna-
dos nas custas, excepto o Promotor, e neste ca-
so se pagarão as custas pelo cofre da Municipa-
lidade.

E quando se decidir que houve abuso no fac-
to que se denunciou, mas que o accusado não he
criminoso, por não ser elle o autor do abuso, ou
por lhe assistir algumas das excepções que o li-
vrão da imputação, o accusador pagará as custas.

Artigo 75. As multas, tanto por falta de com-
parecimento para formação do Jury, como em
razão de sentença pelo delicto, ficarão applicadas
para as despesas das Camaras, e a sua cobrança
a cargo dos Procuradores das mesmas, que de-
verão require-la perante a autoridade ordi-
naria.

Artigo 76. Os nomes dos multados, assim co-
mo as quantias das multas, serão declaradas em
Editaes do Juiz de Direito, remetendo o Escri-
vão que for do processo huma copia do termo
ou da sentença condemnatoria ao Procurador da
Camara a que pertencer, para proceder a co-
brança, e faz-la publicar pela imprensa, se a
houver no lugar. Igual publicação se fará dos
nomes dos Jurados que mais assíduos forem em
assistir as sessões.

Artigo 77. Os Presidentes das Camaras Mu-
nicipaes providenciarão sobre todas as cousas
precisas á requisição do Juiz de Direito.

Artigo 78. As sessões do Jury serão todas pu-
blicas, excepto quando houver votação, mas
ninguem assistirá a ellas com armas de qualquer
natureza que forem, sob pena de ser preso como
em flagrante, e processado na forma da Lei.

Artigo 79. Os Jurados podem, em qualquer
estado das suas deliberações, mudar de Presi-
dente, se assim convierem entre si.

Artigo 80. Na prestação dos juramentos bas-
ta que o primeiro que o der lêa a formula, di-
zendo depois cada hum dos outros — Assim o
uro.

Artigo 81. As testemunhas deporão separa-
damente, menos quando for mister confron-
ta-las.

Artigo 82. Os Juizes de Facto que o forem no
Jury de accusação não entrarão no de julgação.

Artigo 83. Nas Cidades e Villas onde não ha
Jurados, eger-se-hão desde logo que essa Lei
for publicada, e servirão até nova eleição, na
forma do Art. 19.

Artigo 84. A liquidação de perdas e damnos,
quando se julgar que tem lugar, será feita por
arbitros.

Artigo 85. No caso de impossibilidade do pa-
gamento das multas, serão commutadas na ter-
ceira parte mais da pena de prisão comminada nos
respectivos Artigos.

Artigo 86. O Promotor terá por cada acção
que intentar, em que o Jury não achar materia
para accusação, o honorário de 400, e por aquel-

las em que tiver lugar a accusação, e elle levar
ao fim, o honorário de 1200.

Artigo 87. Ficão abrogadas todas as Leis, Al-
varás, Decretos e mais Resoluções em contrario.
Mandamos, portanto, etc. Dada no Palacio
do Rio de Janeiro, aos 20 dias do mez de Se-
tembro de 1830, 9^a da Independencia e do Im-
perio.—IMPERADOR com Guarda.—(L. S.) Vis-
conde de Alcantara.—*Com publicação e registos com-
petentes.*

RESOLUÇÃO DE 22 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

Foi a consultar o requerimento de D. Iphigenia
Jesuina da Luz, em que pede a graça de metade
do ordenado que venia seu fallecido marido
José Felix Fernandes, como Escriptuario e Guar-
da Livros da Junta da Extracção Diamantina
do Tejuco com sobrevivencia a suas filhas.
Acompanharão este requerimento huma informa-
ção da dita Junta e varios pareceres dados pela
Repartição do Thesouro Publico, sobre o que,
sendo ouvido, respondeu o Procurador da Fa-
zenda e disse que a pretensão he na verdade de
graca, mas lhe parece que ella recahirá bem, por
effeito da Imperial piedade, em huma viuva one-
rada de tão numerosa familia, constando de 10 fi-
lhos que attesta o seu Parocho, vivendo com ho-
nesta e exemplar conducta, concedendo-se-lhe,
como requer, a 4^a parte do ordenado de seu falle-
cido marido com sobrevivencia a suas filhas, em-
quanto solteiras, repartidamente, mas que, antes de
acabar, convém exigir que a Supplicante mostre
com certidão da competente repartição quanto
era o predito ordenado, para, tornando com vis-
ta, concluir. Ao que tendo a Supplicante satis-
feito, concluiu que devia habilitar-se em forma
legal.

O que tudo visto, parece ao Conselho que he
indeferivel o requerimento da Supplicante, por-
não estarem na craveira da Lei os serviços de
Escriptuario da Administração Diamantina. Rio
de Janeiro de 9 de Julho de 1830.

Resolução. — Como parece. Paço, 22 de Setem-
bro de 1830. — Com a Rubrica de S. M. I. —
Marquez de Barbacena. — *Acha-se no Cartorio
actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 22 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

João Anastacio da Cunha, Escrivão Deputado
da Junta da Fazenda do Pará, aposentado com
meio ordenado, reclama a mesma aposentadoria,
por ter-se-lhe dado sem a pedir e menos haver
as molestias que declara o respectivo Decreto
que o aposentou, e pede não só a derogação des-
te, como o competente ordenado que deixou de
perceber. Remetteu-se este negocio ao Conselho
da Fazenda para ser consultado, e foi instruido
com documentos e diversos pareceres dados pela
Repartição do Thesouro Publico, sobre cuja
materia respondeu o Procurador da Fazenda:—

Que, se foi motivo de Aposentação do Supplicante o padecimento de molestias que o impossibilitava a continuar no exercício do lugar, e este motivo, visto o que expozem Professores de Medicina, deve reputar-se desvanecido, lhe parece justificada a sua reclamação, contra a mesma aposentação não pedida e desmerecida por tão dilatado tempo de serviço que exclua a má opinião acerca d'elle, não apparecendo provado cumpridamente o contrario, por assim se tornar em pena com preterição dos termos legais. E accrescenta em outra resposta que o Supplicante merece ser occupado correspondentemente á sua idoneidade e largo tempo de serviço sempre activo, devendo contudo, quanto ao ordenado vencido que reclama, havê-lo de quem enganosamente contestou as circumstancias que os Professores deixam depuradas contra qualquer indicação ou informação de que se derivasse o Decreto de 26 de Julho de 1826, o que fará em Juizo proprio, sendo certo que a Fazenda Publica tem ali despendido com outro e que não deve ser gravada, cumprindo antes responsabilisar a quem, abusando do seu dever, oppoz, o que no Supplicante não occorria, para a cessação do seu exercício.

Parece ao Conselho que a reclamação do Supplicante he fundada em Justica, ou desse causa a sua aposentação o defeito de saude, como no Decreto de 26 de Julho de 1826 se diz, ou já se tivessem em consideração para esse effeito as outras arguições de sua conducta official que, no Officio do ex-Presidente da Provincia do Pará, José Felix Pereira de Burgos, se lhe fazem. Se o defeito de saude unicamente influio na referida aposentação, bem se vê que não era justo aposentar hum Escrivão da Junta com meio ordenado, só porque mais não podia servir, depois de 40 annos de exercício, como Official de Fazenda, e se as outras arguições do dito ex-Presidente da Provincia tiverão parte na mesma aposentação, nem se pôde menos ella justificar, porque então importa a qualidade de pena irrogada com segredo contra a parte não ouvida, e, o que mais he, sem a Junta da Fazenda informar sobre as ditas arguições; e sendo estas mesmas arguições de tal caracter que mais importão hum censura contra o dito ex-Presidente que as faz do que servem para menoscabar a conducta do Supplicante, contra quem as faz. Basta ler, em summa, a celebre Portaria deste ex-Presidente datada de 25 de Outubro de 1825, na copia indicada com n.º 1 e a outra indicada com n.º 2, para se conhecer que elle pretendia usurpar toda a autoridade da Junta da Fazenda do Pará, e domtão pueril boa fé, que dellas envia copias a S. M. I., como outros tantos monumentos do seu bom serviço; quando só servem de provar a sua ignorancia das Leis e systema que requerem a administração da Fazenda nas Provincias; sendo a mesma ignorancia a causa por que, suppondo-se superior ao Escrivão da Junta, de quem era collega, lhe mandava passar certidões e lhe dava ordens por si sómente, em materias tocantes á Fazenda que só em Junta e com consenti-

mento desta se lhe podião ordenar. Porém, que muito he que elle tivesse o Escrivão da Junta por seu subordinado quando na dita mencionada Portaria de 28 de Outubro de 1825 assim se exprime: « Ordeno ao Senhor Thesoureiro das Rendas Publicas Manoel Gomes Pinto não cumpra Despacho ou Ordem alguma de despeza da Junta da Fazenda em que eu não esteja assignado; e isto mesmo não sendo antiga, sem primeiro me consultar. » Hum Presidente que assim reputa concentrada na sua pessoa toda a Autoridade da Junta, necessariamente devia haver como crimes as recusas dos Membros da dita Junta em lhe obedecerem. Conclue portanto o Conselho que o requerimento do Supplicante he deferivel e que cumpre ser restituído ao exercício do seu Emprego, declarando-se sem effeito o Decreto da sua aposentação e consequentemente a diminuição do meio ordenado que por virtude d'elle deixou de perceber; porque não consta que elle esteja inhabil, ou que o estivesse por falta de saude, ao tempo da dita aposentação, senão por esse Officio do mencionado ex-Presidente que nenhum credito deve merecer, attento o máo conceito de desobediente ás suas ordens, em que tinha o Supplicante, e de cuja concorrência na Junta pretendia desfazer-se.

Ao Conselheiro Dr. Luiz Thomaz Navarro de Campos parece, restringindo-se somente ao motivo das molestias do Supplicante, que, na supposição de serem verdadeiras, derão causa á sua aposentação com meio ordenado e sem que se faça cargo de algum outro motivo ou razão; porque nenhuma outra menciona o Decreto de sua aposentação, que, mostrando-se, pelas attestações dos peritos, não ter havido taes molestias, antes saudavel disposição para continuar no exercício do seu Emprego, tendo, além disso, pelo espaçoso decurso de 40 e tantos annos, adquirido a presumpção de ter bem servido, e sendo de Direito expresso que actos obrados de facto, de facto se devem desfazer, sem mais dependencia de formalidades e chicanas forenses; que he portanto consequente, o dever o Supplicante ser restituído ao seu Officio; conformando-se em tudo com a resposta do Procurador na parte em que confirma a do outro anterior Officio. Rio de Janeiro 1.º de Agosto de 1830.

Resolução. — Excusado. Paço, 22 de Setembro de 1830. — Com a Rubrica de S. M. I. — Marquez de Barbacena. — *Atta-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 22 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

José Antonio Ribeiro de Oliveira pede que se remetta á Commissão Mixta Brasileira e Portuguesa, para decidira cargo de qual destas nações deve ficar o seu pagamento, hum alêtra de 57472 tirada pela Junta da Fazenda da Bahia sobre o Thesoureiro da Marinha do Maranhão, proveniente de generos tirados pela Intendencia da Marinha da Bahia para fornecimento da esqua-

dra Portuguesa durante a guerra da Independência, o Supplicante só diz que não pôde obter seu pagamento no Maranhão, mas que a Junta se negou até ao abono desta quantia em conta do que o Supplicante lhe deve, procedendo executivamente contra elle.

A Junta da Fazenda da Bahia informou que a letra em questão tinha sido sacada pela junta, que então servia, em consequência da autorização de que viera munido o Commandante da esquadra Portuguesa, para lançar mão de quaesquer medidas necessarias para assegurar o abastecimento dos armazens da mesma esquadra, e entende que o Supplicante está comprehendido na disposição geral do Decreto de 12 de Novembro de 22, e Provisão do Thesouro de 27 de Julho de 24, que manda suspender os pagamentos de dividas contrahidas por madeira até decisão da Assembléa Geral.

O Contador Geral da 3.^a Repartição he do parecer da junta.

O Procurador da Fazenda convêio na remissão á Assembléa, em cumprimento do Decreto e Provisão acima, principalmente porque o Supplicante não prova ter sido constrangido.

Ao Escrivão da mesa do Thesouro pareceu que o negocio era melindroso, pelo compromettimento do credito da Junta da Bahia na falta do pagamento da letra, e por isso devia consultar-se. Com este parecer se conformou o Conselheiro Thesoureiro Mór.

Remettido o negocio ao Conselho, e havendo respondido o Procurador da Fazenda que, mesmo pelas circumstancias ponderadas pelo Escrivão da mesa, se dava necessidade de deliberação da Assembléa, foi ordenado á Junta da Bahia que informasse: 1.^o se os generos tinham sido tomados á força ou fornecidos voluntariamente; e 2.^o o motivo de haver o saque da letra, ao que satisfaz, quanto á primeira parte, com huma informação do Intendente da Marinha, da qual consta não ser possível dar estes esclarecimentos por terem desaparecido da classe do Almoxtarifado da Marinha os livros competentes, na occasião da retirada da tropa Portuguesa; e, quanto á segunda parte, com a cópia do Art. 12 das instrucções dadas ao Commandante da esquadra Portuguesa.

Parece ao Conselho que a pretensão não lie da competencia do Corpo Legislativo, porque se limita a que seja remettido o negocio á Commissão Mixta, encarregada do exame e ajuste de interesses entre o Brazil e Portugal, não interpondo parecer sobre o direito de ser pago por esta ou aquella Repartição, entende que se deve deferir favoravelmente ao Supplicante, indo o requerimento acompanhado das informações da Junta da Fazenda da Bahia. Rio, 21 de Maio de 1830.

Resolução.—Como parece. Paço, 22 de Setembro de 1830. — Com a rubrica de S. M. I. — Marquez de Barbacena. *Acha-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 22 DE SETEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Thomaz Soares de Andrade e C. propoem-se a arrematar, com 10 por cento, os direitos da mesa da estiva da Alfandega desta corte, com as condições que offerece junta ao seu requerimento.

O Juiz da Alfandega, informando sobre esse negocio, disse que, tendo ouvido o Administrador da mesa da estiva, offerece ao conhecimento de S. M. I. a sua resposta, em que se oppoem á pretendida arrematação, tanto por assentar em bases contrarias á lei que autorizou a arrematação das Alfandegas, pois, determinando esta que o calculo seja feito sobre o producto medio dos 3 annos, offerece o Supplicante, na condição 15.^a, por base do mesmo calculo, o rendimento dos 6 mezes de Janeiro até Junho do corrente anno, como por ser lesiva á Fazenda Publica; porquanto, pertencendo ainda hoje á Alfandega immensos generos que devião ser despachados na estiva e cujo despacho monta a grandes valores, chamados elles a esta ultima repartição pelas condições 1.^a, 2.^a e 19.^a, depois de effectuada a arrematação sobre a condição 15.^a, necessariamente acarretará consigo a mesma arrematação huma quebra consideravel nos direitos da Alfandega e todo o proveito ao Arrematante, pois paga pelo minimo e cobra pelo maximo. Que a 15.^a condição he diametralmente opposta ao Decreto do 1.^o de Outubro de 1828, que mandou arrematar por annos irregulares o contracto da metade dos direitos das Alfandegas, na forma da lei de 25 de Outubro de 1827, tomando por base para o preço do contracto e para sobre elle se receberem os lances, o rendimento no triennio irregular proximo, contado do ultimo mez immediato aquelle em que se fizer a arrematação. Relativamente ás condições 1.^a, 2.^a e 19.^a, he verdade que por Portaria do Juiz d'Alfandega de 17 de Junho de 1826, se mandou entrar nos armazens grande numero de generos, que, em conformidade do Decreto de 12 de Abril de 1810, devião entrar e despachar-se na Estiva até que por ordem superior o contrario se determinasse; e por outra Portaria de 25 de Junho do mesmo anno, se declarou haver S. M. I. approvado aquella deliberação, que se acha actualmente em inteira observancia. Pelo que pertence ás condições 8.^a e 10.^a, na primeira das quaes encontra o referido Administrador de longas e tropeços no expediente da Mesa e do commercio, e na segunda contrariedade no espirito dos tratados existentes, que ellas são em verdade conformes com o determinado nos artigos 2.^o e 4.^o da lei de 25 de Outubro de 1827.

O Procurador da Fazenda respondeu que este negocio importa tanto mais decidir-se, quanto he consideravel a demora que tem soffrido no seu processo. E se conforma com o Juiz, principalmente tendo em vista a Portaria de 30 de Outubro de 1829, a disposição da de 26 de Fevereiro do mesmo anno, a do Decreto de 22 de Setembro do mesmo anno, quanto a si, ora applicavel pela approvação da medida tomada aos 17

de Junho de 1826, a que os mesmos Informantes se referem.

Parece ao Conselho que não convém dividir em ramos a arrecadação dos direitos de entrada da Alfandega, arrematando os que se arrecadão pelo despacho da Estiva, e administrando os que pertencem aos armazéns; e que, quando contivesse essa divisão, não erão as condições offerecidas pelos Supplicantes que deverão regular o contracto. Em 9 de Julho de 1830.

Resolução.—Como parece. Paço, 22 de Setembro de 1830. — Com a rubrica de S. M. I. — Marquez de Barbacena. — *No cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 22 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

Senhor. — A este Conselho dirigio Francisco de Mello Franco o requerimento do theor seguinte: — Senhor: Diz Francisco de Mello Franco, proprietario vitalicio dos officios de Escrivão da Provedoria de Ausentes da Villa do Sabará e sua comarca na provincia de Minas Geraes, que, querendo o Supplicante pagar na Chancellaria os novos direitos respectivos aquelles dous officios, conforme as lotações remetidas pelo Presidente da mesma Provincia a este Conselho da Fazenda em data de 30 de Abril do anno de 1826, duvida o Thesoureiro da mesma Chancellaria, por dizer que se acha huma lotação mais antiga por onde recebem tales pagamentos de lotações, e porque naquella lotação antiga se achão lotados estes officios em 1:050\$ réis, e na ultima lotação em 500\$ réis, motivos estes por que o Supplicante, achando-se ha 5 annos querendo promptificar as suas cartas, o não pôde conseguir pelas razões expostas, he por isso que o Supplicante requer a V. M. I. se digne mandar que se remetta aquella nova lotação a Chancellaria para o Supplicante poder satisfazer os ditos novos direitos; portanto, pede a V. M. I. se digne, á vista do exposto, deferir ao Supplicante na forma que requer. — E. R. M. — Fevereiro 26 de 1830. — Comp Procurador, Lourenço Gonçalves da Costa.

O Conselho mandou informar o Escrivão da Fazenda, e este satisfaz pelo theor seguinte: — Senhor: A nova lotação do officio de Escrivão da Provedoria de Ausentes da comarca de Sabará, corre as diligencias necessarias á sua liquidación. Antes desta se não pôde remetter á Chancellaria. Rio 22 de Março de 1830. — O Escrivão da Fazenda, Manoel José de Souza Franca.

Sobre o que deferio o tribunal que se ajuntasse a nova lotação que accusava o Supplicante, ao que, satisfazendo este com o documento que sobre junto a esta, se deu vista ao Procurador da Fazenda, o qual respondeu pelo theor seguinte: — A certidão não favorece o Supplicante, que tem de esperar pelo cumprimento do despacho de 22 de Março, e pela liquidación indicada na informação do mesmo dia nos papeis juntos. He pois por agora indeferivel o pedido. Rio, 15 de Maio de 1830. — Nabuco.

Addindo em tempo, requiero que as lotações, quanto ao objecto de ordenados, venhão instruidas com certidões authenticas das ordens que taxarão especial e distinctamente, para o que devem vir autoadas separadamente, e não englobadas e escriptas sem escrupulo e attenção, como muitas vezes succede. Quando tiverem sido taxadas por disposição impressa, bastará apontar a ut supra. — Nabuco.

Deliberando o Conselho sobre o negocio, e tendo em consideração que o processo das novas lotações dos officios da provincia de Minas Geraes tem consumido 4 annos de diligencias, e que ainda agora, por despacho do tribunal de 22 de Março deste anno, se mandarão passar novas ordens aos Ouvidores das respectivas comarcas para as reformarem, apontando-lhes os defeitos que nellas cumpria evitar, o que de certo consumirá outro tanto tempo, e por outro lado, considerando que a nova ordem de consas tinha alterado a escala da estimacão de todos os officios de comarca, pela creação de novas autoridades e desmembracão de attribuições, e que as partes não devem soffrer consequentemente a vexame de pagarem novos direitos excessivos desproporcionados aos officios que se lhes conferem para os repetirem tarde do Thesouro, quando se houverem de liquidar as mesmas lotações pelas novas diligencias.

Parece ao mesmo Conselho que das lotações ultimamente feitas, posto que ainda dependentes da respectiva liquidación, se faça lista e se remetta ao Superintendente dos novos direitos, para por ella se regular provisoriamente o mesmo Superintendente na exacção dos ditos novos direitos, recebendo fianças as partes, pelo que a final se liquidar a respeito de cada hum dos officios que se despacharem, cessando entretanto de regular as antigas lotações que se devem reputar insufficientes hoje para a exacção dos direitos de chancellaria, segundo a alteracão que tem tido a correnteza da Administração de Justiça; mas a este respeito não quiz proceder sem que V. M. I. o haja de resolver. Rio de Janeiro, em 9 de Julho de 1830, 9º da Independencia e do Imperio. — Manoel José de Souza Franca. — João Prestes de Mello. — Forão votos os Conselheiros José Fortunato de Brito e José Caetano de Andrade.

Resolução.—Como parece. Paço, 22 de Setembro de 1830. — Com a rubrica de S. M. I. — Marquez de Barbacena. — *Acha se no cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 22 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

Foi a consultar o Officio n.º 26 da Junta da Fazenda da Provincia do Rio Grande do Norte com data de 13 de Dezembro de 1828, em que a mesma Junta, em cumprimento á Provisão do Thesouro de 18 de Setembro do mesmo anno, remette as condições com que foi celebrada a arrematção dos meios Direitos da Alfandega da mesma Provincia, durante o triennio que ha de

findar no ultimo de Junho de 1851, mostrando haver hum excesso a favor da Fazenda comparado com o triennio antecedente. E entendendo que a provisão de 5 de Dezembro de 1827, mandando cumprir a Lei de 25 de Outubro do referido anno, a autorisava a especular e contractar com os respectivos rendeiros as condições convenientes, desculpa-se não ter remetido as mesmas por lhe parecer ter-se cingido ao espirito da mesma lei e ao interesse da Fazenda.

O Procurador da Fazenda, sendo ouvido, respondeu o seguinte: — A Junta deveria ter dado parte desde logo como lhe foi advertido; nem ao menos se sabe o nome do arrematante e dos seus fiadores; ao menos eu não vejo de todos estes papeis; e acho extraordinaria a condição 3.^a..... Entendo reprovável a conducta da Junta, e que deve arrematar-se de novo com as condições de 31 de Janeiro no essencial, e só com as modificações relativas ao estabelecimento da Alfandega do Natal e ás circumstancias da Provincia applicaveis; praticando-se a respeito dos incognitos arrematantes, que nem ao menos forão obrigados a assignar, o que se usou com Gervasio Pires Ferreira e Companhia, pela Provisão de 31 de Janeiro do corrente anno. Por este limitadissimo processo e encapotados que descubro nesta transacção, não posso ficar certo e tranquillo, acreditando que deixou de haver tudo o que aponta a Provisão de 6 de Agosto de 1828! He por este modo o que me parece dever consultar-se. Estava o negocio nestes termos, quando foi remetido da Repartição do Thesouro o officio da mesma Junta de 17 de Dezembro do anno passado, em que ella declara serem os arrematantes dos meios direitos da Alfandega daquella Provincia José Alexandre Gomes de Mello e socios, José Alexandre Seabra de Mello e Manoel Pereira Rosas; e ser a despeza annual da predita Alfandega a de 7514\$700, a saber: 550\$ com os ordenados, e 81\$700, calculando-se pelo triennio passado com o expediente, e 120\$ com o aluguel da casa que serve de Alfandega.

Do que, continuando-se vista ao mesmo procurador da fazenda, disse o seguinte: — Entendo dever renovar-se a consulta que se expedira, e para a qual, tendo mesmo agora presente o officio da Junta da Fazenda que ora se enviou, ratifico o meu officio de 2 de Julho do anno passado; pois que ignoro quem sejam os exonerados de transacções com a Fazenda Publica: da qual o primeiro arrematante parece ter sido Procurador em certa época, e ha tempos Ouvidor. Emfim, não sei porque em tal negocio se não havia dizer tudo, e porque se accitou apenas a responsabilidade solidaria destes socios, sem algum garante dellas externo e não entrado na transacção, faltando a declaração expressa de que as despezas cedem, livres á fazenda, a cargo dos licitantes, como he practica desde 26 de Maio de 1757, como se vê do Alvará que se refere na provisão do 1.^o de Junho do mesmo anno relativa á arrematação que então se fizera do dizimo da Alfandega desta Corte a Manoel Barbosa Torres. Acho pois que hum acto perfeitamente legal deve substituir-se ao

em questão, cumprindo-se entretanto a resolução de 22 de Setembro do anno passado, e seguindo-se o decreto do 1.^o de Outubro de 1828, huma vez que estas duvidas se não removem, e eu, talvez laborando em equivoco a respeito das pessoas, me persuado carecem de elucidar-se. Sobre tudo, porém, faça-se a justiça.

Parece ao Conselho o mesmo que já consultou a S. M. I. sobre a arrematação da metade dos direitos da Alfandega do Rio Grande do Norte, isto he, que cumpre approvar o contracto; acrescenta, porém, que cumpre advertir á Junta a falta que ora commetten em não remetter a integra do termo da arrematação e condições, por ser isso essencial deliberação de S. M. I., que não pôde ser tomada com conhecimento de causa, se não na presença da integra dos termos de taes contractos e condições, e além destas sobre conveniente informação que devem em casos taes enviar ás Juntas do rendimento anterior, sobre que se calculou o preço da renda, com o juizo do seu melhoramento futuro, por quaesquer circumstancias que entendão possão influir nella no triennio da arrematação. Rio, 14 de Julho de 1830.

Resolução. — Como parece. Paço, 22 de Setembro de 1830. — Com a Rubrica de S. M. I. — Marquez de Barbacena. — *Acha-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

DECRETO DE 24 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.^o As posturas das Camaras Municipaes terão vigor por mais hum anno, se antes disso não fôrem confirmadas ou alteradas pela autoridade competente, podendo ser corrigidas no que a experiencia tiver aconselhado como vantajoso ao municipio.

Art. 2.^o Ficão revogadas as Leis, Alvarás, Decretos e mais disposições em contrario.

O Visconde de Alcantara, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 24 de Setembro de 1830, 9.^a da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Visconde de Alcantara.

AVISO DE 2 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — Resolvendo S. M. o Imperador que quanto antes se remetta hum destacamento de 12 homens escolhidos para a villa da Nova Friburgo, para que as autoridades respectivas, livres da oppressão dos facinorosos que infestão aquelles lugares, possão exercer a justiça com segurança das mais pessoas, e os povos gozar da tranquillidade que lhes tem sido roubada pela impunidade daquelles malvados, como acaba de representar monsenhor Miranda, assim o communico a V. Ex., afim de expedir nesta conformidade as convenientes ordens. Deos guarde

a V. Ex. Paço, em 2 de Outubro de 1830.—Visconde de Alcantara.—Sr. Conde do Rio Pardo.—*Acha-se a fl. 148 do Liv. 10 da Corte.*

AVISO DE 6 DE OUTUBRO.

Manuscripto authenticico

Respondendo ao officio que V. S. me dirigio em data de 4 do corrente, cumpre-me certificar-lhe que ainda se não nomeou a Comissão Mixta que indica o artigo 3º da convenção secreta contrahida com Portugal em 29 de Agosto de 1825.

Quanto ás reclamações reciprocas sobre transporte de tropas e despesas feitas com as mesmas, tropas incluo copia do § 7º das instrucções dadas aos Commissarios Brasileiros da Comissão Mixta de que trata o artigo 6 e 7 do tratado da mesma data, devendo mais responder, para conhecimento de V. S., que os respectivos trabalhos ainda não estão concluidos por se não terem obtido os documentos para esse fim requeridos, como tem feito constar nesta Secretaria de Estado a mesma comissão. Deos guarde a V. S. Paço, 6 de Outubro de 1830. — Marquez de Paranaguá. — Sr. José Paulo Figueiróa Nabuco e Araujo.

RESOLUÇÃO DE 15 DE OUTUBRO.

Manuscripto authenticico.

Por Portaria da Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio de 25 de Novembro de 1829 mandou V. M. I. remetter a este Conselho, para consultar, o requerimento de Jacintho Pinto Teixeira, do theor seguinte:—Senhor. A V. M. I. representa Jacintho Pinto Teixeira, Cavalleiro das ordens de Christo e da Imperial do Cruzeiro, que, tendo começado a carreira militar desde o dia 8 de Novembro de 1797 até o presente, conta perto de 30 annos de serviço nas diferentes praças até o posto de Coronel do 9º Regimento de cavallaria da 2ª Linha do Exercito, em que actualmente se acha; distinguindo-se nas diligencias extraordinarias de que tem sido encarregado ou para que se offereceu espontaneamente. A justificação junta e documentos annexos manifestão que o Supplicante, quando Furriel do regimento de cavallaria da 1ª linha, ora 2ª, do exercito, acompanhou o Ajudante de ordens do Governo João José Maria de Brito na importante commissão de solicitar donativos gratuitos dos habitantes da Comarca do Rio das Mortes, e foi particularmente incumbido de guiar e coadjuvar o Capitão Mór das Ordenanças da Villa de S. Bento de Tamanduá, na parte que respeitava áquelle termo, avançando aos sertões do Rio de S. Francisco e Bambohy, e conseguindo por isso hum resultado mais vantajoso sem gravame dos Povos, e fazendo á sua custa a conducção, como abonão as attestações numeros 1, 2 e 5: que, no posto de Sargento Mór, não só se prestou a marchar com o seu regimento que interinamente commandava para qualquer destino do serviço

publico, mas que com effeito acompanhou para a Corte, em 1812, a Companhia extrahida do mesmo regimento, e ahi persistio até o regresso de todas as Companhias destacadas, sendo sempre hum dos officiaes mais addidos áquelle Ajudante de ordens Commandante da expedição, e que se offereceu a marchar para as fronteiras do Sul com preferencia a todos os outros officiaes que ali estiverão estacionados, como provão os documentos numeros 1, 4, 5, 6 e 7, que no anno de 1817 foi incumbido da melindrosa diligencia de dispôr e marchar com os destacamentos desta Provincia para o extremo della e das de Pernambuco e Bahia, lugar do Escuro quando foi necessario observar e evitar quaesquer aggressões da parte dos habitantes daquella Provincia de Pernambuco então allucinados, e que com effeito empregarão tentativas para revolucionarem os districts do Sertão, conseguindo o Supplicante não só impôr o preciso respeito e comedimento aos revolucionarios, mas evitar quaesquer queixas dos Povos, apesar das requisições indispensaveis para fornecimento da tropa, como se evidencia dos attestados ns. 1, 8, até 23, que, no anno de 1822, quando esta Provincia teve a fortuna de gozar da Augusta Presença de V. M. I., sustentou com o seu regimento, de que era commandante interino como Coronel aggregado e parte do de Infantaria de Caeté, o socego publico, cooperando para que se unissem ao centro do Poder Executivo depositado na Regencia de V. M. I., e além disto se offereceu á frente dos ditos regimentos a marchar para a Provincia da Bahia, quando opprimida pelas Tropas Lusitanas o que confirmão os documentos de n.º 24 até 30, e a attestação n.º 1; que, em 1825, sendo encarregado da defesa da Longuinqua, Comarca do Rio de S. Francisco, não só manteve os povos na devida boa ordem e segurança contra as aggressões da Provincia de Pernambuco, mas acolheu os emigrados das Provincias vizinhas, conduziu até a Villa da Barra, e fez conduzir para a Imperial Cidade do Ouro Preto o rebelde Filgueiras e seus partidistas, como attestão os documentos numeros 31 e 45. Apesar desta diligencia, desempenhou outra, qual a de observar e informar sobre o estado da administração da Fazenda Publica na Comarca, em conformidade da Provisão n.º 56; que, findas taes diligencias, ainda teve a inspeção da commissão de ir acalmar os animos dos povos de algumas Villas da Comarca da Jacobina, e da Provincia da Bahia a pacificação ou reconciliação desejada, como abonão os documentos numeros 50 até 78. Nestas circumstancias, o Supplicante, animado pelos frequentes exemplos da Alta Munificencia e Liberalidade com que V. M. I. costuma galardoar seus fieis subditos, e especialmente áquelles que mais distinctas provas dão da sua fidelidade e amor a V. M. I. e ao serviço, requer a V. M. I. haja por bem promover o Supplicante a Official da Imperial Ordem do Cruzeiro, com a tença propria do posto que exerce, como Cavalleiro da Ordem de Christo. — E. R. M.—Jacintho Pinto Teixeira.

E dando-se ultimamente por este Conselho

vista ao Procurador da Fazenda, satisfaz pela maneira seguinte:—Ha realmente serviços e mui distinctos: pelos quaes o Supplicante pôde obter da Imperial Munificencia a contemplação com algum honorifico, qual a Commenda da Ordem de Christo. Quanto ao mais, porque não vejo serviço algum de campanha e em guerra, acho não dever caber tença alguma; pois que o Supplicante apenas até o posto de Furiel he que servio na 1.^a linha, passando della a Adjutante de Milicias, não se achando por isso na hypothese do Alv. de 18 de Novembro de 1822; pois que collo antes dos papeis que o Supplicante jámais voltou á 1.^a linha, não se dando por isso a seu respeito a razão que procedeu na Consulta de 29 de Agosto resolvida aos 15 de Setembro de 1825, antes sim dando-se as da de Fevereiro, resolvida aos 13 de Abril de 1826, e as da de 12 de Janeiro, resolvida aos 22 de Maio de 1828, e sendo demais evidente que a posição do Supplicante não he a mesma que a do agraciado, pela Resolução de 9 em Consulta de 7 de Novembro de 1827, e sobretudo pendendo o resultado da Consulta de 31 de Outubro, resolvida aos 9 de Novembro do mesmo anno. He por isso que lembro por devido á Justiça o meio contemplativo, não remuneratorio, pois que não acho o Supplicante apoiado pelo Decreto de 13 de Agosto de 1706; olhando á qualidade do serviço e comissões que o Supplicante desempenhou e aos titulos que a ellas o chamáráo, já em épocas criticas, já em outras de gloria do Imperio. Assim parece poder consultar-se. Rio, 10 de Julho de 1830.—Nabuco.

Sendo ouvido o Conselheiro Fiscal das Mercês, disse:—Tem o Supplicante serviços extraordinarios para ser considerado e attendido com a distincção honorifica que fôr do Imperial arbitrio, ainda que taes serviços não sejão de guerra e verdadeiramente descontaveis.—Dr. Navarro.

O que tudo sendo visto, parece ao Conselho o mesmo que ao Procurador da Fazenda e Conselheiro Fiscal. Rio, 17 de Setembro de 1830, 9.^o da Independencia e do Imperio.—Francisco Baptista Rodrigues.—João Prestes de Mello.

Resolução.—Já foi attendido. Paço, 15 de Outubro de 1830. Com a Rubrica de S. M. I.—José Antonio da Silva Maia.—*Acha-se o original no cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 20 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

Senhor.—Por portaria da Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, de 9 de Junho do corrente anno, mandou V. M. I. remetter a este Conselho, para consultar, o officio do Presidente da Provincia de Sergipe d'El-Rei, em que, expondo a grande exportação do sal que ha, naquella Provincia, propõe a conveniencia de hum imposto sobre este objecto, hem como outro sobre o tabaco de corda que se compra na mesma Provincia. Com o sobredito officio acompanhava os pareceres dados na Repartição do Thesouro Publico, acerca de cujo assumpto, sendo

ouvido pelo conselho, o Procurador da Fazenda Nacional respondeu, com o seu officio de 19 de Junho do corrente anno, que sobe unido aos papeis respectivos (*).

O que sendo visto, parece ao Conselho que, além de ser a Resolução a tal respeito da attribuição do Corpo Legislativo, ao qual nem mesmo pôde ser levada por iniciativa do Governo, por ser esta privativa da Camara dos Deputados, accresce não ser a desejar como antinómica a sobrecarga do imposto que este Presidente lembra como conveniente no sal das marinhas de Sergipe. Já bastante pesado he o imposto de 1\$ em cada 10 alqueires, medida do paiz, que lhe impôz o Alvará de 24 de Abril de 1801, ao qual imposto dá o mesmo Presidente o nome de dizimo, segundo parece, e com muito má denominação, por ser dizimo, entre nós, tributo, na razão de 1 por 10 no valor dizimado; quando o tributo de 1\$ por 10 alqueires importa huma taxa de pouco menos de 100 por 100, segundo o preço de 120 e 160 por que elle mesmo diz se vende ali o sal, o qual, demais, se acha gravado, contra que deve ser, com o tributo de 2 por 100 de consulado, que, segundo consta ao Conselho (posto que não oficialmente), se declarou não deverem pagar os generos de industria nacional da Provincia á Provincia, por huma ordem do Governo de que fez menção na Camara dos Deputados o Ministro da Fazenda de 1829. Donde, se alguma cousa houvesse a alterar, no caso de alliviar o sal de Sergipe e o das outras Provincias do Imperio de todo o tributo de sahida, afim de se elevar este ramo de industria nacional á sua desejável grandeza e abundancia nos mercados das outras Provincias que o consomem; excluindo a sua barateza a concorrência de sal estrangeiro que consumimos ali por preço superior ao que induzia o contracto do estanco deste genero, que abolio o citado Alvará de 24 de abril de 1821; sendo certo que o excitamento de tal industria no nosso litoral reclama todos os sentimentos possiveis da parte do Governo até que se torne prospero e de grande extensão; porque he então

(*) Quanto ao sal, está provido pela Imperial Resolução de 26 de Novembro, em Consulta de 27 de Abril de 1827, que considerou o inverso do que propôz o Presidente esquecido do art. 36, n. 1, Cap. 2, tit. 4 da Constituição. O Presidente deve fazer cumprir o Alv. de 5 de Janeiro de 1785 pelo Ouvidor da Comarca como Juiz dos Feitos, e todo o tabaco achado sem guia de que deixou de pagar os direitos na Bahia he objecto de apprehensão; aliás seria preciso fazer huma especie de Alfandega de porto secco em hum registo, cuja despeza excederia o resultado dos 400 soluveis pelo tabaco importado; sendo certo que o que faz artigo de renda para a Provincia da Bahia não pôde ser desisado, e com indispensavel criação de estabelecimentos, e, com elles, de empregos, reservada ao Poder Legislativo, sendo obviavel pela exhibição de guias quaes as indicadas na Provisão de 8 de Março de 1823; e muito mais quando tal expediente já foi apontado na Provisão de 11 de Fevereiro de 1826, que está a fl. 108 v. do livro de correspondencia com a Junta da Bahia, pela 3.^a Repartição do Thesouro.

Assim parece poder consultar-se; ainda pendendo de medidas parciaes e de momento, quando aguardamos hum systema geral, uniforme e providente de administração das rendas do Estado. Rio, 19 de Junho de 1830.—Nabuco.

queconviráimpôr-lhehumtributoque, por modico que seja, pôde produzir huma somma muito consideravel em cada anno; porquanto, nenhum genero de tributo pôde haver mais comprehensivo de contribuintes do que o sal, e nem mais asado para receber huma justa imposição. Todo o mundo gasta sal: todo o mundo pagará a taxa que lhe he respectiva, a qual, portanto, estará sempre e sempre na razão directa da povoação ou dos consumidores. Hum cruzado que paga cada consumidor no anno dará ao Thesouro tantos milhões de cruzados quantos milhões de pessoas houverem no Imperio? Mas que? Infelizmente, o sal estrangeiro importa ao consumidor a importação de hum tributo na razão de 15 por 100, e o de industria nacional das marinhas do Imperio deve-lhe fazer pagar mais de 100 por 100, computados os da taxa, que pesa sobre a industria do fabrico, e ainda em Sergipe se agrava em seu consumo de exportação com os 2 por 100 indevidos de consulado. Quanto ao fumo, procedem as mesmas razões acima apontadas. O imposto de 400 em arroba de tabaco de fumo, taxado pelo Alvará de 28 de Maio de 1808, respeita, na Provincia da Bahia, o tabaco sómente que entra na casa vulgarmente chamada Poso do Fumo; o que se consome no interior he isento dessa taxa. E como a quer impôr o Presidente aos consumidores de Sergipe? Mesquinha e mui mesquinha deve ser a renda que proviesse ali de tal arrecadação, quando se podesse effectuar como pretende o Presidente, por ser mui diminuto o numero dos viciosos que consomem tabaco, ella não corresponderia nem ás custas da execução, nem mereceria o odioso do vexame. Entende pois o Conselho que cumpre responder ao dito Presidente que a sua representação não mereceu a approvação de V. M. I., por tender á imposição de tributos novos, tanto no sal como no fumo, cuja iniciativa he da competencia do Corpo Legislativo, e antinomica na parte em que grava a industria do paiz, que V. M. I. tem o maior empenho em promover, alliviando a antes de todos os impegos que estorvem a sua crescente prosperidade, de que tanto depende a riqueza do paiz. Rio de Janeiro, 23 de Agosto de 1830, 9^a da Independencia e do Imperio. — Dr. Luiz Thomaz Navarro de Campos. — José Caetano de Andrade Pinto. — Manoel José de Souza França.

Resolução. — Está bem. Paço, em 20 de Outubro de 1830. — Com a Imperial rubrica. — José Antonio Lisboa.

AVISO DE 20 DE OUTUBRO.

Manuscripto authenticico.

Constando a S. M. o I. terem vindo 158 escravos novos da Bahia, a bordo da Galera Nacional *Maria da Gloria*, entrada hontem neste porto, e á consignação de Manoel Domingues Lopes, os quaes suppôz ser exportados da Costa d'Africa, depois do prazo fixado na Convenção de 25 de Novembro de 1826: ha o mesmo A. S. por bem que V. S., á vista dos respectivos des-

pachos, proceda á apprehensão dos ditos escravos, fazendo lavrar os termos e autos necessarios que remetterá ao Director Superintendente Geral dos Contrabandos. Deos Guarde a V. S. Paço, em 20 de Outubro de 1830. — Visconde de Alcantara. — Sr. Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. — *A fl. 151 do Liv. 10 da Côrte, na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 21 DE OUTUBRO.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao Aviso de 14 do corrente mez, que V. Ex. me dirigio, tenho a honra de communicar a V. Ex., para sua intelligencia, que vai ser remettida ao Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario deste Imperio na Côrte de Roma, o Monsenhor Francisco Corrêa Vidigal, tão sómente a Carta Imperial de nomeação do Bispo de Pernambuco, por haver S. M. o I. accedido a renuncia ao que foi nomeado para Cuyabá e Mato Grosso, afim do mesmo Ministro solicitar de S. Santidade a Bula de confirmação, requisitando-se nesta data ao Presidente do Thesouro Nacional para fazer expedir as ordens que forem convenientes a Eustachio Adolpho de Mello e Mattos, nosso encarregado em Londres, para mandar pôr á disposição do sobredito Monsenhor a quantia que por ella fôr requerida para satisfação da despeza da referida Bula, e de ambos os processos que o mesmo conseguiu ali fazer, a qual despeza deve ser feita por conta da Fazenda Nacional. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 21 de Outubro de 1830. — Visconde de Alcantara. — Sr. Francisco Carneiro de Campos. — *A fl. 150 v. do mesmo Liv. 10.*

AVISO DE 26 DE OUTUBRO.

Manuscripto authenticico.

Constando a S. M. o I. terem vindo 286 escravos novos de Moçambique, a bordo do Brigate Portuguez *D. Estevão de Athaide*, entrado no dia 24 do corrente: ha o mesmo A. S. por bem que V. S. proceda á apprehensão dos ditos escravos, e, formados os termos e autos necessarios, enviará tudo ao Director Superintendente Geral dos Contrabandos, em as quaes poderá allegar o que lhes convier. Deos Guarde a V. S. Paço, em 26 de Outubro de 1830. — Visconde de Alcantara. — Sr. Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. — *A fl. 151 do mesmo Liv. 10.*

AVISO DE 27 DE OUTUBRO.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr. — Restituindo a V. Ex. os papeis que me remetteru em Aviso de 16 de Março ultimo sobre a representação do Coronel Commandante do Batalhão de Caçadores n. 17 da 2^a linha do Exercito, acerca de ser desonerado o dito Commandante de fazer recolher os presos civis na prisão militar do Forte de Macahé, te-

nho a ponderar a V. Ex. que, enquanto se não dão ulteriores providencias, não pôde deixar de continuar-se na pratica adoptada pela urgente lei da necessidade de serem recolhidos os mesmos presos nas prisões militares daquella Villa, bem como nos corpos de guarda do Porto das Caixas e do Arraial de Itaboraí, não obstante o que a este respeito expende o Commandante das Armas interino da Côrte e Provincia no officio que V. Ex. me transmittio no Aviso de 26 de Abril proximo passado. Paço, em 27 de Outubro de 1830. — Visconde de Alcantara. — Sr. Conde do Rio Pardo. — *A fl. 152 v. do Liv. 10 da Côrte, na Secretaria da Justiça.*

CARTA DE LEI DE 30 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

D. Pedro, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1.º Os Escrivães dos Juizes de Paz das Freguezias ou Capellas, fóra das Cidades ou Villas, serão ao mesmo tempo Tabellães de Notas nos seus respectivos districtos, e cumulativamente com os Tabellães do Termo, sem dependem de distribuição as Escripturas lavradas por aquelles.

Art. 2.º Terão para esse fim os livros necessarios rubricados por hum dos Vereadores; os quaes, depois de findos, serão entregues aos Secretarios das Camaras, para serem guardados nos Archivos.

Art. 3.º Ficão revogadas todas as leis e disposições em contrario.

Mandamos, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 30 dias do mez de Outubro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Imperador com Guarda. — Visconde de Alcantara. — (L. S.) — *Com os registos competentes.*

CARTA DE LEI DE 3 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

D. Pedro, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1.º Fica extincta a Provedoria dos Defuntos e Ausentes, e revogado o seu regimento de 10 de Dezembro de 1613 com todas as outras leis, provisões e ordens a elle relativas.

Art. 2.º A arrecadação e administração dos bens dos ausentes fica pertencendo aos Juizes de Orphãos nos termos do seu Regimento, Ord., Liv. 1.º, Tit. 88, e do mesmo livro Tit. 90: «Do Curador, que he dado aos bens do ausente, etc.» e do Tit. 62: «Dos Provedores e Contadores das Camaras, § 38—versiculo—Ausentes,» e mais leis a este respeito.

Art. 3.º Nas Provedorias dos Defuntos e Ausentes, annexas aos lugares de Juizes de Fóra de hum só termo de Cidade ou Villa, os Escrivães das mesmas Provedorias conservarão os seus

Cartorios e continuarão a escrever perante o Juiz de Orphãos nos autos pendentes, e que de novo começarem, enquanto durar o direito que actualmente tem de exercer esse Officio.

Logo que findar este direito passará o Cartorio ao Escrivão de Orphãos.

Art. 4.º Nos inventarios em que houver Orphão desasido ou prodigo, escreverá sempre o Escrivão de Orphãos com preferencia ao da Provedoria.

Art. 5.º Nas Provedorias annexas a Ouvidorias ou a Juizes de Fóra de mais de huma Cidade ou Villa, os livros serão remetidos ao Escrivão de Orphãos da Cabeça da Comarca ou da Cidade ou Villa principal, e os autos findos e pendentes aos Escrivães dos respectivos termos a que pertencerem.

Art. 6.º Os Escrivães das Provedorias que ficar sem exercicio serão attendidos no provimento de outros Officios de Justiça que vagarem.

Art. 7.º Ficão revogadas todas as leis em contrario.

Mandamos, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 3 dias do mez de Novembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Imperador com Guarda. — (L. S.) — Visconde de Alcantara. — *Com os registos competentes.*

DECRETO DE 4 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

Ampliando as disposições do Decreto de 25 de Novembro de 1829, sobre a classe dos empregados das Camaras Municipaes que devem ser dispensados do serviço de 2.ª linha: hei por bem que igualmente sejam dispensados daquelle serviço de 2.ª linha os supplentes dos Fiscaes e ajudantes de Porteiro, enquanto se acharem em effectivo exercicio destes empregos. O Conde do Rio Pardo, etc. Paço, em 4 de Novembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Conde do Rio Pardo.

PROVISÃO DE 5 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia do Maranhão que, sendo presente a S. M. o Imperador as contas correntes inclusas por copias, authenticadas pelo Contador Geral respectivo, dos diversos devedores á extincta Bulla da Cruzada relativos a essa Provincia, houve o mesmo Augusto Senhor por bem mandar remetter as ditas contas a essa Junta, para que acerca dos devedores a semelhante respeito dê immediato cumprimento ao disposto no artigo 4.º da lei de 20 de Setembro de 1828. O que exactamente cumprirá. João Rodrigues da Silva o fez. Rio de Janeiro, em 5 de Novembro de 1830. — João Carlos Corrêa Lemos a fez escrever. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N. B. Semelhantes e na mesma data se expedirão para as outras provincias. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 117, de 16 de Novembro de 1830.*

AVISO DE 6 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Dependendo a execução da lei de 26 de Setembro ultimo, que estabelece novo methodo para o lançamento e cobrança da decima dos predios urbanos da demarcação de limites, que, conforme o artigo 4.º da dita lei, deve ser feita pelas respectivas Camaras Municipaes, bem como a designação de lugares notaveis para esse fim, tenho de rogar a V. Ex. a expedição das convenientes ordens ás Camaras Municipaes desta provincia, que sem perda de tempo proceda na sobredita demarcação e designação, remettendo as copias ao Thesouro Nacional, como dispôz o sobredito artigo.

Deos guarde a V. Ex. Paço, em 6 de Novembro de 1830. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. José Antonio da Silva Maia. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 117, de 16 de Novembro de 1830.*

AVISO DE 6 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Determinando a Carta de Lei de 26 de Setembro ultimo que se recolhessem ao Thesouro Nacional, logo depois da publicação da dita lei, os livros de lançamento e receita das extinctas Superintendencias da Decima dos predios urbanos, Vm. assim o executará pela parte que lhe toca.

Deos Guarde a Vm. Paço, em 6 de Novembro de 1830. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. Superintendente da Decima das Freguezias de Santa Rita, Candelaria e Santa Anna.

Identicos aos mais Superintendentes da Decima desta Provincia. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 117, de 16 de Novembro de 1830.*

DECRETO DE 9 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Os processos, assim nas appellações que na forma do artigo 1.º da resolução de 24 de Setembro de 1828 devem interpor-se ex-officio das sentenças proferidas nas Juntas da Justiça, como das revistas nas causas civeis e criminaes, serão distribuidos a hum dos Ministros da Relação a que forem dirigidos em livro propriamente destinado para cada hum desses fins, o qual será gratuitamente rubricado pelo Presidente.

Art. 2.º O Ministro a quem o processo fór distribuido, que será o Relator e o Preparador do feito, depois de o ter examinado, passa-lo-ha, com huma simples declaração de o ter visto, ao que immediatamente se lhe seguir, o qual procederá

na mesma forma e assim por diante, até o numero de tres, entregando-se depois ao Presidente, que o dará para ordem do dia.

Art. 3.º No dia designado, o Ministro Relator apresentará por escripto hum relatorio circumstanciado dos autos, a que as partes ou seus Procuradores e Advogados poderão fazer observações quando fór inexacto ou não contiver a precisa clareza, seguindo-se depois a discussão, e finda ella a votação, em que deverão intervir tantos Juizes, pelo menos quantos forem os da sentença recorrida, vencendo-se a decisão á maioria de votos; e em caso de empate nas causas criminaes, quer sobre a condemnação quer sobre o gráo de pena, seguir-se-ha a parte mais favoravel ao réo, e nas causas civeis desempatará o Presidente.

Art. 4.º Nos processos mencionados no artigo 1.º, poderá o autor recusar hum Juiz e o réo dous, sem motivarem a recusação.

Art. 5.º Quando forem dous os réos, cada hum recusará seu Juiz; sendo mais de dous, concordarão entre si nos dous que hão de exercer este direito, e não concordando, a sorte decidirá. O mesmo se observará quando houver mais de hum autor, com a differença de que, em lugar de dous, será nomeado hum para exercer a recusação.

Art. 6.º Emquanto não se organisarem competentemente as relações, a distribuição de que trata o artigo 1.º far-se-ha indistinctamente entre todos os Ministros que servirem em cada hum das ellas, e o seguimento do processo verificar-se-ha naquella que fór immediatamente menos antigo ao Relator, e assim por diante. Os adjuntos para a decisão da causa, quando forem necessários, serão tirados á sorte no mesmo dia da proposição do feito.

Art. 7.º Todos os actos do processo a que se refere a presente lei serão publicos, não podendo porém as partes nem seus Procuradores e Advogados assistir ao da votação.

Art. 8.º Ficão revogadas todas as Leis, Alvarás, Decretos e mais disposições em contrario.

O Visconde de Alcantara, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Novembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Visconde de Alcantara.

AVISO DE 11 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authenticó.

Illm. e Exm. Sr. — Constando na presença de S. M. o Imperador, por officio do Ajudante do Intendente Geral da Policia, que a divisão militar da Policia, pela pequena força a que está reduzida, se acha impossibilitada de prestar auxilio em qualquer caso imprevisto que seja necessario emprega-la a bem da segurança publica: Ha o mesmo Augusto Senhor por bem que V. Ex. expeça as convenientes ordens para que se preste á dita divisão o auxilio que fór possível. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 11 de Novembro de 1830. — Visconde de Alcantara. — Sr. Conde do Rio Pardo. — *Acha-se a fl. 154 v. do Liv. 10 da Corte, na Secretaria da Justiça.*

CIRCULAR DE 13 DE NOVEMBRO.

Coll. Plancher.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de Minas Geraes que S. M. o Imperador determina que, nas remessas que a dita Junta fizer de moeda metallica para o mesmo Thesouro, além da declaração do seu valor e especie, venha mais a do peso, e isto afim de evitar-se as faltas que frequentes vezes se tem achado nas remessas de cobre desta côrte para as Provincias, e vice versa. O que assim cumprirá. Joaquim de Almeida Sampaio a fez no Rio de Janeiro, em 13 de Novembro de 1830. — João José Bodrigues Vareiro a fez escrever. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

Expedirão-se outras semelhantes para as provincias de S. Paulo, Goyaz, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Santa Catharina.

DECRETO DE 17 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

Tendo-se reconhecido a difficuldade de se pôr em execução, na provincia de Mato Grosso, o disposto no artigo 5º do decreto de 21 de Janeiro do corrente anno, sobre os empregos militares, que são incompatíveis de se exercerem conjuntamente com as funções de Juizes de Paz e seus empregados, hei por bem determinar que naquella Provincia se conservem no exercicio dos empregos de Officiaes de quarteiros os cidadãos alistados na 2ª linha, ficando isentos do serviço desta enquanto nelles se occuparem, visto serem poucos os individuos que ali ha que não sejam alistados na mesma 2ª linha.

O Conde do Rio Pardo etc. Paço, em 17 de Novembro de 1830, 9º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Conde do Rio Pardo.

RESOLUÇÃO DE 18 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authenticico

Felix de Abreu Mello, cessionario de varios papeis de divida da Fazenda, queixou-se de lhe terem sido duvidadas no Thesouro duas provisões do Conselho da Fazenda, que apresentara para haver o embolso da sua importancia, e isto com o fundamento de conterem vencimentos anteriores ao anno de 1797, e por isso prescriptas na conformidade do Alvará de 9 de Maio de 1810.

O Contador Geral da 2ª repartição do Thesouro Nacional informou que bem e coherentemente se procedera na exclusão das ditas provisões, por se achar em hum confusão a divida antiga com a moderna, e a outra ser toda de divida antiga prescripta.

O Conselheiro Escrivão da Fazenda, a requerimento do Procurador della, informou que a prescriptão dita só recabia sobre os credores da divida antiga que não apresentassem seus titulos

no triennio marcado no citado Alvará, os quaes consistião em papeis correntes que andavão fluando, como se vê da citada resolução de 24 de Outubro de 1800 e 7 de Novembro de 1803, e não podia estender-se a divida de soldos e mais vencimentos da tropa, por serem de trato successivo e estarem em effectiva amortisação todas as vezes que occorrião os pagamentos feitos á mesma tropa, pagamentos que sempre se fazem de tempos mais antigos, correndo progressivamente até final solução; que neste caso estão as dividas dos originarios credores, em cujo direito succedeu o Supplicante pelas provisões impugnadas, porque todos liquidarão e extrahirão a conta do que se lhes ficou devendo de seus vencimentos até 1812 e 1813, annos posteriores ao Alvará de 1810, que nada podia dispôr a respeito de taes papeis não existentes nas mãos das partes.

O Procurador da Fazenda sustentou a justiça da exclusão na importancia de 4:409\$435, por não encontrar, no requerimento da parte e resposta do Escrivão da Fazenda, cousa alguma que possa alterar o que produzira no seu officio de . . . e dissera o Contador da 2ª repartição, por força da prescriptão estabelecida pelo Alvará de 1810, a qual tem lugar em toda e qualquer divida das chamadas antigas, ainda que seja proveniente de soldos, intelligencia que sempre se tem dado, observando-se esta pratica até contra o mesmo Supplicante na sentença de habilitação que obteve, na qual se excluiu o pagamento das dividas pertencentes ao Capitão Manoel de Jesus Costa e ao soldado João Furtado. Entendia portanto que se devia indeferir a pretensão.

Parece ao Conselho que as provisões estão nas circumstancias de obterem seu effecto: 1º, porque o Alvará de 9 de Maio de 1810 não fez direito novo, de maneira que por elle se possam entender prescriptas absolutamente todas as dividas contrahidas até 1797, mas sómente legislou com o fim de libertar a Fazenda do grande peso que a opprimia, e dar aos particulares tempo para irem applicando utilmente seus fundos: 2º, porque a divida antiga, de que trata o Alvará de 1810, era a que constava de papeis avulsos fluctuantes pelas mãos das partes, e não a divida contrahida no identico periodo, que se acha consolidada, ou pelo menos assentada nas estações de Fazenda, e cujos titulos não estavam em poder dos credores. Em 13 de Novembro de 1820, reformada em 2 de Maio de 1830.

Resolução. — Remetta-se á Camara dos Deputados. Paço da Boa Vista, 18 de Novembro de 1830. — Com a rubrica de S. M. I. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — *Acha-se o original no cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 19 DE NOVEMBRO,

Manuscripto authenticico.

Senhor! Por portaria da Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, de 16 de Maio do corrente anno, mandou V. M. I. remetter a este

AVISO DE 20 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Conselho, para consultar, o requerimento do Tenente Coronel José de Sá Carneiro Pereira de Castro Souto Maior, em que pede a continuação do pagamento da tença de 1600\$ de que teve mercê por Decreto de 23 de Junho de 1816, e da qual deixou de ser pago desde o anno de 1822 em diante.

Instrução esta supplica diversas respostas fiscaes e pareceres dados pela Repartição do Thesouro Publico, que com todos os papeis sobem no original: tendo sido a resposta do Procurador da Fazenda Nacional dada pela dita Repartição do theor seguinte: — Não posso convir no pagamento pedido desde 1821 até hoje, porque, estando o Supplicante sujeito á disposição do Decreto de 12 de Novembro de 1822, não se apresenta por ora com a indispensavel caracteristica de Cidadão Brasileiro: á pronunciação da qual está sujeito pelo parecer da Commissão de Guerra, segundo a acta de 18 de Setembro do anno passado, e por isso ha Resolução discutivel e approvavel pela Camara do Senado; processo este que apenas se acha encetado, e que cumpre que o Supplicante ouça com a Imperial e Soberana Sanção para que tenha lugar ulterior indemnisação, segundo os termos em que fôr concebido o mesmo julgado, e segundo os em que e por que possa ou deva applicar-se-lhe a retroacção pedida. Rio, 14 de Abril de 1829. — Nabuco.

E dando-se por este Conselho vista ao Procurador da Fazenda, respondeu: — Sustento o que disse no Thesouro. Rio, 25 de Maio de 1829. — Nabuco.

O que tudo visto, parece ao Conselho que o Supplicante José de Sá Carneiro está nos termos de ser justamente deferido como pretende; porquanto, tendo, como semoestra dos documentos que ajuntou, satisfeito cabalmente á requisição demasiadamente escrupulosa do parecer deste Tribunal, na Consulta que fez subir á presença de V. M. I., se dignou já reintegra-lo no seu posto, em que sahio deste Imperio e a elle voltou; nada mais ha a desejar-se que não seja caracterisado com o ferrete de injustiça e indignidade. O Supplicante, Senhor, he hum legitimo credor ao Thesouro Nacional da quantia de que pede o pagamento e annual satisfação: o seu credito he garantido pela Constituição sem restricção de qualidade, e consequentemente deve solver-se.

V. M. I. porém mandará o justo. Rio, 5 de Junho de 1829, 8.º da Independencia e do Imperio. — Leonardo Pinheiro de Vasconcellos. — Francisco Baptista Rodrigues. — José Fortunato de Brito Abreu Souza Menezes. — Dr. Luiz Thomaz Navarro de Campos.

Resolução. — Está deferido pela Imperial Resolução de 17 de Dezembro de 1827. Pago da Boa Vista, 18 de Novembro de 1830. — Com a Imperial rubrica. — Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti Albuquerque. — *Acha-se o original no cartorio actual do Thesouro Nacional.*

Exm. e Rev. Sr. — Representando a Camara Municipal da Villa de S. Antonio de Sá, que na Parochia de S. João de Itaborahy se acha exercendo as funcções de Coadjutor, por Provisão de V. Ex., o Padre Antonio Joaquim de Sá, apesar de ser Estrangeiro: Ordena S. M. o I. que V. Ex. não consinta que o dito Padre, nem outro qualquer que esteja nas mesmas circumstancias, continue a exercer funcções que só devão ser exercidas por Cidadãos Brasileiros, na conformidade da Constituição do Imperio. Deos Guarde a V. Ex. Pago, 20 de Novembro de 1830. — Visconde de Alcantara. — Sr. Bispo Capellão Mór. — *Acha-se á fl. 155 v. do Liv. 10 da Córte.*

RESOLUÇÃO DE 24 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Remetteu-se ao Conselho da Fazenda, para consultar, o requerimento do Conselheiro José Caetano Gomes, em que pede melhoria da aposentadoria que teve no lugar de Thesoureiro Mór do Thesouro, em 1826, com 900\$, metade do seu ordenado, quando elle, nessa época, contava 26 annos de serviço effectivo, para verificar-se em sua mulher e neta com huma pensão cada huma, em remuneração dos seus relevantes e distinctos serviços prestados ao Estado, desde 1800, nos diversos lugares que tem servido.

Sendo ouvido o Procurador da Fazenda, disse este que achava permmissivel e mesmo legal a quasi cessão que o Supplicante faz em sua mulher e neta, para prestar-se áquella huma pensão de 900\$, e a esta a de 300\$, em forma que ao Supplicante se preste, em remuneração dos seus relevantes serviços, a quantia de 1:200\$ por anno, ficando dependente da approvação da Assembléa Geral.

E dando-se de tudo vista ao Conselheiro Fiscal das Mercês, respondeu este que, sendo extraordinarios os principaes serviços do Supplicante, nos quaes se divisa o cunho do seu fervoroso zelo pela Causa Publica e augmento das rendas do Estado, entendia serem relevantes intensivamente os seus serviços, e que, por isso, podia ser premiado fóra da escala dos annos de serviço ordinario, que aliás tambem mostrara ter feito, e que, com justiça, se podia conceder a titulo de tença imposta na Obra Pia, á sua mulher 1:200\$ e á sua neta 600\$, repartidamente com sobrevivencia de huma para outra a quantia de 1:800\$, que he o que o Supplicante venha de ordenado como Thesoureiro Mór.

Parece ao Conselho, conformando-se com o Fiscal das Mercês e Procurador da Fazenda, que os serviços prestados pelo Supplicante são muito particulares, grandes e distinctos, tendo sido prestados nos muitos e diversos lugares que servio por muitos annos, e que, por isso, se fazem dignos de humá distincta remuneração, a qual

jâmais deve ser menor que aquella de 1:200\$, lembrada pelo Procurador da Fazenda, concedendo-se esta remuneração para verificar-se em sã mulher e neta, dividida com igualdade por ambas. Rio, 8 de Novembro de 1830.

Resolução. — Lavre-se Decreto concedendo-se a pensão de 900\$ á mulher do Supplicante, verificando-se esta por morte do mesmo, salva a approvação da Assembléa Geral Legislativa. Paço, em 24 de Novembro de 1830. — Com a rubrica de S. M. I. — Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — *Acha-se o original no cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 24 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authentic.

Remetteu-se ao Conselho da Fazenda, para consultar, o officio da Junta da Fazenda do Rio Grande do Sul, de 24 de Setembro de 1829, acerca da arrematação que fez do contracto dos Meios direitos das Alfandegas daquella Provincia, e foi acompanhado das condições e mais papeis a este respeito. Dando-se vista ao Procurador da Fazenda, respondeu este que se devia approvar esta arrematação com as segundas condições, guardado o Decreto de 22 de Setembro de 1829, huma vez que semelhantes contractos vigorem, por se não vencer legislação em contrario, reduzindo contudo o termo de arrematação a hum anno para recahir em huma quarta das rendas, afim de dar-se a experiencia que falta da utilidade de semelhante medida. Parece ao Conselho que este contracto da Arrematação dos meios direitos pela maneira e modo enunciado no dito officio da Junta, com o que foi feito, está nos termos de merecer a approvação, não devendo ser attendida a diversidade de tempo e de maneira de que se lembra o Procurador da Fazenda. Em 8 de Novembro de 1830.

Resolução. — Como parece. Rio de Janeiro, em 24 de Novembro de 1830. — Com a rubrica de S. M. I. — Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — *Acha-se o original no cartorio actual do Thesouro Nacional.*

CARTA DE LEI DE 24 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

D. Pedro, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou e nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º As forças de terra ordinarias, no anno financeiro do 1.º de Julho de 1831, ao ultimo de Junho de 1832, constarão:

§ 1.º Dos Officiaes do Estado Maior General, e Exercito da 1.ª e 2.ª Classe, Engenheiros e Repartições que ora existem, estejam ou não empregados, assim como dos Officiaes que por virtude da redução do Exercito ficarem sem destino.

§ 2.º Dos Estados Maiores e Menores, e dos Officiaes e Officiaes Inferiores dos Corpos das tres armas que ficarem subsistindo.

§ 3.º De 12 mil Cabos de Esquadras, Ansepeadas e Soldados das mesmas 3 armas.

§ 4.º Dos Tambores, Pifanos, Cornetas e Trombetas que corresponderem aos Corpos que ficarem subsistindo.

§ 5.º De duas Companhias de Artifices do Trem de Artilharia de 100 praças cada huma.

Art. 2.º Fica autorizado o Governo para poder alterar a actual organização dos Corpos de 1.ª e 2.ª Linha das 3 armas do Exercito, e reduzir o seu numero, e bem assim para poder substituir na 2.ª Linha a arma de Infantaria á de Cavallaria, e vice-versa.

Art. 3.º Os Corpos de Policia que actualmente existem serão conservados no seu estado completo, sendo as Companhias de Cavallaria substituidas por outras de Infantaria, se assim o julgar conveniente. E se o Governo, sobre informações dos Presidentes em Conselho das Provincias de Minas Geraes e Mato Grosso, julgar de absoluta necessidade a conservação das Divisões do Rio Doce, e Companhias de Ped-stres, poderá elevar aquellas ao seu estado completo, e estas á força que julgar indispensavel.

Art. 4.º Os Officiaes que diminuirem no Estado Maior e nos Corpos de Engenheiros e Veteranos não serão substituidos durante o anno financeiro.

Art. 5.º Os postos que por qualquer maneira vagarem nos Corpos que o Governo conservar, bem como nos da Policia, serão preenchidos com os dos Corpos que o Governo supprimir, e com os que forem desnecessarios no Estado Maior do Exercito, estando esses Officiaes nas circumstancias de prestarem todo o serviço Militar das suas respectivas armas.

Art. 6.º O Emprego dos Officiaes de Estado Maior General, e do Exercito em Comissões ordinarias ou extraordinarias, não excederá ao absolutamente indispensavel.

Art. 7.º O Governo fica autorizado a conceder licença com vencimento de tempo e meio soldo aos Officiaes e Officiaes Inferiores, que, sendo desnecessarios ao serviço, desejarem ser delle dispensados.

Art. 8.º Os Cabos de Esquadra, Ansepeadas, Soldados, Tambores, Pifanos, Cornetas, Clarins e Artifices dos Corpos que forem suprimidos, não sendo necessarios para completar a força neccessaria neste capitulo, serão escusos do serviço pela ordem de antiguidade das suas praças.

Art. 9.º Para se preencherem as vagas das praças que forem escusas do serviço, fallecerem, desertarem ou tiverem accesso, procederá o Governo a engajar individuos habéis, podendo dar-lhes até metade do soldo mais, durante o tempo por que forem engajados, e quando não concorrerem sufficientes voluntarios, far-se-ha o recrutamento de hum numero de individuos signal aos das praças que por hum calculo razoavel se entender que ficarão vagas durante o anno. Este recrutamento será repartido por todas as Provincias do Imperio, em proporção dos seus habitantes livres, e tendo-se attenção ao numero de

recrutas que tiverem dado nos annos proximos passados, guardadas as Leis ora existentes, quanto ao modo de recrutar.

Art. 10. Não haverá no Exército do Brazil Corpo algum composto de homens estrangeiros nem Officiaes, Officiaes Inferiores, Cabos de Esquadra e Anspedadas estrangeiros, ainda nos Corpos Nacionais de qualquer classe ou arma que sejam. Os Officiaes e outras praças que ora se achão alistados no Exército do Imperio serão demittidos do serviço, quer estejam engajados, quer sem engajamento, cumpriundo-se comtudo a respeito dellas os ajustes onerosos a que o Governo se achar ligado. Os Soldados estrangeiros que quizerem completar o tempo dos seus engajamentos nos Corpos Nacionais serão a elles admittidos com as vantagens que gozavão, e quando preferão a sua demissão, ser-lhes-ha immediatamente dada. A disposição deste artigo não comprehende os Officiaes estrangeiros que collaborarão com o Exército do Brazil durante a luta da sua Independencia, e bem assim os que forão mutilados, ou gravemente feridos em o serviço nacional.

Art. 11. Ficão suspensas as promogões da 1.^a Linha para os Corpos de 2.^a, excepto em Ajudantes, os quaes serão tirados do Corpo do Estado Maior ou da Classe dos Subalternos que forem desnecessarios nos Corpos do Exército, e só no caso de não existirem Officiaes assim disponiveis em estado de servirem, serão promovidos Sargentos ou Cadetes, na forma da Lei em vigor.

Art. 12. A presente Lei terá execução desde já em tudo o que for possível.

Art. 13. Ficão revogadas todas as Leis e ordens em contrario.

Mandamos, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 24 dias do mez de Novembro de 1830, 9.^a da Independencia e do Imperio.—IMPERADOR com rubrica e guarda. (L. S.)—Conde do Rio Pardo.—Com os registos competentes.

CARTA DE LEI DE 24 DE NOVEMBRO

Coll. Braz.

Dom Pedro, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou e nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1.^o O Commissariado Geral do Exército fica extinto durante a paz.

Art. 2.^o O Commissario Geral fechará as suas contas com o Thesouro Publico, onde entregará todos os Livros e papeis da sua Repartição; e os Empregados que existirem nas Províncias farão igual encerramento e entrega ás Juntas da Fazenda, donde serão remettidas para o Thesouro.

Art. 3.^o Os Officiaes do Commissariado que tiverem Diploma Imperial ficarão percebendo os seus respectivos soldos sem outro qualquer vencimento, enquanto o Governo os não empregar.

Art. 4.^o No fornecimento dos generos que

pelo Commissariado se fazia ao Exército, observar-se-ha a ordem seguinte: 1.^a As Etapes que competirem aos Officiaes de Patente que as venderem ser-lhes-hão pagas a dinheiro nas Thesourarias Militares no fim de cada mez, á vista dos seus recibos. 2.^a As etapas dos Officiaes inferiores e Soldados dos Corpos serão pagas pelo mesmo modo aos Quarteis-Mestres, ou ás pessoas que servirem como taes, de cinco em cinco dias imprerivelmente, ainda no caso de não ser possível fazer-se o pagamento dos Prets. 3.^a As forragens e ferragens dos cavallos dos Officiaes que vencem pelas massas dos Corpos, e os Officiaes Inferiores e Soldados, serão pagas mensalmente a dinheiro nas ditas Thesourarias aos respectivos Quarteis-Mestres, e as dos Officiaes que não vencem pelas massas, ser-lhes-hão pagas mensalmente á vista dos seus recibos, ainda quando, por circumstancias que occorrão, não possam cobrar os soldos dos seus postos. 4.^a O valor dos cavallos e seus equipamentos que competem aos Officiaes que não vencem pelas massas dos Corpos, ser-lhes-hão abonados conforme as Leis existentes, e as remontas dos Corpos correrão pelos seus Chefes, aos quaes nas Thesourarias Militares se fará entrega das sommas para isso destinadas. 5.^a O fornecimento dos generos que pelo Commissariado era feito aos Quarteis, Corpos de Guarda e Fortalezas, será encarregado, no Rio de Janeiro, ao Almo-xarife do Arsenal do Exército, e nas outras Províncias aos Almo-xarifes dos Trems de Guerra, e o seu valor será conforme aos pregos do mercado. 6.^a As comedorias dos Officiaes do Exército que embarcarem ser-lhes-hão pagas pelas Thesourarias, segundo a tarifa actual, e os mantimentos e transportes serão promptificados pelos Almo-xarifes. 7.^a Os Officiaes Inferiores e outras praças que tiverem familia receberão as suas etapas em dinheiro se assim o quizerem.

Art. 5.^o A avaliação das etapas e forragens será feita no principio dos semestres no Rio de Janeiro pela Junta da Fazenda do Arsenal do Exército, precedendo as necessarias informações, e será approvada pelo Ministro da Guerra, e nas outras Províncias pelas Juntas da Fazenda, e approvada ou emendada pelos Presidentes em Conselho. As Tabellas dos pregos semestraes serão publicadas pela Imprensa, affixadas nas Thesourarias Militares, e communicadas aos Chefes dos Corpos.

Art. 6.^o A importancia das etapas e forragens dos Officiaes Inferiores e Soldados serão recebidas pelos Commandantes das Companhias, que as farão entrar nos cofres dos Conselhos Administrativos dos Corpos, depois de separados os valores das etapas que pertencem ás praças dispensadas dos ranchos do Quartel. Os Conselhos Administrativos ficarão encarregados da sustentação dos Officiaes Inferiores e Soldados, a qual será fiscalizada pelos Officiaes Superiores e Commandantes das Companhias.

Art. 7.^o Se as praças de rancho das Companhias não forem bem alimentadas, poderão pelo intermedio dos seus commandantes, que

—*Exar-se aos Chefes dos Corpos, para estes o exporem ás Autoridades competentes, que applicarão as providencias que julgarem necessarias.*

Art. 8.º Nos Regimentos, Batalhões, e Corpos em que não existirem os Conselhos Administrativos, creados pelo Alvará de 22 de Março de 1810, instituir-se-hão Conselhos de Administração analogos, e ao Governo incumbir arbitrar o numero e classe dos Officiaes de quem devem constar quando os Corpos tiverem menos de seis companhias.

Art. 9.º Ficão derogadas as Leis, e Ordens em contrario. Mandamos, portanto, etc. Dado no Palacio do Rio de Janeiro, aos 24 dias do mez de Novembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. —*INTERADO* com rubrica e guarda. — (L. S.) — Conde do Rio Pardo. — *Com os registos competentes.*

DECRETO DE 25 DE NOVEMBRO.

(Coll. Braz. L. 114709)

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º A Fazenda Nacional de Santa Cruz comprehende somente os terrenos em cuja effectiva e legitima posse se achava o Senhor D. Pedro I no dia 25 de Março de 1824.

Art. 2.º Os terrenos que á mesma Fazenda serão annexados pela medição posteriormente feita (*) ficão pertencendo aquelles que no referido dia 25 de Março legitimamente os possuíão, ou a quaesquer seus legitimos successores, em favor do quese a nação renuncia qualquer direito que sobre taes terrenos tenha adquirido por virtude do ultimo julgado.

Art. 3.º As pessoas que aproveitarem da presente renuncia serão obrigadas a guardar os contractos de aforamento feitos pela Corôa até o referido dia 25 de Março de 1824, ficando somente com o dominio directo dos terrenos que assim tiverem sido aforados.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Novembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

CARTA DE LEI DE 25 DE NOVEMBRO.

(Coll. Braz. L. 114709)

D. Pedro etc. Fazemos saber a todas as nossas subditas que a Assembléa Geral decretou e nós queremos a lei seguinte.

(*) Portaria de 7 de Maio de 1825.

Original.

Não tendo tido effeito as diligencias da Policia para o descobrimento do Tombo original da Imperial Fazenda de Santa Cruz, que foi roubado vindo para esta Corte, havendo-se ordenado ao Superintendente da mesma Imperial Fazenda que prosiga na sua medição pelo traslado le-

Art. 1.º As forças navaes activas do Imperio do Brazil, no anno financeiro que hade correr do 1.º de Julho de 1831 até o ultimo de Junho de 1832, constarão das embarcações que o Governo designar, as quaes serão tripuladas com 2,000 praças de todas as classes.

Art. 2.º Não haverá promoções no corpo da armada durante o anno financeiro de 1831 a 1832.

Art. 3.º Fica extincto o emprego de Capellão Mór da Armada, actualmente vago, por haver caducado o titulo do actual, e logo que se de a vacatura dos actuaes Physico Mór e Cirurgião Mór da mesma Armada, o Governo proporá á Assembléa o meio de supprir a sua falta.

Art. 4.º Seão demittidos dos postos em que se achão os Officiaes Estrangeiros, exceptuados porém os que na luta da Independencia collaborarão activamente na Armada Brasileira contra os inimigos do Imperio, os que tem sido mutilados ou feridos gravemente em o serviço nacional, e os que tiverem contracto expresso até que se finde o tempo contractado.

Art. 5.º Os Officiaes Brasileiros desnecessarios ao serviço da armada poderão empregar-se em a marinha mercante, vencendo somente o tempo de serviço.

Art. 6.º Os Officiaes da Saude, Fazenda, Api-to e Nautica, Artifices, Marinheiros e Capellães, cujas nomeações não forem conformes ás leis ou ao espirito dellas, serão demittidos do serviço, exceptuando os que forem necessários.

Art. 7.º O Corpo de Artilharia da Marinha conservará vagas no seu estado completo. São praças de soldados.

Art. 8.º As praças que tiverem concluido o tempo de seu serviço receberão as suas esculpas.

Art. 9.º O Governo fica autorizado a recrutar, na forma das leis, tantas praças quantas forem necessarias para completar o numero de Marinheiros e Soldados agora decretados, no caso de não poder engajar a Maruja por meio de premios, e haver os soldados, concedendo meio soldo de gratificação diaria aquelles que, tendo concluido o tempo do seu serviço, quizerem novamente alistar-se.

Art. 10.º O Governo alienará pelo maior preço que se offercer as embarcações de guerra velhas, arruinadas ou ronciras.

Art. 11.º A presente lei terá execução desde já em tudo o que for possivel.

Art. 12.º Ficão revogadas todas as leis e ordens em contrario.

Mandamos, portanto, etc. O Secretario de Estado dos Negocios da Marinha o faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Maio de 1825. — Clemente Ferreira Franca.

gal que ficou do mencionado Tombo, affirm de não perecer, por hum facto illicito de terceiro, o direito de S. M. I., manda o mesmo Augusto Senhor, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, assim participar ao Desembargador do Paço, Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, para sua intelligencia. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Maio de 1825. — Clemente Ferreira Franca.

neiro, em 25 de Novembro de 1850, 9º da Independencia e do Imperio.—IMPERADOR com guarda.—(Li. S.)—Marquez de Paranaguá.—Com os Registos competentes.

AVISO DE 26 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authentic.

S. M. o Imperador manda remetter a Vm. as duas traducções inclusas das notas dirigidas ao Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, pelo Encarregado de Negocios de S. M. B., datados de 19 e 23 do corrente, sobre a espantosa mortandade que tem havido dos escravos transportados nas embarcações *Africano Oriental, Elisa e D. Estevão d'Athaide*, constante da resenha tambem junta, ha por bem que Vm. proceda com urgencia á mais rigorosa averiguação sobre hum tão deploravel acontecimento, afim de serem punidos os culpados em qualquer fraude ou deleixo que tenha havido em hum objecto de tanto interesse á humanidade e compromettimento da honra nacional. Deos guarde a Vm. Paço, em 26 de Novembro de 1850.—Visconde de Alcântara.—Sr. Ouvidor da Comarca do Rio de Janeiro.—*Acha-se a fl. 156 do Liv. 10 da Corte.*

30 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

FALLA com que S. M. o Imperador encerrou a sessão extraordinaria da Assembléa Geral Legislativa.

Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação. — Eu venho fechar esta sessão extraordinaria, louvando cada huma das Camaras em separado, pela fiel execucao do artigo 61 da Constituição do Imperio, e á Assembléa Geral pelo complemento de grande parte de seus trabalhos.

O Código Criminal, a lei do Orçamento, a Lei da Fixação das forças de terra, e a da fixação das forças de mar, são provas sobejas e não equivocadas do interesse que a Assembléa Geral toma pela briosa nação que representa.

Muito sinto comtudo que, no tempo da sessão ordinaria, durante o da extraordinaria e o da prorogação, não podesse ter tido lugar o decretar-se o melhoramento do meio circulante, que tantos males causa ao Brazil em geral e á esta provincia em particular; mas trabalhos interessantes e que requerirão grande attenção e tempo, impedirão certamente que a Assembléa Geral podesse dispensar mais este beneficio.

Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação! Eu conto que a Assembléa Geral se occupará na futura sessão ordinaria de tão importante, urgente e vital negocio, do qual depende o bem estar de meus fieis súbditos, a consolidação do systema Monarchico-Constitucional, e a gloria da Assembléa Geral. Está fechada a sessão.—Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil.

DECRETO DE 2 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte resolução da Assembléa Geral.

Art. unico. O Governo fará recolher ao Theatro Nacional a quantia que se achar no Banco pertencente á casa dos orphãos (*) da cidade da Bahia, proveniente do que lhe tocou no dividendo do anno de 1828 pelas acções que nelle tem, e expedirá as ordens necessarias á Junta da Fazenda daquella provincia para entregar igual quantia aos administradores da mesma casa.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 2 de Dezembro do anno de 1850, y da Independencia e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. I. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

PORTARIA DE 3 DE DEZEMBRO.

Coll. Plancher.

Sendo indispensavel haver a bordo de cada hum dos paquetes hum exemplar do regulamento da Administração Geral dos Correios, e das instrucções geraes para os Commandantes dos mesmos paquetes, afim de que possuão os ditos Commandantes e quaesquer outros empregados consulta-los em caso de duvida, evitando-se assim muitos erros, faltas e contestações, mando S. M. o Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, que o Administrador,

(*) Carta Regia de 28 de Julho de 1819.

Manuscripto authentic.

Conde de Palma, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia. Amigo, en, El-rei, vos envio muito saudar, como aquelle que amo. Tomando em consideração o que expozeste em vosso officio n. 29, de 29 de Abril do corrente anno, não só sobre as circumstancias que concorrem no Convento arruinado dos extinctos Jesuitas denominado Noviciado, para em parte delle se edificar o Seminario dos orphãos dessa Capitania, por se prestar a isso o sitio em que elle está fundado, e pela utilidade que resulta aos Orphãos de terem vizinho o Trem, onde devem aprender as artes e officios mecanicos, mas tambem o que representastes acerca dos soccorros precisos para a obra do edificio, que não deixará de ser dispendiosa, por maior economia que nella se empregue, não sendo aliás conveniente distrahir porção alguma do fundo de 40:000\$ da contribuição que convém se conserve sempre intacta, nem do seu rendimento annual, que deve ser somente applicado para as despesas diarias do sustento, dos ordenados dos mestres e outras diarias: hei por bem autorisar-vos para destinardes huma parte do mencionado edificio arruinado, que foi dos extinctos Jesuitas, para as suas paredes se formar a necessaria accommodação para os orphãos e para auxilio das despesas dessa obra; sou servido permittir huma loteria por tempo de seis annos, segundo o plano que vos parecer mais conveniente, para se deduzir de cada huma dellas o producto liquido de 4:000\$, não devendo comtudo embarçar a sua extracção as que tenho concedido ao Theatro desta Corte. O que me pareceu participar-vos para que assim o tenhaes entendido e fazeis executar. Escripta no Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Julho de 1849.—Para o Conde de Palma.—*Acha-se a pag. 6 v. do tomo 2º das Memorias Historicas e Politicas da Provincia da Bahia, por Accioli.*

que serve de Director Geral dos Correios, faça por conta da administração a compra dos exemplares precisos e os distribua na forma indicada. Palácio do Rio de Janeiro, em 3 de Dezembro de 1830. — José Antonio da Silva Maia.

PORTARIA DE 3 DE DEZEMBRO.

Coll. Planeber.

Para execução da carta de lei de 10 de Setembro ultimo, na parte que respeita á Repartição da Marinha, ha S. M. o Imperador por bem determinar o seguinte: 1.º Os passaportes que de ora em diante se derem ás embarcações empregadas na navegação da cabotagem serão conformes ao formulario junto letra A, e tirados em pergaminho de huma chapa que para esse fim se mandará abrir. 2.º O —Visto—, a que, na conformidade da citada lei, estão sujeitos semelhantes passaportes em cada huma das viagens que fizerem as respectivas embarcações. será escripto no passaporte, segundo o formulario tambem letra B, e o assignará a mesma autoridade que assignar o passaporte. 3.º Nomear-se-hão taes passaportes e serão registados em livro especial. 4.º O pergaminho em que se estamparem será fornecido á custa das partes a que os mesmos pertencerem. 5.º Continuar-se-hão a remetter por esta Secretaria de estado para todas as provincias do Imperio os exemplares de passaportes, do mesmo modo até aqui praticado, devendo porém acompanhar huma conta da importancia do pergaminho em que forem estampados os que se destinão aos navios de cabotagem, para que, exigindo-se das partes o pagamento da sua importancia, á proporção que se forem emitindo, seja a mesma importancia remettida para o cofre desta Secretaria de Estado, por onde se tem adiantado semelhante despesa. 6.º Os documentos, em virtude dos quaes são expedidos os passaportes de cabotagem, deverão conter todas as declarações que mencionão, ficando as autoridades a quem compete a organização ou fiscalização dos ditos documentos responsaveis por qualquer abuso a tal respeito. O que participo a V. S. para sua intelligencia e execução na parte que lhe toca. Deos guarde a V. S. Paço, em 3 de Dezembro de 1830. — Marquez de Paragná. — Sr. Joaquim Francisco Leal.

CARTA DE LEI DE 4 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

D. Pedro, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1.º O Ministro da Fazenda creará huma Comissão composta de 3 membros para tomar conta nesta Côrte á Caixa da Legação de Londres que cessará desde já todas as suas operações.

Art. 2.º O Ministro da Fazenda dará aos Commissarios as instruções que julgar convenientes para o prompto e bom desempenho desta Commissão.

Art. 3.º A Camara dos Deputados, no principio de cada sessão, creará, para examinar o trabalho da Commissão estabelecida pelo Art. 1.º, huma ou mais Comissões, as quaes, á vista do mesmo trabalho, proporão as providencias que entenderem necessarias, e a gratificação de seus membros.

Art. 4.º A Commissão fará mensalmente ao Governo hum relatorio de seus trabalhos, e este o fará publicar immediatamente pela Imprensa.

Art. 5.º Na Sessão Ordinaria de 1831 o Ministro da Fazenda apresentará á Assembléa Geral todo o resultado que tiver obtido até então dos trabalhos da Commissão, e finalmente hum relatorio geral completo e documentado da dita liquidação quando ultimada for.

Art. 6.º Ficão revogadas todas as Leis, Alvarás, Decretos e mais disposições em contrario.

Mandamos, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 4 dias do mez de Dezembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — IMPERADOR com rubrica e Guarda. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — (L. S.) — Com os registos competentes.

CARTA DE LEI DE 4 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

D. Pedro, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1.º Ficão abolidas a Chancellaria Mór do Imperio e a Superintendencia dos Novos Direitos.

Art. 2.º Aos empregados que até o presente juravão na Chancellaria, deferirá juramento o Superior do lugar em que tiverem de servir, e, não o havendo, se guardará o disposto na lei do 1.º de Outubro de 1828.

Art. 3.º A publicação das leis se fará nas Secretarias de Estado respectivas pelos seus Officias Maiores, os quaes remetterão aos Presidentes das Provincias os exemplares dellas, que devem ser distribuidos pelas Camaras Municipaes e mais Autoridades, remettendo directamente os que devem ser distribuidos pelas Camaras Municipaes e mais Autoridades da Provincia do Rio de Janeiro.

Art. 4.º Os embargos que até o presente se oppunhão na Chancellaria Mór serão apresentados perante a Autoridade cujos actos se houverem de embargar.

Art. 5.º Passão para a Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça o grande e o pequeno sello; e o Ministro e Secretario de Estado desta Repartição fica sendo o Chancellier do Imperio.

Art. 6.º Passão para o Thesouro Nacional:

§ 1.º As Receitas dos novos e velhos direitos, as quaes serão escripturadas em hum só Livro, pautado em duas columnas para a classificação dos sobreditos direitos.

§ 2.º As receitas do sello e papel sellado.

§ 3.º A decisão das duvidas que se moverem sobre os direitos de Chancellaria, cuja cobrança

se fará pela mesma forma por que se faz o das outras dividas da Fazenda Publica.

Art. 7.º O Escrivão dos novos direitos continuará no exercício deste officio, ao qual ficará annexa a Receita dos Velhos Direitos, e tanto hums como outros serão pagos ao mesmo tempo.

Art. 8.º O Escrivão do sello e papel sellado continuará no exercício deste officio.

Art. 9.º Fica abolido o registro dos conhecimentos dos novos direitos.

Art. 10.º O Governo nomeará para recebedor dos direitos de que trata esta lei o mesmo que actualmente serve na Chancellaria Mór ou o do sello do Thesouro, qual mais apto fôr.

Art. 11.º O Livro das avaliações passará para o Escrivão dos novos direitos; o dos registos das leis para a Secretaria da Justiça; o dos registos dos Officios e Mercês e os das Cartas e Alvarás para o Archivo da Secretaria do Imperio.

Art. 12.º Ficão abolidos os registos das leis, Officios e Mercês; e o das Cartas e Alvarás que se fazião na Chancellaria Mór.

Art. 13.º Os Officiaes da Chancellaria Mór, que não tiverem do Thesouro outro vencimento maior ou igual, continuarão a perceber seus ordenados enquanto não tiverem outro emprego; os que não tiverem ordenado ficão recomendados ao Governo para serem empregados nos officios para que tiverem aptidão.

Art. 14.º Ficão revogadas todas as Leis, Decretos e Ordens em contrario.

Mandamos, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 4 de Dezembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — IMPERADOR com rubrica e Guarda. — (L. S.) — José Antonio da Silva Maia. — *Com os registos competentes.*

CARTA DE LEI DE 4 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

D. Pedro, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1.º O algodão que se exportar de qualquer das Provincias para fóra do Imperio pagará de producção e exportação os mesmos direitos que presentemente paga este genero exportado da do Rio de Janeiro.

Art. 2.º A carne secca ou charque de producção brasileira que se exportar para fóra do Imperio não pagará, além do dizimo, mais de 10 por cento do seu preço no mercado nas Provincias em que até agora pagava subsidios maiores.

Art. 3.º O pagamento dos sobreditos impostos poderá fazer-se em letras na forma da lei de 25 de Outubro de 1827, e o seu total rendimento pertencerá á Provincia productora do genero.

Art. 4.º Ficão revogadas todas as leis, Alvarás, Decretos e mais disposições em contrario.

Mandamos, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 4 de Dezembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — IMPERADOR com rubrica e guarda. — (L. S.) — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — *Com os registos competentes.*

DECRETO DE 4 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Os Empregados Publicos Civis, Ecclesiasticos ou Militares, enquanto assistirem ás Sessões dos Conselhos Geraes de Provincia, de que forem membros, ficão isentos de exercer os Empregos que tiverem.

Art. 2.º Ficão revogadas as leis e disposições em contrario.

José Antonio da Silva Maia, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 4 de Dezembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — José Antonio da Silva Maia.

DECRETO DE 4 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica approvedo o emprego de Encarregado da Contabilidade da Camara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Este empregado he de livre nomeação da Camara e amovivel ao seu arbitrio, e vencerá huma gratificação que por ella será arbitrada annualmente.

Art. 3.º Ficão revogadas todas as Leis, Alvarás, Decretos e mais disposições em contrario.

José Antonio da Silva Maia, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 4 de Dezembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — José Antonio da Silva Maia.

CARTA DE LEI DE 7 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

D. Pedro, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1.º Fica extinta a Junta da Direcção da Typographia Nacional, creada pelo Decreto de 13 de Maio de 1808, e Instrucções de 24 de Junho do mesmo anno, e de 17 de Fevereiro de 1815.

Art. 2.º A Typographia Nacional será administrada por hum Director, que vencerá o ordenado annual de 800\$ rs., e mais huma gratificação de 5 por cento do rendimento liquido da Officina, a qual cessará, não sendo annualmente decretada, segundo os interesses do Estabelecimento; por hum Administrador, que terá a seu cargo a guarda e asseio do Estabelecimento e o pagamento dos operarios, e vencerá o ordenado de 750\$ rs.; e por hum guarda-livros, que fará toda a escripturação necessaria e vencerá o ordenado de 600\$.

Art. 3.º Os empregados de que trata o artigo antecedente são de Commissão, e o Director ficará responsavel pelos erros de Typographia que

apparecerem nas leis que imprimirem, fazendo-se a reimpressão á sua custa.

Art. 4.º As pessoas que se occuparem no trabalho da Typographia Nacional ou no das particulares ficarão isentas de todo o serviço militar.

Art. 5.º Os Impressos da Typographia Nacional não se darão gratuitamente a pessoa alguma. Exceptuão-se: 1.º, os que pertencerem ás Camaras Legislativas, os quaes serão remetidos a cada huma de suas Secretarias; 2.º, os que deverem repartir-se pelas Estações e Autoridades Publicas que serão remetidos á Secretaria de Estado a que competir a sua distribuição; 3.º, os que deverem, na conformidade da lei, enviar-se ao Promotor do Jury.

Art. 6.º Ficão revogadas todas as Leis, Alvarás, Decretos e mais disposições em contrario. Mandamos, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Dezembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — IMPERADOR com rubrica e guarda. — (L. S.) — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Com os registos competentes.

DECRETO DE 7 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute o que resolveu a Assembléa Geral Legislativa sobre Resolução do Conselho Geral da Provincia do Maranhão.

Art. 1.º Haverá na Cidade de S. Luiz do Maranhão hum Jardim Botânico no lugar mais proprio e accommodado para isso, escolhido pela Camara Municipal, com approvação do Conselho Geral da Provincia.

Art. 2.º No Jardim Botânico se cultivarão, não sómente as plantas indigenas de utilidade na economia domestica e na Medicina, como também as exóticas que possuão as mesmas qualidades, e que com facilidade se possam aclimar.

Art. 3.º O Director do Jardim será ao mesmo tempo Lente de Botanica e Agricultura.

Art. 4.º Para occupar o emprego de Director será escolhido hum Cidadão Brasileiro que tiver os conhecimentos necessarios para isso, e, na sua falta, qualquer estrangeiro que esteja nas mesmas circumstancias.

Art. 5.º O Lente-Director do Jardim Botânico terá o mesmo ordenado e vencimentos que tem os das Provincias da Bahia e Pernambuco, pagos pelo Thesouro Publico da Provincia.

Art. 6.º O Jardim Botânico desta Cidade será em tudo regulado pelo Jardim Botânico daquellas duas Provincias, tanto no seu numero de empregados, que terão os mesmos vencimentos, como nos seus estatutos.

José Antonio da Silva Maia, etc. Palacio do Rio de Janeiro, 7 de Dezembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — José Antonio da Silva Maia.

DECRETO DE 7 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute o que resolveu a Assembléa Geral Legislativa sobre Resolução do Conselho Geral da Provincia de S. Paulo.

Art. 1.º As medidas em toda a Provincia serão reguladas pelo padrão que serve na Capital do Imperio.

Art. 2.º Todas as Camaras da Provincia ficarão obrigadas a ter o dito padrão, que servirá para os aferimentos.

Art. 3.º As Camaras que não tiverem o padrão determinado no Artigo antecedente serão punidas com a multa de 50\$⁰⁰, pagos por todos os seus Membros em partes iguaes. Esta pena será duplicada nas reincidencias.

Art. 4.º Todos os que usarem de outras medidas incorrerão nas penas estabelecidas contra os que falsificão as medidas.

Art. 5.º Todos os negocios feitos até a publicação da presente serão realizados conforme a antiga medida do lugar em que taes negocios se fizerão.

Art. 6.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

José Antonio da Silva Maia, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Dezembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — José Antonio da Silva Maia.

DECRETO DE 7 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute o que resolveu a Assembléa Geral Legislativa sobre a Resolução do Conselho Geral da Provincia de Pernambuco.

Art. 1.º Estabelecer-se ha em Olinda hum Bibliotheca Publica.

Art. 2.º Para esta Bibliotheca destinar-se ha a parte da casa dos Benedictinos que fór necessaria, ou o antigo Palacete do Governo, desoccupado e posto em abandono, se naquella casa não se poderem accommodar a Bibliotheca e as Aulas do Curso Juridico, fazendo-se á custa da Nação em hum ou outro edificio os reparos e arranjos que precizos forem.

Art. 3.º O Governo nomeará hum Bibliothecario e os mais Empregados necessarios para a conservação, asseio e guarda da Bibliotheca, arbitrando-lhes ordenados.

Art. 4.º Abrir-se ha nesta Provincia hum subscrição voluntaria para compra dos Livros, e a Fazenda Publica concorrerá com prestações annuaes para o estabelecimento da mesma Bibliotheca, as quaes entrarão no orçamento da despeza apresentada á approvação da Assembléa Geral.

Art. 5.º O Presidente em Conselho nomeará hum commissão de tres Negociantes para receber a subscrição; as obras que se offerecerem como parte della, a quota da Fazenda Pu-

blica, e fazer a compra dos livros, a qual dará conta de tudo, publicando-a pela imprensa.

Art. 6.º A Congregação dos Lentes do Curso Jurídico remetterá ao Presidente da Província huma relação das melhores obras e edições, indicando por sua ordem as que devem ser successivamente compradas.

Art. 7.º A mesma Congregação dos Lentes formará os Estatutos da Bibliotheca, que dependerão da approvação do Governo.

José Antonio da Silva Maia, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Dezembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. I.—José Antonio da Silva Maia.

DECRETO DE 7 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. Unico. As arrematações dos direitos das Alfandegas e dos Consulados de sahida, que se houverem de fazer em virtude do Artigo 34 da Lei do Orçamento, não poderão abranger mais longo tempo que o da duração da referida Lei.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcante de Albuquerque, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Dezembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. I.—Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO DE 7 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Os fundos de sobra existentes sem destino na caixa de amortização serão convertidos em notas do Banco do antigo padrão, em circulação nesta provincia, e, a respeito dellas, se procederá na forma dos artigos 12 e 20 da lei de 23 de Setembro de 1829.

Art. 2.º Ficão derogadas as leis em contrario.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Dezembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. I.—Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO DE 7 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Os fundos em metaes preciosos existentes no Banco e na Caixa Filial de S. Paulo, que não pertencerem a terceiro, serão immidia-

tamente postos á disposição da Caixa de Amortização para serem por ella empregados no resgate das Notas do Banco do antigo padrão em circulação nesta provincia, que pelos referidos fundos se poderem obter.

Art. 2.º Para se verificar este resgate, a mesma caixa dividirá os referidos fundos em lotes que não excedão á quantia de 40:000.00 de réis cada hum, e, precedendo annuncio nos jornaes, os porá á venda em hasta publica nas occasiões e porção que julgar mais conveniente, podendo, no caso de haver falta de licitantes nos dias destinados para a venda ou de baixa no agio com que se poder contar, suspendê-la, adiando-a em ordem a obter-se na operação a maior vantagem possível.

Art. 3.º Os fundos em metaes preciosos existentes na Caixa Filial da Bahia, que não pertencerem a terceiro, serão empregados pela Caixa Filial de Amortização da dita provincia na compra de notas circulantes nella, procedendo-se em tudo pela forma determinada no artigo antecedente.

Art. 4.º A respeito das notas que se forem resgatando em virtude da presente Resolução se procederá na forma dos artigos 12 e 20 da lei de 23 de Setembro de 1829.

Art. 5.º Ficão derogadas todas as leis e ordens em contrario.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Dezembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. I.—Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

DECRETO DE 7 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Juizo da Conservatoria dos Moedores está extinto.

Art. 2.º Os processos findos e os pendentes no dito Juizo passarão no estado em que estiverem para os Juizos do domicilio dos réos, precedendo distribuição onde houver mais de hum Escrivão.

Art. 3.º Os Escrivães das Conservatorias dos Moedores que tiverem provimentos vitalícios serão preferidos nos officios vagos e que vagarem de igual lotação.

Art. 4.º Ficão derogadas todas as disposições em contrario.

O Visconde de Alcantara, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Dezembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. I.—Visconde de Alcantara.

DECRETO DE 7 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute o que resolveu a Assembléa Geral Legislativa.

va, sobre resolução do Conselho Geral da provincia de S. Paulo.

Art. 1.º Fica elevada a dotação do Seminario de Santa Anna a 1:200,000 réis annuaes.

Art. 2.º O Director perceberá de ordenado annual 155,000 réis, não incluídos na dotação do artigo 1.º

José Antonio da Silva Maia, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Dezembro de 1830, 9º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I.—José Antonio da Silva Maia.

DECRETO DE 7 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute o que resolveu a Assembléa Geral Legislativa, sobre resolução do Conselho Geral da Provincia de S. Paulo.

Art. 1.º Fica elevada a dotação do Seminario da Gloria a 1:200,000 réis annuaes.

Art. 2.º A Directora do Seminario perceberá o ordenado annual de 155,000 réis, não incluídos na dotação do artigo 1.º

José Antonio da Silva Maia, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Dezembro de 1830, 9º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I.—José Antonio da Silva Maia.

DECRETO DE 7 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute o que resolveu a Assembléa Geral Legislativa, sobre resolução do Conselho Geral da Provincia de S. Paulo.

Art. unico. O Governo fica autorizado a despendar 100,000 réis annuaes em cada huma das villas de Itapitininga, Faxina, Castro e Guarapuava, afim de estabelecer algum genero de commercio com os Indios.

José Antonio da Silva Maia, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Dezembro de 1830, 9º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I.—José Antonio da Silva Maia.

DECRETO DE 7 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute o que resolveu a Assembléa Geral Legislativa, sobre resolução do Conselho Geral da provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul.

A freguezia de S. Francisco de Paula fica creada villa, com a denominação de villa de S. Francisco de Paula, com Juiz Ordinario, dous Tabelliães do publico judicial e notas, hum Escrivão de Orphãos, e hum Distribuidor, que pode rá tambem servir de Inquiridor.

No seu termo comprehende-se o districto da mesma Freguezia, Boqueirão e Serro da Barra.

José Antonio da Silva Maia, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Dezembro de 1830, 9º da

Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I.—José Antonio da Silva Maia.

PORTARIA DE 7 DE DEZEMBRO.

Coll. Plancher.

Constando a S. M. o Imperador que muitos estrangeiros se tem matriculado como mestres de embarcações nacionaes, o que he prohibido pelas leis e ordens existentes, determina o mesmo Augusto Senhor que V. S. dê as providencias necessarias para que nessa repartição haja a tal respeito a mais escriptulosa vigilancia, a bem de evitar-se a continuação de semelhantes abusos.

Deos guarde a V. S. Paço, em 7 de Dezembro de 1830. — Marquez de Paranaguá. — Sr. João Bernardino Gonzaga.

CIRCULAR DE 9 DE DEZEMBRO.

Coll. Plancher.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia da Bahia que S. M. o Imperador determina que, depois de satisfeitas todas as suas despesas legaes, o saldo disponível de seus cofres empregue em letras de cambio passadas e endossadas por pessoas de reconhecido credito, e remetta para Londres aos Contractadores dos emprestimos brasileiros, na proporção indicada na provisão que nesta data se lhe expede a respeito da quota que d'ora em diante deverá directamente remetter aos ditos Contractadores, em consequencia da novissima Carta de Lei de 4 do corrente, que extinguiu a Caixa de Legação de Londres. Na falta das ditas cambias, ou quando esta extraordinaria compra possa influir no cambio desvantajosamente para a Provincia, ordena S. M. o Imperador que o referido saldo se empregue em algodão da primeira qualidade, e envie para Liverpool em navios da praça de bom conceito, e na mesma razão das letras de cambio á consignação dos sobreditos Contractadores, que deverão ser previamente avisados para procederem aos competentes seguros, cumprindo que a Junta, na primeira oportunidade, dê conta ao Thesouro Nacional de quanto praticar, acompanhando por copia as facturas das remessas que tiverem lugar com todos os documentos necessarios, para que, á vista das contas de venda que se receberem, possa haver perfeito conhecimento da vantagem desta operação conducente a animar a agricultura por huma parte, e a desenvolver por outra o commercio activo da Provincia. S. M. I. confia do zelo da Junta a pontual e prompta execução de quanto por esta se determina; mas releva significar-lhe que deve providenciar este negocio, de sorte que até fins de Janeiro subsequente estejam em via para Inglaterra as remessas acima designadas. O que a mencionada Junta terá entendido e cumprirá. João Rodrigues da Silva a fez. Rio de Ja-

neiro, em 9 de Dezembro de 1830. João Carlos Corrêa Lemos a fez escrever. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

Semelhantes nesta data se expedirão ás Juntas da Fazenda de Pernambuco e Parahyba do Norte.

CIRCULAR DE 9 DE DEZEMBRO.

Coll. Plancher.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Província do Espírito Santo que S. M. o Imperador, querendo satisfazer á exigência da Camara dos Deputados da Assembléa Legislativa, ha por bem determinar que, com a brevidade possível, envie a este Thesouro huma exacta e bem circumstanciada relação de todos os empregados civis que se tem creado no Imperio desde a época da Independencia para cá, declarando-se quaes as autoridades que os creárão, as ordens que autori-árão taes creações, a natureza desses empregos, sua utilidade, seus ordenados ou gratificações, não se comprehendendo comtudo os que forão creados por leis da Assembléa Constituinte e Assembléa Geral Legislativa. O que essa Junta, pela parte que lhe toca, assim cumprirá. Alexandre José Ferreira Braga a fez no Rio de Janeiro, em 9 de Dezembro de 1830. João Carlos Corrêa Lemos a fez escrever. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N. B. Semelhantes, e na mesma data, se expedirão a todas as Províncias do Imperio.

CIRCULAR DE 9 DE DEZEMBRO.

Coll. Plancher.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Província do Espírito Santo que S. M. o Imperador determina que, com o balancete mensal de sua receita e despesa, que remette ao Thesouro, na forma das ordens, envie o orçamento da receita e despesa do mez subsequente, para que se possa reconhecer se os saldos da caixa são verdadeiramente disponíveis ou estão sujeitos ao pagamento da divida passiva, cujo estado deve também ser presente ao Thesouro todos os mezes, indicando seu respeito da fundada a sua denominação, origem, titulo, emittidas e mais circumstancias expressadas no quadro da divida interna, apresentado á Camara dos Deputados na sessão deste anno, ao qual deverá accrescentar as observações e esclarecimentos conducentes a facilitar a intelligencia desta importante parte da administração da Fazenda. E pelo que respeita á divida fluctuante e activa da nação, S. M. o Imperador manda recomendar á Junta que igualmente remetta todos os mezes huma exposição fiel do seu estado, nos termos do § 5.º Tit. 5.º do Alvará de 28 de Junho de 1808. S. M. espera que a Junta cumprirá sem demora as disposições consignadas nesta ordem para que tenha muito que

louvar-lhe. João Rodrigues da Silva a fez no Rio de Janeiro, em 9 de Dezembro de 1830. João Carlos Corrêa Lemos a fez escrever. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N. B. Semelhantes, e na mesma data, se expedirão a todas as Províncias do Imperio.

DECRETO DE 9 DE DEZEMBRO.

Coll. Plancher.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo o primeiro Tenente Francisco José de Mello, Commandante do correio *Paquete da Bahia*, largado deste porto para os do Norte no dia 26 de Novembro proximo passado, sem a necessaria ordem do Director Geral dos Correios, e sem ter feito a este as convenientes participações, na conformidade do que determinão os §§ 1.º e 10 das Instrucções geraes de 14 de Maio de 1829; ordenou-me S. M. o Imperador que o communicasse a V. Ex.ª para recomendar a este Commandante e a todos os mais dos paquetes, a inteira observancia das referidas instrucções e do regulamento da Administração Geral dos Correios na parte que lhe toca respeito. E como o dito Commandante officialmente declarou que sahia por ter para isso recebido ordem do Inspector do Arsenal da Marinha, ha por bem o mesmo Augusto Senhor que aquelle Inspector seja advertido de que lhe não toca indicar o dia da sahida dos paquetes; pois, pelo citado § 1.º das Instrucções Geraes, compete privativamente essa indicação ao Director Geral dos Correios.

Deos guarde a V. Ex. Paço, em 9 de Dezembro de 1830. — José Antonio da Silva Maia. — Sr. Marquez de Paranaguá.

CARTA DE LEI DE 9 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

D. Pedro, etc. Fazemos saber a todos os nobres subditos que a Assembléa Geral decretou e nós queremos a lei seguinte:

Art. Unico. São nullo e de nenhum effeito em Juizo ou fóra delle todas as alienações (*) e contractos onerosos feitos pelas Ordens Regulares, sobre bens moveis, immoveis e semoventes de seu patrimonio, huma vez que não haja precedido expressa licença do Governo para celebrarem taes contractos.

Mandamos, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 9 dias do mez de Dezembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — IMPERADOR com rubrica e guarda. — José Antonio da Silva Maia. — Com os registos competentes.

(*) Carta Imperial de 4 de Maio de 1824.

Imp. avulso.

Presidente da Província da Bahia. Eu, o Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Imperio do Brazil, vos envio muito saudar. Tendo-me representado o Vicerio Capitular desse Arcebispado as providencias que

CARTA DE LEI DE 9 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

D. Pedro, etc. Fazemos saber a todos os nossos súbditos que a Assembléa Geral decretou e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1.ª Fica extinta a Congregação dos Padres de S. Filipe Nery, estabelecida em Pernambuco.

Art. 2.ª Toda a propriedade de qualquer natureza que seja pertencente à Congregação extinta passará a ser incorporada nos Proprios Nacionais, e será consignada para patrimônio de huma Casa Pia, em que se recolham e eduquem os Orphãos desamparados de ambos os sexos da Província, segundo a possibilidade do mesmo patrimônio; o que tudo será regulado em lei separada, depois de concluída a liquidação dos fundos que houver a dispôr.

Art. 3.ª A Junta da Fazenda fica competindo a Administração desta propriedade, com a mesma responsabilidade com que arrecada os rendimentos geraes da Província, fazendo porém escripturação separada.

Art. 4.ª O Juiz da Corôa, com o seu escrivão e assistencia do Procurador da Corôa e Fazenda e Soberania Nacional, procederá a inventariar todos os bens moveis, immoveis e semoventes que possuir a Congregação extinta, assim como todos os titulos de renda e de dividas activas, afim de serem escripturados em hum Tombo, para o que remetterá os autos de Inventario, com toda a brevidade, à Junta da Fazenda.

Art. 5.ª A mesma Junta da Fazenda arrendará annualmente, em hasta publica, todos os bens de raiz, e venderá pelo mesmo modo os moveis e semoventes, susceptiveis de descaminho ou damnificação, e conservará em boa guarda os que não correrem perigo.

Art. 6.ª O Padre ou Padres que actualmente regerem o patrimonio da Casa extinta presta-

via dado, não só para obstar aos descaminhos e venda que pretenda fazer Fr. João de Santa Maria, da praça e alfaías pertencentes à Igreja e Hospicio de Nossa Senhora da Palma, que se achava desamparado e unicamente occupado por aquelle Religioso, mas tambem para evitar o escandalo e irregular conducta e falta de decencia com que este mesmo Religioso tratava aquelle Hospicio. Supplique-me igualmente que, visto o abandono em que ficara pela retirada tambem para Portugal do seu Presidente Fr. Bernardo de Nossa Senhora da Ajuda, fosse nelle estabelecido hum Seminario para educação e instrução das pessoas que se destinão ao estado ecclesiastico, de que o mesmo Arcebispo tem a maior necessidade; e merecendo a minha imperial consideração todas estas razões, pelas vantagens e bens que de hum tão util estabelecimento devem resultar à Igreja e ao Estado: hei por bem, annuindo a sobreditá representação, applicar para uso do referido Seminario o Hospicio e Igreja de Nossa Senhora da Palma, erecta nessa Cidade, que até aqui tem sido occupada pelos Religiosos da Ordem de S. Agostinho de Portugal. O que me pareceu participar-vos para que assim o tenhaes entendido e façais, para o seu devido effeito, expedir as ordens necessárias. Escripta no Palacio do Rio de Janeiro, em 4 de Maio de 1824, 3.ª da Independencia e do Imperio. — IMPERADOR. — Clemente Ferreira França. — Para o Presidente da Província da Bahia. — *Achase á pag. 72 v. e 73, do tomo 4.º das Memorias Historicas e Politicas da Província da Bahia, por Accioli.*

ção ao Juiz inventariante contas legaes e authenticas da sua administração, e bem assim lhe entregarão os titulos dos bens possuidos, fornecendo-lhe igualmente todas as informações e clarezas que lhe forem requeridas, sob pena de se proceder contra elle ou elles ordinariamente, no caso de resistencia manifesta ou simulada.

Art. 7.ª A Igreja da Madre de Deos será entregue ao Ordinário com as alfaías que forem indispensaveis, para que a ponha sob a administração de hum Sacerdote, o qual venerará, pelo trabalho e desempenho do zelo com que deve guardar a Igreja, a quantia de 240 \$rs. annuaes; e, além desta, mais 100 \$rs. para a despesa de guisamento e asseio do Templo; sendo, porém, obrigado a residir em hum dos Cubiculos do Convento; a Livraria he doada ao Curso Juridico de Olinda.

Art. 8.ª A cada hum dos Sacerdotes que tiverem effectivamente conservado o habito da Congregação, e o tiverem obtido conforme os seus Estatutos, se dará, enquanto não obtiverem beneficio Ecclesiastico do Governo e residirem no Brazil, huma diaria de 15600 rs.

Art. 9.ª Aos Leigos que gozarem o direito de Congregados se dará huma diaria de 600 rs., e os Novicos que, por caridade da Congregação extinta, tiverem entrado gratuitamente, serão mandados continuar seus estudos no Seminario Episcopal de Olinda, até que se ordenem Sacerdotes, sem contudo serem compellidos. Os que porém entraram dotados serão entregues e restituidos com seus dotes ás suas familias; todas as despesas mecionadas neste artigo e em outros, e bem assim ás que se fizerem com o inventario, serão pagas pelos rendimentos dos bens da Casa.

Art. 10. O Governo fica encarregado de examinar todos os contractos e titulos de dividas passivas que hajão de apparecer em prejuizo do patrimonio da Congregação extinta, procedendo para com aquelles que encontrar dolo, na conformidade das leis existentes.

Art. 11. A disposição da presente lei será cumprida em tudo o que for applicavel na Província da Bahia, no que he respectivo ao Hospicio que ali tem a Congregação extinta, doado porém desde já o patrimonio que ali existe à Casa Pia dos Orphãos que tem aquella Província.

Art. 12. Ficão revogadas todas as leis e mais disposições em contrario.

Mandamos, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 9 de Dezembro de 1830, 9.ª da Independencia e do Imperio. — IMPERADOR com guarda. — Visconde de Alcantara. — *Com os registos competentes.*

DECRETO DE 9 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute o que resolveu a Assembléa Geral Legislativa sobre Resolução do Conselho Geral da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul.

Art. Unico. Todos os terrenos distribuidos

na Villa do Rio Grande de S. Pedro dentro dos limites dos predios urbanos que não tenham edificios, e que, mediante as fórmulas de direito, se verifique que tem cahido em commissão, e por isso sejam julgados devolutos, são concedidos á mesma Camara e serão incorporados aos mais bens do Conselho.

José Antonio da Silva Maia, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Dezembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — José Antonio da Silva Maia.

DECRETO DE 9 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa sobre a do Conselho Geral da Provincia de Santa Catharina, pela qual se determina:

Art. 1.º Que sejam reservadas as Parobas como as Sesmarias declarão, e as Lucuranas em lugar das Tapinhoãs, que não ha na Provincia; ficando assim preenchido o numero das especies exigido pela lei.

Art. 2.º Que cesse totalmente o corte de todas as madeiras por conta da Nação, em o lugar da Serraria, excepto porém se o Administrador do corte obtiver faculdade dos proprietarios dos terrenos.

Art. 3.º Que todas as terras em o Rio Itajahi, encorporadas hoje aos proprios da Nação, sejam consideradas Matas Navaes, e que no Rio de Tejuca-Grandes se reservem 3 leguas de terras devolutas para o corte de madeiras para o serviço dos Arsenaes da Nação.

Art. 4.º Que em os terrenos possuidos se não cortarão pelo corte nacional outras quaesquer madeiras além das mencionadas no Art. 1.º

Art. 5.º Que, antes de se conduzirem as Parobas e Lucuranas derrubadas em terras possuidas, sejam avisados os Proprietarios dos terrenos em que existião para presenciarem, se quizerem, se lhes foi tirada alguma madeira além das reservadas.

O Marquez de Paranaguá, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Dezembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Marquez de Paranaguá.

DECRETO DE 9 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa sobre a do Conselho Geral da Provincia das Alagoas:

Art. 1.º Ficão fechados os cortes de madeiras de construcção naval nas matas pertencentes ás Freguezias de Nossa Senhora das Brotas da Atalaia e de Santa Luzia do Norte, pela grande destruição em que se achão as ditas matas, e pela distancia e difficuldade que se encontra no fabrico e conducção das referidas madeiras.

Art. 2.º Para substituir áquelles cortes fechados, abrir-se-hão novos nas matas que existem ao Sul do Rio Subauma, onde ha, com muita abundancia, madeiras para construcção de quaesquer Vasos de Guerra, por maiores que elles sejam, fazendo-se necessaria a limpeza do dito Rio para o embarque das mesmas madeiras, por hum e outro lado do dito Rio Subauma.

Art. 3.º Para evitar-se a despesa enorme que a Nação faz com a conducção das indicadas madeiras para o embarque no Porto de Jaraguá, abrir-se-ha huma levada do fundo do Sitio, denominado do — Mestre Francisco —, em direitura ao Pimenta, por onde se podem conduzir mui facilmente as madeiras das sobreditas matas e embarcarem-se no Porto Francez, para onde faz a Nação menos 3 partes das despesas que faz para o de Jaraguá.

O Marquez de Paranaguá, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Dezembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Marquez de Paranaguá.

DECRETO DE 9 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute o que resolveu a Assembléa Geral Legislativa, sobre Resolução do Conselho Geral da Provincia de Santa Catharina.

Art. 1.º Que se cree huma freguezia de S. Joaquim, em o lugar denominado — Os Morrinhos —, entre a armação de Garopaba e o morro de Siriú, tendo por limites a margem do Sul do rio de Imbaú e a do Norte do rio de Biraquera, e direcção á Fazenda de Sebastião de Avila Nunes.

Art. 2.º Que os habitantes do lugar designado para a nova freguezia somente gozarão do beneficio desta creação depois de a sua custa tiverem construido a igreja e casa para o Vigario.

O Visconde de Alcantara, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Dezembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Visconde de Alcantara.

DECRETO DE 9 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute o que resolveu a Assembléa Geral sobre Resolução do Conselho Geral da Provincia de S. Paulo.

Art. 1.º Crear-se-hão freguezias as capellas de S. João do Rio Claro e de Nossa Senhora das Dores de Tatuyby, no districto da villa da Constituição, de Cabreúva e Indaiatuba no da villa de Itú, de nossa Senhora do Bethlem no de Jundiahy, no bairro dos Silveiras no de Lorena, de Iporanga no de Apiahy.

Art. 2.º O Governo marcará a cada humo o competente districto.

O Visconde de Alcantara, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Dezembro de 1830, 9.º da

Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I.—Visconde de Alcantara.

DECRETO DE 9 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancconar e mandar que se execute o que resolveu a Assembléa Geral sobre Resolução do Conselho Geral da Provincia de Goyaz.

Art. 1.º A conheçença annual que os parochos recebem a titulo de desobrigação quaresmal, será no bispado de Goyaz, 80 réis indistinctamente por cada pessoa de confissão, quer esta seja feita nas povoações, quer fóra dellas; e esta quantia só poderá ser exigida depois da confissão.

Art. 2.º Ficão revogadas quaesquer disposições e costumes em contrario.

O Visconde de Alcantara, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Dezembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I.—Visconde de Alcantara.

DECRETO DE 9 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancconar e mandar que se execute o que resolveu a Assembléa Geral Legislativa sobre Resolução do Conselho Geral da Provincia de Minas Geraes.

Art. Unico. As conheçenças são fixadas em 80 réis por cada pessoa indistinctamente.

O Visconde de Alcantara, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Dezembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I.—Visconde de Alcantara.

DECRETO DE 10 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancconar e mandar que se execute o que resolveu a Assembléa Geral Legislativa, sobre a Resolução do Conselho Geral da provincia das Alagoas.

Art. 1.º A povoação de Santa Luzia da Alagôa do Norte será elevada á categoria de villa, por estar na distancia de 12 leguas por terra e 7 por mar para esta cidade; para a villa de Maceió na de 5 leguas por mar e 5 por terra; e para a da Atalaya na de 7 leguas por terra firme; distancias estas que tornão difficéis e tardios os recursos e providencias judiciaes aos habitantes da mesma povoação.

Art. 2.º O seu termo será demarcado pela divisão da sua freguezia na fórma ora existente.

Art. 3.º Terá todos os edificios publicos com a casa de camara, cadêa, e outros que tem todas as villas do Imperio, estabelecidos por lei.

Art. 4.º Serão creados os lugares de Juizes Ordinarios e de Orphãos, e todas as autoridades civis estabelecidas e creadas nas demais villas do Im-

perio do Brazil na conformidade das leis actualmente em vigor.

José Antonio da Silva Maia, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 10 de Dezembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I.—José Antonio da Silva Maia.

DECRETO DE 10 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancconar e mandar que se execute o que resolveu a Assembléa Geral Legislativa sobre Resolução do Conselho Geral da Provincia do Pará.

Art. 1.º Todos os estrangeiros que chegarem a esta provincia serão obrigados a apresentarem-se ao Juiz de Paz da parochia para onde forem residir, depois de cumprirem os deveres anteriormente estabelecidos. Aquelle Juiz mandará abrir pelo respectivo Escrivão, em livro para isso destinado, o assento do estrangeiro recentemente chegado, onde declare o nome e filiação, naturalidade, idade, estado, officio ou profissão, e o fim a que se propõe. Se acontecer que elle tenha vindo incluído na matricula da tripulação de qualquer embarcação, e resolva-se a ficar na Provincia, será da mesma fórma obrigado a apresentar-se ao Juiz de Paz: os Capitães e Mestres das embarcações, no acto de habilitarem para o regresso as suas equipagens pela Intendencia Geral da Policia, darão parte por escripto ao chefe desta repartição, dos estrangeiros assim vindos e desembarcados, e o respectivo Escrivão, confrontando aquella parte (que lhe será remettida) com a matricula do porto donde veio o navio e a que vai passar, conhecerá a exactidão de taes papeis, e, fazendo as observações que occorrerem a este respeito, as remetterá ao Juiz de Paz da parochia principal ou daquella para onde se saiba terem ido habitar alguns dellas, pondo-se para estes em pratica a disposição do art. 5.º, contados porém os 5 dias depois do desembarque do estrangeiro.

Art. 2.º Quando se proponha a sahir da capital para o interior da Provincia, será obrigado a requerer por certidão ao Juiz de Paz respectivo o seu assento, e com este habilitar-se pela Intendencia Geral da Policia, cuja habilitação apresentará ao Juiz de Paz da Freguezia para onde fôr residir, e ahi o respectivo Escrivão o transcreverá no livro competente, ficando o contraventor sujeito ás mesmas penas do artigo 5.º

Art. 3.º De tres em tres mezes os Juizes de Paz remetterão ás Camaras de seus districtos certidão dos estrangeiros que tiverem dado entrada e sahida no livro competente.

Art. 4.º O Commandante do registo do porto da cidade, ou quem suas vezes fizer, fica obrigado a remetter a cada hum dos Juizes de Paz da capital a lista nominal dos passageiros que entrarem, declarando quaes os estrangeiros.

Art. 5.º Se depois de 5 dias, contados da entrada da embarcação, o estrangeiro se não tiver apresentado ao Juiz de Paz, este procederá con-

tra elle com o maximo das penas da carta de lei de 15 de Outubro de 1827.

Art. 6.º O Presidente da Provincia dará as ordens precisas para que cheguem ao conhecimento da Camara da capital, com a anticipação necessaria, os nomes e qualidades dos estrangeiros que tiverem sahido do territorio de sua jurisdicção.

Art. 7.º A Camara da Capital e as do interior da Provincia, pelo intermedio daquella, remetterão annualmente ao Conselho Geral hum mappa dos estrangeiros entrados e outros dos que tiverem sahido da Provincia, para serem levados ao conhecimento dos poderes legislativo e executivo.

O Visconde de Alcantara, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 10 de Dezembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Visconde de Alcantara.

DECRETO DE 10 DE DEZEMBRO. Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute o que resolveu a Assembléa Geral Legislativa, sobre Resolução do Conselho Geral da Provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul:

Que a Capella de Nossa Senhora da Consolação do Serro da Buena, Filial da Matriz de S. Francisco de Paula, seja desmembrada da Igreja Matriz, e erecta em Freguezia collada com a Invocação de Freguezia de Nossa Senhora da Consolação: tendo por limites ao Norte a Serra dos Tapés, comprehendendo os moradores da estrada nova nesta parte; á L. o Arroio do Moreira, ao S. o Rio S. Gonçalo e Piratinim, á O. o Arroio das Pedras:

O Visconde de Alcantara, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 10 de Dezembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Visconde de Alcantara.

DECRETO DE 11 DE DEZEMBRO. Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute o que resolveu a Assembléa Geral Legislativa sobre Resolução do Conselho Geral da Provincia do Maranhão:

Art. 1.º Os Juizes de Paz desta Provincia encarregarão, em observancia do § 5.º do Art. 5.º da Lei de 15 de Outubro de 1827, em indagar e fazer hum exacto arrolamento de todas as pessoas que existirem dentro do districto de sua jurisdicção, com especificação de suas naturalidades, idades e occupações; e de proceder contra aquelles que forem achados vadios e sem meios decentes de subsistir, na conformidade da lei.

Art. 2.º Os Officiaes dos Quarteirões serão obrigados a darem immediatamente parte aos Juizes de Paz de todas as pessoas que de novo apparecerem nos seus districtos com a informação necessaria de donde ellas vierão e a que fim, e para onde se dirigem e em que genero de vida

se empregão, para, no caso de que se conheçam rem vadios ou malfieitores, se proceder contra ellas na conformidade da lei.

Art. 3.º Os Juizes de Paz fiscalizarão a observancia do artigo antecedente, e os Officiaes dos Quarteirões que o transgredirem serão multados em 600000 para as despesas do Municipio, e no dobro nos casos das reinidencias.

Art. 4.º Os Juizes de Paz vigiarão sobre os proprietarios, senhores de terras e homens poderosos: procurando haver delles huma circumstanciada relação de todas as pessoas livres que tiverem em suas companhias a titulo de aggregados ou qualquer outro especial; indagando em que elles se occupão, de que tirão sua subsistencia, o motivo por que os acolherão e donde vierão, e porque os consentem em sua companhia ou nas suas terras; ficando responsaveis pela veracidade das declarações que, em virtude deste artigo, são obrigados a fazer, debaixo da pena da quantia de 100000, no caso de falsidade, paga a metade para as despesas do Municipio respectivo, outra metade ao Official de Quarteirão, ou outra qualquer pessoa que provar a falsidade das declarações no todo ou em parte.

Art. 5.º Os Senhores e Proprietarios de terras que nellas consentirem homens a titulo de aggregados ou protegidos, ou em qualquer outro especioso, sem que mostrem que elles se empregão em occupação honesta e tenham genero de vida ou emprego decente de que subsistão, ou que acoutarem malfieitores, incorrerão, por cada individuo que assim tiverem na sua companhia, na multa de 200000 rs., applicadas ás Casas de Correção e mais obras do Municipio, além das mais penas que por direito lhes forem impostas.

Art. 6.º Nas mesmas penas incorrerão os mencionados Proprietarios, e serão julgados consentidores aquelles Senhores de terras que nellas conservarem os supraditos individuos, 60 dias depois da publicação desta por Editaes affixados na Cidade ou Villa, a cujo districto pertencerem.

O Visconde de Alcantara, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Dezembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Visconde de Alcantara.

DECRETO DE 11 DE DEZEMBRO. Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute o que resolveu a Assembléa Geral Legislativa sobre Resolução do Conselho Geral da Provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul:

1.º Fica desmembrada da Freguezia de S. Francisco de Paula a Capella de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão e erigida em Parochia.

2.º Os limites desta nova Freguezia são o Rio de Correntes ao S., que a divide com S. Francisco de Paula; Quevedos, que a divide com Cangussu a O.; Arroio Grande e Rio de Camacuan, comprehendendo as Ilhas deste grande Rio até o Mendonça, que a limita ao N., e

partindo pela parte de Lã como a Lãgôa dos Patos. — O Visconde de Alcantara, etc. Palácio do Rio de Janeiro, em 11 de Dezembro de 1830, 9.º da Independência e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Visconde de Alcantara.

AVISO DE 11 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authentic.

Tendo apparecido nos Jornaes publicados nesta Cidade notaveis abusos do Direito que a Constituição garante a cada hum Cidadão de poder communicar os seus pensamentos pela imprensa, sem que o Promotor do Jury, até o presente, tenha chamado ao Jury, como cumpria, em desempenho dos deveres do lugar para que fôr eleito, os responsaveis que, animados pela impudência nascida da sua omissão, tem avançado ao excesso de já atacarem os principios fundamentais da Constituição, emittindo doutrinas subversivas das bases do systema jurado; provocando a anarchia e excitando rebelião contra a Sagrada Pessoa de S. M. o I. e seus direitos ao Throno e Manda o mesmo A. S. que V. S. represente ao Promotor do Jury a necessidade de taes accusações, e no caso d'elle se recusar, proceda a requerer, contra elle na conformidade do art. 51 da Lei de 20 de Setembro do corrente anno. Deos Guarde a V. S. Pago, em 11 de Dezembro de 1830. — Visconde de Alcantara. — Sr. José Paulo Figueirôa Nabuco Araujo. — Acha-se a fl. 159 v. do Liv. 10 da Corte, na Secretaria da Justiça.

PORTARIA DE 11 DE DEZEMBRO.

Coll. Plancher.

Sendo presente a S. M. o Imperador a Representação do Ouvidor da Comarca de Paranaíba e Curitiba, datada de 5 de Agosto do corrente anno, versando sobre a falta do cumprimento que a Camara desta ultima Villa devia dar á Portaria de 19 de Maio antecedente, e sobre a mesma Camara, e outras da referida Comarca, não ter registado todas as Leis que se remetem; manda o mesmo A. S. pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar ao dito Ouvidor que, quanto ao primeiro objecto da mencionada Representação, já houve por bem resolver por Portaria da dita Secretaria de Estado de 29 do passado; e quanto ao segundo, supposto as Camaras Municipaes seño daquellas Repartições em que as Leis se devem publicar, na conformidade do artigo 50 da Constituição, não são, contudo, obrigadas a fazer registar seño aquellas que lhes dizem respeito, segundo o disposto no artigo 50 da Lei de 1.º de Outubro de 1828, ficando responsaveis pela omissão, da qual, todavia, não toca aos Corregedores a tomarem conta. Palácio do Rio de Janeiro, em 11 de Dezembro de 1830. — José Antonio da Silva Maia.

PORTARIA DE 13 DE DEZEMBRO.

Coll. Plancher.

Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, etc. Fago saber á Junta da Fazenda do Espirito Santo que S. M. o Imperador ha por bem ordenar que a Junta faça estritamente executar as disposições do Decreto de 2 de Março do anno passado, acerca da Pauta das avaliações dos generos de importação, afim de que de huma vez terminem as reclamações das partes que se queixão das referidas avaliações: o que se participa á Junta para que assim o cumpra. Franda Costa Barros da Fonseca a fez. Rio de Janeiro, em 13 de Dezembro de 1830. — Carlos Corrêa Lemos a fez escrever. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N. B. Semelhantes, e na mesma data, se expedirão a todas as Provincias do Imperio.

PORTARIA DE 13 DE DEZEMBRO.

Coll. Plancher.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, etc. Fago saber á Junta da Fazenda da Provincia do Espirito Santo que S. M. o Imperador ha por bem determinar que se faça effectiva a arrecadação de todas as rendas destinadas á dotação da Caixa da Amortização pela Carta de Lei de 15 de Novembro de 1827; e que a Junta immediatamente de conta da execução desta ordem. O que assim cumprirá. João Ignacio Albernaz a fez no Rio de Janeiro, em 13 de Dezembro de 1830. João Carlos Corrêa Lemos a fez escrever. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N. B. Semelhantes, e na mesma data, se expedirão a todas as Provincias do Imperio.

RESOLUÇÃO DE 13 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authentic.

Remetteu-se ao Conselho para consultar o requerimento de Antonio Pedro Frazão de Lima, sobre a reintegração que pede do lugar de Almojarife dos Armazens Nacionais da Cidade de Porto Alegre, de que fôr suspenso em virtude de Provisão do Thezouro.

Ouvido o Procurador da Fazenda, a este respeito, disse que, á vista da justificação do Supplicante, julgava procedente e attendivel a sua reclamação, parecendo-lhe affectada a arguição do Officio do ex-Presidente da respectiva Provincia, que dura causa á sua suspensão, pois que não se referio facto algum com capacidade para base do procedimento legal, para por elle ser punido com pena determinada. Pelo que lhe parecia de justiça mandar-se que, concluidas as contas do Almojarifado, e não se mostrando ficar o Supplicante em responsabilidade alguma reintegra-lo no exercicio do Emprego de Almojarife com direito contra quem competir ao pagamento do ordenado respectivo, de que tem sido

privado, não comprehendendo na reintegração a pagadoria, de cujo exercício já estava o Supplicante privado, quando se ordenou pelo Thesouro a suspensão reclamada, por lhe parecer conveniente que continue a estar separada até a disposição da Assembléa Geral, a que se acha affecta a criação de hum Pagador, lembrando não ser a proposito que esse exercício seja occupado pelo Fiel da Thesouraria Geral da Junta, como se praticou.

Parece ao Conselho que, sendo o Supplicante suspenso, e ordenando se mui positivamente á Junta que se lhe tomassem rigorosas contas de ambas as Repartições que servia, em consequência da representação do ex-Presidente daquelle Provincia, em que se accusava de escandalosa a conducta do Supplicante, não convém á boa administração restitui-lo ao exercício dos ditos empregos, sem que se conclua a referida diligencia ordenada do exame e legalisação das suas contas, cuja brevidade foi recommendada á Junta, e de que não apparece conveniente satisfação, julgando outrossim não ser argumento sufficiente para esta restituição a simples entrada para os cofres da Pagadoria do dinheiro em que se achára o alcance deste cofre, quando o Supplicante ainda se não desobrigou da responsabilidade do outro que falta liquidar, não lhe podendo aproveitar o deleixo da Junta a este respeito, e por isso entende que ella deve ser severamente estranhada, ordenando-se ao novo Presidente que faça pôr em actividade este negocio das contas do Supplicante, informando circunstanciadamente dos motivos que tem retardado a execução da ordem do Thesouro, para se punir os culpados. Depois do que se poderá então deferir ao Supplicante, conforme o resultado desta diligencia.

Ao Conselheiro José Fortunato de Brito pareceu, porém, conformar-se com o Procurador da Fazenda, tendo em vista o que representá a respectiva Junta, a exposição do Juiz dos Feitos, e do Escriptão da mesma Junta, e a narração improva e incoherente do ex-Presidente, como consta dos documentos legaes que o Supplicante apresenta, pelo que julga que o procedimento da suspensão do Supplicante fôra illegal, intempestivo e contrario á Constituição, lhe parecendo, portanto, de rigoroso dever e de summa justiça emendar-se semelhante procedimento para evitar-se a continuação do damno praticado contra hum Cidadão que se mostra probo e habil, afim de não ser victima do despotismo, da cabala e da intriga. Em 26 de Abril de 1830.

Resolução.—Como parece ao Conselho. Paço da Boa Vista, 13 de Dezembro de 1830.—Com a rubrica de S. M. I.—Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.—*Acha-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

DECRETO DE 14 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Estão sem vigor a Ordenação Liv. 1.^o tit. 95, e o Decreto de 26 de Março de 1734, que prohibem aos Julgadores temporaes casarem, sem licença, com mulheres de sua jurisdicções.

O Visconde de Alcantara, etc. Palacio do Rio de Janeiro, 14 de Dezembro de 1830, 9.^o da Independencia do Imperio.—Com a rubrica de S. M. I.—Visconde de Alcantara.

DECRETO DE 14 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute o que resolveu a Assembléa Geral Legislativa, sobre Resolução do Conselho Geral da Provincia da Bahia.

Art. 1.^o Nenhum escravo, cujo senhor for morador na Cidade, Villas ou Povoações, e vin em companhia deste, e bem assim nenhum escravo que residir em fazenda ou predio rustico de qualquer denominação que seja, poderá sahír, aquelle da Cidade, Villas ou Povoações, e este da fazenda ou predio rustico em que habitar, sem consigo levar huma cedula datada e assignada por seu senhor, administrador ou feitor, ou quem suas vezes fizer, em a qual se indiquem o nome e naturalidade do escravo, sem mais salientes signaes, o lugar para onde se encaminha, e o tempo pelo qual deva valer a referida cedula.

Art. 2.^o O escravo que se achar fôra dos lugares designados no precedente artigo sem a subscrita cedula, será immediatamente preso e remettido a seu respectivo senhor, para o castigar, guardada a moderação devida; no caso, porém, que o escravo não declare a quem justamente pertence, ou o seu senhor não seja conhecido pelo apprehensor, apprehensores ou outras pessoas que possam informar a este respeito, será, sem demora, remettido ao Juiz territorial do lugar em que se verificar a apprehensão pelo de Paz do respectivo districto, o qual, por Edital (que tambem deverá mandar imprimir nas folhas, havendo para isso commodidade) affixado no lugar mais publico, e nos immediatos do em que se effectuou a apprehensão, fará da mesma constar, designando todos os signaes do escravo apprehendido, porque possa vir a ser conhecido, e assim tambem da sua remessa.

Art. 3.^o Nenhum preto ou preta, forros Africanos, poderá sahír da Cidade, Villas, Povoações ou Fazenda e Predio, em que fôr domiciliario, a titulo de negocio, ou por outro qualquer motivo, sem passaporte, que deverá obter do Juiz Criminal ou de Paz do lugar, a arbitrio das partes, os quaes sómente lh'o concederão precedendo exame da regularidade de sua conducta por meio de tres testemunhas que a abonem (caso não seja conhecida e abonada pelo mesmo Juiz), e em taes passaportes não sómente se indicará o nome do individuo que o requereu, sem mais distintos signaes, e o lugar para onde se encaminha (como he de costume), mas tambem

se designará o tempo por que devão durar os ditos passaportes, porquanto, ha toda a presumpção e suspeita de que taes pretos são os incitadores e provocadores dos tumultos e commoções a que se tem abalançado os que existem na escravidão.

Art. 4.º Os pretos ou pretas, forros Africanos que transgredirem o determinado no precedente artigo, serão immediatamente presos e remetidos ás Autoridades territoriaes para lhes impôr pela primeira vez a pena de oito dias de prisão, os quaes se multiplicarão pelas reincidencias.

Art. 5.º A execução da presente Proposta fica encarregada aos Juizes de Paz por si e pelos seus Cabos ou Officiaes; e hem assim a todos os Officiaes de Patente, quer de Milicias, quer de Ordenanças que, cumulativamente com os preditos Juizes, ficão autorizados para inspecionar e fiscalisar os mencionados passaportes e cedulas, procedendo na forma recommendada nos antecedentes artigos; e para acautelar e acudir a qualquer tumulto que possa suscitar-se, deverão aquartelar-se as tropas de 1.ª Linha, assim de Caçadores, como de Cavallaria e Infantaria, nas immediações da Cidade, destacando para aquellos pontos que o Presidente da Provincia julgar necessarios.

Quando, porém, não houver Tropas de 1.ª Linha em numero sufficiente, serão os destacamentos de fóra da Cidade preenchidos pelas Tropas Milicianas dentro de seus respectivos districtos.

O Visconde de Alcantara, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 14 de Dezembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. I. — Visconde de Alcantara.

DECRETO DE 14 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute o que resolveu a Assembléa Geral Legislativa sobre resolução do Conselho Geral da Provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul.

Sem embargo de ter servido de regulamento aos Parochos para a recepção das conhecenças desde os principios da fundação desta Provincia, o Regimento da Constituição do Arcebispaço da Bahia, tendo-se introduzido pelo andamento do tempo a notavel alteração de se dar por cabeça 160 rs., sem para isso haver lei ou titulo legitimo, se reduza esta quantia a 80 rs. por cada hum individuo, a qual justamente vem a ser metade da que ainda recebem os actuaes Parochos.

O Visconde de Alcantara, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 14 de Dezembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. I.—Visconde de Alcantara.

PORTARIA DE 14 DE DEZEMBRO.

Coll. Plancher.

Tendo subido á Augusta Presença de S. M. o Imperador a Representação da Camara Municipal

da Cidade da Victoria, datada de 19 do mez passado, com a correspondencia que tivera lugar entre ella e o Vice-Presidente da Provincia sobre a relação por este exigida, das povoações do Districto da mesma Camara, com a declaração de numero de fogos de cada huma: Manda o mesmo A. S., pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar á mencionada Camara que não houve por bem approvar a sua infundamentada negativa áquella requisição; porquanto, sendo da primeira necessidade, para o inteiro e util desempenho da maior parte das attribuições de taes Camaras, e particularmente das expressadas nos Artigos 40, 63, 66 e 71 da Lei do 1.º de Outubro de 1828, o haver nellas todas as noticias estatisticas dos seus Districtos, bases essenciaes do governo economico e policial que lhes he encarregado, não he licito negar a communicação dellas ao primeiro Administrador da Provincia, ao qual he subordinada; e ordena que a sobredita Camara satisfaga completamente á mencionada requisição, pondo em pratica todas as diligencias necessarias para esse fim, pelos meios que estão ao seu alcance. Palacio do Rio de Janeiro, em 14 de Dezembro de 1830.—José Antonio da Silva Maia.

AVISO DE 14 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authentic.

Ilm. e Exm. Sr.—Reenvio a V. Ex. os papéis inclusos, que ao Supremo Tribunal de Justiça deste Imperio dirigio o Supremo Conselho de Justiça de Florença, e V. Ex. me remetteu em Aviso de 4 do corrente, porque a esta Secretaria de Estado não cumpre intervir em negocios de semelhante natureza. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 14 de Dezembro de 1830.—Visconde de Alcantara.—Sr. Francisco Carneiro de Campos.—*Acha-se a fl. 160 v. do Liv. 10 da Côte.*

AVISO DE 14 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authentic.

Ilm. e Exm. Sr.—Reenvio a V. Ex. a traducção da nota que V. Ex. me remetteu em Aviso de 15 do mez antecedente do Encarregado de Negocios de S. M. B. sobre a sentença proferida pela Comissão Mixta Brasileira e Ingleza, relativamente ao carregamento de escravos do Navio Portuguez *Africano Oriental*, por me não competir intervir nas sentenças proferidas pela sobredita Comissão, estabelecida em execução de tratados, e terem suas decisões força de julgado, na conformidade do Direito convencionado nos mesmos Tratados. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 14 de Dezembro de 1830.—Visconde de Alcantara.—Sr. Francisco Carneiro de Campos.—*Acha-se a fl. 160 v. do Liv. 10 da Côte.*

AVISO DE 15 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authentic.

Ilm. e Exm. Sr.—Paço ás mãos de V. Ex. o officio incluso datado de 15 do corrente, do Pro-

curador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional interino, afim de V. Ex. expedir as convenientes ordens para o fim exigido no dito officio sobre a relação dos Promotores eleitos para o Jury, pelo abuso de liberdade de expressão de pensamentos garantida pela Constituição do Imperio. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 15 de Dezembro de 1830. — Visconde de Alcantara. — Sr. José Antonio da Silva Maia. — *Acha-se a fl. 161 v. do Liv. 10 da Côrte.*

CARTA DE LEI DE 15 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

D. Pedro, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou e nós queremos a lei seguinte :

TITULO 1.º — Da fixação das despesas do Ministerio do Imperio.

CATITULO 1.º — Das despesas de cada huma das Provincias do Imperio.

Art. 1.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio he autorizado a despendar no anno financeiro, do 1.º de Julho de 1831 ao ultimo de Junho de 1832 :

Na Provincia do Rio de Janeiro.

§ 1.º Com o Conselho de Estado e seu Expediente, Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio e seu Expediente, e outras applicações miudas, rs. 50:809,7500.

Supprimem-se as parcelas de 565,0000 a hum Escrevente do Visconde de Cayrú, e de 2:000,00 pedidos para despesas eventuaes.

§ 2.º Com o Corpo Legislativo, seu Expediente e mais applicações ordinarias e extraordinarias, rs. 68:226,7500.

§ 3.º Com a Chancellaria Mór do Imperio, Academia dos Bellas Artes e Academia Medico-Cirurgica, rs. 19:431,7500.

§ 4.º Com a instrucção dos Principes da Casa Imperial, rs. 8:302,7500.

§ 5.º Com a Instrucção Publica, incluído o ordenado de 150,00 para hum mestre de Primeiras Letras em a Nova Friburgo, rs. 28:880,75.

§ 6.º Com a Bibliotheca Publica, Museo e Jardim Botânico da Lagôa de Rodrigo de Freitas, rs. 1:076,7500.

Reduz-se o ordenado do Director do Jardim a 1:200,00.

§ 7.º Com o Passeio Publico da Côrte, propagação da Vaccina, Illuminação, rs. 50:950,7500.

Esta quantia será entregue á Camara Municipal, a quem, pela lei do 1.º de Outubro de 1828, compete prover sobre taes objectos.

§ 8.º Com os empregados nas Obras Publicas, rs. 800,00.

§ 9.º Com as Obras Publicas da Provincia, rs. 80:000,00.

§ 10.º Com os ordenados dos extinctos lugares de Guarda Mór, Escrivão e Interprete das visitas, na forma da lei de 30 de Agosto de 1828, rs. 700,0000.

Supprimem-se os dos outros empregados do extincto physicato.

Somma, 321:175,7580.

Na Provincia do Espirito Santo.

§ 11.º Com a Presidencia da Provincia, seu Conselho, por 3 mezes, Secretaria e outras applicações, rs. 5:275,7500.

§ 12.º Com o Corpo Legislativo, rs. 6:000,00.

§ 13.º Com a Instrucção Publica, rs. 6:140,00.

§ 14.º Com a civilização e catechese dos Indigenas, rs. 6:207,75.

§ 15.º Com as Obras Publicas, rs. 800,00.

Somma, 24:420,7500.

Na Provincia da Bahia.

§ 16.º Com a Presidencia da Provincia, seu Conselho por 3 mezes, Secretaria e outras applicações, rs. 9:826,7578.

Supprime-se o Ordenado de 1 Official da Secretaria, Lente da Academia Medico-Cirurgica, e 400,00 de Mercês Ordinarias.

§ 17.º Com o Corpo Legislativo, rs. 52:800,00.

§ 18.º Com a Academia Medico-Cirurgica e Instrucção Publica, rs. 58:526,7568.

Supprime-se o ordenado do Professor de Grammatica Latina de Itaparica Antonio Francisco Pereira, já fallecido; e deduz-se a quota dos ordenados de 5 Lentes da Academia Medico-Cirurgica e do Lente da Aula do Commercio, por serem Membros do Corpo Legislativo.

§ 19.º Com a Bibliotheca Publica, rs. 1:350,00.

O Presidente em Conselho despendará esta quantia como fór mais conveniente.

§ 20.º Com a Vaccina, rs. 550,00.

Guardar-se-ha a disposição do § 7.

§ 21.º Com o Passeio Publico, rs. 977,7500.

Esta quantia será entregue á Camara Municipal da Capital, e bem assim a Consignação para a Illuminação.

§ 22.º Com a civilização e catechese dos Indigenas, rs. 220,00.

§ 23.º Com as Obras Publicas, rs. 40:000,00.

Somma, 144:050,7526.

Na Provincia de Sergipe.

§ 24.º Com a Presidencia da Provincia, seu Conselho por 3 mezes, Secretarias e outras applicações, rs. 6:147,7540.

Supprimem-se 598,7500 para 2 Amanuaes.

§ 25.º Com o Corpo Legislativo, rs. 8:400,00.

§ 26.º Com a Instrucção Publica, 7:171,7500.

§ 27.º Com as Obras Publicas, rs. 800,00.

Somma, 22:519,75.

Supprimem-se as quantias de 87,7500 para o chamado Jardim Botânico, e de 60,00 para a civilização e catechese dos Indigenas.

Na Provincia das Alagoas.

§ 28.º Com a Presidencia da Provincia, seu Conselho por 3 mezes, Secretarias e outras applicações, rs. 6:280,75.

§ 29.º Com o Corpo Legislativo, rs. 19:200,00.

§ 30.º Com a Instrucção Publica, rs. 6:710,00.

§ 31.º Com a Vaccina, rs. 270,00.

Guardar-se-ha a disposição do § 7.

§ 52. Com as Obras Publicas, rs. 5:000. *D*
Somma, 35:460. *D*

Na Provincia de Pernambuco.

§ 52. Com a Presidencia da Provincia, seu Conselho por 3 mezes, Secretarias e outras applicações, rs. 10:046. *D*400.

§ 53. Com o Corpo Legislativo, rs. 52:800. *D*

§ 54. Com o Curso Juridico, rs. 16:941. *D*200.

§ 55. Com a compra de Livros para a Bibliotheca Publica a arbitrio da Congregação dos Lentes do Curso Juridico, rs. 600. *D*

§ 57. Com o Lyceo e mais Instrução Publica, rs. 21:972. *D*

§ 58. Com o Jardim Botânico, rs. 1:680. *D*520.

§ 59. Com Professores de Saude, Ordinarias aos Expostos e Lazaros e Vaccina, a respeito da qual se guardará a disposição do § 7, rs. 5:495. *D*500.

§ 60. Com a Illuminação da Cidade do Recife, rs. 7:644. *D*251.

Esta quantia será entregue á Camara Municipal respectiva.

§ 61. Com as Obras Publicas, rs. 40:000. *D*
Somma, 155:179. *D*651.

Supprime-se a quantia de 1:966. *D* dos ordenados dos empregados da Inspeção das Obras Publicas.

Na Provincia do Rio Grande do Norte.

§ 42. Com a Presidencia da Provincia, seu Conselho por 3 mezes, Secretaria e outras applicações, rs. 5:616. *D*

§ 43. Com o Corpo Legislativo, rs. 6:000. *D*

§ 44. Com a Instrução Publica, rs. 5:550. *D*

§ 45. Com as Obras Publicas, rs. 400. *D*

Somma, rs. 17:566. *D*

Na Provincia da Parahyba.

§ 46. Com a Presidencia da Provincia, seu Conselho por 3 mezes, Secretaria e outras applicações, rs. 6:127. *D*480.

§ 47. Com o Corpo Legislativo, rs. 19:200. *D*

§ 48. Com a Instrução Publica, rs. 6:000. *D*

§ 49. Com hum Cirurgião-Mór da Provincia, Cirurgião do Partido e Vaccina, a respeito da qual se guardará a disposição do § 7, rs. 600. *D*

§ 50. Com as Obras Publicas ordinarias da Camara da Capital, Illuminação da cidade, a respeito da qual se guardará a disposição do § 7, rs. 7:150. *D*

Somma, rs. 39:077. *D*480.

Na Provincia do Ceará.

§ 51. Com a Presidencia da Provincia, seu Conselho por 3 mezes, Secretaria e outras applicações, rs. 6:101. *D*885.

§ 52. Com o Corpo Legislativo, rs. 53:600. *D*

§ 53. Com a Instrução Publica, réis

11:021. *D*125.

Supprimem-se 388. *D* de despesa com os Directores dos Indigenas.

§ 54. Com o Cirurgião-Mór, rs. 560. *D*

§ 55. Com as Obras Publicas, rs. 6:549. *D*686.

Somma, rs. 57:742. *D*694.

Na Provincia do Piahy.

§ 56. Com a Presidencia da Provincia, seu Conselho por 3 mezes, Secretaria e outras applicações, rs. 5:691. *D*400.

§ 57. Com o Corpo Legislativo, rs. 6:000. *D*

§ 58. Com a Instrução Publica, rs. 4:680. *D*

§ 59. Com medicamentos e outros soccorros aos pobres no Hospital Militar, rs. 384. *D*955.

§ 60. Com a catechese e civilização dos Indigenas, rs. 500. *D*

§ 61. Com as Obras Publicas, rs. 1:200. *D*

Somma, rs. 18:456. *D*355.

Na Provincia do Maranhão.

§ 62. Com a Presidencia da Provincia, seu Conselho por 3 mezes, Secretaria e outras applicações, rs. 8:760. *D*100.

§ 63. Com o Corpo Legislativo, rs. 16:800. *D*

§ 64. Com a Instrução Publica, rs. 12:040. *D*

§ 65. Com a Vaccina, guardando-se a disposição do § 7, rs. 492. *D*

§ 66. Com as Obras Publicas, Canal que fez o objecto da lei de 27 de Agosto de 1830, Illuminação da Cidade, a respeito da qual se guardará a mesma disposição do § 7, rs. 39:955. *D*500.

Somma, rs. 78:047. *D*600.

Na Provincia do Pará.

§ 67. Com a Presidencia da Provincia, seu Conselho por 3 mezes, Secretaria e outras applicações, rs. 7:967. *D*200.

§ 68. Com o Corpo Legislativo, rs. 10:800. *D*

§ 69. Com a Instrução Publica, rs. 6:510. *D*

pe§ 70. Com o Jardim Botânico, Horto de Esclarias e Passeio Publico, rs. 1:000. *D*

§ 71. Com a civilização e catechese dos Indigenas, rs. 2:900. *D*

§ 72. Com as Obras Publicas, rs. 4:000. *D*

Somma, rs. 52:977. *D*200.

Na Provincia de S. Paulo.

§ 73. Com a Presidencia da Provincia, seu Conselho por 3 mezes, Secretaria e outras applicações, rs. 8:514. *D*800.

§ 74. Com o Corpo Legislativo, rs. 36:000. *D*

§ 75. Com o Curso Juridico, rs. 16:941. *D*200.

§ 76. Com a compra de livros para a Bibliotheca Publica, a arbitrio da Congregação de Lentes do Curso Juridico, rs. 600. *D*

§ 77. Com os Seminarios e Instrução Publica, rs. 20:220. *D*

§ 78. Com a Bibliotheca e Jardim Botânico, rs. 1:293. *D*200.

§ 79. Com a Fabrica de Ferro, rs. 486. *D*

§ 80. Com os Professores de Saude e Vaccina, a respeito da qual se guardará a disposição do § 7, rs. 380. *D*

§ 81. Com a civilização e catechese dos Indigenas, rs. 3:973. *D*600.

§ 82. Com o Director Geral das Minas, e com Pensões, rs. 1:420. *D*

Supprimem-se as de 5 Estudantes do Curso Juridico, na importancia de 456. *D*

§ 85. Com as Obras Publicas, rs. 4:000\$.
Somma, rs. 92:928\$800.

Na Provincia de Santa Catharina.

§ 84. Com a Presidencia da Provincia, seu Conselho por 3 mezes, Secretaria e outras applicações, rs. 4:896\$.

§ 85. Com o Corpo Legislativo, rs. 6:000\$.

§ 86. Com a Instrução Publica, 2:790\$.

§ 87. Com o Hospital, Lente de Cirurgia e Vaccina, a respeito da qual se guardará a disposição do § 7, rs. 570\$.

§ 88. Com a catechese e civilização dos Indigenas, rs. 300\$.

§ 89. Com as Obras Publicas, rs. 800\$.

Somma, rs. 15:556\$.

Na Provincia do Rio Grande do Sul.

§ 90. Com a Presidencia da Provincia, seu Conselho por 3 mezes, Secretaria e outras applicações, rs. 6:957\$200.

§ 91. Com o Corpo Legislativo, rs. 10:800\$.

§ 92. Com a Instrução Publica, devendo multiplicar-se o numero das Cadeiras de Primeiras Letras, rs. 5:600\$.

§ 93. Com a Vaccina, guardada a disposição do § 7, 200\$.

§ 94. Com as Obras Publicas, rs. 5:000\$.

Somma, rs. 28:557\$200.

Na Provincia de Minas Geraes.

§ 95. Com a Presidencia da Provincia, seu Conselho por 3 mezes, Secretaria e outras applicações, rs. 6:557\$200.

§ 96. Com o Corpo Legislativo, rs. 84:000\$.

§ 97. Com a Instrução Publica, rs. 25:281\$.

§ 98. Com o Jardim Botânico e Guarda Mór Geral das Minas, rs. 1:160\$.

§ 99. Com a catechese e civilização dos Indigenas, rs. 3:000\$.

§ 100. Com as Obras Publicas, rs. 7:170\$720.

Somma, rs. 127:168\$920.

Na Provincia de Goyaz.

§ 101. Com a Presidencia da Provincia, seu Conselho por 3 mezes, Secretaria e outras applicações, rs. 7:057\$200.

§ 102. Com o Corpo Legislativo, rs. 8:400\$.

§ 103. Com a Instrução Publica, réis 8:968\$448.

Fica reduzido o ordenado de Professor de Philosophia a 460\$, conservadas huma Escola de Grammatica Latina e 24 de Primeiras Letras.

§ 104. Com a catechese e civilização dos Indigenas, rs. 1:066\$.

§ 105. Com as Obras Publicas, rs. 800\$.

Somma, rs. 26:271\$648.

Na Provincia de Mato Grosso.

§ 106. Com a Presidencia da Provincia, seu Conselho por 3 mezes, Secretaria e outras applicações, rs. 6:907\$200.

§ 107. Com o Corpo Legislativo, rs. 6:000\$.

§ 108. Com a Instrução Publica, rs. 2:800\$.

§ 109. Com a catechese e civilização dos Indigenas, rs. 1:000\$.

§ 110. Com as Obras Publicas, rs. 800\$.

Somma, rs. 17:507\$200.

Art. 2.º Ficão supprimidos os ordenados e gratificações dos empregados da Intendencia da Policia que foram estabelecidos nesta Repartição, depois de jurada a Constituição do Imperio.

Art. 3.º Fica suspenso o provimento dos empregos vagos ou que vagarem na Secretaria e Contadoria da Intendencia Geral da Policia, servindo interinamente qualquer dos empregados os lugares vagos, sendo necessario até serem regulados pela Assembléa Geral.

CAPITULO 2.º

Disposições communs.

Art. 4.º Fica abolida em todas as Provincias do Imperio a despeza com a colonização estrangeira.

Art. 5.º He fixada a despeza com os Correios, tanto de terra como maritimos, até a quantia de 140:000\$.

Art. 6.º Nas Provincias para que na presente Lei não foi fixada despeza com a propagação da vaccina, os Presidentes em Conselho distribuirão a quantia de 200\$ pelas Camaras, rs. 1:800\$.

Art. 7.º As despesas dos Conselhos Geraes nas Provincias da Bahia, Pernambuco, Maranhão, S. Paulo e Minas Geraes, são fixadas em 900\$; nas do Espirito Santo, Alagoas, Parahyba, Ceará, Pará, Santa Catharina e Rio Grande do Sul, 700\$; e em todas as outras Provincias em 500\$; Somma rs. 11:900\$.

Art. 8.º As quantias consignadas no artigo antecedente, depois de deduzidos os ordenados dos Porteiros, serão postas á disposição das Comissões de Policia dos respectivos Conselhos, para as applicações do expediente e policia.

Art. 9.º Na Provincia do Rio de Janeiro o Ministro do Imperio, e nas outras os Presidentes em Conselho, distribuirão as addições destinadas neste Titulo para as Obras Publicas pelas Camaras Municipaes que mais precisarem deste auxilio; e na Bahia terá preferencia a segurança do Morro que fica sobranceiro á Cidade Baixa.

Art. 10. São fixadas as despesas eventuaes desta Repartição para todo o Imperio em 30:000\$.

Somma, rs. 1,458:142\$754.

TITULO 2.º — Da fixação das despesas do Ministerio dos Negocios da Justiça e Ecclesiasticos.

Art. 11.º O Ministro da Repartição dos Negocios da Justiça e Ecclesiasticos he autorisado a despendar no anno financeiro do 1.º de Junho de 1831 ao ultimo de Junho de 1832:

Na Provincia do Rio de Janeiro.

§ 1.º Com a Secretaria de Estado, seu Expediente e outras applicações minudas, réis 15:621\$467.

Deduz-se a quantia de 200\$ correspondente a 4 mezes dos vencimentos de 1 dos Officiaes da

Secretaria que Le Membro do Corpo Legislativo.

§ 2.º Com o Supremo Tribunal de Justiça, rs. 68:600. \$2001.

Deduz-se a quantia de 3:999. \$999 correspondente a 4 mezes dos ordenados de 3 de seus Membros que são Senadores.

§ 3.º Com o Tribunal da Relação e Juizes Territoriaes, inclusive o Intendente Geral da Policia, rs. 41:284. \$445.

Supprime-se o ordenado de 4:000. \$ ao Regedor das Justicas, e 100. \$ do ordenado do lugar de Conservador da Nova Friburgo, que fica abolido; e deduz-se a quota correspondente a 4 mezos dos ordenados do Procurador da Corôa e seu Ajudante, de 2 Desembargadores e 3 Juizes de Fóra, que são Membros do Corpo Legislativo.

§ 4.º Com os Empregados dos extinctos Tribunaes do Desembargo do Paço, Mesa da Consciencia e Chancellaria das 3 Ordens, rs. 17:505. \$.

Supprimem-se os ordenados de 3:200. \$, que, na qualidade de Desembargadores do Paço Aposentados, se destinavão aos Marquezes de Inhambuque e de Queluz, por terem sido elevados ao Emprego vitalicio de Conselheiros de Estado antes da extincção do Tribunal; de 2:100. \$ que percebia o Monsenhor Pizarro, já fallecido, como Membro do extincto Tribunal da Mesa da Consciencia e Procurador das 3 Ordens; e de 300. \$ que percebia o Officiál da Secretaria Luiz Joaquim de Gouvêa, por estar no emprego de Secretário da Camara Municipal.

§ 5.º Com a Secretaria da Policia, visitas a bordo das Embarcações, despeza do Calabouço, gratificações e mais despezas com a Guarda da Policia, rs. 15:382. \$564.

§ 6.º Com a Santa Igreja Cathedral e Imperial Capella, rs. 56:355. \$554.

Deduz-se a quantia de 666. \$666, correspondente a 4 mezes da Congrua do Bispo Capellão-Mór, por ser membro do Corpo Legislativo, e supprime-se o vencimento de 1:000. \$ ao Inspector da Capella.

§ 7.º Com os 4 deputados da extincta Bulla da Cruzada desempregados, e que tem titulos vitalicios, rs. 1:400. \$.

§ 8.º Com a Casa pertencente a Mitra deste Bispado, e que, por contracto, foi cedida para accrescimo da Cadea desta Cidade, rs. 800. \$.

§ 9.º Com os Parochos e Capellães, ordinarios, guisamentos e outras despezas Ecclesiasticas, rs. 17:020. \$820.

Somma, rs. 253:947. \$651.

Supprime-se a quantia de 180. \$, de ordinarias aos Benedictinos e Carmelitas, e reduz-se a 200. \$ o vencimento do Pastor dos Protestantes dos Colonos de Nova Friburgo.

Na Provincia do Espirito Santo.

§ 10.º Com os Juizes Territoriaes, rs. 955. \$555.

§ 11.º Com os Parochos, guisamentos e ordinarias, rs. 5:644. \$480.

Somma, rs. 4:599. \$813.

Na Provincia da Bahia.

§ 12. Com o Tribunal da Relação, Juizes Territoriaes e mais despezas da Administração da Justiça, rs. 44:988. \$.

Deduz-se a quantia de 3:500. \$, correspondente aos vencimentos de 4 mezes de 7 Desembargadores desta Relação, que são membros do Corpo Legislativo.

§ 13. Com a Cathedral, Parochos, guisamentos, ordinarias e mais despezas ecclesiasticas, rs. 29:441. \$220.

Somma, rs. 74:429. \$220.

Supprimem-se as quantias de 45. \$ aos Carmelitas calçados; de 85. \$ aos Carmelitas descalços; de 12. \$ das 6 Missões das Aldeas do Bom Jesus, Itapicuru, Curral, Pontal, Maivaru e Jacobina, e a de 30. \$ aos Religiosos Capuchos.

Na Provincia de Sergipe.

§ 14. Com os Juizes Territoriaes, rs. 400. \$.

§ 15. Com os Parochos, guisamentos e ordinarias, rs. 1:920. \$200.

Somma, rs. 2:320. \$200.

Na Provincia das Alagoas.

§ 16. Com os Juizes Territoriaes, rs. 1:900. \$.

§ 17. Com os Parochos, guisamentos e ordinarias, rs. 1:759. \$560.

Somma, rs. 3:659. \$560.

Na Provincia de Pernambuco.

§ 18. Com o Tribunal da Relação, Juizes Territoriaes e mais despezas da Administração da Justiça, rs. 17:990. \$667.

Deduz-se a quantia de 1:500. \$, correspondente a 4 mezes de vencimentos de 3 Desembargadores desta Relação; e a de 153. \$555, quota do ordenado do Ouvidor da Comarca do Recife, por serem membros do Corpo Legislativo; e supprime-se a de 284. \$ dos ordenados e propinas do Medico, Cirurgião e Sangrador da Relação.

§ 19. Com a Cathedral, Parochos, guisamentos e mais despezas ecclesiasticas, rs. 14:560. \$980.

Somma, rs. 32:551. \$647.

Supprimem-se as ordinarias de 45. \$ ao Convento do Carmo de Olinda; de 100. \$ do Recife e Goyanna, e a de 90. \$ aos Benedictinos de Olinda, e todas as mais concedidas a outras casas de Religiosos Regulares.

Na Provincia da Parahyba.

§ 20. Com os Juizes Territoriaes, rs. 820. \$.

§ 21. Com os Parochos, guisamentos e outras despezas ecclesiasticas, rs. 2:430. \$880.

Somma, rs. 3:250. \$880.

Supprime-se a quantia de 50. \$ da ordinaria ao Convento do Carmo.

Na Provincia do Rio Grande do Norte.

§ 22. Com os Juizes Territoriaes, rs. 540. \$.

§ 23. Com os parochos e guisamentos, rs. 1:946. \$200.

Somma, rs. 2:486. \$200.

Na Província do Ceará.

§ 24. Com os Juizes Territoriaes e mais despesas da Administração da Justiça e extraordinaria, rs. 1:964\$400.

§ 25. Com os Parochos e guisamentos, réis 2:204\$400.

Somma, rs. 4:168\$800.

Supprime-se a quantia de 160\$ das Congruas dos Vigários de Arroteches e de Soure, por estarem desertas estas Freguezias e não existirem os Parochos, e a de 600\$ para os 24 Coadjuutores que tambem não existem.

Na Província do Maranhão.

§ 26. Com o Tribunal da Relação, Juizes Territoriaes e mais despesas da Administração da Justiça, rs. 22:008\$.

Supprime-se a quantia de 284\$ dos ordenados e propinas do Medico, Cirurgião e Sangrador da Relação.

§ 27. Com a Cathedral, Parochos, guisamentos e outras despesas ecclesiasticas, réis 13:59\$330.

Somma, rs. 35:598\$330.

Na Província do Piahy.

§ 28. Com os Juizes Territoriaes e outras despesas da Administração da Justiça, rs. 1:685\$333.

§ 29. Com os Parochos, guisamentos e outras despesas, rs. 750\$.

Somma, rs. 2:435\$333.

Na Província do Pará.

§ 30. Com os Juizes Territoriaes e mais despesas da Administração da Justiça, 4:529\$000.

Supprime-se das despesas extraordinarias a quantia de 460\$800 das propinas aos Ouvidores do Pará e Macaé, e ao Escrivão e Meirinho, pela Administração do Pesqueiro da Ilha de Joannes.

§ 31. Com a Cathedral, Parochos, guisamentos e outras despesas ecclesiasticas, rs. 32:989\$560.

Somma, rs. 37:518\$650.

Supprime-se das despesas extraordinarias a quantia de 266\$400 de propinas do Bispo, pela Administração do Pesqueiro da Ilha de Joannes.

Na Província de S. Paulo.

§ 32. Com os Juizes Territoriaes e mais despesas da Administração da Justiça, réis 5:379\$998.

§ 33. Com a Cathedral, Parochos, guisamentos e outras despesas ecclesiasticas, réis 29:598\$560.

Supprime-se a quantia de 45\$ ao Convento do Carmo da Villa de Santos.

Na Província de Santa Catharina.

§ 34. Com os Juizes Territoriaes, rs. 1:140\$.

§ 35. Com os Parochos e guisamentos, réis 1:857\$440.

Somma, rs. 2:997\$440.

Na Província de S. Pedro.

§ 36. Com os Juizes Territoriaes e outras despesas da Administração da Justiça, réis 2:375\$400.

§ 37. Com os Parochos e guisamentos, réis, 5:020\$067. Somma, 7:395\$467.

Deduz-se a quantia de 35\$ correspondente a 4 mezes da congrua do Vigario Geral por ser membro do Corpo Legislativo.

Na Província de Minas Geraes.

§ 38. Com os Juizes Territoriaes e outras despesas da Administração da Justiça, réis 13:496\$068.

Supprime-se a quantia de 3:366\$666 réis, a saber: 3:000\$ réis do ordenado do Intendente dos Diamantes, cujo lugar se extinguiu, e a de 166\$666 réis, correspondente a 4 mezes do ordenado do Ouvidor da Comarcha do Ouro Preto, por ser membro do Corpo Legislativo; e a quantia de réis 14:00\$ do ordenado do Desembargador Aposentado Ignácio José de Souza Rebello, já fallecido.

§ 39. Com a Cathedral, Parochos, guisamentos e outras despesas ecclesiasticas, réis 28:011\$214. Somma, 41:477\$882.

Deduz-se a quantia de réis 66\$666, correspondente a quatro mezes da congrua do Vigario de S. Gonçalo da Campanha, por ser membro do Corpo Legislativo.

Na Província de Goyaz.

§ 40. Com os Juizes Territoriaes e mais despesas da Administração da Justiça e extraordinaria, réis 2:169\$000.

§ 41. Com o Bispo, Parochos, guisamentos e outras despesas ecclesiasticas, réis 4:785\$000. Somma, 6:945\$000.

Supprime-se das despesas extraordinarias a quantia de réis 1:000\$ ao Bispo para visitas.

Na Província de Mato Grosso.

§ 42. Com os Juizes Territoriaes, réis 2:100\$000.

§ 43. Com o Bispo, Parochos, e guisamentos, réis 2:792\$000. Somma, 4:892\$000.

Art. 12. Fica applicada para reparo das Cadeas das capitais da Província a quantia de réis 90:000\$000, a qual será distribuida pela maneira seguinte:

Para o Rio de Janeiro, 18:000\$ do réis; para a Bahia, 7:200\$ réis; para Pernambuco, Maranhão e Minas Geraes, 6:500\$ réis a cada huma; para S. Paulo, Rio Grande do Sul, Alagoas, Parahyba, Ceará e Pará, 4:500\$ réis a cada huma; e para cada huma das outras, 2:700\$ réis.

Art. 13. Fica applicada para sustentação dos presos pobres que existem nas diferentes cadeas do Imperio a quantia de réis 25:000\$, a qual se distribuirá pela maneira seguinte:

Para a Província do Rio de Janeiro, 4:000\$ réis; para a Bahia, Pernambuco e Minas Geraes, 2:400\$ réis a cada huma; para S. Paulo, 2:000\$ réis; para o Ceará e Maranhão, 1:600\$ réis a cada huma; para o Rio Grande de S. Pedro do Sul, Alagoas, Parahyba e Pará, 1:000\$ a cada huma; para o Piahy, Goyaz e Mato Grosso, 680\$ réis a cada huma; para as Províncias de

Santa Catharina, Espirito Santo, Sergipe e Rio Grande do Norte, 640\$ réis a cada huma.

Tanto as quantias consignadas neste artigo como as do artigo antecedente serão entregues ás Camaras Municipaes, a cujo cargo ficão pertencendo as incumbencias nelles mareadas.

Art. 14. Fica applicada a quantia de 4:000\$ réis em cada hum dos Bispados, para reparos e paramentos das Paroquias pobres que serão entregues aos respectivos Bispos, sommando tudo réis 36:000\$000. Somma, 686:445\$411.

TITULO 3.º—Da fixação das despesas do Ministerio dos Negocios Estrangeiros.

Art. 15. O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros he autorizado a despende no anno financeiro do 1.º de Julho de 1831 ao ultimo de Junho de 1832 :

§ 1.º Com a Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, seu expediente e despesas extraordinarias, réis 21:000\$000.

§ 2.º Com as Comissões e Legações em paizes estrangeiros, réis 99:000\$000. Somma, 120:000\$000.

Art. 16. Os empregados do Corpo Diplomatico e Consular serão pagos pelo Thesouro Publico, em attenção ao cambio directo dos paizes em que servirem, e, na falta deste, pelo cambio de Londres.

TITULO 4.º—Da fixação das despesas do Ministerio da Marinha.

Art. 17. O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha he autorizado a despende no anno financeiro do 1.º de Julho de 1831 ao ultimo de Junho de 1832:

Na Provincia do Rio de Janeiro.

§ 1.º Com a Secretaria de Estado e seu expediente, aluguel de casa e outras applicações, 19:001\$920.

§ 2.º Com a Mesa do Despacho Maritimo e seu expediente, réis 1:689\$440.

Supprime-se a quantia de 400\$000 do ordenado do Fiscal.

§ 3.º Com a Intendencia e Arsenal da Marinha, seus empregados, expediente, corte de madeiras, ferias de operarios, compra de generos e outros objectos, réis 315:406\$800.

Supprime-se a gratificação de 300\$000 ao Inspector.

§ 4.º Com o corpo da armada e gratificações, deduzido o respectivo Monte Pio, réis 166:125\$600.

§ 5.º Com os premios para o engajamento de marinheiros e soldados, e outras despesas eventuaes, réis 50:000\$000.

§ 6.º Com o Corpo de Artilharia da Marinha, com as praças fixadas na lei, deduzido o respectivo Monte Pio, réis 159:042\$996.

§ 7.º Com a Academia da Marinha, réis 24:069\$200.

§ 8.º Com a Auditoria da Marinha, réis 1:190\$000.

§ 9.º Com os Capellães e Officiaes de Saude, conservado aos actuaes Fisco Mór e Cirurgia Mór, o simples soldo de suas patentes, réis 11:256\$000.

§ 10. Com o Monte Pio dos Corpos da Armada e Artilharia da Marinha e pensões, réis 19:424\$500.

Supprimida a gratificação e cavalgaduras ao Almirante Barão do Rio da Prata, e a pensão ao Official condemnado que foi perdoado.

§ 11. Com os navios armados e transportes, réis 608:717\$160.

§ 12. Com os navios desarmados e presigança, réis 121:947\$340.

A despeza com a barca de vapor foi reduzida á metade da orçada.

§ 13. Com a construcção da Casa Forte, réis 20:000\$000. Somma, 1,497:870\$756.

Na Provincia do Rio Grande do Sul.

§ 14. Com o Patrão Mór e duas barcas guardadas com 40 praças, calculada cada huma a 20\$ réis mensaes, réis 9:888\$000.

Supprimido o ordenado e maieria do soldo do Capitão de Mar e Guerra, Intendente da Marinha, tendo sido contemplado o soldo de terra no § 4.º.

Na Provincia de Santa Catharina.

§ 15. Com a Intendencia e Arsenal de Marinha e varias despesas eventuaes, réis 10:656\$000.

Na Provincia de S. Paulo.

§ 16. Com a Intendencia e Arsenal da Marinha, não devendo ter o Intendente maior patente que a do 1.º Tenente, réis 3:151\$140.

Na Provincia do Espirito Santo.

§ 17. Com o escalor do Governo e despesas eventuaes, réis 1:220\$800.

Na Provincia da Bahia.

§ 18. Com a Intendencia e Arsenal de Marinha, cortes e conducções de madeiras e despesas eventuaes, réis 125:000\$000.

Na Provincia de Sergipe.

§ 19. Com o Patrão Mór da barra da Cotinhuiba, réis 100\$000.

Na Provincia das Alagoas.

§ 20. Com o Patrão Mór, seu Ajudante, escalor, cortes de madeiras e despesas eventuaes, réis 16:252\$655.

Na Provincia de Pernambuco.

§ 21. Com a Intendencia e Arsenal da Marinha e despesas eventuaes, réis 40:000\$000.

Na Provincia de Parahyba.

§ 22. Com o Patrão Mór, escalor e embarcações de serviço, réis 245\$600.

Na Provincia do Rio Grande do Norte.

§ 23. Com o escalor e despesas eventuaes, réis 225\$620.

Na Provincia do Ceará.

§ 24. Com a Intendencia de Marinha e varias despesas, réis 2:586\$000.

Na Provincia do Maranhão.

§ 25. Com a Intendencia e Arsenal de Marinha e varias despesas, réis 16:000.000.

Na Provincia do Pará.

§ 26. Com a Intendencia e Arsenal da Marinha, corte de madeiras, e duas barcas tripuladas com 40 praças e calculada cada huma a 200 rs. mensaes, réis 39:769.745.

§ 27. Com o corpo de Pedestres, réis 16:046.700. Somma, 55:816.445.

Na Provincia de Mato Grosso.

§ 28. Com as barcas e mais despesas, réis 1:827.950. Somma, 1.780:818.994.

Art. 18. O Governo fica autorizado a fazer nas Intendencias e Arsenaes da Marinha as reduções no pessoal e material e mais reformas que forem necessarias, sem que augmente os vencimento dos empregados nem o seu numero.

TITULO 5.º—Da fixação das despesas do Ministerio da Guerra.

Art. 19. O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra he autorizado a despendar no anno financeiro de 1.º de Julho de 1831 ao ultimo de Junho de 1832 :

Na Provincia do Rio de Janeiro.

§ 1.º Com a Secretaria de Estado, pensionistas e seu expediente, réis 19:479.800.

Supprimem-se dous Ajudantes do Porteiro e 5000 réis nas despesas como expediente.

§ 2.º Com o Conselho Supremo Militar, sua Secretaria e expediente, réis 15:710.160.

Supprima-se a quantia de réis 9900 no ordenado de hum membro do Corpo Legislativo e nas despesas do expediente.

§ 3.º Com a Secretaria do Commando das Armas da Corte, restituída aos precisos termos da lei da sua creação, réis 5:360.000.

§ 4.º Com Estado Maior empregado e desempregado, réis 124:492.7400.

Supprime-se a quantia de réis 22:0800 de vencimentos de militares membros do Corpo Legislativo e dos Officiaes estrangeiros que devem ser demittidos, e das despesas com as Comissões ordinarias e extraordinarias que não forem absolutamente indispensaveis.

§ 5.º Com o Corpo de Engenheiros, réis 40:665.600.

Supprime-se a quantia de 5:256.7 réis, nos vencimentos de Officiaes membros do Corpo Legislativo e de hum empregado civilmente.

§ 6.º Com a Academia Militar, réis 9:525.554. Supprime-se a quantia de réis 516.266 no ordenado ao Mestre de Armas e nos vencimentos de dous Lentes membros do Corpo Legislativo.

§ 7.º Com o corpo de Veteranos e com os Reformados, réis 162:714.251.

§ 8.º Com a Divisão da Guarda da Policia, réis 62:450.440.

§ 9.º Com praças avulsas, réis 15:184.640.

Supprime-se a quantia de réis 1:8460 do Machinista Inglez.

§ 10. Com as pensões, réis 55:879.178.

§ 11. Com os vencimentos dos Officiaes dos corpos, da 2.ª linha, réis 59:084.912.

Supprime-se a quantia de 2:845.620 réis, vencimentos dos Tambores, Pifanões, Cornetas e Clarins.

§ 12. Com a Thesouraria Geral das tropas, réis 15:030.000.

Supprime-se a quantia de 600.000 réis, da gratificação a hum Offical que terminou a sua commissão.

§ 13. Com o Hospital Militar, réis 61:028.000.

§ 14. Com os pensionistas da Academia Medico-Cirurgica, réis 1:152.000.

§ 15. Com os empregados no Commissariado, seu expediente e diversos fornecimentos, réis 15:597.600.

Supprime-se a quantia de 1:600.000 réis nas despesas do expediente e diversos fornecimentos.

§ 16. Com o Arsenal do Exército, fabrica de armas, e da polvora da Serra da Estrella, materias primas e despesas miudas eventuaes, réis 111:000.000.

Supprimidos 188:000.000 réis nos jornaes, materias primas, despesas da fabrica da Polvora da Lagoa de Freitas, cuja receita sendo a ellas superior, não foi contemplada no orçamento geral.

§ 17. Com as obras militares nas fortificações, Hospital Militar e Quarteis, réis 54:752.000. Somma, 799:106.515.

Na Provincia do Pará.

§ 18. Com os Reformados réis 18:157.668.

§ 19. Com a Policia, réis 9:959.650.

§ 20. Com o Estado Maior, Reformados e Officiaes Milicianos e outras despesas, réis 25:441.660. Somma, 53:541.958.

Supprime-se a quantia de 37:400.000 réis nos diversos vencimentos e outras despesas que se devem economisar.

Na Provincia do Maranhão.

§ 21. Com os Reformados, réis 5:148.552.

§ 22. Com a Policia, réis 24:986.218.

§ 23. Com o Estado Maior, Officiaes Milicianos e outras despesas, réis 29:207.900. Somma, 59:542.670.

Supprime-se a quantia de 38:917.740 réis nos diversos vencimentos e outras despesas que devem ser economisadas.

Na Provincia do Piahy.

§ 24. Com o Estado Maior, Officiaes Milicianos e outras despesas, réis 30:000.000.

Supprime-se a quantia de 18:835.054 réis nos diversos vencimentos e outras despesas que se devem economisar.

Na Provincia do Ceará.

§ 25. Com os Reformados, réis 1:532.000.

§ 26. Com o Estado Maior, Officiaes Milicianos

nos e outras despesas, réis 50:638\$200. Somma, 51:970\$200.

Supprime-se a quantia de 8:099\$859 réis, nos diversos vencimentos e outras despesas que se devem economisar.

Na Provincia do Rio Grande do Norte.

§ 27. Com o Estado Maior, Reformados, Officiaes Milicianos e outras despesas, réis 7:578\$885.

Supprime-se a quantia de 5:468\$885 réis, nos diversos vencimentos e outras despesas que se devem economisar.

Na Provincia da Parahyba.

§ 28. Com o Estado Maior, Reformados, Officiaes Milicianos e outras despesas, réis 25:655\$750.

Supprime-se a quantia de 2:026\$196 réis, de diversos vencimentos e outras despesas que se devem economisar.

Na Provincia de Pernambuco.

§ 29. Com os Reformados, réis 21:602\$561.

§ 30. Com a Policia, réis 50:425\$478.

§ 31. Com o Estado Maior, Officiaes Milicianos e outras despesas, réis 44:594\$616. Somma, 96:422\$455.

Supprimidos 5:500\$ de diversos vencimentos e outras despesas que se devem economisar.

Na Provincia das Alagoas.

§ 32. Com o Estado-Maior, Reformados, Officiaes Milicianos e outras despesas, rs. 21:049\$200.

Supprimidos 5:000\$ de diversos vencimentos e outras despesas que se devem economisar.

Na Provincia de Sergipe.

§ 33. Com o Estado-Maior, Reformados, Officiaes Milicianos e outras despesas, réis 33:602\$556.

Supprimidos 6:000\$ de diversos vencimentos e outras despesas que se devem economisar.

Na Provincia da Bahia.

§ 34. Com os Reformados, rs. 41:510\$682.

§ 35. Com a Policia, 25:292\$030.

§ 36. Com o Estado-Maior, Officiaes Militares e outras despesas, rs. 184:892\$654.

Supprimidos 100:000\$ de diversos vencimentos e outras despesas que se devem economisar.

Na Provincia do Espirito Santo.

§ 37. Com o Estado-Maior, Officiaes Milicianos, Reformados e outras despesas, rs. 11:038\$570.

Supprimidos 4:000\$ de diversos vencimentos e outras despesas que se devem economisar.

Na Provincia de S. Paulo.

§ 38. Com o Estado-Maior, Reformados, Officiaes Milicianos e outras despesas, rs. 106:555\$754.

Supprimidos 6:000\$ de diversos vencimentos e outras despesas que se devem economisar.

Na Provincia de Santa Catharina.

§ 39. Com o Estado-Maior, Officiaes Milicianos, Reformados e outras despesas, rs. 48:633\$430.

Supprimidos 6:000\$ de diversos vencimentos e outras despesas que se devem economisar.

Na Provincia do Rio Grande do Sul.

§ 40. Com o Estado-Maior, Reformados, Officiaes Milicianos, rs. 95:619\$.

Supprimidos 54:480\$600 de diversos vencimentos e outras despesas.

Provincia de Minas Geraes.

§ 41. Com o Estado-Maior, Reformados, Officiaes Milicianos, Divisões e outras despesas, rs. 92:511\$579.

Supprimidos 2:000\$ de diversos vencimentos e outras despesas.

Na Provincia de Goyaz.

§ 42. Com o Estado-Maior, Reformados, Officiaes Milicianos e outras despesas, rs. 25:151\$521.

Supprimidos 8:000\$ de diversos vencimentos e outras despesas que se devem economisar.

Na Provincia de Mato Grosso.

§ 43. Com o Estado-Maior, Reformados, Pedestres, Officiaes Milicianos e outras despesas, rs. 55:061\$886.

Supprimidos 4:000\$ de diversos vencimentos e outras despesas que se devem economisar.

§ 44. Com a Musica dos Corpos que o Governo conservar, incluidos os instrumentos, rs. 50:000\$.

§ 45. Com os soldos e mais vencimentos dos Officiaes, Officiaes Inferiores, doze mil Cabos, Anspeçadas e Soldados, e despesas imprevistas e extraordinarias, em todas as Provincias do Imperio, rs. 1,976:011\$465.

Somma rs. 3,847:926\$560.

TITULO 6.º—Da fixação das despesas do Ministerio da Fazenda.

CAPITULO 1.º—Das despesas de cada humá das Provincias do Imperio.

Art. 20. O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda he autorisado a despendar no anno financeiro do 1º de Julho de 1831 ao ultimo de Julho de 1832.

Na Provincia do Rio de Janeiro.

§ 1.º Com a Casa Imperial, rs. 1,131:200\$.

§ 2.º Com a Divida Publica Externa, lib. 178,429, orçado o cambio a 50, rs. 856:761\$600.

Supprimem-se libras 12,500, nas 50,000 pedidas para a amortisação do Empréstimo, a qual he calculada a 75.

§ 3.º Com a Divida Interna fundada em todo o Imperio, deduzidos 32:725\$ da quantia de 150:892\$ para amortisação, a qual he calculada a 75, e mais 200\$ da despeza do Em-

prestimo antigo, abonados na do Thesouro Publico, rs. 1,005:540:5754.

§ 4.º Com o Thesouro Publico e seu Expediente, supprimidos 8 Correios de pé e outras despesas illegaes, rs. 59:946:5553.

§ 5.º Com o Conselho da Fazenda, e seu Expediente, supprimidos 7:200:5 dos ordenados de quatro Conselheiros que accrescerão depois do anno de 1828, rs. 26:080:5.

§ 6.º Com a Alfandega e seu Expediente, supprimidas as gratificações do Guarda-Livros, do Interprete, do Porteiro, do Juiz da Balança, do Feitor da mesma, do Feitor do Pateo, do Guarda-Feitor, e dos seis Ajudantes de Escripuração, de doze Fieis, e de cinquenta e seis Guardas, e 10:000:5 nos vencimentos dos restantes, rs. 90:836:5400.

§ 7.º Com a Casa da Moeda e seu Expediente, deduzidos deste 25:000:5, rs. 42:791:5400.

§ 8.º Com a Administração de Diversas Rendas e seu Expediente, rs. 12:471:5754.

Conservados sob 18 Guardas e Agentes, os 2 Serventes e as cavalladuras para os lançamentos, reduzidas a 1:500:5 as despesas com papel, penas, tintas e mais miudezas, e supprimido o ordenado de 4 mezes da Escrição addito, e mais despesas do expediente, incluindo o Escaler.

§ 9.º Com a Caixa de Amortização e seu Expediente, rs. 15:000:5.

§ 10.º Com a Folha Extraordinaria do Thesouro, supprimida a Pensão de Monsenhor Pizarro, já fallecido, dos vencimentos dos Missionarios Capuchinhos, os 5:720:5 dos Empregados do Trapiche, e os 500:5 do Architecto, abonados na Repartição do Imperio, rs. 5:172:5800.

§ 11.º Com pensões, supprimidas as que, sendo concedidas depois da Resolução de 21 de Julho de 1828, ainda não foram approvadas pela Assembléa Geral; a pensão de 960:5 a Roque Schuch; e deduzidos 10 por cento (9:090:5080, em que se orça a importancia das pensões dos agraciados que já não existem, rs. 8:1810:5724.

§ 12.º Com tenças, deduzidas a de 288:5 a Paulo Barbosa da Silva, e a de 50:5 a Joaquim Dias Bacallho, abonados na Provincia de Minas, e 10 por cento (2:140:5312) em que se orça a importancia das tenças dos que já não existem, rs. 19:028:5811.

§ 13.º Com Aposentados, supprimida a aposentadoria do Ajudante da Fundição, até approvação da Assembléa Geral, rs. 55:608:5.

§ 14.º Com o Expediente da Fabrica de Lapidação de Diamantes, rs. 5:000:5.

§ 15.º Com as obras, deduzido 20:000:5 da Casa da Moeda, e supprimidas as do Trapiche, rs. 37:000:5.

§ 16.º Com a Typographia Nacional, rs. 5:000:5.

§ 17.º Com despesas eventuaes, 150:000:5.

§ 18.º Com a despesa que antigamente se chamava do Bolsinho, rs. 5:228:5430.

Somma 3,567:427:5206.

Na Provincia do Espirito Santo.

§ 19.º Com a Junta da Fazenda e seu Expediente, rs. 5:510:5.

§ 20.º Com obras e outras despesas eventuaes, 600:5.

Somma 4:110:5.

Na Provincia da Bahia.

§ 21.º Com a Divida Externa, Libras 70,000 ao cambio orçado de 50, rs. 356:000:5.

§ 22.º Com a Junta da Fazenda, seu Expediente, e outros de Administração de Rendas, rs. 27:655:5060.

Supprimidos 1:675:5200 de vencimentos extraordinarios de escripturação da Junta, e ficando sujeitos á decisão da Assembléa Geral as apresentatorias que ainda não tenham obtido a necessaria approvação.

§ 23.º Com a Alfandega e seu Expediente, rs. 27:143:5965.

§ 24.º Com a Casa da Moeda, supprimido o Expediente e custo de chapinhas de color, rs. 10:640:5100.

§ 25.º Com ordenallos de Empregados avulsos e da extincta Inspeção, rs. 3:500:5.

§ 26.º Com pensões e tenças, supprimida a pensão que ainda não obteve a approvação da Assembléa, rs. 4:091:5800.

§ 27.º Portes de Cartas aos Paquetes Ingleses, rs. 203:5706.

§ 28.º Com o pagamento dos proprietarios portuguezes, de despesas eventuaes, supprimidos os rebates de bilhetes da Alfandega, rs. 48:000:5.

Somma 457:012:5631.

Na Provincia de Sergipe.

§ 29.º Com a Administração de Rendas e seu Expediente, rs. 5:729:5800.

§ 30.º Com pensões, rs. 253:5600.

§ 31.º Com despesas eventuaes, supprimidos rebates de bilhetes e commissão de Agentes na Bahia, 315:5687.

Somma 4:279:5087.

Na Provincia das Alagoas.

§ 32.º Com a Junta da Fazenda, Administração de Rendas e seus Expedientes, rs. 5:675:5324.

§ 33.º Com a Alfandega e seus Expedientes, rs. 780:5770.

Somma 6:454:5094.

Na Provincia de Pernambuco.

§ 34.º Com a Divida Externa, Libras 60,000 calculado o cambio a 55, rs. 261:818:5181.

§ 35.º Com a Junta da Fazenda, Administração e Arrecadação de Rendas, rs. 22:200:5.

§ 36.º Com a Alfandega, rs. 14:775:5440.

§ 37.º Com Expediente e costeios das Officinas Fiscaes, rs. 6:299:5076.

§ 38.º Com os Empregados da extincta Mesa da Inspeção, rs. 770:5.

§ 39.º Com aposentados e pensões, ficando

sujeitas á decisão da Assembléa Geral as mercês que carecem da sua approvação, rs. 5:548\$480.

§ 43. Com despesas eventuaes, rs. 48:000\$.
Somma 559:211\$177.

Na Provincia do Rio Grande do Norte.

§ 41. Com a Junta da Fazenda, Alfandega Expediente, rs. 3:840\$.

Na Provincia da Parahyba.

§ 42. Com a Junta da Fazenda, Alfandega e Expedientes, rs. 11:991\$159.

Deduzidos 2:535\$353 do ordenado de 4 mezes do Escrivão da Junta, Membro do Corpo Legislativo, feito o desconto da quinta parte que deve perceber o Serventuario.

Na Provincia do Ceará.

§ 43. Com a Junta da Fazenda, Alfandega e Expedientes, rs. 9:589\$250.

§ 44. Com as obras e mais despesas eventuaes, deduzidos destas 2:475\$, rs. 2:326\$600.
Somma 11:915\$850.

Na Provincia do Piahy.

§ 45. Com a Junta da Fazenda, Administração e seus Expedientes 15:564\$128.

§ 46. Com a Alfandega e seu Expediente, rs. 1:522\$815.

Somma 15:086\$941.

Na Provincia do Maranhão.

§ 47. Com a Divida Externa. Libras 50,000 ao cambio calculado de 50, rs. 240:000\$.

§ 48. Com a Junta da Fazenda, Administração e seus Expedientes, rs. 12:228\$760.

Supprimidos 550\$ no Expediente.

§ 49. Com a Alfandega e seu Expediente, supprimidos neste 150\$, rs. 5:153\$.

§ 50. Com os Aposentados, rs. 790\$.

§ 51. Com obras e outras despesas eventuaes, rs. 3:700\$.

Somma rs. 262:261\$760.

Na Provincia do Pará.

§ 52. Com a Junta da Fazenda, Provedorias, Administrações e seus Expedientes, réis 21:282\$480.

Supprimidos 358\$400 com o viveiro das Espectarias, abonada na Repartição do Imperio, 800\$ de hum Thesoureiro Geral, aposentado pela Junta, e 600\$ de hum Recebedor, aposentado por Decreto de 11 de Fevereiro de 1829, enquanto não approvada a mercê pela Assembléa Geral.

§ 53. Com a Alfandega e seu Expediente, rs. 5:654\$200.

Somma, rs. 27:916\$680.

Na Provincia de S. Paulo.

§ 54. Com a Junta da Fazenda, Alfandega e Administrações, supprimidas as gratificações a Escreventes, rs. 50:785\$724.

§ 55. Com os diversos Expedientes e manu-

tenções dos Escravos da Fazenda Nacional, rs. 5:540\$.

Supprimidos 2:000\$ dos Expedientes.

§ 56. Com obras e outras despesas eventuaes, rs. 1:000\$.

Somma, rs. 37:525\$724.

Na Provincia de Santa Catharina.

§ 57. Com a Junta da Fazenda e seu Expediente, rs. 3:360\$.

§ 58. Com despesas eventuaes, rs. 360\$.

Somma, rs. 3:720\$.

Na Provincia do Rio Grande do Sul.

§ 59. Com a Junta da Fazenda, Administrações de Rendas e Expedientes, supprimidos nestes 600\$, rs. 10:730\$760.

§ 60. Com as Alfandegas e seus Expedientes, supprimidos nestes 1:200\$, rs. 12:691\$600.

§ 61. Com a pensão, ficando sujeita á approvação da Assembléa Geral, rs. 240\$.

§ 62. Para obras e outras despesas eventuaes, rs. 4:800\$.

Somma, rs. 27:805\$560.

Na Provincia de Minas Geraes.

§ 63. Com a Junta da Fazenda, Registros, Administrações e Expedientes, rs. 40:296\$520.

§ 64. Com a Administração Diamantina e seu Expediente, rs. 5:740\$.

§ 65. Com as Intendencias do Ouro, Salitre e seu Expediente, supprimidos 600\$ do Fiscal do Ouro Preto, rs. 26:850\$.

§ 66. Pensões, supprimidas as de Roque Schuch e Antonio Gomes Leal, enquanto não forem approvadas pela Assembléa Geral, outra que já foi desaprovada, rs. 2:58\$500.

§ 67. Com os aposentados, supprimidos 1:200\$ do Escrivão da Junta, enquanto não for approvada a mercê pela Assembléa, rs. 720\$.

§ 68. Com o supplemento á Administração Diamantina do Tejuco, rs. 48:000\$.

§ 69. Com obras, conduções de cabedaeas e outras despesas eventuaes, supprimidas as terças partes das Camaras da Campanha e Baependy, o Imposto do Banco, Capella Imperial, etc., que são recéita da Provincia, rs. 7:007\$546.

Somma, rs. 150:952\$566.

Na Provincia de Goyaz.

§ 70. Com a Junta da Fazenda, supprimidos 600\$ do Empregado na liquidação da Divida, e 799\$ de Empregos creados pela Junta, rs. 4:781\$.

§ 71. Com a Casa da fundição de ouro, rs. 3:440\$.

§ 72. Com expedientes e costeios de Administrações, rs. 9:052\$.

§ 73. Com conduções e outras despesas eventuaes, rs. 900\$.

Somma, rs. 18:155\$.

Na Provincia de Mato Grosso.

§ 74. Com a Junta da Fazenda, Provedoria e expedientes, rs. 6:261\$112.

§ 75. Com Intendencia do ouro, Casa da Moeda e expedientes, rs. 5:752\$36.

§ 76. Reposições e mais despesas eventuaes, rs. 4:006\$427.

Somma, 14:000\$.

Total, 4,965:493\$255.

CAPITULO 2.º — Disposições communs.

Art. 21. Fica suspenso o corte do pão brazil, e sua despesa até o fim de Junho de 1832.

Art. 22. Ficão igualmente suspensos os provimentos dos empregos que vagarem nas Intendencias do Ouro e Casas da Moeda, enquanto a Assembléa Geral não regular estas Repartições, servindo nas vagas, interinamente, aquelles dos Empregados existentes que para isso nomear o Governo.

Art. 23. Ficão supprimidas as despesas com as Typographias Nacionais das Provincias, as quaes serão vendidas em hasta publica, e seu producto entrará em Receita nos respectivos cofres.

Art. 24. O Governo he autorizado para estabelecer Mesas de Diversas Rendas nas Provincias em que as julgar necessarias, refundindo nellas a Mesa da Exportação da Bahia, e as Alfandegas do Dizimo e algodão da Provincia de Pernambuco, e a do Dizimo e Algodão do Maranhão, que ficão extinctas.

Art. 25. A cargo destas Mesas fica a arrecadação dos Direitos que arrecada a Mesa de Diversas Rendas desta Cidade, os que arrecadavão as extinctas Mesas de Inspecção, e os que o Governo lhes incumbir, refundindo nestas Repartições Fiscaes, incumbidas desta arrecadação no mesmo lugar, e addindo ás Repartições que entender conveniente, os Empregados vitalicios que não entrarem nesta nova organização, enquanto não tiverem outro emprego.

Art. 26. O numero dos Empregos destas Mesas não poderá exceder o marcado no Decreto de 4 de Fevereiro de 1823, que organisou a Mesa das Diversas Rendas desta Cidade.

Art. 27. Os Presidentes em Conselho marcarão interinamente os vencimentos dos Empregados das Mesas que forem creadas.

Art. 28. Na Sessão do anno futuro, o Governo dará conta á Assembléa Geral das Mesas que tiver creado para final approvação.

TITULO 7.º — Da Receita.

Art. 29. A Receita do Imperio no futuro anno financeiro he orçada em 15,000:000\$.

Art. 30. Compreendem-se na Receita orçada no art. antecedente :

§ 1.º Os juros de 240,000 Libras esterlinas em apolices do primeiro Empréstimo Brasileiro, pertencentes ao Thesouro Publico.

§ 2.º Os dinheiros existentes do ultimo Empréstimo Brasileiro, e os seus juros, quando o Governo julgar interessante a operação indicada no art. 31 § 1.º.

§ 3.º A importancia da terça parte do pão brazil que o Thesouro Publico tinha em Londres em Maio de 1830.

§ 4.º A importancia da divida activa que for effectivamente cobrada.

§ 5.º Quando se costuma contemplar até o presente, debaixo do titulo de Receita Extraordinaria.

§ 6.º As Rendas e Contribuições Publicas que o Governo fica por esta Lei autorizado a perceber, durante o mencionado anno financeiro, qualquer que seja a denominação e applicação dellas, huma vez que tenham sido reconhecidas pela Assembléa Geral.

§ 7.º O Rendimento da Junta do Commercio.

Art. 31. Não são comprehendidos na Receita orçada no art. 29 :

§ 1.º Os dinheiros destinados ao pagamento do Empréstimo Portuguez que estão em deposito ou os juros que renderem, se o Governo julgar conveniente emprega-los em Apolices do mesmo Empréstimo, ou de outro qualquer.

§ 2.º A importancia da moeda de cobre.

Art. 32. O Balanço Geral da Receita sera d'ora em diante apresentado pela maneira seguinte :

A 1.ª columna designará a contribuição ou renda publica.

A 2.ª a Lei ou Ordem que a creou.

A 3.ª a sua importancia orçada.

A 4.ª a sua importancia arrecadada.

A 5.ª quanto se deixou de arrecadar.

A 6.ª conterá as observações que o Ministro da Fazenda houver de fazer, sobre o estado da cobrança ou outras quaesquer.

Art. 33. Nos annos futuros, o Ministro da Fazenda apresentará hum quadro da Receita da Provincia do Rio de Janeiro até Abril exclusive, e o da Receita das outras Provincias, que constar dos Balanços e Balancetes recebidos até o fim de Março.

Art. 34. Ficão em vigor até o fim de Junho de 1832 as Leis que mandirão arrematar metade dos direitos das Alfandegas e dos Consulados de Sabida, com a declaração de que poderá arrematar-se até a terça parte dos direitos da Alfandega da Cidade da Bahia, e até a quarta parte dos direitos da Alfandega desta Cidade, quando assim convenha aos interesses nacionaes ou seja necessario para facilitar-se a arrematação.

Art. 35. As sobras da Receita da quantia de 2,165:173\$096 serão applicadas ao resgate de Notas do Banco, na forma da Lei de 25 de Setembro de 1829, que o não prorogou; e o resto ao das Cédulas da Bahia e referidas Notas do Banco, em partes iguaes, enquanto por hum acto legislativo se lhes não der mais amplo desenvolvimento.

TITULO 8.º

Art. 36. Todas as Repartições por onde se arrecadão e despendem dinheiros nacionaes prestarão contas no Thesouro, as quaes farão parte das que deve apresentar o Ministro da Fazenda com o Orcamento Geral.

Art. 37. Aos Empregados que recebem ordenados adiantados, e forem promovidos ou mudados para outros empregos, ou por qualquer

tulo passarem a perceber outros vencimentos, descontar-se-ha o que tiverem percebido adiantado.

Art. 38. Cada huma das Camaras poderá instituir Comissões de Exame de quaesquer Repartições Publicas, para obter os conhecimentos indispensaveis ao desempenho das suas augustas funcções, e as nomeará d'entre os seus Membros por escrutinio secreto.

Art. 39. Os Balanços da Despeza serão d'ora em diante apresentados pela maneira seguinte:

A 1.^a columna designará o emprego ou objecto da despeza.

A 2.^a a Lei ou ordem que o autorizou.

A 3.^a o quantitativo pago ou comprado.

A 4.^a quanto ficou restando o Thesouro Publico.

A 5.^a o augmento da despeza.

A 6.^a a sua diminuição.

A 7.^a as observações convenientes.

Art. 40. Os Orçamentos da Receita e Despeza serão apresentados pelo mesmo methodo marcado para os Balanços, no que lhes for applicavel.

Art. 41. O Orçamento da Fazenda, e as Informações para as fixações das forças de mar e terra, serão apresentados d'ora em diante impressos na Camara dos Deputados até o dia 8 de Maio.

Art. 42. Os Ministros e Secretarios de Estado dos Negocios do Imperio, Justiça, Fazenda, Guerra, Estrangeiros e Marinha, apresentarão d'ora em diante, na Camara dos Deputados, até o dia 15 de Maio, relatorios impressos, nos quaes mui circumstanciadamente exponhão o estado dos Negocios a cargo de cada Repartição, as medidas tomadas para o desempenho dos seus deveres, e a necessidade ou utilidade do augmento ou diminuição de suas respectivas despesas.

Art. 43. Serão apresentados por copia, até o dia 6 de Dezembro, aos Conselhos Geraes, os Balanços da Receita e Despeza, e os Orçamentos das respectivas Províncias, e se lhes ministrarão os esclarecimentos que os mesmos Conselhos julgarem necessarios para as rellexões e representações que a tal respeito tiverem de dirigir á Assembléa Geral e ao Poder Executivo.

Art. 44. Não compete aos Procuradores das Camaras Municipaes commissão alguma pelas quantias que receberem dos Cofres Publicos, por esta, ou outra Lei ou ordem, consignadas extraordinariamente para auxilio das despesas municipaes.

Art. 45. A excepção dos empregos dos Officiaes-Maiores das Secretarias de Estado, não se preencherão os lugares que vagarem da data desta Lei em diante, sem que a Assembléa Geral regule as ditas Secretarias.

Art. 46. Ficão abolidos os Direitos de 15 por cento que pagão em algumas Alfandegas do Imperio as produções brasileiras, quando transportadas de huns para outros Portos da mesma Província.

Art. 47. Esta Lei principiará a ter execução desde já, em tudo que fôr possível, e para o que he o Governo autorisado a perceber as rendas e

contribuições publicas, qualquer que seja sua, denominação ou applicação, e a fazer as despesas decretadas por esta Lei.

Art. 48. Ficão revogadas as Leis e Ordens em contrario.

Mandamos, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 15 dias do mez de Dezembro de 1830, 9.^o da Independencia e do Imperio.—IMPERADOR com rubrica e guarda. (L. S.)—Antonio Francisco de Paula e Hollandi Cavalcanti de Albuquerque. — *Ccm os registos competentes.*

DECRETO DE 15 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute o que resolveu a Assembléa Geral Legislativa sobre a Resolução do Conselho Geral da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul.

A povoação da freguezia de Piratinim fica creada villa, com a denominação de Villa do Piratinim, com hum Juiz Ordinario, hum Tabellião do Publico, Judicial e Notas, hum Escrivão de Orphãos, que tambem servirá de Inquiridor.

Seu districto comprehende os limites da mesma Freguezia, os da de Cangussu e da Capella do Serrito, a parte do districto de Bagé até Pirahy, seguindo a Coxilha de S. Sebastião até as pontas de Camacuan Chico.

José Antonio da Silva Maia, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 15 de Dezembro de 1830, 9.^o da Independencia e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. I.—José Antonio da Silva Maia.

DECRETO DE 15 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute o que resolveu a Assembléa Geral Legislativa sobre a Resolução do Conselho Geral da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul.

Art. 1.^o Todo o Estancieiro terá seu gado costeadno termo de dous annos.

Art. 2.^o Haverá dia marcado na semana para os rodeios, com obrigação de os dar aos seus vizinhos e qualquer pessoa nisso interessada, provada a necessidade. Os que se negarem sem justa causa pagarão, além do damno que resultar, huma multa de 4 até 40\$, julgada pelo Juiz de Paz respectivo, que ouvirá primeiramente as partes, inquirindo até tres testemunhas. Cada vizinho he obrigado a costear os gados que apartar em rodeios alheios, em modo que ali não voltem, sob pena de responder pelos damnos que dahi se seguirem.

Art. 3.^o O Juiz de Paz das Freguezias e Curatos respectivos terão hum livro em que farão lançar os nomes dos Estancieiros do seu districto, com declaração da porção de terras que possuem, numero dos gados e marcas respectivas.

Art. 4.^o O mesmo Juiz de Paz fará lotar por louvados o que cada hum dos campos pode crear e conservar.

Art. 5.º Havendo na estancia mais gado que a lotação permite, o Estancieiro disporá d'elle, retirando o excesso no termo de seis mezes.

Art. 6.º Todo o gado alçado, passados dous annos, e assim o excedente da lotação, depois de seis mezes serão sequestrados e postos em hasta publica, e seu producto applicado para a creação dos expostos.

Art. 7.º O Juiz de Paz remetterá a Camara do districto a relação das estancias alcadas passados os dous annos, e daquellas que depois dos seis mezes conservarem maior numero que o da lotação, e fará observar o artigo 2.º.

Art. 8.º A Camara fará requerer ao Juiz Territorial o cumprimento do artigo 6.º.

O Visconde de Alcantara, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 15 de Dezembro de 1830, 9.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Visconde de Alcantara.

CARTA DE LEI DE 16 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

D. Pedro etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou e nós queremos a lei seguinte:

CODIGO CRIMINAL DO IMPERIO DO BRAZIL.

PARTE PRIMEIRA.

Des crimes e das penas.

TITULO 1.º — Dos crimes.

CAPITULO 1.º — Dos crimes e dos criminosos.

Art. 1.º Não haverá crime ou delicto (palavras synonymas neste código) sem huma lei anterior que o qualifique.

Art. 2.º Julgar-se-ha crime ou delicto:

1.º Toda a acção ou omissão voluntaria contraria ás leis actuaes.

2.º A tentativa do crime, quando for manifestada por actos exteriores e principio de execução que não teve effeito por circumstancias independentes da vontade do delinquente.

Não será punida a tentativa de crime ao qual não esteja imposta maior pena que a de dous mezes de prisão simples ou de desterro para fóra da Comarca.

3.º O abuso de poder, que consiste no uso do poder conferido por lei contra os interesses publicos ou em prejuizo de particulares, sem que a utilidade publica o exija.

4.º A ameaça de fazer algum mal a alguém.

Art. 3.º Não haverá criminoso ou delinquente sem má fé, isto he, sem conhecimento do mal e intenção de o praticar.

Art. 4.º São criminosos como autores os que commetterem, constrangerem ou mandarem alguém commetter crimes.

Art. 5.º São criminosos, como complices, todos os mais que directamente concorrerem para e commetterem crimes.

Art. 6.º Serão tambem considerados complices.

1.º Os que receberem, occultarem ou comprarem cousas obtidas por meios criminosos, sabendo que o forão, ou devendo sabe-lo em razão da qualidade ou condição das pessoas de quem as receberão ou comprarão.

Art. 2.º Os que derem asylo ou prestarem sua casa para reunião de assassinos ou roubadores, tendo conhecimento do que commettem ou pretendem commetter taes crimes.

Art. 7.º Nos delictos de abuso da liberdade de communicar os pensamentos, são criminosos e por isso responsaveis:

1.º O impressor, gravador ou lithographo, os quaes ficarão isentos de responsabilidade, mostrando por escripto obrigação de responsabilidade do editor, sendo esta pessoa conhecida, residente no Brazil, que esteja no gozo dos direitos politicos, salvo quando escrever em causa propria, caso em que se não exige esta ultima qualidade.

2.º O Editor que se obrigou, o qual ficará isento de responsabilidade mostrando obrigação pela qual o autor se responsabilise, tendo este as mesmas qualidades exigidas no editor para escusar o impressor.

3.º O autor que se obrigou.

4.º O vendedor e o que fizer distribuir os impressos ou gravuras, quando não constar quem he o impressor ou este for residente em paiz estrangeiro, ou quando os impressos ou gravuras já tiverem sido condemnados por abuso e mandados supprimir.

5.º Os que communicarem por mais de 15 pessoas os escriptos não impressos, se não provarem quem he o autor e que circularão com o seu consentimento: provando estes requisitos, será responsavel somente o autor.

Art. 8.º Nestes delictos não se dá complicitade; e, para seu julgamento, os escriptos e discursos em que forem commettidos serão interpretados segundo as regras de boa hermeneutica, e não por phrases isoladas e deslocadas.

Art. 9.º Não se julgarão criminosos:

1.º Os que imprimirem e de qualquer modo fizerem circular as opiniões e os discursos enunciados pelos Senadores ou Deputados no exercicio de suas funcções, comtanto que não sejam alterados essencialmente na substancia.

2.º Os que fizerem analyses razoaveis dos principios e usos religiosos.

3.º Os que fizerem analyses razoaveis da Constituição, não se atacando as suas bases fundamentaes; e das leis existentes, não se provocando a desobediencia a ellas.

4.º Os que censurarem os actos do Governo e da Publica Administração em termos, posto que vigorosos, decentes e comedidos.

Art. 10. Tambem não se julgarão criminosos:

1.º Os menores de 14 annos.

2.º Os loucos de todo o genero, salvo se tiverem lucidos intervallos, e nelles commetterem o crime.

3.º Os que commetterem crimes violentos por força ou por modo irresistiveis.

4.º Os que commetterem crimes casualmente no exercicio ou pratica de qualquer acto licito feito com a tenção ordinaria.

Art. 11. Posto que os mencionados no artigo antecedente não possam ser punidos, os seus bens contudo serão sujeitos á satisfação do mal causado.

Art. 12. Os loucos que tiverem commettido crimes serão recolhidos ás casas para elles destinadas ou entregues ás suas familias, como ao Juiz parecer mais conveniente.

Art. 13. Se se provar que os menores de 14 annos que tiverem commettido crimes obrarão com discernimento, deverão ser recolhidos ás Casas de Correção, pelo tempo que ao Juiz parecer, contanto que o recolhimento não exceda a idade de 17 annos.

CAPITULO 2.º — Dos crimes justificaveis.

Art. 14. Será o crime justificavel e não terá lugar a punição d'elle :

1.º Quando fór feito pelo delinquente para evitar mal maior.

Para que o crime seja justificavel, neste caso deverão intervir conjuntamente a favor do delinquente os seguintes requisitos : 1.º certeza do mal que se propóz evitar; 2.º falta absoluta de outro meio menos prejudicial; 3.º probabilidade da efficacia do que se empregou.

2.º Quando fór feito em defesa da propria pessoa ou de seus direitos.

3.º Quando fór feito em defesa da familia do delinquente.

Para que o crime seja justificavel, nestes dous casos, deverão intervir conjuntamente os seguintes requisitos : 1.º certeza do mal que os delinquentes se propozerão evitar; 2.º falta absoluta de outro meio menos prejudicial; 3.º o não ter havido da parte delles ou de suas familias provocação ou delicto que occasionasse o conflicto.

4.º Quando fór feito em defesa da pessoa de hum terceiro.

Para que o crime seja justificavel, neste caso deverão intervir conjuntamente a favor do delinquente os seguintes requisitos : 1.º certeza do mal que se propóz evitar; 2.º que este fosse maior ou pelo menos igual ao que se causou; 3.º falta absoluta de outro meio menos prejudicial; 4.º probabilidade da efficacia do que se empregou.

Reputar-se-ha feito em propria defesa ou de hum terceiro o mal causado na repulsa dos que de noite entrarem ou tentarem entrar nas casas em que alguém morar ou estiver, ou nos edificios ou pateos fechados a ellas pertencentes, não sendo casos em que a lei o permite.

5.º Quando fór feito em resistencia á execução de ordens illegaes, não se excedendo os meios necessarios para impedi-la.

6.º Quando o mal consistir no castigo moderado que os pais derem a seus filhos, os senhores a seus escravos e os mestres a seus discipulos, ou desse castigo resultar, hũa vez que a qualidade d'elle não seja contraria ás leis em vigor.

CAPITULO 3.º — Das circumstancias aggravantes e attenuantes dos crimes.

Art. 15. As circumstancias aggravantes e attenuantes dos crimes influirão na aggravação ou attenuação das penas com que hão de ser punidos dentro dos limites prescriptos na lei.

SECÇÃO 1.ª

Art. 16. São circumstancias aggravantes:

1.º Ter o delinquente commettido o crime de noite ou em lugar ermo.

2.º Ter o delinquente commettido o crime com veneno, incendio ou inundação.

3.º Ter o delinquente reincidido em delicto da mesma natureza.

4.º Ter sido o delinquente impellido por hum motivo reprovado ou frivolo.

5.º Ter o delinquente faltado ao respeito devido á idade do offendido, quando este fór mais velho, tanto que possa ser seu pai.

6.º Haver no delinquente superioridade em sexo, forças ou armas, de maneira que o offendido não podesse defender-se com probabilidade de repellar a offensa.

7.º Haver no offendido a qualidade de ascendente, mestre ou superior do delinquente, ou qualquer outra que o constitua, a respeito deste, em razão de pai.

8.º Dá-se no delinquente a premeditação, isto he, designio formado antes da acção de offender individuo certo ou incerto.

Haverá premeditação quando entre o designio e a acção decorrerem mais de 24 horas.

9.º Ter o delinquente procedido com fraude.

10.º Ter o delinquente commettido o crime com abuso de confiança nelle posta.

11.º Ter o delinquente commettido o crime por paga ou esperanza de alguma recompensa.

12.º Ter precedido ao crime a emboscada, por ter o delinquente esperado o offendido em hum ou diversos lugares.

13.º Ter havido arrombamento para a perpetração do crime.

14.º Ter havido entrada ou tentativa para entrar em casa do offendido, com intento de commetter o crime.

15.º Ter sido o crime commettido com sorpresa.

16.º Ter o delinquente, quando commetteu o crime, usado de disfarce para não ser conhecido.

17.º Ter precedido ajuste entre dous ou mais individuos para o fim de commetter-se o crime.

Art. 17. Tambem se julgarão aggravados os crimes:

1.º Quando, além do mal do crime, resultar outro mal ao offendido ou á pessoa de sua familia.

2.º Quando a dor physica fór augmentada, mais que o ordinario, por alguma circumstancia extraordinaria.

3.º Quando o mal do crime fór augmentado por alguma circumstancia extraordinaria de ignominia.

4.º Quando o mal do crime fôr augmentado pela natureza irreparavel do damno.

5.º Quando pelo crime se augmentar a afflicção do afflicto.

SECÇÃO 2.ª

Art. 18. São circumstancias attenuantes dos crimes :

1.º Não ter havido no delinquente pleno conhecimento do mal e directa intenção de o praticar.

2.º Ter o delinquente commettido o crime para evitar maior mal.

3.º Ter o delinquente commettido o crime em defesa da propria pessoa ou de seus direitos, em defesa de sua familia ou de hum terceiro.

4.º Ter o delinquente commettido o crime em desaffronta de alguma injuria ou deshonor que lhe fosse feita, ou a seus ascendentes ou descendentes, conjuge ou irmãos.

5.º Ter o delinquente commettido o crime oppondo-se á execução de ordens illegaes.

6.º Ter precedido aggressão da parte do offendido.

7.º Ter o delinquente commettido o crime attenuado de ameaças.

8.º Ter sido provocado o delinquente.

A provocação será mais ou menos attendivel segundo fôr mais ou menos grave, mais ou menos recente.

9.º Ter o delinquente commettido o crime no estado de embriaguez.

Para que a embriaguez se considere circumstancia attenuante, deverão intervir conjunctamente os seguintes requisitos : 1.º, que o delinquente não tivesse antes della formado o projecto do crime; 2.º, que a embriaguez não fosse procurada pelo delinquente como meio de o animar á perpetração do crime; 3.º, que o delinquente não seja costumado em tal estado a commetter crimes.

10. Ser o delinquente menor de 21 annos.

Quando o Réo fôr menor de 17 annos e maior de 14 poderá o Juiz, parecendo-lhe justo, impôr-lhe as penas da complicitade.

SECÇÃO 3.ª

Art. 19. Influirá tambem na aggravação ou attenuação do crime a sensibilidade do offendido.

Art. 20. As circumstancias mencionadas neste Capitulo deverão ser provadas, e na duvida impôr-se-ha a pena no grão medio.

CAPITULO 4.º — Da satisfação.

Art. 21. O delinquente satisfará o damno que causar com o delicto.

Art. 22. A satisfação será sempre a mais completa que fôr possível, sendo no caso de duvida á favor do offendido.

Para este fim o mal que resultar á pessoa e bens do offendido será avaliado em todas as suas partes e consequencias.

Art. 23. No caso de restituição, far-se-ha esta da propria cousa com indemnisação dos deterioramentos, e, na falta della, do seu equivalente.

Art. 24. Se a propria cousa estiver em poder de terceiro, será este obrigado a entrega-la, havendo a indemnisação pelos bens do delinquente.

Art. 25. Para se restituir o equivalente, quando não existir a propria cousa, será esta avaliada pelo seu preço ordinario e pelo de affeição com que este não exceda á somma daquelles.

Art. 26. Na satisfação se comprehenderão não só os juros ordinarios, os quaes se contarão na proporção do damno causado, e desde o momento do crime, mas tambem os juros compostos.

Art. 27. Quando o crime fôr commettido por mais de hum delinquente, a satisfação será á custa de todos, ficando porém cada hum delles solidariamente obrigado, e para esse fim se haverão por especialmente hypothecados os bens dos delinquentes desde o momento do crime.

Art. 28. Serão obrigados á satisfação, posto que não sejam delinquentes :

1.º O senhor pelo escravo até o valor deste.

2.º O que gratuitamente tiver participado dos productos do crime até á concorrente quantia.

Art. 29. A obrigação de satisfazer o damno na forma dos artigos antecedentes, passa aos herdeiros dos delinquentes até o valor dos bens herdados, e o direito de haver a satisfação passa aos herdeiros dos offendidos.

Art. 30. A completa satisfação do offendido preferirá sempre ao pagamento das multas a que tambem ficarão hypothecados os bens dos delinquentes, na forma do artigo 27.

Art. 31. A satisfação não terá lugar antes da condemnação do delinquente por sentença em juizo criminal, passado em julgado. Exceptua-se :

1.º O caso da ausencia do delinquente em que se poderá demandar e haver a satisfação por meio de acção civil.

2.º O caso em que o delinquente tiver fallecido depois da pronuncia, no qual poderá haver-se dos herdeiros a satisfação por meio de acção civil.

3.º O caso em que o offendido preferir o uso da acção civil contra o delinquente.

Art. 32. Em todo o caso, não tendo o delinquente meios para a satisfação, dentro em 8 dias que lhe serão assignados, será condemnado á prisão com trabalho pelo tempo necessario para ganhar a quantia da satisfação.

Esta condemnação porém ficará sem effeito logo que o delinquente, ou alguem por elle, satisfizer ou prestar fiança idonea ao pagamento em tempo razoavel, ou o offendido se der por satisfeito.

TITULO 2.º — Das penas.

CAPITULO 1.º — Da qualidade das penas e da maneira como se hão de impôr e cumprir.

Art. 33. Nenhum crime será punido com penas que não estejam estabelecidas nas leis nem com mais ou menos daquellas que estiverem decretadas para punir o crime no grão maximo, medio ou minimo, salvo o caso em que aos Juizes se permittir arbitrio.

Art. 34. A tentativa a que não estiver impo-

ta pena especial será punida com as mesmas penas do crime, menos a terça parte em cada hum dos grãos.

Se a pena fôr de morte, impôr-se-ha ao culpado de tentativa no mesmo grau a de galês perpetua. Se fôr de galês perpetuas ou de prisão perpetua, com trabalho ou sem elle, impôr-se-ha a de galês por 20 annos, ou de prisão com trabalho ou sem elle por 20 annos. Se fôr de banimento, impôr-se-ha a de desterro para fóra do imperio por vinte annos. Se fôr de degredo ou desterro perpetuo, impôr-se-ha a de degredo ou desterro por 20 annos.

Art. 35. A complicitade será punida com as penas da tentativa; e a complicitade da tentativa com as mesmas penas desta, menos a terça parte, conforme a regra estabelecida no artigo antecedente.

Art. 36. Nenhuma presumpção, por mais vehemente que seja, dará motivo para imposição de pena.

Art. 37. Não se considera pena a prisão do indiciado de culpa para prevenir a fuga, nem a suspensão dos Magistrados decretada pelo Poder Moderador, na forma da Constituição.

Art. 38. A pena de morte será dada na forca.

Art. 39. Esta pena, depois que se tiver tornado irrevogável a Sentença, será executada no dia seguinte ao da intimação, a qual nunca se fará na véspera de Domingo, Dia Santo ou de Festa Nacional.

Art. 40. O Réo com o seu vestido ordinario e preso será conduzido pelas ruas mais publicas até a forca, acompanhado do Juiz Criminal do lugar onde estiver, com o seu Escrivão, e da forca militar que se requisitar.

Ao acompanhamento precederá o Porteiro, lendo em voz alta a Sentença que se fôr executar.

Art. 41. O Juiz Criminal que acompanhar presidirá a execução até que se ultime; e o seu Escrivão passará certidão de todo este acto, a qual se juntará ao processo respectivo.

Art. 42. Os Corpos dos enforcados serão entregues a seus parentes ou amigos, se os pedirem aos Juizes que presidirem a execução; mas não po lerão enterra-los com pompa, sob pena de prisão por 1 mez a 1 anno.

Art. 43. Na mulher prenhe não se executará a pena de morte, nem mesmo ella será julgada, em caso de a merecer, senão 40 dias depois do parto.

Art. 44. A pena de galês sujeitará os réos a andarem com calçeta no pé e corrente de ferro, juntos ou separados, e a empregarem-se nos trabalhos publicos da Provincia onde tiver sido committido o delicto, á disposição do Governo.

Art. 45. A pena de galês nunca será imposta:
1.º A's mulheres, as quaes, quando tiverem committido crimes, para que esteja estabelecida esta pena, serão condemnadas pelo mesmo tempo á prisão em lugar e com serviço analogo ao seu sexo.

2.º Aos menores de 21 annos e maiores de 60,

aos quaes se substituirá esta pena pela de prisão com trabalho pelo mesmo tempo.

Quando o condemnado a galês, estando no cumprimento da pena, chegar á idade de 60 annos, ser-lhe-ha esta substituida pela de prisão com trabalho por outro tanto tempo quanto ainda lhe faltar para cumprir.

Art. 46. A pena de prisão com trabalho obrigará aos réos a occuparem-se diariamente no trabalho que lhes fôr destinado dentro do recinto das prisões, na conformidade das Sentenças e dos Regulamentos policiaes das mesmas prisões.

Art. 47. A pena de prisão simples obrigará aos réos a estarem reclusos nas prisões publicas pelo tempo marcado nas sentenças.

Art. 48. Estas penas de prisão serão cumpridas nas prisões publicas que offerecerem maior commodidade e segurança, e na maior proximidade que fôr possível dos lugares dos delictos, devendo ser designadas pelos Juizes nas Sentenças.

Quando porém fôr de prisão simples, que não exceda a 6 mezes, cumprir-se-ha em qualquer prisão que haja no lugar da residencia do réo ou em algum outro proximo, devendo fazer-se na Sentença a mesma designação.

Art. 49. Emquanto se não estabelecerem as prisões com as commodidades e arranjos necessarios para o trabalho dos réos, as penas de prisão com trabalho serão substituidas pela de prisão simples, accrescentando-se em tal caso a esta mais a sexta parte do tempo por que aquellas deverião impôr-se.

Art. 50. A pena de banimento privará para sempre os réos dos direitos de Cidadão Brasileiro, e os inhibirá perpetuamente de habitar o territorio do Imperio.

Os banidos que voltarem ao territorio do Imperio serão condemnados á prisão perpetua.

Art. 51. A pena de degredo obrigará os réos a residir no lugar destinado pela Sentença, sem poderem sahir delle, durante o tempo que a mesma lhes marcar.

A Sentença nunca destinará para degredo lugar que se comprehenda dentro da Comarca em que morar o offendido.

Art. 52. A pena de desterro, quando outra declaração não houver, obrigará os réos a sahir dos termos dos lugares do delicto, da sua principal residencia e da principal residencia do offendido, e a não entrar em algum delles durante o tempo marcado na sentença.

Art. 53. Os condemnados a galês, a prisão com trabalho, a prisão simples, a degredo ou a desterro, ficarão privados do exercicio dos direitos Politicos de Cidadão Brasileiro, emquanto durarem os effeitos da condemnação.

Art. 54. Os condemnados a galês, a prisão com trabalho ou a prisão simples que fugirem das prisões; os degradados que sahirem do lugar do degredo, e os desterrados que entrarem no lugar de que tiverem sido desterrados, antes de satisfeita a pena, serão condemnados na terça parte mais do tempo da primeira condemnação.

Art. 55. A pena de multa obrigará os réos ao

pagamento de huma quantia pecuniaria, que será sempre regulada pelo que os condemnados poderão haver em cada hum dia pelos seus bens, empregos ou industria, quando a lei especificadamente a não designar de outro modo.

Art. 56. As multas serão recolhidas aos Cofres das Camaras Municipaes; e os condemnados que, podendo, as não pagarem dentro em oito dias, serão recolhidos á prisão de que não sahirão sem que paguem.

Art. 57. Não tendo os condemnados meios para pagar as multas, serão condemnados em tanto tempo de prisão com trabalho quanto fôr necessario para ganharem a importancia dellas.

Terá lugar neste caso a disposição do art. 52.

Art. 58. A pena de suspensão do Emprego privará os réos do exercicio dos seus Empregos, durante o tempo da suspensão, no qual não poderão ser empregados em outros, salvo sendo de eleição popular.

Art. 59. A pena de perda do Emprego importará a perda de todos os serviços que os réos houverem prestado nelle.

Os réos que tiverem perdido os Empregos por Sentença poderão ser providos por nova nomeação em outros da mesma ou de diversa natureza, salvo havendo expressa declaração de inhabilidade.

Art. 60. Se o réo fôr escravo e incorrer em pena que não seja a capital ou de galés, será condemnado na de açoutes, e, depois de os soffrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazê-lo com hum ferro pelo tempo e maneira que o Juiz designar.

O numero de açoutes será fixado na Sentença, e o escravo não poderá levar por dia mais de 50.

Art. 61. Quando o réo fôr convencido de mais de hum delicto, impôr-se-lhe-hão as penas estabelecidas nas leis para cada hum delles, e soffrerá as corporaes humas depois das outras, principiando e seguindo da maior para a menor, com attenção ao grão de intensidade, e não ao tempo de duração.

Exceptua-se o caso de ter incorrido na pena de morte, no qual nenhuma outra pena corporal se lhe imporá, podendo sómente annexar-se áquella a pena da multa.

Art. 62. Se os delinquentes tiverem incorrido em duas ou mais penas, que se lhes não possam impôr huma depois de outra, se lhes imporá no grão maximo a pena do crime maior que tiverem commettido, não sendo a de morte, em cujo caso se lhes imporá a de galés perpetuas.

Art. 63. Quando esteCodigo não impõe penas determinadas, fixando sómente o maximo e o minimo, considerar-se-hão tres grãos nos crimes, com attenção ás suas circumstancias aggravantes ou attenuantes, sendo maximo o de maior gravidade, á que se imporá o maximo da pena; o minimo o da menor gravidade, a que se imporá a pena minima; o medio, o que fica entre o maximo e minimo, a que se imporá a pena no termo medio entre os dous extremos dados.

Art. 64. Os delinquentes que, sendo condemnados, se acharem no estado de loucura, não se-

rão punidos enquanto nesse estado se conservarem.

Disposições geraes.

Art. 65. As penas impostas aos réos não prescreverão em tempo algum.

Art. 66. O perdão ou minoração das penas impostas aos réos com que os agraciador o Poder Moderador não os eximirá da obrigação de satisfazer o mal causado em toda a sua plenitude.

Art. 67. O perdão do offendido, antes ou depois da sentença, não eximirá das penas em que tiverem ou possam ter incorrido aos réos de crimes publicos ou dos particulares, em que tiver lugar a accusação por parte da Justiça.

PARTE SEGUNDA.

Des crimes publicos.

TITULO 1.^o—Dos crimes contra a existencia politica do Imperio.

CAPITULO 1.^o—Dos crimes contra a independencia, integridade e dignidade da Nação.

Art. 68. Tentar directamente, e por factos, destruir a Independencia ou a Integridade do Imperio.

Penas—de prisão com trabalho por 5 a 10 annos.

Se o crime se consumir.

Penas—de prisão perpetua com trabalho no grão maximo, prisão com trabalho por 20 annos no medio, e por 10 no minimo.

Art. 69. Provocar directamente, e por factos, huma Nação Estrangeira a declarar guerra ao Imperio, se tal declaração se verificar e se seguir a guerra.

Penas—de prisão com trabalho por 6 a 10 annos.

Se da provocação se não seguir a declaração da guerra, ou se esta, posto que declarada, se não verificar, ficando a Nação sem damno ou prejuizo.

Penas—de prisão com trabalho por 2 a 6 annos.

Se para se não verificar a guerra, declarada em consequencia da provocação, fôr preciso algum sacrificio da Nação em prejuizo da sua integridade, Dignidade ou interesses.

Penas—de prisão com trabalho por 5 a 10 annos.

Art. 70. Tomar armas, o que fôr Cidadão Brasileiro, contra o Imperio, debaixo de bandeiras inimigas.

Penas—de prisão com trabalho por 6 a 10 annos.

Art. 71. Auxiliar alguma Nação inimiga a fazer a guerra, ou a commetter hostilidades contra o Imperio, fornecendo-lhe gente, armas, dinheiro, munições ou embarcações.

Penas—de prisão perpetua, com trabalho, no grão maximo, por 15 annos no medio, e por 10 no minimo.

Art. 72. Entreter com huma Nação inimiga ou com os seus Agentes, intelligencias por que se lhes communique o estado de forças do Im-

perio, seus recursos ou planos; ou dar entrada e auxilio a espiões ou a soldados inimigos mandados a pesquisar as operações do Imperio, conhecendo-os por taes.

Penas—de prisão com trabalho por 20 annos no grão maximo, por 12 no medio, e por 6 no minimo.

Art. 73. Commetter sem ordem ou authorisação do Governo, hostilidades contra os subditos de outra Nação, de maneira que se comprometta a paz ou provoquem as represalias.

Penas—de prisão com trabalho por 1 a 12 annos.

Se por tal procedimento algum Brasileiro soffrer algum mal, será o réo considerado autor d'elle, e punido com as penas correspondentes, além da sobredita.

Art. 74. Violar Tratados legitimamente feitos com as Nações Estrangeiras.

Penas—de prisão por 1 a 6 annos.

Art. 75. Violar a immunição dos Embaixadores ou Ministros Estrangeiros.

Penas—de prisão por 2 a 16 mezes.

Art. 76. Entregar de facto qualquer porção do territorio do Imperio, ou que elle tenha occupado, ou quaesquer objectos que lhe pertençam, ou de que esteja na posse, ao inimigo interno ou a qualquer Nação Estrangeira, tendo meios de defensa.

Penas—de prisão com trabalho por 2 a 18 annos.

Art. 77. Comprometer, em qualquer Tratado ou Convenção, a honra dignidade, fé ou interesses nacionaes.

Penas—de prisão por 2 a 12 annos.

Art. 78. Entrar jurisdiccionalmente em paiz estrangeiro sem autoridade legitima.

Penas—de prisão por 6 mezes a 4 annos.

Art. 79. Reconhecer o que fôr Cidadão Brasileiro, superior fóra do Imperio, prestando-lhe effectiva obediencia.

Penas—de prisão por 4 a 16 mezes.

Art. 80. Se este crime fôr commettido por Corporação, será esta dissolvida, e se os seus membros se tornarem a reunir debaixo da mesma ou diversa denominação com a mesma ou diversas regras.

Penas—aos chefes, de prisão por 2 a 8 annos, aos outros membros, de prisão por 3 mezes a 5 annos.

Art. 81. Recorrer á Autoridade Estrangeira, residente dentro ou fóra do Imperio, sem legitima licença, para impetração de graças espirituales, distincções ou privilegios na Jerarchia Ecclesiastica, ou para authorisação de qualquer acto religioso.

Penas—de prisão por 5 a 9 mezes.

Art. 82. Exercitar pirataria, e este crime julgar-se-ha commettido:

1.º Praticando no mar qualquer acto de depredação ou de violencia, ou contra Brasileiros ou contra Estrangeiros com quem o Brazil não esteja em guerra.

2.º Abusando da Carta de Corso, legitimamente concedida, para praticar hostilidades ou

contra navios Brasileiros ou de outras Nações, que não fosse autorizado para hostilizar.

3.º Apossando-se alguém do navio de cuja equipagem fizer parte, por meio de fraude ou violencia contra o commandante.

4.º Entregando alguém aos piratas ou ao inimigo hum navio a cuja equipagem pertencer.

5.º Oppondo-se alguém, por ameaças ou por violencia, a que o commandante ou tripulação defenda o navio em occasião de ser atacado por piratas ou pelo inimigo.

Penas—de galés perpetuas no grão maximo, de prisão com trabalho por 20 annos no medio, e por 10 no minimo.

6.º Aceitando Carta de Corso de hum Governo Estrangeiro sem competente authorisação.

Penas—de prisão com trabalho por 2 a 8 annos.

Art. 83. A mesma pena estabelecida nos casos do art. antecedente, desde numero 1º até numero 5º, se imporá:

1.º Aos Estrangeiros que commetterem contra navios Brasileiros depredações ou violencias, não sendo em tempo de guerra, ou, no tempo della, não sendo munidos com Carta de Marca.

2.º A todo o Commandante de Embarcação que commetter hostilidades debaixo de bandeira diversa da do Estado de que tiver Carta.

Art. 84. Tambem commetterá crime de pirataria:

1.º O que fizer parte da equipagem de qualquer embarcação que navegue armada, sem ter passaporte, matricula de equipagem ou outros documentos que provem a legitimidade daviagem.

Penas—ao Commandante, de prisão com trabalho por 4 a 16 annos, aos da equipagem, por 2 a 8 annos.

2.º O que, residindo dentro do Imperio, traficar com piratas conhecidos, ou lhes fornecer embarcações, provisões, munições ou qualquer outro auxilio, ou entretiver com elles intelligencias que tenham por fim prejudicar o paiz.

3.º Todo o Commandante de navio armado que trouxer documentos passados por 2 ou mais Governos diferentes.

Penas—de prisão com trabalho por 2 a 12 annos.

CAPITULO 2.º—Dos crimes contra a Constituição do Imperio e forma do seu governo.

Art. 85. Tentar directamente, e por factos, destruir a Constituição politica do Imperio ou a forma de governo estabelecida.

Penas—de prisão com trabalho por 5 a 15 annos.

Se o crime se consummar.

Penas—de prisão perpetua com trabalho no grão maximo, prisão com trabalho por 20 annos no medio, e por 10 annos no minimo.

Art. 86. Tentar directamente e por factos destruir algum ou alguns arts. da Constituição.

Penas—de prisão com trabalho por 3 a 12 annos.

Se o crime se consummar.

Penas—de prisão com trabalho por 20 an-

nos no grão maximo, por 12 no medio e por 6 no minimo.

CAPITULO 3.º—Dos crimes contra o Chefe do Governo.

Art. 87. Tentar directamente e por factos desentronisar o Imperador; priva-lo em todo ou em parte da sua Autoridade Constitucional ou alterar a ordem legitima da successão.

Penas—de prisão com trabalho por 5 a 15 annos.

Se o crime se consummar.

Penas—de prisão perpetua com trabalho no grão maximo, prisão com trabalho por 20 annos no medio, e por 10 annos no minimo.

Art. 88. Tentar directamente e por factos huma falsa justificação de impossibilidade physica ou moral do Imperador.

Penas—de prisão com trabalho por 4 a 12 annos.

Se o crime se consummar.

Penas—de prisão com trabalho por 20 annos no grão maximo, por 12 no medio, e por 6 no minimo.

Art. 89. Tentar directamente e por factos contra a Regencia ou Regente, para priva-los em todo ou em parte da sua Autoridade Constitucional.

Penas—de prisão com trabalho por 4 a 12 annos.

Se o crime se consummar.

Penas—de prisão com trabalho por 20 annos no grão maximo, por 12 no medio, e por 6 no minimo.

Disposição commum.

Art. 90. Provocar directamente, por escriptos impressos, lithographados ou gravados, que se distribuirem por mais de 15 pessoas, aos crimes especificados nos arts. 68, 85, 86, 87, 88 e 89.

Penas—de prisão por 1 a 4 annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

Se a provocação fór por escriptos não impressos, que se distribuirem por mais de 15 pessoas, ou por discursos proferidos em publicas reuniões.

Penas—de prisão por 6 mezes a 2 annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

TITULO 2.º—Dos crimes contra o livre exercicio dos Poderes Politicos.

Art. 91. Oppôr-se algum directamente e por factos á prompta execução dos Decretos ou Cartas de convocação da Assembléa Geral, expedidas pelo Imperador ou pelo Senado, nos casos da Constituição art. 47, §§ 3.º e 4.º

Penas—de prisão com trabalho por 5 a 12 annos.

Art. 92. Oppôr-se algum directamente e por factos á reunião da Assembléa Geral Legislativa, em Sessão Ordinaria ou Extraordinaria, ou á reunião extraordinaria do Senado nos casos do art. 47, §§ 3.º e 4.º

Penas—de prisão com trabalho por 20 annos no grão maximo, por 12 no medio, e por 6 no minimo.

Art. 93. Usar de violencia ou de ameaças

contra qualquer membro das Camaras Legislativas, ou para melhor influir na maneira de se portar no exercicio do seu emprego, ou pelo que tiver dito ou praticado no mesmo exercicio.

Penas—de prisão com trabalho por 6 mezes a 4 annos, além das mais em que incorrer pela violencia ou ameaças.

Art. 94. Entrar tumultuariamente no recinto de cada huma das Camaras Legislativas; obrigar cada huma dellas por força ou por ameaças de violencia a propôr ou a deixar de propôr, fazer ou deixar de fazer alguma Lei, Resolução ou qualquer outro acto; obrigar a dissolver-se inconstitucionalmente, ou a levantar, prorogar ou adiar a sessão.

Penas—de prisão com trabalho por 5 a 12 annos.

Art. 95. Oppôr-se a alguém directamente e por factos ao livre exercicio dos Poderes Moderador, Executivo e Judiciario, no que he de suas attribuições constitucionaes.

Penas—de prisão com trabalho por 4 a 10 annos.

Art. 96. Obstar ou impedir de qualquer maneira o effeito das determinações dos Poderes Moderador e Executivo, que fôrem conformes á Constituição e ás Leis.

Penas—de prisão com trabalho por 2 a 6 annos.

Art. 97. Usar de violencia ou ameaças contra os Agentes do Poder Executivo para forçá-los a fazer de maneira illegal hum acto official, ou a deixar de fazer legalmente hum acto official, ou a fazer como official hum acto para que não estejam autorisados.

Usar de violencia ou ameaças para constranger algum Juiz ou Jurado a proferir ou deixar de proferir despacho, ordem, voto ou sentença, ou a fazer ou deixar de fazer qualquer outro acto official.

Penas—de prisão com trabalho por 6 mezes a 4 annos, além das mais em que incorrer pela violencia ou ameaças.

Art. 98. Levantar motim ou excitar desordem, durante a sessão de hum Tribunal de Justiça ou audiencia de qualquer Juiz, de maneira que se impeça ou perturbe o acto.

Penas—de prisão por 2 a 6 mezes, além das mais em que incorrer.

Art. 99. Provocar directamente, por escriptos impressos, lithographados ou gravados, que se distribuirem por mais de 15 pessoas, aos crimes especificados nos arts. 91, 92, 93, 94, 95 e 96.

Penas—de prisão por 6 mezes a 2 annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

Se a provocação fór por escriptos não impressos que se distribuirem por mais de quinze pessoas, ou por discursos proferidos em publicas reuniões.

Penas—de prisão por 3 mezes a 1 anno, e de multa correspondente á metade do tempo.

TITULO 3.º—Dos crimes contra o livre exercicio dos Direitos Politicos dos Cidadãos.

Art. 100. Impedir ou obstar de qualquer ma-

neira que votem nas Eleições primarias ou secundarias os Cidadãos activos, e os Eleitores que estiverem nas circumstancias de poder e de dever votar.

Penas—de prisão por 2 a 6 mezes, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 101. Solicitar, usando de promessas de recompensas ou de ameaças de algum mal, para que as eleições para Senadores, Deputados, Eleitores, Membros dos Conselhos Geraes ou das Camaras Municipaes, Juizes de Paz e quaesquer outros Empregados electivos, recaião ou deixem de recahir em determinadas pessoas, ou para esse fim comprar ou vender votos.

Penas—de prisão por 5 a 9 mezes, e de multa correspondente á metade do tempo, bem assim da perda do Emprego, se delle se tiver servido para commetter o crime.

Art. 102. Falsificar em qualquer eleição as listas dos votos dos Cidadãos ou Eleitores, lendo nomes diversos dos que nellas estiverem, ou accrescentando ou diminuindo nomes ou listas, falsificar as actas de qualquer eleição.

Penas—de prisão com trabalho por 6 mezes a 5 annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 103. Obstar directamente e por factos a reunião dos Conselhos Geraes de Provincia, á sua prorrogação permittida pela Constituição, ou ao livre exercicio de suas attribuições.

Penas—de prisão com trabalho por 2 a 8 annos.

Art. 104. Entrar tumultuariamente no recinto dos Conselhos Geraes; obriga-los por força ou por ameaças de violencia a propôr, deliberar ou resolver, ou deixar de o fazer, ou obriga-los a levantar ou prorogar a sessão.

Penas—de prisão com trabalho por 1 a 4 annos.

Art. 105. Usar de violencia ou de ameaças contra qualquer Membro dos Conselhos Geraes, ou para influir na maneira de se portar no exercicio do seu emprego, ou pelo que tiver dito ou praticado no mesmo exercicio.

Penas—de prisão com trabalho por 3 mezes a 2 annos, além das mais em que incorrer pela violencia ou ameaças.

Art. 106. Praticar qualquer dos crimes referidos nos arts. 103, 104 e 105, a respeito das Camaras Municipaes ou de cada hum de seus membros.

Penas.—A quarta parte das estabelecidas nesses artigos, excepto as em que de mais tiver incorrido pela violencia ou ameaças no caso do art. 105, as quaes serão impostas aos réos na sua totalidade.

TITULO 4.º—Dos Crimes contra a segurança interna do Imperio e publica tranquillidade.

CAPITULO 1.º—Conspiração.

Art. 107. Concertarem-se 20 pessoas ou mais para praticar qualquer dos crimes mencionados nos arts. 68 e 69, 85, 86, 87, 88, 89, 91 e 92, não se tendo começado a reduzir a acto.

Penas—de desterro para fóra do Imperio por 4 a 12 annos.

Art. 108. Se os conspiradores desistirem do seu projecto antes de elle ter sido descoberto ou manifestado por algum acto exterior, deixará de existir a conspiração, e por ella se não procederá criminalmente.

Art. 109. Qualquer dos conspiradores que desistir do seu projecto nas circumstancias do artigo antecedente, não será punido pelo crime de conspiração, ainda que esta continue entre os outros.

CAPITULO 2.º—Rebellião.

Art. 110. Julgar-se-ha commettido este crime reunindo-se hum ou mais povoações que comprehendão todas mais de 20,000 pessoas, para se perpetrar algum ou alguns dos crimes mencionados nos arts. 68, 69, 85, 86, 87, 88, 89, 91 e 92.

Penas.—Aos cabeças, de prisão perpetua com trabalho ao grão proximo, de prisão com trabalho por 20 no medio, e por 10 no minimo.

CAPITULO 3.º—Sedição.

Art. 111. Julgar-se-ha commettido este crime, ajuntando-se mais de 20 pessoas, armadas todas, ou parte dellas, para o fim de obstar á posse do Empregado Publico nomeado competentemente e munido de titulo legitimo, ou para o privar do exercicio do seu emprego, ou para obstar á execução e cumprimento de qualquer acto ou ordem legal de legitima autoridade.

Penas.—Aos cabeças, de prisão com trabalho por 5 a 12 annos.

Art. 112. Não se julgará sedição o ajuntamento do povo desarmado, em ordem, para o fim de representar as injustiças e vexações, e o máo procedimento dos Empregados Publicos.

CAPITULO 4.º—Insurreição.

Art. 113. Julgar-se-ha commettido este crime, reunindo-se 20 ou mais escravos para haverem a liberdade, por meio da força.

Penas.—Aos cabeças, de morte no grão maximo, de galés perpetuas no medio, e por 15 annos no minimo; aos mais, açoutes.

Art. 114. Se os cabeças da insurreição forem pessoas livres, incorrerão nas mesmas penas impostas, no artigo antecedente, aos cabeças quando são escravos.

Art. 115. Ajudar, excitar ou aconselhar escravos a insurgir-se, fornecendo-lhes armas, munições, ou outros meios para o mesmo fim.

Penas.—de prisão com trabalho por 20 annos no grão maximo, por 12 no medio, e por 8 no minimo.

CAPITULO 5.º—Resistencia.

Art. 116. Oppôr-se a algum de qualquer modo com força á execução das ordens legaes das autoridades competentes.

Se em virtude da opposição se não effectuar a diligencia ordenada, ou no caso de effectuar-se, se os Officiaes encarregados da execução soffre-

rem alguma offensa physica da parte dos resistentes.

Penas—de prisão com trabalho por 1 a 4 annos, além das em que incorrer pela offensa.

Se a diligencia se effectuar sem alguma offensa physica, apéz da opposição.

Penas—de prisão com trabalho por 6 mezes a 2 annos.

Art. 117. As ameaças de violencia capazes de aterrar qualquer homem de firmeza ordinaria, considerar-se-hão neste caso iguaes a hum'a opposição de effectiva força.

Art. 118. Os Officiaes da diligencia, para effectual-la, poderão repellar a força dos resistentes até tirar-lhes a vida, quando por outro meio não possão conseguirlo.

Art. 119. Provocar directamente por escriptos impressos, lithographados ou gravados que se distribuïrem por mais de 15 pessoas aos crimes especificados nos capitulos 3.º, 4.º e 5.º, e bem assim a desobedecer ás leis.

Penas—de prisão por 2 a 16 mezes, e de multa correspondente á metade do tempo.

Se a provocação fôr por escriptos não impressos que se distribuïrem por mais de 15 pessoas, ou por discursos proferidos em publicas reuniões.

Penas—de prisão por 1 a 8 mezes, e de multa correspondente á metade do tempo.

CAPITULO 6.º — Tirada ou fugida de presos do poder da Justiça, e arrombamento de cadeas.

Art. 120. Tirar o que estiver legalmente preso da mão e poder do Official de Justiça.

Penas—de prisão com trabalho por 2 a 8 annos.

Art. 121. Tirar o preso da mão e poder de qualquer pessoa do povo que o tenha prendido em flagrante, ou por estar condemnado por sentença.

Penas—de prisão com trabalho por 6 a 18 mezes.

Art. 122. Acommetter qualquer prisão com força, e constringer os Carcereiros ou guardas a franquear a fugida aos presos.

Se esta se verificar.

Penas—de prisão com trabalho por 5 a 10 annos.

Se a fugida se não verificar.

Penas—de prisão com trabalho por 1 a 5 annos.

Art. 123. Fazer arrombamento na cadeia por onde fujam ou possa fugir o preso.

Penas—de prisão com trabalho por 1 a 5 annos.

Art. 124. Franquear a fugida aos presos por meios astuciosos.

Penas—de prisão por 5 a 12 annos.

Art. 125. Deixar fugir aos presos o mesmo Carcereiro, ou outra qualquer pessoa a quem tenha sido commettida a sua guarda ou conducção.

Sendo por connivencia.

Penas—de prisão com trabalho por 2 a 6

annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

Sendo por negligencia.

Penas—de prisão com trabalho por 1 a 5 annos.

Art. 126. Se a fugida fôr tentada ou effectuada pelos mesmos presos, não serão por isso punidos, mas serão mettidos em prisões solitarias ou lhes serão postos ferros, como parecer necessario para segurança ao juiz debaixo de cuja direcção estiver a prisão.

Fugindo, porém, os presos por effeito de violencia contra o Carcereiro ou guarda.

Penas—de prisão por 3 mezes a 1 anno, além das que merecerem pela qualidade da violencia.

Art. 127. Fazer arrombamento ou accommetter qualquer prisão com força para maltratar aos presos.

Penas—de prisão com trabalho por 1 a 5 annos, além das em que incorrer o réo pelo crime commettido contra os presos.

CAPITULO 7.º — Desobediencia ás Autoridades.

Art. 128. Desobedecer ao empregado publico em acto de exercicio de suas funcções, ou não cumprir as suas ordens legais.

Penas—de prisão por 6 dias a dous mezes.

TITULO 5.º — Dos crimes contra a boa ordem e Administração Publica.

CAPITULO 1.º — Prevaricações, abusos e omissões dos Empregados Publicos.

SECCAO 1.ª — Prevaricação.

Art. 129. Serão julgados prevaricadores os Empregados Publicos que por afeição, odio ou contemplação, ou para promover interesse pessoal seu:

1.ª Julgarem ou procederem contra a litteral disposição da lei.

2.ª Infringirem qualquer Lei ou Regulamento.

3.ª Aconselharem alguma das partes que perante elles litigarem.

4.ª Tolerarem, dissimularem ou encobrirem os crimes e defeitos officiaes de seus subordinados, não procedendo ou não mandando proceder contra elles, ou não informando a Autoridade Superior respectiva nos casos em que não tenham jurisdicção para proceder ou mandar proceder.

5.ª Deixarem de proceder contra os delinquentes que a lei lhes mandar prender, accusar, processar e punir.

6.ª Recusarem ou demorarem a administração da justiça que couber nas suas attribuições, ou as providencias do seu officio que lhes fôrem requeridas por parte, ou exigidas por Autoridade Publica, ou determinadas por lei.

7.ª Proverem em emprego publico ou proporem para elle pessoa que conhecerem não ter as qualidades legais.

Penas—de perda do emprego, posto ou officio, com inhabilidade para outro por hum anno; e multa correspondente a seis mezes no grau máximo, perda do emprego e a mesma multa no grau

medio, suspensão por tres annos e multa correspondente a tres mezes no grão minimo.

Se a prevaricação consistir em impôr pena contra a litteral disposição da lei e o condemnado a soffreu, impôr-se-ha a mesma pena ao empregado publico. No caso, porém, de que o condemnado não tenha soffrido a pena, impôr-se-ha ao empregado publico a que estiver designada para a tentativa do crime, sobre que tiver recaído a condemnação.

8.º Fabricarem qualquer auto, escriptura, papel ou assignatura falsa em materia ou autos pertencentes ao desempenho do seu Emprego.

Alterarem nma escriptura ou papel verdadeiro com offensa do seu sentido; chancellorem ou riscarem algum de seus livros officiaes; não darem conta de autos, escriptura ou papel que lhes tiver sido entregue em razão de officio; ou os tirarem de autos, requerimentos, representação, ou qualquer outro papel a que estivessem juntos e que tivessem ido à mão ou poder da Empregado; em razão ou para desempenho do seu emprego.

Penas—de perda do emprego com inhabilitação para outro por 1 a 6 annos, de prisão com trabalho por 2 mezes a 4 annos, e de multa de 5 a 20 por cento do damno causado pela falsidade.

Quando da falsidade tiver resultado outro crime a que esteja imposta maior pena, nella incorrerá também o réo.

9.º Subtrahirem, supprimirem ou abrirem carta depois de lançada no correio, ou concorrerem para que outrem o faça.

Penas—de perda do emprego, de prisão por 2 a 6 mezes, e de multa correspondente à metade do tempo.

Se com abuso do poder commetterem os crimes referidos, a respeito da carta dirigida por portador particular.

Penas—de prisão por 20 a 60 dias, e multa correspondente à metade do tempo.

As penas, em qualquer dos casos, serão duplicadas ao que descobrir em toda ou em parte o que na carta se contiver, e as cartas assim havidas não serão admittidas em juizo.

SECÇÃO 2.ª—Peita.

Art. 130. Receber dinheiro ou outro algum donativo, ou aceitar promessa directa e indirectamente para praticar ou deixar de praticar algum acto de officio contra ou segundo a lei.

Penas—de perda do emprego com inhabilitação para outro qualquer, de multa igual ao triplo do da peita, e de prisão por 3 a 9 mezes.

A pena de prisão não terá lugar quando o acto em vista do qual se recebeu ou aceitou a peita se não tiver effectuado.

Art. 131. Nas mesmas penas incorrerá o Juiz de Direito, de Facto ou Arbitro que por peita der sentença, posto que justa seja.

Se a sentença for injusta, a prisão será de 6 mezes a 2 annos, e se for criminal condemnato-

ria, soffrerá o peitado a mesma pena que tiver imposto ao que condemnára, menos a de morte, quando o condemnado a não tiver soffrido, caso em que se imporá ao réo a de prisão perpetua.

Em todos estes casos a sentença dada por peita será nulla.

Art. 132. O que der ou prometter peita será punido com as mesmas penas impostas ao peitado, na conformidade dos artigos antecedentes, menos a de perda do emprego, quando o tiver, e todo o acto em que intervir a peita será nullo.

SECÇÃO 3.ª—Suborno.

Art. 133. Deixar-se corromper por influencia ou peditorio de alguém para obrar o que não dever, ou deixar de obrar o que dever.

Decidir-se por dadia ou promessa a eleger ou propôr alguém para algum emprego, ainda que para elle tenha as qualidades requeridas.

Penas—as mesmas estabelecidas para os casos da peita.

Art. 134. Todas as disposições dos arts. 130, 131 e 132, relativas aos peitados e peitantes, se observarão a respeito dos subornados e subornadores.

SECÇÃO 4.ª—Concessão.

Art. 135. Julgar-se-ha commettido este crime:

1.º Pelo Empregado Publico encarregado da arrecadação, cobrança ou administração de quaisquer rendas ou dinheiros publicos, ou da distribuição de algum imposto que directo ou indirectamente exigir ou fizer pagar aos contribuintes o que souber não deverem.

Penas—de suspensão do emprego por 6 mezes a 2 annos.

No caso em que o Empregado Publico se appropriar o que assim tiver exigido ou o exija para esse fim.

Penas—de perda do emprego, prisão por 2 mezes a 4 annos, e de multa de 5 a 20 por cento do que tiver exigido ou feito pagar.

2.º Pelo que, para cobrar impostos ou direitos legitimos, empregar voluntariamente contra os contribuintes meios mais gravosos do que os prescriptos nas leis ou lhes fizer soffrer injustas vexações.

Penas—de suspensão do emprego por 6 a 18 mezes, e as mais em que incorrer pela vexação que tiver praticado.

O que para commetter algum destes delictos usar da força armada, além das penas estabelecidas, soffrerá mais a de prisão por 5 mezes a 2 annos.

3.º Pelo que, tendo de fazer algum pagamento em razão do seu officio, exigir por si ou por outrem, ou consentir que outrem exija de quem o deve receber, algum premio, gratificação, desconto ou emolumento não determinado por lei.

Penas—de perda do emprego, prisão por 2 mezes a 4 annos, e de multa de 5 a 20 por cento do valor exigido, que restituirá se o tiver recebido.

4.º Pelo que deixar de fazer pagamento, como e quando dever por desempenho do seu officio, a não ser por motivo justo.

Penas — de suspensão do emprego por 1 a 3 mezes, e de multa de 5 a 20 por cento do que indevidamente deixar de pagar.

5.º Pelo que, para cumprir o seu dever, exigir directa ou indirectamente gratificação, emolumento ou premio não determinado por lei.

Penas — perda do emprego, prisão por 2 mezes a 4 annos, e de multa de 5 a 20 por cento do valor exigido, que restituirá se o tiver recebido.

O que em qualquer dos casos mencionados nos numeros 1.º e 2.º se figurar munido de ordem superior que não tenha.

Penas — de prisão por 6 mezes a 1 anno, além das mais estabelecidas em que incorrer.

Art. 136. As pessoas particulares encarregadas por arrendamento, ou por outro qualquer título de cobrar e administrar rendas, ou direitos que commetterem algum dos crimes referidos no artigo antecedente, incorrerão nas mesmas penas como se fossem Empregados Publicos.

SECÇÃO 5.ª — Excesso ou abuso de autoridade ou influencia proveniente do emprego.

Art. 137. Arrogar-se e effectivamente exercer sem direito ou motivo legítimo, qualquer emprego ou função publica.

Penas — de prisão por 1 mez a 3 annos, e de multa igual ao dobro do ordenado e mais vencimentos que tiver recebido.

Art. 138. Entrar a exercer as funções do emprego sem ter prestado, perante a competente autoridade, o juramento e a caução ou fiança que a lei exigir.

Penas — de suspensão do emprego até a satisfação das condições exigidas e multa igual ao dobro do ordenado e mais vencimentos do emprego que tiver recebido.

Art. 139. Exceder os limites das funções proprias do emprego.

Penas — de suspensão do emprego por 1 mez a 1 anno, além das mais em que incorrer.

Art. 140. Continuar a exercer funções do emprego ou commissão, depois de saber officialmente que fica suspenso, demittido, removido ou substituido legalmente, excepto nos casos que a lei o autorise para continuar.

Penas — de prisão por 3 mezes a 1 anno, e de multa igual ao dobro do ordenado e mais vencimentos que indevidamente tiver recebido depois de suspenso, demittido, removido ou substituido legalmente.

Art. 141. Arrogar-se e effectivamente exercer, sem direito ou motivo legitimo, commando militar; conservar commando militar contra a ordem do Governo ou legitimo superior, ou conservar reunida a tropa, depois de saber que a lei, o Governo ou qualquer autoridade competente tem ordenado que largue aquelle e que separe esta.

Penas — de desterro para fóra do Imperio por 15 annos no grão maximo, e de degredo para humas das Provincias mais remotas da residencia do Réo por 8 annos no grão medio, e por 4 no minimo.

Art. 142. Expedir ordem ou fazer requisição illegal.

Penas — de perda do emprego no grão maximo, de suspensão por 3 annos no medio, e por 1 no minimo.

O que executaria ordem ou requisição illegal sera considerado obrar como se tal ordem ou requisição não existira, e punido pelo excesso de poder ou jurisdicção que nisso commetter.

Art. 143. São ordens e requisições illegaes as emanadas de autoridade incompetente ou destituidas das solemnidades externas necessaria para a sua validade ou manifestamente contrarias ás leis.

Art. 144. Exceder a prudente faculdade de reprehender, corrigir ou castigar, offendendo, ultrajando ou maltratando, por obra, palavra ou escripto algum subalterno ou dependente, ou qualquer outra pessoa com quem se trate em razão de officio.

Penas — de suspensão do emprego por 1 a 10 mezes.

Art. 145. Commetter qualquer violencia no exercicio das funções do emprego ou a pretexto de exercê-las.

Penas — de perda do emprego no grão maximo, e de suspensão por 3 annos no medio, e por 1 no minimo, além das mais em que incorrer pela violencia.

Art. 146. Haver para si, directa ou indirectamente, ou por algum acto simulado, em todo ou em parte, propriedade ou effecto, em cuja administração, disposição ou guarda deva intervir, em razão de officio, ou entrar em alguma especulação de lucro ou interesse relativamente a dita propriedade ou effecto.

Penas — de perda do emprego, prisão por 2 mezes a 4 annos, e de multa de 5 a 20 por cento da importancia da propriedade, effecto ou interesse da negociação.

Em todo o caso a acquisição sera nulla.

Art. 147. As mesmas penas se imporão aos que commetterem os crimes referidos no artigo antecedente, nos casos em que intervierem com o caracter de peritos, avaliadores, partidores ou contadores; e bem assim, os tutores, curadores, testamenteiros e depositarios que delinquirem de qualquer dos sobreditos modos, relativamente aos bens dos pupillos, testamentarias e depositos.

Art. 148. Commercio em directamente os Presidentes, Commandantes de Armas das Provincias, os Magistrados vitalicios, os Parochos e todos os officiaes de Fazenda dentro do districto em que exercem suas funções em quaesquer effectos que não sejam produções dos seus proprios bens.

Penas — de suspensão do emprego por 1 a 5 annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

Sera porém permitido a todos os mencionados dar dinheiro a juros, e ter parte por meio de accções nos Bancos e Companhias Publicas, hũa vez que não exerção nellas funções de Director.

Administrador ou Agente, debaixo de qualquer título que seja.

Art. 149. Constituir-se devedor de algum official ou empregado seu subalterno, ou da-lo por seu fiador ou contrahir com elle alguma outra obrigação pecuniaria.

Penas — de suspensão do emprego por 3 a 9 mezes, e de multa de 5 a 20 por cento da quantia da dívida, fiança ou obrigação.

Art. 150. Solicitar ou seduzir mulher que perante o empregado litigue, esteja culpada ou accusada, requeira ou tenha alguma dependencia.

Penas — de suspensão do emprego por 4 a 16 mezes, além das outras em que tiver incorrido.

Se o que commetter este crime fôr Juiz de Facto.

Pena — de prisão por 2 a 10 mezes, além das mais em que incorrer.

Art. 151. Se o crime declarado no artigo antecedente fôr commettido por carcereiro, guarda ou outro empregado de Cadêa, casa de reclusão ou de outro estabelecimento semelhante, com mulher que esteja presa ou depositada debaixo de sua custodiã ou vigilancia, ou com mulher, filha ou irmã de pessoa que esteja nessas circumstancias.

Penas — de perda do emprego e prisão por 4 a 16 mezes, além das outras em que tiver incorrido.

Art. 152. Quando do excesso ou abuso resultar prejuizo aos interesses nacionaes.

Pena — multa de 5 a 20 por cento do prejuizo causado, além das outras em que tiverem incorrido.

secção 6.ª — Falta da exacção no cumprimento dos deveres.

Art. 153. Este crime pôde ser commettido por ignorancia, descuido, frouxidão, negligencia ou omissão; e será punido pela maneira seguinte:

Art. 154. Deixar de cumprir ou de fazer cumprir exactamente qualquer lei ou regulamento. Deixar de cumprir ou fazer cumprir, logo que lhe seja possível huma ordem ou requisição legal de outro empregado.

Penas — de suspensão do emprego por 1 a 9 mezes.

Art. 155. Na mesma pena incorrerá o que demorar a execução da ordem ou requisição para representar acerca della, salvo nos casos seguintes:

1.ª Quando houver motivo para prudentemente se duvidar da sua authenticidade.

2.ª Quando parecer evidente que fôra obtida ob e subrepticiamente ou contra a lei.

3.ª Quando da execução se devão prudentemente receiar graves males que o superior ou requisitante não tivesse podido prever.

Ainda que, nestes casos, poderá o executor da ordem ou requisição suspender a sua execução para representar, não será comtudo isento da pena se na representação não mostrar claramente a certeza ou ponderancia dos motivos em que se fundara.

Art. 156. Deixar de fazer effectivamente responsaveis os subalternos que não executarem cumprida e promptamente as leis, regulamentos e ordens, ou não proceder immediatamente contra elles em caso de desobediencia ou omissão.

Penas — de suspensão do emprego por 1 a 9 mezes.

Art. 157. Largar, ainda que temporariamente, o exercicio do emprego sem previa licença do legitimo superior, ou exceder o tempo de licença concedida sem motivo urgente e participado.

Penas — de suspensão do emprego por 1 a 3 annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 158. Não empregar, para a prisão ou castigo dos malféitores ou réos de crimes publicos que existirem nos lugares de sua jurisdicção, os meios que estiverem ao seu alcance.

Penas — de suspensão do emprego por 1 a 3 mezes, e de multa correspondente á terça parte do tempo.

Art. 159. Negar ou demorar a administração da Justiça que couber em suas attribuições, ou qualquer auxilio que legalmente se lhe peça ou a Causa Publica exija.

Penas — de suspensão do emprego por 15 dias a 3 mezes, e de multa correspondente á terça parte do tempo.

Art. 160. Julgar ou proceder contra lei expressa.

Penas — de suspensão do emprego por 1 a 3 annos.

Art. 161. Se pelo julgamento em processo criminal impozer ao réo maior pena do que a expressa na lei.

Penas — de perda do emprego e de prisão por 1 a 6 annos.

Art. 162. Infringir as leis que regulão a ordem do processo, dando causa a que seja reformado.

Penas — de fazer a reforma á sua custa, e de multa igual á despeza que nella se fizer.

Art. 163. Julgarem os Juizes de Direito ou os de Facto causas em que a lei os tenha declarado suspeitos, ou em que as partes os hajão legitimamente recusado ou dado por suspeitos.

Penas — de suspensão por 1 a 3 annos, e de multa correspondente á sexta parte do tempo.

Art. 164. Revelar algum segredo de que esteja instruido em razão de officio.

Penas — de suspensão do emprego por 2 a 18 mezes, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 165. Se a revelação fôr de segredo que interesse a Independencia e Integridade da Nação, em algum dos casos especificados no Titulo 1.º, Capitulo 1.º.

Penas — dobradas.

secção 7.ª — Irregularidade de conducta.

Art. 166. O Empregado Publico que fôr convencido de incontinencia publica e escandalosa, ou de vicio de jogos prohibidos, ou de embriaguez repetida, ou de haver-se com ineptidão no

toria ou desidia habitual no desempenho de suas funções.

Penas — de perda do emprego com inhabilidade para obter outro, emquanto não fizer constar a sua completa emenda.

CAPITULO 2.º — Falsidade.

Art. 167. Fabricar qualquer escriptura, papel ou assignatura falsa, em que não tiver convindo a pessoa a quem se attribuir, ou de que ella ficar em plena ignorancia.

Fazer em huma escriptura ou papel verdadeiro alguma alteração da qual resulte a do seu sentido.

Supprimir qualquer escriptura ou papel verdadeiro.

Usar de escriptura ou papel falso ou falsificado, como se fosse verdadeiro, sabendo que o não he.

Concorrer para a falsidade, ou como testemunha, ou por outro qualquer modo.

Penas — de prisão com trabalho por 2 mezes a 4 annos, e de multa de 5 a 20 por cento do damno causado ou que se poderia causar.

Art. 168. Se da falsidade resultar outro crime a que esteja imposta pena maior, nella tambem incorrerá o réo.

CAPITULO 3.º — Perjurio.

Art. 169. Jurar falso em juizo.

Se a causa em que se prestar o juramento fór civil.

Penas — de prisão com trabalho por 1 mez a 1 anno, e de multa de 5 a 20 por cento do valor da causa.

Se a causa fór criminal e o juramento para absolvição do réo.

Penas — de prisão com trabalho por 2 mezes a 2 annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

Se fór para a condemnação do réo em causa capital.

Penas — de galés perpetuas no gráo maximo, prisão com trabalho por 15 annos no medio, e por 8 no minimo.

Se fór para a condemnação em causa não capital.

Penas — de prisão com trabalho por 3 a 9 annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

TITULO 6.º — Dos crimes contra o Thesouro Publico, e Propriedade Publica.

CAPITULO 1.º — Peculato.

Art. 170. Apropriar-se o Empregado Publico, consumir, extraviar ou consentir que outrem se aproprie, consuma ou extravie, em todo ou em parte, dinheiros ou effeitos publicos que tiver a seu cargo.

Penas — de perda do emprego, prisão com trabalho por 2 a 4 annos, e multa de 5 a 20 por cento da quantia ou valor dos effeitos apropriados, consumidos ou extraviados.

Art. 171. Empréstar dinheiros ou effeitos publicos, ou fazer pagamentos antes do tempo do seu vencimento, não sendo para isso legalmente autorizado.

Penas — de suspensão do emprego por 1 mez a 1 anno, e de multa de 5 a 20 por cento da quantia ou valor dos effeitos que tiver emprestado ou pago antes do tempo.

Art. 172. Nas mesmas penas dos arts. antecedentes incorrerão, e na de perda do interesse que devião perceber os que por qualquer titulo tiverem a seu cargo dinheiros ou effeitos publicos, e delles se apropriarem, consumirem, extraviarem ou consentirem que outrem se aproprie, consuma ou extravie, e os que os emprestarem ou fizerem pagamento antes de tempo sem autorização legal.

CAPITULO 2.º — Moeda falsa.

Art. 173. Fabricar moeda sem autoridade legitima, ainda que seja feita daquelle materia, com aquella forma de que se faz, e que tem verdadeira, e ainda que tenha o seu verdadeiro legitimo peso e valor intrinseco.

Penas — de prisão com trabalho por 1 a 4 annos, e de multa correspondente á terça parte do tempo, além da perda da moeda achada, e dos objectos destinados ao fabrico.

Se a moeda não fór fabricada da materia com o peso legal.

Penas — de prisão com trabalho por 2 a 8 annos, e de multa correspondente á metade do tempo, além da perda sobredita.

Art. 174. Fabricar ou falsificar qualquer papel de credito que se receba nas Estações Publicas com moeda, ou introduzir a moeda falsa fabricada em paiz estrangeiro.

Penas — de prisão com trabalho por 2 a 8 annos, e de multa correspondente á metade do tempo, além da perda sobredita.

Art. 175. Introduzir dolosamente na circulação moeda falsa ou papel de credito que se receba nas Estações Publicas, como moeda, sendo falso.

Penas — de prisão por 6 mezes a 2 annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 176. Diminuir o peso da verdadeira moeda, ou augmentar-lhe o valor por qualquerificio.

Penas — de prisão com trabalho por 2 mezes a 4 annos, e de multa igual á metade do tempo.

CAPITULO 3.º — Contrabando.

Art. 177. Importar ou exportar generos e mercadorias prohibidas, ou não pagar os direitos dos que são permittidos na sua importação ou exportação.

Penas — perda das mercadorias ou generos, e de multa igual á metade do valor delles.

CAPITULO 4.º — Destruição ou damificação de construção, monumentos ou bens publicos.

Art. 178. Destruir, abater, mutilar ou damificar monumentos, edificios, bens publicos,

quaesquer outros objectos destinados á utilidade, decoração ou recreio publico.

Penas—de prisão com trabalho por 2 mezes a 4 annos, e de multa de 5 a 20 por cento do valor do damno causado.

PARTE TERCEIRA.

Dos crimes particulares.

TITULO 1.º—Dos crimes contra a liberdade individual.

Art. 179. Reduzir á escravidão a pessoa livre que se achar em posse da sua liberdade.

Penas de prisão por 3 a 9 annos, e de multa correspondente á terça parte do tempo: nunca porém o tempo de prisão será menor que o do cativoiro injusto, e mais huma terça parte.

Art. 180. Impedir que alguém faça o que a lei permite, ou obrigar a fazer o que ella não manda.

Penas de prisão por 1 a 6 mezes, e de multa correspondente á metade do tempo de prisão.

Se este crime fór commettido por Emprego do Publico, que para isso se servir do seu emprego, incorrerá, além das penas declaradas, na de suspensão do emprego por 2 mezes a 4 annos.

Art. 181. Ordenar a prisão de qualquer pessoa, sem ter para isso competente autoridade, ou antes de culpa formada, não sendo nos casos em que a Lei o permite.

Executar a prisão sem ordem legal escripta de legitima autoridade, exceptuados os Militares ou Officiaes de Justiça que, incumbidos da prisão dos malfleitores, prenderem algum individuo suspeito para o apresentarem directamente ao Juiz, e exceptuado tambem o caso de flagrante delicto.

Mandar qualquer Juiz prender alguém fóra dos casos permitidos nas leis, ou mandar que, depois de preso, esteja incommunicavel além do tempo que a Lei marcar.

Mandar metter em prisão, ou não mandar soltar della o réo que der fiança legal nos casos em que a Lei admite.

Receber o Carcereiro algum preso sem ordem escripta da competente Autoridade, não sendo nos casos acima exceptuados, quando não fór possível a apresentação ao Juiz.

Ter o Carcereiro, sem ordem escripta de competente Autoridade, algum preso incommunicavel, ou te-lo em diversa prisão da destinada pelo Juiz.

Ocultar o Juiz ou o Carcereiro algum preso á Autoridade que tiver direito de exigir a sua apresentação.

Demorar o Juiz o processo do Réo preso ou ajuizado além dos prazos legais, ou faltar aos actos do seu livramento.

Penas—de suspensão do emprego por 1 mez a 1 anno, e de prisão por 15 dias a 4 mezes, nunca, porém, por menos tempo que o da prisão do offendido, e de mais a terça parte.

Art. 182. Não dar o Juiz ao preso, no prazo

marcado na Constituição, a nota por elle assignada, que contenha o motivo da prisão, e os nomes do accusador e das testemunhas, havendo-as.

Penas—de prisão por 5 dias a 1 mez.

Art. 183. Recusarem os Juizes a quem fór permittido passar ordens de *Habeas Corpus*, concede-las, quando lhes fôrem regularmente requeridas, nos casos em que podem ser legalmente passadas, retardarem sem motivo a sua concessão, ou deixarem de proposito, e com conhecimento de causa, de as passar independente de petição, nos casos em que a Lei o determinar.

Art. 184. Recusarem os Officiaes de Justiça, ou demorarem por qualquer modo a intimação de huma ordem de *Habeas Corpus* que lhes tenha sido apresentada, ou a execução das outras diligencias necessarias para que essa ordem surta effeito.

Penas—de suspensão do emprego por 1 mez a 1 anno, e de prisão por 15 dias a 4 mezes.

Art. 185. Recusar ou demorar a pessoa a quem fór dirigida huma ordem legal de *Habeas Corpus*, e devidamente intimada, a remessa e apresentação do preso no lugar e tempo determinado pela ordem; deixar de dar conta circumstanciada dos motivos da prisão, ou do não cumprimento da ordem nos casos declarados pela Lei.

Penas—de prisão por 4 a 16 mezes e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 186. Fazer remessa do preso á outra autoridade; occultar-lo ou muda-lo de prisão com o fim de illudir huma ordem de *Habeas Corpus*, depois de saber por qualquer modo que ella foi passada; e tem de lhe ser apresentada.

Penas—de prisão por 8 mezes a 3 annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 187. Tornar a prender pela mesma causa a pessoa que tiver sido solta por effeito de huma ordem de *Habeas Corpus* passada competentemente.

Penas—de prisão por 4 mezes a 2 annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

Se os crimes de que tratão os tres artigos antecedentes fôrem commettidos por Empregados Publicos, em razão e no exercicio de seus Empregos, incorrerão, em lugar de pena de multa, na de suspensão dos empregos, a saber: no caso do art. 185, por 2 mezes a 2 annos; no caso do art. 186, por 1 a 4 annos; e no caso do art. 187, por 6 mezes a 3 annos.

Art. 188. Recusar-se qualquer Cidadão de mais de 18 annos de idade, e de menos de 50, sem motivo justo, a prestar auxilio ao official encarregado da execução de huma ordem legitima de *Habeas Corpus*, sendo para isso devidamente intimado.

Penas—de multa de 10 a 60\$.

Art. 189. Prender alguém em carcere privado, ainda que haja autoridade ou ordem competente para se ordenar ou executar a prisão.

Penas—de prisão por 15 dias a 3 mezes, nunca, porém, por menos tempo do que o da prisão do offendido.

Art. 190. Haverá carcere privado, quando al-

quem fôr recolhido preso em qualquer casa ou edificio não destinado para prisão publica, ou ali conservado, sem urgentissima necessidade, pela autoridade, official, ou pessoa que o mandar prender ou o prender, e bem assim quando fôr preso nas prisões publicas por quem não tiver autoridade para o fazer.

Art. 191. Perseguir por motivo de Religião ao que respeitar a do Estado, e não offender a Moral Publica.

Penas—de prisão por 1 a 5 mezes, além das mais em que possa incorrer.

TITULO 2.º—Dos crimes contra a segurança individual.

CAPITULO 1.º—Dos crimes contra a segurança da pessoa e vida.

SECÇÃO 1.ª—Homicidio.

Art. 192. Matar alguém com qualquer das circumstancias aggravantes mencionadas no art. 16. numeros 2, 7, 10, 11, 12, 13, 14 e 17.

Penas—de morte no grão máximo, galés perpetuas no medio, e de prisão com trabalhos por 20 annos no minimo.

Art. 193. Se o homicidio não tiver sido revestido das referidas circumstancias aggravantes.

Penas—de galés perpetuas no grão maximo, de prisão com trabalho por 12 annos no medio, e por 6 no minimo.

Art. 194. Quando a morte se verificar, não porque o mal causado fosse mortal, mas porque o offendido não applicasse toda a necessaria diligencia para remove-lo.

Penas—de prisão com trabalho por 2 a 10 annos.

Art. 195. O mal se julgará mortal a juízo dos Facultativos, e, discordando estes, ou não sendo possível ouvi-los, será o réo punido com as penas do artigo antecedente.

Art. 196. Ajudar alguém a suicidar-se ou fornecer-lhe meios para esse fim com conhecimento de causa.

Penas—de prisão por 2 a 6 annos.

SECÇÃO 2.ª—Infanticidio.

Art. 197. Matar algum recém-nascido.

Penas—de prisão por 3 a 12 annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 198. Se a propria Mãe matar o filho recém-nascido para occultar a sua deshonra.

Penas—de prisão com trabalho por 1 a 5 annos.

SECÇÃO 3.ª—Aborto.

Art. 199. Occasionar aborto por qualquer meio empregado interior ou exteriormente com consentimento da mulher pejada.

Penas—de prisão com trabalho por 1 a 5 annos.

Se este crime fôr commettido sem consentimento da mulher pejada.

Penas—dobradas.

Art. 200. Fornecer, com conhecimento de cau-

sa, drogas ou quaesquer meios para produzir o aborto, ainda que este se não verifique.

Penas—de prisão com trabalho por 2 a 6 annos.

Se este crime fôr commettido por Medico, Boticario, Cirurgião ou Praticante de taes artes.

Penas—dobradas.

SECÇÃO 4.ª—Ferimentos e outras offensas physicas.

Art. 201. Ferir ou cortar qualquer parte do corpo humano, ou fazer qualquer outra offensa physica, com que se cause dór ao offendido.

Penas—de prisão por 1 mez a 1 anno, e multa correspondente á metade do tempo.

Art. 202. Se houver ou resultar mutilação ou destruição de algum membro ou órgão, dotado de hum movimento distincto ou de hum função especifica que se póde perder sem perder a vida.

Penas—de prisão com trabalho por 1 a 6 annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 203. A mesma pena se imporá no caso em que houver ou resultar inhabilitação de membro ou órgão, sem que contudo fique destruido.

Art. 204. Quando do ferimento ou outra offensa physica resultar deformidade.

Penas—de prisão com trabalho por 1 a 5 annos, e multa correspondente á metade do tempo.

Art. 205. Se o mal corporeo, resultante do ferimento ou da offensa physica, produzir grave incommodo de saude ou inhabilitação de serviço por mais de hum mez.

Penas—de prisão com trabalho por 1 a 3 annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 206. Causar a alguém qualquer dór physica, com o unico fim de o injuriar.

Penas—de prisão por 2 mezes a 2 annos, e de multa correspondente a duas terças partes do tempo. Se para esse fim se usar de instrumento aviltante, ou se fizer offensa em lugar publico.

Penas—de prisão por 4 mezes a 4 annos, e de multa correspondente a duas terças partes do tempo.

SECÇÃO 5.ª—Ameaças.

Art. 207. Prometter ou protestar fazer mal a alguém por meio de ameaças, ou seja de palavra, ou por escripto, ou por outro qualquer modo.

Penas—de prisão por 1 a 6 mezes, e de multa correspondente a duas terças partes do tempo.

Quando este crime fôr commettido contra corporações, as penas serão dobradas.

Art. 208. Se as ameaças fôrem feitas em publico, julgar-se-ha circumstancia aggravante.

SECÇÃO 6.ª—Entrada na casa alheia.

Art. 209. Entrar na casa alheia de noite, sem consentimento de quem nella morar.

Penas—de prisão por 2 a 6 mezes e multa correspondente á metade do tempo.

Não terá porém lugar a pena:

1.º No caso de incendio ou ruina actual da casa ou das immediatas.

2.º No caso de inundação.

3.º No caso de se de dentro pedido soccorro.

4.º No caso de se estar ali commettendo algum crime de violencia contra pessoa.

Art. 210. Entrar na casa de dia, fóra dos casos permittidos, e sem as formalidades legais.

Penas — de prisão por 1 a 3 mezes, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 211. A entrada de dia na casa do cidadão he permittida:

1.º Nos casos em que se permite de noite.

2.º Nos casos em que, na conformidade das leis, se deve proceder á prisão dos delinquentes; á busca ou apprehensão de objectos roubados, furtados ou havidos por meios criminosos; á investigação de instrumentos ou vestígios de delicto ou de contrabandos, e á penhora ou sequestro de bens que se occultão ou negão.

3.º Nos casos de flagrante delicto ou em seguimento do réo achado em flagrante.

Art. 212. Nos casos mencionados no numero 2.º do artigo antecedente, se guardarão as seguintes formalidades:

1.º Ordem escripta de quem determinou a entrada com expressa designação da diligencia e do motivo della.

2.º Assistencia de hum Escrivão ou de qualquer Official de Justiça com duas testemunhas pelo menos.

Art. 213. O Official de Justiça encarregado da diligencia execute-a com toda a attenção para com os moradores da casa, respeitando a modestia e o decore da familia; e de tudo se lavrará auto assignado pelo Official e pelas testemunhas.

A transgressão deste artigo será punida com a prisão de 5 dias a 1 mez.

Art. 214. As disposições sobre a entrada na casa do Cidadão não comprehendem as casas publicas de estalagem e de jogo, e as lojas de bebidas, tabernas e outras semelhantes, enquanto estiverem abertas.

SECÇÃO 7.ª — Abertura de cartas.

Art. 215. Tirar maliciosamente do correio cartas que lhe não pertencerem, sem autorisação da pessoa a quem vierem dirigidas.

Penas — de prisão por 1 a 3 mezes, e de multa de 10 a 50\$.

Art. 216. Tirar ou haver as cartas da mão ou do poder de algum portador particular por qualquer maneira que seja.

Penas — as mesmas do artigo antecedente, além das em que incorrer se para commetter este crime usar o réo de violencia ou arrombamento.

Art. 217. As penas dos artigos antecedentes serão dobradas em caso de se descobrir a outro o que nas cartas se contiver em todo ou em parte.

Art. 218. As cartas que fôrem tiradas por qualquer das maneiras mencionadas não serão admittidas em Juizo.

CAPITULO 2.º — Dos crimes contra a segurança da honra.

SECÇÃO 1.ª — Estupro.

Art. 219. Desflorar mulher virgem, menor de 17 annos.

Penas — de desterro para fóra da Comarca em que residir a desflorada por 1 a 3 annos, e de dotar a esta.

Seguindo-se o casamento, não terão lugar as penas.

Art. 220. Se o que commetter o estupro tiver em seu poder ou guarda a desflorada.

Penas — de desterro para fóra da Provincia em que residir a desflorada por 2 a 6 annos, e de dotar a esta.

Art. 221. Se o estupro fôr commettido por parente da desflorada em gráo que não admitta dispensa para casamento.

Penas — de degresso por 2 a 6 annos para a Provincia mais remota da em que residir a desflorada, e de dotar a esta.

Art. 222. Ter copula carnal, por meio de violencia ou ameaças, com qualquer mulher honesta.

Penas — de prisão por 5 a 12 annos, e de dotar a offendida.

Se a violentada fôr prostituta.

Penas — de prisão por 1 a 2 annos.

Art. 223. Quando houver simples offensa pessoal para fim libidinoso, causando dor ou algum mal corporeo a alguma mulher, sem que se verifique a copula carnal.

Penas — de prisão por 1 a 6 mezes, e de multa correspondente á metade do tempo, além das em que incorrer o réo pela offensa.

Art. 224. Seduzir mulher honesta, menor de 17 annos, e ter com ella copula carnal.

Penas — de desterro para fóra da Comarca em que residir a seduzida, por 1 a 3 annos, e de dotar a esta.

Art. 225. Não haverão as penas dos 5 artigos antecedentes os réos que casarem com as offendidas.

SECÇÃO 2.ª — Rapto.

Art. 226. Tirar para fim libidinoso, por violencia, qualquer mulher da casa ou lugar em que estiver.

Penas — de 2 a 10 annos de prisão com trabalho, e de dotar a offendida.

Art. 227. Tirar para fim libidinoso, por meio de afagos e promessas, alguma mulher virgem, ou reputada tal, que seja menor de 17 annos, de casa de seu pai, tutor, curador ou outra qualquer pessoa, em cujo poder ou guarda estiver.

Penas — de prisão por 1 a 3 annos, e de dotar a offendida.

Art. 228. Seguindo-se o casamento em qualquer destes casos, não terão lugar as penas.

SECÇÃO 3.ª — Calúnia e injúrias.

Art. 229. Julgar-se-ha crime de calúnia o attribuir falsamente a alguém hum facto que a lei tenha qualificado criminoso, e em que tenha lugar a acção popular ou procedimento official de Justiça.

Art. 230. Se o crime de calúnia fôr commetido por meio de papeis impressos, lithographados ou gravados, que se distribuirem por mais de 15 pessoas contra corporações que exerção autoridade publica.

Penas — de prisão por 8 mezes a 2 annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 231. Se a calúnia fôr contra qualquer depositario ou agente de autoridade publica, em razão do seu officio.

Penas — de prisão por 6 a 18 mezes, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 232. Se fôr contra qualquer pessoa particular ou Empregado Publico, sem ser em razão do seu officio.

Penas — de prisão por 4 mezes a 1 anno, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 233. Quando a calúnia fôr commettida sem ser por algum dos meios mencionados no artigo 230, será punida com metade das penas estabelecidas.

Art. 234. O que provar o facto criminoso imputado, ficará isento de toda a pena.

Art. 235. A accusação proposta em juizo, provando-se ser calumniosa e intentada de má fé, será punida com a pena do crime imputado no gráo minimo.

Art. 236. Julgar-se-ha crime de injúria :

1.º Na imputação de hum facto criminoso não comprehendido no art. 229.

2.º Na imputação de vícios ou defeitos que possam expôr ao odio ou desprezo publico.

3.º Na imputação vaga de crimes ou vícios sem factos especificados.

4.º Em tudo o que pôde prejudicar a reputação de alguem.

5.º Em discursos, gestos ou signaes reputados insultantes na opinião publica.

Art. 237. O crime de injúria commettido por algum dos meios mencionados no art. 230.

1.º Contra corporações que exerção autoridade publica.

Penas — de prisão por 4 mezes a 1 anno, e de multa correspondente á metade do tempo.

2.º Contra qualquer Depositario ou Agente de autoridade publica em razão do seu officio.

Penas — de prisão por 3 a 9 mezes, e de multa correspondente á metade do tempo.

3.º Contra pessoas particulares ou empregados publicos, sem ser em razão de seu officio.

Penas — de prisão por 2 a 6 mezes, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 238. Quando a injúria fôr commettida sem ser por algum dos meios mencionados no artigo 230, será punida com metade das penas estabelecidas.

Art. 239. As imputações feitas a qualquer Corporação depositaria ou agente de autoridade publica, contendo factos ou omissões contra os deveres dos seus empregos, não sujeitão á pena alguma provando-se a verdade dellas.

Aquellas porém que contiverem factos da vida privada, ou sejião contra empregados publicos ou contra particulares, não serão admittidos a prova.

Art. 240. Quando a calúnia ou injúria fôrem equivoacas, poderá o offendido pedir explicações em Juizo ou fóra delle.

O que em Juizo se recusar a estas explicações ficará sujeito ás penas da calúnia ou injúria a que o equívoco der lugar.

Art. 241. O Juiz que encontrar calumnias ou injurias escriptas em allegações ou cotas de autos publicos as mandará riscar a requerimento da parte offendida, e poderá condemnar o seu autor, sendo Advogado ou Procurador, em suspensão do officio por 8 a 30 dias, e em multa de 4 a 40\$.

Art. 242. As calumnias e as injurias contra o Imperador ou contra a Assembléa Geral Legislativa serão punidas com o dobro das penas estabelecidas nos arts. 230 e 233.

Art. 243. As calumnias e as injurias feitas a todos ou a cada hum dos Agentes do Poder Executivo não se entendem directa nem indirectamente feitas ao Imperador.

Art. 244. As calumnias e as injurias contra o Regente ou a Regencia, o Príncipe Imperial, a Imperatriz, ou contra cada huma das Camaras Legislativas, serão punidas com o dobro das penas estabelecidas nos arts. 231, 232, 237, § 2º e 258.

Art. 245. As calumnias e as injurias contra alguma das pessoas da Familia Imperial, ou contra algum dos Membros das Camaras Legislativas, em razão do exercicio das suas attribuições, serão punidas com o dobro das penas estabelecidas nos arts. 232, 233, 237, § 3º e 258.

Art. 246. Provando-se que o delinquente teve paga ou promessa para commetter alguma calúnia ou injúria, além das outras penas, incorrerá mais na do duplo dos valores recebidos ou promettidos.

CAPITULO 3.º — Dos crimes contra a segurança do estado civil e domestico.

SECÇÃO 1.ª — Celebração do matrimonio contra as leis do Imperio.

Art. 247. Receber o Ecclesiastico em matrimonio a contrahentes que se não mostrarem habilitados na conformidade das leis.

Penas — de prisão por 2 mezes a 1 anno, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 248. Contrahir matrimonio clandestino.

Penas — de prisão por 2 mezes a 1 anno.

SECÇÃO 2.ª — Polygamia.

Art. 249. Contrahir matrimonio segunda ou mais vezes sem se ter dissolvido o primeiro.

Penas — de prisão com trabalho por 1 a 6 annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

SECÇÃO 3.ª — Adulterio.

Art. 250. A mulher casada que commetter adulterio será punida com a pena de prisão com trabalho por 1 a 5 annos.

A mesma pena se imporá neste caso ao adultero.

Art. 251. O homem casado que tiver concu-

bina, teuda e mantenda, será punido com as penas do artigo antecedente.

Art. 252. A accusação deste crime não será permittida a pessoa que não seja marido ou mulher; e estes mesmos não terão direito de accusar-se em algum tempo tiverem consentido no adulterio.

Art. 253. A accusação por adulterio deverá ser intentada conjuntamente contra a mulher e o homem com quem ella tiver commettido o crime, se fôr vivo; e hum não poderá ser condemnado sem o outro.

secção 4.ª — Parto supposto e outros fingimentos.

Art. 254. Fingir-se a mulher prenhe e dar o parto alheio por seu, ou sendo verdadeiramente prenhe, substituir a sua por outra criança, furtar alguma criança, occulta-la ou troca-la por outra.

Penas — de prisão por 4 mezes a 2 annos, e de multa correspondente á metade do tempo, além das mais em que incorrer.

Art. 255. Fingir-se o homem marido de huma mulher contra a vontade desta para usurpar direitos maritales, ou fingir-se a mulher casada com hum homem para o mesmo fim.

Penas — de prisão com trabalho por 1 a 6 annos, e multa correspondente á metade do tempo.

Se este fingimento fôr de accordo do homem com a mulher em prejuizo de terceiro, além das referidas penas, soffrerão mais as em que incorrem pelo mal que causarem.

Art. 256. Fingir-se empregado publico.

Penas — de prisão por 1 mez a 1 anno, e de multa correspondente á metade do tempo.

TITULO 3.º — Dos crimes contra a propriedade.

CAPITULO 1.º — Furto.

Art. 257. Tirar a cousa alheia contra a vontade de seu dono para si ou para outro.

Penas — de prisão com trabalho por 2 mezes a 4 annos, e de multa de 5 a 20 por cento do valor furtado.

Art. 258. Tambem commetterá furto e incorrerá nas penas do artigo antecedente o que, tendo para algum fim recebido a cousa alheia, por vontade de seu dono, se arrogar depois o dominio ou uso que lhe não fôra transferido.

Art. 259. Tirar sem autorisação legal a cousa propria quando se achar em poder de terceiro por convenção ou determinação judicial, e o terceiro com a tirada sentir prejuizo ou estiver a soffre-lo.

Penas — as mesmas do artigo antecedente.

Art. 260. Mais se julgará furto a achada da cousa alheia perdida, quando se não manifestar ao Juiz de Paz do districto ou Official de Quartelão, dentro de 15 dias depois que fôr achada.

Penas — de prisão com trabalho por 1 mez a 2 annos, e de multa de 5 a 20 por cento do valor da cousa achada.

Art. 261. Imprimir, gravar, lithographar ou introduzir quaesquer escriptos ou estampas, que tiverem sido feitos, compostos ou traduzidos

por Cidadãos Brasileiros, enquanto estes viverem, e 10 annos depois da sua morte, se deixarem herdeiros.

Penas — de perda de todos os exemplares para o autor ou traductor ou seus herdeiros, ou na falta delles do seu valor e outro tanto, e de multa igual ao trespdobro do valor dos exemplares.

Se os escriptos ou estampas pertencerem a corporações, a prohibição de imprimir, gravar, lithographar ou introduzir, durará sómente por espaço de 10 annos.

Art. 262. Não se dará acção de furto entre marido e mulher, ascendentes e descendentes e affins, nos mesmos grãos, nem por ella poderão ser demandados os viuvos ou viúvas, quanto ás cousas que pertencêrão ao conjuge morto, tendo-se sómente lugar em todos estes casos a acção civil para a satisfação.

CAPITULO 2.º — Bancarrota, estellionato, e outros crimes contra a propriedade.

Art. 263. A bancarrota, que fôr qualificada de fraudulenta na conformidade das leis do Commercio, será punida com a prisão com trabalho por 1 a 8 annos.

Na mesma pena incorrerão os complices.

Art. 264. Julgar-se-ha crime de estellionato:

1.º A alheação de bens alheios, como proprios, ou a troca das cousas que se deverem entregar por outras diversas.

2.º A alheação, locação, aforamento ou arrendamento da cousa propria já alheada, locada, aforada ou arrendada a outrem, ou a alheação da cousa propria especialmente hypothecada a terceiro.

3.º A hypotheca especial da mesma cousa a diversas pessoas, não chegando o seu valor para pagamento de todos os credores hypothecarios.

4.º Em geral todo e qualquer artificio fraudulento, pelo qual se obtenha de outrem toda a sua fortuna ou parte della, ou quaesquer titulos.

Penas — de prisão com trabalho por 6 mezes a 6 annos, e de multa de 5 a 20 por cento do valor das cousas sobre que versar o estellionato.

Art. 265. Usar de qualquer falsidade para se constituir a outro em obrigação que não tiver em vista ou não poder contrahir.

Desviar ou dissipar, em prejuizo do proprietario, possuidor ou detentor, cousa de qualquer valor que se tenha confiado por qualquer motivo com a obrigação de a restituir ou apresentar.

Tirar folhas de autos ou livros judiciaes, subtrahir do Juizo documentos nelle offerecidos sem licença judicial.

Penas — de prisão com trabalho por 2 mezes a 4 annos, e de multa de 5 a 20 por cento da quantia da obrigação ou do valor desviado, ou dissipado, ou do damno causado.

CAPITULO 3.º — Damno.

Art. 266. Destruir ou damnificar huma cousa alheia de qualquer valor.

Penas — de prisão por 10 a 40 dias, e de mul-

ta de 5 a 20 por cento do valor destruído ou damnificado.

Se concorrerem circumstancias aggravantes.

Penas—de prisão com trabalho por 2 mezes a 4 annos, e a mesma multa.

Art. 267. Se a destruição ou damnificação fôr de cousas que servirem a distinguir e separar os limites dos predios.

Penas—de prisão por 20 dias a 4 mezes, e a mesma multa.

Se a destruição ou damnificação neste caso fôr feita para se apropriar o delinquente do terreno alheio.

Penas—as mesmas do furto.

Disposição commum.

Art. 268. Haverá crime contra a propriedade, ou o seu objecto tenha valor por si ou de qualquer maneira o represente.

TITULO 4.º—Dos crimes contra a pessoa e contra a propriedade.

Art. 269. Roubar, isto he, furtar fazendo violência á pessoa ou ás cousas.

Penas—de galés por 1 a 8 annos.

Art. 270. Julgar-se-ha violencia feita a pessoa todas as vezes que, por meio de offensas physicas, de ameaças ou por outro qualquer meio, se reduzir algum a não defender as suas cousas.

Julgar-se-ha violencia feita a cousa, todas as vezes que se destruirerem os obstaculos á perpetração dos roubos, ou se fizerem arrombamentos exteriores ou interiores.

Os arrombamentos se considerarão feitos todas as vezes que se empregar a força ou quaesquer instrumentos ou aparelhos para vencer os obstaculos.

Art. 271. Se para verificação do roubo, ou no acto d'elle se commetter morte.

Penas—de morte no grão maximo, galés perpetuas no medio, e por 20 annos no minimo.

Art. 272. Quando se commetter alguma outra offensa physica, irreparavel, ou de que resulte deformidade ou alejão.

Penas—de galés por 4 a 12 annos.

Se da offensa physica resultar grave incommodo de saude, ou inhabilitação de serviço por mais de hum mez.

Penas—de galés por 2 a 10 annos.

Em todos os casos dos artigos antecedentes, pagara o réo huma multa de 5 a 20 por cento do valor roubado.

Art. 273. Tambem se reputará roubo, e como tal será punido, o furto feito por aquelle que se fugir Empregado Publico e autorizado para tomar a propriedade alheia.

Art. 274. A tentativa do roubo, quando se tiver verificado a violencia, ainda que não haja a tíçda da cousa alheia, será punida como o mesmo crime.

Disposição commum aos delictos particulares.

Art. 275. O abuso de poder dos Empregados Publicos nestes delictos será considerado circumstancia aggravante.

PARTE QUARTA.

Dos crimes policiaes.

CAPITULO 1.º—Offensas da Religião, da Moral e bons costumes.

Art. 276. Celebrar em casa ou edificio que tenha alguma fôrma exterior de Templo, ou publicamente em qualquer lugar, o culto de outra Religião que não seja a do Estado.

Penas—de serem dispersos pelo Juiz de Paz os que estiverem reunidos para o culto; da demolição da fôrma exterior; e de multa de 2 a 12\$, que pagará cada hum.

Art. 277. Abusar ou zombar de qualquer culto estabelecido no Imperio, por meio de papeis impressos, lithographados ou gravados, que se distribuirem por mais de 15 pessoas, ou por meio de discursos proferidos em publicas reuniões, ou na occasião e lugar em que o culto se prestar.

Penas—de prisão por 1 a 6 mezes, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 278. Propagar por meio de papeis impressos, lithographados ou gravados, que se distribuirem por mais de 15 pessoas, ou por discursos proferidos em publicas reuniões, doutrinas que directamente destruão as verdades fundamentais da existencia de Deos e da immortalidade da alma.

Penas—de prisão por 4 mezes a 1 anno, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 279. Offender evidentemente a moral publica, em papeis impressos, lithographados, ou gravados, ou em estampas e pinturas que se distribuirem por mais de 15 pessoas, e bem assim a respeito destas que estejam expostas publicamente á venda.

Penas—de prisão por 2 a 6 mezes, de multa correspondente á metade do tempo, e de perda das estampas e pinturas, ou, na falta dellas, do seu valor.

Art. 280. Praticar qualquer acção, que na opinião publica seja considerada como evidentemente offensiva da moral e bons costumes, sendo em lugar publico.

Penas—de prisão por 10 a 40 dias, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 281. Ter casa publica de tabolagem para jogos que fôrem prohibidos pelas Posturas das Camaras Municipaes.

Penas—de prisão por 15 a 60 dias, e de multa correspondente á metade do tempo.

CAPITULO 2.º—Sociedades secretas.

Art. 282. A reunião de mais de 10 pessoas em huma casa em certos e determinados dias, sómente se julgará criminosa quando fôr para fim de que se exija segredo dos associados, e quando neste ultimo caso não se communicar em fôrma legal ao Juiz de Paz do districto em que se fizer a reunião.

Penas—de prisão por 5 a 15 dias ao chefe, do no, morador ou administrador da casa, e pelo dobro em caso de reincidencia.

Art. 283. A communicação ao Juiz de Paz

deverá ser feita com declaração do fim geral da reunião, com o protesto de que se não oppoem á ordem social, dos lugares e tempo da reunião, e dos nomes dos que dirigirem o governo da sociedade.

Será assignada pelos declarantes, e apresentada no espaço de 15 dias depois da primeira reunião.

Art. 284. Se fôrem falsas as declarações que se fizerem, e as reuniões tiverem fins oppostos á ordem social, o Juiz de Paz, além de dispersar a sociedade, formará culpa aos associados.

CAPITULO 3.º—Ajuntamentos illicitos.

Art. 285. Julgar-se-ha commettido este crime reunindo-se 3 ou mais pessoas, com a intenção de se ajudarem mutuamente para commetterem algum delicto, ou para privarem illegalmente a alguém do gozo, em exercicio de algum direito ou dever.

Art. 286. Praticar em ajuntamento illicito algum dos actos declarados no art. antecedente.

Penas—de multa de 20 a 200\$, além das mais em que tiver incorrido o réo.

Art. 287. Se o ajuntamento illicito tiver por fim impedir a percepção de alguma taxa, direito, contribuição ou tributo legitimamente imposto, ou a execução de alguma Lei ou sentença, ou se fôr destinado a soltar algum réo legalmente preso.

Penas—de 40 a 400\$, além das mais em que o réo tiver incorrido.

Art. 288. Os que se tiverem retirado do ajuntamento illicito antes de se haver commettido algum acto de violencia, não incorrerão em pena alguma.

Art. 289. Quando o Juiz de Paz fôr informado de que exista algum ajuntamento illicito de mais de 20 pessoas, irá com seu Escrivão ao lugar, e achando o ajuntamento illicito, proclamará seu caracter, e alçando huma bandeira verde, admoestará aos reunidos para que se retirem.

Art. 290. Se o Juiz de Paz não fôr obedecido depois da terceira admoestação, poderá empregar força para desfazer o ajuntamento, e reter em custodia os cabeças, se lhe parecer necessario.

Art. 291. Se no lugar não houver força armada, ou se fôr difficil a sua convocação, poderá o Juiz de Paz convocar as pessoas que fôrem necessarias para desfazer o ajuntamento.

Art. 292. Os homens livres de mais de 18 annos de idade, e menos de 50, que, sendo convocados pelo Juiz de Paz, ou de ordem sua, para o fim declarado no art. antecedente, recusarem ou deixarem de obedecer sem motivo justo.

Penas—de multa de 10 a 60\$.

Art. 293. Aquelles que, fazendo parte do ajuntamento illicito, se não tiverem retirado do lugar hum quarto de hora depois da terceira admoestação do Juiz de Paz, ou que, depois de desfeito o ajuntamento, se tornarem a reunir.

Penas—de multa de 10 a 100\$.

Setiverem commettido violencias antes da primeira admoestação do Juiz de Paz.

Penas—as mesmas estabelecidas nos artigos 286 e 287.

Art. 294. Aquelles que commetterem violencias depois da primeira admoestação do Juiz de Paz.

Penas—de prisão com trabalho por 1 a 3 annos, além das mais em que tiver incorrido pela violencia.

Se a violencia fôr feita contra o Juiz de Paz, ou contra as pessoas encarregadas de desfazer o ajuntamento.

Penas—de prisão com trabalho por 2 a 6 annos, além das mais em que tiver incorrido pela violencia.

CAPITULO 4.º—Vadios e Mendigos.

Art. 295. Não tomar qualquer pessoa huma occupação honesta e util, de que possa subsistir, depois de advertido pelo Juiz de Paz, não tendo renda sufficiente.

Penas—de prisão com trabalho por 8 a 24 dias.

Art. 296. Andar mendigando.

1.º Nos lugares em que existem estabelecimentos publicos para os mendigos, ou havendo pessoa que se offereça a sustenta-los.

2.º Quando os que mendigarem estiverem em termos de trabalhar, ainda que nos lugares não haja os ditos estabelecimentos.

3.º Quando fingirem chagas ou outras enfermidades.

4.º Quando mesmo invalidos mendigarem em reunião de 4 ou mais, não sendo pai e filhos, e não se incluindo tambem no numero dos 4 as mulheres que acompanharem seus maridos, e os moços que guiarem os cegos.

Penas—de prisão simples, ou com trabalho, segundo o estado das forças do mendigo, por 8 dias a 1 mez.

CAPITULO 5.º—Uso de armas defesas.

Art. 297. Usar de armas offensivas que fôrem prohibidas.

Penas—de prisão por 15 a 60 dias, e de multa correspondente á metade do tempo, além da perda das armas.

Art. 298. Não incorrerão nas penas do art. antecedente:

1.º Os Officiaes de Justiça, andando em diligencia.

2.º Os Militares da primeira e segunda linha e Ordenanças, andando em diligencia ou em exercicio, na forma de seus regulamentos.

3.º Os que obtiverem licença dos Juizes de Paz.

Art. 299. As Camaras Municipaes declararão em editaes quaes sejam as armas offensivas cujo uso poderão permittir os Juizes de Paz; os casos em que as poderão permittir, e bem assim quaes as armas offensivas que será licito trazer e usar sem licença aos occupados em trabalhos para que ellas fôrem necessarias.

CAPÍTULO 6.º—Fabrico e uso de instrumentos para roubar.

Art. 300. Fabricar gazua, ou ter ou trazer consigo de dia ou de noite gazua ou outros instrumentos ouapparelhos proprios para roubar.

Pena—de prisão com trabalho por 2 mezes a 3 annos.

CAPÍTULO 7.º—Uso de nomes suppostos e titulos indevidos.

Art. 301. Usar de nome supposto ou mudado, ou de algum titulo distinctivo ou condecoração que não tenha.

Penas—de prisão por 10 a 60 dias, e de multa correspondente a metade do tempo.

Art. 302. Se em virtude do sobredito uso se tiver obtido o que de outro modo se não conseguiria.

Pena—a mesma em que incorreria o réo se obtivesse por violencia.

CAPÍTULO 8.º—Uso indevido da imprensa.

Art. 303. Estabelecer officina de impressão, lithographia ou gravura, sem declarar perante a Camara da Cidade ou Villa o seu nome, lugar, rua e casa em que pretende estabelecer para ser escripto em livro proprio que para esse effeito terão as Camaras, e de deixar de participar a mudança da casa sempre que ella aconteça.

Pena—de multa de 12 a 60 \$ reis.

Art. 304. Imprimir, lithographar ou gravar qualquer escripto ou estampa sem nelle se declarar o nome do impressor ou gravador, a fortan em que está a officina em que for impresso, lithographado ou gravado e o anno da impressão, lithographia ou gravura, faltando-se a todas ou a cada huma destas declarações.

Penas—de perda dos exemplares em que houverem as faltas, e de multa de 25 a 100 \$ reis.

Art. 305. Imprimir, lithographar ou gravar com falsidade todas ou qualquer das declarações do artigo antecedente.

Penas—de perda dos exemplares, e de multa de 50 a 200 \$ reis.

Art. 306. Se a falsidade consistir em attribuir o escripto ou estampa a impressor ou gravador, autor ou editor que esteja actualmente vivo.

Penas—dobradas.

Art. 307. Deixar de remetter ao Promotor hum exemplar do escripto ou obra impressa, no dia de sua publicação ou distribuição.

Pena—de multa de 10 a 50 \$ reis.

Disposições geraes.

Art. 308. EsteCodigo não comprehendê:

1.º Os crimes e responsabilidade dos Ministros e Conselheiros de Estado, os quaes serão punidos com as penas estabelecidas na lei respectiva.

2.º Os crimes puramente militares, os quaes serão punidos na forma das leis respectivas.

3.º Os crimes contra o commercio não especificados nesteCodigo, os quaes continuarão a ser punidos como até aqui.

4.º Os crimes contra a Policia e economia particular das povoações, não especificados neste

Codigo, os quaes serão punidos na conformidade das posturas municipaes.

Art. 309. Todos os crimes commettidos antes da promulgação desteCodigo que tiverem de ser sentenciados em primeira ou segunda instancia, ou em virtude da revista concedida, serão punidos com as penas estabelecidas nas leis anteriores quando forem menores; no caso porém de serem mais graves, poderão os delinquentes reclamar a imposição dis que se estabelecem no presenteCodigo.

Art. 310. Todas as acções ou omissões que, sendo criminosas, pelas leis anteriores, não são como taes consideradas no presenteCodigo, não sujeitarão a pena alguma que já não esteja imposta por sentença que se tenha tornado irrevogavel ou de que se não conceda revista.

Exceptuão-se:

As acções ou omissões não declaradas nesteCodigo e que não são puramente criminaes, as quaes, pelos regimentos das autoridades e leis sobre o processo, esteja imposta alguma multa ou outra pena pela falta de cumprimento de algum dever ou obrigação.

Art. 311. A pena de galés temporaria será substituida pela de prisão com trabalho pelo mesmo tempo, logo que houverem casas de correção nos lugares em que os réos estiverem cumprindo as sentenças.

Art. 312. A accusação por parte da Justica continuará em todos os crimes em que até agora tinha lugar, e nos de abuso da liberdade de communicar os pensamentos accusari o Promotor, nos casos declarados nos arts. 90, 99, 119, 242, 243, 247, 278 e 279.

Art. 313. Ficão revogadas todas as leis em contrario.

Mandamos, portanto, etc. Dada no palacio do Rio de Janeiro, em 16 de Dezembro de 1830, da Independencia do Imperio. — Imperador com guarda. — Estava o sello pendente. — Visconde de Alcantara. — Com os registos competentes.

PORTARIA DE 18 DE DEZEMBRO.
Coll. Plancher.

Mm. e Exm. Sr. — Havendo S. M. o Imperador reconhecido o Encarregado de Negocios que S. M. o Rei dos Francezes nomeou junto desta Corte, e querendo o mesmo A. S. mostrar toda a contemplação que lhe merece aquelle Monarcha, que acaba de fazer servicos tão emiacentes ao systema constitucional: Houve por hum nomear a V. Ex. seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto a sua Corte; e para este fim, lhe remetto a Credençial inclusa com a sua competente copia. Tambem remetto a V. Ex. a Carta que S. M. I. escreveu a S. M. o Rei dos Francezes, em resposta a quella dirigida, participando a sua exaltação ao Throno de França, assim de que faça della a competente entrega. Julgo desnecessario recommendar a V. Ex. que, em sua audiência de apresentação, deverá dirigir a S. M. o Rei dos Francezes expre-

sões que mostrem bem o jubilo que S. M. I. teye de ver hum Principe tão distincto pela sabedoria dos seus principios politicos, posto á testa de huma Nação briosa de quem fará sem duvida a felicidade, contribuindo para a paz da Europa e do mundo inteiro.

Depois de fazer esta communicação a V. Ex., cumpre-me dizer-lhe que, não permittindo o apuro das finanças do Imperio, nem a lei do Orçamento que se continem a fazer nas Legações as mesmas despesas, ficará V. Ex. entendendo que o seu ordenado he de 8:000,000 de réis annuaes; e do seu Secretario Verissimo Maximo de Almeida de 2:000,000 de réis; para as despesas da Secretaria 600,000 réis, entrando nellas as gazetas que V. Ex. deve remetter a esta Secretaria, e se devem limitar ao *Moniteur e Constitutionnel*: para o Consul Geral o ordenado de 600,000 réis. Escuso prevenir a V. Ex. que qualquer excesso de despesa que haja a este respeito não será abonado. O que participo a V. Ex. para sua intelligencia e para o fazer constar ao dito Secretario e Consul.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 18 de Dezembro de 1830. — Francisco Carneiro de Campos. — Sr. Marquez de Rezende.

Nesta conformidade se escreveu *mutatis mutandis* ás mais Legações do Imperio na Europa e America, quanto ao pagamento dos ordenados e mais despesas da dita Legação, em observancia da Lei do Orçamento.

DECRETO DE 20 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembleia Geral Legislativa.

Art. 1.º A lei de 18 de Setembro de 1828 será cumprida com as seguintes declarações.

Art. 2.º Devem ser admittidos á matricula de que trata o art. 4.º, § 3.º, não só os Magistrados que actualmente estiverem empregados, mas tambem os que já tiverem servido algum lugar e estiverem habilitados para continuarem no serviço, ainda que estejam desempregados.

Art. 3.º Os Magistrados que de novo entrarem no serviço e os actuaes que fôrem despachados para outros lugares, poderão ser matriculados logo que apresentem a sua carta, ficando obrigados a remetter ao Presidente do Supremo Tribunal a certidão de sua posse, dentro do prazo de 6 mezes, os que servirem nas Provincias do Rio de Janeiro, S. Paulo, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Minas Geraes, Espirito Santo e Bahia; de 1 anno os que servirem nas Provincias de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte e Goyaz; e 18 mezes os que servirem nas outras Provincias.

Aos Magistrados que se não matricularerem ou que, tendo-se matriculado, não remetterem a certidão da posse nos referidos prazos, se não contará a antiguidade no tempo da demora.

Art. 4.º Quando algum Magistrado fôr suspenso pelo Poder Moderador, na conformidade do art. 154 da Constituição, o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça o participará officialmente ao Presidente do Tribunal: igual participação documentada fará a Relação e qualquer Juiz quando tiver pronunciado algum Magistrado ou contra elle proferido sentença em processo criminal passada em julgado, para se fazerem na sua matricula as devidas notas.

Art. 5.º Nos dous casos de manifesta oulidade de ou injustiça notoria, pôde-se interpor revista na conformidade dos arts. 6.º e 16 da lei de 18 de Setembro de 1828, das sentenças proferidas em ultima instancia em todos os Juizos ainda privilegiados, excepto os do Senado e Supremo Tribunal de Justiça.

Art. 6.º De todas as Sentenças proferidas em ultima instancia nos Tribunaes Ecclesiasticos depois da dita lei, poder-se-ha interpor revista nos dous referidos casos, apezar de terem passado os 10 dias, salvo se as materias julgadas fôrem meramente espirituaes.

Art. 7.º Estas e todas as outras causas em que o Tribunal conceder revista serão julgadas nas Relações Provincias conforme o art. 16 da citada lei e o processo, tanto para a interposição como para a apresentação, será o mesmo estabelecido nos arts. 8.º e seguintes.

Art. 8.º Os dous casos de manifesta nullidade ou injustiça notoria, só se julgarão verificados nos precisos termos da Carta de Lei de 3 de Novembro de 1768, §§ 2.º e 3.º, e quando occorrerem casos taes e tão graves e intrinsecos, que a decisão de serem ou não comprehendidos nas disposições desta lei se faça duvidosa no Tribunal, solicitará elle as providencias legislativas pelo intermedio do Governo.

Art. 9.º A interposição da revista, por meio da manifestação de que trata o art. 8.º da referida lei, pôde ser feita por qualquer Procurador, ou seja bastante e geral ou seja particular, dos que estiverem autorizados para o proseguimento do feito na instancia em que se proferir a sentença de que a revista se interpor.

Art. 10.º O termo dos 10 dias fixados para a manifestação da revista, he peremptorio e improrogavel, sem embargo de qualquer restituição; todavia os erros commettidos pelos Escrivas dos Juizos de que se interpor a revista ou pelo Secretario do Tribunal, não prejudicarão as partes que tiverem cumprido as disposições legais.

Art. 11.º No caso de se provarem taes erros perante o Tribunal, deferirá este ao direito das partes como se não existissem, salva a responsabilidade dos que os tiverem commettido.

Art. 12.º As revistas que tiverem sido denegadas por motivo dos mencionados erros, admittirão novo conhecimento para se deferir como fôr justo, contando que as partes, tanto neste caso como no art. 6.º, o requirirão na Corte e Provincia do Rio de Janeiro dentro de 30 dias; de 1 anno nas Provincias de Mato-Grosso, Ceará, Piahy, Maranhão e Pará; e de 8 mezes nas de-

mais Provincias, contados da publicação da presente Resolução.

Art. 13. Se a parte contra quem se proferir a sentença em ultima instancia morrer antes de findarem os 10 dias sem ter interposto a revista nem consentido no julgado, sendo moradora no lugar do Juizo ou sabendo-se nelle do seu fallecimento, dentro dos ditos 10 dias passará aos herdeiros o direito de a interpôr.

Art. 14. Os herdeiros, neste caso, farão a manifestação dentro de 10 dias depois da publicação da sentença por que fôrem habilitados perante o Juiz ou Relação que julgara a causa principal.

Se a parte que fallecer não fôr moradora no lugar nem nelle se tiver noticia do fallecimento dentro dos 10 dias, valerá a interposição da revista feita pelo seu Procurador, e se este a não interpozer, passará o direito de a interpôr aos herdeiros na forma acima declarada.

Art. 15. A intimação da manifestação, quando a parte contraria não residir ou não estiver no lugar, pôde ser feita na pessoa do Procurador, nos termos do art. 9º.

Se a parte tiver sido revel e não estiver no lugar do Juizo e nem tiver constituido Procurador, não he precisa a intimação.

Art. 16. A excepção posta no art. 9º da lei a respeito das causas crimes, he extensiva a favor dos réos que tiverem sido sentenciados antes da publicação della, e não he necessario que os réos proveam a impossibilidade que tiverão de interpôr a revista das sentenças já executadas, bastando que a sua allegação seja attendivel.

Art. 17. Nas causas crimes em que não houver parte accusadora, far-se-ha a intimação da revista ao Promotor da Justiça, e far-se-ha tambem ao Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional (sem dependencia de licença), em todas as causas em que elle tiver intervindo como autor ou réo, assistente ou oppoente, e tanto hum como outro arrazoarão em prazo igual ao concedido ás partes.

Art. 18. Se, depois de feita a manifestação do recurso e a intimação, fallecer o Procurador de alguma das partes antes de arrazoar, ou por molestia, prisão ou outro grave impedimento se impossibilitar, não sendo a parte moradora no lugar do Juizo, não correrão os dias que faltarem para o termo, senão depois que fôr citada para constituir novo Procurador em prazo razoavel.

Art. 19. Se neste tempo fallecer alguma das partes, sendo moradora no lugar do Juizo ou sabendo-se do fallecimento dentro do prazo dos 15 dias, proceder-se-ha á habilitação dos herdeiros perante o Juiz da sentença, e não se contará no tempo concedido para a apresentação o que se consumir na habilitação.

Art. 20. Quando a parte fallecida não fôr moradora no lugar ou se não tiver noticia do fallecimento dentro do dito prazo, não se poderá depois allegar o fallecimento para se invalidarem os actos praticados antes de ser sabido.

Art. 21. O Escrivão continuará vista dos autos ás partes, ao Promotor da Justiça e ao Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacio-

nal, nos casos em que o dever fazer para arrazoarem, ficando a seu cargo cobra-los irremissivelmente logo que finde o termo da lei e Resolução de 31 de Agosto de 1829.

Art. 22. Se ambas as partes ou algumas dellas, depois de feita a manifestação e intimação, deixarem de arrazoar por escripto, não se deixará por esse motivo de conhecer do merecimento do recurso.

Art. 23. Depois de preparados os autos com as razões ou sem ellas e feito o traslado, o Escrivão os remetterá ao Secretario do Tribunal pelo correio, pago o porte pelo recorrente, e da remessa ajuntará conhecimento ao traslado.

Art. 24. No lugar em que estiver o Tribunal a remessa dos autos se fará independente de traslado, o que somente se tirará depois que fôr concedida a revista, sendo para esse fim remetidos ao Escrivão competente, que, tirado o traslado, os reenviará ao Secretario do Tribunal para serem remettillos á Relação que o Tribunal tiver designado.

Art. 25. Tanto os autos como o traslado serão sellados á custa do recorrente, não se fazendo a remessa sem que este tenha pago o sello e o porte do correio, e imputando-se-lhe a demora que por essa causa houver. O Escrivão será responsavel se fizer a remessa sem sello, mas não se deixará de conhecer do recurso.

Art. 26. Todas as providencias que fôrem necessarias para o Escrivão tomar o termo da manifestação, no caso de repugnár, e para fazer o traslado e remessa, bem como para todos os mais actos e diligencias preparatorias, serão requeridas aos Presidentes das Relações e Tribunaes, ou aos Juizes de primeira instancia que tiverem proferido as sentenças.

Art. 27. Quando a revista fôr intentada pelo Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, se procederá do modo declarado nos arts. 8º e seguintes da lei, sendo porém a intimação feita somente á parte vencedora e não a vencida, a quem se não dará vista para arrazoar.

Art. 28. O Tribunal conhecerá dos delictos e erros de officio, sem precedencia de queixa de parte offendida ou do Procurador da Corôa; e tanto nesse caso, como quando a queixa fôr directamente apresentada perante elle, o Ministro a quem tocar inquirirá testemunhas e procederá ás mais diligencias que são encarregadas aos Juizes territoriaes pelos arts. 21, 22 e 23 da lei, ou por elles se mandarão fazer, segundo a deliberação do Tribunal.

Art. 29. Os indiciaes, no caso do art. 2º, serão ouvidos por ordem expedida na conformidade do art. 1º da Resolução de 31 de Agosto de 1829; e tanto neste caso como no do art. 2º, se lhes enviarão as copias da queixa com os nomes do accusador e das testemunhas.

Art. 30. Os Ministros sorteados para a pronuncia, antes de proferirem a sentença, poderão mandar proceder a todas as diligencias que entenderem necessarias; em nenhum caso, porém, se mandarã proceder á devassa, quando não fôr

caso della, ou quando fôr segunda, posto que a primeira seja nulla.

Art. 31. Os effeitos da pronuncia declarada no art. 24 da lei, procedem conjunctamente como consequencias della sem dependencia de declaração dos Juizes a quem não he dado arbitrio algum a este respeito.

Art. 32. Quando houver parte accusadora, será admittida a addir ou declarar o libello do Promotor, com tanto que o faça no prazo de 3 dias.

Art. 33. Se algum outro Juizo se intrometter no conhecimento dos delictos e erros de officio que commetterem as pessoas declaradas no art. 164, § 2º da Constituição, poderá o Tribunal avocar os autos para proceder na forma da lei.

Art. 34. Se ao tempo de se julgar-se finalmente o processo criminal não se acharem 6 Juizes livres, deferir-se-ha o julgamento para outra sessão; e quando aconteça não os haver entre todos os membros do Tribunal, convocar-se-hão por suas antiguidades os Ministros da Relação da Côte que fôrem precisos.

Esta convocação será feita por officio do Presidente do Tribunal dirigido ao da Relação.

Art. 35. Para a execução das sentenças criminaes, assim de condemnação como de absolvição, se deverá juntar a Portaria do Presidente, ordenada pelo § 9º do art. 4º da lei, hum certidão authentica da sentença passada pelo Secretario a que a mesma Portaria explicitamente se refira.

Art. 36. A Portaria, no caso de sentença condemnatoria, será remittida aos Juizes e Autoridades a quem tocar a sua execução; e, no caso de absolvição, se entregará á parte quando a requerer.

Art. 37. Se o réo que fôr absolvido no Tribunal tiver prestado fiança pecuniaria, será esta a seu requerimento levantada por Portaria do Presidente.

Art. 38. Não se poderão supprir no Tribunal as faltas e omissões das solemnidades que a lei exige para a interposição e seguimento das revistas.

Art. 39. Se por qualquer desastre acontecido ao correio se perderem os autos remittidos ao Tribunal, poderá a parte, com hum certidão authentica do Administrador do correio da Côte, pela qual conste o desastre, interpôr de novo o recurso na forma da lei, servindo o traslado dos autos como se fossem os principaes.

Art. 40. As custas de que trata o art. 15 da lei serão contadas pelo Regimento de 10 de Outubro de 1754, feito para as Camaras de Beira-Mar na parte relativa aos Escrivães e Tabelliães do Judiciál.

Art. 41. Os emolumentos de que trata o art. 39 serão contados pelo Regimento de 25 de Agosto de 1750, na parte relativa aos Escrivães e Official Maior do extincto Tribunal do Desembargo do Paço.

Art. 42. As custas e emolumentos assim regulados, emquanto se não der novo Regimento, serão contadas nos autos pelo Secretario do Tri-

bunal, e á sua cobrança se procederá executivamente quando as partes se recusarem ao pagamento.

Art. 43. No impedimento do Thesoureiro, servirá por elle hum pessoa idonea de baixo de sua particular responsabilidade, e o Secretario do Tribunal será o Escrivão de toda a receita e despeza.

Art. 44. Haverá no Tribunal assentos para as pessoas que assistirem ás suas sessões, os quaes o Governó fará collocar no lugar para esse fim destinado.

Ficão revogadas as Leis em contrario.

O Visconde de Alcantara, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 20 de Dezembro de 1830, 9º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de S. M. I. — Visconde de Alcantara.

PROVISÃO DE 20 DE DEZEMBRO.

Coll. Plancher.

Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia do Espirito Santo que, tendo-se por muitas vezes encontrado com falta de sello alguns dos documentos insertos nos requerimentos que essa Junta costuma informar e remetter a este Thesouro, o que não só he em prejuizo das partes recorrentes, que não tem nesta Côte Procuradores para satisfazerem o respectivo sello, como aos interesses Nacionais, pela demora da percepção de semelhante direito, ha S. M. o I. por bem ordenar que a Junta tenha d'ora em diante o devido cuidado para se não repita tal abuso, que lhe empreevitar em observancia do § 3º do Alvará de 17 de Junho de 1808. O que a Junta fielmente cumprirá João Rodrigues da Silva a fez. Rio de Janeiro, em 20 de Dezembro de 1830. João Carlos Corrêa Lemos a fez escrever. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N. B. Semelhantes, e na mesma data, se expedirão a todas as Provincias do Imperio.

PORTARIA DE 20 DE DEZEMBRO.

Coll. Plancher.

Illm. e Exm. Sr. — Havendo na Lei do Orçamento das despezas para o anno financeiro que ha de correr do 1º de Julho de 1831 ao ultimo de Junho de 1832, consignado unicamente a quantia de 55:816\$443 rs. para as despezas que por conta da Repartição da Marinha se devem fazer nessa Provincia, a saber: 39:769\$743 rs. com a Intendencia e Arsenal da Marinha, corte de madeiras, duas barcas tripuladas com 40 praças, calculada cada hum a 20\$ mensaes, e 16:046\$700 com o Corpo de Pedestres, e determinando-se na mesma Lei que as suas disposições sejam desde já cumpridas em tudo que fôr possível, apressó-me a communicar isto mesmo a V. Ex. por ordem de S. M. o I., emquan-

to se lhe não transmite hum exemplar daquella Lei, afim de dar as providencias, necessarias para que se não despenda maior quantia do que a acima indicada, nem se lhe de applicação diversa daquella para que he destinada, fazendo V. Ex. para isso as reduções necessarias nos mencionados estabelecimentos, e dando immediatamente conta do que houver praticado a tal respeito, para ser submettido ao imperial conhecimento e approvação. Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 20 de Dezembro de 1830.—Marquez de Paranaguá.—Sr. Barão de Itapicuru-mirim.

Idem aos Presidentes das outras Provincias, com designação da quota consignada para as despesas de Marihuá em cada huma, conforme a Lei do Orçamento.

PORTARIA DE 23 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Manda S. M. o I. pela Secretária de Estado dos Negocios da Justiça, remetter ao Supremo Tribunal de Justiça o Officio incluso do Vice-Presidente da Provincia de S. Paulo, e o Traslado authenticico a elle annexo da pronúncia que obriga ao Desembargador Ouvidor daquella Comarca, Candido Ladisláo Japiassú, a prisão e livramento, em consequencia da devassa tirada pelo Juiz de Fóra, pela Lei da dita Cidade de S. Paulo, sobre a morte do Doutor João Baptista Badaró, e bem assim a certidão que acompanha o Officio tambem incluso do Desembargador Corregedor do Crime da Corte e Casa, pela qual consta achar-se aquelle Ouvidor recolhido presonas Cadeas desta Corte, visto pertencer ao referido Tribunal o conhecimento e decisão deste negocio. Palacio do Rio de Janeiro, em 23 de Dezembro de 1830.—Visconde de Alcantara.—*Acha-se á fl. 162 v. do Liv. 10 da Corte.*

AVISO DE 23 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Ilm. e Exm. Sr.—Participando o Chanceller da Relação de Pernambuco, em Officio de 14 de Julho ultimo, a fuga em diversas occasiões de alguns réos que se achavão presos na Fortaleza das Cinco Pontas daquella Provincia, cuja guarda estava commettida aos Soldados do 8º Corpo de Artilharia de Posição da 2ª Linha, ha S. M. o I. por bem que V. Ex. expeça as convenientes ordens ao Comandante das Armas da referida Provincia, afim de observar-se a necessaria disciplina nos Corpos que estiverem de guardas Cadeas, a cuja falta se imputão as frequentes e repetidas fugas dos presos referidos, bem como que se fação effectivas suas responsabilidades. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 23 de Dezembro de 1830.—Visconde de Alcantara.—Sr. Conde do Rio Pardo.—*Acha-se á fl. 165 do mesmo Liv. no da Corte.*

AVISO DE 24 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Ilm. e Exm. Sr.—Representando o Juiz de Paz da Freguezia de S. Romão da Comarca do Paracatu, o escandaloso desleixo que tem havido em não se proceder contra João Pereira da Costa, por ser Capitão de Cavallaria da 2ª Linha estacionado naquelle Arraial, pronunciado em hum devassa, a que procedeu o Ouvidor da dita Comarca, ordena S. M. o I. que V. Ex. expeça as convenientes ordens, afim não só de providenciar o presente caso, como de aquellar para o futuro a repetição de hum tal abuso, remettendo, para melhor esclarecimento de V. Ex., o Officio incluso do referido Juiz de Paz. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 24 de Dezembro de 1830.—Visconde de Alcantara.—Sr. Conde do Rio Pardo.—*Acha-se á fl. 163 do mesmo Liv. 10.*

DECRETO DE 24 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Tendo determinado visitar a Provincia de Minas Geraes, e cumprindo que não padeca expediente dos negocios durante a minha ausencia, hei por bem que os meus Ministros e Secretarios de Estado continuem no despacho ordinario das suas respectivas Secretarias, expedindo em meu nome, como se presente estivesse, sendo supprida a falta de qualquer d'elles pelo mais antigo ou pelo mais graduado ou concurrencia de igual antiguidade. E hei, outro sim, por bem autorisa-los para tomarem, remittidos, na conformidade das Leis existentes, quaesquer medidas que se julgarem urgentes e proveitas á publica segurança e tranquillidade, que muito particularmente lhes recomendo. Os mesmos Ministros e Secretarios de Estado o tenham assim entendido e executem. Palacio do Rio de Janeiro, em 24 de Dezembro de 1830, 9º da Independencia e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. o I.—José Antonio da Silva Maia.

Communicado por Aviso de 5 de Janeiro de 1831.—*Acha-se á fl. 184 do Liv. da Casa da Supplicação, aberto a 14 de Dezembro de 1824.*

RESOLUÇÃO DE 24 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Remetteu-se ao Concelho, para consultar, o officio da Junta da Fazenda da Provincia da Bahia, sobre a approvação que solicita dos contratos da collecta dos 5 rs. em libra de cana verde do suburbio da Bahia, e da collecta do imposto denominado do Banco do Brazil.

Ouvindo o Procurador da Fazenda, disse que este negocio estava bastante provido pela Provisão de 24 de Maio de 1830, coincidente com o illustrado e mui zeloso voto do Escrivão da Fazenda com que se conforma. A Junta tem deprezado a disposição do Alvará de 28 de Junho de 1808, e he forçoso que a cumpra.

Parece ao Conselho que nenhum dos dous contractos da Collecta dos 5 rs. em libra de carne verde do subsidio da Bahia, e da Collecta dos impostos a favor do Banco estão em circumstancias de se apporvar. Não o 1.^o, porque está comprehendido na Imperial Resolução de 15 de Maio do corrente anno, em virtude do que se expedio á mesma Junta a Provisão do Thesouro de 24 do mesmo mez; não se podendo comprehender mesmo como a Collecta de 5 rs. em libra de carne verde de todo o suburbio da Bahia haja de produzir somente 2:240\$ rs. em hum triennio, quando a do suburbio desta Cidade tem sempre rendido mais de 9:000\$ rs., sem contar com o Botafogo, etc. Não o 2.^o dos impostos do Banco, porque militão as mesmas razões para se administrar na Bahia como no Rio de Janeiro; e se aqui essa renda se cobra por administração, o mesmo cumpre se mande praticar na Provincia da Bahia, visto ser mais vantajoso á Fazenda a administração do que a arrecadação; o ponto está que o zelo da Fazenda presida as diligencias da exação; para o que a Junta deve escolher pessoas que correspondão á confiança que nellas se põem, e estas não se descurarão dos seus deveres, huma vez que a mesma Junta seja mais assidua em lhes tomar contas. Em 10 de Dezembro de 1830.

Resolução. — Como parece. Páco., em 24 de Dezembro de 1830. — Com a rubrica de S. M. o Imperador. — Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Na cartorio actual do Thesouro Nacional.

RESOLUÇÃO DE 24 DE DEZEMBRO.
Manuscripto autographico.

Remetten-se ao Conselho da Fazenda, para se consultar com urgencia, os officios da Junta da Fazenda da Provincia de Pernambuco e do Presidente da mesma Provincia, relativos aos contractos e mais rendas que ali existem em administração, acerca das quaes se propoem, como mais vantajoso aos interesses nacionaes, o serem novamente arrematados. Sobre os mencionados officios e mais papeis, com os pareceres dados pela Repartição do Thesouro Nacional, respondeu o Procurador da Fazenda e disse: — Ainda mesmo tendo sido a entrada deste officio n. 16 na Contadoria no tempo que expressa o Contador Geral, parece que podia ter sido mais abreviado o seguimento delle pela importancia manifestada do objecto; permita-se esta observação ao zelo Fiscal, inherente ao meu officio; e movido do mesmo zelo; deverei annuir á proposição da Junta da Fazenda, em remedio ao mal de tanta monta que aos interesses da Fazenda Publica estão resultando da rigorosa observancia das ordens a que a Junta he sujeita na administração dos rendimentos da mesma Fazenda a seu cargo, pois entendo tambem, como enunciar o Escrivão do Thesouro, não ser o remedio arbitrario e illegal, antes autorisado pela disposição do citado Alvará da creação do Erário e

Conselho da Fazenda, neste Imperio, datado em 28 de Junho de 1808, actualmente em vigor.

Parece ao Conselho que o expediente da arrematação das rendas que propoem a Junta de Pernambuco, em seu Officio de 24 de Março do anno proximo passado, he menos bem aconselhado, ou seja de direito ou de facto. Quanto a direito, temos a lei de 28 de Junho de 1808, que no § 8.^o prohibe expressamente que se contracte ou arrende o subsidio de aguardente da terra, determinando que se arrende por administração; e temos o Decreto de 14 de Novembro de 1803, que estabelece a regra das arrematagões, ainda de frutos somente, quando os longos offerecidos iguallão o rendimento dos 3 annos proximos antecedentes; e onde ha lei cumpre executá-la. Quanto ao facto, nem menos procede a intenção da Junta. Quanto a arrecadação da renda, he effectuada em dinheiro; raras hypotheseas se pôde dar em que o Contratador possa fazer mais alguma cousa a beneficio d'elle do que o Administrador. Só as rendas cobravão em especie que dependem de algum beneficio ulterior antes que se apure o dinheiro he que, por ventura, podem produzir mais por arrematação do que por administração. Mas isto não he tudo; e o Conselho passa a convencer a Junta de que a diminuição das rendas que pôz qui administração so procede de falta de fiscalisção e não do vicio do meio. Sendo o officio da mesma Junta em questão datado de 26 de Março de 1829, parece que o anno de administração a que nelle se refere he o de 1828. Ora, no Relatorio ultimo do Ministro da Fazenda, apresentado na Camara dos Deputados, Parte 1.^a, pag. 76, se dão cobrados naquella Provincia 17:339\$256 rs. pelo producto da renda dos 5 rs. em libra de carne verde, no 1.^o semestre deste anno 1828, que corresponde a 5:468\$512 rs. em todo o anno, reputando-se estacionario o producto da mesma renda. E como o subsidio que se cobra da mesma carne verde esteja na razão de hum para cinco com o rendimento dos 5 rs., conclue-se que o gado tallado no anno de 1828, que pela dita renda dos 5 rs. produzia 54:688\$512 rs., devia produzir pelo subsidio 6:599\$2702 rs., que he a quinta parte dessa quantia; e abatendo-se os ditos 6:599\$2702 rs., proveniente do subsidio da carne dos 13:414\$509 rs., que diz a Junta render o subsidio em geral no dito anno de 1828, resta para o subsidio de aguardente 8:479\$507 rs. somente, que divididos por 35:000 rs., taxa do mesmo subsidio em cada pipa, accusa a cobrança da mesma taxa por 2.555 pipas somente. Porém, quem tivera que acreditar que na extensa Provincia de Pernambuco se fabricassem somente 2.555 pipas de aguardente por anno? Ninguém; nem a mesma Junta; porquanto, só o consumo da dita aguardente de que se cobrou a taxa de 4.75 rs., rendeu no primeiro semestre do dito anno de 1828 5:909\$544 (Relatorio citado, pag. 76, 1.^a parte), que corresponde a 11:818\$568 rs. em hum anno, e accusa o consumo de 2.974 pipas, e quando se não cobrasse o subsidio senão destas somente,

ficando livre toda a outra que se exportasse, devia ser o producto 10:334:5400 rs. e não 8:478:5347 rs.; compute-se, porém, a aguardente exportada nesse mesmo anno, que o relatório citado diz ter rendido no primeiro semestre do dito anno de 1828, a quantia de 1:717:5030, que corresponde a 5:454:5060 pelo anno inteiro, e ver-se-ha quanto mais de 15:414:5069 teria rendido o mesmo subsidio se fôra a sua cobrança bem fiscalizada. Conclue pois o Concelho que, a respeito das rendas indicadas pela Junta, convém proceder, estabelecendo-se o mesmo systema de arrecada-las por administração, como nesta Cidade se pratica, salvas as diferenças de localidade. Aos Conselheiros João Sabino de Mello e Bulhões Lacerda Castello Branco, João Prestes de Mello e Luiz Moutinho Lima Alvares da Silva, parece o mesmo que ao Procurador da Fazenda, contando que a arrecatação não seja effectuada por menos da do triennio anterior, entendendo-se que a arrematação em taes circumstancias convém á Fazenda Nacional, por não ser impedida pelos Alvarás de 28 de Junho de 1808 e 5 de Junho de 1809. Em 4 de Março de 1830.

Resolução.—Como parece ao Concelho. Paço, em 24 de Dezembro de 1830. — Com a rubrica de S. M. I.—Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.—No Cartorio actual do Thesouro Nacional.

PROVISÃO DE 24 DE DEZEMBRO.

Coll. Plancher.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia do Espirito Santo que S. M. o I. ordena que o Balancete da Receita e Despeza mensal, que deve remetter ao Thesouro, na fôrma das ordens a começar de Janeiro proximo, cumpre que seja organizado de modo que se conheça não só os rendimentos que se arrecadarão, mas tambem a pessoa que os entregou, e porque Leis ou Ordens, com declaração das especies em que se effectuou a entrada, cuja guia deverão as partes fazer em duplicata, assim de que humia dellas acompanhe o mesmo Balancete para sua demonstração. E pelo que pertence á despeza, que todas as Portarias da Junta, todas as Folhas, todos os pedidos enfim, em consequencia dos quaes houver de mandar fazer pagamentos, sejam remettidos por copia, em ordem a que não só chegue ao conhecimento do mesmo A. S. as despesas que se fazem nessa Provincia, com individuação dos Ministerios e Ordens que as autorisou, mas tambem as pessoas interessadas em todos esses pagamentos, e a maneira por que elles se effectuou. No Relatório da Fazenda apresentado á Camara dos Deputados no anno corrente achará a Junta o meio por que o Thesouro demonstrou a Receita e Despeza do Ministerio da Fazenda, e no Orçamento da Despeza do mesmo Ministerio, como comprovára a maior parte dos artigos nelle inse-

ridos, cujos modelos a Junta deverá seguir e ampliar se fôr preciso, entendendo-se a seu Escrição Deputado, a quem mais particularmente incumbe a organização deste trabalho, com a Contadoria Geral do Thesouro respectivo, sobre as duvidas que possam occorrer á cerca destas disposições, para que sejam logo removidas, e opportunamente se consigão os fins a que esta Imperial Ordem se destina. João Rodriguez da Silva a fez. Rio de Janeiro, em 24 de Dezembro de 1830. Candido Caldeira de Souza, no impedimento do Contador Geral a fez escrever.—Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N.B. Semelhantes, e na mesma data, se expedirão a todas as Provincias do Imperio.

DECRETO DE 24 DE DEZEMBRO.

Coll. Plancher.

Hei por bem nomear para membros da Comissão que nesta Côrte deve tomar conta á Caixa de Londres, na conformidade da Lei novissima de 4 do corrente, que extinguiu a dita Caixa, a Marianno Pinto Lobato, Primeiro Escripturario do Thesouro Nacional; a Joaquim Teixeira de Macedo, Escripturario da Caixa de Amortização; e a Antonio José da Silva Junior, Negociante desta Praça. Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, do meu Concelho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Thesouro Nacional, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios, ministrando aos referidos Commissarios para o desempenho desta Commissão as instrucções indicadas no art. 2.^o da sobredita Lei. Palacio do Rio de Janeiro, em 24 de Dezembro de 1830, 9.^o da Independencia e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. o I.—Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

CARTA DE LEI DE 29 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authentic.

D. Pedro, etc. Faço saber aos que esta minha Carta virem que, attendendo ao que me representou José Paulo Figueirôa Nabuco, do meu Concelho, depois de ter satisfeito ao que determina a Carta de Lei de 28 de Agosto de 1830, Hei por bem, tendo ouvido o Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, conceder (*) ao dito José Paulo Figueirôa Nabuco, por

(*) Alvará do 5 de Dezembro de 1827.

Imp. avulso.

Eu o Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Imperio do Brazil. Faço saber aos que este alvará virem, que, em consulta da Mesa do Desembargo do Paço, me foi presente o requerimento do Desembargador José Paulo Figueirôa Nabuco, em que me expôz que, levado de amor da patria e do desejo da melhor educação de seus filhos, redigira as duas obras intitulas: — Compendio

tempo de 20 annos, a propriedade e uso exclusivo da Collecção Chronologica Systematica da Legislação da Fazenda, e seu Appendice, de que he inventor, e igualmente de outra Collecção respectiva aos demais ramos da Publica Administração, e do Indice remissivo das mesmas Collecções que pretenda publicar, ficando no gozo das garantias, e sujeito às clausulas e condições expressados na mesma Lei. E por firmeza de tudo o que dito he, lhe mandei dar esta Carta por mim assignada e sellada com o sello das Minhas Armas. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 29 de Dezembro do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus-Christo de 1830, 9^a da Independencia e do Imperio. — IMPERADOR com rubrica e guarda. — José Antonio da Silva Maia. — *Com os registos competentes.*

PORTARIA DE 30 DE DEZEMBRO.

Coll. Plancher.

Attendendo S. M. I. ao incalculavel prejuizo, que, com perda de fazendas e perigo de vidas,

Scientifico para a mocidade brasileira, e Dialogo Constitucional Brasileiro, — de cuja utilidade se persuadia, quando circulem por todo o Imperio, sejam admittidos nas escolas; e porque o supplicante havia tido com aquellas obras assaz trabalho e despezas, garantido pelo art. 179, tit. 8^o, § 26 da Constituição Política deste Imperio, me pedia lhe conferisse a mesma graça de privilegio exclusivo concedido ao Brigadeiro Martiniano José de Andrada e Silva, e ao estrangeiro Silvestre Pinheiro Ferreira, quer para as ditas obras, quer para a continuação do Compendio Scientifico e Appendices do Catechismo Constitucional, constantes das mais leis regulamentares da Constituição, que fossem sancionadas até o encerramento da sessão legislativa, que teve lugar em o dia 16 de Novembro proximo findo; ao que attendendo, e ao mais que se me expoz na mencionada consulta em que foi ouvido o Desembargador Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, precedendo informação do Desembarga-

resulta da falta da ponte que houvera sobre o Rio Morto na Fazenda do Corrêa, e estrada de Minas Geraes, e a urgentissima necessidade de promptamente se construir outra, ou no mesmo lugar da que se construiu, ou naquelle que mais commodo e conveniente se achar, para facilitar e segurar o transito das muitas tropas e viandantes que girão desta para aquella Provincia, ordena á Camara Municipal da Villa de S. Pedro de Cantagallo, que sem perda de tempo dê todas as providencias que são de suas attribuições para a construcção breve da referida ponte, procedendo immediatamente às diligencias ordenadas pelo seu Regimento, e pela Lei de 29 de Agosto de 1828, e dando parte de tudo o que fizer, e das duvidas ou obstaculos que se lhe offerecerem pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio. Fazenda do Corrêa, 30 de Dezembro de 1830. — José Antonio da Silva Maia.

dor Juiz dos Feitos da Corôa e Fazenda Nacional: hei por bem, conformando-me com o parecer da mesma consulta, por minha immediata resolução de 12 do mez proximo passado, conceder ao supplicante o privilegio exclusivo que me impetra por tempo de dez annos para as duas mencionadas obras — Compendio Scientifico e Dialogo Constitucional Brasileiro, — em conformidade do § 26, art. 179, tit. 8^o da Constituição do Imperio. E este se comprirá como nelle se contém, e valerá, posto que o seu effeito haja de durar mais de hum anno sem embargo da Ord. do liv. 2^o, tit. 40 em contrario, e depois de registado em todos os lugares onde se costumão registrar semelhantes alvarás, se imprimirá no principio ou no fim de cada hum dos exemplares das referidas obras. Dado no Rio de Janeiro, aos 5 de Dezembro de 1827, 6^a da Independencia e do Imperio. — IMPERADOR com guarda. — *Com todos os registos competentes.*

ANNO DE 1831.

PROVISÃO DE 3 DE JANEIRO.

Coll. Miacira.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de Goyaz que S. M. o Imperador, em vista do seu Officio n. 59, de 29 de Dezembro de 1829, e do n. 50, a que se refere, de 29 de Novembro de 1828, tendentes á duvida suscitada sobre a deducção das terças partes dos Officios de Justiça: Houve por bem determinar que se observe na referida Provincia quanto estava em pratica antes da lei de 11 de Outubro de 1827, não derogado por ella, a qual, no caso em questão, só diz que os Serventuários não devem pagar mais do que a terça parte do rendimento dos Officios, e nada mais indica sobre essa terça parte. O que se participa á mesma Junta para sua intelligencia e execução. — João José de Brito Gomes a fez. Rio de Janeiro, em 3 de Janeiro de 1831. — João José Rodrigues Vareiro a fez escrever. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

AVISO DE 3 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo cessado as funções de Chanceller, que V. Ex. occupava pela sua nomeação de Presidente da Provincia do Pará: Ordena S. M. o Imperador que V. Ex. passe o sello e toda a mais jurisdicção que exercia como Regedor, ao Aggravista mais antigo, na conformidade da lei. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 3 de Janeiro de 1831. — Visconde de Alcantara. — Sr. Bernardo José da Gama. — *Acha-se á fl. 164 v. do Liv. 10 da Corte.*

PORTARIA DE 5 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

Manda S. M. o I., pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, remetter ao Supremo Tribunal de Justiça a copia inclusa do Decreto de 16 de Dezembro ultimo, pelo qual houve por bem mandar suspender do exercicio do lugar de Ouvidor da Comarca de Sabará, em que se acha, o Desembargador Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chichorro, para responder em juizo, na conformidade do art. 154 da Constituição, e os papeis que motivarão a mesma suspensão, constantes da relação inclusa, assignada por Antonio Alves de Miranda Varejão, Official da sobredita Secretaria de Estado, servindo de Official Maior della no impedimento do actual. E ha por bem que o mesmo Supremo Tribunal de Justiça faça executar o referido

Decreto. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Janeiro de 1831. — Visconde de Alcantara.

Relação dos papeis a que se refere a Portaria supra.

Hum Officio da Camara dos Deputados, datado de 16 de Julho de 1829, remettendo hum officio do Concelho geral da Provincia de S. Paulo, de 31 de Janeiro do dito anno, acompanhado da copia de huma representação, que a este dirigira a Camara da Villa da Parnahyba contra o ex-Ouvidor da Comarca de S. Paulo o Desembargador Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chichorro, e das copias de 4 documentos annexos á mesma representação.

Hum dito do Vice-Presidente da Provincia de S. Paulo, em data de 30 de Julho de 1829, acompanhado da resposta dada pelo dito Desembargador Chichorro, em sua defesa datada de 20 de Março do dito anno, e dos documentos annexos á mesma resposta, notados com as letras A B C D E.

Hum dito do Presidente da mesma Provincia, datado de 20 de Março de 1830, acompanhado de outro do Concelho Geral de 8 de Fevereiro do dito anno; da representação original da Camara da Parnahyba contra o sobredito Chichorro, e dos documentos annexos, também em original sob ns. 1, 2, 3 e 4.

Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, em 5 de Janeiro de 1831. — No impedimento do Official Maior, Antonio Alves de Miranda Varejão. — *Acha-se á fl. 164 v. e 165 do mesmo Liv. 10 da Corte.*

Na mesma data se expedio igual ao mesmo Tribunal com o Decreto de 22 de Dezembro de 1830, que suspendeu o Desembargador João José de Oliveira Junqueira e ao Regedor da Casa da Supplicação com os Decretos do mesmo dia 22 de Dezembro, suspendendo o Juiz de Paz da Parochia do Ouro Preto, Joaquim José da Silva Brandão, e o de S. João Baptista de Icarahy José Martins Almada. Por Decreto da mesma data também foi suspenso o Bacharel Francisco José Coelho Netto, remettendo-se os papeis á Relação da Bahia.

INSTRUÇÕES DE 7 DE JANEIRO.

Coll. Plancher.

INSTRUÇÕES para a Comissão nomeada por Decreto de 24 de Dezembro proximo passado, para a liquidação das contas da Caixa da Legação de Londres, na forma da Carta de Lei de 4 do dito mes e anno.

1.º Os trabalhos da Comissão terão logar no Thesouro Nacional nas horas do seu expediente.

2.ª A Comissão começará os seus trabalhos desde que se contrahio em Londres o primeiro empréstimo brasileiro em 1824 até o ponto em que terminarem as operações da Caixa, em conformidade das ordens que a este respeito se expedirão à Legação Brasileira naquelle Corte.

3.ª Para cumprimento das disposições do artigo antecedente, entregar-se-hão à Comissão todas as contas geraes recebidas da Legação de Londres, e que se houverem de receber relativas ao tempo indicado, conjuntamente com todos e quaesquer Offícios da Legação que a Comissão pedir para illustração das ditas contas geraes.

4.ª Todas as correspondencias do Thesouro e Junta da Fazenda, sobre remessas de letras e generos e metaes preciosos para Londres, serão tambem entregues à Comissão quando careça, para melhor conhecimento do debito da Caixa de Londres.

5.ª Se para os abonos que se devem dar à Caixa das quantias que se despendeu, a Comissão entender que são precisos outros documentos e ordens, além dos que passão para seu poder por virtude dos artigos antecedentes, poderá requisita-los; e ser-lhe-hão fornecidas copias dos ditos documentos e ordens, quer ellas fossem expedidas pelo Thesouro, quer pelas diversas Secretarias de Estado a nossa Legação em Londres.

Palacio do Rio de Janeiro, 7 de Janeiro de 1831. — Assignado — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

NOTA DE 8 DE JANEIRO.

Coll. Plancher.

O abaixo assignado, do Conselho de S. M. o I.º, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, tendo sido informado do efficaz soccorro que o Almirante Commandante das Forças Navaes de S. M. o Rei dos Francezes, surtas neste Porto, fizera prestar, para que se apagassem o incendio que infelizmente houve em algumas casas na rua da Quitanda, se apressa a cumprir, com a maior satisfação, o grato dever de participar ao Sr. Eduardo Pontois, Encarregado de Negocios de S. dita M., que o Governo de S. M. o I.º, avaliando devidamente o desvelo que mostraráo, tanto o sobredito Almirante, como os Officiaes e mais pessoas pertencentes aos Navios de Guerra da sua Nação, afim de se remediar, quanto fosse possível, aquelle acontecimento, lhes agradece vivamente tão louvavel acção, bem digna de huma Nação tão culta e brava.

O abaixo assignado, rogando ao Sr. Eduardo Pontois que leve ao conhecimento do Almirante, Officiaes e mais pessoas acima mencionadas estes sentimentos do Governo Imperial, lhe renova as expressões do seu obsequio e estima. Palacio do Rio de Janeiro, em 8 de Janeiro de 1831. — Francisco Carneiro de Campos.

Na mesma conformidade se dirigio ao Sr. Arthur Aston, Encarregado de Negocios de S. M. Britannica.

AVISO D 10 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — Passo ás mãos de V. Ex. a copia inclusa de hum paragrapho do officio do Desembargador Adjuntado do Intendente Geral da Policia, encarregado interinamente do expediente da mesma Repartição, relativamente ás circumstancias occorridas no incendio da madrugada do dia 5.º do corrente, cuja copia vai assignada por Antonio Alvares de Miranda Varejão, Officiaes desta Secretaria de Estado, servindo de Officiaes Maiores no impedimento do actual, afim de V. Ex. providenciar sobre o máo estado em que se achão as bombas do Arsenal do Exercito, conforme a narração do sobredito paragrapho. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 10 de Janeiro de 1831. — Visconde de Alcantara. — Sr. Marquez de Paranaguá. — *Acha-se á fl. 166 v. do Liv. 10 da Corte.*

AVISO DE 13 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

S. M. o Imperador manda remetter a V. S. o requerimento e mais papeis incluídos de Manoel José Pereira da Silva a respeito da entrega ou não dos documentos entranhados nos autos findos: e ha por bem que V. S. obrigue os Escrivães desta Corte a cumprirem a lei que veda a entrega de semelhantes documentos. Deos guarde a V. S. Paço, em 13 de Janeiro de 1831. — Visconde de Alcantara. — Sr. José Paulo Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 167 v. do Liv. 10 da Corte.*

AVISO D 14 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — Participo a V. Ex., para sua intelligencia, que S. M. o Imperador, attendendo aos justos motivos allegados por V. Ex., houve por bem, por decreto de 4 do mez antecedente, conceder-lhe a demissão que pediu do lugar de Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 14 de Janeiro de 1831. — Visconde de Alcantara. — Sr. Barão de Itapoã. — *Acha-se á fl. 167 v. do Liv. 10 da Corte.*

CIRCULAR DE 17 DE JANEIRO.

Coll. Plancher.

Illm. e Exm. Sr. — S. M. o Imperador, animado dos principios de philanthropia que concorrerão para o tratado de abolição total do trafico da escravatura, querendo que elle tenha a mais religiosa observancia em todos os portos deste Imperio, manda recomendar a V. Ex. toda vigilancia sobre este objecto, afim de que se não procure introduzir nos dessa Provincia, debaixo de qualquer pretexto que seja, escravo algum em contravenção ao referido tratado, esperando do zelo de V. Ex., por hum objecto que tanto interessa á humanidade, a mais restricta observancia desta sua Imperial determinação. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de

Janeiro de 1831.—Visconde de Alcantara.—Sr. Luiz Paulo de Araujo Basto.

Na mesma conformidade aos outros Presidentes das mais Provincias maritimas do Imperio.

PORTARIA DE 19 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

Forão presentes a S. M. o Imperador os Officios da Camara Municipal desta Cidade, de 26 de Abril e 18 de Setembro do anno passado, o primeiro acompanhado do parecer da Commissão da visita das cadeas sobre o exame a que procedera na casa e armazens da Ilha das Cobras destinados para prisões civis, e o segundo do relatório da mesma Commissão sobre o lastimoso estado em que se achão, assim aquellas prisões como as do Aljube, e representando á final a falta de meios que tem para acudir ás obras e reparos que se fazem indispensaveis; e o mesmo A. S., que muito deseja ver quanto antes melhorada a sorte dos infelizes presos, manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, participar á sobredita Camara que, além de achar-se pela lei do orçamento financeiro do 1.º de Julho proximo ao ultimo de Junho do anno futuro decretada a somma de 18:000\$ para as indicadas obras, se tem expedido ordem ao Thesouro Nacional para supprir com a de 9:000\$ até o ultimo do sobredito mez de Junho proximo, em prestações mensaes, afim de dar-se já principio áquelles reparos e obras que fôrem de maior urgencia, assim em humas como em outras prisões, debaixo da immediata inspecção da mesma Camara e segundo achar mais conveniente, esperando S. M. do zelo de todos os seus membros as medidas mais energicas para a prompta realisação de hum objecto em que tanto interessa a humanidade. Palacio do Rio de Janeiro, em 19 de Janeiro de 1831.—Visconde de Alcantara.—*Acha-se á fl. 168 v. a 169 do Liv. 10 da Côte.*

PORTARIA DE 21 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

Havendo-se ordenado á Camara Municipal desta Cidade que faça dar principio aos reparos e obras que necessitam as prisões civis do Aljube e Ilha das Cobras, cumpre que V. S. expeça as convenientes ordens para que se franquem as mesmas prisões ás pessoas que para o referido fim se apresentem por ordem da sobredita Camara. Deos guarde a V. S. Paço, em 21 de Janeiro de 1831.—Visconde de Alcantara.—Sr. José Paulo Figueirôa Nabuco Araujo.

AVISO DE 22 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

S. M. o I., a quem foi presente a representação de V. P. Reverendissima, sobre a duvida em que se acha da maneira por que deve ser approvado o Visitador Geral e Presidente do futuro Capitulo, manda responder a V. P. Reverendissima que deve proceder a tal

respeito, na forma já praticada depois da Independencia, e antes que S. Santidade tivesse nomeado Nuncio para o Brazil.

Deos Guarde a V. P. Reverendissima. Paço, em 22 de Janeiro de 1831.—Visconde de Alcantara.—Sr. Provincial dos Franciscanos reformados desta Côte.—*Acha-se á fl. 169 v. do Livro 10 da Côte.*

CIRCULAR DE 22 DE JANEIRO.

Coll. Plancher.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Calvacanti de Albuquerque, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia da Bahia que S. M. o I., querendo não só remover todas e quaesquer difficuldades que possam obstar á prompta e boa execução da Lei que fixa as despesas e orça a receita do anno financeiro de 1831 a 1832, mas também fazer applicação della, no que fôr possível, ao tempo que decorre d'ora em diante até o principio do dito anno financeiro, e bem assim conciliar o systema de legislação anterior de Fazenda com o disposto na referida Lei, hi por bem determinar, quanto á satisfação das despesas fixadas: 1.º, que a Junta, tendo em vista as quantias consignadas aos diferentes gastos de cada Ministerio, regule as prestações para taes despesas de maneira que os pagamentos hajão de verificar-se nos periodos marcados por Leis, até aqui não derogadas, e á proporção das entradas nos cofres das Rendas Publicas, não excedendo, porém, o computo fixado na dita Lei, exceptuadas por agora as despesas dos prets da Tropa, e as dos Correios, até que sejam definitivamente regulados em cada Provincia; 2.º, que não pague prestação alguma sem que preceda demonstração do destino que teve a antecedente, não só para conhecimento dos saldos que fiquem em mão dos Thesoureiros, mas para que se possa proceder contra elles, quando tenham applicado as mesmas prestações a objecto diverso daquelle para que erão destinadas; 3.º, que a Junta, como fôr de razão, possa fazer as despesas accidentaes provenientes de arribada de de qualquer differente successo imprevisito, que obrigue alguma embarcação da Marinha Imperial a pedir-lhe soccorro, sacando immediatamente a favor do Thesouro sobre a Intendencia da Marinha desta Côte, aonde se devem ajustar todas as despesas desta natureza, pela importância das sommas que nesta conformidade supprir. E pelo que respeita ao orçamento da receita, ordena o mesmo A. S.: 1.º, que a Junta trate logo, com a mais escrupulosa fiscalisação, de arrecadar todos os rendimentos declarados nos §§ 4, 5, 6 e 7 do art. 30 da mencionada Lei; 2.º, que estabeleça a Mesa de Diversas Rendas, na conformidade dos arts. 24 a 28 da mesma Lei, nomeando provisoriamente os seus Empregados, incumbindo á dita Mesa não só a cobrança dos direitos a cargo da Mesa de Diversas Rendas desta Côte, creada por Decreto e Instruções de 4 de Fevereiro de 1823, que inclusas se remetem; mas também a de ou-

tros quaesquer direitos que possam por ella ser arrecadados com vantagem. S. M. o I. espera, finalmente, que a Junta cumpra restrictamente as diversas disposições contidas na dita Lei, dando conta ao Thesouro Nacional de quanto occorrer a este respeito, e com especialidade dos objectos recommendados na presente Provisão. José Francisco de Medeiros a fez no Rio de Janeiro, em 22 de Janeiro de 1831. Candido Caldeira de Souza, no impedimento do Contador Geral, a fez escrever.—Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N.B. Expedirão-se iguaes a todas as Provincias do Imperio, com differença que, para as Provincias centraes, supprimio-se o paragrapho a respeito das despesas da Marinha, e para as do Piahy, Minas Graes, Mato-Grosso e Goyaz o artigo relativo á creação da Mesa de Diversas Rendas foi da maneira seguinte: — Que informe com toda brevidade ao Thesouro Nacional sobre o estabelecimento da Mesa de Diversas Rendas, autorisado pelos arts. 24 a 28 da referida Lei, propondo logo o que fôr mais conveniente a este respeito, para o que se regulará pelos principios adoptados no Decreto e Instruções de 4 de Fevereiro de 1825, que creou a Mesa da Administração desta Córte, que incluso se remette

AVISO DE 24 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo-se ordenado ao Juiz de Paz da Freguezia de S. José do Rio Preto, José Candido Fragozo, que fizesse proceder á prisão dos saltadores que em grande numero infestam o districto daquella Freguezia, que se dizem acoutados e capitaneados por Antonio José Ferreira Guimarães, com casa de huma e outra banda do dito Rio, para conseguir-se o fim desta diligencia, faz-se somente necessario queo sobre-dito Juiz de Paz seja auxiliado com alguma força armada, e por isso dirijo-me a V. Ex., a fim de mandar expedir as ordens que fõrem convenientes ao Commandante do Batalhão do districto da sobredita Freguezia, para prestar com promptidão ao indicado Juiz o auxilio que lhe requisitar a bem da mesma diligencia. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 24 de Janeiro de 1831.—Visconde de Alcantara.—Sr. Conde do Rio Pardo.—*Acha-se á fl. 170 do Liv. 10.*

Na mesma data ao Desembargador encarregado do Expediente da Policia, para dar tambem alguns Pedestres, e communicando ter-se tambem officiado ao Presidente da Provincia de Minas para tomar as necessarias medidas em ordem a coadjuvar efficazmente a diligencia e a captura dos réos.

AVISO DE 25 DE JANEIRO.

Coll. Plancher.

Illm. e Exm. Sr.—Convindo ter-se sempre conhecimento do estado dos navios da Armada Nacional e Imperial, existentes nessa Provincia, ordena S. M. o I. que V. Ex. expeça

as ordens necessarias para que, por todas as occasiões que se offerecerem os Commandantes dos mesmos navios, em cujo numero se devem comprehender as barcas que a Lei do orçamento permite se conservem ahí armadas, enviem a esta Secretaria de Estado os competentes mapas, em que cumpre declararem-se todas as alterações occorridas assim nas Guarnições, em que jámais se deverá exceder as respectivas lotações, como em tudo o mais relativo ao navio. Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Janeiro de 1831.—Marquez de Paranáguá.—Sr. Barão de Itapicumerim.

AVISO DE 26 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

Sobre as duvidas que Vm., no seu officio de 19 do corrente, ponderou ter encontrado na execução da Lei de 5 de Novembro do anno passado, que extinguiu a Provedoria dos Ausentes, tenho a responder-lhe que deve recensear as contas do Thesoureiro pelo tempo que ainda não estiverem recenseadas, sem embargo de não ter Vm. exercido o lugar de Provedor os 6 mezes que marcava o seu regimento para as tomar, ou de não ter decorrido igual prazo, depois do ultimo recenseamento, cumprindo a Vm. remetter ao Thesouro, sem perda de tempo, as referidas contas para ali serem tomadas na conformidade do § 8 do art. 2º da Lei de 22 de Setembro de 1828, bem como os respectivos inventarios e cadernos com todo o dinheiro que existir em cofre. Deos Guarde a Vm. Paço, em 26 de Janeiro de 1831.—Visconde de Alcantara.—Sr. Desembargador Juiz do Crime dos Bairros de Santa Rita e Candelaria.—*Acha-se á fl. 171 do Livro 10 da Córte.*

AVISO DE 26 DE JANEIRO.

Manuscripto authentic.

Em resposta ao Officio de Vm., de 17 do corrente, tenho a dizer-lhe que não são attendiveis as razões com que Vm. pretende desculpar a sua omissão em não responder ao Officio do Presidente do Concelho de Investigação, a que se mandára proceder contra o Soldado do Batalhão de Caçadores n. 15 de 1ª linha, José Lourenço, requisitando testemunhas, pois que, pela Lei de 21 de Outubro de 1765, não só he obrigado a responder com polida urbanidade, como cumprir promptamente as requisições das Autoridades Militares, não lhe competindo no presente caso ventilar se o crime p.ra que se lhe requisitava testemunhas era civil ou militar, nem se ellas são para organização do Concelho de Guerra ou de Investigação, nem tão pouco intrometer-se sobre questão de fôro, devendo Vm., portanto, cumprir a mencionada requisição, como he obrigado na fórmula da Lei. Deos Guarde a Vm. Paço, em 26 de Janeiro de 1831.—Visconde de Alcantara.—Sr. Desembargador Juiz do Crime dos Bairros de Santa Rita e Candelaria.—*Acha-se á fl. 171 do Liv. 10 da Córte.*

AVISO DE 29 DE JANEIRO.

Manuscripto authenticico.

Em virtude das reflexões que V. P. Reverendissima novamente offerece acerca da approvação do Visitador e Presidente da futuro Capitulo, cumpre-me responder a V. P. Reverendissima que conviria aproveitar-se para esse fim da providencia outorgada pela Bulla de Clemente X. «*Exponi Nobis*» citada por V. P. Reverendissima, pela estreiteza do tempo que pondera, devendo, para evitar-se outro acontecimento semelhante, promover da Sé Apostolica a expedição do conveniente indulto de inteira separação da Provincia, afim de ser governada e regida em todos os seus actos, e serem decididos todos os seus negocios, sem dependencia e ingerencia da autoridade estrangeira, que não pôde ser admittida nas actuaes circumstancias do Imperio; Deos Guarde a V. P. Reverendissima. Paço, em 29 de Janeiro de 1831.—Visconde de Alcantara.—Sr. Provincial dos Religiosos Franciscanos da Corte.—*Acha-se d fl. 172 do Liv. 10 da Corte.*

AVISO DE 30 DE JANEIRO.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr.—Accuso a recepção dos Officios de V. Ex. de 16 e 17 do corrente, em que me comunica de ordem de S. M. o I. ter o mes. A. S. ficado inteirado do conteúdo dos Officios de 6 e 10 deste mez, que os seus Ministros tiveram a honra de dirigir-lhe, e approvado a deliberação que tomarão de enviar para a Bahia alguns dos ex-soldados allemães. O que tudo fiz presente aos mais Ministros, como pelo mesmo Senhor me foi ordenado. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 30 de Janeiro de 1831.—Visconde de Alcantara.—Sr. José Antonio da Silva Maia.—*Acha-se d fl. 172 v. do Liv. 10 da Corte.*

AVISO DE 31 DE JANEIRO.

Manuscripto authenticico.

Participo a V. S., em resposta aos seus Officios de 8, 21 e 22 do corrente mez, que nesta data he commettida ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça a inspecção do resto da obra precisa para os arranjos do mesmo Tribunal, como V. S. lembrou em hum dos mencionados Officios. Deos Guarde a V. S. Paço, em 31 de Janeiro de 1831.—Visconde de Alcantara.—Sr. José Paulo Figueirôa Nabuco Araujo.—*Acha-se d fl. 175 do Liv. 10 da Corte.*

AVISO DE 31 DE JANEIRO.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr.—Passo ás mãos de V. Ex. os tres Officios, inclusos de 8, 21 e 22 do corrente (*). do Consolheiro José Paulo Figueirôa

(*) Illm. e Exm. Sr.—Depois que me recolhi a casa, deu-se-me a relação junta com os papeis de que ella trata; então vi os Avisos que no Archivo não havia o Guarda-Mór achado, segundo me expzera. Foi a obra da rua do Lavradio, e exigi todos os esclarecimentos que acho

Nabuco Araujo, relativos á obra da casa da rua do Lavradio, destinada para as sessões do Supremo Tribunal de Justiça. Deos Guarde a V. Ex. na convicção de que ora importa entregar o resto ao Major Domingos Monteiro, entendendo-se com o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, retirada toda a influencia indirecta que ha tido o Apontador Geral, suspenso e em processo desde Junho do passado anno, e que se acha substituido por hum quem a elle, e que me pareceu autorisado a illustrar-me sobre todos os quesitos indicados, delle, por escripto, exigido por mim. Quanto ás accommodações para a Casa da Relação, ainda faltão alguns reboques em baixo, e arranjamento de dous vãos, que podem servir de salas para algum mister do mesmo Tribunal; falta de archivo e de lugar em que seu cofre se deposite, para ser devida e regularmente inspecionada. V. Ex. mandará o melhor. Deos Guarde a V. Ex. muitos annos.—Illm. e Exm. Sr. Visconde de Alcantara.—José Paulo Figueirôa Nabuco Araujo.

Illm. e Exm. Sr.—Pelo relatório incluso vem V. Ex. que falta nas obras da rua do Lavradio, e os materiaes que se dizem precisos, e que de certo se pedem com facilidade. Vou já mandar acabar o telhado, porque não se porque ainda está de hum lado aberto. Eu lembro-me de annunciar a precisão destes materiaes para serem fornecidos por quem melhores os der, mais baratos, e com melhores vantagens. Assim, evito a idea de patronato, e fujo ao que já, e nas grandes terá prestado o Apontador a certos, sem o receio de concorrência. Falta tambem a papel do forro da sala, e a decoração della e das banhas, segundo o estado, em que se acharem os artigos já para uso suppridos na installação do Tribunal; assim como as pinturas dos caixilhos, portas, corredores, saletas, secretaria, etc. Alguns dos materiaes diz o Apontador serem já precisos. Espero as ordens de V. Ex., a quem Deos Guarde muitos annos. Rio, 8 de Janeiro de 1831.—Illm. e Exm. Sr. Visconde de Alcantara.—José Paulo Figueirôa Nabuco Araujo.

Illm. e Exm. Sr.—Simplicio Rodrigues de Sá vem aqui pedir o pagamento de hum retrato do corpo inteiro para o salão do Supremo Tribunal de Justiça, dizendo o prompto desde Dezembro, a ser entregue a custo pelo Visconde de Goyana, por 600 \$ sem a moldura. Eu o communico a V. Ex., para aguardar as suas ordens depois do Officio de V. Ex. a tres objectos relativo. Deos Guarde a V. Ex. muitos annos. Rio, 11 de Janeiro de 1831.—Illm. e Exm. Sr. Visconde de Alcantara.—José Paulo Figueirôa Nabuco Araujo.

Illm. e Exm. Sr.—O Apontador Geral das Obras da Relação me dirigio com as folhas inclusas a representação que V. Ex. aqui achará. O que achise pretende he para mim extraordinario e impossivel no todo; não se procurando de mim menos que anormalias e erro. Sem ter tido alguma resposta sobre o meu Officio de 8 do corrente, não me considero habilitado em proseguir em tal inspecção, quando me aguardava que ella possuísse para o Exm. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça por me peitar o que falta a fazer quasi tudo ao mesmo Tribunal, por cujo Presidente acabo de ser informado se derão hoje detalhes sobre divisões, aberturas de portas, etc., perante os Mestres e o Apontador Geral Antonio Pedro Teixeira, que o Visconde de Goyana substitua por se achar correndo livramento. Em vista, pois, do exposto, e das circumstancias que revestem esta exigencia transmittida a mim, que, apenas no dia 7 do corrente começei a servir, parece-me que não me pôde competir a fiscalisação por serem os factos todos anteriores ao meu serviço, não ter podido, nem me competindo fazer alguma inspecção, e porque não posso adquirir responsabilidade por actos praticados por outros, e ora nem correctiveis, nem approvaveis, por serem transactos. V. Ex., pois, a quem Deos Guarde, mandará o melhor. Rio, 21 de Janeiro de 1831.—Illm. e Exm. Sr. Visconde de Alcantara.—José Paulo Figueirôa Nabuco Araujo.

Illm. e Exm. Sr.—Transmitto inclusa a parte do Apontador das obras, para que V. Ex. fique ao facto do que tem occorrido. Deos Guarde a V. Ex. por muitos annos.—Illm. e Exm. Sr. Visconde de Alcantara.—José Paulo Figueirôa Nabuco Araujo.

premo Tribunal de Justiça e Casa da Supplicação, assim de que V. Ex., tomando a seu cargo a inspecção do que resta a fazer para os arranjos do mesmo Tribunal, visto estar concluída a obra pelo que pertence à Casa da Supplicação, informe com o seu parecer sobre as folhas insertas no mencionado Officio de 21 do corrente, devendo V. Ex., quanto ao pagamento e remessa das mesmas folhas, cumprir o que se determinou ao ex-Chanceller da Casa da Supplicação em Aviso de 28 de Janeiro do anno findo, que se lhe remette tambem junto por copia. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 31 de Janeiro de 1831. —Visconde de Alcantara. — José Albano Frago. — *Acha-se á fl. 173 do Liv. 10 citado.*

AVISO DE 8 DE FEVEREIRO.

Manuscripto authentic.

Em resposta ao Officio que V. S. me dirigio em 28 do mez passado, acompanhando huma representação de Custodio José Borges, proprietario e Mestre do Patacho Portuguez *Triumpho*, o processo com que foram lançados a bordo do dito Patacho pelo Commandante da Corveta Hespanhola *Montezuma* 5 homens debaixo de prisão, e bem assim a inquirição a que procedeu o Juiz do Crime dos Bairros de S. José e Sé, tendo a dizer-lhe que o Governo do Brazil não toma conhecimento de crimes commettidos em alto mar por subditos estrangeiros e contra estrangeiros, como são os de que trata o dito processo, que, por isso, reenvio a V. S. Deos guarde a V. S. Paço, em 8 de Fevereiro de 1831. —Visconde de Alcantara. — Sr. Antonio Augusto Monteiro de Barros. — *Acha-se á fl. 175 v. do Liv. 10 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 10 DE FEVEREIRO.

Manuscripto authentic.

S. M. o I ha por bem ordenar que Vm., entendendo-se com o Official Maior da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, passe a examinar na casa em que tem estado a Typographia Nacional, ao Passeio Publico, os quartos que estão destinados para a sobredita Secretaria de Estado, e, de accordo com elle, haja de mandar proceder aos reparos e ornatos que forem necessarios, apresentando antes hum organograma da despeza que será para o referido fim indispensavel; ficando na intelligencia de que, logo que se tenha effectuado a mudança da Typographia, muito convirá tratar immediatamente dos arranjos da Secretaria de Estado para poder ser quanto antes para alli transferida. Deos Guarde a Vm. Paço, em 10 de Fevereiro de 1831. —Visconde de Alcantara. — Sr. Domingos Monteiro, Architecto das Obras Publicas.

AVISO DE 17 DE FEVEREIRO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — Acerca do Officio de V. Ex. de 7 do corrente, offerece-se-me responder-lhe que as serias dos operarios que trabalharão

na casa do Supremo Tribunal de Justiça e as folhas dos materiaes que se comprirão para a dita Casa, as quaes acompanhirão o cita lo Officio, são remetidas na data deste ao Ministro da Fazenda para fazer entregar ao Thesoureiro do mesmo Tribunal Vicente Porfirio Soares Serpa Nogueira a sua importancia, como V. Ex. informa, devendo V. Ex., d'ora em diante, enviar mensalmente a esta Secretaria de Estado huma folha da despeza que então occorrer para a mandar satisfazer, e que, respeito aos arranjos precisos para o serviço do referido Tribunal, V. Ex. os proverá com toda a economia, aproveitando, para esse fim, o que servia na extincta Mesa do Desembargo do Paço, que V. Ex. fará receber do seu Thesoureiro por hum inventario em forma. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 17 de Fevereiro de 1831. —Visconde de Alcantara. — Sr. José Albano Frago. — *Acha-se á fl. 177 do Liv. 10 da Corte.*

AVISO DE 19 DE FEVEREIRO.

Manuscripto authentic.

Respondendo a V. S., acerca do seu Officio de 2 do corrente, (*) tenho a dizer-lhe que, depois de finda a obra pertencente ao Supremo Tribunal de Justiça, se tratará então de apromptar os commodos para os interrogatorios, e que se deve entender com o Presidente do referido Tribunal, pelo que respeita aos assentos para a tã ou grade da Casa da Supplicação, assim de que venha esta despeza incluída em huma só folha. Deos Guarde a V. S. Paço, em 19 de Fevereiro de

(*) Illm. e Exm. Sr. — Em vista da resposta inclusa, acho que não tem huma execução plena, legal e solemne o Decreto de 17 de Abril de 1824, como muito importara, e reconheço devido ao inteiro implemento do art. 159 da Constituição Política do Imperio. He por isso, e porque não descubro modo algum de achar hum local mais comodo, e em que mais economicamente se arranje a casa para semelhante operação, que eu me lembro de propor a V. Ex. que desde já se comece a romper a sala que no pavimento terreo da casa da rua do Lavradio se destinou do lado direito para as audiencias, estendendo-a até o lado em que fica a Secretaria do Tribunal Supremo de Justiça, isto he, a frente opposta sobre a chacara que pertencera ao mesmo predio, aproveitando assim dous vãos que se achão sem algum destino e de todo desaproveitados e ainda por rebocar, etc., tendo hum delles e assaz espaçoso servido de amassadouro de cal; e preparando-os convenientemente de modo que se arranje a casa dita de audiencias, interrogatorios, e mesmo hum local para o cofre. Todas as manhãs, até as 2 horas da tarde, pôde estar aberta desde as 7 a mesma sala para os usos marcados no Decreto citado, e depois servirá para as audiencias, podendo assim combinar-se, pois a Chancellaria se fará aqui, posto que me incomode mais. Nas tardes em que não haja audiencias poderá estar franca para os mesmos interrogatorios. São precisas algumas bancas e assentos. A despeza a todos os respeito não pôde ser muito consideravel, e de tal obra para hum fim tal estou prompto a incumbir-me, podendo affiançar a fiscalisação e economia. Tambem aproveito a occasião para rogar a V. Ex. me mande prestar os assentos para a tã ou grade na casa da Supplicação, em que tem ingresso o povo, segundo a disposição do art. 3, 4, 5 e 7 da Carta de Lei de 9 de Novembro de 1830, e pela igualdade da razão, nascida do art. 44 do Decreto de 20 de Dezembro do mesmo anno; pois que ha publicidade de sessões. V. Ex. a hum e outro respeito mandará o bom. Rio, 2 de Fevereiro de 1831. — Illm. e Exm. Sr. Visconde de Alcantara. — José Paulo Figueirôa Nabuco Araujo.

1831. — Visconde de Alcantara. — Sr. José Paulo Figueirôa Nabuco Araujo.

PORTARIA DE 23 DE FEVEREIRO.

Coll. Plancher.

Para melhor regularidade do serviço, convém que, d'ora em diante, nas partes que os Commandantes dos navios desarmados devem dar todas as semanas do estado dos seus navios ao Commandante da *Não Imperador do Brazil*, em que este dirigirá essa Inspeção, para subir a esta Secretaria de Estado, por intermedio do Quartel General da Marinha, se declare sempre, não só em que trabalho se occupão as respectivas guarnições em cada hum dos dias da mesma semana, mas ainda quaesquer outros objectes que tiverem occorrido nos mesmos dias. O que V. S. fará cumprir. Deos Guarde a V. S. Paço, 25 de Fevereiro de 1831. — Marquez de Paranaguá. — Sr. Tristão Pio dos Santos.

PROCLAMAÇÃO DE 22 DE FEVEREIRO.

Coll. Mineira.

Mineiros! He esta a segunda vez que tenho o prazer de me achar entre vós. He esta a segunda vez que o amor que eu consagro ao Brazil aqui me conduz.

Mineiros! Não me dirigirei sómente a vós: o interesse é geral, eu fallo pois com todos os Brasileiros. Existe hum partido desorganizador que, aproveitando-se das circumstancias puramente peculiares da França, pretende illudir-vos com invectivas contra a minha inviolavel e sagrada pessoa e contra o Governo, afim de representar no Brazil scenas de horror, cobrindo-o de luto; com o intento de empolgarem empregos e saciarem suas vinganças e paixões particulares, a despeito do bem da Patria (a que não attendem), aquelles que tem traçado o plano revolucionario.

Escrevem sem reboço e concitão os povos á federação; e cuidão salvar-se deste crime com o art. 174 da Lei Fundamental que nos rege. Este artigo não permite alteração alguma no essencial da mesma lei.

Haverá hum attentado maior contra a Constituição que jurámos defender e sustentar do que pretender altera-la na sua essencia? Não será isto hum ataque manifesto ao sagrado juramento que, perante Deos, todos nós mui voluntariamente prestámos? Ah! caros Brasileiros, eu não vos fallo agora como vosso Imperador, he sim como vosso cordial amigo. Não vos deixeis illudir por doutrinas que tanto tem de seductoras, quanto de perniciosas. Ellas só podem concorrer para a vossa perdición e do Brazil, e nunca para a vossa felicidade e da Patria. Ajudai-me a sustentar a Constituição tal qual existe e nós juramos. Conto convosco: contaí comigo. Imperial Cidade de Ouro Preto, 22 de Fevereiro de 1831. — IMPERADOR Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil.

AVISO DE 25 DE FEVEREIRO.

Manuscripto authenticico.

Accuso a recepção do Officio de V. S., de 5 do corrente, e participo-lhe que, por Aviso de 11 deste mez, se communicou ao Desembargador Promotor da Justiça interino, em resposta ao seu officio, acompanhando o auto da visita da Cadêa, que S. M. o Imperador esperava do seu conhecido zelo que elle desempenharia satisfactoriamente a serventia de tão honroso cargo, propondo as providencias que julgasse necessarias a bem dos presos e seus processos; e o mesmo A. S. confia igualmente da exactidão e intelligencia de V. S. que proporá todas as medidas que fôrem conducentes e proprias a melhorar a sorte daquelles infelizes. Deos Guarde a V. S. Paço, em 25 de Fevereiro de 1831. — Visconde de Alcantara. — Sr. José Paulo Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 177 e 178 do Liv. 10 da Côrte.*

AVISO DE 26 DE FEVEREIRO.

Manuscripto authenticico.

S. M. o Imperador ha por bem que Vm. presidir á extracção da loteria a favor dos Empregados Portuguezes. Deos Guarde a Vm. Paço, em 26 de Fevereiro de 1831. — Visconde de Alcantara. — Sr. Desembargador Corregedor do Civil da Côrte. — *Acha-se á fl. 178 do mesmo Liv. 10.*

AVISO DE 28 DE FEVEREIRO.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr. — Passo ás mãos de V. Ex. a inclusa representação do Provincial dos Reformados Franciscanos desta Côrte, exigindo que se officie ao Consul de Portugal para fazer partir na primeira embarcação que para ali seguir o Religioso Professo na Provincia de Chabregas do Reino do Algarve, Fr. Francisco da Conceição Leal, pelos motivos que pondera, afim de que V. Ex. passe as ordens competentes para ter effecto esta exigencia. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 28 de Fevereiro de 1831. — Sr. Francisco Carneiro de Campos.

PORTARIA DE 28 DE FEVEREIRO.

Manuscripto authenticico.

Levando á Augusta Presença de S. M. o Imperador os Officios do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, datado em 14 de Janeiro proximo passado, com que reenviara os papeis de criminalidade dos Desembargadores Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chichorro e João José de Oliveira Junqueira, suspensos do exercicio dos lugares: o 1.º, de Ouvidor da Comarca do Sabará, por Decreto de 16 de Dezembro do anno passado; e o 2.º, de Juiz do Crime dos Bairros de S. Rita e Candelaria, desta Côrte, por Decreto de 22 do mesmo mez e anno, na conformidade do art. 154 da Constituição, e bem assim as originaes Portarias de 5 do mesmo mez de Janeiro, com que se enviara por esta Secretaria de Estado os mencionados papeis e refo-

ridos Decretos, por copias, ao mesmo Supremo Tribunal para os executar; expondo o dito Presidente terem sido pela maioria dos votos do Tribunal julgadas não cumpríveis as mencionadas Portarias, como oppostas á litteral observancia dos arts. 154. 179, § 6º da Constituição, e protestando não responsabilizar-se por sua assignatura por não ter voto, e ser-lhe por lei tão somente incumbida a expedição dos actos do Tribunal, solicitando a final a existencia de hum livro onde se lavre de modo que faça-se huma acta de todo o acontecido no Tribunal, por todos assignada nestes e n'outros casos em que haja votação: foi o mesmo A. S. servido mandar, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justica, declarar ao Supremo Tribunal de Justica que as mencionadas Portarias estão de conformidade com o art. 154 da Constituição, porque, achando-se os ditos Magistrados no exercicio dos Juizes de 1ª Instancia, ao Poder Moderador compete a faculdade de suspende-los, guardada a forma constitucional, a qual foi observada; que, igualmente não podem reputar-se oppostas ao art. 179, § 16, porque, não sendo clara a doutrina deste artigo, tão longe está de entender-se por elle abolidos os privilegios dos fóros que, para ter lugar a extincção do dos Moedeiros, reconhecer a Assembléa ser necessaria huma lei particular, o que prova consequentemente a continuação da existencia dos outros fóros, enquanto não houver medida legislativa em contrario; portanto, sendo os dous Magistrados suspensos Desembargadores da Relação de Pernambuco, com posse e vencimento de antiguidade, posto que não tenham nella exercicio, e gozando, pela legislação actual, de todas as prerogativas de que gozão os Desembargadores que o tem, devião aquelles, igualmente como estes, ser julgados no mesmo Tribunal. Considerando, porém, S. M. o Imperador a opinião da maioria do Tribunal, e em consequencia que, qualquer que seja o Tribunal que haja de julgar a criminalidade dos ditos Desembargadores suspensos, a Sentença envolve a questão de incompetencia que cumpre em primeiro lugar decidir para firmar a jurisdição: houve por bem ordenar que fosse levada a duvida á Assembléa Legislativa (*), bem como a necessidade do livro que lembra o Presidente do mesmo Tribunal. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Fevereiro de 1831. — Visconde de Alcantara. — *Acha-se á fl. 178 v. do L. 10 da Côrte.*

AVISO DE 1 DE MARÇO

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — Cumpre-me communicar a V. Ex., em resposta ao Aviso de 31 de Janeiro passado, que V. Ex. me dirigio acompanhado da nota do Encarregado de Negocios de S. M. o Rei dos Francezes, que fiz expedir as ordens ao Presidente da Provincia de Sergipe d'El-Rei, e ao Juiz de Fóra das Villas de S. Antonio de Sá e

Magé para informarem circunstanciadamente sobre os insultos de que se queixára o Francez Gonent, acerca do assassinio de Nicolao Rinaud, bem como do estado do processo que se terá formado por este acontecimento, e que, mandando proceder aos exames necessarios, sobre os mais objectos mencionados naquella nota, verifiquei que, na data de 2 de Janeiro do anno passado, se havia ordenado ao Presidente da Provincia de Minas Geraes que informasse igualmente sobre os procedimentos que se deverião ter praticado por occasião da morte de David Noel; que, tendo aquelle Presidente respondido na data de 19 daquelle mesmo mez, que passava a expedir as ordens necessarias ao Ouvidor da Comarca do Paracatu, como até ao presente nenhum resultado tenha dado de tal diligencia, passo a exigir novamente as informações necessarias para as transmitir a V. Ex.; e, finalmente, que a respeito da queixa feita pelo Francez Francisco Dress, n. com a informação e summario a que procedem o Juiz de Fóra das Villas de Santo Antonio de Sá e Magé, que remetti a V. Ex. com o Aviso de 29 de Dezembro do anno passado, tem se concluido este objecto, restando á parte, quando se não de por satisfeita com as diligencias praticadas por aquelle Ministro, recorrer aos mais ordinarios. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 1º de Março de 1831. — Visconde de Alcantara. — Sr. Francisco Carneiro de Campos.

PORTARIA DE 3 DE MARÇO.

Coll. Plancher.

Cumprindo evitar as questões que diariamente se suscitão na Administração de Diversas Rendas sobre a qualificação do café, o Escrivão da dita Administração, que serve interinamente de Administrador, faça observar, a este respeito, a escala seguinte: 1ª classe, grãos chumbados, ignaes e inteiros; 2ª, ditos com algumas pintas ou quebras; 3ª, ditos muito desiguales ou embranqueados, etc.; 4ª, café restolho ou de escolha. Rio de Janeiro, em 3 de Março de 1831. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

REGULAMENTO DE 3 DE MARÇO.

Coll. Braz.

Convindo abreviar e simplificar o expediente e escripturação no despacho dos generos a que não estão impostos direitos, o Escrivão da Administração de Diversas Rendas Nacionais, que interinamente serve de Administrador, mandará observar a este respeito o seguinte:

1.º Os proprietarios ou mestres de embarcações que tiverem de navegar para os portos deste Imperio, escreverão no alto de huma folha de papel que — a embarcação tal, de que he proprietario F. e mestre S., vai carregar e sair para tal porto da costa do Brazil —, e pondo então a data, se assignarão logo no lugar immediato a essa declaração, que devem deixar na Mesa da dita Administração.

2.º Se o mesmo proprietario, mestre ou qual-

(*) Por Aviso de 15 de Abril forão estes Magistrados declarados pelo Governo justiciaveis da Relação Provincial, remettidos ao Presidente della todos os papeis.

vro de receita, logo depois do termo, que a quantia tal foi entregue pelo Thesoureiro em tal dia, como constou do conhecimento ou recibo: e feito isto, o Thesoureiro os guardará para sua resalva, e deste modo fica sendo desnecessario o livro de quitações.

11. As despesas do expediente serão feitas pela folha das da Administração; e assim nisto como em tudo o mais tendente á legalidade do expediente e escripturação seguir-se-ha, no que for applicavel, o que se acha estabelecido nas Instrucções da Administração das Rendas.

12. Para maior commodidade das partes, os termos de fiança, que até agora prestavão na Alfandega os Mestres das embarcações, serão lavrados e tomados na Administração.

13. O Administrador terá todo o cuidado e vi-

gilancia em que o despacho seja aviado com a maior brevidade possível, fazendo que os Empregados o não espacem além do dia em que se apresentarem correntes os documentos, sob pena de suspensão de seus officios pelo tempo que parecer justo.

14. No fim de cada mez, o Official ou Escrivão fará hum mappa de todas as embarcações que no mesmo mez se houverem despachado, com distincção das nacionaes e estrangeiras, mencionando as circumstancias especificadas na Guia — B —, e remetterá huma copia ao Presidente do Thesouro Nacional e outra ao Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha.

Rio de Janeiro, 8 de Março de 1831. — Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

MODELO — A — DO LIVRO DA RECEITA.

	Ancoragem.	Sello.	Farol.	Junta do Commercio.		Santa Casa.	Escrivão da Alfand.	Despachante.	TOTAL.
				Contribuição.	Emolumentos.				
1831.									
Feve. 25									
Para Lisboa, Galera Brasileira... de 350 toneladas, de que he Mestre... e Proprietario... residente nesta cidade, com 24 pessoas de equipagem, pagou (aqui vai a quantia por extenso) que ficou a cargo do Thesoureiro... a saber.....	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$
N. 2.									
Para o Rio de S. João, a Sumaca Brasileira... de 76 toneladas, de que he Mestre... e Proprietario... residente em... com 6 pessoas de equipagem, pagou etc... a saber..	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$
N. 3.									
Para Gersey, Escuna Inglesa Phoenix de 111 toneladas, de que he Mestre... e Proprietario... residente em... com 6 pessoas de equipagem. Pagou etc... a saber..... (Assignado o Thesoureiro.) (Assignado o Escrivão.)	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$
N. 4.									
26 Para Lisboa, o Bergantim Portuguez... de 186 toneladas de que he Mestre... e Proprietario... residente em... com 12 pessoas de equipagem, e 60 dias de ancoragem desde... dia da sua entrada neste porto até... em que ha de sair. Pagou etc... a saber. (Assignado o Thesoureiro. (Assignado o Escrivão.)	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$
Aqui vai o termo de encerramento da conta do mez.	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$

Aqui vão notas das entregas ás diversas repartições, do modo seguinte: Entregou no Thesouro Nacional em... como do conhecimento N.... a saber:

Ancoragem.....
Sello.....
Farol.....
Contribuição da Junta do Commercio.....

Dita de emolumentos da dita Junta em... como do recibo:

Provisão.....
Secretaria.....

Dito de emolumentos da dita Junta em... como do recibo:

do Escrivão da Alfandega.....
ao Despachante.....

Rs....

Assignado o Escrivão com Apellido

MODELO — B — DA GUIA.

Administração das Diversas Rendas Nacionais.

O Bergantim Brasileiro tal... de (tantas) toneladas, com (tantas) pessoas de tripulação; Mestre (Fulano), Proprietario (Fulano), despacha para (tal porto), pretende sahir a (tantos).

Pagou na Administração de Diversas Rendas Nacionais na Mesa do Consulado a quantia de..., importância dos direitos, contribuições e emolumentos a que he obrigado, e fica lançada á fl... do liv. de Receita sub N... a cargo do Thesoureiro. E está corrente para obter o despacho da sahida. Rio de Janeiro.... de... 185

Apellido do	O Thesoureiro,	O Escrivão.
Administrador	F.	F.

REPRESENTAÇÃO DE 17 DE MARÇO.

Imp. avulso.

Senhor.—Os Representantes da Nação, abaixo assignados, doídos profundamente dos acontecimentos que tiverão lugar nesta Capital, especialmente no dia 13 do corrente mez, por occasião dos festejos que se dispozerão, não tanto para solemnizar o feliz regresso de V. M. I. e C., como principalmente para ludibriar e maltratar os Brasileiros amigos da Liberdade e da Patria, que forão de facto cobertos de opprobrios pelo partido lusitano, que se insurgio de novo no meio de nós entre gritos de—Vivão os Portuguezes—, entre morras sediciosos e anarchicos, violencias de todo o genero, de que tem sido victimas alguns Patriotas, cujo sangue foi derramado em huma aggressão perfida, e já de antemão premeditada por homens que, no delirio dos seus crimes, erão claramente protegidos pelo Governo e pelas Autoridades subalternas, como elles mesmos blasonavão, compromettendo até com incrível audácia o Nome Augusto e Respeitavel de V. M. I. e C., julgão do seu dever, como cidadãos em quem recahirão os votos de seus Compatriotas, como bons Brasileiros, muito de perto interessados na conservação da honra e dignidade da Nação, e na estabilidade do Throno Constitucional, pintando-lhe neste breve quadro, a cuja mesquinhez supprirá a alta concepção de V. M. I. e C., a triste situação em que se achão os negocios da Patria, e pedindo instantemente as providencias necessarias já para o restabelecimento da ordem e do socego publico, já para desaffronta do Brazil vilipendiado e pungido no mais delicado e sensível do brio e pundonor nacional, providencias estas que não devem, todavia, exorbitar do circulo ordinario da fiel execução das Leis, punindo-se, na conformidade dellas, os autores e complices dos attentados commettidos, e responsabilizando-se as Autoridades que, por notoria connivencia ou apathica indifferença, deixarão o campo livre aos assassinos perturbadores da paz e tranquillidade commum. Senhor, os sedicio-

sos, á sombra do Augusto Nome de V. M. I. e C., continuão na execução dos seus planos temerarios; os ultrajes crescem, a nacionalidade soffre, e nenhum povo tolera, sem resistir, que a estrangeiro venha impôr-lhe no seu proprio paiz hum jugo ignominioso. De estrangeiros que se honrão de ser vassallos de D. Miguel, e de outros subditos da Sra. D. Maria II, se compunhão em grande parte esses grupos, que, nas noites de 15 e 14, nós vimos e ouvimos encher de improperios e baldões o nome brasileiro, espancar e ferir a muitos dos nossos compatriotas, a pretexto de federalistas de huma questão politica que procede do juizo e deliberação do Poder Legislativo, nunca do furor insensato e sanguinario de homens grosseiros, cujo entendimento he demais alienado por suggestões traidoras. Os Brasileiros tão cruelmente offendidos, os Brasileiros, que se ameaça ainda com prisões parciaes e injustas, nutrem em seu peito a indignação mais bem fundada e mais profunda, não sendo possível calcular até onde chegarão os seus resultados, se acaso o Governo não cohibir desde já semelhantes desordens, se não tomar medidas para que a affronta feita á Nação seja quanto antes reparada. Os Representantes abaixo assignados assim o esperão, confiados na sabedoria e patriotismo de V. M. I. e C., a despeito dos traidores que possão rodear o Throno de V. M. I. e C., os quaes não terão força bastante para suffocar ahi estes clamores que sahem de corações ulcerados, mas amigos do seu Paiz e da Justiça. As circumstancias são as mais urgentes, e a menor demora pôde, em taes casos, ser funestissima. A confiança que convinha ter no Governo está quasi de todo perdida, e se por ventura ficarem impunes os attentados contra que os abaixo assignados representam, importaria isto huma declaração ao povo brasileiro, de que lhe cumpre vingar elle mesmo, por todos os meios, a sua honra e brio tão indignamente maculados. Esta linguagem, Senhor, he franca e leal, ouça V. M. I. e C., persuadido de que não são os aduladores que salvão os Imperios; são aquelles que tem bastante força de alma para dizerem aos Principes a verdade, ainda que esta os não lisonjee. A ordem publica, o repouso do Estado, o Throno mesmo, tudo está ameaçado, se a representação que os abaixo assignados respectivamente dirigem a V. M. I. e C. não for atendida, e se os seus votos não fôrem completamente satisfeitos. Rio de Janeiro, 17 de Março de 1831. (Assignados) Honorato José de Barros Paím, Venancio Henriques de Rezende, Manoel Odorico Mendes, Antonio João de Lessa, José Martiniano de Alencar, Augusto Xavier de Carvalho, José Maria Pinto Peixoto, Honorio Hermeto Carneiro Leão, Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, Francisco de Paula Barros, Baptista Cactano de Almeida, Manoel Pacheco Pimentel, Nicolao Pereira de Campos Vergueiro, Evaristo Ferreira da Veiga, João Fernandes de Vasconcellos, José Joaquim Vieira Sauto, Antonio Paulino Limpo de Abreu, Antonio de Castro Alvares, José Custodio Dias, Joaquim Francisco

Alvares Branco Moniz Barreto, Candido Baptista de Oliveira, Vicente Ferreira de Castro e Silva, Manoel do Nascimento Castro e Silva, Antonio José da Veiga.

Despacho.—Tomarão-se todas as medidas, e tem-se dado as convenientes providencias para manter o socego e tranquillidade publica; e continuando a dar-se todas as mais que forem necessarias para o mesmo fim. Rio, 18 de Março de 1851. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 64, vol. 17.*

DECRETO DE 19 DE MARÇO.

Imp. avulso.

Havendo nomeado para Commandante das Armas da Corte e Provincia ao Marechal de Campo Graduado Manoel José de Almeida, hei por bem dispensa-lo do referido Commando. O Concelho Supremo Militar o tenha assim entendido e lhe expeça, em consequencia, os despachos necessarios. Paço, em 19 de Março de 1851, 10^a da Independencia e do Imperio. — Com a Imperial Rubrica. — José Manoel de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 64, vol. 17.*

DECRETO DE 20 DE MARÇO.

Imp. avulso.

Hei por bem nomear para Commandante das Armas da Corte e Provincia o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva. O Concelho Supremo Militar o tenha assim entendido e lhe expeça, em consequencia, os despachos necessarios. Paço, em 20 de Março de 1851, 11^a da Independencia e do Imperio. — Com a Imperial Rubrica. — José Manoel de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 64, vol. 17.*

AVISO DE 22 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

Sendo presentes a S. M. o I., pelos Officios inclusos do Intendente Geral da Policia, os tumultos e desordens que tiverão lugar nesta Corte nas noites dos dias 13, 14 e 15 do corrente mez, e pertencendo ao Poder Judiciario exclusivamente o conhecimento e punição dos crimes, conforme a Constituição do Imperio, Manda o mesmo A. S. remetter a Vm. os ditos Officios, para que sirvão de instrucção aos corpos de delicto e mais actos judiciaes a que, em razão do seu Officio, deve proceder; e que outrossim participe por esta Secretaria de Estado o resultado das suas diligencias ao dito respeito. Deos Guarde a Vm. Paço, em 22 de Março de 1851. Manoel José de Souza Franca. — Sr. Desembargador Corregedor do Crime da Corte e Casa. — *Acha-se a fl. 1 v. do Liv. 11 da Corte.*

AVISO DE 23 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr.—S. M. o I. ordena que V. Ex. passe as ordens necessarias ao Brigadeiro Commandante das Armas da Corte, para que no dia

25, ás 4 horas da tarde, ponha á disposição de cada hum dos Juizes de Paz das Freguezias desta Cidade huma forga da Guarda da Policia, composta de 50 homens de Infantaria e 50 de Cavallaria, commandada competentemente, empregando para esse effeito as praças dos outros Corpos, quando o da Guarda da Policia não tenha a gente sufficiente para este serviço. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 23 de Março de 1851. Manoel José de Souza Franca. — Sr. José Manoel de Moraes. — *Acha-se a fl. 2 do dito Liv. 11.*

AVISO DE 23 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr.—S. M. o I. ordena que V. Ex. passe as ordens necessarias para que todos os Marinheiros das embarcações da Armada Nacional surtas neste porto estejam a bordo de suas respectivas embarcações ao pôr do sol do dia 25 do corrente. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 23 de Março de 1851. — Manoel José de Souza Franca. — Sr. José Manoel de Almeida. — *Acha-se a fl. 2 do mesmo Liv. 11 do dito Liv. 11.*

AVISO DE 23 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr.—S. M. o I. ordena que V. Ex. passe immediatamente huma nota a cada hum dos Ministros Estrangeiros residentes nesta Corte, para que tomem as medidas convenientes, afim de que ao pôr do sol do dia 25 do corrente mez estejam a bordo das suas embarcações todos os Marinheiros das suas respectivas Nações. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 23 de Março de 1851. — Manoel José de Souza Franca. — Sr. Francisco Carneiro de Campos. — *Acha-se a fl. 2 do Liv. 11 da Corte.*

RESOLUÇÃO DE 23 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

Os herdeiros habilitados de Theresa Gomes Fernandes pedem a entrega do dinheiro pertencente á herança do fallecido Manoel Gomes Fernandes, que fôra sequestrada e recolhida ao Thesouro como propriedade portugueza, e para isso offerecem a habilitação havida em Portugal. O Procurador da Fazenda achou ponderosas e fundadas as razões com que os supplicantes pretendem ser desobrigados da habilitação pelo Concelho, e não vê necessidade de maior demonstração; todavia, lembra o que se deulz do Tratado de 29 de Agosto de 1825, arts. 5 e 6, verificado o titulo pelo qual lhe he pertencente, com habilitação e intervenção de seu Consul.

Parece ao Concelho o mesmo que ao Procurador da Fazenda, por ser fundada em direito. Rio, 14 de Janeiro de 1851.

Resolução. — Como parece. Paço, em 25 de

Março de 1831.—Com a rubrica de S. M. I.—Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.—*Acha-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional*

RESOLUÇÃO DE 23 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

Remettendo-se ao Concelho para consultar-se o requerimento e mais papeis de Jo-é Luiz da Silva, que pede ser aposentado no emprego de Cirurgião do Hospital dos Escravos das Fazendas Nacionais da Provincia de Piahy, com o respectivo ordenado de 200\$, visto ter sido aposentado em igual emprego do Hospital Militar da mesma Provincia, e tendo informado o Procurador da Corón, achou este que faltava certidão de idade e folha corrida do Registo das Mercês.

O que tudo visto, parece ao Concelho que não tem nenhum lugar a pretensão do supplicante, por isso que, sendo huma incumbencia de sua arte, posto que exercitada com familia pertencente á Fazenda Publica, não pôde de nenhuma maneira considerar-se officio de carta, em que haja lugar a aposentação. Rio, 24 de Janeiro de 1831.

Resolução.—Como parece. Paço da Boa Vista, em 23 de Março de 1831.—Com a rubrica de S. M. I.—Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.—*Acha-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 23 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

Remettendo-se ao Concelho da Fazenda para consultar o requerimento e mais papeis de D. Rosa Gonzaga de Almeida, viuva do primeiro Escripturario da Junta da Fazenda de Minas Geraes, que pede, em remuneração de quasi 22 annos de serviços prestados por seu marido, metade do ordenado que este vencia, foi ouvido o Procurador da Fazenda, e este achou a pretensão da supplicante materia de graça, e dependente da approvação da Assembléa.

O Concelheiro Fiscal das Mercês conformouse com o Procurador da Fazenda, e parece ao Concelho que, não havendo Lei que regule o Governo a semelhante respeito, e sendo taes concessões onerosas do Thesouro, nada ha que deferir á supplicante. Rio, 28 de Janeiro de 1831.

Resolução.—Como parece ao Concelho. Paço da Boa Vista, em 23 de Março de 1831.—Com a rubrica de S. M. I.—Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.—*Acha-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 23 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

Senhor.—Por Portaria da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça de 19 de Janeiro do

corrente anno, mandou V. M. I. remetter a este Concelho, para consultar, o requerimento do Conselheiro Bernardo José da Gama, do theor seguinte:—Senhor. Diz o Conselheiro Chanceler da Casa da Supplicação, Bernardo José da Gama, que, achando-se no actual exercicio do lugar de Regedor das Justiças, desde 4 de Dezembro do anno proximo passado de 1829, pelo motivo constante da certidão junta, precisa da competente ordem, afim de que no Thesouro lhe pague do respectivo ordenado o que constar dever-se-lhe. Pede a V. M. I. haja por bem deferir ao Supplicante como requer.—R. M.—Procurador, João Ferreira Louzada.

Sobre este requerimento havia respondido, por aquella Repartição, o Procurador da Fazenda, cujo theor do seu Officio he o seguinte:—O supplicante exerce o cargo de que pretende o pagamento por força do § 48 da Ordenação do Liv. 1º, Tit. 1º, e do § 16 da do mesmo Livro, Tit. 4º. O digno provido neste cargo até a organização das Relações foi elevado ao Ministerio dos Negocios da Justiça, Ministerio que, assim como os mais, se deve considerar durador, pois que não presume ao tempo da nomeação que seja pouco aturado, posto que se ache regulado somente pelo § 6º do art. 101 da Constituição do Imperio. Considero pois tal cargo em perenne vacancia, durante o Ministerio daquelle a que pertence por hum titulo em que a sua duração se acha expressa até a organização das Relações, e tanto mais quanto por tal cargo nada tem recebido, nem pôde haver, porque não he comprativo o exercicio, e apenas percebe o honorario de Ministro de Estado. A substituição, torna a dizer, nasce das Ordenações que referi; e, sendo o exercicio do supplicante bem diverso daquelle que se verifica no tempo das Sessões Legislativas, por ser o substituído Senador inhibido pela Lei de exercer, mas não de voltar, findas ellas, ao seu lugar, sem alguma dependencia, o que ora não succede, não ha pois alguma applicabilidade do § 6º do Alvará de 29 de Dezembro de 1753, Cap. 46 do § 6º do Cap. 16, de 23 de Março de 1754, do § 3º do Cap. 3º do Alvará 1º, de 4 de Fevereiro de 1755, também razão não ha para a favoravel applicação das medidas tomadas de conferir a 5ª parte do ordenado que a Nação deixa de pagar na correnteza de cada huma sessão sem o desconto dos 40 dias, pois que o impedimento data de mezes antes da sessão ultima, não he permittido abstrahir da razão desse impedimento por hum titulo a que se daria attenção para attribui-lo ao de exercicio de Senador, por isso que o Ministerio da Justiça não tem sido interrompido desde que o Supplicante serve de Regedor. Concluo pois, por todas estas razões, que o Supplicante serve de Regedor porque as ordenações indicadas o mandão servir, e que o lugar não pôde por tal modo, não servido por hum motivo tal, deixar de considerar-se, embora temporariamente, nos termos do Decreto de 27 de Março de 1802 para o supplicante, nada pôde haver pela sua serventia. Contudo, estas mesmas razões podem offerecer base á Consulta pelo

Concelho da Fazenda, e para medida Legislativa que favoreça, com paga correspondente, o acréscimo de trabalho e de responsabilidade, aliás não limitada, convindo a igualdade e a lei do justo que quem trabalha seja pago. Rio, aos 14 de Dezembro de 1830. — Nabuco.

O que tudo sendo visto, parece ao Concelho que o requerimento do supplicante he fundado em justiça para lhe ser pago a 5ª parte do ordenado de Regedor da Casa da Supplicação, desde o dia 15 de Janeiro de 1830 até 4 de Dezembro do mesmo anno, em razão de ter substituído o mesmo emprego desde 4 de Dezembro de 1829, segundo consta da certidão por elle junta, não tendo direito a perceber a mesma 5ª parte senão depois de passados 40 dias depois da sua substituição, como he expresso no Regimento dos ordenados da Casa da Supplicação de 4 de Fevereiro de 1755, § 7º; não havendo lei em contrario a respeito das substituições dos Empregos Collegiaes, e não se podendo considerar vago o lugar de Regedor pela nomeação do Proprietario para o serviço de qualquer das Pastas de Ministro e Secretario de Estado, não havendo lei que o disponha, e observando-se entre nós na pratica reverterem elles sempre ao exercicio dos Empregos Publicos que antes tinham.

Ao Conselheiro José Furtunato de Brito Abreu Souza e Menezes pareceu, porém, que o requerimento do supplicante he infundado, e por isso indeferivel em toda a sua extensão. O lugar de Regedor das Justicas da Casa da Supplicação, logo que o seu Proprietario passou para o lugar de Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, ficou de facto e de direito vago. São lugares incompatíveis que não pôde a mesma e só pessoa servir. As leis assim o declaram, graças e exemplos contrários não podem produzir direitos allegáveis e fructíferos; porque elle Conselheiro não reconhece nada valido ou util contrario á lei. Nestas circumstancias, a disposição do

mo bem

que se conclua com brevidade o julgamento dos mesmos escravos, que pende no Juizo dos Feitos da Fazenda da Relação desta Cidade, e que, pela informação inclusa do respectivo Juiz, consta estar nos termos de se arrazoar afinal. Deos Guarde a V. S. Paço, em 24 de Março de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. José Paulo Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 2 v. do Liv. 11 da Corte.*

AVISO DE 24 DE MARÇO.

Manuscripto authenticico.

S. M. o I. ordena que V. Ex. passe as ordens necessarias para que se ponha amanhã 25 de Março corrente, ás 4 horas da tarde, á disposição do Intendente Geral da Policia, huma força de tropa igual á que já se ordenou para cada hum dos Juizes de Paz das Freguezias desta Cidade, ou seja do Corpo da Guarda Militar da mesma Policia, ou de qualquer outro. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 24 de Março de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. José Manoel de Moraes. — *Acha-se á fl. 2 v. do Liv. 11.*

Na mesma data se communicou ao Intendente Geral da Policia.

AVISO DE 26 DE MARÇO.

Manuscripto authenticico.

S. M. o I., a quem foi presente o Officio de Vm., de 23 do corrente, sobre a duvida que tem o Juiz do Crime interino Francisco Gomes de Campos, de proceder contra os presos o Padre Manoel Ribeiro de Abreu, o desertor Dionisio José de Barros e Bernardo Antonio Portilha, por terem vindo de fóra do termo desta Cidade: ha por bem que Vm. mande abrir assento aos mesmos presos, á ordem dessa Intendencia, até se darem as providencias que a segurança delles e gravidade de seus delictos pede; ficando a duvida daquelle Juiz. Deos

N. B. A. 15 se officio ao Juiz de Paz de

AVISO DE 28 DE MARÇO.

Manuscripto authenticico.

A vista do officio de Vm. de 23 do corrente, que acompanhava a representação do Commandante da prisão de Calabouço, S. M. o I. ordena que Vm. informe o numero de escravos que se acham presos no Calabouço, com declaração dos seus nomes, naturallidade, dia, mes e anno em que foram presos, nomes de seus donos, da que cosse; seu sexo e idade; assim como da despesa que cada hum tem feito; redimido toda esta informação a hum quadro em forma de mappa. Deos Guarde a Vm. Paço, em 28 de Março de

cauce do Governo, os funestos effeitos que podem produzir contestações e rivalidades como as que ultimamente ião acontecendo nesta Córte, quando todos os subditos do Imperio devem ser outros tantos defensores do Systema Constitucional que felizmente nos rege: ha por bem o mesmo A. S. que V. Ex. tome desveladamente todas as cautelas que julgar convenientes para prevenir semelhantes predisposições de partidos exaltados, tanto de hum como de outro extremo; e ordena, outrossim, que nas informações de requerimentos de partes, V. Ex. não somente participe se tem os pretendentes a qualidade de Cidadãos Brazileiros, mas tambem declare mui especialmente o que lhe constar sobre adhesão dos mesmos pretendentes á Constituição jurada, que a todos compre respeitar e manter, como unica base sólida da ventura permanente do Imperio. Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 26 de Março de 1831. — Visconde de Goyana. — Sr. Luiz Paulo de Araujo Basto.

Na mesma conformidade para todas as Provincias do Imperio.

AVISO DE 28 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

S. M. o I. ordena que Vm., mandando chamar a hum Miguel Pereira, que fôra ferido na noite de 15 de Fevereiro proximo passado pelo 1º Tenente da Armada Nacional João Maria Wandenkole, se informe dellé se procedeu ou não a corpo do delicto pelo dito ferimento, e onde existe; e outrossim se querelou perante algum dos Juizes criminaes desta Córte, visto que, achando-se o mesmo 1º Tenente preso militarmente por esse facto, e reclamando a sua soltura, he mister deferir-lhe pela Repartição competente, por onde se exige informação, huma vez que não se lhe tenha formado culpa, nem por parte do queixoso nem por parte da Justiça. Deos Guarde a Vm. Paço, em 28 de Março de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. Caetano Maria Lopes Gama. — *Acha-se á fl. 3 do Liv. 11 da Córte.*

N. B. A 15 se officiou ao Marquez de Paranguá, dizendo que não havia culpa formada nem a parte lh'a queria formar.

AVISO DE 28 DE MARÇO.

Manuscripto authentic.

A' vista do officio de Vm., de 24 do corrente, que acompanhou a representação do Commandante da prisão do Calabouço, S. M. o I. ordena que Vm. informe o numero de escravos que se achão presos no Calabouço, com declaração dos seus nomes, naturalidades, dia, mez e anno em que forão presos, nomes de seus donos, de que conste; seu sexo e idade; assim como da despesa que cada hum tem feito; reduzindo toda esta informação a hum quadro em fôrma de Mappa. Deos Guarde a Vm. Paço, em 28 de Março de

1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. Caetano Maria Lopes Gama. — *Acha-se á fl. 3 do mesmo Livro.*

OFFICIO DE 31 DE MARÇO.

Imp. avulso.

Tendo S. M. o I. resolvido dar a S. M. a Senhora D. Maria II., Rainha de Portugal e Algarves, sua Augusta Filha, huma Serenata sen Imperial Palacete da rua do Imperador, dia 4 de Abril, para deste modo Festejar o Natalicio da mesma A. S., determinou-me que fizesse saber a V. Ex. que lhe faz a mui distincta honra de permitir que V. Ex. compareça na mesma Serenata que começara pelas 8 horas da noite, vestido de grande gala. Paço, 31 de Março de 1831. — Visconde de Goyana. — Sr. Basto de...

AVISO DE 4 DE ABRIL.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — Manda S. M. o I. que V. Ex. expeça as ordens necessarias já ao Commandante das Armas da Córte para que faça postar na porta da Igreja Matriz de S. José huma tropa de tropa que V. Ex. entenda ser bastante, e ordens do Juiz de Paz da mesma Freguezia Manoel Theodoro de Azambuja, afim de a empregar conforme a lei, e em razão de seu officio para dispersar qualquer tumulto que occorra na noite de hoje, e que ha motivo de receiar-se. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em o 1º de Abril de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. José Manoel de Moraes.

N. B. Neste instante se me informa que principia o povo a tumultuar, pelo que previno a V. Ex. para que expeça as ordens afim de que tropa disponível esteja em quarteis sobre aviso. — *Acha-se á fl. 4 do Liv. 11 da Córte.*

AVISO DE 2 DE ABRIL.

Manuscripto authentic.

Tendo apparecido, em a noite proxima passada, hum grande ajuntamento de povo no largo de Moura, que tumultuou e pretendia perturbar o socego desta Capital, difficultando-se ao Juiz de Paz da Freguezia de S. José dispersa-lo pelo seu grande numero, previno a Vm. para que use da necessaria vigilancia, afim de que no territorio de sua Freguezia se dispersem quaesquer ajuntamentos que se encontrem na noite de hoje e subsequentes; requisitando Vm. a necessaria fôrça de tropa ao Ministro da Guerra ou ao Commandante das Armas para esse effeito, no caso de que seja mister a sua applicação para dispersar os mesmos ajuntamentos. Deos Guarde a Vm. Paço, em 2 de Abril de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. Juiz de Paz da Freguezia da Candelaria.

Na mesma conformidade aos das do Sacramento e S. Rita.

AVISO DE 2 DE ABRIL.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr.—S. M. o I., em demonstração do seu sentimento pela morte de S. M. Siciliana o Rei Francisco I. toma luto por tempo de 21 dias, que hão de começar hoje. O que participo a V. Ex. para que tome o referido luto. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 2 de Abril de 1831.—Francisco Carneiro de Campos.—

DECRETO DE 3 DE ABRIL.

Coll. Plancher.

Tendo ouvido o meu Concelho de Estado, hei por bem convocar extraordinariamente a Assembléa Geral Legislativa, e ordenar que se reúna logo, que se verifique o numero legal dos seus respectivos membros. O Visconde de Goyana, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 3 de Abril de 1831, 10^a da Independencia e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. o I.—Visconde de Goyana.

AVISO DE 5 DE ABRIL.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr.—Sendo presente a S. M. o I. que, na noite de hontem 4 do corrente mez de Abril, desembarcára huma porção de Marinheiros, os quaes perturbarão o sossego desta Cidade, resultando dahi ferimentos e mortes perpetrados pelos mesmos, houve por bem o mesmo A. S. mandar ordenar por Edital da Policia que fossem presos todos os Marinheiros que d'ora em diante se achassem em terra depois do sol posto; e para que esta medida seja mais extensa, ordena, outrossim, que V. Ex. passe as ordens necessarias para que de hoje em diante seja a Marinha deste porto registada de competentes rondas de mar, que evitem qualquer desembarque de Marinheiros depois daquella hora, fazendo-os retracer para as suas respectivas embarcações, no caso de serem encontrados pelas ditas rondas em direcção ás praias desta Cidade, cumprindo ter maior vigilancia sobre as aguas do Porto da Prainha, onde costumão concorrer em maior numero. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 5 de Abril de 1831.—Manoel José de Souza Franca.—Sr. José Manoel de Almeida.—*Acha-se á fl. 5 do Liv. 11.*

AVISO DE 5 DE ABRIL.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr.—S. M. o I. tendo em consideração que a impunidade dos delictos, de que o publico se queixa nesta Corte e Provincia, não procede tanto da corrupção dos Magistrados, como da falta das provas, e principalmente dos corpos de delicto, que são essenciaes ao processo para justificar a condemnação dos delinquentes; e querendo, quanto está da parte do Go-

verno, dar ordem para que a Administração da Justica tome aquelle gráo de rigor de que depende a segurança publica, ordena que V. Ex. passe immediatamente as ordens necessarias, para que não só as patrulhas da Guarda Militar da Policia, como dos mais Corpos Militares, encarregadas de manter a tranquillidade publica, e prender os delinquentes, hajão de declarar, nas partes que derem das pessoas que prenderem, os nomes destas, suas naturalidades, idades, se são casados ou solteiros, que officio tem, a rua ou lugar onde morão, de que vivem, o quartelão e lado da rua ou lugar, e hora do dia ou da noite em que se commettêrão os delictos, sendo presos em flagrante, e a rua ou lugar e hora do dia ou da noite em que forão feitas as prisões, os nomes das testemunhas que presenciãrão os delictos, com especificação das ruas ou lugares onde morão, para serem chamadas e inquiridas a tempo, tanto pelos Juizes que hão de fazer os corpos de delicto, como pelos que hão de proceder aos summarios, e julgar por parte da Justica os delinquentes; ficando absolutamente prohibidos o Commandante da Guarda da Policia e o dos individuos militares de tais diligencias de soltarem os presos sem autorisação do Intendente Geral da Policia, a cuja ordem se devem considerar feitas as prisões, seja qual for o motivo que possa allegar para este procedimento, e seja qual for a classe, ordem ou estado a que pertença o delinquente, por ser a Lei igual para todos, conforme a Constituição Politica do Imperio, e ninguém deve ser isento dos summarios procedentes, pois, no caso de alguma patrulha ou soldado ter prendido injustamente algum, e que por isso deve o preso de Policia, em perigo da tranquillidade publica e bem commum, como he determinado no Alvará de 21 de Outubro de 1763 § 8, ser immediatamente solto, não he aos mesmos Officiaes que compete formar juizo a este respeito, mas sim ao dito Intendente, que deve então reclamar o castigo daquelle que tiver feito a prisão, quando se conheça que, abusando da força publica acinteiramente, e por fazer injuria ou vexame, a praticou. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 5 de Abril de 1831.—Manoel José de Souza Franca.—Sr. José Manoel de Moraes.—*Acha-se á fl. 5 v. do Liv. 11.*

Estas medidas forão propostas pelo Conselheiro Nabuco, nos Officios de 22 e 25 de Março antecedente.

Da copia inclusa verá V. S. as ordens que S. M. o I. tem mandado passar na data desta ao Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, afim de se pôr em regra o serviço da Guarda Militar da Policia da Corte, nas diligencias das prisões dos delinquentes, que se houverem de fazer d'ora em diante; e ordena o mesmo A. S. que V. S., logo que lhe chegarem as partes das prisões circumstanciadas, como se mandão fazer, remetta immediatamente ao Juiz de Paz da Freguezia onde se tiver commettido a malfieitoria cada hum dos delinquentes que lhe forem apresentados, para o mesmo Juiz de Paz proceder ao respectivo corpo de delicto, como

lhe incumbe por Lei, e com elle remetter o réo dentro de 24 horas ao Juiz Criminal, que deve conhecer da culpa, se fôr caso da competencia de taes Juizes, ou para punir os malféitores, se as culpas fôrem meramente policiaes, em contravenção das Posturas Municipaes, de que he executor. S. M. ordena, outrossim, que V. S. proceda a fazer hum registo ou assentamento geral de todos os estrangeiros que chegarem a esta Côrte, tendo hum livro particular nessa Intendencia para o registo ou assentamento dos individuos de cada Nação, no qual se indique a sua naturalidade, sexo, idade, estado, embarcação em que veio, dia da sua entrada, officio, emprego ou industria de que pretenda subsistir no paiz, e lugar para onde vai morar; intimando-os de participar á Policia a sua mudança de casa ou de bairro, quando aconteça, e que desse registo se extraia todos os mezes hum lista, que deve ser remettida a esta Secretaria de Estado, com Officio de V. S., em que se contenha o juizo que fôrma da moralidade e costumes desses estrangeiros em geral, e do bem ou mal que entenda resultar da sua residencia entre nós, para, sobre taes informações, se adoptarem as medidas policiaes que as circumstancias exigirem. Deos Guarde a V. S. Paço, em 5 de Abril de 1831.—Manoel José de Souza França.—Sr. Caetano Maria Lopes Gama.

AVISO DE 5 DE ABRIL.

Manuscripto authentic.

S. M. o I. ordena que V. S. mande abrir assento de prisão, á ordem dessa Intendencia, a todos os individuos que pelas patrulhas da Guarda Militar da Policia tenham sido presos em flagrante, como perturbadores da tranquillidade publica, promovendo o desassocego do povo, que nestas ultimas noites tem posto em sustos e receios a todos os pacificos moradores desta Cidade, e que, no caso de ser agravada a conducta dos mesmos presos, por alguns delictos que tenham commettido, procure informar-se do lugar onde o commettêrão, officinando, em consequencia, ao Juiz de Paz da Freguezia onde se commetteu o crime, para immediatamente proceder a corpo de delicto directo ou indirecto, qual no caso souber, á vista do qual somente V. S. deliberará se deve ou não remetter o preso á ordem dos Juizes Criminaes, sendo este o unico caso em que deve alterar-se o assento da prisão, conservando-se todos presos á ordem da Intendencia, dando-se delles conta circumstanciada por esta Secretaria de Estado. Tambem ordena o mesmo A. S. que V. S. faça publicar hum Edital, pelo qual se ordene que todos os moradores ponhão luzes ás suas janellas nas noites escuras, logo que fôrem advertidos de alguma desordem na rua da Cidade, afim de com mais facilidade poderem as rondas prender os delinquentes, sendo punidos com 8 dias de prisão fechada todos aquelles que acintemente o não fizerem, como desobedientes ás ordens superiores.

Deos Guarde a V. S. Paço, em 5 de Abril de 1831.—Manoel José de Souza França.—Sr. Caetano Maria Lopes Gama.—*Acha-se á fl. 6 do Liv. 11 da Côrte.*

AVISO DE 5 DE ABRIL.

Manuscripto authentic.

S. M. o I. ordena que V. S. faça publicar ja por essa Intendencia hum Edital prohibindo que das Ave-Marias por diante esteja em terra algum Marinheiro das tripulações das embarcações surtas neste porto, declarando, outrossim, que, pelo simples facto de serem encontrados depois dessa hora pelas rondas da policia, serão presos como suspeitos de perturbadores da ordem publica, ainda mesmo que se achem desarmados, e, como desobedientes a esta prohibição, serão castigados policialmente com 60 dias de prisão fechada, segundo o art. 128 do novo Codigo, e que a este respeito faça V. S. pôr de intelligencia o Commandante da Guarda Militar da Policia, para fazer cumprir pelas respectivas rondas a mesma imperial determinação. Deos Guarde a V. S. Paço, em 5 de Abril de 1831.—Manoel José de Souza França.—Sr. Caetano Maria Lopes Gama.

DECRETO DE 6 DE ABRIL.

Coll. Mineira.

Tendo maduramente reflectido sobre a posição politica deste Imperio, conhecendo quanto se he necessaria a minha abdicção, e não desejando mais nada neste mundo senão gloria para mim, e felicidade para a minha Patria, hei por bem, usando do direito que a Constituição me concede no cap. 5º art. 150, nomear, como por este meu Imperial Decreto nomeio, tutor de meus amados e prezados Filhos, ao muito probo, honrado e patriótico Cidadão José Bonifácio de Andrada e Silva, meu verdadeiro amigo. Boa Vista, 6 de Abril de 1831, 10º da Independencia e do Imperio.—IMPERADOR Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil.

DECRETO DE 7 DE ABRIL.

Coll. Mineira.

Usando do direito que a Constituição me concede, declaro que hei mui voluntariamente abdicado na pessoa de meu muito amado e prezado Filho o Sr. D. Pedro de Alcantara. Boa Vista, 7 de Abril de 1831, 10º da Independencia e do Imperio.—PEDRO.

DECRETO DE 7 DE ABRIL.

Coll. Mineira.

Nomeação da Regencia Provisoria feita pelas duas Camaras Legislativas.

O Marquez de Caravellas, com quarenta votos.—O Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, com

trinta e cinco.—O Senador Nicolão Pereira de Campos Vergueiro, com trinta.

PROCLAMAÇÃO DE 8 DE ABRIL.

Coll. Mineira.

BRAZILEIROS!—Hum acontecimento extraordinário veio surprender todos os calculos da humana prudência; huma revolução gloriosa foi operada pelos esforços e patriótica união do Povo e Tropa do Rio de Janeiro, sem que fosse derramada huma só gotta de sangue; successo ainda não visto até hoje, e que deve honrar a vossa moderação, energia e o estado de civilização a que haveis chegado.

Brazileiros! Hum Principe mal aconselhado, trazido ao precipicio por paixões violentas, e desgraçados prejuizos anti-nacionais, cedeu á força da opinião publica, tão briosamente declarada, e reconheceu que não podia ser mais o Imperador dos Brasileiros. A audácia de hum partido que todo se apoiava no seu nome, os ultrajes que soffremos de huma facção sempre adversa ao Brazil, e traição com que forão repentinamente elevados ao Ministerio homens impopulares, e tidos como hostis á liberdade, nos pôz as armas nas mãos. O Genio Tutelar do Brazil, a espontaneidade com que a força armada e o povo correm á voz da Patria opprimida, tirarão aos nossos inimigos o conselho e coragem; elles desmaiarão, e a luta foi decidida sem que se nos tornasse mister tinger as armas no sangue dos homens. D. Pedro I abdicou em seu Filho, hoje o Sr. D. Pedro II Imperador Constitucional do Brazil.

Privados por algumas horas de Governo que fizesse mover regularmente as molas da Administração Publica, o primeiro cuidado de vossos Representantes, Membros de huma e de outra Camara, reunidos, foi o de nomear huma Regencia Provisional, com as attribuições que pela Constituição lhe são marcadas. Esta Regencia, cuja antoridade durará só pelo tempo que decorrer até á reunião da Assembléa Geral, para a instillação da qual não ha ainda o numero sufficiente; era, quanto antes, reclamada pelo imperio das circumstancias, e não podia estar sujeita ás condições do art. 124 da Lei Fundamental do Estado, porque deixára de haver Ministerio, e impossivel era satisfazer, portanto, as clausulas requeridas nesse artigo.

As pessoas nomeadas para tão importante cargo tem a vossa confiança; patriotas sem noíoa, elles são amigos ardentes da nossa liberdade, não consentirão que esta padeça a menor quebra, nem hão de transigir com as facções que offendêrão a Patria. Concidadãos! Descansai em seus cuidados e zelo, mas por isso não afrouxeis em vossa vigilancia e nobres esforços. O patriotismo, a energia, sabe alliar-se facilmente com a moderação, quando hum povo chega a ter tantas virtudes como as que haveis mostrado nesta formidavel empreza. Corajosos em repellar a tyrannia, em sacudir o jugo que a traição mais negra vos

pretendia lançar, mostrastes-vos generosos depois da victoria, e os vossos adversarios tiveram a impallidecer a hum tempo de temer e de vergonha.

Brazileiros! A vossa conducta tem sido superior a todo o elogio; essa facção detestavel que ousou insultar-nos em nossos lares veja na moderação que guardamos depois da victoria mais huma prova da nossa força. Os Brasileiros adoptivos que se tem querido desvairar com suggestões perdidas reconheção que não he sede de vingança, sim o amor da liberdade quem nos armou; convenção-se de que o seu repouso, pessoas, propriedades, tudo será respeitado, huma vez que obedecerão ás Leis da Nação magnanima a que pertencem. Os Brasileiros abominação a tyrannia, tem horror ao jugo estrangeiro, mas não he de sua intenção fazer pesar mão de ferro sobre os vencidos, valer-se do triumpho para satisfazer paixões rancorosas. Tem muita nobreza de alma para que isso possa recitar-se delles. Quanto aos traidores que possão apparecer no meio de nós, a Justiça, a Lei, e somente ellas, devem puni-los segundo seus crimes.

Pouco falta para que se preencha o numero dos Representantes da Nação requerido, afim de que se forme a Assembléa Geral. He della que deveis esperar as medidas mais energicas que a Patria instantaneamente reclama. Os vossos Delegados não deixarão em esquecimento os vossos interesses; bem como a vós, esta terra lhes he cara. Este Brazil até hoje tão opprimido, tão humilhado por ingratos, he o objecto do vosso e do seu enthusiasmo. Não soffrerão aquelles que o Brazil elegeu por livre escolha que a sua gloria, o seu melindre, passe pelo minimo desar. Do dia 7 de Abril de 1831 começou a nossa existencia nacional, o Brazil será dos Brasileiros e livre.

Concidadãos! Já temos Patria, temos hum Monarcha, symbolo da vossa união e da integridade do Imperio, que educado entre nós, receba, quasi no berço, as primeiras lições da Liberdade Americana, e aprenda a amar o Brazil que o viu nascer; o funebre prospecto da anarchia e da dissolução das Províncias, que se apresentava aos nossos olhos, desapareceu de hum golpe, e foi substituido por scena mais risouba. Tudo, tudo se deve á vossa resolução e patriotismo, e á coragem invencivel do Exército Brasileiro, que desmentio os sonhos insensatos da tyrannia. Cumpre que huma victoria tão bella não seja maculada; que prosigais em mostrar-vos dignos de vós mesmos, dignos da liberdade, que rejeita todos os excessos, e a quem só aprazem as paixões elevadas e nobres.

Brazileiros! Já não devemos corar deste nome; a Independencia da nossa Patria e as suas Leis vão ser desde este dia huma realidade. O maior obstaculo que a isso se oppunha retira-se do meio de nós, sahirá de hum Paiz, onde deixava o flagello da guerra civil, em trao de hum Throno que lhe demos. Tudo agora depende de nós mesmos, da nossa prudencia, moderação e energia; continuemos, como principiamos, e seremos apontados com admiração entre as Nações mais cultas. Viva a Nação Brasileira! Viva a

Constituição! Viva o Imperador Constitucional o Sr. D. Pedro II.—Bispo Capellão Mór, Presidente.—Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Secretario.

REPRESENTAÇÃO DE 8 DE ABRIL.

Imp. avulso.

Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação.—Participo-vos, Senhores, que, no dia 6 do corrente Abril, usando do direito que a Constituição me concede no cap. 5º art. 150, nomeei Tutor dos meus amados Filhos ao muito probo, honrado e patriótico Cidadão, o meu verdadeiro amigo José Bonifácio de Andrada e Silva. Não vos hei, Senhores, feito esta participação logo que a Augusta Assembléa Geral principiou seus importantíssimos trabalhos, porque era mister que o meu amigo fosse primeiramente consultado, e que me respondesse favoravelmente, como acaba de fazer, dando-me deste modo mais humma prova da sua amizade; resta-me agora, como Pai, como Amigo da minha Patria adoptiva, e de todos os Brasileiros, por cujo amor abdiquei duas Corôas para sempre, humma offerecida e outra herdada, pedir á Augusta Assembléa Geral que se digne confirmar esta minha nomeação. Eu assim o espero, confiado nos serviços que de todo o meu coração fiz ao Brazil, e em que a Augusta Assembléa Geral não deixará de querer alliviar-me desta maneira hum pouco as saudades que me atormentão, motivadas pela separação de meus caros Filhos e da Patria que adoro. Bordo da *Não Warspite*, surta neste porto, aos 8 de Abril de 1831, 10º da Independencia e do Imperio.—Pedro.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 81, vol. 17.*

AVISO DE 8 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Hlm. e Exm. Sr.—A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, ha por bem que V. Ex., para assistir ao acto solemne da Exaltação do Senhor D. Pedro II ao Trono, se ache amanhã, pelo meio dia, na Capella Imperial; ficando V. Ex. na intelligencia de que he dia de grande galla. Deos Guarde a V. Ex. Paço, 8 de Abril de 1831.—Visconde de Goyana.—Sr. Marquez de...

PORTARIA DE 8 DE ABRIL.

Manuscripto authenticico.

Manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, que o Desembargador Antonio Luiz Figueira Pereira da Cunha, com hum Escrivão e mais Officiaes que entender necessario e que poderá nomear, passe ao Palacete da Rua Nova do Imperador, em S. Christovão, a entregar por hum inventario circumstanciado ao Conselheiro João Valentin de Faria Souza Lobato a baixella que ali se acha em guarda pertencente ao Senhor D. Pedro, ex-Imperador do Brazil, e que, assignado

nado ao pé do mesmo inventario competente recebido pelo dito Conselheiro, o remetta á mesma Regencia por esta Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça. Paço, em 8 de Abril de 1831.—Manoel José de Souza Franca.—Sr. Desembargador Antonio Luiz Figueira Pereira da Cunha.—*Acha-se a fl. 7 do Liv. 11 da Corte.*

DECRETO DE 9 DE ABRIL.

Coll. Braz.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, tendo ouvido o Conselho de Estado, decreta:

1.º São perdoados todos os Cidadãos Brasileiros que, por motivo de crimes politicos, se acham condemnados ou mesmo pronunciados.

2.º São igualmente perdoados todos os militares por crimes de deserção, voltando immediatamente aos seus respectivos Corpos os que se achão presos, e os outros no prazo de 5 mezes contados da data do presente Decreto. Palácio do Rio de Janeiro, em 9 de Abril de 1831, 10º da Independencia e do Imperio.—Marquez de Caravellas.—Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro.—Francisco de Lima e Silva.—Manoel José de Souza Franca.

ULTIMO BALANÇO, ou o Budget do Sr. D. Pedro II Alcantara, ex-Imperador.

Sr. Marquez de Caravellas.—Muito estimado, que da minha parte, depois de fazer os meus cumprimentos ao Governo, lhe expozesse o seguinte: Eu desejo que o Thesouro me pague o que me deve, e que espere o pagamento do que eu lhe devo para quando se venderem as minhas propriedades particulares, e a mobilia de que estão cheios os Palacios, quer nacionaes, quer meos, deixando eu para meus filhos o que fôr preciso para seu serviço particular, sendo esta declaração feita por aquellas pessoas que erão, ou ainda são chefes das differentes Repartições, e pela pessoa a quem eu e minha mulher autorizamos para eu dispôr de tudo o mais, não tendo nada de o vender ao Governo, para o que dei os preços declarados. Igualmente desejo que em consequencia do direito que me assiste, com verã da copia n. 1, de que mostrei o original ao Ministro da Marinha, se mandasse hum ordens para que em Londres, onde estão, ou pelo menos devem estar depositadas L. 250,000, que fôrão mandadas pôr á disposição do Sr. D. João de men Augusto Pai, por aviso do Thesouro de 2 de Setembro de 1825, de que remetto copia n. 2, e das quaes elle nunca dispôz, se me entreguem (como mais commodo fôr no Thesouro) 50,000 a que tenho todo o direito, ou em outro que se me mande estabelecer hum premio, como já se devêra ter estabelecido, negocio em que nunca fallei, porque não podia ser juiz e parte de 5 por cento, com 2 1/2 de amortização, para ser deste modo o pagamento mais suave, ou de 2 por cento, com 5 de amortização, isso á escolha.

Ainda que o formal diz—do que se liquidar no Thesouro Publico desta Cidade (Lisboa)—não pôde objectar o pagamento, porque o Sr. D. João VI, de gloriosa memoria, nunca dispôz do deposito, e tudo ficou em Londres, e portanto, sendo isto propriedade particular, não podia ser liquidada no Thesouro daquela Cidade, senão para se saber se o Sr. D. João VI havia recebido as L. 250,000 do Governo Brasileiro, o que se poderá provar, examinando-se se no Thesouro existe ordem contraria ao Aviso de 3 de Setembro de 1825, que mandasse levantar o deposito, ficando de necessidade o Thesouro que mandou depositar o que não era seu, sem que houvesse litigio para se saber quem era o dono, que estava declarado na Convenção de 29 de Setembro de 1825, mandada cumprir nesta parte por Decreto de dias de Abril de 1826, responsavel aos herdeiros do Sr. D. João VI. Ora, sendo eu hum delles, e não tendo meu Pai recebido as L. 250,000, segue-se que tenho o direito á quinta parte, pois cinco são os herdeiros, como passou em julgado em Lisboa, por sentença do Tribunal competente.

Eu julgo ou, para melhor dizer, sei que nenhum Farthing existe no deposito, porque o Sr. Marquez de Barbacena tudo gastou, fundado no seu direito, todo particular, e no qual achou que o que era do Avô passava por herança á Neta, como se poderá provar por Officios existentes na Secretaria dos Negocios Estrangeiros, e se vê pelo do Thesouro Publico, de que junta envio a copia n. 5. Quando esta, nem pela Abdicação de hum Corôa que pertencia a hum dos herdeiros, podia herdar semelhante somma, o que iria de encontro aos interesses dos demais herdeiros que não abdicarão, nem se pôde admittir que bens particulares, como eram os de hum herdeiro do Sr. D. João VI passassem á pessoa em quem se abdicasse, como se fossem bens da Corôa, que não era, como foi julgado.

Portanto, não tendo eu nada com as transacções que neste negocio tiverão lugar, só reclamo o meu direito, do qual não posso ser despojado senão por hum acto despótico e attentatorio contra a Constituição jurada, e que Deos permita continue a reger o Imperio. Espero que estes meus negocios serão tomados em consideração, e se me responda de algum modo que me habilita para poder fazer os meus arranjos, para partir quarta-feira para a Europa.

Eu nunca fallaria em cousa alguma de dinheiro, principalmente agora, se eu tivesse com que com decencia pudesse apparecer na Europa, porque o que tenho he o seguinte: possuo eu e minha esposa a somma de 1,508 apolices de 1:000\$ que, vendidas a 72 1/2 produzem em papel rs. 941:760\$. Os quaes passados nesta occasião, que o cambio esta a 20 (Ls. 12\$), vimo-nos a receber 78,480-0-0 Ls., as quaes a 5 1/2 por cento produzirão L. 2,354-8-0 annualmente, o que corresponde a rs. 8:474\$400. Temos tambem algum papel e cobre, que pouco produzirão. Tenho eu 15:000\$ em ouro da herança de meu Pai, com alguns diamantes, no valor de

50:000\$, 200\$ em prata, e mais a baixella, louça e tudo que decora todos os Palacios, porque tudo foi comprado por mim, e muita cousa dada por meu Pai.

Pelo tit. 8º art. 179 § 22, a propriedade me he garantida em toda a sua plenitude, bem como, pelo § 6º do mesmo tit. e art., todo o cidadão (como en sou simples particular) pôde residir ou retirar-se do Imperio quando lhe aprouver, levando tudo quanto he seu, não sendo em prejuizo de terceiro. Este não se dá em caso presente, porque eu não dispunha, nem disporia do que he de meus filhos; amo-os muito, e mais do que tudo a honra: he do que he meu, do que sou senhor, porque o que era delles, por herança de sua Mãe, já está em suas mãos, quer em joias, quer em apolices que lhes comprei.

Eu desejava hum prompta e definitiva resposta para me saber governar, declarando ao Governo que passo a dispôr e mandar embarcar o que he meu, deixando o que me aprouver a meus Filhos, contando que o Governo he constitucional e não se querera metter no que não tem direito de intervir. Bordo da Nao *Warspite*, 10 de Abril de 1851.—PEDRO.

Seja-me remettida toda a prata que pertence ao Lava-pés, pois que he minha por dadiça que meu Pai me fez quando se foi embora para Portugal. Deixo para meus Filhos todo o serviço de casquinha que comprei ao Arcos, a prata que está nos quartos ordinariamente; todos os moveis que estão nos Palacios, e que são necessarios para os decorar sem luxo, retirando relógios, vasos, etc., menos cadeiras, mesas e consolos. Tambem serão por minha conta vendidos todos os espelhos que não estiverem nos Paços da Cidade e S. Christovão; não cedo, contudo, a mobilia que estiver nas casas que são de propriedade minha particular, nem os quadros que tenho, quer no Museu, quer nos Palacios, quer nacionaes, quer meus. Tambem deixo para o Museo tudo o mais que no mesmo Museo existe com o meu nome, exceptuando, como disse, os quadros e hum navio chinês. Dou a minha Januaria o piano que comprei ao Arcos, e a cada hum das meninas hum dos Allemães que estão no Palacio da Cidade, e para o meu Imperador o piano a que se dá corda.

N.B. Tudo quanto fôr prata me seja remettida, exceptuando-se sómente a que notei. Venha tambem toda a prata da mantearia, havendo as excepções acima. Confio que assim se cumpira.—D. PEDRO DE ALCANTARA.

Além disto, deixo para S. M. I. o Sr. D. Pedro II, meu muito amado Filho e Soberano, toda a louça que tiver, seja donde fôr e de que qualidade fôr.—Com rubrica.

Conferidos aos 21 de Junho de 1851, por João Valentim de Faria Souza Lobato, a quem foi dirigida e incorporada á fl. 143 a 144 da sentença extrahida por João Ventura Rodrigues, contra o Mórdomo da Imperial Casa, e que pende no Supremo Tribunal de Justiça, pelo recurso tirado da decisão sobre a liquidação da conta da encomenda dos jumentos andaluzes, feita em

19 de Maio de 1830, pela Superintendencia das Imperiaes Quintas e Fazendas, e produzida em razões por parte da Mordomia, assignadas por João Antonio de Miranda.

DECRETO DE 11 DE ABRIL.

Imp. avulso.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, tomando em consideração a injustiça e arbitrariedade com que, sem preceder sentença e sem alguma outra declaração, fôra demittido do serviço militar o Brigadeiro Pedro Labatut, digno por certo de melhor sorte, pelos serviços prestados á Independencia do Imperio na expulsão dos Lusitanos; por todas estas razões, manda reintegrar o mencionado Pedro Labatut no posto de Brigadeiro que occupára. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido e expeça, em consequencia, os despachos necessários. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Abril de 1831, 10^a da Independencia e do Imperio. — Marquez de Caravellas. — Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro. — Francisco de Lima e Silva. — José Manoel de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 81, vol. 17.*

AVISO DE 11 DE ABRIL.

Manuscripto authenticico.

Constando que o Subdito Portuguez João Bonifacio, residente nesta Capital, abusando da hospitalidade que recebe, se tem conduzido de hum maneira suspeita de conspiração contra a ordem do Governo estabelecida, pelo que tem excitado contra si a geral indignação: manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, que o sobredito João Bonifacio despeje a Cidade em 24 horas, e saia do Imperio em 8 dias, sendo, pelo contrario, immediatamente recolhido a humo forteza, onde o Governo possa razoavelmente proteger sua segurança individual contra a mesma indignação publica, até que effectivamente despeje o territorio do Brazil, e ha por bem que Vm. lhe faça intimar esta resolução sem perda de tempo, ficando a seu cargo faz-la executar independente de segunda ordem, declarando todavia o mesmo Subdito Portuguez nessa Intendencia qual he o destino que toma para intelligencia do Governo. Deos Guarde a Vm. Paço, em 11 de Abril de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. Desembargador Adjunto do Intendente Geral da Policia. — *Acha-se a fl. 7 v. e 8 do Lr. 11.*

CARTA DE 12 DE ABRIL.

Imp. avulso.

Não sendo possível dirigir-me a cada hum dos meus verdadeiros amigos em particular para me despedir e lhes agradecer ao mesmo tempo os obsequios que me fizerão, e outrossim para lhes pedir perdão de alguma offensa que de mim possam ter, ficando certos que, se em alguma coisa

os aggravei, foi sem a menor intenção de offendê-los. Faço esta carta para que impressa eu possa deste modo alcançar o fim a que me proponho. Eu me retiro para a Europa saudoso da Patria, dos filhos e de todos os meus verdadeiros amigos. Deixar objectos tão caros he summamente sensivel ainda ao coração mais duro; mas deixa-los para sustentar a honra não pôde haver maior gloria. Adeos Patria, Adeos amigos, Adeos para sempre. Bordo da Não Ingleza *Warspite*, 12 de Abril de 1831. — D. Pedro de Alcantara de Bragança e Bourbon. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 81, vol. 17.*

PORTARIA DE 12 DE ABRIL.

Manuscripto authenticico.

Manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, que o Carcereiro da Cadêa da Relação (que tambem o he do Aljube pela união deste aquella) cumpra estritamente, a respeito da prisão ou custodia do Padre Pedro Joaquim, as ordens que lhe fôrem dadas por despachos do Vigario Geral deste Bispado, a quem pertence, como Juiz deste Réos, determinar o local da mesma prisão em custodia. Paço, em 12 de Abril de 1831. — Manoel José de Souza França.

PORTARIA DE 12 DE ABRIL.

Manuscripto authenticico.

Manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, que o Juiz dos Contrabandos e extravios faça entregar ao ex-Imperador do Brazil, ou a seu bastante procurador Diogo Samuel, 720 peças de ouro de 6,5400 que lhe forão apprehendidas como moeda sacada contra a prohibição que ha a este respeito, visto como, tendo manifestado perante a mesma Regencia a saca da dita moeda, forão nisso guardadas as medidas policiaes que no caso regulão. Palacio do Rio de Janeiro, em 12 de Abril de 1831. — Manoel José de Souza França.

AVISO DE 12 DE ABRIL.

Manuscripto authenticico.

Sendo presente á Regencia Provisoria o officio do Intendente Geral da Policia, datado de 5 do corrente, em que pede declaração ao que na mesma data se lhe dirigira por esta Secretaria de Estado para mandar abrir assento de prisão, á ordem da mesma Intendencia, a todos os indivíduos presos em flagrante como perturbadores do socego publico, sobre o que deve obrar a respeito do Inglez Alexandre Stolmes da Casa de Commercio de Moon e C., preso por ser encontrado com hum pistola em hum das noites precedentes, em que os perturbadores da tranquillidade publica tumultuárão pelas ruas desta Cidade, commettendo ferimentos e mortes, reclamando, como reclamava, a sua soltura o Conservador da Nação Britannica: manda a mesma Regen-

cia Provisoria, em nome do Imperador, que sedeclare a Vm. que o assento de prisão a ordem da Intendencia se deve entender não só pelo que respeita aos individuos já presos, como aos que se forem prendendo, até que se restabeleça a publica tranquillidade desta Corte, alterada tão escandalosamente pela animosidade dos perturbadores, esperancados da sua impunidade sem que para isso haja nova ordem: e, quanto ao sobredito Inglez Alexandre Stollmes, que elle está na mesma razão dos mais individuos, porque os Estrangeiros não gozão entre nós de maior favor do que os Nacionaes. Deos Guarde a Vm. Paço, em 12 de Abril de 1831.—Manoel José de Souza Franca.—Sr. Desembargador Adjuncto do Intendente Geral da Policia. — *Acha-se á fl. 9 do Liv. 11 da Corte.*

PROCLAMAÇÃO DE 13 DE ABRIL.

Coll. Mineira.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador D. Pedro II., aos Brasileiros.

Compatriotas! Está ultimado o primeiro e mais perigoso periodo da nossa tão necessaria como gloriosa revolução. O ex-Imperador acaba de sahir do porto desta Capital, retirando-se para a Europa: humna embarcação de guerra nacional o acompanha até largar as aguas do Brazil. Os nossos inimigos são tão poucos e tão fracos que não merecem consideração: contudo, o Governo vela sobre elles como se fossem muitos e fortes. Mas, se nada temos a temer de nossos inimigos, devemos temer de nós mesmos, do entusiasmo sagrado do nosso patriotismo, do amor pela liberdade e pela honra nacional, que nos pôz as armas nas mãos. Vossa nobre conducta, vossa moderação, depois da victoria, pôde servir de modelo a todos os povos do mundo: não lanceis nelle a mais pequena mancha, e continuai a dar-vos reciprocos conselhos de sabedoria e generosidade; a Patria vos abençoará nas gerações futuras, e os povos estranhos reconhecerão a vossa dignidade, até agora deprimida por quem devia levanta-la. O Brazil, hoje livre, vai mostrar o que he, muito differente do que parecia ser. A lei começa a reinar entre nós: respeitai o seu poder e as autoridades que a exercem. Contra os abusos e contra os crimes tendes o direito de petição, exercitai-o, deixando as autoridades o prover de remedio legal. Somos livres: sejamos justos. Viva a Nação Brasileira! Viva a Constituição! E viva o Imperador Constitucional D. Pedro II. Palacio do Governo, 13 de Abril de 1831. — Marquez de Caravellas, Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro, Francisco de Lima e Silva. — Visconde de Goyana.

CIRCULAR DE 13 DE ABRIL.

Coll. Plancher.

Cumprindo-me, na qualidade de Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, por exacta execução a Carta de Lei de 24 de

Novembro de 1831, que fixa as forças do terra; e devendo, com toda a circumspecção e minucioso conhecimento de causa, obstar a que de tão sabida legislação se originem descontentamentos na briosa officialidade do Exercito, por se pretirem seus direitos, apidão e patriotismo provado, que até agora e anteriormente não são respeitados com aquella imparcialidade e attenção que merecem, e que, por esta occasião, se deverão resarcir, sendo o Governo informado circunstanciadamente das preterições soffridas, reformas não requeridas e das involuntarias e illegaes transferencias dos officiaes para o corpo de Veteranos: resolveu a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, que se nomeasse em cada huma das Provincias, excepto a da Corte, que servirá de centro de todas as outras, e que se comporá do Coronel Manoel da Fonseca Lima e dos Majores João José Pimentel e Cypriano José de Almeida, humna commissão de tres membros, sendo nato o respectivo Commandante das Armas, e de sua escolha os dous outros da officialidade, os quaes, cingindo-se aos seguintes artigos: 1º, examinar as preterições soffridas pelos officiaes de todas as armas de 1ª linha do Exercito, dando elles provas de suas preterições com documentos legaes, que serão confrontadas com informações extrahidas dos Livros Mestres dos differentes corpos, quando assim seja necessario; 2º, investigar as reformas não requeridas pelos officiaes do Exercito, á vista dos motivos dellas que serão reclamados da Secretaria de Estado da Guerra; 3º, finalmente, confrontar as transferencias tanto dos officiaes do Estado effectivo dos corpos para o Estado Maior do Exercito, e os da 1ª classe deste para as outras classes, como para o corpo de Veteranos em que houver illegalidade; e fazendo humna exacta e escrupulosa indagação dos artigos apontados, remettão ao Coronel Manoel da Fonseca Lima, membro da commissão central creada na Corte, e encarregada de apresentar ao Governo o resultado especificado de taes trabalhos, os que lhes são relativos para sobre elles tomar as medidas que parecerem adequadas. O que manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, e communicar ao Commandante das Armas da Provincia da Bahia, para seu conhecimento e execução prompta; esperando do seu zelo, inteireza e circumspecção corresponderá á expectação do Governo, e continuará a empregar-se com desvelo a prol do serviço publico, dirigindo-se, como se lhe indica, ao mencionado Coronel Manoel da Fonseca Lima. Palacio do Governo, em 13 de Abril de 1831.— José Manoel de Moraes.

N. B. Neste sentido se escreveu a todos os outros Commandantes das Armas das Provincias.

AVISO DE 13 DE ABRIL.

Manuscripto authentic.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, á vista do que V. S. representou em seu

officio de 31 do passado (*), sobre a existencia de escravos na enfermaria da Cadea, com grave prejuizo dos outros presos, sem que se saiba a quem pertencio: manda que V. S., chamando á sua presenca o Solicitador dos Cativos, indague delle a razao por que não tem promovido a arrematação dos escravos achados sem dono; fazendo-o entrar na linha dos seus deveres, assim como ao Escrivão respectivo, dando parte das omissões culpaveis que nisso achar. Deos Guarde a V. S. Paço, em 13 de Abril de 1831.—Manoel José de Souza Franca.—Sr. José Paulo Figueirôa Nabuco Araujo.—*Acha-se á fl. 10 do Liv. 11.*

PORTARIA DE 13 DE ABRIL.

Imp. avulso.

Havendo a Regencia Provisoria observado com satisfação a intelligencia e incansavel zelo com que os Juizes de Paz das Freguezias desta Cidade

(*) Officios de 31 de Março de 1831.

Ilm. e Exm. Sr.—A policia não deve servir de instrumento a vingança e entranhavel odio, que muitos e deshumanos senhores contra escravos seus concebem, nem deve indirectamente concorrer com a interferencia de sua autoridade para que elles, por meio de hum titulo correccional, obtenhão o resultado que em forma e por tramites de processos, não poderião obter de juizes ou tribunaes que julgaõ. He o que ao contrario, eu vejo com estranheza usado, e basta encarar a relação dos presos que a policia tem na cadeia; cumprindo dizer de avanço, em damno sensivel e gravissimo dos presos vizinhos a enfermaria da rarefaccão ainda faza do ar nas prisões e incummodo dos doentes, que presos estão sujeitos a livremento, e por ultimo, até em damno da Santa Casa da Misericordia, achos na enfermaria da cadeia, levados ali do calabouço, os seguintes: Antonio, Mocambique, de Francisco Manoel, desde 4 de Outubro de 1826; Quanto tempo teria de calabouço? João, Congo, de Custodio de tal, desde 11 de Julho de 1828; João, Monjolo, de José Luiz, desde 27 de Fevereiro de 1829; Maria, Angola, de Adão João, desde 27 de Outubro do mesmo anno; Antonio, Cabinda, de Manoel Pedro, desde 20 de Agosto de 1830; havendo outros de Setembro, Novembro e Dezembro do mesmo anno em numero de sete; assim como de Janeiro, Fevereiro e Março deste anno, no de onze.

Parece que, feitos os castigos, e legaca, taes pretos devem ser recebidos pelos senhores para serem tratados por elles em casa, ou segundo lhes parecer, em hospital publico; que o abuso que venho de apontar, e que tem chegado a produzir a estada de mais de 50 negros feridos e ensanguentados, rotos e dilacerados sem mudanca de roupa n'uma casinha proxima, de mais a huma eleaca, não deve proseguir; e por isso devo rogar a V. Ex. a expedição das ordens para que o Intendente Geral faça intimar os senhores dos que achos de fallar para os receberem em oito dias, findos os quaes, serão enviados ao Thesoureiro do Juizo dos Cativos para proceder devidamente.

Dar-se ha ás vezes que, v. g., hum capoeira fosse entregue com a dose que alguma ordem ou regulamento tem prescripto, e porque taes tem de trabalhar por hum tempo dado além de soffrer os acontes, pareceria convir ao fim do desemparamento da enfermaria da cadeia com doentes taes que taes acontes lhes fossem applicados finda a época do tal serviço; sendo na mesma conformidade entregues ao respectivo senhor. V. Ex., a quem Deos guarde, mandará o mais justo: Rio, 31 de Março de 1831.—Ilm. e Exm. Sr. Manoel José de Souza Franca, ministro e secretario de estado dos negocios da justica.—José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo.

Ilm. e Exm. Sr.—Da relação dos presos da Intendencia Geral da Policia achos na enfermaria da cadeia, envia-

tem procurado e conseguido manter, no meio de huma crise tão melindrosa e arriscada, a boa ordem e a tranquillidade publica: manda, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, que o Ilm. Senado da Camara Municipal desta Cidade louve e agradeça aos referidos Juizes de Paz e ao povo os importantes serviços que tem prestado e com que derão nesta occasião huma prova incontestavel do seu acrisolado patriotismo. Palacio do Governo, em 13 de Abril de 1831.—Vi-conde de Goyana.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 81, vol. 17.*

PORTARIA DE 13 DE ABRIL.

Imp. avulso.

Manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, que seja suspenso Theodoro José Biancardi do exercicio de Official Maior da

dos do calabouço, para serem curados, hum negro buçal, Congo, desde 8 de Abril; huma negra buçal desde 20 de Fevereiro; Joaquina, Benguella, desde 20 de Agosto; hum buçal, Mina, n. 24, desde 21 de Dezembro de 1830; Maria, Mina, desde 9 de Janeiro; Rita, Benguella, desde 11 de Fevereiro; hum buçal, Gacange, desde 13 do mesmo e de 1831 corrente; todos elles ignorando os nomes dos senhores, e remettidos do calabouço sem tal designação que se não fez por isso na referida cadeia. Ha mais nestes termos e pela mesma Intendencia hum negro buçal, Mocambique, n. 55, desde 18 de Março, e huma preta buçal, Benguella, desde 22 do mesmo deste anno. Não posso, sem que me sensibilise e mesmo admire, ver que progreda hum abuso tal de entulhar a enfermaria da cadeia com presos do calabouço e, o que mais he, com aquelles que, como os sete primeiros, estão nos termos ha tanto, de ceder ao fisco como bens vacantes, do mesmo modo que as duas outras escravas, que, desde 21 e 28 de Maio de 1830, se achão presas pela Ouvidoria da Comarca, com ignorancia total dos donos, Maria, Angola, e Maria, Gacange, segundo o § 17 da Ord. do liv. 2, tit. 26. A tal respeito são muito terminantes as disposições das Provisões de 3 de Abril de 1720, 14 de Março de 1725, 2 de Junho de 1738 e 23 de Maio de 1733; e, por ellas, levados ao Juizo dos Cativos, e affixados Editaes de 30 dias, se vendião em praça (em que a de 8 de Março de 1721 permitia ao escravo a escolha de senhor a justo preço) entregando-se, quando apparecião os senhores, apenas o preço, sem desfazimento, nem reclamação contra a venda. Depois, e pelo mesmo motivo, porque taes escravos se achão na cadeia (o que já era prohibido pela Provisão de 15 de Outubro de 1733) se deu a providencia constante da Imperial Resolução de 4 de Dezembro sobre Consulta de 20 de Julho de 1827, que se transmittio ao Intendente cum Aviso da Secretaria da Fazenda de 28 de Janeiro de 1828. E porque vejo que, nem aquellas Provisões, nem a Ordenação, nem Aviso e Consulta se cumprem, já no Juizo, antigamente dos Cativos, já na Intendencia, etc., ao mesmo passo que a cadeia se torna estreitissima com tanta gente que já não deve estar, e ao mesmo passo infecta pelo cumulo de feridos e de doentes que podem passar a ser tratados fora, segundo está indicado, o leito ao conhecimento de V. Ex., além de que se digne expedir suas ordens vigorosas, preventivas de taes males e do da falta de cumprimento das leis, ás estações de que fallei para que a cadeia se venha só a reduzir ao para que foi instituida, e he reconhecida necessaria, e ao Thesouro, ou ao serviço publico ceda, e desde logo, o que lhe compete, e se lhe deve zelar. Deos guarde a V. Ex. muitos annos. Rio, 31 de Março de 1831.—Ilm. e Exm. Sr. Manoel José de Souza Franca, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justica.—José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo.

mesma Secretaria de Estado, pela falta de respeito com que se tem portado contra o seu Ministro; ficando em seu lugar o Official Maior graduado Luiz Joaquim dos Santos Marrocos. Palacio do Governo, em 13 de Abril de 1831.—Visconde de Goyana.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 81, vol. 17.*

AVISO DE 13 DE ABRIL.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr.—Cumprindo-me, na qualidade de Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, pôr em exacta observancia a Carta de Lei de 24 de Novembro de 1830, que fixa as forças de terra; e devendo, com toda a circumspecção e minucioso conhecimento de causa, obstar a que de tão sabia legislação se origine descontentamentos na briosa officialidade do exercito, por se preterirem seus direitos, aptidão e patriotismo provado, que até agora e anteriormente não erão respeitados com aquella imparcialidade e attenção que merecião, e que, por esta occasião se deverão resarcir, sendo o Governo informado circumstanciadamente das preterições soffridas, reformas não requeridas e transferencias involuntarias e illegaes dos officiaes do estado effectivo dos corpos para o Estado Maior do Exercito, e os de 1ª classe deste para as outras classes, assim como para o corpo de Veteranos: resolveu a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, que se nomeasse huma commissão de 3 membros tirados da officialidade, os quaes, cingindo-se aos seguintes artigos: 1º, examinar as preterições soffridas pelos officiaes de todas as armas de 1ª linha do Exercito, dando elles provas de suas preterições com documentos legaes que serão confrontados com as informações extrahidas dos Livros Mestres dos differentes corpos quando assim seja necessario; 2º, investigar as reformas não requeridas pelos officiaes do Exercito, á vista dos motivos dellas, que serão reclamados da Secretaria de Estado da Guerra; 3º, finalmente, confrontar as transferencias, tanto dos officiaes do Estado effectivo dos corpos para o Estado Maior do Exercito, e os da 1ª classe deste para as outras classes, como para o corpo de Veteranos, em que houver illegalidade; e fazendo huma exacta e escrupulosa indagação dos artigos apontados, remettão ao Governo o resultado de seus trabalhos, para sobre elles tomar as medidas que forem adequadas. E portanto, no numero dos 3 membros, composto dos Majores João José Pimentel, do 2º corpo de Artilharia de posição de 1ª linha, e Cypriano José de Almeida, do Estado Maior do Exercito, foi V. Ex. incluído, por confiar o Governo no seu zelo, inteireza e circumspecção, e que corresponderá V. Ex. á sua expectação, e continuará a empregar-se com desvelo a prol do serviço publico; e por isso assim o communico a V. Ex. para seu conhecimento, e para que, entendendo-se com os outros 2 nomeados, entrem logo no exercicio da commissão. Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 13 de Abril de 1831.—José Manoel de Moraes.—Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 81, vol. 17.*

Na mesma conformidade se escreveu aos Majores João José Pimentel e Cypriano José de Almeida, e ao Commandante das Armas José Joaquim de Lima e Silva.

AVISO DE 13 DE ABRIL.

Imp. avulso.

Convindo que o art. 10 da Carta de Lei de 24 de Novembro de 1830, que manda dissolver no Exercito do Imperio os corpos estrangeiros, continue a ter a mais rigorosa execução, observando-se comtudo as excepções que ella aponta a favor dos que collaborarão na luta da Independencia, resolveu a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, que huma semelhante incumbencia fosse encarregada a officiaes militares entendidos e zelosos do serviço, os quaes, pesando maduramente as circumstancias em que se achem os officiaes estrangeiros, quer por aquelle motivo ou por mutilação e graves feridas recebidas no serviço nacional, e bem assim por contractos onerosos, houvessem de apresentar ao Governo, em hum quadro demonstrativo, as circumstancias de cada hum delles, para, sem minua de justiça, se lhes dar o competente destino; e porque reconheça em Vm., bem como nos Capitães do 1º corpo de Artilharia de posição de 1ª linha Jeronimo Francisco Coelho e Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão aquelles preditados para o perfeito desempenho desta commissão, tenho para este effeito de remetter a Vm. as 4 inclusas relações: 1ª, dos officiaes admittidos ao nosso serviço antes do reconhecimento da Independencia; 2ª, dos que o forão depois della; 3ª, dos que estão em caso de duvida; 4ª, finalmente, dos que forão mandados justificar; afim de que Vm., de accordo com os outros 2 membros nomeados, aos quaes se faz nesta data a conveniente participação, tendo em vista o citado art. 10 da Carta de lei dita, examinando escrupulosamente as circumstancias dos referidos officiaes, apresentem com urgencia o determinado quadro acompanhado de hum relatorio, á vista do qual o Governo possa definitivamente resolver: o que tudo participo a Vm., para sua intelligencia e dos outros 2 membros, e mai prompta execução. Deos Guarde a Vm. Palacio do Governo, em 13 de Abril de 1831.—José Manoel de Moraes.—Sr. Antonio João Rangel de Vasconcellos.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 81, vol. 17.*

Neste sentido se escreveu aos outros 2 membros.

AVISO DE 14 DE ABRIL.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr.—Passo ás mãos de V. Ex. a copia inclusa do officio do Desembargador encarregado do expediente da Intendencia Geral da Policia, datado de hontem, e bem assim da relação, que o acompanhou, dos officiaes e inferiores daquelle corpo que o Major Commandante delle pede que sejam dispensados de ali servirem, por nao merecerem a sua confiança; e manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, que V. Ex. dê a este respeito as providencias que julgar con-

venientes. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 14 de Abril de 1831.—Manoel José de Souza França.—Sr. José Manoel de Moraes.—*Acha-se à fl. 10 do Liv. 11 da Côrte.*

AVISO DE 14 DE ABRIL.

Manuscripto authenticico.

Foi presente á Regencia Provisoria, em nome do Imperador, o officio que Vm. me dirigio antes de hontem, dando parte de terem sido presos no seu districto alguns individuos da quadrilha de José Vivas, porém sem armas, por cujo motivo não se lhes podia formar culpa, exigindo saber se, apesar disso, os devia conservar presos como perturbadores da boa ordem; e manda a mesma Regencia que Vm. remetta huma lista de todos os presos em custodia á sua ordem, com especificação dos motivos da prisão e data dellas. Deos guarde a Vm. Paço, em 14 de Abril de 1831.—Manoel José de Souza França.—Sr. Juiz de Paz da Freguezia de S. José.—*Acha-se à fl. 10 v. do Liv. 11 da Côrte.*

AVISO DE 14 DE ABRIL.

Manuscripto authenticico.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, manda remetter a Vm. o auto de corpo de delicto junto, da morte feita por José Vivas ao pardo João Francisco, na noite do dia 4 do corrente, ao qual procedeu o Juiz de Paz da Freguezia de S. José, e remetteu a esta Secretaria de Estado, por onde se tinham ao mesmo Juiz de Paz immediatamente dado ordens policiaes concernentes a manter o socego publico desta Cidade nessa e outras noites em que foi tão escandalosamente perturbado, recommendando a Vm. a maior brevidade não só a respeito deste processo, como de quaesquer outros da mesma natureza que estiverem sujeitos ao conhecimento desse juizo, e agravados de intenção, e vistas de outros de alterar a ordem publica. Deos Guarde a Vm. Paço, em 14 de Abril de 1831.—Manoel José de Souza França.—Sr. Desembargador Corregedor do Crime da Côrte e Casa.—*Acha-se à fl. 10 v. do Liv. 11 da Côrte.*

Por Aviso da mesma data se remetteu ao Ministro do Imperio o Officio do Desembargador Antonio Luiz Figueira Pereira da Cunha, acompanhando o inventario a que procedeu da baixela do Sr. D. Pedro I.

CIRCULAR DE 14 DE ABRIL.

Coll. Plancher.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, determinado que sejam dispensados do serviço os Milicianos que fôrem empregados em Collectores da Decima e administradores de Dízimos, ou outro qualquer ramo de Administração de Fazenda, assim o participo a V. Ex. para sua intelligencia e pontual execução. Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 14 de Abril de 1831.—José Manoel de Moraes.—Sr. José Joaquim de Lima e Silva.

N. B. Nesta conformidade se expedirão para todas as Provincias iguaes ordens.

PORTARIA DE 15 DE ABRIL.

Coll. Plancher.

Illm. e Exm. Sr.—A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, attendendo ao que lhe representou José Villela de Barros, ha por bem que pelo Thesouro Publico se lhe continue pagar a pensão annual de 150\$, de que teve mercê por Decreto de 7 de Janeiro de 1824, para poder completar os seus estudos em alguma das Universidades de França. O que participo a V. Ex. para sua intelligencia e expedição das ordens necessarias. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 15 de Abril de 1831.—Visconde de Goyana.—Sr. José Ignacio Borges.

AVISO DE 19 DE ABRIL.

Manuscripto authenticico.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, a quem foi presente o requerimento junto do Subdito Portuguez João Bonifacio Alvares da Silva, no qual pretende se lhe destine a Fortaleza da Ilha das Cobras para custodia, modificando-se assim o Aviso de 11 do corrente, que a seu respeito se expedio a essa Intendencia para o fazer despejar do territorio do Imperio, sendo para esse effeito recolhido a huma Fortaleza no caso de não obedecer á intimação dessa medida policial, que respeita tanto a tranquillidade publica desta Capital, como a segurança do mesmo individuo, manda que Vm. informe sobre a execução que tem tido odito Aviso, e igualmente sobre a pretensão do supplicante, interpondo seu parecer. Deos Guarde a Vm. Paço, em 19 de Abril de 1831.—Manoel José de Souza França.—Sr. Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia.

Por Aviso de 25 de Abril foi mandado ficar na Ilha das Cobras, á ordem da Intendencia até concluir-se a devassa sobre os ultimos acontecimentos turbativos da ordem publica, em que era indiciado como complice, e assim se participou na mesma data ao Ministro da Marinha.

AVISO DE 22 DE ABRIL.

Manuscripto authenticico.

Sendo presente á Regencia Provisoria, em nome do Imperador, a negligencia com que V. S. tem promovido os despachos necessarios para tomar posse do lugar de Juiz do Crime dos Bairros de S. José e S. desta Côrte, para o qual se acha despachado e desembarçado por despacho desta Secretaria de Estado, de 24 de Março proximo passado, sabendo V. S., como deve saber, a falta que faz á Administração da Justiça essa negligencia, lhe manda estranhar, e ordena que dentro de oito dias se encarte V. S. e tome posse, devendo do contrario haver-se por vago o lugar, e suspenso o seu ordenado de Desembargador da Bahia, até que V. S. torne ao exercicio daquella Relação. Deos Guarde a V. S. Paço, em 22 de Abril de 1831.—Manoel José

de Souza França.—Sr. Nicoláo da Silva Lisboa.
—*Acha-se á fl. 14 v. do Liv. 11.*

PORTARIA DE 22 DE ABRIL.

Coll. Plancher.

Havendo de algum modo esquecido a execução da ordem que determina a remessa do ponto para a mesa no fim de cada semana, para bem de ser enviado ao Thesoureiro dos Ordenados, e ali se fazerem as convenientes deducções no acto do pagamento aos Empregados, excito agora o rigoroso cumprimento daquela ordem, e recommendo ao Conselheiro Thesoureiro-Mór, e aos Contadores Geraes que prestem a necessaria vigilancia, para que o ponto se faça com judicioso escrupulo, espagando o prazo da semana ao de mez. Excito tambem a execução da ordem que encarrega aos mesmos Thesoureiro-Mór e Contadores o dar á mesa, no fim de cada mez, huma informação da pericia, frequencia e conducta dos seus subordinados, e determino que em cada huma das repartições do Thesouro haja hum registro de todos os Empregados, onde os chefes das ditas repartições cuidarão de notar as faltas não justificadas dos que ali tiverem assento, e mesmo as participações de impedimento por molestia, a respeito da qual se lhe pedirá sempre certidão de hum Facultativo. Rio, em 22 de Abril de 1831.—Borges.

AVISO DE 23 DE ABRIL.

Manuscripto authenticico.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, manda remetter a Vm. a exposição inclusa, que fez Alexandre José Nunes, de ter sido esperado e espancado por varios Portuguezes do sitio de S. Diogo, no dia 17 do corrente, e ordena que Vm., dirigindo-se, sem perda de tempo, á casa do mesmo Alexandre, conheça e informe do estado em que se acha, procedendo immediatamente á prisão dos malfieitos que elle indicar, conforme as ordens que para isso tem, e que, outrossim, convoque ao Juiz de Paz do districto para proceder ao competente corpo de delicto, no caso de haverem vestigios delle por onde possa haver pronuncia, e no caso de não haverem os mesmos vestigios, se proceda, todavia, a hum summario de policia, e de perguntas aos malfieitos, que Vm. remetterá a esta Secretaria de Estado. Deos Guarde a Vm. Paço, em 23 de Abril de 1831.—Manoel José de Souza França.—Sr. Desembargador Adjuncto do Intendente Geral da Policia.—*Acha-se á fl. 15 do Liv. 11.*

PORTARIA DE 25 DE ABRIL.

Coll. Plancher.

Cumprindo haver huma exacta e circumstanciada informação do estado em que se achão os estabelecimentos e obras militares de todas as Provincias do Imperio, para, com o mais pleno conhecimento de causa, poder-se determinar quaes devão ser conservados, quaes supprimidos e quaes ampliados, ordena a Regencia Pro-

visoria, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, que o Commandante das Armas da Provincia do Pará, de accordo com o Presidente della, remetta, com a maior brevidade possivel, á referida Secretaria de Estado os esclarecimentos seguintes: 1º, quaes são as obras fortificadas que convém conservar em completo armamento, quaes em meio armamento, e quaes as que devem ser desarmadas; 2º, qual he o estado de cada huma das ditas obras, o das suas bocas de fogo, e respectivos reparos, munições e petrechos que nella se conservão; 3º, qual he a quantidade, qualidade e estado dos armamentos, munições e petrechos, machinas, instrumentos e utensilios existentes nos armazens do Almojarifado para o serviço do Exército; 4º, qual he o estado de cada hum dos Quarteis dos Corpos Militares, a sua capacidade, tanto para accommodação dos Officiaes, Officiaes inferiores, soldados e cavallos, como para os seus depositos, officinas e Hospitaes Regimentaes; 5º, qual he o estado pessoal e material dos Hospitaes Militares, e numero e capacidade das suas enfermarias e officinas, a quantidade e qualidade e estado dos utensilios e das ambulancias de reserva; 6º, qual he o estado e a capacidade dos paioes de polvora e dos Corpos de Guarda fóra das obras fortificadas e dos Quarteis dos registos, e dos destacamentos permanentes; 7º, qual he o estado pessoal e material dos Arsenaes, Fabricas e estabelecimentos militares, a sua capacidade, numero e qualidade das officinas e dos operarios que ali trabalhavão ao tempo do recebimento desta Circular. Por esta occasião, manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, advirtir ao sobredito Commandante das Armas que, para breve e completo desempenho do que se determina, deverão empregar-se nestes exames e informações os Officiaes do Estado-Maior do Exército, Corpo de Engenheiros, Artilharia, ou de outras armas que houverem na Provincia, os quaes satisfarão ao que delles se espera, se pelo modo possivel ajuntarem as mesmas informações ás plantas das obras militares de que houverem de tratar, ajuntando-lhes as competentes observações. Palacio do Governo, em 26 de Abril de 1831.—José Manoel de Moraes.

Nesta conformidade se expedirão Portarias aos Commandantes das Armas de todas as Provincias do Imperio.

PORTARIA DE 25 DE ABRIL.

Coll. Plancher.

Foi presente á Regencia Provisoria, em nome do Imperador, o seu officio de 17 de Março proximo passado, que acompanhou os presos Padre Manoel Ribeiro de Abreu, Dionisio José de Barros e Bernardo Portilha, da quadrilha de salteadores capitaneada por Antonio José Ferreira Guimarães. A mesma Regencia manda louvar a Vm. o zelo com que se tem conduzido nesta diligencia, e esperando que continue a prestar os seus serviços para limpar as estradas de taes facinorosos, lhe manda recomendar muito que

haja de fazer corpos de delictos de todas quantas malleitorias praticarem no territorio da sua Freguezia, e quaesquer outros delinquentes que houver de prender, declarando nelle todas as circumstancias que possam influir na gravidade das culpas, assim de que não padeça a Administração da Justiça, na punição dos culpados, por falta de taes diligencias. Deos Guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Abril de 1831.—Manoel José de Souza França.—Sr. Juiz de Paz da Freguezia de S. José do Rio Preto, José Candido Fragoso.

AVISO DE 25 DE ABRIL.

Manuscripto authentic.

Sendo presente á Regencia Provisoria, em nome do Imperador, o Officio que Vm. dirigira ao Intendente Geral da Policia, na data de 22 de Março proximo passado, recusando mandar abrir assento de prisão e processar os tres salteadores Padre Manoel Ribeiro de Abreu, Dionisio José de Barros e Bernardo Portilha, os quaes, pertencendo ao criminoso bando de Antonio José Ferreira Guimarães, tinham sido felizmente presos e remetidos ao mesmo Intendente pelo Juiz de Paz da Freguezia de S. José do Rio Preto, José Candido Fragoso, em virtude de positivas ordens expedidas em data de 24 de Janeiro do corrente anno, por esta Secretaria de Estado, e auxilios mandados prestar a dito respeito, sobre representações e queixas de insultos, roubos e mortes que o mesmo bando de facinorosos commettia nas estradas que deferem desta Provincia á de Minas Geraes, e principalmente nos limites de ambas, pretextando Vm. a sua recusação no caso com o motivo de incompetencia, que se attenda ao fôro do delicto, como diz no mesmo Officio, quer ao lugar em que se verificou a prisão fora inteiramente do termo desta cidade; lhe manda a mesma Regencia estranhar este procedimento, por illegal e contrario ao que dispõe a Ord. Liv. 1.ª Tit. 58 § 38, segundo a qual he Vm., na qualidade de Conservador da Comarca, o Juiz competente para a prisão e conhecimento dos ladrões e outros malleitores de casos graves, commettidos dentro da mesma Comarca, principalmente onde não ha Juiz de Fôra; termos em que, pela qualidade do delicto, cumpria ter estes réos presos á sua ordem antes da culpa formada, segundo permite a Carta de Lei de 30 de Agosto de 1828, procedendo-se immediatamente á formação da mesma culpa, para a qual tinha o meio de requisitar do sobredito Juiz de Paz a remessa de testemunhas, entendendo-se com elle directamente ou pelo intermedio do mesmo Intendente Geral da Policia, e ordena que, sendo-lhe devolvidos os mesmos papeis, com todos os mais que existem nesta Secretaria sobre tal objecto, e que ora lhe são remetidos, segundo a lista delles junta, assignada pelo Conselheiro João Carneiro de Campos, Official-Maior desta Secretaria de Estado, proceda Vm., de conformidade com a Lei, contra os ditos salteadores e seus complices, dando conta do resultado desta diligencia por esta mes-

ma Secretaria de Estado. Deos Guarde a Vm. Paço, em 25 de Abril de 1831.—Manoel José de Souza França.—Sr. Ouvidor da Comarca do Rio de Janeiro.

Lista dos papeis a que se refere o Aviso desta data.

N. 1.—Auto de remessa dos presos Padre Manoel Ribeiro de Abreu, Dionisio José de Barros e Bernardo Antonio Portilha, para o Intendente Geral da Policia, com 22 folhas escriptas, além das brancas.

N. 2.—Officio do Desembargador Ajudante da Intendente Geral da Policia, de 8 de Novembro de 1830.

N. 3.—Dito do Juiz de Paz da Freguezia de S. José do Rio Preto, José Candido Fragoso, de 13 de Dezembro de 1830, com 1 documento, comprehendendo tudo 12 folhas escriptas.

N. 4.—Dito da Camara de S. Pedro de Cantagallo, de 7 de Janeiro de 1831, com 2 documentos, tendo tudo 5 folhas escriptas.

N. 5.—Dito do Juiz de Paz do Rio Preto, José Candido, de 10 de Março de 1831, ao Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça.

N. 6.—Dito do mesmo Juiz, de 11 de Março, dito, dirigido ao mesmo Ministro.

N. 7.—Dito do mesmo, de 17 dito, com 1 documento.

N. 8.—Dito do Juiz Ordinario da Villa de Cantagallo, de 26 de Março, dirigida á mesma Repartição.

Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, em 25 de Abril de 1831.—João Carneiro de Campos.—*Acha-se á fl. 15 v. e 16 do Liv. 1.ª da Corte.*

AVISO DE 27 DE ABRIL.

Manuscripto authentic.

Constando á Regencia Provisoria que o povo desta Cidade tumultuára pelas ruas della, fazendo alguns insultos na noite precedente, e que ainda hoje continuava em desasoscego, que pôde perturbar a tranquillidade publica, manda a mesma Regencia, em nome do Imperador, que Vm. tome as medidas que estão na orbita legal de sua jurisdicção, assim de pacificar na sua Freguezia e dispersar qualquer ajuntamento de que se possa receiar consequências funestas, ficando certo que agora mesmo se tem expedido as convenientes ordens pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, para se pôr á sua disposição, na porta da sua Freguezia, força de Cavallaria e Infantaria, com que Vm. pôde manter a sua autoridade para o dito effeito. Deos Guarde a Vm. Paço, em 27 de Abril de 1831.—Manoel José de Souza França.—Sr. Juiz de Paz da Freguezia do Sacramento.

Na mesma conformidade aos Juizes de Paz das Freguezias da Candelaria, Santa Rita, Santa Anna, S. José e Engenho Velho.—*Acha-se á fl. 17 do Liv. 1.ª.*

DECRETO DE 27 DE ABRIL.

Coll. Braz.

Não se tendo podido effectuar a reunião da Assembléa Geral Legislativa em sessão extraor-

dinaria antes do tempo ordenado para a sessão ordinaria: a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, tendo ouvido o Conselho de Estado, declara sem effeito o decreto de 5 do corrente mez que convocou a mesma Assembléa para sessão extraordinaria.

Manoel José de Souza França, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente dos do Imperio, o tenha assim entendido e faça as participações necessarias. Palacio do Governo, em 27 de Abril de 1831, 10^a da Independencia e do Imperio. — Marquez de Caravellas. — Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro. — Francisco de Lima e Silva. — Manoel José de Souza França.

AVISO DE 28 DE ABRIL.

Manuscripto authenticico.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, ordena a Vm. mande já remover para a Fortaleza de Santa Cruz o réo José Vivas, e a Manoel José Duarte Guimarães para o da Villegaignon, entendendo-se para esse effeito com o Desembargador Intendente Geral da Policia, a quem se incumbem os meios de condução.

Deos guarde a Vm. Paço, em 28 de Abril de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. Desembargador Corregedor do Crime da Côte e Casa. — *Acha-se á fl. 17 do Liv. 11.*

Por Aviso de 30 se mandou dar a Duarte Guimarães prisão mais commodada e salubre em Villegaignon, permittindo-se com as devidas cautelas que elle arejasse por algumas horas no dia pela mesma fortaleza.

AVISO DE 29 DE ABRIL.

Manuscripto authenticico.

Foi presente á Regencia Provisoria o seu officio de 27 do corrente, em que expõe a necessidade que ha de acabar a obra, começada por essa Intendencia, do quartel da Prainha, e a conveniencia que se segue de admittir a empreza que alguns pretendentes inquilinos das lojas desse projectado edificio se propoem tomar para mais breve e facil ultimação delle: e manda a mesma Regencia Provisoria, em nome do Imperador, que, projectada a obra em desenho, e sobre este propostas as condições do emprezario ou emprezarios que a quizerem acabar, remetta Vm. tudo a esta Secretaria de Estado, para se expedirem definitivas ordens a tal respeito.

Deos guarde a Vm. Paço, em 29 de Abril de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia.

AVISO DE 29 DE ABRIL.

Manuscripto authenticico.

Sendo presente á Regencia Provisoria o officio de V. S. de 27 do corrente, em que solicita o livro onde se lançavão os juramentos prestados perante o Chanceller Mór do Imperio, manda a mesma Regencia Provisoria, em nome do Imperador, responder a V. S. que, com a extincção da

Chancellaria Mór, ficarão archivados os seus livros e papeis que não podem mais servir.

Deos guarde a V. S. Paço, em 29 de Abril de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. José Paulo Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fls. 17 v. e 18 do Liv. 11.*

DECRETO DE 29 DE ABRIL.

Coll. Braz.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, tendo em vista facilitar quanto fôr possível o expediente dos despachos das embarcações empregadas no commercio de cabotagem, para que melhor se preenchão os beneficos fins da Carta de Lei de 10 de Setembro de 1830: ha por bem, ampliando o art. 2^o das Instrucções que baixarão annexas ao Decreto de 5 de Dezembro do mesmo anno, expedido para execução da citada Carta de Lei, determinar que o — Visto — de que trata o dito art. 2^o seja assignado pelas competentes autoridades nos portos onde tocarem as referidas embarcações para que prosigão as suas viagens, embora os respectivos passaportes tenham sido expedidos e assignados por outras autoridades. O Ministro, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Abril de 1831, 10^a da Independencia e do Imperio. — Marquez de Caravellas. — Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro. — Francisco de Lima e Silva. — José Manoel de Almeida.

AVISO DE 29 DE ABRIL.

Manuscripto authenticico.

Foi presente á Regencia Provisoria o seu officio de 27 do corrente, em que expõe a necessidade que ha de prover á segurança e commodidade dos presos da cadeia desta Cidade, diminuindo o numero delles que excede ao da capacidade daquella casa: e sendo tomado em consideração, manda a mesma Regencia Provisoria, em nome do Imperador, que Vm., consultando a vontade dos presos e as circumstancias dos seus processos, os divida, segundo entender, pelas prisões das Fortalezas da Conceição, Ilha das Cobras, Villegaignon e Santa Cruz, enquanto se trata de preparar huma cadeia commoda na dita Fortaleza da Ilha das Cobras, que sirva de suppleto á da Cidade, e ordena outrossim que Vm. remetta a esta Secretaria de Estado a lista dos presos que destina a cada huma das mencionadas Fortalezas, para se expedirem em tempo as ordens necessarias, não só para a condução segura delles, como do seu recebimento nas referidas prisões militares. Deos guarde a Vm. Paço, em 29 de Abril de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. Desembargador Corregedor do Crime da Côte e Casa. — *Acha-se á fl. 18 do Liv. 11 da Côte.*

Communicou-se na mesma data ao Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra.

PORTARIA DE 29 DE ABRIL.

Coll. Plancher.

Ilm. e Exm. Sr. — Sendo presente á Regencia Provisoria, em nome do Imperador, que na

conformidade do Alvará de 28 de Junho de 1808, tit. 7.º, § 7.º, são as folhas processadas no Conselho da Fazenda os unicostitutos legaes porque se devem pagar as despesas de ordenados, pensões, juro, tenças e outras que dependem de assentamento: ordena a mesma Regencia Provisoria que, ficando sem effeito o Aviso de 27 de Agosto de 1828, dirigido ao Thesouro por esta Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, se continue a pagar os ordenados e mais vencimentos assentados, sem dependencia de outrem em particular desta Repartição, como no dito Aviso se determinou. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 29 de Abril de 1831. — Manoel José de Souza Franca. — Sr. José Ignacio Borges.

AVISO DE 30 DE ABRIL.

Manuscripto authentic.

Hlm. e Exm. Sr. — Tenho presente o officio de V. Ex., de 27 do corrente Abril, que acompanhou hum auto de corpo de delicto feito pelo Juiz de Paz da Freguezia de S. José, das malfetorias que commetterão alguns perturbadores do socco publico na Casa do taberneiro francez Francisco Larraedos no dia 12 do mesmo mez, o qual corpo de delicto fôra enviado a V. Ex. pelo Encarregado de Negocios da respectiva nação, reclamando do Governo de S. M. o I. a indemnisação do queixoso e castigo dos culpados; e apresso-me a reenviar a V. Ex. o mesmo auto de corpo de delicto, declarando que o Governo de S. M. o I. he constitucional e não arbitrario; e que isso devendo saber os Ministros Estrangeiros, ociosa he toda a reclamação que tenda a exigir do mesmo Governo medidas extraordinarias, em casos ordinarios, em que os estrangeiros, assim como os nacionaes, são ás leis sujeitos e autoridades judicias do paiz, perante as quaes cumpre que exercitem a acção e direitos que lhes competem, não tendo, como não têm, nenhum privilegio para exigir que algum seja punido no territorio do imperio sem sentença proferida em Juizo contradictorio pela autoridade competente, que não obra senão pelos meios legaes, e não são esses os da intervenção do Poder Executivo. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 30 de Abril de 1831. — Manoel José de Souza Franca. — Sr. Francisco Carneiro de Campos. — *Acha-se á fl. 18 v. do Livro 11 da Córte.*

AVISO DE 30 DE ABRIL.

Manuscripto authentic.

Manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, remetter a Vm. o papel incluso em que Candida Ferreira dos Passos refere que o emigrado portuguez, casado com a viuva de Antonio Ferreira da Rocha, em Botafogo, na noite do grande triumpho sobre nós, mandára pelos feitores carregar armas para elles e escravos, tendo, para esse fim, hum barril de polvora debaixo do soalho de sua casa, o qual produziu grande explosão causada por hum cigarro; e ha por bem que Vm., passando a indagar este facto, mande chamar á sua presença o mencionado emigrado e o faça declarar, por termo que será en-

viado a esta Secretaria de Estado, os motivos e com que Recença conservava em sua casa hum barril de polvora. Deos guarde a Vm. Paço, em 30 de Abril de 1831. — Manoel José de Souza Franca. — Sr. Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia. — *Acha-se á fl. 19 do Liv. 11 da Córte.*

PROVISÃO DE 30 DE ABRIL.

Coll. Plancher.

José Ignacio Borges, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de Pernambuco que, recebendo-se o seu officio n. 25, de 30 de Abril do anno passado, acompanhado da representação do primeiro Escriptuario da sua Contadoria, encarregado da liquidação da divida passiva, acerca das dividas que ainda se lhe offerecem, não obstante a Provisão de 3 de Dezembro de 1826, expedida a essa Junta; manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, responder: 1.º, que a Portaria expedida em 19 de Fevereiro do anno passado ao Conselheiro Thesoureiro Mór não falla em isenção de inscripção; trata sim do que se deve praticar no pagamento da divida inscripta, e por consequência dissolvida esta a divida da Junta nesta parte; 2.º, que, sendo claro que, no auxiliar do Grande Livro se não deve inscrever divida que não esteja perfectamente legalisada, e esta só pôde sê-lo com despachos finaes da Junta e seu Presidente, logo não está ou não deve estar a arbitrio do dito 1.º Escriptuario encarregado do lançamento da divida passiva contrahida, e não paga até o fim de 1826, a inscripção de taes dividas; 3.º, finalmente, que, tendo a Junta ordem por onde se deve regular no seu expediente, segue-se que a explicação que pede he ociosa. O que se lhe participa para sua intelligencia e execução. Silvestre Ferreira Pereira a fez no Rio de Janeiro, em 30 de Abril de 1831. Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever. — José Ignacio Borges.

AVISO DE 2 DE MAIO.

Manuscripto authentic.

Sendo verosimil que na cadeia da Relação hajão alguns presos de officios de pedreiro e canteiro, os quaes queirão ir trabalhar, pelos mesmos officios, na Ilha das Cobras, no concerto da casa que ali se manda preparar para supplemento da dita cadeia, e mesmo alguns que queirão ir ganhar jornal de serventes, no que ficão beneficiados e a mesma cadeia alliviada do grande numero de que se acha pejada além da sua capacidade: manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, que Vm. faça passar para ali até o numero de 20 presos entre pedreiros, canteiros e serventes, a entregar ao Official do Estado Maior do corpo de artilharia, para este os fornecer quando fôrem pedidos pela Administração da obra, ganhando o jornal que lhes fôr apontado.

Deos guarde a Vm. Paço, em 2 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza Franca. — Sr. Desembargador Corregedor do crime da Córte e Casa. — *Acha-se á fl. 19 v. do Liv. 11.*

FALLA com que a Regencia Provisoria do Imperio abriu a sessão ordinaria da Assembléa Geral Legislativa, no dia 3 de Maio de 1831.

Augustos e dignissimos senhores Representantes da Nação.

A vossa reunião he sempre motivo de geral contentamento, e nas presentes circumstancias ella requinta com ver-vos reunidos, pela confiança do Imperio na vossa sabedoria e no vosso illustrado patriotismo, que se alenta com as glorias da patria e prosperidade dos povos, e não desanima nem se acobarda com as suas desgraças.

São assaz notorios os acontecimentos que occorrêrão nesta Capital desde 12 de Março até o dia 7 de Abril, dia memoravel para o Brazil, pelo heroismo de seus filhos, triumpho da Liberdade Constitucional e derrota dos inimigos da Independencia, gloria e nacionalidade Brasileira! Não referiremos as causas proximas e remotas que inflammarão os animos dos nossos briosos concidadãos; ellas vos são bem conhecidas; entreguemolas ao silencio para não misturarmos narrações luctuosas com o jubilo que a todos inspira a vossa tão suspirada instalação; contemplemos sómente o quanto nos foi propicia a Providencia coroando os mais vivos esforços empregados na sustentação da liberdade, com o precioso resultado da abdicção voluntaria do ex-Imperador D. Pedro I em seu Augusto Filho, ora nosso Imperador Constitucional, por virtude da Lei Fundamental; o Sr. D. Pedro II, que Deos Guarde.

Huma revolução tão importante como inesperada exigia providencias extraordinarias; e, não se achando então reunida a Assembléa Geral para da-las na fórma do Art. 123 da Constituição, nem podendo ter observancia o Art. 124, por não existir Ministerio no faustissimo dia da abdicção, o genio do Brazil, o patriotismo e o amor da ordem aconselharão a reunião neste pago do Senado, dos Augustos Representantes da Nação que se achavão nesta Córte, os quaes, impellidos pela urgencia das circumstancias e animados pelo voto do povo e tropa, nomearão uma Regencia Provisoria de tres membros para se não conservarem em abandono as redeas do Governo, e prevenirem-se os desastrosos effeitos da anarchia.

Depois de sua nomeação e juramento, a Regencia procedeu logo em compôr o ministerio e a dar todas as providencias que estavam ao seu alcance para acalmar as paixões, socegar os espiritos e segurar a ordem publica, considerando tambem como hum dos mais importantes deveres render graças ao Altissimo pela victoria inercuente da liberdade, e por isso mais gloriosa, e pela exaltação do Senhor D. Pedro II ao throno deste Imperio. No dia 9 do mencionado mez de Abril se verificou aquelle religioso acto, a que assistio o mesmo Augusto Senhor acompanhado da Regencia. Não foi só solemne este dia, elle se faz tambem memoravel pelo contentamento geral e demonstrações não equivocas do intenso amor e respeito com que o povo sauda o seu no-

vo Monarcha, ainda infante, genuino Brasileiro, e sagrado objecto da sua patriotica veneração.

Esta Regencia Provisoria tem agora a satisfação de abrir, em Nome do Imperador, a sessão ordinaria legislativa; já que a falta do numero legal dos senhores Representantes não permittio que se verificasse a sessão extraordinaria. Confiando na vossa sabedoria, ella espera que ratificareis o acto da sua nomeação e existencia provisional, em consideração da necessidade urgentissima e das imperiosas circumstancias que a determinarão; e referindo-se aos relatorios dos Ministros e Secretarios de Estado para as informações sobre a Administração Publica em os seus diversos ramos, não ousa propôr-vos nem recomendar-vos objecto algum de interesse e utilidade nacional para occupar o vosso espirito na presente sessão, por estar profundamente convencida da vossa superior intelligencia e pleno conhecimento das medidas legislativas de que necessita a Nação.

O dia 7 de Abril, Augustos e dignissimos senhores Representantes da Nação, será hum dia para sempre memoravel nos fastos do Brazil; elle removeu os embaraços que a prepotencia, a intriga e a ignorancia muitas vezes oppunhão ás vossas sabias deliberações em beneficio da patria; elle fez luzir a aurora da felicidade. As Provincias de S. Paulo e Minas Geraes recebêrão e applaudirão com transporte de jubilo e enthusiasmo as noticias do triumpho da liberdade. He de esperar que as communicações que se enviarão ás outras provincias tenham nellas iguaes resultados, mesmo na Bahia, onde os primeiros acontecimentos da Córte nos infaustos dias de Março, fazendo a mais funesta impressão, haviam demasiadamente inflamado os animos de alguns patriotas, levando-os a fazer requisições exageradas e a praticar actos indíscretos, que toda a prudencia das autoridades não tinha ainda bem podido remediar. Ao vosso patriotismo e sabedoria toca tomar agora as medidas adequadas ás circumstancias extraordinarias em que nos achamos, e apoiar competentemente a acção do governo para que se possa felizmente dirigir e levar ao cabo o grande movimento desta nova regeneração nacional. A protecção divina que transluz em todos os grandes acontecimentos politicos do Brazil, presidirá com a sua benefica influencia ao vosso zelo infatigavel para o bem da patria, e segurarão aos vossos trabalhos parlamentares a verdadeira gloria que aguarda aos defensores dos direitos sagrados das nações, aos amigos da humanidade, e aos sabios cultores da razão e da liberdade. — Marquez de Caravellas. — Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro. — Francisco de Lima e Silva.

DECRETO DE 4 DE MAIO.

Coll. Braz.

Devendo dar prompta execução ao Art. 2º da Lei de 24 de Novembro de 1830, sobre a redução e reorganisação das tropas de primeira linha do Imperio: Manda a Regencia Provisoria, em Nome do Imperador, que as mesmas tropas se-

já reduzidos ao pé que consta do mappa demons- tra- O mesmo Ministro, etc. Palácio do Governo, 1831.

MAPPA demonstrativo da redução nos corpos das tres armas de primeira linha do exercito do Brazil, na conformidade do art. 2 da lei de 25 de Novembro de 1830, que fixou as forças de terra.

ARMAS.	Corpos e numeros.	Companhias.	Coroneis, ou Ten. Coroneis.	Majores.	Ajudantes.	Quartels-Mestres.	Secretarios.	Capellães.	Cirurgiões-Mores.	Ditos Ajudantes.	Sargentos Ajudantes.	Ditos Quartels-Mestres.	Ferreiros.	Musicos.	Cornetas e Clarins-Mores.	Officiaes.			Inferiores.			Baionetas.			SOMMA.	Cornetas e Clarins.	TOTAL.	OBSERVAÇÕES.
																Capitães.	Tenentes.	Alf. ou 2. Tenentes.	1. Sargentos.	2. Ditos.	Furrieis.	Cabos.	Asp. e Cad. S.	Soldados.				
Cacadores, 16 corpos.	1.º Batalhão.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		16	1	1	1	2	1	2	1	4	4	52	60	1	96	Hum dos Alfes- he destinado para a bandeira.
		2														1	1	1	1	2	1	4	4	52	60	1	68	
		3														1	1	1	1	2	1	4	4	52	60	1	68	
		4														1	1	1	1	2	1	4	4	52	60	1	68	
		5														1	1	1	1	2	1	4	4	52	60	1	68	
		6														1	1	1	1	2	1	4	4	52	60	1	68	
		7														1	1	1	1	2	1	4	4	52	60	1	68	
		8														1	1	1	1	2	1	4	4	52	60	1	68	
		SOMMA.	8	1	1	1	1	1	1	1	1	1		16	1	8	8	9	8	16	8	32	32	416	480	8	572	
		SOMMA GERAL.	16	16	16	16	16	16	16	16	16	16		256	16	128	128	144	128	256	128	512	512	6.636	7.680	428	9.152	
Cavallaria, 4 corpos.	1.º corpo.	1														1	1	2	1	1	1	4	4	32	40	1	60	Hum dos Alfes- he destinado para estandarite.
		2														1	1	1	1	1	1	4	4	32	40	1	48	
		3														1	1	1	1	1	1	4	4	32	40	1	48	
		4														1	1	1	1	1	1	4	4	32	40	1	48	
		5														1	1	2	1	1	1	4	4	32	40	1	49	
		6														1	1	1	1	1	1	4	4	32	40	1	48	
		7														1	1	1	1	1	1	4	4	32	40	1	48	
		8														1	1	1	1	1	1	4	4	32	40	1	48	
		SOMMA.	8	1	1	1	1	1	1	1	1	1		8	1	8	10	8	8	8	8	32	32	256	320	8	397	
		SOMMA GERAL.	14	4	4	4	4	4	4	4	4	4		32	4	32	32	40	32	32	32	128	128	1.024	1.280	32	1.688	

em 4 de Maio de 1851, 10 da Independência e Pereira de Campos Vergueiro. — Francisco de Lima e Silva. — Marquez de Caravellas. — Nicolão de Moraes. — José Manoel de Moraes.

Artilharia de posição, 5 corpos.	1.º Corpo.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															

DESIGNAÇÃO DAS PARADAS GERAES.

ARMAS.	BATALHÕES E CORPOS.	PARADAS GERAES.	OBSERVAÇÕES.
CAÇADORES.	Divisão do Sul. 1, 2, 3, 4 e 5..... 1 dos ditos destacado em 6 7 8	Rio de Janeiro. Campos. S. Paulo. Santa Catharina. Rio Grande do Sul.	O corpo de Artilharia a cavallo com o 1° e 2° de posição, podem formar a divisão do Sul, e bem assim o 3°, 4° e 5° de posição a divisão do Norte. As Províncias não mencionadas serão guarnecidas por destacamentos enviados das que lhes ficarem mais próximas, ou que offerecerem mais commodidades.
	Divisão do Norte. 9 e 10..... 11 12, 13 e 14 15 16	Bahia. Alagôas. Pernambuco. Maranhão. Pará.	
CAVALLARIA.	1 2, 3 e 4	Minas. Rio Grande do Sul.	
ARTILHARIA DE POSIÇÃO.	1 2 3 4 5	Rio de Janeiro. Santa Catharina. Bahia. Pernambuco. Pará.	
ARTILHARIA A CAVALLO.		Rio Grande do Sul.	
LEGIÃO DE MATO GROSSO.		Cuyabá.	

RECAPITULAÇÃO.

ARMAS.	Officias Superiores.	Estados Menores.	Officias de companhias.	Officias Inferiores.	Cornetas e Clarins.	Cabos, Ansineiros e Soldados.	Total.
Caçadores.....	32	400	400	512	128	7,680	9,152
Cavallaria.....	8	68	104	96	32	1,280	1,588
Artilharia { posição { a cavallo.....	10	45	125	160	40	2,080	2,500
	2	15	17	18	6	296	338
Somma....	52	528	646	786	206	11,336	13,558
Legião.....	2	27	37	46	12	664	788
Total.....	54	555	683	832	218	12,000	14,346

AVISO DE 5 DE MAIO.

Coll. Mineira.

Illm. e Exm. Sr. — Levando ao conhecimento da Regencia Provisoria as informações que se houverão da Junta da Fazenda da Provincia de Pernambuco, sobre o requerimento dos negociantes britannicos alli residentes, que, acompanhando da nota do respectivo Encarregado de Negocios foi transmittido a esta Repartição com aviso dessa do 1.º de Fevereiro do anno passado, pretendendo satisfazer todos os direitos fiscaes em moeda de cobre; a mesma Regencia houve por bem, em nome do Imperador, não attender a semelhante pretensão, porque, além de inexacta a queixa que fazem, são contraproducentes os argumentos que produzem a favor da sua pretensão, a qual nada menos importa que a derrogação de huma lei, o que só compete ao Poder Legislativo. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 5 de Maio de 1831. — José Ignacio Borges. — Sr. Francisco Carneiro de Campos.

AVISO DE 5 DE MAIO.

Manuscripto authentic.

Remetto á presença de V. S., com o requerimento incluso, Francisco José de Abreu Faria, em que querella do capitão Gardner, do bergantim americano *Argos* pelo insulto commettido contra o mesmo Supplicante, retendo-o em carcere privado a seu bordo e trazendo-o violentamente a este porto; sobre o que, ordena a mesma Regencia que V. S., hoje mesmo, lhe tome a querella e proceda ao respectivo summa-rio, e com todo o devido segredo e justiça remetta a esta Secretaria de Estado o mandado de captura do dito Americano, no caso de haver pronuncia, visto achar-se comprometida a honra nacional neste insulto. Deos Guarde a V. S. Paço, em 5 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza Franca. — Sr. Nicoláo da Silva Lisboa. — *Acha-se a fl. 20 do Liv. 1.º*

AVISO DE 5 DE MAIO.

Manuscripto authentic.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, ordena que, pela Intendencia Geral da Policia, se entregue ao Juiz dos Cativos desta Cidade e Comarca, mediante as competentes precatorias dos respectivos Provedores, que deverá apresentar o Solicitador do mesmo Juizo, todos aquelles escravos que se acharem policialmente presos no calabouço ou em outra qualquer prisão, á ordem da referida Intendencia, e de cujos donos não haja noticia, afim de serem arrematados conforme a lei; fazendo-se acompanhar esta entrega da conta da despeza que tem feito cada individuo ao cofre da Repartição, para ser indemnizada pelo preço da sua arrematação. Palacio do Rio

de Janeiro, em 5 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza Franca. — Sr. Desembargador Adjuntado da Intendencia Geral da Policia.

Na mesma data de 5 de Maio se expedio em conformidade Aviso ao Juiz de Fora, Provedor dos Cativos.

PROVISÃO DE 6 DE MAIO.

Coll. Mineira.

José Ignacio Borges, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia da Parahyba que, recebendo-se o seu officio n.º 27, de 21 de Março do corrente anno, acerca da reclamação de algumas viúvas ao pagamento do meio soldo desde o fallecimento de seus maridos: manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, declarar a essa Junta que he conforme o espirito da Lei que concedeu o soccorro ás viúvas e orphãs dos militares que ellas percebão o beneficio desde a data dos fallecidos, no caso de haverem morrido depois da promulgação da Lei e não da data da Provisão, que aliás não he mais do que hum acto legal de se haver liquidado o direito das soccorridas, e que nesta intelligencia o deverá executar. João Rodrigues da Silva a fez no Rio de Janeiro, em 6 de Maio de 1831. — Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever. — José Ignacio Borges.

AVISO DE 6 DE MAIO.

Manuscripto authentic.

Sendo presente á Regencia Provisoria o requerimento incluso de Constantino Dias Pinheiro, em que se queixa da protelação com que se tem retardado, no Juizo dos Privilegiados do Commercio, a partilha do casal de João Baptista Villela, desde 10 de Março de 1816, em que este se finara oppondo o actual inventariante Administrador José Joaquim Alves Leite todos os obstaculos que o abuso das formulas na pratica do fóro lhe pôde suggerir para não entregar ao supplicante a parte de herança que lhe cabe no dito casal, não se podendo ter por verosimil que tanto tenha acontecido sem connivencia ou corrupção dos Magistrados que tem despachado no feito, pois se isso não fóra não he de crer que ainda se conservasse o referido Inventariante na posse e administração dos bens do referido casal com manifesto desprezo da Ord. do Livro 4.º tit. 96 § 12, que manda sequestrar os bens das heranças quando os Inventariantes alongão as suas duvidas por mais de hum anno para demorar as partilhas; em ordem a fazer cessar tanto escandalo na Administração da justiça, manda a mesma Regencia Provisoria, em nome do Imperador, que V. S. faça promover, pelos meios que estiverem dentro da orbita de sua jurisdição, a effectiva partilha de que se trata, informando immediatamente, á vista dos autos, quaes são os Magistrados que, em despeito da lei, tem favorecido por tão longo tempo este abuso,

atropellando o direito do supplicante queixoso, para se fazer effectiva a sua responsabilidade. Deos guarde a V. S. Paço, em 6 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. José Paulo Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 21 do Liv. 11.*

AVISO DE 7 DE MAIO.

Manuscripto authenticico.

Ilm. e Exm. Sr. — Achando-se pronunciado em hum dos juizos criminaes desta Côrte o Americano Gardner, mestre do bergantim *Argos*, e não tendo sido possível encontrar as pessoas encarregadas da sua captura, apresso-me a rogar a V. Ex. haja de mandar expedir as convenientes ordens ao Commandante da Fortaleza do Registo de Villegaignon para que faça deter ali o referido Mestre, que consta sahir amanhã para o Rio Grande. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 7 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. José Manoel de Moraes. — *Acha-se á fl. 21 v. do Liv. 11.*

AVISO DE 8 DE MAIO.

Manuscripto authenticico.

Em resposta ao officio de Vm., datado de hoje, o autoriso para mandar fazer o competente rancho aos presos de que trata, incumbindo a pessoa de confiança este serviço, e computando 100 réis a cada praça diariamente para o dito rancho, cuja despeza será paga todas as semanas por desconto dos seus jornaes, ou pelo Thesouro no caso de qualquer eventual do seu serviço; e confio da humanidade de Vm. que não deixará padecer estes infelizes nesta hypothese, communicando, sem perda de tempo, qualquer embargo que occorra para se dar prompta providencia. Deos guarde a Vm. Paço, em 8 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. Commandante da Fortaleza da Ilha das Cobras. — *Acha-se á fl. 22 v. do Liv. 11.*

AVISO DE 9 DE MAIO.

Manuscripto authenticico.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo passado da cadeia desta Cidade para a Fortaleza da Ilha das Cobras 20 presos, para ali trabalharem no apresto da casa destinada para supplemento da mesma cadeia, e sendo mister para sua guarda, fóra das prisões, maior numero de sentinellas do que ali ha no serviço da dita Fortaleza, segundo expôz o respectivo Commandante no officio junto por copia que me dirigio o Exm. Ministro da Marinha: ordena a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, que V. Ex. passe as ordens necessarias para se augmentar ali hum numero de praças sufficientes á guarda dos mesmos presos. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 8 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza França. — *Acha-se á pag. 23 do Liv. 11.*

AVISO DE 9 DE MAIO.

Manuscripto authenticico.

Ilm. e Exm. Sr. — Para responder ao officio de V. Ex. de 3o de Março deste anno, acompanhado da nota do Encarregado dos Negocios de França, sobre o insulto e grave ferimento que se diz soffrêra o Francez Gariot na tarde do dia 25 do mesmo mez de Março, da parte de hum ajuntamento de mulatos e negros que o acommetêrão, ordenei ao Desembargador encarregado da Intendencia Geral da Policia que me informasse deste successo, e a sua informação foi que na tarde desse dia, pelas 6 horas, ouvindo o Official do Expediente da Intendencia, Manoel José Moreira, hum grito na Praga da Acclamação, que appellava de Cobras aos Brasileiros, accorreu ao dito grito, e achou o mesmo Francez que o dera agarrado e espancado por hum multidão de povo, em razão do que o prendeu (não se podendo descobrir, no meio da desordem, quem maltratára), e que o Intendente da Policia, perante quem o mesmo Francez fóra levado, vendo-o ferido, o enviára ao Juiz de Paz da Freguezia de S. Anna para proceder ao competente corpo de delicto. As Autoridades Policiaes fizeram, pois, o que cumpria fazer em semelhantes casos, que foi, com hum apparente esforço, salvar este estrangeiro, perturbador da tranquillidade publica, de ser morto entre as mãos da multidão que elle tão indignamente havia provocado, e no meio da qual facilmente se escapão os offensores como no caso acontencido, só para conhecer se as mesmas Autoridades Policiaes andarão a ponto em seus deveres affirmar as corrigir no caso contrario, e que fosse certo o que na mesma nota do Encarregado se diz de sua convivência; he que teve de mandar proceder a esta informação, demorando agora, por isso, a resposta ao officio de V. Ex. pois quanto ao mais, já hum vez disse a V. Ex. que, em especie semelhante, que o Governo de S. M. I. he Constitucional e não arbitrario, e que os estrangeiros devem requerer o seu direito, nos casos occorrentes, perante as Autoridades Judiciaes do paiz, deixando de occupar o Ministerio do Poder Executivo com intervenções diplomaticas de inuteis, illegaes reclamações de injurias feitas a particulares ou outros particulares, cuja punição depende de sentenças proferidas em juizo contradictorio e não da acção do mesmo Poder Executivo. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 9 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. Francisco Carneiro de Campos. — *Acha-se á fl. 23 v. e 24 do Liv. 11.*

AVISO DE 10 DE MAIO.

Manuscripto authenticico.

Manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, que V. S., sem perda de tempo, faça julgar no Juizo dos Contrabandos e Extorvios dessa Relação a causa da apprehensão de

1,447 pesos de prata hespanhola que ha dous annos se apprehenderão a hum subdito dos Estados Unidos da America, e que hoje pertencem á Fazenda Publica, pela arbitraria indemnisação que dellés se fez pelo Thesouro ao importador no Governo passado, não merecendo attenção a duvida que expôz o Desembargador Juiz dos mesmos contrabandos e extravios, pela repartição do dito Thesouro, de depender em julgamento de medida legislativa, que solicitava por esta Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça; pois que nunca houve lei positiva que obrigasse ao pagamento de direitos de entrada á moeda estrangeira neste porto, nem na Alfândega já mais se exigirão, como reconhece o sobredito Desembargador Juiz dos Contrabandos e Extravios, no seu officio de 19 de Maio de 1829, dirigido a esta Secretaria de Estado, o que podia servir de norma para sua deliberação, não prevalecendo, aliás, a duvida que lhe occorrêra de serem como generos comprehendidos na generalidade com que fallão as Leis de 25 de Abril de 1818 e 24 de Setembro de 1828, pois que sufficientemente removida ficou essa duvida pela Resolução da Assembléa Geral Legislativa de 10 de Setembro de 1830, quando o não fosse pela pratica fiscal, devendo em todo o caso julgar-se definitivamente a questão como se entender que he de direito, com assistencia do Procurador da Fazenda, a quem nesta data se officia para assistir ao julgamento da causa em que he hoje parte collitigante a Fazenda Nacional, e interpor os recursos legais contra qualquer prejuizo que delle resultar á mesma Fazenda. Deos Guarde a V. S. Paço, em 10 de Maio de 1831. —Manoel José de Souza França. —Sr. José Paulo Figueirôa Nabuco Araujo. —*Acha-se á fl. 24 v. do Liv. 11.*

Na mesma data se officiou ao Procurador da Fazenda.

AVISO DE 10 DE MAIO

Manuscripto authentic.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de V. Ex. de 4 do corrente, que acompanhou as ferias dos operarios que trabalham na obra da casa do Supremo Tribunal de Justiça, e das folhas dos materiaes e mais objectos comprados para a mesma nos mezes de Março e Abril ultimos, tenho a dizer-lhe que já fica expedida para competente ordem á Repartição da Fazenda para ser paga a sua importancia a Vicente Porfirio Soares Serpa Nogueira, e que acerca dos assentos dos bancos, deverão ser de madeira, e não de palhinha, como V. Ex. propõe, por serem mais duraveis e menos dispendiosos. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 10 de Maio de 1831. —Manoel José de Souza França. —Sr. José Albano Fragoso. —*Acha-se á fl. 24 do Liv. 11.*

AVISO DE 11 DE MAIO

Manuscripto authentic.

Ilm. e Exm. Sr.—A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, ha por bem que V. Ex. ex-

peca as ordens necessarias afim de que nas Fortalezas da Barra e Registo deste porto se não ponha impedimento algum á sahida do Bergantim Americano *Argos*, e do seu Capitão Hesketh B. Gardner, visto ter cessado o motivo da sua detenção. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 11 de Maio de 1831. —Manoel José de Souza França. —Sr. José Manoel de Moraes. —*Acha-se á fl. 25 v. do Liv. 11.*

DECRETO DE 13 DE MAIO.

Imp. avulso.

Competindo ao Poder Executivo, pelo art. 102 da Constituição do Imperio, expedir Decretos, Instruções e Regulamentos adequados á boa execução das Leis, e occorrendo na causa de revista de Antonio José da Silva Braga, contra a Confraria da Ordem 3ª de S. Francisco da Penitencia desta Cidade, o embaraço de se negarem os Desembargadores da Casa da Supplicação a assignar o instrumento da sentença que obtivera em grão de revista na Relação da Bahia o mesmo Braga contra os seus contendores, ficando por este motivo impedido de a dar á execução, manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, que os Presidentes das Relações a que pertencerem as sentenças reformadas em grão de revista, possam nomear Ministro da Casa para assignar os ditos instrumentos extrahidos do processo. Manoel José de Souza França, etc., o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1831, 10ª da Independencia e do Imperio. —Marquez de Caravellas. —Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro. —Francisco de Lima e Silva. —Manoel José de Souza França.

AVISO DE 13 DE MAIO.

Coll. Plancher.

Ilm. e Exm. Sr.—A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, ha por bem que V. Ex. expeça as ordens necessarias ao Commandante da Fortaleza de Santa Cruz, para providenciar hum rancho de 100 réis por dia a cada preso dos 35 que das Cadêas da Relação forão para ali enviados, sendo o dito rancho inspeccionado de maneira que elles sejam devidamente alimentados; e remettendo o dito Commandante por semana, ou no fim do mez, a respectiva folha de despeza a esta Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, para se mandar pagar á pessoa que elle designar. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 13 de Maio de 1831. —Manoel José de Souza França. —Sr. José Manoel de Moraes.

AVISO DE 14 DE MAIO.

Manuscripto authentic.

Tendo Ignacio Gonçalves promovido a emigração de Colonos das Ilhas dos Açores para este Imperio, os quaes acabão de chegar a este

porto no navio *Commerciante*, em numero de 20, manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, que Vm.; praticadas as diligencias policias ao dito respeito, os deixe desembarcar, posto que não tragão passaporte, informando sobre o seu destino. Deos Guarde a Vm. Pago, em 15 de Maio de 1831.—Manoel José de Souza Franca.—Sr. Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia.—*Acha-se á fl. 26 do Liv. 11.*

AVISO DE 16 DE MAIO.

Coll. Plancher.

Tendo o Padre Candido José de Castro, mostrado, pela competente Provisão, achar-se provido no emprego de Professor de Primeiras Letras na Villa de Bragança, Provincia de S. Paulo, requerendo por isso o seu titulo de confirmação, a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, que o Vice-Presidente da dita Provincia informe sobre este objecto, remetendo huma copia authentica da acta do exame, e ha por bem declarar-lhe que, na conformidade da Lei de 15 de Outubro de 1827 art. 5º, deve não só participar officialmente ao Governo todos os provimentos de Cadeiras que fizer, enviando a acta do exame de cada hum dos providos, para á vista se poder deliberar sobre a sua confirmação; mas tambem participar á Assembléa Geral o arbitrio que em Concelho tenha tomado, a respeito da localidade e ordenado das ditas Cadeiras, conforme os arts. 2º e 3º da mesma Lei. Palacio do Governo, em 16 de Maio de 1831.—Manoel José de Souza Franca.

AVISO DE 16 DE MAIO.

Coll. Mineira.

Manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar ao Vice-Presidente da Provincia de Sergipe que lhe foi presente o officio de 10 de Julho do anno passado, acompanhando a acta relativa ao provimento da Cadeira Publica do Ensino Mutuo da Cidade de S. Christovão; e que approvando o mencionado provimento na pessoa de Antonio José Peixoto Valladares, pôde este solicitar o seu titulo de confirmação pela dita Secretaria de Estado. Quanto, porém, ao arbitramento do seu ordenado, cumpre que o dito Vice-Presidente dê conta á Assembléa, como lhe incumbe pelo art. 5º da Carta de Lei de 15 de Outubro de 1827, afim de poder o mesmo provido haver legalmente o assentamento e pagamento delle. Palacio do Governo, em 16 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza Franca.

AVISO DE 16 DE MAIO.

Coll. Mineira.

Manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Nego-

cios do Imperio, remetter ao Vice-Presidente da Provincia de S. Paulo os requerimentos inclusos de Tristão José da Silva e de Joaquim Rosa de Vasconcellos, que pretendem a confirmação dos seus provimentos, o 1º de Professor de Primeiras Letras da Villa de Cunha, e o 2º de Mestre de meninas da Villa de Sorocaba, e ha por bem que informe sobre aquellos objectos com as copias das actas do arbitramento dos ordenados e do exame dos supplicantes, ficando na intelligencia de que em semelhantes casos devem dar conta official por esta Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, acompanhada de iguaes copias, tanto dos ordenados que em concelho taxar as Cadeiras, como dos provimentos que fizer para aquellos poderem obter a approvação da Assembléa Geral Legislativa, e estes a do Governo, na fórma dos arts. 3º e 7º da Lei de 15 de Outubro de 1827. O que se lhe communica para sua execução, e em resposta aos seus Officios de 20 de Setembro, 18 de Outubro e 9 de Dezembro do anno passado. Palacio do Governo, em 16 de Maio de 1831.—Manoel José de Souza Franca.

AVISO DE 17 DE MAIO.

Coll. Plancher.

Manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, remetter ao Vice-Presidente da Provincia da Bahia o requerimento incluído de José da Costa Doria, que pretende ser confirmado na Cadeira de Primeiras Letras da Villa de Itapicuru, e ha por bem que informe sobre aquelle objecto com a copia da acta do arbitramento do ordenado da dita Cadeira, e do provimento do supplicante, ficando em regra que, em semelhantes casos, se deve dar conta official pela mesma Secretaria de Estado, acompanhada de iguaes copias, tanto dos ordenados que em concelho se taxarem as Cadeiras, como dos provimentos que se fizerem, para os primeiros poderem obter a approvação da Assembléa Geral Legislativa, e os segundos a do Governo, na fórma dos arts. 3º e 7º da Lei de 15 de Outubro de 1827. Palacio do Governo, em 17 de Maio de 1831.—Manoel José de Souza Franca.

AVISO DE 18 DE MAIO.

Coll. Plancher.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, a quem foi presente o officio do ex-Presidente da Provincia da Bahia, Luiz Paulo de Araujo Basto, na data de 17 de Março do corrente anno, a respeito da accommodação dos Colonos Allemães, demittidos do serviço militar, que para ali forão remettidos na Fragata *Piranga*, manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, declarar ao Vice-Presidente da mesma Provincia, que o primeiro cuidado do Governo deve ser: escripturar os ditos ci-

trangeiros com alguns senhores de terras que os queirão tomar a jornal, alliviando assim a Fazenda Publica de hum suppimento que, aliás, he forçada a fazer para os estabelecer, prevenindo a sua perigosa mendicidade, mas que, quando não possa conseguir a sua conveniente applicação ao trabalho por este meio, lhes forneça os pecuniarios para se estabelecerem, contando que não excedão a quantia de 160 réis diários por praça, e durante hum anno sómente, vigiando que elles effectivamente tratem de se estabelecer na vida do campo, e suspendendo, todavia, este favor aos que divagarem ou se empregarem em outra vida que não seja a da agricultura. Outrossim, ordena a mesma Regencia que o dito Vice-Presidente haja de mandar tomar em hum Registo Policial os nomes destes, e de todos os outros Colonos Estrangeiros que effectivamente se empregarem no trabalho do campo da mencionada Provincia, e que informe em tempo do estado da sua situação, de maneira que se possa formar juizo da vantagem ou desvantagem que nella resultar do seu estabelecimento. Palacio do Governo, em 18 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza Franca.

AVISO DE 19 DE MAIO.

Manuscripto authentic.

A Regencia Provisoria, a quem foi presente o officio de Vm. de 15 do corrente, em que participa ter suspenso do seu exercicio o praticante da Secretaria da Intendencia Antonio de Padua Sarmiento, por haver este concorrido para se dar passaporte ao Padre José Rodrigues Malheiros com o supposto nome de José Rodrigues Souto Maior, manda, em nome do Imperador, que Vm. forme hum auto da prevaricação do dito empregado e o remetta a esta Secretaria de Estado para mandar proceder contra elle pelos meios legais, ficando isso em regra a respeito de quaesquer outros que mereçam ser punidos. Deos guarde a Vm. Paço, em 19 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza Franca. — Sr. Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia. *Acha-se d. fl. 27 do Liv. 11 da Corte.*

AVISO DE 19 DE MAIO.

Coll. Plancher.

Tendo Custodio José Ignacio Rodrigues mostrado, pela competente Provisão, achar-se provido no emprego de professor de primeiras letras da Villa de S. Carlos, da Provincia de S. Paulo, requerendo por isso o seu titulo de confirmação, a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, que o Vice-Presidente da dita Provincia informe sobre este objecto, remettendo huma cópia authentica da acta do exame; e ha por bem declarar-lhe que, na conformidade da Lei de 15 de Outubro de 1827, art. 7.º, de venhão só participar officialmente ao Governo todos os

provimientos de Cadeiras que fizer, enviando a acta do exame de cada hum dos providos, para, á vista, se poder deliberar sobre a sua confirmação, mas também participar á Assembléa Geral o arbitrio que em Concelho tenha tomado a respeito da localidade e ordenado das ditas Cadeiras, conforme os arts. 2.º e 3.º da mesma lei. Palacio do Governo, em 19 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza Franca.

DECRETO DE 19 DE MAIO.

Imp. avulso.

Reconhecendo a impolitica medida tomada pelos Decretos de 5 de Março de 1827 e 29 de Fevereiro de 1828, de prohibir a sahida da moeda de cobre das Provincias do Rio de Janeiro e Bahia, accrescendo não terem sido taes Decretos approvados pela Assembléa Geral Legislativa; a Regencia Provisoria do Imperio, em nome do Imperador, ha por bem derogar-lhos; permitindo a franca exportação da sabredita moeda. José Ignacio Borges, etc. — Palacio do Rio de Janeiro, em 19 de Maio de 1831. 10.º da Independencia e do Imperio. — Marquez de Caravellas, Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro, Francisco de Lima e Silva. — José Ignacio Borges.

AVISO DE 20 DE MAIO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — Constando, por officio do Intendente Geral da Policia, que na Freguezia do Bananal, da Provincia de S. Paulo, e suas vizinhanças, se tem diffundido receios de sublevação de escravos, manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, que V. Ex. faça partir immediatamente para aquelle lugar huma força de cavallaria da Guarda Militar da mesma policia competentemente municiada e com instruções necessarias para obrar de accordo com o Coronel Ignacio Gabriel Monteiro de Barros, vizinho fazendeiro do mesmo lugar, a quem V. Ex. officiará para agasalhar e fazer agasalhar a mesma tropa, fornecendo a elle mesmo do necessario sustento, de cuja despeza entiará conta a V. Ex. para se lhe mandar satisfazer pela Repartição competente. Ao Juiz de Paz da Freguezia se ordena por esta Repartição que proceda a castigar correccionalmente aos escravos que forem por seus senhores apontados como desobedientes e indiciados de terem entrado em algum movimento que tenda á sublevação; e essa medida policial deverá ser auxiliada pela força da escolta, a qual se demorará até que se recobre inteiramente o socogo e quitação das familias dos fazendeiros daquelle Freguezia. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 20 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza Franca. — Sr. José Manoel de Moraes. — *Acha-se d. fl. 27 v. do Liv. 11 da Corte.*

CIRCULAR DE 21 DE MAIO.

Coll. Mincira.

Constando ao Governo de S. M. I. que alguns negociantes, assim nacionaes como Estrangeiros,

especulação, com deshonra da humanidade, o vergonhoso contrabando de introduzir escravos da Costa d'Africa nos portos do Brazil, em despeito da extinção de semelhante commercio, manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justica, que a Camara Municipal desta Cidade faça expedir huma circular a todos os Juizes de Paz das Freguezias do seu territorio, recommendando-lhes toda a vigilancia policial ao dito respeito; e que, no caso de serem introduzidos por contrabando alguns escravos novos no territorio de cada huma das ditas Freguezias, procedão immediatamente ao respectivo corpo de delicto; e constando por este que tal ou tal escravo buçal foi introduzido ahi por contrabando, fação d'elle sequestro, e o remettão como o mesmo corpo de delicto ao Juiz Criminal do territorio para elle proceder nos termos de direito, em ordem a lhe ser restituida a sua liberdade e punidos os usurpadores della, segundo o art. 179 do novo Codigo, dando de tudo conta immediatamente á mesma Secretaria. Palacio do Rio de Janeiro, em 21 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza França.

N. B. Nesta conformidade se expedirão Avisos a todas as Camaras Municipaes e aos Presidentes das Provincias para estes expedirem aos Juizes de Paz das mesmas Provincias.

AVISO DE 21 DE MAIO.

Manuscripto authenticico.

Ilm. e Exm. Sr. — Como o Provincial dos Franciscanos reformados desta Côte representou novamente que Fr. Francisco da Conceição Leal, religioso da mesma ordem da Provincia de Chabregas, no Reino de Algarve, existia ainda no carcere do seu Convento, perturbando, pelo seu estado de continua embriaguez, o socego e regularidade de sua communidade, torno a instar com V. Ex. para que o Consul Geral de Portugal faça effectivamente transportar na primeira occasião de embarcação para aquelle paiz o sobredito religioso, prevenindo a V. Ex. que, no caso de não produzir prompto effeito esta minha ultima requisição, farei recolher a alguma das Fortalezas o mesmo frade, afim de evitar o escandalo que está causando no Convento em que se acha. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 21 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. Francisco Carneiro de Campos. — *Acha-se d fl. 28 v. do Liv. 11 da Côte.*

AVISO DE 23 DE MAIO.

Coll. Plancher.

Podendo acontecer que, contra o disposto no Decreto de 15 de Maio de 1808, e reiteradas ordens, existão nos corpos do Exercito algumas praças forçadas a servir, quando já tem concluido o tempo de seus engajamentos, seja voluntario, seja obrigado, manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado

dos Negocios da Guerra, que o commandante das Armas da Provincia do Pará proceda com taes praças estriktamente conforme dispõe o mencionado Decreto. Palacio do Governo, em 23 de Maio de 1831. — José Manoel de Moraes.

Na mesma conformidade se escreveu a todas as Provincias.

AVISO DE 24 DE MAIO.

Coll. Plancher.

Sendo indispensavel não só fixar-se todos os artigos de despeza, a cargo da Intendencia da Marinha desta Côte, de huma maneira certa e invariavel, para evitar qualquer abuso, mas ainda proceder-se ás convenientes reduções naquelles que as admittirem sem detrimento do servico, e em harmonia com o disposto na lei de 15 de Dezembro ultimo, resolveu a Regencia Provisoria em nome do Imperador, que huma commissão, composta de V. S., do Inspector do Arsenal da Marinha, do Capitão de Fragata Ajudante de Ordens, encarregado do Expediente do Quartel General da Marinha, e do Contador interino da Marinha haja de organizar Tabellas especificadas de cada hum dos objectos comprehendidos nos differentes artigos, para que á mesma lei applica quantias certas, separando as despesas fixas das variaveis e eventuaes, e propondo as convenientes reduções a respeito de humas e outras, de sorte que, combinado o bem do servico com a economia da Fazenda Publica, possão as mencionadas quantias fazer face ás despesas respectivas, obtendo-se mesmo a possivel diminuição destas, tanto pela extirpação de quaesquer abusos existentes, como pela suppressão dos lugares que não tenham sido creados por lei e sim por arbitrio das autoridades; esperando a mesma Regencia Provisoria do zelo, intelligencia e patriotismo dos membros da Commissão o melhor resultado dos seus trabalhos que muito importa aos interesses nacionaes, suba ao conhecimento do Governo, o mais tardar, até o dia 15 de Junho proximo seguinte. O que participo a V. S. para sua intelligencia e execução necessaria que lhe toca. Deos guarde a V. S. Paço, em 24 de Maio de 1831. — José Manoel de Almeida. — Sr. Luiz da Cunha Moreira.

Nesta mesma conformidade se expedirão Avisos aos outros membros da commissão acima indicada.

AVISO DE 24 DE MAIO.

Manuscripto authenticico.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, manda remetter a V. S. a petição inclusa de Joanna Maria Soares, mulher de Joaquim José de Moura, da Villa de Rezende, com a informação respectiva do Corregedor do Crime da Côte e Casa, por onde se verifica que, tendo sido o marido da supplicante pronunciado a prisão e livramento na dita villa de Rezende, e remittido ao Juizo da Correição preso em huma corrente, por denuncia que dera ali o Padre Ma-

rianno José da Rocha, de elle ter blasphemado, como se diz, atrevida e sacrilegamente contra a Sagrada Pessoa de S. M. o Imperador e até d'El-Rei D. João VI, se evadira industriosa-mente da mesma corrente ao entrar nesta cidade, de que se lhe formou nova culpa na dita Villa de Rezende, por devassa que se remetteu ao sobre-dito Juizo da Correição, onde existem os res-pectivos processos desde o anno de 1823; e or-dena que V. S., pelos termos legais, faça reverter as mencionadas culpas ao Juiz de Direito do territorio onde ellas se formáram, para o réo ahi entrar em processo de juizo por Jurados, conforme o disposto na Lei de 20 de Setembro de 1830, quanto ás injurias verbaes de que he arguido; defendendo-se, quanto á pronuncia da segunda culpa, como entender que tem direito, dando V. S. conta, por esta Secretaria de Estado, do resultado deste negocio, em que apparece huma manifesta perseguição pretextada de justiça para opprimir. Deos guarde a V. S. Paço, em 24 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. José Paulo Figueirôa Nabuco Araujo.

AVISO DE 25 DE MAIO.

Manuscripto authentic.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo o Commandante, Officiaes e mais praças que pertencêrão á guarni-ção da escuna *Rio da Prata* offerecido ás despesas do Estado o valor da parte da carga do bergan-tim napolitano *Brilhante*, salvada na mesma escuna, importando na quantia de 967 pesos, 1 real e quartilho, para verificar se este generoso offerecimento que a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, houve por bem aceitar para ser applicado ás despesas de huma Casa de Cor-recção, faz-se necessario que V. Ex. expeça as ordens ao nosso Consul residente em Buenos-Ayres para pôr a sobreditá quantia á disposição desta Secretaria de Estado dos Negocios da Jus-tiça, enviando V. Ex. a esta mesma Repartição o officio que sobre este objecto houver de diri-gir a sello volante, afim de poder-se negociar, á vista delle, a passagem daquelle dinheiro para esta Côte. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 25 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. Francisco Carneiro de Campos. — *Acha-se d fl. 29 do Liv. 11.*

AVISO DE 25 DE MAIO.

Manuscripto authentic.

Constando que alguns Negociantes, a despeito mesmo do tratado da abolição do trafico dos escravos, continuão em hum commercio que tanto offende os principios de humanidade que dictarão aquelle tratado, e que, fazendo-os desembarcar, por contrabando, nos portos proximas a esta Capital, os trazem depois ao mercado cobertos com o fallecimento de outros anterior-mente introduzidos no paiz, roubando-se por este meio a liberdade a que elles tinham já adqui-

rido direito: ordena a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, que V. S., não só proceda a todas as indagações que fôrem convenientes para se ter hum perfeito conhecimento de tão escandalosos abusos, e da maneira por que tam-bem se diz que de algumas armações que forão ultimamente aqui julgadas, durante o tempo da liquidación do direito que tinham os escravos a serem libertos, forão alguns vendidos e substi-tuidos por obitos simulados; como indique os meios de evitar-se a continuação de taes frau-des, informando igualmente acerca do estado em que se achão os processos dos arrematantes dos jornaes daquelles que tiverem sido libertos pela Commisào Mixta desde o seu estabelecimen-to até hoje, declarando, além das faltas que nos mesmos processos encontrar e dos abusos que possão ter havido na passada administração, se a importancia dos sobreditos jornaes tem sido devidamente paga, quem tem sido o Thesou-reiro ou Recebedor, e finalmente onde existe, ou o destino que se tenha dado a toda ou parte della. Deos Guarde a V. S. Paço, em 25 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. Ouvidor da Comarca do Rio de Janeiro. — *Acha-se d fl. 23. v. do Liv. 11.*

AVISO DE 25 DE MAIO.

Manuscripto authentic.

Ilm. e Exm. Sr. — A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, manda que V. Ex. declare quaes são os principios em que funda o seu di-reito de naturalisação, segundo o qual se acha V. Ex. empregado como Juiz do Supremo Tri-bunal, sobre o que recomendo a V. Ex. toda a brevidade possível. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 25 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. Francisco Alberto Teixeira de Ara-gão. — *Acha-se d fl. 30 do Liv. 11 da Côte.*

Igual a João Carneiro de Campos, quanto ao Ajudante do Porteiro Aleixo Bosch.

AVISO DE 26 DE MAIO.

Manuscripto authentic.

A Regencia Provisoria, em nome do Impe-rador, manda remetter a V. S., por copia, para sua intelligencia e devida execução, o Decreto da data de hontem, pelo qual houve por bem ordenar que V. S. seja parte nos autos de inven-tario e partilha a que se procede no Juizo dos Privilegiados de Commercio, entre os herdeiros do casal de João Baptista Villela, afim de concluir-se a mesma partilha tão escandalosa-mente protellada pelos respectivos inventarian-tes. Deos Guarde a V. S. Paço, em 26 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. José Antonio da Silva Maia. — *Acha-se d fl. 30 v. do Liv. 11.*

AVISO DE 26 DE MAIO.

Manuscripto authenticico.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, manda remetter a Vm. o incluso officio do Chanceller interino da Casa da Supplicação, para que informe sobre a incompatibilidade que representa em exercer Vm. a jurisdicção de Juiz de Paz com as funcções de outros empregos no mesmo officio mencionados. Deos guarde a Vm. Paço, em 26 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. João José Valhria. — *Acha-se d fl. 3o v. do Liv. 11.*

AVISO DE 27 DE MAIO.

Manuscripto authenticico.

Foi presente á Regencia Provisoria, em nome do Imperador, o seu officio de 25 do corrente, em que dá conta dos erros de officio commettidos pelo Escrivão do Crime do Bairro de S. José, Bernardino de Sena Reis, constantes dos exames a que se procedeu no respectivo Cartorio pelos Tabelliães Joaquim José de Castro e José Pires Garcia, procedidos pelo Juiz da Chancellaria, e, sendo tomado em consideração o seu conteudo, se mandou remetter ao dito Juiz o mencionado officio a exame para suspender e metter em processo este empregado, na fôrma da lei. O que participo a V. S. para sua intelligencia. Deos guarde a V. S. Paço, em 27 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. José Paulo Figueirôa Nabuco Araujo.

Recommendou-se ao Juiz da Chancellaria o complemento da ordem do Liv. 1, tit. 100, § 1º, em Aviso da mesma data.

AVISO DE 27 DE MAIO.

Coll. Mineira.

Manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar ao Concelho Geral da Provincia de Goyaz que, em Aviso de 25 do corrente, forão remettidas á Camara dos Srs. Deputados, na fôrma do art. 85 da Constituição, as Resoluções constantes dos officios do respectivo Secretario de 27 de Janeiro, 1 e 9 de Fevereiro deste anno, e das relações que os acompanharão; bem como as quatro representações de 7 deste ultimo mez, sendo para notar que estas não viessem conjunctamente ao Poder Executivo, como prescreve o § 4 do art. 85 da mesma Constituição. E, quanto ao officio de 8, sobre o Projecto dos dizimos, nesta data se lhe dá o competente destino. Palacio do Governo, em 27 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza França.

AVISO DE 27 DE MAIO.

Coll. Mineira.

Illm. e Exm. Sr. — Manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, remetter a V.

Ex. a Portaria inclusa, em que se participa ao Concelho Geral dessa Provincia o destino que tiverão as suas resoluções e representações enviadas com o officio de V. Ex. do 1º de Fevereiro deste anno, assim de que V. Ex. faça chegar a subdita Portaria ás mãos do Secretario do mesmo Concelho. E quanto ao que V. Ex. observa no mencionado officio, sobre a circumstancia de lhe terem sido remettidos lacrados aquelles papeis contra a pratica anteriormente seguida pelo Concelho, e sem ao menos serem acompanhados de officio que mencionasse os objectos que elles continhão, mandá a mesma Regencia declarar a V. Ex. que, não determinando expressamente a Constituição cousa alguma a este respeito, cumpre que V. Ex. se conforme com a intelligencia que o Concelho lhe der, enviando a esta Secretaria de Estado os papeis na mesma fôrma em que delle os receber. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 27 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. Miguel Lino de Moraes.

AVISO DE 27 DE MAIO.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr. — A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, manda que V. Ex. passe as ordens necessarias para que sejam conservados em custodia na Fortaleza de Santa Cruz o Bacharel Cypriano José Barata e João Primo, que vierão prônciados da Cidade da Bahia, e, por motivos de policia, removidos daquella Provincia, ordenando que cada hum destes réos seja supprido com 17 diários a cargo do Thesouro durante a mesma custodia. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 27 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. José Manoel de Moraes.

PORTARIA DE 28 DE MAIO.

Coll. Planchet.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, ordena que Vm. compareça amanhã por noite no Imperial Theatro de S. Pedro de Alcantara para presidir ao espectáculo que ha de ter lugar no mesmo Theatro, ficando Vm. na intelligencia de que deve ali apresentar-se para aquelle fim todas as vezes que houverem taes espectáculos. Deos guarde a Vm. Paço, em 28 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. Juiz de Paz da Freguezia do Sacramento.

PORTARIA DE 28 DE MAIO.

Coll. Planchet.

Remetto a V. S., por copia, a informação que me deu o Administrador da Mesa das Diversas Rendas Nacionais, sobre a falta que se deve perceber da venda dos escravos que se faz diariamente nas differentes casas de leilão que existem nesta Corte, a qual acompanha tambem o remedio que elle lembra para evitar este prejuizo

de preterito e de futuro, á vista do que cuida V. S. de mandar quanto antes providenciar a fraude deste rendimento com as providencias legais que poderem ser estabelecidas. Deos guarde a V. S. Paço, em 28 de Maio de 1831. — José Ignácio Borges. — Sr. Conselheiro Procurador da Fazenda.

AVISO DE 28 DE MAIO.

Manuscripto authentic.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, manda participar a Vm., para sua intelligencia, que, na data de hoje, se expedio ordem ao Juiz de Paz da Freguezia do Sacramento para comparecer amanha por noite no Imperial Theatro de S. Pedro de Alcantara, afim de presidir ao espectáculo que ha de ter lugar no mesmo Theatro, e para apresentar-se ali em todas as outras noites em que houverem taes espectáculos. Deos guarde a Vm. Paço, em 28 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. Desembargador Adjuncto do Intendente Geral da Policia. — *Acha-se á fl. 51 v. do Liv. 11 da Corte.* Na mesma conformidade e data a Antonio Augusto Monteiro de Barros e Nicolão da Silva Lisboa.

AVISO DE 28 DE MAIO.

Manuscripto authentic.

Manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, que Vm. faça transferir para o Hospital da Misericordia o réo Reginaldo Saraiva Chaves Tigre de Burburema, que se acha na Ilha das Cobras cumprindo a sentença que o condemnou a 5 annos de prisão, visto que o seu estado de demencia furiosa torna perigosa a existencia dos mais presos que ali se achão, como Vm. acaba de informar, ficando na intelligencia de que se expedem as necessarias communicações á Repartição da Marinha. Deos guarde a Vm. Paço, em 28 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. Desembargador Adjuncto do Intendente Geral da Policia. — *Acha-se á fl. 52 do Liv. 11 da Corte.*

AVISO DE 29 DE MAIO.

Manuscripto authentic.

Tendo decorrido mais de 48 horas depois que me foi annunciado estar recolhido á cadeia desta Cidade o preto estrangeiro da Ilha de S. Domingos, que, por ordem da Regencia Provisoria, incumbi a Vm. de fazer prender, em razão das seducções de sublevação que o mesmo espalhava entre os naturaes da sua cor, e não tendo eu até agora recebido participação official por escripto a tal respeito, como cumpría, principalmente em negocio policial de tanta importancia que se não limita somente á prisão deste delinquente, mas á averiguação dos seus complices, e do effeito de suas diligencias para perpetrar hum crime de tanta gravidade, exijo que Vm., ouvindo por escripto o Com-

mandante da guarda militar da mesma Policia, por meio do qual se fez a diligencia, me informe immediatamente dos motivos por que tem havido esta falta de participação official a tal respeito. Deos guarde a Vm. Paço, em 29 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. Desembargador Adjuncto do Intendente Geral da Policia. — *Acha-se á fl. 52 v. do Liv. 11 da Corte.*

AVISO DE 30 DE MAIO.

Manuscripto authentic.

Recebi o seu officio, datado de hoje, sobre a prisão do preto Pedro Valentim, da Ilha de S. Domingos, á respeito do qual se tem expedido as ordens ao Exm. Ministro da Guerra, afim de ser removido para a Fortaleza de Santa Cruz, o que lhe participo para sua intelligencia. Deos guarde a Vm. Paço, em 30 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. Desembargador Adjuncto do Intendente Geral da Policia. — *Acha-se á fl. 53 do Liv. 11 da Corte.*

PORTARIA DE 30 DE MAIO.

Coll. Mineira.

Resolvendo a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, que, ficando sem effeito as arbitrias disposições da Portaria circular de 3 de Setembro de 1825, pela qual se regulavão os castigos das praças do Exército incursas no crime de primeira e segunda deserção simples, sejam taes réos castigados na conformidade da Ordenação de 9 de Abril de 1805; manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, assim communicar ao Commandante das Armas da Provincia do Pará, para seu conhecimento e execução na parte que lhe toca. Palácio do Governo, em 30 de Maio de 1831. — José Manoel de Moraes.

Na mesma conformidade se escrevem a todas as Provincias.

AVISO DE 30 DE MAIO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, manda que V. Ex. expeda as ordens necessarias para ser removido immediatamente para a Fortaleza de Santa Cruz o preto Pedro Valentim da Ilha de S. Domingos, preso na cadeia desta Cidade á ordem do Intendente Geral da Policia, e que elle seja conservado em recato, encarregando a hum official militar circumspecto de o interrogar e haver informação da sua origem, razão que teve de vir ao Brazil, que tempo tem aqui de residencia e a quem veio recommendado, quem são as pessoas que o conhecem, de que tem vivido até agora, onde tem morado, e o mais que lhe occorrer a este respeito, em ordem a haver perfeito conhecimento deste individuo e sua conducta; sobre o que dará V. Ex. por escripto informação razoada, que espero

V. Ex. me envie para sobre isso proceder na forma da lei, no caso de se realisarem os indícios que ha de ser o mesmo individuo hum dos seductores dos homens de sua cõr para perturbarem a tranquillidade publica. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 30 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. José Manoel de Moraes. — *Acha-se à fl. 33 do Liv. 11 da Cõrte.*

AVISO DE 31 DE MAIO.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr. — Havendo representado o Juiz de Paz Supplente da Villa de Itaguahy que havia desconfianças de se estarem ali preparando alguns escravos para sublevar-se, o que já tivera principio em varias fazendas da Villa de Rezend, pedindo para isso providencias, visto achar-se sem forças para repellir qualquer rompimento: ha por bem a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, que V. Ex. mande pôr com urgencia alguma tropa á disposição do referido Juiz de Paz Supplente, afim de poder evitar que se realise semelhante attentado. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 31 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. José Manoel de Moraes.

PORTARIA DE 31 DE MAIO.

Coll. Plancher.

José Ignacio Berges, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia do Espirito Santo, que, para satisfazer aos membros do Corpo Legislativo, Representantes dessa Provincia, em huma e outra Camara, o subsidio que lhes compete pelo tempo da sessão annual, não necessita de hoje em diante de ordem especial para cada hum delles, dependendo unicamente da certidão de frequencia passada pelos respectivos Secretarios e de procuração legal quando fôr solicitado pelos seus Procuradores, á excepção porém daquelles membros que houverem os seus pagamentos por este Thesouro, em consequencia de falta dos rendimentos em sua respectiva Provincia, a respeito dos quaes se expedirá participação á Junta com a noticia de que lhe fica debitada tal quantia para com este Thesouro; o que tudo assim cumprirá, de ordem da Regencia Provisoria, em nome do Imperador. Alexandre José Ferreira Braga a fez no Rio de Janeiro, em 31 de Maio de 1831. — Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever. — José Ignacio Borges.

Semelhantes se expedirão para as Provincias do Norte a cargo da terceira Repartição do Thesouro Nacional.

PORTARIA DE 31 DE MAIO.

Coll. Plancher.

Illm. e Exm. Sr. — Recbi o officio de V. Ex., datado de 21 do corrente, com a nota do Encarregado dos Negocios interino de S. M. Fide-

lissima, solicitando do Governo de S. M. I. H. cência para desembarcarem 25 Portuguezes chegados a este porto, sem passaporte, na galera *Noro Commeciante*, e que seja marcado hum prazo razoavel para que conste em Portugal que está aqui em pleno vigor a medida pollicial que inhihe o ingresso de individuos no Brazil em taes circumstancias, afim de com a mesma resposta poder V. Ex. obrar a tal respeito, depois de rogar a V. Ex. desculpe a pequena demora que tem havido da minha parte em satisfazer a esta obrigação do meu officio, motivada pela urgencia de outros negocios; respondendo, quanto á primeira parte da dita nota, que, sendo, como he, prohibido, pelo Decreto de 2 de Dezembro de 1820, admittir-se no Brazil pessoa alguma que venha destituida de passaporte legal pela maneira indicada no dito Decreto, salva a permissão immediata do Imperante, expressa em Portaria de algum dos Ministros e Secretarios de Estado, não tem nenhum lugar a concessão que o dito Encarregado solicita, e que apenas se lhe poderá permittir hum prazo razoavel para fazer sahir infallivelmente do Imperio os mesmos 25 Portuguezes recém-chegados; e quanto á segunda parte, que não he mister assignar-se novo prazo para noticia de que estão em vigor as leis polliciaes do paiz a tal respeito, porque sempre ellas estiverão em vigor, e se acaso se não executarão alguma vez com o rigor devido que cumpria, foi isso effeito da pessima administração do governo transacto, sempre contraveniente a este e outros respetos que nos levarão á borda do abysmo de huma revolução cujo perigo não está de todo passado. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 31 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. Francisco Carneiro de Campos.

AVISO DE 31 DE MAIO.

Manuscripto authenticico.

Inteirada a Regencia Provisoria, pelo officio de Vm. de 19 do corrente mez, de não ter-se permittido, por essa Intendencia Geral da Policia, o desembarque das pessoas ultimamente chegadas a este porto, constantes da relação que acompanhou o seu citado officio, e de ficarem detidas em custodia a bordo dos navios em que vierão para serem remetidos para fóra do Imperio, na conformidade do Decreto de 2 de Dezembro de 1820, manda a mesma Regencia, em nome do Imperador, que Vm. faça observar a lei a semelhante respeito. Deos guarde a Vm. Paço, em 31 de Maio de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia. — *Acha-se à fl. 34 do Liv. 11.*

PROVISÃO DE 1 DE JUNHO.

Coll. Plancher.

José Ignacio Borges, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia das Alagoas que,

sendo presente á Regencia Provisoria o seu officio n. 10 de 26 de Fevereiro do corrente anno, em que, accusando a recepção da Provisão de 5 de Janeiro antecedente, pede esclarecimentos se o algodão exportado fica isento de pagar o imposto de 600 réis por arroba, ou somente sujeito aos 10 por cento de dizimo e 2 por cento de Consulado, como declarão as instrucções que acompanharão a citada Provisão, manda, em nome do Imperador, responder á mesma Junta que, se tivesse lido o art. 1.º da Lei de 4 de Dezembro de 1830, viria que, mandando pagar o mesmo que aqui se paga, e tendo sido organisadas e enviadas as instrucções referidas, torna-se futil a pergunta que faz. O que se lhe participa para sua intelligencia. João Rodrigues da Silva a fez no Rio de Janeiro, em 1.º de Junho de 1831. Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever. — José Ignacio Borges.

AVISO DE 4 DE JUNHO.

Coll. Plancher.

Illm. e Exm. Sr. — A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, ha por bem que V. Ex. expeça as ordens necessarias ao Commandante da Fortaleza de Villegaignon para providenciar hum rancho de 100 réis por dia a cada preso que das cadêas da Relação forão para ali enviados, sendo o dito rancho inspeccionado de maneira que elles sejam devidamente alimentados, e remettendo o mesmo Commandante, por semana, ou no fim do mez, a respectiva folha da despeza a esta Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, para se mandar pagar á pessoa que elle designar. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 1.º de Junho de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. José Manoel de Moraes.

AVISO DE 3 DE JUNHO.

Coll. Mineira.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, ha por bem que fique de nenhum effeito, por illegal e arbitraria, a disposição da Portaria do 1.º de Outubro de 1825, que mandou adotar no Corpo de Artilharia da Marinha a pratica seguida no do Exercito relativamente ao castigo dos desertores, devendo, portanto, observar-se, em tal caso, o que se acha estabelecido por lei. O que participo a Vm. para sua intelligencia e execução. Deos guarde a Vm. Paço, em 3 de Junho de 1831. — José Manoel de Almeida. — Sr. Joaquim Francisco das Chagas Cattete.

AVISO DE 3 DE JUNHO.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr. — O Juiz de Paz da Freguezia de S. José do Rio Preto, José Candido Fragozo, encarregado da prisão de varios salteadores que infestão as adjacencias daquelle districto,

requisita força de tropa de primeira linha que substitua o destacamento que da Villa de Nova Friburgo ultimamente se manda retirar, e sendo indispensavel á segurança publica naquelle lugar a presença da mesma força de primeira linha, ainda que haja de ser auxiliada pela gente de segunda linha, rogo a V. Ex. a expedição de convenientes ordens para se mandar pôr á disposição do dito Juiz de Paz hum destacamento, e gente capaz de manter a ordem ali, e conter em respeito os ditos salteadores até serem preses, como convém á Administração da Justiça. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 3 de Junho de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. José Manoel de Moraes. — *Acha-se á fl. 35 do Liv. 11 da Corte.*

AVISO DE 4 DE JUNHO.

Coll. Mineira.

Sendo presente á Regencia Provisoria, em nome do Imperador, o officio da Camara Municipal desta cidade, na data do 1.º do corrente, em que pede que se autorisem os Juizes de Paz para fazerem executar as posturas novamente organisadas pela dita Camara, manda a mesma Regencia, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar-lhe que os Juizes de Paz se achão pela lei autorizados a semelhante respeito, sem que se considere precisa a intervenção do Governo. Palacio do Governo, em 4 de Junho de 1831. — Manoel José de Souza França.

AVISO DE 4 DE JUNHO.

Manuscripto authenticico.

Manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, que Vm. informe sobre o conteúdo na representação inclusa de varios moradores do bairro da Prainha desta Cidade, pedindo que se ponha naquelle lugar, e mais proximo de beira-mar, huma guarda de soldados da policia, compromettendo-se de lhes fazerem, á sua custa, a casa que lhes sirva de quartel. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 4 de Junho de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia.

AVISO DE 4 DE JUNHO.

Manuscripto authenticico.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, manda que Vm., por essa Intendencia, faça as diligencias necessarias afim de se poder saber se tem chegado a este porto o estrangeiro de que se trata nos papeis juntos, e para se pôr em custodia logo que chegue, procedendo a este respeito com a circumspecção e segredo que o caso exige. Deos guarde a Vm. Paço, em 4 de Junho de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. Desembargador, Ajudante do Intendente Geral da Policia.

AVISO DE 6 DE JUNHO.

Coll. Mineira.

Illm. e Exm. Sr. — Reconhecendo o Governo de quanta conveniência seja a manutenção da tranquillidade publica, e a conservação e estabilidade da disciplinado exercito, que as tropas desta Capital e das outras Provincias do Imperio tenham hum conhecimento pleno da disposição das leis relativas aos ajuntamentos illicitos e uso de armas fora do serviço militar; manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, que eu remetta a V. Ex. a copia inclusa dos paragraphos primeiros dos Alvarás de 14 de Fevereiro de 1772 e 26 de Novembro de 1801, affirmando que V. Ex. as mande publicar por 8 dias successivos na frente das companhias de todos os corpos desta guarnição, esperando a mesma Regencia Provisoria que a briosa tropa do Rio de Janeiro se esmerará em obedecer promptamente ás leis de que resultão os mais uteis e salutares beneficios aos seus compatriotas. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 6 de Junho de 1831. — José Manoel de Moraes. — Sr. José Joaquim de Lima e Silva.

Copias dos paragraphos primeiros dos Alvarás de 14 de Fevereiro de 1772 e de 26 de Novembro de 1801.

§ 1º do Alvará de 14 de Fevereiro de 1772.

Mando que todas e cada huma das pessoas que tem praça assentada nas tropas pagas do meu exercito, contra as quaes se provar que, sem ordem dos seus superiores, dirigidas a acções do meu real serviço, forem achadas ou vistas fora dos seus quartéis, juntas em união no numero de 3 inclusivamente, e dahi para cima com armas brancas ou de fogo, publicas ou occultas, sejam irremissivelmente castigadas com a ultima pena que, pelo art. 15 dos Regulamentos de Infantaria e de Cavallaria, se acha estabelecida contra os amotinadores que, como os sobreditos, perturbão a paz e ordem publica.

§ 1º do Alvará de 26 de Novembro de 1801.

Mando e ordeno que cada hum dos soldados e Officiaes inferiores que resistirem ás Justicas ou seus Officiaes, ou com as armas militares, ou ainda compáo ou com pedradas, ou por qualquer outro meio que caracterise resistencia, que todos que commetterem qualquer acto de violencia, dirigido, ou a tirarem presos das mãos das Justicas, ou a impedirem quaesquer prisões que os Officiaes dos Magistrados Civis pretenderem fazer, e finalmente que todos e cada hum dos complices que cooperarem para qualquer dos referidos delictos, sejam presos e tratados como rebeldes ás minhas leis, como inimigos e perturbadores do socego publico e profanadores do decoro e honra militar; e que, como taes, sejam irremissivelmente condemnados na pena de morte natural, pela comprehensiva disposição do I. XV. dos artigos de Guerra, insertos no Re-

gulamento Militar. — Está conforme. — José Ignacio da Silva.

Nessa conformidade se expedio Portaria Circular a todos os Commandantes das Armas das Provincias.

Coll. Plancher.

Illm. e Exm. Sr. — A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, ha por bem que V. Ex. expeça as ordens necessarias á Junta da Fazenda da Provincia de Pernambuco, para serem ali suppridos com 160 réis diarios a cada hum os estrangeiros demittidos do serviço militar que nesta occasião são transportados na escuna *Seta de Abril*, por deverem ser guardados os seus enghajamentos, observando-se a este respeito as mesmas ordens expedidas ao Presidente daquella Provincia, relativas aos que fõrem transportados no navio *Maria da Gloria*, e que communiquei a V. Ex. em Aviso de 26 do mez passado. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 6 de Junho de 1831. — Manoel José de Souza Franca. — Sr. José Ignacio Borges.

AVISO DE 6 DE JUNHO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — Representando o Commandante da guarda da Policia a vantagem de serem removidas para o quartel da Guarda Velha as companhias de infantaria do seu commando, passo ás mãos de V. Ex. o officio do dito Commandante e o do Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia, que o acompanhou, para que V. Ex. haja de dar a providencia pedida. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 6 de Junho de 1831. — Manoel José de Souza Franca. — Sr. José Manoel de Moraes. — *Acha-se a fl. 56 do L. 11 da Côte.*

CARTA DE LEI DE 6 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral decretou e elle sancionou a lei seguinte:

Art. 1.º Os comprehendidos no art. 285 do Código Criminal serão punidos com 5 a 9 mezes de prisão.

Art. 2.º He prohibido todo o ajuntamento nocturno de cinco ou mais pessoas nas ruas, praças e estradas, sem algum fim justo e reconhecido, debaixo da pena de 1 a 3 mezes de prisão.

Art. 3.º Toda a pessoa que por alguma circumstancia se tornar suspeita, quer de dia quer de noite, será observada pelas rondas e Officiaes de Justicas para se conhecer se traz armas; e tendo-as, será conduzida á autoridade competente para proceder na forma da lei.

Art. 4.º Aos presos em flagrante nos crimes policiaes não se concederá fiança.

Art. 5.º Aos Juizes de Paz fica competendo, ex-officio, a punição de todos os crimes de Policia da mesma sorte que já procedem acerca dos delictos contra as posturas municipaes.

Art. 6.º Os Juizes de Paz terão autoridade cumulativa em todo o Municipio sobre os crimes policiaes; nomearão nos seus districtos os Delegados que julgarem necessarios com a autoridade que lhes confiarem, declarando essa autoridade por Edital:— Ficão abolidos os Officiaes de Quarteirão.

Art. 7.º Cada Juiz de Paz poderá nomear até 6 Officiaes de Justiça.

Art. 8.º O Intendente Geral da Policia e os Magistrados Criminaes na Corte, e os Ouvidores do Crime das Relações e os das Comarcas nos mais lugares do Imperio, exercerão cumulativamente com os Juizes de Paz todas as attribuições policiaes que por esta lei e as anteriores competem aos mesmos.

Art. 9.º Os Chancelleres das Relações ficão autorizados a distribuir, sendo necessario, por mais 1 ou 2 Desembargadores, o expediente da Ouvidoria do Crime: estes Desembargadores poderão servir-se de qualquer Escrivão do Judicial.

Art. 10. Para auxiliarem huns e outros Juizes, o Governo fica autorizado, enquanto se não organizarão as Guardas Nacionais, alistar, armar e empregar como taes cidadãos que podem ser eleitores, em numero que julgar necessario; fornecendo-lhes armamento e munição á custa da Fazenda Publica, os quaes serão obrigados a obedecer, comparecendo armados, ao chamamento dos Juizes e Delegados.

Art. 11. Estas Guardas, quando abusarem das armas ou do emprego honroso que se lhes confia, além das penas em que incorrerem pelos delictos que commetterem, ficarão inhabéis para servirem como taes, por 1 a 3 annos.

Art. 12. O Governo, na provincia em que estiver a Corte, e os Presidentes em concelho nas demais, poderão suspender os Juizes de Paz, quando previerem ou se tornarem negligentes no cumprimento das attribuições que nesta lei lhes são marcadas.

Art. 13. Os Juizes que não procederem com a diligencia necessaria em indagar dos implicados nos crimes publicos e policiaes serão reputados complices; julgada a responsabilidade dos juizes de Paz perante os actuaes Concelhos de Jurados, praticando-se na forma por que se procede nos delictos de abuso de liberdade de exprimir os pensamentos.

Art. 14. As Autoridades Policiaes terão á sua porta e nos seus vestidos hum distinctivo marcado pelo Governo, para serem conhecidos, respeitados e obedecidos.

Art. 15. Os que falsamente usarem de semelhante distinctivo serão punidos com 1 a 3 mezes de prisão.

Art. 16. Ficão desde já creados nesta Corte mais dous Juizes Criminaes com seus respectivos Escrivães: tanto a estes Juizes como aos que actualmente existem o Governo marcará os con-

petentes districtos dentro dos quaes deverão residir.

Art. 17. Para o exercicio destes lugares serão nomeados quaesquer Magistrados ora existentes e da maior confiança, podendo até serem empregados Desembargadores das Relações.

Art. 18. O Governo fará os regulamentos e instruções necessarias para a boa execução da presente lei.

Art. 19. Ficão derogadas todas as disposições em contrario.

Manda, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 6 dias do mez de Junho de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Marquez de Caravellas. — Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro. — Francisco de Lima e Silva. — Manoel José de Souza Franca. — Com os registos competentes.

DECRETO DE 6 DE JUNHO.

Imp. avulso.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, sanciona e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Nas disposições dos arts. 1.º e 2.º da Lei de 6 de Novembro de 1827 tambem se comprehendem as viúvas, orphãs menores de 18 annos, filhas solteiras e mãis:

§ 1.º Dos Officiaes de 2.ª linha do Exercito, que para ella tiverem passado da 1.ª linha, e vencerem soldo.

§ 2.º Dos Officiaes reformados da 1.ª linha, e dos de 2.ª linha que tiverem passado da 1.ª e vencerem soldo, para lhes ser abonada a metade daquelle que vencião seus maridos, pais e filhos, ao tempo em que forão reformados.

§ 3.º Dos Officiaes fallecidos que tiverem menos de 20 annos de serviço, e estiverem nas circumstancias do Alvará de 16 de Dezembro de 1790, para lhes ser abonada a metade do soldo que vencerião seus maridos, pais e filhos, se fossem reformados nos termos do dito Alvará.

Art. 2.º A metade do soldo que se deve abonar ás viúvas, orphãs menores de 18 annos, filhas solteiras e mãis, na conformidade da mencionada Lei de 6 de Novembro de 1827, he daquelle que corresponde ao posto effectivo em que os Officiaes fallecidos estiverem servindo em virtude de Resolução ou Decreto, e á vista da habilitação ser-lhes ha abonada desde o dia do fallecimento de seus Maridos, pais, e filhos.

Art. 3.º As habilitações das impetrantes serão feitas no Juizo da Corôa da Provincia em que ellas residirem, com audiencia do Procurador da Corôa e Fazenda Nacional; e prestada fiança idonea a apresentarem certidão do Thesouro Nacional de que não recebem tença nem pensão alguma, poderão receber o meio soldo a que tiverem direito.

Art. 4.º As viúvas, orphãs menores de 18 annos, filhas solteiras e mãis dos Officiaes Inferiores que forem reformados no posto de Alferes,

ficão comprehendidas na disposição do art. 1.º n. 2 desta Resolução.

Ficão derogadas todas as disposições em contrario.

José Manoel de Moraes, etc., Palacio do Governo, em 6 de Junho de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio.—Marquez de Caravellas.—Nicolão Pereira de Campos Vergueiro.—Francisco de Lima e Silva.—José Manoel de Moraes.

CARTA DE LEI DE 6 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral decretou e ella sancionou a Lei seguinte:

Art. Unico. Fica prohibida a concessão de loterias.

Manda, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 6 de Junho de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio.—Marquez de Caravellas.—Nicolão Pereira de Campos Vergueiro.—Francisco de Lima e Silva.—Manoel José de Souza França.—*Com os registos competentes.*

CARTA DE LEI DE 7 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral decretou e ella sancionou a Lei seguinte:

Art. 1.º Os navios de propriedade brasileira não serão obrigados a levar a seu bordo Capellães nem Cirurgiões.

Art. 2.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Manda, portanto, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Junho de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio.—Marquez de Caravellas.—Nicolão Pereira de Campos Vergueiro.—Francisco de Lima e Silva.—José Manoel de Almeida.—*Com os registos competentes.*

DECRETO DE 7 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Nas causas crimes ou civeis e nas militares, terão os habitantes da provincia das Alagoas os recursos competentes para a Relação e Tribunaes da Provincia de Pernambuco.

Art. 2.º As causas dos habitantes da sobre dita Provincia das Alagoas, que ao tempo da publicação desta Resolução existirem, por via de recursos, na Relação ou quaesquer Tribunaes da da Provincia da Bahia, serão decididas, quanto aos recursos pendentes na mesma Relação ou Tribunaes em que se acharem.

Art. 3.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Manoel José de Souza França, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Junho de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio.—Marquez de Caravellas.—Nicolão Pereira de Campos Vergueiro.—Francisco de Lima e Silva.—Manoel José de Souza França.

DECRETO DE 7 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, ha por bem sancionar e mandar que se execute o que resolvem a Assembléa Geral Legislativa, sobre Resolução do Conselho Geral da Provincia de Goyaz.

Art. 1.º Haverá no Arraial da Natividade huma Aula de Grammatica Latina.

Art. 2.º A Cadeira será posta a concurso pelo Presidente em Concelho, e ao mais digno passará titulo vitalicio, que ficará dependente da confirmação de S. M. o Imperador.

Art. 3.º O governo economico da Aula se regulará interinamente pelas Instruções de 28 de Junho de 1759, em tudo que se não achar providenciado nesta Resolução.

Art. 4.º O ordenado annual deste Professor será de 400\$, pagos pelos cofres da Fazenda Nacional.

Art. 5.º O Professor deverá ter hum livro destinado, rubricado e encerrado gratuitamente pelo Juiz de Paz respectivo, no qual matriculará os Estudantes, e notará a sua frequencia e applicação.

Art. 6.º O Professor annualmente informará ao Presidente da Provincia, remettendo-lhe huma relação de todos os Estudantes, em que se declare a idade, dia de matricula, frequencia, applicação e adiantamento de cada hum, e todos os semestres huma certidão da propria frequencia, passada pelo Juiz de Paz.

Manoel José de Souza França, etc. Palacio do Governo, em 7 de Junho de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio.—Marquez de Caravellas.—Nicolão Pereira de Campos Vergueiro.—Francisco de Lima e Silva.—Manoel José de Souza França.

DECRETO DE 7 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, ha por bem sancionar e mandar que se execute o que resolvem a Assembléa Geral Legislativa, sobre a Resolução do Conselho Geral da Provincia de Goyaz.

Art. 1.º Nos Arraiaes de Trahiras, Arraiaes e Natividade, haverá Aulas de Ensino Mutuo.

Art. 2.º Emquanto se não poderem prover estas Cadeiras, se crearão Aulas de Ensino individual.

Art. 3.º Creadas que sejam as do art. 1.º, o Professor de Ensino individual do Arraial de

Trahiras será transferido para S. José de Tocantins, e o de Natividade para Porto Imperial.

Art. 4.º Nos Arraiaes de Cavalcanti, Flores, Carmo e Carolina, e na Villa de S. João da Palma, haverá Aulas de Ensino individual.

Art. 5.º No Arraial de Natividade haverá hum Escola de Meninas, cuja mestra será nomeada pela mesma maneira que os Professores de Ensino Mutuo.

Art. 6.º Os Professores de Ensino Mutuo e a Mestra de Meninas vencerão 240\$ annuaes, e os de Ensino individual 150\$.

Manoel José de Souza França, etc. Palacio do Governo, em 7 de Junho de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio.—Marquez de Caravellas.—Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro.—Francisco de Lima e Silva.—Manoel José de Souza França.

DECRETO DE 7 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as disposições legislativas inseridas no Regulamento da Administração Geral dos Correios, mandado observar por Decreto de 5 de Março de 1829, com as seguintes excepções:

Art. 2.º Fica supprimido o emprego de Director Geral dos Correios, e competindo a direcção e inspecção dos mesmos, na Provincia onde estiver a Corte, ao Ministro do Imperio, e nas outras aos Presidentes.

Art. 3.º Ao Administrador do Correio Geral do Rio de Janeiro, além das attribuições que lhe foram marcadas no sobredito Regulamento, ficão tambem competindo as que tinha o extinto Director Geral.

Art. 4.º Os ensaios, mandados fazer pelas Camaras Municipaes, serão á custa da Fazenda Publica.

Art. 5.º Ninguém será obrigado a metter na mala dos Correios cartas ou quaesquer papeis, nem a pagar o porte delles, quando não sejam conduzidos pelos mesmos Correios, ou entregues pela Administração.

Art. 6.º O Commandante de qualquer Navio de Guerra ou Mercante entregará no Correio, logo que chegar ao porto, todas as cartas que vierem a cargo dos mesmos Navios, sob pena de 10 a 30\$. Estas cartas pagarão somente metade dos portes, e os referidos Commandantes receberão 20 por cento do valor delles.

Art. 7.º Serão francas de porte nos Correios do Imperio as folhas periodicas e jornaes publicos nacionaes, e dos estrangeiros os que forem dirigidos para as Bibliothecas Publicas. As folhas periodicas e jornaes publicos estrangeiros que forem dirigidos a particulares pagarão somente a oitava parte do porte.

Manoel José de Souza França, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Junho de 1831, 10.º

da Independencia e do Imperio.—Marquez de Caravellas.—Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro.—Francisco de Lima e Silva.—Manoel José de Souza França.

DECRETO DE 7 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. Unico. Fica approvada a convenção de limites dos Termos da Villa de S. Pedro de Cantagallo e da Nova Friburgo, feita e ajustada entre as Camaras respectivas aos 2 de Setembro de 1829.

Manoel José de Souza França, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Junho de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio.—Marquez de Caravellas.—Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro.—Francisco de Lima e Silva.—Manoel José de Souza França.

DECRETO DE 7 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Haverá na Cidade da Parahyba hum Cadeira de Rhetorica, Geographia e Elementos de Historia, outra de Philosophia Racional e Moral e outra de Francez.

Art. 2.º O Presidente da respectiva Provincia, em Concelho, proverá as sobreditas Cadeiras, e taxará interinamente os ordenados dos Professores, guardando, acerca de hum e outra cousa, o disposto nos arts. 3.º 7.º e 8.º da Lei de 15 de Outubro de 1827, que creou as Escolas de Primeiras-Letras.

Art. 3.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Manoel José de Souza França, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Junho de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio.—Marquez de Caravellas.—Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro.—Francisco de Lima e Silva.—Manoel José de Souza França.

DECRETO DE 7 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia Provisoria, em Nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. Unico. Fica creada hum Cadeira de Grammatica Latina na Villa de Coritiba da Provincia de S. Paulo, com o ordenado de 400\$ annuaes.

Manoel José de Souza França, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Junho de 1831, 10.º da Independência e do Imperio.—Marquez de Caravellas.—Nicolão Pereira de Campos Vergueiro.—Francisco de Lima e Silva.—Manoel José de Souza França.

PORTARIA DE 7 DE JUNHO.

Coll. Plancher.

Determinando o Decreto de 13 de Outubro de 1827, sobre Resolução da Assembléa Geral Legislativa, que os réos de terceira deserção em tempo de paz não sejam mais admittidos ao serviço militar, depois de cumprirem as suas sentenças, fica evidente que o Decreto de 9 de Abril deste anno não pôde ser proficuo aos réos de terceira deserção, de que trata o officio de 22 de Maio findo, do Commandante das Armas da Provincia de S. Paulo, devendo estes continuar no cumprimento das sentenças, observando-se a seu respeito o citado Decreto; o que manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, participar ao dito Commandante das Armas para seu conhecimento e execução. Palacio do Governo, em 7 de Junho de 1831.—José Manoel de Moraes.

PORTARIA DE 7 DE JUNHO.

Coll. Plancher.

Convindo ao serviço que Vm., logo depois da sua chegada ao Pará, proceda sem demora á organização dos Corpos de 1.ª linha do Exército que devem pertencer á referida Provincia, na conformidade do plano publicado pelo Decreto de 4 de Maio do corrente anno, a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, manda remetter a Vm. as Instruções juntas, pelas quaes se regulará para a organização dos mencionados Corpos, prevenindo-o de que nesta mesma data se expedem as convenientes ordens para os Presidentes e Commandantes das Armas daquellas Provincias, com quem Vm. tem de entender-se pelo que toca sómente a respeito dos Corpos de Artilharia, ordenando-se ao mesmo tempo ao Presidente do Pará que se preste ás requisições que por Vm. lhe forem feitas, para o perfeito desempenho desta commissão. Deos Guarde a Vm. Palacio do Governo, em 7 de Junho de 1831.—José Manoel de Moraes.—Sr. José Maria da Silva Bitancourt.

PORTARIA DE 7 DE JUNHO.

Coll. Plancher.

Convindo ao serviço que V. S., logo depois da sua chegada a Pernambuco, proceda sem demora á organização dos Corpos de 1.ª linha do Exército que devem pertencer á referida Provincia, na conformidade do plano publicado pelo Decreto de 4 de Maio do corrente anno, a

Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. S. as Instruções juntas, pelas quaes se regulará para a organização dos mencionados Corpos, prevenindo-o de que nesta mesma data se expedem as convenientes ordens para os Presidentes e Commandantes das Armas daquellas Provincias, com que V. S. tem de entender-se semelhante respeito, ordenando-se ao mesmo tempo ao Presidente da de Pernambuco que se preste ás requisições que por V. S. lhe forem feitas para o perfeito desempenho desta commissão. Deos Guarde a V. S. Palacio do Governo, em 7 de Junho de 1831.—José Manoel de Moraes.—Sr. Francisco de Paula e Vasconcellos.

DECRETO DE 8 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, ha por bem sancionar, e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º O Governo fica autorizado para mandar pagar, pela Junta da Fazenda Publica da Provincia da Parahyba do Norte, ás Camaras das diferentes Villas da mesma Provincia o que se lhe estiver devendo, pertencente ás ordinarias de 76.000 annuaes que costumam perceber como indemnisação do rendimento do subsidio das carnes verdes, que passou a ser administrado pela Fazenda Publica.

Art. 2.º As ordinarias de que trata o artigo antecedente, continuarão a ser pagas ás Camaras pela Junta da Fazenda Publica.

Art. 3.º Ficão revogadas todas as Leis e disposições em contrario.

José Ignacio Borges, etc. Paço, em 8 de Junho de 1831, 10.º da Independência e do Imperio.—Marquez de Caravellas.—Nicolão Pereira de Campos Vergueiro.—Francisco de Lima e Silva.—José Ignacio Borges.

DECRETO DE 8 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Dos emolumentos existentes nas Juntas de Fazenda das Provincias Maritimas do Imperio, e dos que se houverem de perceber pelos passaportes dos navios nacionaes, e pelas Portarias ou passes dos estrangeiros que se expedem pelas Secretarias das Presidencias das mesmas Provincias, e que o Aviso do 1.º de Agosto de 1808 applicou para os Officiaes da Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, será applicada aos Officiaes das Secretarias das respectivas Provincias a terça parte que lhes pertenceria se os Secretarios as percebessem, sendo as outras duas partes adjudicadas á Fazenda Publica, que pagará as despesas dos exemplares que da Corte

devem continuar a ser remetidos para as Províncias, enquanto nella se não providencia sobre a sua impressão, a qual, salvas as necessarias alterações, será em tudo o mais conforme ao modelo dos que se imprimirem, ou se houverem de imprimir na Corte.

José Manoel de Almeida, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 8 de Junho de 1831, 10.^a da Independencia e do Imperio. — Marquez de Caravellas. — Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro. — Francisco de Lima e Silva. — José Manoel de Almeida.

DECRETO DE 8 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. Unico. A disposição do Decreto de 3 de Fevereiro de 1758, que prohibe aos Officiaes da Alfandega do Rio de Janeiro a percepção de certos emolumentos, comprehende aos Officiaes das outras Alfandegas do Imperio.

José Ignacio Borges, etc. Paço, em 8 de Junho de 1831, 10.^a da Independencia e do Imperio. — Marquez de Caravellas. — Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro. — Francisco de Lima e Silva. — José Ignacio Borges.

DECRETO DE 8 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.^o A imposição denominada — Dizima — que se arrecada na Provincia da Bahia, se limita a exportação para fóra do Imperio, sendo livres desta imposição todos os generos de commercio levados de huns a outros portos da mesma Provincia.

Art. 2.^o Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

José Ignacio Borges, etc. Paço, em 8 de Junho de 1831, 10.^a da Independencia e do Imperio. — Marquez de Caravellas. — Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro. — Francisco de Lima e Silva. — José Ignacio Borges.

CARTA DE LEI DE 8 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral decretou, e ella sancionou a Lei seguinte:

Art. 1.^o Fica sem effeito o art. 17 da Lei de 25 de Setembro de 1829, que autorizou a venda de Apolices a metal.

Art. 2.^o Fica igualmente sem effeito a com-

pleta execução do § 1.^o do art. 21 da Lei de 15 de Novembro de 1827, que autorizou o troco por Apolices de 6,000:000\$ de notas do Banco.

Art. 3.^o A totalidade das notas do Banco em circulação será abonada nas contas do Banco em credito do Governo desde o dia 23 de Setembro de 1829, em que o mesmo Governo ficou obrigado ao pagamento das referidas notas.

Art. 4.^o Os talões das notas serão depositados na Caixa da Amortização, a quem pertence o seu resgate. Enquanto não se poder verificar a primeira parte da disposição do art. 12 da Lei de 23 de Setembro de 1829, o Thesoureiro da Alfandega da Corte entregará mensalmente á Caixa da Amortização a somma de 50:000\$ em notas do Banco, para o fim determinado na segunda parte do mesmo artigo, e o da Alfandega da Bahia, á Caixa Filial de Amortização da dita Provincia, 10:000\$, até se preencher a quantia determinada na Lei do Orçamento.

Art. 5.^o Os depositos que existião no Banco e que, pelo art. 9 da referida Lei de 23 de Setembro de 1829, se mandarão entregar ao depositario que o Governo nomeasse, passarão do poder de quem estiverem, com todos os outros feitos posteriormente á dita Lei, para a Caixa da Amortização, onde se farão d'ora em diante semelhantes depositos, constituindo o premio delles dotação da mesma Caixa.

Manda, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 8 de Junho de 1831, 10.^a da Independencia e do Imperio. — Marquez de Caravellas. — Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro. — Francisco de Lima e Silva. — José Ignacio Borges. — Com os registos competentes.

PORTARIA DE 8 DE JUNHO.

Coll. Mineira.

Sendo presente a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, o officio da Camara Municipal da Villa Nova de S. José, na data de 18 do mez passado, pedindo decisão da duvida em que se acha sobre a repugnancia do Juiz Ordinario Antonio Coelho Soares, para exercer conjuntamente o cargo de Vereador da mesma Camara, que estava servindo, quando para aquelle fóra eleito, manda a mesma Regencia, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, declarar-lhe, em resposta ao dito officio, que, não havendo lei que obligue o Vereador a continuar no emprego quando he nomeado para servir de Juiz Ordinario, se deve este reputar impedido durante o anno da sua judicatura, e chamar-se o supplente do cargo de Vereador para o substituir. — Palacio do Governo, em 8 de Junho de 1831. — Manoel José de Souza Franca.

PORTARIA DE 8 DE JUNHO.

Coll. Mineira.

Sendo mui notavel a perplexidade em que se achou o Commandante das Armas interino da Provincia de S. Paulo para decidir-se sobre a

competencia ou incompetencia do fôro militar que indevidamente se concedeu a Francisco José Pereira de Mattos, a titulo de Tetente de hum dos flancos da fortificação da Cidade do Rio de Janeiro, não obstante ter-lhe feito ver o Presidente do Concelho nomeado quão illegal era concessão do fôro a semelhante individuo, vio a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, com estranheza que o mesmo Commandante das Armas interino dirigisse ao Governo o seu officio de 21 de Maio antecedente, para pedir esclarecimentos sobre o objecto em questão, que aliás nenhuma duvida offerece ao menos instruido na Legislação Militar; e, não se devendo já mais consentir na continuação de tão escandalosa illegalidade, manda a mesma Regencia, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, declarar ao mencionado Commandante das Armas que, não podendo o réo gozar do fôro que lhe não compete, deve immediatamente ser entregue ao fôro commum. Palacio do Governo, em 8 de Junho de 1831. — José Manoel de Moraes.

AVISO DE 8 DE JUNHO.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio de V. Ex., da data deste, relativo á prisão do marinheiro Jorge Freland, cuja soltura reclama o Almirante Britannico pelos motivos ponderados no dito officio, participo a V. Ex. que tenho expedido ordem ao encarregado do expediente da Intendencia da Policia para o fazer soltar quando não tenha outra culpa senão a de andar em terra depois do sol posto, com infracção dos Editaes da mesma Policia. Por esta occasião participo igualmente a V. Ex. que continúa a dita prohibição Policial de divagarem marinheiros em terra depois do sol posto com infracção dos Editaes da mesma Policia, e que tenho ordenado a mais severa fiscalisação ao dito respeito, afim de que V. Ex., se lhe parecer, a haja de comunicar aos diversos Ministros Estrangeiros aqui residentes para prevenirem aos marinheiros de suas respectivas nações. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 8 de Junho de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. Francisco Carneiro de Campos. — *Acha-se á fl. 37 v. e 38 do Liv. 11 da Côte.*

PORTARIA DE 8 DE JUNHO.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr. — Constando á Regencia Provisoria, em nome do Imperador, ter havido hum insurreição de escravos na Fazenda do Saudoso Retiro, pertencente a Manoel Francisco de Oliveira, os quaes matarão a hum dos Feitores da mesma Fazenda e pozerão em fuga outro, e o respectivo Administrador, e que se preparão para maiores insultos, ordena a mesma Regencia que V. Ex., sem perda de tempo, passe as ordens necessarias, afim de se mandar para ali hum força de tropa capaz de prender os crimi-

nosos e conter em respeito os outros escravos da dita Fazenda; entendendo-se o Commandante da mesma força com o Juiz de Paz do distrito para os castigos correccionaes que elle entender se devem fazer, para o que se lhe expede a ordem junta. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 8 de Junho de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. José Manoel de Moraes. — *Acha-se á fl. 58 v. do Liv. 11 da Côte.*

AVISO DE 8 DE JUNHO.

Manuscripto authenticico.

Sendo notoria a má administração da Policia Municipal, confiada á Camara desta Cidade, seja no asseio das ruas, de que não cuidão os seus Fiscaes, chegando o escandalo nesta parte a estar immunda de lama a rua da Cadêa na occasião em que por ella passava a procissão solemne do Corpus-Christi, no corrente anno; occorrendo, por outra parte, a continua escuridão que se observa por toda a Cidade nos lampiões da sua illuminação, que poucas horas da noite dão luz, e essa escassa e interpollada de grandes falhas, quando mais se necessitava desse auxilio para vedar os roubos e desordens que huma multidão perversa de facinorosos vadios perpetrava quasi todas as noites; e não podendo o Governo ser insensível a tanto deleixo em matéria de fiscalisação ao dito respeito, manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, advertir á Camara Municipal o quão mal servido se acha o Publico desta Cidade pelo ministerio dos seus agentes, que he mister corrigir com a justa severidade que merece tão culpavel falta de cumprimento dos seus deveres. Palacio do Rio de Janeiro, em 8 de Junho de 1831. — Manoel José de Souza França. — *Acha-se á fl. 38 v. do Liv. 11 da Côte.*

AVISO DE 9 DE JUNHO.

Manuscripto authenticico.

Manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, que Vm. proceda, quanto antes, a hum alistamento de todos os Cidadãos que podem ser Eleitores, afim de serem armados e empregados na forma da lei novissima, enquanto se não organisão as Guardas Nacionais. Deos guarde a Vm. Paço, em 9 de Junho de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. Juiz de Paz da Freguezia do Sacramento. — *Acha-se á fl. 58 v. do Liv. 11 da Côte.*

Na mesma conformidade a todos os Juizes de Paz.

AVISO DE 11 DE JUNHO.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr. — A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, ha por bem que V. Ex. expeça as ordens que forem convenientes para ser posto em liberdade o preto Pedro Valentim,

que se achia na Fortaleza de Santa Cruz, por se terem desvanecido as suspeitas que derão causa á sua captura. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 11 de Junho de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. José Manoel de Moraes. — *Acha-se á fl. 39 do Liv. 11 da Corte.*

AVISO DE 11 DE JUNHO.

Manuscripto authentic.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, ha por bem que Vm. mande soltar os dous marinheiros francezes, Vibier e Ribard, que foram presos por serem encontrados em terra depois do sol posto, e ordena que d'ora em diante, logo que qualquer marinheiro fór preso por aquelle motivo, seja remettido ao Juiz de Paz, com a competente parte, para se lhe impôr a pena da Postura da Camara Municipal, ficando revogada a que se lhe communicou por essa Intendencia: o que participo a Vm., em resposta ao seu officio da data de hoje, relativamente ao ultimo objecto delle. Deos Guarde a Vm. Paço, em 11 de Junho de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia. — *Acha-se á fl. 40 do Liv. 11.*

AVISO DE 14 DE JUNHO.

Manuscripto authentic.

Manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, remetter a V. S. o requerimento incluso, em que Jacintho José dos Reis, na qualidade de tutor dos orphãos de André Pires de Miranda, pede se mande nomear Juiz por commissão para a causa em que questiona com Domingos José Pires, e ha por bem que V. S., tanto neste como nos casos semelhantes, faça observar a Ord. do Liv. 3.^o tit. 24 § 1.^o. Deos Guarde a V. S. Paço, em 14 de Junho de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. José Paulo de Figueiróa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 40 v. do Liv. 11.*

PORTARIA DE 14 DE JUNHO.

Coll. Plancher.

Tendo subido á presença da Regencia Provisoria o officio da Camara Municipal da Cidade de Goyaz, datado de 30 de Abril do corrente anno, com as copias da correspondencia havida entre ella e o Presidente da Provincia, sobre a introdução da vaccina, a que os povos ali se mostram contrarios, por temerem que do emprego della resulte o desenvolvimento da bexiga natural, manda a mesma Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar á referida Camara que approva o procedimento que tivera e de que dá conta, esperando, contudo, que ella concorra, com a necessaria circumspecção, para se rem pouco a pouco desvanecendo os prejuizos

dos povos a semelhante respeito, convencendo-os do nenhum fundamento dos seus receios, e da summa utilidade daquelle preservativo, já com o exemplo das mais Nações civilisadas, que todas o tem adoptado, já com o de muitas das Provincias deste Imperio, onde o feliz resultado de tal pratica a tem inteiramente generalisado, já finalmente com a autoridade da Assembléa Geral Legislativa, que, não podendo desejar senão o bem dos Subditos do Imperio, não havia de promover hum objecto pernicioso, nem mesmo arriscado. E persuadida a Regencia que tão solidas como saudaveis reflexões poduzirão nos animos dos povos o desejado effeito, manda, outrossim, communicar á referida Camara que nesta occasião se remettem ao Presidente da Provincia doze pares de laminas de pus vaccinico perfeito, para se ir fazendo uso delle, na conformidade do que fica recommendado, como fór conveniente. Palacio do Governo, em 14 de Junho de 1831. — Manoel José de Souza França.

PORTARIA DE 14 DE JUNHO.

Coll. Plancher.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, deferindo ao requerimento da Camara Municipal da Villa de Nova Friburgo, de 16 de Janeiro do anno passado, ordena que ella possa dispôr da terça parte de suas rendas que se achão depositadas na mão do respectivo Thesoureiro, desde o anno de 1821, a titulo de pertencerem á Fazenda Publica, visto como essa imposição das rendas municipaes tanto se não acha em vigor entre nós, que antes pelo Thesouro são suppridas as faltas das mesmas rendas na devida applicação dellas ás obras municipaes. O que se lhe participa pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio para sua intelligencia. Palacio do Governo, em 14 de Junho de 1831. — Manoel José de Souza França.

CARTA DE LEI DE 14 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral decretou a Lei seguinte:

Art. 1.^o Durante a minoridade do Sr. D. Pedro II, o Imperio será governado por hum Regencia permanente, nomeada pela Assembléa Geral, composta de tres membros, dos quaes o mais velho em idade será o Presidente, como determina o titulo 5.^o, cap. 5.^o, art. 123 da Constituição.

Art. 2.^o Esta nomeação se fará em Assembléa Geral, reunidas as duas Camaras, á pluralidade absoluta de votos dados em escrutínio secreto, no que se procederá pela maneira seguinte:

Art. 3.^o No dia que fór accordado pelas Camaras, reunidas ellas, e servindo de Secretarios dous do Senado e dous da Camara dos Deputa-

dos, far-se-ha a chamada, e verificado o numero de Deputados e Senadores presentes, serão huns e outros successivamente chamados á mesa, e ali lançarão na urna suas cédulas contendo os nomes de tres pessoas para membros da Regencia.

Art. 4.º Recollidas e contadas as cédulas, far-se-ha a apuração, e os tres que mais votos obtiverem, tendo pluralidade absoluta, serão declarados membros da Regencia.

Art. 5.º Se a eleição se não completar no primeiro escrutinio, correr-se-ha segundo, no qual os votos deverão recahir em tantos dos candidatos mais votados, quantos forem o triplo dos membros que estiverem por eleger.

Art. 6.º Se ainda no segundo escrutinio se não completar a eleição, correr-se-ha a terceiro, restricto á tantos dos candidatos mais votados, quantos fizerem o dobro dos membros que faltarem por eleger.

Art. 7.º Se em resultado do terceiro escrutinio a eleição se não completar, proceder-se-ha á nomeação dos membros que faltarem, hum a hum, com a declaração de que o primeiro escrutinio será livre; o segundo restricto aos quatro candidatos mais votados; e o terceiro aos dous mais votados, até que algum obtenha a pluralidade absoluta.

Art. 8.º Nos casos de empate em qualquer das votações, a sorte decidirá; e não se poderá levantar a sessão sem que a eleição esteja concluida.

Art. 9.º Terminada a eleição, e verificada a sua regularidade e prestado o juramento aos membros da Regencia, a Assembléa Geral a fará publica em todo o Imperio por huma proclamação.

Art. 10. A Regencia nomeada exercera, com a referenda do Ministro competente, todas as attribuições que pela Constituição do Imperio competem ao Poder Moderador e ao Chefe do Poder Executivo, com as limitações e excepções seguintes:

Art. 11. A attribuição sobre a sancção das Resoluções e Decretos da Assembléa Geral será exercida pela Regencia com esta formula por ella assignada: — A Regencia, em nome do Imperador, consente.

Art. 12. Os Decretos da Assembléa Geral serão apresentados á Regencia por huma Deputação de tres membros da Camara ultimamente deliberante, a qual usará da formula seguinte: — A Assembléa Geral dirige á Regencia o Decreto incluso, que julga vantajoso e util ao Imperio.

Art. 13. Se a Regencia entender que ha razões para que a Resolução ou Decreto seja rejeitado ou emendado, poderá suspender a sancção com a seguinte formula: — Volte á Assembléa Geral —, expondo por escripto as referidas razões.

A exposição será remettida á Camara que tiver iniciado o Projecto, e, sendo impressa, se discutirá em cada huma das Camaras, e vencendo-se por mais das duas terças partes de vo-

tos dos membros presentes em cada huma delias, ou em reunião, no caso em que tem lugar, que a Resolução ou Decreto passe sem embargo das razões expostas, será novamente apresentada á Regencia, que immediatamente dará a sancção. Não se vencendo na forma dita, não poderá o mesmo Projecto ser novamente proposto nessa sessão, podendo ser em qualquer das seguintes.

Art. 14. A Regencia devera dar a sancção no prazo de hum mez. Se a não der no dito prazo, entender-se-ha que a nega, e em tal caso remetterá a exposição das razões até aos primeiros oito dias da sessão ordinaria do anno seguinte.

Art. 15. Se a Camara dos Deputados, durante o governo da Regencia, não adoptar alguma proposição do Poder Executivo, o 1.º Secretario della o participará por offício ao Ministro que tiver feito a proposição.

Art. 16. A formula da promulgação das Leis, durante o governo da Regencia, será concebida nos seguintes termos: — A Regencia permanente, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral decretou, e ella sancionou a Lei seguinte (a integra da Lei nas suas disposições somente): Manda, portanto, etc. — o mais como se acha no art. 69 da Constituição.

Art. 17. A attribuição de suspender os Magistrados será exercida pela Regencia, cumulativamente com os Presidentes das respectivas Provincias, em conselho, ouvindo o Magistrado e precedendo informação, na forma do art. 154 da Constituição.

Art. 18. A attribuição de nomear Bispos, Magistrados, Comandantes da Força de Terra e Mar, Presidentes das Provincias, Embaixadores e mais Agentes Diplomaticos e Commercies, e Membros da Administração da Fazenda Nacional na Corte, e nas Provincias os Membros das Juntas de Fazenda, ou as Autoridades que por Lei as houverem de substituir, será exercida pela Regencia.

A attribuição, porém, de prover os mais empregos civis ou ecclesiasticos (excepto os acima especificados, e aquelles cujo provimento definitivo competir por Lei a outra autoridade), será exercida na Corte pela Regencia, e nas Provincias pelos Presidentes em conselho, precedendo as propostas, exames e concursos determinados por Lei.

O provimento das Cadeiras dos Cursos Juridicos, Academias Medico-Cirurgicas, Militar e de Marinha, continuará a ser feito como actualmente, precedendo sempre concurso.

O provimento dos beneficios ecclesiasticos, que não tem cora d'almas, fica suspenso, assim como o pagamento das congruas dos que vagarem.

Art. 19. A Regencia não poderá:

1.º Dissolver a Camara dos Deputados.

2.º Perdoar aos Ministros e Conselheiros do Estado, salvo a pena de morte, que será commutada na immediata, nos crimes de responsabilidade.

3.º Conceder amnistia em caso urgente, que fica competindo á Assembléa Geral, com a sanção da Regencia dada nos termos dos artigos antecedentes.

4.º Conceder titulos, honras, ordens militares e distincções.

5.º Nomear Conselheiros de Estado, salvo no caso em que fiquem menos de tres, quantos bastem para se preencher este numero.

6.º Dispensar as formalidades que garantem a liberdade individual.

Art. 20. A Regencia não poderá, sem preceder approvação da Assembléa Geral:

1.º Ratificar Tratados e Convenções de Governo a Governo.

2.º Declarar a guerra.

Art. 21. A Regencia, estando reunida, terá a mesma continencia militar que compete ao Imperador; os requerimentos, representações, petições, memoriaes e officios que lhe forem dirigidos, serão feitos como ao Imperador.

Art. 22. Os membros da Regencia, enquanto nella estiverem, não poderão exercer outro emprego, nem mesmo as funções de Senador ou Deputado. Cada hum delles terá a continencia militar que compete aos Generaes Commandantes em Chefe, tratamento de excellencia e ordenado de 12:000\$ annualmente, sem poder accumular outro algum vencimento da Fazenda Publica.

Art. 23. O mesmo vencimento fica competindo aos membros da actual Regencia Provisoria, na razão do tempo do seu serviço.

Art. 24. A presente Lei terá seu effeito independente de sanção da Regencia, e será publicada com a seguinte formula: — A Regencia, em nome do Imperador, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral decretou a Lei seguinte, etc. — O mais como no art. 16 desta Lei.

Manda, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 14 dias do mez de Junho de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Marquez de Caravellas. — Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro. — Francisco de Lima e Silva. — Manoel José de Souza França — *Com os registos competentes.*

DECRETO DE 14 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, e em cumprimento do art. 10 da Carta de Lei de 6 do corrente mez e anno, decreta:

Art. 1.º Em cada hum dos districtos dos Juizes de Paz haverá hum Corpo de Guardas Municipaes, dividido em esquadras de 25 a 50 Cidadãos que tenham as qualidades requeridas pela Constituição do Imperio no art. 94 para serem Eleitores.

Art. 2.º Cada hum destes corpos terá o seu Commandante Geral, ao qual serão subordinados os Commandantes das Esquadras.

Art. 3.º O alistamento destes Corpos, sua divisão em Esquadras, nomeação dos Commandantes Geraes e Commandantes de Esquadras, pertencerá aos respectivos Juizes de Paz, os quaes, conformando-se com as Instrucções e ordens que receberem do Governo das respectivas Provincias, regularão o seu serviço ordinario.

Art. 4.º São dispensados do serviço de tas Guardas os impossibilitados por molestia, e os impedidos em razão de serviço publico.

Art. 5.º As duvidas que occorrerem a tal respeito, serão decididas pelos Juizes de Paz, com recurso ás Camaras Municipaes, e destas para o Governo da respectiva Provincia.

Art. 6.º Enquanto pelo Governo se não fornece armamento e munição a todos os Corpos, conforme a disposição da Lei, serão obrigados os Cidadãos alistados a comparecer com as armas proprias que tiverem, e pelo menos com huma lança mettida em haste de 10 palmos de comprido.

Art. 7.º Os Cidadãos que quizerem prestar o seu serviço a cavallo serão a isso admitidos, formando-se delles Esquadras que poderão ser compostas de menor numero.

Art. 8.º Cada hum dos Commandantes de Esquadras terá hum Livro ou Caderno em que tenha assentados os nomes dos Cidadãos a ellas pertencentes, com declaração de suas idades, profissões, moradas e estados, notando a cada hum delles o armamento e munições que lhe fornecer, o serviço que prestar e as faltas que nelle commetter, cujas observações transmittirá em hum mappa, no fim de cada semana, ao Commandante Geral do Corpo.

Art. 9.º Além deste serviço, incumbe-lhe: 1.º, receber do Commandante Geral, e distribuir aos Cidadãos da sua Esquadra, o armamento e munições que pela Fazenda Publica se lhes haja de fornecer, cobrando recibo de cada hum dos mesmos Cidadãos, e passando-o elle mesmo ao Commandante Geral no acto das entregas; 2.º, arrecadar o armamento inutilisado ou sobejo por ausencia, fallecimento e impedimento de qualquer dos membros da Esquadra, para o fazer reverter aos seus respectivos depósitos publicos, por intervenção do Commandante Geral; 3.º, vigiar sobre o bom estado e apresto do armamento, seja proprio ou da Fazenda Publica, nas occasiões do serviço; 4.º, executar fielmente as ordens do Commandante do Corpo, e assim mesmo as dos Juizes de Paz e mais autoridades criminaes e policiaes, quando por estas lhe for requisitado o emprego da força da sua Esquadra a bem da ordem e tranquillidade publica; 5.º, participar immediatamente ao Commandante do Corpo todas as novidades que occorrerem no serviço da sua Esquadra, e aquellas mesmo de que tiver noticia por qualquer via, em cujo conhecimento interesse a segurança publica ou particular, para em tempo se darem as providencias.

Art. 10. O Commandante Geral do Corpo terá hum Livro de Matricula de todas as Guar-

das Municipaes, divididasahi, segundo a ordem das Esquadras a que pertencerem, as quaes serão numeradas. O registo desta matricula será feito pelos mappas das Esquadras, que os respectivos Commandantes são obrigados a dar ao Commandante Geral pela maneira declarada no art. 8.º

Art. 11. Além deste serviço da Matricula Geral do Corpo, incumbe ao respectivo Commandante: 1.º, vigiar sobre a conducta dos Commandantes das Esquadras, afim de que cumprão fielmente com os seus deveres na ordem do serviço; 2.º, executar e fazer executar as ordens dos Juizes de Paz; 3.º, satisfazer as requisições que lhe forem immediatamente feitas pelas autoridades criminaes ou policiaes, em ordem a empregar a força das Guardas Municipaes para manter a segurança publica e prender os malfetores; 4.º, fazer os pedidos e distribuir pelos Commandantes das Esquadras o armamento e munições da Fazenda Publica que for necessario ás Guardas, dirigindo-se para esse effeito na Corte e Provincia do Rio de Janeiro ao Ministro da Guerra, e nas outras Provincias aos respectivos Presidentes, passando recibo de tudo nos competentes depositos, por onde lhe forem entregues; 5.º, arrecadar dos Commandantes das Esquadras, e fazer reverter aos depositos publicos, o mesmo armamento, quando se inutilisar ou for sobejo; 6.º, participar ao Juiz de Paz do seu districto todas as novidades do dia que respeitarem á segurança publica, ou dos particulares, e que vierem ao seu conhecimento por qualquer maneira, observando todo o recato e segredo na communicação daquellas que por sua natureza o exigirem; 7.º, executar e fazer executar as ordens do Juiz de Paz do districto, e satisfazer as requisições do emprego da força armada do seu commando, quando lhe forem feitas por quaesquer autoridades criminaes ou policiaes, ainda mesmo de outro districto nos casos urgentes.

Art. 12. Os diferentes Corpos destas Guardas Municipaes são inhibidos de ter correspondencias entre si, seja qual for o pretexto; nem menos se poderão reunir para fazer representações ou tomarem deliberações, sob pena de serem considerados os seus ajuntamentos como illicitos, e punidos segundo a Lei. As Guardas do mesmo Corpo não poderão tomar as armas senão por ordem dos seus Commandantes, que são inhibidos de as dar, a menos que não preceda requisição das autoridades policiaes.

Art. 13. Cada hum dos Guardas Municipaes prestará perante o Commandante da sua Esquadra, este perante o Commandante do Corpo, e este perante o Juiz de Paz do seu districto, o seguinte juramento: —Juro sustentar a Constituição e as Leis, e ser obediente ás autoridades constituídas, cumprindo as ordens legaes que me forem communicadas para segurança publica e particular, fazendo os esforços que me forem possiveis para separar tumultos, terminar rixas e prender criminosos em flagrante, participando, como me incumbe, immediatamente que chega-

rem ao meu conhecimento, todos os factos criminosos ou projectos de perpetração de crime.

Manoel José de Souza França, etc. Palacio do Governo, em 14 de Junho de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio.—Marquez de Caravellas.—Nicolão Pereira de Campos Vergueiro.—Francisco de Lima e Silva.—Manoel José de Souza França.

DECRETO DE 14 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, em cumprimento do art. 14 da Lei de 6 de Junho, corrente, decreta:

Art. 1.º Cada hum dos Juizes de Paz e seus Delegados terão á sua porta huma taboleta, na qual estejam pintadas as Armas do Imperio com esta legenda por baixo—Justiça de Paz.—

Art. 2.º Cada huma das ditas autoridades trará sobre o seu vestido o distinctivo de huma faxa da largura de huma mão travessa, listada de verde e amarello, e posta á tiracollo do lado direito para o esquerdo.

Art. 3.º A faxa dos Juizes de Paz terá tres listas, a saber: huma amarella no meio de duas verdes; a dos Delegados terá duas listas somente, huma verde e outra amarella.

Manoel José de Souza França, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 14 de Junho de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio.—Marquez de Caravellas.—Nicolão Pereira de Campos Vergueiro.—Francisco de Lima e Silva.—Manoel José de Souza França.

PROVISÃO DE 15 DE JUNHO.

Coll. Mineira.

José Ignacio Borges, do Conselho de S. M. o L., Senador do Imperio, Marechal de Campo, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, Presidente do Thesouro Nacional, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de Minas Geraes que, tendo-se reconhecido como desnecessaria a pratica de se expedir pelo Thesouro ás Provincias huma ordem especial para o pagamento das congruas, soldos e ordenados que percebem as autoridades e empregados publicos despachados na Corte, visto que o seu Diploma he sem duvida a ordem mais authentica com que devem legitimar o direito que tem ao seu pagamento, ordena a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, que, logo que qualquer empregado Civil, Militar ou Ecclesiastico, de maior ou menor graduacão, apresentar a sua carta ou patente referendada e registada conforme a Legislação á tal respeito, se lhe faça o assentamento na respectiva folha pelo ordenado, soldo ou congrua que lhe competir, e a Junta lhe mande satisfazer independente de ordem do Thesouro. Outrosim, considerando a mesma Regencia Provisoria que a Lei do Orçamento do proximo anno financeiro havia designado expressamente as quantias votadas a cada hum dos ministerios pa-

as despesas a seu cargo, e especificado os objectos em que ellas devem ser empregadas em cada huma das Provincias do Imperio, e se tornava por isso ociosa na presença da Lei a ordem do Theouro para autorisar especialmente a disposição de taes quantias; ordena que a Junta cumpra as ordens que lhe fôrem expedidas por cada hum dos respectivos Ministros, sobre as despesas da sua Repartição, dentro dos limites marcados em a dita Lei, a qual, havendo-se-lhe já enviado officialmente, nenhuma duvida pôde occorrer para o cumprimento do que agora se lhe recomenda. Narciso Xavier de Barros a fez. Rio de Janeiro, em 15 de Junho de 1831. — Marianno Pinto Lobato, primeiro-Escripturario, ora encarregado da Contadoria Geral da segunda Repartição, a fez escrever. — José Ignacio Borges, etc.

Nesta conformidade se expedirão outras para as mais Provincias do Imperio.

PORTARIA DE 15 DE JUNHO.

Manuscripto authentic.

Constando ter partido da Provincia de Minas para esta hum Tenente reformado de nome Innocencio José da Fonseca, que ali se acha pronunciado em devassa pelo crime de seductor de escravos para se insurgirem contra seus senhores e perturbarem a paz e tranquillidade publica, ordena a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, que Vm. ponha em actividade todas as diligencias que fôrem possiveis, afim do mesmo ser preso, procurando, com todo o segredo, informar-se da qualidade deste individuo, suas relações e morada; pois consta tambem que fôra desta Côte para aquella Provincia de Minas. Deos guarde a Vm. Paço, em 15 de Junho de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia. — *Acha-se a fl. 41 v. do Liv. 11 da Côte.*

PROVISÃO DE 16 DE JUNHO.

Coll. Plancher.

José Ignacio Borges, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul que, sendo presente a Regencia Provisoria, em nome do Imperador: 1º, o officio da mesma Junta, de 24 de Janeiro proximo passado, pedindo a confirmação do Contracto das Capatazias da Alfandega, que havia arrematado pelo triennio de 1831 a 1833, do qual enviou as condições; 2º, outro do Presidente da Provincia, de 12 de Março, representando a incompetencia e injustiça de tal arrematação; 3º, hum do Concelho Provincial, exprimido no mesmo sentido e dirigido a esta Repartição pelo Ministerio do Imperio; 4º, outro do Concelho Presidencial com igual opinião; 5º, hum requerimento do Corpo Mercantil, com 70 assignaturas, reclamando o allivio da oppressão que aquella arrematação lhe causava; 6º, hum segundo requerimento do negociante Manoel Gonçalves Carneiro, protegido por hum officio do Vice-Presidente,

datado em 19 de Abril, com a mesma reclamação; o que tudo visto e ponderado pela mesma Regencia Provisoria, resolveu negar a sua approvação á referida arrematação, pelos motivos que se vão ponderar; 1º, que o art. 14 da Lei de 25 de Abril de 1818, em que parece haver-se fundado a Junta, quiz unicamente occorrer á facilidade do expediente em beneficio do Commercio, sem pretender utilisar a Fazenda Publica com tal providencia; e exhibancia que commettera a Junta em sua arrematação, quando, pela condição n. 3o, estipulou que a metade do que se mandava cobrar por cada volume entrasse no Cofre da Junta; 2º, que, importando huma tal condição o mesmo que o estabelecimento de huma nova imposição, só compete ao Poder Legislativo fize-lo, tendo a iniciativa na Camara dos Deputados; 3º, que havendo já humda taxa sobre as embarcações que fazem a descarga dos generos de importação e outra de guindaste, ambas applicadas a beneficio dos reparos de armazem e ponte da Alfandega, seria demasiado oppressivo continuarem estas com a outra nova creada pela arrematação das Capatazias, e caso se quizesse abolir as antigas pela substituição da moderna, tambem seria huma usurpação de jurisdição praticada pela Junta; 4º, finalmente, que tal arrematação nem ao menos tem em apoio a pratica da Alfandega desta Côte, porque, havendo-se arrematado no Concelho da Fazenda o contracto das Capatazias neste ultimo triennio, nada se estipulou em beneficio da Fazenda Publica, afim de que este acrescimo não aggravasse a condição dos importadores e o prego das fazendas. O que tudo se lhe participa para sua intelligencia e execução. João José de Brito Gomes a fez. Rio de Janeiro, em 16 de Junho de 1831. Marianno Pinto Lobato, primeiro Escripturario, ora encarregado da Contadoria Geral da segunda Repartição, a fez escrever. — José Ignacio Borges.

PORTARIA DE 17 DE JUNHO.

Manuscripto authentic.

Manda a Regencia Provisoria, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, participar á Camara Municipal desta Cidade, para sua intelligencia, que, pela Repartição da Guerra, fôra expedidas as convenientes ordens para serem dispensados do serviço da sua linha os Milicianos em quem recabir a nomeação de Guardas Municipaes. Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de Junho de 1831. — Manoel José de Souza França.

PROCLAMAÇÃO DE 18 DE JUNHO.

Imp. avulso.

Brazileiros! — Cumprindo com o dever que a Constituição do Estado lhe incumba, a vossa Assembléa Geral Legislativa procedeu á eleição da Regencia Permanente que deve governar o Imperio na minoridade do Sr. D. Pedro II, guardadas

as formas que são prescriptas na lei respectivas, obtiverão a maioria absoluta de votos os Cidadãos Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho e João Bráulio Moniz. Paço do Senado, em 18 de Junho de 1831. — Bispo Capellão-Mór, Presidente. — Manoel dos Santos Martins Vallasques, Secretário. — Visconde de Caethé, Secretário. — Joaquim Francisco Alvares Branco Moniz Barreto, Secretário. — Visconde de Congonhas do Campo, Secretário.

AVISO DE 20 DE JUNHO.

Manuscripto authenticico.

Em resposta ao officio de V. S., de 27 do mez passado, cumpre-me dizer que a remessa da relação dos processos pendentes nos Juizos criminaes deve ser feita mensalmente, na conformidade da Portaria de 4 de Dezembro de 1824, e não por trimestre, como determinou o Aviso de 30 de Junho de 1828. Incluso reenvio a V. S., como exigio, os 3 documentos que acompanhão o seu dito officio. Deos guarde a V. S. Paço, em 20 de Junho de 1831. — Manoel José de Souza França. — *Acha-se a pag. 44 do Liv. 11.*

AVISO DE 20 DE JUNHO.

Coll. Plancher.

Illm. e Exm. Sr. — Resolvendo a Regencia Permanente, em nome do Imperador, que os alimentos caritativos e o preciso vestuario, mandados abonar por Provisão de 21 de Março de 1829, aos sentenciados excluidos dos Corpos Militares, os quaes alimentos e vestuario eram até agora suppridos irregularmente huns pelo Arsenal do Exército, e outros pela Thesouraria Geral das Tropas, sejam, d'ora em diante, pagos exclusivamente por esta ultima Repartição; assim o participo a V. Ex. para seu conhecimento, e afirmo de que expeça as necessárias ordens aos Comandantes das Fortalezas deste porto, para seu governo, e para que os respectivos Almoxarifes se entendão com o Thesoureiro Geral das Tropas. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 20 de Junho de 1831. — José Manoel de Moraes. — Sr. José Joaquim de Lima e Silva.

Nesta conformidade e data se escreveu ao Thesoureiro Geral das Tropas.

AVISO DE 20 DE JUNHO.

Coll. Plancher.

Para satisfazer a requisição de V. S., que por diferentes occasiões me ha feito, sobre a intelligencia do art. 1º do Alvará de 1818, cumpre-me ponderar-lhe que, dados os privilegios que tinham varias corporações e individuos de não pagarem direitos de entrada pelos generos que mandavão vir para seu consumo, e conhecidos os abusos que a tal pretexto se havião introduzido, veio a Lei para reparar este desfalque da renda publica, e para isso expressamente declarou que ficarião

sujeitos aos direitos de entrada todos os generos e efeitos que viessem ás Alfandegas, ainda mesmo os que se destinassem para os Arsenaes e Casa Real. Mas pôde colligir-se de huma semelhante disposição que a mente do Legislador fosse o comprehender neste preceito a mobilia trastes usados que acompanhão a hum homem de hum para outro porto? Ninguem o dirá; porque, a ser esta a intenção do Alvará, dever-se-hião cobrar direitos da roupa e calçado que comprehendem no fato dos passageiros, o que allig nunca se praticou, e seria absurdo o praticar. He, portanto, inquestionavel que a lei que unicamente melhorar a arrecadação, aproveitando os direitos de generos e efeitos novos, que erão importados, e que até então estavão allivados pelos privilegios que existião, extirpando ao mesmo tempo os abusos que, como já disse, se havião introduzido, e nunca sujeitar a direitos generos e efeitos que já os havião pago quando forão levados ás lojas e armazens em que o possuidor os comprou. Huma intelligencia tão erronea seria sem duvida qualificada por iniqua, e como tal exercitaria clamorosos queixumes contra o Governo que a deixasse proseguir, como infelizmente já tem acontecido, e he por isso que V. S. deverá cumprir o art. 1º do Alvará em questão, de conformidade com as ponderações que acabo de fazer. Deos guarde a V. S. Paço, em 20 de Junho de 1831. — José Ignacio Borges. — Sr. Conselheiro Juiz da Alfandega desta Corte.

AVISO DE 22 DE JUNHO.

Manuscripto authenticico.

O preto que se faz suspeito, e cuja prisão foi recommendada pelo Aviso de 11 do corrente, he natural do Haiti, falla a lingua franceza; e a portugueza, que naturalmente falla, deveria naturalmente ser viciada de barbarismos daquella outra; e, portanto, huma vez que não se verificou nenhuma destas circumstancias, no que Vm. acaba de communicar pelo seu officio de 20 do corrente achar-se preso, o mandará pôr em liberdade, continuando todavia nas diligencias que a tal respeito se lhe tem feito. Deos guarde a Vm. Paço, em 22 de Junho de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. Desembargador Adjuncto do Intendente Geral da Policia. — *Acha-se a fl. 44 v. do Liv. 11.*

AVISO DE 22 DE JUNHO.

Manuscripto authenticico.

Em solocão das duvidas offerecidas pelo Desembargador Corregedor do Crime da Corte e Casa, no seu officio que acompanhou o de V. S. de 20 do corrente, acerca do réo Joaquim José Nunes, da Villa de S. Salvador dos Campos, manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. S. faça promover pelo Solicitador da Justica o preparo dos autos e extracção da sentença, pagando-se todas as custas pelo cofre dessa Rel.

ção, com regresso para o Thesouro Nacional, remettendo-se para isso a conta a esta Secretaria de Estado com o instrumento da sentença e deprecado; para as Justicas da Villa de S. Salvador lhe darem execução ex-officio, afim de se passarem as competentes ordens para o dito effeito por esta Repartição, pois que a final o réo agraciado (*) tudo ha de pagar pela mesma execução; ficando assim resolvidas todas as duvidas, inclusive dos emolumentos dos Juizes, que não he da intenção do Governo prejudicar. Paço, em 22 de Junho de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 45 do Liv. 1.º da Côte.*

AVISO DE 23 DE JUNHO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, manda participar a Vm., para sua intelligencia, que já foram expedidas as convenientes ordens ao Commandante das Armas da Côte para se passarem as 2 companhias de infantaria da Divisão Militar de Policia que se achavão em quartéis arruinados, para as 2 do quartel de Bragança, donde sahio o Batalhão de Caçadores n.º 14 de 1.ª linha. Deos guarde a Vm. Paço, em 25 de Junho de 1831. — Manoel José de Souza França. — Sr. Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia.

AVISO DE 23 DE JUNHO.

Coll. Plancher.

A Regencia, tomando em consideração a duvida que Vm. offerece no seu officio de 14 de Janeiro deste anno, sobre o dever ou não conferir o grão de Bacharel simples aos estudantes que entrão para o 4.º anno desse Curso Juridico, na forma do Cap. 12.º, § 4.º dos Estatutos, ou se só dexam ter o de Bachareis formados quando frequentem com approvação todos os cinco annos, como dispõe o art. 9.º da Lei de 11 de Agosto de 1827, manda, em nome do Imperador, declarar a Vm. que, á face dos arts. 1.º, 9.º e 10.º da citada Lei, os estudantes só podem conseguir grãos depois de terem apprendido no espaço de cinco annos as materias que se ensinão em as nove Cadeiras de que se compõe os Cursos Juridicos, e nellas conseguido approvação; e que esses grãos se limitão aos de Bacharel Formado e Doutor, com exclusão do de simples Bacharel, que, não tendo sido expressamente adoptado pela dita Lei, não pôde existir pelo que delle tratão os Estatutos, que apenas interinamente regulão naquillo em que fôrem applicaveis e a ella se não oppozerem. Deos guarde a Vm. Palacio do Rio

de Janeiro, em 25 de Junho de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Lourenço José Ribeiro.

AVISO DE 23 DE JUNHO.

Coll. Plancher.

Illm. e Exm. Sr. — Sendo presente á Regencia o officio de V. Ex. de 29 de Margo deste anno, em que, por occasião do estabelecimento da Sociedade de Mineração de ouro, denominada— dos Seis Amigos— solicita saber se taes Sociedades, ainda mesmo de Nacionais, podem estabelecer-se nessa Provincia sem permissão do Governo, escolhendo os terrenos devolutos, e abrindo os seus trabalhos onde bem quizerem; e pondera a necessidade de providencias que regulem as acquisições das terras e aguas mineraes, afim de se evitarem desavenças e contendas, manda a mesma Regencia, em nome do Imperador, declarar a V. Ex. que, quanto áquella primeira parte, o Decreto de 27 de Janeiro de 1829 já declarou poderem os subditos deste Imperio emprender a mineração nas terras de sua propriedade, por meio de Companhias de Nacionais ou Estrangeiros, as quaes podem livremente formar, sem para isso precisarem de autorisação; não devendo, por consequencia, V. Ex. obstar ao estabelecimento dessas Sociedades, huma vez que se verifique aquella condição da propriedade do terreno, ou seja havido ou concedido por meios e titulos legaes: e se observem os Regimentos das Terras e Aguas Mineraes, com as mais Leis e Ordens em vigor. Quanto porém á segunda parte, nesta data se remette o citado officio á Camara dos Senhores Deputados, para a Assembléa Geral Legislativa providenciar como julgar conveniente. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Junho de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Miguel Lino de Moraes.

AVISO DE 25 DE JUNHO.

Manuscripto authentic.

Sendo-me presentes, por dous officios do Exm. Ministro da Marinha, de 21 e 23 do corrente, as novidades que houverão entre as rondas municipaes do seu districto e o 2.º Tenente da Armada Gervasio Mancebo, nas noites dos dias 17 e 21, em que até se chegou ao excesso de hum outro Official o tirar do poder de huma das ditas rondas que o tinha preso por se lhe fazer suspeito o dito 2.º Tenente na frequencia com que divagava de noite pela rua Formosa da Cidade Nova, occorrendo a circumstancia de ter ali mesmo feito huma desordem poucos dias antes e ser conhecido por homem rixoso e de caracter violento, não posso deixar de estranhar a Vm. o silencio que tem guardado comigo até hoje ao dito respeito, como se o Ministerio da Justiça nenhuma intelligencia devesse ter com as Autoridades Policiaes, seguindo-se daqui,

(*) Este réo, condemnado, por Accordão de 3 de Novembro de 1810, a 10 annos de degredo para Mocambique, por Decreto de 11 de Abril de 1831 teve a commutação delles em a pena pecuniaria de 4:000 \$, applicados a huma casa de Correção na Côte.

por ventura, a impunidade de hum delicto de tanta transcendencia, qual he o da tirada de hum preso do poder da Justiça, sobre o que devêra Vm. immediatamente ter feito auto e remettido com o competente officio a esta Secretaria de Estado, pelo menos quando não quizesse dirigilo immediatamente a algum dos Juizes Criminaes. Portanto, ordeno-lhe que, passando a formar, sem perda de tempo, o dito auto de corpo de delicto, em que deverão ser perguntados, debaixo de juramento, os cidadãos que compunhão a dita ronda de cujo poder se tirou o preso, o remetta Vm. á dita Secretaria de Estado, ficando advertido de que por ella deve participar ao Governo todas as novidades que houverem no seu districto que respeitem á tranquillidade e segurança publica, logo que dellas for informado, não preterindo nunca fazer os corpos de delicto que os casos pedirem, para sobre elles se poder proceder legalmente contra os culpados. Outrossim, o previno de que os militares nenhum privilegio tem que os isente de serem presos em flagrante por qualquer cidadão; antes esse procedimento se acha mui expressa e terminantemente autorisado pelo Alvará, com força de lei, de 21 de Outubro de 1763, nos §§ 6.^o e 7.^o; deve Vm., porém, prohibir que as rondas apalpem, não só aos Officiaes Militares, como a quaesquer pessoas conhecidas, que pelo seu caracter pacifico, não são suspeitas á tranquillidade publica, bastando por isso que qualquer dos cidadãos que compõe a ronda conheça o individuo, pois que sem prejuizo do serviço se pôde muito bem observar esta attenção. Deos guarde a Vm. Paço, em 25 de Junho de 1831.—Manoel José de Souza França.—Sr. Juiz de Paz da Freguezia de Santa Anna.—*Acha-se d. fl. 46 do Liv. 11.*

AVISO DE 25 DE JUNHO.

Manuscripto authentic.

Achando-se presos em custodia, na Fortaleza de Villegaignon, os cidadãos Cypriano José Barata de Almeida e João Primo, que da Provincia da Bahia forão remettidos a esta pelo respectivo Governo, como medida de segurança publica preventiva das commoções populares na mesma Provincia, por se acharem os referidos cidadãos implicados na pronuncia de huma devassa de que ali se procedeu pelo feito de semachinar seduzir a tropa da cidade de S. Salvador para pegar em armas contra as autoridades estabelecidas; e, convido que esta medida de circumstancias não exceda os limites de huma razoavel cautela justificada pela Suprema Lei dos Estados, degenerando em oppressão dos direitos individuaes do cidadão, manda a Regencia, em nome do Imperador, que o Desembargador encarregado da Intendencia Geral da Policia da Corte faça intimar aos ditos cidadãos Cypriano José Barata de Almeida e João Primo, que, sendo este o motivo da sua prisão, e estando obrigados a livramento pela pronuncia de que

se trata, se lhes facilitarão pelo Governo os meios de justificarem aqui perante o Corregedor do Crime do Corte, se isso lhes fizer a bem, renuaciando elles o fóro do domicilio para esse effeito, ou de regressarem á prisão do mesmo domicilio para lá demandarem seu direito, e que, havido para lles a declaração por escripto a esse respeito, a envie a esta Secretaria de Estado, para se darem as providencias que fôrem necessarias. Deos guarde a Vm. — Manoel José de Souza França.—Sr. Desembargador Adjuncto do Intendente Geral da Policia.—*Acha-se d. fl. 46 do Liv. 11.*

DECRETO DE 25 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.^o Ficão creadas na Cidade da Fortaleza, Capital da Provincia do Ceará, as Cadeiras de Philosophia racional e moral, Rhetorica, Geometria e Francez, com o ordenado de 600\$ réis cada huma.

Art. 2.^o Fica igualmente creada na Villa do Crato, cabeça da nova Comarca do Crato, huma Cadeira de Crammatica latina com o ordenado de 400\$ réis.

Art. 3.^o Ficão revogadas todas as Leis, Alvarás, Decretos e disposições em contrario.

Manoel José de Souza França, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Junho de 1831, da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Manoel José de Souza França.

DECRETO DE 25 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute o que resolveu a Assembléa Geral Legislativa sobre Resolução do Concelho Geral da Provincia da Bahia.

Art. 1.^o Nas Estações Publicas desta Provincia não serão admittidos escravos como trabalhadores ou como officiaes das artes necessarias, emquanto houverem ingenuos ou libertos que nellas queirão empregar-se.

Art. 2.^o Os ditos ingenuos ou libertos serão convidados para trabalharem ou exercitarem as respectivas artes por meio de Editaes, não somente affixados nos lugares publicos e portadas Estações, mas ainda impressos nas folhas declarando-se nelles os jornaes que hão de receber, e outras quaesquer vantagens, se as houver.

Art. 3.^o Ainda depois do prazo marcado nos Editaes, apparecendo pessoas livres que queiram ser admittidas, deve-lo-hão logo ser, excluinte-se os escravos que estejam trabalhando ou exercendo alguma arte, porque não houvessem pessoas livres.

Art. 4.º O Chefe de qualquer Repartição Pública, que contravier as presentes disposições, pela primeira vez será obrigado a pagar de sua fazenda aos escravos os jornaes vencidos; e, no caso de estarem já pagos, reporá a sua importância, que reverterá em proveito do município. Pela segunda vez ficará sujeito á mesma pena e a tres mezes de suspensão. E pela terceira vez de mais declarado inhabil para continuar no exercicio do emprego.

Manoel José de Souza França, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Junho de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Bráulio Moniz.—Manoel José de Souza França.

DECRETO DE 25 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, sanciona e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Ficão dispensados do serviço da 2.ª linha os Juizes de Paz e seus Officiaes, os Vereadores e mais Empregados nas Camaras Municipaes, durante o exercicio dos seus empregos.

Art. 2.º Não são comprehendidos no artigo precedente os Majores e Ajudantes dos corpos da 2.ª linha como Officiaes da 1.ª, cujo serviço he incompativel com os empregos designados no mesmo artigo.

Art. 3.º Ficão revogadas todas as Leis, Alvarás e mais ordens em contrario.

José Manoel de Moraes, etc. Palacio do Governo, em 25 de Junho de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Bráulio Moniz.—José Manoel de Moraes.

DECRETO DE 25 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Manoel Pinheiro de Almeida, natural da Provincia de Matto Grosso, está no gozo dos direitos de Cidadão Brasileiro, e como tal com direito ao posto que lhe competir no Exercito.

Manoel José de Souza França, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Junho de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Bráulio Moniz.—Manoel José de Souza França.

PORTARIA DE 27 DE JUNHO.

Coll. Plancher.

Illm. e Exm. Sr.—A Regencia, em nome do Imperador, manda declarar a V. Ex. que ao Se-

cretario do Supremo Tribunal de Justiça incumba fazer toda a escripta do respectivo expediente, podendo para esse effeito ter os Escreventes que bem lhe couvier, autorizados pelo mesmo Tribunal e pagos á sua custa, conforme he por Decreto outorgado a todos os Escrevães, quando não baste o que a Lei de 18 de Setembro de 1828 creou como ordenado certo para esse effeito com o nome de Official de Secretaria, na intenção de haver pessoa determinada e pratica no serviço da casa que podesse substitui-lo nos seus impedimentos. O que participo a V. Ex., em resposta ao seu officio de 21 do corrente. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 27 de Junho de 1831.—Manoel José de Souza França.—Sr. José Albano Fragozo.

AVISO DE 28 DE JUNHO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr.—Sendo indispensavel ao serviço da Policia desta Cidade que se encarregue aos Juizes de Paz della prover-se cada hum dos mesmos de huma Ordenança de Cavallaria da Guarda Militar da dita Policia, afim de levarem ás diversas autoridades com quem elles se houverem de corresponder os officios necessarios, manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. Ex. passe as ordens necessarias afim de que elles sejam providos das mesmas ordenanças. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 28 de Junho de 1831.—Manoel José de Souza França.—Sr. José Manoel de Moraes.—*Acha-se á fl. 48 do Liv. 11.*

DECRETO DE 28 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Concelho Geral da Provincia de Minas Geraes.

Art. unico. Fica creada uma Escola de Primeiras Letras para meninos no Arrayal de Mattozinhos, na conformidade da Lei de 15 de Outubro de 1827.

Manoel José de Souza França, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Junho de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Bráulio Moniz.—Manoel José de Souza França.

DECRETO DE 28 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Alexandre Maria de Carvalho e Oliveira, nascido em Portugal, de pais brasileiros e com domicilio no Imperio, que foi Capitão da guarnição

da praça de Damão, está no gozo dos direitos de Cidadão Brasileiro, e como tal com direito ao posto que lhe competir no exercito.

Manoel José de Souza Franca, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Junho de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Manoel José de Souza Franca.

DECRETO DE 28 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Concelho Geral da Provincia de Minas Geraes.

Art. unico. Fica creada huma Escola de Primeiras Letras, para meninos, no Arrayal de S. José do Chopotó, na conformidade da Lei de 15 de Outubro de 1827.

Manoel José de Souza Franca, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Junho de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Manoel José de Souza Franca.

DECRETO DE 28 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Concelho Geral da Provincia de Minas Geraes.

Art. unico. Fica creada uma Escola de Primeiras Letras para meninos na Capella do Tacorassó de cima, na conformidade da Lei de 15 de Outubro de 1827.

Manoel José de Souza Franca, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Junho de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Manoel José da Souza Franca.

DECRETO DE 28 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Concelho Geral da Provincia de Minas Geraes.

Art. unico. Fica creada no Arrayal de Antonio Pereira huma Escola para meninos, na conformidade da Lei de 15 de Outubro de 1827, para a instrucção da mocidade desta Parochia e da de Camargos.

Manoel José de Souza Franca, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Junho de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco

de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Manoel José da Souza Franca.

DECRETO DE 28 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Concelho Geral da Provincia de Minas Geraes.

Art. unico. Fica creada uma Escola de Primeiras Letras para meninos no Arrayal de S. Caetano, na conformidade da Lei de 15 de Outubro de 1827.

Manoel José de Souza Franca, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Junho de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Manoel José de Souza Franca.

DECRETO DE 28 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Concelho Geral da Provincia de Minas Geraes.

Art. unico. Fica creada uma Escola de Primeiras Letras para meninas no Arrayal de Tejuco, na conformidade da Lei de 15 de Outubro de 1827.

Manoel José de Souza Franca, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Junho de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Manoel José de Souza Franca.

DECRETO DE 28 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Concelho Geral da Provincia de Minas Geraes.

Art. unico. Ficão creadas, interinamente, Escolas de Primeiras Letras nos Arrayaes de Desemboque, Axaxás, Carabandella, Alegres e Burity, na conformidade da Lei de 15 de Outubro de 1827.

Manoel José de Souza Franca, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Junho de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Manoel José de Souza Franca.

DECRETO DE 28 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem sancionar e mandar que se execute a se-

guinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Concelho Geral da Provincia de Minas Geraes.

Art. 1.º Fica creada na Villa de Barbacena huma Escola para meninas, na forma da Lei de 15 de Outubro de 1827.

Art. 2.º Fica creada no Arrayal do Rio Novo, termo da mencionada Villa, huma Escola para meninos, na forma da Lei sobredita.

Manoel José de Souza Franca, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Junho de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Manoel José de Souza Franca.

DECRETO DE 28 DE JUNHO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Concelho Geral da Provincia de Minas Geraes.

Art. unico. Fica creada huma Escola de Primeiras Letras para meninas no Arrayal da Lagôa Santa, na conformidade da Lei de 15 de Outubro de 1827.

Manoel José de Souza Franca, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Junho de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Manoel José de Souza Franca.

AVISO DE 30 DE JUNHO.

Imp. avulso.

Requerendo ao Governo alguns Negociantes Estrangeiros contra a pratica de se cobrarem emolumentos nesta Alfandega pelos saccos e surroses de trigo, a titulo de capa, sobre o que, depois da informação de V. S., se mandou consultar ao Concelho da Fazenda, que ouviu ao Procurador da Corôa e Fazenda, foi a consulta resolvida pela Regencia do Imperio, em data de 27 deste mez, conforme o parecer do Concelho que se ligou á informação do Procurador da Corôa, pelo qual se reputa abusiva semelhante pratica, se firma definitivamente a regra que se não cobrem mais nessa Alfandega emolumentos a titulo de capa, senão dos volumes que forem encapados e tiverem o especial nome de fardos: o que V. S. cumprirá d'ora em diante. Deos guarde a V. S. Paço, em 30 de Junho de 1831. — José Ignacio Borges. — Sr. Conselheiro Juiz da Alfandega desta Corte. — *Acha-se no Cartorio da Alfandega.*

PORTARIA DE 1 DE JULHO.

Coll. Mineira.

Determinando o Decreto de 15 de Outubro de 1827 que as praças do Exercito e Corpo de Artilharia da Marinha que commetterem por tres vezes o crime de deserção em tempo de paz

não sejam mais admittidos ao serviço militar depois de cumprirem suas sentenças, fica evidente que a estes não pôde ser applicavel a disposição do Decreto de 9 de Abril deste anno, sendo somente proficuo aos outros individuos que não estiverem em taes circumstancias; e assim o manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, participar ao Commandante das Armas da Provincia das Alagoas, em solução ao seu officio n. 4, e alim de que nesta intelligencia faça observar o citado Decreto de 9 de Abril. Palacio do Governo, em 1 de Julho de 1831. — José Manoel de Moraes.

RESOLUÇÃO DE 2 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Senhor. — Correndo em praça deste Concelho o contracto do sello das fazendas da Alfandega desta Cidade, como foi por V. M. I. ordenado, em execução da Lei de 6 de Outubro de 1828, não concorreu á mesma praça outro licitante senão Francisco José da Fonseca, que offereceu fazer as despesas do mesmo sello no corrente triennio de 1830 a 1832 pela quantia de 36:000 \$ rs., pagando-se-lhe esta quantia metade em notas do Banco e metade em moeda de cobre, tendo desamparado á mesma praça huma Companhia que poucos mezes antes se offerecera a fazer a mesma despesa pela quantia de 27:350 \$ rs., sem a dita clausula, procedendo esta differença, segundo expôz o dito licitante Fonseca, em hum requerimento dirigido ao Concelho, de que, tendo gasto a actual administração do dito sello no anno de 1827 a quantia de 10:460 \$ 507 rs., subira essa despesa a 12:065 \$ 120 rs. no subsequente anno de 1828, montado a de 15:887 \$ 660 rs. no anno proximo passado de 1829, cujos elementos de calculo tornão vantajoso á Fazenda Publica o seu lanço offerecido.

O Concelho entende que a arrematação neste caso he prejudicial á Fazenda Publica, mas também entende que lhe he prejudicial huma administração que dá de dia a dia huma differença de despesa tão consideravel como he a que vai de 10:460 \$ 507 rs., que custou o sello das fazendas no anno de 1827 a quantia de 15:887 \$ 660 rs., que por certidão mostron este licitante ter-se gasto por esse mister no anno de 1829, e que, assim como cumpre ao Governo executar a Lei da arrematação do mesmo sello, assim lhe incumbe promover os meios de não ser fraudada a Fazenda Publica na mesma arrematação, os quaes parece que outros não podem ser senão os da reforma da respectiva administração, de modo que se possa obter o calculo da despesa real e verdadeira sem os desfalques que, por ventura, ali pôde occorrer, e que para esse effeito convirá: 1.º, que V. M. I. haja de nomear pessoa de escolha e confiança a quem se encarregue esta administração pelo corrente anno de 1830, vencendo 4 por cento do producto do sello; 2.º, que este Administrador faça to-

das as semanas huma feria que convirá ao Concelho no principio da semana seguinte, na qual se continhão o numero de pessoas que trabalhou cada dia no sello, com os seus respectivos vencimentos, e o numero de sellos que se pozerão em cada hum dos mesmos dias, assim como a despeza de chumbo e fio gastos em cada hum dos mesmos dias, seguindo neste expediente o modelo junto.

Com este expediente, se persuade o Concelho de que no fim do corrente anno se poderá conhecer cabalmente se a despeza feita nestes tres annos ultimos he exacta ou viciosa, e poder-se-ha então, com conhecimento de causa, arrematar o Contracto, satisfazendo o preceito da Lei, sem prejuizo de 8:650 \$rs., que apresenta a differença do laço de 27:350 \$rs. por que se deixou de arrematar o mesmo contracto, ao de 36:000 \$rs. por que ora se pretende arrematar, e com a clausula onerosa de ser metade dessa quantia paga em moeda de cobre, e entretanto tem fechoado a praça. Rio de Janeiro, em 15 de Março de 1830, 9^a da Independencia e do Imperio.—Leonardo Pinheiro de Vasconcellos.—Francisco Lopes de Souza de Faria Lemos.—Francisco Baptista Rodrigues.—José Fortunato de Brito Abreu Souza e Menezes.—João Prestes de Mello.—Manoel José de Souza França.—Luiz Moutinho Lima Alvares e Silva.—

E esta se reformou por terem passado mais de seis mezes, sem que tenha baixado a respectiva Imperial Resolução, e a requerimento do licitante Francisco José da Fonseca. Rio de Janeiro, 18 de Maio de 1831, 10^a da Independencia e do Imperio.—Leonardo Pinheiro de Vasconcellos.—José Fortunato de Brito Abreu Souza e Menezes.—João Sabino de Mello Bulhões Lacerda Castello-Branco.—João Prestes de Mello.—José Caetano de Andrade Pinto.—

Resolução.—Suspenda-se a arrematação. Palacio do Governo, 2 de Julho de 1831.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Bráulio Muniz.—José Ignacio Borges.—*Acha-se o original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

AVISO DE 4 DE JULHO.

Manuscripto authenticco.

Estando imposta pelo art. 295 do Codigo Criminal a pena de 8 a 24 dias de prisão com trabalho contra os vadios, e tendo Vm. jurisdicção para impôr a mesma pena, segundo a Lei novissima de 6 de Junho do corrente anno, cumpre que assim o pratique a respeito dos quatro vadios estrangeiros que menciona no seu officio de 2 do corrente terem sido presos pelas rondas das Guardas Municipaes da sua Freguezia, os quaes remetten para o Arsenal da Marinha, como diz. Portanto, á sua disposição, como Juiz executor da sua sentença condemnatoria, e não á minha, devem permanecer na mesma prisão os ditos vadios pelo tempo que Vm. lhes tiver determinado. O que lhe advirto; em resposta ao

mesmo officio, para lhe servir de regra em casos semelhantes. Deos Guarde a Vm. Paço, em 4 de Julho de 1831.—Manoel José de Souza França.—Sr. Juiz de Paz da Freguezia do Sacramento.—*Acha-se a fl. 35 v. do Liv. 11 da Corte.*

PORTARIA DE 7 DE JULHO.

Coll. Plancher.

Cumprindo proceder-se, na conformidade do plano de 4 de Maio do corrente anno, á organização dos Corpos de 1^a linha do Exército que devem fazer a guarnição da Provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul, e pertencendo-lhe, em consequencia, 3 Corpos de Cavallaria, hum de Artilharia a cavallo e hum Batalhão de Caçadores, manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, que o Commandante das Armas da referida Provincia, cingindo-se ás Instruções que com esta se lhe envião, proceda quanto antes á organização indicada, regulando-se neste objecto pela circumspecção e pericia que lhe he propria, e em que a Regencia tanto confia, prevenindo-o de que nesta mesma data se expedem ao Presidente da Provincia as convenientes ordens a semelhante respeito, para o prompto desempenho desta commissão, pela parte que lhe toca. Palacio do Governo, em 7 de Julho de 1831.—José Manoel de Moraes.

Nesta conformidade se participou ao Presidente da Provincia.

PORTARIA DE 8 DE JULHO.

Coll. Plancher.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. remetta, quanto antes, a esta Secretaria de Estado huma relação de todos os Cidadãos que, em conformidade do Decreto de 14 de mez passado, se deverão ter alistado para as Guardas Municipaes, declarando não só a naturalidade, idade e profissão de cada hum, o numero das Esquadras, nomes dos Commandantes de cada huma dellas e do Commandante Geral, como do serviço que regularmente toca á cada Cidadão por semana ou mez, ou como estiver determinado. Ordena, outrossim, que Vm. organize todos os dias huma parte circumstanciada de todos os acontecimentos participados pelas rondas nas noites antecedentes, e a remetta a esta Secretaria de Estado até ás 9 horas da manhã. Deos Guarde a Vm. Paço, em 8 de Julho de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Juiz de Paz da Freguezia do Sacramento.

Nesta conformidade se expedirão Avisos á todos os Juizes de Paz desta Cidade.

RESOLUÇÃO DE 8 DE JULHO.

Manuscripto authenticco.

Senhor.—Por Portaria da Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda de 16 de Março de

corrente anno, mandou V. M. I. remetter a este Concelho, para consultar, o officio do Administrador das Passagens do Rio Parahyba e Parahybuna, respeito á repugnancia que tem os Tropeiros ao pagamento dos direitos de passagem naquelle registro, cuja isenção só fôra concedida aos moradores d'entre os sobreditos rios.

Vinha instruido este officio de huma informação do Contador Geral da primeira Repartição do Thesouro Publico, e mais papeis que sobem no original, com a resposta do Procurador da Fazenda, que se segue:

Deve satisfazer-se plenamente a Imperial Resolução de 14 de Outubro de 1829; e, quanto aos favores prestados aos 18 e 22 de Maio de 1824, não os acho constitucionaes, porque exoneração de onus e encargos, constituindo rendas publicas e sempre reconhecidas por taes, só pelo Corpo Legislativo se podia dar, sendo claro que ella fôra prestada depois de jurada a Carta Politica do Imperio. Na conjunctura, pois, em que taes avisos rejão, eu me conformo com o Contador Geral. Rio, aos 23 de Fevereiro de 1831. — Nabuco.

O que tudo visto, parece ao Concelho que, á vista das razões expendidas nas duas Portarias de 18 e 21 de Maio de 1824, declarativas do uso e costume estabelecido e observado na cobrança das passagens daquelle rio pelos moradores daquelle districto entre os rios, deverão estes continuar a gozar do beneficio de não pagarem a mesma passagem, não só a delles moradores, mas a das mais pessoas e animaes que fôrem do conhecimento das suas fazendas, fabricos e conduções dos generos, não tendo, porém, esta isenção lugar com as pessoas e tropas de viandantes que por negocio seu e por alugueis se propoem a receber e conduzir generos, ainda mesmo que elles sejão de produção das fazendas dos moradores d'entre os rios, pois que estes deverão pagar a respectiva passagem de suas pessoas e animaes, como bem ponderou o ex-Contador Geral Manoel Joaquim de Oliveira Leão, na circumspecta informação que sobre este negocio foi mandado dar. V. M. I. porém, deliberará o justo. Rio de Janeiro, 27 de Abril de 1831, 10^a da Independencia e do Imperio. — Leonardo Pinheiro de Vasconcellos. — João Prestes de Mello. — José Caetano de Andrade Pinto.

Resolução. — Conserve-se a isenção de que se achava de posse antes do Aviso de 1824. Palacio do Governo, 8 de Julho de 1831. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Ignacio Borges. — *Acha-se o original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 8 DE JULHO.

Manuscripto authenticico.

D. Firmiana Andreza Verciani, viuva de João Baptista Corrêa Machado, Administrador Geral da Extração Diamantina do Tejuco, pede a continuação do ordenado de seu marido, allegando

o seu bom serviço por espaço de 39 annos, desde 1783 até 1822, assim como o de 50 annos do pai da supplicante, o desamparo em que ficou por morte de ambos, onerada com cinco filhos menores.

A Junta da Extração confirma o allegato. O Contador Geral e a Mesa do Thesouro acha a supplicante digna da mercê que implora. O Procurador da Fazenda exige habilitação.

Parece ao Concelho indeferivel a pretensão, por não haver lei que regule o Governo a semelhante respeito, nem serem os motivos allegados bastantes para se gravar o Thesouro com o ordenado requerido, sendo escusado obrigar a supplicante ás despesas da habilitação neste caso desnecessarias, por lhe não valer o direito. Rio, 6 de Maio de 1831.

Resolução. — Como parece. Palacio do Governo, 8 de Julho de 1831. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Ignacio Borges.

AVISO DE 8 DE JULHO.

Imp. avulso.

Sendo geral o clamor publico contra a má Administração da Justiça em todos os seus ramos, vindo a ser o maior inconveniente já não tanto a injustiça que soffre como a demora nos que a commettem, considerando a Regência a que, se em grande parte se deve este mal á minuciosidade do processo que tantos recursos offerece á trapaça dos litigantes, não se pôde, contudo, dissimular que os deleixos das Autoridades, retardando os despachos, concedendo dilações desnecessarias, admitindo cotas e incidentes impertinentes, tolerando a negligencia dos Escrivães, ou não os obrigando a terem quem os ajude no expediente de negocios por annos accumulados em seus cartorios, augmenta sobremaneira o mal, sendo por isso mesmo responsaveis perante a Nação e a Lei que lhes conferio o honroso emprego de administrar a justiça aos seus concidadãos bem e a tempo. Notando-se, outrossim, a negligencia em perseguirem-se os criminosos que infestão a sociedade, perturbão a tranquillidade e trazem os cidadãos sempre assustados pela falta de segurança a que tem tanto direito a esperar e exigir das autoridades encarregadas de manter a tranquillidade publica, pelo emprego da força que a Nação lhe confiou, organisando-se tantos processos defeituosos de que os malfetores se aproveitão, e de que lanção mão ás vezes os mesmos Magistrados para deixarem os crimes sem castigo, não podendo os que semelhantes actos praticão escapar da suspeita de connivencia naquelles casos em que taes defeitos ou não são essenciaes ao processo, ou podem ser reparados sem prejuizo da innocencia e com vantagem publica, a mesma Regencia, querendo que os povos sintão palpavelmente os effeitos maravilhosos do Governo representativo pela mais restricta e religiosa observancia da Constituição e das Leis, manda, em nome do

Imperador, recommeadar a V. S. que de sua parte dê o primeiro exemplo de respeito às Leis, fazendo accelear na Casa da Supplicação os processos, e responsabilizando os seus subalternos quando negligentes ou prevaricadores, e offerecendo à consideração do Governo todos os obstaculos que encontrar na Administração da Justiça, para que constitucionalmente sejam estes removidos, e possa desta sorte a Magistratura do Brazil, onde se encontrão ainda membros respeitaveis, adquirir aquelle grão de consideração que lhe he devida pela delegação do Poder Nacional que exercem e que tanto se faz necessario a bem do publico, expedindo V. S. nesta conformidade copias deste a todos os Juizes Criminaes desta Provincia, para sua intelligencia e devida execução. Paço, em 8 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 9, vol. 18.*

Ao Supremo Tribunal de Justiça, aos Chancelleres das mais Relações se expedio igual *mutatis mutandis*.

DECRETO DE 8 DE JULHO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro Segundo, nomêa para Coronel e Commandante do segundo Corpo de Cavallaria de primeira linha ao Coronel do Estado-Maior do Exercito José Rodrigues Barbosa. O Concelho Supremo Militar o tenha assim entendido e lhe expeça em consequencia os despachos necessarios. Palacio do Governo, em 8 de Julho de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Manoel de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 16, vol. 18.*

DECRETO DE 8 DE JULHO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro Segundo, nomêa para Coronel e Commandante do quarto Corpo de Cavallaria de primeira linha ao Coronel do Estado-Maior do Exercito Bento Gonçalves da Silva. O Concelho Supremo Militar o tenha assim entendido e lhe expeça os despachos necessarios. Palacio do Governo, em 8 de Julho de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Manoel de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 16, vol. 18.*

DECRETO DE 8 DE JULHO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro Segundo, dispensando do Commando do terceiro Corpo de Cavallaria de primeira linha o Coronel Thomaz José da Silva, e do exer-

cicio de Major do mesmo Corpo a Theodoro Burlamaque, nomêa para Tenente-Coronel e Commandante do mencionado corpo ao Tenente-Coronel do Estado-Maior do Exercito José da Silva Brandão. O Concelho Supremo Militar o tenha assim entendido e lhe expeça em consequencia os despachos necessarios. Palacio do Governo, em 8 de Julho de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Manoel de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 16, vol. 18.*

DECRETO DE 8 DE JULHO.

Imp. avulso.

Havendo-se declarado, por Decreto de 28 de Junho preterito, em consequencia da Resolução da Assembléa Geral Legislativa de 22 do mesmo mez, que Alexandre Maria de Carvalho e Oliveira está no gozo dos direitos de Cidadão Brasileiro; e tendo elle sido demittido, por Decreto de 11 de Março do corrente anno, do serviço do Exercito, quando Capitão do Estado-Maior do Exercito: Manda a Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro Segundo, que fique sem effeito a sobredita demissão. O Concelho Supremo Militar assim o tenha entendido, e lhe expeça em consequencia os despachos necessarios. Palacio do Governo, em 8 de Julho de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Manoel de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 17, vol. 18.*

DECRETO DE 8 DE JULHO.

Imp. avulso.

Havendo-se declarado, por Decreto de 25 de Junho preterito, em consequencia da Resolução da Assembléa Geral Legislativa de 7 do mesmo mez, que Manoel Pinheiro de Almeida está no gozo dos direitos de Cidadão Brasileiro; e tendo elle sido demittido, por Decreto de 11 de Março do corrente anno, do serviço do Exercito, como estrangeiro, quando Tenente do Batalhão de Caçadores n. 19 de primeira linha da antiga numerção: Manda a Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro Segundo, que fique sem effeito a sobredita demissão. O Concelho Supremo Militar o tenha assim entendido, e lhe expeça em consequencia os despachos necessarios. Palacio do Governo, em 8 de Julho de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Manoel de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 17, vol. 18.*

DECRETO DE 8 DE JULHO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro Segundo, tendo em vista a Resolução

de Consulta de 9 de Outubro de 1822, que declarou serem de simples honra as graduações concedidas a alguns officiaes desta Córte, com as quaes prejudicarão a outros de maior antiguidade, manda que semelhantemente seja considerada a graduação de Major, concedida, por Decreto de 28 de Março de 1829, ao Capitão Manoel Marques de Souza, que ora se acha servindo no quarto Corpo de Cavallaria de primeira linha, pertencente á Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul; ficando tal Resolução servindo de regra em casos occorridos a semelhante respeito, não só naquella Província, mas em qualquer outra do Imperio. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e expeça em consequencia os despachos necessarios. Palacio do Governo, em 8 de Julho de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Manoel de Moraes. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 17, vol. 18.*

DECRETO DE 9 DE JULHO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, pela Constituição art. 102 § 12, e em observancia do art. 10.º da Carta de Lei de 6 do mez passado, decreta:

Art. 1.º As Autoridades encarregadas da Policia, pela mencionada Lei, reunir-se-hão nesta córte huma vez em cada mez, e em todas as Cidades, Villas e Julgados do Imperio, huma vez, pelo menos, cada seis mezes, sob a presidencia do Intendente Geral da Policia na Córte, e nos mais lugares sob a da Autoridade Criminal mais graduada dos mesmos. O lugar da reunião será a casa do Presidente, ou alguma outra publica em que a maioria dos membros concordar. O mesmo se observará sobre o dia e hora da reunião.

Art. 2.º Nestas reuniões conferenciarão, á vista dos factos e mais circumstancias, sobre os meios adequados a manter-se a tranquillidade e segurança publica, e o resultado da conferencia tomado pela maioria, será logo posto em execução, quando não seja opposto ás leis e regulamentos.

Art. 3.º O Juiz que pelos mais fór designado na occasião lavrará a acta e n.º livro para esse fim subministrado, na Córte pela Repartição da Policia, e fora della pelas Camaras respectivas, assignada por todos, e esta será levada por copia nesta Província ao conhecimento do Governo, e nas outras ao dos Presidentes dellas.

Art. 4.º O Governo e os Presidentes das Províncias poderão suspender quaesquer Resoluções tomadas pelas Juntas dos Juizes Policiaes, quando se sejam oppostas ás leis e regulamentos, ou contrarias aos fins a que se destinarem.

Art. 5.º Em qualquer occasião em que o serviço publico exija, reunir-se-ha extraordinariamente a Junta por ordem do Governo ou Presidentes das Províncias, ou por convite dos Presidentes das mesmas Juntas.

Art. 6.º Quando os réos forem condemnados

por crimes policiaes e interpozerem appellação, nos termos do art. 73 da Carta de Lei do 1.º de Outubro de 1828, a Junta será presidida pelo Ouvidor ou Corregedor do Crime, quando a sentença tiver sido dada pelo Juiz Criminal do districto.

Art. 7.º Quando a Junta de Paz tiver de reunir-se fóra do districto do réo, no caso do artigo antecedente, se este estiver preso, será conduzido á cadeia do lugar da reunião, ou perante a mesma produzirá a sua defesa por Procurador, ou enviará requerimentos, documentos e testemunhas que officialmente serão inquiridas, tudo a arbitrio do réo.

Art. 8.º O Intendente Geral da Policia, no exercicio das attribuições policiaes conferidas pela precitada lei, se servirá de qualquer Escrivão e Official que na occasião designar.

Art. 9.º A despeza com as taboletas que devem ter nas portas os Juizes de Paz e seus Delegados, será feita á custa das Camaras respectivas, servindo de huns para os outros quando sejam removidos dos empregos.

Art. 10.º Na Córte, as Autoridades Policiaes darão diariamente parte circumstanciada de todos os acontecimentos ao Governo, por intermedio do Intendente Geral da Policia, o qual organizará de todas huma só, ajuntando-lhe as observações que julgar a proposito. Fóra da Córte, serão as partes por cada huma das Autoridades remetidas directamente pelos correios, nesta Província ao Governo, e nas outras aos Presidentes dellas.

Diogo Antonio Feijó, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Julho de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — Diogo Antonio Feijó.

AVISO DE 9 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Exm. e Rvm. Sr. — A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. Ex. a representação inclusa, e documentos que a acompanhão, da Camara Municipal da Villa de Rezende, contra o Vigario collado daquella Villa, Tito Pereira de Carvalho, por abusos que tem praticado no exercicio do seu ministerio, para que V. Ex. com toda a brevidade lhe mande fazer effectiva a responsabilidade, impondo-se-lhe as penas canonicas que tiver merecido, de que dará conta á final, para lhe serem igualmente impostas as do Codigo Criminal, pelo poder temporal. O Governo se persuade não ter chegado ao conhecimento de V. Ex. a conducta de semelhante Vigario, pois, do contrario, mui grande seria a responsabilidade de V. Ex. por ter deixado impunes os factos criminosos de que elle he accusado. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 9 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Bispo Capellão-Mór. — *Acha-se á fl. 54 v. do Liv. 11 da Córte.*

AVISO DE 9 DE JULHO.

Imp. avulso.

Passo ás mãos de V. Ex. o officio n. 50, por copia, do nosso Encarregado de Negocios em Inglaterra, versando sobre as medidas sanitarias adoptadas naquelle Reino para embaraçar que ali se introduza o contagio da colera-morbus, que tantos estragos tem feito na Russia; afim de que V. Ex. haja de dar sobre este ponderoso assumpto as providencias que julgar convenientes. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 9 de Julho de 1831. — Francisco Carneiro de Campos. — Sr. Manoel José de Souza França. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 13, vol. 18.*

AVISO DE 11 DE JULHO.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr. — Representando o Monseñor Inspector da Imperial Capella a falta que tem feito a sentinella que sempre existio no Arco que vai para a Ucharia, e que ultimamente se retirou, ficando em risco a segurança da mesma Capella por aquelle lado, manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. Ex. faça expedir as ordens necessarias para que se continue a conservar ali a mesma sentinella, a quem se determina de evitar barulhos e ajuntamentos naquelle lugar. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 11 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Manoel de Moraes. — *Acha-se a fl. 55 do Liv. 11 da Corte.*

AVISO DE 11 DE JULHO.

Manuscripto authenticico.

Representando o Desembargador que preside actualmente á Casa da Supplicação, que muitos delictos ficão impunes porque os processos são mal organisados, nascendo este erro muitas vezes de falta de clareza nas participações com que são os presos enviados aos Juizes Criminaes, manda a Regencia, em nome do Imperador, que, d'ora em diante, em todas as partes que acompanharem os presos remettidos pela Intendencia Geral da Policia aos sobreditos Juizes, se declare não só o ponto local da rua em que tiver sido commettido o delicto, como se refirão algumas providencias e se dêem todos os esclarecimentos sobre testemunhas presencias, ou sobre a publicidade do acto criminoso a que tenham sido presentes estes ou aquelles moradores de taes e taes ruas, travessas e quarteirões, ou quaesquer outras noções que possam concorrer para a legalidade dos mesmos processos, afim de que, organisados com individuação de circumstancias essenciaes, se consiga a prompta punição dos delictos, de que tanto depende a tranquillidade e segurança publica. Deos guarde a Vm. Paço, em 11 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia. — *Acha-se a fl. 55 v. do Liv. 11 da Corte.*

Na mesma conformidade e data aos Juizes de

Paz das Freguezias do Sacramento, S. José, S. Rita, S. Anna, Candelaria, Engenho Velho e Lagôa de Rodrigo de Freitas.

OFFICIO DE 11 DE JULHO.

Manuscripto authenticico.

Accusando a recepção do officio que V. Ex. nos dirigio, em data de 6 do corrente mez, mettendo a relação de tudo quanto existe no arquivo da Casa da Supplicação, e solicitando a designação do dia e lugar em que pretendem dar principio aos trabalhos de que nos achamos encarregados, cumpre-nos responder a V. Ex. quanto á 1ª parte, que fica em nosso poder a dita relação; e, quanto á 2ª, que, logo que tenhamos combinado sobre o tempo, modia e lugar de proceder ao exame que se nos incumbio, nos iremos relativo á Repartição a que V. Ex. preside, o participaremos immediatamente a V. Ex., de quem esperamos a necessaria coadjuvação no desempenho de nossa commissão. Deos guarde a V. Ex. Paço da Câmara dos Deputados, 11 de Julho de 1831. — Illm. e Exm. Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — Joaquim Francisco Alentejo Branco Moniz Barreto. — Antonio Paulino Lima de Abreu. — José Cesario de Miranda Ribeiro. — *Acha-se a fl. 53 v. do Liv. de Registo da Casa da Supplicação, aberto a 7 de Junho de 1831.*

AVISO DE 11 DE JULHO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Querendo a Regencia, em nome do Imperador, attender benignamente a supplica que, pelo intermedio verbal de V. Ex., tem subido ao seu conhecimento, de algumas praças de pret dos corpos de primeira linha que acabão de chegar a esta Capital, e que pretendem, com preferencia, servir nos corpos desta guarnição, nos da Provincia da Bahia, nos de Pernambuco, e finalmente nos de Santa Catharina e Rio Grande de S. Pedro; e, sendo tal supplica compativel com o bem do serviço e commodidade dos bravos defensores da Patria que de tão longo tempo vivem separados e distantes de seus proprios lares, determina a mesma Regencia, em nome do Imperador, que V. Ex. proceda a fazer effectiva as pretendidas remoções e passagens, expedindo em consequencia as necessarias ordens para que a cada uma se passem as suas respectivas guias; dando V. Ex. de tudo conta circumstanciada para se expedirem de accordo as ordens ás competentes Provincias. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 11 de Julho de 1831. — José Manoel de Moraes. — Sr. José Joaquim de Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 13, vol. 18.*

AVISO DE 11 DE JUNHO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Cumpre-me participar a V. Ex. que se não tem executado o § 2º do art.

5.ª da Lei de 7 de Dezembro de 1830, havendo cessado a remessa dos exemplares das leis que competem a esta Secretaria de Estado, desde que aquella foi sancionada; e son a rogar a V. Ex. haja de expedir as ordens convenientes para que continue tal pratica desde a sua interrupção, visto ser expresso que os ditos exemplares devem repartir-se pelas estações e autoridades publicas do costume. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 11 de Julho de 1831. — Francisco Carneiro de Campos. — Sr. José Ignacio Borges. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 49, vol. 18.*

AVISO DE 12 DE JULHO.

Manuscripto authenticico.

A Regencia, convencida da utilidade que deve seguir-se dos assentos dos presos que se recolhem á Cadea, huma vez que sejam feitos pelo methodo e regularidade que V. S. indicou no seu officio de 6 do mez passado, manda, em nome do Imperador, que V. S. o faça pôr em execução em livro novo, como representa. Deos guarde a V. S. Paço, em 12 de Julho de 1831. Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 55 v. do Liv. 11 da Corte.*

AVISO DE 12 DE JULHO.

Manuscripto authenticico.

A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem que Vm. procure informar-se, quanto antes e por todos os meios ao seu alcance, quem forão os cabeças da reunião que no largo de S. Domingos, por occasião do enterro de hum preto, fallecido em consequencia do ferimento que recebeu de huma ronda municipal, a quem havia resistido, commetteu desordens, afim de proceder policialmente contra os mesmos cabeças, na fórma da Lei de 6 de Junho proximo passado; participando o resultado de suas diligencias por esta Secretaria de Estado. Previno a V. Ex. que se diz serem cabeças do tal motim hum celebre Fortunato Rodrigues, Umbellino e Seraphim, e outros trabalhadores do Arsenal do Exercito. Paço, 12 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia.

AVISO DE 12 DE JULHO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Em muitas Provincias do Imperio, com a noticia dos acontecimentos dos dias 13, 14 e 15 de Março do corrente, grande numero de cidadãos, aterrados pela justa desconfiança do Governo transacto, e temendo ou medidas oppressivas ou o restabelecimento do absolutismo, tantas vezes prognosticado pelos que parecem mais intelligenciados das intenções daquelle Governo; armados, ou pedirão a demissão ou depozarão os empregados que supeitavão fa-

recerão os planos do Gabinete secreto, cuja existencia proclamava a opinião geral dos Brasileiros. As noticias do dia 7, ainda que forão celebradas com jubilo universal, não deixarão comtudo de produzir receios de que a facção absolutista e os servos do poder de antes tramassem intrigas e se pozessem em campo para restaura-lo, e a prudencia aconselhou aos amigos da patria o mesmo expediente de que se usára por occasião das primeiras noticias. O Governo nota que os primeiros impulsos das Provincias não forão effeitos de cabala ou seducção; forão espontaneos, filhos da convicção, em que se achavão todos, de que era necessario, defendendo a patria, salvar-se cada hum a si proprio dos males que os ameaçavão; e que, portanto, a salvação publica justificou todos os actos que, como por instincto, forão praticados á semelhança dos que tiverão lugar nesta Corte nos gloriosos dias 6 e 7 de Abril. O Governo, porém, não se acha bastantemente autorizado para qualificar de justo semelhantes procedimentos. As autoridades encarregadas da execução das leis a tem, por ora, suspenso, já pela luta da consciencia com a letra da lei, já pela impossibilidade de atacar de frente a grande massa de cidadãos, cuja conducta patriótica tem o apoio do Brazil inteiro.

Nestas circumstancias, o Governo recorre á Assembléa Geral para obter o seu accordo em negocio de tanta transcendencia.

O Governo vê-se igualmente embaraçado a respeito dos empregados que forão demittidos em consequencia de se terem tornado suspeitosos naquellas Provincias onde sua conducta, e por ventura sómente suas expressões, indicarão inimizade ou, pelo menos, pouca affeição ao systema jurado. O removimento de semelhantes empregados para as Provincias seria hum facto que, se justificavel pela lei, nunca o seria da opinião publica, nem pelos funestos resultados que deveria necessariamente produzir. Empregar fóra dessas Provincias cidadãos estigmatizados na opinião daquelles perante quem servirão, e que com tanta publicidade forão expulsos, quando menos, por mui suspeitos, seria de proposito querer levar a discordia em Provincias que tem direito a não quererem ser o deposito de empregados mal conceituados e repellidos das outras. Entretanto, são vitalicios; e se os processos, a que vão ser sujeitos, lhes fôrem favoraveis, o que he provavel, porque a lei não permite condemnar suspeitas, o Governo ver-se-ha collocado na dura e perigosa alternativa, ou de conserva-los desempregados, contra a lei, ou de comprometter a tranquillidade das Provincias, cuja mantença a mesma lei lhe incumbe. Nestas circumstancias, parece ao Governo que só marcharia seguro se por hum acto Legislativo fosse autorizado a conservar desempregados, não todos os funcionarios publicos demittidos nas Provincias, porquanto he innegavel que o impulso das paixões vai sempre muito além do que convém, e que só podem ser justificados os primeiros actos filhos da prudencia e do patriotismo, e não os que envolvem pretensão smisturadas de manifesta injusticia, mas só-

mente aquelles a quem a opinião publica designou no momento da crise inimigos da prosperidade da Provincia; e isto mesmo até que, por sua futura conducta, desvanecessem as suspeitas e se tornassem credores da estima de seus compatriotas.

A Regencia, em nome do Imperador, determinou-me que levasse tudo isto ao conhecimento da Camara dos Srs. Deputados, pedindo que, qualquer que fosse a decisão da mesma Camara, se faria necessaria a brevidade, attenta a importancia da materia; o que levo ao conhecimento de V. Ex. para o fazer constar. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 12 de Julho de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Antonio Pinto Chichorro da Gama.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 15, vol. 18.*

AVISO DE 13 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Competendo a V. S., na qualidade de Conservador dos pretos libertos, pela Commissão Mixta, zelar e defender os seus direitos, manda a Regencia, em nome do Imperador, remetter a V. S. os requerimentos inclusos de Cosme e Angelo, pretos Minas, que pretendem entrar no gozo de sua perfeita liberdade, afim de V. S. proceder neste objecto na conformidade das Leis, exigindo do Intendente Geral da Policia a entrega delles, se for necessario, para esse fim. Recommenda a mesma Regencia que V. S. não só dê conta do que pelo Aviso de 25 de Maio passado foi dirigido, como remetta huma relação de todos os Africanos que tenham sido declarados libertos pela referida Commissão, declarando-se nella quando foram arrematados os seus serviços, e por quem; se tem sido pago o valor delles; onde existe, e se os mesmos arrematantes tem cumprido com o que exige a Lei a bem dos mesmos libertos. Deos Guarde a V. S. Paço, em 13 de Julho de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Antonio Augusto Monteiro de Barros.—*Acha-se a fl. 57 do Liv. 11 da Corte.*

AVISO DE 13 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr.—Recebi o Aviso de V. Ex. datado de 9 do corrente, acompanhado de huma nota do Encarregado de Negocios de S. M. o Rei de Dinamarca, em que pede que as pessoas da sua familia, reconhecidas por hum certificado seu, fossem declaradas isentas das Leis do paiz, segundo o Direito das Gentes; ao que tenho de significar a V. Ex. que as Leis Policiaes, obrigando a todos os individuos, sem excepção alguma, e tendo por fim o manter a tranquillidade e segurança publica, na que interessão nacionaes e estrangeiros, são estes tão obrigados como aquelles a sujeitarem-se a ellas, e quando de sua violação resultasse serem presos em flagrante as pessoas da familia de qualquer Encarregado de Negocios, será este facto levado ao

conhecimento de V. Ex. para proceder-se em conformidade do Direito das Gentes; sendo, portanto, inadmissivel a pretensão daquelle Encarregado, emquanto a absoluta isenção, principalmente nas circumstancias em que se acha esta Capital, e só admissivel emquanto a serem os seus subditos reconhecidos pelo certificado, para com elle proceder-se segundo o Direito. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 13 de Julho de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Francisco Carneiro de Campos.—*Acha-se a fl. 57 v. do Liv. 11 da Corte.*

AVISO DE 14 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. faça d'ora em diante subministrar pela Intendencia Geral da Policia aos Juizes de Paz e Commandantes das Guardas Municipaes todo o papel, livros e mais despesas que forem necessarias para o expediente, visto achar-se hoje a cargo dos mesmos Juizes a policia da Cidade, e que informe quantos empregados actualmente tem a Secretaria da mesma Repartição, e se entre elles podem alguns ser dispensados e quantos. Deos Guarde a Vm. Paço, em 14 de Julho de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia.—*Acha-se a fl. 58 do Liv. 11.*

Por Aviso da mesma data se communicou aos Juizes de Paz, etc., exigindo delles que acreditassem huma pessoa para receber, apresentado huma folha pussada pelo Escrivão, e assignada pelos mesmos Juizes.

AVISO DE 14 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. S. a relação inclusa dos Officiaes dos extinctos Tribunaes que se achão desempregados, afim de que, escolhendo o que mais convenha para servir de Solicitador da Justica, informe com seu parecer para se passarem as ordens necessarias. Deos Guarde a V. S. Paço, em 14 de Julho de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo.

AVISO DE 14 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Exigindo o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda que, para legitimidade do pagamento dos Ministros da Casa da Supplicação e Juizes Territoriaes desta Provincia, e mais empregados na mesma casa, se notasse na relação inclusa as duvidas ou impedimentos dos individuos nella contemplados, visto que, sendo a folha para o referido pagamento processada no Concelho da Fazenda, ali não consta, talvez, as alterações que possam ter occorrido, manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. S. sa-

tisfaca a referida exigencia, enviando a esta Secretaria de Estado huma folha exacta dos empregados que, por se acharem em effectivo exercicio, devao cobrar os seus respectivos ordenados. Deos Guarde a V. S. Paço, em 14 de Julho de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo.

CARTA DE GABINETE DE 14 DE JULHO.

Imp. avulso.

Traducção da carta de S. M. o Rei dos Paizes Baixos a S. M. o Senhor D. Pedro II.

Senhor meu irmão! A Regencia eleita para governar provisoriamente o Imperio do Brazil, em nome de V. M. I., acaba de participar-me a abdicção de S. M. I. D. Pedro I., em favor de seu Augusto Filho D. Pedro II. Eu recebi esta communicação com hum interesse proporcionado á sua alta importancia. A segurança que a Regencia Provisoria me dá na mesma occasião das suas intenções de consolidar e augmentar, por todos os meios a seu alcance, as relações de amizade e boa intelligencia, tão felizmente estabelecidas entre os dous estados, me foi extremamente agradável; bem como os votos que ella expressa pela minha prosperidade e da minha familia. Animado pelo desejo reciproco de cultivar e de estreitar cada vez mais os laços que unem as duas Corôas, eu rogo igualmente a V. M. I. haja de acolher os votos não menos sinceros que formo pela prosperidade da sua pessoa, da sua familia, do seu Governo e do seu Imperio. Senhor meu irmão. De V. M. I. o bom irmão, GUILHERME. Haya, 14 de Julho de 1831. A' S. M. D. Pedro II, Imperador do Brazil.

NOTAS dirigidas pelos Senados de Hamburgo e Bremen ao nosso Encarregado de Negocios Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond.

Senhor Cavalleiro! A importante communicação com que me honrastes em data de 23 do corrente, e que me apressei a levar ao conhecimento do Senado, lhe causou hum interesse mui vivo, por ser o seu objecto hum throno e paiz, cujos destinos o tocão mui particularmente.

O Senado aprecia a sabedoria que dictou a abdicção de S. M. D. Pedro I., em favor de seu filho o Imperador Reinante, e junta seus votos aos dos amigos do Brazil, rogando ao Omnipotente se digne abençoar tão nobre resolução, coroando-a com todo o successo que ella merece. Possa a exaltação de S. M. D. Pedro II. ao throno assegurar ao Brazil a concordia universal de que elle he o penhor; e conservar-lhe ao mesmo tempo a tranquillidade e a prosperidade que desde a sua independencia tem tão felizmente distinguido este Imperio dos estados vizinhos. Eu tenho a honra, Sr. Cavalleiro, de vos renovar, por esta occasião, os protestos da minha mais distincta consideração. Bremen, 30 de Junho de 1831.—Smidt.—Sr. Cavalleiro de Drummond.

Senhor Cavalleiro! Eu me apressei a levar ao

conhecimento do Senado a vossa nota de 25 do mez passado, na qual vos dignastes communicar-lhe que S. M. o I. D. Pedro I. abdicou a Corôa do Brazil em favor do Principe Hereditario, e que fôra immediatamente proclamada com vivo enthusiasmo a exaltação ao throno de S. M. D. Pedro II.

Existindo as relações da mais perfeita intelligencia e de hum commercio extenso entre o Imperio do Brazil e a Republica de Hamburgo, as quaes forão fixadas e consolidadas de huma maneira tão duradoura pelo tratado concluido em 1827, o Senado não pôde deixar de tomar a mais viva parte em quaesquer acontecimentos que tocarem o bem ser de hum paiz tão interessante. O Senado forma os mais sinceros votos para que o novo Governo estabelecido no Brazil contribua efficazmente para a prosperidade deste Imperio; e se lisongêa ao mesmo tempo que S. M. D. Pedro II. e a Regencia, que velará por algum tempo sobre os destinos do Brazil, continuarão a manifestar para com a Republica de Hamburgo as mesmas disposições favoraveis de que se dignou dar provas tão assignaladas o Senhor D. Pedro I. O Senado aproveita com sincero prazer esta occasião para expressar os sentimentos de invariavel estima que consagra ao augusto governo do Brazil, e terá gosto particular de poder pela sua parte manifesta-la em todas as occasiões.

Dignai-vos, Sr. Cavalleiro, participar ao vosso Governo estes sentimentos do Senado, e acolher os protestos da alta consideração com que tenho a honra de ser, Sr. Cavalleiro, vosso humilissimo e muito obediente Criado—O Syndico Amsinck.—Acha-se no Diario Fluminense n. 91, vol. 18.

PORTARIA DE 14 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Tendo de crear-se mais dous Juizes Criminaes, na conformidade da Carta de Lei de 6 do mez antecedente, manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justica, que a Camara Municipal desta Cidade, com a maior brevidade, proponha a divisão do terreno da mesma Cidade em quatro partes proporcionadas á sua população, afim de se proceder, quanto antes, á nomeação dos mesmos Juizes. Palacio do Rio de Janeiro, em 14 de Julho de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Acha-se á fl. 58 v. do Liv. 11 da Corte.

AVISO DE 14 DE JULHO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem approvar a commissão que V. S. no seu officio de 27 de Maio ultimo (*) propõe para

(*) Illm. e Exm. Sr.—Nas circumstancias actuaes, e mesmo como precedente á devida organização do Juizo dos Orphãos, segundo conviria, como simplesmente administrativo, eu julgo muito interessante a medida cons-

exame da fazenda dos orphãos, e mais providencias ordenadas a semelhante respeito, em Portaria de 24 de Setembro de 1825, expedida por esta Repartição ao Regedor das Justicas. Deos Guarde a V. S. Paço, em 14 de Julho de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo.

PROCLAMAÇÃO DE 15 DE JULHO.

Coll. Plancher.

BRAZILEIROS! Os vossos Representantes Deputados da Assembléa Geral, sollicitos em salvar a Patria e confiando nos vossos sentimentos nacionaes, tem-se constituido em sessão permanente até de todo restabelecer-se a tranquillidade publica, e cessarem as desconfianças que vos tem dividido.

Elles tem convidado o Senado para reunir-se em lugar mais proximo, afim de que a Assembléa Geral tome as medidas constitucionaes que tenderem á prosperidade publica. Achão-se no Paço Imperial, onde existe o Innocente Menino Imperador e suas Augustas Irmãs, sustentados pelo amor e honra dos Brasileiros. Confiai, Cidadãos, na Assembléa Geral, reuni-vos em torno della; e vós, Brasileiros Soldados, abraçai-vos com os bons Patriotas amigos da Lei, sustentai a Constituição que a soberania da Nação sancionou, e a Patria será salva.—Viva a nação Brasileira! Viva a Constituição jurada! Viva o nosso Joven Imperador! Viva o Povo Fluminense!—Rio, 15 de Julho de 1831.—José Martiniano de Alencar, Presidente.—Antonio Pinto Chichorro da Gama, 1º Secretario.—Vicente Ferreira de Castro e Silva, 2º Secretario.

PROCLAMAÇÃO DE 15 DE JULHO.

Coll. Mineira.

SOLDADOS!—A gloria que adquiristes no Campo da Honra, pela vossa briosa união no dia 7 de Abril, principia a declinar pelo espirito de insubordinação e desordem que alguns d'entre vós acabão de manifestar. O susto e a consternação que tendes causado aos pacíficos habitantes desta Cidade, tomando as armas para enfraquecer o poder legal, que era vossa obrigação sustentar para triumpho heroico da nossa regeneração, não pôde deixar de tornar-vos estranhos á grande Família Brasileira, a que pertenceis, e esta só idéa deve cobrir-vos de hum nobre pejo,

tante da copia inclusa. E porque a casa não tem Ministros applicaveis a huma tão melindrosa operação, sem que se distraião do muito serviço que oxala se vença por elles, e bem, entendo ser conveniente commette-la a huma comissão composta dos habeis Advogados Saturnino de Souza e Oliveira e Joaquim Gaspar de Almeida, auxiliados do Doutor Ovidio Saraiva de Carvalho, apresentando-me depois o seu trabalho para lhe fazer seguir o que, segundo elle, suas observações e estado das cousas occorrer possível, e dando eu de tudo conta ao Governo. V. Ex. mandará o melhor. Rio, 27 de Maio de 1831.—Ilm. e Exm. Sr. Manoel José de Souza França.—José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo.

para, arrependidos, tornardes ao gremio da Nação, de que a vossa inconsiderada conducta parece ter-vos alienado. Se continuais obstinados em vossos erros, não podeis pertencer mais á Nação Brasileira, que não he Brazilciro quem não respeita o Governo do Brazil. Palacio do Governo, 15 de Julho de 1831.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Bráulio Moniz.

PROCLAMAÇÃO DE 15 DE JULHO.

Imp. avulso.

Briosos Fluminenses! A gloria immortal que adquiristes para vós e para toda a posteridade no memoravel dia 7 de Abril, em que expellistes do Brazil a tyrannia não deve ser murchada. Temos huma Constituição que he fonte de todo o bem e prosperidade publica: respeitai-a. Temos hum Corpo Legislativo, escolha da briosa Nação Brasileira, o qual se esmera nos meios mais conducentes ao grande fim de firmar e consolidar a Independencia e Liberdade Nacional: confiai nelle. O Governo deseja francamente prover a todos os males que vos vexão, nascidos pela maior parte dos embaraços em que vos collocou o antigo despotismo. Vós os podeis declarar por meio de vossas representações, e tereis remedios promptos e efficazes. A razão he mais attendida do que a força; esta irrita, aquella convence. Fluminenses! Vós sois doceis e illustrados, disto acabastes de dar os mais incontestaveis exemplos. Recolhei-vos a vossas casas e mantende a paz e o socego publico. A vossa Camara Municipal assim vo-lo pede, e não será illudida em suas esperanças. Paço da Camara Municipal, 15 de Julho de 1831.—Bento de Oliveira Braga, Presidente.—Henrique José de Araujo.—João José da Cunha.—José de Carvalho Ribeiro.—Antonio José Ribeiro da Cunha.—Francisco Luiz da Costa Guimarães.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 15, vol. 18.*

AVISO DE 15 DE JULHO.

Imp. avulso.

Para o Presidente da Provincia de Minas Geraes.

Ilm. e Exm. Sr.—A Regencia, em nome do Imperador, confiando nos patrióticos sentimentos dos honrados Mineiros, em seu nome apresentados por V. Ex. para a prompta cooperação do restabelecimento e estabilidade do socego de que tanto se carece nesta Capital; e vendo actualmente nella perturbada a ordem publica, como V. Ex. conhecerá das Proclamações aqui juntas, ordena que, proclamando V. Ex. tambem aos bravos defensores dessa Provincia, faça marchar quanto antes para esta Côte, em seu auxilio, dous ou tres batalhões de infantaria e hum Regimento de Cavallaria de 2ª linha, com a maior brevidade possível; preferindo aquelles de tais corpos que, tendo os seus districtos mais proximos á Capital do Imperio, possam de prompto preencher o desejado fim. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 15 de Julho de 1831.—

José Manoel de Moraes. — Sr. Manoel Ignacio de Souza e Mello. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 52, vol. 18.*

Nesta conformidade se expedirão as ordens ao Presidente de S. Paulo e aos Commandantes das Armas de huma e outra Provincia.

AVISO DE 16 DE JULHO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, aceitando a demissão que dá do cargo de Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio o Conselheiro Manoel José de Souza Franca, e havendo-o com effeito por demittido, declara por este Decreto como mui relevantes os serviços por elle prestados até hoje á causa da nossa Regeneração Política. Palacio do Rio de Janeiro, em 16 de Julho de 1851, 10^a da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 17, vol. 18.*

AVISO DE 16 DE JULHO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, nomeia a José Lino Coutinho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio. Diogo Antonio Feijó, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justica, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em 16 de Julho de 1851, 10^a da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 17, vol. 18.*

AVISO DE 16 DE JULHO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Sendo ignominioso para o Exercito Brasileiro continuar ainda nelle a ter vigor o aviltante castigo das chibatadas, que alias não tem fundamento em lei, ordena a Regencia, em nome do Imperador, que fique desde já prohibido semelhante castigo. O que participe a V. Ex. para seu conhecimento e execução na parte que lhe toca. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 16 de Julho de 1851. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. José Joaquim de Lima e Silva. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 17, vol. 18.*

AVISO DE 16 DE JULHO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Achando-se ainda nos corpos de 1^a Linha do Exercito pertencentes á guarnição da Corte algumas praças violentamente recrutadas contra a letra e espirito das Instruções de 10 de Julho de 1822, taes como filhos unicos

de viúvas, homens casados que deixarão em abandono suas familias, ordena a Regencia, em nome do Imperador, que, verificando V. Ex. com escrupulosa indagação taes arbitrariedades, faça immediatamente demittir do serviço as praças em circumstancias taes, e mesmo aquellas que, sendo actualmente filhos unicos de viúvas, lhes possão servir de arrimo. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 16 de Julho de 1851. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. José Joaquim de Lima e Silva. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 17, vol. 18.*

CIRCULAR DE 16 DE JULHO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo a Regencia, em nome do Imperador, em consideração que, na organização do Exercito Brasileiro, na conformidade da Lei de 24 de Novembro de 1850, e segundo o Decreto e Plano de 4 de Maio do corrente anno, se poderá alliar o bem do serviço com a commodidade das praças do mesmo Exercito que prefirão servir nos corpos estacionados nas Provincias de suas naturalidades ou naquellas de mais proximidade, onde se designão paradas, ordena em consequencia que, fazendo V. Ex. constar na Ordem do Dia esta resolução, e reconhecendo qual seja o numero de praças que pretendão passar e estejam nos casos indicados, lhes mande expedir as competentes guias, e dê immediatamente conta para se lhes designarem as embarcações onde devão ser recebidos, e que as levem aos seus destinos, as quaes em breve estarão promptas. O que participe a V. Ex. para seu conhecimento e prompta execução. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 16 de Julho de 1851. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. José Joaquim de Lima e Silva.

Expedio-se Circular ás Provincias neste sentido, com as convenientes alterações. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 17, vol. 18.*

AVISO DE 16 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, ordena que Vm. faça remover o preso João Bonifacio Alves da Silva da Fortaleza da Ilha das Cobras, em que se acha, para a Náo Imperador do Brazil, onde será conservado até que queira retirar-se para fora do Imperio. Deos Guarde a Vm. Paço, em 16 de Julho de 1851. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Desembargador Adjunto do Intendente Geral da Policia.

PROVISÃO DE 16 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Consta-me que os libertos estão alliciando es-
cravos para, nesta noite roubarem armas para
reunir-se á tropa, cumpre que Vm. avise já e

já os seus Delegados, e estes a seus vizinhos, para que nestes dias mais próximos conservem seus escravos dentro de casa e em grande vigilância. Deos Guarde a Vm. Paço, em 16 de Julho de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Juiz de Paz da Freguezia de Santa Rita.—*Acha-se a fl. 59 do Liv. 1.º da Corte.*

CARTA DE LEI DE 17 DE JULHO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral Legislativa decretou e ella sancionou a Lei seguinte:

Art. 1.º Fica extinto desde já o Corpo da Guarda Militar da Policia do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Os Officiaes do referido Corpo ficão considerados como avulsos emquanto não fõrem empregados.

Art. 3.º O Governo fica autorisado para pagar passagem aos Officiaes inferiores e soldados que se quizerem retirar para as suas Provincias, assim como a continuar a dar-lhes as etapes emquanto julgar conveniente.

Art. 4.º Ficão revogadas as Leis em contrario.

Manda, portanto, etc. Palacio do Governo, em 17 de Julho de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Bráulio Moniz.—Mannoel da Fonseca Lima e Silva.—*Com os registos competentes.*

DECRETO DE 17 DE JULHO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º O Governo fica autorisado para nomear hum Commandante Geral das Guardas Municipaes desta Cidade, cujo exercicio dure até que cessem as presentes circumstancias.

Art. 2.º Serão tambem admittidos ao serviço das sobreditas Guardas os cidadãos filhos familias de pessoas que tenham as qualidades necessarias para ser Eleitor, comtanto que tenham mais de 16 annos de idade, e que sejam reputados idoneos pelos respectivos Juizes de Paz.

Diogo Antonio Feijó, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de Julho de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Bráulio Moniz.—Diogo Antonio Feijó.

DECRETO DE 17 DE JULHO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador, nomea a Sebastião do Rego Barros Commandante Geral das Guardas Municipaes desta Cidade e seu Termo, para servir emquanto se não mandar o con-

trario, e debaixo das Instrucções da data deste, assignadas por Diogo Antonio Feijó, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justica, que assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de Julho de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Bráulio Moniz.—Diogo Antonio Feijó.

INSTRUCÇÕES pelas quaes se deverá reger o Commandante Geral das Guardas Municipaes desta Cidade e seu Termo.

Art. 1.º Ao Commandante Geral das Guardas Municipaes desta Cidade e seu Termo fica incumbida a inspecção das ditas Guardas, e a fiscalisação das obrigações dellas.

Art. 2.º Os Commandantes Geraes dos Districtos não poderão applicar as forças do mesmo Districto em socorro de outro sem ordem do Commandante Geral das Guardas Municipaes, salvo em urgente necessidade que não admitta demora.

Art. 3.º O Commandante Geral das Guardas Municipaes poderá suspender do exercicio de suas attribuições qualquer Commandante de Corpo Municipal que julgar conveniente, e nomeará immediatamente outro, até que competentemente seja substituido ou restituído o Commandante suspenso.

Art. 4.º Todas as funções a cargo das Camaras Municipaes e Juizes de Paz, pelo Decreto de 14 de Junho passado, exigem audiencia do Commandante Geral das sobreditas Guardas, por scripto ou de viva voz, segundo permittirem as circumstancias.

Art. 5.º O Commandante Geral das Guardas Municipaes poderá chamar ao serviço geral da Cidade todos os cidadãos de qualquer districto della que fõrem necessarios, communicando aos respectivos Juizes de Paz e Commandantes dos Corpos respectivos para seu conhecimento.

Art. 6.º O Commandante Geral das Guardas Municipaes prestará o juramento determinado no art. 13 do Decreto de 14 de Junho, perante a Camara Municipal, na primeira sessão desta, entrando já em exercicio.

Art. 7.º O mesmo Commandante Geral se communicará directamente com o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justica, sobre todos os negocios tendentes á conservação da segurança e tranquillidade do Municipio, e disciplina geral das Guardas Municipaes.

Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de Julho de 1831.—Diogo Antonio Feijó.

AVISO DE 17 DE JULHO.

Manuscripto authentico.

Achando-se impedido o Juiz de Paz da Freguezia do Sacramento e o seu Supplente, manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justica, que a Camara Municipal desta Cidade faça juramen-

tar hoje mesmo o immediato em votos, dando logo parte a esta Secretaria de Estado em quem recaiho tal eleição para o referido lugar de Juiz de Paz. Palacio do Rio de Janeiro, 17 de Julho de 1831.—Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se d. fl. 59 do Liv. 11 da Corte.*

AVISO DE 17 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Achando-se impossibilitado de servir o Juiz de Paz da Freguezia do Sacramento e seu Supplente, manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado, que os Delegados da mesma Freguezia cumprão todas as ordens que lhes fôrem expedidas pelo Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia. Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de Julho de 1831.—Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se d. fl. 59 do Liv. 11.*

PORTARIA DE 17 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Tendo a Regencia, em nome do Imperador, nomeado Sebastião do Rego Barros Commandante Geral das Guardas Municipaes desta Cidade e seu termo, o communico a Vm. para que, como tal, seja reconhecido e obedecido pelo Commandante Geral do seu districto, a quem Vm. fará a competente participação, e ordenará que hoje até as 6 horas da tarde devesse infallivelmente comparecer na casa da residência do referido Rego Barros, na rua do Conde n. 24, a fim de receber as convenientes ordens. Incluse achará Vm. hum exemplar das Instruções pelas quaes se deve reger o Commandante Geral. Deos Guarde a Vm. Pago, em 17 de Julho de 1831.—Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz da Freguezia do Sacramento.

Identica aos mais Juizes de Paz.

Na mesma data se officiou a Januario da Cunha Barbosa, para fazer imprimir com a maior urgencia o Decreto que autorizou o Governo para esta nomeação, e para enviar a Secretaria os exemplares do estylo.

AVISO DE 17 DE JULHO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Communicando-me o Secretario da Camara dos Srs. Deputados a Resolução que a mesma tomara de mandar fazer na acta honrosa menção dos nomes do Commandante e dos Officiaes do 5º Batalhão de Cacadores de 1ª linha, que, animados do mais ardente patriotismo, protestarão a inabalavel resolução em que se achão de sustentar sem quebrar os seus deveres; recomendo ao Governo que os nomes de tão benemeritos militares, e bem assim os de todos os bons cidadãos que se tem offerecido e continuão a offerecer os seus serviços em defesa da Constituição, das Leis e Poderes Cons-

tituidos sejam publicos, assim de que o Publico os reconheça e os tenha no justo conceito de que são credores, determinou-me a Regencia, em nome do Imperador, que remetteste a V. Ex. para este effeito as Relações nominaes dos referidos Officiaes, para que as mande publicar na Ordem do Dia. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 17 de Julho de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. José Joaquim de Lima e Silva.

Relação do Commandante e mais Officiaes do 5º Batalhão de Cacadores de primeira linha, de que trata o Aviso expedido ao Commandante das Armas da Corte e Provincia, na data de hoje.

Manoel José de Castro, Tenente-Coronel Commandante; Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira, Capitão; Antonio Pereira Rosa, dito; Luiz José Ferreira, Tenente; Francisco Luiz de Souza, Tenente; Manoel José da Lapa Trancoso, Alferes; Francisco de Goes do Nascimento, dito; Feliciano de Souza Meirelles, Capitão graduado; Faustino Francisco dos Reis, Alferes; Antonio José de Oliveira, Tenente; Francisco Joaquim Bucellar, Alferes; Antonio Teixeira de Miranda, Alferes Quartel-Mestre; Antonio de Almeida Carvalho, Tenente; Joaquim Rodrigues Coelho Kelles, Tenente Ajudante; Leopoldo Frederico Tompson, Tenente; Mariano da Silva Gomes, Alferes; José Manoel Justino, dito; Pedro José de Albuquerque da Camara, Capitão, José Joaquim Ferreira, Tenente; João do Rego Marques, Alferes; Manoel Joaquim de Azevedo Pontes, Alferes Secretario; Gustavo José do Rego, Porta-Bandeira; José Bonifacio da Silva, Alferes; Sebastião Rangel da Silva, Capitão; Felicio Paes Ribeiro, Capitão-Mandante. Secretaria de Estado, 17 de Julho de 1831. — José Ignacio da Silva.

Relação dos Cidadãos Militares de que trata o aviso expedido ao Commandante das Armas da Corte e Provincia, na data de hoje.

O Capitão Manoel Ignacio de Carvalho de Mendonça, o Tenente Elizário Garcez de Araújo, o Capitão Ignacio de Sequeira Leão, o Alferes José Joaquim de Moura, o Tenente-Coronel de Engenharia João Vicente Gomes, o Alferes José Ignacio Meirelles, o 2º Tenente Vicente Delgado Freire de Castilho, o 2º Tenente do 5º Corpo de Artilharia Joaquim Francisco de Souza Navarro, o Capitão do 3º Regimento de Cavallaria de linha Antonio Manoel de Mello, o Tenente-Coronel graduado José Manoel Carlos de Gusmão, o Capitão do 1º Batalhão Roberto Joaquim Cuihen, o Secretario do Commando das Armas Francisco de Paula Souza Motta, o Capitão Manoel Antonio da Fonseca Costa, o Major Graduado Official Maior do Quartel General Luiz da Costa Franco e Almeida, o 2º Escripturnario do Quartel General João José Pereira de Carvalho, o Capitão de Cavallaria de Estado Maior José Alexandrino Villas-Bôas Coutinho, o Major do detalhe do Quartel General Antonio Gomes Ribeiro, o 2º

Escripturário do Quartel General José Lazaro da Rosa, o Amanuense do Quartel General Joaquim Maria de Souza, dito Paulo José de Mendonça, o Cadete do 5º Batalhão João Ferreira da Silva Lima, o Major Pedro Francisco Guerreiro Drago, o Ajudante aggregado José Ignacio de Freitas Vianna, o empregado no Quartel General Luiz Antonio Goulart, dito João Marianno de Barros, o Ajudante José Gonçalves de Amorim, o Alferes Secretario Manoel Alexandre dos Santos, o Capitão José Joaquim da Nobrega, o dito José Pedroso Duarte, o Alferes Verissimo dos Reis de Mello Trant, o Capitão João Nepomuceno Castrioto, dito Luiz Antonio Favilla, dito João Vieira da Silva, o Coronel Commandante do 5º Batalhão João Chrysostomo da Silva, o Capitão do dito Luiz Manoel de Lima, o dito do dito Manoel Lopes Rangel, o dito do dito Marianno Joaquim de Serqueira, o Ajudante do dito Francisco Galdino Ferreira, o Tenente do dito Luiz Pereira da Fonseca, o Alferes do dito Manoel de Jesus Abreu, o dito do dito Francisco José de Paiva, o Capitão Felício Paes Ribeiro, o dito João dos Santos, o Tenente do Batalhão 26 Antonio Lopes da Fonseca e Souza, o Tenente Quartel-Mestre do 5º Batalhão Manoel Alves Coelho, o Tenente do dito Batalhão José da Costa Barros, o Alferes Secretario do dito José Antunes de Azevedo, o Tenente do dito Manoel Carlos Martins, o Alferes do dito Francisco Xavier de Moraes, o Tenente do dito Francisco Antonio da Silva, o Alferes do 1º de Caçadores José Bernardes de Brito, o Alferes Manoel Fortunato de Moraes, o Tenente José Maria de Moraes, o Alferes Luiz Antonio de Oliveira, o Tenente do 1º Batalhão Candido Pereira Monteiro, o 1º Cadete Constantino Marçal de Souza, o Cadete do Batalhão de Caçadores n. 25 Luiz Carlos Cardoso Cajueiro, o 2º Tenente da Armada Nacional e Imperial Ernesto Alves Branco Moniz Barreto, o Capitão do Corpo de Veteranos Thomaz da França Xavier Brum, o Cadete João Firmino Salgueiro, o Ajudante de Artilharia Francisco Elias Pereira, o Alferes Ajudante Jorge Castrioto, o Alferes Antonio José Pimentel Junior, o Capitão Manoel Luiz Tapiti de Albuquerque Maranhão, o 2º Tenente Francisco Leitão de Almeida, o Alferes Joaquim Ignacio de Carvalho Mendonça. Secretaria de Estado, 17 de Julho de 1831. — José Ignacio da Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 17, vol. 18.*

AVISO DE 17 DE JULHO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Querendo a Regencia, em nome do Imperador, ter diariamente exacto e circumstanciado conhecimento do estado dos corpos da Guarnição da Corte, tanto pelo que respeita á força que existe disponível, depois de dividida a necessaria para as guardas, como acerca do seu estado de subordinação e mais circumstancias, resolveu, em consequencia, que V. Ex. se apresente todos os dias, pelas 11 horas da manhã, perante a Regencia, no Palacio do Governo,

para dar conta do indicado, apresentando hum Mappa bem explicito da tropa da guarnição, com todas as observações que a V. Ex. pareça dignas de attenção e de alguma providencia do Governo; ficando, além disto, V. Ex. na intelligencia de communicar promptamente, pelo seu Ajudante de Ordens, qualquer occorrença que mereça attenção relativamente ao socego publico. O que participo a V. Ex. para seu conhecimento e execução. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 17 de Julho de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. José Joaquim de Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 18, vol. 18.*

AVISO DE 17 DE JULHO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Porquanto seja da maior urgencia guarnecer convenientemente os importantes pontos do Thesouro, Banco, Caixa de Amortização, Arsenal do Exercito e Casa das Armas da Conceição, sobre os quaes possão tener os inimigos da ordem algum ataque, e não devendo jámais confiar-se a guarda de taes estabelecimentos senão áquella força em quem o Governo reconheça fidelidade e segurança, resolveu, em consequencia, a Regencia, em nome do Imperador, que V. Ex., procedendo a formar hum corpo dos Officiaes que voluntariamente concorrão a prestar seus serviços na actualidade, e que se achão desligados de corpos ou que mesmo nelles não são empregados, organise com elles as guardas dos pontos em questão, ordenando ao Commandante nomeado para cada humo que se apresentem no Palacio do Governo, para receberem, além das ordens de que V. Ex. os munir, aquellas instrucções que pareçam á Regencia convenientes. O que participo a V. Ex. para seu conhecimento e immediata execução. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 17 de Julho de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. José Joaquim de Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 18, vol. 18.*

AVISO DE 17 DE JUNHO.

Imp. avulso.

Exm. e Rev. Sr. — A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem que V. Ex. informe, sem perda de tempo, por esta Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, quantas são as pessoas empregadas na Bibliotheca Imperial e Publica desta Corte, e quaes sejam as suas naturalidades; e, quando não sejam Brasileiros, declare a que Nações pertencem, ha que tempo residem nesto Imperio, e que titulos offerecem para se considerarem Cidadãos Brasileiros. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 17 de Julho de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Bispo d'Anemuria. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 26, vol. 18.*

CARTA DE GABINETE, DE 18 DE JULHO.

Imp. avulso.

Republica Peruana. — Ministerio de Estado do Despacho das Relações Exteriores. — Casa do Supremo Governo, em Lima, a 18 de Julho de 1831. — 12. — Senhor, o abaixo assignado, Ministro das Relações Exteriores do Perú, levou ao conhecimento do seu Governo a Nota do Sr. Encarregado de Negocios de Sua Magestade o Imperador do Brazil, em que se serve communicar-lhe que, havendo o Senhor D. Pedro I abdicado voluntariamente a Corôa em favor de seu Augusto Filho o Senhor D. Pedro II, procedêrão os Representantes da Nação Brasileira a nomear huma Regencia Provisoria para que governe durante a minoridade do Monarcha. O Governo do abaixo assignado se compraz de que a medida indicada haja impedido os males que poderiam haver-se desenvolvido no Imperio com a repentina abdicção do Senhor D. Pedro I, e deseja ardentemente que, continuando tranquillo, consolide suas instituições e aumente sua prosperidade. E o abaixo assignado, ao transmittir os votos do seu Governo ao Sr. Encarregado de Negocios, lhe reitera os protestos de apreço e consideração, com que he seu attento servidor. — (Assignado) Carlos Pedemonte. — Sr. Encarregado de Negocios de Sua Magestade o Imperador do Brazil. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 124, vol. 18.*

AVISO DE 18 DE JULHO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Restituindo a V. Ex. as Representações do Commandante e Officiaes do 5.º Batalhão de Caçadores de 1.ª linha; bem como dos outros Cidadãos Militares que V. Ex. me enviou da parte da Camara dos Srs. Deputados, com o seu Officio datado de hontem, os quaes militares, animados de verdadeiro patriotismo, offerecerão seus serviços em defesa da Patria, das leis e poderes constituídos, tenho de communica-los a V. Ex., para conhecimento da mesma Camara, que o Governo, fazendo justiça a tão briosos militares, e louvando tambem a manifestação de tão patrióticos sentimentos, ordenou que os seus nomes fossem publicados na Ordem do Dia, para que o Exercito os reconheça como dignos companheiros dos que nas suas fileiras se tem manifestado fieis defensores da Patria. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 18 de Julho de 1831. — Manoel da Fonseca Lima. — Sr. Antonio Pinto Chichorro da Gama. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 18, vol. 18.*

PROCLAMAÇÃO DE 18 DE JULHO.

Imp. avulso.

Comparochianos e amigos! Desastrosos acontecimentos tem, ha dias, perturbado a publica tranquillidade na Capital do Imperio, manchando-se por esta maneira a gloria adquirida no sempre

memoravel dia 7 de Abril! Em tão tenebrosa crise, quanto he o meu jubilo vendo que todos os meus comparochianos, possuidos do mais digno fogo patriótico, estão dispostos a manter a boa ordem e a segurança individual neste Districto! Ter a mais ampla confiança na nossa Augusta Assembléa, obedecer ás Leis, respeitar o Governo e autoridades constituídas, he o primeiro dever de todo o cidadão honrado; estes são os salutaes preceitos que nos impõe a Constituição que solemnemente jurámos; e aquelle que illudidamente delles se afasta huma só linha offende a mesma Constituição, dilacera a sua Patria com os terriveis males da anarchia e derriba o nosso Magestoso Edificio Social, cujas bases são Independencia e Liberdade legal. Sim, amigos meus, vós sois convencidos destas verdades; por isso tudo confio de vós. Sirvão-nos de norte as sabias recommendações que nas Proclamações de 15 do corrente nos faz a Regencia e a Augustissima Camara dos Deputados, nossos Dignoissimos Representantes; e com a maior firmeza e enthusiasmo repitamos com elles: — Viva a Nação Brasileira! Viva a Constituição jurada! Viva o nosso Joven Imperador! Viva a Assembléa Geral! Praia Grande, 18 de Julho de 1831. — O Juiz de Paz Suplente, Alexandre Pinto de Carvalho. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 18, vol. 18.*

AVISO DE 18 DE JULHO.

Imp. avulso.

Os Srs. Commandantes dos Corpos Municipaes avisarão aos Commandantes das Esquadras dos seus respectivos districtos a prompta execução dos arts. 8 e 9 da Lei de 14 de Junho do presente anno; notando mais aquelles cidadãos que tiverem cavallo, e determinando aquelles que tiverem farda de se apresentar sempre com ella, todas as vezes que estiverem de serviço; recommendando mais aos Srs. Commandantes dos corpos que participem aos das Esquadras para que cada hum tenha huma matraca, e que avisem aos cidadãos que a ellas pertencerem que, logo que a ouvirem, reúnão-se á sua porta, e que as tenham promptas até a ordem dos seus respectivos Commandantes de corpos. Recommendo mais aos Srs. Commandantes dos corpos a execução, com a brevidade possível, dos arts. 10 e 11 da mesma Lei, e o art. 2 da de 17 de Julho do mesmo anno, com a coadjuvação dos seus respectivos Juizes de Paz; e fazendo-se necessario para o bem do serviço da Patria que tenham seus Ajudantes, recommendo-lhes que passem a nomea-los, não excedendo de 4, e que, por via delles, me remetão as partes geraes do dia antecedente, e receberão as ordens que julgarem convenientes para bem da tranquillidade publica. Espero dos Srs. Commandantes dos corpos e das Esquadras que despenhem a confiança que nelles depozêrão os nossos concidadãos, e que estes da sua parte nos cooperem para a felicidade e honra da nação, e particularmente do briosso povo Fluminense. — Rio de Janeiro, 18 de Julho de 1831. — Sebas-

tião do Rego Barros, Commandante Geral das Guardas Municipaes. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 17, vol. 18.*

AVISO DE 18 DE JULHO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Convindo que o Batalhão de Caçadores n. 11 de 1.ª linha, que deve chegar ao Porto da Estrella, no dia 21 do presente mez, seja dali conduzido para o Quartel de S. Christovão, em que esteve o Batalhão do Imperador, determina a Regência, em nome do Imperador, que V. Ex. haja de encarregar esta diligencia a hum official militar que passará os necessários recibos das despesas que se fizerem com o transporte do mesmo Batalhão, afim de serem logo pagos pela Thesouraria Geral das Tropas; e outrossim que, logo que constar a V. Ex. a chegada do corpo a S. Christovão, proceda V. Ex. á sua redução, na conformidade do Decreto e Plano de 5 de Maio, passando para a Fortaleza de S. João as praças de pref. que tem de ir para as outras Províncias, e o restante que aqui quizer ficar para o 1.º corpo de Artilharia de Posição, a que ficarão addidas; sendo os respectivos Officiaes considerados como avulsos, cuja relação nominal V. Ex. remetterá a esta Secretaria para se lhe mandar abonar os seus respectivos soldos, na conformidade das suas guias. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 18 de Julho de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva — Sr. José Joaquim de Lima e Silva. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 20, vol. 18.*

AVISO DE 18 DE JULHO.

Imp. avulso.

A Regência, em nome do Imperador, manda remetter a Vm. a guia inclusa dos Officiaes e praças de pref. do extinto Batalhão de Caçadores n. 10 de 1.ª linha da antiga numeração, afim de que, ficando depositada na Thesouraria Geral das Tropas da Corte, abone Vm. á vista dellá, os respectivos soldos aos Officiaes e continue a abonar. Deos guarde a Vm. Palacio do Governo, em 18 de Julho de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva — Sr. Ignacio Viegas Tourinho Rangel. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 20, vol. 18.*

AVISO DE 18 DE JULHO.

Imp. avulso.

Manda a Regência, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar á Camara Municipal da Villa de Itá que lhe foi presente o seu Officio de 18 do mez passado, pelo qual lhe fez saber quanto ficou horrorisado pela noticia de haverem alguns espiritos inquietos pretendido abalar nesta Capital a tranquillidade publica, e que, sendo-lhe muito agradavel estas demonstrações do seu patriotismo, continuão a ser empregados todos os

esforços para que se não perturbem a paz interna dos cidadãos, a boa ordem publica e a observancia da Lei. Palacio do Rio de Janeiro, em 18 de Julho de 1831. — José Lino Coutinho. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 26, vol. 18.*

No mesmo sentido se respondeu aos Officiaes das Camaras Municipaes das Villas de Santos, de S. Carlos, Campanha da Princeza, Caethi, Taubaté, Arçás, Guaratuba, S. Salvador dos Campos, S. João d'El-Rei e Praia Grande, e aos Presidentes de Goyaz e Minas Geraes, tudo em diferentes datas. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 26, vol. 18.*

AVISO DE 18 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

A Regência, em nome do Imperador, manda remetter a V. S. a copia inclusa do officio da Secretaria da Camara dos Deputados que acompanhou a representação, também junta por copia, de hum grande numero de cidadãos militares e paisanos que se offerecem em defesa da Constituição, das Leis e dos Poderes constituidos, e hem assim do parecer da Commissão respectiva a que foi presente; e ordena que V. S. faça imprimir tudo na Typographia Nacional, afim de se fazerem publicos os nomes de tão dignos Patriotas, distribuindo-se os exemplares com o *Diário do Governo*. Paço, em 18 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Januario da Cunha Barbosa. — *Acha-se a fl. 59 v. do Liv. 11 da Corte.*

AVISO DE 18 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Accusando a recepção do officio que Vm. acaba de dirigir-me, na data de 17 do corrente, reclamando que o Francez Osaine seja transferido para o Hospital Militar, afim de ser ali tratado com mais commodidade, que não offerece a enfermaria da Cadea, onde se acha, cumpre-me certificar a Vm. que o Governo, tendo unicamente em vista a punição dos delictos, sem contido esquecer-se dos deveres da humanidade, tem ordenado, nesta data, ao Corregedor do Crime da Corte e Casa que faça remover o sobredito preso para aquelle Hospital, debaixo da segurança que exigir a natureza do seu delicto. Deos Guarde a Vm. Paço, em 18 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Conde de Gestas. — *Acha-se a fl. 60 do Liv. 11 da Corte.* — Communicou-se ao Desembargador Corregedor do Crime da Corte e Casa, na mesma conformidade, para o poder remover para o Hospital Militar.

PORTARIA DE 18 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Tendo sido nomeado Sebastião do Rego Barros Commandante Geral das Guardas Municipaes desta Cidade, para servir emquanto se não mandado o contrario, debaixo das Instruções que

a esta acompanhar por copia, manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justica, que a Camara Municipal desta Cidade haja de officiar ao sobre-dito Commandante Geral, indicando-lhe o dia em que, na conformidade do art. 6 das Instrucções, deverá prestar o juramento marcado no art. 13 do Decreto de 14 de Junho passado, executando tambem a mesma Camara a parte que lhe prescreve o art. 4.º Palacio do Rio de Janeiro, em 18 de Julho de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—*Acha-se a fl. 60 do Liv. 11 da Corte.*

DECRETO DE 19 DE JULHO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral.

As Praças de Pret do Corpo de Artilharia da Marinha vencerão d'ora em diante as etapes estabelecidas para o Exercito pela Carta de Lei de 24 de Setembro de 1828, cessando, porém, este vencimento quando embarcadas, por serem então contempladas com a ração de bordo.

José Manoel de Almeida, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 19 de Julho de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Braulio Moniz.—José Manoel de Almeida.

PROVISÃO DE 19 DE JULHO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de Pernambuco que, pela resolução de 13 do presente, tomada em consulta do Concelho da Fazenda de 12 de Janeiro do corrente anno, sobre os seus officios de 29 de Abril e 11 de Novembro de 1829, relativos á arrematação do contracto da iluminação da Cidade a Emigdio de Souza Lobo Brandão, pelo triennio do 1.º de Janeiro de 1829 a 31 de Dezembro de 1831, resolveu a Regencia, em nome do Imperador, approvar esta arrematação, por ser de empreza, cujo onus e despezas já foram encetados pelo contractador, tendo a Fazenda Publica sómente a obrigação de pagar o que ajustou, e as autoridades o direito de fiscalisar a observancia das condições. Quanto á continuação do contracto antecedente, que pretende este contractador continuar, e faz o objecto da primeira representação da Junta, nada ha a deliberar, por ter a arrematação subsequente prevenido a questão da continuação. O que se lhe participa para sua intelligencia. José Francisco de Medeiros a fez no Rio de Janeiro, em 19 de Julho de 1831. Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever.—Bernardo Pereira de Vasconcellos.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 69, de 22 de Setembro de 1831.*

AVISO DE 19 DE JULHO.

Imp. avulso.

A Regencia, tomando em consideração a necessidade que ha hoje, mais do que nunca, de se promover o andamento dos processos dos réos, pela sua accumulção nas Cadeas, ha por bem, em nome do Imperador, que V. S., na conformidade do Aviso de 6 de Dezembro de 1827, ponha em execução a medida que offereceu pelos seus officios de 27 a 28 de Maio ultimo, de convocar successivamente tantas relações quantas fôrem necessarias para o dito fim. Deos Guarde a V. S. Paço, em 19 de Julho de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. José Paulo de Figueiróa Nabuco Araujo.

AVISO DE 19 DE JULHO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr.—Queira V. Ex. expedir as necessarias ordens para que no Arsenal da Marinha estejam promptas embarcações sufficientes para transportarem não só 200 praças, mais ou menos, do extincto corpo da Policia, como 571 de diferentes corpos. Por esta occasião, tenho de rogar a V. Ex. que se digne effectuar o afretamento do brigue *Flor do Rio*, conforme as condições offerecidas pelo proprietario. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 19 de Julho de 1831.—Manoel da Fonseca Lima e Silva.—Sr. José Manoel de Almeida.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 19, vol. 18.*

AVISO DE 19 DE JULHO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr.—Devendo amanhã acharem-se promptas no Arsenal de Marinha, á ordem de V. Ex., embarcações sufficientes para transportarem para bordo do brigue *Flor do Rio*, que tem de largar para Pernambuco, 200 praças das que vão com passagem para os corpos daquela Provincia, cumpre que V. Ex., nesta intelligencia, faça apromptar taes praças, com exclusão por ora das da policia, escolhendo das que sejam naturaes da referida Provincia ou do Ceará, e as mande amanhã, pelas 11 horas da manhã, ao Arsenal da Marinha para embarcarem, remettendo-me V. Ex. as relações das praças em questão para serem enviadas ao respectivo Commandante das Armas. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 19 de Julho de 1831.—Manoel da Fonseca Lima e Silva.—Sr. José Joaquim de Lima e Silva.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 19, vol. 18.*

AVISO DE 19 DE JULHO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, que a Junta da Fazenda dos Arsenaes do Exercito, Fabricas e Fundições, mande entregar hoje, pelas

3 horas da tarde, á disposição do Conselheiro Juiz da Alfandega, 50 espingardas, outros tantos sabres e pistolas, com 16 cartuchos emballados cada huma, para se armarem as rondas e remeiros dos escaleres da referida Repartição, como requisitou o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda. Palacio do Governo, em 19 de Julho de 1851. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 19, vol. 18.*

AVISO DE 19 DE JULHO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, participar ao Commandante das Armas da Provincia de S. Paulo que lhe foi presente o seu Officio de 2 do corrente mez; e ficando sciente do quanto expõe relativamente ás passagens de praças que pertencão, por suas naturalidades, a outras Provincias, manda significar-lhe que já em Portaria Circular de 18 do corrente mez se providenciou acerca de semelhante objecto, como lhe deveya constar. Palacio do Governo, em 19 de Julho de 1851. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 19, vol. 18.*

AVISO DE 19 DE JULHO.

Imp. avulso.

Estando a largar deste porto para a Provincia de Pernambuco o brigue *Flor do Rio*, que transporta 200 praças dos corpos da Corte, com passagem para os da referida Provincia, da qual e do Ceará são naturaes, manda, em consequencia, a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, remetter ao Commandante das Armas da sobredita Provincia de Pernambuco a Relação inclusa de tres praças, assim de que, á sua chegada, lhes dê logo o indicado destino, distribuindo-as pelos corpos da guarnição, e ficando na intelligencia de que em breve se lhe remetterão as guias. Palacio do Governo, em 19 de Julho de 1851. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 20, vol. 18.*

AVISO DE 20 DE JULHO.

Imp. avulso.

Alm. e Exm. Sr. — No patacho *Doze de Outubro*, prestes a largar deste porto com escala por essa Provincia do Espirito Santo, vão ser transportadas 11 praças da extincta divisão militar da policia da Corte, das quaes 6 vão com passagem de praça para o corpo de 1.ª linha ahi existente, e 5 demittidos do serviço. Cumpre pois que, á chegada da referida embarcação, e á vista das inclusas relações, dê V. Ex. aos individuos nellas designados os destinos marcados. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 20 de Julho de 1851. — Manoel da Fonseca Lima

e Silva. — Sr. Joaquim Alberto de Souza da Silveira. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 20, vol. 18.*

PROVISÃO DE 20 DE JULHO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Fago saber á Junta da Fazenda da Provincia do Espirito Santo que, fazendo-se necessario á Camara dos Deputados, segudo o Aviso do Secretario de 27 do mez proximo passado, mapps de importação e exportação do commercio interno e externo do Imperio, determina a Regencia, em nome do Imperador, que a mesma Junta mande formalisar com toda a urgencia e enviar ao dito Thesouro os que respeitão á essa Provincia e ao anno financeiro do 1.º de Julho de 1850 ao ultimo de Junho do corrente anno, debaixo de todas as clarezas e circumstancias precisas. O que se lhe participa para sua intelligencia e execução. Francisco da Costa Barros da Fonseca a fez no Rio de Janeiro, em 20 de Julho de 1851. Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 69, vol. 18.*

N. B. Nesta conformidade se expedirão ás mais Provincias a cargo da Terceira Repartição.

REPRESENTAÇÃO DE 20 DE JULHO.

Imp. avulso.

Os abaixo assignados, Cidadãos Brasileiros residentes na Freguezia de S. João Baptista da Villa da Praia Grande, não obstante verem manifestados legalmente seus sentimentos patrioticos nas representações que a Camara Municipal da mesma Villa acaba de fazer á Augusta Assembléa e a Regencia do Imperio, por occasião dos tumultuosos acontecimentos que ultimamente occorreram na Capital, os quaes sobremaneira magoaram os corações de todos os amantes da boa ordem e prosperidade publica, não obstante que, na Proclamação datada de 18 do corrente, feita pelo seu benemerito Juiz de Paz, assaz se justificou quanto tem sido o enthusiasmo dos abaixo assignados, não só nesta melindrosa crise, como desde o sempre memoravel dia 7 de Abril; apresentando-se espontaneamente ao mesmo Juiz de Paz formando fortés, patrulhas municipaes a pé e a cavallo, com as quaes felizmente se tem mantido a tranquillidade publica em todo este districto; contudo, não julgão completos os seus desejos sem que por meio das suas proprias assignaturas ratifiquem suas protestações de inabalavel constitucionalidade, affecto ao nosso Joven Imperador Brasileiro, inteira confiança na mesma Augusta Assembléa e na Regencia, obediencia ás leis, o respeito ás legitimas autoridades, como tão sabiamente nos recomendam as Proclamações de 15 do corrente mez; sendo estas justificadas as bases do liberal systema que jurámos, unidos, que pôde fazer a nossa futura prosperidade e engrandecimento do Colossal Imperio Brasileiro.

Villa da Praia Grande, 26 de Julho de 1831. — Luiz Pinto Coelho, Capitão da 2ª linha; o 1º tabellião José Ergildo da Silva, Joaquim Antonio Corrêa Bacellar, Eleitor; Luiz José Murinel, Manoel José Pimenta, Manoel Rodrigues de Amorim, Eleuterio Joaquim da Silva, Bernardino Antonio de Souza Queiroz, João Manoel Alves de Mattos, Basilio Antonio de Sequeira Barbido, José Carneiro Flores, Manoel José de Souza Silva, Manoel João de Vargas Vasconcellos, Manoel José Rodrigues de Carvalho, Manoel Teixeira da Cunha, Francisco Xavier da Costa Rego, Romão José Luiz, Manoel Domingues, Philippe Corrêa, Antonio Daniel de Azevedo Braga, José Rodrigues dos Santos, Bernardino de Senna Reis e Almeida, o Capitão Martinho Alves Carneiro, Constantino Nogueira Guimarães, Luiz Antonio Nogueira Guimarães, Antonio Manoel Rebello, Thesonreiro da Sisa; José Joaquim Custodio, o Padre Francisco Manoel de Almeida Guimarães, Cyriaco Cypriano Claro, Manoel Alves de Andrade, Pedro Antonio Gomes, Secretario da Camara Municipal; João José de Souza Silva Rio, Candido José da Motta, Albino José de Brito, Justino Antonio Lopes, Antonio Laço Cabral, Manoel Ferreira Campos, Manoel Joaquim Braz, Antonio Joaquim Brum, Alexandre José de Almeida, Miguel José Ferreira Chaves, Bernardino Antonio Alves Ferro, o Juiz de Fora pela lei Miguel de Frias e Vasconcellos, o Escrivão de Orphãos e 2º Tabellião Manoel de Lares Pinto, Miguel Thomaz da Silva, José Maria de Aguiar, José Joaquim Leal, Vicente Coelho, Manoel Caetano dos Santos, Caetano Therzo, Germano Pereira dos Santos, José de Souza Teixeira, Piloto; Antonio Marques de Campos, Joaquim José Teixeira Chaves, Luiz José Soares Pinheiro, o Vigario Jacintho José Pinto Moreira, o Padre Bernardo José Maria Lopes, José de Moraes, José Victorino de Vilhena, Antonio José Ramos Maia, Antonio Mauricio de Mendonça, o professor Francisco José Lopes, Felicio José da Costa Silva, Januario Ferreira Moreira, Manoel Gonçalves Gomes, Florentino José Ferreira, José de Souza Vieira, 1º piloto da Praça; Domingos José Machado, Tenente reformado de 2ª linha; Eusebio Joaquim Coelho, Antonio de Almeida, João Pereira Soares, Theodoro Penafiel de Alcantara, o Vigario desta Villa Thomaz de Aquino, João da Cunha Fonseca, Manoel José de Souza, Luiz José de Brum, Domingos Gomes de Oliveira, Antonio José de Araujo, José Caetano, João da Costa, Isidoro Francisco, Manoel Antonio Dias, Miguel Joaquim Brum, João Antonio Carvalho, Queripo José de Vargas e Vasconcellos, Manoel José Pinto, André de Moura Velho, José Leandro de Mattos Pinto, Manoel da Silva Raposo, Manoel José Pereira Maia Junior, José Nunes do Nascimento, Alferes do corpo de Ordenanças; o Capitão-Mór Gabriel Alves Carneiro, Julião Baptista de Souza Cabral, Luiz Pinto Corrêa de Sampaio, Antonio Luiz de Mello, Domingos José de Souza, Antonio Pinto Coelho de Souza, Alferes Secretario do Batalhão n. 14 de 2ª linha; Pedro José Leite, o Padre José Narciso Machado,

o Sargento-Mór reformado Francisco Rodrigues da Cunha, Francisco Antonio Pires, Luiz Antonio da Costa Barradas, Official da Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha; Luiz Ribeiro Peixoto, Official da Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha; o Padre Fernando Pinto de Almeida, o Sargento-Mór reformado José Joaquim Rodrigues Bragança, Carlos Xavier de Rezende, Pedro José Ferreira, João Pedro de Alcantara, Joaquim José Portugal, Lucio José Portugal, Luiz José dos Santos, Augusto José da Costa, José Jeno, Joaquim José Ferreira, Manoel José da Silva, Sargento-Mór Francisco das Chagas Costa Silva, Christovão André, Francisco Sure Maia, Francisco Thomaz Freire, Antonio Leal da Cruz, Alferes Quartel-Mestre da 2ª linha, Theodoro de Vargas de Faria, Tenente da 2ª linha; Luiz José da Fonseca, Alferes da 2ª linha; Francisco Vieira Amorim, Tenente da 2ª linha; Antonio Loureiro Vianna, Proprietario e com negocio; Manoel Pinto Ferreira, Alferes de 2ª linha; Jacome José Varella, Proprietario; Francisco Borges dos Santos, Proprietario; José de Souza Lordello, negociante; João Homem do Amaral, Capitão-Mór reformado; Antonio Ferreira de Araujo, Jorge de Villa-Nova Ribeiro, Antonio Gomes de Oliveira, Manoel Fernandes de Castro, o Padre Manoel Thomaz Pimenta, José Maria Falcão, José Antonio Ferreira Vianna, Joaquim José de Souza, Antonio Joaquim Ferreira, Alferes da Silva, Antonio Ferreira de Almeida, Marcos Antonio, Purcino Mattos de Jesus, Antonio da Fonseca e Siqueira, Philippe Alves de Brito, Joaquim Bernardino Velloso, Manoel Antonio da Silva Braga, Manoel José da Silva, Rodrigo Antonio da Silva Guimarães, Simão Henriques de Souza, Francisco de Salles Ribeiro, José Ribeiro de Athaide, Domingos Francisco, Simão Rodrigues de Araujo, Capitão de 2ª linha; Manoel Furtado, Francisco José Ferreira, Manoel Rodrigues dos Passos, Fiscal; Silverio Rodrigues, João da Silva, Fortunato José de Carvalho, Feliciano José Pereira, Valentim Rodrigues de Araujo, Manoel Joaquim, o Padre José de Souza Dias, Antonio do Patrocinio Quintanilha, José Martins Almada, José Cardoso de Souza, Juiz de Paz da Freguezia de S. Lourenço; João Pinto de Sampaio, Capitão de Milicias; Luiz José do Amaral, Manoel José Martins do Amaral Grugel, Joaquim Bernardino Pereira, João Sabino Alves de Lima, Silvestre dos Reis Nunes, Francisco Sebastião Guedes Pereira Lima, João José da Costa, Juiz de Paz Supplente da Freguezia de S. Lourenço; Delfino José da Silva, José da Silva, Manoel Francisco da Motta, Silvestre Pinto da Silva, Manoel Francisco Gomes, Miguel Thomaz da Silva, Albino Gomes, Joaquim José Marianno, João Pereira Gomes, Maximo Pinto da Silva. —

Acha-se no Diario Fluminense n. 37, vol. 18.

PORTARIA DE 20 DE JULHO.

Imp. avulso.

No patacho *Doze de Outubro*, preste a largar deste porto para a Província de Pernambuco, vão ser transportadas 66 praças da extincta divisão militar da policia da Corte, das quaes 29 são demittidas do serviço e regressão aos lugares de seus nascimentos; e 37 vão com passagem de praça para os corpos de 1.^a linha pertencentes á referida Província, pelo que manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, remetter ao Commandante das Armas da Província de Pernambuco as inclusas relações das praças em questão, afim de que, á chegada dellas, lhes dê os destinos marcados. Palacio do Governo, em 20 de Julho de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 20, vol. 18.*

PORTARIA DE 20 DE JULHO.

Imp. avulso.

Sendo presente á Regencia, em nome do Imperador, o Officio de 3 de Julho corrente do Commandante das Armas da Província de S. Paulo, no qual, dando conta de haver procedido á organização do Batalhão de Caçadores n. 6 de 1.^a linha, na conformidade do Decreto de 3 de Maio e Aviso de 27 do mesmo mez, e inclue a Representação da Officialidade daquelle corpo, pedindo que sejam delles exclusos o Coronel Carlos Maria de Oliva, Tenente-Coronel João Affonso de Almeida, os Majores João Carlos de Beaufort e Luiz Emigdio de Castro, o Cirurgião-Mór Joaquim Antonio Pinto, Tenentes Vicente José Cardoso, Antonio José Osorio, Joaquim José Guimarães, José Antonio Ramalho e Joaquim Lopes Pereira Bastos, resolveu a mesma Regencia, em nome do Imperador, tomando em consideração este objecto, que os ditos Officiaes fiquem desde já considerados como avulsos, enquanto se não dá, com mais reflectida deliberação, definitiva providencia a tal respeito; o que manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, participar ao dito Commandante das Armas para seu conhecimento e prompta execução. Palacio do Governo, em 20 de Julho de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 20, vol. 18.*

AVISO DE 20 DE JULHO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — A Regencia, em nome do Imperador, a quem acaba de ser presente o requerimento incluso de Faustino Francisco dos Reis, Alferes do Batalhão de Caçadores n. 5 de 1.^a linha, pedindo desaffronta dos insultos e máos tratamentos que diz recebera, na noite de hontem 19 do corrente, do Major João Manoel de Lima, que se achava de guarda, manda remetter a V. Ex. o requerimento em questão, afim de que,

procedendo á mais escrupulosa averiguação sobre o acontecido, e achando crime provado, proceda immediatamente contra o culpado na forma da lei, dando conta ao Governo sem perda de tempo. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 20 de Julho de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. José Joaquim de Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 21, vol. 18.*

AVISO DE 20 DE JULHO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Devendo amanhã, pelas 10 horas da manhã, acharem-se na Fortaleza de S. João as necessarias lanchas que hão de transportar para bordo do Patacho *Doze de Outubro* 77 praças da extincta Divisão Militar da Policia, que vão ser conduzidas ás Províncias do Espirito Santo e de Pernambuco, algumas das quaes levarão passagem para os corpos dellas, e as outras recolhem aos lugares de suas naturalidades, com demissão do serviço, cumpre que V. Ex., á vista das Relações e Portarias que remetto inclusas para serem transmittidas por V. Ex. nesta occasião ás suas direcções, mande, á hora do dia indicado, verificar o embarque e a entrega das Portarias a pessoa de confiança. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 20 de Julho de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. José Joaquim de Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 21, vol. 18.*

AVISO DE 20 DE JULHO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo alguns inimigos da ordem e tranquillidade publica conseguido inspirar na tropa desta Capital o espirito de insurreição que desgraçadamente se manifestou no dia 15 do corrente, derramando a consternação e o susto nos pacificos habitantes, e pondo em risco, por hum exaltação do momento, a dignidade nacional, as propriedades, honras e vidas dos cidadãos, manda a Regencia, em nome do Imperador, participar a V. Ex. tão infausto successo para sua intelligencia. E convido evitar que espiritos desorganizadores ou menos reflectidos se aproveitem das noticias deste acontecimento para desfigurarem factos, incutirem temores, semear desconfianças e promoverem perturbações, cumpre que V. Ex. empregue todos os esforços em conservar inalteravel a paz e o sossego dos povos; fazendo-lhes ao mesmo tempo constar que a firmeza dos seus representantes do Governo nesta crise; a sua prudencia bem combinada em suas medidas com a necessaria energia, tem conseguido salvar a Dignidade Nacional e restabelecer a ordem, a confiança e a união social. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 20 de Julho de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Barão de Itapicuru-Mirim. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 22, vol. 18.*

Na mesma conformidade para as outras Províncias do Imperio.

PORTARIA DE 20 DE JULHO.

Coll. Plancher.

Acontecendo algumas vezes apparecerem em scena no Theatro desta Capital peças que, bem longe de concorrer para o honesto entretenimento dos cidadãos, pelo contrario, offendem a moralidade, e algumas até podem alterar a tranquillidade publica, manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, lembrar á Camara Municipal desta Cidade a necessidade de quanto antes fazer-se huma Postura, afim de que o Juiz de Paz respectivo ou o Intendente da Policia, seja encarregado de ver a peça antes de ser representada, afim de ser por este notada a passagem offensiva da moral ou tranquillidade publica, quando a contenha, pois que, competindo á mesma Camara prohibir obscenidades que atacão os bons costumes, e autorisar os espectaculos publicos, comtanto que não offendão os mesmos, e promover os meios de manter-se a tranquillidade, pôde, sem duvida, determinar as clausulas de taes concessões. Palacio do Rio de Janeiro, em 20 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó.

PORTARIA DE 20 DE JULHO.

Coll. Mineira.

Em solução á duvida proposta pela Camara Municipal da Cidade de Cabo Frio, em officio de 12 do corrente, manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar á referida Camara que, no caso de adoecer de molestia grave ou prolongada, qualquer Vereador, depois de ter servido, não se deve por isso demittir, porém chamar o Supplente para supprir a sua falta, até que aquelle se dê por prompto, como he do espirito da Lei, sendo desnecessario interpretação alguma sobre este objecto á mesma Lei, a qual, todavia, compete á Assembleia Geral Legislativa e não ao Governo, pois este só pôde esclarecer as duvidas que se offerecerem acerca da sua execução. Palacio do Governo, em 20 de Julho de 1831. — José Lino Coutinho.

AVISO DE 20 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, ordena que V. S. mande tirar quanto antes huma relação dos presos de Justiça existentes em todas as prisões desta Capital, com declaração de suas naturalidades, residencia, tempo de prisão, natureza dos crimes, estado de seus processos e se tem parte; e que, sendo necessaria alguma gratificação a pessoa capaz que for encarregada desta diligencia, V. S. a mande dar pelo cofre dessa Relação. Deos guarde a V. S. Paço, em 20 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirón Nabuco Araújo. — *Acha-se a fl. 60 v. e 61 do Liv. 11 da Córte.*

AVISO DE 20 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Tendo apparecido nestes ultimos dias alguns amotinadores, promovendo, por meio de sedição, conspiração e já por seducção, pôr em coacção os Poderes Politicos do Imperio, cujos factos se tornarão tão publicos que bem facil he conhecer-se os individuos que nisso entrarão, manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. S. passe a indagar quaes forão os implicados naquelles crimes, tendo em lembrança de que a Lei de 6 de Junho do mez passado impõe a pena de complicitade aos Juizes que se mostrarem omissos em casos taes, devendo então, antes de proceder contra os indicados, dar parte circumstanciada lles a esta Secretaria de Estado, e das testemunhas que apparecerem. Deos guarde a V. S. Paço, em 20 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Nicoláo da Silva Lisboa. — *Acha-se a fl. 61 v. do Liv. 11 da Córte.* — Idéntica ao Desembargador Corregedor do Crime da Córte e Casa.

PORTARIA DE 20 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. faça pesquisar cuidadosamente os revolucionarios, anarchistas e perturbadores do socego publico, fazendo da parte do Governo as mesmas recommendações aos Juizes Criminaes e de Paz desta Comarca (á excepção dos da Cidade, a quem já forão expedidas ordens semelhantes), para procederem contra os individuos na conformidade das leis. Deos guarde a Vm. Paço, em 20 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Desembargador Corregedor do Crime da Córte e Casa.

AVISO DE 21 DE JULHO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Expeça V. Ex. as ordens precisas para que o Tenente do Batalhão de 2.ª linha de Iratá, João da Cunha Pegado, e o Alferes do 5.º Regimento de Infantaria de 2.ª linha, José Fernandes Guimarães, sendo dispensados de qualquer serviço em que estejam, se apresentem ao Commandante Geral das Guardas Municipaes, que os requisita como indispensaveis para a prompta organização das mesmas guardas. Por esta occasião, previno a V. Ex. de que o sobredito Commandante Geral se apresentará a V. Ex. para lhe dar o Santo da Guarnição da Córte hoje, e daqui em diante. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 21 de Julho de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. José Joaquim de Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 21, vol. 18.*

AVISO DE 21 DE JULHO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra,

que a Junta da Fazenda dos Arsenaes do Exercito, Fabricas e Fundições, mande entregar á disposição do Commandante Geral das Guardas Municipaes, Sebastião do Rego Barros, as espadas de Cavallaria que requisitar hoje mesmo, e daqui em diante, para armar as referidas Guardas. Palácio do Governo, em 21 de Julho de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 21, vol. 18.*

AVISO DE 21 DE JULHO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo-se expedido, na conformidade do Officio de V. Ex., de 14 do corrente, as necessarias ordens ao Concelho Geral da Provincia de Goyaz, para deferir ao requerimento de Manoel José da Costa, que faz o objecto da Representação do mesmo Concelho, de 7 de Fevereiro, alliviando o queixoso da pena que lhe foi imposta com manifesta injustiça pela falta de comparencia, como Vereador Supplente da Camara Municipal da Capital daquela Provincia, manda a Regencia, em nome do Imperador, assim o participar a V. Ex. para o fazer presente na sobre dita Camara dos Srs. Deputados; ficando a mesma Regencia em tomar na devida consideração a resposta dada em Concelho pelo Presidente da Provincia sobre aquelle objecto, para proceder contra o dito Presidente conforme entender. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 21 de Julho de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Antonio Pinto Chichorro da Gama. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 29, vol. 18.*

AVISO DE 21 DE JULHO.

Manuscripto authenticico.

Achando-se expedidas as necessarias ordens, tanto ao Commandante das Armas da Côte para dar a Vm. o Santo da guarnição da Côte, como ao Arsenal do Exercito para fornecer as espadas e pistolas que houver de requisitar, o communico assim a Vm. para seu conhecimento e governo; bem como que, fazendo armar toda a cavallaria das Guardas Municipaes, e dividindo-a em dous corpos, delles forme as rondas, sendo hum corpo até a meia noite e o outro até ás 7 horas da manhã. Deos guarde a Vm. Paço, em 21 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Commandante Geral das Guardas Municipaes. — *Acha-se á fl 62 do Liv. 11 da Côte.*

AVISO DE 21 DE JULHO.

Manuscripto authenticico.

Communique Vm. ás Autoridades Policiaes que devem hoje começar a dar ordem, por escripto, aos seus Officiaes e Commandantes d'Esquadra para prenderem os individuos indiciados no crime de ajuntamento illicito, na praça da Constituição e no Campo da Honra, procedendo as mesmas Autoridades immediatamente contra elles, na

fôrma da Lei. Deos guarde a Vm. Paço, em 21 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia.

AVISO DE 21 DE JULHO.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr. — A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem que V. Ex. faça avaliar os telizes pertencentes ao Thesouro da Capella Imperial, e os ponha em boa arrecadação, e que remetta a esta Secretaria de Estado hum relação exacta do ouro e prata da mesma Capella. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 21 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Duarte Mendes de Sampaio Fidalgo.

EDITAL DE 22 DE JULHO.

Imp. avulso.

Francisco José Alves Carneiro, Desembargador da Relação da Bahia, com exercicio na Casa da Supplicação, Ajudante do Intendente Geral da Policia, Encarregado de todo o expediente deste lugar, e Presidente da Junta de Paz nesta Côte, etc.

Faço saber que, tendo reunido a mesma Junta, no dia 21 do corrente mez de Julho, em conformidade do art. 1º do Decreto de 9 do mesmo, e ponderando-se quanto he prejudicial ao soccego publico a existencia de vadios e ociosos que, engolfados em vícios, passam facilmente aos mais horrorosos crimes e infestão a Sociedade; e quanto convém pôr em prompta execução as disposições do Codigo Criminal e da lei de 6 de Junho proximo passado para prevenir os delictos, tirando taes individuos da criminosa ociosidade, visto que a experiencia e os factos tem mostrado que os assassinios, roubos, violencias e insultos são geralmente praticados por homens vagabundos sem occupação; pela mesma Junta foi deliberado que o Presidente della, por meio de hum Edital, affixado em todos os lugares publicos, e publicado pelos Jornaes, fizesse advertir a todos os homens que se achão vadios e sem occupação que, no prazo de oito dias, tomem emprego honesto e util de que possam subsistir, sob pena de serem impostas as do Codigo Criminal, sendo chamados perante qualquer Juiz de Paz ou outra Autoridade Publica, e processados verbal e summariamente na fôrma do art. 5º da lei de 6 de Junho do corrente. Outrossim, que no mesmo Edital se recommendasse a todas as pessoas que tivessem vadios em suas casas ou que estes se frequentem o declarem perante o Juiz de Paz respectivo, como he de seu dever. Portanto, em observancia da dita deliberação, faço a presente advertencia na fôrma deliberada, e para que chegue á noticia de todos, e tenha vigor e execução, mandei affixar e publicar o presente Edital. Rio, 22 de Julho de 1831. — O Presidente, Francisco José Alves Carneiro. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 20, vol. 18.*

AVISO DE 22 DE JULHO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr.—Os acontecimentos da noite de 14 do corrente em diante, que, por intermedio de V. Ex., levei ao conhecimento da Camara dos Srs. Deputados, não tiveram as consequências que ameaçavam o susto e o terror que se apoderou desta Capital. No meio da insubordinação e do crime appareceu ainda assim o character doce e pacifico dos Brasileiros; e, se os anarchistas se aproveitaram das circumstancias para proclamar seus intentos, foram estes ou abafados ou dextra-mente desviados pelos amigos da ordem. Alguns Militares, seduzidos por homens desvairados, esqueceram-se por momentos do que devião a si e á Patria; mas, contidos por Officiaes benemeritos, o incendio não lavrou como desejavão Brasileiros degenerados, a quem a ambição devora ou a demencia allucina. A Cidade está tranquilla; e as armas, confiadas a cidadãos interessados na manutenção da ordem publica, ou a Militares não suspeitos, por seus protestos de obediencia ás Autoridades e respeito ás leis, fazem crer ao Governo que a tranquillidade não será jámais alterada. A espada da Justiça vai recahir sobre os cabeças de todas estas desordens; elles são bem conhecidos; e o publico, vingado dos sustos e horrores que taes sediciosos levãrão ao centro das familias, saberá apreciar o saudavel effeito da severidade com que as leis mandão punir semelhantes crimes. O Governo não pôde deixar em silencio o enthusiasmo e patriotismo dos cidadãos que voluntarios pedião armas para defender a lei e as Autoridades; nem quer que fique em esquecimento o civismo dos Bravos Officiaes que, todos votados á Patria, organisarão-se em corpo, unindo a clavina á espada para rondarem as ruas e defenderem, em guarda, as posições mais importantes, em cujo serviço ainda contentes se conservão. Este acontecimento, aliás funesto em suas consequências, teve vantagem de enganar aos poucos facciosos e anarchistas que ainda nos incommodão de que o Brasileiro não foi feito para a desordem, que o seu estado natural he o da tranquillidade, e que elle não aspira outra coisa além da Constituição jurada, do gozo de seus direitos e de suas liberdades. A Regencia, em nome do Imperador, me ordena leve ao conhecimento da Camara dos Srs. Deputados tão satisfactoria noticia, o que faço por intermedio de V. Ex. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 22 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Antonio Pinto Chichorro da Gama. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 21, vol. 18.*

Na mesma conformidade se expedio á Camara dos Srs. Senadores.

AVISO DE 22 DE JULHO.

Imp. avulso.

Tendo sido objecto de dôr e de indignação o abuso que tão frequentemente se tem feito do direito de exprimir o pensamento, com violação

manifesta da lei, e com notavel prejuizo da tranquillidade publica, e que tudo he devido, em parte, ao deleixo dos Promotores Publicos e á negligencia dos Juizes de Direito em responsabilisa-los, e em parte á nimia indulgencia dos Jurados, sendo certo que a impunidade augmenta o numero dos delinquentes, a Regencia, querendo que tão saudavel instituição não caia em total descredito, pois que da liberdade, e não da licença e abuso de exprimir os pensamentos, he que resulta a maior garantia dos direitos do cidadão, esperando que os Jurados sejam os primeiros em acreditar-la pela imparcialidade de seus juizos, por isso mesmo que são da escolha de seus concidadãos, e igualmente interessados em reprimir abusos tão contrarios á lei e tão nocivos á sociedade, determina, em nome do Imperador, a todos os Juizes de Direitos que não só responsabilisem os Promotores negligentes, fazendo-os substituir na forma da lei, afim de que se proceda immediatamente contra os indiciados em crimes publicos, como tambem que fação respeitar o Tribunal dos Jurados e suas decisões pelos meios que as leis tem posto á sua disposição nas occasiões em que tiver lugar a sua reunião, sendo desnecessario advertir o peso da responsabilidade dos mesmos Juizes, quando sejam omissoes ou negligentes em objecto de tanta consideração. Deos guarde a Vm. Paço, em 22 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Desembargador Juiz de Direito. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 21, vol. 18.*

Na mesma conformidade se expedirão Avisos aos Presidentes das Provincias, para estes o fizerem constar a todos os Juizes de Direito de suas respectivas Provincias.

AVISO DE 22 DE JULHO.

Imp. avulso.

Sendo presente á Regencia o resultado da visita e exame a que procedeu o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio na Bibliotheca Nacional, pelo qual veio no conhecimento do deleixo e desordem em que se acha hum tão util como importante estabelecimento, não se encontrando ali o inventario dos pertencentes da casa, e, o que he mais ainda, nem mesmo hum Catalogo Systematico dos livros existentes, pelo qual commodamente e facilmente possam ser procurados quando sejam pedidos; achando-se, ao contrario, confusamente misturados sem attenção aos diversos ramos dos conhecimentos humanos nelles expendidos, e accrescendo a estas faltas a bastantemente aggravante de se conservar até hoje fechada em hum quarto, exposta ao estrago da traça, e vedada assim ao publico a numerosa livraria que foi do finado Conde da Barca, que devia fazer a parte mais interessante daquelle estabelecimento, por abranger obras mais modernas do que as que fazem o fundo da dita Bibliotheca, e por isso mais ao nivel do estado actual das sciencias, manda a mesma Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Ne-

gocio do Imperio, estranhar severamente ao Bibliothecario em Chefe e ao seu Ajudante pelo nenhum cuidado que hão tido no desempenho dos seus deveres. Palacio do Governo, em 22 de Julho de 1831. — José Lino Coutinho. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 22, vol. 18.*

AVISO DE 22 DE JULHO.

Imp. avulso.

Tendo levado á presença da Regencia, em nome do Imperador, a Representação dos Officiaes, Cadetes e mais praças do Regimento de Cavallaria n. 5 de 1.^a linha, pela antiga numeração, em a qual, congratulando-se pela elevação do Senhor D. Pedro II ao Throno do Brazil, reiterão os protestos de firme adhesão á Sua Augusta Pessoa e á boa causa da Patria, ordena a mesma Regencia que Vm. faça constar aos Representantes que as suas expressões foram recebidas com agrado. O que assim participo a Vm. para sua intelligencia e execução. Deos guarde a Vm. Palacio do Governo, em 22 de Julho de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Bento Gonçalves da Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 22, vol. 18.*

AVISO DE 22 DE JULHO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Achando-se parado no Concelho Supremo Militar de Justiça grande numero de Processos, com grave detrimento da justiça e dos réos, por falta de dous Ministros Togados que sirvão de Adjuntos ao actual Relator o Desembargador Antonio Luiz Figueira Pereira da Cunha, na conformidade do Alvará de 1 de Abril de 1808, da creação do sobredito Concelho, vou rogar a V. Ex. queira nomear dous Magistrados para taes empregos, communicando-me quaes elles seião, para entrarem logo em exercicio. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 22 de Julho de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 22, vol. 18.*

AVISO DE 22 DE JULHO.

Imp. avulso.

Sendo indispensavel observar com a mais exacta fiscalisação o dispendio das sommas decretadas pela lei de 15 de Dezembro do anno findo para os differentes ramos do serviço da Repartição da Guerra no presente anno financeiro, cumpre que Vm. impreterivelmente, no fim do presente mez, remetta á esta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra num Taabella demonstrativa ou conta circumstanciada de toda a despeza feita por essa Repartição a seu cargo, desde o 1.^o de Janeiro deste anno até o ultimo de Julho, declarando: 1.^o as ordens por que as fez; 2.^o se nella estão anticipadas algumas das sommas, cujo dispendio de-

veria ter começo do 1.^o de Julho corrente, e, neste caso, quaes seião e para que objecto; 3.^o, o quantitativo recebido do Thesouro Publico para as despesas a seu cargo; 4.^o, o saldo existente em cofre para o futuro mez; 5.^o, e finalmente, o orçamento para o mesmo futuro mez, devendo Vm., no fim de cada um dos seguintes mezes remetter, com o orçamento do subsequente, a conta da despeza do antecedente, especificando nesta com a maior clareza quanto acima fica determinado de maneira que facilmente se possa confrontar a receita com a despeza, afim de que a somma decretada para cada hum dos ramos do serviço militar seia tão economicamente distribuida, que, quando não haja sobras a favor da Fazenda, pelo menos se previnão desregrados e intempestivos avanços: o que participo a Vm. para seu conhecimento e fiel execução. Deos guarde a Vm. Palacio do Governo, em 22 de Julho de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Ignacio Viegas Tourinho Rangel. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 22, vol. 18.*

N. B. Assim se escreveu ao 1.^o Medico do Hospital, accrescentando-se-lhe no § 5.^o onde se diz «para o mesmo futuro mez» o seguinte: devendo Vm., no fim de cada hum dos futuros mezes, remetter com o orçamento para o subsequente a conta da despeza do antecedente, e hum mappa dos doentes entrados, existentes e sahidos curados.

Tambem para a Junta do Arsenal se escreveu pelo mesmo theor, mas em Portarias; accrescentando no fim do § 4.^o as seguintes palavras: «incluindo o producto da Fabrica da Polvora em casa separada».

AVISO DE 22 DE JULHO.

Imp. avulso.

Desejando o Governo estender ao pessoal e material das Fortalezas e mais pontos fortificados desta Córte o mesmo espirito de ordem e economia que tem presidido á redução do Exercito, em execução do Decreto de 4 de Maio deste anno, tem resolvido nomear huma Commissão de Officiaes Militares de luzes e conhecimentos, que tendo em vista o estado debilitado da tropa desta guarnição pelas muitas passagens que se tem dado, a grande numero de praças della para as Províncias de sua naturalidade, e igualmente a rigorosa economia em que deve basear os seus trabalhos em beneficio da Fazenda Nacional, proceda logo a ir examinar as ditas Fortalezas e mais pontos fortificados, informando depois em circumstanciado relatorio: 1.^o quaes devem ser conservados armados; 2.^o o estado em que se achão os reparos urgentes de que precisão com o orçamento de sua despeza provavel; 3.^o a qualidade e quantidade do armamento e da Guarnição que, no estado presente, se lhes deverá destinar; 4.^o quaes devem ser desarmadas por seu pouco interesse em qualquer systema de defesa; 5.^o os meios preventivos de que se não arruinem de todo, apeser da sua pouca importancia; 6.^o finalmente, o local conveniente e seguro para onde

seja removido o armamento e palamenta dos que tem de serem abandonados, de modo que não se danifique; e como Vm. tenha sido nomeado para o desempenho desta Comissão conjuntamente com o Coronel do Estado-Maior do Exército João Paulo dos Santos Barreto, e o Major do Corpo de Engenheiros Antonio João Rangel, cumpre que proceda logo, de accordo com elles, a verificar o complemento della com zelo e prudente fiscalisação, esperando o Governo que o resultado de taes trabalhos corresponda ao conceito de seu prestimo e luzes. Deos guarde a Vm. Palacio do Governo, em 22 de Julho de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 22, vol. 18.*

N. B. Nesta conformidade se escreveu a João Paulo dos Santos Barreto e Antonio João Rangel de Vasconcellos.

AVISO DE 22 DE JULHO.

Coll. Braz.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo a Regencia, em nome do Imperador, nomeado hoje uma Comissão composta do Coronel do Estado Maior João Paulo dos Santos Barreto, do Major Graduado do Corpo de Engenheiros Antonio João Rangel de Vasconcellos, e do Capitão do 1º Corpo de Artilharia de Posição Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, para ir examinar as Fortalezas e pontos fortificados, o participo a V. Ex. para seu conhecimento, e afim de que expeça as convenientes ordens aos Commandantes das Fortalezas e mais pontos fortificados, afim de lhes franquear a entrada e os coadjuvarem nos seus trabalhos, prestando-se ás requisições que para aquelle fim elles lhe fizerem. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 22 de Julho de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. José Joaquim de Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 23, vol. 18.*

AVISO DE 22 DE JULHO.

Imp. avulso.

Havendo a Regencia, em nome do Imperador, por Decreto desta data, incluso por copia, mandado demittir do emprego de Inspector da Fabrica da Polvora o Tenente-Coronel de Engenheiros Manoel Joaquim Pardal, e tendo, por Aviso datado de hoje, encarregado interinamente de semelhante inspecção o Tenente-Ajudante do Inspector Antonio Herculano Pereira Taborda, resolveu, em consequencia, que uma Comissão composta do Tenente Coronel do Corpo de Engenheiros João Vicente Gomes, do Escrivão do Almo-xarifado José Joaquim de Faria, e do 2º Official da Secretaria da Intendencia José Teixeira de Azevedo Lira, procedão a inventariar e tomar contas ao Inspector demittido de todos os objectos que estavam a seu cargo, assistindo a entrega e posse do nomeado interinamente, e dando humma conta exacta e circumstanciada de quanto

seja relativo não só a Fabrica da Polvora da Lagoa de Freitas, como do novo estabelecimento da Estrella e seus annexos, para ser presente ao Governo; e manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, assim communicar á Junta da Fazenda do Arsenal do Exército, Fabricas e Fundições, para seu conhecimento e execução na parte que lhe toca, expedindo as ordens precisas aos sobre ditos Officiaes de Fazenda para que se entendão sem perda de tempo com o mencionado Tenente-Coronel, e procedão na forma indicada. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Julho de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 31, vol. 18.*

AVISO DE 22 DE JULHO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, julgando abusivas as cartas de seguro á vista da Constituição, tem levado ao conhecimento da Assembléa Geral esta duvida, e espera que V. S. faça suspender as suas concessões até que a mesma Assembléa resolva a proposta que sobre este objecto está pendente. Deos guarde a V. S. Paço, em 22 de Julho de 1831. — Diego Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á pag. 93 e 94 do Diario Fluminense n. 271, vol. 18.*

PROCLAMAÇÃO DE 22 DE JULHO.

Coll. Mineira.

Fluminenses! — A insubordinação n'hum parte do Corpo da Policia produziu a reunião da tropa no Campo da Honra em a noite do dia 14 do corrente. Anarchistas aproveitárão-se da effervescencia. Requisições, por modo illegal, se fizeram ao Governo. A tropa recolheu-se ás 10 horas da manhã a quartéis, e tranquillos esperarão o deferimento. Não he porém com as armas na mão que se dirijem supplicas ás Autoridades constituídas. O povo se aterrou, e, ignorando as consequencias deste acto criminoso, teve em horror os autores do attentado. O governo não quiz, á custa do sangue brasileiro, castigar os crimes de hum ou outro Brasileiro. A Cidade está tranquilla. Os soldados ou reconhecem o erro, ou detestão os que os seduzirão.

Fluminenses! O Governo tem providenciado vossa segurança; não temais de hoje em diante: as armas estão confiadas a cidadãos interessados na ordem publica. A lei ha de ser executada, e os anarchistas que derramárão o susto e a consternação na Capital do Império hão de expiar seus crimes. Os Officiaes Militares, estes bravos da Patria, cingirão a patrona sobre as bandas; elles derão o primeiro exemplo de patriotismo. O que resta? Respeito ás leis, obediencia ás autoridades, e tudo será salvo. — Viva a Nação Brasileira! Viva a Constituição! Viva a Assembléa Geral! Viva o Imperador! Vivão os honrados Fluminenses! — Palacio do Governo, 22 de Julho de 1831. —

Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Diogo Antonio Feijó.

PORTARIA DE 22 DE JULHO.

Imp. avulso.

Constando á Regência que a Camara Municipal da Cidade do Recife tem deixado de mandar imprimir as contas que tomou ao seu Procurador, bem como as suas Actas e Resoluções, como lhe incumbem os arts. 46 e 62 da lei do 1º de Outubro de 1828, manda a mesma Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, adverti-la daquella falta, esperando que seja mais exacta no cumprimento de seus deveres. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Julho de 1831. — José Lino Coutinho. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 33, vol. 18.*

PORTARIA DE 22 DE JULHO.

Imp. avulso.

Tendo o Vereador da Camara Municipal desta Cidade, Francisco Antonio Leite, representado sobre o procedimento da mesma Camara em sujeita-lo ás penas do art. 28 da lei do 1º de Outubro de 1828, por não comparecer nas suas sessões, não obstante o impedimento por elle ponderado e exuberantemente provado, manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, declarar á referida Camara que o dito Vereador se acha legitimamente impedido pela molestia grave e prolongada que padece; devendo, portanto, chamar o Supplente a quem competir substitui-lo na forma da citada lei, emquanto elle se não restabelece. Palacio do Governo, em 22 de Julho de 1831. — José Lino Coutinho. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 33, vol. 18.*

AVISO DE 22 DE JULHO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. Ex. o incluso Officio do Administrador Geral do Correio desta Corte, datado em 7 do mez passado, para que, á vista da sua exposição, haja V. Ex. de providenciar o que julgar conveniente, afim de que as sentinellas estacionadas na Casa da Administração do Correio osbtem á continuação dos insultos que se tem praticado na mesma Casa, e de que se queixa o respectivo Administrador. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 22 de Julho de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 33, vol. 18.*

AVISO DE 22 DE JULHO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo a Camara Municipal desta Cidade, em Officio de 21 do mez ulti-

mo, representado a necessidade de promptas providencias para se obstar aos continuados furtos de escravos, os quaes vão ser depois vendidos pelos proprios roubadores ou por seus socios na Provincia de Minas Geraes, a Regencia, em nome do Imperador, me ordena que assim o partilpe a V. Ex., afim de que, pela Repartição a seu cargo, haja de providenciar-se sobre este objecto, como fór conveniente. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 22 de Julho de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 33, vol. 18.*

Na mesma data se fez igual recommendação ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.

AVISO DE 22 DE JULHO.

Imp. avulso.

Tendo subido ao conhecimento da Regencia a Representação do Concelho Geral da Provincia de Pernambuco, datada de 21 de Fevereiro deste anno, queixando-se da Camara Municipal da Cidade do Recife, por não prestar os livros que, na falta de contas impressas, forão requisitados por hum dos Membros da Commissão do dito Concelho encarregada de lh'as tomar, manda a mesma Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar-lhe que, comquanto seja louvavel o seu zelo naquella parte, he comtudo fundamental a repugnancia da mencionada Camara á pretendida exhibição dos seus livros, que os arts. 49 e 79 da lei do 1º de Outubro de 1828 mandão conservar archivados em boa guarda, sem exceptuar o presente caso; podendo comtudo o Concelho exigir para aquelle effeito os documentos, certidões e copias que julgar necessarios para sua illustração. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Julho de 1831. — José Lino Coutinho. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 33, vol. 18.*

AVISO DE 22 DE JULHO.

Imp. avulso.

Sendo presente á Regencia, em nome do Imperador, o Officio de 29 de Março ultimo, do Vice-Presidente da Provincia do Piahy, acompanhando a copia da Acta da Sessão do Concelho do Governo da dita Provincia, em que se decidira que na Escola de Ensino Mutuo da Capital fossem recebidos os Alumnos que a procurassem, maiores de 14 annos, por serem frivolos os motivos allegados pelo respectivo Professor para os recusar, manda a mesma Regencia, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar ao referido Vice-Presidente que ha por bem aprovar a decisão do sobreredito Concelho, pelas razões em que se fundou; e porque, supposto no art. 6º da lei de 15 de Outubro de 1827 se fallasse de meninos, por ser delles que, na maior parte, se ha de compôr o numero dos Alumnos das Escolas de Primeiras Letras, nem por isso se excluirão dellas todos os mais cidadãos de qualquer

idade que sejam, a quem geral e indistinctamente garantio a Constituição no art. 179, § 32, a ins-
titação primaria. Palacio do Rio de Janeiro, em
22 de Julho de 1831. — José Lino Coutinho. —
Acha-se no Diario Fluminense n. 53, vol. 18.

AVISO DE 22 DE JULHO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo o Redactor da Fo-
lhinha annual representado em 9 do corrente a
necessidade de se fazer, nas actuaes circumstan-
cias, huma reforma pelo que respeita aos dias
de Galla e Feriados, julgou o Governo conve-
niente deliberar sobre os primeiros como lhe pa-
receu mais acertado, incluindo nessa classe o dia
7 de Abril, por ser o da verdadeira Regeneração
Politica do Imperio. Vendo se, porém, em em-
baraço acerca do dia 12 de Outubro, que a lei de
9 de Setembro de 1826 qualifica de Festa Nacio-
nal, e o Governo por isso não pôde alterar; e co-
nhecendo, pelo que toca aos feriados, que este
objecto interessa á Causa Publica, manda a Re-
gencia, em nome do Imperador, participar a V.
Ex. a duvida em que se acha sobre os dous pon-
tos ultimamente indicados, afim de que, sendo
presentes na Camara dos Srs. Deputados, se possa
obter sobre elles a deliberação da Assembléa Ge-
ral Legislativa. Deos guarde a V. Ex. Paço, em
22 de Julho de 1831. — José Lino Coutinho. —
Sr. Antonio Pinto Chichorro da Gama. — *Acha-
se no Diario Fluminense n. 52, vol. 18.*

AVISO DE 22 DE JULHO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Em resposta ao Officio de
V. Ex., de 6 do corrente, em que solicita, de
ordem da Camara dos Srs. Deputados, se decla-
rem as providencias que se tem dado para o res-
tabelecimento da tranquillidade publica na Pro-
vincia da Bahia, manda a Regencia, em nome
do Imperador, participar a V. Ex. para o fazer
presente na mesma Camara, que o Governo, logo
que teve noticia dos primeiros acontecimentos
occorridos naquella Provincia no dia 4 de Abril,
recomendou ao Vice-Presidente que empregasse
a sua prudencia, actividade e constante harmonia
com as outras Autoridades em restabelecer a boa
ordem e o socego dos povos; mas, persuadido
depois, pelos successos de 12 de Maio, da neces-
sidade de nomear hum Presidente que, além de
superiores luzes e talentos, reunisse firmeza de
caracter, probidade e opinião publica, apressou-
se em mandar, naquella qualidade, o Desembar-
gador Honorato José de Barros Paim, em quem
o Governo tem a mais bem fundada confiança,
sem comtudo haver determinado nessa occasião
nem depois cousa alguma de positivo sobre tal
assumpto, tanto por não terem chegado noticias
que reclamem o emprego de outras providencias,
como por constar haver-se offerecido na referida
Camara huma indicação para se conceder amnis-

tia acerca dos mencionados acontecimentos do
dia 12 de Maio. Deos guarde a V. Ex. Paço, em
22 de Julho de 1831. — José Lino Coutinho. —
Sr. Antonio Pinto Chichorro da Gama. — *Acha-
se no Diario Fluminense n. 52, vol. 18.*

PORTARIA DE 23 DE JULHO.

Coll. Mineira.

A Regencia, tomando em consideração o offi-
cio da Camara Municipal da Villa de Macahé,
datado de 3 do mez passado, em que pede se
lhe declare se deve abonar a despeza da tropa,
quando empregada em auxiliar os apprehensores
de escravos fugidos para acossarem quilombos,
como aconteceu na occasião que menciona, manda,
em nome do Imperador, pela Secretaria de
Estado dos Negocios do Imperio, participar-lhe
que nenhuma despeza tem que fazer com a so-
breditada tropa; porquanto, sendo esta de 1.^a linha,
a Fazenda Publica lhe subministra os soldos e
municiões, e o mesmo se pratica com a 2.^a
linha sempre que entra em serviço effectivo,
cumprindo comtudo que as gratificações deter-
minadas na respectiva postura sejam repartidas
pela referida tropa, quer de huma quer de outra
linha, quando ella concorrer para taes apprehen-
sões. Palacio do Governo, em 25 de Julho de
1831. — José Lino Coutinho.

AVISO DE 23 DE JULHO.

Coll. Mineira.

Ilm. e Exm. Sr. — Sendo presente á Regen-
cia o officio de V. Ex. de 29 de Março deste
anno, em que, por occasião do estabelecimento
da Sociedade de Mineração de ouro, denomina-
da — dos Seis Amigos —, solicita saber se taes
sociedades, ainda mesmo de Nacionais, podem
estabelecer-se nessa Provincia sem permissão do
Governo, escolhendo os terrenos devolutos, abrin-
do os seus trabalhos onde bem quizerem, e pon-
dera a necessidade de providencias que regulem
as acquisições das terras e aguas mineraes, afim
de se evitarem desavenças e contendas, manda
a mesma Regencia, em nome do Imperador,
declarar a V. Ex. que, quanto áquella primeira
parte, o Decreto de 27 de Janeiro de 1829 já
declarou poderem os subditos deste Imperio
emprender a mineração nas terras de sua pro-
priedade por meio de companhias de nacionaes
ou estrangeiros, as quaes podem livremente for-
mar, sem para isso precisarem de autorisação,
não devendo por consequencia V. Ex. obstar ao
estabelecimento dessas sociedades, huma vez que
se verifique aquella condição da propriedade do
terreno, ou seja havido ou concedido por meios
e titulos legais, e se observem os Regimentos das
terras e aguas mineraes com as mais Leis e Or-
dens em vigor. Quanto, porém, á segunda par-
te, nesta data se remette o citado officio á Ca-
mara dos Srs. Deputados para a Assembléa Ge-
ral Legislativa providenciar como julgar conve-

niente. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Julho de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Miguel Lino de Moraes.

AVISO DE 23 DE JULHO.

Imp. avulso.

Sendo tão publicos os factos que tiverão lugar nesta Capital desde a noite de 14 do corrente em diante, onde grande numero de pessoas unidas á tropa armada derão gritos sediciosos e dirigirão ao Governo requisições por hum modo illegal, rodeando o Paço da Camara dos Deputados com attitudes e vozes ameaçadoras, e com o fim talvez de os obrigar a ceder a taes requisições, outras vezes em roda e ainda mesmo dentro do Paço Imperial, já querendo arrancar hum preso das mãos dos soldados que o havião feito em flagrante, e isto com gritos e ameaças, já sustentando a requisição illegal do Campo da Honra, no que se declaravão complices, mostrando ter tido parte naquella requisição e ameaçando sustenta-la á força, já querendo tirar armas do Arsenal, já emfim commettendo assassínios e roubos em diferentes partes, manda a Regência, em nome do Imperador, que Vm. declare se já procedeu ao necessario corpo de delicto, e se deu principio á devassa, como he do seu dever, lembrando que á noticia do Governo chegou que muitos se constituirão réos de crimes publicos declarados nos arts. 85, 89, 93, 94, 95, 97, 111, 117, 121, 192, 201, 257 e 269 do Codigo Criminal, bastando para corpo de delicto para o crime de sedição e ameaças ao Governo, art. 197, o requerimento que se lhe remette, e que lhe fôra apresentado por diferentes Juizes de Paz a instancias de muitos nelles assignados. Concluido o processo e feita a pronuncia, dará Vm. parte circumstanciada de todo elle. Deos guarde a Vm. Paço, em 25 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Desembargador Corregedor do Crime da Côte e Casa. — *Acha-se á fl. 63 v. do Livro 11 da Côte, e á pag. 110 do n. 27, vol. 18 do Diario Fluminense.*

EDITAL DE 23 DE JULHO.

Imp. avulso.

Francisco José Alves Carneiro, Desembargador da Relação da Bahia, com exercicio na Casa da Supplicação, Ajudante do Intendente Geral da Policia, Encarregado de todo o expediente deste lugar e Presidente da Junta de Paz nesta Côte, etc.

Faco saber que, tendo sido deliberado em a dita Junta, aos 21 do corrente, que o Presidente della, por meio de Edital affixado nos lugares publicos e publicado pelos Jornaes, fizesse advertir a quem convier que, pelo art. 285 do Codigo Criminal, se reputa commettido o crime de ajuntamento illicito logo que tres ou mais pessoas se reunirem mutuamente para commetterem algum delicto, ou para privarem illegalmente a alguém

do gozo ou exercicio de algum direito ou dever, ainda mesmo que não cheguem a praticar violencia alguma, e que este crime he punido com tres a nove mezes de prisão em processo verbal, e summarissimo perante qualquer Autoridade Policial, conforme os arts. 1º e 5º da lei de 6 de Junho proximo passado; em cumprimento da dita deliberação, faço a presente advertencia. E para que chegue ao conhecimento de todos, e principalmente daquelles que o não tiverem do referido Codigo e lei de 6 de Junho, e se abstenhão dos ditos ajuntamentos, mandei affixar o presente Edital e publicar pelos Jornaes. Rio, 23 de Julho de 1831. — O Presidente, Francisco José Alves Carneiro. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 21, vol. 18.*

EXPOSIÇÃO DE 23 DE JULHO.

Imp. avulso.

Exposição dos principios do Ministerio da Regência, em nome do Imperador, feita á Assembléa Geral do Brazil.

Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação.

Chamados pela Regência, em nome do Imperador, para formar o seu Concelho, nosso primeiro e principal cuidado foi o de combinar, fixar e publicar os principios que devião dirigir o novo Ministerio. Convencidos da grande importancia da unidade do Governo, determinámos concertar em commum, não só os nossos planos, como tambem os meios mais proprios de os executar; e he nesta unidade e na propria responsabilidade que esperamos encontrar a força indispensavel para manter a ordem publica e promover a publica prosperidade.

Sendo necessario harmonisar com os seus principios as diversas partes da Administração, para que todas se movão na mesma direcção, o Ministerio trabalhará sisudamente para transmitir-lhes este sentimento de unidade, e para as fazer marchar no sentido da gloriosa revolução de 7 de Abril.

Agora, Senhores, cumpre declarar como entendemos esta memoravel revolução. A Nação, abdicado o Throno Constitucional pelo Primeiro Principe que ella elegeu, nem teve intuito de subvertor as Instituições Constitucionaes e mudar de Dynastia, nem o de consagrar a violencia e proclamar a anarchia; usou sim do incontrastavel direito de resistencia á oppressão, e quiz popularisar a Monarchia, arredando-se della os abusos e os erros que a havião tornado pesada aos Povos, afim de reconcilia-la com os principios da verdadeira liberdade.

Firme nesta intelligencia, o Governo está firme tambem na repressão da violencia e da sedição; executando e fazendo executar pontualmente as leis, e, quando estas não bastem, representando a Assembléa Geral as providencias necessarias. A sedição he hum crime, qualquer que seja o pretexto com que se revista; crime he

tambem a violencia, porque ella dá principio á perturbação da ordem que só hum Governo fraco e a insufficiencia das leis podem tolerar.

Os Empregados Publicos chamarão as vistas do Governo; a lição do passado o ensinará a pesquisar os abusos e a perseguir o deleixo, a prevaricação e a venalidade onde quer que a encontre.

Sendo o voto universal de todos os amigos da Justiça e da Moral que a tranquillidade publica se estabeleça, para que floreação e vigorem os diversos ramos da riqueza nacional, nós porémos incansavel desvelo em abafar as facções e cimentar a confiança. Exporemos com energia e lealdade as verdadeiras necessidades da Nação, aquellas que a sua conservação e o seu decoro exigirem, e não as que demandava o capricho que absorverão a fortuna publica e levarão a Nação á borda do abysmo, donde sahirá salva pelo patriotismo de seus Representantes, pela fidelidade do Governo e pela cooperação de todos os bons Brasileiros.

As rendas publicas occuparão profundamente o Governo; elle protesta levar a vigilancia e a analyse a todas as suas diversas fontes, já provendo a boa administração e distribuição, já examinando os vícios do actual systema de impostos para indicar os que affectão a industria e estorvão a produção.

A prompta liquidação do Banco, tão casada com os desejados melhoramentos do meio circulante, he hum dos objectos que mais attrahem as nossas meditações. A par delles colloca o Governo o estabelecimento e consolidação do credito publico, para que passe de simples expressão. As fortunas publica e particular dependem deste formidavel apoio dos Governos modernos, o novo Ministerio procurará, com o maior desvelo, resguarda-lo dos ataques indiscretos da dissipação e da ignorancia.

Sendo innegavel que o nosso Codigo Financeiro eos meios que elle offerece para a fiscalisação da receita e despeza do Estado he imperfeito e obsoleto, he muito para desejar a adopção de medidas dictadas pelos principios da sciencia, e capazes de garantir á Nação o fiel emprego dos dinheiros publicos. O Governo não se descuidará de concorrer com seus trabalhos para que vós, Senhores, outorgueis á Nação que vos honra huma Legislação a tal respeito digna della e consentanea com as luzes do seculo em que vivemos.

Convencido o Governo que a tranquillidade e prosperidade publica dependem da moral e esta da instrução, regulada pelos principios de huma philosophia depurada, entra nos seus planos franquear a esperancosa juventude Brasileira (em quem a Liberdade Patria tem depositado as suas mais doces esperanças) todos os meios de adquirir conhecimentos uteis e necessários que lhe inspirem o sagrado amor dos seus deveres, como homens e como cidadãos. Outro tanto procurará em favor dos Indigenas Brasileiros, desses valentes filhos do nosso solo esquecidos, e por ventura até agora vilipendiados, quando a civilisação e a industria tanto os pôde aproveitar.

O Commercio e a união do Imperio clamão pela abertura de estradas e navegação dos rios por onde de hum a outro canto deste vasto territorio se possão communicar com facilidade as relações de amizade e os productos da industria. O Governo empregará com zelo os meios que decretardes para este importante objecto, que será o movel mais forte da nossa prosperidade interna e da nossa independencia externa.

Bem resolvido está o Governo a manter a liberdade da Imprensa sem tolerar que ella salte impune as barreiras que a lei lhe marca. Neste ponto, como em todos, o Governo não capitulará com a desordem, nem consentirá que a impunidade offenda o palladium da liberdade e principal escôra do Systema Representativo.

A nossa politica externa consistirá no mais religinso respeito aos direitos das outras nações; diplomatas dignos do Brazil o representarão onde convier; a não interferencia em os negocios internos das outras nações e a paz com ambos os mundos he o voto do actual Ministerio, mas nunca huma paz comprada com o sacrificio da honra e da dignidade nacional.

Hum dia, Senhores, hum dia virá em que os principios farão por si só a lei de todas as nações; mas hoje, e talvez por longo tempo, elles precisão escorar-se na força para manter o seualada combatido Imperio. A arte da guerra he actualmente resultado de combinações seientificas, de calculos profundos formados sobre os principios mais transcendentos de mathematica; ella se tem complicado na razão directa dos progressos da civilisação; exige talentos e diuturna pratica que não se adquirem no momento da necessidade. O Governo, portanto, procurará dar aos corpos da força de mar e terra a instrução precisa para manterem com denodo a honra nacional, e conservarem a subordinação e disciplina no regaço da paz, inacessiveis ás suggestões criminosas da rebellião e das facções.

Aspiramos tambem, Senhores, e muito trabalharemos por conseguir a vossa confiança. A nossa franqueza sem reserva, a nossa economia, e sobretudo o nosso amor ás instituições livres, que comvosco temos aprendido a sustentar, são as garantias que vos offerecemos. Se conseguirmos, o novo Ministerio desempenhará, na honrosa missão que aceitou, os principios que tem desenvolvido. Elle não quer dominar opiniões, elle não deseja provocar debates irritantes; elle quer sómente servir á Patria, confiado no auxilio de todos os bons Brasileiros. Rio de Janeiro, 25 de Julho de 1831. — José Lino Coutinho. — Diogo Antonio Feijó. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Francisco Carneiro de Campos. — José Manoel de Almeida. — *Acha-se no Diário Fluminense* n. 21, vol. 18.

AVISO DE 23 DE JULHO.

Imp. avulso.

Constando que na charrua *Carioca*, que sahio desta Cidade para a da Bahia conduzindo o Ba-

Batalhão de Caçadores n. 15 de 1.^a linha, pela antiga numeração, foram os réos de morte sentenciados e excluídos do dito corpo, Manoel Joaquim de Santa Anna e José Isidoro Ferreira, ordena a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, que o Commandante das Armas da Provincia da Bahia, passando a conservar presos os referidos réos, os faça immediatamente metter em processo legal. Palacio do Governo, em 25 de Julho de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 25, vol. 18.*

AVISO DE 23 DE JULHO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Representando o Vice-Presidente da Provincia de Santa Catharina, em virtude do Officio que lhe dirigira o Commandante das Armas da mesma Provincia, terem embarcado, a bordo da charrua *Carioca*, que dali sahio com o Batalhão de Caçadores n. 15 de 1.^a linha, antiga numeração, os dous réos de morte sentenciados e excluídos do referido corpo, Manoel Joaquim de Santa Anna e José Isidoro Ferreira, por apoio prestado pelo Commandante daquelle Batalhão, o Coronel José Leite Pacheco, ordena a Regencia, em nome do Imperador, que V. Ex., passando a ouvir por escripto este official sobre o objecto da mencionada Representação, dê conta do resultado por esta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 25 de Julho de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. José Joaquim de Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 25, vol. 18.*

AVISO DE 23 DE JULHO.

Imp. avulso.

A Regencia, tomando em consideração a duvida que Vm. offerece no seu officio de 14 de Janeiro deste anno, sobre o dever ou não conferir o grão de Bacharel simples aos estudantes que entrão para o 4.^o anno desse Curso Juridico, na forma do cap. 12, § 4.^o dos Estatutos, ou se só devem ter o de Bachareis Formados quando frequentem com approvação todos os cinco annos, como dispõe o art. 9.^o da lei de 11 de Agosto de 1827, manda, em nome do Imperador, declarar a Vm. que, á face dos arts. 1.^o, 9.^o e 10.^o da citada lei, os estudantes só podem conseguir grãos depois de terem aprendido no espaço de cinco annos as matérias que se ensinão em as nove cadeiras de que se compõe os Cursos Juridicos, e nellas conseguido approvação; e que esses grãos se limitão aos de Bacharel Formado e Doutor, com exclusão do de simples Bacharel, que, não tendo sido expressamente adoptado pela dita lei, não pôde existir pelo que d'elle fratao os Estatutos, que apenas interinamente regulão naquillo em que fôrem applicaveis e a ella se não oppozerem. Deos guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Julho de 1831. — José Lino

Coutinho. — Sr. Lourenço José Ribeiro. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 56, vol. 18.*

INSTRUÇÕES DE 24 DE JULHO.

Imp. avulso.

INSTRUÇÕES para o serviço das rondas municipaes desta Cidade, approvadas pela Junta de Paz de mesma.

Art. 1.^o As rondas municipaes que estiverem em serviço ou fôrem competentemente convocadas prenderão a todas as pessoas que encontrarem em reuniões illicitas, com intenções de commetterem algum delicto ou violencia, ainda que o não cheguem a praticar.

Art. 2.^o Igualmente prenderão a quaesquer individuos que encontrarem em rixas ou desordens, ou commettendo algum delicto.

Art. 3.^o Examinarão quaesquer pessoas suspeitas que encontrarem nas ruas para verem se trazem armas defesas e prende-las, caso as tragão; abster-se-hão comtudo de revistarem os officiaes militares, salvo no caso de se tornarem suspeitos, trazendo armas que não sejam as do seu uniforme.

Art. 4.^o Em caso de resistencia de qualquer pessoa que seja, poderão empregar toda a sorte de força para fazerem effectivas as diligencias, ainda mesmo fazendo fogo sobre as que resistirem, quando por outro modo o não possam conseguir, como permittem as leis, afim de que não sejam as rondas offendidas e a diligencia se effectue.

Art. 5.^o As rondas municipaes abster-se-hão, o mais que puderem, de se approximarem aos quarteis ou guardas militares.

Art. 6.^o Os Commandantes das esquadras darão as suas partes ao Commandante Geral da Freguezia respectiva até o dia seguinte ao do serviço, as 8 horas da manhã sem falta, para este as comunicar ao Juiz de Paz.

Art. 7.^o As mesmas rondas terão especial cuidado em não consentirem nas vendas, ou outra qualquer parte escravos parados senão o tempo necessario para fazerem o serviço a que fôrem, e formarão parte sobre os vendelhões que acharem em contravenção ao artigo respectivo das Posturas da Camara Municipal, afim de que o Commandante Geral da Freguezia remetta estas partes ao Procurador da Camara, para este requerer competentemente a imposição da pena.

Art. 8.^o As partes dos Commandantes das patrulhas serão dadas em mappas impressos que lhes serão fornecidos pelos Commandantes das esquadras.

Art. 9.^o Os Commandantes das patrulhas fôão responsaveis pela falta, abuso ou excesso que houver no cumprimento destas Instruções.

Rio de Janeiro, em Junta de Paz, aos 24 de Julho de 1831. — O Presidente, Francisco José Alves Carneiro. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 25, vol. 18.*

CARTA DE LEI DE 26 DE JULHO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral decretou e ella sancionou a Lei seguinte:

Art. 1.º Ficão extinctas as Provedorias dos Seguros das Provincias do Imperio.

Art. 2.º O contracto de Seguros fica livre de todo e qualquer imposto.

Art. 3.º Enquanto não se estabelecer o Juizo dos Jurados, as questões resultantes dos contractos de Seguros, sobre as quaes as partes não se conciliarem perante os Juizes de Paz, serão decididas por Arbitros nomeados pelas mesmas partes, fazendo-se a nomeação perante qualquer Juiz de Fóro commum.

Art. 4.º Das sentenças arbitraes poder-se-ha appellar para as Relações dos respectivos districtos, quando a isto não obstar a expressa convenção das partes.

Art. 5.º As Justicas Ordinarias de Paz compete a execução das sentenças arbitraes nos termos da Lei.

Art. 6.º Os actuaes Escrivães das Provedorias dos Seguros, que por esta Lei se extinguem, ficando sendo privativos para fazer as Escripturas deste contracto, por meio das apolices, de que actualmente se usa. E nas Cidades onde não houver Escrivão privativo, se preciso fór, prover-se-ha o Officio de Escrivão dos Seguros em pessoa idonea, tendo-se consideração áquelles a quem o art. 6.º da Lei de 6 de Novembro de 1830 manda attender.

Art. 7.º Para pagamento de cada huma das apolices ou escripturas do contracto, que devem ficar registadas no respectivo livro de notas, que poderá ser igualmente impresso, e que será rubricado por qualquer Juiz Territorial, se regulará o mesmo Escrivão pelo Regimento dado aos Tabelliães para as terras de beira-mar.

Art. 8.º Ficão revogadas todas as Leis, Alvarás, Decretos e mais disposições em contrario.

Manda, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 26 de Julho de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Bráulio Moniz.—Diogo Antonio Feijó.—Com os registos competentes.

AVISO DE 26 DE JULHO.

Coll. Plancher.

Tendo-se participado a Vm., em Aviso de 30 de Junho do anno findo, a suspensão do ex-Commissario Geral do Exercito, Albino Gomes Guerra de Aguiar, o que importa privação de vencimento e de exercicio, por haver communicado a esta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra o Ministro e Secretario de Estado dos da Fazenda, em officio de 12 do dito mez, não poder o dito ex-Commissario, na forma da lei, continuar a receber as consignações para o Com-

missario, tem que legalmente mostrasse ter despendido os supprimentos anteriores; e não estando ainda até agora satisfeita a Lei, por isso, não podendo aproveitar ao dito ex-Commissario Geral o art. 3.º da Carta de Lei de 24 de Novembro do anno findo, ao qual se referia o Aviso de 22 de Junho deste anno a Vm. dirigido, manda portanto a Regencia, em nome do Imperador, que, ficando de nenhum effeito o mencionado Aviso de 22 de Junho, Vm. suspenda o pagamento de qualquer vencimento ao dito Albino Gomes Guerra de Aguiar, enquanto elle se não mostrar pelo Thesouro Publico corrente com a Fazenda Nacional; e manda mais a mesma Regencia, em nome do Imperador, advertir por esta vez a Vm. que, em côso como este que envolvão interesse da Fazenda, e quando exista determinação fixa cuja disposição não fór expressamente invalidada por ordem subsequente, cumpre a Vm. sobrestar na sua execução, enquanto representa por escripto e recebe positiva ordem, e até para salvar aquella responsabilidade inherente a seu cargo e fiscalisação. Deos guarde a Vm. Palacio do Governo, em 26 de Julho de 1831.—Manoel da Fonseca Lima e Silva.—Sr. Ignacio Viegas Tourinho Rangel.

AVISO DE 26 DE JULHO.

Coll. Plancher.

Foi presente á Regencia, em nome do Imperador, o officio de V. S. de 18 do corrente, com o qual dá conta das providencias que tem dado para execução das ordens que se lhe tem expedido a bem dos pretos libertos; e a mesma Regencia, confiando no zelo e actividade de V. S., espera que immediatamente fará arrematar os serviços dos que ainda existem; que, por Editaes ou por qualquer outra maneira, faça ir á sua presença todos os arrematantes com os libertos respectivos, afim de observar o estado destes e mandar, não só formalisar os termos que faltão das arrematações, como reformar os que visivel e escandalosamente tiverem sido feitos com manifesta lesão dos interessados; e finalmente que fará dar regularidade a este negocio em que tanto interessa a humanidade, fazendo immediatamente responsabilisar todos os que forão omissoes e prevaricadores, dando breve conta ao Governo, assim das medidas que adoptar para futura regularidade deste objecto, como da effectividade da responsabilidade dos que tão escandalosamente abusarão da parte que sobre elle lhes foi confiada. Deos guarde a V. S. Paço, em 26 de Julho de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Antonio Augusto Monteiro de Barros.—*Acha-se á fl. 64 v. do Liv. 11.*

AVISO DE 26 DE JULHO.

Manuscripto autentico.

Constando que na lista dos proscriptos que se remetteu ao Corregedor do Crime da Corte e Casa, o Desembargador Caetano Ferraz Pinto,

com a representação sediciosa, era nella contemplado o mesmo Ministro, tornando-se por isso suspeito e impedido para proceder contra os indiciados nos crimes que derão causa a semelhante representação, manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. S., exigindo do sobredito Corregedor a representação que lhe foi enviada e o Aviso que a acompanhou, encarregue desta diligencia a quem por direito competir. Deos guarde a V. S. Paço, em 26 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se a fl. 39 do Liv. de Registo da Casa da Supplicação, aberto a 7 de Julho de 1831.*

AVISO DE 26 DE JULHO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — A Regencia, em nome do Imperador, determina que V. Ex. exija do Major Commandante que foi do corpo da Polícia Francisco José dos Reis Alpoim, por escripto, hum parte circunstanciada dos motivos que derão lugar á insubordinação que o dito corpo desenvolveu na noite do dia 14 do corrente, e de todos os mais movimentos que occorrerão. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 26 de Julho de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. José Joaquim de Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 25, vol. 18.*

AVISO DE 26 DE JULHO.

Imp. avulso.

Sendo expresso no § 3º do art. 179 da Constituição que nenhuma lei terá effeito retroactivo, fica claro que não podem ser deferidas as pretensões de D. Maria Rosa do Espirito Santo, D. Maria Ludovina da Cunha, D. Maria Jacintho Freire e D. Maria Candida da Conceição, sobre as quaes Vm. informou em datas de 9, 14 e 16 do corrente mez; porquanto, o Decreto de 6 de Junho do presente anno he só applicavel áquellas cujos maridos fallecerem depois da data do referido Decreto. O que communico a Vm. para seu conhecimento e governo. Deos guarde a Vm. Palacio do Governo, em 26 de Julho de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Ignácio Viegas Tourinho Rangel. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 25, vol. 18.*

AVISO DE 26 DE JULHO.

Imp. avulso.

Tendo-se orçado para o presente anno financeiro a quantia de 60 réis diários para fundo de fardamento de cada praça effectiva dos corpos montados de 1ª linha, e 50 réis para as dos corpos de Caçadores e de Artilharia de Posição tambem de 1ª linha, determina a Regencia, em nome do Imperador, que, do 1º do corrente Julho até o fim de Junho do anno proximo futuro, Vm. abone as referidas quantias a

vista dos pretos. Deos guarde a Vm. Palacio do Governo, em 26 de Julho de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Ignácio Viegas Tourinho Rangel. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 25, vol. 18.*

Nesta conformidade se expedio Circular aos Presidentes e Commandantes das Armas das Provincias.

AVISO DE 26 DE JULHO.

Imp. avulso.

Determinando a Regencia, em nome do Imperador, que huma commissão composta de Vm. como 1º Medico do Hospital Militar da Corte, do 2º Medico o Doutor Francisco José de Sá, e do 1º Cirurgião Christovão José dos Santos, tendo em vista a possivel economia da Fazenda Nacional e o estado diminuido da tropa da Corte, apresente com urgencia hum projecto das reformas que sejam já admissiveis no mesmo Hospital Militar, e não vão ferir a lei de sua creação, comprehendendo naquille projecto todos os ramos do serviço do mesmo estabelecimento, participe a Vm. para seu conhecimento e afim de que, de accordo com os outros dous membros, proceda logo a verificar esta incumbencia com o zelo que he de esperar de seu prestimo e conhecimentos. Deos guarde a Vm. Palacio do Governo, em 26 de Julho de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Fidelis Martins Bastos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 25, vol. 18.*

Nesta conformidade se escreveu ao 2º Medico e 1º Cirurgião do mesmo Hospital.

AVISO DE 26 DE JULHO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Tenho a honra de passar ás mãos de V. Ex. a inclusa Representação dirigida a esta Camara pelo Commandante e mais Officiaes do 4º Regimento de 2ª linha do Exercito, afim de que, sendo unida ás outras, cobertas pelo meu Officio de 17 do corrente, tenha o destino designado no parecer das Commissões, approvado pela Camara dos Deputados que na mesma occasião enviei por copia; restando-me rogar a V. Ex. se sirva devolver-m'a com as outras, logo que não sejam mais precisas para serem depositadas no Archivo da mesma Camara. Deos guarde a V. Ex. Paço da Camara dos Deputados, em 26 de Julho de 1831. — Antonio Rinto Chichorro da Gama. — Sr. Diogo Antonio Feijó.

Representação.

Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação.

O Commandante e mais Officiaes do 4º Regimento de Infantaria de 2ª linha desta Corte, firmados no juramento que tem prestado á Constituição e sustentação do Governo que actualmente nos rege, e confiados na obediente disciplina do seu corpo, vem offerecer-se como promptos a

sustentar este mesmo juramento, e por isso se entregão as disposições desta Augusta Câmara. Rio de Janeiro, 19 de Julho de 1831. — O Coronel Manoel João Gulate, o Major Francisco Antonio de Moraes, o Capitão Secretario Militino José de Macedo, Jeronimo Gomes de Aguiar, Tenente da 2ª Companhia; o Tenente Lauriano João Martins, o Tenente José de Jesus Maria Quaresma, o Alferes Francisco de Salles Soares, o Capitão Eusebio Pereira Machado, o Tenente Patricio José Rodrigues da Silva, o Alferes João José da Rocha, o Tenente Justiniano Manoel Pereira, o Capitão Ricardo José da Silva, o Capitão João Vaz Guedes, o Alferes Luiz da Costa Chaves, o Capitão Joaquim Gomes da Silva, o Capitão Joaquim José Moreira, o Capitão Manoel Gonçalves da Silva, o Tenente Antonio de Novaes Campos, o Tenente Antonio de Souza Paulino, Joaquim Manoel da Silva Castro, o Alferes Candido José da Cunha, o Alferes José Pereira de Andrade, o Tenente Ajudante José Teixeira Campos, o Alferes Francisco de Souza Monteiro, o Tenente Suteiro Alves de Oliveira, o Capitão Ignacio Fernandes Machado. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 50, vol. 18.*

Recebida com especial agrado e remetida às Comissões de Constituição e Justiça Criminal em 20 de Julho de 1831.

PORTARIA DE 27 DE JULHO.

Manuscripto authenticó.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. faça dar, com devida attenção, busca na chacara das Mangueiras, sobranceira a casa do fallecido Paulo Fernandes Vianna, dando para isso ordem por escripto, afim de examinar-se se na mesma chacara existe armamento; e quando encontrar além daquella que fór necessario para a defesa das pessoas que nella residem, faça recolher todo ao Deposito Publico, principalmente duas peças que se diz haverem ali, lavrando-se acerca de tudo o competente auto de achada e deposito, para proceder-se contra os criminosos, sendo caso disso, ou para entregar-se o mesmo armamento a seu dono, logo que cessem as circumstancias actuaes. Ordena, outrossim, a Regencia, que Vm. faça observar constantemente aquella chacara, e se nella se fazem reuniões, para dar de tudo parte ao Governo. Deos Guarde a Vm. Paço, em 27 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia. — *Acha-se a fl. 66 do Liv. 11 da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 27 DE JULHO.

Manuscripto authenticó.

Exm. Sr. — Sendo necessario, nas actuaes circumstancias, ter hum corpo de tropa regular, destinado unicamente a auxiliar a Justiça nos muitos e diferentes objectos de que está encarregada, a bem da tranquillidade e segurança

publica, não sendo possível lancar mão, nos casos imprevisos e extraordinarios, das Guardas Municipaes, que nem tem quartel onde estejam reunidas, nem tem ainda disciplina alguma, a Regencia, em nome do Imperador, determina que V. Ex. faça entregar ao Tenente-Coronel Francisco Theobaldo Sanches Brandão, que voluntariamente se offerece para commandar trinta Soldados de Cavallaria de Minas, escolhidos pelo seu Capitão Commandante, com as armas necessarias, tres Cabos e hum Forriel; o qual corpo deverá aquartelar-se no quartel da Praia de D. Manoel, evacuado pela Policia, servindo a cavallaria, tambem evacuada pela Artilharia montada, abonando-se ao dito Tenente-Coronel as cavalgadas e o mais que por direito lhe competir; advertindo-se que deste Corpo, de dia, poderá o Commandante Militar occupar em servicos extraordinarios até a terça parte, e que o seu servico ordinario será rondar e fazer certas observações de noite em diferentes pontos da Cidade, cujas ordens serão transmittidas ao Commandante por esta Repartição. Exigindo as circumstancias toda a brevidade, cumpre que por todo o dia de amanhã se faça effectiva esta disposição, expedindo para isso V. Ex. as ordens que forem convenientes. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 27 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se a fl. 65 v. do Liv. 11 da Secretaria da Justiça.*

PORTARIA DE 27 DE JULHO.

Manuscripto authenticó.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. em Junta Policial proponha: 1ª, a necessidade que ha nas actuaes circumstancias de encarregar a certas pessoas moradoras nos largos, ruas mais desertas ou retiradas, e nos arrabaldes da Cidade, principalmente se forem taberneiros ou caixeiros destas, em razão de serem permanentes, seja qual for a sua naturalidade, salvo se forem reconhecidos incapazes, da prisão dos negros effectivos capoeiras, como mesmo dos que se ensaiarem para isso, ainda que por divertimento; e b. m. assim a qualquer individuo que, na vizinhança de suas residencias, se achar commettendo crime ou dispondo-se para isso, dando-lhes Vm. para esse fim os chucos necessarios, de que passarão recibo aos Commandantes de Esquadras, com instrucções por escripto, fazendo vigiar que não abusem destas armas, as quizes poderão ser recebidas no Arsenal do Exercito a toda a hora, para o que estão dadas as convenientes ordens, ponderando a mesma Junta que, por este meio, não só se poderá diminuir o numero das rondas, como conseguir-se mais facilmente a prisão dos malfeltores; 2ª, que recomende por Editaes a todos os vizinhos que se prestem, como he dever de todo o cidadão interessado na ordem publica, a prender em flagrante os malfeltores, sabindo para isso armados, e empregando a força necessaria para

effectuar-se a mesma prisão, sem que corra risco a pessoa do cidadão innocente. Que participe aos Juizes de Paz ou a seus Delegados os vadios turbulentos, e quaesquer outras pessoas que procurarem perturbar a tranquillidade publica, fazendo-lhes ver que não só he dever de todo o cidadão cooperar com as Autoridades para a correção de taes individuos, como he do proprio interesse pela conservação da paz publica; 3ª, que se recomende mui positivamente aos Cabos das rondas que nas partes declarem o lugar do delicto e o n. da casa junto á qual tiver sido perpetrado, sendo possível, e bem assim o nome de tres pessoas presencias, embora sejam da mesma ronda, com declaração das suas moradas, afim de que, remetidas estas partes circumstanciadas pelos Juizes de Paz respectivos aos Juizes Criminaes, possam estes proceder em regra contra os delinquentes; entretanto que a parte que se remetter deverá conter unicamente o acontecimento e o lugar d'elle, simplificado de este modo o expediente, não havendo necessidade de ser acompanhado de officio, o que se deverá praticar com todas as pessoas a quem taes partes devem ser dirigidas; 4ª, finalmente, que se não altere a denominação dada pelo Decreto de 9 do corrente á reunião dos Juizes Policiaes, visto que Junta de Paz he a reunião de dous Juizes de Paz e hum Criminal para julgar por appellação as causas do Juizo de Paz. Deos Guarde a Vm. Paço, em 27 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia. — *Acha-se á fl. 65 v. e 66 do Liv. 11 da Secretaria da Justiça.*

PORTARIA DE 27 DE JULHO.

Coll. Plancher.

Illm. e Exm. Sr. — A Regencia, tomando em consideração o officio de V. Ex. de 20 de Março deste anno, com o additamento a elle da mesma data, manda, em nome do Imperador, participar a V. Ex. que ha por bem approvar as decisões tomadas pela Congregação dos Lentes desse Curso Juridico, de 10 do referido mez, menos na parte relativa á pena comminada aos Estudantes que não concorrem com as suas Dissertações mensaes, devendo regular-se essa pena de outra maneira, contando-se pela falta de hum Dissertação metade das faltas precisas para a preterição; pela falta de duas Dissertações tantas faltas quantas são necessarias para a preterição, e fazendo a falta de tres Dissertações, perder então o anno. E quanto á questão relativa ao Lente Brotero assistir ou não ás Congregações, manda a Regencia declarar a V. Ex. que o sobredito Lente deve a ellas concorrer, visto que ali se não vai tratar de categorias e distincções, mas sim do que convém ao melhor ensino dos Estudantes, no que muito interessa o bem publico. Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de

Janeiro, em 27 de Julho de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. José Arouche de Toledo Rendon.

PORTARIA DE 27 DE JULHO.

Coll. Plancher.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, que a Camara Municipal desta Cidade de execução ao art. 299 do Código Criminal, fazendo declarar por Editaes as armas offensivas, cujo uso os Juizes de Paz poderão permitir, e que, em conformidade da Portaria de 14 do corrente, faça concluir, quanto antes, a divisão do termo desta Cidade, e remetta á mesma Secretaria de Estado. Palacio do Rio de Janeiro, em 27 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó.

AVISO DE 27 DE JULHO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Sendo urgente habilitar a Junta da Fazenda dos Arsenaes do Exercito com a quantia necessaria para o pagamento dos operarios que extraordinariamente ali se mandarão admitir por Portaria de 5 de Junho proximo pasado, e para cujo pagamento o meu antecessor requisitára hum credito supplementar que se acha em discussão, por não ser sufficiente para semelhante despeza a somma designada na lei de 10 de Dezembro de 1830; e porquanto, os jornaes dos operarios em questão importão, no corrente mez, na quantia de dous contos e duzentos mil réis, como informava o Intendente do Arsenal do Exercito: vou rogar a V. Ex. queira expedir as necessarias ordens para se entregar a mencionada quantia que deverá deduzir-se da que houver de ser votada pela Assembléa Geral Legislativa. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 27 de Julho de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 25, vol. 18.*

AVISO DE 27 DE JULHO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Sendo notoria a criminosa insubordinação com que na noite do dia 14 do presente mez se amotinára o corpo da Policia desta Côrte, havendo já nas anteriores apresentado indícios de que d'elle havia desaparecido a ordem e a disciplina, o que prova, quando não connivencia, pelo menos reprehensivel deleixo e relaxação, tanto da parte do Commandante como dos officiaes daquelle corpo; accrescendo ainda, para cumulo do crime, que se ouvirão naquella mesma noite vozes as mais sordidias e anarchicas soltadas das fileiras do dito corpo, sem que conste que o Commandante e officiaes trabalhassem, como era de seu rigoroso dever, por suffoco-las, para que se não deramassem pelos outros corpos que forão para ali chamados, donde se infere o premeditado espi-

rito de insurreição que animava o corpo da Polícia; e porque cumpre que factos tão subversivos da disciplina não fiquem impunes e sejam castigados na forma das leis os que se reconhecerem autores e agentes; e, para que a honra dos corpos que se não deixarão arrastar de suggestões nem tomá-lo parte em tão horróroso motim fiquem desassombrada, determina a Regencia, em nome do Imperador, que huma comissão composta do Coronel do corpo de Engenheiros Manoel José de Oliveira, do Major Comandante do 1.º corpo de Artilharia de Posição Cypriano José de Almeida, e do Capitão do dito corpo de Engenheiros Joaquim José Rodrigues Torres, proceda logo a conhecer dos mencionados factos, formalizando o necessario Conselho de averiguação, que remetterá a V. Ex. para, à vista delle, se proseguir nos termos da lei; o que participo a V. Ex. para que expeça immediatamente as ordens. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 27 de Julho de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. José Joaquim de Lima e Silva. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 25, vol. 18.*

AVISO DE 27 DE JULHO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo se retirado da Fabrica da Lagôa de Freitas para a da Serra da Estrella a maior parte da escravatura, e não sendo, em consequencia, preciso hum destacamento tão numeroso como até agora naquella Fabrica da Lagôa, como representa o Inspector, determina a Regencia, em nome do Imperador, que V. Ex. expeça a necessaria ordem para que, dos vinte soldados, tres Cabos e hum Sargento do 1.º corpo de Artilharia de Posição de 1.ª linha, que ali estavam destacados, só fique subsistindo a força de dez soldados, dous Cabos e hum Sargento. O que participo a V. Ex. para sua intelligencia e execução. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 27 de Julho de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. José Joaquim de Lima e Silva. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 29, vol. 18.*

AVISO DE 27 DE JULHO.

Imp. avulso.

Havendo a Regencia, em nome do Imperador, demittido a Vm., por Decreto de 22 do corrente, da copia junta, do lugar de Consul Geral e Encarregado de Negocios interino do Brazil no Mexico; assim o communico a Vm. para sua intelligencia e para que haja de entregar no Thesouro Nacional as quantias ali recebidas em virtude da sua nomeação; para o que se expedem de conformidade as necessarias ordens áquella estação. Deos guarde a Vm. Palacio do Governo, em 27 de Julho de 1831. — Francisco Carneiro de Campos. — Sr. João Baptista de Queiroz. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 32, vol. 18.*

AVISO DE 28 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, ordena que Vm. faça observar cautelosamente a hum tal Barão de Bulow, que mora na casa n. 123 da rua do Ouvidor, e indagar qual seja a sua occupação, as companhias ou pessoas que frequenta, para dar depois parte de tudo que tiver colhido a respeito deste individuo, bem como haja de fazer observar a casa n. 82 da rua de S. José, para vir no conhecimento das pessoas que tanto de dia como de noite a frequentão, e o numero destas, informando logo de todas as noticias que obtiver a tal respeito, entendendo esta medida a todas as casas onde constar que se fazem reuniões nocturnas, e recommendando, neste mesmo sentido, a todos os Juizes de Paz as mais exactas pesquisas em seus respectivos districtos, para saber-se a natureza dellas, e darem-se depois as providencias que parecerem necessarias. Deos guarde a Vm. Paço, em 28 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Desembargador Adjuntado do Intendente Geral da Policia. — *Acha-se a fl. 66 v. do Liv. 11 da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 28 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. Ex. o officio incluso do Desembargador Adjuntado do Intendente Geral da Policia, pedindo huma guarda para a segurança do cofre e mais objectos que contém a Casa da Secretaria da Intendencia, afim de V. Ex. fazer expedir as convenientes ordens para que ali seja posto, ao menos de noite, 1 inferior e 2 soldados de confiança. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 28 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se a fl. 66 v. do Liv. 11 da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 28 DE JULHO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo a Carta de Lei de 6 de Junho deste anno mandado alistar e armar os cidadãos necessarios para a manutenção da tranquillidade e segurança publica, entregue esta força á disposição das autoridades Civis Judiciarias, acontece que, por diferentes vezes e em diversas occasiões, tem apparecido certa desintelligencia entre os mencionados cidadãos armados e os Militares, o que não pôde provir senão de não estarem estes certos dos seus deveres, não sendo de presumir que Militares Brasileiros, que tanto se devem gloriar da igualdade estabelecida pela Constituição entre todos os cidadãos, queirão em tempos constitucionaes fazer reviver o antigo systema e Governo Militar tão odioso, por isso mesmo que he o signal caracteristico da escravidão de hum povo; muito mais se se lembrassem que nesses mesmos tempos do despo-

tismo e tyrannia militar, o privilegio do fôro não era absoluto, antes coarctado em muitos casos, e com especialidade pelo Alvará de 21 de Outubro de 1763, que no art. 8.º muy expressamente declara que não ha pessoa alguma isenta dos summarios procedimentos da Policia contra a tranquillidade publica e bem commum do Imperio, etc., pertencendo aos encarregados da mesma Policia prender e reter em suas prisões os soldados e officiaes que tiverem culpa na sua presença até que sejam formados os processos; a Regencia, querendo que de huma vez cessem taes rivalidades indignas de cidadãos que se honrão de Constitucionaes, e se removão desintelligencias tão oppostas á tranquillidade publica e tão contrarias ás Leis e á mesma Constituição, manda, em nome do Imperador, que V. Ex. faça constar á tropa da 1.ª e 2.ª linha, para sua intelligencia e devida execução, o seguinte: — 1.º, que, não obstante o § 17 do art. 179 da Constituição ter proscripto os fôros pessoais, contudo, pela falta de Leis regulamentares que marquem precisamente os crimes civis e os crimes militares, ainda continúa o mesmo privilegio nos casos não exceptuados por direito; 2.º, que, não se dando a mesma razão nos crimes policiaes, que se achão bem definidos no Código Criminal e Lei de 6 de Junho do corrente anno, creadas autoridades privativas para sua execução, pela Lei de 15 de Outubro de 1827, 1.º de Outubro de 1828, e 6 de Junho passado, estão sujeitos ás ditas Leis e autoridades todos os cidadãos, seja qual fôr a sua classe ou condição, com a unica differença de que os privilegiados pela Constituição erão somente julgados pelos Juizes designados na mesma; 3.º, que as Guardas Militares não tem ingerencia alguma em objectos estranhos áquelles que são confiados ao seu cuidado, e que, portanto, não lhes cumpre intrometer-se ou embaraçarem de qualquer modo que seja as rondas militares ou cidadãos de fazerem o seu officio pelas ruas, praças ou estradas; 4.º, que as mesmas Patrulhas Militares, quando prenderem a qualquersoldado ou official, por crime policial, deve ser á ordem da autoridade policial competente, e conduzida á presença da mesma ou á cadeia que se achar destinada a presos semelhantes. O que participo a V. Ex. para fazer expedir as convenientes ordens. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 28 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se a fl. 66 v. e 67 do Liv. 11 da Secretaria da Justiça, e a p. 18 do Di. 28, vol. 18 do Diario Fluminense.*

AVISO DE 28 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Exm. e Rev. Sr. — A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. Ex. a representação inclusa á Camara Municipal da Villa de Santa Maria, diz Manoel contra o Padre José Custodio Gonçalves, Parocho da mesma Villa, pelas prevaricações commettidas por elle no seu ministerio, constantes dos documentos annexos, e ha

por bem que V. Ex. faça o dito Parocho cumprir seus deveres pelos meios que as Leis Canonicas prescrevem, caso verifique-se a prevaricação e omissão arguida, dando V. Ex. parte das diligencias a que mandar proceder a este respeito. Por esta occasião comprem-me dizer a V. Ex. que, se da parte dos fieis se observa grande frieza no desempenho de seus deveres religiosos, pela maior parte deve-se isto attribuir á negligencia dos Parochos no cumprimento de suas essencias obrigatórias. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 28 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Bispo Capellão-Mór. — *Acha-se a fl. 68 v. do Liv. 11 da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 28 DE JULHO.

Participo a V. S. para sua intelligencia, que tenho expedido ordem a Henrique Anastacio de Noyaes para se apresentar a V. S., e empregar-se no expediente que por V. S. fôr designado. Deos guarde a V. S. Paço, em 28 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se a fl. 40 do Registo da Casa da Supplicação no Liv. aberto a 7 de Junho de 1831.*

AVISO DE 28 DE JULHO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — A Regencia, em nome do Imperador, determina que V. Ex., a qualquer requisição que lhe fôr feita da parte do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, preste á força armada que pedir, ou de Caçadores ou de Cavallaria, para auxiliar a Justiça na manutenção da tranquillidade publica, e, para que não haja a menor demora, V. Ex. recomendará ao Ajudante de Ordens que estiver de dia que mesmo na ausencia de V. Ex. faça logo cumprir a requisição feita. Deos guarde a V. Ex. Palácio do Governo, em 28 de Julho de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. José Joaquim de Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 25, vol. 18.*

AVISO DE 28 DE JULHO.

Imp. avulso.

Requisitando o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda que as Estações por onde se fazem os pagamentos pertencentes á Repartição dos Negocios da Guerra, futeas os futeas em notâs do velho padrão; e, quando succeda que por troco reciba das partes algumas, as enviem logo ao Banco para que lhe sejam substituidas pelas do novo padrão; assim o communico a Vm. para que, por essa Repartição da Thesouraria Geral das Tropas, se ponha em pratica semelhante medida. Deos guarde a Vm. Palácio do Governo, em 28 de Julho de 1831. — Manoel da

Fonseca Lima e Silva. — Sr. Ignacio Viégas Tordinho Rangel. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 25, vol. 18.*

AVISO DE 28 DE JULHO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Com o Officio de V. Ex., em data de 26 do corrente mez, foi presente á Regencia, em nome do Imperador, a Representação dos Officiaes Generaes, Officiaes do Estado-Maior e avulsos, residentes na Villa Real da Praia Grande, em que se offerecem para formar parte do Batalhão de Officiaes Soldados da Patria; e cumpre-me communicar a V. Ex. que a mesma Regencia, julgando mais conveniente que os ditos officiaes continuem, como até agora, a ser empregados nas Guardas Municipaes, lhe manda agradecer seus offerecimentos. O que V. Ex. fará saber ao Juiz de Paz Supplente daquella Villa, que remetten a Representação sobredita; tomando, outrossim, V. Ex. as necessárias providencias para que seja excluido o Estrangeiro Paulo Antonio de Faria. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 28 de Julho de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. José Joaquim de Lima Silva. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 25, vol. 18.*

AVISO DE 28 DE JULHO.

Imp. avulso.

Constando que dos officiaes do corpo de Artillaria da Marinha, que embarção como Comandantes de Destacamentos dos navios da Armada, se abona, além das vantagens de que gozão os officiaes da mesma Armada de correspondente graduação, quando embarcados, a gratificação de comando, em contravenção do disposto na Resolução de Consulta de 5 de Junho de 1824, e no Decreto de 5 de Junho do mesmo anno, manda a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. haja deparar as providencias necessarias para que se evite a continuação de hum tal abuso, fazendo-se ao mesmo tempo responsavel a quem se achiar nelle incurso, a bem de se indemnizar a Fazenda Publica de qualquer somma, assim indevidamente despendida. O que Vm. cumprirá. Deos guarde a Vm. Pago, em 28 de Julho de 1831. — José Manoel de Almeida. — Sr. Antonio Joaquim do Couto. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 27, vol. 18.*

AVISO DE 28 DE JULHO.

Imp. avulso.

A Regencia, tendo em vista o seu Officio de 26 do corrente, em que mostra a repugnancia de alguns Juizes em deixar de conceder Cartas de Seguro, não obstante a clara e mui explicita disposição do § 9º do art. 179 da Constituição, que só isenta da prisão os afiançados, segundo a lei, fundando-se no § 6º do art. 2º da Carta de Lei de 22 de Setembro de 1828 e Decreto de 10 de Se-

tembro do anno passado, dos quaes se deprehende a existencia de taes Cartas de Seguro; disposições que não tiveram, contudo, por fim resolver duvida alguma relativa áquelle artigo constitucional, tem de notar que, desde que se torna duvidosa a legislação pelo encontro e collisão de suas diferentes partes, muito mais quando a lei fundamental parece contrariar as disposições ulteriores, he dever do encarregado da execução da lei suspender qualquer procedimento até que o Poder Legislativo authenticamente explique a duvida suscitada; e tendo o Governo sujeitado ao conhecimento e decisão da Assembléa Geral a duvida em questão, seria desharmonia perigosa que communicada officialmente a deliberação do Governo, os executores subalternos continuassem a progredir sem esperar a resolução requerida. Acrescendo que de tal suspensão, bem longe de resultar o menor damno á Justiça, pelo contrario, evita-se o funestissimo exemplo de impunidade que occasionão as Cartas de Seguro com escandalo geral da Nação, e salva-se a contradicção de estarem livrando-se soltos réos de crimes a que está imposta pena maior que a de seis mezes de prisão e desterro sem fiança, como mui explicitamente requer a Constituição no supra citado artigo, e isto só por huma dispensa do mesmo artigo constitucional, outorgada pelo Juiz por meio da Carta de Seguro. Não encontrando o Governo artigo algum no Código Criminal applicavel ao Magistrado que deixa de executar a lei, quando seriamente se torna duvidosa a sua intelligencia, e muito mais quando o principal executor della tem pedido á autoridade competente a necessaria interpretação, encontra muitos que lhe recommendão observar a Constituição, proceder contra os delinquentes e obedecer aos superiores. A Regencia, em nome do Imperador, manda que V. S. participe isto mesmo aos Juizes que duvidão concordar com a deliberação do Governo para intelligencia dos mesmos. Deos guarde a V. S. Pago, em 28 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araújo. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 29, vol. 18.*

AVISO DE 28 DE JULHO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Sendo presente á Regencia o Officio de V. Ex., na data de 24 de Março do anno passado, em que pede esclarecimentos sobre a maneira com que o Concelho do Governo dessa Provincia se deve conduzir nas materias que também estão encarregadas por lei a outras autoridades, a mesma Regencia, em resposta ao dito Officio, ha por bem declarar a V. Ex. que as leis só subsistem enquanto não são derogadas por outras posteriores; e que, nestes termos, só devem regular as que são promulgadas ultimamente. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Julho de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Miguel Lino de Moraes. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 29, vol. 18.*

AVISO DE 28 DE JULHO.
Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Sendo presente a Regencia, em nome do Imperador, o Officio de V. Ex., de 22 de Março ultimo, em que, pelas razões que allega, pede ser pago do ordenado de Presidente dessa Provincia, que deixou de receber desde 5 de Novembro do anno passado até 18 de Janeiro do que corre, por lhe ter sido negado pelo seu antecessor a posse da Presidencia, manda a mesma Regencia se responda a V. Ex. que não tem lugar a sua pretensão, porque a Fazenda Nacional não deve pagar dous ordenados por hum só emprego. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Julho de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. José Thomaz Nabuco de Araújo. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 29, vol. 18.*

AVISO DE 28 DE JULHO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Passo as mãos de V. Ex. a copia inclusa do Officio do Secretario da Camara dos Srs. Senadores, datado em 27 do corrente, sobre a remessa de Collecções dos Diarios da mesma Camara aos Concelhos Geraes das Provincias e às Camaras Municipaes, afim de que V. Ex. se digne expedir as convenientes ordens ao Director da Typographia Nacional para remeter a esta Secretaria de Estado os Diarios pertencentes aos annos anteriores ao de 1830, que ali não sejam precisos, como indica o mencionado Officio. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 28 de Julho de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 40, vol. 18.*

AVISO DE 28 DE JULHO.

Imp. avulso.

Tomando a Regencia em consideração o que lhe representarão o Prior e Mesários da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo desta Cidade, sobre a restituição de huma sala e tribunas de hum lado da sua Igreja e das lojas do edificio em que se acha estabelecida a Bibliotheca Nacional, a mesma Regencia, tendo procedido ás convenientes informações a este respeito, pelas quaes veio no conhecimento de serem menos exactos os motivos allegados pelos supplicantes, manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar-lhes não poder ter por hora lugar a entrega que pretendem, não só porque se achão assas indemnizadas com o edificio do antigo Recolhimento do Parto, que lhes foi cedido pelo Governo, mas porque, estando occupadas com parte da Bibliotheca, assim as lojas como a sala e corredor do mesmo lado das referidas tribunas, não ha outro edificio para onde se mude, nem cumpre ao serviço e bem da Nação e ao governo economico da Bibliotheca que esta se divida por diferentes lugares. Pala-

do do Governo, em 28 de Julho de 1831. — José Lino Coutinho. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 40, vol. 18.*

AVISO DE 28 DE JULHO.

Imp. avulso.

Exm. e Rev. Sr. — Sendo presente a Regencia, em nome do Imperador, o requerimento incluso que lhe dirigirão 257 pessoas da Villa de S. João d'El-Rei, contra o respectivo Parócho o Padre Luiz José Dias Custodio, allegando tantos factos que provados hum só era bastante para que senão podesse tolerar por mais tempo hum tal empregado, ordena que V. Ex. mande para aquella Villa hum Visitador imparcial e de reconhecida probidade para conhecer dos factos de que he arguido aquelle Parócho, procedendo contra o mesmo, sendo culpado, em conformidade com o Direito Canonico, e dando parte do resultado a este respeito, afim de ser processado perante a autoridade civil para a imposição da pena temporal que merecer. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Bispo de Marianna. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 45, vol. 18.*

AVISO DE 28 DE JULHO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Nesta occasião determino a Regencia, em nome do Imperador, ao Rev. Bispo dessa Diocese, para que faça proceder contra o Padre Luiz José Dias Custodio, Parócho da Villa de S. João d'El-Rei, cujo Aviso se lhe envia por copia; e a mesma Regencia manda recomendar a V. Ex. que observe se a escolha do Visitador he em conformidade do que ao mesmo Bispo se ordena, e se este desempenha com imparcialidade o officio de que he encarregado. Outrosim, sendo notavel que, por tantos annos, se conserva na Parochia hum Parócho que se diz carregado de tantos crimes, sem consciencia e consentimento do seu Prelado, ordena a mesma Regencia que V. Ex. informe se a este se dirigiu em algum tempo queixas contra semelhante Parócho, e que providencias se derão a tal respeito, afim de fazer-se effectiva a responsabilidade do Prelado a de qualquer outro que tenha tolerado ou protegido taes prevaricações e omissões. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Julho de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 46, vol. 18.*

RESOLUÇÃO DE 29 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Senhor. — Por Portaria da Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, de 30 de Julho de 1829, mandou V. M. I. remetter a este Concelho, para consultar, o requerimento de D. Margarida Maria Mequeliná Ferreira, do theor se-

guinte:—Senhor. Diz D. Margarida Maria Mequellina Ferreira, viúva de Francisco Affonso Ferreira, Desembargador de Aggravos da Casa da Supplicação deste Imperio, que ella supplicante ficou onerada com nove filhos, dos quaes sete menores, e entre estes duas filhas, e sem meios com que os possa manter e educar: por isso recorre á incomparavel beneficencia de V. M. I., que, em attenção aos serviços de seu finado marido, que constão dos documentos incluzos, cuja morte prematura resultou das violencias contra elle praticadas pelo infame Manoel de Carvalho, se digne conceder á supplicante huma pensão para manter se e a seus filhos.—E. R. M.—Como Procurador, Joaquim Antonio Martins.

Dando-se vista ao Procurador da Fazenda, respondeu:—De razão e justiça he consultar-se a favor deste crecido casal huma pensão de metade do ordenado respectivo repartidamente por todos, sendo a supplicante nella meieira. Este magistrado falleceu aos 4 de Fevereiro de 1825, tendo tomado posse aos 23 de Setembro de 1824 de hum lugar de Aggravos; he por isso que a dita pensão he 550\$ rs. correspondente ao ordenado que se achava estabelecido quando falleceu, e que só creceu pelo Decreto de 17 de Fevereiro do mesmo anno de 1825. Rio, em 31 de Agosto de 1829.—Nabuco.

Depois, á requisição do Conselheiro Fiscal das Mercês, mandou o Concelho que a supplicante se habilitasse competentemente. A isto satisfiz a mesma supplicante com a sentença da dita habilitação; assim como ajuntou diversos documentos que, por despachos posteriores do Concelho, lhe fôra ordenado, e que sobem com esta á Imperial Presença.

Ouvindo o Conselheiro Fiscal das Mercês, disse: Faça-se justiça. Rio, 19 de Junho de 1830.—Souza.

Depois mandou o Concelho que a supplicante ajuntasse por certidão o Decreto da mercê do officio de Guarda-Mór da Relação de Pernambuco, conferido a seu filho Domingos Affonso Ferreira.

E, satisfazendo a mesma supplicante com o dito documento, e outros que igualmente sobem, foi sobre tudo ouvido o Procurador da Fazenda, que respondeu pela maneira seguinte:—A face da letra do Decreto, por isso que o officio tem huma pequena lotação, acho que será justo conferir mais a pensão de 400\$ rs. repartidamente, excluindo o fillo mais velho Domingos Affonso Ferreira, sendo dependente da approvação da Assembléa Geral Legislativa, parecendo que assim se pode consultar, pois entre as lotações lembrome de ter visto este lotado em 500\$ rs. Rio, 26 de Fevereiro de 1831.—Nabuco.

O que tudo sendo visto, parece ao concelho que o requerimento da supplicante he indeferivel, ou se attenda a que os serviços de seu finado marido Francisco Affonso Ferreira tiveram primeira remuneração no anno de 1813, como diz a certidão do Registo Geral das Mercês aqui junta; e que os posteriores fôrao attendidos pelo

Decreto de 18 de Março de 1825, immediatamente ao fallecimento do dito seu marido em 4 de Fevereiro desse anno; conferindo-se por elle a sobrevivencia de hum officio lotado em 940\$ actualmente, e que nesse tempo andava lotado em 1:400\$ rs. a seu fillo mais velho Domingos Affonso Ferreira, qual he o de Guarda-Mór da Relação de Pernambuco, ou se contemplem e combinem essas mercês remuneratorias com a extensão e intenção dos mesmos serviços, nos quaes, nada apparecendo de relevante, entende o Concelho que sobejamente se achão remunerados, pelo menos proporcionalmente com o que a outros funcionarios na mesma escala tem cabido. Verdade he que no Decreto se não attendeu á quota parte que á Supplicante, como viúva, devia caber no util dessa remuneração; mas isso só lhe confere o direito á participação della, onerando-se em beneficio seu e de outros fillos, igualmente herdeiros, o rendimento respectivo com a deducção da terça parte; ficando ao fillo serventuario as outras duas terças partes do mesmo rendimento livres, como em iguaes casos se tem praticado; declarando-se assim o sobredito Decreto de Mercê remuneratoria.

Tudo o mais parece ao Concelho excessivo; e o modo de pedir remunerações destacadamente, ora em nome do fillo, depois em nome da viúva, menos sincero e prejudicial á Fazenda Publica, como alguma vez tem já acontecido. Rio de Janeiro, em 18 de Março de 1831, 10^a da Independencia e do Imperio.—João Sabino de Mello Bulhões Lacerda Castello Branco.—João Prestes de Mello.—Manoel José de Souza França.

Resolução.—Como parece ao Concelho da Fazenda. Paço, 29 de Julho de 1831.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Bráulio Moniz.—José Lino Coutinho.—*Acha-se o original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

PORTARIA DE 29 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Constando, pela parte do Commandante Geral das Guardas Municipaes, que na noite de 27 do corrente as patrulhas que rondavão o sitio do Cattete fôrao insultadas e apedrejadas por diversos pretos e pardos, resultando disso o ferimento de hum Cabo dellas, manda a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. proceda immediatamente a fazer perguntas aos tres que fôrao presos, afim de se descobrirem os complices, ou os que mandarão fazer tal insulto, fazendo o corpo de delicto indirecto, e remettendo-o com as perguntas ao Juiz Criminal para proceder como fôr de Direito, por ser este crime de resistencia. Previno a Vm. que o sobredito Commandante Geral na sua parte refere que os presos declararão que João dos Santos, carpinteiro; Lauriano Caturra, carpinteiro; Camillo, canteiro; e Caetano, carpinteiro, fazião parte do grupo que commetteu o dito insulto, e que huns e outros erão escravos do Advogado Philippe Justiniano da Costa Ferreira. Deos Guarde a Vm.

Pago, em 29 de Julho de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Juiz de Paz Supplente da Freguezia de S. José.—*Acha-se a fl. 69 v. do Liv. 11 da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 29 DE JULHO.

Coll. Plancher.

Tendo levado ao conhecimento da Regencia a queixa que Vm. fizera contra o Lente d'esse Curso Juridico, João José de Moura Magalhães, e vice-versa deste contra Vm., e as respostas de ambos, mandados vir a respeito; não pôde deixar a mesma Regencia de estranhar que, cidadãos votados ao Magisterio para bem dirigirem a mocidade nos seus estudos e conducta civil, estejam dando hoje, á face de huma escola inteira, hum tão feio exemplo de inimizades e reacções, com o que muito pôde vir a soffrer o ensino dos alumnos e a boa ordem de hum semelhante estabelecimento; e por isso ordena, em nome do Imperador, que Vm., d'ora em diante, pondo de parte caprichos e perniciosos resentimentos, trate só de bem de sempenhar suas obrigações, na conformidade da Lei e de seus estatutos, para aproveitamento de seus discipulos e utilidade publica; poupando-lhe assim o dissabor de novas contestações. Deos guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Julho de 1831.—José Lino Coutinho.—Sr. Lourenço José Ribeiro.

Expedio-se outro no mesmo sentido ao Lente João José de Moura Magalhães.

AVISO DE 29 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr.—Accuso a receção do officio de V. Ex., em data de 27 do corrente, acompanhado de duas notas do Encarregado de Negocios de S. M. o Rei dos Francezes, nas quaes se queixa de haverem as rondas municipaes intimado a hum Official daquella Nação para não trazer espada, por ser arma prohibida, bem assim relata differentes attentados commettidos contra subditos da mesma Nação; emquanto ao primeiro facto, nada ha a providenciar, porque, prohibindo o Codigo Criminal o uso de armas aos nossos Militares, não estando em diligencia ou exercicio, art. 298 § 2.º, não compete ao Governo, e muito menos as rondas, dispensar na Lei, sendo incontravenso que os estrangeiros devem sujeitar-se ás Leis do paiz onde se achão, e que jámais podem considerar-se em diligencia ou exercicio militar dentro do Imperio para serem incluídos na excepção da Lei apontada. Sobre o segundo objecto da queixa, o Governo tem mandado proceder a devassa sobre todos os factos criminosos que, conforme o direito, devem ser indagados officialmente, não duvidando, porém, que escapem muitos ao conhecimento das Autoridades Judiciaes, por terem sido perpetrados ou nos dias em que o terror se apoderou da Capital, ou no silencio das trevas;

mas, como resta o recurso da querella ou denuncia, o Governo se persuade que os Juizes serão promptos em recebe-lo da parte de qualquer que se julgue offendido, sendo e-te, sem duvida, o meio mais efficaz de se punirem taes delictos. Deos Guarde a V. Ex. Pago, em 29 de Julho de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Francisco Carneiro de Campos.—*Acha-se a fl. 69 do Liv. 11 da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 29 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr.—Accusando a receção da parte dada pelo Tenente-Coronel encarregado das rondas militares da Cidade, que acompanhou o officio de V. Ex. datado de hontem, offereceme dizer a V. Ex. que he desnecessaria a remessa das mesmas partes, huma vez que ellas seão dadas á Policia, como até aqui, porque esta m'as remette juntamente com as outras das rondas municipaes. Deos Guarde a V. Ex. Pago, em 29 de Julho de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. José Joaquim de Lima e Silva.—*Acha-se a fl. 69 do Liv. 11 da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 29 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Em resposta ao officio de Vm. de 28 do corrente, em que dá conta de se haverem encontrado sete espingardas na chacara de João Francisco da Costa Xavier, das quaes forão apprehendidas quatro, manda a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. as faça entregar ao dono da dita chacara, se não fôrem visivelmente perigosos á Nação, pois consta que muitas se fusturão nestes proximos dias. Deos Guarde a Vm. Pago, em 29 de Julho de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia.—*Acha-se a fl. 68 v. do Liv. 11 da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 29 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

Passo ás mãos de V. Ex. a carta inclusa que acaba de dirigir-me José Joaquim da Costa, para que haja de indagar deste individuo: 1.º, de quem recebeu 1:600 \$ rs., de que faz menção, e porque titulo lhe foi entregue; e quando elle tenha declarado a pessoa de quem recebeu essa quantia, indagar tambem desta se tal dinheiro satisfiz, por que razão, se o sobredito d'elle passou recibo, exigindo-o nesse caso para verificar a exactidão de taes declarações; 2.º, quando veio do Rio Grande do Sul, em que embarcação, e que profissão tem; procurando verificar tambem a exactidão do que declarar a tal respeito; 3.º, a que veio a esta Corte, e porque se fôra hospedar em casa do tal Guilherme, de quem se queixa; e finalmente, quaesquer outras indagações e perguntas que a Vm. parecerem ne-

cessarias, afim de descobrir-se a verdade do facto referido, remettendo-me o auto de perguntas para a vista delle, deferir-se ao supplicante. Deos Guarde a Vm. Paço, em 29 de Julho de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Juiz de Paz Supplente da Freguezia do Sacramento.—*Acha-se a fl. 69 v. e 70 do Liv. 11 da Secretaria da Justica.*

AVISO DE 29 DE JULHO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr.—A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem demittir o Padre Guilherme Paulo Tilbury do emprego de Professor Publico da lingua ingleza. O que participo a V. Ex. para sua intelligencia e execucao. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 29 de Julho de 1831.—José Lino Coutinho.—Sr. Visconde de Cayrú.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 28, vol. 18.*

AVISO DE 29 DE JULHO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr.—A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem demittir ao Padre Guilherme Paulo Tilbury do exercicio de mestre da lingua ingleza do mesmo Imperador e das Princesas Imperiaes, suas Augustas Irmãs. O que participo a V. Ex. para sua intelligencia e execucao. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 29 de Julho de 1831.—José Lino Coutinho.—Sr. Marquez Mordomo Mór interino.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 28, vol. 18.*

CARTA DE 30 DE JULHO.

Imp. avulso.

Nós Carlos João, por Graça de Deos, Rei dos Suecos, Noruega, Godos e Vandalos, ao Serenissimo e Potentissimo Principe Senhor D. Pedro II, pela mesma Graça Imperador Constitucional e Perpetuo Defensor do Brazil, etc. Irmão, Primo e Amigo nosso muito amado, saude e prosperidade. Ha pouco nos foi entregue a Carta datada em 12 de Abril, na qual V. M., pela Regencia Provisoria do Imperio, nos participou a abdicacao que fez da Coroa o Serenissimo e Potentissimo Imperador do Brazil Pedro I, seu pai muito amado, e de se devolver a V. M. o direito de Successão ao Imperio do Brazil. Os sentimentos de verdadeira amizade e de boa vontade que consagramos a V. M. fazem com que, congratulando-o por ter tomado o Governo do dito Imperio, declaremos ao mesmo tempo que nada teremos tanto a peito como conservar sempre firme a amizade existente entre os nossos estados; não nos resistindo mais do que encomendar a protecção do Ente Supremo a V. M., a quem appetecemos todos os bens e prosperidades. Dada no nosso Palácio no dia 30 de Julho de 1831.—Bon Irmão, Primo e Amigo de V. M.—Carlos João.—A' S. M.—o I.—do Brazil.—Barão de

Schulzenheim.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 116, vol. 18.*

DECRETO DE 30 DE JULHO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a seguinte resolução da Assembléa Geral:

Art. unico. O Governo fica autorisado para conceder a Thomaz Haydn, natural do Reino de Irlanda, e que foi demittido do posto de Capitão-Tenente da Armada Nacional, em virtude da Lei da fixação das forças de mar para o corrente anno financeiro, a quantia necessaria para seu transporte deste Imperio para o Reino da Grão-Bretanha, conservando-se igualmente a mulher do mesmo Thomaz Hayden a pensão do Monte-Pio, conforme o art. 14 do Plano da Creação do Monte-Pio da Armada, approvado pela Resolução de 25 de Setembro de 1795.

José Manoel de Almeida, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 30 de Julho de 1831, 10^a da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Bráulio Moniz.—José Manoel de Almeida.

AVISO DE 30 DE JULHO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, á vista da informação dada por V. S. em officio de 2 do corrente mez (*), á cerca do Meirinho José Fer-

(*) Ilm. e Exm. Sr.—Tenho a honra de pôr nas mãos de V. Ex. a resposta que acabo de receber do Meirinho José Fernandes, acompanhada de documentos, em hum dos quaes prova que aos 19 de Junho de 1818 casara com brasileira; em outro, que aos 14 de Outubro de 1815 tivera o primeiro provimento bimestral de Meirinho da Provedoria dos Ausentes; em outro, produzido em publica forma, que obtivera em 1829 a serventia vitalicia em que se acha. Não prova o que diz de ser pai de seis filhos, nem mostrando, como não mostra a idade, que tem, offereceria mesmo inutil convicção de que esteve em Portugal bastantes annos, tendo para ali ido na minoridade, por isso que não mostra em que anno para aqui veio, e a conjecturar-se que, apenas chegou, tratára de ser Meirinho; dar-se-hia apenas dezoito annos imperfeitos de estado, e não trinta como allega. O supplicante mostra ser natural de Orneza, na Gallia; ainda dado; pois, que provado não está que fosse menor para Portugal, já-mais ali lhe foi applicavel, senão contrariamente, a qualidade de natural sendo até palpavel que não poderia goza-la pela Ord. do liv. 2^o, tit. 55, e nem ao menos ainda a de vizinho nos arts. do tit. 56 do mesmo liv. Ora, visto esta, que o referido Meirinho não foi já-mais Portuguez, ainda quando liquido se achasse por quanto tempo residira em Portugal, menos naturalisado Portuguez, e ainda menos derivado de pai tal... Veio para o Brazil, não adquirio por este facto o que não obtivera em Portugal, isto he, ser havido por Portuguez, nem por graça ou titulo que o desse por naturalisado, e em termos taes, nem o art. 6^o, §§ 4 e 5, nem a Resolução de 14 de Agosto de 1827, ampliando aquelle artigo da constituição, o podem abranger. Embora o respondente se ache casado com mulher brasileira, pois que a mesma Ord. liv. 2^o, tit. 55 não reconhece por natural do paiz aquelle que, nascido fóra delle, casa com mulher nativa do mesmo, mora e reside no mesmo paiz. Elle pois está em posição diversa da

nandes, ha por bem que V. S. o demitta do dito lugar, que não pôde ser exercido por estrangeiro, na forma da Constituição do Imperio: o que participo a V. S. para sua devida execução. Deos Guarde a V. S. Paço, em 30 de Julho de 1831. —Diogo Antonio Feijó.—Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. —*Acha-se á fl. 45 do Liv. de Registo da extincta Casa da Supplicação, aberto aos 7 de Junho do mesmo anno.*

AVISO DE 30 DE JULHO.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr.—A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem que V. Ex. expeça as convenientes ordens para que cada hum dos Juizes Criminaes desta Côrte tenha á sua disposição diariamente huma Ordenança de Cavallaria, por assim convir ao serviço publico. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 30 de Julho de 1831. —Diogo Antonio Feijó.—Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva.—*Acha-se á fl. 76 do Liv. 11 da Côrte.*

AVISO DE 30 DE JULHO.

Manuscripto authenticico.

Nestes tres dias fará Vm. distribuir armamentos e cartuxame por 3,000 cidadãos alistados, que tenham as qualidades de Eleitor, os quaes serão obrigados a conserva-lo em bom estado, e apresenta-lo á hora que por esta Repartição lhe foi ordenado. Além deste armamento, fará repartir pelos Commandantes de Esquadras o numero necessario para rondas diarias, indo cada cidadão que o não tiver á casa do mesmo recebê-lo e entrega-lo na manha seguinte á noite em que tiver rondado; propondo Vm. os meios para que este armamento se possa conservar sempre limpo e em bom estado. Os cidadãos que rondarem trarão, senão todas, ao menos metade das armas carregadas para poderem servir-se dellas com promptidão no caso de resistencia. Organizará, quanto antes, hum mappa demonstrativo dos cidadãos alistados, numero de Esquadras, nomes dos Commandantes dellas e dos districtos, com o numero da morada de cada hum, ajuntando-lhe as observações que julgar a proposito. Bem assim o numero de cidadãos necessarios para as rondas de cada dia. Quando o alistamento não tenha sido ainda ultimado em algum districto, peça explicações ao Juiz de Paz respectivo, para com ellas informar ao Governo, afim de conhecer-se da parte de quem he a falta, e sobre quem deva recahir a responsabilidade. Sendo huma das suas principaes obrigações

dos filhos, que o n. 1.º do mesmo art. 6.º da constituição reconhece cidadãos, porque o pai não reside por serviço de sua nação, sendo certo que este não pôde dar-se senão por natural de Mandraz no Bispado de Orneza na Galisa. V. Ex. mandará o mais justo. Rio, aos 2 de Julho de 1831.—Illm. e Exm. Sr. Manoel José de Souza França. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. —*Acha-se á fl. 24 v. do mesmo livro apontado*

fiscalisar o bom desempenho das dos Commandantes dos districtos, cumpre que Vm., no fim de cada semana, me participe tudo quanto encontrar a este respeito, ajuntando as convenientes observações, afim de que o Governo possa providenciar em tempo qualquer deleixo que se observe, e dar as necessarias instruções que tendão cada vez mais a firmar a tranquillidade publica, com o menor incommodo possivel dos cidadãos, sem deixar que algum seja sobrecarregado de serviços a que não seja obrigado, por causa da negligencia de outro. A Regencia, em nome do Imperador, manda communicar-lhe o referido para sua intelligencia e execução. Deos Guarde a Vm. Paço, em 30 de Julho de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Commandante Geral das Guardas Municipaes.—*Acha-se á fl. 70 v. do Liv. 11 da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 30 DE JULHO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr.—A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. Ex. o Officio do Secretario da Camara dos Deputados, de 30 de Junho proximo passado, e o parecer das respectivas Comissões da Guerra e Justiça Criminal, e bem assim os mais papeis constantes da Relação que os acompanha, assignada pelo Official-Maior desta Secretaria de Estado José Ignacio da Silva, afim de se tornar effectiva em Concelho de Guerra a responsabilidade de Conrado Jacob de Niemeyer, Tenente-Coronel do corpo de Engenheiros, ex-Commandante das Armas da Provincia do Ceará, por haver illegalmente promovido Joaquim Pinto Madeira ao posto de Tenente-Coronel Commandante do Batalhão n. 78 de Caçadores de 2.ª linha do Exercito (*): o que V. Ex. cumprirá expedindo as ordens necessarias para se proceder ao indicio Concelho. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 30 de Julho de 1831.—Manoel da Fonseca Lima e Silva.—Sr. José Joaquim de Lima e Silva.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 28, vol. 18.*

(*) Decreto de 4 de Julho.

Achando-se verificado que Joaquim Pinto Madeira foi illegalmente promovido ao posto de Tenente-Coronel Commandante do Batalhão n. 78 de Caçadores de 2.ª linha do Exercito, por patente do ex-Commandante das Armas da Provincia do Ceará, Conrado Jacob de Niemeyer, e que depois disso tivera accesso obrepticio e subrepticio ao posto de Coronel Commandante do mesmo Batalhão, como se fosse legitimo Tenente-Coronel, manda a Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, que ficando sem effeito o Decreto de 12 de Outubro de 1827, pelo qual o dito Joaquim Pinto Madeira foi promovido ao posto de Coronel, se lhe dê baixa do serviço da 2.ª linha. O Concelho Supremo Militar o tenha assim entendido e expeça, em consequencia, os despachos necessarios. Palacio do Governo, em 4 de Julho de 1831, 9.ª da Independencia e do Imperio.—Assignada a Regencia.—José Manoel de Moraes.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 11, vol. 18.*

AVISO DE 30 DE JULHO.

Imp. avalso.

Accusando a recepção do seu Officio de 23 do corrente, se me offerece participar-lhe que a Regencia, em nome do Imperador, manda approvar todas as providencias que Vm. tem estabelecido afim de manter a tranquillidade e sossego desse districto, confiando do seu patriotismo não só a continuação dos seus esforços a esse respeito, como em prestar toda a vigilância para obstar qualquer contagio que pessoas mal intencionadas possam lançar mão para perturbarem a mesma tranquillidade publica. Emquanto á escusa para o Capitão da 2ª linha João José Alves, por have-lo Vm. nomeado Delegado, váo-se dar as providencias necessarias pelo Ministro da Guerra. Deos Guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 30 de Julho de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Juiz de Paz do Paty do Alferes.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 46, vol. 18.*

EDITAL DE 1 DE AGOSTO.

Coll. Plancher.

Francisco José Alves Carneiro, Desembargador da Relação da Bahia, com o exercicio na Casa da Supplicação, Ajudante do Intendente Geral da Policia, Encarregado de todo o expediente do mesmo lugar, e Presidente da Junta Policial desta Corte.

Fago saber que, tendo sido deliberado em Junta de 30 de Julho proximo passado, que fossem encarregadas varias pessoas, nos lugares mais convenientes desta Cidade, da prisão dos capoeiras e outros malleitores, se deliberou tambem que, por Edital publicado pelos jornaes e affixado nos lugares publicos, se recommendasse a todos os vizinhos que coadjuvem as ditas pessoas na prisão dos delinquentes, como he do dever de todo o cidadão interessado na ordem publica, podendo para isso os ditos vizinhos sahirem armados na occasião do delicto e prisão dos malleitores; que os ditos vizinhos participem ao Juiz de Paz ou seus Delegados os nomes e lugares da residencia e assistencia frequentes de quaesquer vadios, turbulentos ou outras pessoas que procurarem perturbar a tranquillidade publica; porquanto, não só he do dever de todo o cidadão, como he do interesse peculiar de todo o que não he connivente com os malleitores o cooperar com as Autoridades para a correção delles, e conservação da paz e tranquillidade publica. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandei affixar o presente Edital e publicar nos Jornaes. Rio, 1º de Agosto de 1831.—Francisco José Alves Carneiro.

AVISO DE 1 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em Nome do Imperador, pelo Officio de V. S. de 21 de Junho passado, ficou

inteirada de tudo que V. S. expôz acerca da irregularidade dos Advogados da Casa da Supplicação; e posto que reconheça que elles, pelos factos de que são por V. S. arguidos, se achão comprehendidos na disposição do art. 166 do Código Criminal, como para fazer efectiva a responsabilidade, impondo-se-lhes as penas decretadas naquelle artigo, nem ainda se acha estabelecida a forma particular, nem tem lugar o procedimento da devassa, marcada na Ord. do Liv. 1, tit. 1, § 52, por lhe obstar a Lei de 12 de Novembro de 1821, manda declarar a V. S. que o Promotor da Justiça poderá promover o procedimento criminal contra elles, por meio de denuncia. Deos Guarde a V. S. Paço, em 1º de Agosto de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo.—*Acha-se d fl. 71 do Liv. 11.*

AVISO DE 1 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, a quem foi presente o officio de V. S. datado de 27 de Junho passado, expondo o que tem occorrido acerca dos Escrivães suspensos Bernardino de Senna Reis e Almeida, e Manoel Joaquim de Macedo Campos, e as medidas que lhe parecem adequadas para regularidade e boa administração da Justiça, manda, em nome do Imperador, responder a V. S. que, a respeito da falta dos autos de querellas que não existem para serem juntos aos processos de accusação e livramento dos réos, convirá que V. S. informe novamente com o seu parecer, indicando os meios que seu reconhecido zelo lhe suggerir para evitar-se os effeitos de semelhantes faltas, que V. S. poderá continuar a prover os Serventuários actuaes, ou outros que idoneos fôrem, enquanto durar o impedimento dos suspensos, ou os officios não fôrem declarados vagos por effeito de sentenças contra os mencionados Escrivães proferidas, unico meio por que elles, segundo o actual direito constitucional, podem ser dos mesmos officios privados, fazendo V. S. promover efficazmente a sua efectiva responsabilidade, como muito o exige o bem do serviço publico. Deos Guarde a V. S. Paço, em 1º de Agosto de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo.—*Acha-se d fl. 71 v. do Liv. 11, e d fl. 45 v. e 46 do Liv. da Casa da Supplicação.*

AVISO DE 1 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Tendo representado o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça que em poder do Porteiro daquelle Tribunal existem dinheiros que, no tempo da extincta Mesa do Desembargo do Paço, havião sido depositados em suas mãos, como Thesoureiro do mesmo Tribunal, para as revisitas, cujas quantias, não podendo ter já as applicações a que erão destinadas, pertencem ás partes que as depositarão; manda a Regencia, em

nome do Imperador, que V. S. passe a tomar contas ao sobredito ex-Thesoureiro, á vista dos respectivos livros e assentos, e faça recolher no deposito publico o que se liquidar, com a mencionada distincção e clareza que facilite o poder se entregar ás mesmas partes o que devidamente lhes pertencer, logo que o reclamarem e obtiverem os despachos precisos, para o que nesta data se ordena ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, que remetta a V. S. os livros e assentos que existirem a tal respeito. Deos Guarde a V. S. Paço, em 1.º de Agosto de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Antonio Augusto Monteiro de Barros.—*Acha-se á f. 71 v. do Liv. 1.º da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 1 DE AGOSTO.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo-se ordenado ao Ouvidor desta Comarca, em consequencia do que V. Ex. expôz no seu officio de 18 de Maio ultimo, que passe a tomar contas ao ex-Thesoureiro da extincta Mesa do Desembargo do Paço, e faça recolher ao deposito publico todos os dinheiros que ainda possam existir em seu poder, pertencente ao deposito que as partes fazião então para as revistas, afim de serem entregues ás mesmas partes, por não poder já ter a applicação a que erão destinadas, manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. Ex., para o referido fim, faça enviar ao sobredito Ouvidor todos os livros, assentos e clarezas que a tal respeito existão. Deos Guarde a V. S. Paço, em 1 de Agosto de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. José Albano Fragoso.—*Acha-se á fl. 71 v. e 72 do Liv. 1.º.*

AVISO DE 1 DE AGOSTO.

Manuscripto authenticico.

A Regencia, em nome do Imperador, attendendo ao que lhe representou o Padre José Rodrigues Malheiro Trancoso, que se acha preso na Cadea desta Cidade, e pronunciado na devassa a que se mandou proceder sobre os desastrosos acontecimentos que tiverão lugar nesta Corte nas noites dos dias 13, 14 e 15 de Março proximo passado, ha por bem que Vm. faça remover o supplicante para alguma Fortaleza, e que, tendo em vista a brevidade do seu processo, não lhe sejam tolhidos os meios de defesa. Deos Guarde a Vm. Paço, em 1.º de Agosto de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Desembargador Corregedor do Crime da Corte e Casa.

AVISO DE 1 DE AGOSTO.

Coll. Mineira.

Sendo muy conveniente que as praças dos diferentes Corpos de 1.ª linha sirvão não só nos lugares de suas naturalidades, porém mesmo onde fôr mais do seu gosto e escolha, para assim de-

sempenharem com mais alacridade as obrigações que lhes incumbem; e tendo sido esta a recente marcha do Ministerio, e o espirito das suas ordens a tal respeito, determina a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, que o Commandante das Armas da Provincia de S. Paulo conceda passagem para a de Santa Catharina áquellas praças do 3.º Corpo de Artilharia de Posição de 1.ª linha (antiga numeração) que quizerem servir naquella Provincia. Palacio do Governo, em 1 de Agosto de 1831.—Manoel da Fonseca Lima e Silva.

AVISO DE 1 DE AGOSTO.

Coll. Mineira.

A Regencia, a quem foi presente o officio de Vm. de 29 de Maio passado, expondo as duvidas que lhe occorrem sobre o requerimento do Escrivão do seu cargo, relativamente ás attribuições do seu officio, manda, em nome do Imperador, declarar a Vm.: 1.º, que a Lei de 30 de Outubro de 1830 contém, em vez de revogação da parte do art. 6 da de 15 de Outubro de 1827, que autorizou os Escrivões do Juizo de Paz a servirem de Tabelliães de Notas no seu districto, para poderem fazer e approvar testamentos, hum bem clara ampliação della a beneficio dos cidadãos moradores fóra das Cidades ou Villas, e que por isso as disposições de hum e outra Lei se devem entender e executar cumpridamente como se achão expressas; 2.º, que os Escrivões dos Juizes de Paz, tanto os nomeados pela Camara Municipal, como os juramentados pelos mesmos Juizes, no impedimento ou falta daquelles, deverão usar do signal publico nos instrumentos e escripturas que fizerem, por isso que he ainda hum das solemnidades exigidas pela Legislação em vigor, para a legitimidade de taes actos, e que deverá fazer-se o termo delle, perante a autoridade que lhes deferir o juramento; 3.º, que he sempre, e em todo caso, livre ás partes a escolha do Tabellião ou Escrivão do Juiz de Paz do districto respectivo para fazer e approvar os testamentos, e que os Escrivões juramentados de que trata a Lei de 22 de Setembro de 1828, não podem escrever em nenhum outro caso, alem daquelles que a Legislação anterior tinha declarado; 4.º, finalmente, que os juramentos pelos Juizes de Paz para servirem interinamente de Escrivão, nos casos do art. 6 da Lei de 15 de Outubro de 1827, nada tem que pagar aos Escrivões impedidos, pois que estes só terão direito á terça parte do rendimento, segundo a lotação, quando se verificarem as circumstancias do art. 3.º da Lei de 11 de Outubro de 1827. Deos Guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 1 de Agosto de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Juiz de Paz da Cidade de Goyaz.

DECRETO DE 2 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem sancconar e mandar

que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Concelho Geral da Provincia do Maranhão.

Art. 1.º A Camara Municipal desta Cidade levantará, em huma das praças já por ella designadas, para a venda do peixe, hum telheiro onde o pescado esteja coberto dos ardores solares e onde possam, aquelles que quizerem, negociar em grosso e a retalho neste genero, não ficando de maneira alguma os pescadores obrigados a vender só ali o producto de seu trabalho, nem prohibida a vendagem pelas ruas.

Art. 2.º A mesma Camara fica autorizada para fazer as despesas com a construcção do telheiro, ficando a seu cargo a boa administração deste mercado, podendo estabelecer huma modica pensão para resarcir as despesas que houver feito com o dito.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 2 de Agosto de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 2 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Concelho Geral da Provincia do Maranhão.

Art. 1.º Será restabelecida nesta Cidade a Aula de Commercio que ha poucos annos deixou de existir, sendo os respectivos estudos regulados pelos estatutos existentes a este respeito.

Art. 2.º O Lente da mencionada cadeira terá o ordenado de 640.000 réis, e será provida esta como outras semelhantes Aulas do Imperio.

Art. 3.º No caso de vacancia da dita Cadeira, o Presidente da Provincia a proverá interinamente na conformidade da Lei de 15 de Outubro de 1827.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 2 de Agosto de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Lino Coutinho.

AVISO DE 2 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Constando ao Governo que impressos incendiarios que directamente provocão a sedição, a rebelião e outros crimes, e que manifestamente approvão todos os factos criminosos que ha pouco tiveram lugar nesta Córte, todos os dias se publicão impunemente, sem que até agora appareça procedimento official a tal respeito, como muito se lhe recommendou em Aviso de 22 do mez passado; firme o Governo em não capitular com o crime nem mesmo parecer tolerar criminosos que não tem outro fite que per-

turbar a tranquillidade publica e abysmar o Brazil, manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. S. informe hoje mesmo se taes impressos tem sido ou não denunciados; se não tem sido, qual a causa e quem o culpado, para contra elle se proceder em conformidade da Lei, principalmente da de 6 de Junho do corrente anno, art. 15. Deos guarde a V. S. Pago, em 2 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Nicoláo da Silva Lisboa. — *Acha-se á fl. 72 v. do Liv. 11 da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 2 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Queixando-se Antonio Joaquim da Silva e Sá, no requerimento incluso, que, por não estar sellado o Alvará de fiança que obtivera, lhe fôra negada a soltura, conservando-se por consequencia ainda preso, e representando V. S. no seu officio de 27 de Abril ultimo a duvida que encontrava acerca do sello de taes papeis, á vista do art. 5.º da Carta de Lei de 4 de Dezembro do anno passado, manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. S. continue a fazer cancellar semelhantes papeis, até que a Assembléa Geral, para onde na data deste se remetteu o seu referido officio, delibere sobre este objecto, por não ser justo que as partes fiquem privadas de recurso que a Constituição lhes concede. Deos guarde a V. S. Pago, em 2 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 72 v. do Liv. 11.*

AVISO DE 2 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Exm. e Rmo. Sr. — Sendo presente á Regencia, por copia, o officio de 25 de Outubro do anno passado que V. Ex. dirigio ao Vigario da Vara e Parocho encomendado da Freguezia do Sacramento de Cantagallo, em que justifica o procedimento do mesmo Vigario em recusar obedecer á determinação do art. 54 da Lei de 1 de Outubro de 1828, notando o legal e mui louvavel procedimento da Camara daquella Villa, de estranha e absurda pretensão de querer ingerir-se no Governo da Igreja, e não podendo attribuir hum tal procedimento senão á gratuita intelligencia dada por V. Ex. áquelle artigo, o qual, executado mui literalmente, como deve ser, não importa outra cousa além do reconhecimento da Autoridade e da garantia do juramento, pela mesma se obriga a bem exercer o seu emprego, sem que de modo algum se entenda por isso ingerir-se a Camara na jurisdicção de alguém, não podendo pretextar-se o ser aquella autoridade ecclesiastica; porquanto, tendo ella de exercer no Municipio muitos actos civis e receber emolumentos que as Leis só permitem aos verdadeiros Empregados Publicos, necessariamente a Camara deve certificar-se do titulo, exigir o juramento e publicar a sua posse

para que possa ser obedecida : manda , portanto , em nome do Imperador , que V. Ex. , instruindo melhor aquelle Vigario , não dê motivo verdadeiro de serem responsabilizados os que de qualquer modo obstem a litteral execução da Lei. Paço , em 2 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Bispo Capellão-Mór. — *Acha-se á fl. 73 v. do Liv. 11 na Secretaria da Justiça , e á pag. 137 do n. 33, vol. 18 do Diario Fluminense.*

AVISO DE 2 DE AGOSTO.

Manuscripto authenticico.

A Regencia , a quem foi presente o officio de 28 do mez antecedente , pelo qual Vm. participa ter vindo de Angola , no Bergantim *Lobo* , nove Africanos que nos seus passaportes são declarados livres , e offerece á consideração da mesma Regencia os inconvenientes que podem seguir-se nas actuaes circumstancias da residencia delles nesta Cidade , manda , em nome do Imperador , remetter a Vm. as instruções inclusas , pelas quaes a policia se deverá regular , não só para com os sobreditos Africanos já aqui chegados , como para quaesquer outros que para o futuro possam ainda vir. Deos guarde a Vm. Paço , em 2 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Desembargador Adjuncto do Intendente Geral da Policia.

INSTRUÇÕES pelas quaes a Policia se deverá regular á chegada dos Africanos livres a esta Cidade , e a que se refere o Aviso da data de hoje.

Quando chegar a este porto algum preto Africano livre , ainda não civilisado , não desembarcará sem que o Intendente Geral da Policia , ou quem suas vezes fizer , por meio de um interprete de sua escolha , e , mandando-o vir á sua presença , se certifique de que o mesmo veio voluntariamente , e do destino que traz.

Sendo , com effeito , livre , lhe fará intimar que só poderá desembarcar dando fiador idoneo , com a condição de dentro em 8 dias retirar-se para fóra da Cidade e seu termo , levando guia para qualquer Juiz de Paz em cujo districto quizer residir , vigiar sua conducta e obriga-lo a viver de honesto trabalho , dando parte á mesma Policia da pessoa que arrematou taes serviços e do valor dessa arrematação , para conhecimento do Governo.

Quando o preto não encontre fiador idoneo , o Intendente o mandará conduzir pelos Pedestres para qualquer povoação fóra do termo para ser apresentado ao Juiz de Paz respectivo , afim de que o mesmo se obrigue a prestar serviços a alguém por 6 mezes , arbitrando-se o valor delles por avaliadores , pagando-se desse producto a despeza feita pelos Pedestres , que constará da guia que os deve acompanhar , recommendando-se ao Juiz de Paz a vigilancia necessaria para que ao depois se não torne vadio. Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça , em 2 de Agosto de 1831. — João Carneiro de Campos. — *Acha-se á fl. 73 v. do Liv. 11.*

AVISO DE 2 DE AGOSTO.

Manuscripto authenticico.

Ilm. e Exm. Sr. — A Regencia , em nome do Imperador , ha por bem que V. Ex. expeça as ordens que fôrem convenientes para que Cypriano José Barata de Alneida , que se acha preso na Fortaleza de Villegaignon , seja transferido para a Ilha das Cobras , se assim lhe convier , e ahi conservado debaixo de toda a segurança , até que se ultime o seu julgamento. Deos guarde a V. Ex. Paço , em 3 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se á fl. 74 do Liv. 11.*

AVISO DE 2 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

A Regencia , a quem foi presente o Officio da Camara Municipal de Cantagallo , datado de 11 de Janeiro passado , em que expõe haver-se o Vigario da Vara recusado satisfazer ao art. 54 da lei de 20 de Outubro de 1828 , approvando o seu Prelado semelhante conducta , manda , em nome do Imperador , pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça , que a mesma Camara faça intimar ao referido Vigario da Vara a suspensão do exercicio do seu emprego até que completamente seja executado o artigo da supracitada lei. E se , não obstante , continuar no exercicio do emprego , remetterá copia desta , e da ordem que tiver enviado ao dito Vigario , ao Juiz Criminal para immediatamente proceder contra o mesmo , em conformidade com o art. 138 do Codigo Criminal , dando parte do que acontecer a este respeito. Palacio do Rio de Janeiro , em 2 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 52, vol. 18.*

AVISO DE 2 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Em resposta ao Officio que Vm. me dirigio com data de 23 do mez proximo findo , acompanhando as representações em que os Escrivães de 1^a e 6^a classe do Almojarifado ponderão os embaraços que encontrão no cumprimento dos Avisos de 14 e 16 de Maio ultimo , tenho de significar-lhe que , huma vez que se não poderem obter (como aliás convinha) todas as declarações ordenadas nos citados Avisos , acerca dos generos existentes nas mencionadas classes , dever-se-hão ao menos ministrar aquellas que mais se approximarem ao exigido , dando Vm. , para esse effeito , as providencias necessarias a bem de obviar a semelhantes embaraços que parece terem origem na pouca vontade de executar-se pontualmente as ordens superiores ; porque , lo contrario , outro deveria ter sido o procedimento daquelles Escrivães , como Vm. não pôde desconhecer , confrontando as datas das mesmas ordens com as das suas representações. Deos guarde a Vm. Paço , em 2 de Agosto de 1831. — José Manoel de Mo-

raes. — Sr. Antonio Joaquim do Couto. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 31, vol. 18.*

AVISO DE 2 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

A' vista do que Vm. informára em seu Officio do 1.º do corrente, sobre o requerimento e documentos, que juntos revertem, de D. Guilhermina Isabella Pritz e D. Isabella Joanna Henriqueta Pritz, filhas de João Carlos Pedro Pritz, que foi Chefe de Divisão da Armada Nacional, ordena a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. faça abonar ás supplicantes o competente Monte Pio, huma vez que se achão legalmente habilitadas para o perceber; determinando, outrossim, a mesma Regencia, por esta occasião, que, sem embargo do disposto no Aviso de 29 do mez findo, sejam as pensões de Monte Pio, que se não comprehendem na quantia consignada no § 10 do art. 17 do tit. 4.º da lei de 15 de Dezembro ultimo, satisfeitas pela somma que a mesma lei tem consignado no § 5.º do citado artigo para despesas eventuaes. O que participo a Vm. para sua intelligencia e execução. Deos guarde a Vm. Paço, em 2 de Agosto de 1831. — José Manoel de Moraes. — Sr. Antonio Joaquim do Couto. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 31, vol. 18.*

AVISO DE 2 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Requerendo as praças do corpo de Artilharia da Marinha, constantes da relação inclusa, assignada pelo Official-Maior desta Secretaria de Estado, serem demittidas do serviço, afim de regressarem para as Províncias de suas naturalidades, sem comtudo haverem preenchido o tempo de serviço arbitrado pelas leis, rogo a V. Ex. se sirva communicar-me se ha oppor-tunidade de passarem para os corpos das respectivas Províncias, em os quaes preenchão o tempo que lhes falta, para obterem então as suas escusas. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 2 de Agosto de 1831. — José Manoel de Moraes. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva.

Relação das praças do corpo de Artilharia da Marinha a que se refere o Aviso desta data.

1.º Batalhão: — Alexandre Rodrigues Moraes, soldado, para o Maranhão; José da Assumpção, dito, idem; Felix Victor, dito, para Pernambuco; Raymundo da Costa, dito, para o Ceará.

2.º Batalhão: — Lourenço da Silva e Sá, 2.º Tenente, para a Bahia; Venancio Carneiro, soldado, para Minas Geraes; Agostinho Ferreira da Costa, dito, para o Ceará; Antonio Lopes Ribeiro, dito, para Pernambuco; Paulo Raymundo Pinheiro, dito, para o Maranhão.

Secretaria de Estado, 2 de Agosto de 1831. — Joaquim Francisco Leal. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 31, vol. 18.*

AVISO DE 3 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Accusando a recepção do Officio que Vm. me dirigio em data de 30 do mez passado, e prescindindo das observações estranhas que nelle se encontrão, cumpre-me dizer-lhe que não procedem as que Vm. faz acerca da demissão que, pela Regencia, em nome do Imperador, lhe fôra dada do lugar de Consul Geral e Encarregado de Negocios Interino na Republica do Mexico; porquanto semelhantes empregos não seguem as regras dos cargos vitalicios a que Vm. allude; mas são meras comissões de confiança, havidas como amoviveis pelo constante uso de todas as nações. Pelo que toca á segunda parte do dito Officio, em que pretende encontro de despesas feitas com os preparativos da viagem, deve Vm. apresentar o seu requerimento em forma curial e decente, para ser apresentado á mesma Regencia. Deos guarde a Vm. Palacio do Governo, em 3 de Agosto de 1831. — Francisco Carneiro de Campos. — Sr. João Baptista de Queiroz. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 33, vol. 18.*

AVISO DE 3 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo o Director interino do Curso Juridico da Cidade de Olinda representado, em officio de 31 de Março do corrente anno, a necessidade do estabelecimento do Collegio das Artes com habéis e zelosos professores, visto que os do Seminario, sendo chamados para os exames preparatorios, tem introduzido (com a unica excepção do de rhetorica) huma relaxação escandalosa e insupportavel, como aconteceu este anno, principalmente com os exames de geometria, com o fim, segundo consta, de desacreditarem o mesmo Curso Juridico, a Regencia, em nome do Imperador, ha por bem que V. Ex., fazendo averiguar este objecto com a devida circumspecção, informe com o resultado que obtiver. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Agosto de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 34, vol. 18.*

AVISO DE 3 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Queira V. S. remetter á Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio os Diarios da Camara dos Srs. Senadores, pertencentes aos annos anteriores ao de 1830, que ali não sejam precisos, que assim o requisita o respectivo Sr. Ministro daquella repartição, em Aviso de 28 do passado, para dar cumprimento ao que lhe he recommendado pela referida Camara. Deos guarde a V. S. Paço, em 3 de Agosto de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Director da Typographia Nacional. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 50, vol. 18.*

AVISO DE 3 DE AGOSTO.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao Aviso de 28 do passado, por V. Ex. dirigido, cumpre-me comunicar-lhe que, para a soltura do preto Pedro Valentim, que foi recolhido a Fortaleza de Santa Cruz para certas averiguações, pelo Aviso de 11 de Junho ultimo, expedido ao antecessor de V. Ex., se ordenou a sua soltura, convido acerca das providencias que pede o Commandante daquella Fortaleza para o vestuario dos paisanos e escravos sentenciados que ali existem, que V. Ex. mande proceder a hum orçamento da despesa para isso indispensavel, afim de darem-se depois as providencias que fõrem necessarias. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 3 de Agosto de 1851. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se d fl. 74 do Liv. 11 da Côte.*

AVISO DE 3 DE AGOSTO.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo communicado o Commandante interino da Fortaleza de Santa Cruz que o preso de Justiça José Porfirio do Nascimento se havia evadido pelo buraco da letrina, por onde já, em outro tempo, se havião evadido os prisioneiros de guerra, exigindo que a mesma letrina fosse tapada com huma grade e contra-grade, sem o que mui facil seria a fuga de muitos outros presos, dirijo-me a V. Ex. afim de dar as providencias necessarias para que o mais breve possivel se faça a obra apontada e outras que o mesmo Commandante requer para segurança dos mais presos que ali existem. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 3 de Agosto de 1851. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se d fl. 74 v. do Liv. 11 da Côte.*

AVISO DE 3 DE AGOSTO.

Manuscripto authenticico.

A Regencia, em nome do Imperador, concordando com V. S. sobre a litteral intelligencia do art. 54 do Decreto de 20 de Dezembro ultimo, assim o manda participar a V. S. para seu conhecimento, e em resposta ao seu officio de 30 de Maio ultimo. Deos guarde a V. S. Paço, em 3 de Agosto de 1851. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se d fl. 75 do Liv. 11 e a fl. 48 do da Casa da Supplicação.*

AVISO DE 3 DE AGOSTO.

Manuscripto authenticico.

Sendo presente a Regencia, em nome do Imperador, o officio dessa Repartição, datado de 17 de Abril do anno passado, e os papeis a ella annexos, relativos á cobrança commettida ao Juiz de Paz da Freguezia da Sacra Família do que á dita Repartição deve Simão da Rocha Loureiro

de direitos de huma taberna que tem ha annos, manda a mesma Regencia declarar, em resposta ao citado officio, que o Juiz de Paz, a quem parece increpar-se, respondeu bem á illegal Portaria que lhe foi dirigida, e que essa Intendencia, ou deve mandar proceder á dita cobrança pelos meios legais, ou remetter documentó da divida ao Thezouro para proceder-se a ella por esta Repartição, para o que se restituem os papeis inclusos. Deos guarde a Vm. Paço, em 3 de Agosto de 1851. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Desembargador Adjuncto do Intendente Geral da Policia. — *Acha-se d fl. 75 do Liv. 11.*

AVISO DE 3 DE AGOSTO.

Manuscripto authenticico.

Exigindo o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra a nomeação de 2 Ministros (*) para servirem de Adjuntos no Concelho Supremo Militar, ordena a Regencia, em nome do Imperador, que V. S. indique dous da Casa da Supplicação, que, menos occupados seião, para serem nomeados para o referido fim. Deos guarde a V. S. Paço, em 3 de Agosto de 1851. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se d fl. 48 v. do Liv. respectivo da Casa da Supplicação.*

RESOLUÇÃO DE 4 DE AGOSTO.

Manuscripto authenticico.

Senhor. — Por Portaria da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, de 10 de Março do corrente anno, mandou V. M. I. remetter a este Concelho para consultar o requerimento de D. Anna Alexandrina Curubina Callaça, em que, na qualidade de unica herdeira do fallecido Vigario da Freguezia de Nossa Senhora do Carmo de S. Matheos dos Inhammus, Francisco Xavier de Vasconcellos Maltez, pede cobrar a competente congrua do dito fallecido. Este requerimento vinha instruido de varios documentos que com este sobem, e da resposta do Procurador da Fazenda, dada pela sobredita Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, cujo theor he o seguinte: — As Freguezias da Provincia do Ceará tem todas para os Parochos vencimentos diversos e tão distinctos como os refere a tabella n. 9, comprehendido seu orçamento, sobre que recabio a Carta de Lei de 15 de Dezembro do passado. A de S. Matheos não se referio por não constar o assentamento na Junta, e o que mais he sendo successor do mao da supplicante morto em 1820, e que tambem nunca teve assentamento, tendo nomeação de 1807. Em taes termos, e pela particularidade que a taes respeito se dá na Provincia dita, acho que a supplicante deve exhibir, ao menos, copia da Provisão com que o fallecido se apresentou na Parochia e do assentamento feito

(*) Foram propostos os Desembargadores José Antonio de Siqueira e Silva e Luiz Antonio Barbosa de Oliveira, em officio de 6, e approvada a proposta pelo Aviso de 8.

a algum antecessor ao anno de 1807. Só assim se pôde obter base para o quantitativo que a supplicante se ha de inscrever no Livro auxiliar da Provincia do Ceará. Entretanto, e mandando-se, o que só ao Concelho cabia, a habilitação, nada de positivo e certo se lhe pôde dizer devido. Rio, aos 12 de Janeiro de 1831. — Nabuco.

O que tudo sendo visto, parece ao Concelho que o requerimento da supplicante não está em termos de ser deferido, porque não mostra Lei, Provisão ou assentamento, por que conste da congrua que ao fallecido Padre Francisco Xavier de Vasconcellos Maltez se devesse como Vigário da Freguezia de S. Matheos dos Inhammus da Provincia do Ceará, sendo certo que por muitos tempos existirão varias vigararias do Brazil sem assignação de congrua, e que em diversas, e até dentro da mesma Provincia e Bispado, erão diferentes as congruas; donde se faz mister que a supplicante mostre pelo menos a Lei ou Provisão que estabeleceu a dita congrua, cujo pagamento pede, e o titulo do beneficio a que respeita. Isto, pelo que pertence ao merecimento da causa, mas por outra parte fallece tambem por defeituosa a habilitação pessoal, pois, verificando-se, como se verifica pelo instrumento de justificação junta, que a mãe do sobredito Padre lhe sobrevivera; e sendo, como tal, sua legitima herdeira, he como successora desta que cumpria a Supplicante irmã do fallecido habilitar-se para requerer o pagamento da congrua pedida, quando a obrigação da Fazenda fosse liquidada. Rio de Janeiro, em 25 de Março de 1831, 10° da Independencia e do Imperio. — Leonardo Pinheiro de Vasconcellos. — João Sabino de Mello Bulhões Lacerda Castello Branco. — João Prestes de Mello. — Forão votos os Conselheiros José Caetano de Andrade Pinto e Manoel José de Souza França.

Resolução. — Como parece. Palacio do Rio de Janeiro, 4 de Agosto de 1831. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se o original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

DECRETO DE 4 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

Tendo chegado ao conhecimento da Regencia o abuso que se ha praticado nas diferentes Municipalidades sobre o juramento da Constituição do Imperio, consentindo-se cegamente que estrangeiros, vindos ha pouco de Portugal, o vão prestar por interesses particulares, como se hum acto semelhante, a não ser aos olhos de autoridades menos escrupulosas, os constituisse cidadãos Brasileiros, e sendo certo que os nascidos no Brazil e os adoptivos não necessitam daquella formalidade para serem cidadãos Brasileiros, pois que a Constituição no tit. 2°, art. 6°, §§ 1°, 2°, 3°, 4°, 5°, declara expressamente as condições precisas para huns e outros serem como taes considerados; não devendo, por isso, continuar-se mais na burla de hum acto tão sagrado a que escandalosamente se tem proposto aquelles a quem

a dita Constituição não contempla: ha por bem a mesma Regencia, em nome do Imperador, ordenar que, ficando derogada a disposição do Aviso Circular de 15 de Maio de 1824, e quaesquer outras em que se exigio certidão do juramento da Constituição para consulta de lugares e empregos, se proceda ao encerramento em fórmã dos Livros do referido juramento; e que destes Livros sejam logo entregues a Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio os que estiverem a cargo das Camaras Municipaes da Corte, e Provincia do Rio de Janeiro; fazendo as Camaras das outras Provincias igual entrega ás Secretarias dos respectivos Governos. José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 4 de Agosto de 1831, 10° da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Lino Coutinho.

PORTARIA DE 4 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Sendo interessado todo o cidadão na segurança e tranquillidade publica, muito mais deve ser a Camara Municipal, que, representando os cidadãos do seu Municipio, e honrada pela sua confiança, está encarregada pela Lei de promover a tranquillidade e segurança dos mesmos, e com muita especialidade de vigiar sobre os empregados do Municipio, afim de que, sendo omisso ou prevaricadores, sejam legalmente responsabilizados. E se em todos os tempos a prompta e pontual execução das Leis foi o unico remedio contra a maldade dos homens, nas actuaes circumstancias, em que cada hum se julga autorisado a satisfazer suas inclinações, indispensavel he que todos os empregados desprendão a maior energia em fazer effectiva a autoridade que a Lei lhes confiou para o bem da sociedade, e que, cooperando todos com o Governo para hum só fim, se faça pratica a verdade de que o patriotismo, o zelo e a Justiça são as unicas bases sobre que repousa a felicidade publica. A Regencia, portanto, em nome do Imperador, manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, recomendar á Camara Municipal desta Cidade a pontual execução da Lei que lhe serve de Regimento, esperando do patriotismo da mesma a necessaria cooperação para que, sustentada a liberdade legal dos cidadãos, não sejam estes perturbados ou offendidos pelos facciosos, que, com o nome de liberdade, lanção mão de todos os recursos que a maldade lhes suggere para abysmar o Brazil. Palacio do Rio de Janeiro, em 4 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se a fl. 76 v. do Liv. 1.º da Secretaria da Justiça, e a pag. 157 do n. 33, vol. 18 do Diário Fluminense.* — Identica ás demais Camaras da Provincia.

PORTARIA DE 5 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Sendo presentes á Regencia os officios da Camara Municipal desta Cidade, de 21 de Junho

e 9 do passado, sobre o requerimento do Tenente-Coronel Manoel Joaquim de Souza, respeito aos autos do Juizo da Almotaceria, que se achão amontoados sem inventario em hum quarto da Casa de Audiencia daquelles Juizes, manda, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, que a mesma Camara determine ao Escrivão da Almotaceria, se he vitalicio, que faça a divisão ordenada no Decreto de 26 de Agosto de 1830, aliás que avise para se mandar a esta Commissão hum dos Empregados dos extinctos Tribunaes, e, depois de feita a divisão e entrega dos papeis aos respectivos Escrivões de Paz, o participe á mesma Secretaria de Estado. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Agosto de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—*Acha-se á fl. 76 v. do Liv. 11 da Secretaria da Justiça.*

PORTARIA DE 5 DE AGOSTO.

Manuscripto authenticó.

Constando á Regencia, em nome do Imperador, pelo auto de visita a que procedeu o Desembargador Promotor da Justiça, que a tarimba da prisão das mulheres nas cadêas da Relação se acha arruinada e em estado de cahir, manda a mesma Regencia, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, que a Camara Municipal desta Cidade remetta com urgencia á referida Secretaria de Estado o orçamento da despeza que he necessario fazer-se com o concerto da dita tarimba. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Agosto de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—*Acha-se á fl. 77 do Liv. 11 na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 5 DE AGOSTO.

Manuscripto authenticó.

Illm. e Exm. Sr. — A Regencia, a quem foi presente o officio de V. Ex. de 8 do mez antecedente, cobrindo a representação do Supremo Tribunal de Justiça, relativa á duvida que o Secretário offereceu sobre a cobrança das custas, manda, em nome do Imperador, declarar a V. Ex., para o fazer constar ao mesmo Tribunal, que para a cobrança referida se proceda do mesmo modo que se pratica a respeito de todas as outras dividas da Fazenda Nacional, passando o Secretario hum certidão do importe das custas depois de contadas nos autos, com declaração da pessoa que os dever, a qual será enviada por V. Ex., na qualidade de Presidente, ao Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, afim de ser por ali remetida aos respectivos Juizes dos Feitos da mesma, para servir de fundamento ao processo executivo, encarregados de fazerem as remessas ao Thesouro nesta Corte ou nas Provincias, pelo modo por que se fazem as de outras quaesquer cobranças, pois, nao deixando duvida alguma as disposições da Lei de 18 de Setembro de 1828, art. 39 e 41, e da Resolução de 20 de Dezembro de 1830, art. 42, sobre a natureza de taes dividas, não póde a

cobrança dellas ser feita senão pelo meio executivo já referido. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 5 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Albano Fragoso. — *Acha-se á fl. 78 do Liv. 11 da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 5 DE AGOSTO.

Manuscripto authenticó.

Illm. e Exm. Sr. — Accusando a recepção do Aviso de 2 do corrente, dirigido por V. Ex., acompanhado da nota do Encarregado de Negocios interino de S. M. Fidelissima, com a representação e documentos annexos do subdito Portuguez João Bonifacio Alves da Silva, que pretende ser posto em liberdade, cumpre-me (reenviando a V. Ex. os citados papeis, como exige) participar-lhe que, não sendo compativel com a tranquillidade publica a presença do supplicante nas actuaes circumstancias, póde elle sahir da Fortaleza em que se acha logo que queira embarcar para fóra do Imperio, como se lhe intimou. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 5 de Agosto de 1831.—Diogo Antonio Feijó. — Sr. Francisco Carneiro de Campos. — *Acha-se á fl. 77 do Liv. 11 da Secretaria da Justiça.*

PORTARIA DE 5 DE AGOSTO.

Coll. Plancher.

Constando á Regencia que alguns Professores Publicos de Primeiras-Letras desta Cidade não tem manifestado a actividade e energia necessaria no ensino de seus discipulos, nem a boa ordem e policia interna das Aulas que dirigem, e não podendo a Camara Municipal satisfazer com a devida efficacia, e em virtude da Lei, ao encargo de vigiar sobre a educação primaria da mocidade, por se lhe accumularem muitos outros importantes e urgentes, que não menos exigem a sua attenção e vigilancia, a mesma Regencia, convencida dos bons desejos com que a Sociedade Promotora da Instrução Elemental se prestára a hum serviço de tanto interesse publico, e tão analogo á sua patriótica instituição, manda, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar ao Concelho da sobredita Sociedade que será muito do seu agrado que, por meio de hum commissão de seus membros, tome a seu cuidado o exame sobre o estado actual das referidas Aulas, notando as irregularidades, excessos e defeitos que nellas encontrar, e propondo, se for necessario, hum plano sobre o seu melhoramento e reforma no methodo do seu ensino. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Agosto de 1831.—José Lino Coutinho.

AVISO DE 5 DE AGOSTO.

Coll. Plancher.

Illm. e Exm. Sr. — Havendo chegado ao conhecimento da Regencia a incuria e deleixo com

que se tem portado alguns Lentes do Curso Juridico da Cidade de S. Paulo, no desempenho de suas obrigações magisteriaes, sendo indifferentes não só ás faltas de frequencia de seus discipulos, como ainda mais ao bom ou máo quilate de seus estudos e exercícijs litterarios, approvando indiscreta e perniciosamente a todos que se apresentão aos exames, com manifesta offensa dos benemeritos, violação dos Estatutos e descredito de tão util estabelecimento, apenas creado; e firme a Regencia em levar sempre as mais attentas e escrupulosas vistas sobre todas as Escolas do Imperio, para se tirar dellas o desejado fim, o da instrução da mocidade, não pôde ver, sem grande estranheza, tão escandalosos abusos; e espera que d'ora em diante os referidos Lentes, emendando hum tão feio como illegal procedimento, sejam mais pontuaes e exactos no cumprimento de seus deveres, afim de lhe pouparem ulteriores dissabores; e como possa acontecer que tão legal admoestação não produza a devida reforma, ordena a Regencia, em nome do Imperador, que V. Ex., cuidadoso em pesquisar a conducta, não só dos discipulos, como dos mestres que compõe essa Escola de Direito, informe todos os annos, ou quando assentar mister, do que fór occorrendo a respeito, afim de se proceder no rigor da Lei contra os que se destizarem da tarefa que tão voluntariamente tomarão sobre si, de aprender e ensinar, mandando que este seja lido em Congregação para chegar ao conhecimento dos ditos Lentes. Deos Guarde a V. Ex. Palácio do Rio de Janeiro, em 5 de Agosto de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. José de Toledo Rendon.

PORTARIA DE 5 DE AGOSTO.

Coll. Plancher.

Constando a Regencia que em algumas Aulas Publicas de Primeiras-Letras desta Côte não ha a necessaria frequencia e applicação dos Alumnos que nellas são matriculados, nem a actividade indispensavel nos Mestres em os instruir e educar, como lhes incumbe o seu magisterio, chegando até ao excesso de sahirem das Aulas nas horas do estudo para negocios particulares, manda a mesma Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, que a Camara Municipal desta Cidade, em observancia do que dispõe a Lei do 1.º de Outubro de 1828, tit. 3.º art. 70, faça vigiar escrupulosamente, por meio dos Fiscaes, em cada hum dos seus districtos, o regimen das Aulas Publicas de Primeiras-Letras, que nellas estiverem estabelecidas, notando nos Mestres tudo o que fór contrario á boa ordem do ensino, e nos discipulos a sua morigeração e aproveitamento; e ha, outrossim, por bem, que a mesma Camara autorise aos Fiscaes para passarem, em seus devidos tempos, aos referidos Mestres as certidões que devem apresentar ao Thesouro Publico para receberem os seus ordenados, sobre o exercicio effectivo do seu magisterio; quando não se lhes

offereça motivo para o contrario, e de que devam fazer a conveniente participação. Palácio do Rio de Janeiro, em 5 de Agosto de 1831. — José Lino Coutinho.

Expedio-se Aviso na mesma data á Repartição dos Negocios da Fazenda.

PORTARIA DE 5 DE AGOSTO.

Coll. Plancher.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, remetter á Camara Municipal desta Cidade o officio incluso do Desembargador que serve de Chanceller da Casa da Supplicação, datado de 30 do passado, acompanhando a copia da Portaria por elle expedida em 28 de Maio passado, com o que fica satisfeita a representação da Camara de 19 do dito mez, pedindo providencias para fazer effectivas as multas impostas, na conformidade do Código Criminal. Palácio do Rio de Janeiro, em 5 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó.

Illm. e Exm. Sr.—Sobre o objecto que moveu a representação inclusa, que me foi presente com o Aviso de 28 do corrente, tenho a informar que o meio de que a Camara Municipal se quer prevalecer quanto á gestão dos interesses e proventos do Municipio, pelos Juizes incumbidos de hum procuratorio officio, não pôde ter lugar algum, porque vale o mesmo que obriga-los ao que a Lei não manda, e estabelecer huma quasi Lei sem utilidade publica. O outro de reter os condemnados, e suspender-lhes a livrança do rol de culpados, he desnecessario, porque o condemnado, para ser solto, depende de hum julgado no mesmo processo, pelo qual os mesmos Juizes da condemnação, ou outros legitima e nomeadamente substituintes, assim o declarem, segundo a designação do dia do cumprimento, e conhecimentos juntos aos autos, que sirvão de quitações aos mesmos condemnados, sendo mesmo os pobres subordinados á provar-se taes. O outro meio indicado para que os Juizes cumprão ex-officio os arts. 52, 56 e 57, he comprehendido no antecedente, nem he exequivel pelos Juizes, e sim promovivel pelas partes interessadas, a saber, pelo accusador, se o tem, e, não o tendo, pelo Promotor ajudado do Solicitador da Justiça, para o que he da vendicta publica, e para applicação do meio substitutivo ao pagamento das multas, e pelo proprio Procurador do Municipio, quando os réos possão, depois de terem feito as indemnisações, satisfazer as mesmas multas. Eu havia, para bom serviço, e tão facil como prompto implemento do Código á respeito, dado a providencia constante do documento junto n. 1, e me persuado que essa he a que importa ratificar. O Procurador do Municipio recebe dos Escrivães as verbas, promove, e quando não recebe no tempo marcado as multas, communica-o ao mesmo Escrivão, que logo juntará aos autos a participação, para que ao réo corra logo, e se lhe applique a subrogação, e,

quando haja recebido, apresenta ao mesmo Escrivão o conhecimento do depósito da multa, para este a unir logo aos autos, afim de que nenhuma das escalas, gradações e circunstâncias do Código, falleça ou se interrompa hum momento além do necessario. Algumas condemnações para as despesas se ha-feito, e constão da Relação em n. 2; tem sido, porém, em os processos anteriormente formados, e em que os réos não fizeram alguma reclamação, segundo o art. 309 do Código. Parece-me, pois, que eu havia prevenido os desejos da Camara, e por hum modo não só mais facil, mais prompto, mais legal e menos complicado, e que tanto mais seguro he quanto precisa passa a ser a escripturação nesta parte, porque mandei organizar hum livro só destinado a taes assentos e averbações, para segurar a responsabilidade dos Juizes, e dos Escrivões dos feitos, ou para que ella se reconheça. V. Ex., a quem Deos Guarde, deliberará segundo mais justo e conveniente for. Rio, aos 30 de Julho de 1831. — Illm. e Exm. Sr. Diogo Antonio Feijó. — José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo.

Documento n. 1.

Logo que haja imposição de multas, o Escrivão do Feito em que ella tiver tido lugar a indicará, com todas as circumstancias relativas ao multado, ao Procurador da Camara Municipal, para que elle promova a entrada no Cofre do Municipio no termo marcado no art. 56 do Código Criminal; e, quando se não verifique, o faça logo constar para que o meio subrogativo possa ter lugar nos termos precisos e litteraes do mesmo artigo; e possão satisfazerem-se os 56 e 57: esta seja intimada a todos os Escrivões Criminaes que costumão responder ás folhas, para que de mais também no rol dos culpados se faça carga das circumstancias relativas quando a falta de pagamento da multa induzir a detenção na prisão ou a levada a ella segundo os mesmos arts. 56 e 57. Dar-se-hão abaixo desta por intimados; e ao Escrivão Lopes de Figueiredo encargo desta diligencia. Rio, aos 28 de Maio de 1831. — Nubuco, Presidente. — Está conforme. — O Guarda-Mór da Supplicação interino, João de Oliveira e Almeida. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 35, vol. 18.*

AVISO DE 5 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Não se tendo ainda recebido nesta Repartição os esclarecimentos que se pedirão a de V. Ex. nos Avisos de 22 de Outubro de 1830 e 9 de Março do corrente anno, relativamente ao que aconteceu em Pernambuco com os generos salvados do naufragio do Bergantim Americano *Oriente*, vou rogar a V. Ex. queira ter a bondade de habilitar-me a responder a este respeito ao Encarregado de Negocios dos Estados Unidos da America, que exige com urgencia a decisão deste negocio. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 5 de Agosto de 1831. —

Francisco Carneiro de Campos. — Sr. Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 33, vol. 18.*

AVISO DE 5 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Sendo presente a Regencia os Estatutos da copia inclusa, novamente organizados pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, afim de servirem de regimen nos trabalhos a que a dita Sociedade he destinada, a mesma Regencia, tendo maduramente ponderado sobre o objecto dos ditos Estatutos, e utilidade de que delles pôde resultar á nação nos diferentes ramos de sua industria, ha por bem, em nome do Imperador, approva-los, afim de que tenham a devida execução. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 5 de Agosto de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Visconde de Alcantara. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 34, vol. 18.*

AVISO DE 5 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Illm. e Rev. Sr. — A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem que na Bibliotheca Nacional desta Corte se facilite a leitura das folhas periodicas, que para ali forem remettidas da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, ás pessoas que as procurarem, afim de se instruirem na historia do tempo. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 5 de Agosto de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Bispo de Anemuria. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 34, vol. 18.*

Expedio-se Aviso na mesma data á Repartição dos Negocios Estrangeiros.

AVISO DE 5 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Em officio de 31 de Maio proximo passado, do Encarregado de Negocios Interino do Imperio em S. Petersburgo, se me communicou o seguinte: — Além dos males provenientes de huma guerra, os habitantes de Warsovia estão soffrendo mais os terriveis effeitos do contagio colera-morbus, que se declarou naquella Cidade, sem duvida levado pelos primeiros Russos; outro tanto acontece na Lithuania, onde também se manifestou a mesma epidemia, e como ella já existe em alguns portos Russos, sobre o mar Baltico, não me demore em participa-lo a V. Ex., afim de que o Governo de S. M. o I. possa tomar as providencias que lhe parecerem necessarias relativamente aos navios que, sahindo dos ditos portos, se dirigirem aos deste Imperio. Este Governo mandou já estabelecer huma quarentena em Narva, a 30 leguas de Petersburgo, sobre a principal estrada para a Prussia, por onde presentemente se fazem as communicações em quasi toda a Europa. Rogo pois a V. Ex. haja de dar as providencias que julgar conve-

nientes sobre este ponderoso assumpto. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, 5 de Agosto de 1831. — Francisco Carneiro de Campos. — Sr. José Lino Coutinho. — *Acha-se no Diario Fluminense* n. 34, vol. 18.

AVISO DE 5 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo-se retirado da Provincia das Alagoas o ex-Commandante das Armas daquela Provincia, Francisco Samuel da Paz Furtado de Mendonça, levando indevidamente consigo as relações semestraes do anno de 50, principios de 51, e mesmo alguns exemplares de Decretos e Consultas, e reclamando o actual Commandante das Armas das Alagoas semelhantes papeis, que ali são precisos e indispensaveis, determina a Regencia, em nome do Imperador, que V. Ex. exija do dito Paz que restitua aquella Secretaria do Commando das Armas, como lhe cumpre, os mesmos papeis. O que participo a V. Ex. para sua intelligencia e execução. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 5 de Agosto de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. José Joaquim de Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense* n. 34, vol. 18.

AVISO DE 5 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio de V. Ex., datado do 1.º do corrente, que acompanhou a folha do vencimento annual de 2:000.000 rs., arbitrados para o Official-Maior da Secretaria do Senado, José Pedro Fernandes, e em que exige lhe seja satisfeito durante o anno financeiro actual; cessando, por isso, a gratificação que percebia como Official-Maior interino da referida Secretaria; cumpre-me participar a V. Ex. que, não se achando na lei do orçamento, votada pela Assembléa Geral para esta despesa, mais do que a importancia da sobredita gratificação, só pôde o dito Official-Maior ser contemplado com o vencimento de 2:000.000 rs. para o futuro anno financeiro de 1832 a 1833. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 5 de Agosto de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Visconde de Caethé. — *Acha-se no Diario Fluminense* n. 37, vol. 18.

DECRETO DE 6 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, em execução do art. 16 da Carta de Lei de 6 de Junho do corrente anno, decreta:

A Cidade do Rio de Janeiro he dividida em quatro Bairros, com seus respectivos Juizes Criminaes, que terão por districtos:

O 1.º As Freguezias de Santa Rita e Candelaria.

O 2.º As Freguezias de S. José e S. João Baptista da Lagoa de Rodrigo de Freitas.

O 3.º A Freguezia do Sacramento somente.

O 4.º As Freguezias de Santa Anna e Engenho Velho.

Diogo Antonio Feijó, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 6 de Agosto de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Diogo Antonio Feijó.

AVISO DE 6 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, a quem foi presente o officio de V. S. de 50 de Maio ultimo, manda responder a V. S. que tão infundada pareceu a duvida suscitada na Relação sobre a maneira por que devão ser impostas as penas marcadas no art. 18, n. 10, e no art. 45, n. 2, doCodigo Criminal, como judiciosa a intelligencia dada por V. S., e offerecida na segunda parte do dito officio, relativa a deverem os réos de menor idade apresentar certidão della antes da sentença final, além de lhes aproveitar os referidos artigos doCodigo, e de praticarem o mesmo os que, achando-se no cumprimento da pena de galés, tiverem a idade de 60 annos, para lhes poder ser tambem applicada a limitação ou declaração ao n. 2 do art. 45 referido. Paço, em 6 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araújo. — *Acha-se a fl. 54 do Liv. respectivo da Casa da Supplicação, e no Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 6 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Tendo levado á presença da Regencia o officio de V. S. de 26 de Maio ultimo, em que pondera a maneira por que se podem apressar as folhas corridas, e, parecendo á mesma Regencia muito attendivel a sorte dos presos, cujos processos prolongados ainda mais se difficultão pela falta das ditas folhas em tempo, manda, em nome do Imperador, approvar a medida que V. S. pelo seu zelo á bem daquelles infelizes, propoz sobre este objecto. Deos Guarde a V. S. Paço, em 6 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araújo. — *Acha-se a fl. 78 v. do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 6 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem que V. Ex. faça expedir as ordens convenientes para que sejam dispensados do serviço militar os Officiaes Milicianos que forem empregados pelos Juizes de Paz desta Provincia, na conformidade da ultima Resolução a este respeito. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 6 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se a fl. 78 do Liv. 11 da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 6 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Resolvendo a Regencia, em nome do Imperador, que fique sem effeito a Portaria de 30 de Dezembro ultimo, pela qual o ex-Imperador permittira o desembarque de Luiz do Rego Barreto e de sua familia, logo que aportasse a esta Capital, assim o participo a V. Ex., para que nesta conformidade se sirva expedir as convenientes ordens ao Official do Registo do Porto. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 6 de Agosto de 1831. — José Manoel de Moraes. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 37, vol. 18.*

AVISO DE 6 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Determina a Regencia, em nome do Imperador, que, sempre que o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justica requisite, por escripto, a V. Ex. qualquer força, lha preste immediatamente, devendo tal força ser por elle applicada. O que participo a V. Ex., para que nesta conformidade o haja de executar. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 6 de Agosto de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. José Joaquim de Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 38, vol. 18.*

PROVISÃO DE 6 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de Pernambuco que, sendo presente a Regencia do Imperio o seu officio n. 7 de 9 de Fevereiro do corrente anno, acompanhado do requerimento de Frei Francisco de S. José Belém, em que pede a isenção de entrar com a quantia de 2:706\$155 rs. para este Thesouro, e ser desonerado da fiança que prestara na Secretaria da mesma Junta, ha por bem determinar que não tem lugar a pretensão do supplicante, porque está em vigor a Portaria de 15 de Março de 1825, e deve continuar a ter cumprimento, e que a Junta obrigue ao Syndico ou ao seu fiador a reposição da dita quantia, quando não apresente o respectivo conhecimento da entrega feita neste Thesouro, assignando-se-lhe para este fim hum prazo razoavel. O que cumprirá. João Rodrigues da Silva a fez no Rio de Janeiro, em 6 de Agosto de 1831. — Candido Caldeira de Souza, Adjuntado do Contador Geral, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 62, vol. 18.*

PROVISÃO DE 6 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia das Al-

gôas que, sendo presente a Regencia do Imperio o seu officio n. 12 de 26 de Fevereiro do corrente anno, acompanhado do requerimento de Isabel Vicencia da Silva, relativo ao pagamento de alugueis da sua casa occupada pela mesma Junta e sua Contadoria, sem inscripção no Grande Livro da parte anterior ao anno de 1827, ha por bem, em nome do Imperador, responder á mesma Junta que o § 1º do art. 1º da lei de 15 de Novembro de 1827, que reconhece como divida publica toda a divida de qualquer natureza, origem ou classe constante de titulos veridicos e legais, contrahida pelo Governo até o fim de 1826, e o art. 6º da mesma lei, sobre a inscripção de tais titulos, não deixão lugar a duvida alguma a respeito da inscripção da divida de que a supplicante pretende pagamento, quanto a que he anterior a 1827, e por isso não pôde ter lugar o pagamento senão depois de feita a competente inscripção, e á vista do respectivo conhecimento, como determina o art. 14 da dita lei. O que se lhe participa para sua intelligencia. João Rodrigues da Silva a fez no Rio de Janeiro, em 6 de Agosto de 1831. — Candido Caldeira de Souza, Adjuntado do Contador Geral, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 62, vol. 18.*

AVISO DE 6 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo o Chanceller da Relação dessa Cidade dado conta de haverem fugido ultimamente da Fortaleza da Giquitaia vinte presos de Justica pelo máo estado daquella prisão, representando, por essa occasião, a necessidade de repararem-se todas as mais que existem no mesmo estado de ruina, manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. Ex. recomende á Camara Municipal o melhoramento das referidas prisões, como he de sua competencia, fazendo applicar para esse fim não só as rendas do seu Municipio como particularmente a quantia que, pela lei do orçamento do corrente anno financeiro, foi decretada para este mesmo objecto. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 6 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Presidente da Provincia da Bahia. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 50, vol. 18.*

AVISO DE 6 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Convindo que do Esquadrão de Cavallaria de 1ª linha, aquartelado na Praia de D. Manoel, se preste ao Tenente-Coronel Commandante do destacamento de Cavallaria que se acha ás ordens do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justica todo o auxilio de força que em qualquer occasião este Tenente-Coronel requisitar ao Commandante do sobredito Esquadrão, determina a Regencia, em nome do Imperador, que V. Ex. expeça logo as ordens para o dito fim. Deos guarde a V. Ex.

Palacio do Governo, em 6 de Agosto de 1831. Manoel da Fonseca Lima e Silva — Sr. José Joaquim de Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 39, vol. 18.*

AVISO DE 6 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Constando que o Tenente-General do Exercito Portuguez Luiz do Rego Barreto está a chegar ao portõ desta Capital, determina a Regencia, em nome do Imperador, que V. Ex. expeça ordem á Fortaleza do Registo para o não deixar desembarcar, dando logo parte. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 6 de Agosto de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. José Joaquim de Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 39, vol. 18.*

AVISO DE 8 DE AGOSTO.

Manuscripto authenticico.

Inclusa achará a participação sobre o estado da Cadea e presos della. O Governo encarrega a V. S. de providenciar pela melhor fórma, requisitando o auxilio necessario, e espera do seu zelo o prompto e exacto desempenho neste negocio. Cumpre igualmente dar as necessarias providencias para prender-se o réo que escapou de Santa Cruz (*), que se tem visto na rua da Valla de casaca azul. Palacio do Rio de Janeiro, 8 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Presidente da Relação. — *Acha-se a fl. 54 v. do Liv. respectivo da Casa da Supplicação.*

AVISO DE 8 DE AGOSTO.

Manuscripto authenticico.

Exm. e Revm. Sr. — Representando novamente os moradores do Campo e Praia de S. Christovão a falta que experimentão de soccorros espirituaes, sobre o que em 12 do mez antecedente foi enviado a V. Ex. hum requerimento para informar, ordena a Regencia, em nome do Imperador, que V. Ex. euvie com brevidade a informação exigida, porque, sendo necessario deferir ás partes, e fazer-lhes justiça prompta, cumpre que V. Ex. dê tambem immediata satisfação ás ordens que se lhe expedirem, e que, se pela Constituição ou pela Lei V. Ex. se acha desonerado do seu exercicio pastoral durante as sessões legislativas, convirá que entretanto designe quem faça as suas vezes, afim de evitar-se o inconveniente de mora gravosa ás partes e ao serviço publico. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 8 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Bispo Capellão-Mór. — *Acha-se a fl. 80 do Liv. 11 da Córte na Secretaria da Justiça.*

(*) Em officio de 10, communiquei a prisão deste réo o celebre José Porfirio do Nascimento, effectuada na rua dos Ourives, estando em companhia do Capitão da Galera Flora.

AVISO DE 8 DE AGOSTO.

Manuscripto authenticico.

A Regencia, em nome do Imperador, conformando-se com a informação de V. S., nomea aos Desembargadores José Antonio de Siqueira e Silva e Luiz Antonio Barbosa de Oliveira para servirem de Adjuntos no Concelho Supremo Militar, em conformidade da requisição feita pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra. O que communico a V. S. para sua intelligencia. Deos Guarde a V. S. Paço, em 6 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se a fl. 79 do Liv. 11 da Córte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 8 DE AGOSTO.

Manuscripto authenticico.

Em resposta ao seu officio de 29 do passado, manda a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. faça entregar as casas onde havião postos de Policia aos respectivos proprietarios. Deos guarde a Vm. Paço, em 8 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia. — *Acha-se a fl. 79 v. do Liv. 11 da Córte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 8 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Cumprindo com o que vem de resolver a Camara dos Deputados, passo ás mãos de V. Ex. a Representação que incluo dos Alumnos da Academia Medico-Cirurgica desta Córte, afim de que, acerca della, tenha lugar o mesmo que já se praticou com outras que em igual sentido dirigirão á dita Camara varios cidadãos paisanos e militares, enviadas a V. Ex. com officio meu de 17 do proximo passado Julho. Deos guarde a V. Ex. Paço da Camara dos Deputados, em 8 de Agosto de 1831. — Antonio Pinto Chichorro da Gama. — Sr. Diogo Antonio Feijó.

Representação.

Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação Brasileira.

Os Alumnos da Academia Medico-Cirurgica desta Córte, penetrados da mais pungente dor pelos terriveis acontecimentos dos dias 14 e 15 do corrente mez, julgão do seu mais sagrado dever vir depór perante vós, o mais firme sustentaculo da Constituição e da liberdade, que só se torna real e inabalavel quando se firma sobre a ordem e os principios da recta justiça, a humilde offerenda de todas as suas forças para coadjuvar a manutenção da nossa Constituição e da tranquillidade publica. Os referidos Alumnos suspirão anciosamente pela concessão de huma trela que tanto esmalta o glorioso nome Brasileiro. Academia Medico-Cirurgica do Rio de Janeiro.

19 de Julho de 1851. — Antonio Joaquim Lopes Lira, Joaquim José de Santa Anna, Eugenio Pardal Ceiso Nogueira, Joaquim da Silva Campos, Miguel Eugenio Nogueira, José Bento da Rosa, Francisco Roberto Gar de Bustamante, Manoel dos Anjos Cardoso Pelit, Alvaro Antonio Marcello, Francisco de Paula Alvarenga, Silverio Augusto de Araujo Vianna, Antonio Francisco Pereira da Fonseca, Luiz Alves da Silva e Castilho, José Gomes da Fonseca Parahyba, Francisco Alves de Moura, Antonio Felix Martins, Marianno Antonio Dias, Joaquim Marianno da Azevedo, José de Pontes Franca, Antonio Pereira Leitão, Bernardo Clemente Pinto, Januario dos Santos Sabino, Tarquino José da Fonseca, Carlos Maria de Andrade Salgado, João Gomes de Moura, Maximiano de Souza Valente Junior, Francisco da Silva Lopes, José Joaquim Pereira, Antonio Rodrigues da Cunha, José Joaquim Gonçalves, Joaquim Antunes de Figueiredo, Caetano de Barcellos Marinho, Bernardo Francisco Justiniano, João José Rodrigues Damasceno, José Alves da Veiga, Fernando José da Fonseca, Joaquim Antonio Alves da Cunha, Herculano Augusto Lacence Cunha, Antonio José Pereira da Costa, Camillo Ferreira de Andrade, Manoel Alves de Moura, Francisco de Paula Menezes, Pedro José Victorino, Claudio José Pereira da Silva, Domingos José Gonçalves de Magalhães, Raymundo Antonio Teixeira, Domingos de Azeredo Coutinho Duquestrada, Manoel Ignacio Bitancourt, Rufino Rodrigues da Lapa, Manoel Ignacio de Figueiredo Jaime, Manoel Rodrigues de Oliveira, José Augusto Ribeiro, João Pedro de Souza Coutinho, João Antonio de Araujo, Manoel Antonio da Silva, Marcos Francisco Vieira, José Vieira de Almeida, Luiz José Soares, José Custodio da Fonseca Paes, Candido Borges Monteiro, Joaquim Leonel de Souza, João José Fernandes Coelho, Luiz Carlos da Fonseca, Hilario José da Silva Passos, José Pilla, Francisco Dionisio da Silva, João Paulo da Silva Tavares, Hermogenes Pereira Rosa, João Ludgero do Sacramento, Antonio Francisco de Oliveira Scilbis, Maximiano Antonio, José Rodrigues de Oliveira, Joaquim Clarimundo Silva, José Paulo da Rosa Galhardo, José Ricardo Nunes Beancart, Hermogeneo Gonçalves dos Santos, Antonio José de Mello, Felicio Fernandes de Santiago. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 65, vol. 18.*

DECRETO DE 9 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, sanciona e manda que se execute a seguinte resolução da Assembléa Geral Legislativa :

Art. unico: O Governo fica autorisado a mandar pagar a Pedro Nicolao Fagresten, Capitão que foi da 1.^a Companhia do Batalhão de Caçadores n. 28 de 1.^a linha do Exercito, os soldos que lhe competem pelo tempo que lhe faltava para preencher o prazo de 5 annos de seu total engaja-

mento, na conformidade da lei de 24 de Novembro de 1830; praticando-se o mesmo com os outros officiaes estrangeiros que estiverem em identicas circumstancias. — Manoel da Fonseca Lima e Silva, etc. Palacio do Governo, em 9 de Agosto de 1831, 10.^a da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Manoel da Fonseca Lima e Silva.

DECRETO DE 9 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, sanciona e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa :

O Governo fica autorisado a conceder hum anno de soldo das respectivas patentes a cada hum dos Officiaes Estrangeiros que, sem condições especialmente estipuladas, forão mandados vir para o serviço do Brazil, e que forão demittidos em virtude da Lei de 24 de Novembro de 1830.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, etc. Palacio do Governo, em 9 de Agosto de 1831, 10.^a da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Manoel da Fonseca Lima e Silva.

AVISO DE 9 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Representando o Commandante da Fortaleza de Santa Cruz a pouca segurança das prisões em que ali se achão os presos de Justiça, e a falta de guardas que os possam vigiar e conter, manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. S. expêça as ordens necessarias para que da cadeia desta Cidade vá hum guarda para tomar conta e vigiar os mesmos presos, como requisita o sobredito Commandante. Deos guarde a V. S. Paç, em 9 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se a fl. 62 do Liv. respectivo da Casa da Supplicação.*

AVISO DE 9 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Constando que em Inhauma existe hum quadrilha de ladrões, e tornando-se suspeitas as Autoridades daquelles lugares, manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. S. ordene ao Corregedor do Crime da Côte e Casa que haja de encarregar ao Capitão Maximiano José Rodrigues, Fiscal daquella Freguezia, da prisão daquelles facinorosos, para os conduzir a presença do mesmo Ministro, com as testemunhas que souberem dos factos por elles praticados, ficando na intelligencia que ao Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia se tem ordena-

do que põha á disposição do mesmo Fiscal os Pedestres que aqui existem com o seu respectivo Commandante para coadjuvar nesta importante diligencia. Deos guarde a V. S. Paço, em 9 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 81 do Liv. 11 da Côrte na Secretaria da Justiça.*

PORTARIA DE 9 DE AGOSTO.

Coll. Plancher.

Convindo ao serviço publico, que os Empregados sejam, quanto ser possão da approvação e agrado daquelles perante quem servem, e sendo as Guardas Municipaes hum como ensaio das Guardas Nacionais cuja creação já se acha decretada, e onde os differentes Commandantes são da eleição daquelles a quem commandão, manda a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. seja muito attento na escolha dos Commandantes das Guardas Municipaes do seu districto, não empregando jámais pessoa que tenha contra si o voto dos seus concidãos, visto que taes empregos são de sua livre nomeação. Deos guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz da Freguezia de Iguassú.

AVISO DE 9 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. ordene aos seus Officiaes que se não intromettão em fazer diligencias dos outros Juizes, além dos de Paz, de que são privativos, afim de se evitarem mil inconvenientes que na pratica estão apparecendo, bem como duvidas que podem occorrer sobre a validade de suas citações fora dos seus Juizos. Deos guarde a Vm. Paço, em 9 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz da Freguezia de. . . . — *Acha-se á fl. 80 v. do Liv. 11 da Côrte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 9 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Achando-se já competentemente armadas as guardas municipaes desta Côrte, e tornando-se por isso desnecessario o armamento, correame e munições que anteriormente tinham recebido os Juizes de Paz das Freguezias desta Côrte e Engenho Velho, espero que V. Ex. expoa suas ordens aos ditos Juizes de Paz, afim de que fação entrega de taes generos no Arsenal do Exército, onde são precisos e reclamados. Vão inclusa a lista de taes artigos. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 9 de Agosto de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 59, vol. 18.*

AVISO DE 9 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Previno a V. Ex. de que a familia do Tenente-General do Exército Portuguez Luiz do Rego Barreto deverá ser comprehendida na disposição que a respeito delle foi communicada a V. Ex. em Aviso de 6 do corrente mez. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 9 de Agosto de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. José Joaquim de Lima e Silva. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 59, vol. 18.*

AVISO DE 9 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, tomando em consideração o que lhe representou a Congregação dos Lentes da Academia Medico-Cirurgica desta Côrte, em resultado do Concurso a que se procedeu na mesma Academia para a substituição da Cadeira de Hygiene que se achá sem exercicio pela ausencia do respectivo Lente proprietario, ha por bem nomear ao Cirurgião Formado Joaquim José da Silva para servir de Substituto da referida cadeira, emquanto se achar ausente o proprietario, visto ter concorrido nelle a maioria dos votos, sem contudo ser considerado Substituto das Cadeiras de Medicina da Escola, como havia proposto a mesma Congregação, por se não achar ainda creado por lei aquelle lugar, vencendo por gratificação de tal exercicio o mesmo que tem de ordenado o Substituto das Cadeiras Cirurgicas. José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Agosto de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 46, vol. 18.*

AVISO DE 9 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Accuso a recepção do officio que em 26 de Maio passado Vm. me dirigio na qualidade de Commissario da liquidação da galera *Wilhermina e Maria*, em que expende a manciará vantajosa por que concluiu aquelle negocio, reduzindo a muito menos a reclamação de indemnisações que fazião montar a sommas enormes. Cumpre-me pois, de ordem da Regencia, em nome do Imperador, louvar o bom serviço que Vm. prestou inquestionavelmente na Comissão sobredita de que foi encarregado; significando-lhe porém, ao mesmo tempo, que, conforme o parecer do Procurador da Corôa, Fazenda e Soberania Nacional, foi ultimamente remetida esta questão ao Supremo Conselho do Almirantado; para, sendo ouvidos os captos, ali obter a final decisão. Deos guarde a Vm. Palacio do Governo, em 9 de Agosto de 1831. — Francisco Carneiro de Campos. — Sr. João Martins Lourenço Vianna. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 73, vol. 18.*

PORTARIA DE 11 DE AGOSTO.

Coll. Plancher.

A Regencia, em nome do Imperador, tomando em consideração o que no officio de copia inclusa informára o Cirurgião-Mór da Armada, tem resolvido que, deixando de haver á bordo da *Presiganga* a Praça de Boticario, se forneça ao Cirurgião da mesma não huma ambulancia provida de remedios, para serem applicados nos casos urgentes e a enfermidades ephemerias; devendo, além disso, proceder-se a respeito dos remedios de torna-viagem na forma indicada pelo mesmo Cirurgião-Mór, independente porém de novo contracto com o Boticario fornecedor, visto que, pelo que ora se acha em vigor, he elle obrigado a receber taes remedios sem prejuizo algum da Fazenda, e só com o encontro de sua importância na conta dos que tenha fornecido, e se lhe não houverem pago ou houver de fornecer, como tudo consta do respectivo Termo, cuja copia acompanhou o officio dessa Intendencia, datado de 27 de Novembro do anno passado. O que participou a Vm. para sua intelligencia e execução. Deos guarde a Vm. Paço, em 11 de Agosto de 1831.—José Manoel de Almeida.—Sr. Antonio Joaquim do Couto.

DECRETO DE 11 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador, tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral sobre proposta do Concelho Geral da Provincia do Espirito Santo:

Art. unico. Que a actual Capella Filial da Povoação da Barra da Villa de S. Matheos, que já tem Pia Baptismal e Cemiterio, seja erecta em Parochia, abrangendo a mesma povoação e todos os povos estabelecidos nas margens de leste dos Rios Preto e S. Anna, dividindo-se com a Freguezia da dita Villa ao O. pelos referidos Rios; ao S. com a de Nossa Senhora da Conceição de Linhares pela barra Secca, e ao N. com a de S. José de Porto Alegre de Mucuri pelas Itaunas.

Diogo Antonio Feijó, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Agosto de 1831, 10° da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Braulio Moniz.—Diogo Antonio Feijó.

DECRETO DE 11 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. unico. Nem a Ord. do liv. 4°, tit. 93, nem outra alguma Legislação em vigor prohibe que os filhos illegitimos de qualquer especie sejam instituidos herdeiros por seus pais em testamento, não tendo estes herdeiros necessarios.

Diogo Antonio Feijó, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Agosto de 1831, 10° da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Braulio Moniz.—Diogo Antonio Feijó.

DECRETO DE 11 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador, tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral sobre proposta do Concelho Geral da Provincia de Santa Catharina:

Art. 1.º O Districto do Rio Vermelho, cujo territorio he comprehendido entre a ponta do sobredito Rio e a Praia Brava, fica desmembrado da Freguezia de Nossa Senhora da Conceição da Lagôa, no termo da Cidade do Desterro, em a Provincia de Santa Catharina, para formar huma nova Freguezia.

Art. 2.º A Igreja de S. João Baptista, erecta naquelle Districto, fica sendo Parochial, e o Parocho perceberá os vencimentos que competirem ás mais Igrejas colladas do Brazil.

Art. 3.º Ficão sem vigor quaesquer disposições em contrario.

Diogo Antonio Feijó, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Agosto de 1831, 10° da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Braulio Moniz.—Diogo Antonio Feijó.

PORTARIA DE 11 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, que a Camara Municipal desta Cidade remetta, quanto antes, á mesma repartição, huma lista contendo os nomes dos tres primeiros individuos eleitos para Juizes de Paz, e de outros tres para Supplentes da Freguezia de S. José, e que forão immediatos aos actuaes, declarando o numero de votos de cada hum delles. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Agosto de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—*Acha-se a fl. 82 do Liv. 11 da Côte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 11 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr.—Exigindo o Commandante Geral das Guardas Municipaes alguns Milicianos dos que se achão actualmente em serviço nesta Cidade, dirijo-me a V. Ex., afim de expedir os ordens que fôrem necessarias para se dispensarem do mesmo serviço, e serem postos ás ordens do sobredito Commandante, aquelles que elle houver, em qualquer occasião, de requisitar. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 11 de Agosto de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva.—*Acha-se a fl. 82 do Liv. 11 da Côte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 11 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Tendo-se ordenado nesta data a Monsenhor Inspector da Capella Imperial, Duarte Mendes de Sampaio Fidalgo, que haja de receber e faça guardar na mesma Capella toda a prata pertencente aos Telizes da Casa Imperial, que existe em seu poder, o communico a Vm. para sua intelligencia e execução. Deos Guarde a Vm. Paço, em 11 de Agosto de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Manoel Theodoro.—*Acha-se d fl. 81 v. do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 11 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, manda que V. S., tomando contas e fazendo inventariar todos os bens pertencentes á capella de Santo Antonio dos Pobres, cujas chaves estão entregues a hum Sargento-Mór ou Tenente-Coronel que mora proximo á mesma Capella, remetta de tudo uma copia authentica a esta Secretaria de Estado, podendo deixar as chaves da referida Capella ao mesmo individuo que actualmente astem, se o achar digno disso. Deos Guarde a V. S. Paço, em 11 de Agosto de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Nicoláo da Silva Lisboa.—*Acha-se d fl. 81 v. do Liv. 11 da Crôte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 11 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr.—A Regencia, em nome do Imperador, a quem foi presente o officio que V. Ex. me dirigio com data de 11 do mez findo, sob n. 71, manda significar-lhe que, achando-se affecta á decisaõ do Corpo Legislativo huma Proposta do Governo a respeito das Mari-nhas em geral; e tendo, além disso, ultimamente a Camara dos Deputados exigido todos os papeis que existião nesta Secretaria de Estado, relativos aos terrenos que fazem o objecto do citado officio, nenhuma deliberação se pôde tomar a tal respeito, sem que haja huma medida legislativa, que cumpre aguardar-se. Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Agosto de 1831.—José Manoel de Almeida.—Sr. Honorato José de Barros Paim.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 41, vol. 18.*

OFFICIO DE 11 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

A Camara Municipal desta Cidade, a quem foram presentes os officios do Doutor Saturnino de Souza e Oliveira, acerca da autuação que V. S. lhe fizera, por correr em seu carrinho pela Praça da Constituição, applicando-lhe o § 7º do titulo 7º Secção 2ª das Posturas, que prohibe correr em segé pelas ruas estreitas da cidade,

pedindo por satisfação que a V. S. se estranhasse tão disparatada applicação do sobredito §, e juntando certidão da absolvição que teve no Juizo de Paz de S. José, para onde havia citado o Procurador da mesma Camara, afim de reivindicar a multa que por melindre havia pago, resolveu que se mandasse estranhar a V. S. tão illegal autuação, visto que o Largo do Rocio jámais podia ser considerado rua estreita da cidade; e legalmente resolveu que V. S., quanto antes, fizesse tapar os buracos que existem na rua dos Ourives defronte do quarteirão em que reside o dito Doutor Saturnino, para o que elle applicou a referida multa, as custas e as partes que deve abater-se aos Guardas Municipaes; e que participe a V. S. para sua intelligencia e execução. Deos Guarde a V. S. Paço da Camara Municipal do Rio de Janeiro, em 11 de Agosto de 1831.—Ilm. Sr. José Rufino Rodrigues de Vasconcellos.—O Secretario, Luiz Joaquim de Gouvêa.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 41, vol. 18.*

OFFICIO DE 11 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a Vm. o incluso requerimento dos Officiaes Inferiores e Soldados do Corpo do seu commando, afim de examinar quem são os supplicantes, e informar sobre o que allegão, declarando igualmente se tal requerimento foi feito e apresentado com permissão sua, devendo, no caso contrario, proceder desde logo como fôr de justiça, contra os supplicantes, pela maneira por que postergarão as ordens em vigor a tal respeito. Deos Guarde a Vm. Paço, em 11 de Agosto de 1831.—José Manoel de Almeida.—Sr. Joaquim Francisco das Chagas Cattete.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 42, vol. 18.*

CARTA DE LEI DE 12 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral decretou e ella sancionou a Lei seguinte:

Art. 1.º O Tutor nomeado pela Assembléa Geral ao Imperador menor o Sr. D. Pedro II, tambem o he de suas Augustas Irmãs.

Art. 2.º Este Tutor não terá parte em acto algum politico, em nome de seus Popillos.

Art. 3.º Dará conta de sua administração no principio de cada sessão legislativa á Assembléa Geral, a qual o poderá remover, quando julgar conveniente.

Art. 4.º Nomeará os Mestres e Mórdomo de que trata a Constituição, arts. 110 e 114, e poderá igualmente nomear e despedir os criados de galão e mais empregados da Casa Imperial até a classe de moços da Camara exclusive.

Art. 5.º Prestará juramento de bem servir, o qual lhe será deferido publicamente pelo Pre-

sidente do Senado; e rege-se-ha em tudo o mais que nesta Lei não fôr disposto, pelas disposições geraes de direito.

Art. 6.º Terá o ordenado e tratamento igual ao que tem os Ministros e Secretarios de Estado.

Art. 7.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Manda, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 12 de Agosto de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Braulio Moniz.—José Lino Coutinho.—*Com os registos competentes.*

DECRETO DE 12 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. unico. Os Membros dos Concelhos de Governos das Provincias, assim como os das Camaras Municipaes, não o poderão ser dos Concelhos Geraes, tendo porém a opção.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 12 de Agosto de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Braulio Moniz.—José Lino Coutinho.

DECRETO DE 12 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. unico. A Resolução de 9 de Agosto de 1827 está em seu inteiro vigor.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 12 de Agosto de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Braulio Moniz.—José Lino Coutinho.

DECRETO DE 12 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Concelho Geral da Provincia de Minas Geraes:

Art. unico. Na Provincia de Minas Geraes haverá dous Officiaes de Engenharia, encarregados de levantarem plantas de todas as estradas e rios navegaveis, e de facilitarem os meios de seus melhoramentos, os quaes serão propostos pelo Presidente em concelho, sendo pelo mesmo Presidente em concelho despedidos do serviço da Provincia, logo que se verificar que

não tem a necessaria aptidão para as commissoes que se lhes incumbirem.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 12 de Agosto de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Braulio Moniz.—José Lino Coutinho.

DECRETO DE 12 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. unico. O dia 2 de Julho será de festividade nacional na provincia da Bahia, cessando o despacho dos Tribunaes, e fazendo-se todas as outras demonstrações publicas de regozijo que se praticão em dias de taes festividades.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 12 de Agosto de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Braulio Moniz.—José Lino Coutinho.

PROVISÃO DE 12 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Fago saber á Junta da Fazenda da Provincia das Alagoas que a Regencia, em nome do Imperador, manda devolver a essa Junta o requerimento incluso de Manoel de Souza Caldas Caninana, Praticante da sua Contadoria, que acompanhou o seu officio n. 62, de 15 de Setembro ultimo, em que pede indemnisação da gratificação que percebião os Escrivães do Almojarifado da Cidade, para informar com o seu parecer, devendo abster-se de dirigir continuados officios, enviando sómente os requerimentos de partes sem dizer cousa alguma sobre suas pretensões. O que cumprirá. João Rodrigues da Silva a fez no Rio de Janeiro, em 12 de Agosto de 1831. Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever.—Bernardo Pereira de Vasconcellos.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 64, vol. 18.*

PROVISÃO DE 12 DE AGOSTO.

Coll. Plancher.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Fago saber á Junta da Fazenda da Provincia da Bahia, que, sendo presente á Regencia os seus officios ns. 37 e 39 de 27 de Junho, e 4 de Julho do corrente anno, participando no primeiro a remessa feita para Londres de 9,254 L. 17 9⁴ em letras para pagamento dos empréstimos brasileiros ali contrahidos, e pede esclarecimentos se, á vista do §. 21 do art. 20 da Lei de 15 de Dezembro passado, póde continuar a negociar letras por menos de 50; e no segundo,

ter aceitado as que sacou o Encarregado de Negocios em Londres sobre o Deputado Thesoureiro-Geral da mesma Junta, na importancia de 15,000 L. ao cambio de 26, para satisfazer parte do resto da quota do anno passado, que não havia sido paga em razão da quebra de João Wanzeller, afim de evitar a perda do recambio, e por virem sacadas a favor de Rothschild, que neste sentido, e para prevenir ultteriores saques, por um cambio tão desfavoravel, respondeu ao dito Encarregado; ha por bem, em nome do Imperador, responder á mesma Junta, quanto ao primeiro acerea da negociação das letras, que faça todo o esforço para obtê-las pelo cambio mais favoravel, attenta a necessidade de effectuar a remessa da quota commettida a essa Provincia e sustentar o credito da Nação, podendo fazer os saques por menos de 50, quando por este preço os não possa conseguir, sendo esta a intelligencia da citada Lei; e quanto ao segundo, que se approva o seu procedimento sobre o aceite das letras sacadas pelo nosso Encarregado, e se recommenda á mesma Junta procure indemnizar á Fazenda Publica do prejuizo que deste saque lhe resultou, pelos bens dos sacadores e indossadores das letras não aceitas ou não pagas, dando parte a este Thesouro das medidas que a tal respeito tomar, bem como informando-o dos motivos que teve para autorisar o Encarregado dos Negocios de Londres a fazer o sobreredito saque, como o mesmo diz no seu officio de 22 de Fevereiro do corrente anno. O que se lhe participa para sua intelligencia e execução. João Rodrigues da Silva a fez no Rio de Janeiro, em 12 de Agosto de 1831. Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos.

PORTARIA DE 12 DE AGOSTO.

Coll. Plancher.

Ilm. e Exm. Sr. — Foi presente á Regencia o officio de V. Ex., datado do 1º do corrente, em que menciona as medidas que em concelho adoptára a bem da tranquillidade publica, que felizmente ainda não fôra perturbada nessa Provincia, cuja continuação e caracter de seus habitantes, o zelo e actividade de V. Ex. tanto afianção; manda a mesma, em nome do Imperador, louvar o bom acerto das medidas, e a promptidão com que as tem feito executar; outrossim, que, continuando seus desvelos a bem da causa publica, faça que tenham mui religiosa observancia as Leis, principalmente as de 6 e 14 de Junho, Decretos de 14 do mesmo mez, e de 9 de Julho, afim de que, seguros os cidadãos pacíficos, e desviada a seducção dos perversos, nem a tranquillidade publica seja perturbada, nem os innocentes sejam opprimidos; e dest'arte cada vez mais se convença o cidadão, que só he livre quando as Leis imperão, as Autoridades são obedecidas, e calão-se os interesses e paixões particulares que astuciosos procurão sempre encobrir com os

nomes de patria e liberdade. Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 12 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

AVISO DE 12 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo a Camara dos Senadores resolvido sair do Paço de suas sessões, em razão do estado de ruina do respectivo edificio, e constando, em resulta do exame a que mandou proceder, que nenhum outro offerecia melhores proporções para a mudança da dita Camara do que a Casa das sessões do Supremo Tribunal de Justiça, que, além de poder arranjarse com maior presteza e commodidades, tem a circumstancia de poder o referido Tribunal continuar as suas sessões na mesma sala em que se fazem as da Casa da Supplicação, alterando-se os dias em que ellas hajão de ter lugar, a Regencia, tendo approvado esta medida, manda, em nome do Imperador, que V. Ex., entendendo-se sobre este objecto com o Chanceller interino da Casa da Supplicação, dê todas as providencias para que amanhã, pelas 10 horas da manhã, a Casa do dito Tribunal esteja prompta para as sessões do Senado; respondendo-me V. Ex. hoje mesmo sobre a execução desta ordem. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 12 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Albano Fragoso. — *Acha-se il fl. 82 v. do Liv. 11 da Córte na Secretaria da Justiça.*

DECRETO DE 13 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, manda demittir do serviço do Exercito, na conformidade do art. 10 da Carta de Lei de 24 de Novembro de 1830, os Officiaes constantes da relação que com este baixa, assignada por Manoel da Fonseca Lima e Silva, do Concelho de S. M. I., Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra. O Concelho Supremo Militar o tenha assim entendido e lhes expeça em consequencia os despachos necessarios. Palacio do Governo, em 13 de Agosto de 1831, 10ª da Independencia e do Imperio. — Assignada a Regencia. — Manoel da Fonseca Lima e Silva.

RELAÇÃO dos Officiaes que, por Decreto datado de hoje, se mandão demittir do serviço do Exercito, na conformidade da Carta de Lei de 24 do Novembro de 1830. —

Do extincto Batalhão 28 de Caçadores de 1ª linha. — O Capitão Pedro José Schramback, o Tenente Jacob Rits, os Alferes Carlos Dachnert, Carlos de Uslar e Carlos Blume.

Do 6º Regimento de Cavallaria de 1ª linha. — O Tenente Julio Alberto Theodoro.

Palacio do Governo, em 13 de Agosto de 1831.

Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 45, vol. 18.*

PROVISÃO DE 13 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber a Junta da Fazenda da Província de Pernambuco que, sendo presente à Regencia o seu officio n. 6 de 28 de Janeiro do corrente anno, em que participa o roubo da quantia de réis 709,572 em moeda de prata que existia no Cofre da Alfandega, e as providencias dadas á semelhante respeito, manda, em nome do Imperador, responder á mesma Junta, quanto á despesa de 40:000\$000 rs. orçada pelo Inspector do Trem com a obra que precisa o predio para sua segurança, que este objecto deve ser tratado em Conselho do Governo com as formalidades legais, para depois ter lugar a approvação deste Thesouro, recommendada na Circular que refere de 15 de Setembro de 1829, devendo o orçamento ser feito como era mister, com o exame e parecer dos respectivos mestres, a quem tocava dar os arbitrios relativos ás obras de seus officios; e, por conseguinte, não tem a necessaria legalidade: nem ha nelle a precisa designação das differentes obras da qualidade e quantidade dos materiaes, do preço medio destes e dos jornaes dos mestres, officiaes, serventes e mais pessoas que deverão occupar-se: e outrossim determina que a Junta diga quanto já tem despendido nas obras deste edificio; e quaes ellas são, para verdadeiro conhecimento do que se deve deliberar a este respeito. O que cumprirá. João Rodrigues da Silva a fez no Rio de Janeiro, em 15 de Agosto de 1831. — Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 64, vol. 18.*

AVISO DE 13 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Tendo a Camara dos Deputados enviado já á do Senado o Decreto da accusação contra o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra José Clemente Pereira, como elle he Desembargador da Casa da Supplicação, e não pôde, enquanto se não ultima o seu processo, continuar no exercicio deste lugar nem gozar de seus respectivos vencimentos, o communico a V. S. para sua intelligencia e devida execução. Deos guarde a V. S. Paço, em 13 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se d fl. 64 v. do Liv. respectivo da Casa da Supplicação.*

AVISO DE 13 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Constando que em Casa de Monsenhor Duarte Mendes de Sampaio Fidalgo se costumão reco-

her alguns mulatos, talvez fugidos de seus senhores, e que de noite andão de cacetes e punhaes fora de horas, e entre os quaes se faz notavel hum que he escravo do Cirurgião-Mór José Vicente da Silva, morador na mesma Rua da Ajuda, da residencia do sobredito Monsenhor: o communico a Vm., afim de dar sobre este objecto as providencias que a segurança e tranquillidade publica tanto exigem. Deos guarde a Vm. Paço, em 13 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz Supplente da Freguezia de S. José. — *Acha-se d fl. 83 do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 13 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, ordena que Vm., d'entre os individuos alistados para Guardas Municipaes, faça separar o numero de 1,000, que, pelas suas idades e profissões, se acharem em termos de prestarem mais servico effectivo. Deos guarde a Vm. Paço, em 13 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Sebastião do Rego Barros. — *Acha-se d fl. 82 v. do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

PROCLAMAÇÃO DE 14 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

PROCLAMAÇÃO do General Commandante das Armas da Corte e Província, ao Batalhão de Officiaes Soldados da Patria, na occasião de passar revista a este corpo no dia 14 de Agosto de 1831.

Senhores! O General Commandante das Armas, sciente dos vossos feitos militares a prol da Independencia e prosperidade do Brazil, tendo sido testemunha dos distinctos serviços por vós prestados, huns no Commando de Esquadras Navaes e embarcações de guerra, outros no de Armas de Províncias, no de Corpos, Companhias e Postos importantes, e outros finalmente na Cadeira dos Mestres explicando as Sciencias e espalhando as suas luzes pelos nossos compatriotas, vem hoje tambem admirar o nobre comportamento e sem igual patriotismo com que, para defesa da Patria, da Constituição, do Imperador, do Governo e da boa ordem, empunhai o fuzil, sobrepondo á banda a patrona e o cinturão.

O General se congratula com as nobres praças deste preclaro corpo, pelo exemplo sem par que dão á Nação e ao mundo do mais acrisolado patriotismo, fidelidade e bravura; e sente sobremaneira que as suas occupações de Commandante das Armas o privem da gloria de montar tambem guardas e fazer sentinellas com seus bravos camaradas; mas pôde afiançar que aquelle serviço o não impedirá de estar ao lado de ser serranilha dos corajosos soldados deste Batalhão sagrado na occasião do perigo e do combate contra os inimigos do Estado; visto que a honra de estar

vossa testa e de vos commandar só compete ao illustre chefe que por aclamação elegestes.

Ultimamente o General, em prova de sua confraternidade e do eterno affecto que vos protesta pelas vossas raras virtudes, tem a honra de abraçar a todos vós na pessoa de vosso digno Commandante. — José Joaquim de Lima e Silva. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 39, vol. 18.*

DISCURSO DE 14 DE AGOSTO

Imp. avulso.

Discurso do 1º Commandante, recitado em presença do Exm. Sr. Commandante das Armas, na revista de 14 de Agosto de 1831.

Briosos e esforçados Camaradas! A honrosa nomeação que o Governo fez de minha pessoa para tomar o commando em 1º do Batalhão a que deu existencia e fôrma a honra e patriotismo que abraça vossos peitos, sendo-me sobremaneira lisonjeira, todavia não deixa de occasionar em minha alma perturbação que nasce da convicção em que estou de minha insufficiencia para apparecer entre vós revestido de qualquer apparencia de superioridade. Não, meus briosos e honrados camaradas, nem sequer levemente deveis reputar-me possuido desse detestavel orgulho; foi sómente a vossa propria escolha, acclamando-me Commandante em 2º, que moveu o Governo ao complemento de vossos suffragios a meu favor.

Na escala do merito não ha certamente gradação sufficiente para medir, briosos camaradas, o relevante serviço que prestais á Patria. Muito na verdade he empunhar o fuzil, cingir sobre a banda o cinturão, e lançar a patrona ao tiracol; porém, por amor da Patria, esquecer vos de vossas preeminencias e sacrificardes em seu Sacrosanto Altar os direitos que vos outorga a lei, direitos que nada menos importão que reconhecida superioridade sobre aquelles mesmos a quem quizestes obedecer por gosto, he certamente facto mui raro na Historia, e que faz renascer em o Brazil o heroismo que admirára a antiga Grecia.

Eia, briosos camaradas, continuai a dar tão nobre quão insolito exemplo de patriotismo, e ficai seguros de que vossos nomes, transpondo os tempos, passarão á mais remota posteridade nas vivazes paginas da Historia, ao mesmo passo que o sollicito Governo, que, para o vosso bem e para o bem da Patria, fixa sobre vós suas vistas, não deixará de galardoar acções que se não observão sem pasmo, e que se não recordão sem a doce emoção que só a honra, o valor e o patriotismo podem fazer nascer nas almas bem formadas e nos brasileiros peitos.

Sejão, portanto, honrados camaradas, Patria e Constituição os caros objectos que vos devem reunir, obediencia ás leis e ás autoridades legaes o meio que empregueis, segurança e tranquillidade publica o derradeiro extremo de vossos inatigaveis esforços. Assim de vós o espera a Patria, e assim o haveis jurado á face dos Altares

em presença do terrivel Deos dos Exercitos. Viva a heroica Nação Brasileira! Vivão os Poderes Constitucionaes! Rio, 14 de Agosto de 1831. — João Paulo dos Santos Barreto, Coronel e 1º Commandante. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 39, vol. 18.*

AVISO DE 15 DE AGOSTO.

Coll. Plancher.

A Regencia, em nome do Imperador, em Resolução de Consulta da Junta da Fazenda dos Arsenaes do Exercito, Fabricas e Fundições, com a qual se conformou, houve por bem indeferir o requerimento de Finnie Irmãos e C., em que pretendião ser isentos do pagamento dos direitos da polvora que vendêrão para o Arsenal; porque, não havendo declaração alguma no acto da compra a tal respeito, subsiste no vendedor a obrigação que já tinha do pagamento dos referidos direitos. O que a Regencia manda participar a V. S. para proceder á sua arrecadação. Deos guarde a V. S. Paço, em 15 de Agosto de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Conselheiro Juiz da Alfandega desta Côte.

DECRETO DE 16 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem que as conferencias do Supremo Tribunal de Justiça, que, em conformidade do Decreto de 2 de Janeiro de 1829, se fazião nas Terças-feiras, tenham lugar no dia Segunda-feira ou Quarta-feira, quando aquelle seja impedido, em quanto durarem as sessões da Camara dos Senadores, que d'ora em diante deverão fazer-se na casa das conferencias do mesmo Tribunal, pelo estado de ruina em que se acha o edificio proprio da referida Camara.

Diogo Antonio Feijó, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 16 de Agosto de 1831, 11º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Archivo do Supremo Tribunal de Justiça.*

AVISO DE 16 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — Passo ás mãos de V. Ex. o officio incluso do Chanceller interino da Casa da Supplicação, José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo, datado de 11 do presente, afim de V. Ex. tomar em consideração o que o mesmo nella expõe, não só sobre a applicação de mais alguns presos que se possam enviar para as obras, que reclamou o Commandante da Fortaleza de Santa Cruz, como em V. Ex. mandar igualmente activa-las o mais que fôr possível, para, quanto antes, se alliviar a Cadêa da accumulção em que se acha. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 16 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr.

Manoel da Fonseca Lima e Silva.—*Acha-se á fl. 83 v. do Liv. 11 da Côrte na Secretaria da Justiça.* 1831.

AVISO DE 16 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Ilm. e Exm. Sr.—Passo ás mãos de V. Ex. os officios inclusos do Chanceller interino da Casa da Supplicação, José Paulo de Figueirôa Nabuco Araújo, datados de 11 do corrente, expondo nelles o deploravel estado, e o que estão soffrendo os desgraçados presos da Cadea desta Côrte, afim de V. Ex. em vista do apuro em que se acha o Thesouro actualmente, fazer expedir as ordens que fôrem convenientes, para que a Camara Municipal haja de cumprir com a Lei, providenciando não só a limpeza da mesma Cadea, como todas as commodidades necessarias para minorar a sorte daquelles infelizes, solicitando igualmente da Santa Casa da Misericórdia o prompto soccorro d'agua e remedios convenientes para o tratamento dos referidos presos, como exige o sobredito Chanceller. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 16 de Agosto de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. José Lino Coutinho.—*Acha-se á fl. 83 v. do Liv. 11 da Côrte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 16 DE AGOSTO.

Coll. Plancher.

A Regencia, em nome do Imperador, manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Império, participar ao Vice-Presidente da Provincia do Espirito Santo, em resposta ao seu officio de 2 de Junho do anno passado, communicando a deliberação tomada pelo Concelho do Governo, a respeito de uma certidão negada na Secretaria da Presidencia, que o dito Concelho não pôde mandar passar certidões do que pertence meramente á mesma Presidencia, mas sim do que constar de suas actas por quem servir de seu Secretario; ficando porém o referido Vice-Presidente na intelligencia de que se devem passar certidões de tudo, quando ellas fôrem pedidas pelas partes interessadas, afim de melhorarem sua sorte, defendendo sua honra, fazenda e vida, ao qual todos tem igual direito. Palacio do Rio de Janeiro, em 16 de Agosto de 1831.—José Lino Coutinho.

AVISO DE 16 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr.—Sendo presente á Regencia o officio de V. Ex. na data de 31 do mez passado, em que solicita decisão sobre a duvida de serem ou não conservados nos seus empregos e officios os estrangeiros Valentim Garcia Monteiro, Vicente Luppi e Nuno Daniel Smith, e quaesquer outros que estejam nas mesmas circumstancias; assim como pede esclarecimento a

respeito dos que já estão aposentados ou reformados, a mesma Regencia, em nome do Imperador, manda declarar a V. Ex. que os acima indicados, não sendo cidadãos Brasileiros, por não terem carta de naturalisação, passada em virtude de resolução da Assembléa Geral Legislativa, não podem ser empregados; e por isso V. Ex. os despedirá, fazendo prover os lugares em cidadãos Brasileiros; quanto aos aposentados, será este objecto decidido pela mesma Assembléa Geral, a cujo conhecimento he levado; e quanto aos reformados, será solvida a duvida pela Repartição dos Negocios da Guerra, a quem agora se communica. Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 16 de Agosto de 1831.—José Lino Coutinho.—Sr. Manoel Ignacio de Melo e Souza.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 42, vol. 18.*

AVISO DE 16 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Sendo presente á Regencia a informação dada por V. S. sobre o requerimento de varios negociantes desta Praça que se queixão da nova pratica introduzida no despacho do sal, houve a mesma Regencia por bem resolver que se guarde a pratica até aqui observada, recomendoando-lhe que dê as providencias a seu alcance para evitar o prejuizo da Fazenda Publica, e que proponha as medidas que julgar mais convenientes para serem decretadas. Deos Guarde a V. S. Paço, em 16 de Agosto de 1831.—Bernardo Pereira de Vasconcellos.—Sr. Conselheiro Juiz da Alfandega desta Côrte.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 54, vol. 18.*

DECRETO DE 17 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, tomando em consideração que Frederico José Torres foi hum dos que mais se distinguirão no Concurso a que mandou proceder, para o proximo dos dous lugares de Official Ajudante e Amanuense da Bibliotheca Nacional desta Côrte, mostrando por attestações que, além das circumstancias exigidas para o dito concurso, havia frequentado aulas de estudos maiores, ha por bem fazer-lhe mercê de o nomear Official-Ajudante da mesma Bibliotheca, com o vencimento que se acha estabelecido para este lugar.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de Agosto de 1831, 10^a da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Bráulio Moniz.—José Lino Coutinho.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 45, vol. 18.*

DECRETO DE 17 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, tomando em consideração que Fernando Rodrigues da

Silva foi hum dos que mais se distinguirão no concurso a que se procedeu para o provimento dos dous lugares de Official-Ajudante e Amanuense da Bibliotheca Nacional desta Côrte, ha por bem fazer-lhe mercê de o nomear Amanuense da mesma Bibliotheca, vencendo a gratificação que se acha estabelecida para este lugar.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de Agosto de 1831, 10^a da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Caryalho. — João Bráulio Moniz. — José Lino Coutinho. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 50, vol. 18.*

OFFICIO DE 17 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Em presença do que resolveu a Camara dos Deputados, sobre parecer de huma de suas Commissões, solicito do Governo Imperial haja de mandar proceder a huma inspecção de saúde em todos os Empregados aposentados por molestia, pela Secretaria de Estado a cargo de V. Ex., cujas aposentadorias não forão ainda approvadas, submettendo ao conhecimento da mesma Camara. Deos Guarde a V. Ex. Paço da Camara dos Deputados, em 17 de Agosto de 1831. — Antonio Pinto Chichorro da Gama. — Sr. Bernardo Pereira de Vasconcellos.

Em consequencia do que, por ordem do Ilm. e Exm. Sr. Presidente do mesmo Thesouro, se faz publico que no dia 11 do corrente, ás 10 horas da manha, deverão comparecer nelle todas as pessoas a quem diz respeito, para se proceder á inspecção ordenada pelos Facultativos já nomeados. Thesouro Nacional, em 5 de Setembro de 1831. — O Escrivão interino da Mesa do Thesouro, Manoel Joaquim de Oliveira Leão. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 57, vol. 18.*

AVISO DE 17 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Ilm. e Exm. Sr. — Requistando o Juiz de Paz da Freguezia de Merity, para conseguir a prisão de muitos saltadores que por ali vagão, que do armamento e cartuxame que existe em poder do commandante do Batalhão n. 8 de Caçadores de 2^a linha, lhe seja fornecido algum provisoriamente para se distribuir pelas Guardas Municipaes, e que estas sejam coadjuvadas pelos respectivos Milicianos, manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. Ex. expeça, para a realisacão de hum e outro objecto, as ordens que fôrem convenientes, pois que, sem estas providencias, será mui difficilissima a prisão dos referidos saltadores que das Freguezias immediatas de Irajá e Inhaúma passão para aquella em grande numero. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 17 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se á fl. 84 v. do Liv. 11 da Côrte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 17 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Ilm. e Exm. Sr. — Conviado, para regularidade dos processos dos presos ás ordens dos Juizes de Paz que elles sejam logo recolhidos, os livres á Cadea desta Cidade, e os escravos ao Calabouço, independente de ordem daquellas autoridades, faz-se necessario que V. Ex. dê para esse fim as providencias que fôrem convenientes para que em todas as manhãs sejam levados ás prisões indicadas todos os individuos que se acharem recolhidos nas guardas dos Quarteis Militares á ordem dos sobreditos Juizes. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 17 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se á fl. 84 do Liv. 11 da Côrte na Secretaria da Justiça.*

PORTARIA DE 17 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. S. proponha os réos que, pelas circumstancias de suas sentenças, se achão em estado de lhes ser commutada em degredo a pena em que estiverem condemnados. Deos guarde a V. S. Paço, em 17 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 67 do Livro respectivo da Casa da Supplicação.*

PROVISÃO DE 17 DE AGOSTO.

Coll. Plancher.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de Pernambuco que nesta data se expede ordem á Junta da Fazenda da Parahyba, approvando-se-lhe o arbitrio que propõe no seu officio n. 18, de 23 de Fevereiro do corrente anno, para que o producto dos seus rendimentos, arrecadados nessa Provincia, fosse, depois de deduzidas as despesas daquella, abi empregado em letras a favor dos Contractadores dos Empréstimos Brasileiros, segundo as insinuações que a tal respeito a Junta, depois de computadas as despesas mensaes, lhe houver de dirigir, evitando-se por este meio não só as despesas e risco das conduções dos dinheiros, como até alguma falta que possa haver no prompto pagamento das letras que sacar, por não estar ao facto da estabilidade das casas inglezas. O que se lhe participa para sua intelligencia e execução. Pedro José da Camara a fez no Rio de Janeiro, em 17 de Agosto de 1831. — Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos.

PROVISÃO DE 17 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia da Parahyba que

a Regencia, em nome do Imperador, ha por bem approvar o arbitrio que propoe no seu officio n. 18, de 23 de Fevereiro do corrente anno, para que o producto dos rendimentos dessa Provincia, arrecadados na de Pernambuco, depois de deduzidas as suas despesas, fosse empregado ali mesmo em letras a favor dos Contractadores dos Empréstimos Brasileiros. O que se lhe participa para sua intelligencia e execução. Francisco da Costa Barros da Fonseca a fez no Rio de Janeiro, em 17 de Agosto de 1831. — Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 65, vol. 18.*

AVISO DE 17 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. Ex. a representação que lhe dirigirão os habitantes da Freguezia de Carrancas contra o Parocho da mesma, afim de que, procedendo ás informações que julgar conveniente para vir no conhecimento da verdade, faça que o Rev. Bispo responsabilise pelos meios canonicos ao referido Parocho, quando criminoso, e que a autoridade temporal respectiva proceda contra o mesmo em conformidade do Codigo Criminal. Outrosim, que procure certificar-se se ao conhecimento do Rev. Bispo tem chegado o procedimento irregular e criminoso que se attribue áquelle Parocho, para que seja igualmente responsabilisado, segundo o art. 129 do citado Codigo; ficando V. Ex. certo de que lhe compete, como primeira autoridade da Provincia, encarregado da administração della e primeiro executor das leis, fazer responsabilisar a todos os empregados publicos da mesma, e por isso mesmo sujeito ás penas do supracitado artigo quando incorrer no § 4.º do mesmo. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 53, vol. 18.*

CARTA DE 18 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral decretou, e ella sancionou a Lei seguinte :

CAPITULO I. — Disposições Geraes.

Art. 1.º As Guardas Nacionais são creadas para defender a Constituição, a Liberdade, Independencia e Integridade do Imperio; para manter a obediencia ás Leis, conservar ou restabelecer a ordem e a tranquillidade publica, e auxiliar o exercito de Linha na defesa das fronteiras e costas.

Toda a deliberação tomada pelas Guardas Na-

cionaes acerca dos negocios publicos he hum attentado contra a Liberdade, e hum delicto contra a Constituição.

Art. 2.º O serviço das Guardas Nacionais consistirá :

1.º Em serviço ordinario dentro do Município.

2.º Em serviço de destacamentos fóra do Município.

3.º Em serviço de corpos ou companhias destacadas para auxiliar o Exercito de Linha.

Art. 3.º As Guardas Nacionais serão organisadas em todo o Imperio por Municípios.

Nos Municípios, porém, em que o numero de Guardas Nacionais não chegam a formar huma companhia ou batalhão, o Governo e os Presidentes em concelho poderão mandar reunir os Guardas Nacionais d'elle aos de outro ou outros Municípios para com elles formarem Companhia ou Batalhão.

Art. 4.º A organização das Guardas Nacionais será permanente; entretanto, o Governo, quando julgar conveniente, as poderá suspender ou dissolver, em determinados lugares.

Em qualquer dos dous casos, ellas serão chamadas ao serviço, ou reorganisadas, passado hum anno do dia em que se tiver verificado a suspensão ou dissolução, se por Lei não fór este prazo prolongado.

Art. 5.º Se as Guardas Nacionais tomarem deliberações sobre os negocios publicos, ou resistirem ás requisições legais das autoridades municipaes, administrativas ou judicarias, o Presidente da Provincia em concelho as poderá suspender em determinados lugares.

Esta suspensão durará hum anno, se antes não fór revogada pelo Governo, ou mandada prolongar por Lei.

Art. 6.º As Guardas Nacionais estarão subordinadas aos Juizes de Paz, aos Juizes Criminaes, aos Presidentes das Provincias e ao Ministro da Justiça.

Quando ellas se reunirem no todo ou em parte, nos lugares em que não residir o Ministro da Justiça ou o Presidente da Provincia, serão subordinadas ao Juiz Criminal mais antigo do lugar, e não o havendo, ao Juiz de Paz mais velho em idade. Exceptua-se o caso em que fórem mandadas pela Autoridade Civil competente exercer serviço activo militar sob a Autoridade Militar, caso em que lhe serão subordinadas.

Art. 7.º Os Guardas Nacionais não poderão tomar as armas nem formar-se em corpo sem ordem dos seus Chefes; e estes não poderão dar essa ordem sem requisição da Autoridade Civil, que será lida á frente dos mesmos Guardas.

Art. 8.º Nenhum Commandante ou Official poderá distribuir cartuxame pelos Guardas Nacionais, salvo o caso de requisição competente: aliaes será responsavel pelos resultados.

Art. 9.º Todos os Guardas Nacionais ficão isentos do recrutamento para o Exercito de Linha e Armada, salva a excepção declarada no tit. 5.º, cap. 2.º, art. 120 § 2.º, e os filhos familias de que trata o art. 10 § 2.º.

TITULO II.

CAPITULO 1.º—Da obrigação do serviço.

Art. 10. Serão alistados para o serviço das Guardas Nacionais nas Cidades do Rio de Janeiro, Bahia, Recife, Maranhão e seus respectivos termos:

1.º Todos os cidadãos Brasileiros que podem ser Eleitores, contanto que tenham menos de 60 annos de idade, e mais de 21.

2.º Os cidadãos filhos familias de pessoas que tem a renda necessaria para serem eleitores, contanto que tenham 21 annos de idade para cima.

Em todos os outros Municipios do Imperio serão alistados:

1.º Os cidadãos que tem voto nas eleições primarias, huma vez que tenham de 21 annos de idade até 60.

2.º Os cidadãos filhos familias de pessoas que tem a renda necessaria para poderem votar nas eleições primarias, contanto que tenham de 21 annos de idade para cima.

O serviço das Guardas Nacionais he obrigatorio e pessoal, salvas as excepções adiante declaradas.

Art. 11. O serviço das Guardas Nacionais he incompativel com as funcões das Autoridades Administrativas e Judiciarias que tem direito de requisitar a força publica.

Art. 12. Não serão alistados para o serviço das Guardas Nacionais:

1.º Os Militares do Exercito e Armada que estiverem em serviço activo.

2.º Os Clerigos de ordens sacras que não se quizerem voluntariamente alistar.

3.º Os Carcereiros e mais encarregados da guarda das prisões, e os Officiaes de Justiça e Policia.

CAPITULO 2.º—Do alistamento.

Art. 13. Os cidadãos admittidos ao serviço das Guardas Nacionais serão alistados em Livros de Matricula, subministrados pela Camara a cada huma das Parochias e Curatos do seu Municipio.

Art. 14. Para se fazer este alistamento o Juiz de Paz da Freguezia ou Capella Curada formará hum Concelho de Qualificação composto de seis Eleitores do seu Districto mais votados, aos quaes, presididos pelo Juiz de Paz, fica competindo verificar a idoneidade dos cidadãos que devem ter praga nas Guardas Nacionais, e fazer o seu alistamento.

Nas Freguezias e Capellas Curadas, onde não houver o numero de seis Eleitores, o Juiz de Paz poderá completar este numero com outros cidadãos que tenham a necessaria idoneidade.

Art. 15. O Concelho de Qualificação procederá immediatamente a fazer o alistamento no Livro da Matricula Geral.

Art. 16. No mez de Janeiro de cada anno o Concelho de Qualificação procederá a fazer no Livro da Matricula Geral o alistamento dos ci-

dadãos que tiverem completado a idade e adquirido as qualidades necessarias para ser Guarda Nacional; e bem assim dos que novamente tiverem adquirido domicilio na Parochia ou Curato, e riscará da matricula os cidadãos que tiverem completado os 60 annos de idade, os que tiverem mudado de domicilio, os fallecidos, e todos os que por algum outro motivo não devão mais pertencer ás Guardas Nacionais.

Art. 17. No curso do anno o Juiz de Paz fará notar na margem do Livro da Matricula Geral as alterações provenientes de morte, mudança de domicilio, e de quaesquer outras razões pelas quaes os cidadãos não devão pertencer á Guarda Nacional; e o Concelho, no tempo acima declarado, decidirá se tem ou não lugar a baixa á vista dos documentos ou razões.

O Livro da Matricula Geral será guardado no Cartorio do Escrivão de Paz, e seu conteúdo será communicado a qualquer cidadão que o requiera ao Juiz.

TITULO III.—Do serviço ordinario.

CAPITULO 1.º—Da classificação em lista de serviço ordinario e de reserva.

Art. 18. Finda a matricula geral, o Concelho de Qualificação procederá á formação da lista de serviço ordinario, e da lista de reserva.

A lista de serviço ordinario comprehenderá todos os cidadãos que o Concelho de Qualificação julgar que podem concorrer para o serviço habitual.

A lista de reserva comprehenderá todos os cidadãos para quem o serviço habitual fór extremamente oneroso, e que não devão ser requisitados senão em circumstancias extraordinarias.

Na lista de reserva serão tambem comprehendidos:

1.º Os Empregados Publicos.

2.º Os Advogados, Medicos, Cirurgiões e Boticarios que o requererem.

3.º Os Estudantes dos Cursos Juridicos, Escolas de Medicina, Seminarios Episcopaes e mais Escolas Publicas.

4.º Os Empregados nos trabalhos dos Arsenaes e Officinas Nacionais.

Art. 19. As Companhias e Secções de Companhias serão compostas dos cidadãos que entrarem na lista do serviço ordinario.

Os cidadãos da lista de reserva serão repartidos pelas ditas Companhias, de maneira que possam ser nellas incorporados quando seja necessario, a juizo da Autoridade Civil que houver de requisitar a força.

Art. 20. Os alistamentos e baixas que se houverem de fazer nas listas do serviço ordinario e de reserva, serão em conformidade com as regras estabelecidas para os alistamentos e baixas do Livro da Matricula Geral.

Art. 21. O Juiz Criminal do Municipio, tendo recebido dos Juizes de Paz das Parochias e Curatos huma lista dos Officiaes e Officiaes inferiores das Guardas Nacionais do Municipio que

tiverem mais de 25 annos de idade, formarão, em presença de dous Vereadores do lugar, cedulas dos nomes dos ditos Officiaes e Officiaes inferiores, e postas em urna na Casa da Camara, fará tirar á sorte doze Jurados, os quaes, presididos pelo dito Juiz Criminal, formarão o Jury de Revista.

Nos Municipios em que não houver ao menos vinte e quatro Officiaes e Officiaes inferiores para serem postos na urna, completar-se-ha este numero com os Cabos, e, não o perfazendo ainda, com Guardas Nacionais, escolhidos d'entre os que tiverem a idade competente, pela Camara Municipal.

Art. 22. A este Jury compete conhecer por appellação das reclamações que xersarem:

1.º Sobre o alistamento ou não alistamento no Livro de Matricula Geral.

2.º Sobre a comprehensão ou não comprehensão na lista do serviço ordinario. Além destas attribuições, e das que adiante vão declaradas, competirá tambem a este Jury o conhecimento das reclamações dos Guardas Nacionais sobre quem recahir hum serviço indevido.

Art. 23. O Jury de Revista não poderá conhecer de negocio algum, sem que estejam presentes, pelo menos, sete Membros com o Presidente; os negocios serão decididos á pluralidade absoluta de votos, e da sua decisão se não admittirá recurso algum.

Art. 24. O Jury de Revista será renovado de anno em anno, conferindo-se as cedulas dos nomes, e tirando-se á sorte, como fica dito; as suas funcções são incompativeis com as de Membros do Concelho de Qualificação.

Art. 25. Nos Municipios que fõrem reunidos a outros, na forma do art. 3.º, será o Jury de revista presidido por hum dos Juizes Criminaes desses Municipios, que fôr designado pelo Governo ou pelo Presidente em concelho; e a este remetterão os Juizes de Paz a lista de que trata o art. 21.

CAPITULO 2.º—Das substituições e dispensas do serviço ordinario.

Art. 26. As substituições são prohibidas, salvo entre parentes proximos, a saber: do pai pelo filho, do irmão pelo irmão, do tio pelo sobrinho e reciprocamente; e assim tambem entre os afins nos mesmos grãos, qualquer que seja a Companhia ou Batalhão a que pertençaõ esses parentes e afins.

Os Guardas Nacionais que não fõrem parentes nos grãos acima ditos só poderão trocar a sua vez de serviço com outros da mesma Companhia.

Art. 27. Serão dispensados do serviço das Guardas Nacionais, não obstante o alistamento, se o requererem:

1.º Os Senadores, Deputados, Membros dos Concelhos Geraes e Presidenciaes, e os Concheiros de Estado.

2.º Os Magistrados.

3.º Os cidadãos que tiverem 50 annos de idade.

4.º Os Officiaes de Milicias que tiverem 35 annos de serviço, e os reformados do Exercito e Armada.

5.º Os Empregados nas Administrações dos Correios.

Art. 28. Serão tambem dispensados do serviço os cidadãos que tiverem enfermidades que os inhabilite para fazerem o serviço.

Estas dispensas, e todas quaesquer outras temporarias, que sejam pedidas por causa de serviço publico ou particular, serão concedidas pelo Concelho de Qualificação, á vista dos documentos ou razões que provarem a necessidade.

Art. 29. He tambem permittida a ausencia temporaria sem preceder licença, quando a urgencia do negocio assim o exigir, ficando porém o Guarda Nacional obrigado a justificar depois a dita urgencia perante o Concelho de Qualificação.

Art. 30. Ao Jury de Revista compete a decisão definitiva sobre todas as dispensas nos casos de appellação.

ARTIGO 31.º—Formação das Guardas Nacionais e composição dos Corpos.

Art. 31. As Guardas Nacionais de Infantaria serão formadas dentro do districto de cada Municipio por Secções de Companhia, Companhia, Batalhões e Legiões.

Art. 32. A repartição em Secções de Companhia, Companhias e Batalhões dos Guardas Nacionais alistados para o serviço ordinario será feita pela respectiva Camara Municipal, á qual os Juizes de Paz remetterão as listas do serviço ordinario e de reserva, logo que o Concelho de Qualificação estiver organizado.

As Camaras fixarão as paradas das Companhias e Batalhões, tendo attenção a que os cidadãos da mesma Companhia sejam entre si o mais vizinhos possivel.

A repartição que fôr feita pela Camara será posta em execucao immediatamente, dando na Provincia do Rio de Janeiro hum a conta circumstanciada ao Governo de tudo quanto houver determinado, e nas outras aos respectivos Presidentes.

O Governo e os Presidentes examinarão se a presente Lei foi executada pelas Camaras; emendarão os erros que possão haver na execucao, e darão as ultteriores providencias que julgarem necessarias.

Art. 33. No caso previsto no art. 3.º, tendo dous ou mais Municipios de concorrer para a formação de Companhias ou Batalhões, o Governo e os Presidentes marcarão qual a Camara que ha de proceder á organização e repartição que por elles tiver sido prescripta.

Art. 34. A força ordinaria das Companhias de Infantaria será de 60 a 140 praças de serviço ordinario; todavia, o Municipio que não contar mais de 50 a 60 Guardas Nacionais formará hum a Companhia.

A Parochia ou Curato que tiver o mesmo nu-

mero tambem poderá formar huma Companhia.

Art. 35. Por cada Companhia das Guardas Nacionais de Infantaria das diferentes classes, haverá:

NÚMERO DE HOMENS.	de				
	30 a 80	80 a 100	100 a 140	140 a 160	160 a 180
Capitão.	1	1	1	1	1
Tenente.	1	1	1	1	1
Alfere.	1	1	1	1	1
1º Sargento.	1	1	1	1	1
2º Sargento.	1	1	1	1	1
Forriel.	1	1	1	1	1
Cabos.	6	8	12	14	16
Tambor ou Corneta.	1	1	1	1	1

NÚMERO TOTAL DE HOMENS.	de				
	até 14	15 a 20	20 a 30	30 a 40	40 a 50
Tenente.	1	1	1	1	1
Alfere.	1	1	1	1	1
1º Sargento.	1	1	1	1	1
2º Sargento.	1	1	1	1	1
Cabos.	2	3	4	6	8
Tambor.	1	1	1	1	1

Art. 43. Haverá igualmente Companhias, Secções de Companhias, Esquadrões ou Corpos de Cavallaria nos lugares em que o Governo ou os Presidentes em Concelho julgarem conveniente a existencia desta Arma.

Art. 44. As Companhias de Cavallaria conterão 70 a 100 praças.

Em cada Companhia ou Secção de Companhia de Cavallaria haverá:

NÚMERO TOTAL DE HOMENS.	de				
	até 17	17 a 30	30 a 40	40 a 50	50 a 70
Capitão.	1	1	1	1	1
Tenente.	1	1	1	1	1
Alfere.	1	1	1	1	1
1º Sargento.	1	1	1	1	1
2º Sargento.	1	1	1	1	1
Forriel.	1	1	1	1	1
Cabos.	2	3	4	6	8
Trombetas.	1	1	1	1	1

Art. 45. Os Corpos de Cavallaria constarão de 2 até 4 Esquadrões, e os Esquadrões conterão 2 Companhias.

Art. 46. O Estado-Maior de 1 Corpo de Cavallaria constará de 1 Tenente-Coronel Commandante, 1 Major, 1 Adjuntante, 1 Quartel-Mestre, 1 Cirurgião-Mór. E de tantos Alferes Porta-Estandartes quantos fôrem os Esquadrões de que se compozer.

Os Esquadrões que não entrarem na composição de Corpos terão o Estado-Maior seguinte: 1 Major-Commandante, 1 Sargento-Adjuntante, 1 Sargento Quartel-Mestre, 1 Alferes Porta-Estandarte, 1 Cirurgião-Adjuntante.

Art. 47. O Governo poderá mandar crear, nas Províncias em que fôr mister, Companhias, Batalhões ou Corpos de Artilharia; e, em tal caso, prescreverá a sua formação e regulará a organização.

Art. 48. Nos Municipios em que os Guardas Nacionais alistados para o serviço ordinario chegarem a 1,000 praças, o Governo poderá ordenar que ellas formem huma Legião; e, chegando a 2,000, 3; e assim por diante.

Art. 49. O Estado-Maior de 1 Legião será composto de 1 Coronel Chefe de Legião, 1 Major, 1 Quartel-Mestre, 1 Cirurgião-Mór, 1 Tambor-Mór.

Art. 50. O Governo poderá tambem mandar reunir em Legiões os Corpos das Guardas Nacionais das Províncias fronteiras, ainda que pertençam a diversos Municipios.

CAPITULO 4.º — Nomeação dos postos.

Art. 51. Em cada Parochia ou Curato os Guardas Nacionais designados para formarem 1 Companhia ou Secção de Companhia se reunirão sem armas para procederem, sob a Presidencia do Juiz de Paz, á nomeação dos seus Officiaes, Officiaes Inferiores e Cabos.

Se mais de 1 Parochia ou Curato tiver de formar 1 Companhia, os Guardas Nacionais se reunirão sob a Presidencia do Juiz de Paz do lugar que tiver sido marcado para a parada da Companhia.

Art. 52. A eleição dos Officiaes se fará successivamente para cada posto, começando-se pelo mais graduado, a scrutinio individual e secreto e á maioria absoluta de votos.

Não reunindo alguém maioria absoluta no 1º scrutinio, entrarão em 2º os 2 mais votados, e nos empates decidirá a sorte.

A eleição do 1º Sargento tambem se fará á maioria absoluta; os outros Officiaes Inferiores e Cabos serão nomeados á maioria relativa. O scrutinio será aberto pelo Presidente, e serviráo de Escrutinadores 2 Guardas Nacionais propostos pelo Presidente e approvados por aclamação.

Art. 53. Nas Parochias e Curatos em que houver mais de 1 Companhia, cada huma dellas será chamada separadamente e por seu turno para proceder ás suas eleições.

Art. 54. A nomeação do Tenente-Coronel Chefe de Batalhão, do Major e Adjuntante de Batalhão, e a do Alferes Porta-Bandeira se fará em huma Assembléa composta dos Officiaes, Sargentos e Forrieis das Companhias do Batalhão, e presi-

dida pelo Juiz de Paz do lugar que tiver sido marcado para a parada do Batalhão.

Serviráo de Escrutinadores nestas nomeações 1 Officiae e 1 Sargento, propostos pelo Presidente e approvados por aclamação; as nomeações se faráo á pluralidade absoluta de votos em scrutinio individual e secreto.

Art. 55. As reclamações acerca da falta de observancia das fórmãs prescriptas para a eleição dos Officiaes, Officiaes Inferiores e Cabos, serão decididas sem recurso pelo Jury de Revista.

Art. 56. A nomeação dos Coroneis Chefes de Legião e a dos Majores de Legião será feita pelo Governo, a do Quartel-Mestre e Cirurgião-Mór de Legião será feita pelo Governo na Côte, e pelos Presidentes em Concelho nas Províncias, sob proposta do Chefe de Legião; a nomeação de Sargento-Adjuntante, Sargento Quartel-Mestre e Cirurgião-Adjuntante de Batalhão será feita pelo Chefe de Batalhão, devendo escolher os 2 primeiros d'entre os Officiaes Inferiores do Batalhão; a nomeação dos Tambores será feita pelos Commandantes das Companhias, a do Tambor-Mór do Batalhão pelo Chefe do Batalhão, e a do de Legião pelo Chefe de Legião.

Art. 57. Os Officiaes que se não apresentarem fardados e prontos nas Cidades no prazo de 4 mezes, e nos mais lugares no de 8 decorridos depois da sua nomeação, serão substituidos por outros.

Art. 58. Acabada a eleição do Chefe do Batalhão, o Juiz de Paz que tiver presidido á Assembléa em que elle tem de ser eleito o fará reconhecer pelo Batalhão reunido.

Esta funcção de Juiz de Paz será exercida na Côte pelo Ministro da Justiça, e nas Capitais das Províncias pelos Presidentes.

Os Commandantes de Batalhão farão reconhecer os Officiaes do Estado-Maior e mais Officiaes do Batalhão.

Os Juizes de Paz farão reconhecer pelas Companhias avulsas e Secções de Companhias os seus Commandantes, e estes os Officiaes. Cada hum dos Officiaes, ao momento de ser reconhecido, prestará juramento de fidelidade ao Imperador e obediencia á Constituição e leis do Imperio.

Art. 59. Todos os Officiaes, Officiaes Inferiores e Cabos serão eleitos por 4 annos, mas poderão ser reeleitos.

Esta disposição se não entende com os Majores e Chefes de Legião, que são nomeados pelo Governo, e que serviráo emquanto aprouver ao Governo, e bem servirem.

Art. 60. Havendo queixa ou representação contra qualquer Officiae da Guarda Nacional, o Governo o poderá suspender do exercicio do seu posto por huma ordem motivada, precedendo audiencia do Officiae.

Os Presidentes em Concelho tambem poderão exercer a dita attribuição pelo mesmo modo, devendo participar ao Governo a suspensão e o motivo della, quando haja de durar mais de 1 anno. Se, dentro do anno, o Officiae não fôr reintegrado pelo Governo, proceder-se-ha a nova eleição.

Art. 61. Logo que algum emprego venha a vagar, será provido pela maneira acima declarada.

Art. 62. As nomeações para os postos de Artilharia e Cavallaria se farão em conformidade com as regras estabelecidas para os de Infantaria.

Art. 63. Nos Municipios que reunirem mais de 1 Legião, o Governo poderá nomear 1 Commandante Superior e 2 Ajudantes de Ordens.

Art. 64. Nenhum Official do Exército nem da Armada, em actividade de serviço, poderá ser nomeado Official ou Commandante Superior das Guardas Nacionais em serviço ordinario.

CAPITULO 5.º — Do uniforme, armamento e precedencias.

Art. 65. O uniforme e distinctivos das Guardas Nacionais e seus Officiaes serão designados pelo Governo, com attenção a que sejam o mais simples e o menos dispendioso que fôr possível; e, huma vez marcados, não poderão ser alterados senão por lei.

Art. 66. As armas de guerra das Guardas Nacionais serão fornecidas á custa da nação; o recebimento das que fôrem entregues aos Guardas Nacionais constará de registos por elles assignados, os quaes se farão pela maneira que fôr prescripta pelo Governo.

Os Guardas Nacionais serão responsaveis pelas armas que houverem recebido, as quaes serão sempre de propriedade da nação.

A conservação das armas e concertos ficarão a cargo dos Guardas Nacionais. As armas serão marcadas e numeradas.

Art. 67. Enquanto a Assembléa Geral não decretar as quantias necessarias para o fornecimento das armas das Guardas Nacionais, o Governo mandará distribuir as que tiver disponíveis pelos Batalhões que julgar conveniente.

Art. 68. As Guardas Nacionais pertencentes a diversas armas observarão entre si as mesmas precedencias observadas entre os Corpos de diversas armas de linha.

Art. 69. Todas as vezes que as Guardas Nacionais se reunirem, os diferentes Corpos tomarão o lugar que lhes fôr marcado pelo Commandante Superior.

Art. 70. Em todos os casos em que as Guardas Nacionais concorrerem com tropas de linha, tomarão o lugar mais distincto.

O Commando nas festas ou ceremonias civis pertencerá ao Official mais graduado, e em igualdade de graduação ao mais antigo no posto ou ao mais velho em idade, caso tenham tido o posto no mesmo dia.

CAPITULO 6.º — Ordem do serviço ordinario.

Art. 71. O Regulamento relativo ao serviço ordinario, as épocas das revistas e o tempo que hão de durar os exercicios, será proposto pelos respectivos Commandantes das Guardas Nacionais, e approved, emendado ou rejeitado no todo na Côte pelo Governo, e nas Provincias pelos Presidentes em Concelho.

Os Chefes poderão, em conformidade com os respectivos Regulamentos e sem requisição particular, mas depois de haver previnido as auto-

ridades civis, fazer todas as disposições e dar todas as ordens relativas ao serviço ordinario, ás revistas e aos exercicios.

Art. 72. O Governo e os Presidentes em Concelho poderão suspender temporariamente os exercicios e revistas nos lugares em que julgarem conveniente, dando estes immediatamente conta áquelle.

Art. 73. A bem da ordem do serviço, o 1.º Sargento de cada Companhia formará hum registo assignado pelo Capitão, que indique o dia em que cada Guarda Nacional dessa Companhia tiver prestado algum serviço.

Art. 74. Nos lugares em que as Guardas Nacionais estiverem organisadas por Batalhões o Ajudante fará igualmente registo por Companhia das Guardas que tiverem feito serviço, o qual servirá para verificar o que tem de fazer o 1.º Sargento.

Art. 75. Todo o Guarda Nacional a quem fôr determinado algum serviço deverá obedecer; ficando-lhe salvo o direito de poder fazer perante o Chefe suas reclamações.

CAPITULO 7.º — Das despesas das Guardas Nacionais em serviço ordinario e sua administração.

Art. 76. As despesas das Guardas Nacionais em serviço ordinario constarão:

1.º Do fornecimento das armas de guerra, bandeiras, tambores, cornetas e trombetas.

2.º Do fornecimento de papel necessarios para registos, officios, mappas e Concelhos de disciplina.

3.º Do soldo que o Governo marcar para os Trombetas, Cornetas ou Tambores, quando este serviço não possa ser gratuito.

4.º Dos vencimentos e soldos dos Instructores.

Todas estas despesas se farão á custa da nação.

Art. 77. O Governo na Côte e os Presidentes em Concelho nas Provincias mandarão crear nos Corpos Concelhos de Administração, e regularão a sua formação, e estabelecerão o modo por que hão de ser fornecidas as quantias necessarias para as despesas e a sua fiscalisação.

CAPITULO 8.º — Da instrução das Guardas Nacionais.

Art. 78. O Governo na Côte e os Presidentes nas respectivas Provincias nomearão os Instructores que fôrem necessarios para instruir todos os Batalhões, Esquadrões ou Companhias das Guardas Nacionais na tactica das suas respectivas armas.

Art. 79. As Camaras e os Chefes dos Corpos darão conta ao Governo e Presidentes do estado da instrução dos respectivos Corpos, e do modo por que os Instructores preenchem suas obrigações.

CAPITULO 9.º — Das penas.

Art. 80. Os Commandantes de Postos ou Guardas poderão empregar contra os Guardas Nacionais em serviço as seguintes penas correccionaes:

1.º Poderão fazer dobrar a sentinella a qual-

quer Guarda Nacional que não tiver acudido ao chamamento ou se tiver ausentado do posto sem ordem.

2.º Poderão reter presos, no Corpo da Guarda, até o seu rendimento, aquelles que se tiverem embriagado ou que fizerem alarido, commetterem vias de facto, ou provocarem a desordens ou violencias, sem prejuizo da remessa ao Concelho de Disciplina, quando, pela falta commettida, teuhão incorrido em maior pena.

Art. 81. Independente do serviço regularmente determinado, e que todo o Guarda Nacional, Cabo ou Inferior deve executar, serão, além disso, obrigados a montar guardas sem lhe tocar quando o Chefe do Corpo assim o ordene, por haverem faltado alguma vez.

Art. 82. Os Concelhos de disciplina poderão, nos casos adiante declarados, impôr as seguintes penas:

- 1.ª Reprehensão simples.
- 2.ª Reprehensão com menção na ordem do dia.
- 3.ª Prisão até 5 dias.
- 4.ª Baixa do posto.

Art. 83. Serão punidos com reprehensão simples os Officiaes, Officiaes Inferiores, Cabos e Guardas Nacionais que tiverem commettido qualquer infracção, por leve que seja, as regras do serviço.

Art. 84. Serão punidos com a reprehensão com menção na ordem do dia, os Officiaes, Officiaes Inferiores, Cabos e Guardas Nacionais que, estando de serviço ou em uniforme, tiverem hum procedimento que possa ser damnoso á disciplina das Guardas Nacionais ou á ordem publica.

Art. 85. Serão punidos com prisão, segundo a gravidade do caso, os Officiaes, Officiaes Inferiores, Cabos ou Guardas Nacionais que, estando de serviço, se tornarem culpados:

- 1.º De desobediencia ou insubordinação.
- 2.º De falta de respeito ou de terem dito palavras offensivas ou injuriosas aos seus superiores.
- 3.º De insultos ou injurias feitas aos seus subordinados ou de abuso de autoridade.
- 4.º De omissão de algum serviço determinado.
- 5.º De qualquer infracção ás regras do serviço.
- 6.º De embriaguez.
- 7.º De abandono das armas ou do seu posto antes de ser rendido.

Art. 86. Terá baixa do posto o Official, Official Inferior ou Cabo que, havendo já soffrido alguma pena imposta pelo Concelho de Disciplina, se tornar culpado dentro de 6 mezes da data da sentença de alguma falta que motive a prisão.

Poderá também levar baixa, segundo a gravidade do caso, aquelle que abandonar o seu posto antes de ser rendido.

Os que tiverem baixa do posto não poderão ser reeleitos senão nas eleições geraes.

Art. 87. Os Guardas Nacionais que venderem as armas ou outros objectos recebidos da Nação serão levados a Juizo competente para lhes ser imposta a pena que lhes competir pelo Código.

O Juizo da condemnação obrigará a restituição dos objectos vendidos.

Art. 88. Todo o Commandante de Corpo, Posto ou Destacamento que deixar de apresentar-se ás requisições feitas pelos Magistrados ou outros Functionarios que tem direito de requisitar a força publica, ou que tiver obrado sem requisição fora dos casos previstos pela Lei, será punido no Juizo Civil competente, no primeiro caso com perda do posto e 1 a 3 mezes de prisão, e no segundo com as penas do art. 137 do Código.

A accusação he motivo de suspensão até a decisão.

SECÇÃO 2.ª — Dos Concelhos de Disciplina.

Art. 89. Formar-se-hão Concelhos de Disciplina em todos os Batalhões e Companhias não reunidas em Batalhões quer estes Batalhões e Companhias se comprehendão em hum, quer em mais Municipios.

Art. 90. Os Concelhos de Disciplina constarão de cinco membros, a saber: hum Presidente, Major ou Capitão; e quatro Vogaes, a saber: hum Capitão, hum Tenente ou Alferes, hum Sargento ou Cabo e hum Guarda Nacional.

Art. 91. Se o réo for Official, em lugar dos dous ultimos Vogaes, entrarão dous Officiaes do posto do réo. Se o réo for Official Superior ou do Estado Maior da Legião, o Concelho se compoerá de hum Presidente Chefe de Legião ou de Batalhão, e de quatro Vogaes Officiaes Superiores ou Capitães.

Art. 92. Os Concelhos de Disciplina serão nomeados pelos respectivos Commandantes dos Corpos.

Os Concelhos que tiverem de julgar os Chefes de Legião ou Commandantes de Corpos, ou Companhias não reunidas em Batalhões, serão nomeados, na Corte pelo Governo, e nas Provincias pelos Presidentes.

Art. 93. Não havendo no Municipio os Officiaes necessários, requisitar-se-hão dos Municipios vizinhos.

Art. 94. Em cada Municipio haverá hum Promotor com graduação de Capitão, e hum Secretario com graduação de Tenente, ambos nomeados de quatro em quatro annos pelas Camaras Municipaes.

Se os Municipios tiverem sido reunidos a outros para formação de Companhias ou Batalhões, será esta nomeação feita pela Camara do lugar da parada do Batalhão ou Companhia.

Art. 95. Nos Municipios em que houver dous ou mais Batalhões, haverá hum Ajudante do Promotor e hum Ajudante do Secretario, tendo o primeiro a graduação de Tenente, e o segundo de Alferes.

Art. 96. Compete ao Promotor e seu Ajudante accusar nos Concelhos de Disciplina pela maneira adiante declarada; e ao Secretario e seu Ajudante escreverem os processos dos ditos Concelhos.

SECÇÃO 3.ª — Do processo dos Concelhos de Disciplina.

Art. 97. Logo que o Chefe do Corpo ou outra Autoridade competente tiver nomeado algum

Concelho de Disciplina, remetterá ao Promotor a nomeação do Concelho, as partes, queixas, representações, officios e quaesquer outros documentos que provem os factos que fazem objecto do mesmo Concelho.

Art. 98. O Promotor accorderá com o Presidente do Concelho sobre o dia da primeira sessão, e entregará ao Secretario todos os papeis para os autoar, e mandará citar ao réo para comparecer na primeira sessão por si ou por seu procurador.

Art. 99. Comparecendo o réo ou seu procurador em sessão publica, o Promotor exporá o objecto do Concelho, e o 1.º Vogal interrogará ao réo sobre as partes, queixas ou representações; fazendo também as perguntas que o Promotor requerer que se fação. O Secretario escreverá todas as perguntas e respostas, e na mesma sessão ou nas seguintes serão perguntadas testemunhas, se forem necessarias, para prova dos factos que derem lugar ao Concelho de Disciplina, e depois as que o réo apresentar em sua defesa, podendo humas e outras ser contestadas pelo Promotor e pelo réo.

Art. 100. Recolhidas as provas, o Promotor fará hum relatorio verbal do processo, concludindo a sua exposição com a indicação do artigo ou artigos em que o réo está comprehendido.

O réo, por si ou por outrem, poderá defender-se também verbalmente, findo o que se retirá o réo, o Promotor e todos os espectadores, e, tornando-se a sessão secreta, o Concelho proferirá sua sentença, propondo o Presidente em primeiro lugar a seguinte questão: — Está provada a culpa arguida ao réo? — Decidindo o Concelho pela affirmativa, o presidente perguntará qual a pena que se deve impôr ao réo, e, em conformidade da decisão, o Secretario lavrará a sentença, que será assignada pelo Presidente e Vogaes.

Art. 101. Se o réo ou seu procurador não comparecer no dia determinado pela citação, ou não der legitima escusa, o Concelho, á vista da certidão da citação, progredirá e sentenciará o réo á revelia.

Art. 102. As sentenças do Concelho de Disciplina não dão lugar a recurso algum, excepto o de revista.

Art. 103. Não propondo o réo revista perante o Secretario, dentro em tres dias da data da sentença, o Secretario tirará hum copia della, que entregará ao Promotor, além de a remetter á Autoridade que tiver nomeado o Concelho, a qual a fará immediatamente executar.

Art. 104. A cada Concelho de Disciplina se dará hum Ordenança Guarda Nacional, o qual servirá para fazer a citação ao réo, e cumprir as mais ordens do Concelho.

Art. 105. Os processos dos Concelhos de Disciplina não são sujeitos ao sello.

Art. 106. Ao Presidente do Concelho compete manter a ordem nas sessões.

TITULO IV.

CAPITULO 1.º — Do serviço de destacamentos fóra do Município.

Art. 107. As Guardas Nacionais devem fornecer destacamentos para fóra dos seus respectivos Municipios, nos seguintes casos.

1.º No caso de insufficiencia da Tropa de policia ou de linha, o numero de homens necessarios para escoltar de hum lugar para outro as remessas de dinheiros ou outros effectos pertencentes á Nação, ou para conduzirem os pronunciados, condemnados ou quaesquer outros presos.

2.º Para socorrer quaesquer outros Municipios da mesma ou de diversa Provincia, no caso de serem perturbados ou ameaçados de sedição, insurreicção e rebellião, e qualquer outra commoção, ou de incursão de ladrões ou malfetores.

Art. 108. Os destacamentos das Guardas Nacionais que forem fornecidos para os fins declarados no numero 2.º do artigo antecedente, não poderão obrar além dos limites do territorio em que tiver jurisdicção a autoridade que tiver ordenado ou requisitado o destacamento. Exceptuão-se os casos em que as Leis permitem aos Juizes a entrada dentro dos limites de jurisdicção alheia.

Art. 109. Em todo caso, os destacamentos das Guardas Nacionais não deixarão de estar sujeitos á Autoridade Civil; a Autoridade Militar não tomará o Commando das Guardas Nacionais para manutenção da segurança publica, senão á requisicção da Autoridade Civil.

Art. 110. A requisicção e ordens pelas quaes as Guardas Nacionais forem chamadas para serviço de destacamentos, deverão declarar o numero de homens necessarios.

Art. 111. Quando os destacamentos sahirem fóra dos seus respectivos Municipios por mais de tres dias, receberão, os que fizerem parte delle, os mesmos soldos, etapes e mais vencimentos que competem á Tropa de linha.

Art. 112. Os destacamentos não poderão durar além de hum anno, por determinação do Governo; e além de seis mezes, por determinação ou requisicção dos Presidentes; de 30 dias, por requisicção dos Juizes Criminaes; e de 20, por requisicção dos Juizes de Paz.

CAPITULO 2.º — Disciplina dos destacamentos.

Art. 113. Quando as Guardas Nacionais houverem de fornecer destacamentos, as penas de disciplina serão as mesmas do tit. 3.º, cap. 9.º, secção 1.ª, accrescendo a pena de fazer dobrar de serviço até seis dias, e podendo a pena de prisão estender-se até oito dias.

Art. 114. A pena de prisão e a de reprehensão com menção na Ordem do dia, poderá, neste caso, ser imposta pelo Commandante do Corpo, independente do Concelho de Disciplina; as outras penas, excepto a de baixa do posto, poderão ser impostas por qualquer Superior ao seu inferior, com obrigação, porém, de dar disso conta ao immediato Superior, observando-se a ordem das graduações.

Art. 115. A pena de baixa do posto só poderá ser imposta pelo Concelho de Disciplina, que se formará pela maneira declarada.

Art. 116. O Guarda Nacional designado para fazer parte de hum destacamento, que recusar obedecer á requisição, ou que deixar o destacamento sem competente autorização, será entregue a qualquer Juiz de Paz, para ser processado e punido como desobediente, com as penas do art. 128 do Código.

Os Juizes de Paz darão, neste caso, recurso para a Junta respectiva.

TÍTULO V. — Dos Corpos destacados das Guardas Nacionais para o serviço de guerra.

CAPÍTULO 1.º — Chamamento e serviço dos Corpos destacados.

Art. 117. As Guardas Nacionais deverão fornecer Corpos destacados para defender as praças, as costas e as fronteiras do Imperio, como auxiliares do Exército de linha.

Art. 118. Os Corpos destacados não poderão ser tirados das Guardas Nacionais senão em virtude de Lei, Decreto ou ordem especial; no intervallo das sessões da Assembléa Geral, e no caso de invasão repentina de inimigos, por Decreto do Governo, na Província do Rio de Janeiro; e nas outras pelos Presidentes em Concelho, dando conta a Assembléa Geral logo que estiver reunida.

Art. 119. A Lei ou Decreto pelo qual se ordenar que as Guardas Nacionais forneçam Corpos destacados para o serviço de guerra, deverá fixar o numero de homens e a duração do serviço.

CAPÍTULO 2.º — Designação das Guardas Nacionais para formação de Corpos destacados.

Art. 120. Quando legalmente fôrem chamados Corpos destacados das Guardas Nacionais, elles se comporão:

1.º Dos Guardas Nacionais que se apresentarem voluntariamente, e que fôrem julgados proprios para o serviço activo.

2.º Dos moços de 18 a 21 annos, que se apresentarem voluntariamente, e que fôrem igualmente julgados proprios para o serviço activo.

Os declarados neste numero não ficarão isentos da Lei do recrutamento.

Art. 121. Se estes alistamentos não bastarem para completar o contingente exigido, o Concelho de Qualificação de cada Parochia ou Curato designará os Guardas Nacionais que hão de fazer parte dos Corpos destacados, d'entre todos os cidadãos alistados, tanto na lista do serviço ordinario, como na de reserva, classificando todos os ditos cidadãos da maneira seguinte:

- 1.º Os solteiros.
- 2.º Os viuvos sem filhos.
- 3.º Os casados sem filhos.
- 4.º Os casados com filhos.
- 5.º Os viuvos com filhos.

A designação principiará pela 1.ª classe, e não se passará á 2.ª sem estarem designados todos os

da 1.ª, e assim por diante. Em cada huma das classes se principiará pelos mais moços, seguindo-se a ordem das idades.

Art. 122. O irmão mais velho de orphãos menores de pai e mãe, o filho unico ou mais velho dos filhos ou dos netos de huma viuva ou de hum cego, aleijado ou sexagenario (quando lhes servirem de amparo), entrarão na classe dos casados com filhos.

Art. 123. Nos casos de reclamações das designações feitas pelo Concelho de Qualificação, compete a decisão ao Jury de Revista.

Art. 124. Não são aptos para este serviço:

1.º Os que não tiverem a altura do estalão que se houver estabelecido.

2.º Os que se acharem inhabilitados por moléstias.

Art. 125. A capacidade e aptidão para o serviço será julgada por hum Concelho de exame, que se reunirá no lugar em que se houver de formar o Batalhão, Esquadrão ou Companhia.

Este Concelho se comporá de sete Membros, a saber: hum Presidente, hum Chefe de Batalhão, hum Capitão e hum Cirurgião-Mór nomeados pelo Governo na Côte, e pelos Presidentes nas Províncias, e de mais tres Vereadores da Camara Municipal do lugar, que serão os mais votados.

Art. 126. Os Guardas Nacionais designados para fazer parte de hum Corpo destacado podem dar em seu lugar substitutos, comtanto que sejam cidadãos, e que tenham idade de 18 a 40 annos.

O substituto será apresentado ao Concelho de Exame, e, sendo por elle approvado e julgado capaz, terá lugar a substituição.

Art. 127. Se o substituto fôr designado para servir em algum Corpo destacado das Guardas Nacionais, o substituto deverá marchar ou apresentar em seu lugar outro, que deverá ser igualmente approvado pelo Concelho de Exame.

Art. 128. O Guarda Nacional substituido ficará, no caso de deserção, responsavel pelo seu substituto, durante o espaço de hum anno; ficará porém livre, se dentro do anno o substituto fôr preso em caso de deserção, ou se morrer no Exército.

Art. 129. O Guarda Nacional que tiver substituido nos Corpos destacados, não ficará isento do serviço ordinario das Guardas Nacionais, se estiver inscripto na lista delle.

CAPÍTULO 3.º — Da formação, nomeação e administração dos Corpos destacados das Guardas Nacionais.

Art. 130. Os Corpos destacados das Guardas Nacionais serão organizados em Batalhões de Infantaria, e em Esquadrões ou Companhias das outras armas.

O Governo poderá determinar a reunião desses Batalhões, Esquadrões e Companhias em Legiões.

Art. 131. A organização dos Batalhões, Esquadrões e Companhias, o numero e gradações dos Officiaes, a composição e instalação dos Concelhos de Administração serão determinados por Decreto do Governo, ou por ordem dos Pré-

sidentes em concelho, nos casos de invasão ou rebelião, não havendo tempo para esperar as decisões do Governo.

Art. 152. Na primeira organização, os Cabos de Esquadra, Officiaes Inferiores, Alferes e os Tenentes serão eleitos pelos Guardas Nacionais, os Forrieis, Sargentos-Ajudantes e Sargentos-Quarteis-Mestres serão propostos pelos Capitães, e approvados pelo Chefe do Corpo.

Todos os Capitães, Officiaes Superiores e mais Officiaes do Estado-Maior serão nomeados pelo Governo, que os poderá tirar das Guardas Nacionais, ou do Exército de linha ou dos reformados.

Art. 153. Os Corpos destacados das Guardas Nacionais receberão os mesmos soldos, etapes e mais vencimentos que competem aos de linha. Os reformados, durante o serviço que fizerem nos Corpos destacados, accumularão as pensões e soldo que receberem com o que lhes competir pelo posto que occuparem.

Art. 154. A Nação fornecerá fardamento, armamento e equipamento aos Guardas Nacionais que o não tiverem, nem meios para o fazer à sua custa.

CAPITULO 4.º — Disciplina dos Corpos destacados.

Art. 155. Os Guardas Nacionais que recusarem marchar nos Corpos destacados, tendo sido designados para fazer parte delles, serão punidos com prisão de oito mezes a dous annos.

Art. 156. Logo que os Corpos destacados das Guardas Nacionais estiverem organizados, ficarão sujeitos ao mesmo regulamento e disciplina do Exército de linha.

Disposição commum aos titulos antecedentes.

Art. 157. Os Julgados são considerados Municipios para effeito de formarem Guardas Nacionais dentro dos respectivos districtos, se não fôrem reunidos a outros, na fórma do art. 3.º

Art. 158. As attribuições que pela presente Lei competem ás Camaras Municipaes serão exercidas nos Julgados pelo Juiz Ordinario, como Presidente, e seis dos Eleitores mais votados da Cabeça do Julgado. Não havendo este numero, completar-se-ha com os das Parochias ou Curatos mais vizinhos.

Art. 159. A Assembléa Geral decretará as recompensas que hão de ter os Guardas Nacionais que receberem feridas no serviço ordinario, deslocamentos ou de guerra.

TITULO VI.

CAPITULO unico. — Extincção dos Corpos de Milicias, Guardas Municipaes e Ordenanças.

Art. 140. Ficão extinctos todos os Corpos de Milicias, e Guardas Municipaes e de Ordenanças, logo que em cada hum dos Municipios de que fôrem esses Corpos, se tenham organizado as Guardas Nacionais.

Art. 141. Os Officiaes de Milicias que vencem soldos continuará a percebê-los. Os Officiaes e Officiaes Inferiores de linha, que actualmente se achão com exercicio nos Corpos de Milicias,

serão preferidos para serem empregados como Instructores dos Corpos das suas respectivas Provincias, tendo para isso a necessaria habilitade. Os outros Officiaes de Milicias que vencem soldo, mas que não tem direito a voltar para o Exército de linha, poderão ser empregados pelo Governo nos postos das Guardas Nacionais, cujo provimento lhe fica competindo. Os mais Officiaes de Milicias que não vencem soldo, e os de Ordenança ficarão com as honras annexas aos seus postos, mas não serão por isso isentos do serviço das Guardas Nacionais, se fôrem alistados em conformidade da presente Lei.

Art. 142. Todos os objectos fornecidos aos Corpos de Milicias pela Nação serão restituídos.

O Governo na Corte, e os Presidentes nas Provincias, regularão o modo e lugar da entrega desses objectos.

Art. 143. Ficão revogadas todas as Leis e disposições em contrario.

Manda, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 18 do mez de Agosto de 1831, 10.º da Independência e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Meniz. — Diogo Antonio Feijó. — Com os registos competentes.

DECRETO DE 18 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador, para conciliar os interesses da Fazenda Nacional na prompta arrecadação de suas dividas com a observancia do art. 161 da Constituição do Imperio e mais leis em vigor, decreta:

Art. 1.º Contra os devedores da Fazenda Nacional se continuará a proceder executivamente á penhora ou sequestro nos casos em que qualquer destes procedimentos tenha lugar na conformidade das leis ainda não revogadas antes de se intentar a conciliação.

Art. 2.º Logo que se tiverem penhorado ou sequestrado bens dos devedores que bastem para segurança do pagamento da Fazenda Nacional, pôr-se-ha o auto no Cartorio do respectivo Escrivão, e nada ulteriormente se procederá, nem por parte dos Fisceas nem por parte dos devedores penhorados ou sequestrados, nem por parte de terceiros e nem ex-officio do Juiz ou Escrivão, sem se haver intentado e ultimado o meio de conciliação.

Art. 3.º Entre o acto da penhora ou sequestro e o da conciliação perante o respectivo Juiz de Paz, intervirá somente aquelle espaço que fôr indispensavelmente necessario para o chamamento e comparencia do devedor, ficando responsaveis pela demora os que nella tiverem culpa.

Art. 4.º O Procurador da Fazenda Nacional, conformando-se com as instrucções geraes ou particulares que lhe fôrem dadas pelo Thesouro ou pelas Juntas da Fazenda nas Provincias, poderá, no acto da conciliação, estipular com os devedores da Fazenda Nacional prazos razoaveis

para o pagamento, ficando desde logo aparelhada a execução do termo que desta estipulação se lavrar para se proseguirem os da penhora ou sequestro quando faltar algum pagamento; e não só pelo vencido, mas também pelos outros ainda pendentes que, nesse caso, se haverão por igualmente vencidos.

Art. 5.º O Procurador da Fazenda Nacional, tanto da Corte como das Capitães das Províncias, poderá delegar a faculdade de fazer as conciliações dentro das Cidades em que residir no Solicitador da Fazenda Nacional, e fóra dellas em hum Advogado do respectivo auditorio ou em qualquer cidadão idoneo morador no lugar; dando a estes delegados instruções particulares em conformidade com as que tiver do Thesouro ou das Juntas de Fazenda.

Art. 6.º Quando o Procurador da Fazenda Nacional não tiver conhecimento de Advogado ou cidadão idoneo de fóra da Cidade para esta delegação, poderá encarregar a nomeação ao Juiz territorial, remettendo-lhe as instruções para serem dadas ao nomeado.

Art. 7.º As despesas que se fizerem com os emolumentos e salarios ao Juiz, Escrivão e Official para as conciliações, quando estas se não effectuarem, serão pagas pelo Thesouro e pelas Juntas da Fazenda, á vista das contas feitas pelo Escrivão do Juiz de Paz, assignadas pelo Juiz, e approvadas pelo Procurador da Fazenda; e estas contas com a quitação se ajuntarão aos autos das respectivas execuções para accrescer a sua importancia áquellas por que correrem. Quando as conciliações se effectuarem, serão pagas as despesas pelos devedores.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Palacio do Governo, em 18 de Agosto de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — Bernardo Pereira de Vasconcellos.

DECRETO DE 18 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Sendo notorio que muitos Portuguezes, aliás inimigos do Brazil, por se haverem opposto á sua Independencia, chegando mesmo ao ponto de empunharem as armas contra huma causa tão sagrada, tem sido até agora escandalosamente considerados como cidadãos Brazileiros pelo Governo transacto, só pelo motivo de continuarem a permanecer no Brazil depois daquella época, e isto contra o genuino sentido da Constituição, tit. 2.º art. 4.º; e sendo também constante que outros muitos, chegados a este Imperio depois da época da Independencia, só pelo simples facto de haverem jurado a Constituição, se achão gozando dos direitos e fóros de cidadão, com manifesto prejuizo da nacionalidade Brazileira; e cumprindo a todas as autoridades constituidas o velar na guarda da lei fundamental, defendendo os interesses e garantias dos cidadãos Brazileiros, a Regencia, em nome do Imperador, ha por bem

ordenar o seguinte: 1.º, que os Chefes de cada huma das Repartições Civis, Militares e Ecclesiasticas, onde houverem empregados de nascimento portuguezes, escrupulosamente examine se elles são de facto cidadãos Brazileiros adoptivos ou naturalizados, na forma da Constituição, tit. 2.º art. 4.º, e por Decreto da Assembléa Geral Legislativa; e quando tal legitimidade se torne duvidosa a respeito de alguns dos primeiros, farão que elles justifiquem perante os Juizes territoriaes as condições determinadas no citado tit. 2.º art. 4.º da Constituição do Imperio; dando-se de tudo conta ao Governo para sua completa intelligencia; 2.º, que toda a autoridade perante a qual se apresente qualquer individuo que não seja nascido no Brazil para usar de algum direito ou regalia pertencente a cidadão Brazileiro, não consinta que assim use se ella não estiver perfectamente certificada de que tal individuo he cidadão adoptivo ou naturalizado, segundo o direito ou regalia de que pretenda aproveitar-se na forma da Constituição; 3.º, que, por via dos Consules Portuguezes residentes neste Imperio, se remettão, na Corte, á Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, e nas Províncias ás Secretarias dos respectivos Governos, listas exactas de todos os individuos da sua nação, ora existentes no Brazil, e que não são cidadãos Brazileiros; bem como de todos os outros que fórem chegando com intenção de residir no Paiz. José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 18 de Agosto de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 47, vol. 18.*

PROVISÃO DE 18 DE AGOSTO

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia da Bahia que, sendo presente á Regencia o seu officio n. 28, de 6 de Maio do corrente anno, acompanhado da copia da representação dos negociantes britannicos ali estabelecidos, expondo as extraordinarias circumstancias da Provincia, e lhe ser impossivel por agora a continuação da remessa de letras para Londres, comtudo que não deixaria de lançar mão de qualquer oportunidade para continuar taes remessas, ha por bem, em nome do Imperador, recomendar á mesma Junta que não deixe de pôr em pratica quanto estiver ao seu alcance para que não soffra mingua o credito brazileiro. O que cumprirá. Alexandre José Pereira Braga a fez no Rio Janeiro, em 18 de Agosto de 1831. Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 66, vol. 18.*

PROVISÃO DE 18 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia da Bahia

que a Regencia, em nome do Imperador, ha por bem determinar a mesma Junta que envie sempre a este Thesouro huma via das letras que tomar sobre Londres e dos conhecimentos de todos os generos que remetter para ali ou para qualquer outra parte da Europa, para o pagamento dos empréstimos brasileiros; e outrossim duas vias dos respectivos officios de avisos, especificando as letras, seu cambio e generos que remetter a cada hum dos contractadores, e no fim de cada trimestre huma nota geral do importe de taes remessas. O que cumprirá. João Rodrigues da Silva a fez no Rio de Janeiro, em 18 de Agosto de 1831. Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 66, vol. 18.*

Do mesmo theor se expedio para as Provincias de Pernambuco, Parahyba e Maranhão.

CIRCULAR DE 18 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo chegado ao conhecimento da Regencia que por muitas Provincias do Imperio se encontrão alguns estrangeiros de diferentes nações empregados em diversos lugares publicos, com escandalosa violação da Constituição do Imperio e quebra dos interesses e regalias dos cidadãos Brasileiros que lhe cumpre zelar, a mesma Regencia, em nome do Imperador, ordena que V. Ex., examinando escrupulosamente a naturalidade de semelhantes empregados nessa Provincia, haja de os despedir, preenchendo os lugares assim vagos com cidadãos Brasileiros natos, adoptivos ou naturalizados; sem comtudo entrarem neste numero aquelles Officiaes estrangeiros do Exercito e Marinha que, segundo a lei da fixação das forças de 25 de Novembro de 1830, devem ficar no serviço. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 18 de Agosto de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Barão de Itapicuru-Mirim. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 47, vol. 18.*

O mesmo para as outras Provincias.

CARTA DE GABINETE DE 18 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Carta de S. M. o Rei dos Franceses dirigida a S. M. I. o Senhor D. Pedro II.

Senhor Meu Irmão e Sobrinho, Recibi a Carta que V. M. I. me dirigio para me annunciar que seu Augusto Pai e Predecessor D. Pedro I havia voluntariamente abdicado em seu favor a Corôa do Brazil no dia 7 de Abril do presente anno, e que V. M. occupava o Throno Imperial em virtude desse memoravel successo. Eu já fiz conhecer o viro interesse que tomava pelo Governo Brasileiro, e aproveito com muito gosto esta nova occasião para exprimir a V. M. que, sendo os meus sentimentos invariaveis a este respeito, eu formo os votos mais sinceros para sua felicidade

e prosperidade dos povos que V. M. he chamado para governar.

He-me agradavel pensar que eu posso contar com huma justa reciprocidade, porque ella não pôde deixar de manter e augmentar a feliz harmonia que subsiste entre os dous estados; e he por isso que com verdadeiro prazer aproveito-me desta primeira occasião de correspondencia com V. M. para lhe dar as seguranças da alta estima e perfeita amizade com que sou — Senhor Meu Irmão e Sobrinho de V. M. I. bom Irmão e Tio. — Assignado, Luiz Philippe. — Paris, 18 de Agosto de 1831. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 150, vol. 18.*

AVISO DE 18 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Em solução ás duvidas que fazem o objecto do seu officio de 16 do corrente, tenho de significar-lhe: 1º, que os Officiaes da Armada que se acharem desembarcados e os avulsos do Corpo de Artilharia da Marinha deverão ser considerados como desempregados, para assim serem pagos dos respectivos soldos em notas do Banco; exceptuando porém aquelles que estiverem alistados no Corpo de Voluntarios da Patria, que se contemplarão como empregados, apresentando em seus recibos hum signal do respectivo Commandante, como se pratica no Exercito; 2º, que, tanto o Monte Pio e pensões como os soldos dos Officiaes Generaes que fôrem Membros do Conselho Supremo Militar, deverão ser pagos do mesmo modo que o são os soldos dos Officiaes empregados, isto he, metade em notas e metade moeda de cobre, ficando porém excluidas as gratificações, que serão satisfeitas unicamente na primeira das mencionadas especies; 3º, que os Officiaes de Fazenda, de Saúde, de Nautica e Apito que se acharem embarcados deverão ser considerados como os Officiaes da Armada empregados; e 4º, finalmente, que os vencimentos do Corpo Academico e Companhia dos Guardas Marinhas se paguem como soldos; ficando Vm. na intelligencia de que as maiorias, comedorias e casas são gratificações, assim como as rações, e como taes devem ser pagas em notas; os vencimentos porém de criados deverão ser pagos como ás praças a que correspondem. Deos guarde a Vm. Pago, em 18 de Agosto de 1831. — José Manoel de Almeida. — Sr. Antonio Joaquim do Couto. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 51, vol. 18.*

AVISO DE 18 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — De ordem da Regencia, em nome do Imperador, envio a V. Ex., por copias authenticas inclusas, tanto a relação de varios generos necessarios para o costeo das duas barcas canhoneiras que se construirão na Provincia de Matto Grosso, como a nota de observações respectivas, feitas pelo 1º Tenente da Armada Nacional Augusto Leverger, que foi para ali en-

carregar-se das mesmas barcas, afim de que V. Ex., á vista das ponderações daquelle Official, ou como melhor entender, haja de mandar apromptar, com a brevidade possível, os sobreditos misteres para serem quanto antes enviados á referida Provincia nas seis canoas destinadas para a mesma e outras remessas, e a esta hora já a espera em Porto Feliz, como officiou a Junta da Fazenda respectiva ao Thesouro Nacional. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 18 de Agosto de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. José Manoel de Almeida. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 68, vol. 18.*

AVISO DE 18 DE AGOSTO.

Manuscripto authenticco.

A Regencia, em nome do Imperador, ordena que Vm. expeça as ordens que forem convenientes para que a Typographia Nacional seja todos os dias provida de 6 barris de agua. Deos guarde a Vm. Paço, em 18 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Desembargador Adjuncto do Intendente Geral da Policia. — *Acha-se á fl. 84 v. do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 18 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, manda communicar a Vm., para sua intelligencia e para o fazer constar aos Commandantes das Esquadras, e estes aos das rondas municipaes que os domesticos e mais pessoas empregadas no serviço dos Ministros e Encarregados de Negocios das nações estrangeiras residentes nesta Corte, e que se mostrarem tues por certificados dos mesmos, assignados pelo Official-Maior da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, não deverão ser apalpados; e que, se por alguma circumstancia se tornarem suspeitos, deverão dar parte ao Juiz de Paz respectivo para providenciar como fôr justo. Deos guarde a Vm. Paço, em 18 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Sebastião do Rego Barros. — *Acha-se á fl. 84 v. do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

PROVISÃO DE 19 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de Minas Geraes que a Regencia, em nome do Imperador, por immediata resolução de 9 do corrente mez, tomada em consulta do Conselho da Fazenda de 24 de Janeiro deste anno, a que mandou proceder sobre o officio da mesma Junta de 15 de Novembro do anno passado, houve por bem determinar que seja arrematado o contracto das passagens do Rio de S. Francisco e seus annexos, pelo preço de 4:000 \$rs. offerecidos por Francisco José Alves S. Thiago, se não houver quem mais offereça; reduzindo-se a arre-

matação ao tempo contado do 1º de Janeiro do corrente anno ao ultimo de Junho de 1832, guardada a proporção dos ditos 4:000 \$rs. offerecidos pelo triennio, e excluida a condição de propinas, que se achão extinctas por Lei. O que se participa á dita Junta para sua intelligencia e execução. José Fernandes da Costa a fez no Rio de Janeiro, em 19 de Agosto de 1831. — Marianno Pinto Lobato, Contador Geral da segunda Repartição a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 69, de 22 de Setembro de 1831.*

AVISO DE 19 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Convindo ter conhecimento exacto de todo o armamento, correame e equipamento entrado nos armazens para se saber o numero do que está perfeito, qual o arruinado, e bem assim aquelle que com pequenos concertos pôde ainda ser util, tem a Regencia, em nome do Imperador, nomeado a Vm. e o Capitão do Corpo de Engenheiros Manoel Peixoto de Azeredo para a commissão de hum semelhante exame a que Vm. deverá proceder com urgencia, dirigindo-se ao Arsenal do Exercito e mais depositos daquelles objectos, chamando os Mestres das Officinas que achar precisos para o exame, para o que ficão hoje passadas as necessarias ordens á Junta da Fazenda dos Arsenaes do Exercito. O que participa a Vm. para seu conhecimento e execução, recommendando-lhe a possível exacção no desempenho desta commissão de que dará circumstanciada conta. Deos guarde a Vm. Palacio do Governo, em 19 de Agosto de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carlos de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 51, vol. 18.*

Nesta conformidade se participou ao Major Manoel Peixoto de Azeredo e á Junta da Fazenda dos Arsenaes do Exercito.

AVISO DE 19 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — A Regencia, a quem foi presente o officio de V. Ex. de 26 de Janeiro deste anno, que acompanhou a representação do Juiz de Paz da Freguezia de Nossa Senhora dos Remedios do Julgado de Arraías, sobre conflicto de Jurisdicção que tem occorrido entre o mesmo Juiz de Paz e o Ouvidor da Comarca de S. João de Duas Barras, manda, em nome do Imperador, que V. Ex. haja de declarar ao referido Juiz de Paz que no exercicio de sua jurisdicção se contenha dentro dos limites que lhe tem marcado a Lei de 15 de Outubro de 1827, e posteriores resoluções, e ao mencionado Ouvidor que se abstenha de conhecer das decisões dos Juizes de Paz, a não ser em caso de execução, quando perante elle possa ter lugar, na conformidade do art. 5 do Decreto de 20 de Setembro de 1829, e pelos meios por que as leis admittem a opposição e di-

puta sobre as sentenças que se executão. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 19 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Presidente da Provincia de Goyaz. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 55, vol. 18.*

AVISO DE 19 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. S. por copia a parte inclusa dada pelo Capitão-Tenente Commandante da Corveta *Sete de Abril*, empregada no cruzeiro sobre a Costa desta Provincia, para que, mandando V. S. formar os autos necessários acerca dos Africanos encontrados a bordo do bergantim portuguez *Trajano*, que acaba de entrar neste porto, os envie ao Desembargador Superintendente Geral dos contrabandos para progredir nos mais termos de direito. Deos guarde a V. S. Paço, em 19 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 55, vol. 18.*

AVISO DE 19 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, que as Comissões do Banco remettão com urgencia ao Thesouro Nacional-huma minuta succinta do papel do Banco do novo padrão que tem entrado em circulação, e do velho recolhido, carimbado, e que possa estar em reserva até o 1º do corrente, afim de satisfazer-se à requisição da Camara dos Srs. Deputados, communicada em officio de 11 deste mez. Paço, em 19 de Agosto de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 54, vol. 18.*

PROVISÃO DE 20 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de Santa Catharina que a Regencia, em nome do Imperador, tendo attenção ás razões expendidas em seu officio n. 59, de 25 de Junho deste anno, manda approvar á mesma Junta as despesas que fazem em virtude do Aviso da Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, de 10 de Maio antecedente, de 160 rs. diários, e por 25 dias, para o transporte á Colonia de S. Leopoldo de 13 Colonos ahí chegados na Charrua *Carioca*, e igualmente repetir á mesma Junta a authorisação que em Provisão de 15 do dito Junho se lhe conferio para, independente de ordem do Thesouro, cumprir os Avisos que receber dos diferentes Ministerios sobre despesas e objectos de suas attribuições. O que se lhe participa para sua intelligencia e execução. Amaro Velho da Silva Bitancourt a fez no Rio de Janeiro, em 20 de

Agosto de 1831. Marianno Pinto Lobato, Contador-Geral da segunda Repartição, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 60, de 22 de Setembro de 1831.*

PROVISÃO DE 20 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia das Alagoas que a Regencia, em nome do Imperador, ha por bem determinar á mesma Junta que declare que ordem teve para pagar a gratificação de 400 \$ rs. annuaes, concedida a Antonio de Castro Vianna quando foi nomeado para seu Deputado Escrição por Decreto de 16 de Abril do anno passado, sem ter ainda a necessaria approvação da Assembleia Geral Legislativa, como he exarado no mesmo Decreto; declarando mais quem forão os seus membros que votirão por este pagamento. O que cumprirá. João Rodrigues da Silva a fez no Rio de Janeiro, em 20 de Agosto de 1831. Candido Caldeira de Souza, Adjuncto do Contador Geral, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 56, vol. 18.*

PROVISÃO DE 20 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de Pernambuco que, sendo presente á Regencia o seu officio n. 12 de 4 de Março do corrente anno, em que pede declaração acerca da duvida que se tem suscitado sobre os 10 por cento do dizimo do algodão exportado na forma das Instruções que acompanharão a Provisão de 5 de Janeiro ultimo, manda, em nome do Imperador, responder á mesma Junta que o dizimo do algodão exportado he calculado sobre o preço da pauta semanal, sem abatimento de beneficio, condução, ensacamento ou outra alguma despeza. O que se lhe participa para sua intelligencia e execução. Francisco da Costa Barros da Fonseca a fez no Rio de Janeiro, em 20 de Agosto de 1831. Candido Caldeira de Souza, Adjuncto do Contador Geral, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 66, vol. 18.*

Fez-se igual declaração nesta data ás mais Provincias a cargo da 3ª Repartição.

PROVISÃO DE 20 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia do Maranhão que, constando do officio do Encarregado de Negocios em Londres, de 5 de Janeiro do corrente anno, que as duas letras remittidas por essa Junta, sacadas por Antonio José Mei-

relles e Manoel Gomes Belford, sobre Diogo Burn e C.^a, de Londres, na importancia de lib. 6,420, 13, não forão aceitas, determina a Regencia, em nome do Imperador, que a mesma Junta, à vista do que a esse respeito lhe deverá ter escripto o dito encarregado, procure indemnizar a Fazenda Publica do prejuizo que deste saque lhe resultou pelos bens dos sacadores e endossadores das letras não aceitas ou não pagas, dando parte a este Thesouro das medidas que a tal respeito tomar; e outrossim se lhe recommenda que tenha a maior cautela em semelhantes transacções, buscando sempre para as letras que houver de tomar firmas as mais respeitaveis. O que cumprirá. João Rodrigues da Silva a fez no Rio de Janeiro, em 20 de Agosto de 1831. Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever.—Bernardo Pereira de Vasconcellos. *Acha-se no Diário Fluminense n. 66, vol. 18.*

CARTA DE LEI DE 22 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral Legislativa decretou e ella sancionou a lei seguinte:

Art. 1.^o Ficão dissolvidos os Corpos de Milicianos Ligeiros da Provincia do Pará, creados por Carta Regia de 12 de Maio de 1798.

Art. 2.^o Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Manda, portanto, etc. Palacio do Governo, em 22 de Agosto de 1831, 10.^o da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Bráulio Moniz.—Manoel da Fonseca Lima e Silva.—*Com os registos competentes.*

DECRETO DE 22 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, sanciona e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.^o O tempo de serviço para os individuos que assentaráo praga nos Corpos das 5 armas do Exercito e Artilharia de Marinha, fica reduzido a 4 annos para os voluntarios e a 6 para os recrutados.

Art. 2.^o Todos os individuos ora existentes no Exercito e Artilharia de Marinha que estiverem comprehendidos na disposição do artigo precedente, terão desde já baixa do serviço nacional; e quando da execução resulte grave detrimento do mesmo serviço, lhes será dada o mais breve que fôr possível.

Art. 3.^o O Governo fica autorizado para pagar passagem aos Officiaes Inferiores e soldados que se quizerem retirar para suas Provincias, assim como a continuar a dar-lhes as etapas enquanto julgar conveniente.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, etc. Palacio

do Governo, em 22 de Agosto de 1831, 10.^o da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Bráulio Moniz.—Manoel da Fonseca Lima e Silva.

PROVISÃO DE 22 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Fago saber á Junta da Fazenda da Provincia de Pernambuco que a Regencia, em nome do Imperador, por immediata resolução de 9 do corrente, tomada sobre Consulta do Concelho da Fazenda de 18 de Abril antecedente, acerca do officio dessa Junta n. 56, de 27 de Agosto do anno passado, em que participa terem os Officiaes da Alfandega da Provincia do Rio Grande do Norte constrangido a despachar ali as mercadorias que se salvarão do brigue americano *Oriente*, naufragado na Costa da Ilha de Manoel Gonçalves, limites da mesma Provincia, tendo sahido dos Estados-Unidos para Buenos-Ayres, houve por bem resolver que essa Junta faça cobrar os direitos que se devem pelos despachos affiançados das referidas mercadorias; e que nesta data se expedir ordem á Junta da Fazenda do Rio Grande do Norte para restituir os que arrecadou incompetentemente. O que se lhe participa para sua intelligencia e execução. Pedro José da Camara a fez no Rio de Janeiro, em 22 de Agosto de 1831. Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever.—Bernardo Pereira de Vasconcellos.—*Acha-se no Diário Fluminense n. 66, vol. 18.*

PROVISÃO DE 22 DE JULHO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Fago saber á Junta da Fazenda da Provincia do Rio Grande do Norte que a Regencia, em nome do Imperador, por immediata resolução de 9 do presente, tomada em Consulta do Concelho da Fazenda de 18 de Abril antecedente, sobre o officio da Junta da Fazenda de Pernambuco, de 27 de Agosto do anno passado, em que participou terem os Officiaes da Alfandega dessa Provincia cobrado os direitos das mercadorias que se salvarão do brigue americano *Oriente*, naufragado nos limites da Costa da Provincia, tendo sahido dos Estados-Unidos para Buenos-Ayres, houve por bem resolver que os direitos sejam restituídos a quem se mostrar legalmente autorisado, e que os Officiaes da Alfandega obrarão mal em cobrar semelhantes direitos, pois que o naufragio reclama auxilio e protecção do Paiz e não oppressão; que o navio naufragado considera-se em viagem, e nenhuns direitos de consumo deve pagar no Paiz em cuja costa naufragou; não sendo para ali o seu destino. O que se lhe participa para sua intelligencia e execução. João Rodrigues da Silva a fez no Rio de Janeiro, em 22 de Agosto de 1831. Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral,

a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 66, vol. 18.*

AVISO DE 22 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Exigindo o Capellão da Capella de S. Christovão que se ponha em arrecadação toda a prata e mais objectos pertencentes áquella Capella, a Regencia, em nome do Imperador, ordena que V. S. faça receber do mesmo Capellão, e pôr debaixo de segurança, tudo quanto ali existir, remettendo huma lista a esta Secretaria de Estado. Deos guarde a V. S. Paço, em 22 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Nicoláo da Silva Lisboa. — *Acha-se d fl. 85 v. do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 22 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. P. o requerimento incluso de Miguel da Silva, escravo dos Religiosos desse Convento, pedindo que lhe seja aceita a quantia que tem para dar por sua liberdade, e espera que V. P. não ponha embaraço algum á pretensão do supplicante, por ser tão conforme com a humanidade e religião. Deos guarde a V. P. Paço, em 22 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. D. Abbade de S. Bento. — *Acha-se d fl. 86 do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 22 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, a quem fiz presente o officio de V. S. de 13 do corrente, em que V. S. participa ter dividido por 3 Desembarçadores o serviço da Correção do Crime da Corte e Casa, em conformidade do art. 9 da Carta de Lei de 6 de Junho do corrente anno, ha por bem approvar esta medida; conformando-se em tudo o mais que V. S. expende no seu citado officio. O que communico a V. S. para sua intelligencia e governo. Deos guarde a V. S. Paço, em 22 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araújo. — *Acha-se d fl. 72 do Livro respectivo da Casa da Supplicação.*

AVISO DE 22 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Sendo presente á Regencia, em nome do Imperador, o officio do Vice-Presidente da Provincia de Matto Grosso, na data de 4 de Janeiro deste anno, em que refere as providencias que deu para se restituirem aos subditos da Republica do Paraguay os animaes que lhes foram roubados por alguns Indios de Nação Layanás; e afim de

pôr termo ao procedimento dos Indios que se subtrahe á perspicacia dos Commandantes para perpetrarem taes attentados, manda a mesma Regencia, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Imperio, participar ao sobredito Vice-Presidente que approva o que praticou áquelle respeito; e muito lhe recommenda a Boa harmonia entre os povos limitrophes, empregando todo o cuidado que se lhes não faça malfetoria alguma, para que se não perturbe a intelligencia amigavel em que vivem com este Imperio. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Agosto de 1831. — José Lino Coutinho. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 48, vol. 18.*

AVISO DE 22 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Levei á presença da Regencia, em nome do Imperador, o officio de V. Ex., datado em 12 de Março ultimo, no qual participa as inquietações que tem havido nos pacíficos habitantes de varios lugares dessa Provincia por causa dos bandos de ladrões que a infestão; e ficando a mesma Regencia de tudo inteirada, manda responder a V. Ex. que, comquanto deva mui seriamente cuidar da capturação de taes salteadores e facinorosos, deve todavia ser tudo feito em conformidade das leis, e que só no caso extremo de resistencia formal, poder-se-hão empregar os ultimos meios de fazer fogo, sob pena de ficar V. Ex. responsavel pelos ferimentos e mortes, quando não tenha sido mister o ataque por aquelle modo. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Agosto de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. José Thomaz Nabuco de Araújo. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 48, vol. 18.*

AVISO DE 22 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Pela promptidão e coragem com que os Officiaes Soldados Voluntarios do Batalhão da Patria se apresentarão em defesa della, julgando-a ameaçada na noite de 20 do presente Agosto, viô a Regencia, em nome do Imperador, verificada, a par da justa confiança com que aceitára os seus braços e serviço na sustentação dos Poderes Constituidos, a honrosa denominação que se derão, e que constante conservará illibada; e cumprindo á mesma Regencia dar-lhes hum especial testemunho de sua satisfação, ordena que, á frente do Batalhão, Vm. agradeça a todos, em nome do Imperador, tão decididas provas de patriotismo, brio e pundonor militar, fazendo-lhes bem sehtir que a Patria tudo espera de Officiaes Militares que, esquecidos das hierarchias ganhadas á custa de seu sangue e fadigas, não duvidarão descer ao duro serviço de simples soldado, tornando-se o modelo da verdadeira subordinação e merecedores das benções de seus concidadãos; cabendo, além disto, a Vm. e a todos os mais Officiaes aos

quaes a unanimidade de suffragios de seus camaradas elevou á preeminencia do Commando em tão distincto Corpo, o desvanecimento de huma semelhante escolha. Deos guarde a Vm. Palacio do Governo, em 22 de Agosto de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. João Paulo dos Santos Barreto. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 55, vol. 18.*

PROVISÃO DE 23 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul que, sendo presente á Regencia, em nome do Imperador, o seu officio n. 29, de 11 de Maio deste anno, em que dava conta da deliberação tomada de encarregar ao Collector da Decima dos predios na Cidade de Porto-Alegre a cobrança de 5:420\$349 rs., que ainda se resta, segundo as contas inclusas no dito officio, pelos Cadernos de Lançamento a que procedeu o actual Juiz de Fóra Francisco José Lisboa, pertencentes ao 2º semestre de 1828, todo o anno de 1829, e 1º semestre de 1830, não obstante as illegalidades que se lhes acharão, houve a mesma Regencia por bem, conformando-se com a resposta do Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional e mais pareceres da Mesa do Thesouro, approvar a referida deliberação, determinando que não só se prosiga na dita cobrança, como tambem na do saldo de 556\$258 rs. a cargo do Thesoureiro da respectiva Decima, para completar a somma de 14:857\$830 rs., que havia arrecadado de conta do lançamento feito pelo mencionado Juiz de Fóra, como mostra a conta corrente respectiva; ficando, quanto ao mais ponderado no sobredito officio, acerca das illegalidades e defeitos dos mesmos cadernos, dada a providencia necessaria para a tal respeito se decidir o que fôr justo. O que se participa á mesma Junta para sua intelligencia e execução. Amaro Velho da Silva Bitancourt a fez no Rio de Janeiro, em 23 de Agosto de 1831. Marianno Pinto Lobato, Contador Geral da segunda Repartição, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 70, vol. 18.*

PROVISÃO DE 23 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia do Rio Grande do Sul que, em vista do que informou em seu officio n. 53, de 6 de Junho deste anno, e da resposta do Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional e mais pareceres da Mesa do dito Thesouro, acerca do requerimento de Manoel José de Campos Porto, houve por bem a Regencia, em nome do Imperador, deferir a pretensão do supplicante, determinando que subsista e continue a pratica que havia na dita Provincia de dar-se de tara 8 e 10

libras em cada rolo de fumo, segundo o seu tamanho, por estar em conformidade com a que se observa nesta Côrte; sendo, portanto, improcedente a opposição dos arrematantes dos meios direitos da Alfandega contra a dita pratica, pelo julgamento a que se recorreu por arbitros, pois que não só assim a acharão antes da sua arrematação, como que, em attenção a ella, se fez o calculo do rendimento que servio de base ao Contracto. O que se participa á mesma Junta para sua intelligencia e execução. Justino José de Araujo a fez no Rio de Janeiro, em 23 de Agosto de 1831. Marianno Pinto Lobato, Contador Geral da segunda Repartição, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 70, vol. 18.*

AVISO DE 23 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — De ordem da Regencia, em nome do Imperador, remetto á V. Ex. o incluso officio n. 28, datado de 11 de Maio deste anno, da Junta da Fazenda Nacional da Provincia de S. Pedro do Sul, com os mais papeis a que se refere, a fim de que na parte que toca á attribuição de V. Ex. haja de providenciar pelos meios competentes como fôr de justiça, quanto á responsabilidade do Juiz de Fóra, ex-Superintendente da Decima de Porto Alegre Francisco José Lisboa, pelas illegalidades e defeitos que se apontão nos cadernos do lançamento respectivo, visto que, quanto ao que pertence á Repartição da Fazenda, ficão nesta occasião tomadas as medidas convenientes. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 23 de Agosto de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 70, vol. 18.*

AVISO DE 23 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — A Regencia, em nome do Imperador, fica inteirada do que V. Ex. participa em seu officio de 18 de Julho proximo passado, e mais papeis a elle juntos, e ordena que V. Ex. ponha todo o cuidado em que continuem as rondas civicas, não só compostas da gente pobre, porém da mais grada e rica, que he a que tem mais a perder; vendo V. Ex. os meios de substituir da meia noite para o dia, porque de certos homens que estão diariamente empregados nos seus misteres não podem perder as noites inteiras, principalmente se não tiverem muitas de folga. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 23 de Agosto de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. José Thomaz Nabuco de Araujo. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 51, vol. 18.*

AVISO DE 23 DE AGOSTO.

Manuscripto authenticico.

A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem que Vm. mande, nestes tres dias, trancar

com boa grade de ferro a sahida do cano que passa por baixo do Paço da Camara dos Deputados, de maneira que ninguem possa por elle entrar. Deos Guardea Vm. Paço, em 23 de Agosto de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Desembargador Adjuntado do Intendente Geral da Policia.—*Acha-se à fl. 86 v. do Liv. 11 da Côrte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 23 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. S. dê todas as providencias legais para que na Cadêa desta Cidade se não fação reuniões que possam comprometter a segurança da mesma, nem que mesmo junto a ella hajão ajuntamentos que produzão receios nos vizinhos, ou animosidades nos presos. O que se lhe participa para sua intelligencia e devida execução. Deos Guarde a V. S. muitos annos. Paço do Rio de Janeiro, 23 de Agosto de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Presidente da Relação.—*Acha-se à fl. 70 v. do Liv. respectivo da Casa da Supplicação.*

AVISO DE 24 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Constando-me, por pessoa fidedigna, que lhe dissera hum soldado dos da guarda da Cadêa, que hoje se projecta arrombamento della, portanto V. S. mande proceder a hum a vistoria sobre a segurança da mesma, e exigir do Official da guarda o informar-se dos soldados sobre esta noticia, e bem assim fazer vigiar se estão em observancia as ordens dadas hontem sobre a segurança da Cadêa, e ajuntamento em roda della. Deos Guarde a V. S. Rio, 24 de Agosto de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Presidente da Relação.—*Acha-se à fl. 122 a Liv. respectivo da Casa da Supplicação.*

CARTA DE LEI DE 25 DE AGOSTO

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assemblêa Geral decretou, e ella sancionou a Lei seguinte:

Art. 1.º O Corpo de Artilharia de Marinha passará a ser composto da força constante do seguinte plano de organização:

Estado-Maior.

Commandante Official Superior até Coronel 1, Major 1, Adjuntado 2º ou 1º Tenente 1, Quartel-Mestre 2º ou 1º Tenente 1, Secretario 2º ou Tenente 1, Cirurgião-Mór 1, Adjuntado de Cirurgia 1, Capellão 1, Sargento Vago-Mestre 1, Corneta-Mór 1.—Somma 10.

Praças de hum Companhia.

Capitão 1, 1º Tenente 1, 2º Tenentes 2, 1º Sargento 1, 2º Sargentos 4, Forriell 1, Cabos de

Esquadra 10, Cornetas 2, Soldados 127.—Somma 149.

Força total do Corpo.

Estado-Maior 10, 8 Companhias a 149 praças 1, 192.—Somma total 1,202.

Art. 2.º O Commandante do Corpo, além do soldo de sua patente, perceberá hum gratificação mensal de 40\$, enquanto estiver encarregado do Commando da Fortaleza da Ilha das Cobras; ficando porém sujeito ás despesas do expediente da Secretaria, e sem nenhuma outra vantagem.

Art. 3.º O Adjuntado, Quartel-Mestre, Vago-Mestre e os Commandantes das Companhias perceberão as gratificações marcadas para estes postos na tabella annexa ao Decreto de 28 de Março de 1825, e tanto o Adjuntado como o Major não terão direito ao valor de cavallo de pessoa, e ás competentes forragens.

Art. 4.º O Secretario vencerá o soldo da sua patente, e a gratificação de 5\$ mensaes, enquanto fizer a escripturação do Chefe do Corpo, em qualidade de Commandante da Fortaleza, e no fim de seis annos de bom serviço terá direito ao posto de 2º Tenente de Companhia, mostrando para isso idoneidade em exame publico do serviço pratico, e theoria de Artilharia com os Sargentos do Corpo.

Art. 5.º Os Officiaes, quando se acharem embarcados, gozarão as mesmas vantagens que competem aos da Armada de igual graduação.

Art. 6.º As praças de pret vencerão as etapas estabelecidas para o Exercito pela Carta de Lei de 24 de Setembro de 1828; cessando porém este vencimento quando embarcadas, por serem então contempladas com a ração de bordo.

Art. 7.º Os Soldados que a bordo das embarcações de guerra servirem de escoteiros e fideis dos paioes da polvora, e da palamenta e cordoalha da Artilharia, vencerão hum gratificação de 20 réis diários, além dos soldos das suas praças.

Art. 8.º Os Officiaes e Officiaes Inferiores do Estado-Maior e Menor, e os das Companhias que excederem ao estado completo do Corpo pela nova organização, ficarão a elle aggregados, e conceder-se-lhes-ha licença com vencimento de tempo e meio soldo, no caso de a requererem pela Secretaria de Estado.

Art. 9.º Os Cabos de Esquadra, Anspeçadas, Soldados e Cornetas das Companhias do extinto Corpo, que não fôrem necessarios para completar a força agora decretada, serão escusos do serviço pela ordem da antiguidade das suas praças, entre todas as do mesmo Corpo que se dissolve.

Art. 10. No uniforme do Corpo de Artilharia da Marinha haverá farda de panno azul ferrete, com golla e canhão do mesmo, forro escarlata e botões lisos amarelllos, e não terá bordadura ou sobreposto algum de metal. Os Officiaes terão os distinctivos dos postos nos canhões, conforme o plano dos uniformes do Exercito, ficando prohibido o uso de dragonas, que serão substituidas

por presilhas de retroz preto; e nas barretinas terão huma pequena âncora de metal amarello.

Art. 11. Fica extensiva ao Corpo de Artilharia da Marinha a tabella approvada pelo Decreto de 3 de Setembro de 1824, declarando o armamento, equipamento e utensilios que pertencem aos Corpos, e o tempo de sua respectiva duração.

Art. 12. Ficão derogadas todas as Leis e ordens em contrario.

Manda, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 25 de Agosto de 1831, 10^a da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Braulio Moniz.—José Manoel de Almeida.

DECRETO DE 25 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral, sobre proposta do Concelho Geral da Provincia de Pernambuco.

Art. 1.^o Fica prohibida em Pernambuco a associação dos Carmelitas descalços denominados Theresios.

Art. 2.^o A casa em que até agora tem habitado será destinada para o estabelecimento de huma das casas em que se devem recolher e educar os orphãos, a cuja manutenção forão destinadas as rendas dos bens dos ex-Congregados de S. Filipe Neri.

Diogo Antonio Feijó, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Agosto de 1831, 10^a da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Braulio Moniz.—Diogo Antonio Feijó.

DECRETO DE 25 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral, sobre proposta do Concelho Geral da Provincia de Pernambuco.

Art. 1.^o Fica prohibida, na Provincia de Pernambuco, a Associação Religiosa dos Missionarios Italianos Capuchinhos.

Art. 2.^o A casa em que habitão passará a ser casa para os Expostos.

Art. 3.^o Ficão revogadas todas as Leis, Alvarás, Decretos e mais disposições em contrario.

Diogo Antonio Feijó, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Agosto de 1831, 10^a da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Braulio Moniz.—Diogo Antonio Feijó.

AVISO DE 25 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Tendo os Padres Barbadinhos entregue a Capella de Santo Antonio dos Pobres, onde internamente se achavão, manda a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. a deixe sob a administração da Irmandade de Santo Antonio dos Pobres, isto sómente no que diz respeito á Igreja, Sacristia e tudo o mais que fôr indispensavel ao Culto; de que lhe fará entrega por hum inventario. Deos Guarde a Vm. Paço, em 25 de Agosto de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Provedor das Capellas.—*Acha-se á fl. 87 do Liv. 11 da Côrte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 25 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, ordem que V. S. remetta a esta Secretaria de Estado huma relação de todas as Freguezias que existem fóra da Cidade, propondo as que devem ser annexas aos lugares de Juizes Criminaes, na conformidade do Decreto de 6 do corrente. Paço, em 25 de Agosto de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo.—*Acha-se á fl. 87 do Liv. 11 da Côrte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 25 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr.—Constando que na 6^a classe dos armazens da Intendencia da Marinha existem pistolas boas, que podem servir para as Guardas Municipaes, a Regencia, em nome do Imperador, ha por bem que V. Ex. expeda as ordens que fôrem convenientes para serem entregues aos Commandantes das referidas Guardas as que fôrem por elles requisitadas, de que passarão clareza, para sua effectiva responsabilidade. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 25 de Agosto de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. José Manoel de Almeida.—*Acha-se á fl. 87 v. do Liv. 11 da Côrte na Secretaria da Justiça.*

CARTA DE GABINETE DE 25 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Serenissimo e Potentissimo Principe, irmão, Primo e Neto muito amado.—Pela Carta que, em nome de V. M. I., me dirigio á Regencia Provisoria, em data de 12 de Abril do corrente anno, me foi constante que V. M. I., em consequencia da abdicção de seu Carissimo Pai, fóra elevado ao Throno do Imperio do Brazil; e que a mesma Regencia, que governa, em nome de V. M. I., fazia votos para que os vinculos da amizade existente entre nós e os nossos Estados se conservassem firmes, e se estreitassem cada vez mais. V. M. não poderá duvidar, á vista do

estreito parentesco que entre nós existe, quaes seriam os sentimentos com que eu receberia a noticia de ter V. M. succedido ao Imperio. E deve V. M. ficar persuadido que o meu mais sincero desejo he não só conservar em vigor as amigaveis relações que existem entre os nossos Imperios, e que se achão tão apertadas pelo tratado de Commercio e Navegação, mas tambem de cultiva-las e consolida-las, quanto ser possa, para a utilidade commum de ambos os Estados. Não me resta mais senão dirigir ao Omnipotente ferventes preces para que se digne sua clemencia conceder a V. M. I. hum reinado feliz e duraturno.

Escripta em Vienna, em 25 de Agosto de 1831.
De V. M. I. bom Irmão, Primo e Avô muito affeccionado—Francisco.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 136, vol. 18.*

AVISO DE 25 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr.—Passo ás mãos de V. Ex. o officio incluso da Camara Municipal da Cidade do Pará, na data de 20 de Abril do corrente anno, em que participa o estranho procedimento do Commandante das Armas daquela Provincia, o Brigadeiro Francisco José de Souza Soares de Andreia, em não querer apresentar o seu diploma, e prestar o juramento do estylo, perante a mesma Camara, em conformidade da Lei, para entrar no exercicio do seu cargo, afim de que V. Ex., ficando inteirado do conteúdo do officio, haja de fazer effectiva a responsabilidade do dito Commandante. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 25 de Agosto de 1831.—José Lino Coutinho.—Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 53, vol. 18.*

AVISO DE 25 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de V. Ex., datado de hontem, manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. Ex. faça sciente ao Major-Commandante da Fortaleza da Lage que deve formar huma relação semanal, abonando nella a diaria de 100 réis para cada preso de justiça que ali se achar, a qual remetterá a esta Secretaria de Estado, para se mandar satisfazer a sua importancia. Deos Guarde a V. Ex. Paço, em 25 de Agosto de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. José Joaquim de Lima e Silva.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 53, vol. 18.*

AVISO DE 25 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr.—A Regencia, em nome do Imperador, fica inteirada de tudo o que V. Ex. participa em seu officio de 1.º de Julho proximo passado, a respeito de varios assassinios perpe-

trados em alguns lugares dessa Provincia; e muito recommenda a V. Ex. que proceda contra semelhantes aggressores com todo o rigor das Leis, mandando logo processar os criminosos que tiverem já sido capturados, e pondo, finalmente, em pratica todos os meios legais, afim de se assegurar a vida e fazendo dos pacificos cidadãos da Provincia. Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Agosto de 1831.—José Lino Coutinho.—Sr. José Thomaz Nabuco de Araujo.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 56, vol. 18.*

PROVISÃO DE 26 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia do Espirito Santo que a Regencia, em nome do Imperador, tendo consideração ao requerimento que fizeram pelo dito Thesouro o Official-Maior e mais Officiaes da Secretaria do Concelho Supremo Militar, acompanhado de huma relação do saldo, que allegio estarem a dever-lhes as Juntas da Fazenda das Provincias do Imperio, até 10 de Junho do corrente anno, dos emolumentos que lhes competem das patentes militares, desde a data dos Decretos de 12 de Abril e 8 de Maio de 1821, em virtude dos quaes foram mandados arrecadar juntamente com os meios-soldos e sellos nas ditas Provincias, sendo a quota de conta da mesma Junta a quantia de 241 \$040, de que pedem pagamento, afim de acudirem ás suas indispensaveis despezas; houve por bem determinar: 1.º, que, no caso de se achar com effecto já arrecadada, e a dever aos supplicantes a mencionada quantia, por saldo dos referidos emolumentos, sejam della pagos, e do mais que lhes pertencer, por seu procurador, ou pessoa para isso autorizada; 2.º, que a mesma Junta envie, o mais breve possível, ao Thesouro huma conta exacta e circumstanciada, pela qual se mostre desde quando principiou esta arrecadação nessa Provincia até o presente, quanto se tem cobrado não só dos emolumentos pertencentes á Secretaria do Supremo Concelho, e Secretaria de Estado da Guerra, como tambem dos meios-soldos e sellos pertencentes á Fazenda Publica, com distincção de cada huma patente, declarando-se o que já foi, e quando remittido para o dito Thesouro, assim como o que ainda não teve esse destino, e por que motivo, afim de se fazer hum exame veridico á face das tabellas competentes que se tem recebido até agora, e conhecer-se de algum engano ou falta que possa haver; 3.º, e finalmente, que os Deputados Thesoureiro Geral, e Escrivão da mesma Junta, ficarão responsaveis pela falta de prompta remessa das quantias pertencentes aos meios-soldos e sellos que se acharem já recolhidos aos cofres, e das que se fôrem arrecadando. O que tudo se participa á mesma Junta para sua intelligencia e execução. Alexandre José Ferreira Braga, a fez no Rio de Janeiro, em 26 de Agosto de 1831.

Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador-Geral, a fez escrever.—Bernardo Pereira de Vasconcellos.

N.B. Do mesmo theor se expedirão ás mais Províncias a cargo da terceira repartição, com differença da quota de que pedem pagamento.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 67, vol. 18.*

PORTARIA DE 26 DE AGOSTO.

Coll. Plancher.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justica, declarar á Camara Municipal da Villa de S. João do Principe, que a Portaria de 9 de Maio ultimo, que mandou proceder á nova eleição de Juiz de Paz na Freguezia de Santa Anda do Pirahy, teve por fim unicamente que houvessem Supplentes que substituíssem os proprietarios em suas faltas, como bem se deprehende da citada Portaria, expedida em consequencia da representação da referida Camara de 12 de Abril deste anno, e não para ser privado do seu emprego o actual Juiz de Paz, que foi legitimamente eleito. O que a mesma Camara fará constar por Edital. Palacio do Rio de Janeiro, em 26 de Agosto de 1831.—Diogo Antonio Feijó.

PORTARIA DE 26 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Subindo ao conhecimento da Regencia, em nome do Imperador, que o 2º Tenente da Armada Lourenço da Silva Araujo e Amazona, pertencendo á Guarnição do Paquete *Niger*, e deixando de recolher-se para bordo do mesmo na occasião em que ultimamente largára da Bahia para este porto, ali ficára, como se manifesta da quarta observação da parte junta sob n. 1, dada pelo respectivo Commandante; que, tendo-se depois apresentado nesta Córte, vindo de passagem na Charrua *Carioca*, como consta da segunda observação da parte tambem junta sob n. 2, antes de participar por escripto, como eumpria, e se lhe havia ordenado, os motivos da falta que commettêra, e mesmo de se justificar della, não só voltou para bordo do dito Paquete, mas até assumio o seu commando, como se vê do seu proprio officio sob n. 3, pretextando a ordem da copia inclusa sob n. 4, expedida pelo Quartel-General da Marinha, a qual mandava sim que tal commando recahisse no Official immediato, mas nunca em hum que nem se achava a bordo no dia em que ella fôra datada, nem podia, sem mui positiva determinação, voltar para o navio que tinha desamparado; e finalmente que, havendo-se-lhe feito observar isto mesmo pelo Capitão de Fragata e Ajudante de Ordens, encarregado do expediente do referido Quartel-General da Marinha, rompêra no excesso de dirigir a esta Secretaria de Estado os officios juntos sob n. 5, 6 e 7, em que claramente apparece a mais escandalosa insubordinação e menos-

cabo das Leis e ordens existentes, e da disciplina militar: resolveu a mesma Regencia que, por todos os ponderados motivos, haja o sobre-dito 2º Tenente de responder em Concelho de Guerra, a que servirão de materia os indicados documentos, e para verificação do qual se tem nesta data ordenado a nomeação do Presidente e Vogaes, na forma do estylo, mandando-se igualmente recolher o réo para bordo do deposito, onde se acha. O que tudo participo a V. S. para que, entendendo-se com o Presidente que fôr nomeado para o dito Concelho, possa este ter lugar. Deos Guarde a V. S. Paço, em 26 de Agosto de 1831.—José Manoel de Almeida.—Sr. José Maria Monteiro de Barros.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 53, vol. 18.*

AVISO DE 26 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo o Engenheiro Francez Mr. Morin solicitado, por via da Legação Brasileira em Paris, que se lhe remetteste o resumo de todas as observações meteorologicas, feitas nesta Córte desde o 1º de Dezembro de 1823, vou rogar a V. Ex. que se digne expedir as suas ordens para que se satisfação os desejos do dito Morin, dignando-se remetter-me o resultado para lhe ser enviado. Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 26 de Agosto de 1831.—Francisco Carneiro de Campos.—Sr. José Manoel de Almeida.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 50, vol. 18.*

AVISO DE 26 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr.—A Camara dos Srs. Deputados acaba de officiar-me, requisitando saber se he certo terem chegado 8 Africanos libertos; e sendo, qual o objecto que os trouxe, seu meio de industria, e a quem vierão recommendados; onde existem, e se tem satisfeito os regulamentos policiaes; e como nada disto consta nesta Repartição, vou a rogar a V. Ex. haja de dar-me os esclarecimentos necessarios, para que possa responder á dita Camara, dignando-se V. Ex. expedir a respeito as ordens que convier. Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 26 de Agosto de 1831.—Francisco Carneiro de Campos.—Sr. Diogo Antonio Feijó.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 50, vol. 18.*

AVISO DE 26 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr.—Foi presente ao Governo o officio de V. Ex., na data de 25 do corrente, em que, por ordem da Camara dos Srs. Deputados, solicita informações sobre o requerimento de João Bonifacio Alves da Silva, e se este ainda acha-se preso, e se ha pretensão de o lançar para fóra do Imperio; ao que sou autorizado a respon-

der: 1.º, que os documentos apresentados pelo supplicante provão o procedimento do Governo a esse respeito; 2.º, que ainda se conserva preso até que se resolva a retirar-se para fora do Imperio; 3.º, que, tendo eu, quando entrei para esta Repartição, encontrado na prisão o supplicante, e informado de que o principal motivo della era haver-se a opinião publica declarado contra elle, e que sua presença na Capital seria motivo de alterar-se a tranquillidade publica, não julguei conveniente deferir por então o seu requerimento, e não pela maneira declarada no documento n. 9, por elle junto; mas, se Camara dos Srs. Deputados, cujo voto he para o Governo huma expressão menos equivooca da opinião publica do que aquella que procede de vagos rumores, julgar que a residencia do mesmo supplicante nesta Corte não trará inconvenientes, o Governo Imperial nenhuma repugnancia tem em deferir a sua pretensão. He o que se me offerece informar, e que V. Ex. levará ao conhecimento da mesma Camara. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 26 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Antonio Pinto Chichorro da Gama. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 52, vol. 18.*

AVISO DE 26 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo de responder a V. Ex. acerca do Aviso que me dirigio na data de 17 do corrente, exigindo saber se os vadios condemnados pelos Juizes de Paz aos trabalhos do Trem e Arsenaes podem ser transferidos para o serviço de bordo das embarcações, se me offerece dizer a V. Ex. que, sendo taes trabalhos de bordo dirigidos pelo Arsenal, devem-se entender comprehendidos na sentença dos Juizes. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 26 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Manoel de Almeida. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 54, vol. 18.*

AVISO DE 26 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Tendo a Regencia, em nome do Imperador, por Decreto de hontem, removido ao Desembargador da Relação de Pernambuco Nicoláo da Silva Lisboa, do exercicio em que estava do lugar de Juiz do Crime dos Bairros de S. José e Se, para o de Juiz do Crime do Bairro do Sacramento, ha outosim por bem que esta remoção se verifique já, independente de se lhe não ter ainda expedido o seu respectivo titulo, que será obrigado a tira-lo dentro do prazo de tres mezes interpretavelmente, por assim o exigir o bem do serviço publico. O que communico a V. S. para sua intelligencia e para que nesta conformidade lhe dê posse deste novo lugar, e expeça as mais ordens que fôrem sobre este assumpto necessarias. Deos guarde a V. S. Paço, em 26 de Agosto de 1831. Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 54, vol. 18.*

AVISO DE 26 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao Aviso que V. Ex. me dirigio, em data de 20 do corrente, no qual, communicando-me ter a Regencia, em nome do Imperador, resolvido que o réo Jeronimo Luiz de Moraes Pereira, preso a bordo da não que serve de deposito, fosse posto á disposição da Repartição a meu cargo, pede-lhe seja indicado o destino que deve ter o mencionado réo, cumpre-me dizer a V. Ex. que, estando as cadêas e fortalezas cheias de presos, convém que o mesmo réo seja conservado onde se acha, até preencher o tempo em que foi condemnado. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 26 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Manoel de Almeida. — *Acha-se a fl. 87 v. e 88 do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

DECRETO DE 27 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II., ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Conselho Geral da Provincia de Santa Catharina:

Art. 1.º Fica approvada a Escola de Primeiras Letras creada na Freguezia de S. José, com o ordenado annual de 200\$ rs., e outra com o mesmo ordenado para a Freguezia de S. Miguel, creadas na fórma da Lei de 15 de Outubro de 1827.

Art. 2.º Ficão tambem approvadas as escolas de Primeiras Letras creadas da mesma fórma para as Freguezias da Enseada do Brito, S. Anna, Ribeirão, Lagôa, S. Antonio e Capella Curada de Garôpas, cada huma destas com o ordenado annual de 250\$ rs.

Art. 3.º Os ordenados acima taxados competem unicamente a Professores habilitados por exames a ensinarem as doutrinas prescriptas no § 6º da lei de 15 de Outubro de 1827, porque os habilitados pelas leis anteriores e interinamente providos só vencerão o ordenado de 150\$ rs.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 27 de Agosto de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Lino Coutinho.

AVISO DE 27 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — Convindo trancar com boa grade de ferro a sahida do cano que passa por baixo do Paço da Camara dos Deputados, e não podendo esta obra ser feita presentemente pela Intendencia Geral da Policia, faz-se necessario que V. Ex., pela Repartição a seu cargo, haja de expedir á Camara Municipal desta Cidade as ordens que fôrem necessarias para se effectuar quanto

antes a referida obra. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 27 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Lino Coutinho. — *Acha-se a fl. 89 do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 27 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Ao Governo foi presente o seu officio datado de hontem, em que refere a desobediencia de Bernardo José Borges, não só recusando prestar-se ás rondas que lhe tocou, como até a falta de respeito com que o tratou na occasião em que Vm. lhe increpava essa falta, pedindo providencias a tal respeito. Selhe responde, para sua intelligencia e execução, que no art. 128 do Codigo Criminal estão marcadas as penas em que incorrem os desobedientes, e no art. 9º da lei de 15 de Outubro de 1827 o processo a tal respeito, devendo entender-se que a intimação por escripto do Comandante da Esquadra ou ronda, e a certidão della he sufficiente para ter lugar o dito processo; outrossim, que tão necessario he que a autoridade não ultrapasse suas attribuições como que não deixe impune qual falta de respeito e obediencia devida ao encargo que a lei lhe confiou, sendo responsavel por semelhante ommissão, como he expresso no art. 156 do citado Codigo. Deos guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 27 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz Suplente do Engenho Velho. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 53, vol. 18.*

AVISO DE 27 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Comquanto me pareçam mui attendiveis as razões por V. S. allegadas no seu officio de 26 do corrente mez para se augmentar a quantia mensal decretada para obras de Fortalezas, attenta a necessidade de se concluirem em curto periodo as obras das prisões da Fortaleza de Santa Cruz, tenho, todavia, de observar a V. S. que, enquanto o Governo não tiver autorisação legal para despendar maior quantia com os trabalhos das Fortalezas do que a consignada na Carta de Lei de 15 de Dezembro de 1830, deve limitar-se a consignação mensal para obras taes, ao que se acha determinado, conforme a lei. Deos guarde a V. S. Palacio do Governo, em 27 de Agosto de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Joaquim Norberto Xavier de Brito. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 53, vol. 18.*

AVISO DE 27 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Foi presente a Regencia o seu officio datado de 15 de Maio ultimo, em que pede providencias para serem promptamente castigados alguns cidadãos que, por suas accões, parecerão ameaçar a tranquillidade publica; e sendo ouvido o Juiz

Criminal respectivo a tal respeito, verifica-se terem-se dado as que as leis ordenão em semelhante caso; e não convindo obrar jamais segundo os desejos e a arbitrio dos que gozão do poder, manda a mesma Regencia, em nome do Imperador, que, tendo Vm. em vista as leis, cuja execução lhe estiver confiada, as faça mui religiosamente observar, pois que só deste modo a tranquillidade e segurança publica sera conservada, e tornar-se-hão efficazes os seus desejos a bem della; esperando o Governo que Vm. continuará com a mesma actividade e zelo no desempenho dos seus deveres. Deos guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 27 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz da Freguesia de S. Gonçalo. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 58, vol. 18.*

DECRETO DE 29 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Achando-se vaga a primeira Cadeira do Segundo anno do Curso de Sciencias Juridicas e Sociaes da Cidade de S. Paulo, portar sido transferido o respectivo Lente para a Primeira Cadeira do quinto anno do mesmo Curso Juridico, por Decreto de 27 do corrente mez, em consequencia do fallecimento do Doutor Luiz Nicoláo Fagundes Varella; e devendo proceder-se ao Concurso da referida Cadeira vaga, na conformidade do art. 18 da lei de 14 de Junho do presente anno, a Regencia, em nome do Imperador, ha por bem ordenar que se verifique o dito Concurso, segundo as Instruções que com este baixão, assignadas por José Lino Coutinho, do Conselho do mesmo Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar com os despaços necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Agosto de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Lino Coutinho.

INSTRUÇÕES que devem observar-se no Concurso a que se ha de proceder para o proximo da primeira Cadeira do segundo anno do Curso Juridico da Cidade de S. Paulo.

1.º Os candidatos tirarão, em dia marcado pela Congregação dos Lentes, diferentes pontos, cada hum o seu, em direito natural; e, passadas 24 horas de estudo em suas casas, dirigir-se-hão á Escola Juridica; e ahi, subindo á cadeira, perante a dita Congregação e o publico, explicarão o mesmo ponto por tempo de huma hora, pelo menos; podendo apenas levar alguns pequenos apontamentos com que auxiliem a memoria.

2.º Depois deste primeiro exercicio e no dia immediato, tirarão novos pontos do mesmo modo que acima fica dito em direito publico; e, reclusos em huma sala, com dous Lentes á vista, sem consultarem livros e nem entre si, cada hum comporá, no prazo de oito horas, pelo muito, huma dissertação sobre o ponto que houver tirado, e

qual, sendo lida em publico, logo que feita seja, será entregue a Congregação dos Lentes que tam-bem deve estar presente.

3.^a Cada hum dos candidatos, logo depois deste segundo exercicio, tirando quatro pontos sobre direito das gentes, direito mercantil e marítimo, economia politica e direito patrio, organizará quatro Theses para nellas serem arguidos; dando-se-lhes o tempo de 8 dias para as fazer imprimir e distribuir por todos os Lentes e os outros candidatos, no fim do qual impreritavelmente as sustentará em publico, perante a Congregação.

4.^a Os candidatos arguirão reciprocamente hums aos outros, sendo a arguição de cada hum de meia hora, pelo menos. No caso porém de haver hum só candidato, a Congregação dos Lentes nomeará tres d'entre si para servirem de arguentes, e isto afim de se prover a cadeira; não devendo elle ser prejudicado pela falta de concurrencia, quando se julgue digno.

5.^a Concluido os tres referidos exercicios, e reunindo-se a Congregação, votará esta sobre cada hum dos candidatos, aquilando em globo o seu merecimento, e não por partes ou por cada hum dos exercicios, afim de ser nomeado Lente aquelle candidato no qual recahir maior numero de votos depois de salva a maioria absoluta pelo Governo central.

6.^a Os pontos serão feitos pela Congregação, e por ella mesma marcadas as horas em que os candidatos os devem tirar em sua presença.

Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Agosto de 1831. — José Lino Coutinho. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 64, vol. 18.*

PROVISÃO DE 29 DE AGOSTO,

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber a Junta da Fazenda da Provincia de Santa Catharina que, requerendo pelo dito Thesouro o Capitão José Felix Pinheiro Silva ser indenizado da quantia de 450⁰⁰ rs., que mostrou por certidão ter pago nos cofres da mesma Junta, de 1 por cento e propinas do Contracto que havia arrematado em 30 de Outubro de 1829, do imposto de 5 rs. em libra de carne verde pelo triennio de 1830 a 1832, com o fundamento não só de dever-lhe aproveitar a lei de 26 de Setembro do mesmo anno, que isentou os arrematantes de quaesquer rendas publicas do pagamento de taes propinas, como tambem de se ter publicado a dita lei nesta Corte a 3 do dito Outubro e verificado a 30 a referida arrematação, houve por bem a Regencia, em nome do Imperador, conformando-se com a resposta do Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional e mais pareceres da Mesa do Thesouro, não annuir ao requerimento do supplicante, por isso que bem e devidamente se tinha effectuado a dita arrematação pelas leis que regulavão, e a citada só tinha o seu effeito desde 24 de Novembro do dito anno de 1829, em que foi publicada an

Provincia. O que se participa á mesma Junta para sua intelligencia. Justino José de Araujo, a fez no Rio de Janeiro, em 29 de Agosto de 1831. Marianno Pinto Lobato, Contador Geral da segunda Repartição, a fez estrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 72, vol. 18.*

AVISO DE 29 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo o Encarregado de Negocios de S. M. o Rei dos Francezes participado que o seu Governo havia encarregado o Capitão Barral da Fragata Franceza *Emulação* de continuar os trabalhos hydrographicos do Almirante Roussin, estendendo-os na Costa do Brazil, desde a Ilha de Santa Catharina até o Cabo de Santa Maria; requerendo do Governo Brasileiro que haja de prestar-lhe a protecção que possa ser mister para o complemento desta operação de interesse geral, determinou-me a Regencia, em nome do Imperador, que a V. Ex. communicasse o referido, recommendando-lhe que haja de fornecer ao dito Commandante Barral todos os auxilios que, sem prejuizo da Fazenda Publica ou vexame dos povos, estejam a seu alcance, afim de progredirem observações tão uteis aos navegantes, e satisfazer-se o que requer o representante da Nação Franceza, que com a Brasileira conserva a mais perfeita amizade e harmonia. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 29 de Agosto de 1831. — Francisco Carneiro de Campos. — Sr. Feliciano Nunes Pires. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 54, vol. 18.*

O mesmo para Manoel Antonio Galvão, Presidente da Provincia de S. Pedro.

AVISO DE 29 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, a quem foi presente o seu officio de 27 do corrente, expôdo a duvida em que se acha de comprehender na denominação da Secretaria a Contadoria dessa Intendencia, manda, em nome do Imperador, communicar-lhe que concorda com a intelligencia que Vm. no mencionado officio deu á lei de 15 de Dezembro do anno proximo passado, por isso mesmo que nella foi legalmente reconhecida a existencia da referida Contadoria. Deos guarde a Vm. Paço, em 29 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia. — *Acha-se a fl. 89, v. do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justica.*

CARTA DE LEI DE 30 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral Legislativa decretou e ella sanccionou a lei seguinte:

Art. 1.º As forças de terra ordinaria, no anno financeiro que ha de correr do 1.º de Julho de 1832 a 30 de Junho de 1833, constarão:

§ 1.º Dos Officiaes e mais praças dos Corpos das 3 armas, organisados por Decreto de 4 de Maio de 1831, não excedendo porém a sua força de 10,000. Cabos, Anspedadas e soldados.

§ 2.º Dos Officiaes do Estado-Maior General e do Exercito de 1.ª e 2.ª classe, Engenheiros e Repartições ora existentes, estejam ou não empregados; assim como dos Officiaes e Officiaes Inferiores que, em consequencia da organização do Exercito, ficão sem destino.

§ 3.º Das Companhias de Artífices do Trem de Artilharia.

Art. 2.º Ficão subsistindo os Pedestres da Provincia de Matto Grosso e as Divisões do Rio Doce da de Minas Geraes.

Art. 3.º O recrutamento para o Exercito cessará desde já, e só terá lugar quando a Assembléa Geral o autorisar.

Art. 4.º As praças que tiverem completado o tempo de serviço a que erão obrigadas serão impreterivelmente despedidas do mesmo serviço logo que assim o requierão.

Art. 5.º O Governo fica autorisado a demittir ou licenciár os Cabos de Esquadra, Anspedadas, Artífices, Cornetas, Trombetas e soldados que excederem do numero indispensavel ao serviço dos Corpos.

Art. 6.º Os Corpos da Guarda Militar da Policia, serão dissolvidos desde já; os Officiaes de taes Corpos ficarão addidos aos do Exercito e as mais praças distribuidas pelos mesmos Corpos do Exercito; salvo os que pedirem demissão estando nos termos do art. 4.º desta lei.

Art. 7.º Ficão suspensas as promoções no Exercito, excepto sómente para os postos de primeiros e segundos Tenentes do Corpo de Engenheiros e Artilharia, a que o Governo poderá promover os que fôrem necessarios e tiverem completado os estudos prescriptos pela lei.

Art. 8.º Os postos effectivos que, por qualquer maneira, vagarem nos Corpos das tres armas do Exercito, serão preenchidos com os Officiaes idoneos e de graduções semelhantes que ficarem disponiveis em consequencia da organização do Exercito ou da extincção dos Corpos de Policia, e com os que fôrem desnecessarios nos Estados-Maiores ou aproveitaveis do Corpo de Veteranos.

Art. 9.º Ficão suspensas as passagens para o Estado-Maior do Exercito, Corpo de Engenheiros e Veteranos, assim como dos Officiaes de 1.ª linha para os Corpos de 2.ª linha do Exercito.

Art. 10.º O emprego dos Officiaes do Estado-Maior General e do Exercito em commissões ordinarias e extraordinarias não excederá do absolutamente indispensavel.

Art. 11.º O Governo fica autorisado a conceder licença, com vencimento de tempo e meio soldo, aos Officiaes e Officiaes Inferiores que, sendo, desnecessarios ao serviço, desejarem ser delle dispensados. Estas licenças só terão lugar durante o anno financeiro e por turnos, de ma-

neira que a dita vantagem possa ser desfructada por muitos officiaes.

Art. 12.º Fica supprimido o emprego de Capellão-Mór do Exercito.

Art. 13.º A presente lei terá execução desde já no que fôr praticavel.

Art. 14.º Ficão derogadas as leis e disposições em contrario.

Manda, portanto, etc. Dada no Palacio do Governo, aos 30 dias do mez de Agosto de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Com os registos competentes.*

RESOLUÇÃO DE 30 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Senhor.—O Padre Fr. José de S. João Evangelista, provido Vigario Encomendado da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Tamby, por Provisão do Ordinario de hum anno, de que houve posse em 13 de Junho do anno proximo passado, requeru a este Concelho assentamento da respectiva Congrua.

Pareceu ao Concelho indeferir o requerimento do supplicante, por ser a Provisão do Ordinario annual, e que elle requeresse pela Repartição competente; e foi esse o despacho que se lhe lançou em sua supplica, cuja execução, todavia, ficou suspensa até resolução de V. M. L., por pedir consulta a este respeito o Conselheiro Escrivão da Fazenda, que foi de voto contrario, seguido dos Conselheiros José Gaetano de Andrade Pinto e José Fortunato de Brito.

Parece a estes ultimos Conselheiros que o despacho é illegal e contrario á pratica observada no mesmo Concelho, em identicas circumstancias, da qual nenhum prejuizo vem á Fazenda Publica senão devida fiscalisação. Que o despacho he illegal, parece á vista da terminante disposição do tit. 7.º, § 7.º da Lei de 28 de Junho de 1808, que diz: — Hei por bem ordenar que todas as folhas de ordenados, pensões, juros e tenças, ou outras quaesquer que se hajão de pagar pela minha Real Fazenda, á excepção das da despesa miuda do expediente dos Tribunaes, Armazens e Secretarias de Estado, sejam processadas no Concelho, sob pena de nulidade, e de não serem abonadas aos Thesoureiros as despesas que satisfizerem por quaesquer outros titulos ou folhas que não sejam lavradas no referido Concelho, a quem fica pertencendo o assentamento geral de todos os titulos de despeza de continuação ou annuaes da minha Real Fazenda. — A Lei não fez distincção de serventia vitalicia, ou temporaria de hum ou de mais annos, para pertencer ou deixar de pertencer o assentamento ao Concelho; o Tribunal, em execução da Lei, sempre mandou abrir assentamento, a todos os Provimentos, fosse qual fosse o tempo da sua duração, e não ha motivo para ora se seguir o contrario. O argumento que ex-adverso se faz he: se este Vigario, pelo seu Provimento,

que expira em Junho do corrente anno, não pôde entrar em folha subsequente das Congruas que ha de processar o Concelho, para que se lhe ha de fazer assentamento? Nisto porém ha hum confusão de idéas. Assentamento e folhas são cousas entre si mui distinctas. O assentamento habilita ao Empregado para haver da Fazenda Publica o seu mantimento, que he de trato successivo e diario, pelo tempo do seu exercicio, contado da sua posse, segundo o tempo por que he provido. A folha he hum despacho resumido, que comprehende hum ordem ou Decreto geral, passada ao Thesoureiro, dos ordenados, pensões e juros, e contéda em hum Alvará, assignado pelo Imperante, para que, dentro do anno da mesma folha, se pague aos filhos della ou empregados ahi descriptos. Nem todos, pois, que tem assentamento entrão na folha; excluidos são os que não tem titulo de exercicio assentado para o anno cujo pagamento rege a folha. Mas pôde delle cobrar o ordenado que deixou de entrar em Folha, por esta razão, sem que lhe esteja assentado? Não, certamente. O assentamento he a sua habilitação de mantimento. O modo por que o deve cobrar he a folha ou titulo supplementar della, que o Concelho e só o Concelho pôde expedir, segundo as palavras da Lei acima transcriptas: — por quaesquer outros titulos ou folhas que não sejam lavradas no referido Concelho. — Dizer pois o Concelho que a parte requeira a repartição competente, parece aos ditos Conselheiros que he desconhecer que só elle exclusivamente, pela Lei, pôde habilitar os Empregados para cobrarem da Fazenda seus mantimentos. Todas quantas razões de excepção ou pratica contraria se possão apontar contra esta disposição da Lei fundamental do Thesouro, se deve haver como outros tantos abusos e corruptelas, com que, por longo tempo, a arbitrariedade tem tomado o posto e acção da Lei. Rio de Janeiro, em 9 de Março de 1831, anno 10º da Independencia e do Imperio. — Leonardo Pinheiro de Vasconcellos. — José Fortunato de Brito Abreu Souza e Menezes. — João Sabino de Mello Bulhões Lacerda Castello Branco. — João Prestes de Mello. — Manoel José de Souza Franca. — Foi voto o Conselheiro José Caetano de Andrade Pinto.

Resolução.—Como parece ao Escrivão da Fazenda. Paço, 30 de Agosto de 1831. Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Bernardo Pereira de Vasconcellos.

DECRETO DE 30 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, em additamento ao Decreto de 6 do corrente mez, decreta:

Art. 1.º Ao Bairro das Freguezias de S. Anna e Eugenio Velho ficão annexos os districtos do Engenho Novo até a Tejuca, Jacarepaguá, Inhaúma, Irajá até o Campinho;

Art. 2.º Ao Bairro da Freguezia do Sacramento, os Districtos da Freguezia do Campo Grande, desde o Piraquamerim inclusive até a Porteira da Fazenda Nacional de Santa Cruz ou Curral Falso, ficando a mesma Fazenda e o Districto lateral da Sepetiba e Freguezia de Marapicú pertencentes ao Termo da Villa de Itaguaí.

Art. 3.º Ao Bairro das Freguezias de S. José e Lagôa de Rodrigo de Freitas os Districtos da Gávia, Ilhas de Paqueta e Governador e S. João de Merety.

Art. 4.º Ao Bairro das Freguezias de S. Rita e Candelaria os Districtos do Pilar e Pilar do Iguassú e Inhomerim.

Art. 5.º A Jurisdição dos Juizes Criminaes dos referidos Bairros continuará cumulativamente, na conformidade do § 9º do Alvará de 16 de Maio de 1808.

Diogo Antonio Feijó, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 30 de Agosto de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Diogo Antonio Feijó.

DECRETO DE 30 DE AGOSTO.

Coll. Mineira.

A Regencia, em nome do Imperador, tendo ouvido o Concelho de Estado, ha por bem prorrogar a Assembléa Geral Legislativa até ao dia 15 de Outubro proximo futuro. José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 30 de Agosto de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Lino Coutinho.

PROVISÃO DE 30 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia do Pará que sendo presente á Regencia o Aviso do Secretario da Camara dos Srs. Deputados, de 6 do presente, acompanhado da inclusa representação que dirigirão á mesma os negociantes dessa Cidade, em que se queixão da accumulção de emolumentos violentamente extorquidos por alguns empregados da Alfandega, sem autorisação, ordem ou lei que os estabeleça, ha por bem, em nome do Imperador, determinar á mesma Junta que faça com que na referida Alfandega se paguem sómente os emolumentos que se achão estabelecidos pelas leis da sua criação e outras subsequentes, ou por quaesquer ordens dimanadas de legítimas autoridades; e que, informando, como já se lhe recomiendou por Provisão de 14 de Junho do corrente anno, sobre o contexto deste segundo requerimento, faça entretanto suspender a cobrança dos emolumentos arbitrariamente introduzidos. E outrossim determina que a Junta envie a este Thesouro a Legislação por que se rege a Alfandega dessa Provincia. O que cumprirá. Francisco da Costa Barros da Fonseca.

fez no Rio de Janeiro, em 30 de Agosto de 1831. Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Etuminense* n. 68, vol. 18.

AVISO DE 30 DE AGOSTO.

Manuscripto authenticico.

Sendo presente á Regencia o officio de Vm. de 27 do corrente, dando parte de terem sido presos 19 estrangeiros por se encontrarem a dormir fóra de horas pelas praias e outros lugares, manda, em nome do Imperador, que, verificando-se serem vadios, Vm. proceda contra elles na forma da lei, até que se dêm outras providencias. Deos guarde a Vm. Paço, em 30 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz Supplente da Freguezia de Santa Rita. — *Acha-se á fl. 90 do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 30 DE AGOSTO.

Manuscripto authenticico.

A Regencia, em nome do Imperador, em resolução ao que V. S. expôz nos seus officios de 27 do corrente, relativamente aos Juizes Criminaes ultimamente nomeados para os Bairros desta Cidade, ha por bem que, ficando sem effeito os Avisos expedidos naquella mesma data, V. S. lhes faça constar que deverão quanto antes solicitar nesta Secretaria de Estado a expedição dos seus respectivos titulos para poderem entrar com a maior brevidade no exercicio dos lugares em que se achão providos, como muito exige o bem do serviço publico, ficando V. S. na intelligencia que ao Desembargador Nicoláo da Silva Lisboa se tem expedido, nesta data, Decreto de nomeação de Desembargadores da Relação da Bahia para ter exercicio deste lugar na casa da Supplicação todas as vezes que fôr compativel com o de Juiz do Crime, em que está provido; bem como ao Desembargador da mesma Relação José Maria Monteiro de Barros para ter exercicio na mesma Casa, em conformidade do que V. S. propôz nos citados seus officios. Deos guarde a V. S. Paço, em 30 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 90 v. do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

CARTA DE LEI DE 31 DE AGOSTO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral decretou e ella sancionou a lei seguinte:

Art. 1.º As forças navaes activas do Imperio, no anno financeiro que ha de correr do 1.º de Julho de 1832 até 30 de Junho de 1833, constarão das embarcações que o Governo designar; e as respectivas tripulações não excederão de 1,500 praças de todas as classes.

Art. 2.º O Corpo de Artilharia de Marinha ficará reduzido a 1,200 praças de todas as classes.

Art. 3.º O Governo poderá promover os individuos habilitados na forma da lei ás praças e postos de Guardas Mariinhas, Segundos Tenentes, e Primeiros Tenentes que fôrem absolutamente necessarios ao serviço da Armada.

Art. 4.º Ficão suspensas, durante o anno financeiro, as promoções aos postos superiores a Primeiros Tenentes e ás dos Officiaes de Saude, Fazenda, Apito, Capella e Nautica que não fôrem precisos nos navios de Guerra.

Art. 5.º Ficão suspensas, durante o anno financeiro, as reformas nos postos superiores ao de Capitão-Tenente, salvo quando por ellas houverem de ter soldo igual ou menor do que estiverem percebendo.

Art. 6.º Os Officiaes da Armada desnecessarios ao serviço poderão obter do Governo, por tempo determinado, licença com vencimento de meio soldo e de antiguidade para o fim que mais lhes convenha.

Art. 7.º O Governo poderá recrutar na forma da lei tantas praças quantas fôrem necessarias para completar as forças acima decretadas, no caso de não haver maruja que se ajuste por meio de premio, e soldados que se offereçam a continuar o serviço com a gratificação de meio soldo diario.

Art. 8.º O Ministro de Estado da Marinha apresentará huma conta mui circumstanciada da execução desta lei até o dia 8 de Maio.

Art. 9.º O art. 3.º da presente lei terá execução desde já, e todos os mais no que fôr praticavel.

Art. 10. Ficão derogadas as leis e disposições em contrario.

Manda, portanto, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 31 de Agosto de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Manoel de Almeida. — *Com os registos competentes.*

PROVISÃO DE 31 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia das Alagoas que sendo presente á Regencia o seu officio n. 17 de 2 de Março do corrente anno, em que pede esclarecimentos sobre a deliberação que tomou de fazer arrecadar ali o dizimo e Consulado de sahida do algodão exportado para as Provincias limitrophes, ha por bem, em nome do Imperador, responder á mesma Junta que os referidos direitos devem ser pagos na Provincia que exportar o algodão para fóra do Imperio, como se collige dos arts. 1.º e 3.º da lei de 4 de Dezembro de 1830, estando por isso, quanto a este genero, o Decreto de 31 de Maio de 1825. Quanto aos receios que allega acerca da difficuldade e demora dos mencionados rendimentos nos seus cofres, destruidos ficão á vista das providencias dadas na Provisão que lhe foi expedida em 19 de Agosto do anno passado. O que cum-

pirará. Pedro José da Camara a fez no Rio de Janeiro, em 31 de Agosto de 1831. Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 68, vol. 18.*

PROVISÃO DE 31 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia da Bahia que sendo presente á Regencia o seu officio n. 5, de 4 de Fevereiro ultimo, em que expõe os meios que tem empregado para o recebimento do sello das heranças dos finados Antonio, Gualter e Francisco Martins da Costa, manda, em nome do Imperador, responder á mesma Junta que, por Aviso da data desta, se recommendou ao seu Deputado Procurador da Fazenda que intervenha efficaz e activamente neste negocio, promovendo a conclusão dos inventarios para se effectuar o pagamento do que pertence á Fazenda Nacional, requerendo a effectiva responsabilidade dos Juizes, Escrivães e mais Officiaes que tenham sido omissoes no expediente da sua liquidação. O que se lhe participa para sua intelligencia. Pedro José da Camara a fez no Rio de Janeiro, em 31 de Agosto de 1831. Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 68, vol. 18.*

PROVISÃO DE 31 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia da Bahia que a Regencia, em nome do Imperador, attendendo ao que lhe representou João Gomes Neto, acerca de huma porção de fazendas remetidas dessa Provincia que por falta de segunda via da gnia ordenada na Provisão de 31 de Janeiro de 1829, não foi o supplicante desonerado da fiança que prestara pelos respectivos direitos, ha por bem determinar á mesma Junta que expeça as convenientes ordens ao Provedor da Alfandega para que, feitas as necessarias diligencias sobre este objecto, passe a segunda via com resalva da outra para ter lugar o encontro requerido. O que se lhe participa para sua intelligencia e execução. Francisco da Costa Barros a fez no Rio de Janeiro, em 31 de Agosto de 1831. Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 69, vol. 18.*

PROVISÃO DE 31 DE AGOSTO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de Minas Geraes que, não se tendo até agora enviado ao dito

Thesouro a quantia de 1:423,258 rs. dos descontos feitos nos soldos de diversos Officiaes Militares que, por officio do Thesoureiro pagador interino de 19 de Novembro do anno passado, se participa, á vista dos respectivos conhecimentos, ter-se recolhido aos cofres da dita Junta, determina a Regencia, em nome do Imperador, que sem demora alguma seja remettida ao mesmo Thesouro, assim a sobreditasomma, como o mais que se houver arrecadado de taes descontos, acompanhando os mappas competentes; afim de se entregarem ás Secretarias de Estado dos Negocios da Guerra e do Concelho Supremo Militar, o que lhes toca dos emolumentos das patentes. O que assim cumprirá Narciso Xavier de Barros a fez no Rio de Janeiro, em 31 de Agosto de 1831. Marianno Pinto Lobato, Contador Geral da segunda Repartição, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 71, vol. 18.*

AVISO DE 31 DE AGOSTO.

Manuscripto authentic.

Exigindo a Camara dos Deputados huma estatística Judicialia desta Cidade e seu termo, contendo as circumstancias expressadas na requisição da copia inclusa, manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. S. satisfaga a sobredita exigencia. Deos guarde a V. S. Paço, em 31 de Agosto de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo.

Requisição de huma estatística Judicialia desta Cidade e seu termo, a que se refere o Aviso da data desta.

1.º O numero de causas civeis e crimes, distribuidas em cada hum dos 5 annos passados, mencionando-se o numero destas que obtiverão sentença pró, e o numero daquellas que forão sentenciadas contra.

2.º Nas crimes declare-se a qualidade, idade, sexo e naturalidade do accusado.

3.º O numero das causas que se achão demoradas no pró ha 10, 20 e mais annos, declarando-se nas civeis desta classe a qualidade, sexo e naturalidade do autor e réo, se vierão por apelação.

4.º O numero de presos que existem nas Cadeas desta Côte, sua idade, qualidade, sexo e naturalidade.

5.º O tempo que ali tem estado.

6.º Por quem são sustentados os presos pobres, de que consta este alimento, e a despeza que com elles, com as Cadeas e com seus Empregados faz o Estado, vindo cada parcella especificada. Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, em 31 de Agosto de 1831. — João Carneiro de Campos. — *Acha-se á fl. 90 v. do Liv. 11 da Côte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 31 DE AGOSTO.

Manuscripto authenticico.

A Regencia, a quem foi presente o officio de V. S. de 6 do corrente, informando sobre o requerimento de José Hippolyto de Araujo, em que pede hum dos officios occupados por Manoel Rodrigues Franco, manda, em nome do Imperador, communicar a V. S. que, não tendo sido por ora attendido o supplicante, e não podendo o referido Manoel Rodrigues Franco continuar a reunir a serventia dos dous officios de Escrição dos Feitos da Corôa e Fazenda, e de Guarda-Mór da Relação desta Cidade, por se não achar para isso autorizado com expressa e positiva licença do Governo, convirá que mostre legalmente que não ha incompatibilidade na reunião do exercicio delles, para então se deliberar o que for conveniente e conforme a direito.—Deos guarde a V. S. Paço, em 31 de Agosto de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo.—*Acha-se d fl. 90 v. e 91 do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 31 DE AGOSTO.

Manuscripto authenticico.

Ilm. e Exm. Sr.—Participando o Secretario da Camara dos Senadores achar-se a mesma Camara sem casa alguma apropriada para os trabalhos de comissões, conferencias e outros, e que no edificio em que actualmente se reúnem existem alguns quartos que, segundo informára o Secretario do Supremo Tribunal de Justiça, podem ser dispensados: manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. Ex. dê as providencias necessarias, para que se verifique a cessão daquelles que se possam dispensar para o referido fim.—Deos guarde a V. Ex. Paço, em 31 de Agosto de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. José Albano Fragoso.—*Acha-se d fl. 91 do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

Participou-se, na mesma data, ao Ministro do Imperio.

AVISO DE 31 DE AGOSTO.

Manuscripto authenticico.

Achando-se a Náo *Pedro I* prompta para receber 200 presos dos que existem na Cadêa, afim de diminuir-se ali o grande numero: manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. S. dê as providencias que forem necessarias, para que amanhã se verifique a remoção delles; regulando V. S. os que devam entrar neste numero, segundo a natureza dos seus crimes.—Deos guarde a V. S. Paço, em 31 de Agosto de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo.—*Acha-se d fl. 91 do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 31 DE AGOSTO.

Manuscripto authenticico.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo de ser transportados da Cadêa da Casa da Supplicação para bor-

do da náo *Pedro I* 200 presos, dirijo-me a V. Ex., afim de fazer promover, pela Repartição a seu cargo, que a Santa Casa da Misericórdia se preste a fornecer-lhes ali os precisos alimentos, communicando-me V. Ex. o resultado deste objecto, para se darem outras providencias, no caso de recusar-se a isso a mesma Santa Casa. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 31 de Agosto de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. José Lino Coutinho.—*Acha-se d fl. 91 v. do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

DECRETO DE 1 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Concelho Geral da Provincia de Sergipe.

Art. unico. Ficão creadas Aulas de Primeiras Letras para meninas, na conformidade da Lei de 15 de Outubro de 1827, na Capital desta Provincia, Villa de Propiá, e nas povoações da Instancia e Larangeiras.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 1.º de Setembro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Bráulio Moniz.—José Lino Coutinho.

DECRETO DE 1 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte resolução da Assembléa Geral Legislativa:

A aposentadoria concedida pelo Governo a Joaquim Patricio Teixeira, por Decreto de 8 de Junho de 1831, com metade do ordenado de Professor de Grammatica Latina da Freguezia da Conceição de Mato Dentro, da Provincia de Minas Geraes, fica approved com o ordenado por inteiro.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 1.º de Setembro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Bráulio Moniz.—José Lino Coutinho.

PROVISÃO DE 1 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia da Parahyba que sendo presente á Regencia o seu officio n. 50 de 20 de Julho do corrente anno, acerca da duvida que se lhe offerece relativa á continuação das remessas para Londres, para pagamento dos empréstimos brasileiros, por não estar na Lei do Orçamento orçada tal despesa para

essa Provincia, manda, em nome do Imperador, responder á mesma Junta que deve continuar a fazer as remessas que lhe tem sido ordenadas na conformidade do que ultimamente se lhe recomendou, por Provisão de 17 de Agosto passado, em solução ao arbitrio proposto no seu officio n. 18, de 23 de Fevereiro do corrente anno, pois que, estando o Governo autorisado a applicar o saldo disponivel, existente nos cofres das Thesourarias Provinciales, depois de satisfeitas todas as suas despesas legais, para outras decretadas na Lei do Orçamento, nenhum inconveniente pôde haver no cumprimento das ordens que se lhe tem expedido a semelhante respeito. O que cumprirá. Pedro José da Câmara a fez no Rio de Janeiro, em o 1.º de Setembro de 1831. Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever.—Bernardo Pereira de Vasconcellos.— *Acha-se no Diario Fluminense n. 56, vol. 18.*

PROVISÃO DE 1 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia da Parahyba que sendo presente á Regencia o seu officio n. 9 de 3 de Fevereiro do corrente anno, informando sobre a pretensão de José Luiz Nogueira de Moraes á reintegração do emprego de Fiel do Registro do embarque dos generos que outrora serviu, ou qualquer outro emprego, manda, em nome do Imperador, responder á mesma Junta que, tendo o supplicante desamparado o seu lugar sem licença, nenhum direito tem á indemnisação que requer; porém, como pela Circular de 19 de Abril e Lei de 14 de Junho do corrente anno, compete ás Autoridades Provinciales o provimento dos Empregos e Officios não exceptuados na dita Lei, deve o supplicante dirigir a sua supplica á competente Autoridade. O que se lhe participa para sua intelligencia. Alexandre José Ferreira Braga a fez no Rio de Janeiro, em o 1.º de Setembro de 1831. Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever.—Bernardo Pereira de Vasconcellos.— *Acha-se no Diario Fluminense n. 81, vol. 18.*

PROVISÃO DE 1 DE SETEMBRO.

Coll. Plancher.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia da Bahia que sendo presente á Regencia o seu officio n. 38, do 1.º de Julho do corrente anno, acompanhado da copia da representação que lhe dirigira o Administrador da Mesa de Diversas Rendas, expondo as difficuldades de occorrer com a quantia de 3:270.000 rs. para o expediente daquella Mesa, durante o presente anno financeiro, a todas as despesas, que montão a mais do duplo, e se tornão indispensaveis a bem de huma avultada arrecadação em favor da Fazen-

da, e a deliberação que tomou de fornecer á referida Mesa o excedente que fôr absolutamente preciso, mediante o maior desvelo em ciuigr-se, quanto fôr possivel, á disposição da Lei do Orçamento, manda, em nome do Imperador, approvar interinamente o arbitrio que tomou, attentas as razões expendidas, e que vai ser presente o seu officio á Assembléa Geral, para ser tomada na devida consideração. O que se lhe participa para sua intelligencia. Alexandre José Ferreira Braga a fez no Rio de Janeiro, em o 1.º de Setembro de 1831. Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever.—Bernardo Pereira de Vasconcellos.— *Acha-se no Diario Fluminense n. 82, vol. 18.*

PORTARIA DE 1 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Sendo presente á Regencia, em nome do Imperador, o officio de 27 de Junho ultimo, do Vice-Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte, acompanhando o requerimento de Vicente Ferreira de Paiva, em que se queixá de ter sido em alta noite cercada e corrida a sua casa por huma ordem verbal do Juiz de Paz de Villa Flor, Antonio de Albuquerque Maranhão, manda a mesma Regencia, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, responder ao referido Vice-Presidente que a casa do cidadão he inviolavel, excepto nos casos marcados pela Lei; que todo aquelle que houver violado um tão sagrado direito he altamente responsavel, ou tenha sido por ignorancia ou por propria maldade; que neste caso o Official de Justiça e os mais que o acompanháão naquella diligencia são responsaveis, porque devem saber a Lei fundamental do seu Paiz, não devendo correr a casa de hum cidadão, e muito mais sem ordem por escripto do dito Juiz de Paz, o qual tambem se constituiu criminoso, na conformidade do Codigo Penal, por não ter effectuado a responsabilidade sobre o mencionado Official de Justiça; e finalmente, quanto ao queixoso, que é sobremaneira censuravel, por não saber ser cidadão de hum povo livre, abrindo logo a sua casa a homens que, sem ordem por escripto, e contra a Constituição, ião devassa-la. Palacio do Rio de Janeiro, em o 1.º de Setembro de 1831.—José Lino Coutinho.— *Acha-se no Diario Fluminense n. 57, vol. 18.*

PORTARIA DE 1 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

O Thesoureiro Geral interino dos Ordenados, Juros e Pensões, em consequencia do Aviso da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, de 27 de Agosto passado, fique na intelligencia de que não deve continuar o pagamento dos ordenados a Amaro José Vieira, como Escrivão do Registro dos extinctos Tribunaes do Desembargo do Paço e Mesa da Consciencia e Ordens, por se achar servindo de Escrivão da Correção da

Camara de S. Paulo; e a Firmino Herculano de Brito, como Official da Secretaria do ultimo dos ditos Tribunaes, não obstante o Aviso de 15 de Março de 1829, porque, achando-se com exercício de 2º Escripturnario do Thesouro, não pode ser comprehendido no art. 6º da Lei de 22 de Setembro de 1828, pondo-se em conformidade as competentes notas nas Folhas. Paço, em 1º de Setembro de 1831.—Vasconcellos.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 99, vol. 18.*

AVISO DE 1 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Remetto a Vm. os inclusos papeis relativos ao exame a que se mandou proceder pelo Ouvidor da Comarca, sobre alguns pretos vindos da Costa d'Africa, no Brigue Nacional *Lobo*, afim de proceder ao Termo, na forma apontada pelo Conselheiro Procurador da Fazenda, em sua resposta de 24 do passado, que remetterá com todos os papeis, afim de deliberar ulteriormente o que convier. Deos guarde a Vm. Paço, em 1º de Setembro de 1831.—Bernardo Pereira de Vasconcellos.—Sr. Juiz de Fora desta Cidade.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 57, vol. 18.*

AVISO DE 4 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr.—Sendo necessarios nesta Repartição esclarecimentos acerca de huns pretos enviados da Costa d'Africa no Bergantim *Portuguez Trajano*; e constando que no mesmo vierão Officiaes com officios para o Governo, que se suppõe relativos aos ditos pretos, rogo a V. Ex. haja de communicar-me o que houver a tal respeito, para que, com conhecimento de causa, possa deliberar o que convier. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 1º de Setembro de 1831.—Bernardo Pereira de Vasconcellos.—Sr. José Manoel de Almeida.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 57, vol. 18.*

AVISO DE 1 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Por impedimento do Ouvidor da Comarca, encarregue-se Vm. de proceder aos exames necessarios a respeito dos pretos da Costa d'Africa, vindos no Bergantim *Portuguez Trajano*, em conformidade do que se ordenou, em caso identico, por Portaria de 27 de Julho, inclusa por copia, advirtindo a Vm. que, logo que se obtiver da Secretaria respectiva os esclarecimentos necessarios a este respeito, e que nesta data se exigirão, lhe serão communicados. Deos guarde a Vm. Paço, em 1º de Setembro de 1831.—Bernardo Pereira de Vasconcellos.—Sr. Juiz de Fora desta Cidade.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 57, vol. 18.*

AVISO DE 4 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, tendo presente o officio n. 22, em que o Commandante das Armas da Provincia da Bahia, dando conta de existir ali ainda humia Companhia de Cavallaria de primeira linha, que fizera addir ao Corpo da Policia, pede ser autorisado a conservá-la, attenta a necessidade do serviço della: manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, declarar ao referido Commandante das Armas que, não tendo sido semelhante força de Cavallaria contemplada no plano de 4 de Maio do corrente anno, pela qual, em conformidade da Lei de 24 de Novembro de 1830, se mandou organizar o Exercito, não pôde por isso ser conservada, mas antes cumpre immediatamente dissolver, passando-se as praças que estiverem em estado de continuar a servir para os Corpos de primeira Linha, novamente organizados, e ficando os Officiaes que sobraem considerados como avulsos. Palácio do Governo, em 1º de Setembro de 1831.—Manoel da Fonseca Lima e Silva.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 55, vol. 18.*

AVISO DE 1 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. P. Rev. o requerimento incluso de Fr. Antonio da Virgem Maria, que pede licença para poder fora da clausura curar-se da enfermidade que padece, porque, supposto pareça attendivel esta supplica, como pelas leis civis nenhum embaraço ha que dependa da concessão do Governo, e só motivos de consciencia poderão obrigar o supplicante a sollicita-la a V. P. Rev., em tal caso compete conceder a referida licença. Deos guarde a V. P. Rev. Paço, em 1º de Setembro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Provincial dos Religiosos Franciscanos.—*Acha-se a fl. 91 v. do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justica.*

PORTARIA DE 2 DE SETEMBRO.

Coll. Plancher.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, que o encarregado do expediente da Intendencia Geral da Policia expeça as precisas ordens para se não concederem pela mesma Repartição as licenças do costume aos collectados do imposto sobre botequins e tabernas, sem que estes apresentem os respectivos conhecimentos dos pagamentos dos annos anteriores, afim de se evitar o deleixo em que até aqui tem estado a arrecadação do dito imposto. Rio de Janeiro, em 2 de Setembro de 1831.—Bernardo Pereira de Vasconcellos.

AVISO DE 2 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, remetter a V. S. a inclusa relação de diversos devedores do imposto sobre botequins e tabernas no anno proximo passado, afim de V. S. mandar proceder á sua arrecadação, como convém aos interesses da Fazenda Nacional. Deos guarde a V. S. Paço, em 2 de Setembro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Conselheiro Procurador da Fazenda. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 61, vol. 18.*

AVISO DE 2 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Havendo chegado ao conhecimento da Regencia o máo estado em que quasi geralmente se achão, logo em seu começo, as Escolas Elementares de Ensino Mutuo que o Estado, com sacrificio não pequeno, tem procurado estabelecer e espalhar, afim de metter na massa geral dos cidadãos a primeira e mais essencial instrução de ler e escrever, sem o que se não pôde dar melhoria de industria e nem de moralidade; e isto talvez pelo pouco cuidado da parte das Municipalidades a quem cumpria prestar huma escrupulosa attenção em negocio de tanta transcendencia, a mesma Regencia, em nome do Imperador, sempre solicita em promover o bem-estar dos cidadãos Brasileiros, ha por bem que V. Ex., fazendo conhecer ás Municipalidades dessa Província o desgosto que lhe tem causado hum tal conhecimento, exija dellas maior solicitude sobre as Escolas que se acharem estabelecidas em seus respectivos Municipios; nomeando para Inspectores homens de adequada intelligencia na materia e conhecido patriotismo que, velando sobre o estado das Aulas, methodo seguido, conducta dos Mestres e aproveitamento dos discipulos, dêem ás sobreditas Municipalidades exactas e amiudadas contas do que fôrem notando, para se providenciar a respeito; e outro-sim que incumbão aos seus respectivos Fiscaes o cuidado de verem se as Escolas estão sempre abertas no dias que não fôrem feriados, e pelas horas marcadas para cada huma das sessões de ensino, quer de manhã, quer de tarde; ficando os Professores certos que do conhecimento deste em diante não poderão receber seus ordenados sem apresentarem certidão de frequencia, passada pelo respectivo Fiscal do Districto em que ensinão; e finalmente que V. Ex., exigindo das Municipalidades esclarecimentos exactos de 3 em 3 mezes sobre o bom ou máo estado de taes estabelecimentos, informe como o que lhe occor-
Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 2 de Setembro de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Barão de Itapicuru-Mirim. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 121, vol. 18.*

Na mesma conformidade e data para as outras Províncias do Imperio.

AVISO DE 2 DE SETEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Participo a V. S., para sua intelligencia, que tendo a Santa Casa da Misericordia renunciado o privilegio que tinha de Juiz Privativo, deve consequentemente cessar a nomeação de tal Juiz. Paço, em 2 de Setembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se d fl. 85 do Liv. respectivo da Casa da Supplicação.*

AVISO DE 2 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Representando-me hontem o Commandante Geral das Guardas Municipaes que o Commandante do 4º Regimento de Milicias Manoel João Goulart se negára á dispensar os Milicianos de seu Commando para coadjuvarem as mesmas Guardas, bem como me participára o Juiz de Paz Supplente da Villa de Itaguahy que alguns Milicianos do Corpo de Artilharia de 2ª linha igualmente se negavão a prestarem á requisição dos Commandantes de Esquadra o juramento marcado na lei por temor e ameaças do Commandante daquelle Corpo; e não podendo o serviço das referidas Guardas fazer-se com a regularidade que as actuaes circumstancias exigem; nem d'elle tirar-se o fructo que se deseja sem que os Milicianos as coadjuvem nos lugares onde houver dellas necessidade, dirijo-me novamente a V. Ex. para que, fazendo expedir neste sentido circular a todos os Commandantes de taes Corpos, elles se prestem ás requisições que lhes fôrem feitas, assim pelo Commandante Geral das referidas Guardas como pelos respectivos Juizes de Paz, e por este meio cessem de huma vez as reclamações destas autoridades a tal respeito. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 2 de Setembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se d fl. 92 v. do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça, e no Diario do Governo n. 58, vol. 18.*

PROVISÃO DE 3 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Província de Santa Catharina que a Regencia, em nome do Imperador, a quem foi presente o seu officio n. 48, de 15 de Julho ultimo, no qual dava conta da deliberação tomada de nomear as pessoas de que deveria constar a Mesa de Diversas Rendas, mandada crear pela lei de 15 de Dezembro do anno passado, houve por bem determinar que, não obstante a Provisão de 24 de Janeiro do corrente, o Presidente da dita Província, conforme o Aviso que nesta data se lhe expede, faça a dita nomeação segundo entender justo e preciso, como lhe compete em Concelho pelo art. 18 da lei de 14 de Junho proximo preterito. O que se participa

à mesma Junta para sua intelligencia e cumprimento. Narciso Xavier de Barros a fez no Rio de Janeiro, em 3 de Setembro de 1831. Marianno Pinto Lobato, Contador Geral da segunda Repartição, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 71, vol. 18.*

PROVISÃO DE 3 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber à Junta da Fazenda da Provincia do Espirito Santo que sendo presente à Regencia o seu officio n. 50, de 6 de Julho passado, informando sobre a pretensão de João Manoel da Silva, herdeiro habilitado do fallecido Padre Manoel Mendes da Silva, a cerca do pagamento das Congruas e guisamentos que se lhe ficarão devendo da Vigaria da Freguezia de St. José de Porto Alegre, Comarca de Porto Seguro, ha por bem, em nome do Imperador, determinar à mesma Junta que o supplicante seja pago pela sua Thesouraria, procedendo-se, quanto à sua inscripção, na forma da lei de 15 de Novembro de 1827, à vista do respectivo conhecimento, como determina o art. 14 da dita lei, e o pagamento do sello da heranca e da pensão para a Capella Imperial, se estiver por pagar. O que cumprirá Pedro José da Camara a fez no Rio de Janeiro, em 3 de Setembro de 1831. Candido Caldeira de Souza, Adjuntado do Contador Geral, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 85, vol. 18.*

AVISO DE 3 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Conhecendo-se pelo exame que até hoje tem feito a Comissão encarregada da liquidação da Caixa de Londres, que o Visconde de Itabayana dispozera de avultadas quantias, sem ordem que para isso o autorisasse; e havendo nas contas da dita Caixa alguns objectos menos claros, sobre os quaes só o referido Visconde poderá dar os esclarecimentos indispensaveis para a regularidade da mencionada liquidação; e constando-me que já ha muito se expedirão ordens para que elle se recolhesse à Corte, tenho que rogar a V. Ex. de informar-me do que consta nessa Secretaria de Estado sobre a vinda ou não vinda do mencionado Visconde. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 3 de Setembro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Francisco Carneiro de Campos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 55, vol. 18.*

AVISO DE 3 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. S., por copia, o Decreto (*) pelo qual se revoga o Decreto de 29 de Agosto. (*) Decreto de 29 de Agosto. Convidado à boa administração da Justiça que o lugar de Chanceller da Casa da Supplicação, que se acha actual-

qual houve por bem nomea-lo para o lugar de Chanceller da Casa da Supplicação, afim de que V. S. trate, quanto antes, de solicitar a expedição de sua respectiva carta. Deos guarde a V. S. Paço, em 3 de Setembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araújo.

AVISO DE 3 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, manda que Vm. expeça as ordens convenientes para que seja quanto antes posto em liberdade João Bonifacio Alves da Silva, que se acha preso na Fortaleza da Ilha das Cobras. Deos guarde a Vm. Paço, em 3 de Setembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Desembargador Adjuntado do Intendente Geral da Policia. — *Acha-se à fl. 92 v. do Liv. 14 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 3 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Sendo presente à Regencia o officio de Vm., de 26 do mez passado, dando parte de que os moradores das Larangeiras e Cosme Velho lhe havião representado quanto seria prejudicial a tranquillidade publica a soltura do pardo sorto Domingos José do Espirito Santo, que fôra pronunciado por seu antecessor, visto ser tão malvado que até disso faz alarde, manda a mesma Regencia que Vm. dê a este negocio o destino que manda a lei, ao qual o dito seu antecessor já determinou no despacho proferido nos autos que inclusoos reenvio. Deos guarde a Vm. Paço, em 3 de Setembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz Supplente da Freguezia de St. José. — *Acha-se à fl. 65 do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça, e no Diario do Governo n. 58, vol. 18.*

RESOLUÇÃO DE 4 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

Senhor! Por Portaria da Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, de 30 de Dezembro do anno proximo passado, mandou V. M. I. remetter a este Concelho, para consultar, o requerimento de José Luiz da Silva, Escriptario da Contadoria da Administração Diamantina do Tejuco, em que pede ser aposentado com o orde-

mente vago pela nomeação do Visconde de Goyana para Presidente da Provincia do Pará, seja provido em Ministerio de confiança e zelo pelo bem do serviço publico, e concorrendo todas estas circunstancias na pessoa do Desembargador Decano dos Aggravos da sobredita Casa da Supplicação José Paulo de Figueirôa Nabuco Araújo, la por bem nomea-lo para o referido lugar de Chanceller da Casa da Supplicação. Diogo Antonio Feijó, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Agosto de 1831, 40.ª da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Brantio Moniz. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se à fl. 84 v. e 85 do Liv. respectivo da Casa da Supplicação.*

nado correspondente ao lugar de Guarda Livros da dita Administração.

Vinha instruído este requerimento de huma informação da Junta da sobredita Administração que sóbe no original com os respectivos papeis.

E dando-se, por este Concelho, vista ao Procurador da Fazenda Nacional, respondeu o seguinte: — Não vejo folha corrida. Rio, aos 10 de Janeiro de 1831. — Nabuco.

O que tudo visto, parece ao Concelho que he indeferivel o requerimento do supplicante, porque não ha lei que lhe confira a aposentação; nem o serviço de seu emprego he tal que não possa ser substituído por Officiaes companheiros, sem que se grave a Fazenda Publica com tal aposentação, que só servirá de abrir mais hum exemplo que embarace ao Governo para o futuro na igualdade com que deve deliberar sobre taes assumptos; e por isso indeferio a requisição fiscal. Rio de Janeiro, em 24 de Janeiro de 1831, 10^a da Independencia e do Imperio. — Leonardo Pinheiro de Vasconcellos. — Francisco Baptista Rodrigues. — João Sabino de Mello Bulhões Lacerda Castello Branco. — João Prestes de Mello. — Manoel José de Souza Franca. — Forão votos os Conselheiros Luiz Thomaz Navarro de Campos e José Fortunato de Brito Abreu Souza e Menezes.

Resolução. — Como parece. Paço, 30 de Setembro de 1831. — Francisco de Lima a Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se o original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

PROVISÃO DE 5 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia da Bahia que, commettendo-se á Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio a decisão da parte da demonstração n. 2, accusada no seu officio n. 17, de 7 de Março do corrente anno, para prestar os esclarecimentos exigidos por essa Junta, resolveu a Regencia, em nome do Imperador, que he sem fundamento a duvida mencionada no mesmo officio, porque, tendo a Assembléa Geral votado na lei do orçamento a quantia de 220,000 rs., p-la Repartição do Imperio, para a continuação das Missões, supprimindo os vencimentos aos Directores, Escrivães e Procurador dos Indios, visto pertencer á mesma Repartição a Catechese e Civilisação delles, cortou essa despeza do Ministerio da Justiça para evitar duplicata, e por lhe não pertencer aquelle objecto, como me foi communicado em Aviso da referida Secretaria de 30 de Julho ultimo. O que se lhe participa para sua intelligencia e execução. João Rodrigues da Silva a fez no Rio de Janeiro, em 5 de Setembro de 1831. Candido Caldeira de Souza, Adjuncto do Contador Geral, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 84, vol. 18.*

PROVISÃO DE 5 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia da Bahia que, pela Resolução de 30 de Agosto passado, tomada em Consulta do Concelho da Fazenda de 8 do mesmo mez, sobre o seu officio n. 92 de 17 de Dezembro ultimo, acerca do lanço offerecido por José Soares, e affiançado por Venceslão Miguel de Almeida e João Pereira Leite para a arrematação do Contracto das Capatazias da Alfandega d'essa Cidade pelo triennio de 1831 a 1835, resolveu a Regencia, em nome do Imperador, que o referido Contracto seja arrematado por hum anno sómente e independente de approvação deste Thesouro; dando porém conta do que praticar. O que cumprirá: João Rodrigues da Silva a fez no Rio de Janeiro, em 5 de Setembro de 1831. Candido Caldeira de Souza, Adjuncto do Contador Geral, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 84, vol. 18.*

CARTA DE GABINETE DE 5 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Carta de S. M. El-Rei de Dinamarca dirigida a S. M. I. o Senhor D. Pedro II.

Senhor Meu Irmão e Primo. Tendo-me constado, pela Carta que a Regencia Provisoria do Imperio do Brazil me dirigio em nome de S. M. I., em data de 12 de Abril passado, que S. M. I. D. Pedro I acabava voluntariamente de abdicar a Corôa do Brazil em favor de V. M. I., eu vos peço, Senhor Meu Irmão e Primo, que estejais persuadido da sinceridade dos votos que faço para a constante felicidade de V. M. I. e para a prosperidade do seu Governo, e que sempre aproveitarei com muito gosto toda a occasião de cultivar e apertar cada vez mais as relações de amizade e boa intelligencia que tão felizmente subsistem entre os nossos estados. Animado destes sentimentos, rogo a V. M. I. que receba a segurança da alta consideração com que sou, Senhor Meu Irmão e Primo, de V. M. I. Bom Irmão e Primo. — FREDERICO. — A S. M. I. Meu Irmão e Primo Senhor D. Pedro II, Imperador do Brazil. Referendada. Krabbe Caricius. — Fredericksberg, 5 de Setembro de 1831. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 142, vol. 18.*

PORTARIA DE 5 DE SETEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, participar á Camara Municipal desta Cidade, para sua intelligencia, que nesta data se ordena a Manoel Corrêa Fernandes, Official papealista da Secretaria do extincto Tribunal do Desembargo do Paço, que vá inventariar os papeis do extincto Juizo da Almotaceria, para serem en-

tregues ao Juiz de Paz do Sacramento. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Setembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se á fl. 95 v. do Liv. 11 da Córte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 5 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

Em resposta ao officio de V. S. de 29 do mez passado, que acompanhou um mappa organisando a escripturação da Cadêa desta Córte, cumprime-me dizer-lhe que a Regencia, tendo approvado o dito mappa, manda, em nome do Imperador, que V. S. remetta á esta Secretária de Estado tantos exemplares delle quantas são as Provincias do Imperio (*), afim de se enviarem aos respectivos Presidentes, e que, por esta mesma Secretária de Estado, se não de dar as providencias precisas a respeito das Cadêas desta Provincia. Deos guarde a V. S. Paço, em 5 de Setembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 88 do Liv. respectivo da Casa da Supplicação.*

AVISO DE 5 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Participo a V. Ex. em resposta ao Aviso de 26 do mez antecedente, que, tendo constado por huma parte do Commandante da corveta *Sete de Abril*, empregada no cruzeiro sobre a costa desta Provincia, que no brigue Portuguez *Trajano* vinhão alguns Africanos, ordenei ao Juiz da Alfandega que formas-se os autos necessarios sobre a existencia dos mesmos Africanos, e enviasse ao Superintendente Geral dos Contrabandos, para progredir nos mais termos de Direito, e nesta data tenho feito expedir novas ordens áquella autoridade, á vista da informação que acabo de receber, e de que remetto a V. Ex. a copia inclusa, para dar as providencias necessarias para o immediato deposito dos sete Africanos que com effeito se acharão a bordo do sobredito brigue, afim de proseguir-se legalmente nos mais termos de Direito. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 5 de Setembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Francisco Carneiro de Campos. — *Acha-se á fl. 94 do Liv. 11 da Córte na Secretaria da Justiça, e no Diário Fluminense 61, vol. 18.*

AVISO DE 5 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, a quem foi presente o officio de V. S. de 3 do corrente, expondo as medidas que adoptara acerca dos sete Africanos que foram com effeito encontrados a bordo do brigue Portuguez *Trajano*, ordena, em nome do Imperador, que V. S. dê as providencias que forem necessarias para o immediato deposito dos mesmos Africanos, e remessa dos autos respectivos ao Juizo

(*) Em officio de 6 de Setembro remetti 18 mapps.

dos Contrabandos, na conformidade do Aviso de 19 do mez antecedente, afim de proceder-se legalmente nos mais termos de Direito, bem como a respeito das vinte e tantos incluídos na matrícula, como V. S. expõe. Deos guarde a V. S. Paço, em 5 de Setembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Lucio Soares Teixeira de Gouveia. — *Acha-se á fl. 93 do Livro 11 da Córte da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 5 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretária de Estado dos Negocios da Fazenda, que o Encarregado do expediente da Intendencia Geral da Policia expeça as precisas ordens para se não concederem pela mesma Repartição as licenças do costume aos Collectados do imposto sobre botecos e tavernas, sem que estes apresentem os respectivos conhecimentos dos pagamentos dos annos anteriores. Paço, em 5 de Setembro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 61, vol. 18.*

AVISO DE 5 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Tendo levado ao conhecimento da Regencia o officio de V. S. que acompanhou o offerecimento feito pelos Officiaes da Alfandega para prestarem os seus serviços em defesa do estabelecimento em que servem, alistando-se para isso como soldados da Patria, a mesma Regencia, em nome do Imperador, á vista de tão patrióticos sentimentos, que lhes manda louvar, ha por bem aceitar-lhes tal offerecimento, e determina que V. S. empregue os ditos Officiaes como julgar mais conveniente, em defesa deste estabelecimento, podendo para isso requisitar o necessario armamento ao Arsenal do Exercito, a cuja Repartição vão expedir-se as precisas ordens. Deos guarde a V. S. Paço, em 5 de Setembro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Conselheiro Juiz da Alfandega desta Córte. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 61, vol. 18.*

AVISO DE 5 DE SETEMBRO.

Coll. Plancher.

Illm. e Exm. Sr. — Pretendendo o Chanceler da Casa da Supplicação ir com alguns Juizes a bordo da não *Petro*, a inspecção as commodidades dos presos que para ali passam da Cadêa desta Cidade, faz-se necessario que V. Ex. dê as ordens que forem convenientes, não só para que nenhuma das referidas Autoridades e seus respectivos Escrivães encontrem o menor embargo, todas as vezes que tenham de ir a bordo da sobredita não, de officio, como para observar-se com os presos o detalhe distributivo das Autoridades Judiciaes. Deos guarde a V. Ex. Pa-

co, em 5 de Setembro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. José Manoel de Almeida.

RESOLUÇÃO DE 6 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

Senhor.—Por Portaria da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça de 16 de Junho do corrente anno, mandou V. M. I. remetter a este Concelho, para consultar, o requerimento do Desembargador Francisco Xavier Furtado de Mendonça do theor seguinte:—Senhor, Diz o Desembargador Francisco Xavier Furtado de Mendonça que, tendo occupado o exercicio de Aggravista da Casa da Supplicação, por impedimento do Desembargador Francisco Carneiro de Campos, onde o supplicante servio por espaço de oito mezes e vinte e hum dias, assim como a setima casa de agravos, em 25 de Janeiro do corrente anno até o dia 23 de Abril; tudo consta do documento, cuja nomeação de serventia foi na conformidade da Lei, devendo ser pago o supplicante pela parte que a Lei determina, no que: Pede a V. M. I. se digne mandar pagar ao supplicante aquella parte respectiva que pertence ao supplicante, como Serventuário que foi.—E R. M.—Rio de Janeiro, 5 de Junho de 1831.—Como Procurador, José Maria de Souza.

Este requerimento vinha instruido com respostas do Procurador da Fazenda Nacional, dada pela Repartição dos Negocios da Justiça do theor seguinte:—A quinta parte que as Leis tem designado para os Desembargadores e outros empregados, quando servem pelos impedidos, de cujo ordenado se deduz, e não da Fazenda Publica, tão declarada sem onus a respeito de taes Serventuários, que nem mesmo lhes paga quando a serventia he de lugares inteiramente vagos, Decreto de 27 de Março de 1802. E porquanto o supplicante servio nos impedimentos dos Desembargadores de Aggravos, Carneiro de Campos e Barradas, que, no tempo da serventia delle, não vencião ordenados de que a quinta parte se pôdesse tirar, o primeiro por ser Senador e Ministro de Estado, o segundo porque, não tendo ainda entrado no exercicio do lugar de que só tomou posse, ainda também não entrou no vencimento do respectivo ordenado, segue-se que não pôde ser deferido. Rio, 14 de Junho de 1831.—Maia.

Dando-se pelo Concelho vista ao mesmo Procurador da Fazenda, respondeu:—Já officiei em rigorosa conformidade com o Direito escripto, quando só se tratava de averiguar se a pretensão do supplicante era fundada em Lei, para ter o Governo a necessaria obrigação de deferir-lhe.

Agora, porém, que se manda consultar este Tribunal se pôde dar-se mais alguma amplitude, não duvidarei em que, não havendo nada mais justo e consentaneo com a razão e justiça universal, e mais conforme com os principios daquelle Direito, que, não escripto, serve comtudo de base a toda a Legislação ajustada que, o pagar-

se a quem trabalha, e de huma maneira equivalente, de justiça seria deferir o supplicante, mandando-se-lhe pagar o ordenado correspondente ao tempo que servio, não só pela quinta parte, como nos casos ordinarios de impedimento de ausência ou molestia dos proprietarios, mas sim no todo quemais accresce do ordenado de Aggravista ao de Desembargador Extravagante, como d'antes se praticava, na conformidade do assento de 11 de Janeiro de 1828, e como com outros se tem praticado em épocas recentes. Rio, 4 de Julho de 1831.—Maia.

Juntandose depois huma consulta, resolvida sobre caso identico, officiei novamente o dito Procurador da Fazenda, sendo ouvido, pela maneira seguinte:—Faga-se justiça. Rio, 25 de Julho de 1831.—Maia.

O que tudo visto, parece ao Concelho que o supplicante se acha nos termos de vencer a quinta parte do ordenado de lugar de Desembargador Aggravista, que substituiu no impedimento do proprietario Francisco Carneiro de Campos, por não haver direito que se lhe opponha, sendo contada essa quinta parte depois do quadragesimo dia de substituição. Rio de Janeiro, em 29 de Agosto de 1831, anno 10º da Independencia e do Imperio.—João Prestes de Mello.—José Caetano de Andrade Pinto.—Manoel José de Souza França. Foi voto o Conselheiro João Sabino de Mello Bulhões Lacerda Castello Branco.

Resolução.—Como parece. Palacio do Rio de Janeiro, 6 de Setembro de 1831.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Braulio Moniz.—Diogo Antonio Feijó.

AVISO DE 6 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, determina que Vm. expeça as mais positivas ordens a todos os Commandantes dos Corpos de segunda linha da Corte e Provincia para coadjuvarem com toda a efficacia as respectivas Guardas Municipaes, prestando-se promptamente as requisições que lhes fizerem, tanto os Commandantes Geraes das Guardas, como os competentes Juizes de Paz. Deos guarde a Vm. Palacio do Governo, 6 de Setembro de 1831.—Manoel da Fonseca Lima e Silva.—Sr. Francisco Carlos de Moraes.—Acha-se no *Diário Fluminense* n. 61, vol. 18.

AVISO DE 6 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr.—Cumprindo que na Provincia de Matto Grosso se proceda, na conformidade do Decreto e Plano de 4 de Maio do corrente anno, á reorganisação da Legião de primeira linha da mesma Provincia, na qual se deverá fundir o Batalhão de Caçadores n. 29 de primeira linha, que, por não entrar no numero dos Batalhões que ficão existindo, se manda ora supprimir, e delle unicamente organizar duas Com-

panhías de Caçadores, que, sendo consideradas como parte integrante da Legião, estarão comtudo destacadas na Provincia de Goyaz, de que farão a guarnição, ordena a Regencia, em nome do Imperador, que V. Ex. nesta intelligencia mande logo proceder nessa Provincia de Matto Grosso á reorganisação da Legião de primeira linha, na fórma do mencionado Plano, contemplando-se as duas Companhias em questão, que ficarão destacadas em Goyaz. O que participo a V. Ex. para seu conhecimento e execução, prevenindo-o de que ao Presidente de Goyaz se expedem as ordens precisas, pelo que respeita á suppressão do Batalhão n. 29, e formatura das duas Companhias que devem fazer parte da Legião. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 6 de Setembro de 1831.—Máoel da Fonseca Lima e Silva.—Sr. Antonio Corrêa da Costa.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 62, vol. 18.*

AVISO DE 6 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Em vista do que V. S. expõe em seu officio de 31 do passado, em resposta ao Aviso de 29, sobre a chapa dos bilhetes da Alfandega, poderá fazer uso dos que ha impressos para os assignados dos Direitos do mez de Agosto, remetendo todos os mais ao Thesouro para serem inutilisados ou queimados; só vindo prevenir ao publico de que por esta só vez servem taes bilhetes com emendas, visto que já se derão as precisas ordens para a abrição de nova chapa e impressão de bilhetes. Deos guarde a V. S. Paço, em 6 de Setembro de 1831.—Bernardo Pereira de Vasconcellos.—Sr. Conselheiro Juiz da Alfandega desta Côrte.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 63, vol. 18.*

AVISO DE 6 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr.—Cumpre-me transmittir a V. Ex. o incluso extracto de hum officio, datado de Hamburgo aos 16 de Junho do corrente anno, que acabo de receber do Encarregado de Negocios do Brazil, Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond, na qual expõe haver-se infelizmente propagado em muitos pontos da Europa o terrivel contagio da cholera-morbus, affirmo de que V. Ex. haja de determinar as providencias que julgar adequadas a preservar o nosso Paiz de huma tal calamidade, como he de urgente necessidade. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 6 de Setembro de 1831.—Francisco Carneiro de Campos.—Sr. José Lino Coutinho.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 61, vol. 18.*

NOTA DE 9 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Em resposta á Nota que o abaixo assignado, Encarregado de Negocios de S. M. Britannica,

teve a honra de receber de S. Ex. o Sr. Francisco Carneiro de Campos, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, reque-rendo ser informado da duração provavel dos trabalhos feitos em Cabo Frio, debaixo da direcção dos Officiaes do navio de S. M. Britannica Lightning, para se salvar a propriedade ingleza que jaz na *Thetis*, tem a dizer que já tomou as necessarias medidas para condescender com os desejos de S. Ex., e o resultado lhe comunicará em devido tempo.

O abaixo assignado aproveita-se desta occasião para assegurar a S. Ex. que, na continuação daquelle serviço (que he de notar-se he explicitamente sancionado pelo art. 18 do Tratado de Amizade e Commercio entre o Governo da Grã-Bretanha e Brazil) tem-se expedido reiteradas e positivas ordens ao Official Commandante para escrupulosamente se abster, como até agora, de se intrometer nas occupações dos habitantes das Villas vizinhas, que hajão de dar justos motivos de queixa.

O abaixo assignado tem a honra de renovar a S. Ex. as seguranças da sua mais alta consideração e estima.—(Assignado) *Arthur Aston*, Rio de Janeiro, 9 de Setembro de 1831.

A S. Ex. o Sr. Francisco Carneiro de Campos, etc., etc., etc.

—O abaixo assignado, do Concelho de S. M. I., Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, accusa a recepção da Nota que lhe dirigio o Sr. Arthur Aston, Encarregado de Negocios de S. M. Britannica, em data de 15 do mez passado, em resposta á que lhe passou em data de 6 do mesmo mez, relativamente á representação da Camara Municipal da Cidade de Cabo Frio, sobre os damnos que se diz causavão os Inglezes que se achão na Ilha do Foucinho, embaraçando ali a pescaria.

Havendo-se o Sr. Aston limitado unicamente a desvanecer as increpações que se fizeram áquelle respeito aos subditos da sua Nação, sem que declarasse o tempo em que se retirarião os seus compatriotas daquelle Ilha, como o abaixo assignado exigira na sua citada Nota, vê-se o abaixo assignado na necessidade de solicitar do Sr. Aston huma resposta a este respeito, affirmo de poder satisfazer convenientemente aos esclarecimentos que delle solicitou o Secretario da Camara dos Srs. Deputados.

O abaixo assignado renova ao Sr. Aston as expressões do seu obsequio e estima.

Palacio do Governo, em 2 de Setembro de 1831.—Francisco Carneiro de Campos.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 104, vol. 18.*

EDITAL DE 9 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Não podendo verificar-se a inspecção de saúde dos Empregados aposentados por molestias, e cujas aposentadorias ainda não forão approvadas pela Assembléa Geral, por meio da com-

missão de Facultativos da Sociedade de Medicina desta Córte, como foi annuciado pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 29 do mez passado, faz-se saber aos ditos Empregados aposentados que se achão expedidos as convenientes ordens para que se verifique a referida inspecção de saúde por meio da commissão que fôr nomeada pela Congregação dos Lentes da Academia Medico-Cirurgica desta Córte, onde elles deverão apresentar-se para a determinada averiguação. Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 9 de Setembro de 1831.—Luiz Joaquim dos Santos Marrocos.—*Acha-se no Diário Fluminense n. 60, vol. 18.*

PORTARIA DE 9 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Tendo sido denunciado pela Camara da Villa da Parnahyba da Provincia de S. Paulo o Desembargador Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chichorro, por haver falsificado as eleições para Juiz de Orphãos daquella Villa, introduzindo nos Pelouros o nome de hum cidadão em que nenhum Eleitor votára, e em cuja casa o mesmo Desembargador se achava hospede, foi ha pouco absolvido de semelhante crime pelos Desembargadores Carvalho, Vernecke, Cunha e Ferraz, sendo vencidos Pinto, Barbosa e Siqueira, com o pretexto de o ter feito por descuido, haver-se o mesmo denunciado, e não ter surtido effeito a dita eleição. Attendendo o Governo que, se taes motivos salvassem da responsabilidade aos Magistrados, nenhum castigo jámais se lhes imporia, illudindo-se assim a Lei, e tornando-se semelhantemente nominal a maior garantia dos cidadãos contra as prevaricações de semelhantes Empregados: manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, que o Supremo Tribunal de Justiça faça immediatamente responsabilisar os Juizes que tal sentença proferirão, dando parte do resultado pela referida Secretaria de Estado, para darem-se as ultteriores providencias. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Setembro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—*Acha-se no Diário Fluminense n. 60, vol. 18.*

AVISO DE 9 DE SETEMBRO.

imp. avulso.

Sendo presente á Regencia o officio da Camara Municipal desta Cidade, na data de 30 do mez proximo passado, sobre os meios que pretende se ponhão em execução para evitar-se o contagio da cholera-morbus: manda a mesma Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar á dita Camara que, quanto á primeira parte do seu officio, já se derão as providencias afim de que a Repartição da Marinha, apromptando uma pequena embarcação, a ponha, segundo o seu pedido, ancorada no Sacco da Jurujuba, á disposição do Vereador que serve de Provedor da

Saúde deste Porto, para que com ella tome todas as cautelas precisas afim de não atracar escalel algum, ou desembarcar gente e generos das embarcações que se houverem de mandar fazer ali a quarentena; e que, quanto ás duas ultimas medidas apontadas pela mesma Camara, isto he, a de fazer immediatamente sahir para o alto mar aquellas embarcações que entrando tiverem a seu bordo algum doente da cholera-morbus; e tambem a de se não consentir que entre neste porto embarcação alguma vinda de portos onde se saiba que reina a dita doença, ainda que não traga enfermos: não podem ser tomadas em consideração, por se opporem ás Leis da humanidade, que mandão sim evitar o contagio, mas não acabar com os doentes e os sãos, só por terem sahido de hum lugar infeccionado, e mesmo porque com estas duas medidas tão extremas erão escusados então todos os outros cuidados e trabalhos de separação e quarentena. Por to las estas razões, entende a Regencia que a mencionada Camara Municipal, cumprindo á risca com o Regulamento mandado observar por Decreto de 17 de Janeiro de 1829, principalmente com os seus dous arts. 10 e 12, não obstante terem sido suspensos por Portaria de 11 de Junho do mesmo anno, por haver cessado a febre amarella que então reinava em Gibraltar, pôde muito bem pôr a salvo do contagio da cholera-morbus este porto, entregue a seus cuidados, e tanto mais quanto, auxiliada com as observações feitas a tal respeito pela Sociedade Medica desta Cidade, que por copia se lhe remetem, para sua melhor direcção, pôde, em materia de tanta importancia, dar ainda alguma nova providencia; e, em conclusão, não cessa a Regencia de mandar recomendar mui seriamente á dita Camara toda a vigilancia e exame nas embarcações que entrarem dos portos do Norte da Europa, bem como uma prompta e rigorosa execução das medidas sanitarias estabelecidas para este porto. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Setembro de 1831.—José Lino Coutinho.—*Acha-se no Diário Fluminense n. 71, vol. 18.*

AVISO DE 9 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr.—Sendo veridicamente sabido que pelo Norte da Europa reina desgraçadamente a mortifera doença denominada cholera-morbus, que tantos estragos já tem feito na Polonia, Russia e Prussia, e ainda os continúa a fazer, estendendo-se progressivamente mesmo a alguns outros povos para o Occidente e Sul da Europa; e convindo tomar todas as medidas sanitarias nos portos deste Imperio, sempre abertos, e em continuada communicação com os navios que dali chegam, afim de se evitar o apparecimento de tão aguda, como terrivel doença, não obstante a discordancia que ainda existe entre os Medicos, de ser ou não contagiosa por sua natureza, por ser certo que he melhor precaver o mal do que resolver a questão, no caso

que desgraçadamente appareça o contagio: a Regencia, em nome do Imperador, ha por bem que V. Ex. faça que a Camara Municipal dessa Cidade, bem como as de todas as Villas maritimas dessa Provincia, que tem communicação com os referidos povos do Norte da Europa, onde reina aquella enfermidade, ponhão mui serio cuidado em semelhante negocio, que pôde, por desgraça nossa, acabar com o Brazil, nos apuros em que se acha, cumprindo á risca com o Regulamento mandado observar por Decreto de 17 de Janeiro de 1829, e muito principalmente com os seus dous arts. 10 e 12, não obstante terem sido suspensos por Portaria de 11 de Junho do mesmo anno, por haver cessado a febre amarella que então reinava em Gibraltar. E para que as ditas Camaras possam melhor desempenhar hum tão sagrado dever, manda a mesma Regencia remetter por copia a V. Ex., para chegar ao conhecimento das referidas Camaras, as reflexões que a tal respeito offerecem a Sociedade de Medicina estabelecida nesta Côrte, ficando essencialmente responsaveis por toda e qualquer negligencia que em seu cumprimento se encontrar. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Setembro de 1831.—José Lino Coutinho.—Sr. Barão de Itapicuru-mirim.

O mesmo para todas as outras Provincias do Imperio.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 71, vol. 18.*

AVISO DE 10 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr.—Para maior brevidade, passo ás mãos de V. Ex. todos os documentos originaes que me remetteu o nosso Encarregado de Negocios em Suecia, acerca da cholera-morbus; e V. Ex. terá a bondade, logo que delles fizer o conveniente uso, para prevenir que tal flagello se estenda ao Imperio, de devolve-nos para integridade da correspondencia. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 10 de Setembro de 1831.—Francisco Carneiro de Campos.—Sr. José Lino Coutinho.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 62, vol. 18.*

AVISO DE 10 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, recebendo com agrado o testemunho prestado pelo Commandante das Armas da Provincia de S. Pedro do Sul, em seu nome e da Tropa do seu commando, no seu officio n. 85: manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, louvar ao mesmo Commandante das Armas pelos bons sentimentos que o animão, e á Tropa do seu commando, para a fiel manutenção do juramento que prestarão. Palacio do Governo, em 10 de Setembro de 1831.—Manoel da Fonseca Lima e Silva.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 64, vol. 18.*

PORTARIA DE 12 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justica, remetter á Camara Municipal desta Cidade a relação inclusa do vestuario que tem vencido os presos de justica que ora existem na Fortaleza de Santa Cruz, desde o 1.º de Janeiro de 1830 até 30 de Junho do corrente anno, para que, na conformidade do art. 13 da lei do organimento do presente anno financeiro, a mesma Camara faça apromptar e entregar os artigos mencionados na sobredita relação a pessoa autorizada pelo Commandante daquella Fortaleza, para o que se tem expedido nesta data ordem ao Thesouro Publico para a entrega de 1:000\$ rs. por conta da quantia designada para o sustento dos presos pobres deste Municipio. Palacio do Rio de Janeiro, em 12 de Setembro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—*Acha-se á fl. 96 do Liv. 11 da Côrte na Secretaria da Justica, e no Diario Fluminense n. 77, vol. 18.*

Communicou-se na mesma data ao Ministro dos Negocios da Guerra.

AVISO DE 12 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Constando, por informação da Comissão Liquidadora do Banco, que nelle existem ainda alguns dinheiros a juro, pertencentes a orphãos, sem que percebão lucro algum desde 11 de Dezembro de 1829, manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. S. dê as providencias que fôrem necessarias para que taes dinheiros sejam removidos com brevidade e recolhidos ao cofre respectivo. Deos guarde a V. S. Paço, em 12 de Setembro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Nicoláo da Silva Lisboa.—*Acha-se á fl. 96 do Liv. 11 da Côrte na Secretaria da Justica, e no Diario Fluminense n. 77, vol. 18.*

AVISO DE 12 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

Devendo o Juiz de Paz Supplente da Freguezia de S. José enviar a V. S. hum requerimento dos moradores das Laranjeiras contra Domingos José do Espirito Santo, manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. S., tomando em consideração a dita representação, dê as providencias legaes que o caso exigir, participando depois por esta Secretaria de Estado o resultado dellas. Deos guarde a V. S. Paço, em 12 de Setembro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Nicoláo da Silva Lisboa.—*Acha-se á fl. 96 do Liv. 11 da Secretaria da Justica.*

DECRETO DE 13 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, sanciona e manda que se execute

a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º O Governo fica autorisado a confirmar nos postos a que foram elevados, em consequência de propostas legalmente feitas por serviços prestados nas diferentes Províncias do Imperio, a bem da Independencia Nacional, aquelles Officiaes e Officiaes Inferiores que, tendo sido promovidos, não foram todavia confirmados por terem tomado parte em commoções politicas.

Art. 2.º A disposição do artigo antecedente comprehende a todos aquelles que foram sentenciados em Comissões Militares, competindo ás viúvas destes e quaesquer outros a quem a lei favorece os mesmos direitos de que gozarião se não fossem sentenciados.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Setembro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Manoel da Fonseca Lima e Silva.

AVISO DE 13 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, remetter a V. S. o officio incluso do Vice-Presidente da Provincia de Matto Grosso, de 6 de Maio deste anno, assim de decidir-se na Casa da Supplicação o conflicto de jurisdicção que ali occorreu entre o Juiz dos Orphãos da Cidade de Cuyabá e o Ouvidor daquella Comarca, na qualidade de Procurador, como expõe no mencionado officio o dito Vice-Presidente. Deos guarde a V. S. Págo, em 13 de Setembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se a fl. 96 v. do Lit. 11 da Côrte na Secretaria da Justiça, e no Diario Fluminense n. 77, vol. 18.*

CARTA DE GABINETE DE 13 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Tradução.

André Jackson, Presidente dos Estados-Unidos da America, á Regencia Provisoria do Brazil, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil. Saúde.

Recebemos das mãos do Sr. José de Araujo Ribeiro, Encarregado de Negocios do Brazil, a Carta que vos dignastes dirigir-nos em 12 de Abril de 1831, annunciando não só a abdicção voluntaria de S. M. D. Pedro I em favor de seu filho D. Pedro II, e a eleição que os Representantes da Nação fizeram de huma Regencia Provisoria, em nome do Imperador; mas tambem segurando aos Estados-Unidos a disposição da parte do Governo de S. M. de estreitar os vinculos de amizade e de perfeita harmonia que felizmente subsistem agora entre si, e sempre subsistirão.

Ao mesmo tempo que recebemos com viva satisfação e plenamente retribuimos esta expressão da boa vontade da parte do Governo de S. M., aproveitamos a occasião para significar nossa esperança e sinceros desejos de que o successo memoravel e radical que tão prompta e amigavelmente nos annunciastes na vossa comunicação, possa contribuir para huma felicidade duradoura da nação Brasileira, que recommendamos á protecção do Omnipotente. Escripita em Washington, aos 13 dias de Setembro de 1831, e da Independencia dos Estados-Unidos. 56. — Assignado, André Jackson. — Pelo Presidente, Daniel Breret, fazendo as vezes de Secretario de Estado. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 127, vol. 18.*

PROVISÃO DE 14 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul que a Regencia, em nome do Imperador, em vista da sua informação dada em officio n. 40, de dezoito de Julho do corrente anno, acerca do requerimento de José Joaquim de Freitas, em que pedia se lhe mandasse passar Alvará de Serventia Vitalicia do emprego de Administrador e Thesoureiro da Mesa Fiscal da Povoação do Norte, houve por bem determinar, conformando-se com a resposta ao dito respeito do Conselheiro Procurador da Córrea, Soberania e Fazenda Nacional, que, attenta a razão de ter sido o estabelecimento daquella Administração Fiscal provisoriamente ordenado pela Provisão de 3 de Outubro de 1829, não tem lugar o provimento que requer o supplicante, nem pelo Thesouro, nem pelo Presidente da Provincia em Concelho, posto que não seja dos exceptuados no artigo 18 da lei de 14 de Julho ultimo. O que se lhe participa para sua intelligencia e para o fazer constar ao mesmo supplicante. Narciso Xavier de Barros a fez no Rio de Janeiro, em 14 de Setembro de 1831. — Mariano Pinto Lobato, Contador Geral da segunda Repartição, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 115, vol. 18.*

AVISO DE 14 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Recebi o officio que em 27 do mez passado Vm. me dirigio, na qualidade de Secretario da Sociedade de Medicina desta Côrte, e tenho de significar-lhe em resposta que com satisfação me presto a annuir que na mala dos officios que se dirigem a esta Repartição venha a porção de pus vaccinico que periodicamente haja de remetter á Sociedade Janeriana; em conformidade pois, passo a expedir as necessarias ordens ao Encarregado de Negocios do Imperio em Londres, e me apressarei a transmittir a Vm. as remessas á medida que fôrem chegando. Deos guarde a Vm. Palacio do Governo, em 14 de Setembro

de 1831. — Francisco Carneiro de Campos. — Sr. Luiz Vicente de-Simoni. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 73, vol. 18.*

AVISO DE 14 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Participo a V. S., para sua intelligencia e em resposta ao seu officio de 13 do corrente, que nesta data se tem expedido ordem ao Thesouro Nacional para por ali se entregar, á pessoa que por V. S. fôr autorizada, 1000 rs. diarios para sustento dos presos que forão removidos da Cadea para bordo da não *Pedro I*, e que deverão dali ser remettidos para a enfermaria da Cadea todos aquelles que possão adoecer, como exige o Commandante da referida não. Deos guarde a V. S. Paço, em 14 de Setembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 97 do Liv. 11 da Côrte na Secretaria da Justiça; e no Diario Fluminense n. 77, vol. 18.*

Communicou-se ao Ministro dos Negocios da Marinha na mesma data.

PROVISÃO DE 15 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de S. Paulo que a Regencia, em nome do Imperador, a quem foi presente o seu officio n. 12, de 11 de Junho do corrente anno, dando conta da venda de 1,629 arrobas e 22 libras de café do dizimo dos dous annos findos em Junho de 1829, da Villa de S. Miguel das Arêas e Freguezia do Bananal, contractada com o Sargento-Mór José Pereira de Azevedo Castro, ha por bem determinar que a mesma Junta informe circunstanciadamente e sem demora acerca das razões em que se fundou para hum tal procedimento, não só le-ivo á Fazenda Nacional pelo preço assaz diminuto de 700 rs. a arroba, por que contractou a dita venda, como também contrario ás instrucções que acompanhãõ a Provisão de 5 de Junho do sobredito anno de 1829, expedido a bem da arrecadação dos mesmos dizimos. O que assim terá entendido a mesma Junta e cumprirá. Amaro Velho da Silva Bitancourt a fez no Rio de Janeiro, em 15 de Setembro de 1831. Marianno Pinto Lobato, Contador Geral da segunda Repartição, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 106, vol. 18.*

PORTARIA DE 15 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

O Provedor interino da Casa da Moeda Emilio João Valletaro fique na intelligencia de que se tem approvado a medida economica que em seu officio de 25 do mez ultimo participa ter tomado sobre a preparação dos laminadores, por isso que se não acha ainda suspenso por lei o cunho das

moedas de ouro e prata, na conformidade do regimento da mesma Casa e das leis em actual vigor; e outrosim que faça levantar os novos bustos com as competentes modificações nas legendas, devendo cômtudo observar que nada se deve alterar do que estiver legalmente estabelecido, a respeito do peso, valor, inscripção, typo e denominação das moedas. Rio de Janeiro, em 15 de Setembro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 109, vol. 18.*

AVISO DE 15 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Incluso remetto a V. S. por copia, para sua intelligencia e governo, o termo e obrigação que em Juizo assignou José Maria da Silva, relativamente aos pretos vindos da Costa d'Africa no brigue *Lobo*; responsabilizando-se a dar conta delles em todo e qualquer tempo que assim lhe fôr determinado por ordem superior. Deos guarde a V. S. Paço, em 15 de Setembro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Conselheiro Juiz da Alfandega. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 78, vol. 18.*

AVISO DE 15 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — Queira V. Ex. expedir as ordens que sôrem convenientes para que no Arsenal da Marinha se entreguem ao Commandante das Guardas Municipaes os chuchos que requitarem para bem do serviço de que se achão encarregados. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 15 de Setembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Manoel de Almeida. — *Acha-se á fl. 97 v. do Liv. 11 da Côrte na Secretaria da Justiça.*

Communicou-se na mesma data a Sebastião do Rego Barros.

AVISO DE 15 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, a quem fiz presente o officio de Vm. de 10 do corrente, servindo de informação ao requerimento do pardo João Linhares, que se acha recolhido á prisão do Calabouço, manda, em nome do Imperador, que Vm. faça com que elle e os mais presos que forão remettidos a essa Intendencia pela Repartição da Marinha, sejam logo entregues á autoridade competente para dar-lhes o destino legal, e não estarem por mais tempo indevidamente privados de sua liberdade. Deos guarde a Vm. Paço, em 15 de Setembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia. — *Acha-se á fl. 98 do Liv. 11 da Côrte na Secretaria da Justiça.*

DECRETO DE 16 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, manda demittir do serviço do Exer-

cito, na conformidade do art. 10º da Carta de Lei de 24 de Novembro de 1830, os Officiaes constantes da Relação que com este baixa, assignada por Manoel da Fonseca Lima e Silva, etc. O Concelho Supremo Militar o tenha assim entendido, e lhes expêça em consequencia os despachos necessarios. Paço, em 16 de Setembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Manoel da Fonseca Lima e Silva.

Relação dos Officiaes que, por Decreto datado de hoje, se mandão demittir do serviço do Exercito, na conformidade do art. 10º da Carta de Lei de 24 de Novembro de 1831.

Batalhão de Caçadores n. 20 de 1ª linha, antiga numeração: — O Tenente José Carneiro.

Corpo de Artilharia de Posição n. 9 de 1ª linha, antiga numeração: — O 1º Tenente Manoel Antonio da Cunha.

Segunda linha: — O Tenente-Coronel do extinto 1º Regimento de Infantaria da Provincia do Piahy, Antonio José de Araujo Bacellar.

Batalhão de Caçadores n. 79: — O Ajudante Felix Antonio da Rocha.

Batalhão de Caçadores n. 83: — O Tenente Manoel da Costa Araujo.

Paço, em 16 de Setembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 81, vol. 18.*

PORTARIA DE 16 DE SETEMBRO.

Coll. Plancher.

Sendo presente á Regencia os officios de V. P. de 2 e 3 do corrente, o primeiro servindo de informação ao requerimento do pardo Miguel da Silva, escravo desse Mosteiro, que pretende a sua liberdade; e o segundo acerca dos embarços que encontra na decisão de certos negócios, á vista da Resolução do anno passado sobre os Contractos onerosos das ordens regulares, manda, em nome do Imperador, responder a V. P. que, quanto ao primeiro objecto, jámais se poderá entender aquella Resolução como prohibitiva da liberdade dos escravos; mas que, no caso de V. P. ainda entrar nessa duvida, lhe conceder licença para o poder fazer; e, respeito ao mais que pondera, que todas as vezes que fôr mister qualquer alienação ou contracto sobre os bens do Mosteiro, o Governo prestará a licença necessaria, á vista do que lhe fôr allegado, na conformidade da mesma Resolução. Deos guarde a V. P. Paço, em 16 de Setembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. D. Abbade do Mosteiro de S. Bento.

AVISO DE 16 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Sendo digna de consideração a representação inclusa da Junta da Fazenda dos Arsenaes do Exercito, para que se não de-

duza das prestações mensaes que ella tem de receber do Thesouro Nacional, por conta da quantia de 111:000\$ rs. que a lei de 15 de Dezembro de 1830 consignou para aquella Repartição, durante o presente anno financeiro, a quantia de 5:947\$265 rs., importância de direitos de polvora comprada a Guilherme Young no anno de 1826; espero que V. Ex., á vista das razões allegadas pela mesma Junta, mande suspender a deducção em questão, assim como qualquer outra que não pôde jámais caber na quantia estritamente decretada para as despesas indispensaveis e correntes no presente anno financeiro. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 16 de Setembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 73, vol. 18.*

AVISO DE 16 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Achando-se decretada no § 15 do art. 19 do tit. 5º da Lei de 15 de Dezembro de 1830, a quantia de 13:597\$600 rs. para as despesas durante o corrente anno financeiro, com os empregados no extinto commissariado, seu expediente e diversos fornecimentos; e ordenando o § 5º do art. 4º da Lei de 24 de Novembro de 1830, que o fornecimento dos generos que pelo Commissariado era feito aos Quartéis, Corpos de Guardas e Fortalezas será encarregado no Rio de Janeiro ao Almojarife do Arsenal do Exercito e o seu valor conforme aos preços do mercado: expedi ordem ao Thesoureiro Geral das Tropas para que, recebendo do Thesouro Nacional a necessaria prestação, por conta da mencionada quantia, satisfaça mensalmente ao Almojarife do Arsenal do Exercito a importância das despesas que elle houver de fazer com objectos taes, começando já por pagar-lhe a quantia de 270\$360 rs. que elle despenderá no mez de Julho do corrente anno, conforme a conta que me remetterá o Intendente do Arsenal do Exercito, e que transmitto inclusa a V. Ex. Mas, porque da mesma conta se conhece que o Almojarife despenderá, além da referida quantia que mando pagar, a de 2:330\$845 rs., correspondente ás despesas feitas nos mezes de Fevereiro a Junho, que não podem ser contempladas no anno financeiro por serem a elle anteriores; rogo a V. Ex. queira expedir as suas ordens para se effectuar o pagamento como V. Ex. julgar mais conveniente. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 16 de Setembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 73, vol. 18.*

N. B. Assim se communicou á Thesouraria Geral das Tropas e á Junta do Arsenal do Exercito.

AVISO DE 16 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Tenho a honra de passar ás mãos de V. Ex., por copia, o officio que de

Cherburgo me dirigio o Marquez de Rezende, que foi Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario deste Imperio junto á Corte de França, em data de 17 de Junho passado; assim como o extracto de outro seu officio datado de Londres em 2 de Julho do corrente anno; pelos quaes verá V. Ex. que elle, depois de manifestar, em termos os mais insultantes e attentatorios da dignidade do Governo Brasileiro, a sua desapprovação pelos gloriosos successos desta Corte no dia 7 de Abril, se demittio de todos os cargos que occupava no serviço deste Imperio, acrescentando que o Secretario da Legação Verissimo Maximo de Almeida o acompanhava nestes seus sentimentos. E sendo summamente escandalosa a conducta do dito Marquez, que tantas obrigações deve ao Brazil, contra quem se porta com a mais feia ingratitude, manda a Regencia, em nome do Imperador, remetter a V. Ex. os ditos officios para haver o procedimento que neste caso tenha lugar. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 16 de Setembro de 1831.—Francisco Carneiro de Campos.—Sr. Diogo Antonio Feijó.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 81, vol. 18.*

AVISO DE 16 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a Vm. o requerimento incluso de D. Leonor Alves de Castro Roso, mulher do Coronel Domingos Francisco de Araujo Roso, ausente em Portugal, queixando-se do attentado praticado por seu filho Francisco Alves de Castro Roso, Alferes do Batalhão n. 11, afim de Vm. o obrigar a assignar termo de hem viver; podendo a supplicante intentar as mais acções que lhe facultão os meios ordinarios. Deos guarde a Vm. Paço, em 16 de Setembro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Juiz de Paz da Freguezia da Candelaria.—*Acha-se a fl. 98 do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

PORTARIA DE 16 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

Sendo presente á Regencia a representação da Camara Municipal desta Cidade, queixando-se do Juiz de Paz da Freguezia de Mirity haver recusado o Escrivão Francisco José da Silva Quadros, manda, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, declarar á mesma Camara que aquelle Juiz de Paz tem procedido legalmente. Palacio do Rio de Janeiro, em 16 de Setembro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—*Acha-se a fl. 98 v. do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 16 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

Em resposta ao officio de Vm. de 14 do corrente, acompanhado de outro do Commandante

da Fortaleza da Lage, datado do dia antecedente, pedindo providencias acerca do que deve praticar com o preso sentenciado Clemente José de Oliveira, que diz achar-se doente, manda a Regencia, em nome do Imperador, declarar a Vm. que, se o preso não he mendigo, deve o Cirurgião ir, á custa do mesmo, cura-lo na prisão em que está; e, quando seja, Vm. o mande passar para a enfermaria da Cadêa, onde se conservará durante o tempo da molestia. Deos guarde a Vm. Paço, em 16 de Setembro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Juiz de Paz da Freguezia do Sacramento.—*Acha-se a fl. 98 v. e 99 do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

DECRETOS DE 17 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Forão sancionadas diversas Resoluções da Assembléa Geral Legislativa approvando varias aposentadorias, e em consequencia se passarão Decretos em 17 de Setembro do corrente anno, e são as seguintes:

João Carlos Corrêa Lemos, com o ordenado por inteiro de Contador Geral do Thesouro.

Joaquim José de Souza, com 400\$ rs. de ordenado.

Manoel José Monteiro de Barros, com o ordenado de Escrivão da Junta da Fazenda de Minas Geraes.

Faustino Maria de Lima, com o ordenado de Official-Maior da Secretaria da Mesa da Consistencia.

Manoel Corrêa Maciel, com o ordenado de 1º Official da Junta de Pernambuco.

Antonio Caetano da Silva, com o ordenado por inteiro de Contador Geral do Thesouro.

Manoel Machado Coelho, com o ordenado de 100\$ rs. e sobrevivencia a suas filhas repartidamente.

Francisco de Araujo Landim, com o ordenado de 2º Escripturnario do Thesouro.

Francisco Caetano de Almeida, com o ordenado de Thesoureiro Geral da Junta da Bahia.

Vicente José de Araujo, com o ordenado que vence e graduacao de 1º Escripturnario da Junta da Bahia.

Francisco de Seixas Souto-Maior, com o ordenado de 2º Escripturnario do Thesouro.

José Teixeira, com o ordenado de 100\$ 500 réis.

José Caetano Gomes, com o ordenado de 500\$ 500 rs.

José Procopio de Castro, com metade do ordenado de Escrivão da Mesa do Thesouro.

Joaquim José Ribeiro de Barros, com o ordenado de Commissario Assistente da Thesouraria Geral das Tropas.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 92, vol. 18.*

DECRETO DE 20 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar

que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Concelho Geral da Provincia de Goyaz :

Art. unico. Fica creada huma Escola de Primeiras Letras no Arrayal do Curralinho.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 20 de Setembro de 1831, 10^a da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 20 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa :

Art. unico. Fica extensivo a todas as Provincias do Imperio o Decreto de 25 de Junho do corrente anno sobre Resolução do Concelho Geral da Provincia da Bahia, acerca da admissão de homens livres nas estações publicas.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 20 de Setembro de 1831, 10^a da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 20 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Concelho Geral da Provincia de Goyaz :

Art. 1.^o Fica creada huma Aula de Ensino Muttuo no Arrayal do Pillar.

Art. 2.^o Enquanto aquella Aula não fôr provida, se conservará a do Ensino Individual existente no mesmo Arrayal.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 20 de Setembro de 1831, 10^a da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 20 DE SETEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa :

Art. unico. João Francisco de Chabi, nascido no Algarve, territorio de Portugal, está no gozo dos direitos de Cidadão Brasileiro.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 20 de Setembro de 1831, 10^a da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

PROVISÃO DE 20 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia da Parahyba que, á vista do seu officio n. 49, de 25 de Junho do corrente anno, em que participa a necessidade de erigir-se defronte da casa destinada para Administração da Mesa de Diversas Rendas hum telheiro e ponte a bem do Commercio e utilidade publica, em consequencia do que remette a sua planta e orçamento da quantia de 5:053,5 rs. de que pede a necessaria approvação, manda a Regencia, em nome do Imperador, responder á mesma Junta que a criação desta Mesa ainda está dependente da approvação do Corpo Legislativo; e, quanto á obra em questão, que deve ser proposta em Concelho do Governo com as formalidades legais que marcam as leis de Fazenda, devendo o orçamento fazer distincção de cada hum dos artigos necessarios, com o exame e parecer dos respectivos Mestres das diferentes obras de seus officios, da qualidade e quantidade dos materiaes, do preço medio destes e dos jornaes dos Mestres, officiaes, serventes e mais pessoas que deverão occupar-se, e por conseguinte não tem a necessaria legalidade para depois ter lugar a autorisação deste Thesouro, recommendada na Circular de 15 de Setembro de 1829 e Provisão de 15 de Janeiro do corrente anno. O que cumprirá. Pedro José da Camara a fez no Rio de Janeiro, em 20 de Setembro de 1831. Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 88, vol. 18.*

PROVISÃO DE 20 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia do Maranhão que, sendo presente á Regencia o seu officio de 11 de Maio do corrente anno, em que participa não ter apparecido lanço algum sobre a Typographia Nacional, que andou em praça, e sim hum requerimento offerecendo por ella 800,000 rs., cujo lanço não admittir por ser muito inferior ao preço da sua avaliação, e ter ella custado 4:800,000 rs., ha por bem, em nome do Imperador, responder á mesma Junta que faça remessa para aqui da dita Typographia. O que cumprirá. Alexandre José Ferreira Braga a fez no Rio de Janeiro, em 20 de Setembro de 1831. Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 90, vol. 18.*

AVISO DE 20 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo a Regencia, em nome do Imperador, por Decreto de 29 de Agosto organizado a Administração do Correio da Cida-

de do Maranhão e approvedo por Aviso de 2 do corrente o Plano de reforma para o mesmo Correio, cumpre significar a V. Ex. a necessidade de remover para fóra daquella Repartição o actual Administrador David da Fonseca Pinto, o qual, sendo reconhecido por inimigo do Brazil, assim nessa Provincia como nesta Côrte, e tendo por isso contra si a opinião publica, em consequencia dos celebres factos com que se tem distinguido, daria origem a desordens a sua continuação naquelle emprego; e sendo esta medida a mais prudente e justa nas actuaes circumstancias, por não se deverem confiar os empregos publicos de pessoas indignas por sua conducta politica, accresce a circumstancia de ter servido o dito Administrador em virtude de Provisões temporarias da Junta da Fazenda dessa Provincia; podendo por isso o Governo deixar de lhe conceder novas Provisões, sem ser necessario outro qualquer acto para ser considerado fóra do referido emprego. Espera portanto a Regencia que para o exercicio d'elle escolha V. Ex. pessoa idonea e de geral conceito. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 20 de Setembro de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Candido José de Araujo Vianna. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 75, vol. 18.*

AVISO DE 20 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. P. Rev. o requerimento incluso de Fr. José de Santa Angela Redovalho, Religioso Franciscano desta Provincia, em que pede 6 annos de licença para ir residir na Villa de Taubaté da Provincia de S. Paulo, e ha por bem que V. P. Rev. haja de deferir ao supplicante, attentos os motivos que allega, e a não dever ser constrangido em objectos de consciencia. Deos guarde a V. P. Rev. Paço, em 20 de Setembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Provincial dos Religiosos Franciscanos. — *Acha-se a fl. 99 v. do Liv. 11 da Côrte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 22 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Achando-se V. S. encarregado da Commissão de inspecção os Paquetes Nacionais, debaixo das ordens desta Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, percebendo pela Administração do Correio Geral desta Côrte a gratificação mensal de 40\$ rs., metade do seu soldo actual, a Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. S. as Instrucções inclusas que houve por bem approvar e se achão assignadas por Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, Official-Maior da dita Secretaria de Estado, afim de que V. S. possa por ellas regular-se no exercicio da referida inspecção. Deos guarde a V. S. Paço, em 22 de Setembro de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. David Jewet.

Instrucções sobre a inspecção dos Paquetes Nacionais.

1.º Todos os Paquetes Nacionais ficão debaixo da immediata vigilancia e cuidados do Inspector, que de tudo quanto occorrer acerca delles dará parte ao Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio. Por isso passará, quanto antes, a inventariar os objectos pertencentes aos paquetes ora existentes neste porto, e aos outros que forem chegando, afim de se conhecer o que nelles existe e o que falta para se preencher.

2.º Logo que qualquer Paquete chegar a este porto, o Inspector irá a bordo d'elle para conhecer pessoalmente das precisões que nas participações dos Commandantes se acharem designadas.

3.º Igual visita fará o Inspector a qualquer Paquete, dous dias antes da sua partida deste porto, afim de ver se está convenientemente prompto para seguir viagem; e então participará ao Arsenal da Marinha para que os Pilotos da Barra o vão pôr fóra no dia aprazado e em maré propria. Além das duas visitas marcadas neste artigo e nos antecedentes, o Inspector fará quaesquer outras que julgar necessarias para o bom desempenho de suas obrigações.

4.º Todas as participações dos Commandantes serão dirigidas ao Inspector para subirem depois á Repartição dos Negocios do Imperio, e bem assim todos os pedidos, afim de que, examinada a sua precisão e conveniencia, e rubricados pelo dito Inspector os referidos pedidos, sejam depois apresentados ao fornecedor contractado; na intelligencia de que nada deverá ir para bordo sem que o mesmo Inspector com o respectivo Commandante procedão a exame, para se rejeitar no caso de arruinado.

5.º Os pequenos concertos dos Paquetes e as suas despesas miudas, que não excederem a quantia de 100\$ rs., serão feitas pela Administração do Correio Geral desta Côrte, com a rubrica do Inspector; as obras grandes porém, depois do exame da Mestrança do Arsenal da Marinha, á vista do orçamento que ella apresentar, serão postas publicamente a lances para se darem ao Mestre de Estaleiro com quem se fizerem mais commodos ajustes; e o dito Inspector deverá cuidadosamente vigiar que as obras sejam concluidas com boas madeiras e metaes.

6.º O Inspector regulará o numero de marinheiros precisos para cada Paquete, conforme a sua grandeza, fazendo que não estejam sobrecarregados de maruja excedente e má, pondo assim em pratica o util conselho de — pouco é bom.

7.º Finalmente, empregará todo o zelo e actividade no cumprimento dos artigos destas Instrucções e de tudo o mais que occorrer acerca da boa promptificação, conservação e fiscalização dos Paquetes Nacionais.

Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 22 de Setembro de 1831. — Luiz Joaquim dos Santos Marrocos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 92, vol. 18.*

AVISO DE 22 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Achando-se os Paquetes Nacionais inteiramente desligados da Repartição dos Negocios da Marinha, ficando subordinados em todos os seus ramos á dos Negocios do Imperio, a Regencia, em nome do Imperador, ha por bem que V. Ex., nomeando hum agente de sua confiança, expeça as ordens necessarias para que, por meio d'elle, se fação todas as despesas indispensaveis de que os ditos Paquetes precisarem nos Portos dessa Provincia, pagando-se logo as mesmas despesas pela respectiva Junta da Fazenda, e sacando-se depois contra o Ministro do Imperio, a favor do Thezouro Publico, e que o mesmo se pratique a respeito das soldadas que ahi se houverem de pagar, mandando V. Ex., na volta dos ditos Paquetes, as respectivas contas e as letras assim sacadas. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Setembro de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Honorato José de Barros Paim. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 87, vol. 18.*

Na mesma conformidade e data se expedirão a todas as Provincias da escala dos Paquetes.

AVISO DE 22 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Fazendo-se necessario saber-se o interesse que resulta do estabelecimento dos Paquetes Nacionais, afim de poder calcular-se de sua utilidade e se tratar de seu progressivo melhoramento á proporção que as communicações entre as Provincias do Imperio se fôrem multiplicando, ha por bem a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. formalise nessa Administração huma escripturação separada e privativa para os referidos Paquetes, a qual deverá comprehender os artigos de fretes, passageiros e portes de cartas que formão a base de seu interesse, ajuntando-lhe todos os mais esclarecimentos que julgar necessarios para a sua regularidade; e que igualmente officie a todos os Administradores dos Correios nos portos onde costumão tocar os mencionados Paquetes, afim de que procedão a huma semelhante escripturação; mandando na volta de cada hum delles a sua respectiva conta, para que no fim do anno se possa conhecer exactamente quanto elles dão de interesse. Deos guarde a Vm. Paço, em 22 de Setembro de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Caetano Luiz de Araujo. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 88, vol. 18.*

AVISO DE 22 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Achando-se Ignacio Xavier Gayoso nomeado, por Decreto de 10 do corrente, para Professor da Aula Publica da Lingua Ingleza, que estava vaga nesta Côrte, em consequencia da demissão de Guilherme Paulo Tilbury, manda a Regencia,

em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, que o Reitor do Seminario de S. José facilite ao dito Professor nomeado o exercicio da respectiva Aula, na conformidade do que de tempo anterior se achava estabelecido a respeito della. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Setembro de 1831. — José Lino Coutinho. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 88, vol. 18.*

AVISO DE 22 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem ordenar que nenhum dos Paquetes Nacionais se conserve nos portos sem que a bordo delles exista algum dos Officiaes de sua guarnição. O que participo a V. S. para sua intelligencia, e para que assim o faça constar aos respectivos Commandantes. Deos guarde a V. S. Paço, em 22 de Setembro de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. David Jewet. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 86, vol. 18.*

AVISO DE 22 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a Vm. o requerimento incluso de André Lopes Nunes, Contra-mestre do brigade *Marquez de Pombal*, queixando-se de Vm. o mandar prender por não querer pagar a quantia que lhe fôra arbitrada ao marinheiro que o supplicante admitio ao serviço do dito navio, mas que depois despedira antes de matriculado, por não mostrar a necessaria aptidão, e ha por bem que Vm. responda sobre os motivos em que se fundou para determinar semelhante pagamento, qual o processo que precedeu á prisão do supplicante, e se teve lugar a sentença condemnatoria. Deos guarde a Vm. Paço, em 22 de Setembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz da Freguezia de Santa Rita. — *Acha-se a fl. 100 do Liv. 11 da Côrte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 23 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Sendo indispensavel observar com a mais exacta fiscalisação o dispêndio das sommas decretadas pela lei de 15 de Dezembro do anno findo para os differentes ramos do serviço da Repartição da Guerra em o anno financeiro de 1º de Julho de 1831 a 30 de Junho de 1832, muito mais quando este se deve regular de modo que nunca se exceda o quantitativo que a mesma lei marcou para cada Provincia, ordena a Regencia, em nome do Imperador, que V. Ex. vá remettendo a esta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em todas as occasiões opportunas, huma Tabella demonstrativa ou conta circunstanciada de todos os artigos da despesa militar dessa Provincia do Pará, em cada

hum mez, a contar do de Julho ultimo inclusivamente; formando porém conta separada daquellas despesas que, sendo pagas em qualquer dos mezes do anno financeiro, são todavia pertencentes ao mez ou mezes anteriores. O que assim participo a V. Ex., para sua intelligencia e execução. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 23 de Setembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Visconde de Goyana. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 77, vol. 18.*

N. B. Na mesma conformidade se escreveu a todas as Provincias.

AVISO DE 23 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Representando o Guardião do Convento de Santo Antonio desta Côrte, Fr. Joaquim de Santa Margarida, não poder o mesmo Convento continuar a ter a seu cargo as Capellarias das Fortalezas de Santa Cruz e Praia Vermelha, por falta de Religiosos, ha por bem a Regencia, em nome do Imperador, dispensar áquelle Convento as mencionadas Capellarias. O que participo a Vm. para sua intelligencia e execução. Deos guarde a Vm. Paço, em 23 de Setembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carlos de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 77, vol. 18.*

AVISO DE 23 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Instando responder á Camara dos Srs. Deputados, acerca das queixas que a Camara Municipal de Cabo Frio fez contra os subditos Inglezes estacionados no Foucinho do Cabo, para salvar os fundos da fragata *Thetis*, naufragada ali; rogo a V. Ex. haja de communicar-me o resultado das medidas que pela Repartição de V. Ex. se tomarão, em consequencia do meu Aviso de 9 de Maio passado. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 23 de Setembro de 1831. — Francisco Carneiro de Campos. — Sr. José Lino Coutinho. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 105, vol. 18.*

AVISO DE 23 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a Vm., para sua intelligencia, a copia inclusa do Decreto de 17 do corrente, pelo qual lhe foi aceita a demissão que deu do Commando das Guardas Municipaes desta Cidade. Deos guarde a Vm. Paço, em 23 de Setembro de 1831. Diogo Antonio Feijó. — Sr. Sebastião do Rego Barros. — *Acha-se a fl. 100 do Liv. 11 da Côrte na Secretaria da Justiça.*

Communicou-se á Camara Municipal na mesma data.

CIRCULAR DE 24 DE SETEMBRO.

Coll. Mineira.

Illm. e Exm. Sr. — Como aconteça que, em conformidade do art. 2º da Lei de 24 de Novembro do anno proximo passado, que dá nova organização ao Exercito deste Imperio, algumas Provincias fiquem sem Corps de 1ª linha que lhes sejam privativos, por isso que tem de ser guarnecidas por destacamentos; e podendo-se, em taes circumstancias, duvidar para quaes Corps da mesma linha devão reverter com accesso os Majores e Ajudantes que nessas Provincias servem na 2ª linha, manda a Regencia, em nome do Imperador, declarar a V. Ex. que os Officiaes em questão devem entrar daqui em diante na escala das antiguidades com os das Provincias que fornecem os destacamentos das respectivas armas para onde as listas nominaes e guias dos mesmos Officiaes tem de ser remettidas. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 24 de Setembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Barão de Itapicuru-Mirim.

Nesta conformidade se escreveu a todos os Presidentes das Provincias.

AVISO DE 24 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Ousando o Juiz de Paz da Villa Real da Praia Grande citar hum pobre soldado reformado para demolir hum rancho em que mora, sito em terreno adjacente ao forte do Caraguatá, e de que o mesmo Forte está de posse ha tempo immemorial, propondo-se outrossim a tirar dali pedra e barro, e permittindo que hum tal Venancio da Silva Pereira Velho, em qualidade de foreiro, tenha quasi estancado huma fonte em prejuizo do Forte e serventia publica, exponho a V. Ex. este facto, afim de que se digne providenciar a tal respeito. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 24 de Setembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 77, vol. 18.*

AVISO DE 24 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Conformando-me com o que Vm. expoe no seu officio de 20 do corrente mez, sobre a representação do Major Commandante interino do 1º Corpo de Artilharia a cavallo de 1ª linha, tenho de communicar a Vm. que proceda á nomeação da Commissão necessaria para tomar conhecimento do estado da caixa da administração do referido Corpo, e mande fazer effectiva a responsabilidade de quem a tiver, dando Vm. de tudo conta final pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra. Deos guarde a Vm. Paço, em 24 de Setembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carlos de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 77, vol. 18.*

AVISO DE 24 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Espeça Vm. as ordens precisas para que, quando aconteça chegar a este porto a familia do Tenente-General Portuguez Luiz do Rego Barreto, possa livremente desembarcar, ficando sem effeito o disposto no Aviso de 9 de Agosto antecedente. Deos guarde a Vm. Paço, em 24 de Setembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carlos de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 82, vol. 18.*

PROVISÃO DE 26 DE SETEMBRO.

Coll. Plancher.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de Santa Catharina que a Regencia, em nome do Imperador, depois de tomado em consideração na Camara dos Deputados todo o expendido pela mesma Junta em seu officio n. 5, de 21 de Janeiro do corrente anno, acerca do necessario concerto do Trapiche da Cidade Capital da Provincia, mesa destinada para abertura e conferencia dos generos de importação, em vista do plano e orçamento da obra, houve por bem determinar que, quanto antes, se proceda ao referido concerto por arrematação a quem por menos fizer e debaixo da inspecção da mesma Junta, não obstante não chegar a quantia de 360\$ rs., votada na lei do orçamento para as despesas eventuaes da mesma Provincia; porque o resto lhe será auxiliairementemente destinado da somma que na mesma lei se acha marcada para iguaes despesas na Repartição da Fazenda, e a proporção que se fôrem vencendo os prazos estipulados na arrematação para seu pagamento; não tendo porém lugar algum a indemnisação proposta de taes despesas, á custa dos 80 rs. por lingada, e 160 rs. diarios de aluguel, sem que primeiro suba á Imperial Presença, como se lhe ordena, a informação esclarecida a respeito de tal arbitrio ou pratica, a fim de se decidir o que for justo. Outrosim, determinou a mesma Regencia que, segundo o estado actual das rendas publicas, fique substada a outra empreza de nova obra de hum edificio para accommodação das Repartições Fiscaes, proposta pelo Presidente da Provincia no sen officio n. 6, de 22 de Julho do anno passado, de accordo com o Concelho Provincial, até que melhores circumstancias se offereça para se pôr em pratica. O que tudo se participa á mesma Junta para sua intelligencia e cumprimento. Amaro Velho da Silva Bitancourt a fez no Rio de Janeiro, em 26 de Setembro de 1831. Marianno Pinto Lobato, Contador Geral da 2.ª Repartição, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos.

PROVISÃO DE 26 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia das Al-

goas que, á vista das razões ponderadas no seu officio n. 34, de 13 de Julho do corrente anno, ha por bem a Regencia, em nome do Imperador, autorisar a mesma Junta para a compra requerida do cofre de ferro que lhe foi offerecido por 80\$ rs.; e outrosim requisitar-lhe novamente a solução do que se lhe determinou por Provisão de 28 de Janeiro do corrente anno, em resposta ao seu officio de 3 de Maio do anno passado, acerca do roubo da casa da arrecadação dos direitos nacionaes da povoação de S. Miguel. O que se lhe participa para sua intelligencia e execução. Francisco da Costa Barrós da Fonseca a fez no Rio de Janeiro, em 26 de Setembro de 1831. Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 95, vol. 18.*

AVISO DE 26 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Remetto a V. Ex. por copia, a nota e documentos annexos que me dirigio o Encarregado de Negocios de S. M. o Rei dos Francezes, reclamando o pagamento dos soccorros que o Governador de Cayena prestou a Amaro da Silva Neves, quando ali arribou a embarcação *Flor do Mar*, de que elle era Capitão, cujo pagamento deve ser feito em Paris ao Ministro da Marinha de França; e tenho de recommendar a V. Ex. haja de intervir com as providencias que fôrem convenientes para que tal pagamento se realice, como o exige a boa fé e pratica entre nações amigas que mutuamente soccorrem os respectivos subditos em circumstancias identicas. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 26 de Setembro de 1831. — Francisco Carneiro de Campos. — Sr. Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 96, vol. 18.*

AVISO DE 26 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Representando o Juiz de Paz da Freguezia de S. José que alguns presos entregues pelas rondas municipaes na Guarda da Carioca, e hum no Quartel do 5.º Batalhão de Caçadores de 1.ª linha, não existem ali na Cadêa, ignorando-se perfeitamente o que he feito delles; lembrando, para obstar a continuação de tão desagradaveis occurrencias, que seria conveniente não só que os militares que conduzem os presos á Cadêa fossem obrigados a exigir recibo do Carcereiro e apresenta-lo a seus Commandantes, assim como estes ás rondas municipaes de quem os recebem, determina a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. haja de informar sobre tal objecto; advertindo-o que os presos entregues na Carioca forão o pardo forro Modesto Antonio em a noite de 14 de do corrente; o preto forro Joaquim José na de 18; e Jeronimo da Silva na de 20;

ignorando-se o nome do que ficou no Quartel do Batalhão n. 5, e que foi visto na rua com hum soldado. Deos guarde a Vm. Paço, em 26 de Setembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carlos de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 77, vol. 18.*

AVISO DE 26 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Devolvendo a V. Ex. a representação da Junta do Arsenal do Exercito, relativa ao pagamento dos direitos da polvora comprada ao negociante Guilherme Young, que acompanhou o Aviso de V. Ex. de 18 de Agosto, tenho de communicar-lhe que taes direitos devem ser pagos pela dita Junta por meio das prestações que para as suas despesas lhe der o Theouro Nacional. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 26 de Setembro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 78, vol. 18.*

AVISO DE 26 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Em conformidade do que resolveu a Camara dos Deputados, á vista do officio da Presidencia dessa Provincia, de 22 de Junho de 1830, de accordo com o Concelho da mesma, sobre a construcção de hum edificio proprio para varias estações fiscaes, deliberou a Regencia, em nome do Imperador, attentas as actuaes circumstancias das rendas publicas, que se sobr'esteja no projecto dessa obra, enquanto se não offerecem melhores proporções para se pôr em pratica; pois que o plano demanda grande despesa, com que não pôde a fazenda nacional presentemente, ainda mesmo que se proceda á venda dos predios indicados para esse fim, que no estado actual não offerece vantagem pela mingoa das transacções commerciaes e contingencia em praça de maior preço que o dado na avaliação dos ditos predios. O que de ordem da mesma Regencia participo para conhecimento de V. Ex. e para o fazer constar em Concelho. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 26 de Setembro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Feliciano Nunes Pires. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 107, vol. 18.*

PORTARIA DE 26 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justica, remetter á Camara Municipal desta Cidade o officio incluso de José Nicoláo Ferreira, Juiz de Paz Supplente da Freguezia de S. João Baptista da Lagôa de Rodrigo de Freitas, expondo o máo estado de sua saúde, afim que a mesma Camara, á vista da necessidade que existe, faça quanto

antes juramentar a quem o deve substituir, praticando o mesmo com todos os impedidos, afim dos districtos não ficarem de repente sem Juiz, devendo regular-se, nesse negocio, chamando sempre o mais votado, sem attenção a estar na classe dos Juizes ou Supplentes. Palacio do Rio de Janeiro, em 26 de Setembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se á fl. 100 v. e 101 do Liv. 11 da Côrte na Secretaria da Justica.*

CIRCULAR DE 27 DE SETEMBRO.

Coll. Mineira.

Illm. e Exm. Sr. — Seado evidente que só a uniformidade systematica, clareza e precisão na marcha do serviço militar he o mais efficaz meio por onde pôde o Governo chegar a conhecer com exacção o estado em que se achão os differentes ramos da Repartição da Guerra em todas as Provincias do Imperio, sendo o seu desenvolvimento apresentados em mappas claros e circumstanciados, e geralmente seguidos, para, á vista delles, providenciar as faltas que offerecerem, mandou a Regencia, em nome do Imperador, formalisar para aquelle fim os inclusos mappas, cuja applicação vai declarada na Relação junta, determinando que os enviasse eu a V. Ex., afim de que por elles sejam feitos os que os Commandantes dos Corpos tem de transmittir ao das Armas dessa Provincia; e este, com os que lhe tocão pela sua parte, a V. Ex., que os enderegará a esta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, nas épocas que abaixo se declarão:

1.º Que do 1.º de Julho deste anno em diante se remettão os mappas dos modelos n. 1 a 6, de 3 em 3 mezes, acompanhados de relações nominaes de todos os individuos a que elles se referirem, cessando o estylo da remessa dos mappas mensaes que até agora davão os Corpos.

2.º Que de 6 em 6 mezes se remettão tambem as relações de conducta e antiguidade dos Officiaes, Officiaes Inferiores e Cadetes, na conformidade do modelo n. 7.

3.º E finalmente, que no 1.º de Janeiro de cada anno remetterão os Commandantes dos Corpos de 1.ª linha pelo intermedio determinado a conta corrente do estado das Caixas de Administração de fundos de fardamento e ranchos, fazendo os respectivos Concelhos o lançamento das contas da receita e despesa, na fórma dos modelos n. 8 e 9.

E porque não possa ser rigorosamente observada a época donde deve começar a remessa dos mappas n. 1 a 6, 8 e 9, por isso que os Concelhos de Administração só forão generalizados a todos os Corpos por Decreto de 26 de Julho proximo passado, e não possa ter lugar a remessa dos mappas pertencentes ao trimestre decorrido daquelle periodo ao 1.º de Setembro presente, cumpre que, quanto a estes, V. Ex. remetta os que possão estar promptos de hum ou dous trimestres; e, a respeito daquelles, a conta corrente desde o dia da sua instalação até o ultimo de Dezembro deste anno, seguindo-se dahi em diante inalteravelmente o que fica exposto.

Transmittindo a V. Ex. as ordens da Regencia e os mappas que devem servir de modelo ao Commandante das Armas e aos dos Corpos, tenho de communicar a V. Ex., de ordem da Regencia, que, sendo V. Ex. pelas leis e ordens o primeiro responsavel pela Administracão, fiscalisacão e seguranca dessa Provincia, he pelo seu intermedio que d'ora em diante correrá a correspondencia official do Commandante das Armas com esta Secretaria de Estado; e assim receberá as resoluções da Regencia, expedindo V. Ex. as ordens e participacões necessarias. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 27 de Setembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Barão de Itapicuru-Mirim.

Nesta conformidade se escreveu aos mais Presidentes das Provincias.

PORTARIA DE 27 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Sendo presente á Regencia o officio da Camara Municipal da Cidade de Porto Alegre, na data de 18 do mez passado, em que participa quanto ficou sensibilizada com a noticia desagradavel dos acontecimentos que tiverão lugar nesta Cidade nos dias 14 e 15 de Julho deste anno, protestando a sua fidelidade e patriotismo, mandada a mesma Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar á referida Camara Municipal, em resposta ao seu officio, que lhe foram muito agradaveis estas demonstrações de seus honrados sentimentos. Palacio do Rio de Janeiro, em 27 de Setembro de 1831. — José Lino Continho. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 77, vol. 18.*

AVISO DE 27 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Pertencendo a V. Ex. o deferimento do requerimento incluso do Provedor e Mesa da Santa Casa da Misericordia desta Corte, por ter passado para a Repartição dos Negocios do Imperio a direcção dos assumptos relativos aos Colonos Allemães, tenho a honra de o dirigir a V. Ex. para que haja de resolver como lhe parecer justo a respeito. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 27 de Setembro de 1831. — Francisco Carneiro de Campos. — Sr. José Lino Continho. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 76, vol. 18.*

AVISO DE 27 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, participar ao Commandante das Armas da Provincia de S. Pedro, assim como aos Officiaes de sua obediencia, que, sendo-lhe presente o seu officio de 20 de Agosto proximo passado, em que a congratulava, não só pela sua eleição, mas

pelas providencias que tem dado para suffocar a anarchia, não pôde deixar de agradecer a tão honrados militares seus briosos sentimentos e fidelidade ao systema jurado; esperando ter sempre iguaes provas da sua subordinação e bom serviço. Palacio do Rio de Janeiro, em 27 de Setembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 80, vol. 18.*

AVISO DE 27 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — A Regencia, em nome do Imperador, mandando remetter a V. Ex. o exemplar incluso da lei novissima de 30 de Agosto proximo passado sobre a fixação das forças do Exercito para o anno financeiro de 52 a 53, determina que V. Ex., para cabal e mais facil desempenho das suas disposições, haja de ter muito em vista e observar pontualmente as instrucções seguintes:

1.^a Quanto ao art. 6.^o, que deve ser immediata e estreitamente executado, V. Ex. terá a maior vigilancia na boa e prompta arrecadação de todos os objectos do Corpo da Policia que ali existe, não só no que he relativo a armamento e equipamento, etc., mas tambem ao Archivo e fundos da caixa do mesmo Corpo.

2.^a Quanto ao art. 8.^o, passará V. Ex. a preencher todas as vagas que houverem nos Corpos de linha; feito o que, dirigirá a esta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra relações nominaes dos Officiaes effectivos e aggregados que ficarem existindo nos mesmos Corpos, afim de que na referida Secretaria de Estado se lhes passem os competentes Decretos; não podendo depois ter lugar qualquer remoção de hum para outro Corpo sem novo Decreto.

3.^a Quanto ao art. 10, cumpre que haja a mais escrupulosa fiscalisacão acerca dos empregados de que ella trata; dispensando-se os que forem desnecessarios, especialmente os Commandantes, Ajudantes e Almozarifas das Fortalezas que houverem de ser desarmadas em tempo de paz, os quaes serão supprimidos; e bem assim os Ajudantes de Ordens de Pessoa.

4.^a Quanto ás licenças de que trata o art. 11, fique V. Ex. na intelligencia que ellas só poderão ser concedidas pela Secretaria de Estado actualmente a meu cargo.

O que tudo participo a V. Ex. para seu prompto e exactissimo cumprimento, não só a respeito dos artigos apontados, mas de todos os mais da mesma lei, em tudo quanto seja desde já praticavel. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 27 de Setembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Barão de Itapicuru-Mirim. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 88, vol. 18.*

Nesta conformidade se escreveu aos Presidentes da Bahia, Pernambuco e Maranhão, e aos mais sem a 1.^a Instrucção relativa á Policia.

AVISO DE 27 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Com o officio n. 39, que V. Ex. me dirigio em 12 do corrente Setembro, vio a Regencia, em nome do Imperador, as listas dos cidadãos dessa Provincia de S. Paulo que se offerecerão a marchar para a Córte para manter o Governo Nacional, e bem assim os donativos que subscreverão para as despesas da expedição. A Regencia não pôde deixar de louvar e agradecer o patriótico zelo com que V. Ex. promoveu esta empresa, excitando, convencendo e persuadindo os animos honrados e briosos dos habitantes dessa Provincia, os quaes se tornarão dignos do melhor conceito e estima, não só pela liberalidade com que acudirão a auxiliar a empresa intentada, porém muito mais pela promptidão com que se prestavão a vir elles mesmos, cerrando os olhos a incommodos gravissimos, a debellar e supplantar a anarchia e defender a Patria e sua liberdade ameaçada. O que a Regencia me ordena faça constar a V. Ex. para sua intelligencia. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 27 de Setembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Manoel Theodoro de Araujo Azambuja. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 98, vol. 18.*

— Ilm. e Exm. Sr. — Posto que ainda não tenha recebido de algumas Villas da Provincia, em razão de suas distancias, os esclarecimentos que precisava para poder dar cumprimento ao que prometti a V. Ex. em officio do 1º de Agosto proximo passado n. 32, todavia passo a levar ao seu conhecimento parte do resultado que teve o convite que dirigi aos briosos cidadãos Paulistanos, para que marchassem em soccorro a essa Córte quando os successos dos dias 14 e 15 de Julho chamavão os Brasileiros a salvar a honra nacional, salvando a Constituição politica do Imperio e as suas leis, cuja infracção, além de offender a dignidade do Estado, auguraria tambem a sua ruina.

As relações de n. 11 a 16 foram-me enviadas pelos Juizes de Paz, pelas Camaras e Sociedade Defensoras da Liberdade e Independencia Nacional das Villas a que as mesmas se referem. Por ellas verá V. Ex. o numero de cidadãos patriotas que se expozerão aos incommodos insuperaveis de hum jornada longa e inesperada e a graves e infalliveis prejuizos em suas fortunas, só e unicamente pela gloria de servir á sua Patria e á Liberdade Brasileira, que amão como cidadãos virtuosos. As outras relações de n. 17 a n. 18 demonstrão as contribuições que se effectuarão para auxiliar as expedições das Villas que vão indicadas nas mesmas relações.

Tanto o numero dos voluntarios como a somma das contribuições muito cresceria se não chegassem a esta com brevidade as noticias do restabelecimento da ordem.

Nas respostas em que agradecei aos corajosos Paulistas o seu enthusiasmo e civismo, lhes prometti que faria publicar seus nomes, para que

fossem justamente apreciados, em razão do serviço importante a que se vão prestar; entretanto, não podendo conseguir isto nesta Cidade, rogo a V. Ex. queira mandar pela imprensa realisar esta minha promessa nesta Córte.

Não posso deixar de conservar na Secretaria deste Governo os officios que acompanhãõ as relações inclusas e as respostas que das Villas da Provincia obtive por motivo da expedição a que me refiro, visto que he necessario que eu saiba com quem devo contar certo, se infelizmente algum movimento desordenado sobrevier; esse o motivo por que não envio os originaes a V. Ex., e não posso transmittir copias, porque o trabalho que pesa sobre a mesma Secretaria não o permite; todavia eu desejara que fosse presente a V. Ex. a linguagem sisuda das autoridades e Concelhos das Sociedades Paulistas para que se fizesse justiça aos sentimentos heróicos dos povos desta Provincia, amigos ardentes da liberdade, capazes de fazer por ella os ultimos sacrificios, e dignos de goza-la, porque não mais se curvarão á tyrannia; sabendo por isso mesmo defender as leis, respeitar as autoridades, e condorrecer para a boa ordem e publica tranquillidade.

Esperando que V. Ex. leve todo isto ao conhecimento do Governo Nacional, posso afirmar que estou certo que esta Provincia só contribuirá para a prosperidade e bem ser da nação. Deos guarde a V. Ex. S. Paulo, em 12 de Setembro de 1831. — Ilm. e Exm. Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Manoel Theodoro de Araujo e Azambuja. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 98, vol. 18.*

AVISO DE 28 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem que V. S. ordene por escripto a todos os Commandantes dos Paquetes para que, fazendo hum termo de encerramento nos respectivos livros de que hão de dar contas no Arsenal da Marinha, principiem hum nova escripturação d'ora em diante, depois que ficarão inteiramente separados do referido Arsenal. O que participo a V. S. para sua intelligencia e execução. Deos guarde a V. S. Paço, em 28 de Setembro de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. David Jewet. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 99, vol. 18.*

AVISO DE 28 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Accusando a recepção do Aviso de V. Ex., da data de 23 do corrente, no qual exige o resultado das medidas que por esta Secretaria de Estado se tomarão, em consequencia do seu Aviso de 9 de Maio passado, acerca das queixas da Camara Municipal da Cidade do Cabo Frio contra os subditos Ingleses estacionados no Foucinho do Cabo para salvar os fundos da fragata *Thetis* ali naufragada, cumprimento par-

tipicar a V. Ex. que o seu mesmo officio com os papeis que o acompanháram, serão remetidos á Repartição dos Negocios da Justiça, com Aviso de 29 de Julho, afim de se fazerem por aquella Repartição as necessarias averiguações e se darem as providencias que fossem de justiça; e que; havendo-se por ali expedido em 6 de Agosto as convenientes ordens ao Juiz de Fôra daquella Cidade, para que, ouvindo por escripto ao Juiz de Paz, e exigindo da Camara tres testemunhas, além de duas, e inquirindo elle mesmo mais tres, informasse o que lhe fosse constante sobre a queixa da referida Camara; não deu até agora o sobredito Juiz de Fôra resposta alguma sobre este objecto. He isto o que levo ao conhecimento de V. Ex., em resposta ao seu officio. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 28 de Setembro de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Francisco Carneiro de Campos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 106, vol. 18.*

CARTA DE GABINETE DE 28 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Carta de S. M. o Rei da Suecia e Noruega dirigida a S. M. o Sr. D. Pedro II.

Nos Carlos João, por graça de Deos, Rei dos Suecos, Noruega, Godos e Vandalos. Ao Serenissimo e Potentissimo Principe o Senhor D. Pedro II, pela mesma graça Imperador Constitucional e Perpetuo Defensor do Brazil, saúde e prosperidade. Serenissimo e Potentissimo Principe, Irmão, Primo e Amigo. Por carta de 25 do mez de Junho passado fomos informados que a Assembléa Geral do Brazil elegeu a Regencia, a qual, durante a menoridade de V. M., deve governar o Imperio do Brazil, segundo a Constituição. Animados de sentimentos de verdadeira amizade e de boa vontade que consagramos a V. M., não podemos deixar de tomar grande parte por aquelle successo, como já o fizemos; repetindo outra vez que o nosso maior cuidado será conservar sempre firme a amizade que existe entre os nossos reinos. Não me resta mais senão appetecer a V. M. todos os bens e propriedades, e rogar ao Ente Supremo toda sua protecção em seu favor. Dada em Holme, no nosso Palacio, aos 28 de Setembro de 1831. — De V. M. bom Irmão, Primo e Amigo — Carlos João. — Barão de Schuezenhum. — A S. M. o Imperador do Brazil. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 150, vol. 18.*

RELATÓRIO DE 28 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

RELATÓRIO do Juiz de Paz do Sacramento ao Ministro da Justiça, sobre os acontecimentos da noite de 28 de Setembro de 1831 no Theatro.

He do meu dever levar ao conhecimento de V. Ex. os desastrosos acontecimentos do Theatro que na noite de hontem tanto perturbáram a tranquillidade desta Capital. Pelas 10 horas

forão chamar-me alguns cidadãos ao camarote para accommodar huma desordem que havia no Largo, junto aos arcos do Theatro; corri immediatamente e achei em desordem hum Tenente de nome Antonio Caetano com hum Official do Estado Maior F. Paiva, queixando-se este de que aquelle o tinha atacado com mais seis, e lhe arrancáram a espada, de que mostrou arrebatadas as corréas do talabarte, e aquelle de que este o tinha agoumettido com a mesma espada, e que depois a entregára a hum seu camarada; prendi a ambos, e ordenei a huma patrulha das rondas municipaes de Cavallaria, que eslava presente, que os conduzisse á guarda principal; então respondeu-me o dito Tenente Antonio Caetano que iria preso, mas não pela patrulha, porque era Official. Apesar da futilidade da razão, por evitar maior motim, roguei ao Commandante da guarda do Theatro que o conduzisse, ao que annuo o dito Antonio Caetano; immediatamente porém hum grupo de povo que nos rodeava começou a gritar que o Brasileiro Antonio Caetano não iria preso, e á força o puxáram, apesar d'elle mesmo gritar que estava preso e que queria ir para a prisão; a este tempo o outro Official Paiva evadiu-se, e foi logo recolher-se preso á guarda Principal, como pouco depois me foi participado: esta evasão deu hum novo pretexto aos amotinadores, que de novo começaram a gritar que eu havia soltado o Chumbo e queria prender ao Brasileiro; debalde lhe fiz ver que prendêra a ambos e lhes protestei requisitar ao Commandante das Armas a prisão do que se evadira; a força o leváram para dentro da platea, sendo os principaes oppositores á prisão hum Official do 5º Batalhão F. Bacellar, outro que estava de sobrecasaca, cujo nome ignoro; hum escripturario do Quartel-General, e outros cujos nomes tambem ignoro; e então começou a reunir-se a força das rondas municipaes vizinhas que acudirão á desordem.

Levado Antonio Caetano para a platea, ahicomeçou a gritar que estava preso por causa de hum Chumbo que o atacou, mas que este fôra solto, e que estavam traidos, fazendo elle e os demais hum espantoso alarido; de novo recomendei ao Commandante da guarda do Theatro a sua prisão; mas, sahindo para o saguão, o Major Miguel de Frias oppôz-se a que se entregasse, dizendo-me que elle me responderia por aquelle preso, e o levou não sei para onde, tendo tido comigo huma forte altercação elle e hum Tenente Leopoldo, que igualmente se oppunha á prisão, dizendo-me então o dito Official de sobrecasaca que Antonio Caetano não havia de ir preso porque a população não queria, e esta podia mais do que eu; em tal desorlem retirei-me do saguão e fui para defronte da arcada do Theatro, onde fiz pôr em ordem, a distancia de tres braças, as rondas municipaes que vinhão chegando; e de que em breve se reunirão para mais de 200 homens; começaram logo do saguão e mesmo debaixo da arcada varios individuos a assobiarem e apuparem aquella grande força; e quando eu queria fazer prender alguns fugirão para dentro. Receiando da

desesperação em que via as guardas municipaes, não quiz empregar a força, e tanto eu como o Commandante Geral da Freguezia os exhortavamos com todos os esforços a que desprezassem taes insultos como nascidos da embriaguez; as nossas exhortações porém não fazião senão augmentar o arrojo dos loucos que furiosos sahião á frente varias vezes a provocar as guardas, com os maiores insultos e palavras obscenas que a decencia não permite aqui empregar; eu tinha quasi perdido a esperança de conter as guardas, mandando fechar o Theatro para depois dispersar os amotinadores, quando chegou o digno ex-Commandante Geral Sebastião do Rego Barros, e me exhortou a que fizesse prender aquelles insultantes para que os guardas desesperados não rompessem em excessos que impossivel era conter; então chamei quatro homens que approximei á arcada, e lhes ordenei que prendessem os primeiros que chegassem ao saguão a insultar e provocar; chegarão logo quatro, á testa dos quaes estava hum pardo escuro com hum cacete na mão; apenas os quatro guardas os quizerão prender, elles lhes lançarão as mãos ás armas para as tomarem; enquanto lutavão, dispararão do saguão para fora hum tiro; então foi impossivel conter aquella força de mais de 200 homens provocada ao ultimo ponto; elles começaram tambem a fazer fogo desconcertadamente, disparando para mais de 50 tiros; e eu e o Commandante Geral da Freguezia, ambos á sua frente, por entre as balas lhes gritavamos que parassem, e, abaixando-me encostado a elles, pude passar para a retaguarda, e a força de gritos conseguimos fazer cessar o fogo, ficando mortos tres individuos e dous feridos, ao que me consta, e tambem alguns mui poucos dos guardas municipaes.

O General das Armas, que havia chegado pouco antes de romper o fogo, e que observou todos os insultos e presenciou meus esforços para conter excessos, me testemunhou a sua grande admiração pela muita prudencia com que huma força tão consideravel, obediente ás minhas ordens, soffria os ultimos insultos, posto que muitos guardas me protestassem que não tornarião a marchar para virem recebê-los; o mesmo presenciou o referido ex-Commandante Barros, que immediatamente me observou que não seria possivel contê-los sem prender os insultantes e provocadores; com magoa vi derramado sangue que tanto me esforcei para poupar, notando aos guardas que nem todos os que estavam no salão erão amotinadores, e fazendo-lhes toda a sorte de exhortações; porém venceu a licença: o furor desenfreado de alguns amotinadores, estimulados por bem conhecidos cabeças, forão causa de tões desgraças.

Com o fogo dispersou-se inteiramente o povo; mas as guardas continuarão a marchar para o Rocio, e diversas Freguezias mandarão reforço, de modo que, á meia noite, eu tinha no Rocio huma força de mais de 1,400 homens de guardas municipaes em armas; dispersámo-nos pelas 4 horas da manhã. Depois de concluido este, sou informado de que o individuo que eu sup-

punha escripturario do Quattel-General he o 2º Tenente de Engenheiros Honorio. Passo a proceder a corpo de delicto nos feridos e mortos para os ultimos procedimentos. Deos guarde a V. Ex. — Illm. e Exm. Sr. Diogo Antonio Feijó, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça. — Saturnino de Souza e Oliveira — *Acha-se no Diario Fluminense n. 79, vol. 18.*

AVISO DE 29 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Sendo notorio, pela parte official do Juiz de Paz da Freguezia do Sacramento, o facto de assuada, motim e resistencia á Justiça, occorrido no Theatro Nacional na noite de 28 de Setembro, no qual tiveram grande e não duvidosa parte o Major de Engenheiros Miguel de Frias Vasconcellos, o 2º Tenente do mesmo Corpo Honorio José Ferreira, os Tenentes do 5º Corpo de Caçadores de 1ª linha Antonio Joaquim Bacellar, Leopoldo Frederico Thompson, e os Alferes José Alexandre, avulso, e João do Rego Marques, do dito 5º Corpo, com o Alferes do mesmo Francisco Joaquim Bacellar, chegando o excesso e arrojo destes quatro ultimos Officiaes ao ponto de irem, como he costume, surprender e desarmar algumas patrulhas de guardas municipaes, compellindo-as com força e ameaças a segui-los nos seus criminosos projectos, manda portanto a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. faça recolher presos á Fortaleza de Santa Cruz os Alferes Francisco Joaquim Bacellar e José Alexandre, á da Lage o Major Miguel de Frias Vasconcellos, no Villegaignon o 2º Tenente Honorio José Ferreira e o Tenente Antonio Joaquim Bacellar, e na de S. João o Tenente Leopoldo Frederico Thompson e o Alferes João do Rego Marques, para que sejam legalmente julgados segundo o resultado da devassa a que se vai proceder pela Repartição da Justiça. Deos guarde a Vm. Paço, em 28 de Setembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carlos de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 83, vol. 18.*

AVISO DE 29 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. S. a copia inclusa do Decreto pelo qual o tem nomeado Commandante Geral das Guardas Municipaes da Córte; e exigindo as actuaes circumstancias que hoje mesmo V. S. entre no exercicio deste emprego, independente de não ter prestado ainda o competente juramento, espera que V. S. assim o cumpra immediatamente. Deos guarde a V. S. Paço, em 29 de Setembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Maria Pinto Peixoto. — *Acha-se a fl. 101.º do Liv. 11 da Córte na Secretaria da Justiça.*

Communicou-se á Camara Municipal e aos Juizes de Paz das Freguezias da Cidade, Engenho Velho e Lagóa, dizendo-se-lhes que a pessoa que

devia ir receber as ordens do Commandante Geral era o Commandante Geral das Patrulhas, e não o proprio Juiz de Paz.—*Acha-se a fl. 101 v. do Liv. 11 da Côrte na Secretaria da Justiça.*

Costa Carvalho.—João Braulio Moniz.—Bernardo Pereira de Vasconcellos.—*Acha-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 30 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

Senhor.—Por Portaria da Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, de 7 de Janeiro do corrente anno, mandou V. M. I. remetter a este Concelho, para consultar, o requerimento de Francisco do Valle Porto, sobre a queixa que faz contra a Junta da Fazenda da Provincia do Maranhão, por causa da execução que soffreu em seus bens, como fiador do ex-Thesoureiro da Alfandega daquella Provincia, José Marcellino Cantanhede.

Acompanhava este requerimento um officio da respectiva Junta da Fazenda daquella Provincia, e pareceres dados pela Repartição do Thesouro Publico, que, com todos os papeis, sobem no original. E dando-se por este Concelho vista ao Procurador da Fazenda Nacional, respondeu pela maneira seguinte:—O supplicante mesmo confessa haver execução e pendencia perante o Juiz dos Feitos da Fazenda do Maranhão; falla em sequestro, e portanto convém consultar-se que deve usar dos meios ordinarios, quando esse julgamento o prejudique, e não envolva como solidaria a responsabilidade dos mais claviculários, não sendo segundo o direito e a razão, por isso que ha recursos legais. Convém responsabilisar a Junta na representação pessoal de cada um dos respectivos membros, pelos desarranjos e damno que se provar ter induzido a Fazenda Nacional. Rio, 26 de Janeiro de 1831.—Nabuco.

O que tudo visto, parece ao Concelho que de rigorosa justiça nada ha que deferir ao supplicante, que, como fiador, principal pagador de um Recebedor da Alfandega, segundo informa a Junta da Fazenda do Maranhão que elle he, deve responder pelo alcance do seu fiado, sem o beneficio da divisão que reclama, o qual, ainda quando de direito lhe competisse, só se lhe podia fazer effectivo, por meios de embargos, a execução que contra elle pende.

Quanto á negligencia da Junta, que o mesmo supplicante argue, na intenção de melhorar a condição da sua supplica, só serve para se tomarem providencias de reformas, de que taes Repartições muito necessitam; mas não releva a obrigação do supplicante, e direito da Fazenda Publica, para executar. Rio de Janeiro, em 9 de Fevereiro de 1831, 10^a da Independencia e do Imperio.—João Sabino de Mello Bulhões Lacerda Castello Branco.—João Prestes de Mello.—José Caetano de Andrade Pinto.—Manoel José de Souza França.

Resolução.—Não tem lugar a pretensão, e responsabilise-se a Junta ou os membros della culpados das medidas arguidas, e os claviculários do cofre da Alfandega. Pago, em 30 de Setembro de 1831.—Francisco de Lima e Silva.—José da

RESOLUÇÃO DE 30 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

Senhor.—Determinando a Lei de 4 de Dezembro de 1830 que os Officiaes-Maiores das Secretarias de Estado fação a publicação das Leis que até então se fazia na Chancellaria-Mór extincta do Imperio, se encetou a execução da mesma Lei, remettendo-se a este Tribunal os exemplares que lhe tocão, com direcção ao Conselheiro mais antigo, que occasionalmente preside, o que na pratica encontra alguns inconvenientes, para obstar os quaes parece ao Concelho que convém dar-se por V. M. I. as suas impetiaes ordens, para que continue a mesma pratica observada pelos Officiaes da Chancellaria extincta, remettendo-se directamente, com sobrescripto ao Concelho, os ditos exemplares, que podem vir acompanhados de hum indice delles, abaixo dos quaes dará o Secretario do Tribunal certidão de terem sido remettidos, como a Lei ordena, para descarga dos Officiaes-Maiores, responsaveis da execução do artigo da Lei. Rio de Janeiro, 31 de Janeiro de 1831, 10^a da Independencia e do Imperio.—Marquez de Aracaty.—Leonardo Pinheiro de Vasconcellos.—João Sabino de Mello Bulhões de Lacerda Castello Branco.—José Caetano de Andrade Pinto.—Manoel José de Souza França.—Forão votos os Conselheiros Francisco Baptista Rodrigues e João Prestes de Mello.

Resolução.—Como parece. Pago, em 30 de Setembro de 1831.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Braulio Moniz.—Bernardo Pereira de Vasconcellos.—*Acha-se o original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 30 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentic.

Senhor.—Ao Concelho dirigio Verissimo Mendes Vianna, por si e em nome de seus socios, o requerimento do theor seguinte:—Senhor. Verissimo Mendes Vianna, cidadão brasileiro, e negociante desta Praça, por si e seus socios, tem a honra de apresentar a V. M. I., em virtude do Edital affixado na entrada da sala deste Tribunal do Concelho da Fazenda, com data de 28 de Dezembro ultimo, a proposta exarada nos artigos seguintes: 1^o. comprar a armação denominada de Santa Anna de Lagoinha, na Ilha de Santa Catharina, com todos os objectos a ella pertencentes, offerecendo pagar logo á vista, nos cofres do Thesouro Publico desta Côrte, o valor total daquelle estabelecimento, segundo o seu inventario, existente na Secretaria do Concelho, e mais meio por cento sobre o mesmo valor, assim como a sisa competente, tudo em apolices do Governo, pelo seu valor nominal, renunciando

do o supplicante a vantagem dos pagamentos a prazos, concedida pela resolução da Assembléa Legislativa de 15 de Novembro de 1827. No caso que V. M. I. se não digne aceitar a proposição do artigo antecedente, o supplicante offerece pagar o mesmo lance em dinheiro corrente, em pagamentos de dez por cento da quantia total, e a prazos de seis mezes, na forma da supracitada resolução, entrando o supplicante logo para o cofre do deposito geral com aquella quantia que por V. M. I. fôr arbitrada, para segurança e garantia da Fazenda Publica, em apolices do Governo: 2º, se no acto de tomar, por seu Procurador, posse judicial da mencionada armação, pelo seu inventario, se achar que alguns dos objectos nelle contemplados tem cessado de existir, se farão logo de tais faltas os termos competentes, com os quaes, devidamente legalizados, poderá o supplicante requerer no Thesouro Publico desta Côrte os justos descontos por semelhantes faltas, os quaes lhe serão satisfeitos, ou aliás indemoisados pela Provincia de Santa Catharina, em lanchas de pesca, e escravos da armação de Nossa Senhora da Piedade, pelo seu respectivo valor. Propondo pois o supplicante pagar desde já em apolices todo o preço do predio em questão, ou pôr em deposito, para fiança dos pagamentos, a quantia que V. M. I. determinar nas mesmas apolices, parece desnecessario proceder aquellas habilitações e fianças, que não são mais do que garantias para a Fazenda Publica, quando se não paga de contado ou se não estabelece seguro deposito, portanto—Pede a V. M. I. se digne aceitar a proposição que offerece, e mandar arrematar a dita propriedade, visto que anda em praça e sem lançador desde Dezembro do anno passado.—E. R. M.—Verissimo Mendes Vianna.

Sobre este requerimento, depois de informar o Escrivão da Fazenda, com todos os papeis respectivos ás arrematações das armações da pesca das baléas, deu-se vista ao Procurador da Fazenda, que respondeu pela forma seguinte: — Pelo contexto da Consulta deste Tribunal, de 17 de Dezembro de 1828, e officio do Ministro da Marinha de 4 de Janeiro deste anno, se manifesta ser a armação da Lagoinha, na Ilha de Santa Catharina, huma das reservadas para o serviço nacional, e parece-me, por isso, que ella se não poderá metter a lances. Quando, porém, não obsta esta duvida, entendo que poderá o supplicante ser admittido como Licitante em praça, supprindo, como se offerece, com apolices equivalentes do preço da arrematação, pelo valor com que concorrem no mercado, a habilitação requerida pela Lei, por ser, na verdade, o deposito dellas huma caução muito sufficiente. Rio, 27 de Julho de 1831.—Maia.

O que sendo visto, parece ao Concelho levar este negocio ao conhecimento de V. M. I., por elle ser de interesse nacional, afim de que V. M. I. haja de declarar-lhe se ainda convém reservar para o serviço publico a armação de Santa Anna da Lagoinha, na Provincia de Santa Catharina, como lhe foi declarado pela Portaria de 50 de

Outubro de 1828, entendendo o Concelho que, a não dever mais ser reservado para semelhante fim este estabelecimento, pôde o supplicante ser admittido a lançar em praça, supprindo com apolices o equivalente do preço da arrematação, pelo valor com que correrem em o mercado, a habilitação do estylo, como pondera o Desembargador Procurador da Fazenda, com quem o Concelho se conforma. Rio de Janeiro, em 5 de Agosto de 1831, 10º da Independencia e do Imperio.—João Prestes de Mello.—José Gactano de Andrade Pinto.—Forão votos os Conselheiros Leonardo Pinheiro de Vasconcellos e João Sabino de Mello Bulhões Castello-Branco.

Resolução.—Em praça, a que se deve proceder, poderá o supplicante lançar como lhe parecer. Paço, em 30 de Setembro de 1831.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Braulio Moniz.—Bernardo Pereira de Vasconcellos.—*Acha-se no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 30 DE SETEMBRO.

Manuscripto authentico.

Senhor.—Por Portaria da Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda de 2 de Setembro do corrente anno, mandou V. M. I. remetter a este Concelho, para consultar, o requerimento de José Antonio da Costa e Irmaõs, negociantes desta Praça, em que reclamão o pagamento dos direitos do valor intrinseco das obras de prata manufacturadas, determinado pelo Juiz da Alfandega, em Portaria de 27 de Abril do corrente anno.

Vinha este negocio instruido de huma informação do dito Juiz da Alfandega e mais pareceres dados pela Repartição do Thesouro Publico, que com esta sobem á imperial presença, sendo a resposta do Procurador da Fazenda dada pela sobredita repartição do Thesouro do theor seguinte: — A instancia dos supplicantes, replicando sobre o deferimento de 15 de Julho proximo passado, he, a meu ver, não pouco temeraria, por infundamentada. Para se continuar a approvação do procedimento do Juiz da Alfandega, em obrigar os supplicantes a pagar os direitos de obras de prata pelo seu valor intrinseco, além das razões já expendidas no sobredito deferimento, bastará attentar a que a pratica deste pagamento, que já estava anteriormente estabelecida e formada pelas Portarias de 14 de Agosto e 9 de Novembro de 1826, não pôde considerar-se alterada pela disposição da resolução de 10 de Setembro de 1830, a qual, por isso mesmo que privilegiou as materias primas, ouro e prata, firmou a regra em contrario, já existentes, de serem sujeitas ao pagamento dos direitos, quando manufacturadas; nem he essa a unica disposição de tal natureza, e nem he só no Brazil que se auxilia a introdução das ditas materias, em beneficio da industria nacional. Rio, 25 de Agosto de 1831.—Maia.

O que visto, parece ao Concelho que o

Juiz da Alfandega procedem em regra, e que nada ha a emendar sobre o seu procedimento; mas tambem lhe parece muito impolitico que se remova da entrada do Brazil, por semelhante maneira, a abundancia de prata e ouro lavrado que, aliás, poderia entrar, constituindo huma verdadeira riqueza para o paiz, e que portanto muito conviria que o Governo propozesse ao Corpo Legislativo o estender-se a isenção dos direitos de entrada do ouro e barra e prata em pinha ao mesmo ouro e prata lavrados, sendo estes metaes do toque da Lei, substituindo a imposição dos ditos direitos sobre o valor intrinseco, quando pelo toque dos ditos ou outro qualquer ensaio da arte se verifique ser de qualidade inferior, pagando-se sempre, em todo o caso, o direito do valor da mão de obra. Rio de Janeiro, em 12 de Setembro de 1831, 10^a da Independencia e do Imperio. — José Caetano de Andrade Pinto. — Manoel José de Souza Franca. — Foi voto o Conselheiro João Prestes de Mello.

Resolução. — Indeferido. Paço, em 30 de Setembro de 1831. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se o original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

NOTAS DE 30 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

O abaixo assignado, do Concelho de S. M. o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, tem a honra de se dirigir ao Sr. A. Aston, Encarregado de Negocios de S. M. Britannica, para communicar-lhe a grande sorpresa que tem causado ao Governo de S. M. I. o insolito, inesperado e muito desagradavel acontecimento que hoje teve lugar, apresentando-se em frente das praias e Arsenal do Exercito desta Capital hum grande numero de escaleres e lanchas da Divisão Britannica, surta no porto, armados com morteiros e consideravel guarnição, em hum tom ameaçador. Hum tal procedimento da parte do Commandante da Divisão, sem cujas ordens elle não se verificaria, parece absolutamente incrível, no seio da paz, e das relações mais constantes e positivas de amizade e boa intelligencia que unem os dois paizes; e pôde trazer consigo as mais funestas consequências, principalmente em tempo de effervescencia publica, em que, exaltando-se todos os sentimentos de nacionalidade e patriotismo, que fazem hoje o timbre e honra do caracter brasileiro, não podem deixar de ser grandemente affectados por qualquer sombra de provocação ou menoscabo da parte das nações estranhas, de quem o Brazil, pelas deferencias, e ainda sacrificios, durante a administração passada, nada deveya esperar senão a mais sincera gratidão e cordialidade. O abaixo assignado se vê, portanto, na dolorosa necessidade de pedir com toda a urgencia da parte do Governo Imperial a explicação daquelle acto, que, parecendo muito

offensivo da dignidade da Nação e do Governo, têm já posto em alarma e indignação o povo da Capital. Por esta occasião renova o abaixo assignado ao Sr. A. Aston as expressões do seu obsequio e estima. Palacio do Governo, em 30 de Setembro de 1831. — Francisco Carneiro de Campos.

O abaixo assignado, Encarregado de Negocios de S. M. Britannica, estava já preparado para dirigir huma representação official a S. Ex. o Sr. Francisco Carneiro de Campos, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, tendo por fim representar fortemente contra o procedimento violento e improprio que teve lugar esta manhã da parte de alguns Officiaes Brasileiros, em hum escaler armado, apoderando-se forçosamente de hum dos escaleres pertencentes á Esquadra de S. M., surta neste porto, e acomettendo e maltratando o Official em serviço da maneira a mais indesejavel, quando o mesmo abaixo assignado teve a honra de receber a Nota de S. Ex., em que se queixa contra aquelle mesmo Official, que de facto foi a parte offendida.

Os detalhes deste acontecimento são os seguintes: — Entre as 9 e 10 horas da manhã, hum Official pertencente á fragata de S. M., *Samarang*, ia em serviço em hum escaler de quatro remos, quando ao pé da Ilha de Villegaignon hum grande escaler pertencente ao Governo Imperial abalrou o escaler inglez, damnificando-o mui consideravelmente. O Official Inglez julgando que este procedimento extraordinario não fosse talvez intencional, aproximou-se ao escaler brasileiro, afim de pedir aquella explicação, que julgou justamente merecer; mas, sendo recebido com huma linguagem aggravante e insultadora, perguntou então pelo nome do Official Brasileiro, e a Repartição a que pertencia o escaler, para que informasse o Official Commandante Inglez de todas as circumstancias; tudo porém lhe foi negado. No entretanto hum grande escaler brasileiro armado largou da Ilha do Villegaignon, e abordeou o escaler britannico, com os sabres desembainhados; agarrou violentamente o Official Inglez, ameaçou-o com as suas armas, rasgou-lhe o uniforme, maltratou-o muito, e, finalmente, conduziu o dito Official e a tripulação presos para a Cidade.

Semelhante procedimento não podia deixar de ser observado pelo Official Commandante da Esquadra Britannica, o qual, não podendo comprehender hum acto tão improprio e não provocado, e que difficilmente se devia suppor ter sido perpetrado pela autoridade dos Officiaes do serviço imperial, julgou ser do seu dever ordenar que se expedissem escaleres com o fim de dar a protecção que as circumstancias do caso pareciam justificar.

Taes são os factos deste acontecimento, e a intenção de huma intervenção não se estende a mais do que a livrar os subditos britannicos ao serviço de S. M. das mãos de pessoas que tinham a apparencia de serem suspeitas.

O abaixo assignado sente sinceramente que

houvesse tal desintelligencia entre os subditos das duas Nações, mas he obrigado a declarar que a provocação não procedeu da parte do Official Inglez, e unicamente se deve attribuir á conducta indesculpavel dos Officiaes e tripulações dos dous escaleres brasileiros acima mencionados.

Suppondo-se mesmo que o Official Inglez fosse aggressor (o que não aconteceu), o modo decente e legal seria ter-se feito huma queixa contra elle á competente autoridade.

Em quaesquer circumstancias não se pôde seguramente justificar a forçosa apprehensão e máo tratamento do Official.

O abaixo assignado tentará afirmar que S. Ex. jámais achou disposição alguma da parte das autoridades britannicas no Brazil de se negarem a dar plena investigação e satisfação por qualquer damno ou aggressão que se suppunha haver soffrido os subditos deste Imperio. Deve porém o abaixo assignado observar que, apesar de estarem animadas as autoridades britannicas do mais sincero e vivo desejo de cultivar e manterem as relações amigaveis que actualmente existem entre os dous paizes, contudo não se podem responsabilisar pelas consequencias que resultarem de ataques feitos ás pessoas dos Officiaes do Rei, semelhante ao aggravante de que agora se queixa o abaixo assignado.

O mesmo abaixo assignado segue inteiramente a opinião de S. Ex., quanto á possível impressão desagradavel que esta occorrença pôde produzir; e por isso está muito persuadido da necessidade de requerer a S. Ex. que faça expedir ordens taes, que obstem a repetição de semelhante comportamento da parte dos Officiaes do serviço brasileiro; e S. Ex. pôde estar certo que o Official-Commandante Britannico continuará a exigir, como até agora, a observancia de huma estricta regularidade e boa ordem entre os Officiaes e tripulação da Esquadra Naval, debaixo do seu commando, na communicação que tiverem com os habitantes desta Cidade.

O abaixo assignado tem a honra de renovar a S. Ex. as seguranças da sua mais alta estima e consideração.—(Assignado) Arthur Aston.—Rio de Janeiro, 30 de Setembro de 1831.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 80, vol. 18.*

PROVISÃO DE 30 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia das Alagoas que, sendo presente á Regencia os seus officios ns. 15 e 35, datados de 26 de Fevereiro e 20 de Julho do corrente anno, em que representa que a quantia de 5:673\$324 rs., fixada na Lei do Orçamento de 15 de Dezembro ultimo, para as despesas da Junta e Administrações das Rendas do presente anno financeiro não he sufficiente, faltando-lhe 5:378\$836 rs., sobre que pede esclarecimentos, afim de evitar os embargos em que se vê: manda, em nome do Impe-

rador, responder á mesma Junta que deve limitar-se unicamente a fazer as despesas decretadas e fixadas na dita Lei do Orçamento; á vista do impresso apresentado na sessão do anno passado, supprimindo todas as outras despesas que não estiverem contempladas, á excepção do ordenado do Procurador da Fazenda, não obstante não ter sido mencionado no Ministerio a que pertence. O que cumprirá. José Francisco de Medeiros a fez no Rio de Janeiro, em 30 de Setembro de 1831. Candido Caldeira de Souza, Adjuncto do Contador Geral, a fez escrever.—Bernardo Pereira de Vasconcellos.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 113, vol. 18.*

PROVISÃO DE 30 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Provincia da Parahyba que, subindo á presença da Regencia o seu officio n. 51, de 20 de Julho ultimo, em que supplica a decisão dos de 26 de Janeiro e 23 de Fevereiro antecedente, nos quaes pede deliberação sobre a maneira por que se deve conduzir, relativamente á recepção nos cofres da sua Thesouraria dos dinheiros que lhe pertencem, arrecadados na Provincia de Pernambuco: manda, em nome do Imperador, responder á mesma Junta que, á vista das ordens que se lhe tem expedido, já não pôde ter lugar a materia de que se trata nos referidos officios, devendo dirigir-se directamente á Junta da Fazenda de Pernambuco, exigindo della os esclarecimentos necessarios para a boa ordem e clareza das suas transacções, e da respectiva escripturação. O que se lhe participa para sua intelligencia. Pedro José da Camara a fez no Rio de Janeiro, em 30 de Setembro de 1831. Candido Caldeira de Souza, Adjuncto do Contador Geral, a fez escrever.—Bernardo Pereira de Vasconcellos.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 114, vol. 18.*

PORTARIA DE 30 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Não tendo a Camara Municipal da Villa de Santo Antonio de Sá remittido á Secretaria do Estado dos Negocios do Imperio a informação que foi exigida em Portaria de 11 de Agosto passado, a respeito da subscrição voluntaria destinada a beneficio dos enfermos pobres e contagiados do seu municipio: manda a Regencia, em nome do Imperador, pela mesma Secretaria do Estado, que a referida Camara Municipal remetta quanto antes os esclarecimentos que lhe foram determinados a respeito da mencionada subscrição, afim de poder providenciar-se sobre a applicação das quantias existentes. Palacio do Rio de Janeiro, em 30 de Setembro de 1831.—José Lino Coutinho.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 119, vol. 18.*

AVISO DE 30 DE SETEMBRO.

Imp. avulso.

Constando pelas partes officiaes inclusas que na noite de 25 do corrente alguns individuos armados não só accommettêrão e desarmarão algumas Patrulhas das Guardas Municipaes, como praticarão muitos outros excessos; e que na noite de 28, no Theatro, tiveram também lugar muitos outros procedimentos criminosos constantes da parte dada pelo Juiz de Paz Supplente da Freguezia do Sacramento, e convido que os perturbadores da ordem publica e os principaes autores de taes desordens sejam processados pelos meios legais, para que da sua impunidade se não siga a renovação de tão tristes acontecimentos, que tanto concorre para o desasosiego desta Capital: manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. S. passe a devassar de taes factos, se tal medida tiver lugar na conformidade das Leis, dando parte do final resultado das diligencias a que proceder, para se darem ultteriores providencias. Deos guarde a V. S. Paço, em 30 de Setembro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Nicolão da Silva Lisboa.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 85, vol. 18.*

OFFICIO DE 1 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. Sr.—Na noite de 28 do corrente, sendo chamado do meu camarote no Theatro para acudir a hum desordem no largo, corri immediatamente, e achei travados em briga os Tenentes de Artilharia Antonio Caetano, e do Estado-Maior Fulano Paiva, e ouvindo-os a ambos, dizia aquelle que este o accommettêra com hum espada desembainhada, mas que, acodindo-lhe os seus amigos, elle a passára a hum seu camarada, que se ausentára com ella: este porém queixava-se de que, indo a entrar para o Theatro, Antonio Caetano e mais seis individuos o começaram a insultar de palavras, e logo o accommettêrão todos e lhe arrancáram a espada, ainda dentro da baia, e mostrou-me arrebatadas as corréas do talabarte; prendi a ambos, e os entreguei a hum patrulha de Cavallaria das Guardas Municipaes para os conduzir á Guarda Principal; porém logo o dito Antonio Caetano desobedeceu, declarando-me que não consentia em ir preso pela patrulha, porque era hum Official, como se a patrulha não fosse sufficiente para prender ou conduzir á prisão a qualquer cidadão achado em flagrante delicto. Não obstante, porém, os entreguei ao Commandante da Guarda do Theatro, para os conduzir á Principal, por ser tão proxima; mas logo hum grupo de povo começou a gritar que elle Antonio Caetano não iria preso e o arrancou; entretanto o Tenente Paiva, receoso do ajuntamento, evadiu-se e foi-se entregar preso á minha ordem na Guarda Principal: então começou o dito Antonio Caetano e os seus amigos a gritarem que eu tinha soltado o Chumbo e prendido o Brasileiro, e, apezar de eu lhes fazer

ver que prendêra a ambos, gritavão—traição!—e conduzirão o preso para a platêa, onde elle começou a proclamar que os Brasileiros estavam trahidos, que elle tinha sido preso por causa de hum Chumbo, a quem eu soltára, e só prendêra a elle; de novo ordenei ao Commandante da Guarda do Theatro a sua prisão, responsabilizando-o por ella; porém este Official, dizendo-me que não se atrevia a prendê-lo, não empregou a força que commandava, nem ao menos deu ao delinquente a voz de preso, senão elle e os seus soldados indifferentes espectadores da mais completa desordem, desobediencia, ameaças e resistencia que me fizeram no saguão; além disto, chegando aos degrãos do saguão hum força dos Guardas Municipaes, os soldados calarão baioneta, e lhes apresentarão hum disposição hostil; fiz recuar para o largo a distancia de tres braças da arcada a dita força, e toda a mais que veio chegando, e por espaço de mais de hum quarto de hora a Guarda do Theatro consentio no saguão individuos armados de estoques e paes, apupando, provocando e ameaçando as Guardas Municipaes, sem prenderem, parecendo os amotinadores animados com essa Guarda, que devia primeiro que tudo preencher o fim para que foi para ali mandada, de sustentar a policia e tranquillidade no Theatro, pelo que me parece que deve ser responsabilizada. Quanto aos dous Tenentes, Paiva foi conduzido para o Quartel do Campo da Honra, e Antonio Caetano consta-me estar recolhido á prisão do 1º Corpo; onde quer que estejam, ficão á disposição de V. S., que, á vista do exposto, mandará proceder como entender conforme ás leis. Deos guarde a V. S. Rio, 1º de Outubro de 1831.—Illm. Sr. Coronel Francisco Carlos de Moraes, Commandante interino das Armas.—Saturnino de Souza e Oliveira, Juiz de Paz Supplente da Freguezia do Sacramento.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 79, vol. 18.*

PROCLAMAÇÃO DE 1 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Patriotas! A vossa conducta na noite de 28 de Setembro não pôde ser escurecida pelas calumnias dos perturbadores do socego publico; he superior a todo o elogio. Insultados e provocados ao ultimo ponto com os mais infamantes convicios, vós destes hum exemplo de moderação e de obediencia que muito vos honra; cumpristes as minhas ordens de não fazer fogo, até quando vos foi necessario repellir força com força em defesa propria; e, depois de vilipendiados por mais de hum quarto de hora, a maior parte dos vossos tiros forão dados ao ar, mostrando assim que estaveis de accordo comigo, em poupar o sangue dos homens. Camaradas! Eu tinha dado ordem para fechar-se o Theatro, afim de dispersar os amotinadores e prender os cabeças, e se soffri que fôssemos ultrajados com tanto excesso, e por tanto tempo, sem fazer entrar parte da nossa força dentro do saguão, foi para

não arriscar a vida de hum só de vós, e de muitas pessoas que estavam na platéa; a posição era pessima para ahí entrar-se; lá estava em armas a Guarda de 1.^a linha, que não só não me tinha coadjuvado para sustentar a ordem, e mostrava-se indifferente espectadora dos ultrajes que se nos fazião, mas até se nos mostrara hostil, calando baionetas ao primeiro reforço que chegou á entrada do saguão; era portanto de receiar hum violento ataque de baioneta no pequeno espaço do saguão, onde muitas vidas se perderião, e eu empregarei sempre todos os meios de não comprometter a vida de hum só Guarda Municipal. Rendamos no-sos agradecimentos aos patriotas das mais Freguezias, que promptos marcharão em nosso soccorro. Continuemos firmes na resolução de sustentarmos o systema jurado, e rebater a anarchia. Salvando della a Capital, vós salvais todas as Províncias, sobre as quaes reflectem os movimentos do centro, e gozareis, com gloria, paz e prosperidade. Rio de Janeiro, 1.^o de Outubro de 1831.—Saturnino de Souza e Oliveira, Juiz de Paz Supplente da Freguezia do Sacramento. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 79, vol. 18.*

AVISO DE 4 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Havendo José Joaquim de Alencastro, no tempo em que exercen o lugar de Consul deste Imperio na Republica do Estado Oriental do Uruguay, excedido os poderes que se lhe concederão, já querendo exercer jurisdicção naquella Republica, erigindo o seu Consulado em Tribunal de 1.^a Instancia para os subitos Brasileiros, como se vê dos documentos n. 1 a 5, já estabelecendo hum nova pauta de emolumentos consulares, documentos ns. 6 e 7, contra o que se lhe determinou nas suas Instrucções, e no despacho de 23 de Fevereiro do corrente anno, documentos ns. 8 e 9; ordena a Regencia, em nome do Imperador, que V. S., tendo em vista todos aquellos documentos, haja de proceder contra o referido Alencastro, na fórma da Lei. Deos guarde a V. S. Paço, em 1.^o de Outubro de 1831.—Francisco Carneiro de Campos.—Sr. José Antonio da Silva Maia.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 87, vol. 18.*

AVISO DE 1 DE OUTUBRO.

Manuscripto authenticico.

A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem approvar o contracto (*) celebrado com Ale-

(*) Eu abaixo assignado me obrigo a dar de 8 em 8 dias os mantimentos para fornecer os presos que se achão a bordo da não *Pedro I.*, a saber: farinha, feijão, arroz, carne secca e toucinho; todos estes generos da melhor qualidade, pelo estado da terra provado, sendo com o peso e medida correntes, pela aliciação do corrente anno; pondo-os en a bordo da dita não á minha custa nos dias apazados. No caso que alguns destes generos não sejam capazes, torna-los-hei a receber sem pagamento, e logo no mesmo acto da entrega, recebendo o pagamento

xandre José Coelho, sobre o fornecimento dos alimentos necessarios para os presos que se achão a bordo da não *Pedro I.*, o qual acompanhou o officio de V. S. de 28 do mez antecedente, para cujo fim reenvio a V. S. o mesmo contracto. Deos guarde a V. S. Paço, 1.^o de Outubro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo.

AVISO DE 1 DE OUTUBRO.

Manuscripto authenticico.

Constando ao Governo achar-se na Fortaleza da Ilha das Cobras, removido da Cadêa desta Cidade, hum dos presos, em consequencia da devassa a que se procedeu pelos acontecimentos de 14 e 15 de Julho, sendo aliás publico o espirito de pouca subordinação do Corpo da Marinha, ali estacionado, e a propensão exaltada do preso: manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. S. declare ao Juiz que tal remoção determinou que fica elle responsavel por qualquer funesto acontecimento que, em consequencia de tal remoção, tiver lugar, visto que nenhuma razão ou pretexto qualquer pôde justificar hum semelhante procedimento nas actuaes circumstancias. Deos guarde a V. S. Paço, 1.^o de Outubro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo.—*Acha-se á fl. 140 do Liv. respectivo da Casa da Supplicação.*

PORTARIA DE 3 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr.—Sendo presente á Regencia o officio de V. Ex. de 28 de Junho do corrente anno, em que informa sobre a representação da Camara Municipal da Villa de Caxias, que pedio licença para a execução de hum projecto de Estatutos sobre o estabelecimento de hum Sociedade Philanthropica na dita Villa, a mesma Regencia ha por bem declarar a V. Ex., para o fazer constante á referida Camara Municipal, que taes Sociedades não precisão de licença, na conformidade do Código Penal, hum vez que o Juiz de Paz do districto esteja ao facto de seus Estatutos, e dos fins uteis a que se dirigem. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 3 de Outubro de 1831.—José Lino Coutinho. Sr. Candido José de Araujo Vianna.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 85, vol. 18.*

AVISO DE 3 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Sendo presentes á Regencia as expressões de sincera felicitacção que lhe dirigio a Camara Mu-

à face de hum conhecimento ou recibo em fórma que a bordo se dê da quantidade parcial dos generos, e com a expressa designação de que são da melhor qualidade, e sem detrimento algum no respectivo peso e medida; e por isso ter tratado, passo a presente obrigação por mim sómente assignada. Rio, 26 de Setembro de 1831.—Alexandre José Coelho.—*Acha-se á fl. 138 r. do Liv. fudo de Ordens á Relação dirigidas.*

nicipal da Cidade das Alagoas, pelo intermedio do seu Delegado Francisco José Corrêa de Albuquerque, em demonstração do seu completo regozijo pelos memoraveis acontecimentos do dia 7 de Abril do corrente anno, e gloriosa elevação de S. M. I. o Sr. D. Pedro II ao Throno do Brazil: manda a mesma Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar á referida Camara Municipal que está muito certa dos seus patrioticos e honrados sentimentos. Palacio do Rio de Janeiro, em 3 de Outubro de 1831.—José Lino Coutinho.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 82, vol. 18.*

AVISO DE 3 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Forão muito agradaveis á Regencia as expressões da sincera felicitação que lhe dirigio a Camara Municipal da Cidade da Fortaleza, pelo intermedio do seu Delegado o Deputado José Martiniano de Alencar, pelos gloriosos acontecimentos do dia 7 de Abril, que, elevando ao Throno o Principe Brasileiro, firmou para sempre a Independencia e Liberdade deste Imperio. O que manda a mesma Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar á referida Camara Municipal para sua intelligencia. Palacio do Rio de Janeiro, em 3 de Outubro de 1831.—José Lino Coutinho.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 82, vol. 18.*

AVISO DE 3 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr.—Foi presente á Regencia, em nome do Imperador, o officio de V. Ex. de 20 de Setembro proximo passado, em que participa não terem havido occorrencias que perturbem o socego dessa Provincia; e a mesma Regencia, certa do bom juizo e energia de que V. Ex. he dotado, espera que V. Ex. tenha o maior cuidado sobre todas as autoridades subalternas, além de que, cumprindo bem os seus deveres, se faça justiça aos povos, e se castiguem os perversos, com o que sempre haverá paz e tranquillidade publica. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 3 de Outubro de 1831.—José Lino Coutinho.—Sr. Manoel Ignacio de Mello e Souza.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 84, vol. 18.*

AVISO DE 3 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Tendo a Regencia, em nome do Imperador, mandado repartir pelo 1º Corpo de Artilharia de Posição de primeira linha, e pelos Batalhões n. 1 e 3 de Caçadores de primeira linha, as praças actuaes de pret do 5º Batalhão de Caçadores de primeira linha, passando a avulsos os respectivos Officiaes, o participo a Vm., para seu conheci-

mento e governo, ficando na intelligencia de que o archivo e caixa daquelle Corpo será recolhido a essa Thesouraria Geral das Tropas. Deos guarde a Vm. Paço, em 3 de Outubro de 1831.—Manoel da Fonseca Lima e Silva.—Sr. Ignacio Viegas Tourinho Rangel.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 90, vol. 18.*

AVISO DE 3 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Achando-se nomeados para Ajudante das Esquadras das Guardas Municipaes do districto do Engenho Velho, Francisco Coelho da Silva Azeredo Lobo, João Gomes Camello, Cadetes, e Laurindo José do Espirito Santo, Cabo, todos do 5º Batalhão de Caçadores de segunda linha, bem como José Ignacio Antonio, Soldado, e Bernardo Neto de Azeredo, Soldado, ambos do 2º Regimento de Cavallaria de segunda linha: manda a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. expeça as ordens para ficarem dispensados de todo o serviço dos seus Corpos: e autorisa por esta occasião a Vm. para dispensar do serviço dos Corpos de segunda linha todos os individuos que os Commandantes Geraes das mesmas Guardas reclamarem: o que participo a Vm. para que expeça as ordens. Deos guarde a Vm. Paço, em 3 de Outubro de 1831.—Manoel da Fonseca Lima e Silva.—Sr. Francisco Carlos de Moraes.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 90, vol. 18.*

AVISO DE 3 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Achando-se a cargo da Camara Municipal desta Córte as obras do canal do Guandú, de cuja direcção se tem encarregado o Major Graduado do Corpo de Engenheiros Antonio João Rangel de Vasconcellos; e devendo em consequencia este Official ser abonado da respectiva gratificação pelo cofre da mesma Camara Municipal, o communico assim a Vm. para seu conhecimento, e para que nesta intelligencia suspenda o abono da gratificação pela Thesouraria Geral das Tropas da Córte. Deos guarde a Vm. Paço, em 3 de Outubro de 1831.—Manoel da Fonseca Lima e Silva.—Sr. Ignacio Viegas Tourinho Rangel.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 91, vol. 18.*

AVISO DE 3 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Fiz presente á Regencia, com o officio de Vm. de 2 do presente mez, o do Commandante-Militar de Campos, sobre o inconveniente que havia para desoccupar o Seminario da Lapa; e resolvendo a Regencia, em nome do Imperador, que aquelle Commandante-Militar alugue hum casa para Quartel do Destacamento, dando parte da importancia do aluguel, para ser pago mensalmente pela Thesouraria Geral das Tropas, a

quem pertencer, emquanto se não dão outras providencias, e participe a Vm., para que neste sentido expeça as convenientes ordens, advirtindo aquelle Commandante, pela ultima vez, que faça logo desoccupar aquelle edificio da Lapa, entregando-o ás pessoas a quem competir a direcção delle. Deos guarde a Vm. Paço, em 3 de Outubro de 1831.—Manoel da Fonseca Lima e Silva.—Sr. Francisco Carlos de Moraes.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 91, vol. 18.*

AVISO DE 3 DE OUTUBRO.

Imp. avulso

A Regencia, em nome do Imperador, determina que Vm. abone ao Tenente-Coronel Graduado, addido ao Estado-Maior do Exercito, José Manoel Carlos de Gusmão, a gratificação de 1.º classe, e as respectivas forragens: ao Tenente avulso de Cavallaria, Lopo José de Albuquerque Maranhão, vencimento de forragens; e ao Major do 1.º Batalhão de Caçadores de primeira linha Luiz Alves de Lima, as respectivas forragens, contadas desde o dia em que deixarão de ser-lhe abonadas, por estarem todos em serviço. Deos guarde a Vm. Paço, em 3 de Outubro de 1831.—Manoel da Fonseca Lima e Silva.—Sr. Ignacio Viegas Tourinho Rangel.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 92, vol. 18.*

AVISO DE 3 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr.—Neste momento, que recebo o officio de V. Ex., com data de hoje, incluindo copia da Nota do Encarregado de Negocios de S. M. Britannica, relativamente aos tiros que da Fortaleza de Santa Cruz se derão sobre a escuna de guerra ingleza *Adelaide*, expedi ao encarregado internamente do commando das Armas a ordem constante da copia junta, recomendando-lhe a maior brevidade na indagação deste facto, e bem assim no dos outros dous, acerca dos quaes V. Ex. anteriormente me havia officiado; e logo que receba o resultado da investigação, me farei cargo de os enviar a V. Ex. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 3 de Outubro de 1831.—Manoel da Fonseca Lima e Silva.—Sr. Francisco Carneiro de Campos.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 93, vol. 18.*

PORTARIA DE 3 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

O Director da Officina Typographica Nacional, Januario da Cunha Barbosa, fique na intelligencia de que deve fazer reînover para os armazens fóra daquella Officina os trastes da lapidação dos diamantes, ora ali existentes, para melhor se accommodarem nella os utensilios que lhe são pertencentes, na fórma de sua representação de 17 do mez proximo passado, estando porém presente para este effeito o Administrador da Fabrica da Lapidação, procedendo-se

a inventario dos ditos trastes, que deverá ser assignado por quem tomar delles conta. Rio, em 3 de Outubro de 1831.—Bernardo Pereira de Vasconcellos.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 111, vol. 18.*

PROVISÃO DE 3 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia da Bahia que, á vista do seu officio n. 41 de 15 de Julho do corrente anno, em que participa ter arrematado a Typographia Nacional a Francisco Vicente Ribeiro Moreira, affiançado por João de Oliveira Guimarães e José Joaquim Ribeiro Moreira, pela quantia de 4:304\$720 rs., constante do termo que offereceu: ha por bem a Regencia, em nome do Imperador, approvar a referida arrematação. O que se lhe participa para sua intelligencia. Alexandre José Ferreira Braga a fez no Rio de Janeiro, em 3 de Outubro de 1831.—Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever.—Bernardo Pereira de Vasconcellos.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 158, vol. 18.*

AVISO DE 4 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. remetta quanto antes huma relação bem circumstanciada de todos os escravos presos no calabouço, com declaração do tempo em que para ali entrãrão, e á ordem de quem; o maximo dos açoites que se dão em cada individuo, e por que ordem; quantas vezes no dia são alimentados, e com que; e bem assim em que se empregão. Deos guarde a Vm. Paço, em 4 de Outubro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia.—*Acha-se a fl. 103 v. do Liv. 11.º da Còrte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 4 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

Ilm. e Exm. Sr.—Convindo para prompta prisão dos réos que se possam evadir das prisões pertencentes á Repartição de Marinha que as partes sejam dirigidas pela autoridade que estiver á testa das mesmas prisões directamente ao Chanceller da Casa da Supplicação, independente de irem taes partes á presença de V. Ex. pelo intermedio do Inspector do Arsenal da Marinha, e depois de enviadas por V. Ex. a esta Secretaria de Estado, como até aqui se tem praticado, dirijo-me a V. Ex. afim de expedir sobre este assumpto as ordens que forem convenientes. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 4 de Outubro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. José Manoel de Almeida.—*Acha-se a fl. 104 do Liv. 11 da Còrte na Secretaria da Justiça.*

CARTA DE LEI DE 4 DE OUTUBRO

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral decretou e ella sancionou a Lei seguinte:

TITULO 1.º — Da organização do Tribunal do Thesouro Publico Nacional.

CAPITULO 1.º — Da organização do Tribunal.

Art. 1.º Haverá na Capital do Imperio hum Tribunal denominado Thesouro Publico Nacional, o qual será composto de hum Presidente, hum Inspector Geral, hum Contador Geral, hum Procurador Fiscal, que terão todos o titulo do concelho, e serão de nomeação do Imperador.

Art. 2.º Este Tribunal terá por semana, e a escolha do Presidente, tres conferencias, que durarão o tempo necessario para o expediente; ser-lhe-ha annexa huma Secretaria, hum Contadoria de Revisão, huma Thesouraria Geral, e hum Cartorio.

Art. 3.º O Presidente terá voto deliberativo, e todos os outros Membros do Tribunal o consultivo; ficando responsaveis por seus votos que fôrem oppostos ás Leis ou contra os interesses da Fazenda Publica, se fôrem manifestamente dolosos.

Art. 4.º Os negocios de obvia decisão serão despachados na mesma conferencia: nos que pedirem exame de direito será ouvido por escripto o Procurador Fiscal; e nos que exigirem exame de facto, será ouvida pelo mesmo modo a Autoridade competente.

Art. 5.º Fica extinto o titulo de Lugar-Tenente do Erario.

CAPITULO 2.º — Das attribuições do Tribunal.

Art. 6.º Compete ao Tribunal do Thesouro Nacional:

§ 1.º A suprema direcção e fiscalisação da receita e despesa nacional, inspecção a arrecadação, distribuição e contabilidade de todas as rendas publicas, e decidindo todas as questões administrativas que a taes respeito possam occorrer.

§ 2.º A suprema administração de todos os bens proprios da Nação, que não estiverem por Lei a cargo de outra Repartição Publica.

§ 3.º Tomar annualmente contas a todas as Repartições Publicas, por onde se dispendem dinheiros da Nação, mandando passar quitações, quando correntes, aos respectivos Thesouros, Recbedores, Pagadores ou Almo-xarifes; e mandando proceder contra elles quando illegaes.

§ 4.º Propôr as condições dos empréstimos, que por Lei houverem de ser contrahidos dentro ou fóra do Imperio, fiscalizando a observancia das que fôrem estipuladas.

§ 5.º Fixar as condições, e terminar a arrematação dos contractos, ou de receita, ou

de despesa na Côrte e Provincia do Rio de Janeiro.

§ 6.º Examinar o estado da Legislação sobre Fazenda, para representar ao Governo, indicando-lhe os pontos em que encontrar defeitos, insufficiencia ou incoherencia, afim de que elle proponha ao Corpo Legislativo as medidas que julgar convenientes.

§ 7.º Observar os effeitos que produzem ou vierem a produzir os Tributos ora existentes, ou que para o futuro se derramarem sobre os diversos ramos de riqueza nacional, e propôr a taes respeito o que entender mais vantajoso á prosperidade da Nação.

§ 8.º Exercitar toda a jurisdicção voluntaria que até agora exercia o extinto Concelho da Fazenda, a respeito de habilitações, ordenados, tenças e pensões; do assentamento dos proprios nacionaes; dos contractos das rendas publicas; e da expedição de titulos ou diplomas a todos os Officiaes de Fazenda subalternos do Thesouro Publico. Ficão exceptuadas as habilitações dos herdeiros e cessionarios de quaesquer credores da Fazenda nas Provincias do Imperio, as quaes poderão ser feitas perante os Juizes Territoriaes, ouvido o Procurador Fiscal.

§ 9.º Instituir hum rigoroso exame do estado da actual arrecadação e distribuição das rendas Nacionaes da Côrte e Provincias do Imperio, podendo demittir ou aposentar todos aquelles empregados de Fazenda que, mediante o exame instituido, fôrem reconhecidos com defeito physico ou moral que os inhabilite para continuar, ou fôrem convencidos de delexo ou abuzo no exercicio de suas obrigações.

§ 10.º Inspeccionar não só os Officiaes empregados nas differentes Repartições de Fazenda immediatamente dependentes do mesmo Thesouro, como tambem aquelles que tiverem a seu cargo a receita e despesa dos dinheiros publicos em Estações dependentes de outra jurisdicção, como algumas Fabricas e Officinas Nacionaes que por esse motivo lhe ficão subordinadas.

§ 11.º Promover tudo quanto fôr a maior bem e de interesse para a Fazenda Publica.

CAPITULO 3.º — Do Presidente do Thesouro Nacional.

Art. 7.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda he o Presidente do Tribunal do Thesouro.

Art. 8.º O Presidente assistirá ás conferencias do Tribunal, sempre que o expediente dos negocios do Governo lh'o permitta.

Art. 9.º Compete ao Presidente do Thesouro:

§ 1.º Levar á Augusta Presença do Imperador todos os negocios do Tribunal que exigirem seu conhecimento, approvação e assignatura.

§ 2.º Assignar e apresentar annualmente, até o dia 8 de Maio, á Assembléa Geral Legislativa, juntamente com o seu Relatorio, a conta geral da receita e despesa do Thesouro Nacional, pertencente ao anno que se

findou, e orçamento da receita e despesa para o anno futuro.

§ 3.º Submetter á Assembléa Geral Legislativa quaesquer planos de melhoramento, regimentos, e outras medidas legislativas que o Tribunal julgar convenientes ao bem publico, e dignas da consideração da mesma Assembléa.

§ 4.º Deliberar em Tribunal sobre todos os negocios da competencia do Thesouro Nacional.

§ 5.º Submetter ao Imperador, com audiencia do Tribunal, a nomeação dos Officiaes de Fazenda, que devão ser propostos pelos Chefes das Repartições respectivas.

§ 6.º Communicar ao Tribunal as determinações do Governo, e repartir pelos seus membros os trabalhos extraordinarios que posão occorrer, e que tiver por conveniente encaregar-lhes.

§ 7.º Expedir em seu nome, e assignar todas as ordens, instrucções, titulos ou diplomas, que fôrem expedidos em Tribunal.

§ 8.º Assignar as quitações que fôrem dadas em Tribunal, e subscriptas pelo Contador Geral aos principaes Officiaes de Fazenda, a saber: na Côrte ao Inspector da Fazenda e Pagador Geral, e nas Provincias aos respectivos Inspectores de Fazenda.

Art. 10.º Todo o expediente a cargo do Presidente do Thesouro será feito pela Secretaria do mesmo Thesouro.

CAPITULO 4.º — Do Inspector Geral do Thesouro.

Art. 11.º O Inspector Geral he o Vice-Presidente do Tribunal do Thesouro; e no que he do expediente e regimen do Tribunal faz as vezes do Presidente; excepto na assignatura das ordens. Vencerá o ordenado de 4:000 \$rs., e será substituido pelo Contador Geral.

Art. 12.º Compete ao Inspector Geral:

§ 1.º A fiscalisação particular da arrecadação, administração, distribuição e contabilidade das rendas nacionaes em todo o Imperio, exercitando esta sua attribuição por meio dos respectivos Inspectores de Fazenda, ou Chefes das Thesourarias das Provincias do Imperio.

§ 2.º Resolver e expedir todos os negocios que não fôrem da privativa attribuição do Presidente em Tribunal, dando-lhe todavia conta na seguinte conferencia das resoluções e ordens que assim tiver expedido.

§ 3.º Executar as deliberações do Presidente em Tribunal, communicando-as por escripto ás respectivas Estações que lhe sejam subordinadas.

§ 4.º Inspeccionar todas as Administrações, Recebedorias e Pagadorias das rendas publicas; advertindo, reprehendendo ou suspendendo temporariamente aquelles de seus Empregados em quem achar negligencia, ou falta, ou defeito; e dando conta ao Presidente em Tribunal, quando entenda que devão ser corrigidos por meios ainda mais severos.

§ 5.º Fiscalisar a observancia das condições dos contractos de Fazenda, e vigiar sobre

a conducta dos Exactores ou Collectores das rendas publicas, quer sejam arrematadas ou administradas.

§ 6.º Propôr ao Presidente em Tribunal os que devão ser nomeados para os Empregos de Inspector, Contadores, Thesoureiros, Officiaes Maiores, precedendo informação dos Presidentes das Provincias em Conselho, emquanto ás Propostas dos Inspectores respectivos das mesmas Provincias.

§ 7.º Nomear, com approvação do Presidente em Tribunal, o Porteiro e Continuos da Secretaria do Tribunal do Thesouro; e approvar as nomeações que para taes empregos fizerem os Inspectores de Fazenda das Provincias.

Art. 15.º O Inspector Geral apresentará anualmente, até 15 de Março, o mais tardar, ao Presidente em Tribunal, as duas tabellas seguintes:

1.º Contendo o orçamento da receita geral do Imperio para o anno futuro, indicando cada hum dos ramos da renda publica, e o seu producto, e declarando qual a divida activa da Nação, e a parte que se julga cobravel, durante o anno.

2.º Contendo o orçamento da despesa geral do Imperio para o mesmo anno, designando cada hum dos artigos da despesa provincial, e da despesa geral do Imperio, e o Ministro ou Repartição por que se devão fazer; declarando a somma precisa para o pagamento do juro e amortização da divida passiva, que estiver a cargo do Thesouro Nacional, e mostrando por fim o saldo ou deficit que achar.

Art. 14.º Estas Tabellas serão organisadas sobre as contas geraes de receita e despesa, depois de revistas e fiscalisadas, e sobre os orçamentos particulares dos differentes Ministros ou Repartições a cujo cargo estiver a immediata despesa do material e pessoal do serviço publico.

Art. 15.º O expediente a cargo do Inspector será feito pela Contadoria Geral, no que pertence a revisão e fiscalisação dos balanços, e contas que tiverem dado as Estações de Fazenda; e pela Secretaria do Thesouro no que tocar a communicações de ordens e instrucções tendentes a promover a boa administração, economia e applicação das rendas, e a negocios dos Empregados de Fazenda.

CAPITULO 5.º — Do Contador Geral do Thesouro.

Art. 16.º O Contador Geral he o Chefe da Contadoria da Revisão: substitue ao Inspector Geral, sendo substituido pelo seu Official Maior, que nesse caso terá assento e voto consultivo no Tribunal. Vencerá de ordenado 3:200 \$rs.

Art. 17.º Compete ao Contador Geral do Thesouro:

§ 1.º Dirigir e inspeccionar a revisão ou exame, não só material, mas também legal, de todos os balanços e contas de Fazenda,

que subirem ao Tribunal do Thesouro; da Thesouraria Geral do mesmo Thesouro, e de todas as Thesourarias das Províncias do Imperio; assim como de todas as Repartições ou Estações que se achão comprehendidas no art. 8.º § 3.º desta Lei.

A revisão ou exame material refere-se a descobrir o merito arithmetico das contas; e o legal estende-se a indagar, 1.º se as rendas forão arrecadadas, recebidas e administradas pelo modo e no tempo determinado nas Leis e ordens que as autorisão e regulão; 2.º se as despesas ou distribuições das rendas forão feitas pelo modo e no tempo marcado nas Leis e ordens que as autorisão e regulão.

§ 2.º Formar o plano ou fixar o systema de escripturação que se deve seguir em todos as Repartições de Fazenda, quaesquer que ellas sejam, adoptando como base o methodo mercantil por partidas dobradas, fiscalizando a sua boa, geral e uniforme execução.

§ 3.º Fiscalisar e fazer escripturar na Contadoria Geral da Revisão todos os balanços e contas das Estações mencionadas em o numero 1.º deste artigo, de maneira que se possa extrahir huma conta circumstanciada e geral da receita e despesa do Imperio.

§ 4.º Fiscalisar tambem e fazer escripturar as contas de empréstimos ou operações de credito nacional já feitas, e que se fizerem, tanto dentro como fóra do Imperio.

§ 5.º Formar o inventario geral da divida activa da Nação, classificando-a por Províncias, e segundo sua natureza e origem.

§ 6.º Abrir contas com as diversas Thesourarias das Províncias, debitando-as das sobras de sua receita, depois de deduzir as suas despesas provinciaes e creditando-as pela importancia das despesas geraes do Imperio que por ellas se fizerem e que por esta Lei ficão a cargo do Thesouro Publico, para se poderem bem organizar os orçamentos determinados no art. 13.

§ 7.º Verificar os titulos ou documentos da divida passiva da Nação, e fazê-los lançar no Grande Livro da Divida Publica.

§ 8.º Propôr ao Presidente em Tribunal os que devão ser Official Maior e Officiaes da sua Contadoria, e nomear, com approvação do mesmo Presidente os respectivos Escripturarios.

Art. 18. O Contador Geral apresentará anualmente, até 15 de Março, o mais tardar, ao Presidente em Tribunal, as quatro tabellas seguintes:

1.º Contendo o quadro da receita geral do Imperio do anno financeiro antecedente, mencionando expressamente cada hum dos ramos da renda publica, com distincção do producto orgado, do producto cobrado da despesa, de sua arrecadação, e quanto ficou por cobrar.

2.º Declarando ao mesmo tempo a divida activa, a parte que foi cobrada, e a que se julgou cobravel no orçamento.

3.º Contendo o quadro da despesa Geral do Imperio do anno que se findou, mencionando expressamente cada hum dos artigos de despe-

za, o Ministro e Repartição que a fez, a despesa orgada, a despesa effectiva, declarando por fim o saldo que houve, ou deficit a que tem direito de pagamento.

4.º Mostrando o estado da divida passiva a cargo do Thesouro, a parte que se pagou, e a que ficar por pagar.

Estas tabellas serão organisadas a vista dos balanços remettidos no fim de cada semestre ao Tribunal do Thesouro, por todas as Thesourarias das Províncias, e das contas tomadas as Repartições de que trata o art. 6.º § 3.º, depois de haverem sido examinadas, revistas e approvadas pela Contadoria Geral.

CAPITULO 6.º — DO PROCURADOR FISCAL:

Art. 19. O Procurador Fiscal he o membro do Tribunal do Thesouro especialmente encarregado de vigiar sobre a execução das Leis de Fazenda. Será substituido nos impedimentos, por quem o Governo interinamente nomear. Vencerá o ordenado de 2:800\$ rs.

Art. 20. Compete ao Procurador Fiscal:

§ 1.º Interpôr o seu parecer, por escripto, sobre todos os negocios do Tribunal que versarem sobre objecto de execução de Lei.

§ 2.º Promover o contencioso da Fazenda Publica, fiscalizando as execuções della, indicando os meios legais para compellir os devedores remissos, e representando ao Tribunal a negligencia dos Juizes encarregados das mesmas execuções.

§ 3.º Propôr ao Tribunal todas as medidas que entender necessarias para o melhoramento da administração, arrecadação, distribuição e fiscalisação das rendas publicas e bens da Nação.

TITULO II.

CAPITULO 1.º — DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DO THESOIRO.

Art. 21. A Secretaria he a Repartição por onde o Ministro d'Estado dos Negocios da Fazenda, e o Tribunal do Thesouro Nacional, e o Inspector Geral delle, farão expedir suas resoluções, instrucções e ordens ás Thesourarias das Províncias, e ás demais Estações de Fazenda.

Art. 22. Esta Repartição terá por Chefe o Inspector Geral, e por seus Empregados hum Official Maior, que será nomeado á proposta do Tribunal, e vencerá o ordenado de 1:200\$ rs.; quatro Officiaes e quatro Amanuenses, que serão nomeados á proposta do Inspector Geral; e vencerão os Officiaes o ordenado de 800\$ rs., e os Amanuenses o de 600\$ rs. Estes Officiaes cobrarão os emolumentos de braçagem que até agora percebão os do extinto Concelho da Fazenda.

Art. 23. Além do expediente a cargo desta Repartição, compete-lhe tambem a expedição de titulos ou diplomas para todos os Empregados de Fazenda, qualquer que seja a sua classe, e hem assim a escripturação das condições de contractos e administrações de rendas nationaes, e seus respectivos Alvarás de Corrente.

Art. 24. Para a escripturação que se deve fa-

zer nesta Repartição, haverá o numero de livros que o Inspector Geral entender necessarios, sendo os principaes abertos, rubricados e encerrados pelo mesmo Chefe.

CAPITULO 2.º — Da Contadoria Geral da Revisão.

Art. 25. A Contadoria Geral da Revisão he a Repartição pela qual o Tribunal do Thesouro Nacional exerce a sua suprema inspecção e fiscalisação da receita e despesa geral da Nação.

Art. 26. Esta Repartição terá por Chefe o Contador Geral do Thesouro, e terá hum Official Maior com o ordenado de 1:600.000 rs., seis 1.ºs Escripturarios com o ordenado de 1:200.000 rs., e 8 2.ºs com o ordenado de 1:000.000 rs.

Art. 27. Nesta Repartição far-se-ha tudo quanto compete e se incumba ao Contador Geral no capitulo 5º art. 17 da presente Lei, e, além disso, na mesma Repartição.

§ 1.º Serão devidamente emmassadas, numerica e chronologicamente, todas as ordens, resoluções e instrucções expedidas pelo Tribunal sobre a direcção, arrecadação, contabilidade e fiscalisação das rendas nacionaes; e no fim do anno encadernadas com o seu respectivo index.

§ 2.º Serão tambem emmassadas e encadernadas, como no § antecedente, todas as mercês de remuneração de serviços.

§ 3.º Serão passadas todas as quitações que se derem ás Estações, ou individuos que forem encarregados de arrecadar, administrar e distribuir dinheiros publicos.

§ 4.º A formação da folha geral do assentamento de todos os ordenados, pensões e tenças que se hajão de pagar, ou seja pelos cofres da Thesouraria Geral, ou pelos das Thesourarias das Provincias, guardando a devida separação do que houver de pertencer a cada huma das ditas Thesourarias, e extrahindo da folha geral, até o dia 15 de Janeiro, annualmente, a folha particular que deve subir á Imperial Assignatura, pertencente á Thesouraria Geral do Tribunal do Thesouro.

§ 5.º A formação da folha geral do assentamento de todos os proprios nacionaes, com distincção das Provincias a que pertencerem, declarando-se em cada hum assento ou verba o titulo da aquisição, as respectivas confrontações, a data do despacho para a incorporação, e o valor do objecto incorporado. Este valor será escripto por extenso no texto, e lançado á margem em algarismo.

§ 6.º Esta Contadoria occupar-se-ha tambem, por distribuição do Contador Geral, dos negocios da competencia da Repartição que forem relativos ao Tribunal do Thesouro e ás Provincias do Imperio.

§ 7.º Nesta Contadoria se escreverão tambem os livros diario e mestre, e o da receita e despesa do Thesoureiro Geral do Tribunal do Thesouro, sendo os dous primeiros escriptos pelo Official Maior da Contadoria, e o terceiro por hum dos 1.ºs Escripturarios.

Art. 28. Cumpre a este 1.º Escripturario:

§ 1.º Fazer lançamento em livro para esse fim destinado de todas as guias e conhecimentos em forma, quer de receita, quer de despesa, que o Thesoureiro Geral houver de fazer na fórma do art. 32.

§ 2.º Examinar a legalidade dos documentos que servirem de base aos conhecimentos em forma, os quaes serão por elles assignados para verificação da sua responsabilidade.

Art. 29. Para a escripturação do que fica a cargo desta Repartição, além dos livros diario e mestre, e do da receita e despesa do Thesoureiro Geral, haverão os livros auxiliares que o Contador julgar necessarios, devendo ser os livros principaes abertos, rubricados e encerrados pelo Presidente.

CAPITULO 3.º — Da Thesouraria Geral do Tribunal do Thesouro.

Art. 30. A Thesouraria Geral he a Repartição pela qual o Tribunal do Thesouro realiza a efectiva arrecadação e distribuição das sobras das Thesourarias das Provincias do Imperio, e de todos aquelles fundos que não forem privativos das mesmas.

Art. 31. Nesta Repartição se verificará tudo quanto compete ao seu Chefe, que será o Thesoureiro Geral, o qual terá hum Fiel, e de ordenado e para quebras 2:800.000 rs.

Art. 32. Compete ao Thesoureiro Geral:

§ 1.º Fazer entrar nos cofres, ajudado pelo Fiel, e á vista de guia da Contadoria, todas as sobras que das Thesourarias das Provincias do Imperio forem remittidas para o Thesouro, ou por este sacadas sobre aquellas.

§ 2.º Fazer saber dos ditos cofres, ajudado pelo Fiel, todos os computos necessarios para as despesas ordenadas pelo Tribunal.

Art. 33. As despesas geraes do Imperio são relativas á divida publica, e á manutenção do Governo e defesa do Imperio, a saber: a dotação da Casa Imperial, o Corpo Legislativo, o Concelho de Estado, os Supremos Tribunaes de Justiça, Civil e Militar (emquanto existir), o do Thesouro, os Ministros e Secretarios de Estado, e tudo que he relativo ao Exercito, Marinha, Escolas Maiores de Instrução Publica, Diplomacia e Correios Maritimos.

Art. 34. Quer o recebimento, quer o pagamento, serão precedidos de guias e conhecimentos, e lançados pelo 1.º Escripturario da Contadoria de Revisão, com indicação das diferentes especies de moeda em que forem feitas, e em columnas diversas os seus respectivos quantitativos em cifras numericas.

Art. 35. Estes assentos serão assignados pelo Thesoureiro Geral, pelo dito 1.º Escripturario, e pela parte, ou o seu Procurador, quanto ás despesas.

Art. 36. O Thesoureiro Geral apresentará nos dous primeiros dias de cada semana ao Presidente em Tribunal o balancete dos cofres da semana antecedente, e o de cada mez será authenticado com os competentes conhecimentos em forma,

e assignados por elle, e pelo 1.º Escriptuario que lhe serve de Escrivão.

Art. 37. O Fiel será nomeado pelo Thesoureiro Geral, que ficará responsavel pelo desempenho dos seus deveres, bem como pelo que elle fizer na gestão dos negocios a seu cargo, podendo exigir delle as fianças que julgar necessarias. Vencerá o ordenado annual de 1:000\$ rs.

Art. 38. O Fiel substituirá o Thesoureiro Geral em sua falta, por impedimento legitimo, nas operações de entrada e sahida dos dinheiros publicos.

Art. 39. O Thesoureiro Geral prestará fiança idonea a todas as faltas que possam haver no cofre.

CAPITULO 4.º — Do Cartorio do Tribunal do Thesouro.

Art. 40. O Cartorio he o Archivo do Tribunal do Thesouro onde devem ser depositados, commoda e seguramente, todos os papeis vindos de todos os Tribunaes ou Repartições que tiverem relação com a Fazenda Nacional.

Art. 41. O Cartorario será nomeado á proposta do Inspector Geral, e vencerá o ordenado de 400\$ rs., além dos emolumentos de 320 rs. por certidão que não passe de huma folha de papel; passando, vencerá a 160 rs. por cada pagina, e 200 rs. de buscas por anno, contado do segundo em diante, depois da entrada dos papeis no Cartorio. Terá hum Ajudante nomeado pelo Inspector Geral, com a approvação do Presidente, vencendo o ordenado de 300\$ rs.

A importancia das buscas não poderá em caso algum exceder a 4\$ rs.; e todos os emolumentos serão divididos em 4 partes, 3 para o Cartorario e 1 para o Ajudante.

Art. 42. He da obrigação do Cartorario:

§ 1.º Ter todos os papeis vindos dos differentes Tribunaes e Repartições de Arrecadação extinctos, e que fiquem debaixo de sua guarda, com a indicação do Tribunal ou Repartição donde vierão e com os respectivos inventarios; e quanto aos posteriormente recebidos, fará relações segundo a ordem chronologica e numerica, com declaração das materias recebidas, e de cada huma das Repartições donde vierem.

§ 2.º Ter a seu cargo e fazer á sua custa o asseio do Cartorio e a despeza dos Amanuenses que fôrem precisos.

Art. 43. O Inspector Geral fará com que este Cartorario cumpra restrictamente os seus deveres.

Art. 44. Os membros do Tribunal do Thesouro poderão tirar do Cartorio os livros e papeis que quizerem examinar, deixando recibo em protocolo para esse fim destinado.

TITULO III. — Das Thesourarias das Provincias.

CAPITULO 1.º — Da formação e attribuições das Thesourarias de Provincias.

Art. 45. Haverá em cada huma das Provincias do Imperio huma Repartição de Fazenda Publica, denominada Thesouraria da Provincia de...

Art. 46. Estas Thesourarias se comporão de 1 Inspector de Fazenda, de 1 Contador e de 1 Pro-

curador Fiscal, e serão subordinadas ao Tribunal do Thesouro Nacional, e destinadas para a administração, arrecadação, distribuição, contabilidade e fiscalisação de todas as rendas publicas da Provincia.

Art. 47. Os Contadores da Fazenda de Provincia, e os Procuradores Fiscaes assistirão ao despacho, e terão somente voto consultivo, com obrigação todavia de darem conta ao Inspector Geral do Thesouro, quando entenderem que houve desserviço publico em algum despacho.

Serão responsaveis pelos seus votos que fôrem oppositos ás leis ou contra os interesses da Fazenda, e de 3.º, se fôrem manifestamente dolosos.

Art. 48. A excepção das despesas determinadas por lei, nenhuma outra será feita nas Thesourarias de Provincia, salvo em casos urgentes e extraordinarios que não admittão a demora do recurso ao Tribunal do Thesouro, sem prejuizo do serviço publico; e só então as Thesourarias ou os seus Inspectores comprirão as ordens de despesas que lhes fôrem dirigidas pelo Presidente da respectiva Provincia em Concelho, o qual, tomando sobre si toda a responsabilidade, dará immediatamente conta dessa despeza ao Ministro da Fazenda, Presidente do Thesouro.

Art. 49. As Thesourarias de Provincias serão annexas 1 Contadoria, 1 Thesouraria e 1 Secretaria, com a denominação da Provincia a que pertencerem, e com as attribuições e encargos declarados nos seguintes Capitulos.

Art. 50. As Thesourarias de Provincia despacharão nas segundas, quartas e sextas feiras, e nos outros dias, quando aquelles sejam impedidos, e nas Casas das Thesourarias todos os negocios da sua competencia.

CAPITULO 2.º — Dos Inspectores de Fazenda de Provincia.

Art. 51. O Inspector de Fazenda de Provincia he o Chefe da Thesouraria de Provincia, e que diariamente despachará os negocios do Expediente. Estes Inspectores serão propostos pelo Tribunal do Thesouro, sobre informação do Inspector Geral, e só serão amoviveis por proposta motivada do mesmo Inspector Geral, precedendo informação do Presidente da Provincia em Concelho e audiencia do Inspector que se houver de amover.

Art. 52. Na correspondencia official, requerimentos e mais papeis que fôrem ás Thesourarias, terão, enquanto servirem, o tratamento de Senhoria, se outro maior lhes não competir.

Art. 53. Aos Inspectores de Fazenda de Provincia compete:

§ 1.º A fiscalisação de arrecadação, administração, distribuição e contabilidade das rendas da Provincia.

§ 2.º A execução das deliberações do Tribunal do Thesouro, communicando-as por escripto ás respectivas estações que lhe sejam subordinadas.

§ 3.º Inspeccionar todas as Administrações, Recebedorias e Pagadorias das rendas publicas da Provincia, advertindo aos empregados em quem achar negligencia ou defeito, e dando con-

ta quando precisarem ser corrigidos por meios mais severos, na Corte do Tribunal do Thesouro, e nas Provincias ao Presidente, que em Concelho poderá suspende-los e mandará processar se o caso for para isso.

Art. 54. Os Inspectores de Fazenda darão aos Presidentes das Provincias em Concelho todas as informações e esclarecimentos que exigirem sobre o estado ou qualquer assumpto da Fazenda Publica; e o da Corte e Provincia do Rio de Janeiro ao Tribunal do Thesouro.

Art. 55. Os Inspectores de Fazenda de Provincia, quando impedidos, serão substituidos pelos respectivos Contadores de Fazenda.

Art. 56. Nenhuma arrematação de contracto, ou seja de receita ou de despesa publica da Provincia, será ultimada sem approvação do Presidente em Concelho; e na Corte e Provincia do Rio de Janeiro sem approvação do Tribunal do Thesouro, os quaes poderão mandar que se renovem os leilões, quando presumão que a arrematação foi feita contra leis ou Instruções.

Art. 57. Os Inspectores de Fazenda de Provincia levarão ao conhecimento do Presidente em Concelho da respectiva Provincia o balanço da receita e despesa do anno findo e orçamento do anno futuro, para este remeter para o Tribunal do Thesouro com o seu parecer, depois de fazer o exame material e moral delles; e na Corte e Provincia do Rio de Janeiro ao Inspector Geral do Thesouro.

Art. 58. Também levarão por copia, até o dia 6 de Dezembro, ao conhecimento do Concelho Geral da respectiva Provincia, o balanço e orçamento de que trata o artigo antecedente; e ministrarão os esclarecimentos que o mesmo Concelho julgar necessários para as reflexões e representações que a tal respeito tiver de dirigir á Assembléa Geral e ao Poder Executivo.

Art. 59. Estes balanços serão acompanhados de 4 tabellas na forma indicada no art. 13 desta lei, relativas á receita, despesa, divida activa e passiva da Provincia; e mais outras 2 relativas á receita e despesa geral do Imperio, feita na Provincia, e pela forma indicada no citado art. 13.

CAPITULO 3.º — Dos Contadores de Fazenda de Provincia.

Art. 60. O Contador de Fazenda de Provincia he o Chefe da Contadoria; ha proposto pelo Tribunal do Thesouro, precedendo informação do Inspector de Fazenda da Provincia; e todos os seus subalternos serão nomeados pelo Inspector, sobre sua proposta, e approvados pelo Tribunal do Thesouro.

Art. 61. Os Contadores de Fazenda, debaixo da direcção dos Inspectores, regularão em suas Contadorias o trabalho da escripturação e contabilidade das rendas publicas das suas Provincias, tendo por base a escripturação mercantil por partidas dobradas, e tomarão conta a todos os Administradores, Contadores, Exactores e Distribuidores das mesmas rendas, quaesquer que sejam as denominações.

Art. 62. Compete aos Contadores de Provincia:

§ 1.º Fazer emmassar, segundo a ordem numerica e chronologica, todas as ordens ou Resoluções e Instruções expedidas pela Thesouraria Provincial, sobre a direcção, arrecadação, administração, distribuição, contabilidade e fiscalização das rendas publicas da Provincia, e fazer-las encadernar com hum index de suas materias.

§ 2.º Fazer passar todas as quitações que si derem ás Estações ou individuos que tenham sido encarregados de arrecadar, administrar e distribuir os diabeiros publicos da Provincia, subcrevendo-as depois de examinadas.

§ 3.º Fazer escripturar pelo respectivo Official-Maior o Diario e Livro Mestre.

§ 4.º Determinar os livros auxiliares que forem precisos para facilitar a escripturação do mesmo Diario.

Art. 63. Nas Contadorias de Fazenda das Provincias se formarão as folhas particulares do assentamento de todos os ordenados, pensões e tenças que se hajão de pagar pelos Cofres das thesourarias das Provincias para ser assignada pelo respectivo Inspector de Fazenda.

Art. 64. Na mesma Contadoria se formará o assentamento de todos os proprios nacionaes da Provincia, declarando-se em cada verba o titulo da aquisição, as suas confrontações, a data do despacho para a incorporação e o seu valor. Este valor será escripto por extenso no texto e lançado á margem em algarismo.

Art. 65. Nas mesmas Contadorias se farão o balanço da receita e despesa da Provincia e as Tabellas determinadas nos arts. 15 e 19 na parte que lhes respeita.

Art. 66. Os Contadores de Fazenda das Provincias serão substituidos pelos Officiaes Maiores, e estes pelos seus immediatos, segundo a ordem da antiguidade.

CAPITULO 4.º — Dos Thesoureiros de Fazenda das Provincias.

Art. 67. Os Thesoureiros de Fazenda de Provincia são os Guardas dos cofres da Thesouraria da Provincia. Cuidarão, debaixo da direcção dos Inspectores e auxiliados pelos Fieis, em receber, guardar e distribuir todas as rendas publicas que forem arrecadadas na Provincia.

Art. 68. Quer a receita quer a despesa sera feita, precedendo os termos declarados nos arts. 34 e 35.

Art. 69. O Thesoureiro da Fazenda da Provincia apresentará ao Inspector della o balancete dos cofres, no tempo e forma declarados no art. 36.

Art. 70. Hum 1.º Escripturnario da Contadoria da Provincia fará o lançamento da sua receita e despesa, e examinará a legalidade dos documentos, na forma determinada nos §§ 1.º e 2.º do art. 28.

Art. 71. Os Fieis serão nomeados pelos Thesoureiros da Fazenda da Provincia, e os substituirão nos termos do art. 38.

Art. 72. Os Thesouheiros da Fazenda das Províncias prestarão fiança idónea, antes de entrarem em exercício, a todas as faltas que possam haver nos cofres.

Art. 73. O Thesoureiro da Fazenda da Província do Rio de Janeiro será o Thesoureiro Geral do Thesouro Publico Nacional, e não terá por isso outro vencimento.

CAPÍTULO 5.º — Das Secretarias das Thesourarias das Províncias.

Art. 74. A Secretaria he a Repartição por onde o Inspector da Fazenda faz expedir suas Resoluções e ordens.

Art. 75. Além do expediente a seu cargo, compete-lhe igualmente a expedição dos Titulos ou Diplomas dos empregados de Fazenda da Província, como o mais que consta do art. 28.

Art. 76. O Inspector da Fazenda determinará o numero de livros que entender necessários para a sua escripturação.

CAPÍTULO 6.º — Do Procurador Fiscal.

Art. 77. O Procurador Fiscal he o membro da Thesouraria de Província para os fins declarados nos §§ 1.º, 2.º e 3.º do art. 20.

Art. 78. O Procurador Fiscal será nomeado pelo Tribunal do Thesouro á proposta do Inspector Geral e sobre informação dos Presidentes, pelo que respeita ás Províncias. O proposto será pessoa de notoria probidade e intelligencia em materia de Legislação; e quando impedido, será substituído por quem nomear, na Côrte o Tribunal do Thesouro, e nas Províncias o Presidente em Concelho.

CAPÍTULO 7.º — Do numero e ordenados dos empregados das Thesourarias de Província.

Art. 79. O Inspector de Fazenda da Província do Rio de Janeiro terá de ordenado 3:000\$ rs.; os da Bahia, Pernambuco e Maranhão, 2:400\$ rs.; os de Minas Geraes, Rio Grande do Sul, S. Paulo e Pará, 2:000\$ rs.; os de Santa Catharina, Alagoas, Parahyba e Ceará, 1:200\$ rs.; e os das mais Províncias, 800\$ rs.

Art. 80. O Contador da Província do Rio de Janeiro terá de ordenado 2:400\$ rs.; o Contador e Thesoureiro das Províncias da Bahia, Pernambuco e Maranhão terão 1:600\$ rs.; os do Rio Grande do Sul, S. Paulo, Minas Geraes e Pará, 1:200\$ rs.; os de Santa Catharina, Parahyba, Alagoas e Ceará, 800\$ rs.; e os das mais Províncias 600\$ rs.

Art. 81. O Procurador Fiscal da Thesouraria da Província do Rio de Janeiro vencerá o ordenado annual de 1:400\$ rs.; o das Províncias da Bahia, Pernambuco e Maranhão de 1:200\$ rs.; o do Rio Grande do Sul, S. Paulo, Minas Geraes e Pará, 800\$ rs.; o de Santa Catharina, Alagoas, Parahyba e Ceará, 650\$ rs.; e os das demais Províncias 500\$ rs.

Art. 82. O Official-Maior da Thesouraria da Província do Rio de Janeiro terá de ordenado 1:400\$ rs.

Art. 83. Na Thesouraria da Província do Rio

de Janeiro, além dos empregados declarados nos artigos antecedentes, haverá 4 primeiros Escripturarios com o ordenado de 1:000\$ rs.; 6 segundos, com 800\$ rs.; e 4 terceiros, com 600\$ rs.; 1 Ajudante do Thesoureiro, com o ordenado de 1:000\$ rs.; 2 Fieis do Thesoureiro, com 800\$ rs.; 1 Thesoureiro dos ordenados e addições miudas, outro do sello do papel e decima das heranças, cada hum com o ordenado de 800\$ rs.; 1 Official-Maior da Secretaria, com o ordenado de 1:000\$ rs.; 2 Officiaes da mesma, com 800\$ rs.; e 2 Amanuenses, com 600\$ rs.; 1 Porteiro da Thesouraria, com o ordenado de 600\$ rs.; e 2 Continuos, com o de 400\$ rs.

Dous dos segundos Escripturarios servirão de Escrivães da Receita e Despeza dos Thesoueiros dos Ordenados e Sello.

Art. 84. O numero dos empregados das Thesourarias das demais Províncias e seus ordenados será proposto pelas mesmas Thesourarias depois de estarem 3 mezes em exercício, remetendo as propostas aos Presidentes em Concelho, para estes as dirigirem ao Tribunal do Thesouro com suas informações e observações, afim de serem submettidas á approvação da Assembléa Geral; podendo o mesmo Tribunal pôr em execução interinamente as que julgar conformes com as circumstancias peculiares das respectivas Províncias.

TÍTULO IV. — Disposições Geraes.

CAPÍTULO UNICO.

Art. 85. A correspondencia do Tribunal do Thesouro com as Thesourarias das Províncias, e destas com o mesmo Tribunal, se fará pelo intermedio dos Presidentes das Províncias, os quaes poderão fazer as observações que julgarem convenientes.

Art. 86. Estas correspondencias e todos os actos e ordens do Thesouro, dirigidas ás Estações Publicas, se publicarão immediatamente pela imprensa, salvo quando o segredo fór necessario para o bom exito de alguma negociação, caso em que a publicação se fará depois que ella fór concluída.

Art. 87. Os Presidentes das Províncias em Concelho, darão conta ao Tribunal do Thesouro de qualquer abuso ou desvio que observarem na administração, arrecadação e distribuição das rendas da Província, e poderão suspender interinamente a transacção prejudicial á Fazenda Publica quando o Inspector da Fazenda da Província a não corrija.

Art. 88. Todas as disposições do Alvará de 28 de Junho de 1808, nos tits. 3.º, 4.º, 5.º, 7.º e 8.º, continuão em vigor, fazendo parte desta lei em tudo que por ella não fica revogado.

Art. 89. Assim que fôrem nomeados os membros do Tribunal do Thesouro Nacional, instituir-se-ha, por meio de delegados habéis e austeros, o exame de que trata o art. 9.º; e sómente depois desse exame, ou á medida que se fór fazendo, serão estabelecidas ou irão sendo montadas as Repartições de Fazenda reorganizadas por esta lei nas diferentes Províncias do Imperio.

Art. 90. Fica extincto o actual Erario e o Concelho da Fazenda. As justificações que até agora se fazião neste Tribunal serão feitas perante os Juizes Territoriaes, com audiencia do Procurador Fiscal; e as sentenças que nelle se proferirem a favor dos justificantes serão sempre appelladas ex-officio para a Relação do Districto, sob pena de nullidade. Os Processos ultimados dos justificantes lhes serão entregues sem dependencia de traslados.

Art. 91. A Jurisdicção Contenciosa que exercitava o mesmo Concelho extincto, fica pertencendo nos Juizes Territoriaes, com recurso para a Relação do Districto, guardados os termos de Direito.

Art. 92. Nos processos em que por esta lei se exige audiencia do Procurador Fiscal nos lugares onde o não houver fará as suas vezes a pessoa que fór nomeada pelos Inspectores da Fazenda sob proposta dos Juizes Territoriaes.

Art. 93. Os actuaes Conselheiros da Fazenda, os empregados do mesmo Concelho, os do Erario, os das Juntas de Fazenda, que se fôrem extinguindo, e os dos outros Tribunaes e Repartições já extinctas que vencem ordenados, terão direito a ser preferidos, sendo habeis para as Repartições reorganisadas por esta lei, segundo a aptidão professional de cada hum.

Art. 94. Os Conselheiros da Fazenda que não fôrem empregados nas ditas Repartições, serão, não tendo outros vencimentos iguaes ou maiores, aposentados com o ordenado por inteiro, se tiverem mais de 25 annos de serviço, diminuindo-se o ordenado proporcionalmente nos que tiverem menos.

Art. 95. Os outros empregados que pelo exame instituido fôrem reconhecidos como inhabeis para continuarem no serviço, serão aposentados pela mesma maneira. Os que fôrem reputados habeis, e todavia ficarem desempregados, continuarão a vencer os ordenados que tiverem, ficando addidos ás Repartições reorganisadas para servirem no que convier, até que hajão vagas em que sejam admittidos.

Art. 96. Não se admittirá, d'ora em diante, para o serviço da Fazenda pessoa alguma senão por concurso em quem se verifique que o pretendente tem os princípios de grammatica da lingua nacional e da escripturação por partidas dobradas e calculo mercantil, unindo a isto boa letra, boa conducta moral e idade de 21 annos para cima. Os casados, em igualdade de circumstancias, serão preferidos aos solteiros.

Art. 97. A antiguidade, no caso de igualdade de merecimento e aptidão professional, regulará o accesso dos Officiaes da Fazenda, para serem promovidos do emprego de menor ordenado para o de maior; no caso porém de desigualdade e aptidão será preferido o mais apto.

Art. 98. As Commissões não prejudicão o direito de antiguidade ou merecimento.

Art. 99. Os empregados de Fazenda despachados para as diversas Provincias do Imperio, removidos de humas para outras ou em Commissão, receberão, á titulo de ajuda de custo

para despezas de viagem, a 5ª parte dos seus respectivos ordenados.

Art. 100. Os Officiaes-Maiores da Secretaria do Tribunal do Thesouro e das Thesourarias das Provincias, além das obrigações que lhes incumbem o art. 23, cap. 1º, tit. 2º, servirão de Secretarios para escreverem os despachos e as actas respectivas em livro a esse fim destinado.

Art. 101. Em todas as Casas da Administração, Arrecadação, Fiscalisação, Contabilidade e de Fazenda principiará o trabalho em todos os dias que não fôrem Domingos, Dias Santos e de Festa Nacional, ás 9 horas da manhã e findará ás 3 da tarde; salvo nos casos extraordinarios em que poderão os Presidentes providenciar a tal respeito como julgarem necessario; em cada hum das ellas haverá hum livro, rubricado pelo Procurador Fiscal da Fazenda, no qual se escreverá em fôrma de mappa todos os dias do mez, e os nomes de todos os Officiaes da Repartição, afim de que, na chamada nominal a que se deve proceder á hora de principiar o trabalho, em presença do Chefe ou do seu immediato, se possam notar as faltas, para serem, não havendo motivo justificado, descontadas dos ordenados e repartido o seu producto pelos outros Officiaes da mesma Repartição.

Art. 102. Nas Provincias maiores e que a bem do serviço publico e commodidade dos povos fôr preciso estabelecer em alguma das suas principaes Cidades ou Villas alguma Recebedoria ou Pagadoria, o Tribunal do Thesouro na Corte e Provincia do Rio de Janeiro, e os Presidentes em Concelho nas outras Provincias, poderão, sobre proposta dos respectivos Inspectores, e dando conta ao Tribunal do Thesouro, estabelecer onde melhor convier e marcar os respectivos ordenados, ficando sujeito á approvação da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 103. Os Thesourieiros não pagarão ordenado a empregado algum civil, de Fazenda, Literario e Ecclesiastico sem que estes apresentem attestation de sua frequencia, as quaes deverão ser dadas pelos Chefes respectivos, e, não os havendo no lugar, pelas Camaras Municipaes.

Art. 104. Nenhum Chefe de Repartição de Fazenda poderá propôr para lugar algum de accesso sem que a sua proposta seja acompanhada da certidão do ponto respectivo ao Official proposto.

Art. 105. A Camara dos Deputados na Corte e Provincia do Rio de Janeiro nomeará todos os annos uma ou mais Commissões de seus membros para, á vista dos livros, folhas, e mais documentos originaes de receita e despeza de todas as Repartições, informarem sobre sua legalidade, e tudo o mais que convier.

Art. 106. Este mesmo dever cumpre nas Provincias aos Concelhos Geraes, os quaes, á vista do Relatorio da Commissão ou Commissões, e das observações que fizerem sobre os documentos originaes de que trata o artigo antecedente, proporão á Assembléa Geral e ao Poder Executivo

as medidas e providencias que julgarem uteis, remettendo-lhes em todo o caso os ditos Relatórios e observações.

Art. 107. Os Chefes das diversas Repartições de Fazenda, no caso de desobediencia formal, poderão, com certidão do Continuo, autoar os Officiaes insubordinados, e remetterão o auto ao Juiz competente; e, para suspende-los, bastará a falta de 15 dias uteis sem motivo justificado.

Art. 108. O Tribunal do Thesouro Publico, em suas sessões, terá 1 Porteiro, 1 Ajudante e 2 Continuos, nomeados pelo mesmo Tribunal sobre proposta do Inspector Geral, tendo o Porteiro o ordenado de 800\$ rs.; o Ajudante o de 600\$ rs.; os Continuos o de 400\$ rs.

Art. 109. O pagamento dos ordenados dos empregados publicos, civis, Fiscaes, Litterarios e Ecclesiasticos será feito aos quarteis depois de vencidos.

Art. 110. O Corpo Diplomatico e Consular serão pagos directamente no Thesouro Publico, por si ou por seus procuradores, com attenção ao cambio directo dos Paizes em que estiverem servindo, e na sua falta calculado pelo cambio de Londres.

Art. 111. O pagamento dos juros e amortização dos empréstimos externos será feito pelos mesmos agentes dos empréstimos com os computos que o Tribunal do Thesouro houver de remetter directamente ou pelas Thesourarias das Provincias.

Esta remessa só será feita em letras de cambio sacadas por negociantes de inteiro credito, ficando extinctas todas e quaesquer Repartições de Fazenda fóra do Imperio.

Art. 112. Nenhum Procurador Fiscal accumulará o emprego de julgar, e os membros das Thesourarias não poderão ser Conselheiros do Governo.

Art. 113. Os Presidentes das Provincias poderão chamar perante o seu Concelho os empregados das Thesourarias e das outras Repartições de Fazenda, quando lhes forem indispensaveis alguns esclarecimentos verbaes que por elles devão ser dados.

Art. 114. O Thesoureiro que não tiver Fiel nomeará no seu impedimento pessoas de sua confiança para fazer suas vezes.

Art. 115. O Presidente do Tribunal do Thesouro apresentará á Assembléa Geral, no principio de cada sessão, hum quadro da receita da Provincia do Rio de Janeiro até o ultimo de Março, e o da receita das outras Provincias que constar dos balanços e balancetes recebidos até o dito tempo.

Art. 116. O mesmo Presidente remetterá á Assembléa Geral, no principio de cada sessão, hum Relatorio circumstanciado da execução que tiver dado á presente lei, e das difficuldades e inconvenientes que tiver encontrado na pratica, propondo ao mesmo tempo as alterações que julgar necessarias.

Art. 117. As disposições relativas ao numero, vencimentos e attribuições dos empregados creados por esta lei terão vigor sómente durante o

primeiro anno financeiro subsequente á sua promulgação, sendo ao depois alteradas ou confirmadas em cada lei do orçamento até definitiva Resolução.

Os ditos empregados exercitarão seus empregos por Commissão, emquanto se não verificar a dita definitiva Resolução da Assembléa Geral.

Art. 118. Ficão derogadas todas as Leis, Alvarás e Decretos que se oppoñão á execução da presente lei.

Manda, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 4 de Outubro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Bráulio Moniz.—Bernardo Pereira de Vasconcellos.—*Com os registos competentes.*

AVISO DE 4 DE OUTUBRO.

Manuscripto authenticco.

Participo a V. S., para sua intelligencia, que, em consequencia do que expóz no seu officio de hontem, ficão expedidas as ordens necessarias á Repartição da Marinha para que as partes sobrepagas de presos sejam directamente a V. S., independentes de actos intermedios que até o presente se praticavão. Deos guarde a V. S. Paço, em 4 de Outubro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo.—*Acha-se á fl. 104 v. do Liv. 11 da Côrte na Secretaria da Justia.*

AVISO DE 4 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Constando que os presos muitas vezes recusão prestar os serviços a que estão condemnados, ou que são necessarios á economia interna das prisões em que se achão, e que outras vezes desobedecem, injurião e insultão as autoridades encarregadas da guarda e policia dos mesmos presos, de que resulta propagar-se o espirito de insubordinação nos que habitão as ditas prisões, com perigo evidente da tranquillidade e segurança necessaria em taes lugares; e convindo providenciar a maneira correccional de que devão lançar mão os encarregados do governo e direcção das prisões, sem contudo exceder ao direito inseparavel de pôr termo aos males resultantes de taes procedimentos: a Regencia, em nome do Imperador, determina que V. S. remetta por copia a todas as prisões e inclusas Instruções para intelligencia e execução das pessoas encarregadas do governo e policia das mesmas. Deos guarde a V. S. muitos annos. Paço, 4 de Outubro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Presidente da Relação.

Instruções para correção dos presos.

Todas as vezes que o preso se recusar ao serviço a que está condemnado, ou que fôr necessario, para economia, asseo e boa ordem da prisão, ou se fizer inquieto, turbulento, que incom-

mode aos outros presos ou as pessoas que habitam nas prisões, ou suas imediações, ou que desobedecer ou injuriar aos encarregados do governo e policia das mesmas prisões, ou que fizer qualquer coisa contraria á boa ordem que deverinar em semelhantes lugares, a pessoa encarregada do governo das ditas prisões o admoestará; e quando não se corrija immediatamente o fará remover para alguma prisão mais aspera ou solitaria; e quando nem assim se corrija, lhes diminuirá os alimentos, até que moderem o furor, e se sujeitem áquillo que legitimamente lhes for ordenado.

Quando algum preso se achar armado, ou estiver damnificando alguma coisa alheia, ou pretendendo arrombar a prisão, se lhe arrancarão as armas e instrumentos com que pretenda fazer o mal, usando para esse effeito da força necessaria para conseguir-se o fim, e quando resistir á ordem de entregar as ditas armas ou instrumentos, usarão contra os mesmos das armas necessarias para effectuar-se a diligencia, sem que corrao risco os encarregados della, repellindo a força dos resistentes pelos meios que expressamente autorisa o art. 118 do Código Criminal, que será lido aos presos para seu conhecimento.

E porque aos presos se podem accumular novas penas, quando commettem novos delictos, quando os praticarem darão parte immediatamente ao Juiz Criminal, para lhes formar culpa e seguir o processo até final sentença. Palacio do Rio de Janeiro, 4 de Outubro de 1831.—João Carneiro de Campos.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 86, vol. 18.*

PROVISÃO DE 4 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de Minas Geraes que a Regencia, em nome do Imperador, ha por bem determinar, em conformidade do Aviso de 17 de Agosto do corrente anno, da Camara dos Deputados, que a mesma Junta mande proceder a huma inspecção de saúde em todos os Empregados, aposentados por molestias pela sobredita Secretaria de Estado, cujas aposentadorias não forão ainda approvadas, dando logo conta do resultado da dita inspecção, para ser presente á referida Camara. O que se participa á mesma Junta para sua intelligencia e devida execução. Luiz de Almeida Cunha a fez no Rio de Janeiro, em 4 de Outubro de 1831.—Marianno Pinto Lobato, Contador Geral da segunda Repartição, a fez escrever.—Bernardo Pereira de Vasconcellos.

Expedirão-se circulares para as mais Provincias.

DECRETO DE 4 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Cumpindo prover á prompta e effectiva substituição das Notas do Banco em circulação por

outras do novo padrão, como foi prescripto na Lei de 23 de Setembro de 1829, a Regencia, em nome do Imperador, ha por bem declarar que as notas do Banco em circulação, que a citada Lei mandou substituir, não serão recebidas nas Estações Publicas sete mezes depois da data do presente Decreto. Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 4 de Outubro de 1831, 10^a da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Bráulio Moniz. Bernardo Pereira de Vasconcellos.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 89, vol. 18.*

AVISO DE 4 DE OUTUBRO.

Coll. Plancher.

Illm. e Exm. Sr.—Em consequência do Aviso do 1^o do corrente, expedido por V. Ex., tenho ordenado ao Juiz de Paz Supplente da Freguezia de Guapemirim que, todas as vezes que houver de empregar algum Miliciano, dê immediatamente parte ao seu respectivo Commandante, afim de se evitarem para o futuro as contestações que refere o Commandante das Armas da Corte, esperando que V. Ex., para esse effeito, haja tambem de renovar as suas ordens, para que os referidos Commandantes, huma vez preenchida esta formalidade, não obstem ao serviço para que forem nomeados os mesmos Milicianos, afim de poderem os Juizes de Paz, com a coadjuvção destes, desempenhar as incumbencias de que se achão encarregados a bem da segurança e tranquillidade publica. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 4 de Outubro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva.

PROVISÃO DE 4 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia do Espirito Santo que, tendo resolvido a Camara dos Deputados que se procedesse a huma inspecção de saúde em todos os Empregados de Fazenda, aposentados por molestias, cujas aposentadorias não forão ainda approvadas, como me foi communicado em Aviso do seu Secretario, de 17 de Agosto ultimo; determina a Regencia, em nome do Imperador, que a mesma Junta mande proceder á dita inspecção nos Empregados das diversas Repartições de Fazenda dessa Provincia, afim de ser commettido o seu resultado ao conhecimento da referida Camara. O que se lhe participa para sua intelligencia e execução. Pedro José da Camara a fez no Rio de Janeiro, em 4 de Outubro de 1831.—Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador-Geral, a fez escrever.—Bernardo Pereira de Vasconcellos.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 140, vol. 18.*

Semelhantes se expedirão ás Provincias do Norte a cargo da terceira Repartição.

PROVISÃO DE 4 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber à Junta da Fazenda da Província do Espírito Santo que, sendo presente à Regencia o seu officio n. 51, de 6 de Julho do corrente anno, informando sobre a pretensão de João Corrêa de Alvarenga e outros herdeiros de Ignacia das Chagas, em que pedem pagamento da quantia de 650,550 rs., que foi recolhida aos cofres da sua Thesouraria, em virtude da Lei de 22 de Setembro de 1828: manda, em nome do Imperador, responder á mesma Junta que he de necessidade rigorosa deferir-se aos supplicantes; que, legalmente habilitados, pedem com incontestavel direito, não o pagamento de divida que contrahisse a Fazenda Nacional, mas sim a entrega do que lhes pertence, e de que a mesma Fazenda só se encarregou de ser depositaria. Que ao depositario não são admissíveis escusas algumas que obstem a restituição do deposito, quando he conhecida a legitimidade da pessoa que a demanda; a que lembrou a dita Junta he improcedente, pois que, não se achando arrecadação do producto dos bens dos Ausentes incluída na receita do Imperio, que orçou a Lei de 15 de Dezembro de 1830, não pôde, por conseguinte, considerar-se a entrega de tal producto como despesas de que trata a mesma Lei. O que se lhe participa para sua intelligencia e execução. José Rodrigues da Silva a fez no Rio de Janeiro, em 4 de Outubro de 1831.—Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador-Geral, a fez escrever.—Bernardo Pereira de Vasconcellos.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 143, vol. 18.*

PROVISÃO DE 4 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber à Junta da Fazenda da Província de Pernambuco que, sendo presente à Regencia o seu officio n. 49, de 22 de Julho do corrente anno, em que participa o estado de ruina em que se acha o Trapiche onde se embarcava todo o algodão da Província, e remette por copia o orçamento a que procedeu o Inspector do Trem Militar das despesas que se poderão fazer com os seu reparo: manda, em nome do Imperador, responder á mesma Junta que este objecto deve ser tratado em conselho do Governo, com as formalidades legais, para depois ter lugar a approvação deste Thesouro, recommendada na circular de 14 de Setembro de 1829, devendo o orçamento ser feito na conformidade do que lhe recommendou por Provisão de 13 de Agosto ultimo, acerca da obra da Alfandega, o que se cumprirá. João Rodrigues da Silva a fez no Rio de Janeiro, em 4 de Outubro de 1831.—Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador-Geral, a fez escrever.—Bernardo Pereira de Vasconcellos.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 43, vol. 18.*

PROVISÃO DE 4 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber à Junta da Fazenda da Província do Rio Grande do Norte que, á vista do seu officio n. 14 de 6 de Julho do corrente anno, em que pede faculdade para poder arrematar 1,500 quintaes de pão-brazil ali existente, afim de fazer face ás suas despesas, ou que se lhe declare o destino que deve dar ao dito pão: manda, em nome do Imperador, responder á mesma Junta que remetta para Londres o referido pão, na forma de outras semelhantes remessas, consignando-se a Samuel Phillipe, e que envie a este Thesouro mensalmente o estado de seus cofres, incluídos os 12:000,000 rs. da consignação com que he supprida annualmente pela Junta de Pernambuco, para se darem as providencias. O que cumprirá. Pedro José da Camara a fez no Rio de Janeiro, em 4 de Outubro de 1831.—Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador-Geral, a fez escrever.—Bernardo Pereira de Vasconcellos.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 145, vol. 18.*

DECRETO DE 5 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

Acontecendo que o Decreto de 18 de Setembro de 1822, que creou o tope nacional brasileiro, não tivesse apresentado o typo que prometia; e sendo mui conveniente e até necessario que este se determine e marque, afim de que de sua alteração e differença se não siga algum principio de distincções e discordias entre os subditos de hum só e mesmo Imperio, como desgraçadamente já hoje se observa: a Regencia, em nome do Imperador, querendo acabar com hum semelhante offensa da união brasileira, e fixar de hum vez o padrão do tope nacional, ha por bem, esclarecendo o referido decreto, determinar o seguinte:

1.º O tope nacional será d'ora em diante composto de huma superficie circular verde, com hum estrell de 5 pontas amarella no centro, e collocado no meio da copa do chapéo para cima, sendo redondo; e nos outros, no lugar do costume.

2.º O cidadão que contravier a disposição do artigo antecedente, fica sujeito ás penas do art. 301 do tit. 7.º do Código Penal, impostas aos que usão de hum distinctivo que lhes não compete.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Outubro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Bráulio Moniz.—José Lino Coutinho.

AVISO DE 5 DE OUTUBRO.

Manuscripto authenticico.

A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem que V. S. expeça as ordens necessarias pa-

ra que José Vivas, que se acha preso na Fortaleza de Santa Cruz, seja dali conduzido, debaixo de toda a segurança, para a audiência do Juiz de Paz da Freguezia de S. José, afim de conciliar-se com Antonio Domingues Veloso, que para ella o fez citar; devendo voltar com a mesma segurança, depois de concluido este acto. Deos guarde a V. S. Paço, em 5 de Outubro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo.—*Acha-se á fl. 105 v. do Liv. 11 da Côrte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 5 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

Em resposta ao officio de V. S. de 21 do mez passado, manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. S. expeça ordem aos Juizes Criminaes desta Cidade, para que mandem a todos os Juizes de Paz da mesma os nomes de todos os culpados, bem como lhes participe quando deixão de ser, afim de que os ditos Juizes de Paz, na occasião de mandarem soltar alguns, averiguem então se tambem he culpado nas justicas ordinarias, para poderem observar o que em taes casos a Lei lhes determina. Deos guarde a V. S. Paço, em 5 de Outubro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo.—*Acha-se á fl. 150 v. do Liv. respectivo da Casa da Supplicação.*

PORTARIA DE 5 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, que a Camara Municipal desta Cidade approve a designação do successor do Juiz de Paz da Freguezia de Santa Anna, José da Costa Araujo Barros, tendo sempre em vista o determinado na Portaria de 26 do passado, afim de nunca se sentir demora no serviço, como actualmente acontece. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Outubro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—*Acha-se á fl. 105 v. do Liv. 11 da Côrte na Secretaria da Justiça.*

PORTARIA DE 5 DE OUTUBRO.

Coll. Plancher.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo chegado ao conhecimento do Governo as ordens que tem tido lugar nessa Provincia, pela perseguição feita a Europeos, atacando-se assim a Constituição, as Leis, e até os foros da humanidade, sem que as autoridades encarregadas de manter a tranquillidade e segurança publica tenham despendido contra esses facciosos e amotinadores a força necessaria para os conter, deixando de prestar a protecção a que todo o homem tem direito na sociedade em que vive, resultando de semelhante procedimento o descrédito da Provincia inteira, quando huma mui pequena parte della só-

mente se terá manchado com taes atrocidades, a estagnação das fontes da riqueza publica, o terror dos habitantes que se vêm abandonados, julgando estarem os anarchistas conniventes com as autoridades encarregadas de protege-los: manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. Ex. participe mui circunstanciadamente todos os successos injustos e illegaes que tem tido lugar nessa Provincia, quaes os motores principaes de semelhantes desordens; que providencias tem dado os Juizes de Paz e as justicas ordinarias contra os perturbadores da tranquillidade publica e os facinorosos que atacão impunemente aos cidadãos pacíficos em seus bens e vidas; se V. Ex. já pôz em exercicio as Guardas Municipaes, como determina a Carta de Lei de 6 de Junho do presente anno; e, finalmente, o que por parte desse Governo se tem feito a bem dos habitantes dessa Provincia contra os que, sem respeito as Leis, ás autoridades, tem praticado tantas atrocidades, afim de darem-se as providencias necessarias para que cessem de huma vez taes desordens, e sejam severamente punidas as autoridades conniventes ou ommissas em objecto de tanta consideração. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Outubro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.

AVISO DE 5 DE OUTUBRO.

Coll. Plancher.

A Regencia, em nome do Imperador, sempre solicita pela tranquillidade, socego e segurança individual dos subditos do Imperio, vio, com profunda magoa, pela leitura dos officios ns. 68 e 70, de 22, 24 e 26 do mez antecedente, a exposição do Vice-Presidente da Provincia do Espirito Santo, relativa á insubordinação e revolta militar que desenvolverão, logo depois do seu desembarque, ás praças do extinto Batalhão de Caçadores n. 2 de 1ª linha da antiga numeração, que, esquecidas da disciplina e honra militar e da nobre tarefa confiada a cidadãos de quem a Patria espera protecção legal, quando hostilizada por inimigos internos e externos, se insurgirão aleivosamente contra todas as autoridades, que aliás, lhes cumpria respeitar e manter, como seu primeiro dever; e comquanto approve todas as medidas tomadas pelo Vice-Presidente em conselho, para restituir a tranquillidade e segurança dos pacíficos habitantes da Provincia, entregue aos cuidados de sua administração, e fazer entrar em seus deveres a soldadesca desenfreada; determina, todavia, para acabar de huma vez, e cortar pela raiz crimes de natureza tão grave, e que aliás cumpre castigar exemplarmente, e de maneira tal, que os individuos a quem a Nação confiar as armas se não atrevão a repetir tão horroresos attentados, o Vice-Presidente da Provincia do Espirito Santo, fazendo prender e segurar os cabeças da sedição e revolta militar, os ponha a bordo das canhoeciras que o Governo mandará estacionar na Provincia, á disposição do Go-

verno della, para apoiar as providencias, e fazer respeitar as ordens emanadas legalmente das autoridades, e os remetta dahi immediatamente para a Córte, com o seu processo, para serem entregues ao Poder Judiciario; procedendo simultaneamente a dissolver o Batalhão que se cobria de tão indelevel nodoa. Para de prompto se conseguir a ordenada dissolução do Batalhão, mandará o Vice-Presidente dar baixa a todas as praças de pret que se achão comprehendidas nas disposições da Lei de 21 de Agosto de 1831, aqui inclusa, e das praças que sobrarem, ou que, por sua boa conducta e morigeração, mereção ainda ser conservadas no honroso serviço das armas, formará hum destacamento, commandado por tres Officiaes de confiança e sua escolha, mandando considerar-se como avulsos os demais Officiaes; e como estas praças devem pertencer, em razão da dissolução do Corpo, a algum outro, ordena a Regencia que, logo depois de formado o destacamento, remetta para a Córte tanto a relação nominal, como as respectivas guias, para serem encorporados em hum dos existentes na Córte, e delle fazendo parte. O que tudo manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, communicar ao Vice-Presidente da Provincia do Espirito Santo, para seu conhecimento, governo e execução.—Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Outubro de 1831.—Manoel da Fonseca Lima e Silva.

AVISO DE 5 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a Vm. a parte inclusa do Commandante Geral das Guardas Municipaes dessa Freguezia, datada de 2 do corrente, afim de Vm. fazer punir os individuos que desobedecerão as ordens do dito Commandante, e processar os que injuriarão a autoridade de que Vm. se acha revestido, e aos seus agentes, para que desta sorte se convenção os perversos de que não ficarão impunes, e conheção os cidadãos pacificos que as autoridades não são indifferentes aos ultrajes que recebem, principalmente quando se achão prestando tão relevantes serviços á causa publica. Deos guarde a Vm. Paço, em 5 de Outubro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Juiz de Paz Supplente da Freguezia de S. José.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 85, vol. 18.*

AVISO DE 5 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr.—Remetto a V. Ex. o officio incluso n. 4, da Junta da Fazenda do Rio Grande do Sul, de 31 de Janeiro deste anno, acompanhado do requerimento de Joaquim Antonio de Alencastro, Coronel de Cavallaria de 1ª linha do Exercito, e dos mais papeis que dizem respeito á impossibilidade de tomarem-se contas ao supplicante da quantia de 37:278\$600 rs., que

tinha a seu cargo para as despesas da Tropa existente nas fronteiras do Rio Pardo, no anno de 1828, afim de que V. Ex. á vista de outros officios da mesma Junta, enviados á sua Repartição em Agosto ultimo, haja de esclarecer-me neste negocio, para em conformidade me habilitar no que convém responder-se á dita Junta. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 5 de Outubro de 1831.—Bernardo Pereira de Vasconcellos.—Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 109, vol. 18.*

AVISO DE 5 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, manda novamente remetter a V. S. o requerimento incluso de Sebastião da Costa Maia, Solicitador dos Cartorios da Córte, para que V. S. nomêe pessoa que interinamente sirva de Promotor Fiscal dos Residuos e Capellas desta Comarca, no impedimento do actual, a quem por Lei não está assignado substituto, para cujo caso parece applicavel a disposição do art. 8 da Lei de 11 de Outubro de 1827, ou então da Ord. Liv. 1ª, tit. 97, § 1º. Deos guarde a V. S. Paço, em 5 de Outubro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo.—*Acha-se á fl. 106 do Liv. 11 da Secretaria da Justiça.*

PORTARIA DE 6 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, que a Junta da Fazenda dos Arsenaes de Exercito, Fabricas e Fundições, em conformidade da requisigão do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, mande fornecer o armamento necessario, e que fôr pedido pelos Commandantes-Geraes dos districtos de qualquer Freguezia da Provincia do Rio de Janeiro, para armar as rondas dos Municipios, e depois as Guardas Nacionais. Paço, em 6 de Outubro de 1831.—Manoel da Fonseca Lima e Silva.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 92, vol. 18.*

AVISO DE 6 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Requerendo a Camara Municipal desta Cidade que nenhuma embarcação vinda dos Portos da Hollanda, da Russia ou quaesquer outras do Baltico possa ter communicação com pessoa alguma de terra, nem hajão de entrar a bordo Guardas Militares ou da Alfandega antes da Visita da Saúde, servindo de signal de que esta se tem effectuado huma bandeira da Nação da embarcação, içada no mastro da prôa: ordena a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. assim o determine ás Fortalezas do Registo deste Porto. Deos guarde a Vm. Paço, em 6 de Outu-

bro de 1831.—Manoel da Fonseca Lima e Silva.—Sr. Francisco Carlos de Moraes.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 92, vol. 18.*

AVISO DE 6 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr.—Satisfazendo ao que V. Ex. por ordem da Camara dos Srs. Deputados solicitou do Governo Imperial relativamente aos acontecimentos que tiveram lugar no Theatro em a noite de 28 de Setembro, e bem assim se os arts. 289 e 290 do Código Criminal foram bem e litteralmente observados, sou autorizado a responder :

1.^a Que, em consequencia da prisão de dous Officiaes que se batião, houve formal resistencia e tomada de preso, com grandes insultos contra o Juiz de Paz que presente se achava, e outras autoridades, chegando o excesso a tal ponto, que hum punhado de anarchistas não duvidou desafiar a Guarda Municipal e cobri-la de improperios; e mandando o Juiz de Paz prender os principaes motores da desordem, tornou a apparecer a resistencia com armas, e até disparando-se tiros sobre a mesma Guarda, então fez esta o seu dever, repellindo a força em defesa dos cidadãos opprimidos, como he concedido pelo art. 118 do Código Criminal, de que resultou ficarem alguns Guardas levemente feridos, e dos resistentes tres mortos e dous feridos, segundo consta. Pela antecedente exposição se conhece que o caso não he dos comprehendidos no art. 289, e por isso não houve lugar a ser executado; poderia encabeçar-se no art. 285, mas então pela Lei de 6 de Junho, sendo hum tal ajuntamento não só illicito, mas criminoso e sujeito ás penas decretadas naquella Lei, ao Juiz e a qualquer competia não dispersa-los, mas prender aos que o compunhão, por se acharem em flagrante delicto. Aproveito esta occasião para declarar que a insufficiencia das Leis criminaes, e a falta dellas para muitos casos, he a causa dos males que soffre a Capital e todo o Imperio; que a liberdade de injuriar, calumniar, o ameaçar desde o primeiro cidadão até ao ultimo; a difficuldade de processar semelhantes delictos, a má organização dos Jurados e da Lei que pune os abusos de exprimir os pensamentos, e o apoio que os perversos tem encontrado em pessoas que mais os devião censurar, em razão do cargo que occupão, vai introduzindo a immoralidade a ponto tal, que as Leis são inteiramente desprezadas, e as autoridades vilipendiadas; e vendo-se a massa de cidadãos probos, como abandonados a seus proprios recursos, não os encontrando nem na legislação nem nas autoridades, não deve admirar que o desespero os conduza a excessos que já vão apparecendo, e que ameaça a total dissolução do estado social. Eis o que offereço á consideração da Camara dos Srs. Deputados, a quem V. Ex. fará constar. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 6 de Outubro de 1831.

—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Antonio Pinto Chichorro da Gama.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 86, vol. 18.*

AVISO DE 6 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a Vm., com o incluso officio do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, copia da Nota que lhe passara o Encarregado de Negocios de S. M. Britannica, a respeito de dous tiros que da Fortaleza de Santa Cruz se derão sobre a escuna de guerra da mesma Nação *Adelaide*, que já tinha sido visitada, e estava com a sua flâmula içada no tope do mastro; e porque seja a repetição de semelhante facto, a ser como se diz, contraria não menos ás ordens e regulamento do Porto, que a cortezia com que se deve tratar os navios de guerra de todas as Nações com quem o Imperio está em paz; determina a mesma Regencia que Vm., sem perda de tempo, no entretanto que manda conhecer deste facto por Officiaes de escolha e probidade, faça recommendar aos Commandantes das Fortalezas do Porto a maior circumspecção e prudencia no trato dos navios de guerra, tanto inglezes, como de qualquer outra Nação, poupando ao Governo o dissabor de repetições de taes successos.

Logo que os Officiaes, aos quaes Vm. recomendará urgencia e brevidade, tenham concluido a investigação, Vm. m'a enviará, para, á vista della, poder o Ministro e Secretario de Estado do dos Negocios Estrangeiros responder cabalmente.

Por esta occasião renovo a Vm. a necessidade de fazer concluir a investigação sobre o negocio dos escaleres e do outro navio inglez. Deos guarde a Vm. Paço, em 6 de Outubro da 1831.—Manoel da Fonseca Lima e Silva.—Sr. Francisco Carlos de Moraes.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 94, vol. 18.*

AVISO DE 6 DE OUTUBRO.

Manuscrito authenticico.

A Regencia, em nome do Imperador, tomando em consideração o que V. S. representou em officio de 21 de mez proximo passado: manda que V. S. orce mensalmente a despeza indispensavel para sustento e carne que se deve subministrar aos presos que se achão a bordo da não *Pedro I.* Deos guarde a V. S. Paço, em 6 de Outubro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo.—*Acha-se a fl. 152 v. do Livro respectivo da Casa da Supplicação.*

AVISO DE 6 DE OUTUBRO.

Manuscrito authenticico.

Illm. e Exm. Sr.—Participo a V. Ex., para sua intelligencia, que se achão expeditas as or-

dens necessarias ao Presidente da Provincia da Bahia para fazer entregar a Camara Municipal da Villa da Cachoeira a importancia dos legados pios não cumpridos para serem applicados, na conformidade da Lei, em beneficio do Hospital da Santa Casa da Misericordia da mesma Villa. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 6 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó — Sr. José Lino Coutinho. — *Acha-se á fl. 106 do Livro 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

PROVISÃO DE 6 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de S. Paulo, que a Regencia, em nome do Imperador, em vista da sua informação dada em officio de 9 de Agosto deste anno, sob numero 16, á cerca da pretensão de Antonio Luiz Patricio da Silva Manso, houve por bem determinar que, no caso de o supplicante na sua volta para Matto-Grosso não poder levar consigo as duas canoas que com os respectivos pertences deixou na Villa de Porto-Feliz entregues ao Almojarife da mesma Villa, faça, com a competente participação, a remessa dellas e ditos pertences para Cuiabá na primeira occasião que se offerecer de algum conductor de encomendas para aquella Provincia, a entregar á ordem da Junta da Fazenda, onde requererá o supplicante o seu direito. O que se participa á mesma Junta para sua intelligencia e execução. Luiz de Almeida Cunha a fez no Rio de Janeiro, em 6 de Outubro de 1831. — Marianno Pinto Lobato, Contador Geral da segunda Repartição, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 108, vol. 18.*

PROVISÃO DE 6 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de Pernambuco, que apresentando neste Thesouro o Deputado pela Provincia do Pará, João Fernandes de Vasconcellos, os respectivos attestados de frequencia passados pelo primeiro Secretario da Camara dos Deputados, para que á vista dellas se expeda nova ordem sem a clausula da que lhe foi dirigida no 1.º de Setembro ultimo, por serem os referidos documentos os titulos legitimos, segundo o que determina a Circular de 31 de Maio antecedente: ha por bem a Regencia, em nome do Imperador, em deferimento da pretensão do supplicante, determinar á mesma Junta que lhe satisfaga o seu subsidio vencido no presente anno, ficando sem effeito a clausula expressa na dita ordem. O que cumprirá. Pedro José da Camara a fez no Rio de Janeiro, em 6 de Outubro de 1831. — Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 144, vol. 18.*

ORDEN DE 6 DE OUTUBRO,

Imp. avulso.

S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico determina que Vm. faça com que os Thesoureiros do Sello, Sisas, Meias Sisas, Novos Direitos, e de outras quaisquer rendas publicas que arrecadão por essa Villa e seu Termo, entrem para os cofres nacionais com as quantias por que são responsaveis, sob pena de se mandar proceder contra elles na forma da Lei: outro sim que apresentem com urgencia no mesmo Thesouro os livros concernentes á arrecadação dos annos findos, para, á vista dellas, se lhes tomar contas. Deos guarde a Vm. Contadoria Geral da 1.ª Repartição, em 6 de Outubro de 1831. — O Ajudante do Contador Geral, Luiz Venancio Ottoni. — Srs. Juizes de Fora da Ilha Grande e Paraty, de Santo Antonio de Sá e Magé, da Praia Grande, de Cabo Frio e Macahé; e Srs. Juizes Ordinarios da Villa de Maricá, de Itaguahy, de S. João do Principe, de Rezen-de, de S. João de Itaborahy e de Cantagallo. — *Acha-se no Diario Fluminense v. 125, vol. 18.*

DECRETO DE 7 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador, para a boa execução da lei de 27 de Agosto de 1830, decreta:

Art. 1.º A nomeação dos Collectores e seus Escrivães não será regulada pelo numero das Cidades, Villas e lugares notaveis em que se houver de fazer o lançamento da decima; porém não só se poderá encarregar a cada hum Collector e seu Escrivão o lançamento e cobrança da decima de huma Cidade juntamente com algumas Villas ou lugares que lhe fiquem em proximidade, e de duas ou mais Villas, de dous ou mais lugares notaveis, mas tambem poderá huma Cidade ou Villa populosa ser dividida por 2 ou mais Collectores, em attenção ao interesse publico e á extensão dos lugares.

Art. 2.º Quando vagarem alguns dos empregos de Collector ou Escrivão, proceder-se-ha immediatamente á nova nomeação pela forma estabelecida nos arts. 2.º e 3.º da lei; porém se a vacancia acontecer no tempo da cobrança da decima, que não deverá suspender-se, sendo em Villa ou lugar em que não houver Junta ou Administração de Fazenda para o prompto provimento do emprego, servirá interinamente de Collector o Fiscal da Camara Municipal, e de Escrivão o Escrivão do Juiz de Paz ou quem este nomear.

Art. 3.º Nos casos da vacancia, seja qual for o motivo por que aconteça, dividir-se-ha o premio designado na lei, art. 14, pelos Collectores e Escrivães que tiverem servido no decurso do anno, em proporção do trabalho que houverem feito, assim no lançamento, como na cobrança; sendo sempre a divisão em partes iguaes, quando huns fizerem o lançamento e outros a cobrança.

Art. 4.º A demarcação nas Cidades e Villas dos limites, dentro dos quaes deve ter lugar o lançamento e a designação dos lugares notaveis para esse fim que o art. 4.º da lei incumbem ás Camaras Municipaes, serão por estas renovadas todos os annos em sessão ordinaria ou extraordinaria; lançadas nos livros das suas actas, conforme o que se decidir á pluralidade de votos; e concluidas em tempo que possam ser presentes ao Thesouro, ás Juntas ou Administrações de Fazenda e aos Collectores até o dia 15 de Dezembro.

Art. 5.º Além da copia que desta demarcação e designação devem remetter as Camaras Municipaes ao Thesouro, Juntas e Administrações de Fazenda, e que devem ser sobscriptas pelo Presidente e Secretario, se extrahirão igualmente copias authenticas tantas quantos forem os Collectores do Districto Municipal, para lhes serem remetidas; e demais se farão publicas por Editaes nas Cidades, Villas e lugares sujeitos ao lançamento.

Art. 6.º Da demarcação e designação feitas pelas Camaras Municipaes poderão recorrer para o Governo, na conformidade do art. 73 da lei do 1.º de Outubro de 1828, não só os proprietarios que se sentirem prejudicados, mas tambem os Collectores e os Procuradores Fiscaes da Fazenda Nacional, no caso de a supporem em damno dos interesses da mesma Fazenda.

Art. 7.º Os Collectores, na maneira de considerar e descrever os predios urbanos, e os fóros que delles perceberem os senhores directos para liquidarem a decima de que se deva fazer o lançamento, além do que se acha determinado no art. 6.º da lei, observarão o disposto nos §§ 1, 2, 3, 11, 12 e 14 no principio até a palavra — encerramento — do Alvará de 27 de Junho de 1808.

Art. 8.º Quando para se fazer o lançamento fôr necessario o juramento dos inquilinos, por não apresentarem recibos, será este lançado no caderno do Escrivão por termo assignado pelo Collector e o inquilino, fazendo-se expressamênção da falta do recibo ou da impossibilidade de o apresentar.

Art. 9.º Para fazer o arbitramento a respeito dos predios occupados por seus proprios donos, serão chamadas pelo Collector 2 pessoas de probidade que tiverem intelligencia da materia. As despesas que com estes louvados se fizerem serão incluídas nas de que trata o art. 14.

Art. 10. As reclamações contra o lançamento serão apresentadas por escripto, dentro do tempo marcado no art. 7.º da lei, perante o Juiz de Paz do lugar em que estiver o predio; e este, fazendo intimar as partes para comparecerem no dia e hora que lhes assignar, apurará pelo accordo dellas a nomeação dos arbitros.

Art. 11. Quando estiverem nomeados os arbitros, o Juiz de Paz sem demora os fará vir perante si, e, dando-lhes copia da reclamação, os encarregará, com juramento, de examinarem e darem sobre ella o seu voto com justiça e imparcialidade no dia e hora que lhes designar.

Art. 12. A declaração do voto dos arbitros será

feita por cada hum delles explicita e distinctamente; e tanto esta declaração como os mais actos anteriores de que tratão os 2 artigos antecedentes se lançarão em termos escriptos pelo respectivo Escrivão, assignados pelo Juiz de Paz e pelas pessoas que nelles intervierem. Da mesma sorte se procederá, quando fôr precisa, a nomeação de 3.º arbitro, no caso de discordancia dos 2.

Art. 13. Concluido o arbitramento, o Juiz de Paz, que nenhum voto, parecer ou influencia directa ou indirectamente deve ter neste negocio, declarará sómente por escripto que está concluido o acto da reclamação e arbitramento; e que por este, ou se tem confirmado o lançamento, ou se deve reformar de tal ou tal maneira.

Art. 14. Se as partes se não conformarem com o arbitramento, manifestarão o seu recurso, ou no mesmo acto em que se publicar a declaração do Juiz de Paz, ou no termo de 2 dias no Cartorio do Escrivão; e em qualquer dos casos se lavrará termo de manifestação com declaração dos fundamentos delle.

Art. 15. Feita a manifestação, o Escrivão a intimará á outra parte para responder por escripto, se quizer, dentro do prazo de 2 dias improrogaveis; e, findos estes, o mesmo Escrivão, com a resposta ou sem ella, remetterá ex-officio os papeis ao Thesouro, Juntas ou Administrações de Fazenda, onde, com audiência sómente do Procurador da Fazenda, se decidirá o recurso terminantemente, reenviando-se os papeis ao Juiz de Paz.

Art. 16. A decisão definitiva que houver nas reclamações será enviada por copia feita pelo Escrivão do Juiz de Paz ao Collector a que pertencer para a mandar averbar pelo seu Escrivão á margem do lançamento, fazer-se a reforma quando fôr determinada, e ser no fim do anno apresentada com os livros no acto da tomada das contas.

Art. 17. No processo executivo contra os Collectados, que não tiverem pago no tempo devido, se observará o disposto no Decreto de 18 de Agosto deste anno; e aos que pagarem á boca do Cofre se dará conhecimento em fôrma feita pelo Escrivão e assignado pelo Collector.

Art. 18. O Presidente do Thesouro e as Juntas e Administrações de Fazenda poderão demittir os Collectores e seus Escrivães, quando o entendão conveniente ao serviço publico, e se procederá na fôrma do art. 2.º

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Palacio do Rio de Janeiro, aos 7 de Outubro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Bernardo Pereira de Vasconcellos.

AVISO DE 7 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — De ordem da Regencia, em nome do Imperador, participo a V. Ex., para fazer constar á Camara dos Srs. Deputados,

que nesta noite, das 8 para as 9 horas, a guarnição da Presidência pegou em armas, abandonou a guarda dos presos e foi reunir-se a seus companheiros de armas no Quartel da Ilha das Cobras, pedindo ou ordenando a não retirada para fora da Capital do Capitão José Custodio. Muitos tiros foram disparados da Ilha para a Cidade que foram respondidos pelos Guardas Municipaes que de repente tomaram armas e correrão á defesa da Patria, reunindo-se a Cavallaria da vizinhança que espontaneamente acudiu á alarma que pela Cidade derramou a rebeldia daquelle corpo.

Ninguém poderá hoje dissimular o estado terrivel da Capital; a indignação ferve nos peitos dos cidadãos, todos os dias ameaçados por meia dúzia de intrigantes e miseraveis individuos que tem a demencia de querer dictar a Lei ao Imperio, mudar a fôrma do Governo e collocar nelle entes ou nulos ou desprezíveis.

Quatro periodicos, echos desse partido anarchico, entretém e conservão no espirito da população a insubordinação, o desprezo das Leis, o nenhum caso das autoridades, e por consequencia a verdadeira anarchia. Não he ao Governo que compete puni-los; a Lei e os Jurados são insufficientes. O Codigo Criminal he em muitos casos irrisorio pela leveza das penas, e o nosso processo eterno, cercado de mil tortuosidades, abre a porta á impunidade; e quando a agitação tem chegado ao termo actual, não são medidas ordinarias que podem salvar o Estado: o Governo já tem proposto algumas medidas: mais seriam propostas, se esperança houvera de serem attendidas, e se já semelhantes não fossem desprezadas.

A Camara dos Srs. Deputados deve saber que seis mil cidadãos armados, não da qualidade dos que em 15 de Julho derramaram a consternação na Capital, mas seis mil proprietarios e industriosos que representa cada hum familia e bens que constituem a massa da mais rica e populosa Cidade do Imperio, tem declarado não poder mais soffrer a inquietação, o sobresalto, os incommodos e prejuizos que lhe causão os anarchistas, e que a indifferença da Assembléa Geral sobre as calamidades que se passão diante de seus olhos, lhes he mui sensível e desagradavel.

O Governo sempre deveu ser franco; mas hoje deve sê-lo ainda mais, e por isso certifica á Camara dos Srs. Deputados que os cidadãos, abandonados aos seus proprios recursos, vão já tocando a desesperação; e que será melhor que seus Representantes prôvão de remedio efficaz a seus males, do que deixar que a paixão obre, quando as Leis se calão.

Até este momento a Guarda Municipal está em armas para defender-se de seus inimigos, sem dormir e sem comer; só remedios fortes e mui promptos podem hoje salvar a capital e com ella o Imperio. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 7 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Antonio Pinto Chichorro da Gama. — Na mesma conformidade se expedio outro Aviso á Camara dos Srs. Senadores. — *Acha se no Diario Fluminense n. 84 vol. 18.*

AVISO DE 7 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Tendo o Governo esgotado todos os meios persuasivos para trazer á ordem e á obediencia ás Leis da disciplina e subordinação hum punhado de soldados revoltosos do corpo de Artilharia de Marinha, que, esquecidos do juramento que prestarão, e congregando-se tumultuariamente na Ilha das Cobras, ali apresentam huma attitude hostil e se julgão com direito a propôr condições para deporem as armas, quando só lhes resta appellar para o perdão; e sendo da mais rigorosa obrigação do Governo castigar exemplarmente semelhante attentado que tem ameaçado perturbar o socego e tranquillidade publica, defendidas pela energia e nobre coragem das Guardas Municipaes e do batalhão de Officiaes Soldados Voluntarios da Patria: ordena a Regencia, em nome do Imperador, que V. S., como Commandante Geral das Guardas Municipaes, e de accordo com o coronel João Paulo dos Santos Barreto, 1.^o Commandante do referido corpo de Officiaes Soldados, proceda immediatamente a escolher de hum e outro corpo huma força de 600 baionetas, ou maior se julgar necessaria, e na qualidade de Commandante della, de que a mesma Regencia ha por bem nomea-lo, tendo em segundo o sobredito Coronel João Paulo dos Santos Barreto, passe á Ilha das Cobras para obrigar os revoltosos a entrarem em seus deveres e entregarem-se á discrição do Governo, que por esta occasião autorisa a V. S. a lançar mão de todos os meios para fazer cumprir as ordens da Regencia sem a menor tergiversão. O que participe a V. S. para seu conhecimento, governo e pontual execução, fazendo a precisa comunicação ao mencionado Coronel João Paulo dos Santos Barreto. Deos guarde a V. S. Paço, em 7 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. José Maria Pinto Peixoto. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 86, vol. 18.*

AVISO DE 7 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illem. e Exm. Sr. — Foi presente o Officio de V. Ex., em que responde que o Governo propoza a providencia tu medida, das muitas que disse poderia propôr, na certeza de que, sendo fundada na Constituição e conforme com os verdadeiros interesses nacionaes, merecerá toda a attenção e desvelo; ao que sou autorisado a responder que, nas circumstancias presentes, não tendo o Governo força alguma de confiança permanente, como ha muito tempo requereu; não passando no Senado a proposta de hum de seus membros para serem considerados certos crimes como policiaes e como taes processados, não tendo sido até agora approvado o projecto vindo do mesmo Senado sobre certas medidas urgentes: persuade-se o Governo que só a inteira concessão do que lembra o art. 179 § 55 da Constituição, comprehendendo-se a attribuição de lançar mão de todas as medidas de precaução que a

urgencia das circumstancias exigir, poderá salvar o Estado. Eis o que a Regencia, em nome do Imperador, me ordena leve ao conhecimento da Camara dos Srs. Deputados para ser devidamente avaliado em sua sabedoria. Deos guarde a V. Ex. muitos annos. Paço, em 7 de Outubro de 1851. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Secretario da Camara dos Srs. Deputados. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 92, vol. 18.*

OFFICIO DE 7 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Foi presente ao Senado o Officio de V. Ex. da data de hoje, com a dolorosa narração dos acontecimentos que affligem a Patria, acontecimentos que o Senado bem tem previsto e desejado prevenir. O Senado se acha em sessão permanente, e tem convidado a Camara dos Senhores Deputados para nomear hum commissão que se reuna á outra desta Camara, afim de se tomarem com urgencia as medidas efficazes, que está convencido a crise assustadora exige; o que V. Ex. se dignará levar ao conhecimento do Governo Imperial. Deos guarde a V. Ex. Paço do Senado, em 7 de Outubro de 1851. — Conde de Valença. — Sr. Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 87, vol. 18.*

AVISO DE 7 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Cumpre-me communicar a V. Ex., em resposta ao aviso que me dirigio antes de hontem, pedindo esclarecimentos sobre o negocio da estada dos Inglezes no Foucinho do Cabo, com o fim de salvar os fundos da fragata *Thetis* ali naufragada; que ainda não recebi as informações que a tal respeito exigiu da Camara Municipal da Cidade de Cabo Frio e do Juiz Criminal respectivo, e que logo que as receber as transmittirei a V. Ex. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 7 de Outubro de 1851. — Diogo Antonio Feijó. Sr. Francisco Carneiro de Campos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 106, vol. 18.*

RESOLUÇÃO DE 8 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

Senhor. — Por portaria da Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda de 18 de Dezembro do anno proximo passado, mandou V. M. I. remettera este Concelho, para consultar, o requerimento de Francisco José Rodrigues Barata, sobre a queixa que faz do sequestro a elle feito na Provincia do Pará, como devedor á Fazenda Nacional. Com este requerimento e mais papeis acompanhava hum Officio da Junta da Fazenda da sobredita Provincia, o qual sobe com todos os respectivos papeis e pareceres dados pela Repartição do Thesouro Publico.

E mandando o Concelho dar vista ao Procurador da Fazenda, respondeu este, tendo presente

todos os papeis por elle exigidos, pela maneira seguinte: — A queixa do supplicante he muito justificada e verdadeira. Para a Consulta refiro-me ao meu Officio de 22 de Setembro invocando a applicação a estes e a outros casos identicos que ainda apparecer possão, do arbitrio judicioso tomado relativamente a huma questão movida por João de Araujo Roso, sobre outra arrematação na mesma Provincia, e sobre a qual já subio Consulta; parecendo-me que a providencia deve ser homogenea, attenta a natureza e qualidade da razão de pedir. Rio, 12 de Janeiro de 1851. — Nabuco.

O que tudo visto, parece ao Concelho que o requerimento do Supplicante implica duas questões, hum a do sequestro e execução a que se procedeu em seus bens por hum alcance da Fazenda Publica; e a este respeito he de voto que, estando affecta a questão ao Poder Judiciario, nada ha a deferir; quanto porém á outra questão da sua queixa de lhe não terem entregue integralmente todos os bens que lhe forão sequestrados como propriedade portugueza: por motivo de alienação ou arrematação de alguns em hasta publica, he o Concelho de parecer que exige o caso a mesma providencia que já consultou a favor da extinta companhia do Grão Pará, e cuja Resolução ignora por ser a especie identica, e que por este motivo convirá que V. M. I. tenha presente a sobredita Consulta para a Resolução desta. Rio de Janeiro, em 21 de Fevereiro de 1851, 10° da Independencia e do Imperio. — Marquez de Aracaty. — José Fortunato de Brito Abreu Souza e Menezes. — João Sabino de Mello Bulhões Lacerda Castello-Branco. — José Caetano de Andrade Pinto. — Manoel José de Souza França.

Resolução. — Nos meios legaes de que o supplicante usou quanto ao sequestro que se lhe fez como devedor da Fazenda Publica, e de que pôde usar quanto á arrematação de seus bens como propriedade portugueza, tem o remedio que requer. Paço, em 8 de Outubro de 1851. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se o original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

DECRETO DE 8 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II., sanciona e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Artigo unico. Fica concedido a D. Maria José Leal da Nobrega, em remuneração dos relevantes serviços prestados á causa da Independencia do Imperio por seu fallecido marido o Brigadeiro Luiz Pereira da Nobrega de Souza Coutinho, o soldo por inteiro correspondente á patente que este tinha, o qual, por fallecimento da agraciada, se repartirá com igualdade entre suas filhas.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, etc. Paço,

em 8 de Outubro de 1831, 10º da Independência e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Manoel da Fonseca Lima e Silva.

DECRETO DE 8 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, sanciona e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa :

São comprehendidos na ultima excepção do art. 10 da Lei de 24 de Novembro de 1830, os Officiaes Inferiores, Cabos, Anspeçadas, soldados, Musicos, Tambores e Cornetas dos extinctos corpos de estrangeiros que, por inspecção dos Facultativos, fôrem declarados comprehendidos em algum dos casos ali mencionados; devendo, em consequencia disso, serem reformados com os seus vencimentos por inteiro.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, etc. Paço, em 8 de Outubro de 1831, 10º da Independência e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Manoel da Fonseca Lima e Silva.

DECRETO DE 8 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro, sanciona e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa :

Artigo unico. João de Siqueira Campello, natural da Provincia de Pernambuco, Tenente graduado do Esquadrão de Linha da mesma Provincia, está no gozo dos direitos de Cidadão Brasileiro, e como tal com direito ao posto militar que tinha no tempo em que foi jurada a Constituição do Imperio.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, etc. Paço, em 8 de Outubro de 1831, 10º da Independência e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Manoel da Fonseca Lima e Silva.

FALLA DE 8 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

O denodo, bravura e civismo com que em todas as occasiões se tem portado desde a sua espontanea renúncia a prol do socego e tranquillidade publica da Capital do Imperio o Corpo de Officiaes Soldados Voluntarios da Patria, de que Vm. he digno Commandante, se elevárão honram a hum grão tão distincto na consideração do Governo pela maneira prestante com que se houte o Corpo na repressão dos soldados revoltosos da Artilharia de Marinha, que a Regencia, em nome do Imperador, lisongeando-se de poder contar seguramente com os serviços de militares taes, lhes manda louvar mais este serviço tão as-

signalado, e na verdade proprio de Officiaes Brasileiros. O que com a maior satisfação participo a Vm. para seu conhecimento, e para que o faça convenientemente constar aos Officiaes Soldados de que se compõe tão nobre Corpo. Deos guarde a Vm. Paço, em 8 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. João Paulo dos Santos Barreto. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 86, vol. 18.*

AVISO DE 8 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Se desde a sua instituição tem feito grandes serviços á Patria os Juizes de Paz, depois da Lei de 6 de Junho ultimo, que lhes designou cidadãos para com elles manterem a tranquillidade publica, tem principalmente os desta Cidade arrostado grandes difficuldades, vencido embaraços extraordinarios, e conseguido por seu zelo incensável e pureza de patriotismo conservar a Capital segura contra os frequentes ataques dos anarchistas que por todos os meios tem procurado transtornar a ordem publica confiados na impunidade que a falta de algumas leis e a imperfeição de outras de certo modo protege. O Governo reconhece e louva tão relevantes serviços, e a gratidão da Patria aos filhos que tão bem a servem he a mais lisongeira recompensa para cidadãos desinteressados: manda; portanto, a Regencia, em nome do Imperador, communicar-lhe estes seus sentimentos para sua intelligencia. Deos guarde a Vm. Paço, em 8 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz Supplente da Freguezia da Candelaria. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 86, vol. 18.*

Na mesma conformidade se expedirão Avisos aos outros Juizes de Paz desta Cidade e Engenho Velho.

AVISO DE 8 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Resolvendo a Regencia, em nome do Imperador, que huma Commissão, composta de Vm., do Capitão de Mar e Guerra Francisco Bibiano de Castro e do Coronel Manoel José de Oliveira, á vista dos documentos juntos, passe a investigar escrupulosamente da conducta dos individuos do Corpo de Artilharia da Marinha, assim antes como depois da desordem e insubordinação praticadas nos dias 6 e 7 do corrente pelo mesmo Corpo, em menoscabo das leis e das autoridades constituídas, dando depois conta do resultado para servir de materia ao Conselho de Guerra, em que taes individuos devem ser julgados; assim o participo a Vm. para sua intelligencia e execução, recommendando-lhe a maior circumspecção e brevidade em semelliante diligencia. Deos guarde a Vm. Paço, em 8 de Outubro de 1831. — José Manoel de Almeida. — Sr. Jacintho Roque de Senna Pereira. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 86, vol. 18.*

AVISO DE 8 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Mui digna de louvor foi a conducta das Guardas Municipaes que, desde a noite de 6 até hontem, com o peso de tantas fadigas e incommodos souberão sustentar a honra e dignidade do emprego que a nação lhes confiou; mais admiravel he ainda, e acima de todo o elogio, a coragem e denodo com que sem a menor recusa, antes animada do mais puro patriotismo, os que forão chamados concorrêrão a combater os rebeldes, cujo ataque, pelo local em que se achavão, demandava extraordinario valor e indicava gravissimo perigo; mas quiz a Providencia que só hum victima fosse sacrificada ao bem da Patria, cuja perda o Governo tanto mais lastima, quanto não tem preço a vida de hum cidadão honrado, pacifico, respeitador das leis e amigo do seu paiz; a nação porém não se mostrará indifferente ao maior dos sacrificios que pôde hum homem prestar á Sociedade a que pertence. Manda, portanto, a Regencia, em nome do Imperador, louvar e agradecer á Guarda Municipal e a seu digno Chefe a maneira honrosa e legal com que se comportarão na noite e dia referido, e assegurar-lhes que com tão benemeritos cidadãos não he peso, mas gloria o governar. O que, em nome da mesma Regencia, V. S. lhes comunicará. Deos guarde a V. S. Paço, em 8 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Maria Pinto Peixoto. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 86, vol. 18.*

OFFICIO DE 8 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Ilm. Sr. — Não devendo ficar em silencio os grandes serviços prestados pelos honrados cidadãos Guardas Municipaes desta Parochia nestes ultimos dias em que soffrêrão as privações mais sensiveis para defender a Patria, bem como o meu reconhecimento e gratidão por tão relevantes serviços por mim presenciados ocularmente, tenho de rogar a V. S. que, como digno Commandante de tão brioso Corpo, haja de significar a todos os Srs. Commandantes de Esquadras para que estes o fação aos cidadãos dellas, o meu eterno agradecimento por tão exemplar conducta de puro patriotismo, coragem e moderação; não esquecendo os Ajudantes de V. S. que a seu exemplo tem sido incansaveis. Deos guarde a V. S. Rio de Janeiro, 8 de Outubro de 1831. — Ilm. Sr. Capitão Manoel Felizardo de Souza e Mello, Commandante Geral do Corpo Municipal da Freguezia de S. José. — O Juiz de Paz Supplente João da Silveira Pillar. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 86, vol. 18.*

OFFICIO DE 8 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — O Senado ouviu ler com o maior prazer o Officio de V. Ex. da data de hontem

com a noticia do resultado do ataque da Fortaleza da Ilha das Cobras, e se occupa de hum projecto de agradecimentos aos bravos do Batalhão de Soldados da Patria e Guardas Municipaes, que tanta gloria tem adquirido, e a todo o bom povo Fluminense que com tanta energia e enthusiasmo procurarão manter a honra nacional e a segurança publica. O Senado, querendo tomar em consideração os serviços dos que fallecerão e forão feridos, espera que V. Ex., com a possível brevidade, lhe envie huma relação do nome de cada hum e de suas familias, assim como os nomes dos combatentes que mais se distinguirão. Já em officio da data de hontem participei a V. Ex. que, desejoso o Senado de accelerar algumas medidas que satisfizessem as exigencias da crise em que nos achamos, nomeou huma Comissão de cinco de seus membros, e convidou a Camara dos Senhores Deputados para nomear outra de igual numero para, reunidas, proporem aquellas que parecessem mais proprias, e para isso continuou o Senado em sessão permanente. Tere com effeito lugar a reunião; mas como a outra Camara houvesse já convidado a V. Ex. para propôr quanto entendesse necessario, resolveu o Senado suspender a sessão permanente até vir a proposta que merecerá da parte do Senado toda a consideração. Devo tambem declarar a V. Ex. que a Comissão Mixta foi de parecer que se promovesse pelos membros da Comissão da Camara dos Senhores Deputados a discussão do segundo Projecto do Decreto remettido deste Senado, que muito pôde influir na prevenção dos crimes e no prompto castigo dos delinquentes; assegurando mais a V. Ex. que se acha approvada por este Senado a emenda posta por aquella Camara ao Decreto que crea o Corpo de Guardas Municipaes pagas, que vai subir á Sanção Imperial. O que tudo V. Ex. se dignará levar ao conhecimento da Regencia. Deos guarde a V. Ex. Paço do Senado, em 8 de Outubro de 1831. — Conde de Valença. — Sr. Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 87, vol. 18.*

AVISO DE 8 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Participo a V. Ex., para fazer sciente á Camara dos Senhores Deputados, que a Ilha das Cobras foi hontem atacada e a Fortaleza escalada á viva força, sendo presos todos os rebeldes, que receberão o castigo merecido, sendo morto hum só Guarda Municipal, cuja perda tem sido em extremo sensivel, porque nada ha que pague a vida de hum verdadeiro cidadão amigo das leis e da sua Patria; e dos rebeldes sabe-se de outro morto, não sabendo-se ao certo o numero dos feridos. A Cidade parece tranquilla: resta que a sabedoria da Camara dos Senhores Deputados dê providencias legaes, para que se corte pela raiz o mal, e cessem para o futuro scenas semelhantes. Deos guarde a V. Ex. muitos annos. Paço, em 8 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Antonio Pinto Chi-

chorro. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 87, vol. 18.*

AVISO DE 8 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Apresso-me a transmittir a V. Ex. a informação que exige e prestara o Inspector do Arsenal da Marinha interino, sobre o objecto da nota do Encarregado de Negocios de S. M. Britannica nesta Corte, que por copia acompanhou o Aviso de V. Ex., de 6 do corrente; e por ella conhecerá V. Ex. que o procedimento contra que se queixa aquelle Encarregado de Negocios não teve lugar com embarcação alguma sujeita ao mesmo Arsenal. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 8 de Outubro de 1831. — José Manoel de Almeida. — Sr. Francisco Carneiro de Campos. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 88, vol. 18.*

AVISO DE 8 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Communicando-me o Commandante do Corpo de Artilharia da Marinha acharem-se prisioneiros na Ilha das Cobras, por serem ali encontrados, o Queiroz que fora Sargento do mesmo Corpo, e o Vasconcellos do Pará, que, segundo a fama, era tambem dos que influia para a revolução, rogo a V. Ex. se sirva expedir as suas ordens para que semelhantes individuos tenham o conveniente destino; ficando V. Ex. na intelligencia de que ao dito Commandante se tem ordenado a entrega dos mesmos, logo que fôrem competentemente requisitados. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 8 de Outubro de 1831. — José Manoel de Almeida. — Sr. Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 88, vol. 18.*

AVISO DE 8 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Em consequencia do que V. Ex. expôz no seu officio do 1.º de Julho passado, relativamente á conducta irregular do Juiz de Fora dessa Cidade contra Maria do Carmo, houve a Regencia, em nome do Imperador, por bem ordenar que todos os papeis relativos a este objecto fossem enviados á Relação desta Cidade para tomar conhecimento e fazer effectiva a responsabilidade do sobredito Juiz, e que ponderasse eu a V. Ex. que, sendo da sua attribuição vigiar sobre a conducta de todos os empregados para fazê-los entrar em seus deveres pelos meios legais, sobre os Magistrados tem V. Ex., além de outras, a de suspendê-los quando o interesse publico o exigir, na conformidade do art. 17 da lei de 14 de Junho do corrente anno; e que, não podendo o Governo em tão grande distancia remediar os males da administração com a brevidade necessaria, espera que V. Ex.,

usando da autoridade que a referida lei lhe tem conferido, haja de providenciar de maneira que os povos confiados á sua administração não sintão oppressão alguma da parte dos empregados publicos. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 8 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Presidente da Provincia de Goyaz. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 93, vol. 18.*

PROVISÃO DE 8 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia das Alagoas que, por immediata resolução de 4 do corrente, tomada em consulta do Concelho da Fazenda de 20 de Abril antecedente, á cerca do officio do Presidente dessa Provincia de 21 de Outubro do anno passado, sobre a decisão precipitada da Junta, respeito ao recebimento das rendas em moeda de cobre contra as leis existentes, e a declaração dos membros que forão do dito accordo, houve por bem a Regencia, em nome do Imperador, resolver que não apparecendo no despacho da dita Junta vicio de prevaricação e sómente imprudencia, e tendo-se reparado o erro pela Provisão de 22 de Setembro de anno passado, nada ha mais a fazer em beneficio da causa publica. O que se lhe participa para sua intelligencia. Alexandre José Ferreira Braga a fez no Rio de Janeiro, em 8 de Outubro de 1831. — Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 148, vol. 18.*

OFFICIO DE 9 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Pela leitura do Officio n. 81, que V. Ex. me dirigio em 31 de Agosto findo, vio a Regencia, em nome do Imperador, as bem fundadas razões e difficuldades que se offerecem para obstar a prompta execução do Aviso de 2, que incumbia á V. Ex. mandar proceder nessa Provincia de Minas Geraes á organização do primeiro Corpo de Cavallaria de primeira linha, na conformidade do Decreto e plano de 4 de Maio do corrente anno. E como quanto a mesma Regencia tome em consideração a necessidade urgente que na actualidade obriga a conservar nessa Provincia o numero das praças de pret, de que até agora se compõe o antigo segundo Regimento de Cavallaria de primeira linha, por isso que ellas apenas chegam para os indispensaveis destacamentos e diligencias extraordinarias do serviço, segundo o mappa annexo ao citado officio: resolveu, todavia, que V. Ex. á vista do plano de 4 de Maio, que remetto incluso, mande proceder de accordo á organização do primeiro Corpo de Cavallaria de primeira linha, fundindo neste o antigo segundo Regimento de Cavallaria, da maneira seguinte: — Das praças de pret deste Regimento que actualmente ahí exis-

tem, mandará V. Ex. formar os quatro esquadrões, de que na conformidade do plano se deve compôr o primeiro corpo em questão, passando-se a addidas ou aggregadas todas as que sobram. Nesta organização cumpre que V. Ex. mande incluir também, tanto as praças do extinto segundo Regimento, destacadas na corte, e que, formando até agora um esquadrão, são reduzidas a uma companhia provisoria, com o respectivo Capitão, Tenente e Alferes, como as do extinto primeiro Regimento de Cavallaria, de que igualmente se mandou compôr uma companhia provisoria com igual numero de officiaes. A' vista da inclusa relação nominal destas praças que ficão pertencendo ao primeiro Corpo de Cavallaria de primeira linha, e delle destacadas na corte, se abrirão no respectivo livro-mestre os competentes assentos, emquanto se não remetterem as guias, ou seão consideradas praças effectivas, ou addidas e aggregadas. Nestes termos já V. Ex. verá que nenhuma alteração vai por ora soffrer o antigo segundo Regimento quanto ao pessoal, por isso que se conservão todas as praças existentes, ainda que excedentes do estado completo do novo primeiro Corpo. Mas, porque, na conformidade da lei de 24 de Novembro de 1831, que fixou as forças de terra durante o corrente anno financeiro, deve reduzir-se o exercito á força de 12,000 Cabos, Asneçadas e Soldados, e nesta conformidade tenha baixado o Decreto e plano de 4 de Maio do corrente anno, no qual sómente se contempla na Provincia de Minas Geraes um Corpo de Cavallaria de 397 praças no seu estado total e completo, torna-se indispensavel que, logo que tenha V. Ex. concluido a organização do primeiro Corpo de Cavallaria, como levo indicado, me remetta um mappa bem explicito e demonstrativo de sua organização e força, notando-se as praças de pret, addidas ou aggregadas, assim como os officiaes de patente que sobrem ou faltem, para se providenciar promptamente, diminuindo-se igual numero de praças nos outros corpos do exercito onde menor fór a exigencia do seu serviço, e combinando-se assim o bem delle com o dispendio da fazenda publica. Por esta occasião é do meu dever prevenir a V. Ex. que, mandando-se agora dissolver o esquadrão dessa Provincia aqui destacado, e reduzir simplesmente a uma companhia provisoria, cujas praças são consideradas destacadas do primeiro Corpo de Cavallaria, emquanto as circumstancias da corte não permitem que ellas se recolhão ao lugar de sua parada, como se mandão recolher os officiaes que excedem de um Capitão, um Tenente e um Alferes, pôde dispensar-se o ser este destacamento elevado a maior força do que a existente, e sómente cumpre que ellas seão substituidas ou rendidas, quando o permittir o estado do Corpo. Persuado-me ter assim removido os obstaculos que V. Ex. apresentou no seu citado officio, para deixar de dar cumprimento ao Aviso de 2 de Agosto findo; e espero que, reduzida a sua doutrina ao disposto neste Aviso, V. Ex. concluirá em breve este negocio, habilitando-me a dar immediata conta á Regencia, em

nome do Imperador, de achar-se organizado nessa Provincia o Corpo de primeira linha que a ella pertence, na fórma do plano da organização do exercito.

Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Manoel Ignacio de Mello e Souza. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 95. vol. 18.*

OFFICIO DE 9 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo eu tomado o commando da força composta de 600 Guardas Municipaes, e do Batalhão de Officiaes Soldados voluntarios da Patria, destinada na tarde de 7 do corrente a bater e prender as praças do Corpo de Artilharia de Marinha, que se achavão sublevadas na Fortaleza da Ilha das Cobras, ordenei ao Coronel João Paulo dos Santos Barreto, segundo Commandante da força, que fizesse a organização das columnas que devião dar o assalto a Fortaleza, e com effecto forão dispostas do modo seguinte: 1ª columna compunha-se de meio Batalhão de Officiaes e 186 Guardas Municipaes; a 2ª do outro meio Batalhão, e 180 Guardas Municipaes; a 3ª de 200 Guardas Municipaes, e uma reserva de 150 das mesmas Guardas. A 1ª columna era commandada pelo Coronel Barreto; a 2ª pelo Major Luiz Alves de Lima; e a 3ª pelo cidadão Manoel Antonio Airosa; estas columnas achavão-se postadas junto á porta do Arsenal, e se destinavão ao ataque de tres differentes pontos, se assim fosse necessario.

Tendo-se feito aos sublevados a ultima intimação para que se entregassem presos, recusarão obedecer, e foi então necessario obriga-los pelo emprego da força armada. A bateria de seis bocas de fogo, assendada no adro de S. Bento, rompeu o fogo, e as embarcações de guerra, dispostas convenientemente, e commandadas pelo bravo Chefe de Divisão João Taylor, seguirão o fogo. Aos primeiros tiros dos canhões, embarcou em lanchas a 1ª columna, e desembarcou sem a menor resistencia no porto da Ilha das Cobras. A guarda dos sublevados, que se achava naquelle lugar, deu uma descarga sobre as lanchas e fugio logo que se lhe respondeu ao fogo.

Os Officiaes-Soldados, estendendo na frente da columna uma linha de atiradores, protegão as forças da retaguarda, que, com a maior intrepidez e velocidade, ganhãrão a esplanada da Fortaleza pela frente do porto. Os sublevados davão desordenadas descargas, que quasi nenhum dano causãrão, e immediatamente toda a frente abaluartada foi cercada pela força atacante, o que fez retirar dos parapeitos os Soldados que os guarnecião.

Nesta occasião desembarcou a 2ª columna, que, contornando a Ilha pelo lado esquerdo sem encontrar maior resistencia, excepto alguns tiros dispersos, chegou a ganhar o outro lado da Fortaleza, e, estendendo-se, cercou toda aquella frente. Conhecendo eu que não era necessario en-

viar mais força á Ilha, embarquei-me e dirigi-me á primeira frente atacada; e apparecendo no parapeito alguns soldados, tendo um delles uma bandeira nacional, lhe intimei, porém inutilmente, que abrissem o portão e se rendessem; intimação esta que já antes lhe havia feito o Coronel Barreto. Os sublevados, aproveitando-se da cessação do fogo, disparavão atrevidamente alguns tiros, dos quaes um matou o corajoso Guarda Municipal Estevão de Almeida Chaves, que, com a maior intrepidez, se achava todo descoberto na esplanada junto ao fosso: uma descarga quasi cerrada foi o resultado deste successo, e fez desaparecer completamente dos parapeitos os que nelles estavam. Já então estavam no portão da Fortaleza o Coronel Barreto e varios Officiaes que o pretendião arrombar com os couces das armas, e vendo eu que não era possível esta operação, mandei buscar ao Arsenal um obuz para romper o portão, o qual não foi necessario, porque o Tenente-Coronel Jacintho Pinto de Arango Corrêa, grimpendo sem escada pela muralha, ganhou o parapeito, e logo após d'elle um Guarda Municipal e varios Officiaes; a este tempo o Coronel Barreto ganhou o parapeito, subindo por uma escada de mão collocada junto ao portão, e após elle outros Officiaes. Subi immediatamente pela mesma escada e intimei aos sublevados que se rendessem, o que elles sem resistencia fizeram; mandei-os formar na praça dos Quartéis, e ordenei-lhes que depozessem as armas, ao que obedecerão promptamente.

Nesta occasião entrou pela frente opposta o Major Luiz Alves de Lima com sua columna, tendo arrombado o portão daquelle frente, onde encontrou pequena resistencia da parte dos que o defendião, tendo antes aprisionado as guardas do Dique e de mais dous pontos que guardião aquelle lado.

Um numero dos sublevados que foram capturados nesta occasião chegarão a duzentos, não comprehendidos os presos que haviam sido por elles soltos, e se achavão quasi todos occultos; as prisões estavam arrombadas. Mandei embarcar a maior parte dos soldados, escoltados pelos Guardas Municipaes e Officiaes-Soldados, que os conduzirão para bordo da *Presiganga*.

Retirei-me, e mandei igualmente para a cidade todas as Guardas Municipaes, deixando a Fortaleza occupada pelo Batalhão de Officiaes; tendo o Commando o coronel Barreto, que proseguio na diligencia de capturar os soldados e presos que se haviam occultado nos edificios e matos que existem junto á Fortaleza.

Não me é possível mencionar com particularidade as praças de que se compunhão as duas divisoes que entrarão neste assalto, que mais coragem mostrassem e mais se distinguissem; porque, se os Officiaes manifestarão denodo e não vulgar bravura, identicas provas derão as Guardas Municipaes; sendo certo que uns e outros se mostrarão benemeritos da Patria.

Além do Guarda Municipal que foi morto, foram levemente feridos e contusos tres officiaes,

e dos sublevados não me consta que morresse algum, e sómente houve mui poucos feridos.

Persuado-me haver preenchido por este meio a commissão para que tive a honra de ser nomeado; e lisongeo-me de haver satisfeito ás ordens do governo, sem que fosse mister o derramamento de sangue, que, sendo muitas vezes necessario, todavia é sempre doloroso a quem o faz verter.

Deos guarde a V. Ex. muitos annos. Quartel do commando geral dos Guardas Municipaes, em 9 de Outubro de 1831. — Ilm. e Exm. Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra. — José Maria Pinto Peixoto, Marechal de Campo. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 96, vol. 18.*

CARTA DE LEI DE 10 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral decretou e ella sancionou a Lei seguinte:

Art. 1.º O Governo fica autorisado para crear nesta Cidade hum Corpo de Guardas Municipaes voluntarias a pé e a cavallo, para manter a tranquillidade publica e auxiliar a Justica, com vencimentos estipulados, não excedendo o numero de 640 pessoas, e a despeza annual a 180:000 \$ rs.

Art. 2.º Ficão igualmente autorisados os Presidentes em Concelho para crearem iguaes Corpos, quando assim julguem necessario, marcando o numero de praças proporcionado.

Art. 3.º A organização do Corpo, pagamento de cada individuo, a nomeação e despedida dos Commandantes, as instrucções necessarias para a boa disciplina, serão feitas provisoriamente pelo Governo, que dará conta na futura sessão para a approvação da Assembléa Geral.

Art. 4.º Ficão revogadas todas as Leis em contrario.

Manda, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 10 de Outubro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Diogo Antonio Feijó. — *Com os registos competentes.*

AVISO DE 10 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, manda que Vm. ponha todos os dias, pelas 9 horas da manhã, á disposição do Intendente da Marinha, 10 soldados das Guardas Municipaes, que se fazem indispensaveis para diferentes guarnições; na intelligencia de que este serviço extraordinario que as actuaes circumstancias exigem, não deverá exceder a hum mez. Deos guarde a Vm. Paço, em 10 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz da Freguezia do

Sacramento. — *Acha-se à fl. 107 v. do Liv. 11.º d a Côte, na Secretaria da Justiça.*

Na mesma conformidade aos mais Juizes de Paz das Freguezias da Cidade.

AVISO DE 10 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Dispensando a Regencia, em nome do Imperador, o Tenente Coronel Reformado Pedro da Silva Pedroso, do emprego de Commandante da Fortaleza de S. João, e nomeando para a commandar interinamente o Capitão Felicio Fortes de Bustamante e Sá, o participo a Vm. para seu conhecimento e expedição das ordens, communicando-lhe igualmente que o Coronel do Estado Maior João Paulo dos Santos Barreto se acha nomeado Inspector interino do Arsenal do Exercito, por ter sido dispensado deste emprego o Brigadeiro Raymundo José da Cunha Mattos, assim como de que o Coronel de Engenheiros Manoel José de Oliveira se acha em huma commissão de Marinha para a qual fôra requisitado pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado. Deos guarde a Vm. Paço, em 10 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carlos de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 86, vol. 18.*

AVISO DE 10 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Urgindo a segurança desta Capital que marche sem perda de tempo para coadjuvar o serviço da sua guarnição hum contingente de 500 praças de Caçadores, tirados por hum detalhe proporcional de todos os Corpos de 2.ª linha desta Província, e hum outro de Cavallaria de 100 praças, manda em consequencia a Regencia, em nome do Imperador, que Vm., fazendo logo o respectivo detalhe, expeça immediatamente as mais terminantes ordens a todos os Commandantes dos Corpos de 2.ª linha, responsabilizando-os por qualquer omissão ou demora na execução desta ordem, fazendo-lhes sentir que, na posição em que nos achamos, a Regencia considerará o cumprimento desta ordem como hum serviço relevante e patriótico. Logo que venhão chegando os destacamentos Vm. os fará repartir pelo 1.º e 5.º Batalhão de Caçadores de 1.ª linha.

Por esta occasião manda tambem a Regencia que Vm. expeça ordem para que no Hospital Militar se não dê entrada a pessoa alguma que ali vá visitar os Officiaes que estão doentes; e outrossim que remetta a esta Secretaria de Estado a conta numerica das praças que, na conformidade de Decreto de 22 de Agosto proximo passado, devem ter baixa. Deos guarde a Vm. Paço, em 10 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carlos de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 86, vol. 18.*

AVISO DE 10 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, participar á Junta da Fazenda dos Arsenaes de Exercito, Fabricas e Fundições, para seu conhecimento, que tendo dispensado o Brigadeiro Raymundo José da Cunha Mattos do emprego de Inspector do Arsenal do Exercito, nomeou para o substituir interinamente o Coronel do Estado Maior João Paulo dos Santos Barreto. Paço, em 10 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 86, vol. 18.*

AVISO DE 10 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Nomeando a Regencia, em Nome do Imperador, para Commandante interino da Fortaleza da Praia Vermelha, o Major Sebastião José Rodrigues, actual Commandante das Baterias de S. João, o participo a Vm. para que expeça as ordens necessarias. — Deos Guarde a Vm. Paço, em 10 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carlos de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 87, vol. 18.*

AVISO DE 10 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Havendo a Regencia, em Nome do Imperador, por Decreto desta data, mandado dispensar do Commando das Armas dessa Provincia das Alagoas o Major do Estado Maior do Exercito Miguel Velloso da Silveira Nobrega e Vasconcellos, o communico assim a V. Ex. para seu conhecimento e execução; assim como que a Regencia, em nome do Imperador, ordena seja interinamente encarregado do Commando das Armas o Major Manoel Mendes da Fonseca. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 10 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Manoel Lobo de Miranda Henriques. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 86 vol. 18.*

AVISO DE 10 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Havendo a Regencia, em nome do Imperador, por Decreto desta data, mandado dispensar do Commando das Armas da Provincia do Espirito Santo o Coronel do Estado Maior do Exercito Joaquim Alberto de Souza da Silveira, manda pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, assim communicar ao Vice-Presidente da referida Provincia, para seu conhecimento e execução, ordenando-lhe que chame para occupar semelhante lugar, interinamente, o Official a quem por lei pertencer, ou que o mesmo Vice-Presidente julgar mais interessante ao serviço. Pala-

cio do Rio de Janeiro, em 10 de Outubro de 1831.
— Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 86, vol. 18.*

AVISO DE 10 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo a Camara dos Deputados votado louvores aos Guardas Municipaes, Batalhão de Officiaes Soldados e Juizes de Paz, pelo heroismo e denodo com que, á custa de sacrificios indiziveis dedicados á Patria, a tem salvado, suffocando a anarchia em todos aquelles pontos onde ella tem pretendido abysma-la, tanto nesta Capital, como em algmas outras Provincias do Imperio, desta sorte o participo a V. Ex., de ordem da referida Camara; solicitando ao mesmo passo do Governo Imperial pelo intermedio de V. Ex. a expedição das ordens que fôrem de mister, afim de que o exposto possa chegar ao seu conhecimento. Deos guarde a V. Ex. Paço da Camara dos Deputados, em 10 de Outubro de 1831. — Antonio Pinto Chichorro da Gama. — Sr. Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 86, vol. 18.*

AVISO DE 10 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Os horrorosos attentados commettidos na Capital dessa Provincia, pela soldadesca desenfreada nos malfadados dias 14, 15 e 16 de Setembro findo, de que faz V. Ex. a dolorosa narração no seu Officio n. 65, de 20 do referido mez, magoárão sobremaneira a Regencia, em nome do Imperador, que, tendo a maior solicitude pelo socego, segurança e tranquillidade dos subditos do Imperio, ainda se acha profundamente consternada com a noticia de semelhante calamidade. E conquanto a mesma Regencia esteja mui certa de que o zelo, prudencia e circumspecção de V. Ex. lhe terão suggerido todos os meios de alliviar os penosos incommodos dos habitantes da Provincia confiada aos cuidados de sua administração, manda todavia communicar-lhe que, sendo indignos de continuarem a ser considerados no numero do Exercito, a quem a Nação sustenta para defesa interna e externa do Imperio, Corpos compostos de individuos immoraes e mais semelhantes a feras que a homens, faça V. Ex. logo dissolver todos os Corpos de linha que entrãrão na revolta e ahí existem ainda para opprobrio dos Militares, procedendo-se contra os criminosos com todo o rigor da Lei, e chamando V. Ex. as Milicias para o serviço da Guarnição. E porque tão escandalosa e criminosa revolta militar não pôde deixar de cobrir de descredito o Official a quem se achava confiado o Commando em Chefe da Força Armada, determina a Regencia, em nome do Imperador, que, ficando dispensado do commando das Armas dessa Provincia o Brigadeiro Francisco de Paula Vasconcellos, que comtudo se

demorará ahí até nova ordem do Governo, chame V. Ex. para o Commando interino das Armas o Coronel de 2ª linha Francisco Jacintho Pereira, que tanto se distinguira nos arriscados serviços á prol da segurança publica nos desgraçados dias de Setembro. Por esta occasião manda, além disto, a Regencia prevenir a V. Ex. que, para evitar-se a repetição de actos taes por occasião da chegada ahí do Batalhão de Caçadores n. 17 de 1ª linha, antiga numeração, não o deixe V. Ex. desembarcar sem primeiramente ter dado baixa a todas as praças comprehendidas nas disposições do Decreto de 22 de Agosto do corrente anno, e organizar as restantes praças, se disso fôrem julgadas dignas, na conformidade do Decreto e Plano de 4 de Maio. Communicando assim a V. Ex. as ordens da Regencia, que me parecem mui conducentes a restituir o socego á essa Provincia, espero que V. Ex. me participe sem demora tudo o mais que julgar conveniente e depender da autorisação do Governo. Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 10 de Outubro de 1831 — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 89, vol. 18.*

PROVISÃO DE 10 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de Santa Catharina que a Regencia, em nome do Imperador, tendo consideração á Consulta do Concelho da Fazenda, de 9 de Março deste anno, a que mandou proceder sobre os Officios da mesma Junta, numeros 11, 12 e 60, de 21 da Janeiro, 5 de Fevereiro, e 23 de Novembro do anno proximo passado, houve por bem determinar, por sua immediata Resolução de 4 do corrente mez, quanto aos dous primeiros Officios, que a renda dos cinco réis imposta na carne verde de vacca, e a da sisa e meia sisa, devem entrar no numero das que se hão de arrecadar na Mesa respectiva, mandada crear pela Lei do Orçamento de 15 de Dezembro do dito anno passado, no artigo 24, pelo que toca á Cidade do Desterro e Freguezias adjacentes, que a Junta entenda poder abranger a fiscalisação immediata dos Officiaes da mesma Mesa; arrematando-se porém, no caso de assim convir, sómente os ramos dessas collectas pertencentes ás tres Villas da mesma Provincia, S. Francisco do Norte, Laguna ao Sul, e Lages no interior, não excedendo os contractos o termo do anno financeiro subsequente, como está determinado: e quanto ao terceiro Officio numero 60, que se aceite a encampação do Contracto do Dizimo do Pescado da Cidade do Desterro, requerido pelo ex-Contractador Candido Antonio Fernandes da Cunha, por isso que foi desapprovada em Resolução de Consulta do referido Concelho, a condição quarta, com que fôra arrematado o mesmo Contracto; approvando-se portanto o procedimento da dita Junta de o pôr novamente em praça sem a citada

condição, visto a natureza da renda. O que tudo se lhe participa para sua intelligencia e cumprimento. Justino José de Araujo a fez no Rio de Janeiro, em 10 de Outubro de 1831. Marianno Pinto Lobato, Contador Geral da segunda Repartição, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 109, vol. 18.*

PROVISÃO DE 10 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de Minas Geraes que a Regencia, em nome do Imperador, em vista das razões expendidas pelo Concelho da Fazenda em Consulta de 20 de Abril deste anno, com que não se conformou acerca do Officio da mesma Junta, n. 27, de 21 de Abril do anno passado: houve por bem, por sua immediata Resolução de 4 do corrente mez, mandar declarar á mesma Junta que não procede a sua duvida posta ao cumprimento da Resolução do Governo da dita Provincia, participada em Officio do seu Presidente, da mesma data de 21 de Abril, relativamente á indevida percepção de emolumentos arrecadados pelo Escrivão do Almoxarifado, e outros; tanto porque emolumentos não podem cobrar-se sem lei, como por serem expressamente prohibidos no caso de que se trata: e que por consequencia lhe seja muito estranhado o seu procedimento, como se lhe estranha, por contrario á justa reparação dos abusos que se propoz remediar o dito Concelho, em beneficio das partes, e mesmo ao zeloso desempenho das suas attribuições. O que se participa á mesma Junta para sua intelligencia, e em conformidade fazer cumprir a dita Resolução do Concelho, como se lhe ordena. José de Brito Gomes a fez no Rio de Janeiro, em 10 de Outubro de 1831. Marianno Pinto Lobato, Contador Geral da segunda Repartição, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 115, vol. 18.*

DECRETO DE 11 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, tem sancionado, e manda que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral, sobre outra do Conselho Geral da Provincia do Ceará.

Art. unico. Fica creada na Povoação de S. Cosme e Damião da Serra do Pereira huma Freguezia, extremado ao Norte na Fazenda denominada Tapera, do Riacho do Figueiredo, ao Sul no ultimo sitio da Serra do Camará, a Este ao pé da Serra do Frade e Jardim, e a Oeste na Fazenda Carapuca.

Diogo Antonio Feijó, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Outubro de 1831, 10^a da In-

dependencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Diogo Antonio Feijó.

AVISO DE 11 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, manda declarar a V. S., em resposta ao seu officio de 26 do mez antecedente, que, não sendo ninguém obrigado a fazer impossiveis, deverá V. S., depois de certificado da pobreza dos réos, mandar pôr huma nota declaratoria dessa circumstancia nos seus processos, para conhecer-se que estão isentos da taxa do sello, e proseguir no seu andamento, para que não parem por semelhante motivo. Deos guarde a V. S. Paço, em 11 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 155 do Liv. respectivo da Casa da Supplicação.*

AVISO DE 11 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao Aviso de 5 do corrente, dirigido por V. Ex., se me offerece communicar-lhe que a Villa de Campos tem por Juiz de Fóra o Bacharel Diocleciano Augusto Cesar do Amaral, que, tendo entrado no exercicio deste lugar em 13 de Março do anno passado, não tem completado ainda o seu triennio para se lhe nomear successor, e mesmo porque, tendo-se-lhe concedido dous mezes de licença para pod-r vir a esta Córte, logo que estes findem, deverá regressar ao seu exercicio, e que, por Decreto de 12 de Abril passado foi ultimamente nomeado Agostinho de Souza Loureiro para Ouvidor da Comarca do Espirito Santo, o qual, estando ainda em Santa Catharina, logo que aqui se recolha, farei expedir ordens para ir quanto antes exercer o mencionado lugar. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 11 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Lino Coutinho. — *Acha-se á fl. 108 v. Liv. 11 da Córte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 11 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça se faz publico que devendo quanto antes organizar-se o Corpo de Guardas Municipaes voluntarias a pé e a cavallo, para manter a tranquillidade publica nesta Capital, todos os Cidadãos Brasileiros que tiverem de dezoito a quarenta annos de idade, boa conducta attestada pelo seu respectivo Juiz de Paz, constituição physica proporcional aos serviços das mesmas Guardas, e que se quizerem nellas alistar, poderão dirigir-se á casa da residencia do Tenente-Coronel Theobaldo Sanxes Brandão, encarregado do res-

pectivo alistamento, assegurando-se a todos que serão não só bem pagos, como tratados com aquelle melindre de que se faz digna uma corporação escolhida para a defesa da propriedade e vidas dos seus concidadãos. — Rio de Janeiro, em 11 de Outubro de 1831. — João Carneiro de Campos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 87, vol. 18.*

PROVISÃO DE 11 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em Nome do Imperador, manda remetter a V. S., com o incluso Officio do Juiz de Paz da Parochia de Santa Rita, o Auto de Corpo de delicto que o acompanhou, e a que se procedêra sobre o cadaver da cidadão Guarda Municipal Estevão de Almeida Chaves, que fôra morto na occasião do ataque da Ilha das Cobras, no dia 7 do corrente, em consequencia da revolta dos individuos do Corpo de Artilharia da Marinha, assim de que V. S. proceda igualmente em tal caso como fôr de lei; ficando na intelligencia de que se tem nomeado huma commissão para investigar da conducta de semelhantes individuos, assim antes como depois daquelle dia, cujo resultado servirá de materia ao Conselho de Guerra, em que os mesmos tem de ser julgados. Deos guarde a V. S. Paço, em 11 de Outubro de 1831. — José Manoel de Almeida. — Sr. José Maria Monteiro de Barros. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 88, vol. 18.*

AVISO DE 11 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Vm. expedirá as ordens necessarias para que a Não Imperador do Brasil seja quanto antes amarrada no largo que assignalei ao Patrão Mór, e guardada pela Fragata *Constituição* e Corveta *Bertioga*, que deverão fundear em lugar para isso proprio: Vm. fará outrosim montar um rodizio na Barca de Vapor, empregando-a com as Escunas Canhoneiras que já estão de guarda ás Presigangas, no mesmo serviço; e desviando ainda mais as ditas Presigangas do lugar immediato aos Navios do Commercio e da proximidade da terra. Deos guarde a Vm. Paço, em 11 de Outubro de 1831. — José Manoel de Almeida. — Sr. Francisco Rodrigues de Lima Pinto. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 88, vol. 18.*

AVISO DE 11 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Vm. fará publicar na Ordem do Dia que a Regencia, em nome do Imperador, a cujo conhecimento chegou a briosa conducta que tiveram, por occasião da revolta dos individuos do Corpo de Artilharia da Marinha, na Ilha das Cobras, assim os Commandantes, Officiaes e Guardas dos navios armados e desarmados, surtos neste Porto, como os diversos Officiaes Ge-

neraes e Officiaes da Armada (cujos nomes deverão ser igualmente publicados); os quaes, achando-se desembarcados, concorrerão na noite do dia 6 ao Arsenal da Marinha, onde permanecerão até depois do ataque que teve lugar no dia seguinte, contra aquelles revoltosos, e se prestarão indistinctamente ás Commissões de que forão então incumbidos, e que satisfactoriamente preencherão, manda louvar tão decidida prova de seu patriotismo e adhesão ao systema que felizmente nos rege; devendo eu accrescentar a este merecido elogio os meus agradecimentos a cada hum dos mencionados Officiaes, e em particular a Vm., aos Capitães de Mar e Guerra, encarregados da Intendencia e da Inspeção do Arsenal da Marinha, seus Ajudantes e mais Officiaes empregados destas Repartições, pela incansavel diligencia com que se prestarão ao desempenho dos deveres de seus cargos em tão melindrosa e arriscada crise. Deos Guarde a Vm. Paço, em 11 de Outubro de 1831. — José Manoel de Almeida. — Sr. Frederico Mariath, Capitão de Fragata, Adjuncto d'Ordens Encarregado do Expediente do Quartel General da Marinha. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 88, vol. 18.*

AVISO DE 11 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo no meu despacho de hontem communicado a V. Ex. as ordens da Regencia, em resposta a alguns artigos do seu Officio n. 65, occorre-me ora significar a V. Ex. que o armamento requisitado nos seus Officios de 27 de Agosto e 3 de Setembro findo, fica-se apromptando para ser-lhe immediatamente remettido; e que a requisição de mais huma embarcação de guerra para estacionar nessa Provincia de Pernambuco será satisfeita com a ida de hum Brigue que está a largar para ahi. Pelo que pertence ao destino dos individuos do Exercito presos em consequencia dos desastrosos acontecimentos dos desgraçados dias de Setembro, julgo mui acertado o proposito de conservar a bordo aquelles contra quem não haja provas sufficientes para a pronuncia e punição legal, e que sejam mandados para a Ilha de Fernando, donde em breve os Africanos serão transportados para algum ponto da Costa d'Africa pela embarcação que para isso se prompta.

Por esta occasião occorre-me mais lembrar a V. Ex. que, quando tenha lugar o arranjo do Batalhão 17, que ahi deve chegar em breve, mande V. Ex. formar das suas praças, dignas de continuar no serviço, quatro Companhias, que, com os destacamentos existentes na Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará, devem considerar-se Batalhão n. 12, segundo o Plano de nova organização; não esquecendo organizar uma Companhia de Artilharia dos destacamentos que se achão nas Alagoas, Rio Grande do Norte, Parahyba e Ceará, a quem se deve dar por Officiaes os que merecerem a escolha de V. Ex. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em

11 de Outubro de 1851. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Joaquim José Pinheiro de Vosconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 89, vol. 18.*

AVISO DE 11 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Em cumprimento do Decreto de 22 de Agosto deste anno, sobre Resolução da Assembléa Geral Legislativa, determina a Regencia, em Nome do Imperador, que V. Ex. passe immediatamente a dar baixa a todas as Praças voluntarias de quatro annos, e recrutados de seis, nos Corpos das tres armas do Exercito; e que outrosim continue a dar as mesmas baixas aquelles individuos que successivamente fôrem completando o seu tempo, e que ainda restarem nos Corpos mencionados; o que participo a V. Ex. para seu pontual e exacto cumprimento. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Manoel Theodoro de Araujo Azambuja. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 89, vol. 18.*

AVISO DE 11 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, que a Junta da Fazenda dos Arsenaes do Exercito, Fabricas e Fundições, faça apromptar e remetter para a Provincia de Pernambuco, afim de serem entregues ao Presidente della, mil espingardas com baionetas de adarme dezesete, mil clavinotes de Cavallaria, mil espadagões e mil pistolas. Paço, em 11 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. *Acha-se no Diario Fluminense n. 89, vol. 18.*

AVISO DE 11 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Constando que V. S. não fizera entrega dos Africanos que ultimamente se tem aqui pretendido introduzir por contrabando, ao Juiz respectivo, como se ordenára por Aviso de 5 do mez antecedente, e que os concedera antes aos proprios contrabandistas debaixo de fiança, e a pretexto de serem reenviados para a Costa d'Africa, ordena a Regencia, em nome do Imperador, que V. S. remetta a esta Secretaria de Estado uma relação contendo o numero dos indicados Africanos que tenham sido entregues bebaixo da fiança referida, e os nomes dos fiadores, ficando V. S. na intelligencia de que a nenhum proprietario de embarcação que se proponha a reconduzi-los se deverá dar despacho, sem que primeiro por esta Secretaria de Estado se resolva a tal respeito o que parecer conveniente, sendo V. S. responsavel por qualquer contravenção a tal respeito. Deos guarde a V. S.

Paço, em 11 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 91, vol. 18.*

AVISO DE 11 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Determinando a Regencia, em nome do Imperador, que, logo que esteja prompta na Bibliotheca Nacional a collecção das Estampas da Flora Fluminense, seja entregue á Junta Directoria dos Estudos da Academia Militar, para servir ao estudo dos que se applicão a este ramo das sciências naturaes, o manda pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra assim participar á referida Junta, para que autorise quem vá receber ali aquella collecção, ficando na intelligencia de que concluida a impressão do texto da mesma Flora, se lhe distribuirá um exemplar. Paço, em 11 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 94, vol. 18.*

AVISO DE 11 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Constando que o Tenente-Coronel Vasco Lourenço, que, pela Junta do Commercio, recebe huma gratificação, por estar encarregado das Barcas do soccorro, continúa a perceber pela Thesouraria Geral das Tropas a de empregado naquella Fortaleza, determina a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. suspenda a que por ali vence; e que d'ora em diante, para obter semelhantes abusos, não abone Vm. gratificação de empregos militares sem que os Officiaes que a vencem apresentem attestado ou rubrica das autoridades sob as quaes servem. Deos guarde a Vm. Paço, em 11 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Ignacio Viegas Tourinho Rangel. *Acha-se no Diario Fluminense n. 98, vol. 18.*

PROVISÃO DE 11 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faça saber á Junta da Fazenda da Provincia de Pernambuco que, por immediata Resolução de 4 do corrente, tomada em consulta do Concelho da Fazenda de 22 de Abril antecedente, relativa ao Officio dessa Junta n. 67, de 29 de Outubro do anno passado, concernente á remessa dos Protestos dos Consules Estrangeiros residentes nessa Praça, contra a execução da nova Pauta de Alfandega: houve por bem a Regencia, em nome do Imperador, resolver que nada ha a providenciar neste negocio, e que a Junta deve cumprir as ordens que lhe forão transmittidas, respeito á Tarifa das Ayaliações das mercadorias, sem se embarçar com Protestos, que são permittidos a cada hum fazer quantos quizer; porque inda-

sem meras cautelas contra perda de direito, que a ninguém se pôde tolher. O que se lhe participa para sua intelligencia. Pedro José da Camara, a fez no Rio de Janeiro, em 11 de Outubro de 1831. — Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 147, vol. 18.*

DECRETO DE 12 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral, sobre outra do Concelho Geral da Provincia de Sergipe d'El-Rei.

Art. 1.º Fica creada Freguezia na Povoação do Rosario de Nossa Senhora do Cattete.

Art. 2.º A dita Freguezia será dividida das vizinhas pela maneira que se segue: Barra de Japarutuba com Seriri pelo Rio Seriri acima até os Brejos da Bananeira; dahi sahirá pela estrada direita para o Engenho Porteiros, deste seguirá para o Engenho Tira Vergonha, dahi sahirá pela estrada real para o Maroim até onde entra a estrada que vai para o Engenho Maroim de cima a entrar o Riacho Macaco; por este abaiço até a embocadura do Rio Ganhamoraba, por este acima até o Engenho Siebra, deste para o Engenho Maria Telles, pela divisão da Divina Pastora do mesmo Engenho de Maria Telles para o sitio Baracho, dividirá o Rio Seriri, deste sahirá pela estrada que vai para Jurema até encontrar a estrada real da Capella, deste seguirá pela estrada do Capimassú Varzea Grande S. José para o sitio Rancho até encontrar na Estrada Real de Japarutuba, que divide com a Freguezia vizinha.

Diogo Antonio Feijó, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 12 de Outubro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — Diogo Antonio Feijó.

AVISO DE 12 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — Representando o Carcereiro da Cadea desta Cidade que desde o dia 7 do corrente os galés empregados no serviço do Arsenal da Marinha tem deixado de conduzir o caldeirão com a comida que a Santa Casa da Misericordia fornece diariamente aos presos, dirijo-me a V. Ex. a fim de expedir as ordens que fôrem convenientes para que este serviço continue regularmente como d'antes, até pela difficuldade que se encontra em achar-se pretos de ganho para esse fim. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 12 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Manuel de Almeida. — *Acha-se a fl. 109 do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

DECRETO DE 12 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, querendo exprimir os votos e os sentimentos da generosa Nação Brasileira, perpetuando a memoria do cidadão que ha pouco fez o sacrificio de sua vida a bem da causa publica, decreta:

A Camara Municipal desta muito leal e heroica Cidade do Rio de Janeiro fará inscrever no livro destinado a transmittir á posteridade os grandes acontecimentos, o nome do cidadão Estevão de Almeida Chaves, declarando ser o primeiro Guarda Municipal que no dia 7 de Outubro do corrente anno deu a vida em defesa da Lei, da Patria e da Liberdade, atacando os rebeldes na Fortaleza da Ilha das Cobras. Diogo Antonio Feijó, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em 12 de Outubro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 95, vol. 18.*

Sabbado 8 do corrente, pelas 6 horas da tarde, foi sepultado na Igreja da Ordem 5.ª de S. Francisco de Paula o cadaver do bravo cidadão Guarda Municipal da Parochia da Candelaria Estevão de Almeida Chaves, que morrera de hum bala no dia antecedente, assaltando com os seus briosos camaradas a Fortaleza da Ilha das Cobras. Este moço, que sacrificara os seus dias á honra do Brazil e á defesa dos seus concidadãos, he mais hum victima que os detestaveis anarchistas devem contar na lista dos que já perecerão em resultado dos seus barulhos. Acompanhado solemnemente em seu enterro pelas Guardas Municipaes das 5 Freguezias da Cidade; sustentado o attude pelo seu Commandante Geral e Juizes de Paz, entrou no Templo, onde o esperarão os Membros da Regencia, os Ministros de Estado, muitos Funcionarios Publicos Civis e Militares e hum immenso povo, que, por não caber ja na Igreja, estava apinhado no largo, e tornava mui vagarosa a marcha do enterro. Em todos os semblantes se divisava, por entre o dó de se haver perdido hum cidadão benemerito, a indignação geral de quem abomina os principios desses que forão causas da sua morte. A pompa, o extraordinario e respeitoso concurso deste enterro, provão convenientemente que os corações brasileiros e bem formados sympathisão em honrar aquelles que defendem a Patria debellando os anarchistas. O cidadão Chaves morreu; mas o ramo de café de que se adornaria em meio de seus camaradas no fim do ataque, posto agora sobre o seu sepulcro, servirá de o distinguir como o jazigo de hum Benemerito, animando os briosos cidadãos que tão denodadamente correm sempre em defesa

da honra nacional e da bem entendida Liberdade.

*Aos que morrerão, dando-nos exemplo,
A morte he vida e o sepulcro he Templo.*

OFFICIO DE 12 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio de V. Ex., datado de 7 do corrente, em que diz que só a inteira concessão do que lembra o § 35 do art. 179 da Constituição poderia salvar o Estado, cumpre-me participar a V. Ex., para ser presente á Regencia, que a Camara dos Deputados, conformando-se com o parecer de huma de suas Comissões, não convém nas medidas propostas. Deos guarde a V. Ex. Paço da Camara dos Deputados, em 12 de Outubro de 1831. — Antonio Pinto Chichorro da Gama. — Sr. Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 92, vol. 18.*

ORDEN DO DIA DE 12 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Não sendo compativel com a honra que caracteriza os briosos camaradas que voluntariamente se alistarão no Batalhão (mórmente quando a Patria tão altamente reclama seus serviços) a falta que alguns delles tem commettido, deixando de comparecer ao serviço para que por escala tem sido nomeados, estando no numero dos promptos, além de alguns outros que, apenas derão seus nomes, logo enviarão parte de doente, não obstante serem diariamente encontrados em passeio: determino que os Srs. Commandantes de Companhias enviem esta minha ordem áquelles senhores que estejam comprehendidos nestas duas circumstancias, afim de que elles, pesando bem as minhas expressões, e attendendo ao apuro em que se acha o Exercito, venhão ajudar seus honrados e briosos camaradas, sobre quem está somente pesando tão violento quaõ honroso serviço.

Recommendo porém aos Srs. Commandantes de Companhias que se hajão, a respeito da remessa desta minha ordem áquelles Srs. Officiaes, com a necessaria circumspecção, para que nem levemente se offenda o pundonor daquelles que só merecem nossos elogios. — O Coronel João Paulo dos Santos Barreto, 1º Commandante. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 95, vol. 18.*

AVISO DE 12 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, manda nomear a Vm. para Commandar a *Não Principe Real*, que se acha servindo de Presinganga, sob as ordens do Inspector do Arsenal da Marinha interino, a quem se deverá immediatamente apresentar. — Deos Guarde a Vm.

Paço, em 12 de Outubro de 1831. — José Manoel de Almeida. — Sr. Camillo Caetano dos Reis. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 88, vol. 18.*

AVISO DE 12 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, participar ao Juiz do Crime dos Bairros de Santa Rita e Candelaria, para seu devido conhecimento e governo, e em resposta ao seu officio de hontem, que forão expedidas as convenientes ordens para se verificar quanto antes a remoção para a Fortaleza da Lage, não só dos paisanos Manoel Fernandes Vasconcellos e Alexandre de Siqueira Queiroz, mas tambem de outro paisano José Antonio da Costa e Souza, ex-Secretario de Artilharia da Marinha, o qual, na occasião do ataque da Ilha das Cobras, fora encontrado com as armas na mão entre os revoltosos deste Corpo, e a quem o respectivo Commandante attribue em grande parte a sua revolução, segundo participara em seu officio de 8 do corrente. — Paço, em 12 de Outubro de 1831. — José Manoel de Almeida. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 88, vol. 18.*

AVISO DE 12 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo o Coronel Commandante do Corpo de Artilharia da Marinha, em seu officio de 8 do corrente, participado que entre os revoltosos do dito Corpo fôra encontrado com armas na mão, na occasião do ataque que teve lugar contra os mesmos revoltosos na Ilha das Cobras, em o dia 7 do corrente, o ex-Secretario do mesmo Corpo José Antonio da Costa e Souza, ordenei que este individuo fosse removido para a Fortaleza da Lage juntamente com os dous outros paisanos Vasconcellos e Queiroz, que, em conformidade da requisição do Juiz do Crime do Bairro de Santa Rita, se mandarão para ali remover, afim de se haver com elle o procedimento que fôr de Lei. O que tudo participo a V. Ex. para seu devido conhecimento e governo. — Deos guarde a V. Ex. Paço, em 12 de Outubro de 1831. — José Manoel de Almeida. — Sr. Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 88, vol. 18.*

AVISO DE 12 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Constando-me que V. Ex. tem nomeado huma Comissão para rever e reformar os Estatutos do Seminario de S. Joaquim desta Corte, e havendo eu organizado hums Estatutos que forão approvados para o Collegio dos meninos orphãos na Cidade da Bahia, tenho a honra de remetter a V. Ex. huma copi

delles, por me persuadir que talvez V. Ex. haja de encontrar alguma cousa que se possa aproveitar para o dito Seminario de S. Joaquim desta Corte, que he digno de toda a protecção do Governo. Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 12 de Outubro de 1831. — Francisco Carneiro de Campos. — Sr. José Lino Coutinho. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 89, vol. 18.*

AVISO DE 12 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Constando que huma embarcação que conduzia tropa arribára á Bahia tendo morto o Commandante; e podendo acontecer que ella, ou outra com tropa, seja remettida para esta Corte, determina a Regencia, em nome do Imperador, que Vm., sem perda de tempo, expeça ordem aos Commandantes das Fortalezas do Porto para que não consintão que tal embarcação passe para o Poço sem que para isso recebam ordem, fazendo pelo Telegrapho aviso de sua chegada, para se tomarem as medidas de cautela. Deos guarde a Vm. Paço, em 12 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carlos de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 89, vol. 18.*

AVISO DE 12 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Convindo á segurança e tranquillidade publica, e mesmo ao regimen militar, que se deve estritamente observar nas Praças de Guerra, muito principalmente onde se conservão presos réos Militares ou Civis, não consentir-se o ingresso livre nas Fortalezas deste Porto a individuo de qualquer condição, sob pretexto de visitar presos, ordena a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. passe as mais terminantes ordens aos Commandantes das Fortalezas para que, debaixo da sua responsabilidade, não permitão visitas taes senão a algum parente dos presos, de quem não haja a menor suspeita de cabalar contra a segurança publica, ou ás pessoas de serviço. Deos guarde a Vm. Paço, em 12 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carlos de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 89, vol. 18.*

AVISO DE 12 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem que V. S. faça publicar pelo *Diario do Governo* o Aviso da copia inclusa, pelo qual a Camara dos Srs. Deputados communicou ao Governo os louvores votados pela mesma Camara aos Guardas Municipaes, Batalhão de Officiaes Soldados e Juizes de Paz, pelo heroismo e dedicação com que, á custa de grandes sacrificios, em suffocado a anarchia, afim de poder chegar

ao conhecimento dos sobreditos, e eternisar-se por este meio o reconhecimento da Patria a tão relevantes serviços. Deos guarde a V. S. Paço, em 12 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Januario da Cunha Barbosa. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 91, vol. 18.*

AVISO DE 12 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Do Aviso e Traducção inclusa ficará Vm. inteirado do insulto que se diz feito pelo Escaler da Fortaleza de Villegaignon contra hum pequeno bote da Escuna de S. M. Britannica *Adelaide*, tanto mais aggravante por isso que repetido; e determina a Regencia, em nome do Imperador, que, mandando Vm. ouvir a tal respeito o Commandante daquella Fortaleza, encarregando-o de huma miuda e escrupulosa investigação sobre tão desagradavel acontecimento, passe a informar-me de todo o occorrido; restituindo-me o Aviso e Traducção, para integridade da correspondencia desta Secretaria de Estado, e tudo isto com urgencia. Deos guarde a Vm. Paço, em 12 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carlos de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 98, vol. 18.*

PROVISÃO DE 12 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia da Parahyba, que com esta se lhe envia a primeira via de protesto da letra que vai junta de librs. 1,458 sacada nessa Provincia em 16 de Março ultimo por M. J. Martins Ribeiro, sobre Diogo Brum e C.^a, de Londres, e por essa Junta endossada a favor de Bazett Clovin Crawford e C.^a, Fletcher Alexandre e C.^a, Thomaz Wilson e C.^a, Contractadores de hum dos empréstimos brasileiros; e bem assim a carta de Aviso dos mesmos Contractadores dirigida á dita Junta acerca das despesas de protestos, perfazendo tudo a somma de librs. 1:478, 8^{rs}, 7^{ds}, para que a mesma Junta cuide de fazer indemnisar a Fazenda Publica do prejuizo que deste saque lhe causou conjuntamente com o recambio, os juros vencidos, conforme a pratica seguida nessa Praça. O que se lhe participa para sua intelligencia e pontual execução. Pedro José da Camara a fez no Rio de Janeiro, em 12 de Outubro de 1831. — Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 147, vol. 18.*

DECRETO DE 13 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II, ha por bem sancionar e man-

dar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Concelho Geral da Provincia de Minas Geraes:

Art. 1.º Ficão creadas Villas na Provincia de Minas Geraes as seguintes Povoações:

1.ª A Povoação de S. Manoel da Pomba, comprehendendo no seu Termo a Freguezia do mesmo nome, e a do Presidio de S. João Baptista.

2.ª A Povoação do Corvello, comprehendendo no seu Termo a Freguezia do mesmo nome.

3.ª A Povoação de Tejuco, comprehendendo no seu Termo a Freguezia do mesmo nome, e a do Rio Preto, e as Povoações do Rio Manso, Curimatahi, Pissarrão, Rabello e Catonio.

4.ª A Povoação do Rio Pardo, comprehendendo no seu Termo a Freguezia do mesmo nome e a de S. Miguel de Jequitinhonha.

5.ª A Povoação de S. Romão, comprehendendo no seu Termo o Julgado do mesmo nome e a do Salgado.

6.ª A Povoação de S. Domingos do Araxá, comprehendendo no seu Termo o Julgado do mesmo nome e do Desemboque.

7.ª A Povoação de Pousó Alegre, comprehendendo no seu Termo as Freguezias de Pousó Alegre, Camanducaia, Ouro Fino e Caldas.

8.ª A Povoação das Lavras do Funil, comprehendendo no seu Termo a Freguezia do mesmo nome e a das Dóres do Pantano, e dividindo com os Termos das Villas de S. José e de S. João d'El-Rei pelo Rio Grande, até a Barra de Capivari, e por este até a Freguezia de Carraucas.

9.ª A Povoação de Formigas na Comarca do Serro do Frio, comprehendendo no seu Termo a Capella do mesmo nome, a do Bom Fim e Contendas, e as Freguezias da Barra do Rio das Velhas e Morrinhos.

Art. 2.º Em cada huma das Villas do artigo antecedente fica creada huma Camara Municipal, com a mesma autoridade e attribuições da do Termo de que fez parte, dous Juizes Ordinarios e hum dos Orphãos, quando ainda os não tenham.

Art. 3.º Os Julgados que fazem parte das Villas creadas continuão a ter as mesmas autoridades que presentemente, ficando unicamente sujeitos á autoridade municipal.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Outubro de 1831, 10.º da Independencia, e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulto Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 13 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Todos os bens patrimoniaes, e outros quaesquer rendimentos pertencentes aos Hospitales da Misericordia de Olinda, de S. Pedro de

Alcantara da Cidade do Recife, de Nossa Senhora do Paraíso dos Lazaros e da Casa dos Expostos, serão reunidos debaixo de huma só administração, ficando confirmada a sua posse.

Art. 2.º Os dous Hospitales que existem na Cidade do Recife, que são o de Nossa Senhora do Paraíso e o de S. Pedro de Alcantara, se fundarão em hum só.

Art. 3.º Este Hospital será collocado no sitio de Coelho, que hoje pertence á Nação, cedendo-o esta para nelle se fazer o Estabelecimento.

Art. 4.º Conservar-se-ha em Olinda o Hospital ali existente, o qual ficará sendo filial do Hospital do Recife. O Hospital dos Lazaros continuará a existir separado.

Art. 5.º A Administração Geral dos Estabelecimentos de Caridade será composta de cinco Membros, e de mais hum Medico e hum Cirurgião do grande Hospital do Recife, e estes dous só terão voto nas materias relativas á sua profissão. Os 5 primeiros Membros da Administração serão pessoas de reconhecida probidade, abastadas de bens, eleitas pelo Presidente da Provincia em Concelho; e o que obtiver maior numero de votos será o Presidente da Administração: dos outros, um servirá de Thesoureiro e outro de Escrivão; o Medico e o Cirurgião não poderão servir estes três cargos.

Art. 6.º A Administração geral, logo que for nomeada, entrará em exercicio, e durará só dous annos, findos os quaes se procederá á eleição de nova Administração.

Art. 7.º A Administração geral fará publicar em todos os trimestres, pela imprensa, a respectiva conta da receita e despesa, e o mappa dos enfermos que tiverem entrado nas diferentes casas, dos que houverem fallecido, dos curados, e dos que ficão existindo; e logo que o Concelho Geral se reunir, lhe serão remetidas as contas para a sua approvação.

Art. 8.º A Administração não poderá vender e alienar, por qualquer forma, os bens urbanos do patrimonio das Casas de Caridade; poderá porém permutar por outro predio urbano, conhecida a vantagem pela Administração e Concelho Geral.

Art. 9.º A Administração Geral será responsavel pelo prejuizo que causar, proveniente de extravios, fraudes e omissões, sendo legalmente provados.

Art. 10.º O Concelho Geral da Provincia fará o regulamento para a administração dos bens e governo economico de cada huma das Casas, o qual ficará tendo execução provisória, enquanto não for approved pela Assembléa.

Art. 11.º Conservar-se-hão os encargos das Instituições a que tiverem direito alguns particulares.

Art. 12.º A Administração Geral poderá augmentar o patrimonio do estabelecimento de Caridade com os bens que lhe forem legados, e entrar na posse daquelles a que tiverem vocação.

Art. 13.º Os serviços feitos pelos Administradores não profissionais serão considerados como serviços feitos á Nação.

Art. 14.º Ficão extinctas todas as Administrações ora existentes das 5 Casas de Caridade, mencionadas nesta Lei, e revogadas todas as Leis, Ordens e disposições em contrario.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Outubro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 13 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Concelho Geral da Provincia de S. Paulo:

Art. 1.º Ficão creadas Cadeiras de Primeiras Letras em a Comarca de S. Paulo nas Freguezias da Cutia, Cassapaba, S. Bento, Queluz e Colonia Allemã de S. Amaro; na Comarca de Itú em as Freguezias de Pirapora, Capivari e Caconde; na Comarca de Coritiba em a Villa de Castro, e nas Freguezias de S. José dos Pinhães, Palmeiras, Ponta Grossa e Xiririca, e na Colonia Allemã da entrada da Matta.

Art. 2.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Outubro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 13 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Concelho Geral da Provincia da Parahyba do Norte:

Art. unico. Haverá Cadeiras de Primeiras Letras pelo methodo do Ensino Mutuo nesta Provincia, nas Villas Real de S. João e de S. Miguel da Bahia da Traição; e nas Povoações de S. Rita, da Cruz do Espirito Santo, da Matriz da Serra do Coité, de Itabaiana, do Ingá, de Cabaceiras, da Matriz dos Patos, da Alagôa Nova, de Gorabira, de Gurinhem, da Alagôa Grande do Pão, e da Serra da Raiz, todas providas na fórma das Leis existentes.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Outubro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 13 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e man-

dar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. unico. He nulla a Resolução do Concelho Geral da Provincia de Sergipe d'El-Rei, de 3 de Fevereiro de 1831, que revogou a Postura da Camara Municipal de Itabaiana, sobre a prohibição de solta de gados nas terras de lavoura, depois de haver confirmado a mesma Postura.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Outubro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Lino Coutinho.

AVISO DE 13 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo sido necessario encarregar a Canhonheira, empregada sob as ordens da Repartição de V. Ex., no registo das embarcações vindas dos portos onde se tem manifestado a cholera-morbus, de impedir que os navios que aqui aportarem, conduzindo tropa, passem da enseada da Jurujuba e tenham communicação com a terra; previno disso mesmo a V. Ex. para seu devido conhecimento. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 13 de Outubro de 1831. — José Manoel de Almeida. — Sr. José Lino Coutinho. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 91, vol. 18.*

AVISO DE 13 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Pela relação e documentos annexos conhecerá a Commissão de que Vm. he Presidente as circumstancias dos Officiaes indicados na outra relação, que acompanhou o seu officio de 29 do mez findo; cumprindo portanto, para se ultimarem as justificações daquelles dos mencionados Officiaes que estiverem no caso de as deverem prestar, que a mesma Commissão os convoque pelas folhas, afim de apresentarem (os que se acharem nesta Côte) os competentes documentos, no espaço de 3 mezes, contados da data deste, entendendo-se, quando a isso se não prestem, que tem renunciado inteiramente ás suas justificações, devendo consequentemente ser demittidos de seus postos na fórma da Lei. O que participo a Vm. para sua intelligencia e execução. Deos guarde a Vm. Paço, em 13 de Outubro de 1831. — José Manoel de Almeida. — Sr. Francisco Rodrigues de Lima Pinto. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 91, vol. 18.*

AVISO DE 13 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Convindo saber-se quem forão os individuos existentes a bordo da Náo *Pedro I* que commetterão os insultos e arremecarão pedras

contra a Escolta Municipal, que ali fôra conduzir presos, que havião tido alta do Hospital, conforme consta das participações que Vm. me dirigira em data de hontem, a fim de serem castigados como convier, cumpre que Vm., havendo as convenientes informações a tal respeito, as transmitta immediatamente a esta Secretaria de Estado. Deos guarde a Vm. Paço, em 13 de Outubro de 1831. — José Manoel de Almeida. — Sr. Francisco Rodrigues de Lima Pinto. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 91, vol. 18.*

AVISO DE 13 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Vm. se fará amanhã á vela deste porto para a Provincia do Espirito Santo, a cuja Presidencia entregará o officio incluso, devendo ali ficar estacionado ás ordens da mesma até ulterior deliberação. Deos guarde a Vm. Paço, em 13 de Outubro de 1831. — José Manoel de Almeida. — Sr. Commandante da Escuna Jacupe. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 91, vol. 18.*

AVISO DE 13 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. abone a cada praça effectiva de pret dos destacamentos de 2.^a linha, que estão na Corte fazendo o serviço da guarnição, sendo de Caçadores 50 rs. diários, e de Cavallaria 60 rs. para fundo de fardamento, sendo este pagamento feito na occasião do pret. Deos guarde a Vm. Paço, em 13 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Ignacio Viegas Tourinho Rangel. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 92, vol. 18.*

AVISO DE 13 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Participando o antecessor de V. Ex., em officio n. 52, ter admittido ao serviço de 1.^a linha dessa Provincia, e mandado abonar soldo das patentes que outrora tiveram no Exercito, a Gabriel Fernandes de Carvalho, Estanislão Rodrigues Chaves, Francisco José de Souza, João Corrêa Feio, Joaquim Philippe de Oliveira Casado, e Antonio Alves de Paiva, juntando ao dito officio documentos concernentes aos mesmos individuos; e como pelos referidos documentos se não possa formar juizo acerca das circumstancias que possam autorisar o procedimento do dito seu antecessor; manda portanto a Regencia, em nome do Imperador, remetter a V. Ex. os mencionados documentos, a fim de que, combinando reflectidamente se taes individuos estão comprehendidos na disposição do Decreto de 9 de Abril, e no movissimo de 13 de Setembro deste anno, e do qual remetto a V. Ex. o exemplar junto, in-

forme, depois dos mais escrupulosos exames, se com effecto estão no caso de continuarem a servir, e no caso contrario, faça logo suspender o pagamento dos soldos que lhes forão abonados, dando de tudo conta detalhada. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Manoel Maria Carneiro da Cunha. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 92, vol. 18.*

AVISO DE 13 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. S. todas as vezes que perante a Casa da Supplicação se mandar fazer effectiva a responsabilidade de qualquer Empregado Publico, haja de dar parte do resultado das diligencias a que se procederem, para se tomarem as providencias que as circumstancias exigirem, e que participe já quaes sejam os processados até o presente, e o resultado das denuncias e accusações que se tiverem procedido. Deos guarde a V. S. Paço, em 13 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araújo. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 93, vol. 18.*

AVISO DE 13 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Não sendo compativel o exercicio do officio de Curador dos Orphãos com o do lugar de Juiz de Paz, manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, prevenir a Camara Municipal desta Cidade que João José Vahia, que exerce aquelle officio, não pôde ser mais contemplado como Juiz de Paz Supplente da Freguezia de S. José, para que fôra eleito, por não ter elle desistido, como convinha, da serventia do indicado officio logo que soube da sua eleição; e que neste sentido a mesma Camara faça declarar por Edital para conhecimento do Publico. Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 94, vol. 18.*

AVISO DE 13 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Sendo presente a Regencia o officio da Sociedade Promotora da Instrução Elemental do Rio de Janeiro, na data de 25 do mez passado, acompanhando o Relatorio e planos de medidas que a respectiva Commissão da mesma Sociedade julga conveniente sejam tomadas para a reforma do Seminario de S. Joaquim desta Cidade: a mesma Regencia, agradecendo, em nome do Imperador, a tão illustrada Corporação esta prova não equívoca da sua actividade pelo progresso da Instrução primaria da mocidade, a que tem dedicado as suas fadigas, manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio,

participar-lhe que terá toda a satisfação em se aproveitar das suas luzes, para conseguir-se a reforma daquelle Estabelecimento. Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Outubro de 1831. — José Lino Coutinho. — *Acha-se no Diário Fluminense* n. 99, vol. 18.

RESOLUÇÃO DE 14 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

Senhor. — Por Portaria da Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, de 28 de Abril do corrente anno, mandou V. M. I. remetter a este Concelho, para consultar, o requerimento do thecorseguinte: Senhor. — Diz José Fernandes da Costa Pereira, da Villa de S. Salvador dos Campos, por seu bastante Procurador nesta Côte, que, tendo em Julho do anno passado, perante a Junta da Fazenda da Cidade da Victoria, lançado na renda nacional da sisa e meia sisa dos escravos ladinos do districto de Campos a quantia de 25,400,000 rs. pelo triennio que principia no 1º de Janeiro deste anno e finda em 31 de Dezembro de 1833, 200,000 rs. mais que a arrematação passada, e lançou maior que houve, e que a Junta aceitou, não querendo todavia arremata-la definitivamente sem terminante ordem de V. M. I., por isso se procedeu á convenção entre o supplicante e a Junta de ir o lance offerecido ao conhecimento de V. M. I., afim de o confirmar ou rejeitar, cujo negocio V. M. I. ainda se não dignou resolver. E como chega á noticia do supplicante que por meio de requerimento se offerece maior quantia pela mencionada renda do que aquella offerecida pelo supplicante em hasta publica e perante a Junta respectiva, onde o supplicante compareceu com o sacrificio e despesas de huma longitude de 60 leguas, o supplicante, Imperial Senhor, em razão de já se achar habilitado e comprometido e seus fiadores com a Fazenda Nacional por bem do lance offerecido, e dos termos que assignou, implora de V. M. I. a graça de ser ouvido na pessoa de seu Procurador bastante nesta Cidade do Rio de Janeiro, a respeito de todo e qualquer offerecimento e decisão Imperial que possa haver sobre tal objecto. — Pede a V. M. I. se digne assim deferir-lhe. — E. R. M. — Rio, 31 de Janeiro de 1831. — Como Procurador bastante, Manoel Domingues da Silva Maia.

Mandou o Concelho informar o Escriptão da Fazenda, que satisfizes pela forma seguinte: — Senhor. — Por informação ao requerimento de José Fernandes da Costa Pereira, que ajunto com a respectiva Portaria de remissão, levo á presença de V. M. I. a minuta da Consulta por onde consta o que consultou o Concelho a respeito da approvação dos contractos da Provincia do Espirito Santo, entre os quaes se include o de que trata o supplicante. Rio, em 5 de Maio de 1831. — O Escriptão da Fazenda, Manoel do Nascimento Monteiro.

Sendo ouvido o Procurador da Fazenda, respondem: — Estando já determinada toda e qual-

quer questão relativa aos contractos da Provincia do Espirito Santo no triennio de 1831 a 1833, por parte do Concelho, na sua consulta que, dada de 16 de Março deste anno, já deve ter subido á presença de S. M. I., parece que nada ha a consultar de novo a respeito dos mesmos contractos enquanto S. M. I. não houver por bem resolver a dita Consulta, pois que só terá lugar hum outro arbitrio, se o offerecido pelo Concelho não merecer a Imperial approvação. Rio, 14 de Maio de 1831. — Maia.

O que tudo visto, parece ao Concelho levar todo o expendido á presença de V. M. I. com a copia da Consulta sobre o objecto de que se trata, que subio com data de 25 de Março do corrente anno (*), afim de que V. M. I. resolva o que houver por bem. Rio, em o 1º de Julho de 1834, 10º anno da Independência e do Imperio. — José Fortunato de Brito Abreu Souza e Menezes. — João Prestes de Mello. — José Caetano de Andrade Pinto. — Foi voto o Conselheiro João Sabino de Mello Bulhões Lacerda Castello Branco.

Resolução. — Como parece. Paço, 14 de Ou-

(*) Senhor. — Por Portaria da Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, de 23 de Fevereiro do corrente anno, mandou V. M. I. remetter a este Concelho, para consultar, o officio n. 46 da Junta da Fazenda da Provincia do Espirito Santo, relativo á approvação que pede de diversas rendas ali arrematadas, e acerca do estado em que se achão outras cobráveis por administração, tudo pelo triennio de 1831 a 1833. Sobre este officio, informações e mais papeis respectivos que com esta sobem, foi ouvido pelo Concelho o Procurador da Fazenda, que disse: — Acho conveniente ter presente os termos das arrematações de que se trata, para com melhor razão se deliberar. Rio, aos 12 de Março de 1831. — Nabuco.

O que tudo sendo visto, parece ao Concelho que, segundo a nova norma dada á arrematação dos impostos por anno financeiro, se não podem approvar os contractos comprehensivos em seu triennio do anno de 1832 a 1833, e que por esta razão somente, quando outra não houvera, cumpria negar a approvação dos arrematados na Provincia do Espirito Santo. Parece mais que cumpre incumbir, como está determinado pela lei do orçamento, a arrecadação de todas as rendas de que se trata, a mesa das diversas rendas que se deve crear na Cidade da Victoria, Capital da dita Provincia; incumbindo as collectas que se deve dar das Villas de S. Salvador e S. João da Barra e seus districtos a um Collector particular, que, com seu Escriptão sujeitos ao Administrador da Mesa da Capital, arrecadem em escripturação particular as collectas respectivas de que deve dar conta todos os annos ao referido Administrador a que ficão sujeitos; que todas as collectas de pequenos ramos de rendimentos das Villas e lugares da provincia em que seria prejudicial estabelecer Recebedores pagos por conta da Fazenda, se incumbão pelo dito Administrador da Mesa da Capital a quem as queira arrecadar, fazendo certo em cada anno a quantia em que se ajustar e que deve entregar ao dito Administrador, ficando-lhe pela commissão do trabalho da arrecadação o que além dessa quantia arrecadar, por ser esse expediente o unico que ha de aproveitar ás rendas em todo o territorio da Provincia, que, posto sejam de pouca monta cada um, se não deve desprezar, porque ao todo valem alguma cousa, e porque em materia de Tributo todos devem contribuir, e não se contribue quando falta quem arrecade, e não ha Recebedor, quando o premio da arrecadação absorve quasi o da collecta. Rio de Janeiro, em 23 de Março de 1831. — Leonardo Pinheiro de Vasconcellos. — João Sabino de Mello Bulhões Lacerda Castello Branco. — João Prestes de Mello. — Forão votos os Conselheiros José Caetano de Andrade Pinto e Manoel José de Souza França.

tubro de 1831. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se o original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

DECRETO DE 14 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. unico. O Governo fica autorizado a continuar por mais hum anno o pagamento de todas as pensões, tenças e mais mercês pecuniarias que se percebão em virtude da Resolução de 21 de Julho de 1828, exceptuadas aquellas que já tem sido desapprovadas ou as que o fôrem antes do referido prazo.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Outubro de 1831, 10^a da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Bernardo Pereira de Vasconcellos.

DECRETO DE 14 DE OUTUBRO.

Coll. Mineira.

A Regencia, em nome do Imperador, tendo ouvido o Conselho de Estado, ha por bem prorogar a Assembléa Geral Legislativa até o fim do corrente mez. José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 14 de Outubro de 1831, 10^a da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 14 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Não he necessario o termo, nem são devidos os Emolumentos que, a titulo do mesmo, se cobrão no Registo da Parahyba, ou em outros quaesquer Registos de portos secos.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 14 de Outubro de 1831, 10^a da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Bernardo Pereira de Vasconcellos.

DECRETO DE 14 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte resolução da Assembléa Geral:

Fica approvada a pensão concedida ao Tenente-Coronel Francisco Xavier de Barros Galvão, de 500⁰⁰ rs. mensaes, por Decreto de 17 de Dezembro de 1827; assim como as aposentaderias concedidas pelo Governo a Gonçalo Garcia Fernandes Vieira, por Decreto de 19 de Agosto de 1829, com o ordenado de 1500⁰⁰ reis; a Manoel Machado Coelho, Feitor da Extracção Diamantina do Tejuco, por Decreto de 14 de Novembro de 1825, com o ordenado que lhe compete; e ao Padre João Rufo da Costa, Professor de Grammatica Latina da Cidade da Fortaleza, por Decreto de 15 de Novembro de 1830, com o ordenado de 300⁰⁰ rs. annuaes.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 14 de Outubro de 1831, 10^a da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Bernardo Pereira de Vasconcellos.

AVISO DE 14 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — Cumpre-me dizer a V. Ex., em resposta ao Aviso que dirigio em 7 do corrente, acompanhado de um memorial dos testamenteiros do fallecido Francisco Conchand, subdito da Confederação Suissa, que, declarando os supplicantes estar em litigio o objecto daquelle memorial, e nem ao menos fazendo certo o Juizo por que corre, não pôde o Governo ter ingerencia alguma no seu julgamento, principalmente quando ainda não ha queixa contra elle; por cujo motivo reenvio a V. Ex. o sobre-dito memorial. Deos guarde a V. Ex. Pago, em 14 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Francisco Carneiro de Campos. — *Acha-se á fl. 111 do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

PORTARIA DE 14 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, declarar á Camara Municipal desta Cidade que os Juizes de Paz vão concertar a casa destinada na Cadêa para a guarda della, na certeza de que a mesma Camara conviria por melhorar-se o predio, a não admittir demora o mão estado em que se acha. Palacio do Rio de Janeiro, em 14 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se á fl. 110 v. do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

Communicou-se a José Paulo de Figueirôa Nabuco.

AVISO DE 15 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. S., para que seja impressa na Typographia Nacional, a Lei inclusa sobre a creação nesta Cidade e Provincia, de hum Corpo de

Guardas Municipaes voluntarios a cavallo, ficando V. S. na intelligencia de que não só desta, como de todas as Leis e Decretos que, por esta Repartição, forem remettidos para a impressão, deve enviar o n. de 2,000 exemplares, e não 1560, como até agora se tem praticado. Deos guarde a V. S. Paço, em 15 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz da Cunha Barbosa. — *Acha-se a fl. 112 v. do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 15 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

Tendo representado Bernardo José Borges que não fora por desobediencia a S. M. que deixara de rondar, mas por achar-se alistado na Candelaria, donde he freguez, o que comprova com documentos; queixando-se da maneira pouco attenciosa com que fora tratado, quando se lhe determinou que fosse rondar; e querendo a Regencia, em nome do Imperador, que as Autoridades sejam respeitadas, mas sem offensa do cidadão innocente, o que se consegue pela pontual execução da Lei sem mistura de arbitrariedade, assim o manda participar a Vm., para sua intelligencia e execução. Deos guarde a Vm. Paço, em 15 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz da Freguezia do Engenho Velho. — *Acha-se a fl. 112 v. do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 15 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

Tendo participado o Commandante das Armas da Corte não se ter ainda abonado aos presos sentenciados existentes na Fortaleza de Santa Cruz o sustento e vestuario que hão vencido, manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, que a Camara Municipal desta Cidade dê prompta execução ao que a tal respeito, se lhe ordenou por Portaria de 12 do mez passado; certa de que deve accusar immediatamente a recepção das Portarias, que lhe foram dirigidas pela referida Secretaria de Estado, para se poder saber donde provem a grande demora que se observa no cumprimento das ordens do Governo, com manifesto prejuizo do serviço publico. Palacio do Rio de Janeiro, em 15 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se a fl. 112 v. do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 15 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Exigindo V. Ex. esclarecimentos para poder responder á Representação do Conselho Supremo Militar de Justiça, sobre o transito na Chancellaria da Carta de Seguro, que obteve José Antonio da Silva Villela, apressame a dizer a V. Ex. que, tendo sido abusivas

as cartas de seguro nos crimes a que está imposta pena maior do que seis mezes de prisão, e não reconhecendo a Constituição para outros casos senão a fiança nos termos da Lei, não pôde ter lugar o transito do seguro concedido ao supplicante, e inclusa achará V. Ex. a dita Representação, como exigiu no Aviso de antehontem, que acompanhem. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 15 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 98, vol. 18.*

AVISO DE 15 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, tomando em consideração o que lhe representara, pela Repartição da Justiça, o Presidente da Camara Municipal da Villa de Paraty, a respeito dos meios de sua segurança: determina que Vm. expeda logo ordem ao Commandante Militar da Ilha Grande e Paraty, para que o Commandante interino do 1º Batalhão de Caçadores de 2ª linha mande recolher á casa do chadrez da respectiva Municipalidade o excedente do armamento do Batalhão que se acha nos Quartéis dos Commandantes de Companhias, e do mesmo modo o cartuxame embalado existente no Forte Defensor, destacando para a sala immediata á do chadrez hum Official ou Inferior de confiança, em cuja mão estará a chave do deposito, e donde se fornecerá espingardas aos Soldados de Artilharia ali destacados, para, em qualquer emergencia, poderem cooperar na manutenção do socego publico da Villa. Deos guarde a Vm. Paço, em 15 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carlos de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 98, vol. 18.*

AVISO DE 15 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Levando ao conhecimento da Regencia a Representação do Padre Antonio Ferreira Vicoso, encarregado da economia e reedificação do Seminario de Orphãos de Jacuecanga, na Villa da Ilha Grande, em que expõe as difficuldades e incommodos resultantes da ordenada mudança do dito Seminario para o Convento dos Religiosos Franciscanos, emquanto se não conclue a nova obra que se acha adiantada, a mesma Regencia, apesar de haver ponderado mui seriamente as razões por elle expendidas, manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, declarar-lhe que, sendo evidente o risco de vida em que se achão tantas pessoas no edificio velho do Seminario, e os remorsos e pezares que se seguirião, com o estrago e morte dellas, se succedesse o desastre de virem a ser sepultadas debaixo de suas ruinas, ficão inteiramente desvanecidas as difficuldades por elle apontadas, á vista da providencia da referida mudança, que vai obstar a desgraça de que tanto se receia e que,

tendo-se expedido nesta data ao Thesouro Publico as convenientes ordens para entregar ao negociante Henrique José de Araujo a quantia de 800,000 rs., ha por bem que o mesmo Padre Antonio Ferreira Vicoso, com a sua caridosa actividade e zelo, continue na obra do novo Seminario, empregando não só aquella quantia, mas a de hum legado, do valor de 1:000,000 rs., que consta existir na dita Villa, para tão util destino; ficando igualmente certo de que para o anno futuro continuará o Governo a prestar-se com outros auxilios pecuniarios, esperando tambem que, em attenção á utilidade daquelle pio estabelecimento, se promova pelos habitantes dos respectivos Districtos alguma voluntaria subscrição, de maneira que com taes auxilios, tão dignamente empregados, possa com a maior brevidade possivel concluir-se hum obra de geral e reconhecido interesse. Palacio do Rio de Janeiro, em 15 de Outubro de 1831. — José Lino Coutinho. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 99, vol. 18.*

AVISO DE 15 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Em consequencia da sua representação de 31 de Agosto, relativa ao concerto dos escaleres e necessidade de hum quartel para as tripulações, ordena a Regencia, em nome do Imperador, que V. S. mande proceder ao concerto dos escaleres debaixo da sua fiscalisação, pondo-o a lanço para ser feito em estaleiro particular pelo menor preço; e quanto ao quartel, preciso he que V. S. indique o lugar mais conveniente de o construir, enviando juntamente o plano e orçamento da despesa, afim de se deliberar ulteriormente. Deos guarde a V. S. Paço, em 15 de Outubro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Conselheiro Juiz da Alfandega desta Côte — *Acha-se no Diario Fluminense n. 100, vol. 18.*

AVISO DE 16 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Sendo necessario proceder-se quanto antes ao concelho de guerra, em que devem ser julgados os Officiaes, Officiaes Inferiores e Soldados do Corpo da Artilharia da Marinha, implicados na revolta do mesmo; e não havendo neste os Officiaes necessarios para semelhante effeito, rogo a V. Ex. com urgencia se sirva ordenar que do Exercito se prestem taes Officiaes, que deverão apresentar-se ao Commandante do dito Corpo. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 16 de Outubro de 1831. — José Manoel de Almeida. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 91, vol. 18.*

AVISO DE 16 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Devido ser applicado ao pagamento das despesas do Corpo Diplomatico e Consular o pro-

ducto de ouro e sizalha que se remetteu, envi a Vm. a inclusa relação das pessoas nella empregadas e despachadas, que tem de ser pagas em cada quartel, que terão principio na forma designada na dita relação; cumprindo advirtir-lhe que, além dos ali mencionados, deve tambem ser pago o Encarregado de Negocios no Peru, Duarte da Ponte Ribeiro, desde o 1.º de Abril deste anno, á razão de 2:200,000 rs. de ordenado, e 200,000 rs. para despesas da Secretaria; e bem assim o Secretario da Legação em Paris, Antonio Gomes Ferreira Brandão, e o Consul Geral Francisco de Paula Ferreira de Amorim, comprehendidos na mesma Relação, que deverão ser desde o dia em que mostrarem ter partido desta Côte para os seus destinos. Qualquer duvida que occorra nos pagamentos deverá Vm. decidi-la com o nosso Encarregado de Negocios nessa Côte, bem como sobre os descontos que se devem fazer áquelles que tenham recebido ordenados adiantados. Occorre dizer a Vm. que, logo que effectue a venda dos generos indicados, haja de remetter a conta para se lhe debitar o liquido producto, e á proporção que fór fazendo os pagamentos, dará igualmente conta para seu credito. Deos guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 16 de Outubro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Srs. Samuel Phillips e Comp. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 100, vol. 18.*

AVISO DE 17 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a Vm. o incluso Concelho de Investigação, a que procederà a Commissão para isso especialmente nomeada, acerca da revolta do Corpo da Artilharia da Marinha do seu Commando, manifestada nos dias 6 e 7 do corrente; afim de servir de materia, juntamente com o resultado das diligencias igualmente incumbidas ao Auditor Geral da Marinha, ao Concelho de Guerra, em que devem quanto antes ser julgados os Officiaes, Officiaes Inferiores e Soldados, que a mesma Commissão declara indiciados como os primeiros cooperadores de tão criminoso procedimento, e para o qual se tem deprecado da Repartição da Guerra os Officiaes necessarios, conforme annunciei já a Vm. em Aviso de hontem. O que assim se cumprirá. — Deos guarde a Vm. Paço, em 17 de Outubro de 1831. — José Manoel de Almeida. — Sr. Joaquim Francisco das Chagas Cattete. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 91, vol. 18.*

AVISO DE 17 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Previno a V. S. de que nesta data se tem remittido ao Commandante do Corpo de Artilharia de Marinha o Concelho de Investigação a que se procederà acerca da revolta do mesmo

Corpo, a fim de servir de materia, juntamente com o resultado das diligencias a V. S. incumbidas por Aviso de 11 do corrente, ao Concelho de Guerra, em que devem ser julgados os Officiaes, Officiaes Inferiores e Soldados indicados como primeiros cooperadores de tão criminoso procedimento, e a que se dará principio logo que do Exercito se prestem os Officiaes para elle requisitados. Deos guarde a V. S. Paço, em 17 de Outubro de 1831. — José Manoel de Almeida. — Sr. José Maria Monteiro de Barros. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 91, vol. 18.*

AVISO DE 17 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Transmitto a Vm., para seu devido conhecimento e governo, a Relação inclusa dos Officiaes, Officiaes Inferiores e Soldados do Corpo de Artilharia da Marinha, que do Concelho de Investigação, a que se procedeu sobre a revolta do mesmo Corpo, manifestada nos dias 6 e 7 do corrente, consta acharem-se indiciados, como os primeiros cooperadores de tão criminoso procedimento, e que portanto se tem mandado metter em Concelho de Guerra. Deos guarde a Vm. Paço, em 17 de Outubro de 1831. — José Manoel de Almeida. — Sr. Francisco Bibiano de Castro.

Relação dos Officiaes, Officiaes Inferiores e Soldados do Corpo de Artilharia da Marinha, indiciados no Concelho de Investigação, como primeiros cooperadores da revolta do mesmo Corpo, nos dias 6 e 7 do corrente.

O 1.º Tenente Pedro Alves Cabral, o 2.º Tenente Camillo José Ribeiro, o Capitão Graduado José Custodio, o Sargento Luiz Domingues, dito Francisco José da Conceição, dito Apollinario Alves da Silveira, dito José Alves Caldas Rangel, dito Francisco Raymundo Marques, dito Hyginio da Silva, o Soldado Luiz Gonzaga, o Sargento Agostinho, dito Antonio Manoel dos Santos, dito Alexandrino, dito Titara, dito Nobre Wolf, o Cabo Luiz Alves Teixeira, dito Demetrio de Arruda, o Soldado José Cesario, dito José Isidorio, dito Joaquim José de Santa Anna, dito José Victor, dito João de Freitas.

N. B. Achão-se também contemplados no Concelho de Investigação juntamente com os individuos supra, o ex-Sargento Alexandre de Sequeira Queiroz e o ex-Secretario Souza. Secretaria de Estado, em 17 de Outubro de 1831. — Joaquim Francisco Leal. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 91, vol. 18.*

AVISO DE 17 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Exponho a Camara Municipal da Villa da Ilha Grande, no seu officio de 7 do mez proximo passado, que, tendo adoccido o Juiz de Paz Suplente que se achava em effectivo exercicio du-

rante a suspensão do respectivo Juiz, passou a chamar para servir no seu impedimento ao immediato em votos ao mesmo Suplente; e que como as listas das apurações são duas, assentou a referida Camara que devião substituir os eleitos para Suplentes enquanto não fosse aquelle Juiz de Paz absolutamente impossibilitado; manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, declarar á sobredita Camara que deve ser juramentado, e substituir ao Juiz de Paz, aquelle que tiver obtido maior numero de votos, quer pertença á classe dos Suplentes, ou dos Juizes. Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 116, vol. 18.*

AVISO DE 17 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Sendo necessario proceder quanto antes a Concelho de Guerra, em que devem ser julgados os Officiaes, Officiaes Inferiores e Soldados do Corpo de Artilharia da Marinha implicados na revolta de 6 e 7 do corrente mez, e não havendo naquelle Corpo os Officiaes necessarios para formarem tal Concelho, segundo me participa o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, cumpre que Vm. hoje mesmo nomeie, e hoje mesmo mande apresentar-se no Commando do dito Corpo, os Vogaes que nomear para aquelle fim: o que participo a Vm. para seu immediato cumprimento. Deos guarde a Vm. Paço, em 17 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carlos de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 97, vol. 18.*

AVISO DE 17 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Communicando-me o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, que o 2.º Tenente do Corpo de Artilharia da Marinha Camillo José Ribeiro, que ora se acha recolhido ao Hospital Militar, debaixo de prisão, he hum dos indiciados como cabeça de revolta daquelle Corpo, requisitando em consequencia que se tenha com elle o maior cuidado e vigilancia, para se não evadir, pondo-se-lhe hum sentinella á vista: o que participo a Vm. para que, sem perda de tempo, expeça as necessarias ordens. Deos guarde a Vm. Paço, em 17 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carlos de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 97, vol. 18.*

AVISO DE 17 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Os officios inclusos do Commandante interino das Armas da Corte e do da Fortaleza de Villegaignon são o resultado

das averiguações a que mandei proceder em consequência do Aviso de V. Ex. na data de 10 do corrente mez, a respeito do cruel acontecimento de que se queixa o Encarregado de Negocios de S. M. Britannica, que se diz occorrido em hum pequeno bote da Escuna *Adelaide*, e hum Escalier que largou daquella Fortaleza; e de tudo verá V. Ex. que ali nem ao menos ha noticia de tal facto; podendo bem ser que elle tivesse lugar com o escalier da Alfandega, de que fallão os mesmos officios. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 17 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carneiro de Campos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 98, vol. 18.*

AVISO DE 17 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Determinando a Regencia, em nome do Imperador, que sejam recebidos na Fortaleza da Conceição aquelles dos Guardas Municipaes que para ali forem mandados correccionalmente, por faltas de serviço; o participo assim a Vm. para que expeça ordem necessaria. Deos guarde a Vm. Paço, em 17 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carlos de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 98, vol. 18.*

AVISO DE 17 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Mm. e Exm. Sr. — Respondendo ao Aviso de V. Ex. datado de 12 do corrente mez, tenho de participar a V. Ex. que já se expedirão as convenientes ordens aos Juizes de Paz desta Provincia para que logo que nomêem alguns Militares para Delegado ou Commandante Geral das Guardas Municipaes da sua Freguezia, o communicuem ao Commandante do Corpo a que pertencerem, para este os dispensar do serviço d'elle; o que V. Ex. fará constar aos ditos Commandantes dos Corpos de Milicias declarando-lhes que, enquanto não receberem semelhantes participações dos Juizes de Paz, não devem isenta-los do serviço de 2.^a linha. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 17 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 99, vol. 18.*

AVISO DE 17 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Mm. e Exm. Sr. — Participo a V. Ex., para que se digne expedir as convenientes ordens, que os Commandantes e mais Officiaes da guarnição dos Paquetes são pagos por esta Repartição dos Negocios do Imperio somente de suas maiorias e comedorias; e que o pagamento dos respectivos soldos deve ser feito pela Repartição a cargo de V. Ex., como os Officiaes da Armada

Nacional. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 17 de Outubro de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. José Manoel de Almeida. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 100, vol. 18.*

PROVISÃO DE 17 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber a Junta da Fazenda da Provincia da Parahyba que, pela Resolução de 14 do corrente, tomada em consulta do Concelho da Fazenda de 8 de Julho antecedente, sobre o requerimento de Antonio Dias Monteiro, Victorino Pereira Maia, e outros socios e interessados na arrematação da metade dos Direitos da Alfandega dessa Provincia, em que pedem a entrega do respectivo imposto do sal da terra comprehendido na dita arrematação; e bem assim o seu officio n. 42 de 25 de Setembro do anno passado a semelhante respeito; houve por bem a Regencia, em nome do Imperador, resolver que, não podendo o sal nacional deixar de considerar-se como direito de entrada ou de importação, seja qual for a denominação com que tenha sido ou seja enunciado, e que, havendo sido como tal considerado e comprehendido no calculo que se fez para servir de base à arrematação dos meios direitos da respectiva Alfandega, na conformidade da Lei de 25 de Outubro de 1827, art. 1.^o, não pôde ser excluída da arrematação que fizeram os supplicantes segundo a citada Lei, da metade do rendimento dos Direitos actuaes chamados de entrada, que se arrecadão nessa Alfandega; do que se segue que em notoria justiça se fundon a sua pretensão no requerimento que fizeram á dita Junta para haverem a metade do rendimento dos Direitos de sal nacional, sem embargo da duvida do Juiz da Alfandega, que em taes termos não procede. O que se lhe participa para sua intelligencia e governo. Pedro José da Camara a fez no Rio de Janeiro, em 17 de Outubro de 1831. — Candido Caldeira de Souza, Ajudante do Contador Geral, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 147, vol. 18.*

INSTRUÇÕES DE 18 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

Instruções para o Procurador da Fazenda Nacional proceder sobre os prazos dos pagamentos das ditas nacionais, conforme o artigo 4.^o do Decreto de 18 de Agosto deste anno.

Art. 1.^o O Procurador da Fazenda Nacional, em execução do art. 4.^o do Decreto de 18 de Agosto deste anno, poderá estipular com os detentores da mesma Fazenda para o pagamento os prazos que julgar convenientes; estendendo o ultimo até noventa dias, e espaçando os intermedios da maneira que mais commodo for.

Exceção-se:

§ 1.º Os devedores, em consequencia de contractos, de arrecadação de Rendas Publicas, de compra de Proprios Nacionais, e de despachos de quaesquer generos, fazendas, mercadorias, de que se hajão de pagar direitos nas Alfandegas, Consulado ou outra Estação, a quem, na conformidade das Leis, tenha sido já concedido algum valor de espera pelo pagamento em prestações reduzidas a Letras; porque a estes não poderá conceder maior prazo que o de 60 dias.

§ 2.º Os devedores, em consequencia de alance em que sôem achados, de Thesouraria, Almoxarifado, Commissariado, Administração ou Arrecadação, Cobrança de bens, rendas e dinheiros nacionaes, a quem não poderá dar prazo maior que o de 20 dias; e nem este mesmo quando contra taes devedores tiver lugar o procedimento criminal pelo seu alance.

§ 3.º Os devedores contra quem já houver sentença passada em julgado, pois que a estes nenhum prazo poderá conceder.

Art. 2.º Quando occorrer algum caso em que, por circumstancias extraordinarias e attendiveis, o devedor se faça digno de maior consideração, o Procurador da Fazenda o representará ao Thesouro e Thesourarias Provincias com todas as illustrações necessarias, e interpondo logo o seu parecer.

Rio de Janeiro, em 18 de Outubro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos.

ORDEN DO DIA DE 18 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Devendo-se formar no dia 24 do corrente o Batalhão de Officiaes Soldados Voluntarios da Patria, afim de se passar huma revista geral, convidado a todos os Srs. Officiaes para que compareçam ás 8 horas da manhã daquelle dia no Arsenal do Exercito.

Outrosim convidado aos Srs. Officiaes que se achão com parte de doentes, e que suas enfermidades lhes permittirem comparecer a annunciada revista, igualmente se apresentem.

Espero, portanto do reconhecido zelo e honra de todos os briosos Camaradas de que se compõe o Batalhão, hajão de prestar-se a este acto de absoluta necessidade, para o melhoramento do detalhe do serviço.

Rio de Janeiro, em 18 de Outubro de 1831. — O Coronel João Paulo dos Santos Barreto, 1.º Commandante. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 95, vol. 18.*

AVISO DE 18 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. S. os papeis constantes da relação inclusa de queixas contra diversos Juizes de Paz, afim de fazer effectiva a sua responsabilidade, pois que, tendo V. S. autoridade cumulativa, com os mais Juizes desta Comarca, e não caben-

do aos Juizes de Paz sôro privilegiado, os deve responsabilisar quando as partes os denunciarem, ou o Governo o determinar; recommendando-se lhe muito a brevidade de taes processos; ficando V. S. na intelligencia que o Juiz de Paz da Ilha Grande Joaquim Martins Zimblão se acha suspenso por Decreto de 21 de Julho passado. Deos guarde a V. S. Paço, em 18 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Antonio Augusto Monteiro de Barros. — *Acha-se a fl. 11 v. do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justica.*

Relação dos papeis a que se refere o Aviso da data desta e que vão remittidos ao Ouvidor da Comarca.

Hum requerimento de Sebastião José Peixoto Guimarães e Luiz José de Souza Lisboa contra o Juiz de Paz da Villa da Nova Friburgo. — Já respondido por este.

Hum dito de Christovão Tanny. — Na mesma forma.

Hum Requerimento de José Elyseo da Silveira contra o Juiz de Paz da Ereguezia de Icarahy. — Já respondido por este e informado pelo Ouvidor da Comarca e Corregedor do Crime da Corte e Casa.

Hum dito de Claudio José dos Santos, queixando-se de Francisco Fortes de Bustamante e Sá, Juiz de Paz Supplente da Villa de S. Antonio de Sá.

Hum dito de Joaquim Alves de Souza Malta, contra José Joaquim Martins Zimblão, Juiz de Paz da Ilha Grande. — Já respondido por elle e informado pelo Juiz pela Lei.

Hum officio do Juiz pela Lei datado de 25 de Julho, queixando-se do mesmo Juiz de Paz.

Hum officio da Camara Municipal da Ilha Grande, de 22 de Julho, sobre o mesmo objecto.

Hum requerimento do referido Juiz de Paz pedindo defender-se nesta Corte das accusações contra elle feitas.

Hum dito de João Baptista Reis Motta contra o Juiz de Paz da Villa de Valença.

Secretaria de Estado dos Negocios da Justica, em 18 de Outubro de 1831. — João Carneiro de Campos. — *Acha-se a fl. 110 v. do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justica.*

AVISO DE 18 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Levei á Camara dos Srs. Deputados, de ordem da Regencia, em nome do Imperador, huma Proposta para o fim de ser o Governo autorizado ao pagamento das dividas posteriores ao anno de 1826, á emissão de Bilhetes do Thesouro, e á compra do cobre indispensavel para varias despesas; e não tendo sido até o presente discutida, a Regencia, em nome do Imperador, me ordena que pelo intermedio de V. Ex. pega á Camara dos Srs. Deputados providencias sobre os mencionados objectos.

A materia desta Proposta não pôde deixar de

merecer a attenção da Assembléa Geral, como mereceu a do Governo.

Diariamente se apresentão credores do Governo, e o Thesouro hesita no seu pagamento, porque, á vista da Lei de 15 de Dezembro de 1830, parece que o não deve fazer.

Não he possível, pelos esclarecimentos que ha no Thesouro, calcular-se a importância desta divida; pelo que se tem verificado até o presente he a divida desta Provincia de 400:000 \$ rs.; de igual quantia he a do Rio Grande do Sul; de 171:000 \$ rs. a do Pará: Santa Catharina, S. Paulo, Goyaz, Matto Grosso, Espirito Santo devem, e não tem meios para as suas despesas correntes. Pará, Ceará e Sergipe não estão em melhores circumstancias, segundo consta dos ultimos officios recebidos.

Cumpra neste lugar certificar á Assembléa Geral que o Governo se julgará feliz se os rendimentos das Provincias ao Norte do Rio Doce forem sufficientes para as suas despesas, soccorro ás limitrophes, e para o pagamento dos juros dos empréstimos brasileiros; devendo neste caso ficar a cargo do Thesouro a amortização dos empréstimos brasileiros, o juro e amortização do empréstimo portuguez, os juros e amortização da divida publica interna, despesas do Corpo Diplomático e Consular, e as despesas das Provincias ao sul do Rio Doce, das quaes apenas Minas Geraes e Rio Grande do Sul promettem modicas sobras. Infelizmente as rendas publicas tem soffrido consideravel diminuição, e o Thesouro, não tendo soccorrido ás Provincias como lhe incumbe a Lei, precisa de recursos para muitas e mui consideraveis despesas. Por este motivo não tem feito remessa alguma para pagamento dos empréstimos externos, tem deixado de remetter para S. Paulo, Goyaz, Matto Grosso, Espirito Santo e Santa Catharina, as quantias que tem sido exigidas para encher o deficit daquellas Provincias, e deve algumas consignações á Repartição da Marinha e á do Imperio para os Paquetes.

Pouco ha a esperar do augmento das Rendas Publicas, porque a paralyção da industria he resultado infallivel de huma revolução: o Governo se lisongea com o futuro progresso da riqueza nacional; mas grandes são as precisões actuaes, para cuja satisfação lhe fallecem os meios necessarios. A emissão de bilhetes, que ao tempo da Proposta parecia sufficiente, não produzirá hoje o desejado effeito, porque ha hum deficit real, e os nossos fundos publicos tem cahido de 74 e 75 a 44 e 40. Por este motivo, hum empréstimo contrahido na forma da Lei de 15 de Novembro de 1827 não deixará de ser muito prejudicial.

O agio das notas pelo cobre continúa, posto que o Governo tenha ordenado a multiplicação das de pequenos valores. Despesas ha que se não podem fazer em outra moeda; e os Empregados Publicos reclamão do Thesouro o pagamento em cobre, reduzidos a metade de seus vencimentos pela differença da moeda em que são pagos, e o Thesouro não pôde deferir he-

nignamente tão justas reclamações, havendo suspendido ha tres mezes o cunho da moeda de cobre. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 18 de Outubro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Antonio Pinto Chichorro da Gama. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 97, vol. 18.*

AVISO DE 18 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, manda autorisar a Commissão encarregada do exame de preterições dos Officiaes do Exercito, para poder entregar aos Officiaes reclamadores os requerimentos e documentos que lhes pertencerem, passando elles os competentes recibos: o que participo a Vm. para que, fazendo-o presente na Commissão, assim se execute. Deos guarde a Vm. Paço, em 18 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Manoel José de Oliveira. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 100, vol. 18.*

PORTARIA DE 18 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Tendo a Camara dos Senadores, em officio do seu Secretario, de 14 do corrente mez, participado á Regencia que, acerca da duvida em que se acha o Concelho Geral da Provincia da Bahia, sobre compellir ou não á Camara Municipal conceder as escusas aos Conselheiros Geraes da Provincia, resolvêra que, comquanto a Camara Municipal, conhecendo impedimento nos Conselheiros proprietarios, deve mandar os Diplomas aos Supplentes, e avisar-lhes para tomarem assento, nem por isso está autorisada para escusar aquelles: assim o manda a mesma Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, declarar ao referido Concelho Geral para sua intelligencia. Palacio do Rio de Janeiro, em 18 de Outubro de 1831. — José Lino Coutinho. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 101, vol. 18.*

AVISO DE 18 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a Vm. o exemplar do Decreto de 5 de Outubro corrente, que, esclarecendo o de 18 de Setembro de 1822, determina e fixa o Tope Nacional Brasileiro; assim de que Vm. expeça a necessaria ordem para que a Tropa não use de outro, seguindo á risca a maior uniformidade a tal respeito. Deos guarde a Vm. Paço, em 18 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carlos de Moraes.

Nesta conformidade se escreveu aos Presidentes das Provincias. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 102, vol. 18.*

AVISO DE 18 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Remetto a V. S. a inclusa conta na importancia de 131,550,, 10., 9., L. entregues sem ordem do Governo pelo Visconde de Itabayana, ex-Ministro Plenipotenciario do Brazil em Londres, ao Marquez de Palmella, Embaixador Portuguez naquella Corte, afim de mandar proceder conforme o direito. Deos guarde a V. S. Paço, em 18 de Outubro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Conselheiro Procurador da Fazenda. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 94, vol. 18.*

AVISO DE 18 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, participar á Junta da Fazenda dos Arsenaes do Exercito, Fabricas e Fundições, para seu conhecimento, que, na data desta, se expedio Aviso á Thesouraria Geral das Tropas, afim de que, por aquella Repartição, se suspendão aos Artifices menores os vencimentos respectivos desde o dia 16 deste mez de Outubro em diante: ordenando-se outrossim, em igual data, ao Commandante interino das Armas da Corte que faça desligar os ditos menores da Companhia de Artifices, a que se achão addidos. Paço, em 18 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 99, vol. 18.*

AVISO DE 18 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Tendo-se accumulado nesta Corte quantidade de Officiaes, que, pertencendo ás diferentes Provincias deste Imperio, são aqui sobejos, e podem fazer falta nos Corpos a que estão ligados, determina a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. ordene aos mesmos Officiaes que hajão de apromptar-se para se recolherem ás suas Praças; e outrossim remetta a esta Secretaria de Estado, com a brevidade possivel, uma relação nominal de todos elles, afim de se lhes determinar o transporte respectivo. Deos guarde a Vm. Paço, em 18 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carlos de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 99, vol. 18.*

AVISO DE 18 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, que a Junta da Fazenda dos Arsenaes do Exercito, Frabricas e Fundições, faça numerar as cinco bombas de fogo que existem nos seus depósitos, e as distribua e colloque da maneira seguinte: huma no Quartel dos Barbonos; outra

no do Campo da Honra; na Guarda da Carioca huma; outra nas Cocheiras da Casa Imperial; e finalmente huma será conservada no Arsenal do Exercito: devendo outrossim serem nomeadas as praças da Companhia de Artifices, pertencentes a cada bomba, que, em caso de incendio, sejão obrigados a correr immediatamente aos postos que lhes fôrem designados. Paço, em 18 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 99, vol. 18.*

AVISO DE 18 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Foi presente á Regencia, em nome do Imperador, o officio n. 5 do Commandante das Armas da Provincia de Santa Catharina, pedindo explicações sobre a maneira de proceder á organização do Batalhão de Caçadores n. 7 de 1ª Linha, e do 2º Corpo de Artilharia de Posição de 1ª Linha, que, na conformidade do Decreto e Plano de 4 de Maio do corrente anno, devem pertencer á mesma Provincia; e supposto já em 2 de Agosto do presente anno se communicarão ao Presidente da Provincia as instruções necessarias para mandar elle organizar taes Corpos, e deva portanto o referido Commandante das Armas estar dellas sufficientemente inteirado; manda comtudo a mesma Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, declarar ao sobredito Commandante das Armas que do antigo Batalhão de Caçadores n. 8 de 1ª Linha deverá organizar o novo Batalhão n. 7, conforme o plano de 4 de Maio, e contemplar nelle os Officiaes que se mandarão ir de S. Paulo; e do antigo 4º Corpo de Artilharia deverá compôr, na forma do mesmo Plano, o 2º Corpo de Artilharia de Posição da nova numeração, no qual se incluirão as duas Companhias mandadas formar em Santos, e conservar ali destacadas, bem como os Officiaes do extincto 3º Corpo e mais praças de pret, que, na forma do Plano e ordens expedidas, se fundem no actual 2º Corpo. Palacio do Rio de Janeiro, em 18 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 99, vol. 18.*

AVISO DE 18 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Reclamando, na conformidade do Decreto de 13 de Setembro proximo passado, os Officiaes Militares constantes da Relação inclusa, a confirmação dos postos a que tinhão sido promovidos, e desejando o Governo fazer-lhes prompta e devida justiça, huma vez que as suas circumstancias allegadas coincidão com a disposição do dito Decreto, o que não he facil conhecer-se aqui só á vista dos Documentos apresentados, já porque os recorrentes podem por omissão deixar de apresentar hum fundamento por onde se faça mais evidente sua recla-

inção, e por outro lado pôde o Governo ser induzido a erro, occultando talvez elles motivos que tornem duvidoso o seu direito; em tal collisão, para se não estorvar a immediata execução do mencionado Decreto, e prevenir-se ao mesmo tempo qualquer abuso: manda a Regencia, em nome do Imperador, remetter a V. Ex. os requerimentos e documentos dos ditos Officiaes para que, confrontando reflectidamente as circumstancias delles com a disposição do Decreto, lhes mande, huma vez que nelle estejam comprehendidos, dar logo exercicio e vencimento do posto a que tem direito, dando V. Ex. conta para se lhes expedir os respectivos titulos; no caso porém de que a pretensão de alguns seja destituida de fundamento, e lhes não aproveite o Decreto em questão, V. Ex. os indelira informando sobre os motivos que a isso o leváráo. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 18 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos.

Retação dos Officiaes Militares da Provincia de Pernambuco, a que se refere o Aviso datado de hoje, que pedem confirmação dos postos em que foram providos em differentes epochas.

Aleixo José de Oliveira, Major de 1.^a Linha — Dos postos de Tenente-Coronel e Coronel, a que foi promovido em 3 de Outubro de 1821, pelo Governo temporario da Villa de Goyana, e em 26 de Abril de 1823 por proposta Geral da Junta Provisoria do Governo da mesma Provincia.

Antonio Fernandes de Souza, Tenente do extincto Batalhão de Henriques de 2.^a Linha — Do posto de Major do mesmo Batalhão, a que foi promovido em 3 de Outubro de 1821.

Candido Germano Padilha, Cadete do 4.^o Corpo de Artilharia de 1.^a Linha — Dos Postos de 2.^o Tenente a que foi promovido em 26 de Abril de 1823, e 1.^o Tenente em proposta do Tenente-Coronel José de Barros Falcão.

Francisco José de Menezes Amorim, Major reformado — De Capitão e Major a que foi promovido em 11 de Novembro de 1822, e em 16 de Abril de 1823, ficando nulla a reforma por injusta e arbitraria.

Innocencio da Cunha Goyana, Alferes do 5.^o Batalhão de Milicias — De Capitão de huma das Companhias pagas do Batalhão da Patria, a que foi promovido em 13 de Setembro de 1821.

Manoel Machado da Silva S. Thiago, Alferes do extincto 3.^o Batalhão de Caçadores de 1.^a Linha — Do Posto de Tenente a que foi promovido em 11 de Novembro de 1822, de Capitão em 26 de Abril de 1823, e de Major Graduado em 18 de Novembro de 1823.

Thomé Fernandes Madeira, Coronel Graduado de Artilharia addido ao Estado Maior do Exercito — Do posto de Coronel effectivo a que foi promovido em 26 de Abril de 1823.

Secretaria de Estado, 18 de Outubro de 1831. — José Ignacio da Silva.

Na conformidade do sobredito Aviso se es-

creveu aos Presidentes das Provincias do Maranhão e Sergipe com as Relações seguintes:

Maranhão.

Francisco Joaquim Ferreira de Carvalho, 2.^o Tenente do 1.^o Batalhão do Corpo de Artilharia de Marinha — Do Posto de Tenente do Batalhão n. 23 de 1.^a Linha extincto.

Francisco das Chagas Gambôa, Tenente do Regimento de Infantaria de 2.^a Linha da Cidade — Do Posto de Capitão Graduado com a effectividade.

Sergipe.

Christovão de Abreu Carvalho e Contreiras, Major de 2.^a Linha — Do Posto de Tenente-Coronel do Estado Maior do Exercito.

Manoel de Jesus Freire e Andrade — Do Posto de Tenente do Batalhão n. 26 de 1.^a Linha extincto. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 106, vol. 18.*

AVISO DE 18 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. Ex. o officio incluso n. 57, do Presidente da Provincia de Minas Geraes, sobre a infracção dos §§ 15 e 14 do art. 179 da Constituição, pelo Bispo Eleito des a Diocese, em excluir de serem promovidos a ordens os pretendentes que não forem de casta branca de ambos os lados, como se vê dos documentos apresentados por Manoel de Brito Freire, e que acompanhão o citado officio com outro da Camara Municipal da Villa de Piracatu, donde he natural aquelle pretendente: afim de que V. Ex., ouvindo o mesmo Prelado, mande proceder á sua effectiva responsabilidade. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 18 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 110, vol. 18.*

AVISO DE 19 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — Achando-se o Chanceller da Casa da Supplicação onerado com varias incumbencias desta Secretaria de Estado, muito conviria ao serviço que elle tivesse uma ordenanca: o que communico a V. Ex. para que, sendo possivel nas actuaes circumstancias, faça expedir as ordens necessarias. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 19 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se á fl. 113 v. do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 19 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — Recebendo o Aviso de V. Ex. de 14 do corrente, que acompanhou os officios

dos Commandantes das Armas e Fortaleza de Villegaignon sobre a remessa de presos para aquella Fortaleza pelo Chanceller da Casa da Supplicação, cumpre-me responder a V. Ex. que, estando taes prisões destinadas hoje para toda a sorte de presos pela incapacidade da Cadêa, mui conveniente he que V. Ex. ordene áquelles Commandantes que venhão os que para ellas fôrem mandados pelas Autoridades Judiciarias e que fação observar as suas recommendações a respeito de semelhantes presos, e representando, no caso de encontrarem algum inconveniente, afim de se evitarem demoras e desintelligencias sempre prejudiciaes ao serviço. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 19 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se a fl. 103 v. e 114 do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 19 DE OUTUBRO.

Manuscripto authenticico.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. S. a copia inclusa do Aviso do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, que acompanhou os documentos tambem inclusos, relativos ao Consul, que foi, deste Imperio, na Republica do Estado Oriental do Uruguay, José Joaquim de Alencastro, afim de proceder-se na casa da supplicação, como fôr de lei, acerca de actos illegaes praticados pelo sobredito Consul durante o tempo que exerceu o dito emprego. Deos guarde a V. S. Paço, em 19 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se a fl. 114 v. do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 19 DE OUTUBRO.

Manuscripto authenticico.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. S. os officios inclusos do Inspector do Arsenal da Marinha de 12 e 15 do corrente, acompanhado de outro do Commandante da *Não Pedro I*, que serve de Presinganga, expondo n'hum os insultos praticados por alguns presos principalmente sentenciados, e cujos nomes menciona, contra a escolta das Guardas Municipaes, que conduzia para ali varios presos, que tiveram alta no Hospital, e no outro a fuga de 8 sentenciados, que se achavão no dito Hospital, 4 dos quaes forão apprehendidos, declarando os signaes dos que ainda faltão: e ha por bem que V. S., respeito ao 1º objecto, mande pôr em pratica na referida Presinganga o Regulamento de 4 deste mez. para correção dos presos malfeitores; e quanto ao 2º, que expeça as ordens convenientes para a apprehensão dos referidos réos evadidos. Deos guarde a V. S. Paço, em 19 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se a fl. 172 v. do respectivo Liv. da Casa da Supplicação.*

AVISO DE 19 DE OUTUBRO.

Manuscripto authenticico.

Tendo-se por esta Secretaria de Estado permitido a Cypriano José Barata de Almeida, pelo Aviso de 1 de Julho dirigido ao Chanceller da Relação da Bahia, a renuncia do fôro do seu domicilio para ser julgado na Relação desta Provincia, do crime por que fôra pronunciado na Correção do Crime da Relação daquelle Cidade, do que resultou serem os processos remettillos para esta Corte; notando porém o Governo que semelhante permissão importa hum verdadeira dispensa de Lei, por serem os réos obrigados a responder no lugar do seu domicilio ou da culpa, sendo este preferivel em razão de ser melhor conhecido o perpetrador della, e haverem-se com mais facilidade as provas necessarias para o julgamento, não sendo jámais permitido ao réo escolher arbitrariamente o Juizo, que lhe parece convir, tendo a lei providenciado os inconvenientes dos Juizes suspeitos quando hajão, e não querendo o mesmo Governo que por motivo algum se transtorne a marcha estabelecida nas Leis que regulão o processo, nem que alguém se persuada que elle quer ingerir-se nas attribuições do Poder Judiciario: manda a Regencia, em nome do Imperador, que fique sem effeito o mencionado Aviso, e que a Relação proceda neste negocio como fôr de direito, participando do resultado a este respeito para darem-se as providencias necessarias para a remessa do réo e sua culpa para o Juizo do fôro legitimo. O que participo a V. S. para sua intelligencia e execução. Deos guarde a V. S. Palacio do Rio de Janeiro, em 19 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se a fl. 169 v. do Liv. do registo respectivo da Casa da Supplicação.*

PORTARIA DE 19 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Tendo a Regencia, em nome do Imperador, determinado que se proceda á continuacão da obra do novo Seminario dos Orphãos da Villa da Ilha Grande, que já se acha muito adiantado, ficando della encarregado o Padre Antonio Ferreira Viçoso, e empregando-se em seu auxilio não só a quantia de 800\$ rs., que ora deverão ser entregues do Thesouro Publico ao negociante Henrique José de Araujo, para aquelle destino, mas tambem a quantia de 1:000\$ de réis, de hum legado que consta existir na dita Villa para ter a referida applicação: manda a mesma Regencia, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, que a Camara Municipal da mencionada Villa auxilie a dita obra, quanto lhe fôr possivel, não só tratando da acquisição daquelle legado para ser entregue ao dito Padre Viçoso, mas promovendo pelos habitantes do seu Municipio algumas subscrições voluntarias, as quaes, com os auxilios pecuniarios prestados pelo Governo, possam concorrer

para terminar-se em pouco tempo huma obra de geral e reconhecido interesse. Palacio do Rio de Janeiro, em 19 de Outubro de 1831. — José Lino Coutinho. *Acha-se no Diario Fluminense n. 102, vol. 18.*

AVISO DE 20 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Em resposta aos officios de 17 e 19 do corrente, tenho a dizer-lhe que, em conformidade do que levo já exposto em outro Aviso da data de hoje, deverá V. S. dirigir-se aos Srs. Ministros e Secretarios de Estado da Marinha e Guerra, para tudo quanto fôr necessario para o bom arranjo dos presos que se achão a bordo da *Não Pedro I*, e guarda dos generos que fôrem ali recolhidos para o seu sustento; acautelando todavia que as rações não excedão ao indispensavelmente necessario, mandando V. S., quanto ás correntes que se fazem necessarias para segurança dos que se achão na Fortaleza da Lage, proceder ao orçamento da sua despeza, á compra ou encomenda dellas, para se mandar satisfazer logo que dê disso parte; instando com o Sr. Ministro da Marinha sobre o Libambo que deve conduzir para a Cadêa a comida que fornece a Santa Casa da Misericordia aos presos ali existentes, ficando na intelligencia que ao Thesouro Publico se tem expedido ordem para pôr á disposição de V. S., além da consignação mensal para o sustento dos indicados presos, a quantia de 74\$000. para indemnisação do excesso de despeza causada pelo extravio que houvera nos mantimentos a bordo da sobre-dita *Não*. Deos guarde a V. S. Paço, em 20 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 99, vol. 18.*

AVISO DE 20 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Passo ás mãos de V. Ex. a informação que acabo de receber do Juiz de Paz da Villa Real da Praia Grande, em consequencia da exigencia feita por V. Ex. pelo Aviso de 24 do mez antecedente, e por ella reconhecerá V. Ex. plenamente que as queixas dirigidas contra o mesmo Juiz forão infundadas, e algumas até destituidas de verdade, e que ella, longe de praticar actos illegaes no despacho que dera contra o Soldado, que se diz estabelecido em terreno pertencente á Fortaleza de Caraguatá, comportou-se como lhe marca a Lei em casos taes. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 20 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 99, vol. 18.*

AVISO DE 20 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo o Administrador das Passagens do Rio Parahyba e Parahybuna re-

presentado a necessidade que ha de huma cadêa de ferro, que se faz indispensavel para o serviço do sarilho da Barca das referidas Passagens, e indicando ser sufficiente huma das que lhe fizerão ver no Arsenal da Marinha; vou rogar a V. Ex. haja de providenciar sobre este objecto, mandando pôr á disposição do referido Administrador a mencionada cadêa por elle requisitada. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 20 de Outubro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. José Manoel de Almeida. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 100, vol. 18.*

AVISO DE 20 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Tendo-se expedido na presente data as necessarias ordens á Repartição da Marinha, para a construcção da Barca em que deverá ser montada a machina da escavação de Portos e Ancoradouros, debaixo da inspecção de Vm., cumpro preveni-lo de que ao Sr. Ministro da Marinha se deverá apresentar, fazendo-lhe as requisições que julgar necessarias e conducentes, assim do bom desempenho desta Commissão, de que Vm. fica encarregado, como igualmente a brevidade com que deve concluir-se a construcção da dita Barca, visto que a sua necessidade he da maior urgencia; dando-me Vm. conta de tres em tres dias sobre o progresso da obra. Deos guarde a Vm. Paço, em 20 de Outubro de 1831. Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Daniel Frazen. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 101, vol. 18.*

AVISO DE 20 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Sendo necessario, quanto antes, construir-se huma Barca, em que seja montada a machina de escavação de Portos e Ancoradouros, e tendo esta de ser fabricada no Arsenal da Marinha, debaixo da direcção e fiscalisação do Engenheiro Daniel Frazen, segundo a planta por elle apresentada, vou rogar a V. Ex. haja de expedir as necessarias ordens a este respeito, afim de que com a maior brevidade possivel possa concluir-se a referida Barca, cuja necessidade he da maior urgencia; facilitando-se para isso ao dito Engenheiro todos os meios que elle requisitar e fôrem conducentes ao bom exito da mencionada construcção. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 20 de Outubro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. José Manoel de Almeida. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 101, vol. 18.*

AVISO DE 20 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Havendo-lhe respondido nesta data acerca da cadêa de ferro que exigio para o sarilho da Barca de passagem, occorre accrescentar que, não obstante affirmar Vm. ter posto em activida-

de o referido sarilho, comtudo não se póde negar ter havido alguma negligencia a esse respeito, o que é muito estranhavel, esperando se não dê outra occasião de advertencia. Deos guarde a Vm. Paço, em 20 de Outubro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Administrador das passagens dos Rios Parahyba e Parahybuna. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 102, vol. 18.*

AVISO DE 20 DE OUTUBRO.

Manuscripto authenticico.

Em resposta ao officio de V. S. datado de 17 do corrente, se me offerece dizer-lhe que, tendo pessoalmente fallado aos Srs. Ministros e Secretarios de Estado da Marinha e Guerra, sobre as celhas, caldeirão e mais objectos que V. S. exige a bem dos presos que se achão a bordo da *Não Pedro I*, devêra V. S. dirigir-se aos mesmos, não só para o referido fim, como para quaesquer outros objectos existentes nos respectivos Arsenaes, que promptamente serão expeditas as ordens que fôrem necessarias para verificação das exigencias que fizer. Deos guarde a V. S. Paço, 20 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se d fl. 173 do Liv. respectivo da Casa da Supplicação.*

AVISO DE 20 DE OUTUBRO.

Manuscripto authenticico.

Participo a V. S., para sua intelligencia, que a Regencia, em nome do Imperador, a quem foi presente o officio de V. S. de 17 do corrente, concorda com as providencias dadas por V. S., para a litteral observancia do art. 179 § 9º da Constituição. Deos guarde a V. S. Paço, em 20 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se d fl. 173 v. do Liv. respectivo da Casa da Supplicação.*

AVISO DE 21 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Achando-se empregado effectivamente, tanto na guarnição das Fortalezas deste Porto, cujo segurança agora mais que nunca convém attender, como nos destacamentos fornecidos para as Barcas Canhoneiras, todo o restante da pouca força existente de tropa de 1ª Linha e mais o contingente da 2ª Linha, que, apesar das mais vivas recommendações, não chega á metade do que se mandára vir para o serviço; e não podendo por conseguinte ter disponível tropa alguma para o serviço das Guardas do Hospital Militar, Carioca e Galês, vejo-me na urgente necessidade de chamar a attenção de V. Ex. a este objecto, rogando-lhe queira dar as suas ordens e providencias, afim de que de amanhã em diante, e enquanto não chega mais alguma tropa de 2ª Linha, sejam aquellas Guardas

feitas pelos Guardas Municipaes. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 21 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 95, vol. 18.*

AVISO DE 21 DE OUTUBRO.

Manuscripto authenticico.

Exm. e Revm. Sr. — A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. Ex. o officio incluso da Camara Municipal da Villa de Santa Maria de Maricá, informando o requerimento tambem incluso de Parochianos da Freguezia de N. Sra. de Nazareth de Saquarema, em que se queixavão do seu Parocho, o Padre José Pinto Pinheiro, e bem assim outro requerimento de Domingos Carvalho da Silva sobre o mesmo objecto, e mais papeis que dizem respeito a esta questão, afim de V. Ex. mandar áquelle lugar hum visitador conhecer da conducta do Parocho, e dando parte do resultado de semelhante diligencia. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 21 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Bispo Capellão Mór. — *Acha-se d fl. 116 do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 22 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — A Regencia, a quem foi presente o officio de V. Ex. datado de 2 do corrente, acompanhado das participações que lhe dirigira o Juiz da Alfandega da Villa de Santos, dando parte da apprehensão de 267 pretos Africanos lançados por contrabando nas praias da Bertoga por detraz da Armação das Balças, manda, em nome do Imperador, responder a V. Ex. que, dos referidos pretos, depois de serem todos competentemente julgados na conformidade do Alvará de 26 de Janeiro de 1818 e Tratados existentes, deverão ser empregados na estrada de Santos, ou em qualquer outra obra publica de maior interesse, aquelles que fôrem para isso proprios; e todos os mais arrematados os seus serviços, na conformidade do § 5º do citado Alvará, a pessoas pobres da Cidade e povoações circunvizinhas, que mais necessitarem delles, evitando-se todavia que huma pessoa e mesmo familia arremate mais de hum, afim de poderem ser convenientemente repartidos por muitas pessoas; fazendo V. Ex. recomendar á Autoridade competente e designada no citado Alvará a maior vigilancia e exacção na execução delle, para que os miseraveis Africanos não caião em mãos de pessoas que os maltratam e lhes não dêem a educação devida; ordenando-lhe V. Ex. que, depois de feitas as arrematações, remetta a esta Secretaria de Estado huma relação circumstanciada de todos os pretos e pessoas que os arrematarem, o prego da arrematação, o nome dos fiadores e suas moradias, obrigando os respectivos arrematantes a apresentarem todos os seis mezes os referidos pretos, para serem exa-

minados em sua presença e do respectivo Curador, o bom ou mau tratamento que tiverem tido, cominando-lhe a pena de desobediência e alguma multa convencional.

Quanto á despesa, como he indispensavel occorrer com o necessario sustento a taes individuos para que não pereção de fome, V. Ex. expedirá as ordens necessarias para que ella continue a ser feita por conta da Fazenda Publica; promovendo entretanto que no acto das arrematações se exija alguma quantia adiantada, quanto seja sufficiente para indemnisar a mesma Fazenda Publica; occorrendo por ultimo ponderar a V. Ex. que, costumando-se commetter em negocios da natureza deste muitas fraudes, o Governo confia que tanto por parte de V. Ex. como da Autoridade Judicial respectiva, se adoptarão todas as medidas que fôrem necessarias para as evitar. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio Janeiro, em 22 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 99, vol. 18.*

AVISO DE 22 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

A' vista da representação que Vm. fizera em seu officio de 20 do corrente, acerca dos generos que existem em mau estado, principalmente na 1.^a, 4.^a e 6.^a classe, sobre a ruina que ameaça a casa da arrecadação do panno dos navios; e relativamente á falta de portas nos armazens de madeiras na Ilha das Cobras e de alguém que as guarde; tenho de significar-lhe, quanto ao 1.^o objecto, que cumpre relacionarem-se os generos em questão, indicando-se aquelles que possuão ter ainda algum prestimo e qual o consumo que devão ter os outros; quanto ao 2.^o, que é mister proceder-se a hum a vestoria na mencionada casa e orçar-se a despesa do seu reparo, para, á vista do resultado se providenciar convenientemente; e quanto finalmente ao 3.^o, á Inspeção do Arsenal da Marinha se ordena nesta data haja de mandar fazer as portas que faltão nos ditos armazens e collocar sentinellas, a bem da guarda das madeiras que nelles existem. Deos guarde a Vm. Paço, em 22 de Outubro de 1831. — José Manoel de Almeida. — Sr. Francisco Bibiano de Castro. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 100, vol. 18.*

AVISO DE 22 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Pela informação junta do Conselheiro Juiz da Alfandega desta Córte, conhecerá V. Ex. que não tivera lugar com escalar algum daquella Repartição o acontecimento do dia 4 do corrente, constante da nota que devolve. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 22 de Outubro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Francisco Carneiro de Campos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 102, vol. 18.*

AVISO DE 22 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Determinando a Regencia, em nome do Imperador, que os primeiros Marinheiros que se engajarem para o serviço dos navios da Armada por tempo de 2 annos sejam gratificados com 15,000 rs., e os segundos Marinheiros com 10,000 rs.; assim o participo a Vm. para sua intelligencia e execução. Deos guarde a Vm. Paço, em 22 de Outubro de 1831. — José Manoel de Almeida. — Sr. Francisco Bibiano de Castro. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 102, vol. 18.*

AVISO DE 22 DE OUTUBRO.

Manuscripto authenticico.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. P. o incluso requerimento de Zaccarias José Barreto, escravo desse Mosteiro, na esperanza de serem attendidas as supplicas de um miseravel que não duvida comprar a sua liberdade, pois que, satisfeita a caridade christã, nenhum prejuizo assim resulta ao mesmo Mosteiro por hum a acção tão louvavel. Deos guarde a V. P. Paço, em 22 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. D. Abbade do Mosteiro de S. Bento. — *Acha-se á fl. 117 do Liv. 11 da Córte na Secretaria da Justiça.*

DECRETO DE 22 DE OUTUBRO.

Coll. Braa.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, em consequencia do § 12 do Art. 102 da Constituição e da Lei de dez do corrente mez, decreta:

Art. 1.^o O Estado Maior do Corpo de Guardas Municipaes permanentes nesta Córte constará de 1 Commandante Geral com gradação de Tenente-Coronel, 1 Ajudante, 1 Cirurgião Mór, 1 Cirurgião Ajudante, 1 Secretario Sargento e 1 Quartel Mestre Sargento.

Art. 2.^o Constará o Corpo de 4 Companhias de Infantaria, composta cada hum a de 100 Soldados, 1 Corneta, 6 Cabos, 1 Forriel, 3 Sargentos, 1.^o e 2.^o Commandante com gradação de Capitão e Tenente: de 2 Companhias de Cavallaria composta cada hum a de 75 Soldados, 1 Clarim, 6 Cabos, 1 Forriel, 3 Sargentos, 1.^o e 2.^o Commandante com gradação de Capitão e Tenente.

Art. 3.^o Neste Corpo serão alistados Cidadãos Brasileiros de 18 a 40 annos, de boa conducta, moral e politica; e nelle servirão emquanto quizerem, a não serem demittidos pelo Governo na Córte e pelos Presidentes nas Provincias onde taes Corpos fôrem creados; ou por sentença condemnatoria.

Art. 4.^o O Estado Maior e Commandantes de Companhias serão nomeados pelos Presidentes em Conselho nas Provincias e na Córte pelo Governo, e demittidos quando tenham perdido

a confiança dos que os nomearão. Os Officiaes Inferiores serão promovidos e tornados á classe de Soldados pelo Commandante Geral sob informação dos 2 Commandantes de Companhia.

Art. 5.º O Corneia, Clarim e Soldado vencerá mensalmente 18\$000 rs., o Cabo 19\$000 rs., o Forriell 20\$000 rs., o Sargento 21\$000 rs., o 2.º Commandante e o Ajudante 60\$000 rs., o 1.º Commandante 70\$000 rs., o Secretario e Quartel Mestre, 25\$000 rs., o Cirurgião Mór 40\$000 rs., o Cirurgião Ajudante 30\$000, o Commandante Geral 120\$000 rs. Nenhum acumulará vencimento, nem terá pret, etape, fardamento ou gratificação alguma. O Commandante Geral, Ajudante e mais Commandantes de Companhias terão mensalmente 20\$000 rs. de forragem para 2 Cavaladuras.

Art. 6.º Os Presidentes em Conselho, depois de designarem o numero indispensavel de Guardas Municipaes a pé e a cavallo, de que deve constar o Corpo, proporão ao Governo o vencimento que julgarem conveniente a cada praça para ser approvado ou alterado. Entretanto, organizado o Corpo, se abonará ás Praças o vencimento proposto até definitiva resolução do Governo.

Art. 7.º A falta de cumprimento exacto nos deveres será punida com reprehensão particular ou em frente da Companhia; e sendo habitual, com demissão.

Art. 8.º A desobediencia será punida com 1 a 5 mezes de prisão, conservando-se solitario 8 dias em cada mez. Na reincidencia, além destas penas, será demittido.

Art. 9.º A injuria feita a superiores será punida com 3 a 9 mezes de prisão, estando solitario 8 dias em cada mez.

Art. 10. A ameaça aos superiores será punida com 1 a 3 annos de prisão com trabalho.

Art. 11. A offensa physica aos superiores será punida com o dobro das penas do artigo antecedente.

Art. 12. O que concorrer ou mesmo tolerar para que se não conserve na fôrma determinada aquillo que he confiado á sua guarda e segurança, além de ser punido com pena igual aquella em que incorreu o que tal acto praticou, e se fôr preso, á em que este estava incurso, será demittido.

Art. 13. O que desertar ou deixar o serviço por mais de 5 dias, além das penas em que incorrer pela omissão, será preso por 1 a 3 mezes e demittido.

Art. 14. O que se servir do seu emprego para commetter crimes ou tolera-los, além de demittido, será preso por 3 a 9 mezes.

Art. 15. O que se servir das armas para fazer ou ajudar algum ajuntamento illicito será preso por 1 a 3 annos com trabalho.

Art. 16. Todas as vezes que a pena exceder a 6 mezes de prisão, será demittido.

Art. 17. As penas acima declaradas não isenção das declaradas no Código Criminal, que serão impostas pela Autoridade civil competente.

Art. 18. O réo indiciado dos crimes menciona-

dos será logo preso, formando-se-lhe culpa no prazo marcado por lei.

Art. 19. O Commandante do Corpo e o Commandante de companhia é competente por si só para reprehender particularmente.

Art. 20. Nos mais casos, se o crime fôr de Estado Maior ou dos Commandantes, convocar-se-hão, por ordem do Governo, 6 Officiaes de Capitão para cima das Guardas Nacionaes, presididos pelo Commandante do Corpo, se não fôr este o réo, porque então serão presididos por 1 Commandante de Batalhão das Guardas Nacionaes e ahí ouvidas as testemunhas sobre a parte circumstanciada que deve dar a Autoridade que mandou prender o réo ou o accusou, será este pronunciado ou não.

Se o crime fôr de Official Inferior ou soldado, a convocação será feita pelo Chefe, e os Officiaes serão tirados d'entre os Commandantes das companhias.

Art. 21. Feita a pronuncia será offerecido o libello accusatorio pelo Promotor, que será 1 Official mais apto para esse fim, nomeado pelo presidente do Conselho, seguindo-se em tudo o mais o processo do Jury; podendo o réo recusar 4 Officiaes e o Promotor 2, os quaes serão substituidos por outros nomeados pelo mesmo Presidente, contanto que não sejam amigos intimos, inimigos declarados ou parentes até o segundo grão do réo ou Promotor. Na falta de Commandantes de companhias serão chamados Capitães das Guardas Nacionaes.

Art. 22. Condemnado ou absolvido o réo, tem as partes recurso a outro Conselho, quando a pena exceder a 3 mezes de prisão.

Art. 23. Este Conselho será o mesmo Jury do lugar: mas este não poderá diminuir a pena para menos de 3 mezes, excepto por unanimidade de votos.

Art. 24. Este recurso deve ser intentado sómente dentro dos 10 dias depois de intimada a 1.ª sentença e perante o Presidente do Conselho, que immediatamente fará remessa da culpa ao Juiz de Direito para decidir-se no 1.º Jury, no qual as partes poderão allegar o que lhe fôr a bem, e até reproduzir novas testemunhas se o mesmo Jury julgar necessario.

Art. 25. O Official offendido não pôde presidir ao Conselho. O Presidente deste não tem voto. Em caso de empate he o réo absolvido.

Diogo Antonio Feijó, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Outubro de 1831, 10.ª da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Diogo Antonio Feijó.

AVISO DE 22 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr.—O sentimento de commissão que produz o excessivo numero de réos militares retidos nas diversas prisões e muitos ha longo tempo, por falta de julgamento dos seus processos, por não bastar só o Auditor das Tro-

pas para o expediente de tantos processos accumulados e que diariamente se augmentão, me leva a interessar a humanidade e justiça de V. Ex. a favor daquelles presos, rogando-lhe queira nomear dous Magistrados para coadjuvarem o Auditor das Tropas no julgamento dos processos, sendo huma tal Commissão temporaria. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 22 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 103, vol. 18.*

AVISO DE 24 DE OUTUBRO.

Manuscripto authenticó.

Em resposta ao officio que V. S. me dirigio em data de 22 do corrente requerendo varios objectos para arranjo de presos da Justiça a bordo da *Não Pedro I*, tenho de significar-lhes que pela Repartição da Marinha não é possível satisfazer-se áquella requisição ou qualquer outra de semelhante natureza, porque, tendo ella uma consignação privativa para as suas despesas, e não recebendo pontualmente as prestações mensaes que lhe correspondem, não ha sobras para empregar aos sobrecellentes de que precisa, e menos para adiantar quantia ou genero algum para qualquer outra Repartição; podendo portanto V. S. haver aquelles objectos do mercado por conta da Repartição da Justiça, tendo em vista as razões expostas; e demais, que a Marinha não he obrigada nem deve fazer despesas que lhe não competem. Deos guarde a V. S. Paço, em 24 de Outubro de 1831. — José Manoel de Almeida. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 183 v. e 184 do respectivo Liv. da Casa da Supplicação.*

AVISO DE 24 DE OUTUBRO.

Manuscripto authenticó.

Exm. e Revm. Sr. — Tendo o Vigario Geral deste Bispado representado á Camara Municipal da Villa de Rezende testemunhas que jurem sobre a queixa da mesma Camara contra as prevaricações do respectivo Parocho, o Padre Tito Pereira de Carvalho, manda a Regencia, em nome do Imperador, declarar a V. Ex. que he mais conveniente, para conhecimento da verdade, que um visitador vá ao lugar da residência do dito Parocho indagar dos factos de que he arguido, attendendo-se assim á distancia e á dificuldade de virem as testemunhas á Corte. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 24 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Bispo Capellão Mór. — *Acha-se á fl. 118 do Liv. 11 da Corte na Secretaria da Justiça.*

FALLA DE 24 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Relação dos Officiaes Soldados voluntarios da Patria.

Senhores: a honra, que constitue a base do vosso nobre character, nunca se manifestou de

huma maneira tão pronunciada como no infamto dia 7 deste mez. O portentoso espectaculo que destes á Patria apparecendo com formidaveis armas que derrocáram os brutos instrumentos de huma vergonhosa ocllocracia, vos tem grangeado os votos dos Illustres Representantes da Nação, os louvores do Governo e as benções dos vossos concidadãos.

Apparecer e vencer forão actos quasi simultaneos: vencer e perdoar he a indole do Cidadão Brasileiro.

Não ha, Senhores, expressão condigna de vosso nobre procedimento, nem menos de vós aguardava a Patria. Cohortes mercenarias, ou militares, que se não decorassem com o honroso titulo de Cidadãos Soldados, de outra sorte se haverião para com barbaros Africanos, que a passada mesquinha Policia havia introduzido nas fileiras dos bravos defensores da Patria.

Perseverança no sacrificio que haveis encetado he hum dever que imperiosamente de vós reclama a Patria; reflectida obediencia á lei e ás Autoridades, que, em virtude della, exercem os poderes nacionaes, he o mais seguro meio de consolidar-sea desejada garantia da propriedade, da vida e das publicas liberdades. Arripiar tão nobre carreira seria, além de vergonhoso, hum indelevel característico de desaffeição á Patria.

Proseguí, Senhores, em tão nobre quão singular exemplo do mais sublime patriotismo, ao mesmo passo que já saboreais os fructos que vos provém dos bem merecidos louvores que vos tem votado a Augusta Assembléa Legislativa, o Governo e os vossos compatriotas.

Viva a heroica Nação Brasileira!

Vivão os Poderes Constitucionaes!

O coronel João Paulo dos Santos Barreto, 1.^o Commandante.

Rio de Janeiro, em 24 de Outubro de 1831. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 98, vol. 18.*

AVISO DE 24 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — A Regencia, a quem apresentei o officio de V. Ex. de 26 do mez passado, acompanhado da certidão da pronuncia feita no Processo do ex-Presidente da Provincia do Maranhão, Manoel da Costa Pinto, expondo o embaraço em que se acha acerca do cumprimento do art. 24 da lei da criação do Supremo Tribunal de Justiça: manda, em nome do Imperador, communicar a V. Ex., em resposta ao dito officio, que deve ser cumprido aquelle artigo, por não poder entrar em duvida o comprehender-se nos deveres de V. Ex. o promover a expedição e desempenho das attribuições do sobredito Tribunal; pois que não he admissivel exceptuar-se a obrigação de fazer cumprir o disposto do citado artigo, quando a pronuncia tenha de verificar-se a respeito de hum Militar, como no caso presente; porque, ainda que a prisão deste se não deva effectuar contra as disposições de Direito, por immediatas ordens ou mandados de autoridades civis,

fôra de flagrante, e não seja por isso exequível o disposto nos arts. 1.º e 2.º do Decreto de 1.º de Agosto do anno passado, que não revogou as leis relativas aos Militares e á boa intelligencia que deve haver entre as autoridades, ha' com-tudo o meio estabelecido pelas leis, como a de 21 de Outubro de 1763, e constantemente praticado, de se exigir por officio civil das competentes Autoridades Militares a prisão daquelle Militar, que deve ser processado no fôro civil e nelle defender-se. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 24 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Albano Fragoso. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 100, vol. 18.*

AVISO DE 24 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Tendo representado o Juiz de Paz da Freguezia de Irajá, que hum dos Escrivães da Correição do Crime da Côrte não quizera inquirir duas testemunhas, que elle enviara, para depõem contra Florencio Martins, preso por ladrão, depois de as haver demorado nesta Cidade dous dias: manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. S., procedendo sobre este objecto ás convenientes indagações, dê as providencias que fôrem necessarias para que taes procedimentos se não repitão para o futuro. — Deos guarde a V. S. Paço, em 24 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 102, vol. 18.*

AVISO DE 24 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Em resposta ao officio que Vm. me dirigio com data de 6 do corrente, sob n. 27, tenho de significar-lhe que ao Intendente da Marinha fica expedida a conveniente ordem, para informalo ou dar-lhe a competente clareza da entrega do escravo da nação, Francisco 2.º, que Vm. diz remettera para esta Côrte, que em lugar do dito escravo não he possivel enviar-lhe outro para o serviço da Barca, por não haver presentemente algum disponivel; e que finalmente o Patacho *Independencia Feliz*, em conformidade do que nesta data se ordena á Inspeção do Arsenal da Marinha, deverá seguir daqui em direitura a Piúma, para receber ali os liames de camará que Vm. encommendara para Benevente. Deos guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 24 de Outubro de 1831. — José Manoel da Almeida. Sr. Jacintho Alves Branco Moniz Barreto. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 103, vol. 18.*

AVISO DE 24 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação. — Mostrando a experiencia os grandes embarços que resultão ao serviço, de

se não poder applicar as sobras que haja em alguns dos artigos da despesa designados na Lei de 15 de Dezembro do anno passado, no que toca á Repartição da Marinha, em o pagamento de qualquer acrescimo de despesa que as circumstancias exijão fazer-se em outros artigos; e convido portanto providenciario de prompto sobre semelhante objecto, em que aliás se não dá prejuizo da Fazenda Publica, me ordenou a Regencia, em nome do Imperador, viesse, como venho, a apresentar nesta Augusta Camara a seguinte proposta: — Que o Governo possa applicar as sobras que houver em alguns das artigos de despesas, designados pela Lei de 15 de Dezembro de 1830, para a Repartição da Marinha em o pagamento de qualquer acrescimo da despesa que as circumstancias exijão fazer-se em outros artigos relativos á mesma Repartição. Palacio do Rio de Janeiro, 24 de Outubro de 1831. — José Manoel de Almeida. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 106, vol. 18.*

DECRETO DE 25 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º São dias de Festividade Nacional em todo o Imperio:

§ 1.º O dia 7 de Abril.

§ 2.º O dia 2 de Dezembro.

Art. 2.º Fica supprimida a Festividade Nacional do dia 12 de Outubro.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 25 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Enquanto senão organisão competentemente as 5 Secretarias de Estado dos Negocios do Imperio, Justiça, Estrangeiros Marinha e Guerra, vencerão os Officiaes Maiores por anno 2:000\$ rs., os outros Officiaes 1:200\$ rs., os Porteiros 800\$ rs., os Ajudantes 500\$ rs.

Art. 2.º O excesso sobre os ordenados que actualmente vencem os Empregados de que trata o artigo antecedente, será considerado como gratificação, que se abonará annualmente aos diferentes Ministerios na lei da fixação das despesas, cessando a gratificação já concedida aos Officiaes da Secretaria dos Negocios da Justiça.

Art. 3.º Todos os emolumentos pertencentes ás mesmas Secretarias serão arrecadados como até

agora em cada uma dellas, e a Assembléa Geral deliberará sobre o seu destino na sessão seguinte.

Art. 4.º Os officios que crão concedidos pelo Governo do Rio de Janeiro e que, em conformidade da Lei que marca as attribuições da Regencia, hão de ser providos pelos Governos das Províncias, continuarão a pagar os mesmos emolumentos; e estes serão arrecadados nas Secretarias dos referidos Governos das Províncias a beneficio dos respectivos Officiaes.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1831, 10.ª da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 25 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Conselho Geral da Provincia da Bahia.

Art. 1.º No Porto da dita Villa de S. Francisco das Chagas se construirão 2 Barcas de sufficiente capacidade, e adaptada estrutura para o transporte das pessoas e animaes que se encaminharem a passar o Rio para esta Provincia; não sendo entretanto prohibido a qualquer particular ou sociedade estabelecer nesse ou em outros diversos pontos do mesmo Rio iguaes meios de facilitar o transporte, como expressamente lhes é permittido pela lei de 29 de Agosto de 1828.

Art. 2.º A Junta da Fazenda Publica desta Provincia fornecerá a quantia de 1:800.000 rs., ou mais se fôr necessario, á Camara Municipal da dita Villa: a qual, debaixo da sua maior responsabilidade, deverá concluir com esse capital a construcção indicada dentro de 1 anno depois de recebida a referida quantia, ou ainda em menos se lhe fôr possivel; e por esta arrecadação o Procurador da mesma Camara não receberá gratificação alguma.

Art. 3.º A conservação, costeo e serviço das Barcas, será por arrematação annualmente feita em hasta publica a quem por menos fizer; e quando não haja arrematante, a mesma Camara o fará pelos rendimentos das Barcas, que não excederão a 80 rs. por cabeça de gado vaccum e cavallar, 20 rs. por cabeça de gado ovelhum e cabrum; assim como os mesmos 20 rs. por cada pessoa livre ou liberta, e 10 rs. por cada hum escravo.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1831, 10.ª da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 25 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que

se execute a seguinte resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica approvado o plano da obra de huma ponte no braço do Rio da Parahyba denominado Sanbauá da Provincia da Parahyba do Norte.

Art. 2.º Fica igualmente approvada a seguinte taxa de uso e passagem, a qual cobrar-se-ha para a Fazenda Nacional por espaço de 10 annos. Por cada pessoa, 20 rs.; animal vaccum ou cavallar, 20 rs.; dito com carga, 40 rs.; carro vazio, 100 rs.; dito carregado, 200 rs.; porco, 10 rs.; huma cabeça de gado ovelhum e cabrum, 10 rs.

Art. 3.º Na lei do orçamento será contemplada a somma necessaria para este effeito, na fórma do art. 16 da referida lei.

Art. 4.º Ficão sem effeito quaesquer disposições em contrario.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1831, 10.ª da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 25 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Conselho Geral da Provincia de Matto Grosso.

Art. 1.º Que o Arrayal de S. Pedro d'El-Rei seja erecto em Villa com a denominação de Villa do Poconé, comprehendendo o seu territorio des de as margens do Rio Jaurú da parte de aquem até ás margens do Rio Bento Gomes da parte de além; ficando desde logo desmembrado do Termo da Cidade de Cuiabá aquelle terreno que lhe pertencer.

Art. 2.º Que para o regimen da nova Villa haja 2 Juizes Ordinarios e 1 de Orphãos e Camara Municipal na fórma da Lei; assim como 1 Tabellião do Publico, Judicial e Notas, e 1 Escrivão de Orphãos; e aquelles que fôrem providos nos ditos empregos os servirão na fórma das leis e Regimentos que lhes são respectivos.

Art. 3.º Que para patrimonio da nova Villa se concede huma legua de terra em quarto, conjuncta ou separadamente, onde houverem devolutas, para serem aforadas em pequenas porções e em fateosim perpetuo, e com o laudemio da lei, na fórma da lei de 25 de Julho de 1766; ficando esta Villa gozando das prerogativas, privilegios e franquizas que são concedidas ás demais Villas do Imperio. E serão seus moradores obrigados a levantar, á sua custa, Pelourinho, casa da Camara e Cadêa, na fórma da Constituição do Imperio.

Art. 4.º Ficão revogadas todas leis em contrario.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1831, 10.ª da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima

e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 25 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Conselho Geral da Provincia da Bahia.

Art. 1.º Fica elevada á categoria de Villa a populosa Povoação de Nazareth das Farinhas, com a denominação de Villa de Nossa Senhora de Nazareth, desmembrada da Villa de Jagoaripe, a cujo termo ora pertence.

Art. 2.º O territorio desta nova Villa principiará na barra do Rio da Aldéa da parte do Norte, e em seguimento entrará pelo Rio do Barro Podre, atravessando para a Estrada de S. Bernardo no lugar chamado Matta da Igreja; por esta Matta seguirá até o Rio de S. Bernardo e ponte da Estrada do Retiro até sahir na Estiva, que segue para Jacaré beira do Rio Jaquiriçá, e por este subindo até á Povoação da Lage, seguirá pela estrada de Santa Ignez, até limitar com o Termo da Villa de Valença. Todo o Territorio do Norte, separado por esta Linha, fica pertencendo á nova Villa, e dividindo-se com a de Maragogipe na vargem do Maracá, abrangerá em seu districto as Freguezias de Nazareth e de S. Miguel, e as Povoações da Aldéa e Maragogipinho.

Art. 3.º Fica igualmente elevada á categoria de Villa a Ilha de Itaparica, que se denominará —denodada Villa de Itaparica—, desmembrada do Termo da Cidade. Seu Districto comprehenderá todo o territorio da dita Ilha e das adjacentes, que ora pertencem ao Termo da Cidade.

Art. 4.º He transferida a Capital da Villa de Itapicurú e collocar-se-ha na Povoação da Missão de Santo Antonio da Aldéa, conservando a antiga denominação de Villa do Itapicurú de cima.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 25 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º O governo fica autorizado a continuar por administração com o melhoramento da estrada de Minas chamada da Policia, e abertura da ramificação denominada da Serra de Santa Anna; em todo o tempo porém que appareção emprehedores que queirão tomar, ou em todo ou em parte, com elles se poderá fazer o contracto na forma da lei.

Art. 2.º Será applicada para a construcção e ramificação da sobredita estrada a renda collectada no Rio Parahyba, e nas estradas do Mar de Hespanha, Estrella, Commercio, Policia, Rezen-de e Picú.

Art. 3.º Concluida a obra mencionada, o total rendimento de portagem reverterá *pro rata* em beneficio da conservação e augmento das estradas que poduzem a renda e são comprehendidas no artigo antecedente.

Art. 4.º O Governo fica autorisado a despende com esta obra, por espaço de 3 mezes sómente, a quantia de 4:000\$ mensaes.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 12 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º As Posturas Municipaes não poderão ser executadas sem approvação.

Art. 2.º Se, ao tempo em que estiverem feitas, não estiver reunida a Assembléa Geral Legislativa, nem os Conselhos Provinciales, serão levadas na Provincia em que estiver a Córte ao Ministro do Imperio, e nas outras aos Presidentes em Conselho, para provisoriamente as mandar executar, se julgarem que ellas são dignas de prompta providencia pela utilidade que de sua observancia resultar ao bem peculiar de cada um do Municipio em que fôrem formadas, enviando-as á Assembléa Geral Legislativa, ou aos Conselhos Geraes de Provincia, logo que se reunirem.

Art. 3.º As Posturas uma vez approvadas pelos Conselhos Geraes não poderão ser alteradas ou revogadas sem que as respectivas Camaras Municipaes assim o proponhão.

Art. 4.º Fica revogada para este effeito sómente o art. 72 da Lei do 1.º de Outubro de 1828, e todas as disposições em contrario.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 25 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Conselho Geral da Provincia de S. Pedro do Sul.

Art. 1.º Ficão creadas Villas nestes 4 lugares, Triumpho, S. José do Norte, Caçapava e Ale-

grete, com as denominações por que já são conhecidos taes lugares.

Art. 2.º A Villa de S. José do Norte comprehendendo em seu Termo os Districtos do Estreito e Mostardas.

Art. 3.º Ficão pertencendo á Villa do Triunpho os Districtos de S. Amaro, Tacuari, Dóres e S. João.

Art. 4.º Os limites da Villa de Caçapava principião pelo Este na barra do Arroio dos Pedrosos, no Camacuan Grande em o Passo dos Lusos, e dali seguem para cima até á sua cabeceira na Coxilha, e atravessão esta a ganhar as vertentes do Rio Pequiri, donde se desce pela margem esquerda até chegar-se á altura da Estancia da Capellinha, cortando em linha recta até á barra do Rio de San-sepé no Vacacahi. Pelo Norte sobem, pelo Rio Vacacahi até á barra do Arroio Arenal, seguindo pela margem direita deste a cortar as pontas dos Mattos de Santa Catharina até á Coxilha Geral, e desta seguem á Fazenda do Cruz, e do Cesar pela margem esquerda do Rio Cacequé até á sua barra no Rio de Santa Maria, ou Ibicui Grande. Pelo Oeste tem por divisa a vertente proxima ao Pirahi ou Arrojo de S. Luiz, e vem pela margem direita deste até o Rio de Santa Maria ou Ibicui Grande, e dali á barra de Cacequé, onde finalisa a divisa do Norte. Pelo lado do Sul desce aquellas vertentes proximas ao Pirahiguassú, que fizerão as divisas da parte do Oeste, seguem os limites desta Villa de Caçapava pela margem direita do Rio Pirahiguassú e Merim, até encontrar as vertentes do Ibirámerim nas immedições de Santa Tecla, e pela margem esquerda deste, e do Camacuan Chico vão encontrar-se com o Camacuan Grande, seguindo pela sua esquerda até á barra do Arroio dos Pedrosos, onde principiarão.

Art. 5.º A Villa de Alegrete tem pelo Este as divisas marcadas para Caçapava pelo Oeste; a saber: as vertentes proximas ao Arroio Pirahi ou S. Luiz; a margem esquerda deste até á sua barra no Rio de Santa Maria ou Ibicui Grande; e o lado esquerdo deste ultimo Rio até á barra de Cacequé. Da parte do Norte é dividida pela barra do dito Rio Cacequé no Ibicui Grande, e pela margem esquerda deste até á sua foz no Rio Uruguay. Pelo Oeste confina na margem esquerda do Uruguay até á barra Arapehi, e pelo Sul na margem direita deste Arapehi até ás suas primeiras vertentes na Coxilha Geral de Santa Anna seguindo o Arroio Pirahiguassú, onde começarão os seus limites.

Art. 6.º Terá cada huma destas 4 Villas Juiz Ordinario, 1 Juiz de Orphãos, 1 Tabellião do Publico, Judicial e Notas, um Inquiridor e Contador para ambos os Juizos.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 25 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancçãoar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Conselho Geral da Provincia de S. Pedro do Sul.

Art. 1.º Ficão creadas Escolas de primeiras Letras para a instrucção de Meninos nos lugares seguintes: Freguezia de Nossa Senhora de Oliveira da Vaccaria; S. Francisco de Paula de cima da Serra; S. José de Camacuan; Santa Anna do Faxinal.

Art. 2.º Igualmente ficão creadas Escolas para a instrucção de Meninas nos lugares seguintes: Cidade de Porto Alegre; Villa do Rio Grande; Villa do Rio Pardo; Villa da Cachoeira; Villa de S. Antonio da Patrulha; Freguezia de S. Francisco de Paula de Pelotas; Freguezia do Triunpho; S. José do Norte; S. José de Taquari; Capella Curada de Caçapava.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 25 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancçãoar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Ficão creadas 3 Escolas de primeiras Letras na Provincia do Espirito Santo, sendo huma de Ensino Mutuo na Villa de S. Salvador de Campos, com o ordenado annual de 400\$ rs.; outra na Villa de S. João da Barra pelo methodo antigo, se não poder ser pelo de Lencastre, com o ordenado de 250\$ rs.; e outra na Aldeia Pedra, com o ordenado de 200\$ rs.

Art. 2.º Os ordenados acima taxados serão percebidos sómente pelos professores habilitados por exames a ensinarem as doutrinas prescriptas no § 6.º da Lei de 15 de Outubro de 1827.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 25 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancçãoar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Conselho Geral da Provincia de Goyaz.

Art. unico. Fica creada huma Escola de Primeiras Letras para meninas na Cidade de Goyaz.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 25 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. unico. Os Professores de Grammatica Latina que tiverem menor ordenado que os Mestres de Primeiras Letras dos mesmos lugares onde ensinão terão d'ora em diante igual ordenado ao destes.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 25 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º A Villa Nova do Principe da Provincia do Rio Grande do Norte continuará na posse de todo o territorio que lhe foi assignado no acto de sua creação, em 31 de Julho de 1788; ficando o territorio dentro dos limites da Comarca, e sujeitos os moradores nelle ao Governo Civil e Militar, e á Administração da Fazenda da sobredita Provincia, com exclusão porém de toda a Freguezia dos Patos, tal qual actualmente existe; e daquelle parte da do Cuité, que sempre pertenceu á Provincia da Parahyba, na qual ficão comprehendidas, tanto esta parte da do Cuité, como a dos Patos.

Art. 2.º Fica assim entendido o Alvará de 18 de Março da 1818.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 25 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Conselho Geral da Provincia de Goyaz.

Art. 1.º Fica erecto em Villa, conservando o mesmo nome, o Arrayal da Carolina, com as

mesmas Justicas e prerogativas que são concedidas ás mais Villas do Imperio.

Art. 2.º Os limites do Municipio são pelo Sul o Rio do Sono, e o Ribeirão da Tranqueira até a sua primeira origem, e a sua contravertente até o Araguaia; pelo Nascente a Cordilheira, que divide as vertentes para o Tocantins até a Cachoeira de S. Antonio no mesmo Tocantins; pelo Norte o angulo da confluencia do Tocantins como Araguaia; e pelo Occidente o Araguaia.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 25 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Conselho Geral da Provincia da Bahia.

Art. 1.º Fica erecto em Villa o Julgado de Geremoabo, desannexando-se do Termo da Villa de Itapicuru a que pertencia.

Art. 2.º O termo da Villa de Geremoabo conterá as 5 Freguezias de que actualmente o seu Districto Eleitoral se compõe; a saber: a mesma de S. João Baptista de Geremoabo, a de Nosso Senhor do Bom Caminho dos Montes do Boqueirão, e a do Santissimo Coração de Jesus, e Nossa Senhora da Conceição do Monte Santo com todo o territorio pertencente.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 25 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Conselho Geral da Provincia de Sergipe.

Art. 1.º Fica removida a Villa de Santa Luzia do Rio Real para a Povoação da Estancia com a denominação de Villa Constitucional da Estancia.

Art. 2.º Fica creada Freguezia a Capella de Nossa Senhora de Guadalupe da mesma Povoação.

Art. 3.º A divisão da Freguezia será pelo Rio Piahy acima até a confluencia do Rio Piapitanga, e dahi em direitura a procurar o Rio Araticui, e por este acima até ao fim; ficando destes Rios para o Norte a Freguezia da Estancia, e para o Sul a de S. Luzia.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima

e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 25 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica restaurada a antiga Villa de Itamaracá na Povoação de Nossa Senhora do Pilar com as competentes Justicas e Officiaes, como as demais Villas.

Art. 2.º O Conselho provincial lhe assignará os limites.

Art. 3.º Ficão revogadas quaesquer determinações em contrario.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 25 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Fica approvada a Pensão de 500\$ annuaes concedida pelo Governo a D. Ignacia Emilia de Castro Borges Leal, em Resolução de Consulta do Conselho da Fazenda de 8 de Outubro de 1830, pelos serviços de seu marido o Desembargador Joaquim Bernadino de Senna Ribeiro.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 25 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. unico. O Governo fica autorisado para conceder Carta de Naturalisação a Valentim Garcia Monteiro, natural de Murcia.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 25 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que

se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. unico. O Governo fica autorisado a mandar passar Carta de Naturalisação a Pedro Labatut, Brigadeiro do Exercito do Brazil.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Outubro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

AVISO DE 25 DE OUTUBRO.

Manuscripto authenticico.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. S. o requerimento incluso do Italiano José de Lanis, pedindo a conclusão do seu julgamento, e ha por bem faça adiantar o processo do supplicante, como interessa á Justica, e honra dos Magistrados; não consentindo em demoras prejudiciaes á innocencia, e dando parte por esta Secretaria de Estado do resultado deste negocio, logo que fôr ultimado. Deos guarde a V. S. Paço, em 25 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 118 v. do Liv. 11 da Côrte na Secretaria da Justica.*

AVISO DE 25 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Attentas as razões por Vm. ponderadas no seu Officio datado de hontem, relativamente aos fundos da Caixa Particular de Economias do 5º Batalhão de Caçadores de 1ª Linha da nova numeração, já extinto, determina a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. ordene ao Tenente-Coronel Manoel José de Castro que faça recolher á Thesouraria Geral das Tropas os ditos fundos; tendo-se passado Aviso áquella Repartição para proceder á cobrança necessaria. Deos guarde a Vm. Paço, em 25 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carlos de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 107, vol. 18.*

AVISO DE 25 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Representando o Inspector interino do Arsenal do Exercito ser impossivel, além de perigoso e desvantajoso á Fazenda Nacional, continuar a ter-se em depósito no mesmo Arsenal o armamento pertencente ao negociante Inglez Guilherme Young; não ser possivel, por deverem com preferencia ser acondicionados os generos nacionaes, hoje expostos ás injurias do tempo, quando os armazens estão abarrotados com aquelle armamento; perigoso, considerando-se que já hum dos arcos do edificio em que está o armamento abateu com o enorme peso que sobre elle carrega; desvantajoso, no caso de se tolerar a continuação de tal deposito, pela despe-

za que necessariamente se tem de fazer com a construcção de telheiros para guardar os nossos generos: manda portanto a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, que a Junta da Fazenda dos Arsenaes do Exercito, Fabricas e Fundições, tendo em vista o que dispõe a Portaria de 27 de Setembro deste anno, faça intimar ao dito Guilherme Young que deve quanto antes tirar dali o seu armamento, marcando-lhe para este effeito hum prazo limitado, e dando logo conta pela dita Secretaria do Estado. Paço, em 25 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 109, vol. 18.*

CARTA DE LEI DE 26 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral decretou, e ella Sanccionou a Lei seguinte:

Art. 1.º Os crimes publicos serão, enquanto não prescreverem, processados ex-officio pelos Juizes de Paz, os quaes procederão a auto de corpo de delicto, e depois á inquirição de 2 até 5 testemunhas para conhecimento do delinquente; e se este não fôr descoberto pela primeira inquirição, proceder-se-ha contra elle em qualquer tempo que seja conhecido, salvo sempre o caso da prescripção.

Art. 2.º Tanto nos crimes acima mencionados, como nos particulares de qualquer natureza que sejam, o processo até á pronuncia e á prisão dos réos será organizado cumulativamente pelos Juizes de Paz, e mais Juizes Criminaes, segundo os arts. 8º e 9º do Decreto de 6 de Julho do corrente anno; e nos casos em que o julgamento final lhes não compita, será o mesmo processo remetido ao Juiz competente para a sustentação da pronuncia e seguimento dos mais termos da causa.

Art. 3.º O uso, sem licença, de pistola, bacadarte, faca de ponta, punhal, sovelas, ou qualquer outro instrumento perfurante, será punido com a pena de prisão com trabalho por 1 a 6 mezes, duplicando-se na reincidencia, e ficando em vigor a disposição do Codigo, quanto ás armas prohibidas.

Art. 4.º As penas impostas contra os vadios no art. 295 do Codigo fiação elevadas de 1 a 6 mezes de prisão com trabalho, e ao duplo na reincidencia.

Art. 5.º As offensas physicas leves, as injurias e calumnias não impressas, e as ameaças, reputar-se-hão crimes policiaes, e como taes serão processados.

Art. 6.º As offensas physicas, injurias e ameaças, feitas em actos de officio aos Juizes de Paz, aos seus Escrivães, aos Officiaes de Justiça, e ás Patrulhas, serão processadas pelo Juiz Criminal respectivo, ou pelo Juiz de Paz Supplente.

Art. 7.º Qualquer tumulto, motim ou assuada, não especificados no Codigo Criminal, se-

rão punidos com 1 a 6 mezes de prisão com trabalho.

Art. 8.º Nos crimes policiaes, e nos que são processados policialmente em virtude desta Lei, não se concederão seguros.

Art. 9.º Ficão revogadas todas as Leis ou disposições em contrario.

Manda, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 26 de Outubro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Diogo Antonio Feijó. — *Ccm os registos competentes.*

AVISO DE 26 DE OUTUBRO.

Manuscripto authenticco.

Illm. e Exm. Sr. — Achando-se vago o lugar de Secretario do Supremo Tribunal de Justiça, por ter sido nomeado para a Ouvidoria de Goyaz o Bacharel José de Assis Mascarenhas, que o exercia, e, tendo requerido o provimento delle os Bachareis Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Candido Ladisláo Japiassú, e Ovidio Saraiva de Carvalho, Venancio José Lisboa, formado em direito na França, e João Alves de Brito, e os Cidadãos não formados Antonio Alyares de Miranda Varejão, Manoel do Nascimento Castro e Silva e João Gaspar da Silva Lisboa: manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. Ex., em conformidade do art. 5º, do cap. 1º da Lei da creação do mesmo Tribunal, informe com seu parecer sobre a idoneidade do que melhor convier para o desempenho do sobredito lugar, segundo a citada Lei. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 26 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Albano Fragoso. — *Acha-se á fl. 119 do Liv. 11 da Côte na Secretaria da Justiça.*

NOTA DE 26 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Tendo constado ao Governo Imperial, pela apresentação da Camara Municipal da Cidade de Cabo Frio, que a Tripulação da Fragata Britanica *Thetis*, naufragada naquella paragem com outros subditos Inglezes que ali concorrêrão com o intuito de a salvarem, tem-se estabelecido na Ilha do Focinho do Cabo, praticando actos possessorios e espoliativos; chegando até á temeridade de privarem os moradores do Arrayal do Cabo de tirarem madeiras para a construcção de suas casas; o abaixo assignado, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros por nomeação da Regencia Provisoria, em nome do mesmo Augusto Senhor, recebeu ordem para se dirigir ao Sr. Arthur Aston, Encarregado de Negocios de S. M. Britannica, significando-lhe a estranheza que causou á dita Regencia o procedimento inconsiderado e summamente reprehensivel dos ditos Officiaes, que assim retribuem os auxilios que encontráráo da parte dos habitantes do Paiz.

O abaixo assignado está bem certo que nem o Sr. Aston, nem mesmo o Sr. Almirante Baker terão sido informados de semelhantes irregularidades, pois que já as terião remediado da sua parte; e é por isso que espera que sem demora darão as providencias para que cesse o escandalo que estão dando os mencionados individuos, compromettendo a honra e dignidade da sua Nação.

O abaixo assignado, esperando com toda a brevidade huma resposta do Sr. Aston, lhe renova as expressões da sua perfeita estima e obsequio. Palácio do Rio de Janeiro, em 26 de Outubro de 1831. — Francisco Carneiro de Campos.

Tradução.

O abaixo assignado, Encarregado de Negocios de S. M. Britannica, teve a honra de receber a Nota de S. Ex. o Sr. Francisco Carneiro de Campos, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, contendo os detalhes de certas irregularidades que se dizem terem sido commettidas pelos Officiaes e Marinheiros da Marinha Britannica, estacionados presentemente em Cabo-Frio, como fim de procurarem salvar a propriedade Britannica, que fôra posta a bordo da Fragata de S. M. *Thetis*, que infelizmente naufragou naquella Costa.

O abaixo assignado não perdeu tempo em transmittir esta communicação ao Commandante em Chefe das forças Navaes de S. M. na America do Sul, e tem agora a honra de responder a S. Ex. o seguinte:

Havendo o Governo Imperial concedido licença para que o Almirante Britannico proseguisse livremente e sem interrupção nos seus louváveis esforços de salvar a propriedade acima mencionada, o mesmo Almirante deu aos Officiaes destinados para esse serviço instrucções que continhão ordens explicitas e positivas para se não intrometterem de maneira alguma nos direitos, privilegios ou occupações dos habitantes, e antes pelo contrario se esmerassem em cultivar e manter com elles as relações mais amigaveis. Os ditos Officiaes receberão demais ordens para prohibirem aos seus subalternos de cortarem madeira, pescarem, etc., sem o consentimento previo dos moradores, dando-se para essa permisão huma plena compensação pecuniaria.

As noticias officiaes ultimamente recebidas de Cabo-Frio, longe de mencionarem que tinha havido alguma desintelligencia entre os Officiaes Ingleses e os habitantes, dizem que ambos continuão a viver em termos mais amigaveis.

He pois de presumir que as ordens expedidas pelo Almirante não forão desobedecidas, ou ao menos não tanto quanto se informou ao Governo Imperial. Apesar disso, o Almirante Britannico tem mandado proceder ás mais strictas indagações ácerca da representação de S. Ex., que pôde estar certo que nem elle, nem o Almirante jámais protegerão procedimentos que se approximem a huma infracção das Leis, ou que manifestem falta de devido respeito ás Autoridades do Imperio.

Tendo o abaixo assignado respondido satisfatoriamente, como se persuado, ao assumpto da Nota de S. Ex., tem toda a confiança que, se constar (como o abaixo assignado actualmente crê) que a informação que foi transmittida ao Governo Imperial he infundada (ainda que sem duvida, não de proposito) em engano, S. Ex. fará da sua parte que se dê a satisfação, que nesse caso será a devida ao caracter dos Officiaes de S. M. que forão empregados nesse serviço.

O abaixo assignado aproveita-se desta occasião para offerecer a S. Ex. a segurança da sua alta consideração e estima.

[Assignado] *Arthur Aston.*

Rio de Janeiro, 4 de Maio de 1831.

A S. Ex. o Sr. Francisco Carneiro de Campos, etc., etc., etc.

Tradução.

O abaixo assignado, Encarregado de Negocios de S. M. Britannica, referindo-se á Nota que dirigio a S. Ex. o Sr. Francisco Carneiro de Campos, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, em 4 do corrente, tem agora a honra de informar a S. Ex. que o Almirante Britannico recebeu uma Communicação Official do Commandante das embarcações presentemente estacionadas em Cabo-Frio, com o fim de salvarem a propriedade ingleza que jaz na Fragata *Thetis*, negando positivamente que tanto elle, como qualquer outro seu subalterno, tenham causado obstaculo ou impedimento algum aos habitantes do Cabo na continuação do arduo serviço em que estão empregados.

O abaixo assignado remette inclusas copias de dous documentos que corroborão plenamente a declaração acima mencionada. O primeiro he assignado pelo Juiz de Paz do Districto, e o segundo pelos habitantes da Praia do Anjo, expondo os termos amigaveis em que tem vivido com os Officiaes e tripulação das Embarcações de S. M. em Cabo-Frio.

O abaixo assignado, submettendo estes factos á consideração de S. Ex., appella para a justiça e candura do Governo Imperial, afim de ordenar que seja satisfatoriamente refutada a informação erronea e maligna que tem circulado a este respeito.

O abaixo assignado aproveita-se desta occasião para renovar a S. Ex. a segurança da sua alta consideração e estima.

[Assignado] *Arthur Aston.*

Rio de Janeiro, 9 de Maio de 1831.

A S. Ex. o Sr. Francisco Carneiro de Campos, etc., etc., etc.

Documentos a que se refere esta Nota.

Acabo de receber o Officio de V. S., em que me pede lhe participe se perante mim tem havido alguma queixa da equipagem do *Hiate* e do seu cômmando: o que tenho a responder-lhe

he que até hoje ainda nada. Deos guarde a V. S. Quartel da minha residencia, em 30 de Abril de 1831. — O Juiz de Paz, Antonio Garcia da Rosa Terra. — Illm. Sr. Thomaz Dickinson.

Nós abaixo assignados, habitantes da Praia do Anjo no Cabo-Frio, declaramos que não temos motivos alguns de queixa, nem temos sido molestados em qualquer modo pela equipagem ou Officiaes da Fragata de S. M. Britannica *Lightning*, Capitão Thomaz Dickinson. — Com vinte e cinco assignaturas. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 101, vol. 18.*

AVISO DE 26 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Foi presente á Regencia, em nome do Imperador, o officio de 22 do corrente, em que V. Ex., por parte da Camara dos Srs. Deputados, pergunta que providencias tem dado o Governo para occorrer ao deficit da Provincia de Santa Catharina, caso subsista a ordem dirigida á Junta da Fazenda para não contiguar os saques; e a mesma Regencia me ordena que não só ministre os esclarecimentos pedidos, mas que exponha á Assembléa a necessidade de meios para occorrer ao deficit.

Já em officio de 18 do corrente communiquei á Camara dos Srs. Deputados o apuro do Thesouro, destituído dos meios indispensaveis para occorrer ás necessidades publicas; declarei que satisfeito ficaria o Governo se as rendas das Provincias ao Norte do Rio Doce bastassem para as suas despesas e para pagamento dos juros dos empréstimos brasileiros; ficando neste caso a cargo deste Thesouro as despesas da amortização dos empréstimos portuguez, bem como as das Provincias ao Sul do Rio Doce, das quaes apenas Minas Geraes e Rio Grande do Sul promettião sobras, mas pouco importantes. Infelizmente tem decrescido as rendas destas Provincias, de maneira que o Thesouro não tem satisfeito pontualmente aos seus credores, e tem suspendido as remessas das consignações devidas pela Lei de 15 de Dezembro de 1830 para as Provincias do Espirito Santo, S. Paulo, Santa Catharina, Goyaz e Matto-Grosso, importantes na quantia de 85:000\$.

Convém que o Corpo Legislativo saiba que se não tem aceito algumas das letras de Santa Catharina, sacadas sobre este Thesouro, posto que os saques fossem feitos para pagar um empréstimo que a Junta da Fazenda foi forçada a contrahir para solver os soldos e mais vencimentos da Tropa ali estacionada. As outras Provincias tem por vezes pedido recursos ao Thesouro, e a Regencia, em nome do Imperador, não tem podido acceder a tão justas requisições; a providencia da Camara dos Srs. Deputados não podem escapar os funestos resultados que produzirá a falta de meios para as necessidades do serviço publico.

Offereço á consideração da Camara dos Srs.

Deputados o orçamento da receita e despeza do Thesouro neste segundo trimestre, importantes aquella em 1,009:570\$ e esta em 1,326:266\$, não comprehendidas as despesas ainda não pagas do dito trimestre, e as extraordinarias que sommao 1,226:764\$462 sem contemplar as dividas que terão contrahido as Provincias soccorridas pelo Thesouro. Existe pois um deficit de mais de 2,256:000\$, e a Regencia, em nome do Imperador, me ordena que peça á Camara dos Srs. Deputados os recursos indispensaveis para que não soffra o serviço publico.

Quando o expendido não bastasse para convencer da necessidade dos meios pedidos, sobrava a seguinte reflexão. A tabella mostra que tem cessado no corrente anno o rendimento mais de 4,000:000\$ que no ultimo se arrecadarão, e se os dignos Ministros, meus antecessores, não tiverão com que satisfazer todas as despesas, levando-me não poucas, evidencia-se a impossibilidade de a conseguir com as rendas reduzidas, e tão desfalcadas pelas nossas commoções intestinas. Verdade é que tem diminuido algumas despesas, mas não ha proporção do decrescimento das rendas.

Satisfazendo assim á ordem da Regencia, em nome do Imperador, tenho a honra de offerecer á Commissão a que fôr este officio remettido, para lhe ministrar verbalmente, e por escripto, e em qualquer lugar, as informações de que a mesma precisar para interpor o seu parecer com a urgencia que o objecto exige. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 26 de Outubro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 105, vol. 18.*

AVISO DE 26 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Entrando em duvida se João Capistrano Rebello, pelo tempo de sua residencia neste Imperio, he Cidadão Brasileiro na conformidade da Constituição, entretanto que está exercendo o lugar de Desembargador da Relação do Maranhão, manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. Ex., fazendo examinar dos papeis da Secretaria do extincto Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço os que existirem a cerca delle, informe com o seu parecer á vista do que constar dos mesmos papeis, e do que a tal respeito souber com toda brevidade. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 26 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Albano Fragozo. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 106, vol. 18.*

AVISO DE 26 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Expondo o Commandante das Armas da Provincia da Bahia, em seu officio n. 38, ter suspendido, de accordo com o Presidente, a extincção da companhia de Cavallaria, annexa ao corpo da Policia da referida Provincia, não só por

ser composta de gente escolhida, mas pelo importante serviço que está prestando, não obstante ordenar o contrario a Portaria de 1.º de Setembro proximo passado: manda ora a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, declarar segunda vez ao mesmo Commandante das Armas que, não tendo sido contemplada a força de tal Companhia no Decreto e Plano de 4 de Maio deste anno, só lhe resta cumprir á risca a dita Portaria; não tendo vigor, nem lugar, ponderações taes para invalidar as determinações da Regencia, que devem ser pontualmente obedecidas. Palacio do Rio de Janeiro, em 26 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 109, vol. 18.*

AVISO DE 26 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Requerendo Zeferino Pimentel Moreira Freire, outr'ora Major do 1.º Corpo de Artilharia montada de 1.ª linha do Exercito, e hoje avulso, ser julgado em Conselho de Guerra, por isso que na ordem do dia 23 de junho deste anno, desse Quartel, do commando das Armas da Corte, foi declarado menos affecto á Regeneração Política do Imperio do Brazil; determina a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. expêça ordem para ser convocado o Conselho de Guerra que pede o supplicante, nomeando para esse effeito Presidente e Vogaes. Deos guarde a Vm. Paço, em 26 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carlos de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 108, vol. 18.*

PROVISÃO DE 26 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de Matto-Grosso que a Regencia, em nome do Imperador, houve por bem mandar declarar pelo Aviso da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, de 21 do corrente, á qual se enviou o officio da mesma Junta, de 2 de julho deste anno, em que trata da gratificação provisoriamente mandada pagar ao Tenente-Coronel Valerio José Machado, pelo commando militar da Cidade de Villa Bella, que, segundo o Decreto de 28 de Março de 1825, nenhuma gratificação pertence ao dito Tenente-Coronel, pelo commando que ora exerce; não podendo aproveitar a ordem de 23 de Janeiro citada no mencionado officio, por não ter fundamento em Lei, e isto, além de estarem a supprimir-se de todo taes commandos militares. O que se participa á mesma Junta para sua intelligencia e execução. Amaro Velho da Silva Bitancourt a fez no Rio de Janeiro, em 26 de Outubro de 1831. — Marianno Pinto Lobato, Contador Geral da 2.ª Repartição, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 128, vol. 18.*

CARTA DE LEI DE 27 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral Legislativa decretou, e ella sancionou a Lei seguinte:

Art. 1.º Fica revogada a Carta Regia de 5 de Novembro de 1808, na parte em que mandou declarar a guerra aos Indios Bugres da Provincia de S. Paulo, e determinou que os prisioneiros fossem obrigados a servir por 15 annos aos Milicianos ou moradores que os apprehendessem.

Art. 2.º Ficão tambem revogadas as Cartas Regias de 13 de Maio, e de 2 de Dezembro de 1808, na parte em que autorisão na Provincia de Minas Geraes a mesma guerra, e servidão dos Indios prisioneiros.

Art. 3.º Os Indios todos até aqui em servidão serão della exonerados.

Art. 4.º Serão considerados como orphãos e entregues aos respectivos Juizes para lhes applicarem as providencias da ordenação Liv. 1.ª, Tit. 88.

Art. 5.º Serão soccorridos pelo Thesouro do preciso, até que os Juizes de Orphãos os depositem onde tenham salarios ou aprendão officios fabris.

Art. 6.º Os Juizes de Paz nos seus Districtos vigiarão e occorrerão aos abusos contra a liberdade dos Indios.

Manda, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 27 de Outubro de 1831, 10.ª da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Com os registos competentes.*

CARTA DE LEI DE 27 DE OUTUBRO.

Coll. Plancher.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral Legislativa decretou, e ella sancionou a Lei seguinte:

Art. 1.º O Governo fica autorisado a despendar mensalmente pelo Ministerio da Guerra a somma extraordinaria de 8:000\$ rs., para ser empregada em materias primas para o concerto das muralhas do Arsenal, e nas officinas e jornaes dos convenientes aperarios que hão de trabalhar nas mesmas obras, e nas ditas officinas.

Art. 2.º Esta prestação não excederá á quantia de 75:200\$, devendo cessar logo que se tenha despendido a quantia em que a obra foi orçada.

Art. 3.º A dita prestação começará a correr do principio de Junho deste anno em diante, devendo o Ministro da Guerra fazer redução desta quantia logo que assim seja praticavel.

Art. 4.º Só no caso de falta de Cidadãos Brazileiros serão admittidos escravos nas officinas e outros serviços do Arsenal.

Art. 5.º Ficão revogadas todas as Leis, Alvarás, Decretos, e mais disposições em contrario.

Manda, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 27 dias do mez de Outubro de 1831, 10.º da independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Com os registos competentes.*

AVISO DE 27 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, a quem foi presente o officio da Camara Municipal desta Cidade, de 19 do corrente, manda, em nome do Imperador, pela Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, responder á mesma Camara que o vestuário para os presos de Justiça que existem na Fortaleza de Santa Cruz, que, por Portaria de 12 de Setembro passado lhe foi ordenado, o deverá entregar á pessoa autorizada pelo Commandante da dita Fortaleza; e que ácerca do sustento para os presos claro está que, incumbindo-lhe a Lei receber o dinheiro para o tratamento delles, e tendo a mesma Camara já recebido 1:000\$ de rs. por conta do que lhe foi orçado para taes despesas, a ella compete, por meio do seu Fiscal, providenciar que os mesmos sejam tratados humanamente, esperando o Governo que a sobredita Camara lhe dê terminantes ordens para o prompto desempenho deste dever, procurando para esse fim corresponder-se o mesmo com as Autoridades encarregadas do governo dos mencionados presos. Palacio do Rio de Janeiro, em 27 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 103, vol. 18.*

AVISO DE 27 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, remetter ao Juiz de Fóra desta Cidade a sua representação de 13 de Setembro e mais papeis annexos, relativos á diligencia a que se mandou proceder á cerca dos pretos vindos da Costa d'Africa no Bergantim *Trajan*, afim de seguir a tal respeito o que indica em sua resposta o Conselheiro Procurador da Fazenda. Paço, em 27 de Outubro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 105, vol. 18.*

AVISO DE 27 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Representando o Conselheiro Procurador da Fazenda que muitos dos collectados pelo imposto sobre os botequins e tabernas, comprehendidas nas relações que da Administração de diversas rendas se tem enviado ao Thesouro para se proceder á arrecadação, tem apresenta-

do conhecimento dos pagamentos da respectiva collecta, indicando outrosim que deve continuar a pratica de serem taes dividas arrecadadas pela mesma Administração, cumpre que o respectivo Administrador informe com urgencia sobre o expellido, e que compareça no Thesouro com a sua exigida informação. Rio, em 27 de Outubro de 1831. — Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 105, vol. 18.*

AVISO DE 27 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Sendo presente á Regencia o officio da Camara Municipal desta Cidade, de 20 do corrente, expondo o motivo por que não tem ainda podido dar principio aos reparos na casa destinada para Guarda da Caála, por terem sido omissos o Engenheiro e Fiscal respectivo em apresentarem o plano do orçamento da despeza necessaria para aquella obra que lhes tinha sido novamente determinada: manda, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, responder á mesma Camara que na Lei encontrará os meios de obrigar o Fiscal a cumprir as ordens della com a brevidade necessaria, ou mesmo a despedi-lo, quando habitualmente se mostre negligente, afim de não retardar-se a marcha da Administração Publica. Palacio do Rio de Janeiro, em 27 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 107, vol. 18.*

AVISO DE 27 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, a quem forão presentes, com o requerimento de D. Marianna Rodrigues da Silva Flores, em que se queixou de V. S. lhe haver faltado á justiça, recusando dar-se por suspeito nas causas que o supplicante traz pendente na Casa da Supplicação, as respostas, assim de V. S., como a do Procurador da Corôa sobre este objecto, não pôde deixar de estranhar a maneira por que foi concebido e redigido o despacho proferido por V. S., na data de 21 de Setembro passado, em um dos requerimentos do supplicante, por não poder ser justificado, fosse qual fosse o motivo que o produziu, e espera que V. S. para o futuro se abstenha de procedimentos taes, que só podem fazer escurecer os conhecimentos juridicos, que ninguém poderá jámais negar a V. S., e os grandes serviços que continuamente presta á causa publica no lugar que exerce com tanta actividade, zelo e discernimento. Deos guarde a V. S. Paço, em 27 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo.

Nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça se achão os papeis de que o supplicante trata, onde se encontra a resposta do Procurador da Corôa seguinte: — Parece-me em extremo

desmarcada a temeridade com que um estrangeiro, em negocio que pessoalmente lhe não toca, ousa apresentar ao Governo um requerimento descomedido, em que o mesmo Governo he gravissimamente injuriado, e insultado pelas injurias e insultos dirigidos contra um Magistrado a quem confiára a direcção de um Tribunal; parece-me que a tanto o não autorizou a procuração que apresenta dessa mulher solteira, que inculca viuva desvalida; e que está bem nos termos de dever ser punido com as penas do art. 238 do Código Criminal: podendo sua Constituinte accusar o Chanceller pelos meios legais perante o Tribunal Supremo da Justiça, se para isso se considera com direito. Rio, 21 de Outubro de 1831. — Maia. — Existe mais lançado no alto da resposta do Chanceller da Casa da Supplicação o despacho seguinte, que foi posto no dia 27 do corrente no Livro da Porta da mesma Secretaria de Estado. — Se todo o cidadão tem direito a não ser injuriado, muito mais tem o supplicado, em razão do lugar que occupa na Magistratura; a qual, pela resposta que deu, mostra-se livre de culpa, e apenas verifica-se a imprudência em alguns dos seus despachos; portanto, se o supplicante sente-se offendido requiera á Autoridade Judicial competente. E para constar se passou a presente. Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, em 31 de Outubro de 1831. — João Carneiro de Campos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 107, vol. 18.*

AVISO DE 27 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Quando em 10 e 11 do corrente mez, ainda sem ter recebido o officio de V. Ex. n. 66, com a copia da acta da sessão extraordinaria do Conselho do Governo dessa Provincia de Pernambuco, de 27 de Setembro, communiquei a V. Ex. as ordens da Regencia, em nome do Imperador, em contestação ao seu officio n. 65; preveni então quanto estava ao alcance do Governo, que a chegada ahi do Batalhão de Caçadores n. 17 de 1.ª Linha, da antiga numeração, não podesse perturbar o socego e tranquillidade publica, que tanto soffrêra nos malfadados dias 14, 15 e 16 de Setembro. E porque subsistem ainda as mesmas razões que então me privarão de poder mandar sobrestar na ida do referido Batalhão, pois que em 5 de Agosto se tinha feito sahir deste Porto para Santa Catharina a Fragata *Bahiana*, para transportar, não posso satisfazer a indicação e resolução do Conselho do Governo dessa Provincia, quanto á suspensão da remessa do Batalhão, que sem duvida deverá ter já chegado ahi. A suspensão da remessa seria a mais proficua medida, como logo occorreu ao Governo; mas, não podendo já ella ter lugar, como levo dito, resta que V. Ex. lance mão da outra, fazendo reter a bordo o Batalhão até dar as baixas ás praças comprehendidas nas disposições do Decreto de 22 de Agosto do corrente anno. Eis quanto me occorre participar a V. Ex. em res-

posta ao seu officio n. 66. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 27 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 109, vol. 18.*

AVISO DE 27 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Sendo preciso que se levante a Carta Topographica da Ilha da Trindade, e ao mesmo tempo a Hydrographica de sua Costa, as quaes deverão ser esclarecidas com uma exacta e circumstanciada descripção mineralogica e botânica da mesma Ilha, afim de poder o Governo deliberar com acerto sobre a occupação della do modo que fôr mais conveniente ao serviço nacional: determina a Regencia, em nome do Imperador, que seja nomeado para semelhante Commissão, por se achar convenientemente habilitado para ser incumbido della o Major Graduado do Corpo de Engenheiros, Antonio João Rangel de Vasconcellos. O que participe a V. S. para lhe expedir as necessarias ordens, fornecendo-lhe todos os instrumentos que fôrem absolutamente indispensaveis para o bom desempenho da referida Commissão, e prevenindo de que brevemente deverá partir. Deos guarde a V. S. Paço, em 27 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 109, vol. 18.*

AVISO DE 27 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, participar ao Vice-Presidente da Provincia do Piahy, em resposta ao seu officio n. 23, que, comquanto sejam attendiveis as razões allegadas para a nomeação de um Professor de Medicina e Cirurgia que vá ser encarregado do Hospital Militar da Provincia, não póde todavia ter lugar semelhante nomeação pela Repartição da Guerra, por isso que a nova organização do Exercito, não dando Corpo algum de 1.ª linha á sobredita Provincia, deve supprimir-se o Hospital Militar. Palacio do Rio de Janeiro, em 27 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 111, vol. 18.*

AVISO DE 27 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — A Regencia, em nome do Imperador, tendo presente o officio n. 26, do ex-Comandante das Armas dessa Provincia, dando conta dos individuos alistados nos Corpos de 1.ª e 2.ª linha do Exercito que se julgão comprehendidos no art. 10.º da Carta de Lei de 24 de novembro de 1830; manda remetter a V. Ex. a relação das praças que se achavão em justificação de serem estrangeiros, afim de que V. Ex.

lhes defira na conformidade da citada Lei, ficando na intelligencia de que o Tenente de 1.^a linha Damazo Pinto da Veiga, indicado como estrangeiro, não está nesse caso. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 27 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Candido José de Araujo Vianna. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 111, vol. 18.*

AVISO DE 27 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem que V. S. mande fazer as 24 correntes de que trata o seu officio datado de hontem, concertar as antigas, e o mais que julgar necessario para segurança dos malfeitos. Deos guarde a V. S. Paço, em 27 de Outubro de 1831. Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se d fl. 119 v. do Liv. 11 da Côrte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 27 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

Para evitar-se a ignorancia de malfeitos existentes na Cadêa, que costumão dirigir insultos aos Guardes Municipaes, convém que V. S. encarregue ao Juiz da dita Cadêa, e a mais alguns que observem os que praticão taes actos illegaes, e que, no caso de não quererem descobrir os delinquentes, sejam processados como desobedientes, afim de que a impunidade não exaspere aos mesmos Guardas Municipaes, cujas consequencias podem ser desagradaveis. Deos guarde a V. S. Paço, em 27 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se d fl. 197 do Liv. aberto a 7 de Junho do mesmo anno para o registo da extincta Casa da Supplicação, e d fl. 119 v. do 11.^o da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 27 DE OUTUBRO.

Manuscripto authentic.

Foi presente á Regencia o officio de V. S. de 25 do corrente, em que participa estarem concluidas as devassas que tirou em consequencia dos acontecimentos de 25 e 28 de Setembro passado, nos quaes forão pronunciados varios individuos, e a mesma Regencia manda, em nome do Imperador, que V. S. faça proceder ás diligencias necessarias para a prisão dos culpados, afim de que se não tornem illusorias as disposições de Direito, e não fiquem impunes taes delictos com manifesto prejuizo da Sociedade. Deos guarde a V. S. Paço, em 27 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Nicoláo da Silva Lisboa. — *Acha-se d fl. 120 v. do Liv. 11.^o da Côrte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 27 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Achando-se as quatro Provincias de S. Paulo, Santa Catharina, Goyaz e

Matto-Grosso em circumstancias assaz criticas por falta de meios para occorrerem ás suas indispensaveis despezas, visto a escassez das suas rendas, como bem mostram os officios incluídos dos Presidentes e Juntas de Fazenda respectivas ns. 2 e 22, e 15 da primeira, n. 51 da segunda, n. 48 da terceira, e n. 78 da quarta: determinou-me a Regencia, em nome do Imperador, que todos sejam levados á Assembléa Geral Legislativa, com os mais papeis concernentes, afim de que se tome em consideração tão grave urgencia, e se possa acudir de remedio efficaz, como pede o assumpto. O que cumpro rogando a V. Ex. que, por bem de um tão importante negocio, seja quanto antes tudo presente á Camara dos Srs. Deputados. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 27 de Outubro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Antonio Pinto Chichorro da Gama. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 128, vol 18.*

AVISO DE 27 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. Ex. o officio incluído por copia do Juiz de Paz da Freguezia de Japare, dessa Provincia, datado de 21 de Agosto ultimo, no qual expõe a connivencia que existe entre o Juiz de Paz da Freguezia do Brejo do Salgado, Francisco de Paula Pereira Piroença, e dous individuos ali chegados do Reconcavo da Bahia, chamados os Meirelles, os quaes tem procurado disseminar rivalidades entre os Brasileiros natos e adoptivos, sem que o dito Juiz de Paz dêsse providencia alguma, antes pelo contrario tem feito espalhar por seus emissarios que se pretende cativar os pardos e pretos livres: e ha por bem recomendar muito a V. Ex. toda a actividade e energia em fazer perseguir os malfeitos, e responsabilisar as Autoridades conniventes com elles, ou omissas nos seus deveres. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 27 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 135, vol. 18.*

AVISO DE 28 DE OUTUBRO.

Coll. Plancher.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo a Regencia, em Aviso de 13 do corrente, participado a V. Ex. que o Provedor de Saude deste Porto obrou em conformidade do § 13 do Regulamento de 17 de Fevereiro de 1829, quando sujeitou a quarentena a Polaca Hespanhola *Santiago*, que havia chegado dos portos do Mediterraneo, e á consignação de Nuno Maria de Seixas; a mesma Regencia, ponderando sobre este objecto, ha por bem, em nome do Imperador, declarar a V. Ex. que o referido art. 13, que manda fazer 6 dias de quarentena ás embarcações vindas do Mediterraneo, e Levante, incluso Gibraltar, tinha em vista a febre amarella, que então reinavã naquelles luga-

res; mas que, não sendo actualmente suspeitos aquelles portos, nem se encontrando a bordo das embarcações dali vindas doentes que possam dar contagio qualquer, cumpre que não se execute litteralmente o referido artigo no que pertence á sua primeira parte; substituindo porém quanto á segunda, ácerca das embarcações que se communicarão com qualquer navio que houvesse partido de portos infeccionados. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Outubro de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos.

AVISO DE 29 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Fique V. S. na intelligencia de que os Empregados nessa Alfandega, que, por escala do serviço municipal, deixarem de comparecer ás suas obrigações deverão ser abonados dos seus vencimentos, não se reputando faltas as que por tal motivo fizerem. Deos guarde a V. S. Paço, em 29 de Outubro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Conselheiro Juiz da Allandega.

No mesmo sentido se expedirão Portarias ao Conselho da Fazenda, Casa da Moeda, Administração de Diversas Rendas, e Director da Typographia Nacional. — *Acha-se no Diario Fluminense* n. 106, vol 18.

AVISO DE 29 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Foi presente á Regencia o requerimento de José de Ganis, em que se queixa de ser conservado na prisão ha 34 mezes pelo crime de achada d'arma, sem que até hoje lhe seja possível obter livramento ou condemnação. Igualmente foi presente a informação que V. S. deu a tal respeito; e de tudo se collige que, seja qual fôr a causa, é indubitavel que a sorte de alguns presos é deploravel, e que difficil é desculpar o deleixo dos encarregados da Administração da Justiça em casos semelhantes, e que, se escaparão algumas expressões descomedidas ao supplicante, deve-se tambem dar descontos á desesperação. Depois de 8 de Janeiro do corrente anno, em que se publicou o Codigo Criminal, a pena do crime de que he arguido o supplicante não podia estender-se a mais de sessenta dias de prisão, e multa correspondente á metade do tempo, caso em que pela Constituição o réo devêra livrar-se solto; e se este por ignorancia não tem reclamado pelo beneficio outorgado pelo art. 309 do mesmo Codigo, não devem os Magistrados prevalerem-se della para conservar encarcerado um desgraçado que já mais pôde ser condemnado, sem injustiça, em pena igual á que já tem soffrido, e se o estado do processo parece embarçar a que o supplicante seja promptamente relaxado da prisão, a Constituição e o Codigo reclamão que o mesmo não seja sacrificado a formalidades dis-

pensaveis, quando estão de encontro com a justiça: manda portanto a mesma Regencia, em nome do Imperador, que V. S. faça saber aos Magistrados que, em casos semelhantes, a Constituição e o Codigo Criminal devem ser observados, não obstante a falta de certas formalidades que obsteão a sua inteira, pontual e prompta execução. O que se lhe participa para sua intelligencia. Deos guarde a V. S. Paço, em 29 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se no Diario Fluminense* n. 107, vol. 18.

AVISO DE 29 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Devolvendo a V. Ex. as duas representações da Junta da Fazenda da Provincia da Parahyba do Norte, que me foram dirigidas com o Aviso de 22 do corrente mez, tenho de comunicar a V. Ex., para mandar responder ás referidas representações, que o procedimento da Junta, em mandar fazer suspender a Feliciano Rodrigues da Conceição o pagamento do meio soldo, he fundado em Lei, e portanto deve permanecer, assim como, por ser legal, cumpre que abone os respectivos soldos ás viúvas dos Officiaes comprehendidos nas disposições da Lei de 6 de Novembro de 1827, e Decreto de 6 de Junho do corrente anno, abonando ao Tenente-Coronel de 2ª linha Francisco José de Avila Bittancourt, enquanto estiver no Commando interino das Armas da Provincia, a respectiva gratificação do commando das armas e as forragens correspondentes ás cavalgadas, que competem á sua patente em exercicio. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 29 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense* n. 112, vol. 18.

AVISO DE 29 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Havendo a Regencia, em nome do Imperador, por Decreto de 11 de Outubro presente, á vista do que ponderára o antecessor de V. Ex. em seu officio n. 13, de 18 de março deste anno, dispensado o Coronel do Estado-Maior, Visconde de Castro, do commando da fronteira do Rio Pardo, o participo a V. Ex., afim de que lhe mande logo suspender o vencimento ou gratificação que por tal titulo percebe, encarregando V. Ex. o dito commando, ou ao Coronel do 5º Regimento de Cavallaria de 2ª linha, ou a outro Official de sua escolha, sem que por elle possam perceber gratificação alguma.

Manda a Regencia, além disto, que V. Ex. faça tambem suspender a gratificação que, pelo commando do Registo de Santa Victoria, se abona ao Major do Regimento n. 39, de Cavallaria de 2ª linha, Joaquim José de Andrade e Vasconcellos, empregando V. Ex. neste commando,

ou o mesmo Major, querendo, ou qualquer outro Official, sem vencimento de gratificação; praticando V. Ex. o mesmo com o Capitão Joaquim Pedro de Almeida, que está no commando do Registo do Porto dessa Capital, sendo substituído, ou por um Official dos avulsos, ou por um inferior.

Ordena outrossim a Regencia que V. Ex. mande também suspender os vencimentos de etapes e carne, que até agora indevidamente se tem ahí abonado a varios Officiaes de 2ª linha, não só porque unicamente pertencem aos Majores e Ajudantes de 2ª linha em effectivo serviço, como porque uma tão abusiva pratica não he fundada na Lei.

E porque na Côrte he que devem estar os Officiaes do Estado-Maior para serem empregados segundo o seu prestímo, cumpre que V. Ex. intime aos que ahí estão desempregados que a preferirem o continuar a residir nessa Provincia, que ficão considerados como com licença, abonando-se-lhes, na conformidade da Lei de 24 de Novembro do anno proximo passado, metade dos seus respectivos soldos: o que tudo participo a V. Ex. para seu conhecimento e expedição das ordens. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Outubro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Manoel Antonio Galvão. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 114, vol. 18.*

AVISO DE 29 DE OUTUBRO.

Manuscripto authenticico.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. P. Rma., o requerimento incluso de Frei Theotônio de Santa Humiliana, para que V. P. Rma., depois de ouvir os Ex-Provinciaes que se acharem presentes, informe sobre o Breve que o supplicante obteve da Santa Sé Apostolica para gozar dos privilegios do Ex-Provincial. Deos guarde a V. P. Rma. Paço, em 29 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Provincial dos Religiosos Franciscanos — *Acha-se à fl. 121 v. do Liv. 11º da Côrte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 29 DE OUTUBRO.

Manuscripto authenticico.

Accusando a recepção do officio de V. S., datado de 20 do corrente, com os documentos a que nelle se refere, não posso deixar de ponderar a V. S. que, tratando estes de pretos importados no Brigue *Lobo*, e mesmo o Aviso expedido pela Repartição da Fazenda, em virtude do qual fez entrega a José Maria da Silva dos referidos pretos, não se acha ainda satisfeito o que, por Aviso de 11 do corrente, se exigio de V. S. relativamente aos Africanos encontrados a bordo do Brigue *Trajano*, e de que V. S. fez menção no seu officio de 3 de Setembro passado; cumprindo portanto que V. S., em execução do citado Aviso, dê os esclarecimentos nelle apontados.

Deos guarde a V. S. Paço, em 29 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. — *Acha-se à fl. 121 v. e 122 do Liv. 11º da Côrte na Secretaria da Justiça.*

PORTARIA DE 31 DE OUTUBRO.

Manuscripto authenticico.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, declarar á Camara Municipal desta Cidade, para sua intelligencia e execução, e em resposta ao seu officio de 27 do corrente, que a mesma Camara poderá designar as companhias de Cavallaria e secções dellas em qualquer districto, onde lhe conste, pelos Juizes de Paz respectivos, havendo numero sufficiente de Cidadãos em circumstancias de serem a elles admittidos, e que aliás muito convém declarar. Palacio do Rio de Janeiro, em 31 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Na mesma conformidade a todas as Camaras da Provincia do Rio de Janeiro, omitindo-se as palavras—em resposta ao seu officio de 7 do corrente.—*Acha-se à fl. 123 do Liv. 11º da Côrte na Secretaria da Justiça.*

EDITAL DE 31 DE OUTUBRO.

Imp avulso.

Francisco José Alves Carneiro, Desembargador da Relação da Bahia, com exercicio na Casa da Supplicação, Ajudante do Intendente Geral da Policia, Encarregado de todo o expediente do mesmo lugar, e Presidente da Junta Policial desta Côrte.

Faço saber que pela Junta Policial forão aprovadas as seguintes providencias:

1.º Que, tendo sido determinado por Decreto de 5 de Outubro do corrente, o padrão do tope nacional, e tendo-se notado ainda algum deleixo em alguns Cidadãos Brasileiros, que continuão a usar de tope de palhaõ diverso do marcado no mesmo Decreto, todos os Juizes de Paz recomendem aos Commandantes de Esquadras que prendão, como em flagrante delicto, todos os ditos Cidadãos Brasileiros que fôrem encontrados com tope de padrão differente do marcado no dito Decreto; 2.º, que, havendo alguns individuos nascidos em Portugal e seus dominios, que, tendo vindo para o Brazil depois da Independencia, e não sendo por isso Cidadãos Brasileiros, se julgão taes, e por isso trazem o tope nacional, só pelo facto de haverem jurado a Constituição do Imperio, se lhes advirta por Edital que não só esses, como quaesquer outros estrangeiros, estão sujeitos ás penas do art. 301 doCodigo Criminal, e se recomende aos mesmos Commandantes de Esquadra os prendão em flagrante delicto encontrando-os com o tope nacional; 3.º, que da mesma forma prendão, como em flagrante, aos Africanos libertos, chamados de nação, que, não sendo Cidadãos Brasileiros, na forma do § 4.º, art. 6.º, titulo 2.º da Constituição, não podem fazer uso do tope nacional, quando

os encontrem com o dito tope; 4.^a, que, feita a prisão, os Commandantes das Esquadras dêem immediatamente parte aos Juizes de Paz para lhes formarem o processo summario; 5.^a, que igualmente prendão, e fação conduzir logo ao Calabouço para soffrerem as penas da Lei, quaesquer escravos que fôrem encontrados com o tope nacional, visto que tal distinctivo lhes não pertence. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandei affixar o presente Edital e publicar nos Jornaes. Rio, 31 de Outubro de 1831. — Francisco José Alves Carneiro. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 108, vol. 18.*

AVISO DE 31 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, declarar á Camara Municipal desta Cidade, para sua intelligencia e execução, e em resposta ao seu officio de 27 do corrente, que a mesma Camara poderá designar as companhias de Cavalaria e secções della, em qualquer districto onde lhe conste, pelos Juizes de Paz respectivos, haver numero sufficiente de cidadãos em circumstancias de serem a ellas admittidos, se por algum delles não tiverem sido feitas as designações a tal respeito, sem para isso ser necessario esperar por novas declarações, afim de não haver demora na sua organização, que aliás muito convém accelerar. Palacio do Rio de Janeiro, em 31 de Outubro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 108, vol. 18.*

AVISO DE 31 DE OUTUBRO.

Imp. avulso.

Nesta data tenho expedido as necessarias ordens á casa de Samuel Philips e Comp., em Londres, para o pagamento dos vencimentos do Encarregado de Negocios interino, e Consul Geral em Bolivia, Antonio Gonçalves da Cruz, conforme o Aviso de V. Ex. de 29; e em consequencia do de 10 tambem o preveni para que no primeiro pagamento que houver de fazer ao Secretario da Legação em Roma, Francisco Moniz Tavares, se descontem L. st. 1., 2., 6., incluídas de mais na letra ultimamente paga pelo seu ordenado do 3.^o quartel deste anno. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 31 de Outubro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Francisco Carneiro de Campos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 109, vol. 18.*

CARTA DE LEI DE 31 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral Legislativa decretou, e ella sancionou a Lei seguinte:

Art. 1.^o O Ministro e Secretario de Estado dos

Negocios da Guerra fica autorisado a despendere no anno financeiro do 1.^o de Julho de 1831 ao ultimo de Junho de 1832 na Provincia de Pernambuco:

Com o Trem, a quantia de 31:031\$230.

Com o Hospital Militar, 14:000\$.

Art. 2.^o As quantias mencionadas no artigo antecedente serão deduzidas das sobras que se derem nos differentes artigos de despezas consignadas á Repartição da Guerra pela Lei de 15 de Dezembro de 1830.

Manda, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 31 de Outubro de 1831, 10.^a da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Com os registos competentes.*

CARTA DE LEI DE 31 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral Legislativa decretou, e ella sancionou a Lei seguinte:

Art. 1.^o Fica concedida ao Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra autoridade de applicar a quantia de 15:748\$600 rs. para as despezas do corrente anno financeiro na Provincia do Espirito Santo.

Art. 2.^o Esta quantia será tirada das sobras que se derem nos differentes artigos de despeza consignados á Repartição da Guerra pela Lei de 15 de Dezembro de 1830.

Manda, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 31 de Outubro de 1831, 10.^a da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Com os registos competentes.*

CARTA DE LEI DE 31 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral decretou, e ella sancionou a Lei seguinte:

Art. unico. Cada um dos Juizes do Crime desta cidade vencerá o ordenado de 1:600\$.

Manda, portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 31 de Outubro de 1831, 10.^a da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — Diogo Antonio Feijó. — *Com os registos competentes.*

DECRETO DE 31 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que

se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º O anno para as contas das Camaras Municipaes do Imperio será contado do 1.º de Outubro ao ultimo de Setembro.

Art. 2.º Estas contas se acharão nas Capitães das Provincias no dia 1.º de Dezembro para serem apresentadas aos Conselhos Geraes; e as da Provincia onde estiver a Capital do Imperio serão enviadas á Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, para se remetterem á Assembléa Geral Legislativa em seu devido tempo.

Art. 3.º As Camaras devem balancear exactamente suas contas; contendo as da receita: 1.º, quanto effectivamente se arrecadou; 2.º, a que anno pertence; 3.º, quanto se deixou de cobrar; 4.º, se está a divida em execução ou fallida. E na conta da despesa: 1.º, quanto se despendeu e em que; 2.º, a que anno pertence; 3.º, qual seja a sua divida passiva.

Art. 4.º No balanço se devem notar marginalmente as disposições legislativas que autorisam as Camaras para a sua receita e despesa, remettendo-se certidões dos Accordãos, Mandados e Posturas, que legalisam as mesmas despesas, ministrando-se aos Conselhos Geraes todas as informações e documentos que por elles fôrem exigidos.

Art. 5.º As Camaras que não cumprirem a presente disposição serão multadas pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio nesta Provincia, e nas outras pelos Conselhos Geraes, na quantia de 40 a 120 \$ rs., paga *pro rata* pelos bens particulares dos Vereadores culpados, applicada para as despesas dos Municipios, e arrecadada pelos respectivos Procuradores. Na mesma multa incorrerão, e do mesmo modo as Camaras que não cumprirem as glosas feitas pelos Conselhos Geraes da Provincia. Na imposição da multa se terá muito em vista as posses dos multados.

Art. 6.º Ficão revogadas todas as Leis em contrario.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 31 de Outubro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 31 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Em 21 annos completos termina a minoridade, e se he habilitado para todos os actos da vida civil.

Art. 2.º Fica revogada a Legislação em contrario.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 31 de Outubro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima

e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 31 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, sanciona e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. unico. Fica concedida a Anna Maria de Jesus a metade do soldo que percebia seu finado marido, o Cirurgião-Mór do extinto Regimento de Santa Catharina.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 31 de Outubro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — Manoel da Fonseca Lima e Silva.

DECRETO DE 31 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, sanciona e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. unico. Manoel José Eduardo Vaugien é Capitão de Artilharia do Exercito do Imperio do Brazil.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 31 de Outubro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — Manoel da Fonseca Lima e Silva.

DECRETO DE 31 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. II, sanciona e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Os officiaes militares naturaes ou domiciliarios na Provincia Cisplatina, que adherirão á causa do Brazil, conservando-se no Exercito do Imperio quando a mesma Provincia delles se separou, em virtude da Convenção Preliminar de 27 de Agosto de 1828, são Officiaes do dito Exercito, e como taes tem direito aos vencimentos que lhes competem.

Art. 2.º Ficão derogadas as ordens em contrario.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 31 de Outubro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — Manoel da Fonseca Lima e Silva.

DECRETO DE 31 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, sanciona, e manda que se execute a

seguinte resolução da assembléa geral legislativa :

O Governo fica autorisado para manlar pagar a José Antonio de Oliveira Guimarães, filho do fallecido Coronel Manoel José de Oliveira Guimarães, os soldos atrasados que o dito Coronel deixou de perceber, quando Major de Cavallaria de Milicias de Piracatú, á razão de 26,75 rs. mensaes, segundo a Provisão de 24 de Setembro de 1798.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 31 de Outubro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Braulio Moniz.—Manoel da Fonseca Lima e Silva.

DECRETO DE 31 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, sanciona, e manda que se execute a seguinte resolução da assembléa geral legislativa :

Os empregados da extincta Repartição do Commissariado que se acharem confirmados por Aviso da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, continuarão a receber os seus ordenados, até que sejam empregados em outras Repartições.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 31 de Outubro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Braulio Moniz.—Manoel da Fonseca Lima e Silva.

DECRETO DE 31 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa :

Art. unico. José da Costa Freire de Freitas, natural da Cidade do Rio de Janeiro, está no gozo dos direitos de Cidadão Brasileiro, e como tal continuará no exercicio do seu posto.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 31 de Outubro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETOS DE 31 DE OUTUBRO.

Coll. Braz.

Forão sancionadas diversas resoluções da Assembléa Geral Legislativa approvando varias naturalisações, e em consequencia se passarão Decretos, em 31 de Outubro do corrente anno, e são os seguintes :

David Jewet, natural dos Estados-Unidos.

Jonathas Abbot, natural de Londres, e residente na Bahia.

Julio Frederico Koeler, natural de Mayença.
Bartholomeo Bartholazzi, natural de Veneza.
Thomaz B. Tilden, natural dos Estados-Unidos d'America.

José Pereira de Azevedo, natural do Porto, casado com Brasileira, e residente na Provincia do Rio Grande do Norte.

Antonio Carlos Figueira de Figueiredo, natural do Reino de Portugal.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 31 de Outubro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

3 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

FALLA com que a Regencia em nome de S. M. o I., encerrou a sessão da Assembléa Geral Legislativa, no dia 1º de Novembro de 1831.

Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação.

No momento em que termina a presente sessão, os negocios do Estado offerecem um aspecto menos desagradavel aos amigos das Liberdades Publicas.

Nossas relações de paz e amizade com as Nações de hum e outro Hemispherio continuão sem alteração.

Algumas Potencias tem já reconhecido o Sr. D. Pedro II, havendo os Estados-Unidos da America de novo acreditado o seu Encarregado de Negocios, e he de esperar que se realise o reconhecimento dos outros Estados, attenta a justiça do mesmo Augusto Senhor, e os imprescriptiveis direitos das Nações.

No interior a Lei cobra o seu imperio; e se os partidos desencontrados, aspirações illegaes, paixões violentas, arrastão aqui e ali a licença, e produzem commoções, a Nação as repelle e de testa, como fataes percursoras da anarquia e despotismo. O Brazil se recordará sempre grato dos revelantes serviços prestados pelos Guardas Municipaes, officiaes, soldados, e outros bravos militares; estes dignos brasileiros tem arrostrado por toda a parte os maiores perigos, esquecidos de si, e só tendo por diante o que lhes merece a sua Patria.

Esgotados infructuosamente os meios brandos, forçoso he desembainhar a espada da justiça para conter os facciosos, cujos incessantes attentados contra a ordem e tranquillidade principiavam a estancar as fontes da riqueza nacional, e como que a banir desta terra hospitaleira a paz e a segurança individual, e a da propriedade.

He chimera aspirar á liberdade sem justiça.

Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação, a Regencia, em nome do Imperador, vos agradece os importantes actos legislativos que se ultimárão na presente sessão, e que tanto tem contribuido para a manutenção do Estado; merecendo especial menção o vosso zelo

em encetardes as reformas constitucionaes reclamadas pela opinião geral. Abranger toda a extensão das necessidades publicas em tão curto periodo não cabia no possível; ainda faltão algumas das Leis, de que depende a plena execução da Constituição, hein como providencias para o melhoramento de nossas finanças; ainda he indispensavel que continuem algumas instituições antigas pouco compatíveis com a Lei fundamental da Monarchia.

Depois de tantas fadigas he necessario o repouso, importa que torneis ás vossas habituaes occupaões, afim de que deis o mais vivo exemplo da obediencia ás Leis, das quaes não pequena parte são obras vossas.

Ide, Senhores, receber as felicitações e bençãos de vossos concidadãos, e afiançar-lhes que o Governo de vossa eleição põe todo o seu desvelo e sollicitude em promover a publica prosperidade, e velar na Independencia, Integridade e Honra Nacional.

Está fechada a Sessão. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz.

AVISO DE 1 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Fiz presente á Regencia, em nome do Imperador, o officio de V. Ex. n. 1, participando a sua chegada a essa Provincia, e de haver tomado posse da Presidencia della, e os de ns. 66 e 67 do antecessor de V. Ex. com copia da Acta do Conselho sobre a remessa para esta Córte dos militares ahí revoltados, os quaes com effeito acabão de chegar ao Porto desta Capital; e quanta fosse a satisfação que teve a Regencia pela leitura do dito seu officio n. 1, por estar certa de que a prudencia e zelo de V. Ex. muito concorrerão para tranquillidade da Provincia, tanto mais vivo foi o dissabor que sentio pela execução da medida da remessa dos presos, a qual, não tendo sido de antemão communicada, como muito cumpria, põe agora o governo em extraordinario embarço, á vista das circumstancias em que se acha a Capital do Imperio, que acabe de dever ao patriotismo dos seus habitantes o não ser visitada do mesmo flagello que infelizmente desceu sobre essa Provincia, quando não he de menor peso a consideração de se fazer remover do lugar em que commetterão crimes, e no qual devem ser julgados á vista de testemunhas e provas irrefragaveis presos de semelhanthe qualidade, para se não dar lugar no estado actual á mais leve suspeita de que por esta maneira se lhes quer tolher os meios de Justiça que possão estar ao seu alcance; nestes termos, considerando a Regencia não ser por maneira alguma praticavel conservarem-se aqui aquelles presos, nem mesmo prudente, cheias como estão as Fortalezas, Presigangas, e prisões desta Capital, de réos sentenciados e por sentenciar, resolveu em sua sabedoria faze-los outra vez regressar para essa Provincia, ordenando ao Official Commandante do Navio de

Guerra que escolte aquelles em que os presos são transportados: o ir directamente desembarcalos na Ilha de Fernando de Noronha, cuja posição geographica e localidades offerecem todas as commodidades para serem conservados sem contagio da Provincia, não só os que fôrem sentenciados, mas ainda os que o não fôrem por falta de provas, mas que todavia deverem por cautela estar apartados do trato e communicação do resto da Provincia. Deixa a Regencia ao arbitrio de V. Ex., quando assim julgue preciso, designar para vigiar aquella Ilha mais huma das Embarcações de Guerra; e para se tirar aos presos qualquer meio de reproduzir novos motins, mandará V. Ex. retirar daquelle lugar as munições de guerra, ou guarda-las de modo que a ellas não possão ter accesso.

Como possa occorrer que cheguem primeiro que as ordens de V. Ex. os transportes á Ilha de Fernando: mandou a Regencia dirigir ao Commandante do destacamento ali estacionado positiva e preventiva ordem para receber os presos, e para cuja sustentação V. Ex. dará as convenientes providencias.

Resta-me agora dizer a V. Ex. sobre a medida apontada no dito seu officio n. 1 a respeito de baixas ao resto dos soldados de 1ª linha, que a Regencia o autorisa para as dar como entender melhor.

Confiando muito a Regencia na prudencia, luzes e patriotismo de V. Ex., espera que brevemente V. Ex. lhe communicará lisongueiras noticias dessa Provincia, por cujo socogo tem a maior sollicitude. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, 1 de Novembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco de Carvalho Paes de Andrade. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 112, vol. 18.*

PORTARIA DE 3 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authentic.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, que pela Intendencia da Policia se não consinta que no Calabouço se dêem mais de 50 açoutes em escravos á requisição de seus senhores, e em 2 dias, e quando tenham commettido algum crime, deve preceder processo legal para, em consequencia de sentença, serem dados mais açoutes; visto que mais de 50 deve entender-se excesso de correção, e por isso prohibido pela Lei. O que lhe participo para sua intelligencia e execução. Palacio do Rio de Janeiro, 3 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se á fl. 123 do Liv. 11º da Córte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 3 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authentic.

Ilm. e Exm. Sr. — Vou rogar a V. Ex. a expedição das convenientes ordens, afim de que os Milicianos do 4º Regimento da Córte, e as pra-

cas que lhe estão addidas, bem como os Officiaes de 1.^a linha que não tem Corpos, nem se achão reunidos ao Batalhão dos Officiaes Soldados da Patria, sejam compellidos a prestar serviço nas Guardas Municipaes, dispensando-se aquelles do pequeno serviço que fazem aos Domingos e Dias Santos, e a cujo pretexto se evadem ao das ditas Guardas Municipaes, que se tem tornado por isso mais oneroso aos outros cidadãos. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 3 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se d fl. 124 v. do Liv. 11.^o da Côrte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 3 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Foi presente á Regencia a representação de V. P. Rm., em que faz ver o embaraço em que se acha na administração do seu Convento, depois das Portarias de 27 de Agosto e 13 de Outubro, nas quaes se lhe fazia ver, — que ninguém deve ser constrangido em objectos de Religião, e que a mesma Regencia se persuadia que nenhum regular coacto pôde desempenhar deveres de consciencia, e que a Religião só perde, e nada ganha, quando ha constrangimento; — e que se via reduzido ao fatal dilemma, ou deser a cada momento reprehendido pelo Governo de empregar a coacção para reprimir subditos desobedientes, etc., ou se tornaria responsavel pela immoralidade de seus subditos, cujos excessos e relaxações lhe devem ser por sua indiferença imputados, concluindo — que, se o Governo, por um effeito de sua benevolencia, não se dignasse dirigir de huma maneira directa os negocios e causas peculiares dos Religiosos, não teria roubado o tempo com tão longa exposição, etc. — Manda a mesma Regencia, em nome do Imperador, responder-lhe, para sua intelligencia: 1.^o, que aquelles principios professados pelo Governo são os mesmos que V. P. Rm. reconhece verdadeiramente em theoria na sua representação, que todas as sociedades verdadeiramente religiosas praticão, o que a Constituição do Imperio no art. 179, § 5.^o proclama como hum direito individual, que deve ser garantido; 2.^o, que nenhuma razão tem em julgar-se reduzido ao fatal dilemma deser a cada momento reprehendido pelo Governo de empregar a coacção para reprimir subditos desobedientes, etc., não só por ser vão e chimerico esse temor, não tendo motivo algum da parte do Governo que o induzisse a tal coisa esperar, visto que as Portarias só tratão de coacção em objectos religiosos, como porque o mesmo Governo reconhece o direito que tem qualquer associação de regular a sua administração interna, e de qualquer chefe de familia empregar castigos correccionaes, em que se convencionarem os associados, enquanto quizerem fazer parte da mesma associação; sendo porém certo que se torna responsavel pela immoralidade dos seus subditos, que, pela voz publica, e confissão mesmo de V. P. Rm., muitos se tem tornado

escandalosos, e até incorrigiveis; o que não aconteceria se, ou desde principio pozesse em effectiva observancia as regras da casa, ou, deixando de ambicionar grande numero de subditos, tivesse por si mesmo despedido aquelles que só querem gozar das vantagens da religião, sem expôr-se aos inconvenientes da associação, desgraça que, bem longe de attribuir-se ás Portarias mencionadas, e aos principios nellas exarados, deve-se sem duvida á repugnancia em reduzi-los á pratica; 3.^o, que o Governo desviando-se da marcha anteriormente praticada, longe de conceder aos Religiosos licença para residirem fóra do Convento, tem reenviado os seus requerimentos a V. P. Rm. para lhes deferir, declarando sómente a sua opinião; entendendo que taes licenças não devem ter outro fim que satisfazer deveres de consciencia, que estão fóra da alçada do Governo, e nunca evitar por meio dellas a coacção produzida por castigo civil e temporal, cujo emprego iria de encontro á Constituição no supracitado artigo, e sujeitaria a quem a empregasse ás penas decretadas no art. 191 doCodigo Criminal; e este procedimento do Governo jamais em boa fé poder-se-ha dizer que he direcção directa dos negocios e causas peculiares dos Religiosos, como V. P. Rm. affectou entender, porquanto um só facto não apparecerá que prove semelhante ingerencia da parte do mesmo Governo, o qual prestará comtudo em qualquer tempo a devida protecção aos subditos do Imperio que fôrem de qualquer modo violentados para praticarem actos religiosos contra sua vontade, quando lhes he livre pela Constituição, não só o escolherem o culto que quizerem, como até a separarem-se da associação politica brasileira, satisfazendo unicamente os Regulamentos policiaes. Deos guarde a V. P. Rm. Paço, em 3 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Provincial dos Religiosos Franciscanos desta Côrte. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 108, vol. 18.*

DECRETO DE 3 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem ampliar o art. 1.^o das Instruções annexas ao Decreto de 3 de Dezembro do anno passado, para execução da Carta de Lei de 10 de Setembro do mesmo anno, permitindo que, quando não haja no mercado pergaminho em que se estampem os passaportes especiaes para os navios empregados na navegação de cabotagem, ou esteja elle por tal preço que não convenha ás partes a sua compra, possão os ditos passaportes ser estampados em papel de hollandia da melhor qualidade, para que a sua duração seja a maior em beneficio das mesmas partes, e sem prejuizo da Fazenda Publica, Joaquim José Rodrigues Torres, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Novembro de 1831, 10.^o da Independencia do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João

Braulio Moniz. — Joaquim José Rodrigues Torres. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 115, vol. 18.*

Souza. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 115, vol. 18.*

AVISO DE 3 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Os papeis inclusos, sobre os quaes chamo a attenção de V. Ex., o inteirarão de que o Desembargador Juiz do Crime do Bairro de S. José requiriu a prisão dos dous irmãos Alleres, Bernardo e Claudino da Silva e Almeida, ao Juiz de Paz da Freguezia de Santa Anna, sem o menor conhecimento do Commandante das Armas e Provincia, que se acha perplexo sobre a linha de conducta que deve seguir para conservação do foro militar não derogado: espero pois que, dignando-se V. Ex. dar providencias que regulem nos futuros casos as prisões dos officiaes e soldados que fôrem requisitados pelos Juizes Criminaes, haja de communicar-m'as para instrução do referido Commandante das Armas; restituindo-me os officios que remetto. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 3 de Novembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 115, vol. 18.*

AVISO DE 3 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — As razões apresentadas pelo Commandante das Armas dessa Provincia de Minas Geraes em seu officio n. 38, de 9 de Outubro findo, para obstem a prompta execução da Circular de 26 de Julho do corrente anno, que manda estabelecer em todos os Corpos de 1.^a linha do Exército Conselhos de Administração para fundos de fardamentos, sendo ponderosas e fundadas nas peculiares circumstancias do 1.^o Corpo de Cavallaria de 1.^a linha, que já merecêrão a passada Administração toda a attenção para deixar de verificar-se ordem identica, não podião deixar igualmente de ser attendidas pela Regencia, em nome do Imperador, que, tomando em consideração, resolveu, em consequencia, que, ficando por ora sem effeito o disposto na citada Circular, e reservada a sua execução litteral para quando estejam mais concentradas no lugar da Parada as praças do sobredito 1.^o Corpo, que actualmente por encargo do serviço publico se achão disseminadas pela Provincia e fóra della, expõe V. Ex. de accordo as ordens precisas para que, em lugar de se recolherem os 60 réis determinados para fundo de fardamento de cada huma praça ao cofre para isso destinado, continuem elles a ser, como até agora, entregues ás mesmas praças directamente para se promptarem de seus uniformes, na forma da pratica seguida. O que participo a V. Ex. para seu conhecimento e execução. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 3 de Novembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Manoel Ignacio de Mello e

AVISO DE 4 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao Aviso de V. Ex. de 18 do mez antecedente, pelo qual V. S. solicita novamente solução do que exigira pelo de 22 de Fevereiro acerca dos pretos julgados libertos pela Commissão Mixta; cumpre-me dizer a V. Ex. que, tendo sobre este mesmo objecto feito as mais positivas recommendações ao Ouvidor da Comarca como Juiz Conservador dos referidos libertos, delle apenas obtive as informações que constão dos inclusos papeis, que rogo a V. Ex. m'os haja de restituir, afim de os ter em vista quando receber as ultteriores informações que tenho recommendado. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 3 de Novembro de 1831. — Sr. Francisco Carneiro de Campos. — *Acha-se à fl. 125 do Liv. 11.^o da Côte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 4 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authenticico.

A Regencia, em nome do Imperador, ha por bém que Vm. dê a causa por que até agora não informou, como lhe foi ordenado por Aviso de 22 do mez passado, sobre o requerimento de queixa de Ricarda Maria; o que fará dentro de 24 horas contadas da entrega deste, para cujo fim passará recibo ao portador. Deos guarde a Vm. Paço, em 4 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz Supplente da Freguezia da Lagôa. — *Acha-se à fl. 125 do Liv. 11.^o da Côte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 4 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authenticico.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a Vm. o requerimento incluso de Rosa Maria, expondo achar-se no Hospital da Santa Casa da Misericórdia uma mulher que acompanhou os ladrões que roubarão e matarão a dous irmãos da supplicante, a qual, chamando-se Maria Torcate, ali he tida com o nome supposto de Maria Silveria: e ha por bém que Vm., depois de indagar se he verdade o que a supplicante allega, proceda contra a supplicada na conformidade da Lei. Deos guarde a Vm. Paço, em 4 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz Supplente da Freguezia de S. José. — *Acha-se à fl. 125 v. do Liv. 11.^o da Côte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 4 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr. — Pas-o ás mãos de V. Ex. o officio incluso do Juiz de Paz Supplente da

Freguezia da Mangaratiba de 25 do mez passado, e mais papeis que acompanhárão, enviando preso o supposto Padre Francisco de Paula Nascetes, por se descobrir ser desertor do 1º Corpo de Artilharia de posição desta Córte, o qual se acha recolhido na Fortaleza de Villegaignon, afim de V. Ex. lhe dar o destino que fôr conveniente. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 4 de Novembro de 1831. Diogo Antonio Feijó. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se à fl. 125 v. da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 4 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Em resposta aos dous officios de V. S. de 31 do precedente mez, offerece-se-me dizer a V. S. que as correntes novas e o concerto das antigas e o tronco, não devem exceder a quantia de 400\$, que, quanto aos presos, cujas sentenças fôrem commutaveis, devem vir todos juntos em huma relação, visto que convém seguirem juntas ao seu destino, afim de evitarem-se maiores despesas. Deos guarde a V. S. Paço, em 4 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se à fl. 202 v. do Liv. de registro da extincta Casa da Supplicação, aberto em 7 de Junho de 1831, e à fl. 124 v. do 11º da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 4 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Sendo presente á Regencia, em nome do Imperador, o seu officio de 29 de Outubro proximo passado, em que requisitava hum Cirurgião e Botica para a Fortaleza da Lage, determinou que não só para esta, mas para todas as Fortalezas deste Porto, Vm. haja de fazer destacar mensalmente hum Cirurgião de sua nomeação: officiando outrosim ao Hospital militar para que forneça a cada huma das mesmas Fortalezas huma caixa de medicamentos. O que participo a Vm. para sua intelligencia e execução. Deos guarde a Vm. Paço, em 4 de Novembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carlos de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 114, vol. 18.*

AVISO DE 4 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Ordena a Regencia, em nome do Imperador, que na Thesouraria Geral das Tropas da Córte se pague ao Procurador da Camara Municipal da Villa de Angra dos Reis, Manoel de Souza Dias, ou a quem suas vezes fizer, a quantia de 502\$220 rs., importancia da despesa que fizeza aquella Camara na conducção e mantimentos fornecidos a tres Destacamentos, que vierão para a Córte em 1 e 16 de Agosto, e 3 de Outubro findo. O que participo a Vm. para seu conheci-

mento e execução. Deos guarde a Vm. Paço, em 4 de Novembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Ignacio Viegas Tourinho Rangel. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 114, vol. 18.*

AVISO DE 4 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Podendo acontecer que hum mesmo individuo que pertença aos Corpos de Milicias e ás Guardas Municipaes se veja na collisão de ser chamado simultaneamente a serviços disparatados, e por isso constrangido a faltar a hum delles, e sujeito, em consequencia, a castigo de correção, como V. Ex. (pelos papeis inclusos que peço me restitua) verá que aconteceu com o 1º Sargento da Companhia de Grana-deiros do 1º Regimento de Infantaria de 2ª linha, José Martins Lopes, ora preso na Fortaleza da Conceição: espero que V. Ex. se digne expedir ordem afim de que não sejam nomeados para o serviço das Guardas Municipaes os Milicianos que se acharem em activo serviço na Tropa de Linha. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 4 de Novembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 114, vol. 18.*

AVISO DE 4 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, participar ao Commandante das Armas da Provincia da Bahia, em resposta ao seu Officio de 12 de Outubro findo, relativamente á manei-ra e qualidade da moeda em que devão ser pagas as quantias marcadas para o fundo de fardamentos, que a Tropa deve receber taes quantias, como estabelecer o Presidente da Provincia, sem hesitação alguma. Palacio do Rio de Janeiro, em 4 de Novembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 114, vol. 18.*

AVISO DE 4 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — A Regencia, em nome do Imperador, inteirada de todo o conteúdo no officio de V. Ex., de 20 de Outubro ultimo, em que participa a fugida dos presos que se achavão na Cadêa da Villa do Sabará, manda responder a V. Ex. que muito confia na sua bem conhecida actividade e vigilancia para empregar todos os meios ao seu alcance afim de conservar inalteravel a paz e tranquillidade publica dessa Provincia, fazendo capturar os perversos desordeiros, e perseguir os fugitivos da Cadêa da dita Villa do Sabará para serem novamente recolhidos á prisão; ficando V. Ex. na intelligencia de que vai tudo ser presente ao Exm. Ministro d

Justiça para se providenciar pela sua Repartição o que fôr conveniente áquelle respeito. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 4 de Novembro de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Manoel Ignacio de Mello e Souza. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 116, vol. 18.*

AVISO DE 4 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Não tendo ainda o Collegio Medico-Cirurgico dessa Cidade hum Regulamento pelo qual se conheção as differentes obrigações de cada hum de seus empregados, e a marcha que deve seguir-se em todos os ramos de sua particular e economica administração: a Regencia, em nome do Imperador, ha por bem que V. Ex., fazendo reunir em Congregação os Lentes do referido Collegio, os incumba de formarem hum plano de regimen interno e economico daquella Repartição, afim de que, sendo apresentado e competentemente approvado, possa por elle conduzir-se, enquanto não apparece a Lei da sua reforma. O que participo a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 4 de Novembro de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Honorato José de Barros Paim. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 116, vol. 18.*

AVISO DE 4 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Não tendo ainda a Academia Medico-Cirurgica desta Côrte hum Regulamento no qual não só se indiquem as differentes obrigações de cada hum dos seus Empregados, mas tambem se prescreva a marcha que deve seguir-se em todos os ramos de sua particular e economica administração: ha por bem a Regencia, em nome do Imperador, que a Congregação dos Lentes da mesma Academia, ponderando na necessidade de promptas medidas em que se acha esta Repartição, para obter o desejado melhoramento e prosperidade, organise hum plano proporcionado para o seu regimen interno e economico, e o apresente ao Governo, afim de que, sendo approvado, possa a referida Academia conduzir-se por elle, enquanto não apparece a Lei de sua reforma. O que Vm. fará presente na mesma Congregação dos Lentes para sua intelligencia e execução. Deos guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 4 de Novembro de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Joaquim José Marques. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 116, vol. 18.*

AVISO DE 4 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, tomando em consideração o que lhe representou José Alves da Silva, queixando-se da Camara Municipal desta Cidade, por lhe haver indeferido os requerimentos que lhe dirigira, para se obstar á ruina da estrada do Sitio

do Rio Grande, causada por D. Anna Innocencia Telles, com o fim de fazer conduzir as aguas para o serviço do seu Engenho; e o que, em officio de 27 de Agosto, expendêra por informação a referida Camara sobre o motivo daquella queixa; e finalmente a supplica da dita D. Anna Telles para que se suspenda a Ordem expedida em Portaria de 9 de Setembro, e que determinou se restituísse a estrada ao seu antigo estado: manda, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, declarar á sobredita Camara Municipal que fique sem effeito o que se ordenou na citada Portaria, com a condição de que a dita D. Anna Innocencia seja obrigada a fazer pontes de pedra e cal, com toda a segurança, em todos os lugares onde o canal côrta a Estrada e servidão publica; fazendo a Camara examina-las se estão ou não bem construidas: e ordena outrossim que a mesma Camara a faça assignar termo de bem conservar as referidas pontes, para que a serventia publica não seja embaraçada e obstada, nem por hum dia, em consequencia de falta de reparos; ficando igualmente sujeita a restituir a estrada ao seu antigo estado, se faltar a esta essencial condição do dito termo, o qual será passado na mesma Camara Municipal, e huma copia delle remetteda á sobredita Secretaria de Estado. Palacio do Rio de Janeiro, em 4 de Novembro de 1831. — José Lino Coutinho. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 118, vol. 18.*

AVISO DE 4 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem que Vm. informe por esta Secretaria de Estado se a Sentinella postada no salão da entrada dessa Administração, onde se achão as listas das cartas, he ou não precisa para guardar o cofre da Repartição; pois que, não sendo, será retirada, como julga conveniente o Marechal Comandante Geral das Guardas Municipaes; e nesse caso Vm. dará as providencias para que as portas dessa Administração fiquem de noite fechadas com a devida segurança, rompendo-se porém n'huma dellas huma fresta de grandeza proporcionada para o publico lançar as cartas em huma caixa que deve estar pela parte de dentro, e que no dia seguinte, quando se abrirem as portas, será aberta para se despejar. Deos guarde a Vm. Paço, em 4 de Novembro de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Caetano Luiz de Araujo. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 123, vol. 18.*

DECRETO DE 5 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, houve por bem sancionar e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. unico. Fica approvada a aposentadoria concedida a Antonio José de Gouvêa, Escrivão

do Almoxarifado do Arsenal da Marinha pela 6ª classe, por Decreto de 3 de Outubro de 1828, com metade do ordenado que percebia.

Joaquim José Rodrigues Torres, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Novembro de 1831, 10ª da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Joaquim José Rodrigues Torres.

DECRETO DE 5 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, houve por bem sancionar e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. unico. Jorge Broon está comprehendido na excepção do periodo ultimo do art. 10º da Lei de 24 de Novembro de 1830, sendo por isso Capitão-Tenente da Armada Nacional.

Joaquim José Rodrigues Torres, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Novembro de 1831, 10ª da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Joaquim José Rodrigues Torres.

AVISO DE 5 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Constando da conta do primeiro trimestre do presente anno, por Vm. remetida a este Thesouro, bem como dos respectivos livros de escripturação da extincta Caixa dessa Legação, haver Vm. sacado contra a Junta da Fazenda do Maranhão sete letas no valor de Lb. 5,000, ao cambio de 39 d. por 1\$ rs.; e vendo-se no balanço da referida Junta da Fazenda que aquelle saque fôra em huma unica letra de Lb. 5:061, 3, 3,, e ao cambio de 35 d. por 1\$; cumpre que, pelo Paquete immediato á recepção desta, Vm. me informe qual o motivo de semelhante e tão notavel differença. Deos guarde a Vm. Paço do Rio de Janeiro, em 5 de Novembro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Eustaquio Adolfo de Mello e Mattos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 108, vol. 18.*

AVISO DE 5 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Tenho presente as suas cartas de 6 e 7 de Setembro proximo passado, recebidas neste Thesouro em 2 do corrente, na primeira das quaes Vm. participa ter recebido novas letas das Juntas de Fazenda da Bahia, no valor de Lb. 6, 121, 11, 1., de Pernambuco — 3,000 —, e do Maranhão — 4,000 —; cujas remessas o habilitarão a annunciar o pagamento do semestre de juros vencidos no 1º de Outubro ultimo, havendo, em consequencia disso, subido no mercado o preço das apolices brasileiras, que a mais subirá, diz Vm., se o Governo Imperial continuar em

suas constantes remessas. E na segunda aconselha Vm. que para sustentar o preço do pão-brazil nessa Praça será bom que todo o que houver de remetter-se das Provincias seja consignado a huma só casa.

Quanto a esta ultima, fico inteirado do seu conteúdo; e respondendo á outra, repetirei a Vm. que o Governo de Sua Magestade o Imperador porá sempre o seu maior desvelo em manter illeso o credito do Brazil, contando que da parte de Vm. encontrará o necessario auxilio para se conseguir esse fim tão importante a ambas as partes.

Com a possivel brevidade se remetterá a Vm. quantia que, junta ás sobras que em seu poder devem ter ficado no 1º de Outubro, perfazão o importe da amortização do presente anno. Deos guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Novembro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Nathan Meyer Rothschild. Londres. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 112, vol. 18.*

AVISO DE 5 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Foi presente á Regencia, em nome do Imperador, a representação da Sociedade Defensora da Liberdade e Independencia Nacional, em que lembra algumas medidas relativas aos presos ha pouco chegados de Pernambuco, afim de que não seja alterada a tranquillidade de que goza esta Capital: a mesma Regencia, em nome do Imperador, louvando os patrioticos sentimentos de que constantemente se acha animada a mesma Sociedade, declara terem-se já dado todas as providencias para que sem offensa da humanidade sejam os presos enviados á Ilha de Fernando: o que pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça se participa ao Conselho da saida Sociedade para sua intelligencia. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 112, vol. 18.*

AVISO DE 5 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Em resposta ao Officio de V. Ex. de 31 do mez passado, offerecendo novas duvidas sobre o Processo do ex-Presidente da Provincia do Maranhão, tenho a dizer a V. Ex. que, não constituindo a Lei executor das ordens do Supremo Tribunal de Justiça ao Ministro e Secretario de Estado desta Repartição, todas as vezes que ella determinar algum acto sem perscrever a fôrma, he livre á Autoridade a quem fôr incumbida a sua execução lançar mão do meio que melhor convier para conseguir o fim; e que, sendo o réo de que se trata militar, he obvio que o Supremo Tribunal de Justiça deverá officiar ao seu respectivo Superior, não só para fazer suspender o exercicio de suas

funções, e metade do soldo, como reconhecer a inhabilidade contrahida em consequencia da pronuncia, que bastará ser communicada, e não enviada por copia, visto que o mesmo Tribunal em casos taes não he obrigado a justificar o seu proceder, e obra com plenitude de autoridade. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 5 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Albano Fragoso. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 113, vol. 18.*

AVISO DE 5 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, que o Conselheiro Juiz da Alfandega desta Côrte remetta o orçamento da despesa com os reparos da Casa do despacho e abertura, com especificada declaração da qualidade dos concertos ou obras necessarias, da qualidade e quantidade dos materiaes precisos com seus respectivos preços, e do numero dos operarios das differentes classes e officios que devem empregar-se com designação dos seus jornaes; porque assim não veio o que acompanhou o seu officio de 20 de Agosto deste anno. Rio de Janeiro, 5 de Novembro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 135, vol. 18.*

CARTA DE LEI DE 7 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral Decretou, e ella sancionou a Lei seguinte:

Art. 1.^o Todos os escravos que entrarem no territorio ou Portos do Brazil, vindos de fóra, ficarão livres. Exceptuão-se:

1.^o Os Escravos matriculados no serviço de embarcações pertencentes a Paiz onde a escravidão he permittida, enquanto empregados no serviço das mesmas embarcações.

2.^o Os que fugirem do territorio ou embarcação estrangeira, os quaes serão entregues aos senhores que os reclamarem, e reexportados para fóra do Brazil.

Para os casos da excepção n. 1.^o, na visita da entrada se lavrará termo do numero dos escravos, com as declarações necessarias para verificar a identidade dos mesmos; e fiscalisar-se na visita da sahida se a embarcação leva aquelles com que entrou. Os escravos que fôrem achados depois da sahida da embarcação serão apprehendidos e retidos até serem reexportados.

Art. 2.^o Os importadores de escravos no Brazil incorrerão na pena corporal do art. 179 do Código Criminal, imposta aos que reduzem á escravidão pessoas livres, e na multa de 200\$ por cabeça de cada hum dos escravos importados, além de pagarem as despesas da reexportação para qualquer parte d'África; reexportação que o Governo fará effectiva com a maior possível brevidade, contractando com as Autoridades

Africanas para lhes darem hum asylo. Os infractores responderão cada um por si e por todos.

Art. 3.^o São importadores:

1.^o O Commandante, Mestre ou Contra-mestre.

2.^o O que scientemente deu ou recebeu o frete, ou por qualquer outro titulo, a embarcação destinada para o commercio de escravos.

3.^o Todos os interessados na negociação, e todos os que scientemente fornecêrão fundos, ou por qualquer motivo derão ajuda, a favor, auxiliando o desembarque, ou consentindo-o nas suas terras.

4.^o Os que scientemente comprarem, como escravos, os que são declarados livres no art. 1.^o; estes porém só ficarão obrigados subsidiariamente ás despesas da reexportação, sujeitos comtudo ás outras penas.

Art. 4.^o Sendo apprehendida fóra dos Portos do Brazil pelas forças nacionaes alguma embarcação fazendo o commercio de escravos, proceder-se-ha, segundo a disposição dos arts. 2.^o e 3.^o, como se a apprehensão fosse dentro do Imperio.

Art. 5.^o Todo aquelle que der noticia e fornecer os meios de se apprehender qualquer numero de pessoas importadas, como escravos, ou sem ter precedido denuncia ou mandado judicial, fizer qualquer apprehensão desta natureza, ou que perante o Juiz de Paz, ou qualquer Autoridade local, der noticia do desembarque de pessoas livres, como escravos, por tal maneira sejam apprehendidos, receberá da Fazenda Publica a quantia de 30\$ rs. por pessoa apprehendida.

Art. 6.^o O Commandante, Officiaes e Marinheiros de embarcação que fizer a apprehensão de que faz menção o art. 4.^o tem direito ao producto da multa fazendo-se a partilha, segundo o Regimento da Marinha para a divisão das presas.

Art. 7.^o Não será permittido a qualquer homem liberto, que não fôr Brasileiro, desembarcar nos Portos do Brazil, debaixo de qualquer motivo que seja. O que desembarcar será immediatamente reexportado.

Art. 8.^o O Commandante, Mestre e Contra-mestre que trouxerem as pessoas mencionadas no art. antecedente incorrerão na multa de 100\$ por cada uma pessoa, e farão as despesas de sua reexportação. O denunciante receberá da Fazenda Publica a quantia de 30\$ por pessoa.

Art. 9.^o O producto das multas impostas em virtude desta Lei, depois de deduzidos os premios concedidos nos arts. 5.^o e 8.^o, e mais despesas que possa fazer a Fazenda Publica, será applicada para as casas de Expostos da Provincia respectiva, e quando não haja taes casas para os Hospitales.

Manda portanto, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 7 de Novembro de 1831, 1.^o da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Diogo Antonio Feijó. — *Com os registes compstentes.*

DECRETO DE 7 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa :

Ficão provisoriamente approvados os presentes Estatutos para servir de Regulamento aos Cursos de Sciencias Juridicas e Sociaes de S. Paulo e Olinda.

ESTATUTOS PARA OS CURSOS DE SCIENCIAS JURIDICAS E SOCIAES DO IMPERIO.

CAPITULO I. — *Das exames preparatorios e habilitações para matriculas.*

Art. 1º. Os estudantes que se quizerem matricular na Academia deverão apresentar as certidões exigidas pelo art. 8º da Lei que creou os Cursos Juridicos.

Art. 2º. Afim de obterem as certidões de exame, de que falla o art. 1º, requererão ao Director da Academia para que os haja de admittir áquelles exames preparatorios.

Art. 3º. O presidente destes exames será sempre o Director, e, na impossibilidade deste, hum dos Lentes ou Substitutos, que, estando desocupado, fôr nomeado pelo mesmo Director; sendo arguentes o Proprietario da Cadeira da materia do exame e seu Substituto; e na falta deste, outra qualquer pessoa que o Director julgar propria para arguir no mesmo exame.

Art. 4º. Os Examinadores arguirão os examinados nos limites das materias do exame, e sobretudo no que fôr necessario para poderem formar seu juizo sobre o merito delles, não exigindo nos exames das linguas o conhecimento da verdadeira pronuncia dellas; nem no de arithmetica as theorias de progressões e logarismos; e quanto á geometria, limitando se á geometria plana.

Art. 5º. Cada exame durará huma hora. Os Estudantes que não apresentarem attestação de algum Professor Publico, das materias em que se quizerem examinar, serão examinados com mais rigor. Os exames serão feitos em publico.

Art. 6º. Os Professores Publicos das Cadeiras Primarias apresentarão ao Director, no fim de cada anno lectivo, e antes de se proceder aos exames, pontos das respectivas materias que ensinarem, os quaes entrarão em urnas, tirando os examinados á sorte, na occasião do exame, hum ponto de cada materia em que houverem de ser examinados; dando-se aos examinados de grammatica latina algum tempo para reverem os pontos que tiverem tirado em prosa e verso; e igualmente aos de geometria para pensarem sobre a proposição que lhes deu a sorte, devendo elles responder ás questões que lhes fõrem propostas para seu desenvolvimento, e ás proposições subsidiarias, definições e axiomas que os examinadores julgarem necessarias. O exame de arithmetica será vago.

Art. 7º. Os 2 Examinadores votarão com o

Presidente, ficando approvados unicamente os que o fõrem por 2 ou mais votos.

Art. 8º. Findo qualquer exame, lavrará o Presidente nas costas do requerimento huma nota do exame, com a qualidade da approvação ou reprovação do examinado, que será assignada por elle e Examinadores, devendo ao depois esta nota ser enviada á Secretaria para ser lançada em livro competente, onde será de novo assignada pelo mesmo Presidente e Examinadores, e donde se extrahirão as certidões exigidas no art. 1º.

Art. 9º. Os exames preparatorios começarão, findo o anno lectivo, logo que nas Aulas menores se puzer o ponto; e durarão até que findem os actos da Academia. Terão igualmente lugar desde o primeiro dia util de Fevereiro até o ultimo dia util de Março.

CAPITULO II. — *Das Aulas menores.*

Art. 1º. Para o estudo das materias dos exames preparatorios, exigidos no art. 1º, cap. 1º, serão incorporadas á Academia Juridica as seguintes Cadeiras, nas quaes se ensinarão as materias dos exames preparatorios, a saber :

1ª. Cadeira, latim em prosa e verso; 2ª dita, francez e inglez em prosa e verso; 3ª dita, rhetorica e poetica; 4ª dita, logica, metaphysica e ethica; 5ª dita, arithmetica e geometria; 6ª dita, historia e geographia.

Art. 2º. Estas Cadeiras serão regidas por Professores nomeados pelo Poder Executivo, precedendo concurso publico para cada huma dellas; devendo a apresentação dos que merecerem ser nellas providos ser feita pelo Director, a quem pertence promover o concurso na vacancia das mesmas Cadeiras.

Art. 3º. O Concurso será feito em lugar destinado pelo Director, em sua presença; devendo elle nomear os Professores que no mesmo devem argumentar; os quaes procederão á votação sobre os candidatos; e aquelle ou aquelles que d'entre elles reunirem em seu favor maior numero de votos dos Professores deverão ser os propostos.

Art. 4º. Estas Escolas estarão debaixo da inspecção immediata do Director; sendo comtudo livre aos Professores dellas fazerem as representações que julgarem convenientes; tanto sobre o regimen economico policial, como sobre o ensino das mesmas, para que o Director dê as providencias necessarias.

Art. 5º. Os Professores farão a escolha dos Compendios da sua profissão ou os arranjarão, não existindo já feitos, devendo entretanto apresenta-los ao Director, afim de que este os leve ao conhecimento e approvação da Congregação, sem a qual não poderão servir nas Aulas; bem assim deve ser sujeita á approvação da mesma Congregação qualquer alteração que posteriormente os Professores julgarem conveniente.

Art. 6º. No terceiro dia util de Fevereiro começarão os trabalhos em todas estas Cadeiras, e terão lugar até o ultimo dia util de Outubro, em que se porá o ponto para se dar principio aos

exames preparatorios, na conformidade do art. 9.º, cap. 1.º. Seus exercicios terão lugar diariamente nas respectivas horas, previamente marcadas pelo Director; havendo para estas Aulas os dias feriados já marcados para a Academia Juridica no art. 2.º, capit. 12.

Art. 7.º. Os exercicios destas Cadeiras terão lugar huma vez diariamente; durando nas Aulas de latim e francez por espaço de 3 horas, e nas outras por hora e meia.

Art. 8.º. Os Professores das respectivas Cadeiras começarão a matricular os seus Discipulos dous dias antes do mez de Fevereiro, e admitirão á matricula, sem requisito algum, todo o Estudante que se apresentar até o fim de Março, annunciando de antemão o lugar e hora em que receberão o Estudante á competente matricula. Cada hum dos Professores enviará ao Director no fim de Março huma lista dos seus alumnos. Os Professores porém de latim e francez deverão admitir á matricula, não só no prazo marcado, como no decurso de todo o anno lectivo; e apresentarão, além da lista exigida no fim de Março, outras de tres em tres; que serão levadas pelo Director á presença da Congregação.

Art. 9.º. Os Professores destas Cadeiras manterão á ordem, advertindo, e mesmo reprehendendo seus respectivos discipulos, quando estes se não portarem com o silencio e decencia devida. E quando por estes meios não poderem conservar a boa ordem, por haver algum obstinado a perturba-la, recorrerão ao Director, designando o autor da desordem, para que este o reprehenda, fazendo ir á sua presença; e mostrando elle reiteradas vezes que he incorrigivel, ou desobedecendo ao primeiro chamamento do Director, poderá este manda-lo riscar da lista daquelle anno, e prohibir-lhe no decurso d'elle a entrada das Aulas.

Art. 10.º. O que fica disposto no art. 6.º se entenderá quando os respectivos Professores não estiverem occupados nos exames preparatorios, na conformidade do art. 9.º, do cap. 1.º, porque, nos dias em que fõrem a exames, ficão dispensados do exercicio de suas Cadeiras.

CAPITULO III. — Das matriculas.

Art. 1.º. As matriculas começarão no mez de Março, no primeiro dia util, e durarão até o dia 15 do dito mez. O Secretario fixará, 8 dias antes, um Edital, em que annunciará a mesma matricula, para que concorrão todos os estudantes que a ellas quizerem ser admittidos.

Art. 2.º. Só serão admittidos á primeira matricula os Estudantes que se apresentarem com despacho do Director, o qual só o concederá no primeiro anno áquelles que tiverem mostrado as certidões de idade, de todos os exames preparatorios, e conhecimento de haverem pago na Junta da Fazenda a quantia decretada no art. 6.º deste capitulo; e nos outros annos, aos que apresentarem certidão de approvação do antecedente, e o conhecimento acima referido.

Art. 3.º. O Secretario, em hum livro rubricado pelo Director, lavrará termo da matricula

de cada hum dos matriculados, fazendo menção de seus nomes, pais, patria e idade, e documentos mencionados no art. 2.º deste capitulo; cujo termo será assignado por elle matriculando e Secretario.

Art. 4.º. Não haverá precedencia na matricula senão a determinada pela letra alphabetica dos que se apresentarem na hora da matricula.

Art. 5.º. No mez de Outubro, em que se findar o anno lectivo, na conformidade do art. 10.º, do cap. 4.º, se fará a segunda matricula, para a verificação da primeira; fazendo-se o competente termo de encerramento; a esta matricula precederão tambem os annuncios determinados no art. 10.º deste capitulo: para ella só se exigirá o conhecimento referido no art. 2.º do mesmo.

Art. 6.º. Em cada uma das referidas matriculas, pagarão os Estudantes a quantia de 25\$600 rs., para poderem ser matriculados.

Art. 7.º. Finda a primeira matricula, fará o Secretario huma lista geral de todos os matriculados, e tambem listas parciaes dos estudantes de cada hum dos annos, que serão impressase distribuidas pelos Lentes e Continuos. Tambem se imprimirão os nomes dos estudantes de cada hum dos annos em hum livro que deve ser distribuido pelos respectivos Lentes, afim de nelles fazerem seus assentos: devendo cada nome ser collocado no alto de huma pagina, ficando o resto para o fim já dito.

CAPITULO IV. — Distribuição das materias que devem ser ensinadas na Academia Juridica, e providencias sobre os respectivos Compendios.

Art. 1.º. O Curso completo de Sciencias Juridicas e Sociaes será de 5 annos, em cada hum dos quaes se ensinarão as materias abaixo indicadas; havendo 9 Cadeiras distribuidas pelos annos da maneira seguinte:

1.º anno. — Direito Natural Publico, e Analyse da Constituição do Imperio.

2.º anno. — 1.ª Cadeira, Continuação das mesmas materias, Direito das Gentes e Diplomacia; 2.ª Cadeira, Direito Publico Ecclesiastico.

3.º anno. — 1.ª Cadeira, Direito Civil Patrio; 2.ª Cadeira, Direito Patrio Criminal.

4.º anno. — 1.ª Cadeira, Continuação do Direito Civil Patrio; 2.ª Cadeira, Direito Maritimo e Mercantil.

5.º anno. — 1.ª Cadeira, Economia politica; 2.ª Cadeira, Theoria e pratica do Processo.

Art. 2.º. Os Lentes farão a escolha dos Compendios da sua profissão, ou os arranjarão, não existindo já feitos; contanto que as doutrinas estejam de accordo com o systema jurado pela Nação. Estes Compendios serão submettidos á approvação da Assembléa Geral, e approvados por ella; o Governo dará aos seus autores a primeira impressão gratuita, competindo-lhes o privilegio exclusivo da obra por 10 annos.

Art. 3.º. O Lente de pratica do processo do quinto anno, logo que abrir sua Aula, explicará os principios da hermeneutica juridica, fazendo depois explicar suas regras, á analyse de qualquer Lei Patria; e em todos os Sabbados dará a

seus discipulos huma Lei para elles analysarem, a qual fará o objecto da primeira parte da sabatina.

CAPITULO V. — Dos exercicios praticos das Aulas.

Art. 1º. Finda a primeira matricula, o Director, tendo feito apromptar tudo o que fôr necessario para a abertura e andamento das Aulas, avisará aos Lentes, designando o dia em que devem dar principio aos trabalhos das suas Cadeiras.

Art. 2º. Em cada huma das Aulas durarão as lições por espaço de 1 hora que, o Lente gastará em ouvir lições e fazer prelecções.

Art. 3º. No fim de cada semana, julgando o Lente haver materia sufficiente, haverá hum exercicio, em que tres estudantes defenderão, e seis perguntarão, sobre a dita materia. Os nomes dos que devem entrar neste exercicio se tirarão por sorte de huma urna, onde devem entrar os de todos os estudantes da Aula. Os primeiros tres que sahirem serão defendentes, e os outros seis, arguentes, competindo dous destes a cada defendente, pela ordem com que sahirem os nomes da urna: não devendo o defendente responder a dous arguentes successivamente.

Art. 4º. Poderá o Lente, quando julgar conveniente, ordenar algum destes exercicios, e designar no dia os estudantes que nelle devem entrar.

Art. 5º. Nestes exercicios se fará a recordação das materias dadas no decurso da semana, não se admitindo outras questões mais do que aquellas que forem relativas ao seu objecto: ficando todavia livre ao Lente, quando julgar conveniente dar, para ser nelles discutido, algum ponto interessante e que tenha relação com as materias das lições.

Art. 6º. O Lente de cada huma das Cadeiras dará annualmente aos seus discipulos dous pontos escolhidos entre as doutrinas que lhes houver explicado, para dissertações por escripto em lingua vulgar, nas quaes terá lugar de notar o progresso dos conhecimentos e bom gosto de escrever dos estudantes; e servirão estas dissertações, do mesmo modo que as lições e outros exercicios, para o juizo que de cada hum deve formar o seu Lente.

Art. 7º. Cada ponto será dado, logo que o Lente julgar que tem explicado materia sufficiente, para que os estudantes possam desenvolv-la em suas dissertações; devendo elles entrega-las dentro de mez e meio, contado do dia em que fôr dado o ponto. Todo aquelle que não entregar a dissertação neste prazo, sem justa causa, será considerado como tendo faltado 10 vezes á Aula.

Art. 8º. No mez de Outubro, porá o Director ponto aos exercicios das Aulas, em um dia para isso destinado pela Congregação, para esse fim reunida no primeiro dia util deste mez.

CAPITULO VI. — Das habilitações e dos pontos para exames.

Art. 1º. Findo o anno lectivo, e feita a segunda matricula, haverá no primeiro dia util huma

Congregação, na qual se tratará das habilitações dos Estudantes. Ali portanto, á vista das listas dos Continuos, conferidas com as dos Lentes, que terão tambem notado as faltas de dissertações, se decidirá quaes dos estudantes tem perdido o anno, e quaes o aproveitarão e estão nos termos de serem admittidos a exame.

Art. 2º. Nesta Congregação se designarão os Lentes que hão de examinar, marcando-se as diversas turmas que deverão formar.

Art. 3º. Formar-se-ha huma lista dos estudantes habilitados, segundo a ordem dos annos, e antiguidade das matriculas, que será fixada na porta da Sala em que se devem tirar os pontos, assignando-se dia e hora para o exame de cada hum.

Art. 4º. O ponto será tirado 24 horas antes do exame, na presença de hum dos Lentes que houverem de examinar, e será communicado immediatamente aos outros Lentes que houverem de assistir ao exame.

Art. 5º. O Estudante que não comparecer no dia e hora que lhe houver sido assignado para tirar o ponto ficará para o fim de todos os de seu anno, devendo ser admittido em sua vaga o immediato na lista dos habilitados: ficão prohibidas as trocas de lugar entre os estudantes.

Art. 6º. Os Estudantes do 3º, 4º e 5º anno tirarão mais hum ponto d'entre as materias dos respectivos annos, para fazerem huma dissertação por escripto em linguagem vulgar, que defenderão no principio de seus exames.

Art. 7º. Os Lentes de cada anno, combinados, arranjarão os pontos em que devem ser examinados seus respectivos discipulos, de maneira que nelles incluão doutrinas de ambas as Cadeiras. Cada hum dos Lentes do 3º, 4º e 5º anno arranjará de mais os pontos para as dissertações de que falla o art. 6º. Todos estes pontos deverão sujeitar-se á approvação da Congregação, para ao depois entrarem nas urnas.

Art. 8º. Quando aconteça que algum estudante habilitado para fazer acto se ache impossibilitado de o effectuar antes de ferias, será admittido a faze-lo depois dellas, antes do encerramento da matricula, huma vez que o requerira á Congregação, e perante ella justifique a impossibilidade em que se achára.

Art. 9º. Todo o estudante que, depois detirado o ponto, não comparecer julgar-se-ha como se tivesse perdido o anno, excepto se justificar sobreveniencia de molestia grave, devendo neste caso recorrer á Congregação, para que esta o admitta a tirar novo ponto, achando ser verdadeiro o impedimento que teve para não fazer seu acto na occasião em que tirou seu primeiro ponto.

CAPITULO VII. — Da forma dos Actos.

Art. 1º. Finda a segunda matricula, acabados os trabalhos de habilitações e de arranjos de pontos, começarão os actos, presidindo aos exames alternadamente os Lentes proprietarios nos respectivos annos.

Art. 2º. Nos actos dos 5 annos da Academia

Juridica, serão dous os examinadores, devendo cada hum delles argumentar por espaço de 20 minutos, sobre as materias do ponto e suas referencias: competindo aos Presidentes no 3º, 4º e 5º anno, arguir o examinando sobre a dissertação por igual espaço de tempo.

Art. 3º. No caso de faltar hum dos Lentes a qualquer acto, será immediatamente chamado em seu lugar hum outro Lente que esteja desoccupado; e se não houver tempo para isso, ou se acontecer que todos estejam occupados, argumentarão os outros dous; e neste caso ficarão plenamente approvados os que fôrem pelos examinadores assistentes; e simpliciter approvados os que tiverem contra si hum só R.

Art. 4º. No fim do exame virá o Secretario da Academia á Sala onde elle se tiver feito, trazendo o Livro destinado para os termos de approvaçào e reprovaçào; e fechadas as portas, votará os Lentes por escrutinio, com a letra A ou R, signal de approvaçào ou reprovaçào. O Secretario abrirá a urna, e lavrará logo o competente termo da decisão que achar, a qual será assignada pelo Presidente e Examinadores.

Art. 5º. Entender-se-hão plenamente approvados os que reunirem em seu favor a totalidade dos votos de seus examinadores; e simplesmente approvados, os que tiverem hum só voto contra si. Os que fôrem reprovados, no caso de quererem continuar os seus estudos na Academia, serão obrigados a matricular-se, e a frequentar de novo o anno em que houverem sido reprovados: e succedendo que sejam assim reprovados 2 annos consecutivos não poderão ser admittidos a frequentar terceira vez o mesmo anno.

Art. 6º. Os actos serão feitos com toda a publicidade.

CAPITULO VIII. — *Do Grão de Bacharel Formado.*

Art. 1º. Os estudantes do 5º anno, depois de concluido o seu acto; e tendo merecido a approvaçào, serão chamados pelo Secretario, e acompanhados por elle e Continuos, se approximarão á mesa dos Examinadores, e ahi, nas mãos do Lente do 5º anno, que presidir, prestarão o juramento que vai transcripto no fim destes Estatutos.

Art. 2º. Prestado o juramento, subindo o dito Lente á Cadeira, lhe dirigirá o graduando hum breve oração em que peça o grão de Bacharel Formado, e approximando-se á Cadeira, o mesmo Lente lhe porá o Barrete da Faculdade sobre a cabeça, conferindo o dito grão; e tirando outra vez o Barrete, descerá da Cadeira.

Art. 3º. Deverá, depois disto, subir o graduado á Cadeira e ahi dar graças, pelo bom successo do seu acto, ao Presidente e Lentes, e a todo o auditorio a honra da sua assistencia; concluindo-se assim este acto. O que fôr approvado simpliciter no 5º anno não será obrigado a tomar o grão; sendo lhe licito frequentar o mesmo anno.

CAPITULO IX. — *Do Grão de Doutor.*

Art. 1º. Se algum estudante quizer tomar o Grão de Doutor, depois de feita a competente

Formatura, e tendo merecido a approvaçào plena, circumstancia esta essencial, defenderá em hum acto publico theses, que elle formará, sobre as differentes materias de cada hum das Cadeiras da Academia Juridica, devendo elle apresentar no numero de tres, sobre cada hum das ditas materias.

Art. 2º. O Candidato arranjará as suas theses de maneira que estejam de accordo com o systema jurado pela Nação: as fará imprimir, e apresentará á Congregaçào tantos exemplares dellas quantos fôrem necessarios para a distribuiçào pelos Lentes Jubilados, Proprietarios e Substitutos, e ficar algum remanescente no Archivo da Academia Juridica.

Art. 3º. Tendo o Candidato apresentado as suas theses, a Congregaçào designará 9 Lentes, para lhe argumentarem de maneira que elle seja examinado nas differentes materias de cada hum das Cadeiras. A mesma Congregaçào marcará o dia em que deve principiar este acto; mas de maneira que nunca elle tenha lugar antes de passados 10 dias depois da apresentaçào das theses.

Art. 4º. No caso de concorrerem diversos para defender theses, a Congregaçào dará preferencia ao Bacharel Formado mais antigo em grão.

Art. 5º. O Director fará participar a todos os Lentes, e remetter-lhes os exemplares das theses 8 dias antes do que se houver designado ao Candidato para seu acto, e dará aos nomeados, para nelle argumentar, aviso de suas nomeaçõe, marcando-lhes ao mesmo tempo a materia em que hão de argumentar, segundo o que se houver decidido na Congregaçào.

Art. 6º. Este acto será presidido pelo Lente Proprietario mais antigo: durará 2 dias, principiando ás 9 horas da manhã, e acabando ao meio dia. Cada hum dos Examinadores nelle argumentará por espaço de meia hora: terminado elle, procedendo os Lentes assistentes á votaçào, na fórma dos outros actos, julgar-se-ha approvado o que o fôr ao menos pela maioria dos ditos Lentes, e lhe será conferido o grão da maneira indicada no capitulo seguinte. Para poder entrar como oppositor ás Cadeiras, será necessario a approvaçào unanime.

Art. 7º. Acontecendo que falem a este acto algum ou alguns dos Lentes para elle nomeados, poderá elle effectuar-se logo que se achem reunidos 7, inclusive o Presidente: bem como, achando-se impossibilitado o Lente mais antigo, presidirá o que se lhe seguir na ordem da antiguidade.

CAPITULO X. — *Solemidades para o Grão de Doutor.*

Art. 1º. O Doutorando requererá ao Director para lhe designar dia em que ha de receber o grão de Doutor, e juntará á Petição a Certidão de approvaçào do seu acto, em que virá declarada a sua antiguidade, para que o Director dê a mesma preferencia do art. 4º do cap. 9º.

Art. 2º. O Director assignará nessa conformidade o dia, escolhendo sempre hum que fôr feriado, e fará aviso a todos os Lentes desta determinação.

Art. 3º. Os dias que se hão de assignar para os Doutoramentos serão festivos para a Academia, com repiques dos sinos da Casa dos Estudos.

Art. 4º. O Doutorando nomeará d'entre os Lentes hum Padrinho, o qual, com os Continuos e Porteiro da Academia, o acompanharão da porta principal do edificio da mesma até á sala dos Doutoramentos; e ahí será recebido pelos outros Lentes e Director; e depois se recolherão na sala, occupando os seus respectivos assentos.

Art. 5º. Estarão na dita sala assentos para todos os Lentes e mais assistentes; e na parte mais conveniente, huma mesa decentemente ornada com 3 cadeiras, em huma das quaes se assentará o Presidente do acto; defronte delle o Doutorando; e ultimamente, ao lado, o Padrinho.

Art. 6º. Assentados todos, fará o Presidente signal ao Doutorando para que elle pegue o grão de Doutor, o que elle executará em huma breve oração; fmda a qual, acompanhado pelo Presidente e Padrinho, se dirigirá ao lugar do Director, que lhe tomará o juramento transcripto no fim destes Estatutos; e lhe dará depois o grão, pondo lhe sobre a cabeça o Barrete da Faculdade, tendo anteriormente o Padrinho ornado com o anel doutoral: voltará assim depois o novo Doutor para o seu assento.

Art. 7º. Recitará, depois disto, o Padrinho huma oração, em que recommendará ao novo Doutor a faculdade e autoridade do grão, e exhortará o proseguimento das suas letras; seguindo-se depois os abraços da confraternidade, o Padrinho o levará ao Director e a cada hum dos Lentes.

Art. 8º. Concluidas estas ceremonias, dará ultimamente graças o novo Doutor aos presentes que honrão com a sua assistencia, ficando assim findo este acto.

CAPITULO XI. — *Da economia e policia das Aulas.*

Art. 1º. Em Congregação, no principio do anno lectivo, se determinarão e regularão as horas para as Aulas das respectivas Cadeiras, de maneira que seus exercicios comecem ás 8 horas da manhã, e fiquem findos a huma da tarde.

Art. 2º. Meia hora antes da que fica designada no artigo antecedente para se abrirem as Aulas, em cada dia se farão signaes, dobrando o sino, até que soem as 8, e dahi por diante regularão as seguintes horas, na conformidade do que se houver anteriormente decidido.

Art. 3º. Os Lentes, logo que der a hora em que devem começar seus exercicios diários, se apresentarão á porta das Aulas, e dahi subirão á Cadeira o mais promptamente possível.

Art. 4º. No primeiro dia de Aulas, estando presente o Lente, e reunidos os estudantes na hora determinada para a respectiva Cadeira, dará o Continuo assento a cada estudante, segundo a ordem da sua matricula, guiando-se pela lista que lhe tiver sido distribuida.

Art. 5º. Os estudantes comparecerão nas suas Aulas, antes do 1º quarto de hora para ellas marcada, e occuparão os lugares que pelos respecti-

vos Continuos lhes forão distribuidos no primeiro dia de aulas, e ahí estarão com toda a attenção e silencio até o fim da hora dellas, sabindo sem perturbação depois de haverem sahido seus Lentes.

Art. 6º. Os Continuos apontarão as faltas dos estudantes, e os Lentes tambem farão suas lembranças, para as conferirem com as dos Continuos, e se conhecer a final se o estudante aproveitou o anno, pela sua frequencia, e pôde ser admittido a exame: devendo o Continuo que tiver de marcar em cada Aula, para ella entrar logo depois do primeiro quarto, apontar em voz alta, pelos respectivos numeros, os estudantes que faltarem, para que o Lente possa notalos em sua propria lista.

Art. 7º. Podendo acontecer que algum estudante, para illudir a providencia do artigo antecedente e faltar ás lições, com prejuizo seu e escandalo dos mais, saia da Aula depois de apontado, fica licito ao Lente chamar de novo o Continuo, para o fazer marcar, excepto se isto fizer com justa causa e licença do Lente.

Art. 8º. 10 faltas, sem causa, e 40, ainda que justificadas, bastão para fazer perder o anno, não devendo prevalecer motivo de qualidade alguma para relevar desta perda o estudante que tiver as mencionadas faltas. Os Estudantes que faltarem a algum dos exercicios de que falla o art. 4º do cap. 5º, sem alguma causa justa, serão apontados em livro separado, e proprio para sabbatina, pelos Lentes e Continuos, para serem considerados como se tivessem faltado quatro vezes á Aula: 7 faltas causão preterição nos actos, não sendo justificadas.

Art. 9º. Os Lentes poderão perguntar as lições antes ou depois da sua explicação, dividindo o tempo, na conformidade do art. 2º do cap. 5º.

Art. 10º. Para a boa ordem dos estudos exige-se a maior gravidade dentro das Aulas, nos termos do art. 4º deste capitulo, e toda a civilidade e cortezia fóra das mesmas, quando reunidos os estudantes, ou quando se encontrarem huns com os outros, ou com os Lentes pelos geraes, onde nenhum se poderá conservar com o chapéo na cabeça; e fazendo-o, será advertido pelo Porteiro, ou qualquer dos Continuos que ali se achar; os quaes, no caso de não serem attendidos, darão disto parte ao Director, para que este correccionalmente reprehenda o infractor do presente artigo.

Art. 11º. Acontecendo que haja algum estudante que nos geraes perturbe a ordem e silencio requerido, qualquer dos empregados da Academia poderá adverti-lo para que cumpra os seus deveres; e no caso de reincidencia, informará ao Director, o qual, á vista desta informação, e ouvindo mais alguns dos empregados, conforme as circumstancias do caso, decretará por si a pena do art. 16 deste capitulo. Quando haja reincidencia, o Director, ouvindo dous Lentes, a quem possa ter chegado o conhecimento deste facto, decretará a pena de prisão de 1 a 3 dias, a qual terá lugar no Aljube, e será executada pelo Offi-

cial da Secretaria com hum dos Continuos da Academia.

Art. 12°. O Lente poderá lembrar ao estudante a falta de respeito em que tiver incorrido, perturbando elle na Aula a ordem estabelecida; ou mesmo ordenar ao Continuo, se as circumstancias o exigirem, certifique o caso, e suas particularidades, para ter lugar o procedimento ulterior.

Art. 13°. Tambem o Lente tem a faculdade de suspender a continuação de sua Aula, não sendo sufficientes para a manutenção da ordem e decóro exigidos os meios apontados no artigo antecedente.

Art. 14°. Para se verificar a disposição do art. 12° deste capitulo, estarão promptos os Continuos a qualquer chamado, comparecendo para este fim por differentes vezes nas Aulas; não apparecendo porém algum delles na occasião do acontecimento, deverá qualquer outro empregado, a pedido do Lente, passar a mencionada certidão.

Art. 15°. Com a certidão sobredita, o Lente dirigirá ao Director o competente officio, expondo o caso acontecido e suas circumstancias; e este, ouvindo dous Lentes, poderá decretar a pena de prisão, na conformidade do art. 11°, conforme fôr a gravidade do mesmo caso.

Art. 16°. Se porém, á vista da certidão e officio do Lente, se julgar que não póde ter lugar a pena de prisão, mandará o Director intimar ao estudante que compareça na Secretaria á hora que lhe determinar, onde o mesmo Director o reprehenderá, fazendo-lhe ver a falta que commetten, advertindo-o que não haja novo motivo de escandalo. Este acto será escripto em livro competente para se regular a reincidencia, e servir para as informações annuaes que o Director deve dar, na conformidade do cap. 18 destes Estatutos.

Art. 17°. O estudante, que no decurso de 1 anno, pelas faltas acima mencionadas, tiver sido peso tres vezes perderá o anno em que estava matriculado; e se, matriculando-se no anno seguinte, commetter as mesmas faltas pelas quaes sofra as mesmas penas, será riscado por 3 annos da Academia Juridica.

Art. 18°. As penas relativas a qualquer contravenção commettida dentro da Aula comprehenderão quasquer outros estudantes que, não sendo da respectiva Aula, nella fôrem perturbar a ordem.

Art. 19°. Se os estudantes de qualquer das Aulas do Curso Juridico fizerem o que vulgarmente se chama parede, isto he, se se combinarem para não irem ás Aulas em hum dia lectivo, o Lentes, na hora designada para a sua Aula, entrando para ella com o Continuo, farão apontar esta falta, que equivalerá a 10, sem causa moivada; excepto para aquelles que justificarem que faltarão por molestia, apresentando certidão de Medico ou Cirurgião approvedo.

CAPITULO XII. — *Das Premios.*

Art. 1°. Acabados os actos, haverá no segundo dia vil hum Congregação em que se hão de

dar por findos os trabalhos do anno lectivo, e se ultimarão os prescriptos nos artigos seguintes:

Art. 2°. Nesta Congregação se tratará de conferir premios a dous estudantes de cada anno, que, pela sua frequencia, lições, dissertações, actos, e até por sua conducta, mereção decidido conceito.

Art. 3°. O Lente de cada huma das Cadeiras proporá para hum premio áquelle ou áquelles de seus discipulos que julgar mais dignos; e procedendo-se á votação por escrutinio, se conferirá áquelle que obtiver a unanimidade de votos em seu favor. Não poderá o mesmo estudante ter mais de hum premio no mesmo anno.

Art. 4°. Se acontecer que em algum anno o Lente encontre mais de hum discipulo digno de premio, deverá propôr a todos; e se depois a Congregação se decidir, por votação igual á do artigo antecedente, a favor dos propostos, tirar-se-ha á sorte áquelle que deve ser premiado. Neste caso acrescentar-se-ha á legenda da medalha de que falla o art. 6°, e na face em que estiver o nome do premiado, a declaração seguinte, á sorte:

Art. 5°. Não sendo de rigorosa necessidade, nem convindo que haja premios em todos os annos, quando em algum delles não houver estudantes de distincto saber e merecimento, os Lentes não farão proposta alguma para premios.

Art. 6°. Os Premios serão hum medalha de ouro com o peso de hum onça, com as legendas gravadas de uma face — Premio de Merito Litterario, S. Paulo — e da outra face, o nome do premiado, e o anno em que foi premiado. Além disto, hum certificado de merito, que será passado em nome da Congregação, assignado pelo Director e Lentes do anno a que pertencia o premio, e pelo Secretario, e sellado com o sello da Academia.

Art. 7°. Designados os premiados, a distribuição dos premios não se fará no mesmo anno, mas sim no seguinte, em hum dia para isso designado pela Congregação.

Art. 8°. Os premios serão distribuidos publicamente no dia assignalado, o qual o Director fará annunciar por Editaes e repiques de sinos da Casa dos Estudos, na vespera e no mesmo dia.

Art. 9°. No dia e hora designada, estando presente o Director, e reunidos os Lentes, o Secretario apresentará a lista dos premiados, e dos que com elles entrão em urna, e igualmente os respectivos premios; o Director então chamará a cada hum dos premiados, e lhe entregará o premio, convidando-o a que continue a fazer-se digno de outros.

Art. 10°. Findo este acto, fará o Director menção honrosa daquelles que, tendo entrado em concorrência com os outros para premios, não forão designados pela sorte; chamará a cada hum e lhe entregará hum certificado igual aos dos outros.

CAPITULO XIII. — *Das ferias.*

Art. 1°. Haverá ferias geraes que durarão desde que se acabarem todos os trabalhos do

anno lectivo, que ficarão impreterivelmente finalizados antes do Natal, até o fim do mez de Fevereiro, devendo começar o novo curso no mez de Março, immediatamente que findar a matricula. Nas ferias, os Lentes não são obrigados a residir na Cidade ou Provincia.

Art. 2º. Além destas, haverá as do Entrudo até Quarta feira de Cinza inclusive, e as da Semana Santa, que começarão no Domingo de Ramos até o da Pascoela; e fóra dellas só serão feriados os Domingos e Dias Santos, o Anniversario da criação da Academia Juridica, e os de festa nacional, além das Quintas feiras de todas as semanas que não tiverem Dias Santos ou outros feriados.

CAPITULO XIV. — *Dos meios de prover aos lugares de Lentes.*

Art. 1º. Todas as vezes que vagar alguma das Cadeiras da Academia Juridica, será ella dada pelo Poder Executivo ao Substituto mais antigo da mesma Academia: e havendo falta no numero dos Substitutos, será este lugar posto a concurso, afim de ser dado áquelle que mais merecimento tiver. Os Oppositores serão daquelles mencionados no art. 6º. do cap. 9º.

Art. 2º. Tendo-se procedido a concurso, e havendo a Congregação feito o seu juizo sobre o merito dos concurrentes, proporá, pelos meios competentes, ao Poder Executivo, aquelle ou aquelles que mais se distinguirão por seus conhecimentos, e por isso se achão nos termos de serem admittidos.

Art. 3º. O Poder Executivo escolherá d'entre os propostos aquelles que fôrem necessarios para preencher os lugares vagos.

CAPITULO XV. — *Disposições Geraes para o Concurso.*

Art. 1º. Serão admittidos ao concurso para os lugares de Substitutos os que tiverem obtido o grão de Doutor, na fórma do art. 6º do cap. 9º.

Art. 2º. Havendo algum lugar de Substituto a preencher, o Director o fará publico por Editaes e folhas publicas, para que aquelles que quizerem concorrer hajão de se apresentar dentro de 6 mezes.

Art. 3º. Os Oppositores farão as suas theses com o mesmo methodo determinado no art. 1º do cap. 9º, e entregarão no fim dos 6 mezes, marcados no artigo antecedente na Secretaria, numero sufficiente dellas, para serem immediatamente distribuidas pelos Lentes e mais Oppositores, devendo estes ultimos procura-las na mesma Secretaria.

Art. 4º. Findos os 6 mezes, a Congregação determinará o dia em que deverá principiar o concurso. Essa mesma Congregação assignará a cada hum dos Candidatos hum ponto para hum dissertação, que será dada na Secretaria ao Oppositor, 8 dias antes de principiar o concurso. Estas dissertações serão lidas antes de começarem os argumentos.

Art. 5º. O Director fará participar a todos os Lentes o dia marcado para principio do concurso, e o fará publico por Editaes.

Art. 6º. No dia e hora marcada pela Congregação, reunidos o Director e Lentes em hum sala para isso destinada, fará o Secretario a chamada de todos os Concurrentes, e lhes apontará seus respectivos assentos.

Art. 7º. Os Oppositores serão os arguentes hums dos outros, seguindo-se a antiguidade do grão de Doutor, pelo methodo seguinte: o Oppositor mais antigo no referido grão argumentará o immediato, e findo o tempo, o arguente se tornará defendente. Acabados os argumentos, haverá votação de todos os Lentes assistentes, por escrutinio, com as letras A e B; o A, pertencendo sempre ao mais antigo em questão, e B, ao segundo. Aquelle que tiver mais votos tem preferencia, e fica sendo arguente do terceiro em antiguidade; e feitos os argumentos entre estes, haverá nova votação, ficando sempre aquelle que obtiver preferencia, sendo o arguente do Oppositor que se segue; embora qualquer Oppositor continue até o fim. A votação he sempre sobre os dous ultimos contendores.

Art. 8º. Os argumentos durarão hum hora, e o arguente só fará seis argumentos, escolhendo nas theses do seu contrario os argumentos que quizer; devendo-se portar com todo o melindre e circumspecção.

Art. 9º. No primeiro dia util, depois de ultimado o concurso, haverá hum Congregação, para proceder aos trabalhos de que falla o art. 2º do cap. 9º, fazendo-se votação por escrutinio, sobre cada hum dos Concurrentes; e dando-se a preferencia áquelle ou aquelles que reunirem em seu favor maior numero de votos.

CAPITULO XVI. — *Da Bibliotheca.*

Art. 1º. Haverá hum Bibliotheca que será composta, não só de obras sobre Sciencias Juridicas e Sociaes, como sobre aquellas que são hoje geralmente reconhecidas como indispensaveis para o verdadeiro conhecimento e adiantamento dellas.

Art. 2º. A Congregação pertence a designação das obras que devem ser compradas, fazendo dellas competente lista para remetter por intermedio do Director, ao Ministro do Império, afim de que este dê as providencias para sua effectiva compra, conforme a quantia que fór designada na Lei do Orçamento para aquella Bibliotheca.

Art. 3º. A Bibliotheca será situada naquella parte do edificio da Academia que a Congregação julgar conveniente.

Art. 4º. Ella estará aberta, durante o anno lectivo, todos os dias, excepto Domingos e Dias Santos, e os que fôrem feriados, desde as 9 horas da manhã, até ao meio dia, e desde as 3 da tarde até ás 5.

Art. 5º. Sua entrada será franca a toda a pessoa decente: devendo qualquer que queira consultar alguma obra pedi-la ao Encarregado da Bibliotheca que lh'a entregará, não consentindo porém que ella seja levada para fóra do seu recinto.

Art. 6º. Haverá na Bibliotheca me as assen-

tos, e tudo o mais necessario; para o que dará o Director as providencias convenientes.

Art. 7.º. Hum Bibliothecario será encarregado, debaixo da inspecção do Director, do bom arranjo, classificação e conservação das obras e da policia, no recinto da Bibliotheca; mantendo o silencio necessario para não serem perturbados os que nella se quizerem instruir.

CAPITULO XVII. — *Das Congregações da Academia, suas funções, e das pessoas que a devem compôr.*

Art. 1.º. Haverá hum Conselho, denominado Congregação, para vigiar sobre a observancia destes Estatutos, e procurar que cada vez mais se aperfeiçoem os estudos da Academia Juridica.

Art. 2.º. Esta Congregação se comporá do Director, que será o Presidente, e de todos os mais Lentes, assim os jubilados que quizerem, como actuaes, Cathedricos e Substitutos. Será Secretario della o Secretario da Academia Juridica.

Art. 3.º. Haverá Congregação no principio do anno lectivo, e nos outros casos assim mencionados nestes Estatutos. Além disso, huma vez cada mez, para dar as providencias necessarias, para a observancia delles, e para tudo o mais que fôr concernente ao bom andamento dos Estudos; e occorrendo casos extraordinarios, poderá o Director convoca-la extraordinariamente todas as vezes que necessario fôr, ou houver sido pedido por algum dos Lentes.

Art. 4.º. Pertence á Congregação dar, havendo causa justa, licença requerida pelos Lentes, por 20 dias uteis; devendo aquelles que as quizerem por mais tempo requerer ao Poder Executivo.

Art. 5.º. Pertence tambem á Congregação o governo e inspecção de tudo o que respeita ao formal e scientifico da mesma Academia. E sendo necessaria alguma providencia, que não se comprehenda na legislação destes Estatutos e dependa de medida legislativa, a proporá, pelo meio competente, ao Poder Executivo, pedindo que a leve ao conhecimento e approvação da Assembléa.

Art. 6.º. Em hum livro rubricado pelo Director escreverá o Secretario as actas de tudo o que se decidir em Congregação, as quaes serão assignadas pelo Director e Lentes que estiverem presentes.

CAPITULO XVIII. — *Do Director.*

Art. 1.º. Haverá hum Director nomeado pelo Poder Executivo, o qual vencerá o mesmo ordenado que vencerem os Lentes Proprietarios, e assim mais huma gratificação de 400\$ réis annuaes. Este lugar he amovivel, a arbitrio do mesmo Governo.

Art. 2.º. He de sua incumbencia vigiar com assiduo cuidado sobre todas as cousas relativas a este estabelecimento; procurando principalmente que se observem com muita exactidão estes Estatutos; maiormente na parte que diz respeito ao ensino, seriedade, e ordem das Aulas e dos

actos; inspecção sobre o bom arranjo e conservação da Bibliotheca, e presidir a todos os actos que lhe estão marcados nestes Estatutos.

Art. 3.º. Deverá propôr em Congregação tudo aquillo que julgar digno disso, que, sendo por ella approvado, e não se achando de algum modo contrario aos presentes Estatutos, poderá provisoriamente pôr em pratica; participando neste caso, bem como em todos os outros que se offerecerem ao Poder Executivo, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio.

Art. 4.º. A elle se dirigirão todos os requerimentos dos estudantes, quer sejam para o que se acha determinado acerca das matriculas, e mais andamento regular dos estudos, quer para outros objectos que sobrevenhão.

Art. 5.º. A estes requerimentos decidirá por si só, em casos ordinarios, ouvindo por informação qualquer dos Lentes, segundo a materia o exigir; e nos que fôrem de maior monta, decidirá com a Congregação.

Art. 6.º. Dará, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, todos os annos, no fim dos actos, huma conta circumstanciada do estado em que se acharem os estudos, e do aproveitamento e deleixo dos estudantes e Empregados.

Art. 7.º. Porá em execução tudo o que fôr decidido em Congregação, tendente á observancia destes Estatutos e boa ordem dos estudos.

CAPITULO XIX. — *Das Lentes.*

Art. 1.º. Para a regencia das Cadeiras desta Academia haverá 9 Lentes Proprietarios e 5 Substitutos. Os Lentes Proprietarios vencerão os ordenados que tiverem os Desembargadores das Relações, e gozarão das mesmas honras. Elles poderão jubilar-se com o ordenado por inteiro, findos 20 annos de serviço.

Art. 2.º. As suas antiguidades serão contadas das datas das suas nomeações; e entre os nomeados no mesmo dia o que primeiro tiver principiado a servir será considerado como mais antigo; e no caso de o terem feito na mesma epocha, o mais antigo no gráo de Doutor.

Art. 3.º. Os Substitutos supprirão as faltas que os Lentes Proprietarios tiverem: elles vencerão annualmente o ordenado de 800\$ rs.

Art. 4.º. Achando-se portanto qualquer Lente impossibilitado de ir á Aula, participará immediatamente ao Secretario, afim de que este dê disto conhecimento ao Director, que logo designará o Lente Substituto, que deverá ir substitui-lo, no caso de seu impedimento durar mais de 2 dias.

CAPITULO XX. — *Da Secretaria, Secretario, e mais Empregados.*

Art. 1.º. Haverá hum Secretario para o expediente da Academia Juridica, certidões, e mais arranjos deste Estabelecimento, que será o Lente mais antigo; e vencerá huma gratificação mensal de 20\$ réis: elle terá hum Official para o ajuizar, que servirá ao mesmo tempo de Guarda-Livros, com o ordenado que fôr competente-

mente arbitrado. Este Official servirá em lugar do Secretario, quando este se ache impossibilitado.

Art. 2º. As primeiras certidões serão gratuitas. Pelas certidões repetidas, pagarão as partes 120 réis, que serão divididos entre o Secretario e Official da Secretaria, sem que possam exigir mais nada, a titulo de busca.

Art. 3º. Para o despacho Academico, e para a boa ordem do serviço, deverá haver na Secretaria huma caixa, onde se devem lançar os requerimentos; sendo a mesma Secretaria lugar marcado para se darem os despachos.

Art. 4º. Todo o serviço deve ser feito legalmente, por competente escripturação na Secretaria. O Director só terá, para sua intelligencia, em seu poder, hum livro de registo particular; porque tudo quanto fôr serviço, officios, livros, sello, e outros objectos, devem existir na Secretaria.

Art. 5º. Haverá os Continuos que fôrem necessarios para apontar as faltas dos estudantes; tirar seus nomes das urnas para sabbatinas, e para todo o mais expediente: devendo tambem dar parte ao respectivo Lente, quando algum estudante tiver perdido o anno, na conformidade do art. 7º do cap. 11º, para ser riscado seu nome das listas. A divisão dos trabalhos destes Empregados pertencerá ao Director. Elles vencerão o ordenado que fôr competentemente arbitrado.

Art. 6º. Para a incumbencia das obrigações marcadas no cap. 16, que trata da Bibliotheca, será nomeado hum Bibliothecario com o ordenado competentemente arbitrado.

Art. 7º. Haverá mais hum Porteiro com o ordenado annual de 400\$ réis, que terá a seu cargo abrir e fechar as portas das Aulas á hora marcada, e cuidará no asseio e limpeza dellas, e de todo o edificio onde fôrem estabelecidas. Este mesmo Porteiro terá a seu cargo o toque dos sinos, como se acha ordenado nestes Estatutos, para o que lhe será arbitrada huma gratificação de 100\$ réis annualmente.

Art. 8º. Haverá tambem hum Correio da Academia Juridica, com o ordenado competentemente arbitrado, o qual será obrigado a estar na Secretaria, quando não estiver de serviço.

Art. 9º. A Secretaria estará aberta nos dias de Aula, desde que se abrirem, até que se acabem, e nas occasiões em que houve Congregação.

Art. 10º. Nella devem haver todos os livros necessarios para a competente escripturação; e a Congregação determinará quaes elles devem ser.

CAPITULO XXI. — Disposições Geraes.

Art. 1º. Haverá Carta de Bacharel Formado para todos os que conseguirem este grão, que será passada em nome da Congregação, pelo Director, escripta em linguagem vulgar, assignada pelo Lente do quinto anno que conferio o grão, subscripta pelo Secretario, impressa em pergaminho, e selada com o sello pendente de fita encarnada, segundo a forma transcripta no fim

destes Estatutos; e nella se fará menção da qualidade de approvação.

Art. 2º. Haverá tambem Carta de Doutor, que será passada como a de Bacharel Formado, com as unicas differenças que se verão em sua formula, tambem transcripta no fim destes Estatutos, e de ser esta assignada pelo Presidente do acto do Doutoramento. Estas Cartas serão passadas ao Doutor, depois de lhe haver sido conferido o grão, declarando-se tambem a qualidade da approvação.

Art. 3º. Todas as Cartas serão dadas e passadas gratuitamente, com a unica despeza de impressão, pergaminho, fita, e caixa de sello que pagarão os respectivos Bachareis Formados e Doutores.

Art. 4º. O sello da Academia Juridica terá a forma de huma Elipse, em cujo centro se representará em relevo huma Balança (emblemata da Justiça e Igualdade); e na circumferencia, a seguinte inscripção — Academia de Sciencias Juridicas e Sociaes, S. Paulo. — Este sello estará no Archivo da Secretaria, e delle usará o Chanceller, que será o Lente mais antigo ou immediato, na sua falta.

Art. 5º. Nos grandes actos da Academia, os Lentes, além da Becca, trarão na mão huma borla encarnada, que he a insignia de Doutor; e desta mesma borla usarão todos os Doutores que se apresentarem naquelles actos.

Art. 6º. As participações e avisos, etc., do Director para os Lentes, e dos Lentes para o Director, serão sempre por escripto.

Art. 7º. Para expedição das matriculas, se fará de antemão imprimir os conhecimentos exigidos no art. 2º do cap. 3º, com os espaços em branco necessarios, para depois se preencher com o nome do matriculando, e o anno em que se vai matricular, a data do conhecimento e assignatura do Secretario.

Juramento para o Grão de Bacharel Formado.

Juro defender a Constituição Politica do Brazil, e que no serviço de minhas letras, cujo emprego me concede o grão que vou receber, me não deixarei guiar senão pelos motivos de justiça, equidade e probidade, e que com ellas sempre procurarei concorrer para a felicidade do Brazil.

Juramento para o Grão de Doutor.

Fiel ao juramento que prestei, quando me foi conferido o grão de Bacharel Formado, e debaixo dos mesmos auspícios, juro proceder de maneira a fazer respeitar o grão que agora vou receber, e que, no caso de me ser concedido algum dos empregos para que elle me habilita, o servirei com todo o zelo e desempenho que em mim couber.

Certificado de Merito.

A Congregação Geral dos Lentes da Academia de Sciencias Juridicas e Sociaes da Cidade de S. Paulo, attendendo á brilhante maneira por que o Sr. F.... natural de.... se distinguio entre os seus condiscipulos na Aula do.... anno, já pela

sua applicação e conhecimentos que com ella adquirio, já pela sua honrosa conducta; e querendo dar-lhe hum testemunho do alto grão em que préza o seu merecimento, lhe dá este Titulo para prova authentica, de que lhe foi conferido hum dos Premios de Merito Litterario, decretados pelo art. 2º do cap. 12, dos Estatutos da mesma Academia.

S. Paulo.... de.... de 18....

(Sello da Academia.)

(Assignatura do Director.)

(Assignatura dos Lentes.)

(Dita do Secretario.)

Academia de Sciencias Sociaes e Juridicas, em nome da Congregação.

Eu F.... exercendo as funcções de Director da Academia de Sciencias Sociaes e Juridicas da Cidade de S. Paulo: Tendo presente o Termo de aptidão ao grão de Bacharel Formado obtida pelo Sr. F...., filho de...., nascido em.... no dia.... de.... de 18...., e de lhe haver sido conferido o dito grão, pelo Presidente e Lente que o examinárão e approvárão (plena ou simplesmente); e em consequencia da autoridade que me he dada pelos Estatutos que regem esta Academia, e do que nelles me he ordenado: dou por esta presente ao dito Sr. F.... a Carta de Bacharel Formado em Sciencias Sociaes e Juridicas, para que com ella goze de todos os direitos e prerogativas attribuidas pelas Leis do Imperio. S. Paulo.... de.... de 18....

Sello pendente.

O Presidente do Acto. O Dir. da Academia Jurid.

(Assignatura.)

(Assignatura.)

O Secretario da Academia Juridica.

(Assignatura.)

Academia de Sciencias Sociaes e Juridicas, em nome da Congregação.

Eu F.... exercendo as funcções de Director da Academia de Sciencias Sociaes e Juridicas da Cidade de S. Paulo: Tendo presente o Termo de aptidão ao grão de.... obtida pelo Sr. F.... filho de...., nascido em.... no dia.... de.... de 18...., e de lhe haver sido conferido o dito grão....; e em consequencia da autoridade que me he dada pelos Estatutos, e que regem esta Academia; e do que nelles me he ordenado: dou por esta presente ao dito Sr. F.... a Carta de Doutor em Sciencias Sociaes e Juridicas, para que com ella goze de todos os direitos e prerogativas attribuidas pelas Leis do Imperio. S. Paulo.... de.... de 18....

Sello pendente.

O Presidente do Acto. O Dir. da Academia Jurid.

(Assignatura.)

(Assignatura.)

O Secretario da Academia Juridica.

(Assignatura.)

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Novembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 8 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1º. As Freguezias que estão em territorio sujeito a diferentes Municipios ficão d'ora em diante pertencendo aquelle onde estiver collocada a Igreja Matriz.

Art. 2º. O Governo na Capital do Imperio, e os Presidentes em Conselho em as outras Províncias, marcarão as divisões das Freguezias e Capellas Curadas.

Diogo Antonio Feijó, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 8 de Novembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — Diogo Antonio Feijó.

DECRETO DE 8 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, manda demittir do serviço do Exercito, na conformidade do art. 10º da Carta de Lei de 24 de Novembro de 1830, aos Officiaes constantes da relação que com este baixa, assignada por Manoel da Fonseca Lima e Silva, do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e lhes expeça em consequencia os despachos necessarios. Paço, em 8 de Novembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — Manoel da Fonseca Lima e Silva.

Relação dos Officiaes mandados demittir do serviço do Exercito por Decreto datado de hoje, na conformidade do art. 10º da Carta de Lei de 24 de Novembro de 1831.

Batalhão de Caçadores n. 22 de 1ª linha, antiga numeração.

O Alferes Ajudante Joaquim da Rocha Moreira.

Regimento de Cavallaria n. 30 de 2ª linha.

O Alferes Ajudante Antonio José Lino de Oliveira.

Regimento de Cavallaria n. 31 de 2ª linha.

O Alferes Ajudante Antonio Candido de Souza.

Regimento de Cavallaria n. 35 de 2ª linha.

O Alferes Ajudante Francisco Edoviges de Souza.

Paço, 8 de Novembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 128, vol 18.*

AVISO DE 8 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authentic.

Tendo dado parte o Presidente da Provincia de Minas Geraes que da cadeia da Villa do Sabará fugirão, a 9 do mez antecedente, todos os presos que ali existião, vou prevenir a V. S. tambem deste acontecimento, afim de dar as providencias que lhe parecerem acertadas para a captura daquelles que por ventura possão por aqui apparecer. Deos guarde a V. S. Paço, em 8 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 214 v. do Liv. de Registo da Casa da Supplicação, aberto a 7 de Junho de 1831, e á fl. 188 do 11º da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 8 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Para satisfazer á requisição do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, expeça Vm. as ordens precisas para que sejam dispensados do serviço militar os Milicianos existentes na Ilha do Paquetá, aos quaes fará constar que ficão obrigados ás rondas Municipaes ali. Deos guarde a Vm. Paço, em 8 de Novembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carlos de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 115, vol. 18.*

AVISO DE 8 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Em conformidade do que me foi requisitado pelo Ministerio da Justiça, cumpre que Vm. expeça as ordens precisas para que os Milicianos do 4º Regimento de Infantaria de 2ª linha do Exército e as pragas a elle addidas, bem como os Officiaes de 1ª linha que não tem Corpos, nem estão reunidos ao Batalhão de Officiaes Soldados da Patria, sejam compellidos a prestar serviço nas Guardas Municipaes, dispensando-se aquelles do pequeno serviço que fazem aos Domingos e Dias Santos. Deos guarde a Vm. Paço, em 8 de Novembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carlos de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense v. 115, vol. 18.*

AVISO DE 8 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Fiz presente á Regencia, em nome do Imperador, o officio de V. Ex. n. 42, sobre o embarço em que o tinha posto o Aviso de 7 de Julho deste anno, designando as paradas que deverião ter os Corpos de Cavallaria de 1ª linha que ficarão pertencendo a essa Provincia, em virtude do Decreto de 4 de Maio anterior, que dá nova organização ao Exército; e achando a Regencia mui ponderosas as reflexões de V. Ex. a respeito, e considerando que a designação das paradas que não vem marcada no

dito decreto he medida subsidiaria que então pareceu conveniente, e que agora parece menos exequivel: manda autorisar a V. Ex. para, de accordo com o Commandante das Armas, dar sobre semelhante objecto a direcção e providencias que entenderem convenientes, tendo em vista a maior economia da Fazenda, bom accommodamento da Tropa, e pastagem para os Cavallos. O que participo a V. Ex. para que assim expeça as ordens necessarias. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 8 de Novembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Manoel Antonio Galvão. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 116, vol. 18.*

AVISO DE 8 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Fique V. S. na intelligencia de que os Guardas da Alfandega são obrigados a prestar serviço nas Guardas Municipaes, não podendo prevalecer o pretexto, com que a isso se tem evadido, de se acharem alistados na mesma Alfandega para acudir a ella logo que seja necessario, como me foi communicado em Aviso da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça de 3 do corrente. O que V. S. fará constar aos mesmos Guardas para sua intelligencia. Deos guarde a V. S. Paço, em 8 de Novembro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Conselheiro Juiz da Alfandega desta Côrte. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 117, vol. 18.*

PROVISÃO DE 8 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia do Rio Grande do Sul: que a Regencia, em nome do Imperador, ha por bem determinar, segundo o Aviso que me foi expedido pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, em data de 26 de Outubro proximo passado, no qual se participava ter-se deferido a representação do Presidente da dita Provincia de 27 de Agosto antecedente, que pedia hum Official para substituir nos impedimentos dos Commandantes das duas barcas que ahi se conservão armadas; que o soldo daquelles dos sobreditos Officiaes que se achar desembarcado seja pago pela referida Provincia. O que se participa á mesma Junta para sua intelligencia e execução, dando porém conta ao Thesouro do dito pagamento para ser elle encontrado na consignação com que se suppre a Intendencia da Marinha desta Côrte, visto competir á mesma tal despeza, e não á mencionada Provincia, conforme a Lei do ergamento ora em vigor. Amaro Velho da Silva Bittancourt a fez no Rio de Janeiro, em 8 de Novembro de 1831. Marianno Pinto Lobato, Contador Geral da segunda Repartição, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 128, vol. 18.*

AVISO DE 8 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, remetter ao Conselho Supremo Militar, em solução da sua conta de 20 de Outubro proximo passado, sobre a copia da fé de officio do Coronel Miguel Theotonio de Toledo Ribas, que lhe fôra pedida, o officio n. 49 (por copia) do Presidente da Provincia de Minas Geraes com os documentos de n. 1 a 7, de que faz menção o dito officio; afim de que, á vista delles, haja de declarar a reforma que compete ao dito Coronel, e de que dará conta.

A Regencia, mui certa do zelo, luzes e rectidão do Tribunal: manda por esta occasião recommendar-lhe toda a fiscalisação nas fés de officio dos Officiaes do Exercito que tiverem de ser reformados. Paço, em 8 de Novembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 131, vol. 18.*

DECRETO DE 9 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º O Governo fica autorizado a conceder dispensa de idade a Augusto José Monteiro Diniz, filho de Anna Thereza de Jesus, viuva de Joaquim José Monteiro Diniz, para poder exercer qualquer officio publico, mandando proceder aos exames e informações competentes.

Art. 2.º Ficão derogadas para este effeito sómente todas as disposições em contrario.

Diogo Antonio Feijó, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Novembro de 1831, 10.ª da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Diogo Antonio Feijó.

AVISO DE 9 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Constando ao Governo que os réos Padre José Rodrigues Malheiros e Manoel José Duarte Guimarães forão absolvidos dos crimes que se lhes imputarão, quando ha pouco se espalhára a noticia de que o primeiro havia sido condemnado a 5 annos de prisão com trabalhos, não parecendo a creditavel facto semelhante, porque, a ser verdadeiro, não pôde deixar de sujeitar á responsabilidade os Juizes que primeiro tão injustamente condemnarão, ou os que se mostrão tão indulgentes ao depois: manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. S., ouvindo aos Juizes que derão a primeira e ultima sentença sobre os mencionados réos, informe com o seu parecer circumstanciadamente sobre os fundamentos que derão lugar a tão diversas sentenças, afim de darem-se as providencias que a tal respeito fôrem legaes. Deos guarde a V. S. Paço,

em 9 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araújo. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 111, vol. 18.*

AVISO DE 9 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Exm. e Revm. Sr. — A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. Ex. o requerimento incluso de João Joaquim Ferreira de Aguiar, afim de V. Ex. lhe deferir como entender sobre a licença que pede para se poder ordenar; visto que, sendo elle estrangeiro, nenhuma dependencia tem de licença do Governo para o indicado fim; ficando porém V. Ex. na intelligencia que, no caso de verificar-se o que pretende, jámais poderá ser empregado, nem mesmo temporariamente, em Cura d'Almas, ou qualquer outro beneficio pelo qual possa receber quantia alguma da Fazenda Publica, attenta a sua qualidade de estrangeiro. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 9 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Bispo Capellão-Mór. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 114, vol. 18.*

AVISO DE 9 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Chegando ao conhecimento da Regencia que a Camara Municipal dessa Cidade não tem até agora posto em actividade o andamento das Obras Publicas que se achão a seu cargo, empregando nellas a quantia que foi decretada pela Assembléa Geral na Lei do Orçamento, como já se recommendou em Aviso de 8 de Outubro passado; nem mesmo a factura da muralha da ladeira da Misericordia e da ladeira da Conceição que sustenta o Theatro; obras estas que a mesma Assembléa apontou na dita Lei como preferiveis e muito urgentes: ha por bem a mesma Regencia, em nome do Imperador, que V. Ex. expeça as convenientes ordens para que a referida Camara Municipal trate sem perda de tempo da construcção das mencionadas obras, que são indispensaveis para segurança da Cidade Baixa, e até para se occuparem nellas os individuos que, por não terem trabalhos em que se empreguem, estão perturbando a tranquillidade publica. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Novembro de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Honorato José de Barros Paim. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 124, vol. 18.*

AVISO DE 9 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Chegando ao conhecimento da Regencia terem sido apresentadas á Camara Municipal desta Cidade algumas propostas de pessoas que pretendião tomar por contracto a illuminação publica, e que, longe de serem attendidas em seus artigos, foi aquelle ramo posto em Administração:

manda a mesma a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, que a referida Camara declare o motivo por que não procedeu ao contracto offerecido pelas pessoas que a elle se propunhão; e que remetta á dita Secretaria de Estado as Propostas que a esse respeito tenham havido. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Novembro de 1831. — José Lino Coutinho. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 129, vol. 18.*

AVISO DE 10 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justica, remetter ao Tribunal Supremo de Justica o officio incluso do Vice-Presidente da Provincia do Pará, em data de 9 de Setembro deste anno, e o Processo informatorio a que mandou proceder sobre a conducta do ex-Presidente da mesma Provincia, o Visconde de Goyana, para que se proceda na forma da Lei. Palacio do Rio de Janeiro, em 10 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 115, vol. 18.*

AVISO DE 10 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Exm. e Reym. Sr. — Remetto a V. Ex. o incluso requerimento de Manoel Pedro, para que V. Ex. informe com o seu parecer sobre o que representa o supplicante á cerca de não haver quem queira ir syndicar da conducta do Parocho da Freguezia de Saquarema; occorrendo-me dizer a V. Ex. que, havendo muitos Sacerdotes Beneficiados, d'entre elles haverá quem tenha idoneidade para ir tomar conhecimento dos factos allegados contra o dito Parocho, e que não tenha justo motivo de escusar-se, huma vez que são sustentados á custa do Publico. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 10 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Bispo Capellão-Mór. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 115, vol. 18.*

AVISO DE 10 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, a quem foi presente o officio da Commissão liquidadora do Banco, por parte do mesmo, sobre o objecto do pagamento a herdeiros da casa de Dias Viuva e Filhos: manda, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, participar á mesma Commissão que, sendo-lhe agradável a contemplação da mesma Commissão para com o Governo em procurar a sua approvação a semelhante respeito, não pôde contudo intervir nesse negocio; visto que elle tem corrido pelos meios ordinarios até a decisão do Poder Judiciario. Rio de Janeiro, em 10 de Novembro de 1831. —

Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 118, vol. 18.*

AVISO DE 10 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Havendo me communicado o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justica que, para se não repetirem os procedimentos irregulares de prisão de militares, contra que Vm. representou no seu officio de 2 do corrente, passa a dar as convenientes ordens para se observar o disposto na Lei de 21 de Outubro de 1763, relativamente a prisões de militares com excepção dos crimes policiaes, nos quaes deve preceder-se segundo o Aviso da referida Repartição da Justica, de 28 de Julho do corrente anno, que transmitti por copia em 2 de Agosto ao seu antecessor para o pôr em execução: o communico igualmente a Vm. para seu conhecimento e governo. Deos guarde a Vm. Paço, em 10 de Novembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carlos de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 119, vol. 18.*

AVISO DE 10 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Sciente a Regencia, em nome do Imperador, de quanto V. Ex. refere no seu officio n. 39, que acompanhou o Inventário dos objectos actualmente existentes no Trem de Guerra dessa Provincia de S. Pedro do Sul, vio com satisfação as acertadas providencias por V. Ex. tomadas para a conservação, arrecadação, e aproveitamento da grande massa de armamento conservado em deposito, e espalhado em diferentes pontos da Provincia com risco de lesão da Fazenda Nacional, bem como as disposições em que V. Ex. se acha sobre o destino de grande porção de carretas de que cumpre dispor para evitar o prejuizo da Fazenda. E como quanto a mesma Regencia approva o procedimento de V. Ex. acerca dos objectos em questão, não menos que relativamente á maneira de dispôr do sortimento das fazendas próprias para fardamento de Tropas, existentes nos armazens do Trem, insinuando ao Commandante das Armas faça preferir preço por preço á compra de taes generos pelos Conselhos da Administração no Deposito Nacional: manda todavia lembrar a V. Ex. que, para melhor combinar a idéa, aliás mui plausivel, que V. Ex. suscita, de se aproveitarem os generos por manufacturar na amortização de parte da divida militar dos annos de 1827, 1828 e 1829, muito convirá que a venda aos Conselhos de Administração comece com preferencia a verificar-se nos objectos manufacturados, como fardas, fardetas, calças, ponchos, etc., reservando-se então os generos por manufacturar para o pagamento da divida apontada, para o qual a Regencia autorisa a V. Ex. advertindo-lhe que se devem verificar os pag-

mentos de credores taes *pro rata* dos seus titulos, para não haverem exclusões odiosas; e que V. Ex., quando leve a effeito esta medida, dê conta circumstanciada de quanto praticar, assim como de qual a amortização da divida, a quem e qual a restante. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 10 de Novembro de 1831. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Manoel Antonio Galvão. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 122, vol. 18.*

AVISO DE 10 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem que V. Ex. expeça as ordens necessarias para que nessa provincia se ponha em actividade a propagação da vaccina, despendendo a quantia votada pela Assembléa Geral na Lei do orçamento para esse importante objecto; e que remetta a esta Secretaria de Estado, todos os annos, huma relação exacta do numero das pessoas vaccinadas e das que produzirão verdadeira vaccina com as convenientes reflexões sobre o seu progresso ou retrogradação. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 10 de Novembro de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Honorato José de Barros Paim.

Na mesma conformidade e data para as outras Provincias do Imperio. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 124, vol. 18.*

DECRETO DE 11 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Conselho Geral da Provincia da Bahia:

Art. 1º. Haverá na Villa mais populosa de cada huma das Comarcas da Provincia da Bahia huma Aula de ensino da lingua franceza, huma dita de philosophia racional e moral, huma de rhetorica e poetica; outra de geometria, e outra de agricultura, sendo a desta tambem creada na Cidade. Os Professores das Aulas da lingua franceza terão de ordenado annual 500\$; e os demais perceberão o de 800\$. As aulas de agricultura poderão ser occupadas por estrangeiros, se não houverem cidadãos Brasileiros que concorrão a exercê-las; mas o Lente estrangeiro será admittido sómente por Commissão.

Art. 2º. Os Professores das Aulas acima indicadas serão nomeados pela mesma forma e maneira que o são os professores de Escolas de primeiras letras, e na conformidade do artigo 7º da Carta de Lei de 15 de Outubro de 1827.

Art. 3º. Hum anno depois da criação das Aulas da lingua franceza, alumno nenhum será admittido ás dos estudos maiores, sem previo exame e attestado de corrente no conhecimento necessario da sobredita lingua.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Novembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Lino Coutinho

DECRETO DE 11 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1º. O Governo fica autorizado a mandar pôr em execução os Estabelecimentos dos Orphãos de ambos os sexos, para que forão destinadas pela Lei de 9 de Dezembro de 1830 as rendas dos bens que forão da Congregação dos Padres de S. Filipe Nery em Pernambuco.

Art. 2º. O Governo fica autorizado a dar os regulamentos provisórios que julgar necessarios. O presidente, em Conselho, nomeará huma Comissão para formar os Estatutos permanentes, que serão submettidos ao Conselho Geral da Provincia, e por elle definitivamente approvados.

Art. 3º. O Presidente, em Conselho, nomeará a primeira Administração para este Estabelecimento; a qual ficará encarregada de promover os arranjos necessarios para o seu andamento.

Art. 4º. Logo que a Administração for nomeada, passarão ao seu poder o Inventario, Titulos e bens que pertencião á ex-Congregação, assim como as rendas que se houverem percebido desde que a Congregação foi extincta.

Art. 5º. A Administração haverá pelos meios legais quaesquer bens sonegados, ou por outro modo extraviados; e reivindicará todos aquelles que forão indevidamente alienados, assim como annullará os contractos indevidamente celebrados.

Art. 6º. A Administração não poderá vender, alienar, nem permutar os bens, porqualquer maneira que seja.

Art. 7º. Haverá neste Estabelecimento e no da Bahia huma Cadeira de geometria e mechanica applicada ás artes, assim como no Collegio de S. Joaquim desta Côte, cujos Estatutos fica o Governo autorizado a reformar.

Art. 8º. Ficão revogadas todas as Leis, Decretos, Alvarás, e mais disposições em contrario.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Novembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 11 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1º. O Governo mandará abrir fontes ar-

tesianas, podendo empregar neste trabalho Engenheiros naturaes, ou mandar vir da Europa dous Engenheiros bastantemente habéis em as fazer.

Art. 2º. Também mandará comprar os instrumentos necessarios para abrir os furos nos diferentes terrenos, sendo porém os instrumentos escolhidos pelos mesmos Engenheiros.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Novembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 11 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Conselho Geral da Provincia do Maranhão :

Art. 1º. Haverá na Cidade de S. Luiz do Maranhão hum Professor de lingua franceza.

Art. 2º. Será provida conforme a Lei de 15 de Outubro de 1827, que regula as Aulas de primeiras letras.

Art. 3º. Terá o mesmo ordenado que tem, ou possa a vir a ter, o de lingua latina.

Art. 4º. Seguirá o methodo de ensino adoptado para as outras Cadeiras da mesma lingua, estabelecidas no Brazil.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Novembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 11 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Conselho Geral da Provincia da Parahyba do Norte :

Art. unico. O Professor de primeiras letras da Cidade Baixa vencerá o honorario de 400\$ annuaes, como vence actualmente o Professor de primeiras letras da Cidade Alta; e os mais Professores que regerem as Cadeiras de primeiras letras das Villas e Povoações da Provincia vencerão o honorario annual de 300\$; enquanto estas e aquellas Cadeiras fôrem regidas pelo methodo do Ensino Mutuo.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Novembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 11 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que

se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa :

Art. 1º. Fica extensiva a todas as Provincias do Imperio a disposição do Decreto de 25 de Junho de 1831, creando diversas Cadeiras na Provincia do Ceará.

Art. 2º. O Governo, na Capital do Imperio, e nas Provincias, os Presidentes, em Conselho, marcarão os ordenados; procedendo em tudo na conformidade da Lei de 15 de Outubro de 1827, da criação das Cadeiras de primeiras letras; estendendo-se esta providencia ás Cadeiras já existentes.

Art. 3º. Ficão revogadas quaesquer disposições em contrario.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Novembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 11 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Conselho Geral da Provincia de Goyaz :

Art. 1º. O Arrayal do Porto Imperial fica erecto em Villa com o titulo de Villa de Porto Imperial, e terá hum Camara Municipal e Justizas Ordinarias, como tem as mais Villas do Imperio.

Art. 2º. Ficão servindo de limites do respectivo Municipio os mesmos que actualmente tem como Julgado.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Novembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 11 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa :

Art. 1º. Fica erigida em Villa a Freguezia de Nossa Senhora da Guia da Mangaratiba com a mesma denominação; creando-se nella as Autoridades Judiciarias e Administrativas, na conformidade das Leis.

Art. 2º. O Ministro do Imperio marcará os limites da Villa da maneira mais commoda aos Povos.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Novembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 11 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Conselho Geral da Provincia de Goyaz.

Art. 1º. O Arrayal de Trairas fica erecto em Villa com o titulo de Villa de Trairas, e terá sua Camara Municipal e Justicas Ordinarias, como tem as mais Villas do Imperio.

Art. 2º. A divisa do Municipio desta Villa será ao Poente o Rio Maranhão, conservados nas mais direcções os antigos limites do seu Julgado.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Novembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 11 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Conselho Geral da Provincia da Parahyba do Norte:

Art. 1º. Erigir-se-ha em Villa a Povoação de S. Antonio do Piancó.

Art. 2º. A Villa de S. Antonio do Piancó será denominada Villa Constitucional de S. Antonio do Piancó.

Art. 3º. A Villa Constitucional de S. Antonio do Piancó, comprehenderá no seu termo somente os limites da Freguezia, que serão declarados na Acta da creação da Villa.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Novembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 11 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Conselho Geral da Provincia de Goyaz:

Art. 1º. O Arrayal do Pillar fica erecto em Villa com o titulo de Villa do Pillar, e terá sua Camara Municipal e Justicas Ordinarias, como tem as mais Villas do Imperio.

Art. 2º. Ficão pertencendo ao Municipio da mencionada Villa o Julgado de Crixás e todo o Districto da Capella Curada de Amaro Leite.

Art. 3º. Ficão servindo de limites do respectivo Municipio os mesmos que actualmente tem os Julgados de Pillar e Crixás e a Capella Curada de Amaro Leite.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Novembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 11 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Conselho Geral da Provincia de Goyaz:

Art. 1º. O Arrayal de Cavalcanti fica erecto em Villa, com o Titulo de Villa de Cavalcanti, e terá sua Camara Municipal e Justicas Ordinarias, como tem as mais Villas do Imperio.

Art. 2º. Os Julgados das Flores e de S. Felix ficão pertencendo ao Municipio de Cavalcanti.

Art. 3º. Ficão servindo de limites do respectivo Municipio os mesmos que actualmente tem os Julgados de Cavalcanti, Flores e S. Felix.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Novembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 11 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. unico. A pensão concedida pelo Governo a Francisco Antonio de Oliveira, por Decreto de 20 de Março de 1830, fica elevada a 400\$.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Novembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 11 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. unico. He permittida ao Hospital de Misericordia da Villa de Paraty a faculdade de posuir as onze moradas de casas que lhe forão legadas pelo Guarda-Mór Domingos José Vieira, no testamento com que falleceu, dispensadas para esse effeito as Leis em contrario.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Novembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETO DE 11 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, ha por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa :

Art. unico. Antonio de Cerqueira Carvalho será admittido a exame das materias do 5º anno, do Curso Juridico de S. Paulo, que frequentou, ficando dispensada a falta de matricula, cujas despesas será todavia obrigado a satisfazer.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Novembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

DECRETOS DE 11 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

Forão sancionadas diversas resoluções da Assembléa Geral Legislativa approvando varias naturalisações, e em consequencia se passarão Decretos em 11 de Novembro do corrente anno, e são os seguintes :

Ao Doutor Rafael Pillati Baggi, natural da Italia, casado, e residente na Bahia.

A João Liberali, natural da Bolonha na Italia.

A Eduardo Eval I, natural de Hamburgo.

A João Gonçalves Corrêa, natural do Porto.

A Aleixo Bosch, natural de Catalunha no Reino de Hespanhá.

A Vicente Antonio de Miranda, natural de Galizia, e residente na Provincia do Pará.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Novembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho.

AVISO DE 11 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

A' vista do seu Officio de 11 do corrente, em o qual dá V. S. conta da insubordinação e mais criminoso procedimento com que se houve a seu respeito o Cabo dos Cornetas Martinho de Santa Anna, preso na Náo *Principe Real*, e pertencente ao Corpo de Artilharia da Marinha, no qual officio pede V. S. que se dêem as ordens necessarias para ser castigado este Cabo : manda a Regencia, em nome do Imperador, significar-lhe que deve fazer conduzir o culpado para bordo de qualquer outro Navio de Guerra, e fazê-lo ali castigar, na conformidade dos regulamentos em vigor. Outrosim manda declarar-lhe a mesma Regencia que igual procedimento deve ter, a respeito daquelles Soldados presos a bordo da mesma Náo que faltarem ao respeito devido a seus Superiores. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 11 de Novembro de 1831. — Joaquim José Rodrigues Torres. — Sr. João Taylor. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 115, vol. 18.*

AVISO DE 11 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Sendo presente á Regencia o officio incluso da Camara Municipal da Cidade de Cabo Frio, datado de 13 do mez proximo passado, em que, depois de huma formal averiguação a que a mesma Camara procedeu, dirigindo-se no dia 12 do citado mez á Ilha do Focinho do Cabo, informa serem falsas as noticias espalhadas de terem os Inglezes que se achão arrecadando os despojos da Fragata *Thetis* erigido ali huma Fortaleza, assestado artilharia, e posto hum destacamento de 200 homens, pela maior parte artilheiros ; referindo igualmente os motivos que induzirão á dita Camara a dirigir, na data de 9 de Março do corrente, a Representação a este respeito : manda, em nome do Imperador, remetter a V. Ex. o citado officio para seu conhecimento. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 11 de Novembro de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Francisco Carneiro de Campos.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo-se divulgado no Periodico *Voz da Liberdade*, huma Correspondencia, em que se affirmava que os Inglezes que na Ilha do Focinho do Cabo estavam arrecadando os despojos da Fragata *Thetis* tinham erigido Fortaleza, içado bandeira, assestado artilharia, e posto hum destacamento de 200 homens, pela maior parte artilheiros : esta Camara, estando em reunião, entendeu ir áquelle lugar, o que executou no dia 12 do corrente Outubro ; e chegando á praia da Ilha, vimos com os proprios olhos a falsidade de semelhante annuncio, que tendia a terrorisar os povos deste Municipio e da Provincia, e talvez da Nação.

A Camara portanto deliberou levar ao conhecimento de V. Ex. que encontrámos choupinas de palha de construcção irregular, onde o Commandante Inglez tinha algumas pessoas occupadas a extrahir do fundo do mar prata cunhada e de pinha, e ouro em barras ; a machina para a extracção e ferraria, de maneira que nenhuma daviada restou á Camara de boatos antes espalhados serem falsos, e que hum aterrado na superioridade do lugar do naufragio nesta Ilha inhabitada, onde estavam fixos cabrestantes da machina, foi que deu lugar a suspeitas infundadas, filhas de rumores populares, que, com todas as indagações até agora feitas, a Camara não podia dissipar, e nem, sem dar o passo que agora deu, podia asseverar cousa alguma, quando aquella a quem a Camara encarregou essa diligencia, o Fiscal, por temor filho da ignorancia, informou dando hum vulto maior e inexistente a quanto se lhes antolhava ; o que deu motivo á representação de 9 de Março de 1831. Deos guarde a V. Ex. por muitos annos. Cabo Frio. Paço da Camara Municipal em sessão, 13 de Outubro de 1831. — Ilm. e Exm. Sr. José Lino Coutinho, etc. — Padre Ignacio Felizardo Fortes. — Pedro Luiz de Souza. — Custodio Nogueira Rodrigues. — Padre Joaquim de Santa Catharina Loyolla. — Ignacio Cardozo da Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 115, vol. 18.*

AVISO DE 11 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Constando ao Governo que ainda se não tem dado a execução á Sentença proferida pelo Juiz de Paz da Freguezia de S. José, contra os individuos que fizeram parte dos ajuntamentos illicitos nas noites de 28 e 29 de Setembro proximo passado, tendo sido appellada por parte dos Réos; cumpre que V. S. dê a razão de semelhante demora. Deos guarde a V. S. Paço, em 11 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Maria Monteiro de Barros. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 115, vol. 18.*

AVISO DE 11 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a Vm. os dous officios inclusos, dirigia dos ao Desembargador encarregado do expediente da Intendencia Geral da Policia, em dat- de 7 do corrente, pelo Juiz de Paz da Freguezia de Inhauma, sobre os rigorosos castigos exercidos por Julio Manoel Teixeira em hum seu escravo de menor idade, para que Vm. faça delles o uso que convier, declarando o lugar para onde foi depositada a victimia da barbaridade desse Senhor deshumano, e dando parte do final resultado das diligencias a que proceder sobre facto tão horroroso e digno de severo castigo. Deos guarde a Vm. Paço, em 11 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz do Crime do Bairro de Santa Anna. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 115, vol. 18.*

AVISO DE 11 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Com o incluso officio, que em data de hontem me fôra dirigido pela Intendencia da Marinha, passo ás mãos de V. Ex., tanto a copia do fretamento da Galera Italia, que conduz os presos destinados á Ilha de Fernando, como a conta das despesas feitas com semelhante expedição, montando tudo na quantia de réis 20:345:8080; satisfazendo assim ao que V. Ex. exigira em seu Aviso de 5 do corrente, a bem do pagamento de tal quantia. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 11 de Novembro de 1831. — Joaquim José Rodrigues Torres. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 115, vol. 18.*

AVISO DE 11 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Participando a Camara Municipal da Villa de Catangallo, em officio de 14 do corrente, ter mandado suspender, até decisão do Governo, os julgamentos dos Juizes de Paz do seu Districto, que absolvião alguns individuos multados pelas Me-

sas Parochiaes, por estar em duvida se competia ou não aos referidos Juizes taes absolvições: manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, communicar á referida Camara, para sua intelligencia, que ao seu Procurador competia appellar das sentenças dos Juizes de Paz, quando as julgasse injustas, e nunca intrometer-se no Poder Judiciario; devendo portanto mandar declarar sem effeito aquella suspensão; e que, por attribuir-se á ignorancia este seu procedimento, não se manda responsabilisa-la, na certeza de que compete-lhe somente, quando vier no conhecimento da prevaricação de algum Empregado, denuncia-lo ao Governo, e nunca embaraçar a execução dos seus actos. O que a sobredita Camara deve ficar entendendo, para nunca mais commetter outra arbitrariedade. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 116, vol. 18.*

AVISO DE 11 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Reconhecendo-se, pelas contas extrahidas na Contadoria da Marinha desta Córte, que o producto do córte de madeiras publico, estabelecido na Provincia de Santa Catharina, he muito inferior ás despesas que exige o custeio do dito córte: manda a Regencia, em nome do Imperador, que o mesmo cesse desde logo, deixando por consequencia de remetter-se a consignação mensal com que elle era supprido, e recolhendo-se aos competentes armazens, depois de relacionados, com declaração do seu estado e valor, todos os utensis e mais objectos com que se fazião os respectivos trabalhos, e pertencerem a semelhante estabelecimento. O que participo a Vm. para sua intelligencia e execução na parte que lhe toca. Deos guarde a Vm. Paço, em 11 de Novembro de 1831. Joaquim José Rodrigues Torres. — Sr. Francisco Bibiano de Castro.

Nesta mesma conformidade e data se officiou ao Presidente da Provincia de Santa Catharina. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 116, vol. 18.*

AVISO DE 11 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Tendo o Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia levado á presença da Regencia os officios que Vm. lhe dirigira, participando o tratamento cruel e castigos rigorosos praticados por João Manoel Teixeira em hum seu escravo menor de 11 annos: a mesma Regencia, em nome do Imperador, manda louvar a Vm. a humanidade e justiça com que se conduzio neste negocio, e com o que mostrou saber desempenhar cabalmente a confiança que os seus constituintes em Vm. depositarão, para guarda e segurança de seus direitos; ficando na intelligencia que em casos taes a Vm. compete, na conformidade da Lei de 26 de Outubro ultimo,

do exemplar incluso, pronunciar os réos, e depois remettê-los ao Juiz Criminal respectivo. Deos guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz da Freguezia de Inhauma. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 123, vol. 18.*

AVISO DE 11 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Para satisfazer-se á requisição que acaba de me ser dirigida pelo Ministerio da Justiça, expeça Vm. as ordens precisas afim de que o forte da Gloria no Campinho seja posto á disposição do Juiz de Paz da Freguezia de Iraja, para nelle fazer recolher os individuos presos á sua ordem. Deos guarde a Vm. Paço, em 11 de Novembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carlos de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 123, vol. 18.*

AVISO DE 12 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Representando a Camara Municipal da Villa de Itaguahy que Luiz Fernandes Monteiro, eleito Juiz Ordinario de Pelouros, para servir no presente anno, se tem negado a tomar posse do dito cargo: manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, responder á referida Camara, para sua intelligencia, que deve enviar todos os documentos relativos áquelle Juiz eleito, e sua informação ao Corregedor da Camara, para este providenciar a tal respeito como fôr de direito. Palacio do Rio de Janeiro, em 12 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 116, vol. 18.*

AVISO DE 13 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo o Capitão graduado José Custodio Rodrigues, e o 2º Tenente Camillo José Ribeiro, ambos do Corpo de Artilharia da Marinha, e actualmente presos, o primeiro na Fortaleza da Lage, e o outro na de Villegaignon, de ser interrogados no Conselho de Guerra, a que se achão respondendo; e sendo portanto mister que elles compareçam na sala das sessões do mesmo Conselho; rogo a V. Ex. se sirva expedir as convenientes ordens para que os Commandantes das ditas Fortalezas se prestem á requisição que lhes fôr feita pelo Quartel General da Marinha a bem de semelhante comparecimento, sempre que se faça necessario. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 13 de Novembro de 1831. — Joaquim José Rodrigues Torres. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 119, vol. 18.*

AVISO DE 14 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — A Regencia, em nome do Imperador, a quem forão presentes os officios que V. Ex. dirigira a esta Secretaria de Estado, com datas de 5 e 20 do mez passado, sob ns. 107 e 110, manda significar a V. Ex., pelo que respeita ao objecto do primeiro, que, visto achar-se prompta a embarcar grande parte da madeira para ali encomendada, deverá V. Ex. remetter a que se poder accomodar, assim na Charrua Carioca, segundo se ordenára já em Aviso de 24 de Setembro ultimo, como no Brigue *Providencia*, quando, não tendo achado na Provincia das Alagoas carga prompta para poder ser immediatamente expedido para esta Côrte, se dirija a esse Porto para a receber, como se tem determinado ao respectivo Commandante; e quanto ao objecto do 2º, que, ficando inteirada do que V. Ex. expoz, á vista do resultado da nova vestoria, a que se procedêra na Fragata *Piranga*, approva o arbitrio que V. Ex. tomára de abrir mão do seu fabrico, e de continuar com a construcção da nova Fragata; ficando portanto V. Ex. autorisado para mandar alienar ou desmanchar aquella Fragata, conforme mais conveniente julgar aos interesses da Fazenda Publica. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 14 de Novembro de 1831. — Joaquim José Rodrigues Torres. — Sr. Honorato José de Barros Paim. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 120, vol. 18.*

DECRETO DE 14 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, em additamento ao Decreto de 30 de Agosto do corrente anno, declara que a Freguezia de S. Antonio de Jacotinga fica annexa ao Juiz do Crime do Bairro de S. José; e a de S. Salvador do Mundo da Guaratyba ao Juiz do Crime do Bairro do Sacramento.

Diogo Antonio Feijó, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 14 de Novembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — Diogo Antonio Feijó.

AVISO DE 14 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo representado o Juiz do Crime do Bairro do Sacramento que o Commandante interino das Armas da Côrte se nega a fazer recolher á Fortaleza de Villegaignon os Alferes de 1ª linha Bernardo de Silva e Almeida e Claudino da Silva e Almeida, ambos pronunciados na devassa pelos acontecimentos da noite de 25 de Setembro passado, a pretexto de se não haver aquelle Juiz dirigido ao mesmo Commandante das Armas para a prisão dos indicados Officiaes, e sim ao Juiz de Paz da Freguezia de S.

Anna; e constando que este procedimento nasceria unicamente de ignorar elle então que taes individuos erão com effeito militares, vou solicitar de V. Ex. a expedição das ordens que fôrem necessarias, não só para verificação da prisão de taes Officiaes naquella Fortaleza á ordem do sobre-dito Juiz, como de todas as mais requisições que fizer a bem da conclusão do processo que lhes he relativo. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 14 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se á fl. 131 do Liv. 11º da Corte na Secretaria na Justiça.*

PROVISÃO DE 14 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de S. Paulo que a Regencia, em nome do Imperador, a quem foi presente, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, o officio n. 19, de 16 de Setembro deste anno, no que dizia respeito á duvida de ter ou não obrado bem em recusar as comedorias de embarcar requeridas pelos Officiaes do 3º Corpo de Artilharia prestes a partir de Santos para Santa Catharina: houve por bem resolver, segundo o Aviso que me foi expedido por aquella Repartição em 8 do corrente, que se devem abonar as comedorias aos Officiaes que fôrem em serviço. O que se participa á mesma Junta para sua intelligencia e execução; assim como, quanto ao segundo ponto do dito officio, que já lhe foi communicado, em Provisão de 5 de Outubro passado, qual a quota que lhe cabe da somma decretada para as despesas extraordinarias da Repartição da Guerra. Amaro Velho da Silva Bitancourt a fez no Rio de Janeiro, em 14 de Novembro de 1831. — Marianno Pinto Lobato, Contador Geral da segunda Repartição, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 129, vol. 18.*

CARTA DE LEI DE 15 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os Subditos do Imperio que a Assembléa Geral decretou, e ella sancionou a Lei seguinte:

TITULO I. — DESPEZAS NACIONAES.

CAPITULO I. — Da fixação das despesas do Ministerio dos Negocios do Imperio.

Art. 1º. O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio he autorisado a despendar em todo o Imperio, no anno financeiro do 1º de Julho de 1832, ao ultimo de Junho de 1833.

§ 1º. Com a dotação de Sua Magestade o Imperador. 200:000\$000

§ 2º. Com os alimentos das tres Princezas Imperiaes 14:400\$000

§ 3º. Com o ordenado do Tutor de Sua Magestade Imperial e Altezas 4:800\$000

219:200\$000

Transporte. 219:200\$000

§ 4º. Com os Mestres e despesas de ensino de Sua Magestade o Imperador e suas Augustas Irmãs. 7:302\$000

Supprimido o ordenado do Director.

§ 5º. Com os ordenados dos Membros da Regencia. 36:000\$000

§ 6º. Com o Conselho de Estado e seu expediente, Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio e seu expediente 40:566\$800

Supprimindo-se o augmento do ordenado do Conselho de Estado por Decreto de 8 de Agosto de 1825, a despeza de tres Correios de Gabinete, o ordenado de hum Official da Secretaria, que diminuiu, e passando para a folha das pensões 200\$ a D. Anna Joaquina da Costa Barros.

§ 7º. Com os subsidios dos Deputados, Secretaria e despesas da casa da respectiva Camara. 260:000\$000

Supprimidas as despesas com Tachygraphos, redacção, e impressão dos Diarios, e continuando a impressão das Actas.

§ 8º. Com os subsidios dos Senadores, Secretaria, e despesas da casa da respectiva Camara. 200:000\$000

Quando em alguns dos artigos de despeza para que são votadas as quantias dos §§ 7º e 8º houverem sobras (menos dos subsidios), poderão ser applicadas para quaesquer outras, quando as respectivas Camaras assim o julgarem indispensavel; e esta mesma disposição terá lugar desde já a respeito das quantias votadas para as despesas do corrente anno.

§ 9º. Com os Cursos Juridicos, Academias Medico-Cirurgicas e Museo. 56:194\$800

A saber:

Na Provincia do Rio de Janeiro 9:042\$400; na da Bahia 6:250\$; na de Pernambuco, incluindo os premios e 2:500\$ para compra de livros, 20:451\$200; na de S. Paulo, na mesma conformidade, 20:451\$200.

§ 10. Com 98 Correios. 140:000\$000

Supprimindo-se a gratificação ao Director Geral e as despesas dos 4 Postilhões em Pernambuco.

§ 11. Com pensões, aposentados, e empregados de Repartições extinctas. 6:000\$000

§ 12. Com despesas eventuaes 30:000\$000

Somma. 995:263\$600

6j**

CAPITULO II. — Da fixação das despesas do Ministerio dos Negocios da Justiça.

Art. 2.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça he autorizado a despendar em todo o Imperio, no anno financeiro do 1.º de Julho de 1832 ao ultimo de Junho de 1833 :

§ 1.º Com a Secretaria de Estado e seu expediente, e Tribunal Supremo de Justiça. 84:000\$000

§ 2.º Com os Tribunaes das Relações. 120:000\$000

§ 3.º Com Pensões, aposentados, e empregados de Tribunaes extinctos 24:000\$000

Somma. 228:000\$000

CAPITULO III. — Da fixação das despesas do Ministerio dos Negocios Estrangeiros.

Art. 3.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros he autorizado a despendar, no anno financeiro do 1.º de Julho de 1832 ao ultimo de Junho de 1833 :

§ 1.º Com a Secretaria de Estado e seu expediente. 22:000\$000

§ 2.º Com as Legações e Consulados em Paizes estrangeiros e Comissões Mixtas. 81:000\$000

Além do cambio respectivo com que serão pagas taes despesas pelo intermedio de casas de commercio, com que o Governo tratará para esse fim ; o que deve ter effeito desde já.

Somma, além dos cambios 103:000\$000

CAPITULO IV. — Da fixação das despesas do Ministerio dos Negocios da Marinha.

Art. 4.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha he autorizado a despendar em todo o Imperio, no anno financeiro do 1.º de Julho de 1832 ao ultimo de Junho de 1833 :

§ 1.º Com a Secretaria de Estado e seu expediente 18:000\$000

Não sendo comprehensiva a inhibição na admissão de Officiaes de Secretaria ao Official com clausulas que nella existe, logo que o Governo o julgue digno de ser contemplado com os seus vencimentos.

§ 2.º Com o Corpo da Armada. 130:000\$000

§ 3.º Com a Academia de Marinha, Auditoria, Capellães e Officiaes de Saude 34:000\$000

§ 4.º Com o Corpo de Artilharia de Marinha. 130:000\$000

§ 5.º Com premios para ajuste de marinheiros e soldados 30:000\$000

342:000\$000

Transporte. 342:000\$000

§ 6.º Com reformas, pensões e monte pio. 50:000\$000

§ 7.º Com as Intendencias e Arsenaes 500:000\$000

Sendo 161:185\$880 para o Arsenal da Bahia.

§ 8.º Com os navios armados, transportes, canhoneiras, Patrões-Móres e correios maritimos. 500:000\$000

Supprimidas as despesas da barca de vapor.

§ 9.º Com os navios desarmados e despesas extraordinarias. 108:000\$000

Comprehendidos 4:000\$ para as barcas e mais despesas da marinha na Provincia de Matto Grosso.

Somma. 1,500:000\$000

Art. 5.º Ficão supprimidos os vencimentos do Ajudante do Ministro da Marinha e de todos os Officiaes da Armada empregados em terra, que fôrem além do soldo e maioria. Exceptuão-se os empregados na Academia, assim como os Intendentes da Marinha do Rio de Janeiro e Bahia, e o Inspector do Arsenal do Rio de Janeiro, os quaes continuarão a perceber os vencimentos que ora lhes competem pelas leis existentes.

Art. 6.º O registro do porto do Rio de Janeiro será feito por hum dos officiaes do navio comandante que nelle se achar, acabando desde já a respectiva commissão em que se acha um Capitão de Mar e Guerra.

Art. 7.º Ficão supprimidos os vencimentos dos Guardas-Marinhas de menor idade, e o ordenado de um Lente substituto de desenho; e o Governo he autorizado para fazer a reforma na Academia.

Art. 8.º Ficão abolidas as Intendencias de Marinha, excepto as do Rio de Janeiro e Bahia; e o Governo he autorizado a fazer as convenientes reduções nestes estabelecimentos e nas fabricas navaes de todos os portos do Imperio.

Art. 9.º Na Intendencia e Arsenal do Rio de Janeiro ficão supprimidos cinco Medidores, hum Ajudante do Almojarife, a gratificação de hum Continuo, os Praticantes extranumerarios, diversos empregados não creados por lei, hum encarregado da Inspeção das ferias, dous Escrivães da Mesa Grande na Intendencia, e os Mestres de cordoaria e fundição que excederem de hum.

Art. 10. Fica extincta a capellania do Arsenal do Rio de Janeiro, e o actual Capellão, no caso de ter patente militar, conservará o seu soldo, e será addido aos Cappellães do numero da Armada.

Art. 11. Ficão extinctas as Conservatorias dos côrtes de madeiras.

Art. 12 Os Empregados creados por lei nesta Repartição, cujos empregos fôrem supprimidos, serão considerados da mesma fórma que os Empregados dos Tribunaes que se tem extincto.

Art. 13. As embarcações do serviço nacional não poderão receber cargas a frete senão na con-

formidade dos Regulamentos dos correios marítimos.

Art. 14. O Governo he autorizado a vender os navios de transporte que poder dispensar, e vender ou arrendar a barca de vapor.

CAPITULO V. — Da fixação das despesas do Ministerio dos Negocios da Guerra.

Art. 15. O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra he autorizado a despendar em todo o Imperio, no anno financeiro do 1.º de Julho de 1832 ao ultimo de Junho de 1833:

§ 1.º Com a Secretaria de Estado e seu expediente, e Conselho Supremo Militar 30:000\$000

§ 2.º Com a Academia Militar e Corpo de Engenheiros . . . 50:000\$000

Ficando o Governo autorizado a fazer na Academia a reforma do systema dos estudos para as differentes armas do Exercito, de que dará conta á Assembléa Geral Legislativa.

§ 3.º Com os commandos de armas e Estado-Maior empregado 100:000\$000

Supprimidos desde já os commandos de armas das Provincias de S. Paulo, Goyaz, Minas Geraes, Espirito Santo, Sergipe, Alagoas, Parahyba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí; as gratificações dos Commandantes militares das Villas de Santos, S. Sebastião, Paranaguá e outros lugares semelhantes, e dos fortes denominados: Bertioga, Forte Augusto e Ipanêma.

§ 4.º Com os Corpos das tres armas da nova organização, ficando o Governo autorizado para reduzir o numero dos Corpos, e bem assim para abolir ou reduzir o Corpo de Veteranos, e fazer economias com as bandas das musicas, e as mais que julgar convenientes. 1,400:000\$000

§ 5.º Com o Estado-Maior desempregado, Veteranos, Avulsos, Reformados, Officiaes de segunda linha que vencem soldo, pensões e tenças 500:000\$000

§ 6.º Com os Arsenaes e Fabricas do Exercito, comprehendendo a Fabrica de ferro na Provincia de S. Paulo e as Companhias de Artifices 180:000\$000

§ 7.º Com os Hospitales Militares, autorizado o Governo a reformar os existentes ou substitui-los por Hospitales Regimentaes. 100:000\$000

§ 8.º Com as Thesourarias e Pagadorias de Tropas, reparos de fortificações, Quartéis, Hospitales e outras despesas diversas. . 140:000\$000

Somma. 2,500:000\$000

Art. 16. Os vencimentos do Commandante das Armas da Côrte ficão reduzidos ao soldo da sua patente, com a gratificação e cavalgaduras de commando de divisão: e os Commandantes de Armas da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará, Matto Grosso, Santa Catharina e Rio Grande do Sul, vencerão sómente o soldo de sua patente, com a gratificação e cavalgaduras de commando de brigada.

Art. 17.º O Governo he autorizado a supprir, onde convier, os commandos de fortes, fortins, baterias e pontos fortificados.

Art. 18. Os Empregados creados por lei nesta Repartição, cujos empregos fôrem supprimidos serão considerados da mesma fórma que os Empregados dos Tribunaes que tem sido extinctos.

Art. 19. O Governo he autorizado a fazer as reduções e reformas que fôrem necessarias aos Arsenaes e Fabricas do Exercito, Thesourarias e Pagadoria das Tropas, sem augmentar vencimento ou numero de Empregados.

Art. 20. O Governo fica autorizado a mandar vender, na Provincia do Rio Grande do Sul, a cavallada pertencente á Fazenda Nacional, ou reparti-la desde já, pelas Estancias da Provincia, se o quizerem, ficando estes obrigados a dar outros tantos quando se lhes exigirem.

Art. 21. Fica tambem o Governo autorizado a vender, na Provincia do Rio Grande do Sul, as bestas muares e bois pertencentes á Fazenda Nacional.

Art. 22. As tabellas dos orçamentos conterão huma lista nominal dos Officiaes existentes no Imperio, com declaração das Commissões em que se achão empregados em cada Provincia, das gratificações que lhes competem, e dos soldos pagos ou não pagos.

Art. 23. As sobras que possa haver nas quantias consignadas para as Repartições da Marinha e Guerra, emquanto ao pessoal, poderão applicar-se ao melhoramento do material.

TITULO II. — Despezas Provinciaes.

CAPITULO I. — Provincia do Rio de Janeiro.

Art. 24. O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio he autorizado a despendar na Provincia do Rio de Janeiro, no anno financeiro do 1.º de Julho de 1832 ao ultimo de Junho de 1833:

§ 1.º Com a instrução publica, incluindo a Academia das Bellas-Artes e a Bibliotheca Publica 40:000\$000

§ 2.º Com o Jardim Botânico da Lagôa de Rodrigo de Freitas, Passeio Publico da Côrte, iluminação da Cidade e propagação da vaccina 64:000\$000

§ 3.º Com as obras publicas. 100:000\$000

Somma. 204:000\$000

Art. 25. O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça he autorizado a despen-

der, na Provincia do Rio de Janeiro, no anno financeiro do 1.º de Julho de 1832 ao ultimo de Junho de 1833:

§ 1.º Com as justicas territoriaes, incluída a Intendencia Geral da Policia e seu expediente, comprehendidos 600\$ do ordenado e gratificações do Interprete e Escrivão da Visita 15:000\$000

§ 2.º Com as Guardas Policiaes 100:000\$000

§ 3.º Com as despesas ecclesiasticas. 66:000\$000

Não podendo exceder de 50:000\$ a despesa da Capella Imperial, onde fica desde já suspenso o provimento dos empregos que vagarem, e o Governo autorisado a fazer reduções no pessoal e material, devendo dar conta á Assembléa Geral na futura sessão do estado desta Repartição.

§ 4.º Para casas de prisão com trabalho. 50:000\$000

§ 5.º Com reparos e contrucção de cadeas. 22:500\$000

§ 6.º Com sustento de presos pobres 15:000\$000

§ 7.º Com gratificações ao Solicitador, Officiaes de Justiça, diligencias para prisão de malleitores e quaesquer outras despesas eventuaes que occorrerem desde já 8:000\$000

Somma 276:500\$000

Art. 26. Ficão supprimidas as diarias aos Religiosos de S. Boaventura da Villa de Macacú, de S. Bernardino da Ilha Grande, de Nossa Senhora dos Anjos de Cabo Frio, da Aldéa de S. João, aos da Villa de Santos e aos desta Cidade.

CAPITULO II. — Provincia do Espirito Santo.

Art. 27. O Presidente da Provincia do Espirito Santo, em Conselho, he autorisado a despendar, no anno financeiro do 1.º de Julho de 1832 ao ultimo de Junho de 1833:

§ 1.º Com a Presidencia da Provincia, sua Secretaria e Conselho do Governo. 5:270\$000

§ 2.º Com o expediente do Conselho Geral 800\$000

§ 3.º Com a instrucção publica. 6:140\$000

§ 4.º Com a civilisação e catechese dos Indios. 6:207\$000

§ 5.º Com as obras publicas. 8.000\$000

§ 6.º Com a vaccina. 200\$000

§ 7.º Com os Juizes territoriaes 960\$000

§ 8.º Com as despesas ecclesiasticas. 3:880\$000

31:457\$000

Transporte. 31:457\$000

Comprehendendo a congrua e guisamento ao Parocho da Nova Freguezia da Barra da Villa de S. Matheus, e a Congrua ao Capellão Curado da Colonia da Freguezia dos Ilheos de Vianna; e supprimidas as ordinarias aos Religiosos de S. Francisco da Capital da Provincia e aos da Senhora da Penha.

§ 9.º Com as despesas eventuaes 200\$000

§ 10. Para casa de prisão com trabalho. 2:000\$000

§ 11. Com reparos e contrucção de cadeas 900\$000

§ 12. Com sustento de presos pobres. 600\$000

Somma 35:157\$000

CAPITULO III. — Provincia da Bahia.

Art. 28. O Presidente da Provincia da Bahia, em Conselho, he autorisado a despendar, no anno financeiro do 1.º de Julho de 1832 ao ultimo de Junho de 1833:

§ 1.º Com a Presidencia da Provincia, sua Secretaria e Conselho do Governo. 10:000\$000

Fica restabelecido o Official de Secretaria que fôra supprimido pela lei de 15 de Outubro de 1830.

§ 2.º Com o expediente do Conselho Geral. 1:500\$000

§ 3.º Com a instrucção publica, sendo 3:000\$ destinados para a Bibliotheca Publica e compra de livros 36:000\$000

Fica sem effeito a suppressão da parte do ordenado do Lente da Aula do Commercio, feita pela lei de 15 de Outubro de 1830.

§ 4.º Com o Passeio Publico. 1:400\$000

§ 5.º Com a civilisação e catechese dos Indigenas e propagação da vaccina 600\$000

§ 6.º Com as obras publicas. 60:000\$000

§ 7.º Com as justicas territoriaes 4:000\$000

§ 8.º Com as Guardas Policiaes 50:000\$000

§ 9.º Com as despesas ecclesiasticas. 39:000\$000

Supprimidas as ordinarias aos Benedictinos da Cidade.

§ 10. Com a illuminação da cidade. 10:000\$000

§ 11. Para a casa de prisão com trabalho 34:000\$000

§ 12. Com reparos e contrucção de cadeas. 15:300\$000

§ 13. Com sustento de presos pobres 10:200\$000

Somma 272:000\$000

CAPITULO IV. — Provincia de Sergipe.

Art. 29. O Presidente da Provincia de Sergipe, em Conselho, he autorizado a despendar, no anno financeiro do 1.º de Julho de 1832 ao ultimo de Junho de 1833:

§ 1.º Com a Presidencia da Provincia, sua Secretaria e Conselho do Governo.	6:000\$000
§ 2.º Com o expediente do Conselho Geral.	500\$000
§ 3.º Com a instrucção publica.	7:200\$000
§ 4.º Com a vaccina.	270\$000
§ 5.º Com as obras publicas.	8:000\$000
§ 6.º Com as justicas territoriaes.	400\$000
§ 7.º Com as despesas ecclesiasticas.	3:000\$000
§ 8.º Para casas de prisão com trabalho.	2:000\$000
§ 9.º Com reparo e construcção de cadeas.	900\$000
§ 10. Com sustento de presos pobres.	600\$000
Somma.	28:870\$000

CAPITULO V. — Provincia das Alagoas.

Art. 30. O Presidente da Provincia das Alagoas, em Conselho, he autorizado a despendar, no anno financeiro do 1.º de Julho de 1832 ao ultimo de Junho de 1833:

§ 1.º Com a Presidencia da Provincia, sua Secretaria e Conselho do Governo.	6:000\$000
§ 2.º Com o expediente do Conselho Geral.	800\$000
§ 3.º Com a instrucção publica.	6:800\$000
§ 4.º Com as obras publicas.	8:000\$000
§ 5.º Com a vaccina.	270\$000
§ 6.º Com as justicas territoriaes.	1:900\$000
§ 7.º Com as despesas ecclesiasticas.	3:200\$000
§ 8.º Para o Hospital da Villa do Penêdo.	800\$000
§ 9.º Para casas de prisão com trabalho.	6:000\$000
§ 10. Com reparos e construcção de cadeas.	2:700\$000
§ 11. Com sustento de presos pobres.	1:800\$000
Somma.	38:270\$000

CAPITULO VI. — Provincia de Pernambuco.

Art. 31. O Presidente da Provincia de Pernambuco, em Conselho, he autorizado a despendar, no anno financeiro do 1.º de Julho de 1832 ao ultimo de Junho de 1833:

§ 1.º Com a Presidencia da

Provincia, sua Secretaria e Conselho do Governo.	10:000\$000
§ 2.º Com o expediente do Conselho Geral.	1:500\$000
§ 3.º Com a instrucção publica, incluindo o lyceo.	22:000\$000
§ 4.º Com o Jardim Botânico, vaccina, Professores de saude e ordinarias aos Expostos e Lazaros.	5:000\$000
§ 5.º Com a illuminação da Cidade do Recife.	10:000\$000
§ 6.º Com as obras publicas.	60:000\$000
§ 7.º Com as justicas territoriaes.	1:800\$000
§ 8.º Com as Guardas Policiaes.	50:000\$000
§ 9.º Com as despesas ecclesiasticas.	18:800\$000
§ 10. Para casas de prisão com trabalho.	34:000\$000
§ 11. Com reparos e construcção de cadeas.	15:500\$000
§ 12. Com sustento de presos pobres.	10:200\$000
Somma.	238:600\$000

Art. 32. Fica supprimida a despesa de 467\$200 com o Guarda-bandeira da Provedoria da Saude, e a gratificação de dous dos seus Guardas; assim como as ordinarias ás Camaras de Goyana e Olinda para festividades.

CAPITULO VII. — Provincia da Parahyba.

Art. 33. O Presidente da Provincia da Parahyba, em Conselho, he autorizado a despendar, no anno financeiro do 1.º de Julho de 1832 ao ultimo de Junho de 1833:

§ 1.º Com a Presidencia da Provincia, sua Secretaria e Conselho do Governo.	6:127\$480
§ 2.º Com o expediente do Conselho Geral.	800\$000
§ 3.º Com a instrucção publica.	6:000\$000
§ 4.º Com o Cirurgião-Mór da Provincia, Cirurgião do partido e vaccina.	600\$000
§ 5.º Com as obras publicas, illuminação da Cidade e ordinarias da Camara da Cidade.	20:000\$000
§ 6.º Com a obra da ponte no braço do Rio Parahyba denominado Sanhaná, na forma do plano approvedo.	13:000\$000
§ 7.º Para o Hospital da Misericórdia.	800\$000
§ 8.º Com as justicas territoriaes.	820\$000
§ 9.º Com as despesas ecclesiasticas.	4:380\$000
Somma.	52:527\$480

Transporte.	52:527\$480
§ 10. Para casa de prisão com trabalho.	6:000\$000
§ 11. Com reparos e construção de cadeas.	2:700\$000
§ 12. Com sustento de presos pobres	1:800\$000
Somma.	63:027\$480

CAPITULO VIII. — Provincia do Rio Grande do Norte.

Art. 34. O Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte, em Conselho, he autorisado a despendar, no anno financeiro do 1º de Julho de 1832 ao ultimo de Junho de 1833:

§ 1.º Com a Presidencia da Provincia, sua Secretaria e Conselho do Governo.	5:600\$000
§ 2.º Com o expediente do Conselho Geral.	500\$000
§ 3.º Com a instrução publica	5:550\$000
§ 4.º Com as obras publicas.	8:000\$000
§ 5.º Com a propagação da vaccina	200\$000
§ 6.º Com as justiças territoriaes	540\$000
§ 7.º Com as despesas ecclesiasticas.	3:000\$000
§ 8.º Para casas de prisão com trabalho.	2:000\$000
§ 9.º Com reparos e construção de cadeas.	900\$000
§ 10. Com sustento de presos pobres.	600\$000
Somma.	26:890\$000

CAPITULO IX. — Provincia do Ceará.

Art. 35. O Presidente da Provincia do Ceará, em Conselho, he autorisado a despendar, no anno financeiro do 1º de Julho de 1832 ao ultimo de Junho de 1833:

§ 1.º Com a Presidencia da Provincia, sua Secretaria e Conselho do Governo.	6:000\$000
§ 2.º Com o expediente do Conselho Geral.	800\$000
§ 3.º Com a instrução publica.	13:800\$000
§ 4.º Com as obras publicas.	8:000\$000
§ 5.º Com a propagação da vaccina e com o Cirurgião-Mór.	1:000\$000
§ 6.º Com as justiças territoriaes.	2:000\$000
§ 7.º Com as despesas ecclesiasticas.	4:950\$000
§ 8.º Para casas de prisão com trabalho	6:000\$000
§ 9.º Com reparos e construção de cadeas.	2:700\$000
§ 10. Com sustento de presos pobres.	1:800\$000
Somma.	47:050\$000

CAPITULO X. — Provincia do Piahy.

Art. 36. O Presidente da Provincia de Piahy, em Conselho, he autorisado a despendar, no anno financeiro do 1º de Julho de 1832, ao ultimo de Junho de 1833:

§ 1.º Com a Presidencia da Provincia, sua Secretaria e Conselho do Governo.	5:600\$000
§ 2.º Com o expediente do Conselho Geral.	500\$000
§ 3.º Com a instrução publica	4:680\$000
§ 4.º Com as obras publicas.	8:000\$000
§ 5.º Com a catechese e civilisação dos Indigenas, medicamentos e outros soccorros aos pobres do Hospital Militar e propagação da vaccina	1:000\$000
§ 6.º Com as justiças territoriaes	1:700\$000
§ 7.º Com as despesas ecclesiasticas.	2:000\$000
§ 8.º Para casas de prisão com trabalho.	2:000\$000
§ 9.º Com reparos e construção de cadeas.	900\$000
§ 10. Com sustento de presos pobres.	600\$000
Somma.	26:980\$000

CAPITULO XI. — Provincia do Maranhão.

Art. 37. O Presidente da Provincia do Maranhão, em Conselho, he autorisado a despendar, no anno financeiro do 1º de Julho de 1832 ao ultimo de Junho de 1833:

§ 1.º Com a Presidencia da Provincia, sua Secretaria e Conselho do Governo.	8:760\$000
§ 2.º Com o expediente do Conselho Geral.	1:500\$000
§ 3.º Com a instrução publica, sendo 1:350\$ para a Bibliotheca	13:390\$000
§ 4.º Com as obras publicas e illuminação da Cidade.	24:000\$000
§ 5.º Com o canal que fez objecto da lei de 27 de Agosto de 1830	24:000\$000
§ 6.º Com as justiças territoriaes.	1:200\$000
§ 7.º Com as Guardas Policiaes	1:200\$000
§ 8.º Com as despesas ecclesiasticas.	28:000\$000
Destinando-se 1:000\$ de rs. para o subsidio ao Recolhimento de Nossa Senhora da Annunciação e Remedios da Cidade.	17:000\$000
§ 9.º Com o Jardim Botânico.	2:000\$000
§ 10. Com a Vaccina	492\$000
§ 11. Com casas de prisão com trabalho	16:000\$000
Somma.	137:542\$000

Transporte.	136:342\$000
§ 12. Com reparos e cons- trução de cadêas.	7:200\$000
§ 13. Com sustento de presos pobres	4:800\$000
Somma.	148:342\$000

CAPITULO XII. — Provincia do Pará.

Art. 38. O Presidente da Provincia do Pará, em Conselho, he autorizado a despendar, no anno financeiro do 1º de Julho de 1832 ao ultimo de Junho de 1833:

§ 1.º Com a Presidencia da Provincia, sua Secretaria e Con- selho do Governo	7:960\$000
§ 2.º Com o expediente do Conselho Geral	800\$000
§ 5.º Com a instrucção pu- blica	6:300\$000
§ 4.º Com o Jardim Botânico, horto de especiarias, Passeio Pu- blico, civilisação e catechese dos Indigenas e propagação da vac- cina	4:000\$000
§ 5.º Com as obras publicas.	8:000\$000
§ 6.º Com as justicas territo- riaes	4:600\$000
§ 7.º Com as Guardas Poli- ciaes	16:000\$000
§ 8.º Com as despesas eccle- siasticas.	32:000\$000
Supprimida a ordinaria aos re- ligiosos de Santo Antonio, assim como a quantia de 780\$ de aju- da de custo e mais despesas com a visita episcopal.	
§ 9.º Para casas de prisão com trabalho.	6:000\$000
§ 10. Com reparos e cons- trução de cadêas.	2:700\$000
§ 11. Com sustento de presos pobres	1:800\$000
Somma.	90:160\$000

CAPITULO XIII. — Provincia de Matto Grosso.

Art. 39. O Presidente da Provincia de Mato Grosso, em Conselho, he autorizado a despen-
der, no anno financeiro do 1º de Julho de 1832
ao ultimo de Junho de 1833:

§ 1.º Com a Presidencia da Provincia, sua Secretaria e Con- selho do Governo	6:900\$000
§ 2.º Com o expediente do Conselho Geral	500\$000
§ 3.º Com a instrucção pu- blica	4:360\$000
§ 4.º Com as obras publicas.	8:000\$000
§ 5.º Com a catechese e ci- vilisação dos Indigenas	2:300\$000
	22:060\$000

Transporte.	22:060\$000
§ 6.º Com as justicas territo- riaes	2:100\$000
§ 7.º Com os Pedestres	20:000\$000
§ 8.º Com as despesas eccle- siasticas.	2:792\$000
§ 9.º Para casas de prisão com trabalho.	2:000\$000
§ 10. Com reparos e cons- trução de cadêas.	900\$000
§ 11. Com sustento de presos pobres	600\$000
Somma.	50:452\$000

CAPITULO XIV. — Provincia de Goyaz.

Art. 40. O Presidente da Provincia de Goyaz, em Conselho, he autorizado a despendar, no anno financeiro do 1º de Julho de 1832 ao ultimo de Junho de 1833:

§ 1.º Com a Presidencia da Provincia, sua Secretaria e Con- selho do Governo	7:000\$000
§ 2.º Com o expediente do Conselho Geral.	500\$000
§ 3.º Com a instrucção pu- blica	25:280\$000
§ 4.º Com as obras publicas.	8:000\$000
§ 5.º Com a propagação da vaccina, catechese e civilisação dos Indigenas.	3:200\$000
§ 6.º Com as justicas territo- riaes	2:160\$000
§ 7.º Com as despesas eccle- siasticas.	4:800\$000
§ 8.º Para casas de prisão com trabalho	2:000\$000
§ 9.º Com reparos e cons- trução de cadêas.	900\$000
§ 10. Com sustento de presos pobres.	600\$000
Somma.	54:440\$000

CAPITULO XV. — Provincia de Minas Geraes

Art. 41. O Presidente da Provincia de Minas Geras, em Conselho, he autorizado a despendar, no anno financeiro do 1º de Julho de 1832 ao ultimo de Junho de 1833:

§ 1.º Com a Presidencia da Provincia, sua Secretaria e Con- selho do Governo	6:600\$000
§ 2.º Com o expediente do Conselho Geral	1:500\$000
§ 3.º Com a instrucção pu- blica.	25:280\$000
§ 4.º Com as obras publicas.	22:000\$000
§ 5.º Com a catechese e ci- vilisação dos Indigenas	3:000\$000
§ 6.º Com a propagação da vaccina, Jardim Botânico e Guar- da-Mór Geral das minas.	1:360\$000
	59:740\$000

Transporte.	59:740\$000
§ 7.º Com as justicas territoriaes.	13:496\$668
§ 8.º Com as divisões do Rio Doce	20:000\$000
§ 9.º Com as despesas ecclesiasticas.	28:000\$000
Supprimida a ordinaria á Congregação da Mãe dos Homens.	
§ 10. Para casas de prisão com trabalho	16:000\$000
§ 11. Com reparos e construção de cadeas	7:200\$000
§ 12. Com sustento de presos pobres.	4:800\$000
Somma.	149:236\$668

CAPITULO XVI. — Provincia de S. Paulo.

Art. 42. O Presidente da Provincia de S. Paulo, em Conselho, he autorisado a despende, no anno financeiro do 1º de Julho de 1832 ao ultimo de Junho de 1833:

§ 1.º Com a Presidencia da Provincia, sua Secretaria e Conselho do Governo.	8:500\$000
§ 2.º Com o expediente do Conselho Geral.	1:500\$000
§ 3.º Com a instrucção publica comprehendendo os Seminarios.	20:220\$000
§ 4.º Com as obras publicas.	20:000\$000
§ 5.º Com a civilisação e catechese dos Indigenas.	3:000\$000
§ 6.º Com o Jardim Botânico, vaccina, Professores de saude e Director Geral das minas.	2:400\$000
§ 7.º Com as justicas territoriaes.	5:380\$000
§ 8.º Com as despesas ecclesiasticas.	29:000\$000

Supprimidas as ordinarias aos Religiosos da Villa de Santos e Santa Clara de Taubaté.

§ 9.º Para casas de prisão com trabalho.	6:000\$000
§ 10. Com reparos e construção de cadeas.	2:700\$000
§ 11. Com sustento de presos pobres.	1:800\$000

Somma. 100:500\$000

CAPITULO XVII. — Provincia de Santa Catharina.

Art. 43. O Presidente da Provincia de Santa Catharina, em Conselho, he autorisado a despende, no anno financeiro do 1º de Julho de 1832 ao ultimo de Junho de 1833:

§ 1.º Com a Presidencia da

Provincia, sua Secretaria e Conselho do Governo.	5:000\$000
§ 2.º Com o expediente do Conselho Geral.	800\$000
§ 3.º Com a instrucção publica.	2:790\$000
§ 4.º Com as obras publicas.	8:000\$000
§ 5.º Com a vaccina, Lente de cirurgia, Hospital, sendo 500\$ para a criação dos expostos e com a catechese e civilisação dos Indigenas.	1:300\$000
§ 6.º Com as justicas territoriaes.	1:140\$000
§ 7.º Com as despesas ecclesiasticas.	2:257\$000
§ 8.º Para casas de prisão com trabalho.	2:000\$000
§ 9.º Com reparos e construção de cadeas.	900\$000
§ 10. Com sustento de presos pobres.	600\$000
Somma.	24:767\$000

CAPITULO XVIII. — Provincia do Rio Grande do Sul.

Art. 44. O Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul, em Conselho, he autorisado a despende, no anno financeiro do 1º de Julho de 1832, ao ultimo de Junho de 1833:

§ 1.º Com a Presidencia da Provincia, sua Secretaria e Conselho do Governo.	7:000\$000
§ 2.º Com o expediente do Conselho Geral.	800\$000
§ 3.º Com a instrucção publica.	12:000\$000
§ 4.º Com as obras publicas.	20:000\$000
§ 5.º Com a vaccina.	2:000\$000
§ 6.º Com as justicas territoriaes.	2:400\$000
§ 7.º Com as despesas ecclesiasticas.	4:600\$000
§ 8.º Para casas de prisão com trabalho.	6:000\$000
§ 9.º Com reparos e construção de cadeas.	2:700\$000
§ 10. Com sustento de presos pobres.	1:800\$000

Somma. 59:300\$000

CAPITULO XIX. — Disposições communs.

Art. 45. Fica autorisada a despesa necessaria á manutenção das novas escolas, quando creadas, e providas legalmente.

Art. 46. Ficão elevadas a 200\$ as congruas dos Parochos, cujos vencimentos até agora não chegavão a essa quantia.

TITULO III. — Despesas Nacionais e Provinciaes pelo Ministerio dos Negocios da Fazenda.

CAPITULO UNICO.

Art. 47. O Ministro e Secretario de Estado

dos Negocios da Fazenda he autorisado a despendar, no anno financeiro do 1.^o de Julho de 1832 ao ultimo de Junho de 1833:

§ 1.^o Com a divida externa, libras esterlinas 398,429 (comprehendidas 40,000 libras consignadas á amortização dos empréstimos brasileiros do anno de 1830), orçado o cambio a 32 medio nas diferentes Thesourarias por onde são feitas as remessas. 2,988:217\$500

§ 2.^o Com a divida interna fundada 1,046:500\$000

§ 3.^o Com a compra de pão brazil 50:000\$000

§ 4.^o Com despesas eventuaes na Provincia do Rio de Janeiro, comprehendendo barcas de soccorro e pharoes, rebates de bilhetes e letras. 154:800\$000

§ 5.^o Com despesas eventuaes na Provincia na Bahia, comprehendendo 33:320\$ para rebates de bilhetes e cedulas. 48:000\$000

§ 6.^o Com as outras despesas designadas no art. 20 da lei de 15 de Dezembro de 1830, que fixou as despesas do anno de 1831 a 1832, á excepção dos §§ 1, 2, 3, 17, 21, 28, 34 e 47, que acima vão contemplados. 936:172\$000

§ 7.^o Com o acrescimo dos ordenados dos Empregados no Thesouro Nacional, Thesourarias das Provincias e Mesas das Diversas Rendas, e com as despesas da Junta do Commercio. 150:000\$000

§ 8.^o Com a indemnização dos cofres dos Orphãos nas Villas da Granja e Vigosa da Provincia do Ceará; capital e juros de quantias delles extrahidas no tempo da Independencia (quando não estejam indemnizadas). 3:600\$000

§ 9.^o Com o pagamento dos juros da quantia de 63:000\$ que Manoel Fernandes Guimarães legou á Casa da Misericordia da Provincia de Mato Grosso, que foi despendida pela Junta da Fazenda na mesma Provincia (quando seja isto verificado). 3:150\$000

Somma. 5,380:440\$200

Art. 48. As remessas para pagamento da divida externa serão feitas desde já em generos ou letras, como fôr mais proveitoso, publicando-se pela imprensa o preço dos generos e o cambio das letras.

Art. 49. O Governo he autorisado, desde já, a reformar as Alfandegas em tudo que possa melhorar o seu expediente e fiscalisação, com es-

pecialidade a do Rio de Janeiro, não excedendo de 100:000\$ a sua despeza, e nas de mais, a que se acha actualmente orçada, dando conta á Assembléa Geral para a necessaria approvação.

Art. 50. A despeza que antigamente se chamava do bolsinho, d'ora em diante se pagará de baixo do titulo de pensões.

TITULO IV. — Da receita.

CAPITULO UNICO.

Art. 51. O Governo fica autorisado a arrecadar, no anno financeiro do 1.^o de Julho de 1832 ao ultimo de Junho de 1833, as rendas que fôrão decretadas para o anno de 1831 a 1832, com as seguintes alterações:

1.^a Ficão abolidas todas as imposições de qualquer denominação sobre a importação e exportação de generos e mercadorias transportadas de humas para outras Provincias do Imperio, tanto nos portos de mar, como nos portos seccos e registos.

2.^a Fica abolido o sello de fazendas e taxa respectiva, assim como a de capas, guindaste e capatazias, que tudo será substituido pela quantia de 1 por cento sobre o valor das fazendas.

3.^a Ficão abolidas todas as imposições sobre o pescado, os foros de sesmarias, as pensões de engenhos de assucar e as da Imperial Capella, e o imposto denominado subsidio nacional nas Provincias do Maranhão e Piahy.

4.^a Ficão isentos de direitos de importação os livros e aquellas machinas que ainda não estão em uso na Provincia.

5.^a Ficão isentos da decima dos predios urbanos as Villas e Povoações que não tiverem mais de 100 casas dentro do arruamento.

6.^a Os Hospitaes de Caridade ficão gozando do indulto concedido ás Casas de Misericordia a respeito dos seus predios urbanos.

7.^a Será cobrada uma imposição de ancoragem sobre todas as embarcações que navegação para os portos fôra do Imperio, na razão de 10 rs. diarios por tonelada, contados dentro de 50 dias, depois de cada entrada nos portos do Imperio, ou até abandono legal antes deste prazo; fica comprehendida nesta imposição qualquer outra que até agora se cobrava depois da mesma denominação.

8.^a Fica extensiva ás embarcações estrangeiras a contribuição que pagão as nacionaes em favor dos Hospitaes.

9.^a Fica livre a importação de polvera estrangeira, guardando-se as leis policiaes de venda e guarda nas povoações, e pagando os importadores 50 por cento.

10. As fazendas actualmente existentes nas Alfandegas, logo que fôr completo o tempo de demora que a lei lhes permite, pagarão 1/8 por cento do seu valor pela armazenagem em cada mez; e as que d'ora em diante entrarem só poderão demorar-se por espaço de 40 dias, findos os quaes pagarão a armazenagem acima estabelecida.

11. Será cobrada huma imposição de 15 por cento do valor sobre a venda das embarcações

estrangeiras que passarem a ser brasileiras, não pagando outro algum imposto a titulo de venda.

12. Será cubrado huma imposição de 80\$ annuaes sobre cada casa de leilão, e sobre cada huma das casas de modas, 40\$ annuaes.

13. Todos os impostos sobre as aguardentes de producção brasileira e sua fabricação, quaesquer que sejam suas denominações, ficarão abolidos e substituidos pelo de 2 por cento na exportação e 20 por cento no consumo.

14. Serão postos á disposição das Camaras Municipaes os terrenos de marinha que estas reclamarem do Ministro da Fazenda ou dos Presidentes das Províncias, para logradouros publicos, e o mesmo Ministro na Côrte, e nas Províncias os Presidentes, em Conselho, poderão aforar a particulares aquelles de taes terrenos que julgarem convenientes, e segundo o maior interesse da Fazenda, estipulando tambem, segundo fôr justo, o fôro daquelles dos mesmos terrenos onde já se tenha edificado sem concessão, ou que, tendo já sido concedidos condicionalmente, são obrigados a elles desde a época da concessão, no que se procederá á arrecadação. O Ministro da Fazenda, no seu relatorio da sessão de 1832, mencionará tudo o que occorrer sobre este objecto.

15. Os terrenos e proprios nacionaes que não fôrem necessarios ao serviço publico serão arrendados em hasta publica a prazos, não excedentes de tres annos, e por lotes nunca maiores de 400 braças em quadro; este arrendamento será executado pelos Ministros das respectivas Repartições na Côrte, e pelos Presidentes, em Conselho, nas Províncias.

16. Continuará o côrte do pão-brazil e sua remessa para o pagamento da divida externa até 24,000 quintaes.

Art. 52. Serão sómente admittidos assignados das Alfandegas nos despachos feitos acima de 100\$.

TITULO V. — Disposições geraes.

CAPITULO UNICO.

Art. 53. Ficão em vigor as disposições dos arts. 52, 53, 56, 57, 58, 59, 40, 41, 42 e 45 da lei de 15 de Dezembro de 1830, que fixou as despesas do anno de 1831 a 1832.

Art. 54. Todas as arrecadações de impostos, que até agora tem estado a cargo dos Juizes territoriaes, serão desde já feitas e fiscalizadas pela Mesa de Diversas Rendas ou por Collectores Commissarios. A arrecadação porém do imposto do ouro continuará nos termos das leis em vigor.

Art. 55. O art. 109 da Lei da organização do Thesouro comprehende só os Empregados que fôrem promovidos a outros empregos depois da publicação da lei.

Art. 56. Ficão derogadas as leis e disposições em contrario.

Manda, portanto, etc. Palacio do Rio de Janeiro, aos 15 de Novembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Brau-

lio Moniz. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Com os registos competentes.

AVISO DE 15 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Reenvio a V. S. o officio para o Juiz de Paz da Villa de Valença, que acompanhou outro de V. S. de 13 do corrente, e todas as vezes que tiver necessidade de brevidade na remessa de taes papéis, V. S. os mandará á Intendencia Geral de Policia. Deos guarde a V. S. Paço, em 15 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 217 v. do Liv. do Registo da Casa da Supplicação, aberto a 7 de Junho de 1831; e á fl. 132 do 11º da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 15 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authenticico.

A Regencia, em nome do Imperador, manda recomendar a Vm. que, todas as vezes que pelas Justicas lhe fôrem enviados Officios para fôra da Côrte, os faça remetter ao seu destino pelos Pedestres, que nisso ao menos devem ser occupados; ainda que nessa occasião se lhes augmente alguma modica gratificação segundo o bom desempenho da diligencia. Deos guarde a Vm. Paço, em 15 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia. — *Acha-se á fl. 131 e 132 do Liv. 11º da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 15 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Forão presentes á Regencia os officios de V. S., datados de 14 do corrente, em que declara que a demora na remessa dos Autos appella los do Juizo de Paz de S. José, sobre o ajuntamento illicito das noites de 28 e 29 de Setembro he devida á necessidade do traslado que deve ser deixado no Juizo, e de huma certidão pedida dos mesmos; e que a demora do processo appellido, em que he parte interessada Ignacio Pereira, he attribuida ao Juiz de Paz adjunto de Santa Rita, que, recebendo em 26 de Julho, o entregára aos 31 do proximo mez passado: a mesma Regencia, em nome do Imperador, manda declarar a V. S. que, sobre a necessidade do traslado dos Autos, faça observar o que achou em pratica no Juizo a tal respeito, pois que consta ser pratica em muitos outros reenviarem-se os proprios Autos sem deixar traslado, como acontece no Juizo de Paz donde são remettidos; com o que evitão-se demoras, despezas, sem que possa temer-se inconveniente algum pela proximidade de ambos os Juizos. Bem assim que, não sendo a V. S. imputada a demora na decisão da outra appellação, convém contudo que esteja ao facto do andamento de todos os processos do seu Juizo, para dar-lhes

o necessario impulso, sem o qual se eternisarão, e para cujo mal tantas causas concorrem. Deos guarde a V. S. Paço, em 15 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Maria Monteiro de Barros. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 119, vol. 19.*

AVISO DE 15 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, a quem foi presente o officio da Camara de Santo Antonio de Sá, de 22 do mez passado, vio com grande estranheza o desusado, e até mesmo criminoso estylo, em que, depois de quasi tres mezes de estudada demora, fôra concebido aquelle officio em resposta ás Portarias expedidas pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, com as datas de 11 de Agosto e 30 de Setembro deste anno, pelas quaes se exigião da dita Camara, e bem assim da de Magé, informações exactas ácerca da subscrição fluminense a favor dos miseraveis doentes daquellas duas Villas; pois que, tendo sido presentes á mesma Regencia algumas reflexões da Sociedade Medica desta Côte, ácerca do melhor curativo daquelles desgraçados, nada se podia providenciar sem o prévio conhecimento do producto daquella subscrição, e do que della já se houvesse consumido. E quando se esperava da parte daquella Camara huma inteira e legal obediencia a tão justo, como preciso mandato, eis que ella, menos judiciosa e sincera em suas coactadas, e altaneira em suas expressões, se arroja a provocar o Governo com o seguinte periodo, exarado no final do seu officio: — E fazer ver que o estado de independencia e possibilidades de seus membros, e bem adquirido conceito publico, a põe felizmente em attitudde de repellir qualquer invectiva que se faça á sua reputação, seja ella donde fôr dirigida: — A Regencia bem poderia sujeitar a hum julgamento criminal o culposo officio da mencionada Camara, afim de legalmente punir o seu temerario arrojo; mas, depositaria da alta clemencia de Sua Magestade o Imperador, e convencida de que tal procedimento he antes filho da ignorancia do que de acintoso proposito de menosprezar o Governo: ha por bem, em nome do mesmo Senhor, relevar a culpa, por esta vez primeira, advertindo muito sisudamente á dita Camara que para o futuro seja, como lhe cumpre, mais comedia e respeitosa em seus officios; e que, mais solicita no desempenho dos seus deveres e cumprimento das ordens do Governo, haja de satisfazer quanto antes, e debaixo de legal responsabilidade, com as informações exigidas pelas supracitadas Portarias. Palácio do Rio de Janeiro, em 15 de Novembro de 1831. — José Lino Coutinho.

Ilm. e Exm. Sr. — Determinando V. Ex., pelas Portarias de 30 de Setembro e 11 de Agosto proximos passados, que esta Camara remetteste a conta do dinheiro existente da subscrição fluminense, que foi destinada por mãos particulares para a Camara despendar a favor dos necessita-

dos do seu termo, afim de o Governo applicar como lhe aprouvesse: a Camara participa a V. Ex. que, tendo mandado suspender, em cumprimento de taes ordens, o dispendio que tinha mandado fazer em soccorro dos miseraveis para poder realisar a conta exigida, ella não pôde com tanta celeridade remetter a mesma conta, sem tomar todas que lhe devem ser dadas pelas pessoas a quem confiou taes objectos, e proceder neste caso com aquella circumspecção e escrupulo com que deve fazer patente ao publico a boa fé com que tem procedido, o empenho com que defenderá a sua honra, e fazer ver que o estado de independencia e de possibilidade de seus membros, e bem adquirido conceito publico, a põe felizmente na attitudde de repellir qualquer invectiva que se faça á sua reputação, seja ella donde fôr dirigida. Paço da Camara Municipal, em Itaborahy, 22 de Outubro de 1831. — Ilm. e Exm. Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, José Lino Coutinho. — O Presidente, Alexandre Fortes de Bustamante e Sá. — José Custodio Vieira. — José Barbosa Velho. — Manoel Teixeira de Carvalho. — Manoel Duarte Moreira de Souza Azevedo. — Vicente José Gomes da Silva. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 119, vol. 18.*

AVISO DE 15 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a Vm., com o requerimento incluso de Antonio Luiz Machado, em que se queixa de se lhe ter tirado o Commando da 15ª Esquadra dessa Freguezia, para se dar a Francisco Pedro Henriques, de quem havia soffrido insultos, a informação do Commandante Geral das Guardas Municipaes, e do Commandante da dita Freguezia, e huma representação assignada por 15 pessoas pertencentes á referida Esquadra: e ha por bem que Vm. proceda contra o supplicante na fórma da Lei de 26 do mez passado, determinando, no caso de ser verdade o que contra elle se allega, que não continue mais a servir entre os Guardas Municipaes, dando Vm. parte á final do resultado deste negocio por esta Secretaria de Estado. Deos guarde a Vm. Paço, em 15 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz da Freguezia de Santa Anna. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 122, vol. 18.*

AVISO DE 15 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Sendo presente á Regencia o officio da Camara Municipal desta Cidade, com a data de 12 do corrente, em que, expondo a duvida em que se acha, se lhe pertencem ou não as marinhas, pede providencias para poder remover e fazer cessar os prejuizos que causão á commodidade e socego publico as barracas situadas na Praia de D. Manoel, as quaes, além de impedirem o embarque

e desembarque das pessoas e generos que ali apor-
tão, embarcação a venda publica dos mesmos ge-
neros, e servem de escondrijo a vadios, malfei-
tores e ladrões: manda a mesma Regencia, em no-
me do Imperador, pela Secretaria de Estado dos
Negocios do Imperio, participar á dita Camara
que, abstrahindo da duvida de lhe pertencerem
ou não as marinhas, está ella autorizada a dar to-
das as providencias sobre aquelle local ou quaes-
quer outras, afim de promover o commodo dos
Cidadãos, desobstruir e despachar taes sitios,
e por esta forma dar fim ao asylo que nelles pro-
curão os malfeitos e vadios. Palacio do Rio de
Janeiro, em 15 de Novembro de 1831. — José
Lino Continho. — *Acha-se no Diario Fluminense*
n. 128, vol. 18.

PORTARIA DE 15 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador,
pela Secretaria de Estado dos Negocios da Fa-
zenda, que a Camara Municipal desta Córte faça
com que os Vereadores que servirão na mesma
Camara de Provedores da Saude Publica pres-
tem com a possível brevidade neste Thesouro as
suas contas, na conformidade do art. 36 da Lei de
15 de Dezembro de 1850. Paço, em 15 de Novem-
bro de 1831. — Bernardo Pereira de Vascon-
cellos. — *Acha-se no Diario Fluminense* n. 135,
vol. 18.

DECRETO DE 16 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D.
Pedro II, tem sancionado e manda que se exe-
cute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. unico. O Julgamento da antiguidade dos
Magistrados fica competindo ao Supremo Tri-
bunal de Justiça.

Diogo Antonio Feijó, etc. Palacio do Rio de
Janeiro, em 16 de Novembro de 1831, 10^a da
Independencia e do Imperio. — Francisco de
Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João
Braulio Moniz. — Diogo Antonio Feijó.

AVISO DE 16 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Sendo mui grande o numero dos individuos,
pronunciados na devassa e Conselho de Investi-
gação, que servem de base ao Conselho de Guer-
ra, em que se estão julgando os complices da re-
bellião do Corpo da Artilharia da Marinha; e
convindo que os cabeças deste attentado sejam
quanto antes punidos, na conformidade das Leis,
afim de que se não enfraqueça com o longo in-
tervallo de tempo entre o delicto e a punição
delle, o salutar effeito das penas: manda a Re-
gencia, em nome do Imperador, que o Conselho
de Guerra separe d'entre todos os pronunciados
aquelles que mais criminosos parecerem, para
que sejam julgados em primeiro lugar. O que

participo a V. S. para fazer disto sciente ao mes-
mo Conselho. Deos guarde a V. S. Palacio do
Rio de Janeiro, em 16 de Novembro de 1831. —
Joaquim José Rodrigues Torres — Sr. José Ma-
ria Monteiro de Barros. — *Acha-se no Diario Fla-
uminense* n. 121, vol. 18.

AVISO DE 16 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Constando do Auto da visita, a 9 do corrente,
pelo Desembargador Promotor da Justiça, que,
na Fortaleza de Villegaignon, os presos Cypriano
José Barata de Almeida e Clemente José de Oli-
veira representarão os males que soffrião por se
acharem incommunicaveis e privados por con-
sequencia de darem aos seus Procuradores e
Agentes as informações necessarias para o an-
damento de seus Processos: cumpre que Vm. de-
clare por ordem de quem forão postos os mesmos
presos no estado referido. Deos guarde a Vm.
Paço, em 16 de Novembro de 1831. — Diogo
Antonio Feijó. — Sr. Commandante da Fortale-
za de Villegaignon. — *Acha-se no Diario Flumi-
nense* n. 124, vol. 18.

AVISO DE 16 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo-se queixado Sebas-
tião Paduaní e José Martins ao Desembargador
Promotor da Justiça, na visita que procedeu no
dia 9 do corrente, aos presos que se achão na
Fortaleza da Lage, que se lhes não dava alimen-
tos, nem o valor das diarias que se tem arbitrado
a todos os presos, dirijo-me a V. Ex., afim de
mandar exigir do Commandante daquella For-
taleza informações a tal respeito; porque, ten-
do se ordenado que a todos os presos existentes
na Fortaleza sejam abonados 100 réis diarios,
não he crível que estes deixem de ter sido com-
preendidos nas relações que se tem já manda-
do satisfazer. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 16
de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó.
— Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-
se no Diario Fluminense* n. 125, vol. 18.

AVISO DE 16 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador,
pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justi-
ça, que a Camara Municipal da Villa Real da
Praia Grande faça constar a todos os Juizes de
Paz do seu Districto que, por Resolução da As-
sembléa Geral, as Freguezias que estiverem em
territorios sujeitos a diferentes Municipios fi-
cãõ d'ora em diante pertencendo áquelle onde
estiver collocada a Igreja Matriz, revogada a do
anno passado, que determinava o contrario, afim
de poder-se concluir quanto antes o alistamento
ordenado para as Guardas Nacionais. Palacio do

Rio de Janeiro, em 16 de Novembro de 1831. — *Diego Antonio Feijó.*

Na mesma conformidade ás mais Camaras. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 128, vol. 18.*

AVISO DE 16 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Sendo presente á Regencia o officio de V. Ex., da data de 28 de Setembro do corrente anno, em que, para evitar os inconvenientes que resultão de se centralisar na Povoação de S. José do Norte a mala geral dos Correios dessa Provincia, propõe que separem na Administração do Correio Geral desta Córte as malas da Villa do Rio Grande do Sul e da de S. Francisco de Paula, para ali seguirem o seu destino, sem retardamento nem prejuizo do commercio: a mesma Regencia, approvando taes medidas, manda, em nome do Imperador, participar a V. Ex. que nesta data são expedidas as convenientes ordens ao Administrador do Correio Geral desta Córte, para que, á vista dos motivos apontados no officio de V. Ex., faça a indicada separação das malas. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 16 de Novembro de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Manoel Antonio Galvão. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 132, vol. 18.*

PROVISÃO DE 16 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Faço saber á Junta da Fazenda da Provincia de Goyaz, que, sendo presente á Regencia, em nome do Imperador, o seu officio n. 72, de 2 de Julho deste anno, em que dava parte da sua correspondencia havida com a Camara Municipal da Cidade Capital da mesma Provincia, e de não ter annuido, tanto á demarcação por ella feita dos limites da mesma Cidade para o lançamento da decima, como a designação dos lugares notaveis sujeitos ao dito imposto: houve por bem mandar declarar á dita Junta, conformando-se com a resposta do Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, a quem se deu vista deste negocio, que, comquanto procedesse bem em oppôr-se á isenção total do lançamento da decima na Cidade, porque isso era negar a execução á Lei, todavia excedeu-se, arrogando a si hum a autoridade incompetente, quando por sua decisão inutilizou a deliberação da referida Camara Municipal a respeito da demarcação dos limites dentro dos quaes se deveria fazer o dito lançamento: e determina igualmente que, para remediar-se a injustiça ou lesão que considera haver em tal deliberação, bem como na relativa á designação dos lugares notaveis, ordene ao Procurador da Fazenda Nacional que use dos recursos declarados no art. 75 da Lei do 1º de Outubro de 1828, que providentemente occorre a semelhantes inconvenientes, que podem resultar das deliberações das Camaras Municipaes no de-

sempenho daquella attribuição, visto que a Lei de 25 de Agosto de 1830 foi omissa nessa parte, sem duvida por existir já aquella onde se apontão as medidas a observar em taes casos. O que tudo se participa á mesma Junta para sua intelligencia e execução. Amaro Velho da Silva Bitancourt a fez no Rio de Janeiro, em 16 de Novembro de 1831. — Marianno Pinto Lobatto, Contador Geral da segunda Repartição, a fez escrever. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 132, vol. 18.*

DECRETO DE 17 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem sancionar e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. unico. O Ministro da Fazenda poderá arbitrar a cada hum dos Membros da Commissão de liquidação de contas da Caixa de Londres hum gratificação mensal que não exceda a 200\$ réis, cujo vencimento se contará desde o dia em que os Membros da Commissão entrãrão em exercicio, ficando esta despesa comprehendida nas eventuaes que forão votadas para o Ministerio da Fazenda.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de Novembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Bernardo Pereira de Vasconcellos.

AVISO DE 17 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Tendo sido presente ao Governo, por intermedio do Ministro da Guerra, o seu officio dirigido ao Commandante das Armas interino, sobre a prisão dos dous Officiaes Bernardo da Silva e Almeida e Claudino da Silva e Almeida, e não constando que por aquella Repartição lhe fosse feita alguma requisição, ou dirigida qualquer ordem a tal respeito, e sim pelo Juizo do Crime do Bairro do Sacramento, a quem unicamente devêra Vm. participar do resultado da diligencia requisitada, e de qualquer circumstancia que occorresse; tornou-se portanto duvidosa a sua conducta á vista do precitado officio, muito mais tendo-se divulgado não ser exacto o terem-se os réos apresentado a Vm. voluntariamente, mas sim conduzidos presos pelo Commandante encarregado da sua prisão; e convin-do saber-se a verdade deste facto: manda a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. esclareça este acontecimento, ajuntando os documentos que o justifiquem, assim de darem-se as providencias necessarias sobre este objecto. Deos guarde a Vm. Paço, em 17 de Novembro de 1831. — *Diego Antonio Feijó.* — Sr. Juiz de Paz da Freguezia de Santa Anna. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 120, vol. 18.*

AVISO DE 17 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Foi presente à Regencia a sua resposta, em data de 9 do corrente, ao Aviso de 31 do mez passado, relativo a não ter sido punido, em conformidade com a Lei, o réo José Joaquim Machado, que, pela parte do Commandante que o prendeu, consta ter ameaçado a huma mulher em sua propria casa com huma pistola, e que com ella dera depois tiros, além de ser vadio e achar-se embriagado; contentando-se Vm. em o obrigar a passar termo de bem viver, como se pelas Leis não estivessem designadas penas a taes delictos, e se as partes offendidas podessem dispensar dellas aos delinquentes, que officialmente devem ser processados como incursos em crimes policiaes: manda portanto a mesma Regencia, em nome do Imperador, que Vm. dê inteiro cumprimento às Leis a tal respeito, participando o resultado das diligencias a que proceder; e que para o futuro, mais esclarecido, não offereça motivos á responsabilidade. Deos guarde a Vm. Paço, em 17 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz da Freguezia de Santa Anna. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 120, vol. 18.*

AVISO DE 17 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, attendendo ao atrazamento em que se acha a casa forte que ora se construe, e que serão ainda necessarios muito tempo e grossas despesas para completa-la; e attendendo outrosim que quatro das antigas priões da Ilha das Cobras, cujos fundos deitão para o mar, e duas salas que ali servião de Quarteis aos Soldados da Brigada, podem bem preencher o fim a que era destinada aquella casa, depois de se terem rompido nas paredes della algumas janellas, para as tornar melhor ventiladas, e que para este objecto poucas despesas se exigem, conforme o orçamento que lhe foi apresentado: ordena que V. S. faça desde já parar a construcção da mencionada casa forte, e que occupe os operarios ali empregados, parte na continuacão da casa do aparelho, parte na abertura das janellas mencionadas, conforme o plano que nesta occasião lhe he dirigido, e parte emfim em acabar de cobrir a porção do novo Quartel da Ilha das Cobras, que, achando-se já com o vigamento levantado, virá a arruinar-se em breve tempo, se continuar como está, e ficar exposto as intemperies da atmosphera. Deos guarde a V. S. Paço, em 17 de Novembro de 1831. — Joaquim José Rodrigues Torres. — Sr. David Jewet. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 123, vol. 18.*

AVISO DE 17 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Tendo a Regencia, em nome do Imperador, mandado parar a construcção da casa forte, e

empregar os operarios ali occupados, parte na continuacão da casa do aparelho, parte em acabar de cobrir a porção do novo Quartel da Ilha das Cobras que se acha com o vigamento assentado, e parte emfim em romper nas paredes de quatro das priões da mesma Ilha, e de duas salas que servião de Quarteis aos Soldados do Corpo da Artilharia da Marinha, as janellas necessarias para as tornar sufficientemente ventiladas: assim o manda communicar Vm. para que preste os materiaes necessarios a estas obras; outrosim lhe manda a mesma Regencia ordenar que passe logo a fazer hum Inventario dos materiaes ainda em ser, comprados com os dinheiros destinados para a construcção da referida casa forte; e que faça empregar estes materiaes nas obras que ora se mandão executar, ajuntando o seu importe ás despesas a cargo da Intendencia e Arsenal, e abatendo-o por conseguinte na parte da consignação já recebida para construcção da mesma casa forte. Deos guarde a Vm. Paço, em 17 de Novembro de 1831. — Joaquim José Rodrigues Torres. — Sr. Francisco Bibiano de Castro. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 123, vol. 18.*

AVISO DE 17 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Em resposta ao seu officio, datado de 14 do corrente, em que pede instrucção sobre a desobediencia ás suas ordens, e o embaraço em que se acha pela falta de comparecimento dos Eleitores para formar o Conselho de Qualificação: manda a Regencia, em nome do Imperador, communicar-lhe: emquanto ao 1º, que no art. 128 do Codigo Criminal encontrará a pena que deve impôr aos desobedientes; e no seu regimento o modo de applica-la, no art. 157 a que deve ser imposta aos que largão o exercicio do emprego sem prévia licença; e na Lei novissima de 26 de Outubro, o processo a que deve lançar mão em casos semelhantes. Emquanto ao 2º, que, não podendo inteirar o numero dos Eleitores que faltarem pelo meio lembrado, no art. 14 da Lei de 18 de Agosto, estando presentes quatro Eleitores, deverá continuar o serviço, assim de que este não cesse; bem como para que os diligentes não soffrão por causa dos negligentes. Deos guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz de Campo Grande. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 127, vol. 18.*

AVISO DE 17 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Participando-me o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça haver-lhe representado o Juiz do Crime do Bairro do Sacramento que Vm. se negara a fazer recolher á Fortaleza de Villegaignon os Alferezes de 1ª linha, réos pronunciados, Bernardo da Silva e Almeida e Claudino da Silva e Almeida, a pretexto de se ha-

ver aquelle Juiz dirigido ao Juiz de Paz da Freguezia de Santa Anna, quando consta que este procedimento nascêra unicamente de ignorar elle então que taes individuos erão militares: ordena a Regencia, em nome do Imperador, que Vm., fazendo recolher os réos á sobredita Fortaleza, á ordem daquelle Juiz, igualmente se preste a todas as mais requisições que fôrem a bem da conclusão do respectivo processo. Deos guarde a Vm. Paço, em 17 de Novembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carlos de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 128, vol. 18.*

AVISO DE 17 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Participo a V. S., para sua intelligencia, que, tendo Manoel Rodrigues Franco feito desistencia da serventia vitalicia do officio de 2º Escrivão dos Feitos da Corôa e Fazenda, por ser ella incompativel com a de Guarda-Mór da Casa da Supplicação, que preferio, foi o sobredito officio, por Decreto de 9 do corrente, conferido a Henrique Anastacio de Novaes, na conformidade da informação dada por V. S. Deos guarde a V. S. Paço, em 17 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 219 v. do Liv. do Registo da Casa da Supplicação, aberto a 7 de Junho de 1831; e á fl. 133 v. do 11º da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 17 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Participo a V. S., para sua intelligencia, que, na conformidade da sua proposta, forão nomeados os Juizes do Crime dos Bairros de Santa Anna e Santa Rita para coadjuvarem ao Auditor Geral das Tropas da Córte nos diversos Conselhos de Guerra que se achão demorados. Deos guarde a V. S. Paço, em 17 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 219 v. do Liv. citado da Casa da Supplicação; e á fl. 133 v. do 11º do da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 17 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Participo a V. S., para sua intelligencia, e em resposta ao seu officio de 15 do corrente, que todos os papeis relativos ao supposto Padre Francisco de Paula Nascentes, enviados pelo Juiz de Paz supplente da Freguezia da Mangaratiba, forão remettidos á Repartição da Guerra, por se descobrir ser o referido Nascentes desertor do 1º Corpo de Artilharia de Posição desta Córte. Deos guarde a V. S. Paço, em 17 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 134 v. do Liv. 11º da Secretaria da Justiça; e á fl. 219 v. e 220 do da Casa da Supplicação, aberto a 7 de Junho de 1831.*

AVISO DE 17 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Constando que, por fallecimento de Pedro Machado, com loja de cabos, ficara por testamenteiro Mauricio José de Carvalho, que não tem dado conta do testamento, não cumprindo legados que dizem avultar a mais de 24:000\$, nem pago a decima, e pretende retirar-se, para o que só espera a chegada de hum brigue que comprou com o producto apurado daquelle testamentaria, remetti ao Procurador dos Residuos este negocio, em 15 do corrente, para providenciar convenientemente, e acautelar o prejuizo da Fazenda Nacional, dando conta do que praticasse. O que participo a V. S. para sua intelligencia, e em consequencia, proceder como fôr de direito. Deos guarde a V. S. Paço, em 17 de Novembro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Conselheiro Procurador da Fazenda. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 136, vol. 18.*

AVISO DE 17 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Remetto a V. S. a copia da Portaria expedida pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, acerca da permissão concedida a Carlos Christiano Rosemberg, do uso de huma launcha de sua construcção para a pescaria de alto e conservação do peixe vivo, ficando sujeito na entrada e sahida deste Porto ás visitas e registos determinados pelas Leis da Policia delle, como me foi communicado por Aviso da referida Secretaria de Estado, de 10 do corrente; asim de que, pela parte que lhe toca, a execute. Deos guarde a V. S. Paço, em 17 de Novembro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Conselheiro Juiz da Alfandega desta Córte.

Neste sentido e data se expedio Portaria ao Administrador das Diversas Rendas Nacionais. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 136, vol. 18.*

AVISO DE 18 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, a quem fiz presente o requerimento incluso de Victorino Ferreira, casado, e com dous filhos menores, escravos desse Mosteiro, expondo que, desejando gozar do estado de liberdade que todos os individuos nas suas circumstancias aspirão, offerece para obter esse bem a importancia do seu valor, e igualmente o de sua mulher e filhos: manda a mesma Regencia, em nome do Imperador, recommendar a V. P. Revm. que haja de prestar todo o beneficio aos supplicantes a este respeito. — Deos guarde a V. P. Revm. Paço, em 18 de Novembro de 1831. Diogo Antonio Feijó. — Sr. D. Abbade do Mosteiro de S. Bento desta Córte. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 120, vol. 18.*

AVISO DE 18 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao Aviso de 15 do corrente, dirigido por V. Ex., acompanhado do officio da Camara Municipal desta Cidade, propondo a medida que lhe parece mais conveniente sobre o tratamento dos presos, se me offerece ponderar a V. Ex. que, tendo sido a Santa Casa da Misericordia até o presente tão escassa nos socorros que presta a estes infelizes, conviria antes saber-se a quantia que ella destina annualmente para esse fim; porque só á vista della poder-se-ha melhor calcular se será mais conveniente entrega-la a algum Administrador nomeado pela Camara, afim della cuidar privativamente deste objecto, como lhe incumbe a Lei, reservando para depois de obtida aquella informação dar então o meu parecer a este respeito. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 18 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Lino Coutinho. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 120, vol. 18.*

AVISO DE 18 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Attendendo a Regencia, em nome do Imperador, ao que Vm. pondera no officio que me dirigio em 15 do corrente mez, e ordena que o contingente determinado por Aviso de 10 de Outubro ultimo, de 500 praças de Caçadores e 100 de Cavallaria, tiradas dos Corpos de 2ª linha desta Provincia, para coadjuvar o serviço da guarnição da Capital, fique reduzido a 300 praças de Caçadores e 50 de Cavallaria. O que assim participo a Vm. para sua intelligencia e execução. Deos guarde a Vm. Paço, em 18 de Novembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carlos de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 124, vol. 18.*

AVISO DE 18 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Resolvendo a Regencia, em nome do Imperador, que, feitas as competentes avaliações pelos mestres do Arsenal do Exercito, que Vm. chamára, e para o que se expede hoje ordem á Junta do mesmo Arsenal, Vm. proceda a vender a mobilia do Palacete da Lagôa, os bois da fabrica, concluida a mudança della, os carros e carroças do trafico, a porção de telhas velhas e tijolos ali existentes, bem como a madeira que se acha na mesma fabrica: o participo a Vm. para seu conhecimento e execução, prevenindo-o de que a mesma Regencia autorisa a Vm. para tratar com o Major Antonio Carlos o arrendamento do terreno, em que se deve construir na Estrella o telheiro necessario para a accommodação dos objectos que devem descer e subir para a Fabrica da Polvora dando Vm. conta para se expedirem as ultteriores ordens. Logo que Vm. tenha concluido a venda daquelles artigos, apresentará a

conta do seu producto para se deliberar sobre a sua applicação, reservando-me para outra occasião o providenciar sobre o augmento da consignação mensal que Vm. requisita, logo que cheguem os esclarecimentos a que mandei proceder.

Por esta occasião tenho de participar-lhe que ficão passadas á Junta da Fazenda do Arsenal as ordens, tanto para a suspensão do ordenado do Capellão da Fabrica da Lagôa, como para o fornecimento dos artigos indicados na relação junta ao seu officio de 17 do presente mez. Deos guarde a Vm. Paço, em 18 de Novembro de 1831. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Antonio Herculano Pereira Taborda. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 126, vol. 18.*

AVISO DE 18 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a Vm. o requerimento incluso de Claudio Manoel Custodio, queixando-se dos insultos contra elle praticados por José Joaquim Pacheco: e ha por bem que Vm. faça punir o supplicado pelas suas ameaças, obrigando-o a assignar termo de bem viver, depois de verificada a queixa do supplicante, vigiando sobre a conducta futura do supplicado, afim de que não incomode os demais cidadãos dessa Freguezia. Deos guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 18 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz da Freguezia de S. João de Itaborahy. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 129, vol. 18.*

AVISO DE 19 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, conformando-se com o que se propozera pela Inspecção do Arsenal da Marinha, em officio de 10 do corrente, acerca do brigue escuna *Emprehendedor*, destinado para receber a machina de invenção de João Francisco de Madureira, que se não levou a effeito: ha por bem que se proceda á alienação de semelhante vaso, na conformidade da Lei. O que participo a Vm. para que assim se execute. Deos guarde a Vm. Paço, em 19 de Novembro de 1831. — Joaquim José Rodrigues Torres. — Sr. João José Dias Camargo. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 125, vol. 18.*

AVISO DE 19 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Fiz presente á Regencia, em nome do Imperador, o seu officio do 1º do corrente mez, no qual Vm. declara que, julgando do seu dever não ser indifferente ao attentado commettido no dia 28 do mez proximo passado, pelo Batalhão 10, e por alguns paizanos a elle reunidos, resolveu, de accordo com o Indentente da Marinha

Juiz de Paz e Commandante dos Guardas Municipaes da Freguezia da Conceição, da Praia, fazer desembarcar da guarnição da corveta do seu commando 150 homens capitaneados por Vm., afim de guardar o Arsenal e Cidade Baixa, no caso de ser preciso marcharem os Municipaes daquelle Freguezia contra os facciosos: e manda a mesma Regencia approvar-lhe este seu procedimento; e significar-lhe que nenhuma outra cousa podia esperar de seu reconhecido patriotismo, intelligencia e brio militar. Deos guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 19 de Novembro de 1831. — Joaquim José Rodrigues Torres. — Sr. Pedro Ferreira de Oliveira. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 125, vol. 18.*

AVISO DE 19 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Tendo chegado ao conhecimento da Regencia o officio da Camara Municipal da Villa Nova de S. José, pedindo que sejam desmembrados todos os Parochianos das Freguezias de Itambi, Itaboraahy e S. Gonçalo, comprehendidos no termo do seu Municipio, e que d'ora em diante fiquem pertencendo a Freguezia Matriz da referida Villa, para que assim possam ter execução os arts. 13 e 32 da Lei de 18 de Agosto proximo passado: manda a mesma a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, que a sobredita Camara proponha as divisas que julgar mais convenientes para a sua Freguezia e as circumvizinhas, declarando a extensão com que fica cada huma e o numero de pessoas comprehendidas em taes divisas. Palacio do Rio de Janeiro, em 19 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 132, vol. 18.*

AVISO DE 19 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, determina que V. S. informe se, nas execuções que se tem promovido pelo Juiz privativo do Banco, se tem percebido os emolumentos que as Leis tem designado para os Executores Fiscaes; e qual a Lei em que se funda tal percepção, pois não basta o Decreto de 24 de Setembro de 184, em que se determina que as dividas pertencentes ao Banco do Brazil fossem reputadas em tudo e por tudo como fiscaes, procedendo-se sem differença alguma na sua cobrança e arrecadação, pois que seria preciso que por esse Decreto, ou outra disposição, tambem expressamente se ordenasse que o Juiz houvesse os mesmos emolumentos das execuções fiscaes; e o que lhe foi permittido haver das execuções das dividas pelos impostos estabelecidos no Alvará de 20 de Outubro de 1812 não he extensivo a quaesquer outros. Deos guarde a V. S. Paço, em 19 de Novembro de 1831. Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 140, vol. 18.*

AVISO DE 19 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

O Administrador das Diversas Rendas Nacionais deixe passar livre de direitos hum pequeno cofre aberto, contendo 5,727 kilates de diamantes brutos, que, por intermedio da casa de Samuel Phillipp e C., o Governo remette para Londres pelo paquete inglez *Emulous*. Rio, 19 de Novembro de 1831. — Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 140, vol. 18.*

AVISO DE 21 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — A Regencia, em nome do Imperador, ficando inteirada do que a esta Secretaria de Estado se participára por essa Presidencia, em officios datados de 7 e 9 de Setembro ultimo, sob ns. 9, 10, 11 e 12: manda significar a V. Ex., pelo que respeita ao segundo dos ditos officios, que, devendo V. Ex. receber pela competente Repartição as precisas instrucções e ordens sobre o que cumpre praticar-se com os individuos afastados dessa Provincia por motivo dos acontecimentos que ahi tiverão lugar no mez de Agosto, nenhuma outra providencia ha a dar acerca do Constructor Valentim José. Por esta occasião manda a mesma Regencia transmittir por copia a V. Ex., assim o art. de hum officio do Intendente da Marinha dessa Provincia sob n. 12, como a representação de 7 de Maio deste anno, a que elle se refere; para que V. Ex. haja não só de providenciar sobre o seu objecto, como fôr justo e conveniente, mas tambem de proceder dentro dos limites da Lei do orçamento e das suas attribuições, ás reformas e reduções necessarias na Repartição da Marinha ahi, para que ás respectivas despesas possa fazer face a quantia para ellas consignada na mesma Lei. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 21 de Novembro de 1831. — Joaquim José Rodrigues Torres. — Sr. Presidente nomeado para a Provincia do Pará. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 127, vol. 18.*

AVISO DE 21 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Accusando a recepção dos officios que Vm. dirigio a esta Secretaria de Estado, com datas de 30 de Agosto e 9 de Setembro deste anno, sob ns. 11, 12 e 13, tenho de significar-lhe, pelo que respeita ao objecto do ultimo, que ao Presidente nomeado para essa Provincia se ordena haja de proceder, dentro dos limites da Lei do orçamento e de suas attribuições, ás reformas e reduções necessarias nessa Intendencia, para que ás respectivas despesas possa fazer face a quantia para ellas consignada na mesma Lei; devendo portanto Vm. nesta intelligencia deprecar daquelle Presidente, logo que ahi chegue, as providencias que fôrem precisas para semelhante fim, e para

o melhor desempenho das obrigações a seu cargo. Deos guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 21 de Novembro de 1831. — Joaquim José Rodrigues Torres. — Sr. Guilherme Cypriano Ribeiro. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 128, vol. 18.*

AVISO DE 21 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Em declaração ao Aviso de 29 do passado, em consequencia da sua representação de 11 do corrente, fique V. S. na intelligencia de que he extensiva a todos os operarios da Typographia Nacional o disposto no dito Aviso, não se reputando falta quando empregados no serviço municipal; convindo haver a maior vigilancia para que se não abuse desta providencia. Deos guarde a V. S. Paço, em 21 de Novembro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Director da Typographia Nacional. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 140, vol. 18.*

AVISO DE 21 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, que o Conselho da mesma effectue, sendo presente o Conselheiro Procurador da Fazenda, o arrendamento da casa e chacara pertencente á armação das Baléas da banda d'além, por tempo de hum anno, pela quantia de 460\$, e 4\$ mensaes pelo serviço de cada escravo entre 14 e 60 annos, maior lance offerecido por Bartholomeo Hayden, e consta do officio do Escrivão do Conselho desta data. Paço, em 21 de Novembro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 140, vol. 18.*

AVISO DE 21 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Pelo paquete *Lady Pelhan*, recebi a sua carta de 21 de Setembro ultimo, accusando a receção de novas letras no valor de lb. 5,500, enviadas pela Junta da Fazenda de Pernambuco, das quaes se tem tomado a competente nota no Thesouro do Imperio.

Nas cartas que Vms. devem ter recebido posteriormente áquella acharão a resposta que pelo meu antecessor lhe foi promettida em 7 de Julho proximo passado.

Vi nas folhas dessa Cidade annuciado o pagamento dos dividendos de nossos empréstimos vencidos no 1º de Outubro ultimo; e posto que nunca duvidasse da effectividade de tal pagamento, não posso todavia deixar de sentir que Vms. me não fize-sem particular participação; e tanto mais quanto no penultimo semestre o mesmo aconteceu com o então Presidente do Thesouro; quando aliás he muito de desejar que o Ministro da Fazenda tenha aqui essa noticia, sem ser obrigado a procura-la nas gazetas de Lon-

dres; e sim vindas dos Contractadores, como tem praticado o Sr. Rothschild. Deos guarde a Vms. Palacio do Rio de Janeiro, em 21 de Novembro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos.

Srs. Bazett Colvin Crawford e C^a, Fletcher Alexandre e C^a, Thomaz Wilson e C^a. — Londres. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 144, vol. 18.*

DECRETO DE 22 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, conformando-se com a informação do Presidente, em Conselho, da Provincia do Matto Grosso, e em observancia do art. 3º da Carta de Lei de 24 de Novembro de 1830: resolve que os Pedestres da mesma Provincia, informemente organizados em huma companhia de 500 praças, sejão organizados em hum Corpo, com a denominação de Ligeiros, e da maneira marcada no Plano que baixa com este Decreto, assignado por Manoel da Fonseca Lima e Silva, do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra.

O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido e o faça executar com os despachos necessarios.

Paço, em 22 de Novembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Manoel da Fonseca Lima e Silva.

Plano para a reorganisação dos Pedestres da Provincia de Matto-Grosso, em hum Corpo, com a denominação de Ligeiros, na conformidade do Decreto datado de hoje.

Este Corpo será composto de hum Estado Maior e quatro companhias, da fôrma seguinte:

Estado Maior.

Capitão Commandante.	1
Alferes Ajudante.	1
Cirurgião-Mór.	1
Somma.	3

Cada companhia.

Tenente Commandante.	1
1º. Alferes	1
2º. dito	1
1º. Sargento.	1
2º. ditos	2
Furriel.	1
Cabos de Esquadra.	6
Anspeçadas.	6
Corneta	1
Soldados.	140
Somma.	161

Recapitulação.

Estado Maior.	3
4 Companhias, a 160 praças.	640
Total.	643

Paço, em 22 de Novembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 136, vol. 18.*

DECRETO DE 22 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, sanciona e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa :

Art. unico. O vencimento concedido ás viúvas, orphãos menores de 18 annos, filhas solteiras, e mãs de Officiaes fallecidos, antes da Lei de 6 de Novembro de 1827, declarada pelo Decreto de 6 de Junho do corrente anno, deve ser contado da data da dita Lei; e ás dos Officiaes fallecidos posteriormente a ella será contado desde o dia do obito.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Novembro de 1831, 10° da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — Manoel da Fonseca Lima e Silva.

AVISO DE 22 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

A' vista do officio de Vm. de 10 do corrente, servindo de informação ao requerimento de Joana Maria, em que se queixa de não ter Vm. dado as providencias precisas para que fossem punidos os dous pretos que a atacarão e maltratarão em sua propria casa, ficou a Regencia sciente de que Vm. não desempenhou cabalmente neste negocio o que determina o art. 5°, § 8°, da Lei de 15 de Outubro de 1827, porque, tendo sido indicados os delinquentes, não os fez conduzir á sua presença para as averiguações e mais diligencias especificadas na citada Lei, depois do que deveria ter remettido o Corpo de delicto ao Juiz Criminal respectivo, por ser de ferimento no rosto, para neste caso proceder á devassa ex-officio. Manda portanto a mesma Regencia, em nome do Imperador, que Vm. faça a dita remessa ainda agora, ficando porém advertido de que se deve inteirar melhor no que he do seu officio, para que as partes não sejam jámais prejudicadas nos seus recursos por falta de prompta justiça. Deos guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz da Freguezia de Marapicú, — *Acha-se no Diário Fluminense n. 152, vol. 18.*

AVISO DE 23 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Verificando-se, pelo officio da Camara Municipal da Villa de S. João do Principe, ser infun-

dada a representação que fizerão os moradores do lugar da Capella de Nossa Senhora do Rozario de Serrenha, tanto na parte relativa ao suborno na eleição de Juiz de Paz e Supplente do Curato do Arrozal por ser destituida de prova, como na pretensão de hum Juiz de Paz do districto da sobredita Capella por não ser ella curada, e estar por isso fóra da consideração da Lei: manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, participar á referida Camara que não foi attendida a representação daquelles moradores, não só pelas razões já ponderadas, como por lhes não resultar prejuizo algum a falta do Juiz que pretendem, em razão da proximidade em que se achão do Curato do Arrozal, não podendo consequentemente continuar a servir o Juiz de Paz Supplente Nuno da Silva Reis, porque, residindo elle no Curato da posse, não pôde exercer autoridade no Arrozal, como ponderou a mesma Camara. Palacio do Rio de Janeiro, em 23 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 134, vol. 18.*

AVISO DE 24 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a Vm. a parte inclusa de 19 do corrente, que Victorino de Queiroz Paiva deu a Manoel Filizardo de Souza e Mello, Commandante do Corpo Municipal dessa Freguezia, sobre hum ajuntamento que na noite de 17 houve no Largo da Batalha, esquina do Becco do Moura, e de varias reuniões nas casas mencionadas na referida parte, afim de Vm. dar as providencias necessarias a este respeito. Deos guarde a Vm. Paço, em 24 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz da Freguezia de S. José. — *Acha-se á fl. 131 v. do Liv. 11° da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 24 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, a quem foi presente o officio de V. S. datado de hontem, dando parte de terem vindo a bordo do patacho *Torcato*, ultimamente chegado de Angola, 7 Africanos buaes incluídos na matricula dos marinheiros: manda, em nome do Imperador, que V. S., formalizando os necessarios autos, os envie á Commissão Mixta Brasileira e Ingleza, estabelecida nesta Côte, para proceder ácerca dos mencionados Africanos na conformidade dos tratados e Leis existentes. Paço, em 24 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. — *Acha-se á fl. 137 v. do Liv. 11° da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 24 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authentic.

Não tendo Vm. ido exercer o lugar de Juiz de Fóra da Cidade da Fortaleza, para que fóra no-

meado por Decreto de 12 de Outubro de 1828, vou preveni-lo de que o Governo tem declarado vago este lugar para ser provido em outro Bacharel, na conformidade do Decreto de 22 de Outubro de 1818. Deos guarde a Vm. Paço, em 24 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Manoel José Cardoso Junior. — *Acha-se á fl. 137 v. do Liv. 11º da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 24 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — Passo ás mãos de V. Ex. a representação inclusa do Chanceller da Casa da Supplicação, datada de 20 do corrente, para que V. Ex. haja de dar as providencias que elle reclama, relativamente á ordenança que lhe foi concedida para o expediente das ordens de que está incumbido. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 24 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se á fl. 137 v. do Liv. 11º da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 24 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a Vm. a representação inclusa de Joaquim Cesar Cony, Commandante da patrulha, e outros Soldados que rondarão em Matacavallos em a noite do dia 6 deste mez, queixando-se do insulto que soffrêrão por serem mandados recolher por ordem do Commandante Geral daquelle Districto, á requisição de hum grupo de 10 a 14 individuos, afim de Vm. informar, não só sobre o estado em que se acha o processo, como ácerca do acontecimento que houve, ouvindo por escripto o referido Commandante Geral. Deos guarde a Vm. Paço, em 24 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz da Freguezia de Santa Anna. — *Acha-se á fl. 136 v. do Liv. 11º da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 24 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Accuso a recepção do Aviso de V. Ex., em data de 11 do corrente mez, que acompanhou o officio da Camara Municipal da Cidade de Cabo-Frio, datado de 13 do proximo passado, em que, depois de hum formal averiguação a que a mesma Camara procedeu, dirigindo-se no dia 12 do citado mez á Ilha do Focinho do Cabo, informa serem falsas as noticias espalhadas de terem os Inglezes que se achão arrecadando os despojos da fragata *Thetis* erigido ali hum Fortaleza, assestado artilharia, e posto hum destacamento de 200 homens, pela maior parte artilheiros; referindo igualmente os motivos que induzirão a dita Camara a dirigir, na data de 9 de Março do corrente, a Representação a este respeito. E comquanto a Regencia,

em nome do Imperador, se persuade que o zelo patriótico da referida Camara motivára sem duvida a precipitação com que fez a primeira Representação, que agora he obrigada a contrariar, todavia a mesma Regencia muito estranhou que ella não tivesse usado nos seus primeiros officios daquelle circumspecção que depois praticou, e assim requeria hum negocio de summa gravidade, pois que poderia comprometter a boa harmonia entre o Governo Imperial e o de S. M. Britannica. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, em 24 de Novembro de 1831. — Francisco Carneiro de Campos. — Sr. José Lino Coutinho. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 125, vol. 18.*

AVISO DE 24 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo-se expedido pelo Ministerio da Guerra ordem ao Presidente da Bahia para fazer cessar a pratica, até agora seguida, de serem curados no Hospital Militar os presos sentenciados de Justiça; e representando elle, no officio incluso n. 51, a impossibilidade de semelhante remoção: permitta-me V. Ex. que chame a sua attenção sobre este negocio, declarando-lhe que em breve vai cessar o Hospital em questão, por não ser conveniente continuar com detrimento da Fazenda Publica. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 24 de Novembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 132, vol. 18.*

AVISO DE 24 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Sendo da maior solicitude em todos os Governos civilizados promover quanto seja possivel a saude publica; e achando-se infelizmente este ramo de administração em hum quasi total abandono neste Imperio: a Regencia, considerando a necessidade que ha de se pôrem em actividade os recursos que a este respeito offerece a Medicina, e que dictão a prudencia e a razão para se conseguirem delles as necessarias vantagens e beneficios; e confiando muito nas luzes e patriotismo da Sociedade de Medicina desta Côrte, que não deixará de prestar-se a hum trabalho de tão geral e reconhecida utilidade: ha por bem, em nome do Imperador, encarregar a mesma Sociedade de organizar hum Plano completo de Saude Publica para todo o Imperio, designando-se nelle os Empregados de que deve compôr-se este estabelecimento, suas respectivas obrigações e vencimentos, afim de ser proposto á Assembléa Geral na proxima sessão. Palacio do Rio de Janeiro, em 24 de Novembro de 1831. — José Lino Coutinho. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 133, vol. 18.*

AVISO DE 24 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Constando á Regencia que os Pensionistas da Academia das Bellas-Artes, apesar de perceber-

rem dinheiros da Nação para seus ordenados, não se empregão em serviço algum de utilidade áquelle Estabelecimento, contra os fins para que foram creados os ditos lugares: ha por bem a mesma Regencia, em nome do Imperador, que d'ora em diante, e nos dias de serviço em que a Academia estiver aberta, sejam os ditos Pensionistas occupados em trabalhos uteis de sua applicação e estudo, ou formando composições suas proprias, ou copiando os originaes dos melhores autores, para assim se poderem enriquecer a Sala e os Gabinetes da mesma Academia com obras de seus Alumnos. O que participo a Vm. para sua intelligencia e execução. Deos guarde a Vm. Paço, em 24 de Novembro de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Henrique José da Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 134, vol. 18.*

AVISO DE 24 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Manda a Regencia, em nome do Imperador, remetter a V. Ex. o requerimento incluso de Estevão Alves de Magalhães, na qualidade de Procurador dos habitantes da Villa de S. João d'El-Rei, e não podendo descobrir a causa da demora na execução do Aviso de 28 de Julho deste anno: ordena que V. Ex., ouvindo por escripto ao Reverendo Bispo, e não achando attendiveis as razões que allegar, o faça responsabilisar perante o Ouvidor da Comarca, pela desobediencia ás ordens do Governo; e quando ainda assim não trate de fazer effectiva a responsabilidade do Parocho denunciado, V. Ex. o mandará responsabilisar por esse facto, como he do seu dever; e participará á mesma Regencia, pela Secretaria dos Negocios Ecclesiasticos, não só do resultado deste negocio, como tambem da causa da demora na execução do citado Aviso. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 24 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 135, vol. 18.*

AVISO DE 24 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo a Lei de 14 de Junho do corrente anno determinado que as nomeações dos Empregados das Provincias se fação pelos respectivos Presidentes, em Conselho, independentemente de confirmação do Governo central; e devendo o mesmo Governo conhecer quaes os individuos que se achão no exercicio de seus empregos nas diferentes Repartições das Provincias: ha por bem a Regencia, em nome do Imperador, que V. Ex. remetta com a brevidade possivel a cada hum das Secretarias de Estado, hum quadro estatístico dos Empregados nas Repartições Publicas dessa Provincia, cujo conhecimento lhes pertença; e que para o futuro participe á Secretaria de Estado, onde convenha, qualquer alteração que occorrer no referido quadro estatístico. Deos guarde a V. Ex. Palacio do

Rio de Janeiro, em 24 de Novembro de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Candido José de Araujo Vianna.

Na mesma conformidade para todas as Provincias do Imperio. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 138, vol. 18.*

RESOLUÇÃO DE 25 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authentic.

Senhor. — A este Conselho dirigio o Escrivão de Fazenda a representação do teor seguinte:

Senhor. — Na conformidade da Lei de 22 de Dezembro de 1761, e Carta de Lei de 22 de Outubro de 1827, cumpre-me representar a V. M. I. que se faz necessario que V. M. I. mande expedir os Editais para a nova arrematação da renda do dizimo do pescado da praia desta Cidade, e do contracto da Administração das Capatazias dos homens trabalhadores da Alfandega desta Corte, cuja entenderá finda no ultimo de Dezembro de 1831. E outrosim levo á consideração de V. M. I. a providencia que seria mister dar-se para os 6 mezes subsequentes aos contractos findos, huma vez que os mesmos devão ser arrematados pelo anno financeiro de 1832 a 1833: Rio, 6 de Junho de 1831. — O Escrivão da Fazenda Manoel do Nascimento Monteiro.

Mandou o Conselho ouvir o Procurador da Fazenda, que respondeu pela maneira seguinte: — Convém que se mande expedir os Editais para a arrematação dos Contractos de que trata esta representação; e emquanto á providencia exigida a respeito dos 6 mezes que hão de correr desde o 1º de Janeiro até o ultimo de Junho de 1832, parece-me que o mais vantajoso á Fazenda Publica será a de incluir na arrematação que se fizer para o anno financeiro de 1832 a 1833 os rendimentos desses 6 mezes, havendo a clareza e distincção necessaria para a regularidade da arrecadação. Rio, 25 de Junho de 1831. — Maia.

O que tudo visto, o Conselho, tendo em vista § 10º, do art. 15., cap. 1º, titulo 4º da Constituição; e o § 6º, do art. 30, cap. 7º da Carta de Lei de 15 de Dezembro do anno proximo passado, julga de seu dever levar a duvida offerecida pelo Escrivão da Fazenda á presença de V. M. I., pedindo huma decisão pela qual se regule. Reconhece porém o Conselho que o contracto das Capatazias dos homens trabalhadores da Alfandega desta Cidade, a quem por menos o fizer, he de natureza tal, que não será facil obter-se hum lance favoravel, quando se ponha em Praça por menos de tres annos, por isso que, sendo necessario ao arrematante nomear Fieis em todos os Armazens, e empregar homens no serviço da Administração, seguramente os não encontrará pelo curto espaço de hum anno, senão por hum salario muito maior do que aquelle por que elles se prestarião annualmente, quando contassem de continuar no seu emprego por tres annos; o que consequentemente fará subir o preço desta arrematação que muito convém á Fazenda Publica que se ultime, afim de que não cáia outra vez semelhante trabalho debaixo

da sua administração, do que resultará o onus de resarcir as faltas que possam occorrer no extravio das fazendas depositadas na Alfandega. Rio de Janeiro, 13 de Julho de 1831, 10º anno da Independencia e do Imperio. — Leonardo Pinheiro de Vasconcellos. — João Prestes de Mello. — José Caetano de Andrade Pinto.

Resolução. — Não tem lugar, á vista da Lei do orçamento de 1832 a 1833. Paço, 25 de Novembro de 1831. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se o original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 25 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authentic.

Senhor.—A este Conselho requerem o Conselheiro José Paulo de Figueiróa Nabuco assentamento do ordenado do lugar de Chanceller da Casa da Supplicação, em que fôra provido pela carta junta, e deliberando o dito Tribunal ao dito respeito, se lhe offerece duvida fundada nas seguintes considerações: 1ª, que, estando, como está, aberto na folha respectiva assentamento do ordenado do mesmo lugar ao Visconde de Goyana, se não pôde abrir este de que se trata sem extinguir aquelle; 2ª, que o Conselho não está autorisado para extinguir aquelle primeiro assentamento sem ordem positiva de V. M. I. que, assim o determine, muito principalmente á vista do art. 153 da lei fundamental do Imperio, que, fazendo perpetuos os Juizes de Direito, perpetuos consequentemente tambem faz os assentamentos de seu mantimento, de que só podem ser privados por sentenças, conforme o art. 155 da mesma lei fundamental; 3ª, que a enunciativa da carta do supplicante que dá por vago o lugar de Chanceller pela nomeação do Visconde de Goyana para Presidente da Provincia do Pará, além de ser enunciativa pela qual se não costuma fazer nos Tribunaes, tem de mais contra si a praticas sempre observada de se não extinguirem assentamentos a Desembargadores empregados em commissões do Poder Executivo, como são os empregos de Ministros de Estado e Presidentes de Provincia, reentrando elles para os seus respectivos exercicios vitalicios independentemente de novos despachos, e continuando a cobrar os seus ordenados pelos assentamentos que já tinham; 4ª, que os Desembargadores empregados em Presidencias comecão a vencer os ordenados destas commissões do dia do embarque para ellas, cessando no mesmo dia o vencimento assentado do lugar vitalicio, por não deverem cobrar semelhantemente dous ordenados, e que pela mesma razão cessão de cobrar o ordenado da Presidencia, e continuão a vencer o do lugar vitalicio logo que deixão o exercicio da mesma Presidencia, e vem em viagem reentrar no seu antigo exercicio. A' vista das quaes considerações V. M. I. se dignará resolver o que o Conselho deve obrar sobre este assumpto.

Aos Conselheiros Leonardo Pinheiro de Vas-

concellos e João Prestes de Mello parece: que, estando o supplicante José Paulo de Figueiróa Nabuco Araujo, pela carta imperial de 23 de Setembro, passada legalmente, provido no lugar de Chanceller da Casa da Supplicação desta Côrte, vago pelo novo despacho dado ao Visconde de Goyana, que o exercia, nenhuma duvida pôde ou deve ter o Conselho em mandar abrir assentamento á vista do imperial diploma, referendado, como está, pelo Ministro de Estado dos Negocios da Justiça, porque só se lhe faltasse essa legalidade poderia obstar ao assentamento requerido; porém como lhe não falta, está o titulo legal e o negocio decidido, nem das deliberações da Regencia ou Poder Executivo pôde conhecer o Conselho, nem interromper a marcha quando as cousas vão em regra, porque isso seria apartar-se do seu verdadeiro trilho. A' vista do que fica exposto, parece aos mesmos Conselheiros que se deve mandar abrir o assentamento requerido; mas V. M. I. resolverá o mais justo. Rio de Janeiro, em 21 de Novembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Leonardo Pinheiro de Vasconcellos. — João Prestes de Mello. — José Caetano de Andrade Pinto. — Manoel José de Souza França.

Resolução. — Como parece aos dous Conselheiros, Leonardo Pinheiro de Vasconcellos e João Prestes de Mello. Paço, 25 de Novembro de 1831. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho, João Bráulio Moniz. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se o original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

DECRETO DE 25 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral:

O Governo fica autorisado a despendar com a obra da sala da Relação desta Cidade, para fazer effectiva a disposição do art. 159 da Constituição, até a somma de 1:000\$.

Diogo Antonio Feijó, etc. Palácio do Rio de Janeiro, em 25 de Novembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Diogo Antonio Feijó.

AVISO DE 25 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, sendo-lhe presente o officio de V. S., datado de 20 de Junho proximo passado, em resposta ao aviso de 11 do mesmo, que acompanhou a remessa dos papeis relativos ao conflicto de jurisdicção entre o Presidente da Provincia de Goyaz e o Juiz de Fôra daquella Cidade; manda responder a V. S. que não cabia duvida da competencia do Juizo da Corôa para conhecer do conflicto de jurisdicção entre as autoridades, e fazê-

lo terminar pelos seus julgados; porque, tendo-lhe ella sido expressamente estabelecida pela Ord., liv. 1.º, tit. 9, §§ 2 e 11, e pelos regulamentos das diversas Relações do Imperio, que á mesma Ordenação se remetem quando tratão dos respectivos Juizes dos Feitos da Corôa, nenhuma legislação posterior até o presente lh'a fez cahir ou mingoar; devendo V. S. fazer effectiva a sua primeira e regular deliberação, procedendo-se a respeito do impedimento do Juiz actual, nascido da propalação de seu voto, da maneira que o direito insinúa em casos taes. Por esta occasião se me offerece dizer a V. S. que a duvida neste caso passou a escrupulo, e os escrupulos sobre a intelligencia e observancia das leis só servem de tropeços á Administração da Justiça, que muito perde quando a promptidão lhe falta. Deos guarde a V. S. Paço, em 25 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 232 v. do liv. da Casa da Supplicação, aberto a 7 de Junho de 1831, e á fl. 138 e 139 v. do da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 25 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authenticico.

A Regencia, em nome do Imperador, a quem foi presente o officio de V. S., datado de 20 de Junho ultimo, pedindo que sejam removidas, desde já, as duvidas que tem sido suscitadas por alguns Juizes ácerca da intelligencia do art. 26 do Decreto de 20 Dezembro do anno passado; manda responder a V. S. que, sendo a lei clara a respeito de se admittirem revistas só de sentenças definitivas que terminão o processo, he abuso tollerarem-se outros casos, pelos quaes se tornarão responsaveis os Juizes que o consentirem, e que V. S. faça saber isto mesmo, e participe qualquer acto em contrario. Deos guarde a V. S. Paço, em 25 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 233 do liv. citado da Casa da Supplicação, e á fl. 138 v. do 1.º do da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 25 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authenticico.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. S. os requerimentos inclusos do Provedor da Santa Casa da Misericordia desta Córte, afim de que V. S. passe a dar as providencias requeridas sobre a falsificação e classificação que se deve fazer dos presos escravos, para poder a mesma Santa Casa haver de suas senhoras as despesas com elles feitas, como tambem dos doentes fingidos de que se achão entulhadas as enfermarias da Cadêa. Deos guarde a V. S. Paço, em 25 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 233 do liv. citado da Casa da Supplicação, e á fl. 138 v. do 1.º da Secretaria da Justiça.*

CIRCULAR DE 26 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Hlm. e Exm. Sr. — Tendo sido demasiadamente sensível á Regencia a noticia dos acontecimentos que tiverão lugar nessa Provincia, os quaes presagião desgraças incalculaveis aos seus habitantes, se, desenganados de que só com a Lei religiosamente observada, e obediencia ás Autoridades, pôde manter-se o estado social, e saborearem-se os fructos do Systema Constitucional, não se reunirem ao Governo Provincial, para que este possa restaurar o Imperio da Lei, protegendo ao cidadão opprimido, e não consentindo que huma facção qualquer impunemente se apodere da Administração, ou a force a obedecer a seus caprichos e vontades, debaixo do pretexto de assim convir á prosperidade da Provincia: manda portanto a mesma Regencia, em nome do Imperador, que V. Ex., lançando mão de todos os recursos que as Leis autorisão, apoiado dos cidadãos amigos da ordem, e interessados na tranquillidade da Provincia, faça nella reviver o imperio da Lei, contendo os facciosos ou exaltados, que, sem missão alguma, se intromettem a decidir dos negocios publicos que estão confiados a Autoridades da escolha e confiança dos Povos, ou de nomeação do Governo creado por elles; e que, fazendo-se respeitar e obedecer, pelo desempenho de suas attribuições, faça igualmente renascer a confiança que os governados devem ter no depositario da força publica, quando della se serve a bem dos mesmos que lh'a confiarão. O Governo espera que V. Ex., satisfazendo aos deveres do seu cargo, se fará credor de estima, e merecerá agradecimentos dessa Provincia confiada ao seu cuidado; dando parte do estado della para tomarem-se as providencias, que a solicitude o dever e interesse que por ella toma o mesmo Governo lhe suggerir. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 26 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Presidente da Provincia do Pará.

Nesta conformidade se expedirão aos Presidentes das Provincias de Maranhão, Ceará, Piahy e Goyaz. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 133, vol. 18.*

AVISO DE 26 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, dando o devido apreço ao zelo e actividade com que Vm. promoveu a organização da Guarda Nacional no seu Districto, bem como ao exacto desempenho de seus deveres, quando encarregado de dirigir o serviço da Guarda Municipal do mesmo, reconhece o seu patriotismo, e agradece a cooperação que tem prestado ao Governo na tarefa de manter a tranquillidade publica, contando com a continuação della para tão interessante fim. Deos guarde a Vm. Paço, em 26 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz Supplente da Freguezia da Candelaria. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 133, vol. 18.*

AVISO DE 26 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Havendo a Regencia, em nome do Imperador, por Decreto datado de hontem, nomeado o Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito Commandante das Armas da Côrte e Provincia, o manda assim participar a Vm. para seu conhecimento e expedição das ordens, e ao mesmo tempo louvar a Vm. o bom serviço que tem feito no Commando interino das Armas, e no qual o estado de sua saúde lhe não permite continuar, conservando a mesma Regencia em lembrança a honra e zelo com que Vm. desempenhou aquelle exercicio. Deos guarde a Vm. Paço, em 6 de Novembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carlos de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 133, vol. 18.*

AVISO DE 26 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo o Capitão-Tenente da Armada Luiz Antonio da Silva Beltrão excedido o prazo que se lhe prescrevera para a sua Commissão na Europa, e não devendo portanto continuar a gozar mais das vantagens que por tal motivo se lhe mandarão abonar ali, mórmente depois de se lhe expedir, em 4 de Dezembro do anno passado, ordem terminante para o seu prompto regresso a esta Côrte, findo que fosse aquelle prazo: resolveu a Regencia, em nome do Imperador, que se lhe suspendão as ditas vantagens, até que elle venha dar conta do resultado da mesma Commissão, e justificar-se da demora na execução da citada ordem. O que participo a V. Ex., para que nesta conformidade se sirva fazer as competentes communicações ás Legações deste Imperio em Londres e Paris. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 26 de Novembro de 1831. — Joaquim José Rodrigues Torres. — Sr. Francisco Carneiro de Campos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 133, vol. 18.*

AVISO DE 26 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia assistio com prazer á parada do Batalhão de Guardas Nacionais, que teve lugar no Imperio do Brazil, e louvando a promptidão com que se organisou, o asseio e disciplina com que se apresentou, tem toda a esperanza, pelos serviços já prestados pelo mesmo quando Guarda Municipal, que, fiel ao juramento que em seu nome prestou a Officialidade, será reunido aos mais cidadãos armados em defesa da Patria, e sustentaculo verdadeiro da tranquillidade, segurança, ordem e liberdade dos Brasileiros: manda portanto, em nome do Imperador, que Vm. communique estes seus sentimentos ao Batalhão de seu Commando, e ao Capitão Commandante da Cavallaria do seu Districto, para sua intelligencia. Deos guarde a Vm. Paço, em 26 de No-

vembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Commandante do Batalhão das Guardas Nacionais da Candelaria. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 134, vol. 18.*

AVISO DE 26 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Sendo presente á Regencia o officio de V. Ex. n. 61, cobrindo os do Commandante das Armas dessa Provincia, sobre o rompimento que ali teve lugar no dia 28 de Outubro proximo passado, em que tivera parte o Batalhão de Caçadores de 1ª linha n. 10, resolveu que fosse extincto este Corpo, passando para o de n. 9 e Artilharia as Praças de Pret, ficando avulsos os respectivos Officiaes; e outrosim que sejam mettidos em Conselho de Guerra os militares comprehendidos naquella revolta: o que manda, em nome do Imperador, communicar a V. Ex., para que neste sentido expeça as ordens necessarias. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, 26 de Novembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Honorado José de Barros Paim. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 134, vol. 18.*

AVISO DE 26 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Quando, em 25 do corrente mez, dirigi a Vm. Aviso para informar sobre a restituição das tres caixas de instrumentos cirurgicos que reclama a Congregação dos Lentes da Academia Medico-Cirurgica, por terem sido emprestadas e entregues, em Setembro de 1822, ao Delegado do Cirurgião-Mór do Exercito, jámais me podia persuadir que, sendo Vm. o mesmo individuo então empregado naquelle exercicio de Delegado, e á requisição de quem, por Portaria de 13 de Setembro de 1822, se mandarão entregar as caixas em questão, com obrigação de as restituir, se mostre agora tão ignorante do negocio; o que aliás muito o desabona, e mostra deleixo no cumprimento de seus deveres. Esperando porém que Vm., mais advertido, satisfaça melhor quanto o Governo lhe incumbir; restituo o seu officio de 24 do corrente mez, para informar novamente, e com maior circumspecção, á vista das copias inclusas. Deos guarde a Vm. Paço, em 26 de Novembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Manoel Antonio Henriques Totta. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 134, vol. 18.*

RESOLUÇÃO DE 28 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authentic.

Senhor. — Por portaria da Secretaria dos Negocios do Imperio, do 1º de Julho do corrente anno, mandou V. M. I. remetter a este Conselho, para consultar, o requerimento de Antonio Machado de Carvalho, do teor seguinte: Se-

nhor. Diz Antonio Machado de Carvalho que pelo documento junto mostra a declaração da Augusta Camara dos Representantes da Nação, em acta de 23 de Julho do anno proximo passado, em consequencia do requerimento do supplicante, pedindo augmento da pensão em remuneração de seus serviços, que, sendo ali reconhecidos e justa a pretensão do supplicante, se lhe declarou que ao Governo compete avaliar taes serviços; he por isso, Imperial Senhor, que o supplicante, á vista de tal declaração e dos documentos juntos, implora e pede a V. M. I. haja por bem mandar que, arbitrados os serviços do supplicante, se decida como fôr justo. —E. R. M.—Antonio Machado de Carvalho.

Depois de satisfeitos diversos despachos do Conselho, mandou este dar de tudo vista ao Procurador da Fazenda Nacional, que respondeu nos seguintes termos: —Os serviços do supplicante, que tão grandemente se conceituárão por este Tribunal perante o antigo Governo na consulta de 3 de Julho de 1818, e que, como relevantes e attendiveis, se considerárão na Assembléa Geral Constituinte do Imperio, se forão mesquinhamente remunerados com a pensão de 250\$ para suas filhas pelo decreto de 2 de Abril de 1819, tambem depois se lhes não elevou a recompensa ao grão correspondente do valor que se lhes dera pelo outro decreto de 7 de Outubro de 1825, em que se seguiu ao supplicante a tença de 650\$ para elle e suas filhas, subministrou-se-lhe por isso fundamento ás reclamações em que tem instado.

He certo porém que a definitiva resolução da Assembléa Constituinte, tomada já sobre huma especie de recurso que para ella interpôz o mesmo supplicante da mingoa da remuneração que lhe dera o Governo, parece ter posto termo a toda a pretensão a este respeito. Se, apesar disto, ainda se entender haver lugar para algum novo arbitramento com apoio do deferimento remisso da Camara dos Deputados, elle se deverá fazer com attenção ás circumstancias do Thesouro, e não convirá que exceda o accrescimento da tença a 200\$. Rio de Janeiro, 25 de Agosto de 1831.—Maia.

Ouvindo o Conselheiro Fiscal das Mercês, disse: —Os serviços do supplicante já estão remunerados, e como não ha outros de novo, não tem materia sobre que possa recahir nova graça; além de que, sendo o decreto de 13 de Agosto de 1706 o que regula a remuneração, isto he, a qualidade dos serviços que podem ser remunerados, á vista deste, se fará justiça, se parecer que taes serviços se comprehendem no dito decreto, ou podem por disposição legislativa ser novamente avaliados. Rio, 29 de Agosto de 1831.—Dr. Navarro.

O que tudo visto, parece ao Conselho o mesmo que ao Desembargador Procurador da Fazenda e Fiscal das Mercês. Rio de Janeiro, em 10 de Outubro de 1831, 10^a da Independencia e do Imperio. —Leonardo Pinheiro de Vasconcellos. —João Sabino de Mello Bulhões Lacerda Castello Branco. —José Caetano de Andrade Pinto. —Manoel José de Souza França.

Resolução.—Espere occasião opportuna. Paço, 28 de Novembro de 1831 —Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Braulio Moniz.—José Lino Coutinho.—*Acha-se o original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

DECRETO DE 28 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador, sancçãoa e manda executar a seguinte resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.^o O ouro em pó, em qualquer quantidade que seja, depois de pago os direitos devidos, correrá livremente como mercadoria em todas as Províncias onde houver mineração.

Art. 2.^o O ouro em pó, pagos os direitos devidos, será acompanhado de uma cedula ou guia, a qual conterá as cautelas necessarias para não servir para mais de uma parcella.

Art. 3.^o As Intendencias e casas de fundições serão as repartições competentes para o recebimento geral do imposto marcado no art. 1.^o Além destas casas, haverá em cada huma Parochia hum Thesoureiro e hum Escrivão da escolha da Camara Municipal respectiva, os quaes serão os recebedores e fiscaes do referido imposto nas Parochias onde não houverem Intendencias.

Art. 4.^o Os Officiaes das Intendencias, os Thesoueiros e Escrivões Parochiaes se regularão por instrucções do Governo, as quaes devem acompanhar a presente lei. Os Thesoueiros e Escrivões Parochiaes vencerão 1 por cento do imposto do ouro que receberem.

Art. 5.^o As companhias de mineração ou outros quaesquer mineiros e negociantes que apresentarem ouro em pó nas Intendencias não serão obrigados a fundi-lo, salvo querendo, com tanto que satisfação o imposto que por lei estiver marcado.

Art. 6.^o Ficão sujeitos ás penas impostas aos contrabandistas e extraviadores de direitos os que passarem de humas Províncias para outras ouro em pó, não sendo acompanhado da competente guia, na qual mostre haver pago o imposto respectivo.

Ficão revogadas as leis em contrario.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Novembro de 1831, 10^a da Independencia e do Imperio. —Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Braulio Moniz.—Bernardo Pereira de Vasconcellos.

DECRETO DE 28 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador, sancçãoa e manda executar a resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. unico. O Governo fica autorizado a mandar pagar, pela Junta Administrativa do Banco, o dividendo de 1,829 aos Accionistas que dei-

xarão de o receber na occasião em que a mesma Junta fez o pagamento do referido dividendo.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Novembro de 1831, 10° da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Bernardo Pereira de Vasconcellos.

DECRETO DE 28 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador, sanciona e manda executar a resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. unico. Fica approvada a pensão concedida pelo Governo a D. Escolastica Angelica Vareiro, viuva do Conselheiro João José Rodrigues Vareiro, da quantia de 400\$, por decreto de 5 de Agosto do corrente anno.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Novembro de 1831, 10° da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Bernardo Pereira de Vasconcellos.

DECRETOS DE 28 DE NOVEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador, sanciona e manda executar a resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art unico. Ficão approvadas as aposentadorias concedidas a Joaquim Rodrigues dos Santos, Ajudante da fundição, com exercicio de Cunhador da Casa da Moeda, por decretos de 6 de Fevereiro e 20 de Dezembro de 1828, com o ordenado de 365\$; a João Candido Fragoso, segundo Escriptuario do Thesouro Nacional, por decreto de 19 de Dezembro de 1828, com o ordenado de 400\$; a Elias Aviceto Martins Vidigal, por decreto de 26 de Junho de 1826, com o ordenado de 1:200\$, do lugar que servia de Contador Geral do Thesouro Publico.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Novembro de 1831, 10° da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Bernardo Pereira de Vasconcellos.

AVISO DE 28 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authenticio.

Sendo presente á Regencia o officio de Vm., de 18 do corrente, servindo de informação ao requerimento que acompanhou o de João Machado Nunes, primeiro Escriptuario dessa Intendencia, e o de Francisco Xavier Barreiros, Official da Secretaria da mesma, sobre a divisão dos emolumentos; e conformando-se a mesma Regencia com a resposta do Procurador da Corôa, manda,

em nome do Imperador, participar a Vm., para sua intelligencia, que o Official que serve de Official-Maior continue a perceber as duas partes dos emolumentos que estava recebendo, emquanto servir o referido lugar. Deos guarde a Vm. Paço, em 28 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia. — *Acha-se á fl. 159 do liv. 11° da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 28 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authenticio.

Illm. e Exm. Sr. — Passo ás mãos de V. Ex. o officio incluso do Commandante das Guardas Municipaes da Freguezia de S. José, datado de 23 do corrente, acompanhado da parte do cabo da patrulha dos cidadãos das ditas guardas, que na noite do referido dia 23 fôra insultada pelos soldados de artilharia de posição quando conduzião alguns presos para o quartel daquelle corpo, e rogo a V. Ex. queira dar a tal respeito as providencias que o caso exige. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 28 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se á fl. 159 v. do liv. 11° da Secretaria da Justiça.*

Na mesma data se dirigio outro ao Juiz de Paz respectivo perguntando-lhe se tinha encetado o processo segundo a lei sobre tal acontecimento.

AVISO DE 28 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authenticio.

Sendo presente á Regencia, em nome do Imperador, o officio de V. S., de 25 do corrente, sobre o sustento dos presos das cadeas desta Côrte, cumpre-me responder que, devendo muitos delles alimentar-se á sua custa, no que deve haver o maior cuidado, a despeza com a comida diaria do arroz não deve exceder a 4\$. Deos guarde a V. S. Paço, em 28 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 159 v. do liv. 11° da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 28 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authenticio.

A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem que cessem as rondas da meia noite para o dia, que até agora fazião as Guardas Municipaes, cujas rondas serão feitas de amanhã em diante pelas Guardas Municipaes Permanentes, que receberão o santo do Commandante das Guardas Nacionais da Freguezia da Candelaria. O que participo a Vm. para sua intelligencia e execução, e para o fazer constar ao Commandante das ditas Guardas Municipaes desse districto. Deos guarde a Vm. Paço, em 28 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz da Freguezia de S. José. Item ao do Sacramento, Engenho Velho, Santa Rita e Candelaria.

ria. — *Acha-se à fl. 140 do liv. 11º da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 28 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

A' vista do que no officio junto se participára pelo Quartel General da Marinha, sobre a falta de execução de ordem, commettida pelo 1º Tenente da Armada Miguel Cardia Heitor, que se achava Commandando o patacho *Venus*: resolveu a Regencia, em nome do Imperador, que aquelle Official fosse preso, e responda, em Conselho de Guerra, por semelhante motivo. O que participo a V. S. para sua intelligencia e execução, logo que pelo mesmo Quartel General se nomêem o Presidente e Vogaes para o referido Conselho de Guerra, na fôrma do estylo e das ordens que ora para isso se expedem. Deos guarde a V. S. Paço, em 28 de Novembro de 1831. — Joaquim José Rodrigues Torres. — Sr. José Maria Monteiro de Barros. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 133, vol. 18.*

AVISO DE 28 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, que a Junta da Fazenda dos Arsenaes do Exercito, Fabricas e Fundições, remetta para a Provincia da Bahia 1,000 espingardas de adarme 17, que são necessarias ali para armar os Guardas Municipaes, como representou o Presidente da Provincia. Paço, em 28 de Novembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 136, vol. 18.*

RESOLUÇÃO DE 29 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Senhor. — Por portaria da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, de 29 de Março do corrente anno, mandou V. M. I. remetter a este Conselho, para consultar, o requerimento de José Raymundo de Andrade e Almada, do theor seguinte: — Senhor. Diz José Raymundo de Andrade e Almada, serventuario vitalicio do officio de Escrivão do Juizo de Orphãos da Villa do Rio Pardo da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o seguinte: Que elle supplicante he serventuario vitalicio pelo alvará assignado pelo augusto pai de V. M. I., de gloriosa memoria, como mostra o documento n. 1 de que paga annualmente 205\$; que o dito officio acha-se lotado em 256\$ de rendimento annual, como mostra o documento n. 2; que a lei de 11 de Outubro de 1827 autorizou aos Ministros competentes para proverem os officios vagos, e os providos pagarem a terça parte dos seus rendimentos regulada pela lotação, e presumindo o supplicante que estava na circumstancia de gozar da mesma graça, por ser provido pelo augusto pai de V. M. I., que

era então o Ministro Supremo deste Imperio, fez o requerimento n. 3, em que teve por despacho que requeresse a quem competir; portanto, recorre a V. M. I., a quem implora a graça de mandar que o supplicante pague a quantia de 85\$333, que he a terça parte da lotação certificada pelo documento já apontado em numero; que o supplicante jurou a Constituição do Imperio jurada e mandada jurar por V. M. I., que Deos guarde, do documento n. 4. — Pede a V. M. I. seja servido conceder a graça que o supplicante implora. — E. R. M. — José Raymundo de Andrade e Almada.

Depois de satisfeitos varios despachos do Conselho, respondeu ultimamente o Procurador da Fazenda pela maneira seguinte: — A pretensão do supplicante não se apresenta digna de consideração, não só porque a lei de 11 de Outubro de 1827 não tem o effeito retroactivo para revogar ou alterar o que anteriormente estava feito e determinado na conformidade das leis que então vigoravão, mas tambem porque, á vista da ultima lotação do officio de que se trata, não he excessiva a quantia com que annualmente contribue para a Fazenda Nacional. Rio, 4 de Outubro de 1831. — Maia.

O que tudo sendo visto, parece ao Conselho que, sendo, como foi, conferido o officio de Escrivão de Orphãos da Villa do Rio Pardo ao supplicante com encargo de donativo á Fazenda Publica, deve continuar o mesmo donativo tal qual primitivamente lhe foi imposto quando aceitou e entrou de posse na serventia delle. Rio de Janeiro, em 23 de Novembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Leonardo Pinheiro de Vasconcellos — João Prestes de Mello — José Caetano de Andrade Pinto. — Manoel José de Souza França.

Resolução. — Como parece. Paço do Rio de Janeiro, 28 de Novembro de 1831. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se o original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

INSTRUÇÕES DE 29 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Instruções para as rondas Municipaes Permanente.

1º. De dia e de noite haverá rondas de Infantaria por toda a Cidade; e de Cavallaria nos seus arredores.

2º. De dia, bastará que a ronda conste de hum a dous soldados, excepto nos arredores, ou ruas pouco povoadas, os quaes, tendo necessidade de reforço, apitarão, e serão immediatamente soccorridos pelas rondas vizinhas, e Guardas Nacionais e Municipaes da vizinhança.

As obrigações das rondas são as seguintes:

3º. Prender a qualquer pessoa que estiver espancando, injuriando, ameaçando, furtando, damnificando, ou commettendo qualquer outro crime; ou que constar havê-lo commettido á pouco tempo.

4º. Prender os que, reunidos em numero de tres ou mais, derem indícios de assim estarem para commetter algum crime. E sendo de noite, estando reunidas 5 ou mais pessoas, sem algum fim justo e reconhecido, serão presas.

5º. Quando houver reunião por causa de algum espectáculo, ou outro qualquer motivo justo, observará a ronda que no ajuntamento se conserve ordem e tranquillidade; e havendo indícios de ser ella perturbada, fará avisar a qualquer Juiz de Paz ou Criminal mais vizinho para que a venha mandar dissolver; e então fará o que pelo mesmo Juiz pessoalmente lhe fôr ordenado.

6º. Prender os que estiverem fazendo tumulto, motim ou assuada.

7º. Prender o que estiver doudo, furioso ou embriagado.

8º. Prender os que trouxerem armas de qualquer natureza, excepto os militares trazendo as do seu uniforme, estando em serviço.

9º. Prender os que estiverem commettendo alguma acção evidentemente offensiva da moral publica e bons costumes.

10. Prender os que fôrem encontrados com instrumentos de furto ou de qualquer crime.

11. Prender os que andarem com distinctivos que lhes não competem.

12. Apalpar a qualquer pessoa que se tornar suspeita, para ver se tem armas ou instrumentos de crime, prendê-la, quando sejam encontrados.

13. Conduzir á presença de qualquer Juiz a pessoa que se tornar suspeita pelo lugar e tempo, não dando ella razão satisfactoria da sua actual conducta.

14. Para prender criminosos poderá de dia entrar em casa alheia; e quer de dia como de noite poderá entrar nella, quando de dentro se lhe peça soccorro, ou nella se estiver commettendo violencia contra alguém. Quando de noite se refugiar algum criminoso para casa alheia, requererá ao dono que lh'o entregue, e recusando este, fará guardar as entradas e sahidas, dará parte ao Juiz mais vizinho, e fará então o que por escripto lhe fôr por este determinado.

15. Nas tabernas, lojas, assougues, estalagens, e outras casas publicas, poderá entrar para prender criminosos, e dispersar reunião de escravos, ou outra qualquer que esteja nos termos do art. 4.

16. Não consentirão que se dêm gritos, nem haja vozerias pelas ruas; e quando não se oalem depois de avisados, serão conduzidos á presença do Juiz para puni-los conforme as Posturas.

17. Os delinquentes serão presos hum dia á ordem do Juiz de Paz do Districto, n'outro á ordem do Juiz Criminal, e n'outro á ordem do Intendente Geral da Policia.

18. Cumprindo com o seu deversem excepção de pessoa alguma, serão com todas prudentes, circumspectos, guardando aquella civilidade e respeito devido aos direitos do cidadão.

19. Se resistirem a ser presos, apalpadados, observados, ou de qualquer modo embaraçarem ao cumprimento do seu dever declarado nestas

Instrucções, applicarão a força necessaria para effectuar-se a diligencia, sem que corra risco os da ronda ou os que a ajudarem.

20. Quando encontrem algum morto, gravemente ferido ou espancado, o farão conduzir á sua casa; e sendo pessoa miseravel, á Casa da Misericordia; e lhe prestarão no momento todo o soccorro que a humanidade exige.

21. Darão todos os dias ao Commandante da Companhia parte circumstanciada de tudo quanto fizerão e observarão, com declaração do lugar, hora e testemunhas; e quando estas não estejam presentes, chamarão dous ou tres vizinhos para testemunharem, declarando na parte seus nomes e moradas para serem procuradas pelo Juiz. Estas partes originaes serão logo levadas aos Juizes, a cuja ordem forão presos os criminosos; e de todas far-se-ha hum extracto em que se declarem sómente os factos e observações com as circumstancias do tempo e lugar, para ser enviado ao Ministro da Justiça no mesmo dia. Rio de Janeiro, 29 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense* n. 134, vol. 18.

AVISO DE 29 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Havendo-se, por Aviso de 11 do corrente, determinado a abolição do corte de madeiras publico estabelecido nessa Provincia: manda ora a Regencia, em nome do Imperador, prevenir a V. Ex. de que os escravos da Fazenda Publica que se achavão empregados no serviço do dito corte devem ser restituídos aos lugares donde forão tirados, enviando V. Ex. a esta Secretaria de Estado huma relação delles, contendo os seus nomes, idades, officios, e mais circumstancias, de que cumpre ter-se conhecimento, para que se lhes possa dar qualquer outro destino, quando assim convenha. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, 29 de Novembro de 1831. — Joaquim José Rodrigues Torres. — Sr. Feliciano Nunes Pires. — *Acha-se no Diario Fluminense* n. 134, vol. 18.

PORTARIA DE 29 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Ilm. e Exm. Sr. — Ponderando a Regencia não ser por ora já exequivel a ordem que anteriormente fôra expedida ao Commandante das Armas dessa Provincia para a extincção da Companhia de Cavallaria de 1ª de linha dessa Capital, á face dos acontecimentos que ahi tem tido lugar, resolveu que V. Ex. mandasse sobrestar na execução daquella ordem, deixando ao arbitrio de V. Ex. o seu cumprimento, logo que a Provincia esteja de todo tranquilla, e aquella Companhia não seja mais precisa para aquelle fim. O que participo a V. Ex. para seu conhecimento e expedição das ordens. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Novembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e

Silva. — Sr. Honorato José de Barros Paim. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 136, vol. 18.*

AVISO DE 29 DE NOVEMBRO.

Imp. avulso.

Requisitando o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça que, para maior economia da Fazenda, se forneça do Arsenal do Exercito ao Corpo das Guardas Municipaes Permanentes, segundo as requisições feitas pelo seu Tenente-Coronel Commandante Francisco Theobaldo Sanches Brandão, o armamento, correame e utensilios que estão nos armazens, e não são precisos para a Tropa de 1.^a linha: e outrossim, que no mesmo Arsenal se fação todos aquelles concertos que o mesmo Tenente-Coronel exigir; passando este recibo, e fazendo-se de tudo conta separada para ser paga pela Repartição da Justiça: o manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, participar á Junta da Fazenda dos Arsenaes do Exercito, Fabricas e Fundições, afim de que expeça as necessarias ordens para que se executem as requisições que fôrem feitas, remetendo a competente conta á dita Secretaria de Estado da Guerra para se lhe dar seguimento. Paço, em 29 de Novembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 147, vol. 18.*

AVISO DE 29 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. S. a representação inclusa de Jacques Cesar Cruz, Commandante da patrulha, e outros soldados que rondarão a rua de Matacavallos em a noite de 6 deste mez, queixando-se do insulto que soffrêrão por serem mandados recolher por ordem do Commandante Geral daquelle districto á requisição de hum grupo de dez a quatorze individuos, afim de V. S. informar não só acerca do estado em que se acha o processo, como tambem do acontecimento que houve, ouvindo por escripto o referido Commandante Geral. Deos guarde a V. S. Paço, em 29 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Antonio Corrêa Picango. — *Acha-se á fl. 140 do liv. 11.^o da Côrte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 29 DE NOVEMBRO.

Manuscripto authentic.

Illm. e Exm. Sr. — A Regencia, attendendo ao que lhe representou D. Anna Joaquina de Souza Meirelles ha por bem, em nome do Imperador, que V. Ex. expeça as ordens convenientes á Abbadessa do Convento de Nossa Senhora da Ajuda, para que D. Feliciano Moreira de Souza Meirelles, filha da supplicante, e que ali se acha recolhida com ella, seja transferida para a com-

panhia de seu irmão Damaso Moreira de Souza Meirelles, afim de poder tratar de sua saude, recolhendo-se ao mesmo Convento logo que se julgue restabelecida. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 29 de Novembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Bispo Capellão-Mór. — *Acha-se á fl. 140 v. do liv. 11.^o da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 1 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Foi presente á Regencia, em nome do Imperador, o officio de V. Ex., em data de 25 do mez passado, informando com o seu parecer sobre a queixa de Antonio Manoel de Sá Ferreira, e as respostas que derão aos Magistrados, que denegarão a revista pedida por elle; e ainda que forão satisfactoriamente desenvolvidas as razões e fundamentos em que se estribarão no seu parecer, e respostas dos Desembargadores Euzebio de Queiroz Coutinho, Antonio Geraldo Curado de Menezes, João de Medeiros Gomes, e João José da Veiga, comtudo foi bastantemente estranho á mesma Regencia que estes dous ultimos Magistrados, reconhecendo ser o mandato do Governo hum ataque á independencia do Poder Judiciario, e por isso illegal e anti-constitucional, lhe dessem inteira execução, contravindo o art. 142 do Codice Criminal, não os podendo de maneira alguma justificar as razões que para isso allegarão, por não ser deixado ao arbitrio do cidadão suspender a execução da Lei, quando assim lhe parecer convir; muito mais quando nenhum outro inconveniente poderia resultar da inexecução do dito mandato, além da responsabilidade a que ficarião sujeitos, o que não teme o cidadão quando seguro marcha no trilho da Lei: e porque observão-se algumas expressões no ultimo paragrapho da referida resposta dos dous Magistrados, que principião — semelhante petição não he queixa — que, referidas ao Governo, exigem promptas providencias: manda portanto a mesma Regencia, que V. Ex. determine aos ditos Magistrados que, no prazo de tres dias, declarem o sentido e referencia de taes expressões. Deos guarde a V. Ex. Paço, em o 1.^o de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Albano Fragozo. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 131, vol. 18.*

AVISO DE 1 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo o antecessor de V. Ex. apresentado á Assembléa Geral Legislativa huma Proposta para ser reorganizada a Academia de Guardas Marinhas, refundindo-se com a Academia Militar em huma só; e tendo eu de expedir ordens aos Lentes Frei Pedro de Santa Marianna, e Coroneis João Paulo dos Santos Barreto e Manoel José de Oliveira, para formarem o projecto da reforma dos Estatutos proprios para as differentes armas do Exercito: cum-

pre-me solicitar de V. Ex. a nomeação de duas ou mais pessoas para, em commum, trabalharem com os acima mencionados naquella Projecto de reforma; dando-se por este modo execução á Lei de 15 de Novembro deste anno, que autorisa o Governo para o fazer: ficando eu em consequencia á espera da deliberação de V. Ex., afim de me dirigir em tudo quanto a este respeito tenho de ordenar. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 1 de Dezembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Joaquim José Rodrigues Torres. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 131, vol. 18.*

AVISO DE 1 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Reconhecendo-se, pelo exame a que se procedeu, nas contas dadas pelas Administrações dos côrtes de madeiras nessa Provincia, e no Districto de Campos, e nas do custeio das embarcações empregadas na conducção das madeiras, nelles promptificadas, haver excedido a despeza do primeiro ao valor das madeiras recebidas desde Setembro de 1829 a Junho do corrente anno, a somma de 12:867,5776 rs.; e a do segundo, de Junho a Dezembro do anno passado, a quantia de 2:559,5395 rs., e sendo portanto evidente não convir aos interesses da Fazenda Publica a continuação de semelhantes estabelecimentos: manda a Regencia, em nome do Imperador, que cessem desde já os respectivos trabalhos, e se suspenda a remessa das consignações com que erão suppridos pela Intendencia da Marinha, procedendo-se á competente arrecadação de todos os utensis e mais objectos a elles pertencentes, depois de competentemente relacionados, e dando-se conta do numero de páos que existirem promptos ou derrubados, tanto no lugar do embarque, como no do côrte, afim de se providenciar sobre o destino que devem ter, restituindo-se a esta Côrte os escravos da Nação que se achão no serviço da barca naquella Districto. O que participo a V. Ex. para sua intelligencia e execução, no que respeita a essa Provincia. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 1º de Dezembro de 1831. — Joaquim José Rodrigues Torres. — Sr. Vice-Presidente da Provincia do Espirito Santo.

Nesta mesma conformidade e data se officiou ao Intendente da Marinha desta Côrte, e ao official encarregado da administração do côrte de madeiras em Campos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 146, vol. 18.*

AVISO DE 1 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticco.

Exm. e Revm. Sr. — A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. Ex. o requerimento incluso de Anacleto Fragoso de Rhodes, queixando-se de ter sido insultado pelos Seminaristas do Seminario de S. Joaquim, afim de V. Ex. dar as providencias necessarias, não só

para serem punidos os motores daquelle insulto, como para que se não repitão actos semelhantes; e se os estatutos da casa não providencião a tal respeito, então V. Ex. participe por esta Secretaria de Estado para se mandar proceder judicialmente contra os delinquentes. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 29 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Bispo Capellão-Mór. — *Acha-se d fl. 140 v. e 141 do liv. 11º da Secretaria da Justiça.*

Por aviso de 7 se deu direcção a este negocio pelo Ministro do Imperio, por se achar o Seminario sob a sua inspecção.

AVISO DE 2 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Partindo nesta occasião para esse porto a corveta *Sete de Abril*, commandada pelo Capitão Tenente Joaquim Leal Ferreira, afim de rendê-lo nessa Estação, previno a Vm. de que, no caso de achar-se fazendo ahi as vezes de Intendente da Marinha, conforme se lhe ordenára no impedimento do Capitão de Mar e Guerra José Pereira Pinto, deverá entregar semelhante commissão áquelle Capitão Tenente, e voltar ao commando da corveta *Defensora*, a cujo bordo receberá nessa Cidade, além dos passageiros que ora daqui vão na *Sete de Abril*, o Presidente nomeado para a Provincia do Pará, e os Commandantes das Armas tambem nomeados para esta mesma Provincia e para a do Maranhão, seguindo em direitura a este ultimo porto, donde, deixando as pessoas para elle destinadas, partirá, sem perda de tempo, com os que se dirigem para o Pará, e ahi ficará estacionado ás ordens do Presidente, até ulterior deliberação. A Regencia, em nome do Imperador, confia do seu reconhecido zelo, intelligencia e patriotismo, o melhor desempenho da sua Commisão. Deos guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 2 de Dezembro de 1831. — Joaquim José Rodrigues Torres. — Sr. Pedro Ferreira de Oliveira, Capitão-Tenente, Commandante da corveta *Defensora*. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 147, vol. 18.*

AVISO DE 2 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Devendo o brigue *Caboclo* partir brevemente para esse porto, afim de render nessa Estação a corveta do seu commando, previno a Vm. de que, logo que o dito brigue ahi aporte, deverá Vm., sem perda de tempo, fazer-se á vela para esta Côrte; para cujo effeito se faz nesta data a conveniente participação ao Presidente dessa Provincia. Deos guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 2 de Dezembro de 1831. — Joaquim José Rodrigues Torres. — Sr. José Joaquim Raposo, Capitão de Fragata, Commandante da corveta *Regeneração*. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 147, vol. 18.*

AVISO DE 3 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, a quem foi presente o officio de V. S., do 1º do corrente, dando parte da maneira criminosa por que foram substituidos por pretos ladinos os Africanos buaes que, no acto da visita da entrada do bergantim *Torcato*, V. S. communicou ter-se encontrado incluídos na matricula do mesmo bergantim, ordena que V. S. declare os nomes dos Guardas que se achavão a bordo daquella embarcação, e que são complices neste delicto. Deos guarde a V. S. Paço, em 3 de Dezembro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Lucio Soares Teixeira de Gouvêa.—*Acha-se á fl. 141 v. do liv. 11º da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 3 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. S. o officio incluso do Juiz da Alfandega desta Cidade, em que dá conta da maneira por que foram substituidos por pretos ladinos os Africanos buaes que a bordo do bergantim *Torcato* foram encontrados no acto da visita da entrada, bem como todos os mais documentos a que o mesmo Juiz se refere, para mandar proceder contra os ladrões que furtarão estes miseraveis para se subtrahirem á pena da lei, e todas as mais pessoas que fõrem complices neste delicto, dando afinal conta desta diligencia. Deos guarde a V. S. Paço, em 3 de Dezembro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo.—*Acha-se á fl. 142 do liv. 11º da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 3 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authentic.

Acabo de receber o officio de V. Ex. em que insta para que as causas dos subditos da França sejam sempre remettidas ao mesmo Magistrado, para assim evitarem taes demoras com que são vexados. Ao Governo do Brazil, bem como a toda a nação, são visiveis os males resultantes do processo actual, e que só podem terminar por meio de disposições legislativas que estão fóra do seu alcance. As leis tem marcado os Magistrados que devem julgar certas causas e o meio de os substituir; fazer o contrario, se não he crear Juizes de commissão, he sem duvida violar a lei, e quem quizer residir no Brazil deve necessariamente sujeitar-se a ella; nem o Governo Francez, sabio e justo como he, poderia tornar escandalo de que os seus subditos soffressem no Imperio os mesmos inconvenientes que soffrem os naturaes delle, huma vez que o Governo se presta, como tenho assegurado a V. Ex., a fazer da sua parte todos os esforços para que os processos se abreviem quanto fôr compativel com as leis que os regulão. Sinto sobremancira não poder

concordar com V. Ex. no expediente lembrado; mas posso assegurar-lhe que serei incansavel em promover a administração da justiça aos subditos da França, como faço aos do Imperio. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 3 de Dezembro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Eduardo de Pontois.—*Acha-se á fl. 142 do liv. 11º da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 3 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authentic.

Já pensava ultimada a causa de Mr. Bisteis, que, pelo encarregado de Negocios da França, se me assegura durar dezenove mezes; cumpre que V. S. participe, com toda a brevidade, o estado do processo e causa da demora, e que promova o seu adiantamento quanto fôr possível. Deos guarde a V. S. Paço, em 3 de Dezembro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo.—*Acha-se á fl. 142 do liv. 11º da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 3 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Exm. e Revm. Sr.—Tendo sido as Ordens Religiosas em seu principio o asylo da virtude, e onde a sociedade christã, o mesmo a civil, tem encontrado tantos homens distinctos que muito a tem coadjuvado, com o tempo se tem ellas resentido dos defeitos a que estão sempre expostas as obras humanas. E querendo a Regencia, em nome do Imperador, concorrer quanto em si cabe para o melhoramento das ditas ordens, destruindo-se os abusos nellas introduzidos, reformando-se alguns dos seus estatutos e regulamentos internos que não estejam em harmonia com as circumstancias actuaes, consente que V. Ex. exerça, para com as referidas Ordens, toda a jurisdição espirital e economica necessaria para o mencionado fim. O que participo a V. Ex. para sua intelligencia. Deos guarde a V. Ex. Paço, 3 de Dezembro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Arcebispo de Tarco, Nuncio Apostolico.—*Acha-se á fl. 152 v. e 153 do tomo 4º das Memorias Historicas e Politicas da Provincia da Bahia, por Accioli.*

AVISO DE 3 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Havendo o Governo de Sua Magestade o Imperador ordenado aos Presidentes das Provincias que contribuem para o pagamento da divida externa deste Imperio que, no caso de lhes não ser possível remetter, sem grande desvantagem, suas respectivas quotas em letras de cambio a favor dos contractadores de nossos empréstimos contrahidos na Praça de Londres, fizessem as remessas em algodão de boa qualidade, consignadas á casa de Vms. nessa Praça; tenho que dar-lhes, de accordo com o Sr. Samuel Philipps

desta Cidade, as seguintes instrucções sobre tal objecto :

Farão Vms. o competente seguro logo que receberão aviso de qualquer remessa, e tratando depois de effectuar a venda, da maneira a mais vantajosa, conservarão em seu poder o liquido producto para entregar na proximidade do vencimento dos dividendos dos referidos empréstimos, — 1º de Abril ao 1º de Outubro de cada anno — aos contractadores delles Nathan Meyer Rothschild, e Bazett Colvin Crawford e Cª., Fletcher Alexander e Cª. e Thomas Wilson e Cª. (aos quaes em tempo proprio farei os necessarios avisos) na proporção de cinco por oito, isto he, cinco partes ao primeiro e tres aos segundos; exigindo delles tres vias de recibo, das quaes enviarão duas ao Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda deste Imperio; e sem que, pela entrega aos mesmos contractadores, percebam Vms. commissão alguma.

Acontecendo que, em vespasas do vencimento dos juros dos empréstimos, Vms. tenham em ser alguma porção de algodão, de que não possuão dispôr sem prejuizo para o Brazil, Vms. adiantarão dous terços do respectivo valor ao mencionado Rothschild e Bazett e seus Socios no empréstimo, na proporção estabelecida de cinco áquelle e tres a estes, lançando em debito do Governo o competente juro: avango este que constantemente tem praticado com o mesmo Governo o dito Rothschild.

Fica entendido que, por todo o tempo que em suas mãos parar qualquer quantia de conta do Governo do Brazil, Vms. lhe abonarão o juro de estylo nessa Praça.

Tomando Vms. em consideração que só nas épocas acima fixadas se faz preciso o producto das vendas que tiverem de effectuar, he obvio que raras vezes terão de fazer sacrificios para realisa-las com brevidade; antes pelo contrario estarão muitas vezes no caso de poder espaçá-las, sempre que por hum calculo prudente houverem esperanças de melhoria de preço.

O Governo Imperial, dando a Vms. a preferencia nestas novas transacções em que vai entrar, considera-se com direito a esperar que Vms. se não pouparão a esforços para o bom desempenho dellas; convidando-os assim a emprehender maiores negocios com a sua casa. Deos guarde a Vms. Palacio do Rio de Janeiro, em 3 de Dezembro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Samuel Philipps. — Londres. *Acha-se no Diario Fluminense n. 139, vol. 18.*

AVISO DE 3 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Sendo indispensavel, para evitar o risco que correm os navegantes que demandão os portos das Provincias do Ceará, Maranhão e Pará, que nos diversos baixos que nelles ha se colloquem boias que indiquem os perigos de que se deve fugir: e considerando a Regencia, em nome do Imperador, que Vm., em razão de sua intelligencia

e da pratica adquirida da navegação daquelles portos, se acha sufficientemente habilitado, assim para dirigir a construcção das ditas boias, como para verificar a sua collocação: ha por bem encarrega-lo de tão interessantes trabalhos, aos quaes Vm. deverá quanto antes dar principio, partindo sem demora para Pernambuco, em cujo Arsenal poderá effectuar-se aquella construcção debaixo de sua immediata direcção, para o que se expedem as convenientes ordens ao Presidente respectivo, de quem Vm. deprecará os precisos auxilios; devendo, depois de concluidas ali as boias, seguir para o Ceará a assenta-las nos pontos convenientes, para cujo effeito requererá igualmente do competente Presidente os indispensaveis soccorros que lhe serão prestados em conformidade do que tambem se lhe ordena; o que findo, Vm. dará conta a esta Secretaria de Estado com declaração das despesas feitas, ou de quaesquer embaraços que occorrão, afim de se providenciar sobre o modo por que convirá continuar a sua commissão para o Maranhão e Pará; ficando Vm. na intelligencia de que, emquanto residir em Pernambuco, promovendo a mencionada construcção, não perceberá outra vantagem além do simples soldo de sua patente, pago pelos cofres da Provincia; e de que, quando seguir para o Ceará, a Regencia deixa ao arbitrio do Presidente desta Provincia o marcar-lhe os vencimentos que pela natureza do seu exercicio lhe competirem; esperando a mesma Regencia do seu zelo e patriotismo o melhor e mais breve resultado da importante commissão que lhe confia. Deos guarde a Vm. Paço, em 3 de Dezembro de 1831. — Joaquim José Rodrigues Torres. — Sr. Joaquim Lucio de Araujo. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 139, vol. 18.*

AVISO DE 3 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Foi presente á Regencia a participação da Sociedade Federal dessa, e posto que os fins da mesma não sejam prohibidos, comtudo não deve dissimular-se que pôde produzir mui serios inconvenientes, attento o estado de desconfiança dos Povos, falta de luzes necessarias para crearem-se desejos de reformas, que, principiando por pretensões legais, acabão de ordinario por violencias, com que hum partido, ás vezes bem pequeno, quer impôr a Lei á maioria: a Regencia, em nome do Imperador, espera do seu conhecido patriotismo e zelo pela causa publica que vigilante observará que a mesma Sociedade não se deslize de seus fins, e que V. Ex. procurará prevenir os males que possuão occorrer da dissidencia das opiniões e partidos, e em hum tempo em que tanto convém a união de todos os bons Brasileiros para opporem-se aos inimigos internos, e fazerem huma barreira irresistivel aos externos, que só esperão a nossa divisão para seus fins, e que tanto se congratulão com algumas commoções insignificantes, mas que não deixão de manchar a gloria do dia 7 de

Abril. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 3 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 141, vol. 18.*

AVISO DE 3 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

O objecto da commissão para que Vm. fôra nomeado, pela Repartição de Guerra, he ir á Cidade de Cabo-Frio examinar as obras indicadas na inclusa representação do Tenente-Coronel Miguel Joaquim Prestes, e sobre cuja utilidade informe a Camara Municipal daquella Cidade no officio original tambem junto, devendo depois prestar lum circumstanciado relatorio a tal respeito, apresentando com elle o orçamento da despeza a que poderão montar semelhantes obras, com declaração dos artigos que possam obter-se no lugar, e dos que ali não haja e devão daqui ser fornecidos; ficando Vm. na intelligencia de que convém apresentar-se á sobredita Camara, para della obter os esclarecimentos e auxilios precisos para o melhor e mais breve resultado da sua commissão. Deos guarde a Vm. Paço, em 3 de Dezembro de 1831. — Joaquim José Rodrigues Torres. — Sr. Henrique Luiz Niemeyer Bellegarde. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 148, vol. 18.*

AVISO DE 3 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Convindo ao serviço nacional que na Capital da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul persista hum Official da Armada, não só para ser exclusivamente encarregado do melhor e mais economico apresto das barcas que nella se devem conservar armadas, na fôrma da Lei, mas tambem para cuidar na boa arrecadação dos objectos pertencentes á Repartição da Marinha, que ali existirem, assim como na conservação das barcas desarmadas; desempenhando ao mesmo tempo qualquer diligencia de que o Governo o incumba, em beneficio da navegação naquella interessante Provincia; e considerando a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. está no caso de bem desempenhar semelhantes commissões, tanto pelos conhecimentos locais que já tem da Provincia, como pelo seu reconhecido zelo, intelligencia e patriotismo: ha por bem nomea-lo para ellas, ordenando em consequencia que Vm. parta quanto antes para o seu destino, onde, logo que chegue, se apresentará ao Presidente; ficando prevenido de que por ora não perceberá outra vantagem além do simples soldo da sua patente, que lhe deverá ser pago pelos cofres da Provincia, para cujo effeito se exige nesta data a expedição das ordens necessarias pelo Thesouro Publico. Deos guarde a Vm. Paço, em 3 de Dezembro de 1831. — Joaquim José Rodrigues Torres. — Sr. Antonio Joaquim do Couto. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 149, vol. 18.*

DECRETO DE 5 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, em observancia do § 5º do art. 15., cap. 5º da Carta de Lei de 15 de Novembro do corrente anno, que orça e fixa a receita e despeza do Imperio para o anno financeiro do 1º de Julho de 1832 ao ultimo de Junho de 1833: manda que se supprimão, desde já, os Commandos de Armas das Provincias de S. Paulo, Goyaz, Minas Geraes, Espirito Santo, Sergipe, Alagoas, Parahyba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piahy; as gratificações dos Commandantes Militares das Villas de Santos, S. Sebastião, Parauaguá, e outros lugares semelhantes, e dos fortes denominados Bertioga, Forte Augusto e Ilapêma. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido e o faça executar com os despachos necessarios.

Paço, em 5 de Dezembro de 1831, 16ª da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 141, vol. 18.*

AVISO DE 5 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a Vm. o requerimento incluso de Paulo José Rangel, queixando-se de Vm. o querer obrigar a servir nas Guardas Nacionais, quando o supplicante nem liberto ainda está: e ha por bem que Vm. se abstenha de proferir despachos como o de que trata o do requerimento junto do supplicante, na certeza de que qualquer pessoa tem direito a requerer o que lhe fôr a bem; e ficando na intelligencia de que o supplicante, attentas as suas circumstancias, não deve ser obrigado a prestar serviço publico. Deos guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz Supplente da Villa de Magé. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 138, vol. 18.*

AVISO DE 5 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Constando, pela parte do Carcereiro da Cadêa desta Cidade, que as desordens que ultimamente ali houve praticadas pelos presos, nascêrão em parte dos procedimentos que tiverão alguns Guardas Municipaes com duas mulheres que ali se dirigirão a fallar aos mesmos presos; e convindo regular o serviço da guarda ali estacionada de maneira que se não renovem para o futuro taes scenas: a Regencia, em nome do Imperador, ha por bem que Vm. faça lembrar aos Commandantes da referida Guarda que para esse fim muito deverá cooperar a regularidade da conducta dos Soldados, até para não manchar-se a gloria por elles adquirida á custa de tantas fadigas e sacrificios. Deos guarde a Vm. Paço, em 5 de De-

zembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Manoel Antonio Airosa. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 139, vol. 18.*

AVISO DE 5 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Em consequencia do Aviso do 1º do corrente, dirigido por V. Ex., se tem expedido as mais terminantes ordens ao Juiz pela Lei da Villa de Maricá, sobre o Processo e prisão dos assassinos do francez Pedro Polony, podendo V. Ex. assim certificar ao Encarregado de Negocios da França que o Governo tem tambem tomado todas as medidas, não só para a perfeita segurança de todos os habitantes deste Imperio, como para a prompta punição dos delictos; e que não deixará de fazer responsavel as Autoridades respectivas logo que chegue ao seu conhecimento faltas ou omissões por ellas praticadas a tal respeito. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 5 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Francisco Carneiro de Campos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 139, vol. 18.*

AVISO DE 5 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Convindo, na conformidade da Lei novissima de 15 de Novembro proximo passado, proceder-se quanto antes á reforma e redução do Arsenal do Exercito, e organizar-se aquelle estabelecimento de maneira que possa ser realmente util e interessante á Nação, sem augmentar o numero e ordenado dos seus respectivos empregados: determinou a Regencia, em nome do Imperador, que huma commissão ad hoc, composta de Vm. como Inspector do Arsenal, do seu Ajudante o Major José de Vasconcellos Menezes de Drummond, e do 1º Official da Contadoria da Junta do mesmo Arsenal José de Cupertino Ferreira, e que ora serve de Contador, procedesse a tornar effectivos os fins daquella Lei, formalizando hum plano geral, pelo qual se regulem os respectivos trabalhos, tanto do Arsenal da Córte, como daquelles que se devem mandar conservar ou crear nas outras Provincias do Imperio, que devem ser designados pela mesma commissão; cumpre portanto communicar-lo a Vm., afim de que, de accordo com os dous outros membros, tendo muito em vista o mais simples e regular systema de contabilidade, para com facilidade se poder tomar conta aos Fieis, Almojarifes, e Mestres das officinas, e verificar-se o emprego da materia prima á face das peças manufacturadas, e outrosim a distribuição das classes, compra de generos, fornecimentos, arrecadação, e fiscalisação de tudo que fôr concernente ao dito estabelecimento, haja de apresentar, dentro de breve prazo, o indicado Plano, para que, obtendo a approvação da Regencia, se excepção logo as necessarias ordens para ser posto em execução.

Indicando o Governo os objectos mais salientes sobre os quaes pôde a commissão buscar os

seus trabalhos, não lhe tolhe o apresentar tudo quanto entender ser melhor e mais conveniente ao bom andamento daquelle estabelecimento, e a melhor economia da Fazenda; antes espera do seu zelo e conhecimentos que dará a este objecto hum tal desenvolvimento, que muito tenha o mesmo Governo de louvar-lhe. Deos guarde a Vm. Paço, em 5 de Dezembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. João Paulo dos Santos Barreto. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 143, vol. 18.*

N. B. Nesta conformidade se escreveu ao 1º Official da Contadoria do Arsenal do Exercito José de Cupertino Ferreira, e ao Major José de Vasconcellos Menezes de Drummond.

AVISO DE 5 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Constando a Regencia que os Tenentes Antonio Joaquim Bacellar, João do Rego Marques, Francisco Joaquim Bacellar, Candido Pereira Monteiro, e os segundos Tenentes Honorio José Ferreira e José Joaquim de Paiva, que se achão presos ha mais de dous mezes, ainda não tem respondido a conselho de guerra: manda, em nome do Imperador, que V. S. determine ao Auditor das Tropas e a seus adjuntos que dêem andamento ao processo destes Officiaes, com preferencia a outro algum, afim de que, sendo criminosos, só soffrão a pena que a Leilhes impuzer, e innocentes, não experimentem os incommodos de huma prolongada custodia. Deos guarde a V. S. Paço, em 5 de Dezembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Antonio José Ferreira de Brito. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 148, vol. 18.*

AVISO DE 5 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authentic.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. S. informe com seu parecer: 1º, em nome de quem são concedidas as cartas de seguro, e em que lei he fundado o uso de se passarem de baixa do nome qualquer que elle seja; 2º, se as cartas de seguro são consideradas como graça ou garantia legal; 3º, por que motivo passão pela Chancellaria da Relação e não pela do Imperio; ouvindo V. S. tambem a Relação, se lhe parecer, sobre este objecto, e dando de tudo conta com brevidade. Deos guarde a V. S. Paço, em 5 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 142 v. do liv. 11º da Secretaria da Justiça.*

PORTARIA DE 5 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authentic.

Sendo presente á Regencia o officio da Camara Municipal desta Cidade, de 5 do corrente, que acompanhou as escusas de Pedro de Araujo Lima e Reginaldo José Feijó, chamados ao cargo de

Juizes de Paz, escusas que ella não quiz aceitar, e sobre que pede providencias: manda a mesma Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, responder á referida Camara, que julga attendiveis as razões allegadas pelos eleitos. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se á fl. 143 do Liv. 11 da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 5 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Acontencendo que o Practicante do Quartel General Luiz José da Fonseca Ramos fosse nomeado pelo Commandante da Esquadra n. 28 da Freguezia do Sacramento para entrar de guarda, ameaçando-o com prisão, quando se não prestasse, apesar de lhe representar o dito Ramos, que tinha de comparecer na sua Repartição: e sendo desagradavel e injusto que um individuo seja punido por não cumprir impossibilidades: espero que V. Ex. se sirva expedir as suas ordens, afim de que os empregados civis do referido Quartel General não sejam detalhados para serviço naquelles dias em que estiverem de obrigação na sua Repartição. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 5 de Dezembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 143, vol. 18.*

AVISO DE 5 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Comquanto parecessem á Regencia, em nome do Imperador, attendiveis os motivos que induzirão a V. S. a dirigir-me o seu officio do 1º do corrente mez, pedindo instrucções que mostrem especificadamente as funções e attribuições do commando das Armas da Corte e Provincia do Rio de Janeiro, de que se acha investido: manda todavia a mesma Regencia declarar a V. S. que, não existindo ainda a Lei regulamentar de que faz menção o art. 150 do cap. 8º, do tit. 5º da Constituição do Imperio, tão necessaria para pôr de accordo a disciplina do Exercito em todos os seus ramos de administração, e da qual devem derivar todos os regulamentos e instrucções que digão respeito ao Exercito, seja considerado em geral e em hum Corpo, seja dividido em guarnições de Provincias, não pôde o Governo alterar o que se acha estabelecido e até agora em vigor acerca de objectos taes, e nenhum outro meio tem V. S. de bem desempenhar os encargos da sua commissão, que não sejam os marcados nas ordens, regulamentos e Leis existentes, e que se não oppõem aos principios constitucionaes. Pelo que respeita porém ao escrupulo que V. S. apresenta como de grande peso e consideração, para deixar de exigir de Officiaes do Estado-Maior-General mais antigos e de maior graduação á sua no Exercito, subordinação e obe-

diencia ás suas ordens, na qualidade de Commandante das Armas, elle se desvanecer logo que V. S. reflecta que, pertencendo ao Poder Executivo, na fórma do § 5º do art. 102, do cap. 2º do tit. 5º da Constituição do Imperio, a nomeação dos Commandantes da força de terra e mar, e tendo V. S. merecido a escolha para Commandar a força da Corte e Provincia do Rio de Janeiro, não he ao seu posto militar no Exerto a quem semelhantes Officiaes Superiores em graduação dão deferencia, e estão subordinados, mas ao Commandante das Armas do lugar em que residem: e se aos Commandantes de Praças, na conformidade do § 12 do cap. 18 do Regulamento de Infantaria de 18 de Fevereiro de 1763, se mandão obedecer quaesquer Officiaes, apesar de sua mais elevada patente, com quanta maior razão não devem ser subordinados aos Commandantes das Armas, que em tal categoria, e muito maior, são considerados, á vista das disposições do Decreto de 11 de Setembro de 1762, e especialmente do de 29 de Outubro de 1807, que faz estes superiores áquelles. Eis quanto por agora tenho de communicar a V. S. em solução ao seu citado officio. Deos guarde a V. S. Paço, em 5 de Dezembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Antero José Ferreira de Brito. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 143, vol. 18.*

AVISO DE 5 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Achando-se o Governo autorisado pela Lei de 15 de Novembro proximo passado para proceeder ás convenientes reformas nos Hospitaes Militares permanentes, e mesmo a substitui-los pelos regimentaes; e reconhecendo elle por longa experiencia a vantagem que estes tem sobre aquelles, não só quanto á economia da Fazenda Nacional, como a respeito do melhor tratamento dos militares enfermos; e ainda mais, pela actual redução do Exercito: resolveu portanto a Regencia, em nome do Imperador, para tornar effectivos os uteis fins daquella Lei, mandar nomear huma commissão de Facultativos habeis e intelligentes, para que, á vista do Regulamento dos Hospitaes Regimentaes de 1820, e dos Regimentos dos Hospitaes Militares de 1805, 1813 e 1816, e das doutrinas dos mais aclarados Escriptores em tal objecto, compendiando o que fôr mais vantajoso, se forme hum Projecto de Regulamento para os Hospitaes Regimentaes do Exercito do Brazil, para o tempo de paz, e no de guerra, para os Hospitaes interinos ambulantes de campanha, podendo aproveitar para hum e outro fim, todo o material actualmente existente nos Hospitaes permanentes Militares; e como tenha a Regencia as melhores informações dos acontecimentos praticos e theoricos, zelo e patriotismo de Vm., houve por bem nomea-lo para esta commissão, assim como o Medico Agostinho Thomaz de Aquino, e o Cirurgião formado Claudio Luiz da Costa, e na certeza de que as luzes de Vm. e dos outros dous membros escusão ao

Governo marcar pontos cardiaes sobre que versem os seus trabalhos, todavia entende dever chamar a attenção da commissão aos objectos seguintes:

1°. A localidade, arranjo e edificação dos Hospitaes Regimentaes dentro, ou o mais proximo possivel dos Quarteis dos Corpos a que pertencerem, contendo alojamento para os Officiaes e para as officinas, inclusive o dispensatorio ou deposito de fornecimento.

2°. Huma simples e clara escripturação, por onde se possa conhecer a receita e despeza, e tudo que diz respeito á fiscalisação, para ter lugar a responsabilidade dos funcionarios, declarando-se as épocas em que se deve proceder á inspecção, e por quem, para que de tudo seja o Governo informado.

3°. A conveniencia da applicação dos soldos e etapes das praças que por doentes fôrem recolhidas aos Hospitaes Regimentaes.

4°. Huma tabella clara e bem entendida das dietas, que, cortando desperdícios, não damnifique a saude dos doentes por hum pratica mesquinha, nem prenda as mãos dos Facultativos na administração dos necessarios alimentos.

5°. Qual será mais preferivel, se a manutenção de hum botica nacional, ou contractar com boticas particulares o fornecimento dos remedios; e do mesmo modo, se a adopção de hum formulario geral, ou deixar a therapeutica á disposição das facultativos.

6°. O methodo de supprir de remedios os Officiaes que se curarem em seus Quarteis particulares.

7°. A Policia dos Hospitaes, numero e qualidade dos empregos, obrigações, vencimentos e responsabilidades.

8°. E finalmente: hum môdello dos relatorios das enfermidades reinantes, epidemicas e endemicas, factos pathologicos notaveis, e grandes operações que occorrerem, ficando ao arbitrio da commissão propôr tudo o mais que julgar conveniente á saude da Tropa.

A' vista do expellido, espera a Regencia que os trabalhos da commissão corresponderão ao interesse que tem pela saude da Tropa e economia da Fazenda. O que participo a Vm. para seu conhecimento e execução, pela parte que lhe compete, recomendando-lhe a possivel brevidade no complemento desta tarefa. Deos guarde a Vm. Paço, em 5 de Dezembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Christovão José dos Santos. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 144, vol. 18.*

Na sobredita conformidade se escreveu a Agostinho Thomaz de Aquino e a Claudio Luiz da Costa.

AVISO DE 5 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Mostrando a experiencia que o Plano dos estudos da Academia Militar creada pela Carta de Lei de 4 de Dezembro de 1810, aliás veneranda, como fonte, na qual até agora a Officialidade do

Exercito do Brazil tem bebido os principios de hum mais solida instrução scientifica, não preenche todavia os luminosos fins a que se propozera, attenta a menos regular distribuição de suas materias, carencia de outras, que o augmento das luzes e conhecimentos scientificos hoje fazem indispensaveis, o desperdicio de algumas repetidas, quando melhor economia de tempo e maior aproveitamento dos Alumnos, elles podem ser instruidos em outras mais interessantes e analogas á natureza das Armas a que pertencem: resolveu a Regencia, na conformidade da Lei de 15 de Novembro proximo passado, mandar, em nome do Imperador, proceder a hum novo Plano de estudos mais methodico, e apropriado ás luzes do tempo, que deve começar a ter effeito no futuro anno lectivo; e desejando a mesma Regencia que a organização de hum tal Plano seja confiada a pessoas doudas e entendidas, que, tendo em vistas: 1°, a melhor distribuição das materias para os diferentes annos do curso proprio de cada arma do Exercito, de modo que não haja superabundancia ou superfluidade na parte theorica; 2°, a multiplicação dos exercicios practicos, época e tempo de sua duração, para delles tirarem os Alumnos a maior vantagem; 3°, a direcção e disciplina das Aulas para que se não introduza nellas a relaxação, e durante o curso, os Alumnos Militares não percão a necessaria subordinação, origem de toda a ordem; 4° e finalmente, a indispensable fixação das bases da organização do Corpo de Engenheiros Nacionais, segundo o pede a boa divisão dos trabalhos desta arma aos diferentes ramos de que se compõe, e bem assim a mais lucida distribuição das materias que devem formar o seu respectivo curso; verificassem a expectação da Regencia em tão importante assumpto, houve por bem, tendo consideração ao saber, zelo e prudencia de Vm., de o nomear para esta scientifica commissão, bem como ao Coronel Manoel José de Oliveira, e a Frei Pedro de Santa Marianna, esperando que, como distinctos Lentes da mesma Academia; e conhecedores do que convenha alterar, omitir ou melhorar, hajão de empregar todos os seus esforços para realisarem as esperanças do Governo, que muito lhe recommenda a maior brevidade e exacção neste trabalho.

E porque a reforma dos estudos da Academia Militar deve ser, na fôrma da citada Lei, feita simultaneamente com as da Academia da Marinha, tenho de participar a Vm. que, pela Repartição da Marinha, forão nomeados os Lentes daquelle Academia, o Capitão da Fragata Graduado José de Souza Corrêa, e o Capitão-Tenente Francisco Miguel Pires, com os quaes deve Vm., com os outros dous Lentes, concertar o modo e tempo de suas reuniões, e divisão dos respectivos trabalhos, aos quaes devem logo proceder, dando de tudo conta, para a mesma Regencia poder deliberar e mandar expedir as necessarias ordens. O que participo a Vm. para seu conhecimento e execução, pela parte que lhe compete. Deos guarde a Vm. Paço, em 5 de Dezembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima

e Silva. — Sr. João Paulo dos Santos Barreto. — *Acha-se no Diário Fluminense n. 144, vol. 18.*

Na sobredita conformidade se escreveu ao Coronel Manoel José de Oliveira, e a Frei Pedro de Santa Marianna.

DECRETO DE 6 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Reconhecendo o Governo a impossibilidade de continuarem sem detrimento do serviço publico os livros de registo dos Corpos das tres armas de primeira linha do Exercito a ser escripturados estrictamente da maneira marcada nos Alvarás de 9 de Julho de 1763, por isso que o Exercito, em conformidade do art. 2.º da Lei de 24 de Novembro de 1830, soffrêra essenciaes alterações na sua organização, regulada pelo Decreto e Plano de 4 de Maio do corrente anno; determina a Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, que os referidos livros de registo de cada hum dos corpos, denominados livros mestres, sejam provisoriamente escripturados segundo os modelos e instrucções que comeste Decreto baixão, assignadas por Manoel da Fonseca Lima e Silva, do Conselho de S. M. I., Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, que assim o tenha entendido e faça executar, expedindo as ordens e despachos necessarios. Paço, em 6 de Dezembro de 1831, 10.ª da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Manoel da Fonseca Lima e Silva.

INSTRUÇÕES sobre a fôrma e escripturação dos livros mestres dos corpos de primeira linha do Exercito, na conformidade do Decreto datado de hoje.

Caçadores e artilharia de posição.

1.º O livro mestre terá 300 folhas, que serão distribuidas pela maneira seguinte: 16 para o registo dos Officiaes, 2 para o do Estado-Menor, 10 para o dos Musicos, e 272 para o das companhias, á razão de 34 folhas para cada huma.

Cavallaria.

2.º O livro mestre terá 300 folhas, sendo 25 para o registo dos Officiaes, 3 para o Estado-Menor e 272 para as companhias, a 34 para cada huma.

Artilharia a cavallo.

3.º O livro mestre terá 252 folhas, sendo 25 para os assentos dos Officiaes, 3 para o Estado-Menor e 204 para as companhias, a 34 folhas para cada huma.

4.º O numero de folhas aqui ordenado para o livro mestre de artilharia a cavallo foi calculado sobre o numero de 6 companhias que actualmente tem este corpo; mas, podendo acontecer que o numero de companhias venha a ser alterado, o será tambem o numero de folhas do livro na mesma razão.

5.º Entende-se por huma folha do livro mestre as duas paginas unidas que no modelo vão indicadas com as letras A. B.; e são numeradas

no lugar e pela ordem que se vê do modelo. O numero de folhas que deve mediar entre huma e 16 do modelo he, como fica dito, para o registo dos Officiaes; de numero 17 inclusive até o fim he para o Estado-Menor, musicos e praças das companhias.

6.º Nos livros mestres dos corpos de caçadores e artilharia de posição cada folha tem cinco assentos.

7.º Nos de cavallaria e artilharia a cavallo cada folha tem tres assentos, e cada assento tem quatro assentos para cavallos.

8.º O primeiro destes quatro assentos he para o cavallo que o homem tiver na occasião em que se fizer a primeira escripturação no livro; os outros tres que ficão em branco são para outros cavallos que successivamente fôrem dados ao individuo, quando acontecer que por morte, passagem ou baixa do antecedente, elle venha a ficar apeado.

9.º Quando se fizer a primeira escripturação no livro se observará a ordem das classes e das antiguidades, tanto no registo dos Officiaes como do Estado-Menor, dos musicos e das praças de cada huma das companhias; mas, depois disto, todos os assentos de individuos que entrarem de novo, se esreverão seguida e immediatamente huns aos outros, não obstante alterar a ordem das classes e das antiguidades.

10. As praças aggregadas terão assento nos livros mestres como as effectivas; sómente se designarão pelo titulo — aggregado, — immediatamente ao assento do posto ou praça do individuo, sem que contudo deixe de ser considerado o ultimo da sua respectiva classe em concurrencia com as effectivas.

11. Os registos das licenças, entradas e sahidas do hospital, que erão escripturadas no verso dos assentos das praças, passam a ser lançados em frente destes, pois que no verso de cada folha do novo modelo estão os assentos de outras praças.

12. Os registos dos Conselhos de Guerra que se escripturavam no verso do registo dos Officiaes, serão lançados, quanto aos Officiaes, na casa de observação, e os dos soldados na de praça e outros assentos.

13. Quando vier a ficar cheio o assento de qualquer individuo, se lhe abrirá novo assento, pondo a competente nota na casa de sahidas.

14. Acontecendo esta circumstancia em corpos de cavallaria, passará ao novo assento com o individuo o cavallo respectivo e reciprocamente.

15. E porque muito convém que as notas sejam lançadas com a necessaria precisão, de maneira que nem resulte obscuridade, nem se enchão as casas com palavras superfluas, como acontece em alguns corpos, vão lançadas no modelo algumas notas que servirão de norma para os casos semelhantes, ficando á boa intelligencia e zelo dos Commandantes dos corpos o fazer praticar a necessaria exactidão, brevidade e clareza a respeito de outros que occorrão e que não vão prevenidos no modelo.

16. Daverá haver em cada corpo hum livro supplementar de indeterminado numero de folhas, para registo dos Officiaes e mais praças addidas, dos musicos de partido não juramentados, e dos presos sentenciados excluidos que devem voltar aos respectivos corpos depois de cumprirem suas sentenças. Paço, em 6 de Dezembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva.

AVISO DE 6 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. não faça imprimir em separado as actas da Junta Policial, mas que as mande para o *Diario do Rio, Jornal do Commercio* ou mesmo para o *Diario do Governo*, afim de evitar semelbante despeza, e que mande a esta Secretaria de Estado a folha do mez findo e declaração. Deos guarde a Vm. Paço, em 6 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Desembargador Ajudante do Intendente geral da Policia. — *Acha-se á fl. 145 v. do Liv. 11º da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 6 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr. — V. Ex. queira expedir ordens á Fortaleza do registo deste porto para que não deixe sahir para fóra, sem passaporte desta Secretaria de Estado, a Henrique Piadge, natural de Hanover, de 30 annos de idade, e que foi soldado de hum dos batalhões de estrangeiros ao serviço deste Imperio, o qual, tendo roubado o Allemão Dr. João Lhotzky avultada quantia, pretende agora evadir-se impuneamente. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 6 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se á fl. 144 do Liv. 11º da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 6 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticico.

A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem que V. S. previna ao Desembargador Promotor da Justiça que nas visitas das cadêas deyrá observar o estado dos presos dos Juizes de Paz, e participar do que achar conveniente a respeito dos mesmos. Deos guarde a V. S. Paço, em 6 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 144 do Liv. 11º da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 6 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Estão dadas as ordens para irem á Cadêa para a condução dos presos cincoenta Municipaes, e no Arsenal esperão vinte dos Guardas Municipaes Permanentes, que os devem escoltar para a

Ilha acompanhados de mais alguns da guarda do mesmo Arsenal, e dei ordem para que a guarda da Cadêa da Ilha conste de nove homens. Convém que V. S. pessoalmente dirija tudo, porque só assim descanso que tudo se fará bem e se providenciara tudo. Deos guarde a V. S. Paço, em 6 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 9 v. do Liv. da Casa da Supplicação, aberto em 17 de Novembro de 1831.*

AVISO DE 6 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a Vm. o requerimento incluso de Antonio José Teixeira Lopes, como Tutor das menores Roza Maria Pinto e Maria Joaquina Pinto, orphãs que ficarão de Manoel Joaquim Pinto de Almeida, em que se queixa da perseguição que soffre de hum estrangeiro que se appellida Barão Bolow, o qual pretende tirar-lhe de casa as ditas orphãs: e ha por bem que Vm., fazendo chamar á sua presença o dito Barão, e as testemunhas nomeadas neste requerimento, e depois de certificar-se da verdade do allegado, o obrigue a passar termo de não intrometter-se em negocios alheios, e muito menos de invocar falsamente o meu nome ccm a communicação de ser expulso para fóra do Imperio, se não se contiver, além das penas em que mais incorrer. Deos guarde a Vm. Paço, em 6 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 135, vol. 18.*

AVISO DE 6 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Representando Antonio José Teixeira Lopes, como Tutor das menores Roza Maria Pinto e Maria Joaquina Pinto, orphãs que ficarão de Manoel Joaquim Pinto de Almeida, que, tendo sido falsamente arguido de maltratar as ditas orphãs, requerêra que fossem as mesmas perguntadas; mas que indo Vm. á sua casa para o dito fim, ali apparecêra hum estrangeiro, que se intitula Barão de Bolow, intromettendo-se neste negocio, ao qual Vm. delegára os seus poderes para fazer as ditas perguntas, como praticou, fazendo retirar ao supplicante da sua presença com todo o arroj, e obrigando a que as referidas orphãs respondessem a perguntas alheias da questão; tudo a pretexto de removê-las para outro deposito, lembrando-se até de invocar o meu nome para conseguir os seus fins: manda portanto a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. responda com brevidade sobre todo o acontecido neste negocio. Deos guarde a Vm. Paço, em 6 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz da Freguezia do Engenho Velho. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 141, vol. 18.*

AVISO DE 7 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. se regule na applicação das penas pelo cap. 2º do tit. 4º da Lei de 18 de Agosto do corrente anno, visto que as Guardas Nacionais estão em serviço extraordinario, prestando destacamentos, cada Batalhão, para todo o serviço da Corte, pela falta absoluta de Tropa de 1ª linha. Deos guarde a Vm. muitos annos. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Tenente-Coronel-Commandante do Batalhão da Guarda Nacional da Candelaria. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 135, vol. 18.*

AVISO DE 7 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Constando ao Governo que Antonio José Francisco Guimarães declarára, perante o Conselho de Qualificação, que fôra sempre inimigo do Brazil, e que jámais adherira á sua causa, e que por isso era Portuguez; e não convido a continuação de hum semelhante proceder, pelo qual se conservão impunemente estrangeiros com os distinctivos nacionaes, e entre as fileiras dos Cidadãos Brasileiros, sendo talvez seus inimigos: manda a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. passe immediatamente a informar-se deste facto; e sendo verdadeiro, proceda contra o mencionado Guimarães, na forma do art. 301 do Codigo Criminal, e dê parte circunstanciada sobre o mesmo se ter declarado inimigo do Brazil, para darem-se as providencias para que delle seja removido. Deos guarde a Vm. muitos annos. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz da Candelaria. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 135, vol. 18.*

AVISO DE 7 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Sendo necessario que o Ministerio da Guerra, a meu cargo, se ache cabalmente habilitado para entrar na direcção que lhe incumbe o § 6º, do art. 15, do cap. 5º da Lei de 15 de Novembro do corrente anno, da Fabrica de Ferro de S. João de Ipanema nessa Provincia de S. Paulo; e sendo certo que V. Ex., ainda antes de se achar encarregado do importante emprego de Presidente dessa Provincia, era talvez a pessoa mais no caso de fazer hum relatório circunstanciado e explicito da fabrica, tanto pelo que respeita ao estado actual, seu andamento, e quaes os estorvos que obstat á sua marcha, como relativamente aos meios que convém adoptar para a fazer prosperar e conseguirem-se os vantajosos resultados de tão importante estabelecimento, de que deve nascer huma das seguras fontes da riqueza da nação: espero que V. Ex. se encarregue de semelhante tarefa,

TOMO VII.

remettendo-me o relatório em questão, e ajuntando-lhe todas as suas judiciosas reflexões a respeito. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Dezembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Raphael Tobias de Aguiar. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 148, vol. 18.*

AVISO DE 7 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — A Regencia, em nome do Imperador, a quem forão presentes os officios de V. Ex. sob ns. 115 e 117, datados, aquelle de 16, e este de 23 do mez passado, manda significar-lhe, em resposta aos mesmos, que, huma vez que V. Ex. julga indispensavel, por util ao serviço e á Fazenda Publica, proceder-se aos reparos de que precisão, assim a fragata *Piranga*, para ter a applicação indicada no primeiro dos citados Avisos, como o predio nacional onde se acha estabelecida a Intendencia da Marinha, poderão levar-se a effeito taes reparos, empregando-se comtudo a maior economia para que a despeza se limite á que fôr de absoluta necessidade. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Dezembro de 1831. — Joaquim José Rodrigues Torres. — Sr. Presidente da Provincia da Bahia. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 151, vol. 18.*

DECRETOS DE 9 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Sendo de publica notoriedade, por informações veridicas chegadas ultimamente da Europa, que Francisco Gomes da Silva, que ali se achava com licença para tratar de sua saude, não só não está doente, mas antes, bem pelo contrario, trabalha activamente no serviço de Portugal e do ex-Imperador, hoje Duque de Bragança; mostrando por isso não querer mais pertencer á grande Familia Brasileira: a Regencia, em nome do Imperador, ha por bem demitti-lo do lugar de Official-Maior-Graduado da Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio.

José Lino Coutinho, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 8 de Dezembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — José Lino Coutinho. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 137, vol. 18.*

ORDEN DO DIA DE 9 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Os Srs. Commandantes dos Corpos de 1ª linha fiquem na intelligencia que a relação nominal que devem remetter, em conformidade do Aviso de 27 de Setembro deste anno, he sómente dos Srs. Officiaes: o que se me determina, em Aviso de 6 do corrente. Por Aviso de 6 do corrente, determina a Regencia, em nome do Imperador, que fique prohibido de hoje em diante

o uso distinctivo de bigodes; e que o Tenente-Coronel-Graduado do Corpo de Engenheiros Euzébio Gomes Barreiros passe a ser empregado na Província da Bahia. — Antero José Ferreira de Brito. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 137, vol. 18.*

AVISO DE 9 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Constando ao Governo que os Padres do Caraga, alliciando alguns dos seus discipulos, osinicião ou introduzem na sua Congregação, contravindo assim a prohibição de admittirem ás Ordens Religiosas Novicos, nem estando reconhecida semelhante Casa como communidade Religiosa, e convindo que os pais não sejam privados dos direitos paternaes contra sua vontade, nem que a mocidade em tenros annos seja illudida, e que tudo se faça francamente, muito mais não havendo o menor embaraço para que o homem no gozo de seus direitos adopte o plano de vida que lhe parecer: manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. Ex. informe-se muito circumstanciadamente sobre este objecto, e achando verdadeira a noticia, mande proceder immediatamente contra os que tiverem abusado da credulidade dos meninos, da confiança dos pais, e das ordens em contrario, dando de tudo parte por esta Secretaria de Estado. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Presidente da Província de Minas Geraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 135, vol. 18.*

AVISO DE 9 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Apparecendo no *Diario do Governo* n. 131, de 5 do corrente mez, huma correspondencia em fórma de denuncia ácerca do descaminho que levão as cartas e mais papeis fechados no Correio desta Capital, suppondo-se até que algumas são abertas; e sendo a dita correspondencia redigida de maneira tal, que parece antes imputar aos Officiaes e Agentes do mesmo Correio estas e outras malfetorias, altamente culposas, por entenderem com o sagrado principio do sigillo das cartas, e a sua prompta e fiel entrega: a Regencia, em nome do Imperador, ha por bem que V. Ex. expeça as ordens necessarias ao Juiz do Crime do Bairro de S. José ou a outro qualquer, para que proceda ao exame legal do facto denunciado na referida correspondencia, por ser hum crime publico, para se castigar o infractor, quando descoberto, e salvar-se deste modo a honra de tão melindroso estabelecimento, caso o crime, como he de esperar, não tenha sido perpetrado por algum dos seus empregados. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 9 de Dezembro de 1831. — José Lino Coutinho. — Sr. Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 140, vol. 18.*

AVISO DE 9 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Representando a Camara Municipal da Villa de Maricá, por officio de 7 do mez passado, o máo estado da Cadêa da dita Villa, e que as suas rendas não lhe chegavão para satisfazer o que determina a Constituição no tit. 8, art. 178, § 21, e a Lei de 1.º de Outubro de 1828, pedindo portanto providencias a tal respeito: manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, participar á referida Camara que, no estado actual do Thesouro Nacional, não pôde o Governo concorrer com quantia alguma para o dito fim, devendo ella neste caso promover huma subscrição, para a qual hão de certamente concorrer os cidadãos do seu Município que desejão o melhoramento dos estabelecimentos publicos, principalmente das prisões, que se faz tão recommendavel pelo máo estado em que se achão. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 140, vol. 18.*

AVISO DE 9 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Exigindo a commodidade publica que sejam promptas, e não interrompidas, as communicações entre as Municipalidades desta Província, e entre as Freguezias dos seus respectivos termos; e devendo para esse fim estabelecer-se com regularidade o gyro dos Correios do interior por todos os pontos onde delles precisem as correspondencias dos seus habitantes: manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, que a Camara Municipal da Cidade de Cabo-Frio informe, com toda a brevidade possivel, pela mesma Secretaria de Estado, o que tiver a expôr sobre este objecto, declarando se no Districto do seu Município se faz preciso o estabelecimento de Correios; que numero delles seja necessario; e quantas vezes mensalmente devem expedir-se, para ser prompta e commoda a communicação, assim entre as Freguezias do seu termo, como entre as outras Villas confinantes. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Dezembro de 1831. — José Lino Coutinho. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 141, vol. 18.*

O mesmo para todas as Camaras Municipaes desta provincia.

AVISO DE 9 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, ponderando quanto he grande a despeza que se está fazendo com os cavallos dos destacamentos de Cavallaria nesta Corte, e que este mal se pôde minorar em parte, por ser aqui sobejo o numero dos animaes, e por isso inutil: determina que V. S. mande recolher ao pasto toda a cavalhada

que exceder do estado effectivo de cada hum dos destacamentos, exceptuando comtudo alguma pequena reserva, que convém se conserve daquelles cavallos que V. S. julgar precisos. O que participo a V. S., para que nesta intelligencia expeça as ordens necessarias. Deos guarde a V. S. Paço, em 9 de Dezembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Antero José Ferreira de Brito. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 149, vol. 18.*

AVISO DE 9 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, tomamdo em consideração que o serviço que prestão na Côrte os Officiaes milicianos nos contingentes respectivos, além de desnecessario, como a experiencia tem mostrado, se torna não só dispendioso á Fazenda Nacional, mas prejudicial ao interesse particular de cada hum delles, pela penosa separação de suas familias e fazendas: determina que os ditos Officiaes milicianos sejam dispensados de ficarem aqui destacados. O que participo a V. S. para sua intelligencia e devido cumprimento, expedindo para esse effeito a ordem necessaria. Deos guarde a V. S. Paço, em 9 de Dezembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Antero José Ferreira de Brito. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 149, vol. 18.*

AVISO DE 9 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Tendo sido não pouco irregular o comportamento dos soldados do Corpo de Veteranos, que compoem o destacamento do Passeio Publico, resultando, em consequencia disso, queixas da Camara Municipal, apoiadas pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio: determina a Regencia, em nome do Imperador, que V. S. mande render aquelle destacamento por outras tantas praças do referido Corpo de Veteranos. O que participo a V. S. para sua intelligencia e execução. Deos guarde a V. S. Paço, em 9 de Dezembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Antero José Ferreira de Brito. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 149, vol. 18.*

AVISO DE 9 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Foi presente á Regencia o seu officio do 1º do corrente, dando parte de lhe ter o Juiz de Paz da Freguezia de Inhomerim remettido preso a Jesuino de Souza Miranda: e ha por bem, em nome do Imperador, mandar-lhe responder que, tendo V. S. reconhecido ser illegal a prisão do dito Jesuino, lhe competia manda-lo logo soltar, e proceder legalmente contra o mesmo, se houvesse razão para isso. Deos guarde a Vm. Paço, em 9 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Desembargador Ajudante do Inten-

dente Geral da Policia. — *Acha-se á fl. 145 v. do Liv. 11º da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 9 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, a quem foi presente o seu officio de 3 do corrente, acompanhado de outro do Administrador do Calabouço, e querendo saber quem deve fornecer aquellas prisões, e guardar as 10 medidas de azeite de peixe e fio que desde Março ultimo tem deixado de receber, por ter sido extinto o Commissariado que fornecia os ditos generos; e bem assim de quem haveria o importe do que tem comprado para o supprimento: manda responder-lhes que aquella despeza deve ser feita pela quantia designada para a Guarda de Policia, cobrando-se depois o seu importe *pro rata* dos senhores dos escravos ali presos. Deos guarde a Vm. Paço, em 9 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia. — *Acha-se á fl. 145 v. do Liv. 11º da Côrte na Secretaria da Justiça.*

PORTARIA DE 9 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Sendo presente á Regencia o officio da Camara Municipal desta Cidade, de 3 do corrente, sobre a arrematação da obra de concertos e reparos da Cadea, para o que pede os necessarios fundos: manda a mesma Regencia, em nome do Imperador, responder á referida Camara que por ora não he possivel o que requer, nem deve ter effeito a obra projectada, a não ser á custa dos bens da dita Camara, attento o estado do Thesouro e concertos a que se mandou proceder em outras Cadeas. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se á fl. 146 do Liv. 11º da Côrte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 10 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, louvar e agradecer a Vm. o zelo e actividade com que fez organizar a Guarda Nacional da sua Freguezia, e os bons serviços que prestou á causa publica na formação e applicação das Guardas Municipaes do seu Districto, e está certa da sua coadjuvação em casos semelhantes. Deos guarde a Vm. muitos annos. Rio de Janeiro, 10 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz da Freguezia de Santa Rita. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 140, vol. 8.*

AVISO DE 10 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

V. S. fará constar ao Chefe de Divisão, encarregado do Commando do Porto e das Guardas

das Presigangas, em resposta ao officio que elle dirigira a esta Secretaria de Estado, com data de 4 do corrente, pedindo instrucções sobre o que deverião praticar as barcas canhoneiras e os escaleres de ronda empregados naquella guarda, quando houvesse alguma fuga ou tentativa da mesma: que, neste caso devem as referidas barcas ou escaleres empregar todos os meios de evita-las, atirando mesmo sobre os que tal fizerem, se não houver outro meio de obstar á evasão dos presos. Deos guarde a V. S. Paço, em 10 de Dezembro de 1831. — Joaquim José Rodrigues Torres. — Sr. João Taylor. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 151, vol. 18.*

AVISO DE 10 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. S. o officio incluso do Juiz da Alfandega, datado de hontem, para que V. S., na conformidade do que lhe foi ordenado por Aviso de 3 do corrente, faça proceder contra os Guardas (*) mencionados no dito officio como complices no furto, e substituição de escravos a bordo do patacho *Torcato*, fazendo V. S. juntar o mesmo officio aos mais papeis relativos á questão. Deos guarde a V. S. Paço, em 10 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 19 v. do Liv. da Casa da Supplicação, aberto a 17 de Novembro de 1831, e acha-se á fl. 146 v. do 11.º da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 10 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authentic.

Tendo sido dirigido ao Governo, pelo Corregedor do Crime da Córte e Casa, para dar as providencias por esta Secretaria de Estado, o traslado dos actos de querella que deu Florianna Perpetua Felicidade, contra os bens querellados de Lisardo Antonio de Oliveira e Manoel Joaquim de Santa Rita, em que se vê a pronuncia dada pelo dito Corregedor do Crime contra o Juiz de Paz de Itaguahy; e sendo alheio da attribuição do mesmo Governo ingerir-se nos actos do Poder Judiciario, que devem ter todo o seu effeito independente de algum outro poder: manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. S. declare ao dito Corregedor do Crime que deve fazer effectivo o seu despacho, mandando intimar-lo ao dito Juiz de Paz, e participando á Camara respectiva para sua intelligencia, e para que dê as providencias da substituição que marca a Lei, quando o Proprietario se achar legitimamente impedido. Deos guarde a V. S. Paço,

(*) Os guardas que se achavão a bordo, quando se fez a substituição, erão Amando Machado Dias e Francisco Rodrigues Bastos; os que se achavão, quando os furtários, e quando fugirão os ladinos substituintes dos bucaes, erão Joaquim Francisco Sodré e Custodio José Gomes. He o que dizia o Juiz da Alfandega, a 9 de Dezembro,

em 10 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 19 v. do Liv. da Casa da Supplicação, aberto a 17 de Novembro de 1831, e á fl. 146 v. do 11.º da Secretaria da Justiça.*

DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Sendo da obrigação dos Governantes, independente dos sentimentos de humanidade, cuidar na sustentação e ensino dos meninos orphãos e desvalidos, afim de que, convenientemente educados e com profissões honestas, venhão depois a ser uteis a si e á Nação, que muito lucra com seus bons costumes e trabalho; e supposto que o actual Seminario, conhecido nesta Córte pela invocação de S. Joaquim, tenha sido pelos fieis estabelecido com a mira em semelhante resultado; todavia, achando-se hoje sobremaneira aberrado de sua primitiva instituição, porque, em vez de limitar-se a receber esta porção da humanidade desvalida e precisada, tem sido obstruido com moços já crescidos, que se applicão a estudos maiores e meramente especulativos; tirando-se assim ás desgraçadas crianças o pão e a instrucção que a caridade dos primeiros instituidores lhes havia destinado: a Regencia, querendo portanto chamar este estabelecimento ao seu primitivo destino com aproveitamento dos referidos orphãos: ha por bem, approvando os estatutos que lhe serão apresentados e com este baixão assignados por José Lino Coutinho, do Conselho de S. M. I., Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, ordenar, em nome do Imperador, que elles sejam postos em plena execução, e que o referido Seminario de S. Joaquim seja d'ora em diante por elles governado. O mesmo Ministro e Secretario de Estado o tenha assim entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em 12 de Dezembro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — José Lino Coutinho.

ESTATUTOS DO SEMINARIO DE S. JOAQUIM.

CAPITULO PRIMEIRO. — Do Seminario e seu fim.

Art. 1.º O Seminario de S. Joaquim he hum estabelecimento de caridade publica, destinado a recolher os meninos orphãos, pobres e desvalidos, afim de serem nelle educados convenientemente e habilitados ao exercicio de misteres honestos e proveitosos.

Art. 2.º Este estabelecimento fica debaixo da immediata protecção do Governo, que solicito promoverá sempre seu melhoramento e grandeza.

CAPITULO II. — Da inspecção e administração das rendas.

Art. 1.º A' Camara Municipal se incumbem a inspecção do Seminario; ella porá todo o cuidado no rigoroso cumprimento destes estatutos,

examinando a conducta dos empregados e o aproveitamento dos orphãos, para de tudo dar conta ao Governo por intermedio do Ministro do Imperio.

Art. 2.º Quando pela affluencia de trabalhos a Camara por si mesma não possa exercer tal inspecção, poderá nomear huma commissão de cidadãos intelligentes e caridosos para fazer as suas vezes.

Art. 3.º A administração das rendas e predios do Seminario fica igualmente a cargo da Municipalidade, que nomeará hum dos seus Vereadores ou algum individuo de sua confiança, para as promover, melhorar e arrecadar.

Art. 4.º O Vereador ou pessoa nomeada será o Syndico do Seminario; elle dará todos os mezes ao Reitor a quantia sufficiente para as despesas da casa, pagará os ordenados dos empregados, e mandará fazer todas as obras precisas compatíveis com as rendas e ordenadas pela Camara.

Art. 5.º O Syndico apresentará todos os trimestres, á Camara ou á commissão por ella nomeada, os balancetes da receita e despesa, e proporá os melhoramentos da casa e reparo dos predios que julgar convenientes; sobre estes balancetes a Camara organisará o balanço geral do anno, que remetterá á Secretaria do Imperio.

CAPITULO III. — Do recebimento dos orphãos.

Art. 1.º Sómente o orphão pobre e desvalido terá direito ao beneficio do Seminario; por isso será mister, para poder nelle ser admittido, que apresente certidão do Parocho e do Juiz de Paz da sua Freguezia, que assim o affirmem.

Art. 2.º Em concurrencia de dous ou mais orphãos preferirá sempre aquelle cujo pai houver servido á Nação nas armas ou em empregos civis.

Art. 3.º Para o orphão poder ser admittido ao Seminario, cumpre que consiga despacho da Camara Municipal, que a isso o habilita; para esse fim apresentará requerimento documentado, na conformidade do art. 1.º deste capitulo. A mesma Camara compete despedir os seminaristas que, por sua conducta má e incorrigivel, se tornarem indignos do beneficio da instituição, devendo, nestes casos extremos, dar parte ao Governo, ao qual fica o direito de providenciar a respeito, quando injusta se faça.

Art. 4.º O orphão, munido do respectivo despacho, se apresentará ao Reitor, o qual logo o receberá, escrevendo em livro competente o seu nome, idade, naturalidade, nome dos pais, dia do mez e anno em que entrar; igual assentamento elle fará quando qualquer houver morrido ou tiver sahido do Seminario, declarando então o porque e qual o destino que lhe deu, caso tenha completado seus estudos.

Art. 5.º Orçado o rendimento liquido do Seminario, e deduzido o ordenado dos Empregados, o resto será dividido por 180\$, quantia em que he calculada a decente e honesta sustentação, tratamento e ensino de cada seminarista, e o quociente marcará o numero de orphãos que actualmente poderá ter o Seminario.

Art. 6.º No caso porém de se augmentarem as rendas, como he de esperar dos bons desejos do Governo e da philanthropia e caridade que tanto caracterisam os Cidadãos Brasileiros, será augmentado o dito numero na proporção acima estabelecida, e então por Editaes se fará constar os lugares que se houverem de preencher.

Art. 7.º A idade marcada para os meninos poderem entrar no Seminario fica comprehendida entre sete e doze annos; antes ou depois destes limites lhe será vedado o recebimento; outrossim, nenhum nelle se demorará por mais de seis annos.

Art. 8.º O orphão deverá apresentar, ao entrar no Seminario, hum enxoval constante dos objectos seguintes: seis lenços, quatro toalhas e seis camisas de linho, quatro calças com pés e quatro jaquetas de ganga azul ou zuarte, dous pares de sapatos de couro branco e hum lenço de panninho preto; além disto constará mais de huma calça e huma jaqueta de duraque azul, hum lenço de seda preto, dous pares de meias cor de sal e pimenta, hum par de sapatos de couro preto e hum boné azul com o tope nacional. Dos primeiros objectos se servirá em casa, e dos segundos quando sahir á rua.

Art. 9.º Se, por absoluta carencia de meios, justificada por certidão do respectivo Parocho, fôr impossivel ao orphão a promptificação dos objectos acima marcados, será todavia recebido, devendo nesse caso o Reitor exigir do Syndico o que faltar, assim como exigirá igualmente o enxoval acima marcado para cada um dos orphãos ora existentes no Seminario, excepto a roupa de uso interno, enquanto durarem as roupetas, de que ao presente se servem.

CAPITULO IV. — Dos Empregados.

Art. 1.º Os Empregados do Seminario são: o Reitor, Vice-Reitor ou Capellão, e os Professores: os dous primeiros residirão no Seminario; os ultimos porém fôrã delle; todos serão nomeados pelo Governo e por elle despedidos, quando bem não cumprirem suas obrigações.

Art. 2.º O Reitor vencerá o ordenado de 400\$: como chefe do estabelecimento, compete-lhe velar sobre a rigorosa execução dos presentes estatutos, inspecionar o andamento das aulas, a assiduidade dos Professores e o aproveitamento dos discipulos, informar á Camara Municipal de tudo que occorrer a bem ou em deterioramento da instituição, receber os supprimentos do Syndico, e com elles fazer os gastos da casa, tendo hum diario da receita e despesa para em todos os trimestres apresentar a conta corrente do estabelecimento ao respectivo Syndico.

Art. 3.º O Vice-Reitor será ao mesmo tempo Capellão do Seminario, vencerá o ordenado de 200\$: compete-lhe coadjuvar o Reitor na policia interna da casa, preencher as suas funções no caso de molestia ou ausencia, e dizer missa aos Domingos e dias santos, explicando antes o Evangelho do dia.

CAPITULO V. — Das escolas e officinas.

Art. 1.º Além do Mestre publico de primeiras

letras, ora existente no Seminario, haverá hum Professor de desenho e outro de mathematicas.

Art. 2.º O Professor de primeiras letras ensinará aos seminaristas recém-admittidos a ler e escrever pelo methodo lancastriano, adoptado nas escolas primarias do Imperio; este curso durará tres annos.

Art. 3.º O estudo de primeiras letras será acompanhado pelo de desenho, que terá hum Professor com o ordenado de 500\$; durará o mesmo tempo que o primeiro, e nelle será ensinado o desenho linear e desenho de figuras; para auxilio do Professor haverá hum ajudante ou substituto, que será o discipulo mais adiantado, com a gratificação annual de 60\$.

Art. 4.º Findos os tres primeiros annos, passarão os seminaristas a frequentar a aula de mathematicas, que será regida por hum Professor com o ordenado de 700\$, ajudado pelo discipulo mais adiantado, que perceberá por isso a gratificação de 80\$ annualmente. Este curso durará tres annos: no 1.º ensinar-se-ha arithmetica e algebra até equações do segundo gráo; no 2.º, geometria e trigonometria plana; no 3.º, mecnica applicada ás artes.

Art. 5.º Durante estes tres ultimos annos os seminaristas trabalharão nas officinas que se houverem de estabelecer no Seminario; e no ultimo aprenderão, além disso, o jogo de armas e o exercicio e manejo das guardas nacionaes; findo o que, serão despedidos da casa.

Art. 6.º As officinas de que fallao artigo antecedente devem ser de torneiro, entalhador, lithographo, abridor ou qualquer outra de misteres adequados ás nossas precisões e estado de civilisação do paiz, que ali se possa estabelecer por ajuste da Camara Municipal e approvação do Governo.

Art. 7.º Os Mestres destas officinas tratarão com toda a urbanidade os seminaristas que nelas trabalharem, sem que pelo ensino venção algum ordenado; gozarão sim gratuitamente da casa que lhes fôr destinada e do producto do trabalho dos seus discipulos.

Art. 8.º No mez de Julho ou de Agosto de cada um anno o Reitor remetterá a lista dos orphãos que se acharem a frequentar o terceiro anno mathematico á Camara Municipal, com todas as informações ácerca do seu aproveitamento, quer nas doutrinas theoricas, quer nas praticas, afim de que ella procure arranjar-lhes vantajosamente, seja nos estabelecimentos nacionaes, seja particulares, por via de engajamentos, de sorte que elles se não vejam abandonados no fim do anno, tempo em que devem necessariamente deixar o Seminario.

Art. 9.º Os orphãos que presentemente existirem no Seminario sabendo ler e escrever, bem como todos os que para o futuro fôrem admittidos nessas circumstancias, passarão immediatamente á aula de mathematicas, sendo todavia obrigados a frequentar simultaneamente o desenho e escolas de applicação; neste caso poderão ser conservados na casa por espaço de quatro annos.

Art. 10. Qualquer orphão, depois de admittido ao Seminario, não poderá delle retirar-se por vontade propria, ou de seus parentes ou patronos, sem haver terminado os seus estudos, salvo se quem o pretender retirar da casa se obrigar, sob fiança, a lhe dar educação idonea.

CAPITULO VI.—Da policia e disciplina interna do Seminario.

Art. 1.º A policia e disciplina do Seminario são encarregadas immediatamente ao Reitor, e por isso deverá nelle sempre residir, não podendo pernoitar fóra, salvo com licença da Camara ou da Commissão Inspectoria, ou por caso imprevisto, que participará competentemente.

Art. 2.º Haverá no Seminario hum Porteiro nomeado pelo Reitor, homem sisudo e de madura idade, com a gratificação annual de 60\$, além de casa e mesa; a elle compete abrir e fechar as portas do Seminario, entregando as chaves ao Reitor depois das horas de recolher; tocar a sineta para as aulas e serviço da casa, e vigiar na portaria que pessoa alguma entre, ou que os seminaristas desçam a tratarem com alguem sem expressa licença do Reitor, sendo para isso obrigado a fazer as respectivas participações.

Art. 3.º Todos os seminaristas formarão hum corpo dividido em tres secções: a primeira abrangerá os que tiverem de idade até dez annos inclusive, a segunda até aos treze, e a ultima até aos dezoito; e cada huma dellas será regida por hum dos seus membros mais sisudos e circumspectos, que o Reitor houver de nomear.

Art. 4.º Aos chefes das secções pertence: vigiar seus companheiros nos dormitórios, na mesa, nos passeios e nos jogos; cuidar na limpeza dos seus corpos e vestuarios, e bem assim na sua applicação e conducta moral, para dar conta ao Reitor.

Art. 5.º Para o bom desempenho dessas obrigações cumpre, primeiro que tudo, que cada secção ou classe durma em salão separado, ou em certo numero de quartos que se communiquem interiormente (os de cada classe), e ahí farão os chefes guardar o silencio nas horas marcadas para o estudo; deitar seus companheiros ao toque da sineta, apagando immediatamente as luzes, excepto a de uma lamparina, que em cada hum dos dormitórios se deverá conservar sempre accesa com a cautela devida.

Art. 6.º Cada seminarista dormirá em leito separado, arranjado com hum enxergão e travesseiro enfronhado, dous lençoes e huma coberta de baeta verde debruada de cadaço amarello; os lençoes e fronhas serão mudados todos os quinze dias, ou antes se necessario fôr.

Art. 7.º Ao amanhecer, igualmente ao toque da sineta, os farão levantar, e depois de os obrigar a varrer os dormitórios e compôr suas camas, os conduzirão ao banho geral de agua fria, nos tanques para isso destinados, excepto aquelles a quem, por huma constituição lymphatica e catharroza, fôrem contraindicações os ditos banhos; mas todavia sempre lavarão o rosto e as mãos,

banhando então todo o corpo em agua quente ou huma duas vezes por semana.

Art. 8.º No banho examinarão os chefes se elles tem alguma ferida, sarna ou contusão, afim de se providenciar o seu curativo, e se seus pés e cabeças estão livres do flagello dos vermes, para, no caso contrario, se cuidar de sua limpeza e extracção.

Art. 9.º Os seminaristas que adoecerem serão tratados com todo o desvelo e caridade, para o que o Reitor nomeará por enfermeiro hum dos orphãos que, pela sua boa indole e philanthropia, possa bem desempenhar semelhante emprego, e bem assim haverá hum Professor perito do partido da casa, por ajuste da Camara Municipal e approvação do Governo. Os medicamentos serão suppridos por qualquer botica acreditada, sendo as receitas rubricadas pelo Reitor.

Art. 10. Outrosim, farão com que os meninos limpem diariamente os dentes, mudem as camisas ás quintas e domingos, e as calças e jaquetas nestes ultimos dias tão somente; que aos sabbados aparem as unhas, e seus cabellos sejam cortados sobre o curto de dous em dous mezes.

Art. 11. A roupa de cada classe, depois de numerada competentemente, será guardada em caixões separados, debaixo da inspecção e vigilancia dos chefes, que darão parte ao Reitor da que estiver rota para ser composta, e da que se achar inteiramente estragada para ser substituida por outra nova.

Art. 12. A mesa será commum a todos os seminaristas; mas elles deverão nella sentar-se por ordem de suas secções, e o chefe de cada huma dellas servirá e distribuirá a comida a seus respectivos companheiros; ella será presidida pelo Reitor e Vice-Reitor, que farão conservar toda a decencia, ordem e circumspecção devida.

Art. 13. O alimento dos seminaristas constará: ao almoço, de café e hum pão torrado com manteiga; ao jantar, de sopa de pão ou arroz, vacca cozida com verdura e toucinho, e hum prato de guisado; a farinha de mandioca cozinhada no caldo servir-lhes-ha de pão, e terão por sobremesa alguma fruta do tempo ou huma pequena porção de melado; á cêa, de hum prato de arroz com assucar, cangica ou hervas com meio pão.

Art. 14. As comidas acima designadas para o jantar poderão ser substituidas por outras equivalentes, que reunão vantagem de serem igualmente nutrientes, e de não excederem á despeza que com aquella se possa fazer.

Art. 15. Haverá no Seminario huma dispensa, cuja guarda e manejo será incumbido mensalmente pelo Reitor a hum dos seminaristas mais sisudo e capaz, o qual preencherá as funcções de economo, inspecionando a cozinha e subministrando-lhe o que fôr preciso.

Art. 16. Os seminaristas sahirão todos os domingos ao passeio, e serão sempre acompanhados pelo Reitor ou Vice-Reitor; os chefes vigiarão que as suas respectivas classes saião bem compostas com o vestuario proprio, e que na rua marchem com toda a gravidade e boa ordem.

Art. 17. No campo, para onde se dirigirão sempre os passeios dos seminaristas, elles gozarão de toda a liberdade, sendo-lhes permittido o correr, saltar, lutar, trepar nas arvores e praticar emfim todos os outros jogos que dêem força aos musculos e mobilidade ás articulações.

Art. 18. Tanto nos jogos dos passeios como naquelles que tiverem lugar no quintal do Seminario ou no salão de recreação, os chefes das classes terão o unico cuidado de verem que seus companheiros com taes brincos não offendão a si ou aos outros.

Art. 19. No quintal do Seminario haverá hum ou dous jogos de bola para recreio e exercicio dos seminaristas, ao que se deverá ajuntar o do volante e péla; no tempo chuvoso porém poderão praticar estes dous ultimos jogos no salão da recreação.

Art. 20. Nas horas das tristes, durante as quaes devem estudar as lições, os chefes das classes terão todo o cuidado em que seus companheiros se applicuem, não consentindo que elles conversem ou sejam distrahidos de maneira alguma, bem como ao toque das aulas farão com que elles immediatamente a ellas se dirijão.

Art. 21. Sendo hum dos principaes deveres dos chefes das secções o vigiarem a conducta moral de seus companheiros, cumpre que elles ponhão todo o cuidado afim de que se não pronunciem palavras sujas, deshonestas e obscenas, e menos que se pratiquem actos de semelhante indole, devendo, no caso de infracção de tão saudaveis preceitos, dar immediatamente parte ao Reitor para punir o infractor, na conformidade do capitulo penitenciario.

CAPITULO VII. — Das culpas e castigos.

Glotoneria.....	Diminuição de comida.
Desalinho e estrago de fato.....	Privação de recreios, emprego em lavar e escovar o fato proprio e dos companheiros.
Inercia e preguiça.	Privação de recreios, trabalho braçal em qualquer objecto do serviço do collegio.
Distracção, falta de estudo, turbulencia.....	Reclusão e lições dobradas.
Palavras e actos indecentes.....	Reclusão ou privação dos passeios.
Injuria, máos tratamentos aos companheiros ou formal desobediencia aos superiores	Reclusão, diminuição na comida: actos de reconciliação e humildade.
Mentira, calumnia, usurpação de propriedade alheia e qualquer outra acção culposa.....	Reparação possivel do damno feito: e segregação da reunião dos companheiros: privação de assento á mesa.
Nas reincidencias..	Dobro da pena e rotulo de papel no peito que declare a culpa.

CAPITULO VIII. — Disposições geraes.

Art. 1.º. O Reitor, de accordo com os Professores, organizará hum horario que marcará a hora e a duração de cada huma das occupações dos seminaristas durante o dia: neste trabalho dever-se-ha, sobretudo, attender á combinação dos estudos, e á facilidade de hum mesmo alumno poder frequentar, além das aulas a que he

obrigado, qualquer outra existente no Seminario, seja repetindo materias já por elle estudadas, seja habilitando-se, por huma frequencia anterior, a melhor entendê-las, quando vierem a constituir seu particular estudo.

Art. 2º. A chamada dos seminaristas para as suas occupações será feita pelo toque de huma sineta, que variará segundo cada huma dellas: esses toques e as suas significações serão designados no horario, o qual deverá estar patente nas aulas e nos salões da casa.

Art. 3º. Além dos estudos marcados nos presentes estatutos para a educação dos orphãos, poder-se-ha admittir o das linguas franceza ou ingleza, se algum mestre, com condições pouco onerosas ao estabelecimento, se quizer encarregar do ensino de qualquer destes idiomas; precedendo ajuste com a Camara Municipal e approvação do Governo.

Art. 4º. O Seminario de S. Joaquim admittirá como porcionistas, encarregando-se de lhes dar a mesma educação physica, moral e litteraria, marcada para os orphãos, todos os meninos que se quizerem aproveitar de huma tão util como patriótica instituição, mediando a somma de 500 réis, que, no principio de cada trimestre, deverão entregar ao Syndico da casa, e o enxoval marcado no art. 8º do cap. 3º, que, por huma só vez, e no acto da recepção, será entregue ao Reitor. A admissão do porcionista ao Seminario será autorizada por despacho da Camara Municipal.

Palacio do Rio de Janeiro, em 12 de Dezembro de 1831. — José Lino Coutinho.

ORDEN DO DIA DE 12 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Sendo digno do maior louvor o procedimento dos Srs. Officiaes deste Batalhão, que hontem se apresentarão no Arsenal do Exercito, apenas lhes constou que alguns presos das Cadêas da Ilha das Cobras se haviam evadido dellas, eu faltaria á justiça e ao meu mais rigoroso dever se lhes não desse manifestas provas da satisfação que resultou de huma tão nobre conducta; tanto mais que ella foi observada pelo Exm. Sr. Regente Francisco de Lima e Silva, que se dignou honrar-nos com a sua presença. — O Coronel João Paulo dos Santos Barreto, 1º Commandante. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 157, vol. 18.*

AVISO DE 12 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo V. Ex. communicado no seu officio de 29 do mez passado as deliberações tomadas em Conselho para obstar ás desordens que ultimamente tiveram lugar no Julgado do Salgado: a Regencia, a quem foi presente o dito officio, manda, em nome do Imperador, louvar o zelo com que V. Ex. promove o bem e tranquillidade dos habitantes dessa Pro-

vincia, e espera que V. Ex. desenvolva a maior energia na perseguição dos malfeitos e perturbadores da ordem publica, sem o que jámais haverá paz, nem segurança neste Imperio. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 12 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 142, vol. 18.*

PORTARIA DE 12 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Devendo a Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra mudar-se infallivelmente até o fim desta semana para a casa nova central do edificio dos Quarteis do Campo da Honra, tornando-se por isso necessario que o Conselho Supremo Militar, desoccupando o local em que ora reside, venha para aquelle em que actualmente existe a mesma Secretaria de Estado: manda por esta, a Regencia, em nome do Imperador, que o referido Conselho assim o cumpra; ficando na intelligencia de que a sua Secretaria deve ficar estabelecida nas salas inferiores ás que vai occupar o Tribunal, as quaes serão despejadas á sua requisição, quando quizer fazer a mudança que tem de ficar concluida até o dia 31 do corrente mez: em consequencia do que determina outrossim a Regencia, que do 1º de Janeiro do anno proximo futuro em diante, cesse o pagamento do aluguel das casas em que está agora a Secretaria do Conselho, na conformidade do que a este se declarou em Portaria de 26 de Fevereiro deste anno. Paço, em 12 de Dezembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 151, vol. 18.*

AVISO DE 12 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticico.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a Vm. as relações inclusas dos réos pronunciados pela Correição do Crime da Corte e Casa, e pelo Juizo do Bairro do Sacramento, afim de que Vm. dê providencias para a sua captura, expedindo relações nominaes a todos os Juizes do Crime e de Paz deste termo, para o mesmo fim. Deos guarde a Vm. Paço, em 12 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Desembargador Ajudante do Intendente Geral da Policia. — *Acha-se á fl. 150 v. do Liv. 11º da Corte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 12 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Convindo haver nesta Secretaria de Estado exacto conhecimento das pessoas que se retirão desta Corte por via de mar, para saber se forão ou não convenientemente legitimadas pela Policia; vou rogar a V. Ex. a expedição das precisas ordens para que o Commandante da Forta-

leza de Villegaignon, na parte diaria que dá das embarcações e passageiros que sahem deste porto, declare com toda a exacção e cuidado os nomes destes á Repartição por onde forão passados os seus passaportes, e as suas respectivas datas. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 12 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se á fl. 136 do Liv. 11º da Secretaria da Justiça.*

RESOLUÇÃO DE 13 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authentic.

Senhor. — Por Portaria, da Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, de 13 de Setembro do corrente anno, mandou V. M. I. remetter a este Conselho, para consultar, o requerimento do teor seguinte: — Senhor. — Diz Joaquim Alves de Azevedo que, pelo Alvará junto, já registado na 1ª Repartição do Thesouro Publico, mostra estar servindo o officio de Porteiro e Guarda-Mór da Chancellaria das Ordens Militares e da extincta Chancellaria Mór; e para o supplicante poder receber o seu respectivo ordenado do 1º quartel do anno financeiro de 1831 a 1832, em razão de não haver mais a folha processada na Chancellaria, pela qual se pagava ao supplicante o seu respectivo ordenado, por isso pede a V. M. I. se digne mandar que na referida Repartição se faça a conta, e feita, se pague ao supplicante na fôrma do estylo. — E. R. M. — Rio de Janeiro, 20 de Julho de 1831. — Joaquim Alves de Azevedo.

Com este requerimento acompanharão os pareceres dados pela Repartição do Thesouro Publico, que são os seguintes:

Informação do Contador Geral. — O supplicante pede o pagamento do 1º quartel deste anno financeiro, como Porteiro e Guarda-Mór da Chancellaria Mór e das Ordens Militares extintas por Lei. Do Alvará junto se vê que não tem a serventia vitalicia do dito lugar; mas sim que he hum serventuario durante o impedimento do Proprietario: á vista disto, parece a esta Contadoria que o supplicante não está no caso daquelles que devão continuar a perceber os seus ordenados, até serem de novo empregados; não obstante isso, deverá ir com vista ao Procurador da Fazenda. Contadoria Geral da 1ª Repartição, em 25 de Julho de 1831. — O Ajudante do Contador Geral Luiz Venancio Ottoni.

Resposta do Procurador da Corôa. — Conformo-me com a informação da Contadoria. Rio, 27 de Julho de 1831. — Maia.

Parecer do Escrivão da Mesa do Thesouro Publico. — Do officio de Porteiro e Guarda-Mór da Chancellaria Mór do Imperio e da Chancellaria das tres ordens, teve mercê de propriedade e serventia vitalicia José Maria Galhardo, tendo por serventuario de ambos os officios, durante a sua minoridade, o supplicante Joaquim Alves de Azevedo, como se vê da Carta e Alvará juntos. He certo que, sendo extincta a Chancellaria Mór, deveria o supplicante deixar

de continuar a receber o ordenado deste officio, cuja percepção por inteiro ficava pertencendo ao Proprietario, podendo tão sómente receber o que fosse relativo ao officio de Guarda Mór e Porteiro da Chancellaria das Ordens, em cujo exercicio continuar; porém, como o ordenado por ambos os officios he o de 580\$ por anno, sem distincção de quanto pertence a cada hum, e pela supradita Carta e Alvará foi o supplicante nomeado para servir taes officios, durante a minoridade do Proprietario, sendo obrigado a dar-lhe para a sua subsistencia e de sua mãe e irmãs a terça parte do rendimento dos mesmos officios, segundo a sua lotação na Chancellaria Mór, e deste ordenado se acha o supplicante pago até Junho deste anno, por autorisação da Secretaria do Imperio; e pelo que respeita ao corrente anno financeiro, se acha o mesmo ordenado de 580\$ rs. contemplado no orçamento, e foi attendido na Lei de 15 de Dezembro de 1830: por estas razões todas, entendo que ao supplicante se pôde continuar tal pagamento, visto a obrigação em que elle se acha para com o Proprietario dos officios. Rio, em 6 de Setembro de 1831. — Leão.

Parecer do Conselheiro Thesoureiro-Mór. — Parece-me que se deve fazer o pagamento requerido, visto estar comprehendido no orçamento; porém como possa haver prejuizo da Fazenda, julgo antes que esta pretensão seja resolvida por consulta. — Amaral.

Ouvindo pelo Conselho, o Procurador da Fazenda respondeu pela fôrma seguinte: — Attentas as illustrações que se deduzem dos pareceres do Contador e Escrivão do Thesouro, combinados com a Carta e Alvará juntos, e com a Lei de 4 de Dezembro de 1830, faz-se bem manifestto que nenhum direito tem o supplicante a continuar a perceber o ordenado do officio de Porteiro e Guarda-Mór da Chancellaria-Mór extincta, por isso que apenas era delle hum serventuario temporario por enquanto durasse a minoridade do que tinha mercê da serventia vitalicia, e a quem deve applicar-se o favor da sobredita Lei art. 15; e que sómente pôde perceber a parte do ordenado relativo ao outro officio de Porteiro e Guarda-Mór da Chancellaria das Tres Ordens, que ainda exerce com onus constante do titulo da sua temporaria serventia: como porém os dous officios incluídos em hum mesmo titulo, e servidos conjuntamente por uma pessoa, tinham o indistincto ordenado de 580\$ reis, e não he possivel por consequente ter effeito a deliberação, que parece justa na fôrma acima dita, sem que se faça a distincção da quota do ordenado relativo a cada hum dos ditos officios, por isso será conveniente proceder-se á lotação do de Porteiro e Guarda-Mór da Chancellaria das Tres Ordens, ainda existente, pelo que pertence ao trabalho comparado com o do outro extincto, para se lhe designar daquella quantia de 580\$ a quota correspondente. Rio, 11 de Outubro de 1831. — Maia.

O que tudo visto, parece ao Conselho que se deve continuar a pagar ao supplicante pelo seu exercicio o ordenado individuo que a Lei esta-

heleceu ao officio de Porteiro Guarda-Mór das Chancellarias Mór e das Tres Ordens Militares, não obstante a extinção da primeira das mesmas Chancellarias; pois que, devendo a Fazenda Publica pagar o dito ordenado, posto que extinctas sejam ambas essas Repartições, he visto que qualquer diminuição do mesmo ordenado, que ora contra o supplicante se haja de fazer, he direito de serventuario vitalicio menor, em cujo lugar serve, e não interesse da mesma Fazenda que se haja de ventilar. Por outra parte ocorre que o supplicante em tudo e por tudo deve na hypothese considerar-se acondicionado do direito do serventuario vitalicio, em cujo lugar serve, pelo defeito da sua idade; para cobrar o ordenado do officio, que o art. 13 da Lei de 4 de Dezembro de 1830 lhe manda conservar; entregando-lhe a terça parte, como he de direito, e dispõe as mesmas cartas que se achão presentes. Rio de Janeiro, em 9 de Novembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — João Prestes de Mello. — Manoel José de Souza França.

Resolução. — Como parece. Paço, 13 de Dezembro de 1831. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se o original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 13 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Senhor. — Por Portaria da Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, de 10 de Outubro do corrente anno, mandou V. M. I. remetter a este Conselho o requerimento de Francisco Lopes de Araujo, Testamenteiro de Antonio da Veiga Guerra, em que se queixa da exigencia do pagamento da decima do legado a que he obrigado satisfazer á Casa dos Expostos, visto fazer esta parte do Estabelecimento da Santa Casa, que por Lei he isenta.

Com este requerimento acompanhava huma informação do respectivo Recebedor do Sello, a qual junta ao dito requerimento sobem á imperial presença.

Dando-se de tudo vista, pelo Conselho, ao Procurador da Fazenda, respondeu este pela maneira seguinte: — A isenção concedida á Santa Casa da Misericordia desta Cidade, pelo Decreto de 28 de Setembro de 1810, da contribuição do sello das quitações dos legados que lhe fôrem deixados, derogada por este effeito a disposição do § 8º do Alvará de 17 de Junho de 1809, he indubitavelmente comprehensiva daquelles legados que fôrem deixados designadamente para a criação dos expostos; por isso que essa isenção foi outorgada em attenção a todas as pias applicações a que são destinados os rendimentos da dita Santa Casa, e uma destas é a criação dos expostos, tanto na consideração do directo, pelo que he expresso no § 7º do Alvará de 18 de Outubro de 1826, como no que se verifica de facto, pelo que he certo, a respeito da Admi-

nistração dos Expostos nesta Cidade, a cargo da mesma Santa Casa. Nestes termos, considero improcedentes as objecções dos encarregados do sello. Rio, 25 de Outubro de 1831. — Maia.

O que tudo visto, parece ao Conselho que se deve expedir ordem ao Exactor do Sello para que selle a quitação do supplicante com verba da quitação da decima; por serem privilegiados do imposto da mesma decima todos os legados deixados á Santa Casa da Misericordia, de cujo instituto faz parte integrante a criação dos Expostos; ficando isso em regra para casos semelhantes. Rio de Janeiro, em 14 de Novembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — João Prestes de Mello. — José Caetano de Andrade Pinto. — Manoel José de Souza França.

Resolução. — Como parece ao Conselho. Paço, 13 de Dezembro de 1831. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. João Bráulio Moniz. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se o Original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

RESOLUÇÃO DE 13 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Senhor. — A este Conselho dirigio Verissimo Mendes Vianna o requerimento do teor seguinte: — Senhor. — Verissimo Mendes Vianna, Cidadão Brasileiro e negociante desta Praça, por si e seus socios, tendo apresentado a V. M. I. huma sua prop. ta para a arrematação da armação denominada de Santa Anna da Lagoinha na Ilha de Santa Catharina, vem de novo sobre a mesma pretensão a representar a V. M. I. que, como reconhecimento que não possa ter lugar aquella arrematação, na forma do art. 1º de sua proposta, por apolices do Governo pelo seu valor nominal, nem o pagamento da siza por iguaes apolices, os supplicantes offerecem se a fazer a mesma arrematação na forma constante em o restante da sobredita sua proposta, isto he, pagar o preço da arrematação em dinheiro corrente, em pagamentos de 10 por cento da quantia total, e a prazos de 6 mezes, sob as garantias offerecidas na referida proposta, e com os mais artigos della que offerecem como parte integrante desta: portanto pede a V. M. I. que, em vista da presente proposta, se digne admitir os supplicantes á arrematação requerida, visto andar em praça o estabelecimento de que se trata. — E. R. M. — Verissimo Mendes Vianna.

E junta a Consulta, resolvida em 30 de Setembro do corrente anno, que com esta sobe, foi ouvido o Procurador da Fazenda, que respondeu pela maneira seguinte: — Posto que na letra da Resolução da Consulta inclusã se possa implicitamente comprehender, e della por consequente se possa deduzir a decisão dos dous pontos consultados; entendendo-se ter já lugar a arrematação da armação da Lagoinha d'antes suspensa, e ser admissivel a proposta do supplicante emquanto á caução por meio das apolices, parece-me comtudo que, para se proceder com segurança, que só póde firmar-se em decisões cla-

ras e terminantes, he indispensavel levar outra vez respeitosamente á presença de S. M. I. o embarço em que se acha o Conselho, para que se digne resolver explicitamente o que convier. Rio, 27 de Outubro de 1831. — Maia.

O que tudo visto, parece ao Conselho o mesmo que ao Procurador da Fazenda, accrescentando que os lanços em Praça se recebem sobre condições liquidas approvadas por V. M. I., que são presentes aos Licitantes, e sobre que elles calculão seus lanços: e que, existindo neste Conselho a Portaria da copia junta, que exclue da arrematação de que se trata, entende o mesmo Tribunal ser preciso que ella se revogue explicitamente para pôr em hasta publica a venda da mesma armação. Rio de Janeiro, em 14 de Novembro de 1831, 16º da Independencia e do Imperio. — João Prestes de Mello. — José Caetano de Andrade Pinto. — Manoel José de Souza França.

Resolução. — Proceda-se á arrematação da Armação da Lagoinha, como já foi resolvido em 5º de Setembro do corrente anno. Paço, 13 de Dezembro de 1831. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se o original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

DECRETO DE 13 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador, em virtude da autoridade que a Lei de 15 de Novembro deste anno confere ao Governo de reformar as Alfandegas do Imperio, decreta o seguinte:

TITULO I. — Regulamento do Porto do Rio de Janeiro.

CAPITULO I. — Lugares designados para ancoradouro.

Art. 1º. Haverá no Porto do Rio de Janeiro tres ancoradouros para as embarcações mercantes, a saber: hum para as que entrarem por franquia, ou arribarem por alguma necessidade ou accidente marítimo; outro para as que esperão descarga, ou tem reexportação ou baldeação; e outro para as que estiverem á carga.

Art. 2º. He designado para ancoradouro de franquia o espaço comprehendido entre huma linha tirada da Fortaleza de Villegaignon até á Boa Viagem, e outra tirada da ponta do Trem até o Gravatá, dentro do qual espaço as embarcações deverão amarrar de meia bahia para a parte da Cidade em duas ou mais linhas a rumo de Norte Sul.

Art. 3º. He designado para ancoradouro das embarcações que esperão descarga, ou tem que reexportar ou baldear, o espaço entre a Ilha das Cobras e a das Enxadas, tendo por limite a Leste huma linha tirada entre as duas extremidades orientaes das ditas Ilhas; e outra tirada dos armazens de madeira da Ilha das Cobras até á ponta da Ilha das Enxadas, que fica mais a Sudoeste. As embarcações fundearão alinhadas dentro des-

tes limites a rumo de Noroeste-Sueste com os páos de retranca e bujarrona desarmados, e mettidos dentro, deixando livre para a navegação o espaço que medea entre ellas e a Ilha das Cobras.

Art. 4º. He designado para ancoradouro das embarcações á carga o espaço desde o Trapiche do Sal até á Saude, e neste espaço as embarcações fundearão em huma ou mais linhas nos rumos de Noroeste-Sueste, deixando livre entre ellas e a Cidade, não só a navegação ás embarcações costeiras que tem de descarregar as produções do Paiz nos Trapiches situados nas praias fronteiras a este ancoradouro, mas tambem o espaço necessario para as embarcações que tiverem necessidade de fabricar, ou se acharem em fabrico.

Art. 5º. Não se comprehendem nas disposições precedentes as embarcações costeiras vindas de portos desta Provincia ou de outra qualquer do Imperio, nos quaes não houver Alfandegas; porquanto taes embarcações continuarão a tomar o ancoradouro que tem tido até agora.

CAPITULO II. — Guarda e vigia dos ancoradouros.

Art. 6º. Para a guarda e vigia dos ancoradouros, haverá 7 embarcações, que serão com preferencia as de Guerra desarmadas, a saber: 2 no ancoradouro de franquia, 3 no de descarga, e 2 no das embarcações á carga, as quaes se postarão fundeadas nos lugares mais apropriados á guarda e vigia das embarcações surtas no respectivo ancoradouro.

Art. 7º. Além destas embarcações, haverá mais huma que deverá estar sempre fóra da barra deste porto para evitar o extravió e contrabando da Costa.

Art. 8º. O numero de gente, qualidade do armamento e detalhe do serviço ordinario das embarcações e escalleres, incumbidos da vigia e guarda dos ancoradouros, será fixado pelo Juiz da Alfandega com a approvação do Ministro da Fazenda.

Art. 9º. As ditas embarcações e seus escalleres usarão de signaes particulares, segundo o regimento que lhes fôr dado pelo Juiz para se entenderem e corresponderem mutuamente, tendo as embarcações hum distinctivo permanente para serem reconhecidas e respeitadas pelas embarcações mercantes.

Art. 10. Cada huma das embarcações da guarda e vigia será commandada por hum Official, o qual ficará sujeito ás ordens do Juiz da Alfandega.

Art. 11. Hum dos Commandantes das embarcações da guarda de cada ancoradouro será o Commandante delle por escolha do Juiz da Alfandega, e assim os Commandantes das outras embarcações da guarda do respectivo ancoradouro como os Mestres e Capitães das embarcações mercantes ali surtas lhe obedecerão em tudo quanto fôr tendente ao exacto cumprimento deste regulamento.

Art. 12. A principal obrigação dos Commandantes das embarcações da guarda he promover a exacta observancia deste regulamento, e evitar todo e qualquer descaminho e defraudação de

direitos. Para se conseguirem estes importantes fins deverão:

1°. Vigiar escrupulosamente de dia e de noite, fazendo rondar pelo ancoradouro os escaleres das embarcações da sua guarda, para que não desembarque de bordo volume algum sem despacho da Alfandega, apprehendendo os que fôrem achados sem elle, e que não vierem acompanhados por hum guarda de conducção.

2°. Não consentir, senão nos termos dos arts. 21, 22 e 28, communicação alguma com a terra ás embarcações em franquia antes ou depois da visita, nem ás que estiverem no ancoradouro de descarga.

3°. Cuidar em que as embarcações mercantes tomem os seus ancoradouros respectivos, e nelles se conservem dentro dos limites marcados neste regulamento, podendo mandar vir á falla, arribar, e perseguir todos os escaleres, lanchas ou barcos quaesquer que passarem por taes ancoradouros, e se lhes fizerem suspeitos; e não consentindo que os barcos de descarga junto aos navios sejam atracados por outros barcos vasillos.

4°. Prestar todos os auxilios que lhes fôrem requisitados pelos Officiaes da Alfandega e Consulado, cuja fiscalisação continúa do mesmo modo, devendo entender-se com elles, e conservar a melhor harmonia; obrando cumulativamente e de accordo, ajustando signaes para se reconhecerem de noite, e usando de todas as mais cautellas que julgarem convenientes.

5°. Participar ao Juiz da Alfandega tudo o que fôr conducente á fiscalisação dos interesses nacionaes e á boa ordem do serviço naquillo que fôr da sua competencia, e cumprir as ordens que pelo dito Juiz lhe fôrem dadas.

6°. Empregar a força á sua disposição, quando fôr necessaria, para se conseguir a plena execução do determinado neste regulamento.

Art. 13. Além da vigia das embarcações da guarda e seus escaleres, as embarcações em franquia serão vigiadas pela Fortaleza de Ville-gaignon, e tanto estas como as dos outros ancoradouros, o serão tambem pelas embarcações de guerra nacionaes que accidentalmente se acharem estacionadas na proximidade dos mesmos ancoradouros, podendo os seus escaleres perseguir e apprehender os extraviadores.

Art. 14°. Todos os objectos apprehendidos pelos escaleres das embarcações de guarda e vigia, e pelos das outras de guerra e da Fortaleza, serão remettidos pelo Commandante do respectivo ancoradouro ao Juiz da Alfandega, com parte por escripto, em que se declare o escaler e os nomes dos apprehensores; e logo que, segundo as Leis, se julguem boas as apprehensões, será metade para a tripulação do escaler apprehensor, e metade para a tripulação ou guarnição da Fortaleza ou embarcação a que elle pertencer, tendo cada individuo huma quota igual. No caso de haver denunciante, terá este metade, e o resto se dividirá como acima.

Art. 15°. As referidas embarcações da guarda e vigia deverão ter sempre, durante a noite, içadas no mastro duas lanternas com boa luz, e as

embarcações mercantes fundeadas nos ancoradouros deverão ter huma tambem içada no mastro grande. Os escaleres de vigia andarão com luz ou sem ella. Os escaleres ou quaesquer outras embarcações que vierem dos ancoradouros para terra, ou fôrem de terra para os ancoradouros, terão, em lugar alto, huma lanterna com boa luz. Os que contravierem a este artigo serão multados em 10\$ pagos da cadêa.

Art. 16. Quando as embarcações entrarem á barra de noite, a Fortaleza de Santa Cruz lhes ordenará que ponhão immediatamente huma lanterna acesa no mastro grande, e a conservarão toda a noite.

CAPITULO III. — Entrada no Porto, ancoradouro em franquia e visita das embarcações mercantes.

Art. 17. As embarcações mercantes que entrarem no Porto, deverão dirigir-se logo em direitura para o ancoradouro de franquia, que lhes será indicado pela Fortaleza de Santa Cruz, e nelle darão fundo, seja qual fôr o destino da sua viada a este porto; e só depois de receberem ahi a visita da Alfandega passarão para o ancoradouro que lhes pertencer. Os Mestres ou Capitães de taes embarcações entregarão logo ao Commandante da franquia os manifestos, livros de carga e listas de passageiros; e o dito Commandante os entregará aos Officiaes da Alfandega, quando fôrem visitar as embarcação.

Art. 18. O Commandante do ancoradouro de franquia dará parte ao Juiz da Alfandega ás 9 horas da manhã, ao meio dia, e ás 3 horas da tarde, das embarcações que houverem entrado, sendo estes avisos mandados á casa do Juiz, quando a Alfandega estiver fechada, afim de que elle mande immediatamente fazer a competente visita, a qual se verificará todos os dias, quer sejam de trabalho, quer de guarda, desde as 10 horas da manhã até ás 6 da tarde.

Art. 19. As visitas de entrada se farão pela maneira até agora observada, e os Mestres serão demais obrigados a entregar aos Officiaes da visita da Alfandega todas as encomendas que, por não virem manifestadas, são de facil descaminho, podendo exigir dos ditos Officiaes que assignem huma relação dellas: e todos os volumes ou encomendas não manifestadas ou entregues, que depois se encontrarem na busca ou revista, serão tomados por perdidos; excepto se fôrem roupas do uso pessoal dos passageiros.

Art. 20. Igualmente os passageiros entregarão aos ditos Officiaes da visita os seus bahús, e poderão acompanhá-los até o armazem da Alfandega, que deverá haver para arrecadação dellas e das encomendas, quando o desembarque se fizer a horas que esteja fechada a Alfandega.

Art. 21. Emquanto as embarcações não receberem a viada da Alfandega, lhes fica vedada toda e qualquer communicação com a terra. Se todavia o Capitão ou Mestre tiver necessidade muito urgente de vir á terra, o Commandante do ancoradouro lhe concederá licença, indicando-lhe o lugar onde deverá desembarcar, para o qual seguirá em direitura; e ahi haverá Guardas da

Alfandega que visitem o barco que o transportar, sendo outra vez visitado no regresso.

Art. 22. Ainda depois da visita da Alfandega não poderá ir a bordo da embarcação em franquia pessoa alguma que não pertença á sua tripulação, sem ordem por escripto do Juiz da Alfandega, e tanto estas como as da embarcação ficão sujeitas a revistas e buscas, quando haja suspeitas de quererem fazer o extravio. Os transgressores serão presos e remetidos ao Juiz da Alfandega, com parte circumstanciada por escripto do commandante do ancoradouro, para proceder contra elles na fôrma das Leis.

Art. 23. As embarcações que entrarem por franquia, não concederá o Juiz prorrogação della sem justa causa, e isto só por 5 dias; e sem licença do mesmo Juiz não passarão para outro ancoradouro, a qual será unicamente concedida em caso de necessidade. Taes licenças porém não ficarão sujeitas a emolumento algum, se o não estavam ainda até aqui.

Art. 24. Se os Mestres das embarcações declararem que se destinão a descarregar neste porto, cassim constar do seu passaporte e despacho, ser-lhes-ha intimado pelo Guarda-Mór que passem para o ancoradouro correspondente até o dia seguinte, se assim o permittir o tempo; e não o fazendo, serão obrigados a isso pelo Commandante do ancoradouro; devendo, em todo o tempo que mediar desde a intimação até o seu cumprimento, conservar içado o signal que para este fim se estabelecer. No caso porém de terem algum impedimento para deixarem de cumprir com esta determinação, o representarão ao Juiz da Alfandega, afim de lhes deferir como fôr justo.

Art. 25. As embarcações costeiras e de cabotagem, logo que entrarem a barra, será ordenado pela Fortaleza de Santa Cruz que se dirijão á embarcação do registo da franquia, e ao Commandante della entregarão o seu manifesto ou livros de carga, e seguirão para o seu ancoradouro. Os ditos manifestos ou livros de carga serão pelo dito Commandante entregues ao Guarda-Mór na visita immediata.

CAPITULO IV. — Ancoradouro da descarga.

Art. 26. A descarga das embarcações se fará pela maneira estabelecida nas leis e ordens em vigor; com declaração porém que não terá lugar a sahida dos generos das embarcações á descarga, quer seja para os Trapiches, quer para outros barcos ou navios, fôra das horas do despacho da Alfandega; antes deverá terminar a hum hora da tarde. A descargana ponte da Alfandega começará ás 8 horas da manhã, e terminará a hum da tarde, afim de haver tempo para se recolherem com a necessaria clareza e cautella os objectos descarregados.

Art. 27. As embarcações que tiverem de fazer ou receber baldeações ou reexportações passarão do ancoradouro de franquia para o de descarga, e ahí se conservarão até a sua sahida do porto.

Art. 28. Não poderá ir a bordo da embarcação mercante que estiver neste ancoradouro pes-

soa alguma que a ella não pertença, salvo com ordem por escripto do Juiz da Alfandega. Os transgressores serão presos, e remetidos ao dito Juiz com parte circumstanciada por escrita do commandante do ancoradouro, para proceder contra elles na fôrma das Leis.

Art. 29. Logo que a embarcação tiver completado a sua descarga, deverá ajuntar em lugar proprio os sobrecellentes despachos de retorno, que serão calculados, segundo a fôrça da embarcação e duração da viagem declarada, afim de facilitar a busca da visita, e depois de visitada, tratará de receber o lastro necessario para a sua segurança, se o não tiver, e passará para o respectivo ancoradouro. Se todavia antes da visita lhe fôr indispensavel metter algum lastro, o Juiz da Alfandega lhe concederá licença.

CAPITULO V. — Ancoradouro das embarcações á carga.

Art. 30. As embarcações da guarda e vigia deste ancoradouro, e seus escaleres, não deixarão atracar ás embarcações nelle surtidas embarcação alguma com generos sujeitos a direitos de sahida, sem irem acompanhados de despacho do Consulado, que, feita a descarga, será logo entregue pelo arrâes ao Commandante do ancoradouro para o remetter no dia seguinte ao Administrador das Diversas Rendas.

TITULO II. — Disposições Geraes.

Art. 31. Logo que se pozer em plena execução o presente regulamento, fica abolida a pratica de se pôrem guardas da Alfandega a bordo das embarcações mercantes, pagos pela Fazenda Nacional.

Art. 32. Todos os escaleres, barcos, faluas, ou quaesquer embarcações miudas que navegam pela Bahia desta Cidade, deverão ter escripto nos lugares mais apparentes do casco o nome pelo qual são conhecidas, e os que pertencerem ás embarcações deverão ter escripto do mesmo modo o nome dessa embarcação. Os que não tiverem, de 15 de Janeiro proximo em diante, pagarão a multa de 6\$, e o dobro nas reincidencias.

Art. 33. As embarcações mercantes que não observarem o disposto no presente Regulamento, quanto aos ancoradouros, serão por este facto sómente, ainda que nenhum extravio tenha havido, multados em 120\$ pelo Juiz da Alfandega, se neste Regulamento não fôr estabelecida outra pena.

Art. 34. As multas impostas por este Regulamento pertencem á Fazenda Nacional, e serão recolhidas ao Cofre da Alfandega para se remetterem ao Thesouro.

Art. 35. Toda a despeza que se fizer com as embarcações da guarda e seus escaleres, e com o seu armamento, tripulação e costeamento, a qual se não faria a não terem este emprego, será paga pela Alfandega.

Art. 36. Este regulamento será traduzido nas linguas franceza e ingleza, e se entregará hum exemplar delle impresso a cada Mestre ou Commandante de embarcação mercante que entrar neste porto.

Art. 57. Os Presidentes das Províncias, em Conselho, proporão regulamentos para seus respectivos portos, dando logo execução a este regulamento no que lhes fôr applicavel.

Art. 58. Ficão derogadas todas as disposições em contrario.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Dezembro de 1831, 10^a da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Bernardo Pereira de Vasconcellos.

AVISO DE 13 DE DEZEMBRO.

Coll. Plancher.

A Regencia, em nome do Imperador, tomando em consideração o que Vm. representára em seu officio de 29 do mez passado sob n. 4, ácerca do telheiro que existe na Villa de S. João da Barra, para arrecadação das madeiras destinadas ao Arsenal de Marinha desta Córte: houve por bem resolver que se proceda á venda do dito telheiro em hasta publica, visto demandar o seu reparo grande despeza, e mesmo tornar-se inutil com a cessação do córte ahi estabelecido; devendo o producto de tal venda ser recolhido ao Thesouro Publico na fôrma da lei, precedendo todas as clarezas e formalidades do estylo em semelhantes casos. O que participo a Vm. para sua intelligencia e execução. Deos guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Dezembro de 1832. — Joaquim José Rodrigues Torres. — Sr. Jacintho Alves Branco Moniz Barreto.

AVISO DE 14 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Passo ás mãos de V. Ex. o requerimento incluso dos presos sentenciados na Fortaleza de S. João da Barra, queixando-se de que, sendo bastante onerados de trabalho, pouco he o alimento que se lhes abona, e com grandes demoras, afim de que V. Ex. dê sobre este objecto as providencias que julgar necessarias, visto estarem no serviço da dita Fortaleza, ou então que me esclareça ácerca de semelhante negocio, para que possa lançar mão das medidas que estiverem ao meu alcance. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 14 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 143, vol. 18.*

AVISO DE 14 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Tendo-se exigido do Juiz de Paz da Freguezia de S. José a razão por que não tinha cumprido a requisição legal que havia feito o Juiz do Crime respectivo para a remessa das testemunhas necessarias para a conclusão da devassa a que estava procedendo contra o réo preso Domingos José do Espirito Santo, acabo de receber do sobredi-

to Juiz o officio que incluso envio a V. S., afim de examinar de quem procede a negligencia que possa ter havido sobre este facto, e dar as providencias que fôrem necessarias. Deos guarde a V. S. Paço, em 14 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 143, vol. 18.*

AVISO DE 14 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Tendo representado o Juiz de Paz da Freguezia de Mangaratiba, que, não obstante ter remetido ao Juiz Criminal do Districto respectivo o processo que fizera em consequencia de ter sido morto pelos guardas municipaes, em acto de resistencia, o marinheiro João Castanho, V. S. lhe requisitára testemunhas para deporem na devassa que estava procedendo em consequencia daquelle acontecimento: ordena a Regencia, em nome do Imperador, que V. S. declare o motivo por que procede á mesma devassa fóra do tempo marcado pela lei, e se tem conhecimento de que no respectivo districto se não procedeu a ella. Incluso remetto a V. S., assim o officio que o sobredito Juiz me dirigio communicando aquelle acontecimento, como o traslado do corpo de delicto que o acompanhou, afim de fazer juntar á devassa respectiva para esclarecimento do julgador. Deos guarde a V. S. Paço, em 14 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Antonio Augusto Monteiro de Barros. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 144, vol. 18.*

AVISO DE 14 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, que V. S. tome interinamente o commando das Guardas Nacionais e Municipaes desta Cidade e seu termo, e que dê todas as providencias necessarias para que os perturbadores do socego publico sejam presos, bem como todos os que fôrem encontrados commettendo crimes, e quando resistão, fação empregar a força sobre elles como inimigos da sociedade. Poderá igualmente V. S. dispôr da Guarda Municipal Permanente, como fôr necessario, a bem da segurança publica. Deos guarde a V. S. Palacio do Rio de Janeiro, em 14 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Maria Pinto Peixoto. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 144, vol. 18.*

AVISO DE 14 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Sendo conveniente que se proceda quanto antes a limpar todo o armamento que existe em deposito na casa das armas dessa Fortaleza da Conceição: determina a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. assim o mande verificar, empregando simultaneamente, para esse effeito,

aquelle numero de braços que necessario fôr, contanto porém que este trabalho se conclua dentro do menor tempo possível. Emquanto á despesa necessaria para um tal fim, ella poderá ser paga mensal ou semanalmente, segundo Vm. julgar mais acertado; e o que a tal respeito deliberar communicará a esta Secretaria de Estado para, em consequencia, se expedirem as convenientes ordens, afim de se effectuar o prompto pagamento da mesma despesa. Deos guarde a Vm. Paço, em 14 de Dezembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Francisco Carlos de Moraes. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 151, vol. 18.*

AVISO DE 14 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Convindo proceder, com a brevidade possível, a fazerem-se nas Thesourarias os melhoramentos para que foi autorizado o Governo pela Carta de Lei de 15 de Novembro deste anno, ha a Regencia, em nome do Imperador, por bem que seja creada para este effeito huma commissão composta de Vm. e de mais duas pessoas de sua escolha, afim de organisarem hum projecto de reforma das Thesourarias e Pagadorias de Tropas, concebido com tal e tão vantajosa simplicidade, que escuse e poupe tamanha expedição de ordens como as que o Governo se vê obrigado a passar, afim de se realisarem pagamentos legalmente vencidos.

Para se conseguir hum tão desejado e conveniente effeito, que a Regencia confia das luzes e experiencia de Vm. e socios que designar, lhe manda outrosim recommendar que no projecto que lhe he incumbido, não só se possa fazer o expediente com hum pequeno numero de empregados, mas que se facilitem os meios de fazer effectiva a responsabilidade dos malversores em suas funcções, estabelecendo outrosim hum tal systema de guias de humas para outras Provincias que, juntas aos passaportes e verbas nelles postas pelas autoridades respectivas, sejam bastantes para obstar a qualquer fraude aos individuos que tenham de receber pagamentos em qualquer das Thesourarias que se apresentem, cumprindo ultimamente á commissão indicar os pontos e diversas Provincias em que devem ser estabelecidas taes Repartições. O que tudo participe a Vm. para que os seus trabalhos e dos outros membros da commissão se hajão de realisar neste sentido. Paço, em 14 de Dezembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. José Joaquim Justiniano. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 145, vol. 18.*

AVISO DE 14 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Transmitto a V. S. o aviso do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, datado de 9 do corrente, afim de que V. S. proce-

da, conforme a Lei de 26 de Outubro, para que seja o infractor do sigilo das cartas no Correio punido na fôrma da lei. Deos guarde a V. S. Paço, em 14 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Maria Monteiro de Barros. — *Acha-se a fl. 148 do Liv. 11º da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 15 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, a quem foi presente o seu officio de 29 do mez passado, manda declarar-lhe que nenhuma duvida deve ter em fazer abrir o Cartorio do Juizo dos Orphãos dessa Villa, que se acha fechado pela ausencia do respectivo Escrivão, afim de que continue o necessario expediente, passando immediatamente a fazer culpa ao referido Escrivão, que deve ser punido na fôrma do art. 157 doCodigo Criminal. Deos guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 15 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz Ordinario da Villa de Itaguahy. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 145, vol. 18.*

AVISO DE 15 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Illm. e Exm. Sr. — Determinando a Lei novissima de 15 de Novembro proximo passado, no art. 20, que o Governo mande vender na Provincia do Rio Grande do Sul a cavallhada pertencente á Fazenda Nacional, ou reparti-la desde já pelos estanceiros da Provincia se o quizerem, ficando estes obrigados a dar outros tantos quando se lhes exigirem, e no subseguente art. 21 que mande igualmente vender na mesma Provincia as bestas muars e bois pertencentes á Fazenda, e convindo fazer-se, quanto antes, effectivas aquellas disposições: manda a Regencia, em nome do Imperador, iacumbir ao reconhecido zelo, prudencia e dexterdade de V. Ex. o desempenho dellas, de modo que se combine o interesse da Fazenda com a utilidade dos particulares, quando V. Ex. entenda que a repartição he preferivel á venda; recommendando a V. Ex. que, logo que tenha concluido a distribuição da cavallhada, cobrando-se dos estanceiros por quem fôr feita, o competente recibo para a todo o tempo constar, e ultimada a venda dos outros animaes, haja de dar huma conta circunstanciada, declarando o producto da dita venda, que será feita pela maneira que V. Ex. julgar mais conveniente, afim de se poder fazer carga ao Thesouro Publico: o que participe a V. Ex. para seu conhecimento e execução. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 15 de Dezembro de 1831. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — Sr. Manoel Antonio Galvão. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 146, vol. 18.*

AVISO DE 15 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticico.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. S. o requerimento incluso de Eugenia, crioula, escrava que foi do fallecido Antonio Pinto da Silva, queixando-se do exorbitante preço que sua actual senhora exige para a libertar, afim de que, attentas as differentes Cartas Regias que mandão em taes casos attender á sorte dos escravos, procure primeiro por meios pacíficos obstar o consentimento da senhora para a libertar, e quando o não possa conseguir, sendo depositada, faça conseguir os termos da lei, prestando á mesma supplicante toda a protecção que a humanidade e as mesmas leis outorgão. Deos guarde a V. S. Paço, em 15 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Antonio Augusto Monteiro de Barros. — *Acha-se á fl. 148 v. do Liv. 11º da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 15 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticico.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a Vm. o requerimento incluso de José da Cunha Pinheiro, que, tendo sido reformado no posto de Alferes da Imperial Guarda de Honra, entende o Governo achar-se comprehendido no art. 27 da Lei de 18 de Agosto do corrente anno. Deos guarde a Vm. Paço, em 15 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz da Freguezia de Santa Anna. — *Acha-se á fl. 148 do Liv. 11º da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 15 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr. — Restituindo a V. Ex. o officio incluso do Commandante das Armas da Córte, e documentos annexos que acompanhárão o Aviso de V. Ex., de 28 do passado, cumpre-me dizer a V. Ex. que, tendo sido falsa a participação do Alferes Marianno José Maciel, deve este ser punido por ordem de V. Ex. como desobediente, não obstante achar-se hoje nomeado Delegado do Juiz de Paz de Guapemirim. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 15 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se á fl. 1 do Liv. 12º da Córte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 15 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Illm. e Exm. Sr. — A Regencia, em nome do Imperador, ha por bem que V. Ex. remetta a esta Secretaria de Estado, todos os quarteis, a folha das despesas da Capella Imperial, acompanhada dos documentos que a legalisção, recebendo igual do Thesoureiro das alfaías, e bem assim a receita de quaesquer rendimentos pertencentes á mesma Capella e Cathedral. Deos guarde a

V. Ex. Paço, em 15 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Duarte Mendes de Sampaio Fidalgo. — *Acha-se á fl. 1 do Liv. 12º da Córte na Secretaria da Justiça.*

PORTARIA DE 15 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticico.

O Thesoureiro da Capella Imperial fique na intelligencia de que só á vista da folha processada pelo Inspector da Capella Imperial com o cumpra-se do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça fará os pagamentos das quantias ahi designadas. Paço, em 15 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se á fl. 1 do Liv. 12º da Córte na Secretaria da Justiça.*

RESOLUÇÃO DE 16 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Senhor. — Pondo-se a lanços os arrendamentos das bancas do pescado da Praia desta Cidade, offerecêrão os respectivos licitantes os lanços que constão da lista n. 1, e porque a differença dos preços por que corrêrão os mesmos arrendamentos no anno que finda, constantes da lista n. 2, he grande em prejuizo da Fazenda, entendeu o Conselho, com assistencia do Procurador da mesma Fazenda, que se levasse este assumpto á imperial presenca de V. M., afim de resolver se se deve ultimar a arrematação pelos maiores preços que der a praça, ainda que não excedão dos offerecidos, e se se deve sobrestar na mesma arrematação, mandando-se fechar as bancas no ultimo de Dezembro corrente, dia em que findão os actuaes arrendamentos.

Ao Conselho parece que, para chamar á praça competidores que elevem os arrendamentos a maior preço, convirá que se facilite a condição que em outras praças se pedio pelos licitantes de venderem nas ditas bancas não só pescado, como quaesquer outros generos que bem lhes convier. Rio de Janeiro, em 12 de Dezembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — João Sabino de Mello e Bulhões Lacerda Castello Branco. — João Prestes de Mello. — Manoel José de Souza França.

Resolução. — Ultime-me a arrematação com a condição proposta pelo Conselho. Paço, 16 de Dezembro de 1831. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — *Acha-se o original no Cartorio actual do Thesouro Nacional.*

N. 1.

LISTA das bancas do pescado da Praia desta Cidade arrematadas no Tribunal do Conselho da Fazenda para correr no anno de 1831.

Nº.	Nomes dos arrematantes.	Preço de arrematação.
1	João Rodrigues Moreira.	267,000
5	José Caetano Pinto.	201,000
4	Bernardino José Ribeiro.	160,000

N.º	Nomes dos arrematantes.	preço de arrematação.
5	Francisco João de Deos.	300\$000
2	Manoel Joaquim Raymundo	262\$000
6	Joaquim Francisco de Moraes.	302\$000
8	José Rodrigues dos Santos	204\$000
11	Raymundo Rodrigues dos Santos	201\$000
12	Maria Thereza.	361\$000
13	Jeronymo da Rosa	410\$000
9	Joaquim José de Abreu.	460\$000
27	Delphino Fernandes de Moraes	221\$000
16	Custodio Luiz Joaquim	407\$000
17	Manoel José de Souza.	430\$000
28	Placido Gomes da Cunha.	510\$000
30	Manoel Rodrigues dos Santos.	201\$000
10	Joaquim Antonio Maria.	370\$500
37	Ignacio Rodrigues.	98\$000
38	Francisco Manoel José	102\$000
26	Antonio José de Queiroz	351\$000
39	Felicissimo Gomes	241\$000
31	Francisco Pereira do Espirito Santo.	171\$750
36	João Maria de Salles	301\$000
42	Bernardino José Ribeiro	151\$000
45	Carlos Gomes da Silva	68\$000
29	Floriano José Vieira.	251\$000
41	Joaquim Francisco de Moraes.	260\$500
40	Idem	251\$000
41	Manoel Francisco Barbosa.	109\$000
43	Idem	114\$500
14	Joaquim José da Costa	305\$000
15	Paschoal José da Costa	301\$000
7	Joaquim de Souza.	155\$500
18	Manoel Godinho	351\$000
19	José Martins de Souza Vieira.	351\$000
20	Antonio da Silveira Martins.	333\$000
21	Manoel Ribeiro Mendes.	461\$000
22	José Francisco Maia	301\$000
23	Matheus Soares	290\$000
24	Francisco de Freitas.	201\$000
25	Jacinto José de Oliveira	251\$000

Manoel José de Souza Franca.

N. 2.

LISTA das bancas do pescalo da Praia desta Cidade sobre que houve lances no Tribunal do Conselho da Fazenda para a respectiva arrematação, que deve correr no anno de 1832.

N.º	Nomes dos licitantes.	Lances.
1	Placido Gomes da Cunha	100\$000
2	Manoel Joaquim Raymundo.	100\$000
3	Francisco João de Deos.	100\$000
4	Bernardino José Ribeiro	100\$000
5	José Cactano Pinto	100\$000
6	Joaquim Francisco de Moraes.	100\$000
7	Joaquim de Souza.	100\$000
8	Joaquim José de Abreu	100\$000
9	José Rodrigues dos Santos	100\$000
10	Joaquim Antonio Maria.	100\$000
11	Raymundo Rodrigues dos Santos	100\$000
12	Maria Theresa	100\$000
13	Antonio de Oliveira Santos	100\$000

TOMO VII.

N.º	Nomes dos licitantes.	Lances.
14	Joaquim José da Costa	100\$000
15	Paschoal José da Costa	100\$000
16	Custodio Luiz Joaquim.	100\$000
17	José de Souza Magalhães	100\$000
18	Antonio de Oliveira Santos	100\$000
19	José Martins	100\$000
20	Antonio da Silveira Martins.	80\$000
21	Manoel Ribeiro Mendes.	100\$000
22	José Francisco Maia	6\$000
23	Matheus Soares	100\$000
24	Francisco de Freitas.	60\$000
25	Jacinto José de Oliveira	50\$000
26	Antonio José de Queiroz	50\$000
27	Marcellino Pinto	50\$000
28	Placido Gomes da Cunha	60\$000
29	Antonio da Silva Lisboa.	100\$000
30	Manoel Rodrigues dos Santos.	102\$000
31	Francisco Pereira do Espirito Santo.	60\$000
36	João Maria de Salles	100\$000
37	Ignacio Rodrigues	60\$000
38	Francisco Manoel José	40\$000
39	Felicissimo Gomes	70\$000
40	Joaquim Francisco de Moraes.	60\$000
41	Idem	60\$000
42	Bernardino José Ribeiro	80\$000
43	Carlos Gomes da Silva	68\$000
44	Manoel Francisco Barbosa.	80\$000
45	Idem.	80\$000

Manoel José de Souza Franca.

AVISO DE 16 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Podendo acontecer que as rondas não entendão como convém os arts. 3 e 14 das instruções de 14 de Novembro passado; Vm., para perfeita intelligencia dellas, lhes fará declarar que devem ser presos todos os individuos que forem encontrados no acto de perpetrarem crimes, e aquelles que ha pouco o houverem committido serão igualmente presos e levados directamente ao Juiz de Paz ou Criminal mais proximo com as testemunhas que tiverem presenciado o facto, para proceder-se contra os mesmos na conformidade da lei, e que poderão entrar de dia na casa alheia, nos casos naquelle artigo mencionado, e quando para ella se refugiar o réo que tiver sido encontrado em flagrante delicto, como fica referido, pois que, fóra deste caso, ainda quando se saiba que em alguma casa se acha refugiado criminoso, deverão proceder da mesma forma que o farião de noite. Deos guarde a Vm. Paço, em 16 de Dezembro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Commandante das Guardas Municipaes Permanentes.—*Acha-se no Diario Fluminense n. 145, vol. 18.*

AVISO DE 16 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Representando o Bacharel Saturnino de Souza e Oliveira os inconvenientes que soffre com o

exercício do lugar de Juiz da Paz da Freguezia do Sacramento, que só por patriotismo e attenta as circumstancias acceitára, e que tão cabalmente tem desempenhado, e constando que na escala dos votos para Promotor do Jury tem preferencia o mesmo cidadão, podendo passar o actual para o de Juiz, para cujo emprego se diz ter preferencia em votos aquelle, e convindo attender aos que bem servem para que se não arruinem de todo em sua fortuna quando a Patria não exigir tão grande sacrificio, o que acontecerá ao representante se por mais tempo continuar no exercício em que está, não duvidando aliás encarregar-se da Promotoria e do commando do Batalhão das Guardas Nacionais da sua Freguezia, de que he Tenente-Coronel: a Regencia, em nome do Imperador, manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, levar á consideração da Camara Municipal desta Cidade todas estas razões, afim de ser por ella attendida a representação que sobre este mesmo objecto lhe tem dirigido o representante. Palacio do Rio de Janeiro, em 16 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 146, vol. 18.*

AVISO DE 17 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a V. S. o officio incluso do Presidente da Provincia de Matto Grosso, de 4 de Agosto deste anno, dirigido á Repartição da Fazenda, acompanhado de diversos documentos, pelos quaes prova estar o Juiz de Fóra da Cidade do Cuyabá, Paschoal Domingos de Miranda, recebendo o ordenado annual de 1:200\$ pela vara de Ouvidor que serve interinamente, quando nenhum vencimento lhe compete, por se achar vago o dito lugar e ser elle obrigado a servi-lo: e ha por bem que V. S. proceda como entender de direito sobre este objecto. Deos guarde a V. S. Paço, em 17 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueiróa Nabuco Araujo. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 146, vol. 18.*

AVISO DE 17 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Recebi as suas cartas de 5 e 19 de Outubro ultimo, e com a segunda conta do pagamento dos dividendos de nossos emprestimos vencidos no 1º daquelle mez.

Muito lhe agradeço os cumprimentos que na primeira me dirige; e inteirado do resto do conteúdo de huma e outra, novamente lhe repito que o Governo de S. M. o I. não se esquece de seus deveres, e que olha como hum dos mais sagrados o sustentar illibado o credito brasileiro. Oxalá que o Sr. Rothschild faça effectiva a cooperação que tantas vezes nos promette em suas cartas; e á qual, em certo modo, o mesmo Governo se reputa com direito, attentas as grandes vantagens que a sua casa tem tirado das muitas

e consideraveis transacções que com elle tem feito. Deos guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de Dezembro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Nathan Meyer Rothschild. — Londres. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 149, vol. 18.*

AVISO DE 17 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authentic.

Sendo presente á Regencia o seu officio datado de hontem, em que expõe terem-lhe diversos presos da Ilha das Cobras requerido a remoção para a enfermaria da cadeia, afim de serem nella curados, visto acharem-se doentes: manda, em nome do Imperador, responder-lhe que se vão dar as providencias necessarias sobre huma enfermaria provisoria naquella Ilha, como V. S. propõe, e que por ora vá o Cirurgião ali tratar dos presos que se acharem molestos, os quaes podem ser collocados na ante-sala da prisão debaixo e ali curados. Deos guarde a V. S. Paço, em 17 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueiróa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 2 v. do Liv. 12º da Córte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 17 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authentic.

Participo a V. S., para sua intelligencia, que estão dadas as ordens necessarias para ser recebido a bordo do paquete nacional *Niger*, que segue amanhã viagem para a cidade da Bahia, o réo Cypriano José Barata de Almeida, para responder perante o Juizo do seu domicilio. Deos guarde a V. S. Paço, em 17 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueiróa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 2 do Liv. 12 da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 17 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authentic.

Tendo sido deferida a supplica de Heywor Irmãos e C., negociantes desta Praça, em que pedem a restituição de direitos indevidamente recebidos pelo serventuario do officio de Escriptão da Abertura da Alfandega desta Córte: determina a Regencia, em nome do Imperador, que V. S. faça com que este empregado restitua taes emolumentos, e quando assim o não faça, o suspenda, dando immediatamente parte a esta Repartição. Deos guarde a V. S. Paço, em 17 de Dezembro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Juiz da Alfandega. — *Acha-se no Cartorio da Alfandega.*

PORTARIA DE 19 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Sendo presente á Regencia o officio da Camara Municipal desta Cidade, datado de 10 do cor-

rente, em que participa os motivos por que não pôde cumprir a portaria de 3 do dito, sobre o emprego de Diogo Venceslão Fernandes no lugar que servio de Feitor do Passeio Publico, occupando o que actualmente ali se acha no que o supplicante tem servido das obras de Maracanan: a mesma Regencia, louvando muito o zelo da dita Camara em pugnar por suas regalias e attribuições, desejaria que no seu modo de pensar não houvessem algumas vezes suas altas e baixas, bem como acontece agora ácerca de empregados do Passeio Publico, por ser claro que não lhe assiste razão alguma em que se funde para pretender o poderio de nomear, demittir e mudar empregados que não são daquelles marcados na lei da sua criação, devendo aliás saber que a ingerencia que por lei lhe he dada em taes estabelecimentos, edificios e instruções publicas, he tão sómente de inspecção, cuidado e providencia para sua boa conservação e proveito, mas não a que ella pretendia arrogar-se sobre os empregados para os admittir, lançar fóra ou mudá-los, o que exclusivamente pertence ao Governo que os nomeou; e tanto a Camara já reconheceu esta genuina intelligencia, que nada ponderou a tal respeito, quando pelo Governo foi nomeado Hercules Octaviano Muzzi para Director da Junta Vaccinica, que tambem pela lei se acha a cargo da Municipalidade; nem pôde igualmente valer-lhe o art. 75 da mesma lei, de que lança mão, para sustentar a sua preferencia em taes pretensões; pois que ella só permite que os recursos ao Governo, provenientes das deliberações da Camara, sejam sobre objectos que a dita lei lhe incumbem, e não alheios, como este, do seu poderio e direcção. Nestas circumstancias manda a Regencia, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, que se effectue a mudança que lhe foi determinada na Portaria de 3 do corrente, não obstante a differença dos vencimentos dos dous empregados, visto que o supplicante Diogo Venceslão Fernandes se sujeita a receber os 640 rs. diários pelo lugar do Passeio Publico, e o que dali fôr mudado para as obras de Maracanan utilisa com o vencimento de 800 rs. que percebia o que dali he removido. Palacio do Rio de Janeiro, em 19 de Dezembro de 1831.—José Lino Continho. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 145, vol. 18.*

AVISO DE 19 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Sendo presente á Regencia o requerimento incluído de Joaquim de Santa-Anna Araujo Mouzinho, expondo que, procedendo-se á eleição dos Officiaes para as Guardas Nacionais nessa Villa, recahira esta sobre alguns individuos do corpo da reserva, contra a disposição da lei da organização das mesmas Guardas: manda a Regencia, em nome do Imperador, que, sendo vedada a exposição do supplicante, Vm. proceda á nova eleição, na qual só devem votar e ser votados os cidadãos que se alistarem no serviço ordinario, e que, fei-

ta a nomeação dos officiaes, dê immediatamente parte de tudo ao Governo, enviando o mappa da força ordinaria e de reserva. Deos guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 19 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Juiz de Paz da Villa da Ilha Grande. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 146, vol. 18.*

AVISO DE 19 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Tendo sido Vm. nomeado Desembargador da Relação de Pernambuco, quando já se achava o numero della completo, segundo o alvará de 6 de Fevereiro de 1821, e não podendo por isso entrar no exercicio deste lugar, pelo menos emquanto a Assembléa Geral não resolver o contrario, manda a Regencia, em nome do Imperador, assim communicar-lhe, para sua intelligencia e execução. Deos guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 19 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chichorro. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 146, vol. 18.*

Na mesma conformidade se expedirão aos que se achão em iguaes circumstancias.

AVISO DE 19 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authentic.

A Regencia, a quem foi presente o officio de V. S., de 16 do corrente, acompanhando a parte que lhe deu o Guarda-Mór da Alfandega, de ter vindo na escuna *Camilla* e navio *Leão*, ambos portuguezes, alguns pretos bucaes: ordena, em nome do Imperador, que V. S., fazendo-os pôr em seguro deposito e mandando lavar os competentes termos, envie tudo á Commissão Mixta, para proceder na conformidade do tratado existente. Deos guarde a V. S. Paço, em 19 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. — *Acha-se á fl. 3 do Liv. 12 da Secretaria da Justiça.*

DECRETO DE 20 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador, julgando conveniente, para melhorar a fiscalisação das rendas que se arrecadão nas Alfandegas, prescrever a fôrma dos manifestos de que devem munir-se as embarcações mercantes, decreta:

Art. 1.º As embarcações que se dirigirem com carga para os portos deste Imperio devem trazer duas vias do manifesto, huma das quaes entregará o Commandante á barca de vigia fóra da barra ou á do ancoradouro de franquia, quando o não possa fazer aquella; e onde não houver taes barcas, aos Officiaes da visita da Alfandega; e a outra via entregará na Alfandega quando a ella fôr dar entrada, a qual terá lugar dentro de vinte e quatro horas depois da chegada ao porto, não contados os dias em que estiver fechada a Alfandega.

Art. 2.º O manifesto conterà as seguintes declarações: o nome da embarcação, classe e tonelagem, o nome e assignatura do capitão, o porto em que recebeu a carga, o porto ou portos deste Imperio a que vem dirigida, a descrição mais exacta possível das denominações, qualidades e quantidades das mercadorias, se estas vem a granel ou em volumes, as qualidades dos volumes ou vasilhas e seu conteúdo, as marcas e numero de cada hum, peso ou medida das mercadorias, por quem carregadas, a quem consignadas; a relação dos sobreceletes que tiver a bordo para consumo da embarcação. A excepção das marcas e numero dos volumes, todo o mais conteúdo dos manifestos será escripto por extenso.

Art. 3.º Quando huma embarcação tiver recebido carga em mais de hum porto, trará tantos manifestos quantos os portos em que tiver carregado.

Art. 4.º O Commandante da embarcação quando der a entrada na fôrma do art. 1.º, declarará o numero de passageiros, quer da camara, quer arranchados com a tripulação, e a bagagem do uso particular de cada hum, e além destas fará todas as mais declarações que entender convenientes para sua segurança e boa fé, mesmo accusando alguns volumes que lhe falem ou cresçam no manifesto, justificando a causa da diminuição ou acrescimo, na certeza de que nada poderá depois allegar que o releve da responsabilidade.

Art. 5.º O Commandante de qualquer embarcação que se destinar para este Imperio, logo que no porto ou portos donde deve sahir tiver completado o seu carregamento e feito o manifesto pelo modo prescripto no art. 2.º, apresentará as vias do dito manifesto ao Consul Brasileiro residente nesse porto, ou quem suas vezes fizer, para as authenticar no caso de conterem as declarações e solemnidades exigidas neste Decreto.

Art. 6.º Nos portos onde não houver Consul Brasileiro ou quem suas vezes faça, será o manifesto authenticado por dous negociantes Brasileiros ali residentes, e não os havendo, por dous negociantes do proprio paiz, e as firmas, tanto de hums como dos outros, serão reconhecidas pela autoridade local a quem competir.

Art. 7.º Quando se verificar que a embarcação trouxe maior quantidade de mercadorias do que as constantes do manifesto ou da declaração do Commandante, serão apprehendidas as que de mais se acharem e divididas pelos apprehensores.

Art. 8.º Achando-se menor quantidade de mercadorias que as constantes do manifesto ou da declaração do Commandante da embarcação, se reputarão extraviadas; se a falta fôr de volume ou volumes, ficará o Commandante sujeito á pena de contrabando; se a falta fôr na quantida-

de da mercadoria, recahirá no dono della a mesma pena.

Art. 9.º Nos casos dos arts. 7 e 8 se executarão as penas pelo facto da simples achada de mais ou menos volumes ou mercadorias, sem admittir-se outra alguma prova a este respeito, nem dar lugar a disputas judiciaes.

Art. 10. Serão apprehendidos como contrabando os generos e mercadorias que fôrem de qualidade inferior á manifestada.

Art. 11. Os Consules e Vice-Consules Brasileiros, logo que receberem este Decreto, o farão publicar nos periodicos dos portos do estado onde residirem, e remetterão logo aos Juizes das Alfandegas deste Imperio dous exemplares dos ditos periodicos.

Art. 12. As embarcações que vierem da Europa e Costa Oriental da America e Occidental da Africa, são obrigados a satisfazer ás disposições deste Decreto depois de findos nove mezes, contados da sua data, e dezoito mezes as que vierem de Cabos a dentro; isto se entenderá quando nos ditos portos os Consules ou Vice-Consules Brasileiros não tiverem feito publicas pela imprensa as referidas disposições; porquanto, as embarcações que sahirem dali hum mez depois dessa publicação, ficão a ellas sujeitas, ainda que não hajão decorrido os prazos marcados.

Art. 13. A infracção deste Decreto commettida pelos Consules e Vice-Consules os sujeita a hum multa de 100\$ a 500\$ e á destituição do emprego no caso de reincidencia.

Art. 14. No caso de que a embarcação não traga manifesto, será admittida á descarga, pagando 10 por cento mais sobre o valor das mercadorias que trouxer.

Art. 15. O Commandante de qualquer embarcação que não trouxer o seu manifesto na fôrma prescripta neste Decreto, pagará hum multa de 500\$ até 2:000\$.

Art. 16. A embarcação fica hypothecada ás multas por este Decreto impostas ao Commandante; e todas as mercadorias que no carregamento pertencerem a hum mesmo dono ficão hypothecadas ás penas a que fôr sujeita parte dellas.

Art. 17. Havendo denunciante, pertencer-lhe ha metade das mercadorias que fazem o objecto da denuncia, ou metade do seu valor, e a outra metade será dos apprehensores.

Art. 18. Quando se duvidar se este Decreto comprehende alguma hypothese, a decisão pertence ao Ministro da Fazenda na Córte, e nas Províncias aos Presidentes em Conselho.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Palácio do Rio de Janeiro, em 20 de Dezembro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Bráulio Moniz. — Bernardo Pereira de Vasconcellos.

MODELO do manifesto que, em conformidade do Decreto de 20 de Dezembro de 1851, devem trazer as embarcações mercantes, nacionaes ou estrangeiras que transportarem carga para os Portos do Imperio do Brazil.

Contra-marca do navio.	Manifesto da carga que o navio portuguez de seiscentas toneladas, de que he proprietario e mestre	recebeu no porto tocando
T.	de	A saber :
Marcas.	por escala com destino para ou em direitura para	
	— Carrega —	
	Para Pernambuco.	
	A.....	
D.	Cincoenta pipas de vinho tinto de Lisboa.	
B.	Cinco caixotes com patacas hespanholas, cada hum com tres mil patacas, a entregar	
Ns. 1 a 5.	A B...., ausente a	
	— Carrega —	
	C.....	
A.	Dez caixões de chapéos de castor, contendo cada hum sessenta chapéos.	
Ns. 1 a 10.	a entregar	
	A D....., ausente a	
	— Carrega —	
	Para o Rio de Janeiro.	
	E.....	
D. F. G.	Hum barril de azeite doce, de quatro em pipa.	
	A entregar	
	a F....., ausente a	
	— Carrega —	
	G.....	
G.	Quatro fardos de garraz de companhia, com setenta e cinco peças cada hum.	
	Quatro ditos de dito berboim, com oitenta peças cada hum.	
	a entregar	
	A H....., ausente	
	— Carrega —	
	J.....	
Sem marca.	Quinhentas barras de ferro da Suecia, pesando trezentos quintaes portuguezes.	
	a entregar	
	A L....., ausente a	
	etc. etc. etc.	
	Certifico que a quantidade de volumes e as marcas e numeros constantes deste manifesto são conformes com os conhecimentos que assignei: sendo em resumo todo o carregamento do navio de meu commando	
	O seguinte:	
	Duzentas pipas de vinho branco de Lisboa.	{ Para Pernambuco, porto de minha escala.
	Vinte ditas dito do Porto.	
	Trinta fardos de fazendas de Bengalla.	{ Para o Rio de Janeiro.
	Vinte ditos de ditas do Malabar.	
	Quarenta ditos de ditas Inglezas.	
	etc. etc. etc.	
Lisboa	assignado o Mestre F.	

Eu F. Consul do Imperio do Brazil na Cidade de
 certifico que este manifesto está formalizado com as
 declarações e solemnidades exigidas pelas leis das alfandegas do mesmo im-
 perio. Lisboa

Assignado o Consul F.

Declarações a fazer pelo Mestre do navio, conforme as occurrencias que encontrar, e que deve entregar na alfandega com o seu manifesto.

Certifico que, além da carga acima mencionada, recebeu o navio de que sou Mestre no porto de minha escala em as fazendas e objectos de que consta outro manifesto aqui junto e da mesma maneira formalizado. Recife

assignado o Mestre F.

Certifico que no dia _____ achando-me na latitude _____ e longitude _____ falleceu o Mestre do navio _____ do qual eu abaixo assignado, Piloto do mesmo navio, tomei o commando, na conformidade da carta de ordens do respectivo proprietario o Sr.

Bordo do navio

Era ut supra
assignado F.

Certifico que no dia _____ achando-me na latitude _____ e longitude _____ soffreu o navio _____ de que sou Mestre hum forte temporal, como consta do protesto que fiz, por cujo temporal fui obrigado a alijar os seguintes volumes da carga do mesmo navio:

A. P. Dez fardos de fazendas de Bengalla ns. 4., 8., 5, não se podendo tomar os numeros dos outros.

B. Dez fardos de fazendas inglezas, cujos numeros se não tomáráo.

etc. etc. etc.

Bordo

Era ut supra.

Assignado o Mestre F.

Certifico que no dia _____ achando-me na latitude _____ e longitude _____ foi o navio do meu commando atacado por hum pirata, a cuja força se não pôde resistir, como consta do referido protesto que fiz, o qual pirata roubou da carga do mesmo navio os seguintes volumes:

Hum barril de azeite doce. } Quando fôr possível tomar nota.

Dez pipas de vinho. } etc.

etc. etc. etc.

Bordo

Era ut supra.

assignado o Mestre F.

Declarações que o mestre do navio deve fazer na alfandega onde der entrada.

A saber:

Certifico que no porto de _____ do qual segui viagem para _____ com escala por _____ embarcárão como passageiros, no navio _____ do meu commando

Para Pernambuco.

com seis bahús de fato. . . { Domingos } Passageiros de ré.
Joaquim
Antonio

Para o Rio de Janeiro.

Com dous bahús. { Luiz } Passageiros de proa.
José

Rio de Janeiro

assignado o Mestre F.

Sobrecellentes que se achão a bordo do navio, vindo de Lisboa, e chegado a este porto em

Mantimentos.

Vinte barricas de biscouto com arrobas.

Dezeseis barris de carne salgada, com arrobas.

Arranjos
do navio.

Trinta peças de lona da Russia.
Vinte ditas de cabos de Cairo de diferentes bitolas.
Rio de Janeiro
assignado o Mestre.

N. B. O Mestre fará pela fôrma acima mencionada todas as mais declarações que exigirem as circumstancias ou occurrencias da viagem e escalas.
Palacio do Rio de Janeiro, 20 de Dezembro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos.

DECRETO DE 20 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador, em additamento ao cap. 5º do Regulamento do porto desta Capital, de 15 do corrente mez, decreta:

Os Commandantes das embarcações mercantes ou seus prepostos que estiverem surtas no ancoradouro de franquia ou no de embarcações á carga, logo que receberem a seu bordo algum carregamento, lançarão no despacho do Consulado que o houver acompanhado a nota de—Recebido,—que será por elles assignada, e a remetterão logo em direitura pelo arrâes do barco ao Commandante do ancoradouro para, no dia seguinte, o enviar ao Administrador do Consulado; e o Commandante da embarcação mercante, por si ou pelo seu preposto, que faltar ao cumprimento desta disposição, pagará por cada vez a multa de 30\$5.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 20 de Dezembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — Bernardo Pereira de Vasconcellos.

DECRETO DE 20 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, em observancia do art. 14º da Lei de 18 de Agosto do corrente anno, que manda crear as Guardas Nacionais, determina que fiquem extinctos todos os corpos de Milicias e Ordenanças logo que em cada hum dos Municipios de que fôrem esses corpos se tenham organizado as Guardas Nacionais. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido e o faça executar com os despachos necessarios.

Paço, em 20 de Dezembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — Manoel da Fonseca Lima e Silva.

DECRETO DE 20 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, em observancia do art. 16, cap 5º,

da Carta de Lei de 15 de Novembro do corrente anno, que orga e fixa a receita e despesa do Imperio, para o anno financeiro do 1º de Julho de 1832 ao ultimo de Junho de 1833, determina que os vencimentos do Commandante das Armas da Côrte ficarão reduzidos ao soldo da sua patente com a gratificação e cavalgaduras do commando de divisão; e que os Commandantes de Armas da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará, Matto Grosso, Santa Catharina e Rio Grande do Sul, vencerão somente o soldo da sua patente com a gratificação e cavalgaduras de commando de brigada. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido e o faça executar com os despachos necessarios. Paço, em 20 de Dezembro de 1831, 10º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — Manoel da Fonseca Lima e Silva. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 152, vol. 18.*

AVISO DE 20 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticio.

A Regencia, em nome do Imperador, manda remetter a Vm. o requerimento incluso de João Rodrigues Cunha, que, havendo sido reformado no posto de Alferes da Imperial Guarda de Honra, o Governo entende achar-se comprehendido no art. 27 da lei de 18 de Agosto ultimo. Deos guarde a Vm. Paço, em 20 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijo. — Sr. Juiz de Paz da Freguezia de Santa Anna. — *Acha-se á fl. 3 v. do Liv. 12º da Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 22 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Em devido tempo recebi os seus officios ns. 34, 35 e 36. O objecto do primeiro e do terceiro está providenciado, pois que o Governo Imperial acaba de encarregar á casa de Samuel e Phillips dessa praça o pagamento de nosso Corpo Diplomático e Consular nas Côrtes estrangeiras. A letra de que trata o n. 35 ainda não foi apresentada no Thesouro Nacional, e será aceita logo que appareça: servindo a V. S. de governo que d'ora em diante deve receber ahi dos sobreditos Samuel e Phillips o dinheiro preciso para as despesas dessa Legação.

Por officio de 13 de Agosto ultimo recommen-

dei a V. S. de tomar todas as medidas que o seu zelo e as circumstancias lhe suggerirem, afim de remediar de alguma fôrma o prejuizo que a Fazenda Publica soffrêra com a queima do pão-brazil que de sua conta tinha em Antuerpia, e hoje de novo lhe recommendo este objecto.

Não constando no Thesouro Nacional se foi essa Legação, se Rothschild, que fizera a remessa daquelle genero de Londres para Antuerpia, nem qual a ordem que autorisasse semelhante especulação: ordena-me a Regencia, em nome do Imperador, que eu indague de V. S. huma e outra cousa, isto he, quem fez a remessa e com que ordem. O que participe a V. S. para seu conhecimento e execução. Deos guarde a V. S. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Dezembro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Eustaquio Adolpho de Mello e Mattos. — Londres. *Acha-se no Diario Fluminense* n. 149, vol. 18.

AVISO DE 22 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Pelo paquete chegado a 19 do corrente recebi a sua carta do 1º de Novembro, acompanhada de sua conta corrente com o Governo Imperial, desde o 1º de Maio até aquelle dia; conta do pagamento dos dividendos de nossos empréstimos vencidos no 1º de Outubro, e contas de venda de duas partidas de pão-brazil e de apolices brasileiras das de conta do Governo no valor de Lib. 10,000.

Tenho mandado tomar nota no Thesouro do Imperio das letras que na sua dita carta Vms. avisão haver recebido da Junta da Fazenda da Bahia, no valor de Libs. 3812,55,2, e das mencionadas contas se farão os respectivos assentos logo que conferidas sejam. Aconteceu neste semestre, de Outubro, quasi o mesmo que no penultimo; então vendêrão Vms. apolices do Brazil, e no dia immediato receberão letras das Provincias; agora pouco tempo mediou entre igual venda e a chegada de novas letras. Em ambos os casos se podia ter evitado tão precarias vendas, sem que por isso fosse affectado o credito deste Imperio, e mais confiança terião Vms. mostrado no Governo de S. M. o I.

Comquanto tal procedimento pouco se compadeça com a cooperação por Vms. tantas vezes promettida, todavia o Governo do mesmo A. S. espera que, á vista de seus incessantes desvelos para manter illeso o credito brasileiro, Vms. farão da sua parte o possivel para que se consiga tão justo e util fim para ambas as partes. Deos guarde a Vm. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Dezembro de 1831. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. — Srs. Bazett Colvin Craesford e C. — Fletcher Alexander e C. — Thomaz Wilson e C. — Londres. — *Acha-se no Diario Fluminense* n. 149, vol. 18.

AVISO DE 22 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Restituo a V. S. o sumario a que procedeu sobre o descaminho de cartas e mais papéis no

Correio desta Côrte, que acompanhou o seu officio de 20 do corrente, tenho a declarar a V. S. que he bastante, em casos semelhantes, referir o resultado do processo. Deos guarde a V. S. Paço, em 22 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijo. — Sr. Nicoláo da Silva Lisboa. — *Acha-se á fl. 40 v. do Liv. 12º da Côrte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 22 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Exm. e Revm. Sr. — A Regencia, em nome do Imperador, attendendo á falta de sacerdotes que ha neste Bispado e á boa informação de V. Ex. dada sobre o requerimento de Lourenço Vieira de Souza Meirelles: ha por bem conceder a este a licença que pede para se ordenar, occorrendo-me ponderar a V. Ex. que conviria que elle se prestasse a parochiar alguma das igrejas vagas, e a ser mesmo constrangido a isso com penas canonicas quando allegue frivolos pretextos para o não fazer, como de ordinario acontece. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 22 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Bispo Capellão-Mór. — *Acha-se á fl. 5 do Liv. 12º da Côrte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 22 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Tendo representado o Padre Antonio José de Castro, que todas as suas cartas vindas da Provincia de Minas Geraes são desencaminhadas no Correio, de maneira que se vê ha muito privado de correspondencia sobre negocios que muito lhe interessavão, offerecendo, como meio de se poder vir ao conhecimento da pessoa que lhe causa este damno, o arbitrio de se escrever na lista das cartas do Correio, que deve chegar daquelle Provincia a 29 do corrente, o seu nome, ainda mesmo que para elle não venha carta alguma, afim de poder ser por este modo conhecido o individuo que exigir a entrega della: ordena a Regencia, em nome do Imperador, que Vm. haja de pôr em pratica o arbitrio que offerece o supplicante para se reconhecer por meio d'elle o desencaminhador de suas cartas, e ser punido na conformidade da lei. Deos guarde a Vm. Paço, em 22 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Administrador do Correio Geral desta Cidade. — *Acha-se á fl. 5 do Liv. 12º da Côrte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 23 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticico.

A Regencia, em nome do Imperador, louva o zelo, actividade e patriotismo com que Vm. se tem conduzido nas circumstancias difficeis em que se tem achado a Capital, e a promptidão com que fez organizar o Batalhão das Guardas Nacionais do seu districto, e está convencida que en-

contrará a sua cooperação todas as vezes que se tratar de sustentar a Independencia e Liberdade pela exacta observancia da Constituição e das leis. O que communico a Vm. para sua intelligencia. Deos guarde a Vm. Paço, em 23 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. João Silveira do Pillar. — *Acha-se á fl. 5 do Liv. 12º da Côrte na Secretaria da Justiça.*

Na mesma conformidade a Saturnino de Souza e Oliveira.

AVISO DE 23 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authentic.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, que Vm., dentro em tres dias depois de concluidas as ferias presentes, compareça na Camara Municipal desta Cidade para ali ser empregado no trabalho que lhe foi ordenado por aviso de 5 de Setembro do corrente anno, pena de suspensão do pagamento que vence como Official da Secretaria do extinto Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço. Deos guarde a Vm. Paço, em 23 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. Manoel Corrêa Fernandes. — *Acha-se á fl. 5 v. do Liv. 12º da Côrte na Secretaria da Justiça.*

AVISO DE 23 DE DEZEMBRO.

Imp. avulso.

Tenho a honra de transmittir a V. Ex. a inclusa segunda via de hum officio sob n. 45, em data de 9 de Outubro do corrente anno, do nosso Encarregado de Negocios de Hamburgo, Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond, afim de que V. Ex. haja de prestar-lhe a attenção que possão merecer as idéas que encerra sobre a terrivel epidemia colera-morbus e suas consequências. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Governo, 23 de Dezembro de 1831. — Francisco Carneiro de Campos. — Sr. José Lino Coutinho. — *Acha-se no Diario Fluminense n. 150, vol. 18.*

AVISO DE 23 DE DEZEMBRO.

Coll. Plancher.

Autorizado o Governo, pelo art. 17 da Lei novissima de 15 de Novembro proximo passado, a supprimir, onde convier, os commandos dos fortes, fortins, Taterias e pontos fortificados, foi-lhe presente o relatório da Comissão que anteriormente tinha nomeado para examinar quaes as fortificações que, pelo seu pouco interesse no systema de defesa desta Capital, deverião ser desarmadas, e quaes deverião ser conservadas em meio estado de armamento, agora que o exercito reduzido não permite a multiplicação de grandes destacamentos e nada a receiar externamente, e resolvendo estender ás demais Provincias do Imperio hum systema regular de economia no pessoal e material de suas fortificações, que, cortando toda a superfluidade, se limite ao necessario, mas de sorte concertado, que em qualquer emergencia estejam á mão os necessarios meios de se-

gurança: houve por bem a Regencia, em nome do Imperador, rendendo justiça ao infatigavel zelo e intelligencia do Coronel do Estado-Maior João Paulo dos Santos Barreto, e do Capitão do primeiro corpo de Artilharia de Posição de primeira linha Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão, os quaes formárão a referida Comissão, approvar, para terem já lugar nas fortificações desta Capital, as reduções abaixo transcriptas, reservando para outra vez as que tem de ser feitas nas restantes das Provincias e nas outras do Imperio, bem como a expedição das ordens para a suppressão dos Commandantes, Ajudantes de baterias, Almoxarifes e Capitães das fortificações desarmadas.

1.º Que as baterias da Fortaleza de Santa Cruz sejão guarnecidas de peças alternadamente, isto he, huma peça em bateria, outra debaixo da abobada, ou de rancho de palha, para se não arruinaem com as injurias do tempo.

2.º Que seja desarmada a Fortaleza do Pico, ficando somente um inferior ou cabo com tres soldados armados de fuzil para a sua guarda.

3.º Que o destacamento da praia de fóra fique reduzida a hum inferior e seis soldados, sendo Commandante desta o do Pico ou vice-versa.

4.º Sejão desarmados na Fortaleza de S. João os fortes de S. Martinho e S. Theodosio, recolhidas a armazens ou telheiros as bocas de fogo e reparos, deixando se porém na bateria baixa do primeiro as sete peças que nelle estão montadas.

5.º Que os fortes do Carguatá e Boa Viagem fiquem, o primeiro com hum cabo e hum soldado, e o segundo com hum sargento e tres soldados.

6.º Fiquem na Praia Vermelha hum inferior e quatro soldados, e na bateria somente quatro peças, recolhendo-se a armazens ou telheiros as restantes com os reparos em bom estado.

7.º Que a artilharia da Vigia e do Anel seja ella guardada em algum armazem proximo daquelles pontos, ou sob telheiro ou rancho de palha que se deve construir.

8.º Na Copacabana ficará hum cabo com dous soldados, em S. Clemente hum cabo e hum soldado, e isto até que o Governo nomêe hum Official para ficar encarregado do cuidado das fortificações desde o Leme até S. Clemente, ficando no Leme hum cabo e dous soldados.

9.º Que seja recolhida ao Arsenal do Exercito toda a palamenta que se achar nos fortes e pontos fortificadas que se mandão desarmar, e igualmente toda a artilharia que estiver arruinada, ficando só a que estiver boa.

10. E finalmente, que se faça inventariar toda a artilharia, reparos e trem de guerra que ficar em qualquer das fortalezas, fortes e fortificações, bem como tudo que fôr recolhido ao Arsenal; a carga daquelles artigos será feita ao Commandante da fortificação, que assignará o competente recibo, e a dos ultimos ao Official encarregado da execução desta commissão, o qual apresentará conta separada da artilharia arruinada, para se mandar proceder á venda della.

Participando a V. S. as determinações da Regencia, tenho de preveni-lo de que ella escolheu para esta commissão o mesmo Capitão Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão, por esperar do seu prestimo e actividade o melhor desempenho della. Elle receberá de V. S. as precisas ordens, e lhe irá dando conta successiva do quanto fôr executando e do que possa occorrer, regulando-se nesta parte pelo mesmo relatorio da Commisão de que elle foi membro; e logo que receba ordem da Regencia relativamente á suppressão dos Commandantes, Ajudantes de Baterias, Almoxarifes e Capellães, me farei cargo de a transmittir a V. S., bem como á Junta da Fazenda, do Arsenal do Exercito, para vender a artilharia arruinada, quando o dito Capitão apresentar nota della.

Deos guarde a V. S. Paço, em 23 de Dezembro de 1831.—Manoel da Fonseca Lima e Silva.
—Sr. Antero José Ferreira de Brito.

DECRETO DE 23 DE DEZEMBRO.

Coll. Plancher.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, em execução do art. 65 da Carta de Lei de 18 de Agosto do corrente anno, decreta:

Art. 1.º O uniforme das Guardas Nacionais, tanto a cavallo como a pé, constará de fardeta azul com muito pequena aba, gola verde e canhões amarelllos com vivos pretos, deixando livre a extremidade da gola e canhões para que appareça a côr dos mesmos, e botões pretos, com hum trancelim grosso e preto sobre os hombros; calça branca no verão e azul no inverno, barretina formada de chapéo só com aba na frente, com cercadura de couro preto no lugar da fita, e logo acima huma chapa lisa e tortuosa com o letreiro — Guarda Nacional, — e com o numero do batalhão aberto no meio, e emcima desta estará o tope nacional cercado de raios, e emcima deste huma pequena corôa, tudo de metal amarello. A cavallaria terá na barretina huma virola do mesmo metal e a pluma verde em frente, mas redonda, e alguma cousa mais grossa na extremidade superior, e a da infantaria será grossa na extremidade inferior e aguda na superior. Usarão todos de botins por baixo das calças.

Art. 2.º O distinctivo dos Officiaes será: huma estrella amarella em cada lado da gola o Alferes, duas o Tenente, huma esphera o Capitão, huma estrella e huma esphera o Sargento-Mór, duas espheras o Tenente Coronel, tres estrellas o Coronel Chefe de Legião, duas estrellas e huma esphera no meio o Commandante Superior. O Ajudante terá o distinctivo de Tenente, e o Porta-Estandarte o de Alferes. Os Ajudantes de ordens do Commandante Superior terão distinctivo de Sargento-Mór. O Cabo terá huma estrella no braco direito logo abaixo do hombro, o Forriel duas, o 1.º Sargento e Quartel-Mestre huma estrella e huma esphera, o 2.º Sargento huma esphera.

Só os Officiaes, de Alferes para cima, usarão de

bandas, e os de Cavallaria trarão carteira pendurada.

Art. 3.º O figurino junto esclarece os artigos antecedentes.

Diogo Antonio Feijó, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 23 de Dezembro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — José da Costa Carvalho. — João Braulio Moniz. — Diogo Antonio Feijó.

AVISO DE 24 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authentic.

Manda a Regencia, em nome do Imperador, que Vm., logo que lhe fôr remettida pela Camara a designação das companhias e paradas das Guardas Nacionais, ultimada a nomeação dos pontos, dê de tudo parte circumstanciada por esta Secretaria de Estado, enviando a lista nominal de todos os Cabos, Officiaes e Officiaes inferiores; e reconhecidos e juramentados os Officiaes, dará ao Commandante da companhia, secção de companhia ou batalhão, hum relação nominal de todos os alistados no serviço ordinario e de reserva, e bem assim dos que forão alistados para as Guardas Municipaes de 16 a 21 annos, que devem ficar addidos ás mesmas Guardas Nacionais durante as actuaes circumstancias, para que possão os Commandantes ter de todos pleno conhecimento. Deos guarde a Vm. Paço, em 24 de Dezembro de 1831. — Sr. Juiz de Paz da Freguezia do Sacramento. — *Acha-se á fl. 5 v. e 6 do Liv. 12.º da Côrte na Secretaria da Justiça.*

Na mesma conformidade aos Juizes de Paz das Freguezias da Candelaria, S. José, Santa Rita, Santa Anna, Engenho Velho e Lagôa de Rodrigues de Freitas.

AVISO DE 24 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authentic.

Constando que as tarimbas do corpo da guarda da Cadêa se achão em muito máo estado, tornando-se de grande necessidade fazer-se nellas pelo menos alguns ligeiros concertos e limpar-se o lugar onde se recolhem os Guardas Nacionais que ahi se achão de serviço, queira V. S. encarregar-se de mandar tratar, quanto antes, de hum e outro objecto, enviando a conta da despeza para se mandar satisfazer. Deos guarde a V. S. Paço, em 24 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo. — *Acha-se á fl. 6 do Liv. 12.º da Côrte na Secretaria da Justiça.*

DECRETO DE 29 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

A Regencia, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, em execução do art. 3.º da Carta de Lei de 10 de Outubro do corrente anno, decreta:

Art. 1.º O uniforme do corpo dos Guard

Municipaes Permanentes será: fardeta azul com mui pequena aba, rodeiada de hum vivo verde, com as pontas da aba voltadas da mesma côr; botões pretos, e sobre os hombros hum trancelim largo tambem preto; boné de panno azul, e os Officiaes o terão cingido de hum galão largo de ouro.

Art. 2.º A cavallaria terá a differença nos vivos e volta da aba da fardeta e botões, que serão amarelllos, sobre os hombros trarão huma corrente de metal tambem amarello, e o boné, de panno azul, terá o fundo preto com o tope nacional em frente, e circulado por detraz com duas correntes amarellas, que servirão para prendê-lo quando convier. O correamo será preto, e a cavallaria usará de hum só, em que estará segura a canana, e da qual penderá a espada. Usarão de calça branca no verão e azul no inverno, e de botins por baixo.

Art. 3.º Os Officiaes e Officiaes inferiores usarão do distinctivo de galões, como se pratica na tropa de linha, mas só os Officiaes usarão de banda.

Art. 4.º As patrulhas rondarão de pistola e espada, quer sejam de infantaria quer de cavallaria.

Art. 5.º O figurino junto mostra o uniforme de cavallaria.

Diogo Antonio Feijó, etc. Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Dezembro de 1831, 10.º da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Braulio Moniz.—Diogo Antonio Feijó.

AVISO DE 29 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Exm. e Revm. Sr.—Se em todos os tempos os empregados publicos devem ser a contento e satisfação da maioria perante quem servem, mais deve isto acontecer em hum Governo Representativo, e ainda muito mais se faz indispensavel consultar a vontade dos povos quando tem de se lhes dar pastores, os quaes, não sendo da sua approvação, nunca poderão prestar com proveito os serviços a que são destinados: manda portanto a Regencia, em nome do Imperador, que V. Ex., todas as vezes que propozer Sacerdotes para serem apresentados nas Igrejas Parochiaes, tenha em muita consideração aquelles que obtiverem os votos dos fieis a quem tenha de presidir, tendo porém todo o cuidado em distinguir os votos extorquidos por força de rogativas importunas e outras suggestões, de que muito ordinariamente se servem os ambiciosos, com não pequeno prejuizo da causa publica, e que devem ser inteiramente desprezados. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 29 de Dezembro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Bispo Capelão-Mór.—*Acha-se á fl. 7 v. do Liv. 12.º da Côrte na Secretaria da Justiça.*

Na mesma conformidade a todos os Bispos e Prelados do Imperio.

AVISO DE 29 DE DEZEMBRO.

Coll. Plancher.

Illm. e Exm. Sr.—Manda a Regencia, em nome do Imperador, remetter a V. Ex., por copia, o aviso dirigido ao Rev. Bispo dessa Diocese, em data deste, no qual se lhe recommenda a attenção que deve ter nas propostas dos beneficios curados á vontade dos fieis a quem tiverem de presidir os Parochos: determina igualmente que V. Ex., na apresentação para os ditos beneficios, satisfaça a mencionada recommendação, procurando cuidadosamente certificar-se primeiro da affeição ou repugnancia que tenham os parochianos ao Sacerdote proposto pelo Prelado, afim de evitarem-se as tão frequentes desavenças entre estes, das quaes resulta tornar-se inteiramente inutil o Ministerio Parochial, servindo então sómente de gravame aos povos. O que se lhe participa para sua intelligencia e execução. Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Dezembro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

PROVISÃO DE 29 DE DEZEMBRO.

Coll. Plancher.

Provisão á Junta da Fazenda da Provincia de S. Paulo, communicando-lhe a immediata resolução de 13 do corrente: 1.º, de approvação á medida tomada pela Junta de alugar os escravos das armações da pesca das balças; 2.º, para que faça arrematar em hasta publica os mesmos escravos, segundo as ordens imperiaes, na falta de licitantes ás arrematações, fazendo de cada um delles especial arrematação e laço separado, á excepção dos casados, que deverão ser vendidos em lotes com suas mulheres e filhos, se os tiverem; 3.º, que remetta ao Thesouro conta especificada das despesas feitas com as ditas armações, cuja importancia pede lhe seja abonada, comprovando-as em forma, e proceda á avaliação distincta dos objectos respectivos com declaração dos officios de cada hum dos escravos, como lhe fôra determinado em provisões do Conselho da Fazenda de 11 de Novembro de 1828 e 8 de Julho de 1829, cuja falta de cumprimento se lhe estranha; e 4.º, que, cessado o emprego de Relator da Junta de Justiça, o Juiz dos Feitos da Fazenda cumpra as ditas provisões na parte que lhe toca, sendo as despesas legaes da avaliação, etc., suppridas pela Junta á proporção que se fôrem fazendo.

AVISO DE 29 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authenticico.

Em resposta ao officio de V. S. de 23 do corrente, que acompanhou a copia da portaria expedida em 21 de Janeiro passado ao Carcereiro para regularidade das prisões, se me offerece dizer-lhe que, existindo na Ilha das Cobras oito ca-

sas de prisões, e devendo ser os presos recolhidos em cada huma dellas segundo a qualidade dos crimes de que fôrem arguidos ou por que fôrem condemnados, cumpre que V. S. faça huma proposta neste sentido, prevenindo-o que a Cadeia desta Cidade (*) só servirá para as mulheres e presos sentenciados até seis mezes de prisão, para, á vista da mesma proposta ou informação de V. S., se decretar um regulamento sobre este objecto. Deos guarde a V. S. Paço, 29 de Dezembro de 1831. — Diogo Antonio Feijó. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco Araujo.

AVISO DE 29 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authentic.

Tendo representado trinta e hum cidadãos que a nomeação dos Officiaes para a terceira companhia das Guardas Nacionais do seu districto fôra feita com differentes irregularidades, e que era por isso necessaria a repetição da mesma nomeação; e representando outros ter sido legalmente feita e a aprazimento de cincoenta e hum que assignarão a segunda, onde se encontra os nomes de sete cidadãos que assignarão a primeira, sendo de mais a mais aquella reconhecida e esta

(*) Por muitos annos servio para presos do Calabouço, que logo para ella se mudavão, e quaes os de que tratão as ordens seguintes:

— Tendo-se complicado o trabalho diario desta Intendencia Geral da Policia com objectos que verdadeiramente pertencem ás varas criminaes, como sejam prisões de escravos, achadas de armas, rixas populares, furtos e outros artigos de igual natureza, que absorvem huma grande parte do tempo, aliás preciso para outros assumptos de policia que muito interessão á publica administração, o que mais se facilitará sendo entre nós dividido esse mesmo trabalho; he portanto indispensavel que de hoje em diante lhe sejam participados directamente pelas guardas e patrulhas militares que rondão o seu respectivo bairro todos os acontecimentos que nelle houverem, para que Vm. tome delles conhecimento; assim como de todas as prisões que se fizerem no districto de sua criminal jurisdicção, abrindo-se assento á sua ordem aos presos que o fôrem, por serem achados com armas ou em flagrante delicto, para se lhes fazer o processo que fôr de direito e justiça, e serem soltos ou punidos em conformidade da lei. Para este fim ha de o Exm. Tenente-General Comandante da Guarda Real da Policia expedir a esta suas competentes ordens, não só para que se ponha em pratica este methodo, que se irá melhorando e simplificando como mais convier ao bem publico, mas tambem para que Vm. ache prompto todo o auxilio de que necessitar para cumprimento da boa administração da justiça, e conservar-se illesa a paz interna e segurança individual, em que muito nos devemos empenhar, como huma das principaes obrigações de nossos cargos, como o pede a tranquillidade publica. Ao Tenente Administrador das prisões do Calabouço vou expedir a competente participação para executar as Portarias de solturas, que Vm. lhe expedir, dos presos que estiverem á sua ordem, visto que até ao presente esta prisão tem sido privativamente para os réos de policia, ficando os senhores dos escravos unicamente responsaveis pelas comederias com que elles fôrem suppridos, sem outra alguma despesa de policia, por qualquer titulo que seja. O que participo a Vm. por immediata resolução de S. A. R., que me foi communicada pela Secretaria de Estado dos Negocios do Reino. Deos guarde a Vm. Rio, 28 de Abril de 1821. — Antonio Luiz Pereira da Cunha. — Sr. José Paulo de Figueirôa Nabuco, Juiz do Crime do Bairro de S. José.

— Ficou expedidas as ordens necessarias ao Adminis-

trador da Prisão do Calabouço, para que cumpra as ordens de Vm. quando mandar castigar com açoitos por correção alguns escravos presos á sua ordem; e desta forma fica respondido o seu officio na data de 28 do corrente. Deos guarde a Vm. Rio, 29 de Maio de 1821. — Antonio Luiz Pereira da Cunha. — Sr. Desembargador José Paulo de Figueirôa Nabuco, Juiz do Crime do Bairro de S. José.

AVISO DE 30 DE DEZEMBRO.

Manuscripto authentic.

Exm. e Revm. Sr. — Passo ás mãos de V. Ex. o requerimento incluído de Fr. Joaquim de Santa Anna, Vigario encomendado da Freguezia de S. Nicoláo de Suruhy, em que pede continuar no exercicio daquelle emprego durante o impedimento do actual Vigario collado, attento o bom desempenho dos respectivos deveres no espaço de dous annos, afim de que, não havendo inconvenientes, sejam attendidos por V. Ex. os votos do povo expressados no documento junto ao mesmo requerimento, e conservado o supplican-

trador da Prisão do Calabouço, para que cumpra as ordens de Vm. quando mandar castigar com açoitos por correção alguns escravos presos á sua ordem; e desta forma fica respondido o seu officio na data de 28 do corrente. Deos guarde a Vm. Rio, 29 de Maio de 1821. — Antonio Luiz Pereira da Cunha. — Sr. Desembargador José Paulo de Figueirôa Nabuco, Juiz do Crime do Bairro de S. José.

— Manda o Principe Regente, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, communicar ao Intendente Geral da Policia copia da parte de hum officio que á sua real presença dirigio a Commissão Militar que exerce o Governo das Armas desta Corte e Provincia, relativamente ás providencias que a mesma Commissão julga deverem se tomar para evitar a continuação de desordens nas ruas publicas desta cidade pelos negros capoeiras; e parecendo a S. A. R. bem o que a referida Commissão aponta no citado officio: ordena ao Intendente Geral da Policia que expeça as ordens necessarias para se pôem em execução os castigos corporaes nas praças publicas a todos os negros chamados capoeiras. Paço, em 31 de Outubro de 1821. — Carlos Frederico de Gaula. — Nicoláo Viagas de Prouença.

— Em resposta ao seu officio de hontem, deve Vm. proceder contra os escravos com açoitos nos moirões que a Policia tem estabelecido nas praças da Carioca e largo do Capim, e entrega-los a seus senhores; e contra os libertos, por hum summario de policia, como rados e perturbadores do socego publico, e apprehensão e achada da arma naquelles que a tiverem, na conformidade da lei, cujos processos serão apresentados em visita para serem sentenciados. Deos guarde a Vm. Rio, 15 de Novembro de 1821. — João Ignacio da Cunha. — Sr. Desembargador Juiz do Crime do Bairro de S. José, José Paulo de Figueirôa Nabuco.

— Não havendo presos de policia para se empregarem nos serviços publicos, cumpre prevenir a Vm. que todos os que se acharem á sua ordem na prisão do Calabouço, e que não estejam em estado de responderem a processo, e sómente por correção, convém que entrem naquelles serviços, até que Vm. os mande soltar, para cujo fim deve expedir a competente participação ao Administrador daquelle prisão, pois por esta Intendencia se ha de tambem expedir ordem a este respeito. Deos guarde a Vm. Rio, 3 de Junho de 1822. — João Ignacio da Cunha. — Sr. Desembargador Juiz do Crime do Bairro de S. José.

te no emprego que ora tão bem serve. Deos guarde a V. Ex. Paço, em 30 de Dezembro de 1831.—Diogo Antonio Feijó.—Sr. Bispo Capelão-Mór.—*Acha-se á fl. 7 v. do Liv. 12º da Córte na Secretaria da Justiça.*

DECRETO DE 30 DE DEZEMBRO.

Coll. Braz.

Sendo de summo interesse para este Imperio aproveitar-se a mocidade brasileira no estudo das bellas-artes, para o qual a natureza parece haver-lhe dado hum genio e gosto particular; e achando-se a Academia das Bellas-Artes, estabelecida nesta Córte, quasi em huma perfeita nullidade, sem conseguir os fins para que fôra creada, pois que nella não se encontra nem applicação nem regimen, talvez pela absoluta falta de estatutos proprios que regulem hum e outro objecto, obrigando os alumnos e os Professores, huns a aprenderem e outros a bem ensinarem as materias de suas profissões: a Regencia, attenta em melhorar este ramo de instrução publica, ha por bem, em nome do Imperador, approvar o plano de reforma que lhe foi apresentado, e com este baixa assignado por José Lino Coutinho, do Conselho do mesmo Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, afim de que tenha prompta e litteral execução, menos o art. 5º e 9º do cap. 1º na parte relativa á gratificação do Secretario e Professor de anatomia, e os arts. 9º e 11º do cap. 3º, que tratão das medalhas e diplomas, visto dependerem taes providencias da approvação da Assembléa Geral. O mesmo Ministro e Secretario de Estado o tenha assim entendido e faça expedir nesta conformidade as participações necessarias. Palacio do Rio de Janeiro, em 30 de Dezembro de 1831, 10ª da Independencia e do Imperio.—Francisco de Lima e Silva.—José da Costa Carvalho.—João Bráulio Moniz.—José Lino Coutinho.

PLANO de reforma no regimen e estudos da Academia das Bellas-Artes.

CAPITULO PRIMEIRO.—Dos Professores e Empregados.

Art. 1º A Academia das Bellas-Artes será composta de cinco Professores, quatro Substitutos e hum Porteiro ou Continuo.

Art. 2º Os Professores proprietarios e os Substitutos reunidos em congregação nomearão d'entre os primeiros, e á pluralidade absoluta de votos, hum que sirva de Director, percebendo por isso a gratificação annual de 200\$ rs.; além do seu ordenado, por dever continuar no exercicio de sua respectiva cadeira; a execução deste artigo fica reservada para quando faltar o actual Director.

Art. 3º Da mesma sorte que no artigo antecedente, a Congregação nomeará hum dos Substitutos mais idoneo para servir de Secretario, percebendo por isso a gratificação annual de 150\$, sem comtudo ficar desonerado de suas obrigações como Substituto.

Art. 4º Os Professores proprietarios terão o ordenado de 800\$ que ora percebem; e os Substitutos o de 300\$, que até agora se dava aos chamados pensionistas, que ficão sendo considerados como Substitutos.

Art. 5º O lugar de Professor, logo que vago seja por demissão ou morte de algum proprietario, será occupado pelo respectivo Substituto, impetrando do Governo o seu respectivo diploma, salvo se no momento da vacancia apparecer algum artista de renome nacional ou estrangeiro que o pretenda, porque então neste caso unico será posto a concurso entre elle e o Substituto, por isso que convém dar á Academia Professores conhecidos por seus trabalhos e talentos; se o approvado fôr estrangeiro, será admitido por contracto e condições ajustadas entre elle e o Governo.

Art. 6º Os Substitutos serão nomeados pela Congregação e approvados pelo Governo, mediando concurso entre os que houverem concluido os seus estudos na mesma Academia, ou nas que se houverem de crear nas outras Provincias do Imperio.

Art. 7º Haverá hum só Substituto para as duas cadeiras de desenho e pintura historica, que terá de ordenado 400\$; emquanto ás outras porém, attenta a disparidade das materias, haverá hum Substituto proprio para cada huma dellas.

Art. 8º Estes Substitutos serão obrigados, pelo menos dous dias na semana, a trabalharem na Academia cada hum no seu respectivo ramo, já compondo e já copiando as obras dos melhores mestres, afim de por esta maneira se irem enriquecendo as salas e gabinetes da Academia com trabalhos proprios e nacionaes.

Art. 9º Além dos Professores proprios da Academia para o ensino de Desenho e dos diferentes ramos de applicação, haverá outro que, não fazendo parte da Congregação, ensinará a osteologia e mythologia proprias a taes artistas, e bem assim a physiologia dos temperamentos e paixões, explicando as modificações que ellas acarretão ao habito externo do corpo que o artista copia. Este Professor terá de ordenado 400\$ rs., e o seu curso durará seis mezes, desde o 1º de Março até o ultimo de Agosto, sendo as suas lições em horas compatíveis com as outras que os alumnos tem de frequentar nos diversos ramos de seus estudos.

Art. 10. O Porteiro, que servirá tambem de Continuo, será nomeado pelo Governo, e terá o ordenado de 432\$ que ora percebe.

CAPITULO II.—Do regimen.

Art. 1º Os Professores e Substitutos reunidos debaixo da Presidencia do Director, sendo presente o Secretario, formão a Congregação, e ella se reunirá em sessão ordinaria no primeiro dia util de cada mez, e extraordinaria, em caso de urgencia, em outro qualquer dia, por convocação do Director ou de quem fizer suas vezes.

Art. 2º A Congregação compete:

I. Deliberar nas modificações que o estado da

Academia exigir para o futuro, dirigindo representações ao Governo sobre semelhante objecto.

II. Marcar as despesas miudas da Academia á vista do quantitativo decretado pelo Corpo Legislativo, dar as informações oficialmente exigidas em objectos de artes, conhecer de todos os officios e cartas dirigidas ao Director e Secretario que disserem respeito á Academia, e votar na redacção dos officios, cartas e respostas.

III. Eleger o Director d'entre os Professores, e o Secretario d'entre os Substitutos.

IV. Admittir os alumnos á matricula e dar contas de tres em tres mezes ao Governo de seu aproveitamento e conducta, para se providenciar, caso haja algum que, por seu máo e incorrigivel comportamento, mereça ser despedido da escola.

V. Julgar das produções dos alumnos nos concursos trimestraes e annuaes, conferindo os premios marcados aos que mais se distinguirem.

VI. Escolher os modelos vivos ou de imitação, tanto de desenho e pintura como de paisagem, esculptura e architectura que se houverem de dar aos alumnos para copiarem. São exceptuados porém deste exame os trabalhos originaes dos Professores.

Art. 3.º A Congregação he completa para decidir qualquer negocio quando tiver metade e mais hum dos individuos que a devem compôr, excepto no caso da eleição do Director e Secretario, em que se exige então o comparecimento de todos os seus membros, e votação por scrutinio secreto; na decisão dos negocios ordinarios o Director, ou quem fizer suas vezes, além do seu voto simples, terá outro de qualidade em caso de empate.

Art. 4.º Pertence ao Director, ou quem suas vezes fizer, corresponder-se em nome da Congregação, e conforme o que fôr deliberado com o Governo e com as Academias das Provincias e estrangeiras, presidir ás sessões, convocar extraordinarias em caso de precisão, e por fim manter a execução do presente regulamento.

Art. 5.º Compete ao Secretario redigir as actas das sessões, escrever a correspondencia da Academia, guardar no archivo os officios, cartas e mais papeis, e por fim formalisar a lista das matriculas e cuidar na bibliotheca.

Art. 6.º He da obrigação do Porteiro cuidar no bom arranjo e limpeza do estabelecimento, levar os officios da Congregação aos seus destinos, e fazer a chamada dos alumnos nas horas dos estudos, marcando as suas faltas e até mesmo a dos Professores, para serem presentes á Congregação, e para as habilitações dos estudantes no fim de cada anno, pois que sessenta faltas, ainda por molestia feitas, fazem perder o anno, visto que nenhuma applicação posterior as póde indemnizar.

CAPITULO III. — Dos estudos.

Art. 1.º A Academia estará aberta a todos os jovens de doze a dezoito annos de idade que se quizerem nella matricular para gozarem das vantagens dos concursos; porém outro qualquer que

se queira aproveitar dos cursos os poderá frequentar independentemente da matricula, sujeitando-se comtudo á policia do estabelecimento.

Art. 2.º O ensino da Academia será dividido em quatro ramos de applicação, a saber: pintura historica, paisagem, architectura e esculptura; mas, além destas quatro divisões, haverá tambem huma aula de desenho e outra de anatomia e physiologia, propria e necessaria a alguns destes ramos.

Art. 3.º O curso de cada hum delles será de cinco annos, e niuguem se poderá matricular sem haver frequentado pelo menos hum anno de desenholinear e de figuras, e haver sido nelle approvedo, apresentando demais certidão de haver frequentado a aula de geometria elementar na Academia Militar e de geometria descriptiva, quando na mesma Academia se ensinar.

Art. 4.º A matricula na aula de desenho poderá ser em qualquer tempo do anno civil; mas as dos cursos de applicação serão nos primeiros quinze dias do escolar, que se contará do 1.º de Março até 20 de Dezembro, e para isso será mister conseguir-se da Congregação o despacho competente.

Art. 5.º Os alumnos do curso de pintura historica, esculptura e paisagem, ainda que já se applicuem a materias proprias, comtudo no seu primeiro anno continuarão a frequentar a aula de desenho para se exercitarem na copia dos gessos e volumes, e serão obrigados os dos dous primeiros cursos neste mesmo anno e no segundo a assistirem ás lições do Professor de anatomia e physiologia acima designado; no terceiro, quarto e quinto anno porém, se applicarão ao estudo do modelo vivo nos dias para isso destinados.

Art. 6.º Não só os alumnos do artigo antecedente como todos ou outros das differentes applicações, serão obrigados a apresentar, no fim do quinto anno, para conseguirem seus respectivos diplomas, certidão de haverem frequentado as lições de optica na aula de physica da Academia Militar, por isso que jámais podem ser insignes em suas profissões sem o auxilio de taes principios.

Art. 7.º No fim dos dous primeiros trimestres do anno escolastico haverá concurso em cada ramo de applicação, e os trabalhos julgados melhores pela Congregação serão expostos por todo o decurso do trimestre seguinte na sala das sessões.

Art. 8.º No terceiro e ultimo trimestre haverá concurso geral em cada hum dos ditos ramos, cujo assumpto será da escolha da Congregação na sessão do 1.º de Outubro. As produções dos concurrentes ficarão expostas ao publico desde o dia 10 até 18 do mez de Dezembro, e no dia 19 a Congregação, em sessão publica, formando o seu juizo e precedendo votação por scrutinio secreto, declarará quaes aquelles que devão ser premiados com a grande e pequena medalha, que será immediatamente entregue pelo Ministro do Imperio, servindo de Presidente, ou em sua falta pelo Director.

Art. 9.º A grande e pequena medalha serão de ouro de lei, a primeira com o peso de huma onça, e a segunda de meia, tendo de hum lado o busto do Imperador, e do outro a seguinte legenda: — Ao genio e applicação. — Para cada anno aos differentes cursos haverá duas medalhas, huma grande e outra pequena; mas não se segue por isso que sejam sempre todas distribuidas, porque são destinadas unicamente aos que fõrem absolutamente optimos.

Art. 10. No fim do quinto anno de cada curso de applicação a Congregação passará a cada hum dos alumnos o seu competente diploma de haver completado os seus estudos em tal ou tal ramo de applicação, especificando nelle não só os premios conseguidos, mas tambem o merecimento particular do individuo, para melhor a Congregação se dirigir quando, como candidato, pretender o lugar de Substituto, habilitando-se para isso primeiro com o conhecimento de huma das duas linguas, franceza ou italiana.

Art. 11. A formula do diploma será a seguinte: — A Congregação da Academia das Bellas Artes faz saber que o Sr. F...., filho do Sr...., natural de...., tendo frequentado o curso de...., e havendo sido nelle approvado, conforme os estatutos, se acha apto para exercer a sua profissão; foi premiado tantas vezes com a grande ou pequena medalha, e mostrou nos seus estudos decidido genio e applicação (quando assim tenha acontecido). O diploma será assignado pelo Director, Secretario e Professor do respectivo curso, e sellado com o timbre da Academia, que constará do emblema das Bellas-Artes.

Art. 12. Durante o anno escolar os Professo-

res darão aulas todos os dias das nove horas da manhã até a huma da tarde, excepto os de pintura historica, paisagem e esculptura, que, no primeiro anno de seus cursos, darão das onze ás duas da tarde, visto que nas duas horas comprehendidas entre as nove e as onze os alumnos devem ir ao estudo dos gessos na aula de desenho; sómente nos domingos, dias santos de guarda e de festas nacionaes estarão fechadas as aulas.

Art. 13. Quando houver modelo vivo, o estudo será presidido alternadamente pelos Professores de desenho, pintura historica, paisagem e esculptura.

Art. 14. Os Professores serão assiduos em suas aulas, e nellas começarão pelos principios fundamentaes de sua profissão, conduzindo depois os seus alumnos progressivamente, e á medida de seus respectivos desenvolvimentos, a maiores trabalhos, e por fim á sua perfeição.

Art. 15. O Professor de mechanica e o Substituto de gravura, que por ora existem na Academia, visto ficarem sem exercicio, serão empregados pelo Governo em algum outro estabelecimento publico para nelle ensinarem as materias de suas profissões.

Art. 16. A Academia apresentará, para instrucção e trabalho dos alumnos e amadores, paineis, gessos de estatuas, bustos e ornamentos antigos, modelos de desenho em todos os generos e modelo vivo; por fim, livros proprios das Bellas-Artes, como sejam tratados de desenho, pintura, esculptura, architectura, historia antiga e moderna e mythologia.

Palacio do Rio de Janeiro, em 3o de Dezembro de 1831.—José Lino Coutinho.

FIM DO TOMO SEXTO.

BIBLIOTHECA
DO
SENADO
DO I. DO BRAZIL

